Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais

Francisco José Silva de Andrade

Dinâmicas territoriais e poderes na região de Braga entre a Antiguidade Tardia e a Idade Moderna

dezembro de 2024

Dinâmicas territoriais e poderes na região de Braga entre a Antiguidade Tardia e a Idade Moderna
Francisc José Silva de Andrade
UMinho | 2024

Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais

Francisco José Silva de Andrade

Dinâmicas territoriais e poderes na região de Braga entre a Antiguidade Tardia e a Idade Moderna

Tese de Doutoramento
em Arqueologia
Arqueologia da Paisagem e do Povoamento

Trabalho efetuado sob a orientação do(a)
Professora Doutora Maria Manuela dos Reis Martins
Doutora Rebeca Blanco-Rotea
Professora Doutora Maria do Carmo Franco Ribeiro

dezembro de 2024

DIREITOS DE AUTOR E CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO DE TRABALHO POR TERCEIROS

Este é um trabalho académico que pode ser utilizado por terceiros desde que respeitadas as regras e boas práticas internacionalmente aceites, no que concerne aos direitos de autor e direitos conexos. Assim, o presente trabalho pode ser utilizado nos termos previstos na licença abaixo indicada. Caso o utilizador necessite de permissão para poder fazer um uso do trabalho em condições não previstas no licenciamento indicado, deverá contactar o autor, através do RepositóriUM da Universidade do Minho.



Licença concedida aos utilizadores deste trabalho

Atribuição-NãoComercial-SemDerivações

CC BY-NC-ND

https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/

Agradecimentos

Este trabalho de investigação, para além de uma dose considerável de dedicação também contou com o apoio de diversas pessoas e instituições que, direta ou indiretamente, contribuíram para a sua concretização.

Em primeiro lugar gostaria de agradecer à professora Manuela Martins pela orientação atenta e pelos esclarecimentos diligentes. Efetivamente, a atenção que sempre me foi dispensada, desde que nos conhecemos, foi fundamental para o meu percurso na investigação.

Também estou grato à Doutora Rebeca Blanco Rotea, que desde que foi convidada a acompanhar-nos neste desafio, demonstrou uma militância incansável. Por vezes, nos momentos mais inesperados, surgem pessoas que se mostram providenciais para o prosseguimento dos desafios a que nos propomos.

O reconhecimento à equipa de orientação terá que contar com o incontornável agradecimento à professora Maria do Carmo Ribeiro. De facto, a amabilidade com que aceitou auxiliar neste desafio, foi fundamental para o prosseguimento dos trabalhos. Devo-lhe o agradecimento pelo apoio académico e institucional, pelas condições que proporcionou, enquanto orientadora e dirigente da Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho. É nessa instituição que eu tenho vindo a desenvolver a minha atividade profissional, desde que me licenciei, no longínquo ano de 2003.

Gostaria ainda de agradecer à Sílvia Maciel, pelo apoio desinteressado e pelo fornecimento de parte da base cartográfica que usámos. Gostaria ainda de agradecer ao João Fonte, pelas sugestões de cartografia e pela partilha de parte dos seus conhecimentos em SIGs.

O reconhecimento aos intervenientes na prossecução do meu percurso de investigação doutoral, não ficaria completo, sem que mencionasse o papel que os meus colegas e dirigentes da UAUM, atuais e passados, tiveram no processo de desenvolvimento profissional que desembocou na conclusão desta tese. Neste sentido, recordo Francisco Sande Lemos, Luís Fontes, Alfredo Barbosa, Alexandrina Alves, Ana Roriz, André Machado, Belisa Pereira, Bruno Osório, Cândido Semelhe, Clara Rodrigues, Cristina Braga, Cristina Guimarães, David Mendes, Diego Machado, Eurico Machado, Fernanda Magalhães, Filipe Queijo, Guilhermina Bonjardim, Hélder Lemos, Jorge Ribeiro, José Abraão Pires, Juliana Silva, Lara Alves, Letícia Ruela, Luís Coutinho, Luís Marado Moreira, Luís Silva, Mafalda Alves, Mário Pimenta, Maurício Guerreiro, Miguel Carneiro, Natália Botica, Paulo Bernardes, Pedro Silva, Pedro Xavier, Raquel Sambade, Ricardo Silva, Rogério Eustáquio, Sofia Catalão, Sofia Figueiredo, Sofia Silvério. Perdoem-me os que não são mencionados, mas a jornada já vai longa e foram muitas as pessoas com que me cruzei.

Seguramente que do rol elencado, algumas das pessoas terão mais ou menos consciência do papel que desempenharam, mas, apesar de a participação no meu percurso ter sido diferenciada, a partilha de experiências foi enriquecedora.

À Fernanda Magalhães gostaria de agradecer a oportunidade de participar em algumas das intervenções mais recentes em Braga, que foram bastante úteis para um acompanhamento atualizado das principais novidades arqueológicas na cidade.

Gostaria ainda de lembrar a memória de Júlia Andrade, minha colega de curso, e Vladimiro Pires, companheiro de longas jornadas de trabalho e aventuras várias, que infelizmente não tiveram oportunidade de presenciar a conclusão deste trabalho de investigação.

Mas não só de apoio pessoal e partilhas de experiências se fez este trabalho, o apoio institucional e financeiro que a Fundação para a Ciência e Tecnologia, foi fundamental num primeiro momento da investigação que agora se apresenta.

À Universidade do Minho e mais especificamente ao Lab2PT, devo o agradecimento pelo acolhimento que me foi concedido. Gostaria de agradecer à Carla Xavier e à professora Alexandra Esteves pela diligência com que procederam à minha associação ao centro de investigação como aluno de doutoramento, que me permitiu beneficiar do apoio na participação de eventos científicos.

Agradeço ainda aos docentes do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, de quem tive a oportunidade de ser discente, pelo seu contributo na minha formação.

Gostaria especialmente de agradecer à professora Helena Carvalho e Francisco Mendes, pelas palavras providenciais de ânimo, incentivo e simpatia, não só no âmbito desta jornada. Por vezes as palavras certas, na hora certa, fazem toda a diferença, especialmente se fizerem sentido por parte que quem as ouve.

Ao professor José Meireles e professora Ana Bettencourt agradeço as simpáticas palavras que me foram dirigidas em momentos importantes do meu percurso.

Sendo estas palavras escritas durante as comemorações do surgimento do curso de arqueologia da Universidade do Minho, gostaria de agradecer aos meus colegas de curso, pela experiência de termos iniciado esta jornada em conjunto. Seguramente que parte das vivências que tivemos foram importantes e indeléveis nas nossas memórias e na nossa história de vida.

De facto, o nosso ponto de chegada é o corolário de todos os acontecimentos que vivenciamos e das pessoas com quem nos cruzamos, como tal todas as experiências são enriquecedoras. Deste modo, o papel dos nossos amigos, revela-se de especial importância em todos os aspetos da nossa vida. Alguns deles já foram mencionadas nas linhas anteriores, parte deles, têm uma dimensão demasiadamente

importante na minha vida para se circunscreverem a umas meras menções numas linhas de agradecimento de uma tese académica.

Gostaria ainda de agradecer ao senhor Cónego Hermenegildo Faria, pelo acolhimento e amizade com que me recebeu sempre na igreja de S. Francisco e mausoléu/capela de S. Frutuoso e em S. Martinho de Dume, ao Dr. Francisco Silva, presidente da U.F. de Real, Dume e Semelhe, exemplar a todos os níveis, ao Sr. Romeu Gomes, do executivo da União de freguesias, que tem sido incansável, em todas as visitas a Dume e em responder às solicitações que lhe tenho feito. Ao senhor Manuel, ao senhor Bernardino e a todas as pessoas que de alguma forma contribuem para a preservação e valorização do nosso património, o meu muito obrigado.

Por último, mas sempre em primeiro lugar, à minha família, à de sangue, e à que não sendo, passou a ter esse estatuto, aos meus pais, Eugénio e Elvira e à minha irmã Márcia. À Sandra por tudo o que tem feito e por me ter ajudado e incentivado a ultrapassar vários desafios, nem todos académicos, pela atenção que me dedica e pelo cuidado e paciência demonstrada na caminhada que optamos por trilhar estes últimos dezoito anos.

DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE

Declaro ter atuado com integridade na elaboração da presente tese. Confirmo que em todo o trabalho conducente à sua elaboração não recorri à prática de plágio ou a qualquer forma de falsificação de resultados.

Mais declaro que tomei conhecimento integral do Código de Conduta Ética da Universidade do Minho.

Universidade do Minho:_____, de_____de_____

Nome completo: Francisco José Silva de Andrade

Assinatura:_____

À minha leitora de sempre

Resumo

O trabalho que se apresenta pretendeu definir as linhas gerais do povoamento na região de Braga entre a Antiguidade Tardia e a Idade Moderna, com recurso à análise dos dados arqueológicos, documentais e paleoambientais disponíveis, de acordo com os pressupostos teórico-metodológicos da Arqueologia da Paisagem e da Arquitetura.

O final do Império Romano do Ocidente, teve repercussões na região bracarense, à semelhança de outras regiões do Império, designadamente ao nível da propriedade fundiária e das dinâmicas inerentes à coexistência das populações galaico-romanas e de elementos germânicos. Estes povoadores provenientes de outras regiões passaram a marcar presença na região, organizados politicamente sob a égide do Reino Suevo e posteriormente incorporados no Reino Visigodo. A principal evidência desta coexistência, ao nível do povoamento, foi a manutenção de núcleos de povoamento de origem romana tardia, com outros elementos ocupados previamente. Não conseguimos, com clareza, estabelecer uma relação de continuidade para estes locais.

Os dados que atualmente dispomos da ocupação muçulmana na Península Ibérica, levam à conclusão de que terá provocado uma desestruturação e diminuição da população que, paulatinamente, se foi reorganizando em torno de locais fortificados de tipologias diversas, iniciando a ocupação plena das áreas de vale, à medida que as condições de segurança e condições climatéricas foram propiciando um aumento exponencial da população. Este povoamento, que se parece estabelecer entre finais do século XI e inícios do século XII, é o que vai definir, em traços gerais, toda a estrutura do povoamento medieval, sendo assinaláveis apenas algumas supressões de paróquias, reorganização/diminuição dos conjuntos monásticos e algumas alterações de pertença a circunscrições territoriais, essencialmente nas zonas limítrofes da região em estudo.

O modelo de povoamento medieval vai continuar, durante a Idade Moderna, reduzindo-se substancialmente, a partir do século XV, os conjuntos monásticos efetivamente ocupados, pese embora se mantenham as circunscrições territoriais de época anterior. Em traços gerais, a evolução da paisagem e do povoamento bracarense não pode ser dissociada do surgimento e afirmação da arquidiocese de Braga e dos seus arcebispos, enquanto principais detentores do poder e proprietários fundiários da região, e da longa dinâmica de afirmação e consolidação durante a Idade Média e Moderna, que resultou na quase inexistência de entidades concorrentes, sendo a exceção mais relevante, o couto de Tibães.

Palavras-chave: Antiguidade Tardia; Arqueologia da Paisagem; Arqueologia da Arquitetura; Idade Média; Idade Moderna

Abstract

The work that we present intended to define the main lines of the settlement in the region of Braga between Late Antiquity and Modern Age, using the analysis of the available archaeological, documental and paleoenvironmental data, in accordance with the theoretical-methodological assumptions of Landscape Archaeology and Archaeology of Architecture.

The end of the Western Roman Empire had repercussions in the region of Braga, like in other regions of the empire, namely in terms of land ownership and the dynamics inherent to the coexistence of the Galician-Roman populations and Germanic elements. These foreign settlers came to the region and were politically organized, under the domain of the Suevic kingdom and later incorporated into the Visigoth kingdom. The main evidence of this coexistence, in terms of settlement, was the maintenance of places of late Roman origin, related with other elements of previous occupation. We couldn't establish for these places a clear relation of continuity.

The present data about the Muslim occupation in the Iberic peninsula, lead us to conclude that it caused a disruption and a decrease of the population, which gradually began to reorganize itself around fortified sites of different types, initiating the full occupation in the valley areas, as security conditions and weather conditions propitiated an exponential increase of the population.

The settlement that seems to be established between the end of the 11th century, and the beginning of the 12th century, will define, in general terms, the entire structure of medieval settlement, with only a few suppressions of parishes, reorganization/diminishing of monastic groups and some alterations of the limits of territories, essentially in the bordering areas of the study region.

The model of medieval settlement continued, during the Modern Age. In the 15th century, the monastic complexes effectively occupied decrease substantially, although the territorial circumscriptions of the previous period remained the same.

In general terms, the evolution of the landscape and population of Braga cannot be dissociated from the emergence and affirmation of the archdiocese of Braga and their archbishops, as the main holders of power and landowners in the region. The long dynamics of affirmation and consolidation during the Middle and Modern Ages of their power, resulted in the almost non-existence of competing entities, being the most relevant exception, the *couto* of Tibães.

Keywords: Late Antiquity; Landscape Archaeology; Archaeology of Architecture; Middle Ages; Modern Age

"A paisagem, com efeito, antes de ser uma representação artística e uma experiência estética, é um lugar, é um espaço circunscrito que o olhar humano abarca e contempla e sobre o qual o sujeito desse olhar projeta a sua sensibilidade, o seu desejo, a sua experiência vital, o seu conhecimento do mundo e a sua memória cultural." Vítor Aguiar e Silva, 2020, Esboço de uma geoética..., p. 5

Índice

Agradecimentos ... III

Resumo ... VIII

Abstract ... IX

Índice ... XI

Índice de figuras ... XX

Índice de tabelas ... XXXV

Lista de siglas e abreviaturas ... XXXVI

Introdução ... 1

Parte I - Problemática em estudo e metodologia ... 4

1. Historiografia da investigação ... 5

2. Problemática e objetivos ... 8

3. Enquadramento teórico e metodológico ... 10

3.1. Arqueologia da Paisagem: origem, desenvolvimento e perspetivas atuais ... 10

3.2. Arqueologia da Arquitetura: origem e afirmação da disciplina ... 20

3.3. Propostas metodológicas ... 23

Parte II - Os dados e a sua análise ... 33

1. Aproximação ao contexto físico da área em estudo ... 34

2. Paleoecologia e alterações climáticas entre a Antiguidade Tardia e a Idade Moderna ... 44

3. Dinâmicas e poderes em Braga, o ponto de partida historiográfico ... 50

4. Catálogo de sítios ... 56

4.1. Sítio 1 *Outeiro; Adães; Barcelos* ... 58

4.2. Sítio 2 *Assento; Airó; Barcelos* ... 59

4.3. Sítio 3 *Cepães; Airó; Barcelos* 60

4.4. Sítio 4 *S. Salvador de Vilar de Frades; Areias de Vilar; Barcelos*..... 61

4.5. Sítio 5 *Madalena; Areias de Vilar; Barcelos*..... 64

4.6. Sítio 6 *S. João; Areias de Vilar; Barcelos*..... 65

4.7. Sítio 7 *Sto. Estevão de Bastuço; Bastuço (Sto. Estevão); Barcelos* 66

4.8. Sítio 8 *S. Paio; Bastuço (Sto. Estevão); Barcelos* 67

4.9. Sítio 9 *S. João de Bastuço; Bastuço (S. João); Barcelos*..... 68

4.10. Sítio 10 *Assento; Encourados; Barcelos*..... 69

4.11. Sítio 11 *Martim; Martim; Barcelos*..... 70

4.12. Sítio 12 *Moure; Moure; Barcelos*..... 72

4.13. Sítio 13 *Capela/Cruzinha; Pousa; Barcelos*..... 73

4.14. Sítio 14 *Pousa; Pousa; Barcelos* 74

4.15. Sítio 15 *Sequeade; Sequeade; Barcelos*..... 76

4.16. Sítio 16 *S. Pedro/Sá; Sequeade; Barcelos* 77

4.17. Sítio 17 *Fontela; Adaúfe; Braga*..... 78

4.18. Sítio 18 *Adaúfe/Quinta da Renda; Adaúfe; Braga* 79

4.19. Sítio 19 *Ribeira; Adaúfe; Braga* 82

4.20. Sítio 20 *Santo André/ Vale; Adaúfe; Braga*..... 84

4.21. Sítio 21 *S. João; Adaúfe; Braga*..... 86

4.22. Sítio 22 *S. Paio de Arcos; Arcos; Braga* 87

4.23. Sítio 23 *Igreja velha; Arentim; Braga* 88

4.24. Sítio 24 *Aveleda; Aveleda; Braga*..... 90

4.25. Sítio 25 *Maximinos; Braga (Maximinos); Braga*..... 91

4.26. Sítio 26 *S. Gregório; Braga (Maximinos); Braga*..... 93

4.27. Sítio 27 *S. José de S. Lázaro; Braga (S. José de S. Lázaro); Braga*..... 94

4.28. Sítio 28. *S. Vicente; Braga (S. Vicente); Braga*..... 96

4.29. Sítio 29 *Infias/Pachancho; Braga (S. Vicente); Braga*..... 98

4.30. Sítio 30 *S. Victor; Braga (S. Victor); Braga* 99

4.31. Sítio 31 *Montariol, Sete Fontes; Braga (S. Victor); Braga* 101

4.32. Sítio 32 *Santa Tecla; Braga (S. Victor); Braga* 102

4.33. Sítio 33 *S. Victor o Velho; Braga (S. Victor); Braga* 103

4.34. Sítio 34 *Braga; Braga (Sé); Braga* 105

4.35. Sítio 35 *Coturela; Braga (Sé); Braga* 112

4.36. Sítio 36 *Cabreiros; Cabreiros; Braga* 114

4.37. Sítio 37 *Celeirós; Celeirós; Braga* 116

4.38. Sítio 38 *Crespos; Crespos; Braga* 117

4.39. Sítio 39 *Cunha; Cunha; Braga* 118

4.40. Sítio 40 *Assento; Dume; Braga* 119

4.41. Sítio 41 *Sobremoure; Dume; Braga* 122

4.42. Sítio 42 *S. Lourenço; Dume; Braga* 123

4.43. Sítio 43 *Assento; Escudeiros; Braga* 124

4.44. Sítio 44 *Assento; Espinho; Braga* 125

4.45. Sítio 45 *Igreja paroquial de Esporões; Esporões; Braga* 127

4.46. Sítio 46 *Marinhais; Esporões; Braga* 129

4.47. Sítio 47 *Santa Marta da Falperra; Esporões; Braga* 130

4.48. Sítio 48 *S. Mamede de Este; Este (S. Mamede); Braga* 133

4.49. Sítio 49 *S. Simão; Este (S. Mamede); Braga* 134

4.50. Sítio 50 *S. Pedro de Este; Este (S. Pedro); Braga* 135

4.51. Sítio 51 *Ferreiros; Ferreiros; Braga* 136

4.52. Sítio 52 *Figueiredo; Figueiredo; Braga* 137

4.53. Sítio 53 *S. Miguel; Figueiredo; Braga* 139

4.54. Sítio 54 *Fradelos; Fradelos; Braga* 140

4.55. Sítio 55 *Fraião/Valbom; Fraião; Braga* 141

4.56. Sítio 56 *Passal; Frossos; Braga* 142

4.57. Sítio 57 *Cones; Gondizalves; Braga* 143

4.58. Sítio 58 *Assento; Gondizalves; Braga* 144

4.59. Sítio 59 *Igreja velha; Gualtar; Braga* 145

4.60. Sítio 60 *Igreja velha; Guisande; Braga* 147

4.61. Sítio 61 *Igreja velha; Lamaçães; Braga* 148

4.62. Sítio 62 *Lamas/Cruzeiro; Lamas; Braga* 149

4.63. Sítio 63 *Assento/Igreja velha; Lomar; Braga* 150

4.64. Sítio 64 *Devesa; Merelim (S. Paio); Braga* 153

4.65. Sítio 65 *Ponte de Prado; Merelim (S. Paio); Braga* 154

4.66. Sítio 66 *S. Pedro de Merelim; Merelim (S. Pedro); Braga* 155

4.67. Sítio 67 *Pateira; Merelim (S. Pedro); Braga* 156

4.68. Sítio 68 *Mire; Mire de Tibães; Braga* 157

4.69. Sítio 69 *S. Martinho de Tibães; Mire de Tibães; Braga* 158

4.70. Sítio 70 *Morreira; Morreira; Braga* 162

4.71. Sítio 71 *Assento; Navarra; Braga* 163

4.72. Sítio 72 *Nogueira; Navarra; Braga* 164

4.73. Sítio 73 *Nogueira; Nogueira; Braga* 165

4.74. Sítio 74 *Dadim; Nogueiró; Braga* 166

4.75. Sítio 75 *Nogueiró; Nogueiró; Braga* 167

4.76. Sítio 76 *Monte da Consolação; Nogueiró; Braga* 168

4.77. Sítio 77 *S. Pedro da Oliveira; Oliveira (S. Pedro); Braga* 169

4.78. Sítio 78 *Padim da Graça; Padim da Graça; Braga* 170

4.79. Sítio 79 *Assento; Palmeira; Braga* 171

4.80. Sítio 80 *Pitancinhos; Palmeira; Braga* 173

4.81. Sítio 81 *Santo Estevão/Póvoa; Palmeira; Braga* 174

4.82. Sítio 82 *Santo Estevão Velho/Pardelhas; Palmeira; Braga* 175

4.83. Sítio 83 *Assento; Panoias; Braga* 177

4.84. Sítio 84 *Parada de Tibães; Parada de Tibães; Braga* 178

4.85. Sítio 85 *Passal; Passos (S. Julião); Braga* 179

4.86. Sítio 86 *Serra; Passos (S. Julião); Braga* 180

4.87. Sítio 87 *Codeçosa; Pedralva; Braga* 181

4.88. Sítio 88 *Igreja velha/Souto; Celeirós; Braga* 182

4.89. Sítio 89 *Torre; Penso (Santo Estevão); Braga* 183

4.90. Sítio 90 *Carcavelos; Penso (S. Vicente); Braga* 184

4.91. Sítio 91 *Pousada; Pousada; Braga* 185

4.92. Sítio 92 *Ponte do Porto; Pousada; Braga* 186

4.93. Sítio 93 *S. Tiago de Priscos; Priscos; Braga* 187

4.94. Sítio 94 *S. Tomé/Moimenta; Priscos; Braga* 188

4.95. Sítio 95 *S. Frutuoso de Montélios; Real; Braga* 189

4.96. Sítio 96 *S. Jerónimo; Real; Braga* 192

4.97. Sítio 97 *Ruílhe; Ruílhe; Braga* 193

4.98. Sítio 98 *Castelhão; Santa Lucrécia de Algeriz; Braga* 194

4.99. Sítio 99 *Santa Lucrécia de Algeriz; Santa Lucrécia de Algeriz; Braga* 195

4.100. Sítio 100 *S. João de Semelhe; Semelhe; Braga* 196

4.101. Sítio 101 *Santa Leocádia; Semelhe; Braga* 197

4.102. Sítio 102 *Santarão; Semelhe; Braga* 198

4.103. Sítio 103 *Caldas; Sequeira; Braga* 200

4.104. Sítio 104 *Sequeira; Sequeira; Braga* 202

4.105. Sítio 105 *Sampaio; Sequeira; Braga* 203

4.106. Sítio 106 *S. Saturnino; Sequeira; Braga* 204

4.107. Sítio 107 *Sobreposta; Sobreposta; Braga* 205

4.108. Sítio 108 *S. Tomé da Lageosa; Sobreposta; Braga* 207

4.109. Sítio 109 *Assento; Tadim; Braga* 208

4.110. Sítio 110 *Penedo dos Mouros; Tadim; Braga* 209

4.111. Sítio 111 *S. Bento; Tadim; Braga* 211

4.112. Sítio 112 *Tebosa; Tebosa; Braga* 212

4.113. Sítio 113 *Tenões; Tenões; Braga* 213

4.114. Sítio 114 *Deveza; Trandeiras; Braga* 215

4.115. Sítio 115 *Assento; Vilaça; Braga* 216

4.116. Sítio 116 *Vimieiro; Vimieiro; Braga* 217

4.117. Sítio 117 *Arnoso; Arnoso (Santa Maria); Vila Nova de Famalicão* 219

4.118. Sítio 118 *Jesufrei; Jesufrei; Vila Nova de Famalicão* 220

4.119. Sítio 119 *Sezures; Sezures; Vila Nova de Famalicão* 221

Parte III - A paisagem entre a Antiguidade Tardia e a Idade Moderna: principais vetores de organização 222

1. O povoamento na Antiguidade Tardia na região bracarense 223

1.1. Os testemunhos, os sítios e o seu significado 223

1.1.1. Os sítios 223

1.1.1.1. A cidade de *Bracara* 224

1.1.1.2. As *villae* 227

1.1.1.3. As vias 239

1.1.1.4. Os mosteiros 242

1.1.1.5. As basílicas suburbanas 259

1.1.1.6. As necrópoles 262

1.1.1.7. Os vestígios tardo antigos nos povoados castrejos 273

1.1.2. Analítica 277

1.1.2.1. Principais soluções de adaptação topográfica 277

1.1.2.2. Povoamento e acessibilidade: a organização dos sítios 299

1.1.2.3. A hierarquia do povoamento 303

2. O povoamento na Alta Idade Média na região bracarense 308

2.1. Os testemunhos, os sítios e o seu significado 308

2.1.1. Os sítios 308

2.1.1.1. A cidade de Braga 309

2.1.1.2. Os conjuntos monásticos 311

2.1.1.3. As vias terrestres 320

2.1.1.4. As paróquias 320

2.1.1.5. As necrópoles 327

2.1.1.6. As estruturas defensivas 329

2.1.2. Analítica 332

2.1.2.1. Principais soluções de adaptação topográfica 332

2.1.2.2. Povoamento e acessibilidade: a organização dos sítios 363

2.1.2.3. A hierarquia do povoamento 367

3. O povoamento na Baixa Idade Média na região bracarense 375

3.1. Os testemunhos, os sítios e o seu significado 375

3.1.1. Os sítios 375

3.1.1.1. A cidade de Braga 377

3.1.1.2. Os conjuntos monásticos 382

3.1.1.3. As vias terrestres 401

3.1.1.4. As paróquias 404

3.1.1.5. As necrópoles 415

3.1.1.6. As estruturas defensivas 416

3.1.2. Analítica 418

3.1.2.1. Principais soluções de adaptação topográfica 418

3.1.2.2. Povoamento e acessibilidades 437

3.1.2.3. A organização dos sítios: condicionantes e vetores de articulação 440

4. O povoamento na Idade Moderna na região bracarense 447

4.1. Os testemunhos, os sítios e o seu significado 447

4.1.1. Os sítios 447

4.1.1.1. A cidade de Braga 449

4.1.1.2. Os conjuntos monástico-conventuais 454

4.1.1.3. As vias terrestres 488

4.1.1.4. As paróquias 491

4.1.2. Analítica 510

4.1.2.1. Principais soluções de adaptação topográfica 510

4.1.2.2. Povoamento e acessibilidades 529

4.1.2.3. A organização dos sítios: condicionantes e vetores de articulação 532

Parte IV - Conclusões 537

1.1. O povoamento na Antiguidade Tardia: transformações e tendências 538

1.1.1. A cidade de Braga e a envolvente imediata 538

1.1.2. Evolução da paisagem 542

1.2. O povoamento na Alta Idade Média: transformações e tendências 546

1.2.1. A cidade de Braga e a envolvente imediata 547

1.2.2. Evolução da paisagem 550

1.3. O povoamento na Baixa Idade Média: transformações e tendências 555

1.3.1. A cidade de Braga e a envolvente imediata 555

1.3.2. Evolução da paisagem 556

1.4. O povoamento na Idade Moderna: transformações e tendências 560

1.4.1. A cidade de Braga e a envolvente imediata 560

1.4.2. Evolução da paisagem 562

1.5. Considerações finais 565

Referências Bibliográficas 572

Apêndices 599

Mapa geral de sítios 600

Lista geral de sítios e referências 602

Lista de análises a sítios da Antiguidade Tardia 616

Lista de análises a sítios da Alta Idade Média..... 619

Lista de análises a sítios referenciados em censual entre Lima e Ave (finais do século XI)..... 622

Lista de análises a sítios associáveis à Baixa Idade Média..... 627

Lista de análises a sítios referenciados nas Inquirições de 1220..... 630

Lista de análises a sítios referenciados nas Inquirições de 1288..... 635

Lista de análises a sítios associáveis à Idade Moderna..... 640

Lista de análises a sítios referenciados no "Numeramento" do século XVI..... 644

Lista de análises a sítios referenciados nas Memórias Paroquiais de 1758..... 648

Planta Geral de ruínas identificadas no convento de S. Francisco de Real..... 652

Lista de ações de convento de S. Francisco/Mausoléu de S. Frutuoso..... 654

Lista de fases de convento de S. Francisco/Mausoléu de S. Frutuoso..... 657

Diagrama estratigráfico simplificado do convento de S. Francisco e Mausoléu de S. Frutuoso
..... 659

Índice de figuras

Figura 1 - Campos da tabela do Sistema de Informação Geográfica. ©Francisco Andrade 27
Figura 2 - Modelo esquemático das distintas escalas de análise, aplicadas ao mosteiro de Tibães. ©Francisco Andrade 32
Figura 3 - Modelo esquemático de organização de povoamento (limite oval maior, circunscrição de primeira ordem, limite oval mais pequeno, circunscrição de segunda ordem, círculos preenchidos maiores, núcleos de povoamento mais importantes, círculos preenchidos menores, núcleos de povoamento menos importantes). ©Francisco Andrade 32
Figura 4 - Localização de Braga na península Ibérica (Elaborado a partir do google maps, consultado em 20 de setembro de 2022, às 17h01m)..... 34
Figura 5 - Hipsometria da região de Braga e relação com rede hidrográfica (altitude em metros). ©Francisco Andrade (composição cartográfica) 35
Figura 6 - Mapa de declives da região de Braga. ©Francisco Andrade (composição cartográfica)..... 36
Figura 7 - Mapa de Braga com análise de Índice de Posição Topográfica. ©Francisco Andrade (composição cartográfica)..... 37
Figura 8 - Carta Geológica 5D, com concelho de Braga assinalado (Albuquerque et al., 2000). 38
Figura 9 - Escoamento total de águas mensal (média). ©Francisco Andrade (composição cartográfica) 40
Figura 10 - Mapa apresentando orientação de exposição solar em Braga. ©Francisco Andrade (composição cartográfica)..... 41
Figura 11 - Uso do solo (Corine Land Cover). ©Francisco Andrade (composição cartográfica) 42
Figura 12 - Imagem evidenciando a Europa (google Maps), representando o efeito "Gronelândia acima", no clima europeu (adaptado de Fagan, 2020, p. 52). ©Francisco Andrade..... 47
Figura 13- Distintos coutos de Braga referenciados na documentação medieval, segundo Fontes e Andrade (2018, p. 62) ©Francisco Andrade..... 52
Figura 14 - Sítios associáveis à Antiguidade Tardia. ©Francisco Andrade..... 223
Figura 15 - Braga na Antiguidade Tardia, evidenciando a muralha (segundo Martins et al., 2017a). 226
Figura 16 - Estruturas tardo antigas do teatro (segundo Martins et al., 2017b, p. 244)..... 226
Figura 17 - Proposta de villae para a região de Braga. ©Francisco Andrade..... 231
Figura 18 - Ruínas arqueológicas de Dume (*pars urbana* nas proximidades da igreja e capela da Nª Srª *do Rosário* e *balnea*, próximo do cemitério). ©UAUM/Francisco Andrade 232
Figura 19 - Estrutura balnear identificada em Dume fundada nos séculos III-IV (segundo Andrade, 2015, adaptado de Fontes, 1994). 233

Figura 20 - Sala trilobada mais antiga de Dume e enquadramento com algumas das divisões trilobadas que se conhecem em contexto de villae ou grandes palácios romanos (adaptado parcialmente de Hidalgo, 2014, p. 234). 234
Figura 21 - Proposta de fundus para a villa de Dume (segundo Andrade, 2015). ©Francisco Andrade 235
Figura 22 - Capitel de S. Paio de Merelim, séculos V-VII (segundo Fontes et al., 2009, vol. II, p. 60). ©Manuel Pitães 237
Figura 23 Capiteis provenientes de Semelhe e Tibães (segundo Fontes et al., 2009, vol. II, pp. 18, 20, 21, 52, 62 e 65). ©Manuel Pitães 237
Figura 24 - Marco de propriedade identificado em Esporões (segundo Fontes et al., 2009, vol. I, p. 89). ©Manuel Pitães 239
Figura 25 - Principais vias romanas identificadas na região de Braga. ©Francisco Andrade (base de Helena Carvalho, 2008) 240
Figura 26 - Compartimentação de piscina (segundo Andrade, 2015, p. 75). 243
Figura 27 - Perfil com local de recolha de amostra 2. ©Arquivo UAUM/Francisco Andrade 244
Figura 28 Localização de recolha de amostra 3. ©Arquivo UAUM /Francisco Andrade 245
Figura 29 - Planta geral de ruínas de basílica de Dume. ©Arquivo UAUM /Francisco Andrade 246
Figura 30 - Soleira de parede de basílica, sobreposta a elementos almofadados. ©Arquivo UAUM /Francisco Andrade 247
Figura 31 - Corte de zona de A55/A71, com sequência construtiva. ©Arquivo UAUM/Francisco Andrade 247
Figura 32 - Fase de escavação de interior de igreja (1989), com zona de pavimento de capela-mor visível ao fundo. ©Arquivo UAUM/Luís Fontes. 248
Figura 33 - Elementos arquitetónicos associáveis aos séculos V- VII, provenientes da igreja de Dume. (capiteis segundo Fontes et al., 2009, vol II, pp, 50, 53-54). ©Manuel Pitães 249
Figura 34 - Possível área de ruínas, com base nos dados conhecidos até ao momento. ©Arquivo UAUM/Francisco Andrade 249
Figura 35 - Degraus de acesso a abside sul. ©Arquivo UAUM/Luís Fontes 250
Figura 36 - Aspeto de mausoléu de S. Frutuoso e muro que poderá ter pertencido a mosteiro. ©Arquivo UAUM/Francisco Andrade 251
Figura 37 - Leitura interpretada do alçado este do mausoléu de S. Frutuoso, com indicação do século associado a cada fase identificada. ©Arquivo UAUM/Francisco Andrade/Paulo Bernardes 252
Figura 38 - Leitura interpretada do alçado sul do mausoléu de S. Frutuoso, com indicação do século associado a cada fase identificada ©Arquivo UAUM/Francisco Andrade/Paulo Bernardes 253
Figura 39 - Fotografia de alçado norte de braço este de mausoléu, sondagem 4. ©Arquivo UAUM/Francisco Andrade 254

Figura 40 - Fotografia de alçado este de alicerce de braço este de mausoléu, sondagem 3. ©Arquivo UAUM/Francisco Andrade 255
Figura 41 - Leitura interpretada de alçado este de alicerce de braço este de mausoléu. ©Arquivo UAUM/Francisco Andrade 256
Figura 42 - Fotografia de alçado sul de alicerce de braço oeste de mausoléu. ©Arquivo UAUM/Francisco Andrade 257
Figura 43 - Leitura interpretada de alçado norte de alicerce de braço este de mausoléu. ©Arquivo UAUM/Francisco Andrade 257
Figura 44 - Fotografia de alçado oeste de braço sul de mausoléu. ©Arquivo UAUM/Francisco Andrade 258
Figura 45 - Leitura interpretada de alçado oeste de alicerce de braço sul de mausoléu. ©Arquivo UAUM/Francisco Andrade 258
Figura 46 - Topografia cristã antiga de Braga e áreas suburbanas (segundo Andrade e Fontes (2020)). 259
Figura 47 - Capitel da coleção do Museu Pio XII, associado a Maximinos, (Fontes et. al., 2009, vol II., p. 58). ©Manuel Pitães 260
Figura 48 - Necrópoles com vestígios associáveis à Antiguidade Tardia, associadas a núcleos de povoamento suburbanos e rurais. ©Francisco Andrade 262
Figura 49 - Fase VIII do núcleo dos CTT (elementos laterícios de sepulturas a laranja), segundo Braga (2018, vol. II, fig. 31). ©Cristina Braga. 263
Figura 50 - Fase IX do núcleo dos CTT (elementos laterícios de sepulturas a laranja), segundo Braga (2018, vol. II, fig. 32). ©Cristina Braga 264
Figura 51 - Fase X do núcleo dos CTT (elementos laterícios de sepulturas a laranja), segundo Braga (2018, vol. II, fig. 33). ©Cristina Braga 264
Figura 52 - Núcleo da cangosta da Palha (elementos laterícios de sepulturas a laranja), segundo Braga (2018, vol. II, fig. 6). ©Cristina Braga 265
Figura 53 - Núcleo da Nª Srª a Branca (elementos laterícios de sepulturas a laranja), segundo Braga (2018, vol. II, fig. 34). ©Cristina Braga 266
Figura 54 - Epígrafe de S. Vicente, segundo Andrade (2015, p. 59). ©Francisco Andrade 267
Figura 55 - Sepulturas identificadas no túnel de Maximinos, (elementos laterícios de sepulturas a laranja), associáveis aos séculos III-IV. Segundo Braga (2018, vol. II, fig. 51). ©Cristina Braga 268
Figura 56 - Fotografia do conjunto de sepulturas identificadas em 1992. ©Arquivo UAUM/Luís Fontes. 269
Figura 57 - Núcleo de sepulturas identificadas em 1992 e sepultura identificada em 2013. ©Arquivo UAUM/Francisco Andrade 270
Figura 58 - Desenho de alçado este de sepultura UE 2446, da necrópole de Dume e local de recolha de amostra 1. ©Arquivo UAUM/Francisco Andrade 270
Figura 59 - Fotografia de sepultura UE 2446. ©Arquivo UAUM/Francisco Andrade 271

Figura 60 - Sepultura UE 2481/2482, da necrópole de Dume (elementos laterícios a laranja), localizada na zona mais a sul e posição relativamente a edifícios de villa/mosteiro. ©Arquivo UAUM/Francisco Andrade 272
Figura 61 - Sepulturas identificadas em Dume [40], associáveis aos séculos III-IV (elementos laterícios a laranja). ©Arquivo UAUM/Miguel Carneiro/Francisco Andrade. 273
Figura 62 - Povoados fortificados da Idade do Ferro que apresentam indícios de ocupação da Antiguidade Tardia. ©Francisco Andrade....274
Figura 63 - Planta da acrópole de Santa Marta das Cortiças, (segundo Russel Cortez, extraído de Barroca, Arezes e Morais, 2018, p. 132). 275
Figura 64 - Planta com as estruturas identificadas na Falperra, segundo Real (2001) (estruturas das intervenções de Russel Cortez e Rigaud de Sousa). 276
Figura 65 - Imagem aérea dos vestígios arqueológicos de Recópolis, com imagem aérea que evidencia o complexo palatino na zona superior (figura com dados do google maps composta em QGIS por Francisco Andrade). 276
Figura 66- Sítios da Antiguidade Tardia, sobrepostos a mapa com Índice de Posição Topográfica. ©Francisco Andrade 278
Figura 67 - Gráfico com Índices de Posição Topográfica dos sítios da Antiguidade Tardia. ©Francisco Andrade 278
Figura 68 - Villae da Antiguidade Tardia, sobrepostos a mapa com Índice de Posição Topográfica. ©Francisco Andrade 279
Figura 69 - Gráfico com Índice de Posição Topográfica da villae tardoantigas. ©Francisco Andrade....279
Figura 70 - Sítios da Antiguidade Tardia, sobrepostos a mapa com valores de declive. ©Francisco Andrade.280
Figura 71 - Gráfico com declives de sítios da Antiguidade Tardia. ©Francisco Andrade 282
Figura 72 - Villae da Antiguidade Tardia, sobrepostas a mapa de declives. ©Francisco Andrade 283
Figura 73 - Gráfico com declives das villae tardoantigas. ©Francisco Andrade 284
Figura 74 - Sítios da Antiguidade Tardia, sobrepostos a mapa com exposição solar. ©Francisco Andrade 285
Figura 75 - Gráfico com exposição solar de sítios da Antiguidade Tardia. ©Francisco Andrade 287
Figura 76 - Villae da Antiguidade Tardia, sobrepostas a mapa com exposição solar. ©Francisco Andrade 288
Figura 77 - Gráfico com exposição solar de villae da Antiguidade Tardia. ©Francisco Andrade 289
Figura 78 - Sítios da Antiguidade Tardia, sobrepostos a mapa com escoamento total mensal de águas (mm). ©Francisco Andrade 290
Figura 79 - Gráfico com escoamento total mensal de águas e correlação com sítios da Antiguidade Tardia. ©Francisco Andrade 291
Figura 80 - Villae da Antiguidade Tardia, sobrepostas a mapa com escoamento total de águas mensal (mm). ©Francisco Andrade 291

Figura 81 - Gráfico com escoamento total mensal de águas e correlação com villae da Antiguidade Tardia. ©Francisco Andrade 292
Figura 82 - Visibilidades (5K) de Martim [11], Infias [29] e Coturela [35]. ©Francisco Andrade 293
Figura 83 - Visibilidades (5K) de Adaúfe [18], Pateira [67], Pardelhas [82] e Santarão [102]). ©Francisco Andrade 294
Figura 84 - Visibilidades (5K) de Espinho [44], Esporões [45], Gualtar [59] e Lomar [63]. ©Francisco Andrade 298
Figura 85 - Visibilidades (5K) de Dume [40] e Santa Marta da Falperra [47]. ©Francisco Andrade 299
Figura 86 - Centuriação romana a norte de Braga, segundo Andrade (2015, fig. 19), adaptado de Carvalho (2008). 300
Figura 87 - Relação entre a cidade de Braga, a rede viária e as villae. ©Francisco Andrade 301
Figura 88 - Rede viária romana principal e zonas de ligação ideais para as villae. ©Francisco Andrade 302
Figura 89 - Análise de vizinhança de villae e sítios da Antiguidade Tardia, relacionados diretamente com a cidade de Braga. ©Francisco Andrade 304
Figura 90 - Triangulação de Delaunay, aplicada às villae de Braga, na Antiguidade Tardia. ©Francisco Andrade 305
Figura 91 - Triangulação de Delaunay, aplicada às necrópoles de Braga, na Antiguidade Tardia. ©Francisco Andrade 306
Figura 92 - Sítios arqueológicos que poderão ser associáveis à Alta Idade Média. ©Francisco Andrade 308
Figura 93 - Distribuição de sítios na região de Braga, segundo os dados fornecidos pelo censual de finais do século XI. ©Francisco Andrade 309
Figura 94 - Proposta de área intramuros de Braga na Alta Idade Média, segundo Ribeiro (2008). A área da cidade a sombreado, corresponde à zona possivelmente ocupada neste período. 310
Figura 95 - Localização de Dume e Mondoñedo. (Elaborado por Francisco Andrade com base no google maps, fotografia de S. Martinho de Mondoñedo ©Francisco Andrade; fotografia de Dume ©Luís Fontes) 311
Figura 96 - Confirmação de 911, de acordo com a análise de L.F. (doc. 19). ©Francisco Andrade 312
Figura 97 - Elementos arquitetónicos in sito da capela de S. Frutuoso de Montélios [95]. Localização de estrutura que poderia pertencer ao mosteiro e localização de mausoléu (círculos a vermelho), elemento proveniente de S. Frutuoso da coleção do Museu Pio XII (nº 308) e elemento proveniente de S. Torcato, que apresenta semelhanças estilísticas e se poderá enquadrar no mesmo período, também pertencente à mesma coleção (nº 47). Elementos arquitetónicos (Fontes e Pereira 2009, vol I, pp. 38, 63). ©Manuel Pitães 313
Figura 98 - Leitura de paramentos do interior sul do mausoléu de S. Frutuoso, com indicação de séculos. ©UAUM/Francisco Andrade 314
Figura 99 - Termos de Braga dos séculos IX-X e mosteiros com dados documentais associáveis ao século XI. ©Francisco Andrade 315

Figura 100 - Localização do mosteiro de Palmeira (círculo a vermelho), com posição relativa a preexistência romana (villae, quadrado negro; sítios indeterminados, quadrado vermelho; necrópoles?, cruz). ©Francisco Andrade (capitel ©Manuel Pitães) 316
Figura 101 - Elementos provenientes de S. João de Areias e convento de Vilar de Frades (Fontes e Pereira 2009, vol I, pp. 71-73; vol. II, p. 17). ©Manuel Pitães. 317
Figura 102 - Localização do mosteiro de Arentim [23], sendo o círculo vermelho representativo de possível sítio indeterminado romano. ©Francisco Andrade (Elementos ©Manuel Real) 318
Figura 103 - Capiteis provenientes do mosteiro de Adaúfe (segundo Fontes e Pereira, 2009, vol I, pp. 51-52). ©Manuel Pitães. 319
Figura 104 - Referências do censual de finais do século XI e associação de referências com os termos de séculos anteriores. ©Francisco Andrade 321
Figura 105 - Capitel de pilastra dos séculos XI/XIII, associada a Encourados [10] (segundo Fontes e Pereira, 2009, vol. II, p. 16). ©Manuel Pitães 322
Figura 106 - Elementos arquitetónicos associados à igreja de Cabreiros [36] (segundo Fontes e Pereira 2009, vol. I, pp. 36, 89). ©Manuel Pitães 323
Figura 107 - Elementos arquitetónicos da Alta Idade Média associados a Esporões [45] (segundo Fontes e Pereira, 2009, vol. I, pp. 69, 79 e 76). ©Manuel Pitães 324
Figura 108 - Inscrição identificada na parede da igreja de Parada de Tibães (segundo Andrade, 2015, p. 98). 326
Figura 109 - Gelosia de Sobreposta [107] presente na coleção do Museu Pio XII, (segundo Fontes e Pereira, 2009, vol. I, p. 67). ©Manuel Pitães. 327
Figura 110 - Necrópoles associadas à Alta Idade Média. ©Francisco Andrade 328
Figura 111 - Fortificações que terão conhecido ocupação na Alta Idade Média. ©Francisco Andrade 329
Figura 112 - Levantamento de castelo de Penafiel de Bastuço (segundo Fontes e Regalo, 1997, p. 203). 331
Figura 113 - Sítios que poderão ser associáveis à Alta Idade Média e Índice de Posição Topográfica. ©Francisco Andrade 332
Figura 114 - Gráfico com Índices de Posição Topográfica dos sítios de Alta Idade Média. ©Francisco Andrade 333
Figura 115 - Mapa de Índices de Posição Topográfica dos mosteiros associáveis à Alta Idade Média, segundo fontes documentais analisadas. ©Francisco Andrade 335
Figura 116 - Gráfico com Índices de Posição Topográfica dos mosteiros associáveis à Alta Idade Média, segundo fontes documentais analisadas. ©Francisco Andrade 336
Figura 117 - Sítios que poderão ser associáveis à Alta Idade Média e mapa de declives. ©Francisco Andrade 338

Figura 118 - Gráfico com sítios que poderão ser associáveis à Alta Idade Média e declives. ©Francisco Andrade 339
Figura 119 - Mosteiros de acordo com as referências documentais, que poderão ser associáveis à Alta Idade Média e mapa de declives. ©Francisco Andrade 340
Figura 120 - Gráfico com declives das áreas em que foram implantados os mosteiros associáveis à Alta Idade Média, segundo fontes documentais analisadas. ©Francisco Andrade 340
Figura 121 - Sítios que poderão ser associáveis à Alta Idade Média e orientação da exposição solar. ©Francisco Andrade 344
Figura 122 - Gráfico de sítios que poderão ser associáveis à Alta Idade Média e exposição solar. ©Francisco Andrade 344
Figura 123 - Mapa de exposição solar dos mosteiros associáveis à Alta Idade Média segundo fontes documentais analisadas. ©Francisco Andrade 346
Figura 124 - Gráfico de mosteiros que poderão ser associáveis à Alta Idade Média, segundo fontes documentais analisadas e exposição solar. ©Francisco Andrade 346
Figura 125 - Sítios que poderão ser associáveis à Alta Idade Média e escoamento total mensal de águas. ©Francisco Andrade 348
Figura 126 - Gráfico de sítios que poderão ser associáveis à Alta Idade Média e escoamento mensal total de águas (mm). ©Francisco Andrade 348
Figura 127 - Mosteiros cujas referências documentais admitem a associação à Alta Idade Média e dados de escoamento total mensal de águas. ©Francisco Andrade 349
Figura 128 - Gráfico de mosteiros que poderão ser associáveis à Alta Idade Média, segundo fontes documentais analisadas e respetivos índices de escoamento mensal total de águas (mm). ©Francisco Andrade 350
Figura 129 - Visibilidade do castelo de Santa Marta da Falperra [47] e relação com os sítios conhecidos da Alta Idade Média (5K). ©Francisco Andrade 350
Figura 130 - Visibilidade do monte da Consolação [76] e relação com os sítios conhecidos da Alta Idade Média (5K). ©Francisco Andrade 351
Figura 131 - Visibilidade do monte das Caldas [103] e relação com os sítios conhecidos da Alta Idade Média (5K). ©Francisco Andrade 352
Figura 132 - Visibilidade do castelo de Penafiel de Bastuço [110] e relação com os sítios conhecidos da Alta Idade Média (5K). ©Francisco Andrade 354
Figura 133 - Visibilidade da possível mota de Castelhão [98] e relação com os sítios conhecidos da Alta Idade Média (5K). ©Francisco Andrade 355
Figura 134 - Visibilidades das possíveis estruturas defensivas utilizadas na Alta Idade Média e relação com os sítios conhecidos do mesmo período (5K). ©Francisco Andrade 356

Figura 135 - Mapa de Índices de Posição Topográfica dos sítios referenciados pelo censual de finais do século XI. ©Francisco Andrade 357
Figura 136 - Gráfico com Índices de Posição Topográfica dos sítios referenciados pelo censual de finais do século XI. ©Francisco Andrade 357
Figura 137 - Mapa com declives e sítios referenciados pelo censual de finais do século XI. ©Francisco Andrade 358
Figura 138 - Gráfico com declives dos sítios referenciados pelo censual de finais do século XI. ©Francisco Andrade 358
Figura 139 - Mapa com exposição solar e sítios referenciados pelo censual de finais do século XI. ©Francisco Andrade 361
Figura 140 - Gráfico com exposição solar dos sítios referenciados pelo censual de finais do século XI. ©Francisco Andrade 361
Figura 141 - Mapa com escoamento total mensal de águas e sítios referenciados pelo censual de finais do século XI. ©Francisco Andrade 362
Figura 142 - Gráfico com escoamento total mensal de águas e sítios referenciados pelo censual de finais do século XI. ©Francisco Andrade 362
Figura 143 - Distância entre fortificações e principal sistema viário, na Alta Idade Média. ©Francisco Andrade 364
Figura 144 - Relação entre sítios da Alta Idade Média e altimetria (Isolinhas de 100m). ©Francisco Andrade 365
Figura 145 - Relação entre sítios referenciados no censual de finais do século XI e altimetria (Isolinhas de 100m). ©Francisco Andrade 366
Figura 146 - Triangulação das fortificações que poderão ter sido ocupadas durante a Alta Idade Média. ©Francisco Andrade 367
Figura 147 - Triangulação das necrópoles que poderão ter sido ocupadas durante a Alta Idade Média. ©Francisco Andrade 368
Figura 148 - Proposta de hierarquia de povoamento da Alta Idade Média e principais núcleos de povoamento. ©Francisco Andrade 369
Figura 149 - Triangulação dos mosteiros que poderão ter sido ocupados durante a Alta Idade Média, de acordo com as referências documentais. ©Francisco Andrade 372
Figura 150 - Triangulação dos sítios referenciados no censual de finais do século XI. ©Francisco Andrade 373
Figura 151 - Circunscrições territoriais referenciadas no censual de finais do século XI. ©Francisco Andrade 374
Figura 152 - Sítios com vestígios associados à Baixa Idade Média. ©Francisco Andrade 375

Figura 153 - Distribuição dos sítios na região de Braga, segundo os dados fornecidos pelas Inquirições de 1220. ©Francisco Andrade 376
Figura 154 - Distribuição dos sítios na região de Braga, segundo os dados fornecidos pelas Inquirições de 1288. ©Francisco Andrade 377
Figura 155 - Planta de Braga nos séculos XIV-XV (segundo Ribeiro et. al., 2018, p. 377). 378
Figura 156 - Torre de menagem do castelo de Braga. ©Francisco Andrade 379
Figura 157 - Aspeto de lateral sul de catedral (esquerda) e capelas que limitam o conjunto episcopal bracarense, a norte (direita). ©Francisco Andrade 380
Figura 158 - Aspeto de paço arquiepiscopal de Braga, zona medieval. ©Francisco Andrade 380
Figura 159 - Mosteiros com ocupação conhecida, da Baixa Idade Média. ©Francisco Andrade 382
Figura 160 - Aspeto de frontaria medieva de Vilar de Frades. ©Francisco Andrade. 383
Figura 161 - Restituição de planimetria medieval de Vilar de Frades (segundo Fontes, Moreira e Duarte, 2016, fig. 15). 384
Figura 162 - Restituição do domínio monástico de Lomar, com base nos dados das Inquirições de 1288. ©Francisco Andrade 391
Figura 163 - Igreja de S. Pedro de Lomar. ©Francisco Andrade 392
Figura 164 - Elemento românico reaproveitado em caleira moderna, identificado no claustro do refeitório. ©Francisco Andrade. 392
Figura 165 - Planta esquemática do mosteiro de Tibães, na Idade Média, de acordo com os dados apresentados por Luís Fontes e Clara Rodrigues. Vestígios identificados, a vermelho-escuro e projeção a rosa. (Fontes, 2005, p. 118) 393
Figura 166 - Limites do couto de Tibães, de acordo com os dados extraídos na carta de couto. ©Francisco Andrade 396
Figura 167 - Limites do couto de Vimieiro, com base em DR, I, Nº 75 e 218 (Azevedo, 1958). 400
Figura 168 - Aspeto de ponte do Porto. ©Francisco Andrade 403
Figura 169 - Viação da Baixa Idade Média, com referência aos itinerários identificados por Almeida (1968). ©Francisco Andrade 404
Figura 170 - Aspeto de capela de S. Lourenço. ©Francisco Andrade 408
Figura 171 - Aspeto de fachada norte de igreja de S. Miguel de Gualtar, com portal românico. ©Francisco Andrade 410
Figura 172 - Aspeto da igreja de Santa Eulália de Tenões. ©Francisco Andrade 414
Figura 173 - Necrópoles associadas à Baixa Idade Média. ©Francisco Andrade 416
Figura 174 - Sítios com vestígios conhecidos da Baixa Idade Média, sobrepostos a mapa com Índice de Posição Topográfica. ©Francisco Andrade 418

Figura 175 - Gráfico com Índices de Posição Topográfica dos vestígios conhecidos da Baixa Idade Média. ©Francisco Andrade 420
Figura 176 - Sítios com vestígios conhecidos da Baixa Idade Média, sobrepostos a mapa de declives. ©Francisco Andrade 421
Figura 177 - Gráfico com declives dos vestígios conhecidos da Baixa Idade Média. ©Francisco Andrade 421
Figura 178 - Sítios com vestígios confirmados da Baixa Idade Média, sobrepostos a mapa com exposição solar. ©Francisco Andrade 422
Figura 179 - Gráfico com exposição solar dos vestígios conhecidos da Baixa Idade Média. ©Francisco Andrade 423
Figura 180 - Sítios referenciados da Baixa Idade Média, sobrepostos a mapa com escoamento total mensal de águas (mm). ©Francisco Andrade 424
Figura 181 - Gráfico com escoamento total mensal de águas e correlação de sítios com vestígios conhecidos da Baixa Idade Média. ©Francisco Andrade 425
Figura 182 - Sítios referenciados nas Inquirições de 1220, sobrepostos a mapa com Índices de Posição Topográfica. ©Francisco Andrade 426
Figura 183 - Gráfico com Índice de Posição Topográfica e sítios referenciados nas Inquirições de 1220. ©Francisco Andrade 426
Figura 184 - Sítios referenciados nas Inquirições de 1220, sobrepostos a mapa com valores de declive. ©Francisco Andrade 427
Figura 185 - Gráfico com declives de sítios referenciados nas Inquirições de 1220. ©Francisco Andrade 428
Figura 186 - Sítios referenciados nas Inquirições de 1220, sobrepostos a mapa com orientação de exposição solar. ©Francisco Andrade 429
Figura 187 - Gráfico com exposição solar e sítios referenciados nas Inquirições de 1220. ©Francisco Andrade 429
Figura 188 - Sítios referenciados nas Inquirições de 1220, sobrepostos a mapa com escoamento total de águas mensal de águas (mm). ©Francisco Andrade 430
Figura 189 - Gráfico com escoamento total mensal de águas e sítios referenciados nas Inquirições de 1220. ©Francisco Andrade 430
Figura 190 - Sítios referenciados nas Inquirições de 1288, sobrepostos a mapa com Índices de Posição Topográfica. ©Francisco Andrade 431
Figura 191 - Gráfico com Índice de Posição Topográfica e sítios referenciados nas Inquirições de 1288. ©Francisco Andrade 432
Figura 192 - Sítios referenciados nas Inquirições de 1288, sobrepostos a mapa com valores de declive. ©Francisco Andrade 433
Figura 193 - Gráfico com declives de sítios referenciados nas Inquirições de 1288. ©Francisco Andrade 433

Figura 194 - Sítios referenciados nas Inquirições de 1288, sobrepostos a mapa com orientação de exposição solar. ©Francisco Andrade 434
Figura 195 - Gráfico com exposição solar de sítios referenciados nas Inquirições de 1288. ©Francisco Andrade 435
Figura 196 - Sítios referenciados nas Inquirições de 1288, sobrepostos a mapa com escoamento total mensal. ©Francisco Andrade 436
Figura 197 - Gráfico com escoamento total mensal de águas de sítios referenciados nas Inquirições de 1288. ©Francisco Andrade 436
Figura 198 - Sítios associáveis à Baixa Idade Média e relação com rede viária e hipsometria. ©Francisco Andrade 437
Figura 199 - Sítios referenciados nas Inquirições de 1220 e relação com rede viária e hipsometria. ©Francisco Andrade 439
Figura 200 - Sítios referenciados nas Inquirições de 1288 e relação com rede viária e hipsometria. ©Francisco Andrade 439
Figura 201 - Triangulação dos sítios referenciados nas Inquirições de 1220, ilustrativa da malha de povoamento baixo medieval. ©Francisco Andrade 440
Figura 202 - Triangulação dos sítios referenciados nas Inquirições de 1288, ilustrativa da malha de povoamento baixo medieval. ©Francisco Andrade 441
Figura 203 - Proposta de hierarquia de sítios na Baixa Idade Média. ©Francisco Andrade 442
Figura 204 - Proposta de hierarquia de sítios referenciados nas Inquirições de 1220. ©Francisco Andrade 443
Figura 205 - Circunscrições territoriais referenciadas nas Inquirições de 1220. ©Francisco Andrade 444
Figura 206 - Proposta de hierarquia de sítios referenciados nas Inquirições de 1288. ©Francisco Andrade 445
Figura 207 - Circunscrições territoriais referenciadas nas Inquirições de 1288. ©Francisco Andrade 446
Figura 208 - Sítios que poderão ser associáveis à Idade Moderna. ©Francisco Andrade 447
Figura 209 - Referências documentais identificadas no "Numeramento" do século XVI. ©Francisco Andrade 448
Figura 210 - Referências documentais identificadas nas Memórias Paroquiais de 1758. ©Francisco Andrade 449
Figura 211 - Mapa de Georg Braun 1594, segundo Martins, Mar e Ribeiro (2021). ©ADB 450
Figura 212 - Casa da Câmara segundo "Mappa das ruas de Braga" (Bandeira, 2000, p. 43). 451
Figura 213 - Capela da Nª Srª da Conceição (à direita). ©Francisco Andrade 452
Figura 214 – "Mappa de Braga Primas", de 1756, segundo Martins, Mar e Ribeiro (2021). ©Biblioteca Nacional da Ajuda 453
Figura 215 - Conventos e mosteiros da Idade Moderna que foram identificados na região de estudo. ©Francisco Andrade 455

Figura 216 - Planta esquemática do mosteiro de Tibães no século XVI, segundo Fontes (2005). ©Luís Fontes/Clara Rodrigues....456
Figura 217 - Porta dos carros quinhentista do mosteiro de Tibães. ©Francisco Andrade....456
Figura 218 - Elementos arquitetónicos do século XVI, associáveis ao mosteiro de Tibães (nas fotografias em que aparecem dois elementos de vão, os do século XVI, são de menores dimensões). ©Francisco Andrade...457
Figura 219 - Cerca do mosteiro de Tibães no século XVI, adaptado de Fontes (2005). ©Francisco Andrade 459
Figura 220 - Freguesia de S. Martinho de Tibães no século XVI, segundo leitura da descrição documental em Fontes (2005, pp. 175-176) e localização de marcos extraída de Peixoto (2014, pp. 49-50). ©Francisco Andrade. 460
Figura 221 - Couto de Tibães no século XVI, segundo leitura da descrição documental e localização de marcos em Peixoto (2014, pp. 116-138). ©Francisco Andrade 461
Figura 222 - Aspeto do mosteiro de Tibães. ©Francisco Andrade....464
Figura 223 - Plantas do mosteiro de Tibães no século XVIII, segundo Fontes (2005, p. 156). 465
Figura 224 - Cerca do mosteiro de Tibães no século XVIII, de acordo com os dados disponíveis até ao momento. Adaptado de Fontes (2005). ©Francisco Andrade. 466
Figura 225 - Fotos de marcos delimitadores da freguesia de Tibães, que também são coincidentes com limites do couto. ©Francisco Andrade 467
Figura 226 - Couto de Tibães no século XVIII, de acordo com os dados recolhidos em Fontes (2005) e Peixoto 2014, pp. 116-138). ©Francisco Andrade....468
Figura 227 - Conjunto de ruínas identificadas na zona da antiga adega do convento de S. Francisco de Real. ©Arquivo UAUM/Francisco Andrade 469
Figura 228 - Desenho das estruturas identificadas na antiga adega e no compartimento, denominado de escada regral do convento de S. Francisco de Real. ©Arquivo UAUM/Francisco Andrade....470
Figura 229 - Fotografia de estruturas identificadas na envolvente do mausoléu de S. Frutuoso ©Arquivo UAUM/Francisco Andrade....471
Figura 230 - Alçado interpretado de estruturas na envolvente do mausoléu de S. Frutuoso. ©Arquivo UAUM/Francisco Andrade....471
Figura 231 - Alçado norte do convento de S. Francisco (C_Al_001), com evidência a vermelho dos alicerces e parte do sistema hidráulico do século XVIII. ©Arquivo UAUM/Francisco Andrade....472
Figura 232 - Alçado este do convento de S. Francisco (C_Al_002), com evidência a vermelho das estruturas do século XVIII. ©Arquivo UAUM/Francisco Andrade....473
Figura 233 - Gravura que apresenta o alçado sul do Convento de S. Francisco (s/d) Segundo Moura Coutinho (1979). 474
Figura 234 - Alçado sul do convento de S. Francisco (C_Al_003), com evidência a vermelho das estruturas do século XVIII. ©Arquivo UAUM/Francisco Andrade....474

Figura 235 - Muro da ala sul do claustro do convento de S. Francisco (C_Al_005), com evidência a vermelho das estruturas do século XVIII. ©Arquivo UAUM/Francisco Andrade 475
Figura 236 - Muro este do claustro do convento de S. Francisco (C_Al_006), com evidência a vermelho das estruturas do século XVIII. ©Arquivo UAUM/Francisco Andrade 476
Figura 237 - Fachada da igreja de S. Francisco de Real (século XVIII). ©Francisco Andrade 477
Figura 238 - Aspeto de confessionário do século XVIII. ©Arquivo UAUM/Francisco Andrade 477
Figura 239 - Aspeto de pinturas de nicho na entrada de convento (esquerda) e negativo de escadaria de torre sineira (direita). ©Arquivo UAUM/Francisco Andrade 478
Figura 240 - Proposta de limites da cerca do convento de S. Francisco no século XVIII, sobreposto a fotografia aérea (RAF47_138_5012) (limites de cerca a vermelho) ©IGEOE/Francisco Andrade 478
Figura 241 - Portal manuelino da igreja, do convento de Vilar de Frades. ©Francisco Andrade 479
Figura 242 - Área aproximada do domínio de Vilar de Frades. Adaptado de Rebelo e Pereira (2015) ©Francisco Andrade 480
Figura 243 - Planta com estruturas do convento dos Remédios identificadas na intervenção de 2012. ©Arquivo UAUM/Mário Pimenta/Francisco Andrade 482
Figura 244 - Fotografias de seleção de elementos arquitetónicos e epigráficos provenientes do convento dos Remédios, identificadas na intervenção de 2012, associáveis aos séculos XVII-XVIII. ©Arquivo UAUM/Mário Pimenta 482
Figura 245 - Fotografia do convento do Pópulo (igreja constitui ainda um local de culto e espaço conventual, sendo ocupado atualmente pela Câmara Municipal). ©Francisco Andrade 484
Figura 246 - Localização do convento do Pópulo e relação com Pousada e Semelhe. ©Francisco Andrade 484
Figura 247 - Localização do seminário de S. Pedro e S. Paulo (antigo colégio dos Jesuítas) ©Francisco Andrade 487
Figura 248 - Pormenores de colégio de S. Paulo nos mapas de Georg Braun de 1594 (esquerda) e "Mappa de Braga Primas" de 1756 (direita). ©ADB e Biblioteca da Ajuda 488
Figura 249 - Fotografia de ponte de Prado. ©Francisco Andrade 489
Figura 250 - Pormenor de mapa de Rizzi-Zannoni (c.1780). ©BNP 491
Figura 251 - Núcleo paroquial de Adaúfe. ©Francisco Andrade 495
Figura 252 - Igreja paroquial de S. Victor. ©Francisco Andrade 497
Figura 253 - Sítios com vestígios conhecidos da Idade Moderna, sobrepostos a mapa com Índice de Posição Topográfica. ©Francisco Andrade 512
Figura 254 - Gráfico com Índices de Posição Topográfica dos sítios associáveis à Idade Moderna. ©Francisco Andrade 512
Figura 255 - Sítios com vestígios conhecidos da Idade Moderna, sobrepostos a mapa de declives. ©Francisco Andrade 513

Figura 256 - Gráfico com declives dos sítios associáveis à Idade Moderna. ©Francisco Andrade 514
Figura 257 - Sítios com vestígios conhecidos da Idade Moderna, sobrepostos a mapa com exposição solar. ©Francisco Andrade 515
Figura 258 - Gráfico com exposição solar dos sítios associáveis à Idade Moderna. ©Francisco Andrade 516
Figura 259 - Sítios com vestígios conhecidos da Idade Moderna, sobrepostos a mapa com escoamento total de águas mensal de águas (mm). ©Francisco Andrade 517
Figura 260 - Gráfico com escoamento total mensal de águas dos sítios associáveis à Idade Moderna. ©Francisco Andrade 517
Figura 261 - Sítios referenciados no "Numeramento" do século XVI, sobrepostos a mapa com Índices de Posição Topográfica. ©Francisco Andrade 519
Figura 262 - Gráfico com Índices de Posição Topográfica dos sítios referenciados no "Numeramento" do século XVI. ©Francisco Andrade 519
Figura 263 - Sítios referenciados no "Numeramento" do século XVI, sobrepostos a mapa com valores de declive. ©Francisco Andrade 520
Figura 264 - Gráfico com declives dos sítios referenciados no "Numeramento" do século XVI. ©Francisco Andrade 520
Figura 265 - Sítios referenciados no "Numeramento" do século XVI, sobrepostos a mapa com valores de exposição solar. ©Francisco Andrade 521
Figura 266 - Gráfico com exposição solar dos sítios referenciados no "Numeramento" do século XVI. ©Francisco Andrade 522
Figura 267 - Sítios referenciados no "Numeramento" do século XVI, sobrepostos a mapa com escoamento total de águas mensal de águas (mm). ©Francisco Andrade 523
Figura 268 - Gráfico com escoamento total mensal de águas dos sítios referenciados no "Numeramento" do século XVI. ©Francisco Andrade 523
Figura 269 - Sítios referenciados nas Memórias Paroquiais de 1758, sobrepostos a mapa com Índices de Posição Topográfica. ©Francisco Andrade 524
Figura 270 - Gráfico com Índice de Posição Topográfica de sítios referenciados nas Memórias Paroquiais de 1758. ©Francisco Andrade 525
Figura 271 - Sítios referenciados nas Memórias Paroquiais de 1758, sobrepostos a mapa com valores de declive. ©Francisco Andrade 526
Figura 272 - Gráfico com declives de sítios referenciados nas Memórias Paroquiais de 1758. ©Francisco Andrade 526
Figura 273 - Sítios referenciados nas Memórias Paroquiais de 1758, sobrepostos a mapa com valores de exposição solar. ©Francisco Andrade 527

Figura 274 - Gráfico com exposição solar de sítios referenciados nas Memórias Paroquiais de 1758. ©Francisco Andrade 528
Figura 275 - Sítios referenciados nas Memórias Paroquiais de 1758, sobrepostos a mapa com valores escoamento total mensal de águas (mm). ©Francisco Andrade 528
Figura 276 - Gráfico com escoamento total mensal de águas de sítios referenciados nas Memórias Paroquiais de 1758. ©Francisco Andrade 529
Figura 277 - Sítios associáveis à Idade Moderna e relação com rede viária e hipsometria. ©Francisco Andrade 530
Figura 278 - Sítios referenciados no "Numeramento" do século XVI e relação com rede viária e hipsometria. ©Francisco Andrade 531
Figura 279 - Sítios referenciados nas Memórias Paroquiais de 1758 e relação com rede viária e hipsometria. ©Francisco Andrade 531
Figura 280 - Triangulação dos sítios referenciados no "Numeramento" do século XVI, ilustrativa da malha de povoamento moderno. ©Francisco Andrade 532
Figura 281 - Triangulação dos sítios presentes nas Memórias Paroquiais de 1758, ilustrativa da malha de povoamento do século XVIII. ©Francisco Andrade 533
Figura 282 - Proposta de hierarquia de sítios na Idade Moderna. ©Francisco Andrade 535
Figura 283 - Proposta de hierarquia de sítios referenciados no "Numeramento" do século XVI. ©Francisco Andrade 535
Figura 284 - Proposta de hierarquia de sítios referenciados nas Memórias Paroquiais de 1758. ©Francisco Andrade 536

Índice de tabelas

Tabela 1 - Tabela com as principais referências de propriedades do mosteiro de Vilar de Frades, nas Inquirições de 1220. 385

Tabela 2- Tabela com as principais referências de propriedades do mosteiro de Adaúfe, nas Inquirições de 1220. 387

Tabela 3 - Tabela com as principais referências de propriedades do mosteiro de Lomar, nas Inquirições de 1220. 389

Tabela 4 - Tabela com as principais referências de propriedades do mosteiro de Tibães, nas Inquirições de 1220. 399

Tabela 5 - Tabela com as principais referências de propriedades do mosteiro de Vimieiro, nas Inquirições de 1220. 401

Lista de siglas e abreviaturas

AEspA - *Archivo Español de Arqueología*

AD – *Anno domini*

ADB – Arquivo Distrital de Braga

AIM – Alta Idade Média

AM - Amostra

ANTT – Arquivo Nacional Torre do Tombo

aprox. - aproximadamente

AT – Antiguidade Tardia

BIM – Baixa Idade Média

BNP – Biblioteca Nacional de Portugal

BP – *Before Present*

BRA - Braga

CAOP – Cartografia Administrativa Oficial de Portugal

cal. – calibrado

C_Al. – Convento_Alçado

cap. - capítulo

col. – coleção

CSIC – *Consejo Superior de Investigaciones Científicas*

CSFR – Convento de S. Francisco de Real

CTT – Correios de Portugal (Correios, telégrafos e telefones)

D. - Dom

DGEMN – Direção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais

doc.; docs. – documento; documentos

E - este

et al. – *et alii*

FCT - Fundação para a Ciência e Tecnologia

Fig. – Figura

fl.; fls. – fólio; fólios

GATMAA – *Grupo de Arqueologia Tardoantigua y Medieval, Arqueologia de la Arquitectura*

GACMB – Gabinete de Arqueologia da Câmara Municipal de Braga

GIS – Sistema de Informação Geográfica (*Geografic Information System*)

ha - hectares

ICArEHB – *Interdisciplinary Center for Archaeology and the Evolution of Human Behavior*

IGEOE – Instituto Geográfico do Exército

IM – Idade Moderna

INCIPIT – *Instituto de Ciencias del Patrimonio*

INIAV – Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária

Inq. - Inquirições

Km – quilómetro

Lab2PT - Laboratório de Paisagens, Património e Território

LF; L. F. *–Liber Fidei*

Lit. - lítico

m – metro

mm - milímetro

most. – mosteiro

MPXII – Museu Pio XII

N - norte

nº - número

Nª Srª – Nossa Senhora

O – oeste

OSL – *Optically Stimulated Luminescence*

p. – página

pp. - páginas

PMH.D.C*. – Portugaliae Monumenta Histórica, Diplomata et Chartae*

PMH.Inq. *- Portugaliae Monumenta Histórica, Inquiditiones*

QGIS – Quantum Gis

RAF – *Royal Air Force*

S - sul

S. – São

s/d – sem data

Séc. – século

SMD – São Martinho de Dume

Sta. – Santa

Sto. - Santo

Supl. – suplemento

TPI – Índice de Posição Topográfica (*Topographic Position Index*)

UAUM – Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho

UE – Unidade Estratigráfica

U.F. – União de freguesias

UMinho – Universidade do Minho

UPV – *Universidad del País Vasco*

v. - verso

vol. - volume

Introdução

A evolução da paisagem de uma região, se estudada sob uma perspetiva arqueológica, não pode ser dissociada dos diversos trabalhos arqueológicos que aí foram levados a cabo. Deste modo e, dado que a região bracarense tem sido uma das áreas em que tem incidido uma parte considerável da nossa atividade de arqueólogo e onde está sedeada a Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, instituição em que nos enquadramos profissionalmente, consideramos que reunia as condições necessárias para o desenvolvimento da atividade de investigação a que nos propusemos.

A amplitude espacial e temporal da nossa investigação foi-se adaptando à que inicialmente se tinha delineado no primeiro projeto de doutoramento que apresentámos, denominado "Dinâmicas territoriais e poderes entre a Antiguidade Tardia e a Alta Idade média no NO de Portugal", consoante os pressupostos e condições para a sua elaboração se foram alterando. Não obstante, apesar de se tratar de um trabalho de investigação elaborado num contexto bem definido e balizado no tempo, fruto dos constrangimentos do calendário académico, seguramente beneficiou de um conhecimento que se foi acumulando ao longo de diversos anos de trabalho numa instituição universitária que, não raramente, assumiu posições inovadoras no âmbito de diversas áreas científicas.

Foi neste contexto de partilha de conhecimentos vários, que se começou a desenhar um projeto científico, que agregou diversos saberes e metodologias de investigação, e buscou o traçar de um caminho próprio, mas alicerçado num enquadramento epistemológico bem definido. Deste modo, não é possível dissociar do conhecimento da área em estudo, as diversas campanhas de trabalhos arqueológicos em que tivemos oportunidade de participar e codirigir em Dume, em Tibães ou no convento de S. Francisco e na cidade de Braga, em intervenções que abarcam a totalidade do espectro temporal em estudo.

Delineado o objeto de estudo e selecionados os instrumentos metodológicos para a sua abordagem, tornava-se necessária a definição dos dados a ser tratados e da forma como seriam apresentados. Neste sentido, porque a região bracarense tem vindo a ser estudada nas últimas décadas, por inúmeros autores, apesar de terem uma abordagem distinta da nossa, foi possível dispor de um excelente ponto de partida para o trabalho que desenvolvemos, designadamente ao nível dos inventários arqueológicos, que foram sendo elaborados.

Apesar da existência de diversos inventários arqueológicos que abarcam a área de estudo, optámos por incluir neste trabalho um inventário com o detalhe e características descritivas que usualmente acompanham os trabalhos académicos da área de arqueologia, que habitualmente abarcam uma área

com uma representatividade espacial abrangente, procurando explorar com maior detalhe, algum do conhecimento que temos, dos locais que temos estudado.

Dada a natureza interdisciplinar das fontes que serão usadas, entendemos ser mais apropriada uma listagem de sítios que contemplasse a relação dos dados arqueológicos com as diversas referências documentais que se lhes relacionam.

O conceito de sítio georeferenciável, pese embora tenha tido como ponto de partida a noção de sítio arqueológico na sua aceção mais tradicional, como sítio passível de ser identificado através de trabalhos de prospeção ou escavação arqueológica, englobou entidades que não são passíveis de ser identificadas desta forma, mas cujas referências de outra natureza permitem assumir corresponder a um núcleo de povoamento num determinado momento. Assim, apesar de este conceito já ter sido tratado por nós em Andrade (2015), no âmbito da nossa dissertação de mestrado, procurámos realizar no presente trabalho uma definição mais clara das fontes de informação que lhes estão subjacentes, nas análises que estabelecemos para cada período.

A estrutura do trabalho está diretamente relacionada com os pressupostos teóricos que lhe subjazem, ao nível das características da Arqueologia Interpretativa e da forma cumulativa de aquisição de conhecimento, sendo composto por quatro partes principais.

A parte I procurou tratar da problemática em estudo e o seu enquadramento no âmbito das principais disciplinas científicas que norteiam a abordagem que encetamos, a Arqueologia da Paisagem e a Arqueologia da Arquitetura. Procuramos uma aproximação que tivesse em consideração os fundamentos epistemológicos que nortearam as principais etapas de desenvolvimento destas áreas de investigação, que conheceram avanços significativos nas últimas décadas. Procurou-se igualmente enquadrar os principais estudos que estão disponíveis para a região a analisar, bem como os principais objetivos do trabalho que se desenvolveu. Encerra-se a primeira parte com a apresentação das propostas metodológicas que nortearam a nossa investigação.

A parte II procurou apresentar, com detalhe, os dados arqueológicos e documentais disponíveis para a região em estudo, tendo sido efetuada uma primeira análise acerca dos mesmos, agregando aos dados já existentes, novos dados produzidos no âmbito do presente trabalho. Uma das principais preocupações que tivemos na análise dos dados, foi a busca de uma necessária uniformização de informação diversificada e, sempre que possível, complementar a informação, de modo que estivesse disponível, de forma similar, para os distintos sítios e diferentes épocas.

Foi com base nesta informação, já com valor acrescentado, disponibilizada na parte II, que ensaiámos diversas abordagens à paisagem, com recurso às diversas ferramentas de análise, da área em estudo,

que permitiu encetar uma proposta interpretativa e que constituiu a parte III da presente tese. Procurou-se com esta abordagem produzir um conhecimento que beneficiasse das diversas aproximações que fizemos aos dados disponíveis, tendo-se procedido à elaboração de modelos interpretativos que pudessem plasmar os principais vetores evolutivos da paisagem bracarense e identificar os seus principais intervenientes.

Na parte IV, explanamos as principais conclusões que conseguimos chegar, com base no tratamento dos dados que efetuamos nas partes precedentes.

Um dos objetivos desse trabalho foi a revisitação de problemáticas amplamente debatidas no discurso histórico, munidos de um aparato metodológico integrador e inovador, de modo que a complexidade dos processos históricos mais impactantes na região, possa ser percecionada de forma mais abrangente.

É a primeira vez que se sujeita, com este detalhe, o território bracarense a uma análise na longa duração, abrangendo simultaneamente o meio urbano e rural, em conjunto, ao mesmo tipo de análises. Efetivamente, este estudo procurou abrir definitivamente a janela da cidade de Braga, tão intensamente e detalhadamente estudada, ao território, procurando dar continuidade a alguns trabalhos que já tínhamos ensaiado nesse sentido, mas com uma abrangência mais circunscrita, essencialmente direcionada para a periferia norte da cidade e relacionada com o estudo do mosteiro e *villa* de Dume e do convento de S. Francisco e mausoléu de S. Frutuoso, importantes referentes paisagísticos da região de Braga e notáveis Monumentos Nacionais.

Esperemos que a utilização do aparato metodológico utilizado para esta região, possa ser replicada numa área mais ampla, de modo que possamos testar a sua aplicabilidade e validade para regiões distintas da que apresentamos, no sentido de percecionar em que medida os resultados poderão ser diferentes, com dados de natureza distinta e realidades físicas também dissemelhantes da que estudamos.

Para além deste facto, a disposição de dados da mesma natureza, para uma região mais ampla poderá providenciar dados suficientes para conclusões de distinta natureza e, consequentemente, considerar a validade das mesmas, de forma mais fundamentada.

É este primeiro passo que pretendemos dar nesse sentido, com o trabalho que vos apresentamos, perspetivando a sua continuidade como algo desejável e necessário.

Parte I - Problemática em estudo e metodologia

1. Historiografia da investigação

O estudo do povoamento no território bracarense tem conhecido diversas abordagens e perspetivas, cobrindo diferentes contextos culturais e períodos históricos, que se focaram primordialmente no período romano e na Alta Idade Média (Martins, 1990; Carvalho, 2008; Fontes *et al.*, 2010b; Fontes, 2011b; Martins e Carvalho, 2016; Fontes, 2017; Fontes e Andrade, 2018; Andrade e Fontes, 2020).

Manuela Martins (1990), efetuou uma pioneira abordagem à paisagem cultural proto-histórica e romana do curso médio do Cávado, tendo usado modelos de análise espacial, para identificar recorrências e padrões de povoamento daqueles dois períodos (Martins, 1988). No que ao estudo que é desenvolvido diz respeito, fornece dados relevantes acerca dos principais vetores do povoamento romano, que precede o povoamento tardo antigo e que constitui o ponto de partida da análise a efetuar na nossa investigação (Martins, 1995).

O trabalho de Helena Carvalho (2008), analisa o povoamento rural romano com maior detalhe, desenvolvendo a análise que tinha sido iniciada por Manuela Martins, alargando a área de análise à fachada norte atlântica, entre Douro e Minho. Pela primeira vez, na região de Braga, é proposta uma malha de centuriação que terá constituído a base de ordenamento da paisagem rural bracarense. É igualmente proposta uma tipologia de sítios de época romana, que já havia sido sugerida por Manuela Martins (1995), a qual nos serviu como ponto de partida para o presente estudo, à semelhança do que aconteceu no trabalho de mestrado que desenvolvemos (Andrade, 2015), no qual se esboçou uma proposta de hierarquização de povoamento tendo em consideração a proximidade da cidade de Braga e a sua influência no território. Em trabalho posterior, Manuela Martins e Helena Carvalho (2016), aprofundaram as considerações acerca da influência da cidade romana e das suas elites na organização do povoamento da periferia imediata.

A investigação efetuada em Fontes *et al.* (2010b) estabelece um panorama síntese das características da cidade de Braga na época tardo antiga, bem como da sua envolvente, sendo propostos alguns vetores que vão nortear as investigações da região naquele período, designadamente ao nível do domínio monástico de Dume, cujo estudo foi continuado em Andrade (2015). Luís Fontes (2011b), complementa a abordagem anterior, analisando a topografia e toponímia bracarense, indicando hipóteses relativas às condições de defensibilidade da região em época próxima ao domínio muçulmano da península Ibérica. Luís Fontes (2017), atualiza em traços gerais a topografia cristã de *Bracara* entre os séculos V-VII. Já o trabalho de Luís Fontes e Francisco Andrade (2018), endereça-se à periferia imediata de Braga entre os séculos V e XIII. Neste trabalho, os autores avaliam a sequência ocupacional da região valorizando as principais permanências e alterações no povoamento, mediante uma dupla perspetiva de abordagem

em que se entrecruzam a leitura da evolução urbana e a da periferia rural. Também se efetua uma análise aos principais locais de culto cristão na periferia de Braga, valorizando-se o seu impacto na evolução do povoamento. É incorporada a análise ao domínio monástico de Dume que já havia sido incluído em Andrade (2015) e avaliou-se a espacialidade das circunscrições administrativas que se conhecem para a região até o século XIII, assinalando-se a presença de marcadores cristãos como referenciais primordiais no ordenamento do território. No trabalho de Francisco Andrade e Luís Fontes (2020), foi efetuada uma análise dos principais marcadores cristãos na periferia da cidade de Braga estabelecendo-se uma análise comparativa com algumas das cidades do império ocidental romano.

O conjunto de publicações referidas representaram abordagens preliminares de questões que serão aprofundadas ao longo do presente trabalho de investigação. Na verdade, esses trabalhos constituem abordagens arqueológicas que enfatizaram a importância da igreja na organização do território, a partir da Antiguidade Tardia.

Para além destes estudos de síntese, dispomos dos resultados de diversos trabalhos efetuados em sítios arqueológicos de grande importância para a compreensão das principais unidades de povoamento da região, a começar pela cidade de Braga, onde se desenvolve um projeto de arqueologia urbana desde 1976, no âmbito do qual se realizaram largas dezenas de intervenções arqueológicas que permitiram compreender o traçado fundacional e a sua evolução tanto urbana como arquitetónica (Martins e Carvalho, 2016; Martins *et al.*, 2017a; Braga, 2018). O trabalho de Maria do Carmo Ribeiro (2008), sistematizou a evolução urbana da cidade de Braga, entre a época romana e os alvores da Idade Moderna, tendo beneficiado dos inúmeros dados recolhidos no âmbito do projeto de Salvamento de *Bracara Augusta* e efetuado uma análise detalhada das arquiteturas da cidade de Braga. A arqueologia tem igualmente permitido detalhar as mudanças topográficas e arquitetónicas que ocorrem na cidade de Braga a partir da Antiguidade Tardia, muito devedoras da cristianização do espaço (Martins *et al.,* 2016; 2017b).

Na periferia imediata da cidade, cabe referir os diversos trabalhos coordenados por Luís Fontes no sítio arqueológico de Dume, sintetizados em Fontes (2018). A evolução das arquiteturas e da paisagem, foram parcialmente revistas no presente trabalho. Trata-se de um dos sítios fulcrais para o conhecimento da paisagem na bacia do Cávado e para a análise da importância dos conjuntos monásticos, dada a sua importância regional e até supranacional, na compreensão do fenómeno do surgimento dos conjuntos monásticos no ocidente europeu. Os resultados das intervenções realizadas no mosteiro de S. Martinho de Tibães foram sintetizados em Fontes (2005), que efetuou uma primeira abordagem à paisagem e arquitetura do mosteiro, desde a sua fundação no século XI, até à saída da comunidade monástica em

1834. Esta análise, forneceu os principais dados do conjunto monástico, incorporados no presente estudo.

Os trabalhos que atrás se referem, proporcionam dados com distintos níveis de aprofundamento acerca da cidade de Braga e território tardo antigos, havendo a necessidade, no nosso entender, de uma uniformização e diversificação da análise e o estabelecimento de pontes para a compreensão dos períodos sucedâneos, especialmente ao nível da articulação da cidade com o território rural.

Face ao incontornável papel das instituições eclesiásticas em Braga, não será concebível uma abordagem analítica da região sem ter em consideração o património fundiário da igreja, tendo tido os diferentes estudos que a ele se referem, um foco essencialmente de âmbito historiográfico, baseado nas diversas fontes documentais disponíveis (Marques, 1988; Costa, 1997; Amaral, 2007; Marques, 2014), valorizando sobretudo os acervos textuais e os modelos arquitetónicos e artísticos conhecidos.

José Marques (1988) estudou a arquidiocese de Braga no século XV, com base essencialmente documental, elaborando uma criteriosa análise económica e social, fundamentada nos arquivos das instituições diocesanas. Os dados proporcionaram valiosas informações acerca das relações de poder conflituantes na arquidiocese bracarense no século XV, bem como do património eclesiástico desse período. Já o extenso trabalho de Avelino Costa (1997) teve como ponto de partida o censual de entre Lima e Ave de finais do século XI, conhecido como censual do bispo D. Pedro. A obra, que cruzou os dados do referido documento e diversas fontes documentais em que se referenciam as variadas unidades de povoamento, traduziu-se num importante acréscimo de conhecimento sobre a origem e evolução da arquidiocese de Braga. Também com uma base essencialmente documental, Luís Carlos Amaral (2007) analisou os contornos e evolução da diocese no período da reconquista, entre o século IX e os inícios do século XI. O autor elabora sobre a distinção entre os principais tipos de entidades populacionais e propriedades da diocese de Braga, procurando esclarecer quais os vetores que definiram o processo de organização espacial que se verificou durante o processo de reconquista. Já André Marques (2014) procurou estabelecer uma metodologia de análise para as referências espaciais presentes nas fontes documentais, tendo procurado compreender o significado material subjacente ao léxico, tendo como base de análise o território da diocese bracarense entre os séculos IX e XI. Todos estes estudos fornecem importantes dados históricos sobre distintos períodos, que proporcionarão importantes referenciais para enquadrar diversos tipos de materialidades identificadas.

2. Problemática e objetivos

O presente estudo visa a compreensão da paisagem e das estruturas de povoamento no território bracarense, no período compreendido entre a Antiguidade Tardia e a Idade Moderna, com um foco primordial nos domínios monásticos. Entende-se por território bracarense a área aproximada do atual concelho de Braga. Por sua vez, o conceito de paisagem, que sustenta o nosso trabalho é devedor do conceito explanado por Felipe Criado Boado (1993, p.32), que define paisagem hierarquizada como uma das formas da paisagem domesticada, que reproduz a instauração de determinadas relações sociais e produtivas. Neste caso, a paisagem do território em análise, compreende as distintas delimitações que foram efetuadas ao longo dos tempos, bem como as entidades, forças e poderes convergentes e/ou conflituantes, cujas dinâmicas permitiram o desenvolvimento territorial, que tiveram como ponto de chegada, o atual concelho bracarense.

Reconhecemos os relevantes contributos que a arqueologia tem vindo a fornecer para o estudo da paisagem e do povoamento, no âmbito de uma abordagem que segue os pressupostos da Arqueologia da Paisagem, que se tem vindo a afirmar na investigação das últimas décadas (Martins, 1988; Criado Boado, 1999; Hamerow, 2002; Christie, 2004; Carvalho, 2008; Tente, 2010; Blanco Rotea, 2015; Sánchez Pardo e Shapland, 2015; Blanco Rotea, 2017; Martins e Carvalho, 2016; Sánchez Pardo, Marron e Tiplic, 2020). Esses contributos possibilitaram um acréscimo considerável do conhecimento sobre as paisagens antigas, permitindo igualmente a valorização das entidades patrimoniais que as compõem, diversificando as perspetivas teóricas e metodológicas de análise (Criado Boado, 1999; Cowley *et al.*, 2010; Chruchley e Crow, 2010; Mayoral Herrera e Celestino Pérez, 2011; Blanco Rotea, 2015; Brugers *et al.*, 2016). Assim, considerou-se pertinente o enquadramento dessas perspetivas na narrativa histórica para a região considerada, na longa duração, circunscrevendo-se, para já, as abordagens dessa natureza à área urbana bracarense (Ribeiro, 2008), ou a unidades de povoamento na sua periferia (Fontes, 2018).

Pela riqueza das suas fontes documentais e pela relevância dos dados arqueológicos obtidos nas últimas quatro décadas, a região bracarense oferece-se como espaço privilegiado para o estudo e compreensão da evolução da paisagem entre a Antiguidade Tardia e a Idade Moderna. Para o vasto período cronológico que pretendemos estudar, está ainda por aferir, com detalhe, o impacto das principais dinâmicas de poder nas estruturas sociais e de povoamento, de acordo com os pressupostos da Arqueologia da Paisagem, bem como os processos construtivos, de acordo com as análises efetuadas mediante os pressupostos da Arqueologia da Arquitetura.

Assim sendo, e tendo em consideração o território em estudo e os dados recolhidos nos diversos trabalhos já referidos, a nossa investigação teve como ponto de partida o conhecimento dos poderes subjacentes nas sociedades que ocuparam o espaço bracarense e a avaliação do seu papel nas alterações da paisagem entre a Antiguidade Tardia e a Idade Moderna, procurando-se responder às seguintes questões de investigação: i) quais os principais poderes conflituantes, qual o balaço de poderes e de que forma se foram alterando ao longo dos tempos ?; ii) quais as principais ruturas e permanências que se identificam no povoamento nos distintos períodos históricos; quais os principais agentes e promotores do povoamento e em que condições ?; iii) quais os principais constrangimentos e condicionantes físicas, políticas e sociais a determinados tipos de povoamento ?; iv) de que forma se hierarquizou o povoamento nas distintas épocas ?; v) qual foi o papel das comunidades monásticas no povoamento na região bracarense e quais os principais entraves e condições favoráveis para a sua implantação e o seu enquadramento na hierarquia de povoamento identificada; vi) quais os distintos modelos organizativos do povoamento, nos diversos períodos históricos na região de Braga.

3. Enquadramento teórico e metodológico

3.1. Arqueologia da Paisagem: origem, desenvolvimento e perspetivas atuais

O conceito de paisagem é ambíguo, polissémico e frequentemente impreciso. Esta imprecisão pode, em parte, ser explicada pelo diferente significado que o termo apresenta, consoante a língua e o contexto em que é utilizado (Orejas, 1991, pp. 193).

Almudena Orejas (1991, pp. 192-195), apresenta, a título exemplificativo, as diferenças de sentido do conceito, tal como usado em Espanha, pelo menos desde o século XVIII, essencialmente no âmbito da representação artística, distinto do equivalente francês, com significado mais amplo, não se restringindo à sua acessão pictórica, mas à representação de um território, recorrendo a aspetos sensoriais.

Para além deste primeiro conceito de paisagem, associado à contemplação visual e de cariz predominantemente artístico, ciências como a geologia, ou a geografia física, passaram a incorporar o conceito como objeto de estudo (Orejas, 1991, p. 195). Estas abordagens de finais do século XIX, tiveram como principais protagonistas geógrafos como Ratzel (1844-1904), Hettner (1859-1941) e Vidal de La Blanche (1845-1918) e focaram-se na interação do ser humano com o meio ambiente, abrindo o caminho para as primeiras escolas de Geografia Regional. Estes trabalhos influenciaram duas correntes independentes, que tiveram um considerável impacto em posteriores estudos de Arqueologia da Paisagem. Falamos da Escola dos *Annales* e da Geografia Cultural, no âmbito da qual se destaca o trabalho de Carl Sauer (1889-1975). A Escola dos *Annales* teve uma grande influência no aparato metodológico de análise proposto por Vidal de La Blanche (1845-1918), estando a abordagem deste autor na origem das análises regionais da paisagem, que devem integrar todos os aspetos que caracterizam uma região, como o clima, a vegetação, o relevo e atividade humana em todas as suas vertentes. Assim, uma paisagem específica deverá incluir o resultado da integração de todos aqueles elementos (Parcero Oubiña, Barreiro e Criado Boado, 2014, pp. 4379-4388).

O reconhecimento da importância de relação homem/meio, complementada por ideias procedentes da sociologia, proporcionou a visão histórica do conceito de paisagem, ainda que associada a uma história predominantemente agrária, estando bem refletida no estudo de cadastros antigos do período romano e medieval, uma tradição de investigação baseada no reconhecimento e documentação de estruturas antigas ainda visíveis, recorrendo a um uso intensivo de fontes de informação como fotografia aérea, complementadas por documentação cadastral (Parcero Oubiña, Barreiro e Criado Boado, 2014, pp. 4379-4388). Estas abordagens desenvolveram-se sobretudo em Itália e França, até à II Guerra Mundial. A partir de então regista-se uma maior diversificação e renovação de linhas de investigação,

que passam a abarcar a proto-história e o período medieval, tendo como principais palcos, os países nórdicos, a Alemanha, os Países Baixos e o Reino Unido. Paulatinamente, ampliam-se também os meios de registo e as fontes de informação, registando-se, para além do uso da cartografia, o uso da fotografia aérea e o recurso aos resultados das análises palinológicas, carpológicas, antracológicas e arqueozoológicas, bem como o reconhecimento sistemático do terreno (Orejas, 1991, pp. 197-198).

O desenvolvimento da Geografia Cultural, em Inglaterra e nos Estados Unidos da América, permitiu o aparecimento das primeiras propostas sobre a relevância da dimensão espacial relativamente ao registo arqueológico. Assim, na década de 1950, regista-se o aparecimento das técnicas do que se convencionou denominar de *Field Archaeology*, cujo objetivo era a análise dos indícios identificáveis no território, recorrendo a todos os meios de documentação e técnicas disponíveis, aumentando o interesse pelo estudo do território, emergindo a noção da paisagem como um palimpsesto (Orejas, 1991, p. 199). Estavam reunidas as condições para a emergência, nos finais dos anos 60 e principalmente nos anos 70 do século XX, de uma alternativa ao paradigma histórico-cultural, associada ao aparecimento da Nova Arqueologia, alicerçada nas técnicas da *Field Archaeology* e na também denominada Nova Geografia, inspirada no positivismo da Escola de Viena. Este movimento ocorreu em simultâneo no Reino Unido, com D. Clarke (1968) e nos EUA, com Lewis Binford (1931-2011), onde esteve mais diretamente relacionado com os avanços ocorridos na antropologia e com a influência dos trabalhos de Carl Hempel (1966) sobre a construção do conhecimento científico. Para além do Positivismo Lógico, a Nova Arqueologia foi influenciada pelo Neo-evolucionismo e pela Teoria Geral dos Sistemas, desenvolvida por Ludwig von Bertalanffy entre os anos 50 e 60 do século XX (Bertalanffy, 2008; García Sanjuán, 2005, pp. 116-117).

É no âmbito da denominada Nova Arqueologia, com um foco bastante grande na metodologia, como forma de aceder a sociedades passadas (Thomas, 2000, p. 1), que se abre definitivamente a porta à incorporação de diversos métodos e técnicas desenvolvidas noutras disciplinas, com destaque para a geografia e a antropologia. Na verdade, a nova abordagem enquadrada pelos pressupostos processualistas propunha uma interpretação quanto ao modo como as sociedades se relacionam com os territórios, sendo estes entendidos como um conjunto de recursos à disposição das comunidades, uma visão que está na base do funcionalismo económico. Por sua vez, a cultura foi concetualizada como uma adaptação extra somática ao meio, o que justificou uma interpretação sistémica das mudanças culturais, resultantes de processos adaptativos, determinados por desequilíbrios entre os recursos disponíveis e a sua exploração, tendo o funcionalismo introduzido uma analogia entre a vida orgânica e a vida social, estabelecendo-se uma relação entre qualquer aspeto da vida passada e a sua contribuição

para o funcionamento da mesma (Hodder, 2000, p. 33). Os estudos que foram surgindo neste âmbito, enquadraram-se no que se convencionou denominar por Arqueologia Espacial, de pendor processualista e funcionalista, que potenciou o desenvolvimento dos estudos ambientais no Reino Unido (Criado Boado, 1999, pp. 4-5).

A Arqueologia Espacial consolidou os seus pressupostos em meados dos anos 70 (Hodder e Orton, 1976; Clarke, 1977), tendo como principal foco o uso da estatística e de modelos matemáticos. Embora a Arqueologia Espacial pretenda abordar a totalidade da presença humana no território, os sítios desempenham um papel fulcral nas análises que são realizadas, aplicadas em três principais escalas: micro, semi-micro e macro (García Sanjuán, 2005, p. 128). A análise micro, desenvolvida no âmbito desta corrente de investigação, tem como objetivo a determinação da dimensão espacial de vestígios circunscritos a estruturas individuais, constituindo essencialmente um diagnóstico funcional, de acordo com a abordagem empírica referida por F. Criado Boado (1999, pp. 4-5), acima mencionada. A escala semi-micro desenvolve-se ao nível do sítio individualmente, valorizando os espaços de atividade grupal e coletiva. A escala macro, neste âmbito, explora as relações dos sítios entre si e com o meio ambiente. Tratando-se de uma escala regional de análise, tem como principal ênfase a estratégia de ocupação e exploração económica da natureza, assim como a territorialidade teórica que reflete os relacionamentos intergrupais, que se consubstanciam em possíveis relações de desigualdade, conflitualidade, cooperação, comunicações ou, por exemplo, de comércio (García Sanjuán, 2005, p. 128). Embora não sendo exclusiva, a escala macro constituiu o cerne da abordagem das paisagens.

O quadro de renovação epistemológica e metodológica que caracterizou a Nova Arqueologia foi favorável ao desenvolvimento da metodologia de análise de Captação de Recursos, cujo principal propósito era a interação dinâmica das comunidades com determinados nichos ecológicos. Esta metodologia assenta em três princípios fundamentais: a relação proporcional entre a distância e o gasto de energia na obtenção de recursos; o princípio da racionalidade económica e a distinção da importância relativa entre determinados tipos de recursos (García Sanjuán, 2005, p. 131).

As correntes marxistas também influenciaram a teoria arqueológica, que incorporou a lógica da dialética e a teoria e *praxis* do desenvolvimento social (Mcguire, 2002, p. 56). O marxismo tem como foco um tipo de teoria geral, conjugando ideias que, apesar de reconhecerem a existência de exceções e idiossincrasias regionais, procura identificar princípios universais, que regulamentam a mudança social (Iacono, 2013, p. 2). Todavia, o seu desenvolvimento e afirmação na prática arqueológica não conheceu uma grande ou uniforme difusão nos distintos países, estando muitas vezes condicionada pelas realidades e contingências políticas de cada um. Deste modo, é compreensível que, no âmbito da URSS,

durante a vigência do regime comunista, tenha constituído a base teórica exclusiva da prática arqueológica. Podemos reconhecer em algumas da problemáticas tratadas nos anos 70, na *University College of London*, no âmbito do Marxismo Estrutural, um dos principais contributos. Esta corrente será de alguma forma tributária da figura de Vere Gordon Childe (1892-1957) e da sua relevante contribuição enquanto docente desta instituição. É ainda de ressalvar o papel importante do Marxismo Crítico, desenvolvido na *American Association of Archaeology* (Thomas, 2000, p. 199). Em Espanha, surgiu após o fim do regime de Franco, tendo-se propagado na América Latina como reação à Nova Arqueologia, refletindo o ambiente sociopolítico vivido nessa região (Mcguire, 2002). Esta corrente epistemológica permaneceu ligada a determinadas instituições e grupos de investigadores, situação explicada pela forte componente política da teoria marxista, não sendo possível perspetivar uma Arqueologia Marxista, separada do marxismo como um todo (Mcguire, 2002, p. 4). A sua aplicação nos estudos da paisagem decorre dos seus pressupostos, permitindo perspetivar a relação de interação entre as comunidades e o meio envolvente, enquadrada por conceitos operativos como meios, relações e modos de produção, que explicam as dinâmicas sociais, em termos de relações hegemónicas entre grupos e classes, através da apreciação entre os "meios de interação" e as "relações de interação" (Iacono, 2021, p. 91). A relação com o espaço é considerada mediante uma relação em rede, que possibilita as transações entre outros modos de produção e que potencia o nível de acumulação de capital e a quantidade de recursos disponíveis. Este sistema concetual em rede é formado por nós interligados entre si, sendo possível estimar o seu grau de centralidade pela contagem absoluta de arestas que ligam um nó aos outros (Iacono, 2021, pp. 95-96).

Nos finais da década de setenta, na área de influência da geografia francesa, surgiram diversas teses ecologistas, que tiveram como principal dinamizador G. Bertrand (1975), sendo esta abordagem conhecida por Ecologia Histórica. Bertrand propôs uma adequação e reflexão do uso de diversos termos e a sua adequação com o objeto de estudo, tendo considerado que o termo paisagem não deveria ser utilizado a nível científico, devido à sua ambiguidade, entendendo mais adequada a utilização do conceito de geossistema, para descrever uma estrutura espacial, com um funcionamento geográfico autónomo em que se relacionam o sistema abiótico, o biológico e o antrópico. Os estudos da paisagem direcionados para a Ecologia Histórica pretenderam evitar os excessos de formalismo e as análises geométricas do espaço, passando a ser baseados na dialética entre a sociedade e a natureza, defendendo um determinismo ecológico relativo, na medida em que as etapas de boqueio em que o meio é determinante, potenciam novos marcos tecnológicos, que permitem que haja evolução e a superação da situação prévia.

A alteração paradigmática que conduz à afirmação da Arqueologia da Paisagem terá que ser vista no âmbito da crítica ao positivismo, que constituía a base do pensamento subjacente às correntes anteriormente descritas, surgindo no contexto de posições mais subjetivas com base nos fundamentos da Fenomenologia, devida aos trabalhos de E. Husserl (1859-1938), que pretendia aceder às experiências e aos conteúdos da consciência através da intuição (Criado Boado, 2012, p. 140). Husserl defendeu a subjetividade teórica das ciências empíricas, substituindo a certeza positivista, pela probabilidade ou possibilidade intelectualizada acerca de determinado fenómeno empírico. A incorporação no pensamento arqueológico de alguns pressupostos teóricos, que permitiram uma alternativa ao positivismo contou, entre outros, com o contributo de Ian Hodder (1982), no âmbito da denominada Arqueologia Contextual, em que se enfatiza a prática interpretativa.

O início da adaptação dos conceitos fenomenológicos nos estudos da Arqueologia da Paisagem ocorre com os trabalhos de Christopher Tilley (1965-), designadamente com a publicação do seu trabalho "*A phemomenology of Landscape*" (1994). A partir deste momento perceciona-se uma mudança no uso do conceito de paisagem, argumentando-se que, ao invés de ser considerada como parte de um ambiente externo, anterior e independente dos humanos, deverá ser entendida como uma construção social e cultural moldada, ordenada e apropriada em termos materiais e conceptuais. A contestação ao paradigma positivista na arqueologia data dos anos 90 do século XX, enquanto na geografia se iniciou três décadas antes, com os trabalhos de Lynch (Parcero Oubiña, Barreiro e Criado Boado, 2014, pp. 4379-4388). O pensamento fenomenológico abriu novas possibilidades para os estudos arqueológicos, permitindo um alargamento dos objetos de estudo e a diversificação e ampliação de conclusões. Contudo, a adaptação de uma postura subjetiva e a necessidade de limitar os excessos interpretativos resultantes de uma aplicação pouco criteriosa da subjetividade, como foi referido por F. Criado Boado (2012, p. 146), induzem a necessidade de criação de uma subjetividade que tivesse "consciência de si", capaz de examinar outras distintas subjetividades.

A adoção do paradigma epistemológico foi alvo de críticas, desde bastante cedo, destacando-se, a título de exemplo, as que foram endereçadas por A. Fleming (1999; 2006), analisadas posteriormente por J. Barret e I. Ko (2009). Algumas das críticas que foram feitas na aplicação da fenomenologia à arqueologia relacionam-se com o facto dos estudos realizados se terem limitando ao uso da nomenclatura, evitando os aspetos técnicos da corrente filosófica. As críticas de Fleming (1999, 2006) referem também a ausência de consenso metodológico, o que determina a impossibilidade de verificação das propostas interpretativas decorrentes da aplicação destes estudos (Barret e Ko, 2009, pp. 276-277). A abordagem fenomenológica de Tilley (2005) e de Cummings e Whitle (2004) parte do princípio de que

o registo arqueológico só pode ser compreendido por mediação humana, dependendo o seu significado da inter-relação entre as materialidades e o ser humano, sendo o corpo o veículo através do qual esse envolvimento ocorre. Seria através do envolvimento do seu corpo que o arqueólogo poderia aceder a um estar no mundo passado e a descodificar o significado do registo arqueológico. A abordagem de Tilley (1994, p. 12), acerca da forma como seria estar o estar-no-mundo através de um distanciamento do mesmo e consequente criação de um distanciamento no espaço, foi alvo de críticas por parte de Barret e Ko (2009, pp. 276-277) que consideram que poderá haver alguma contradição entre a visão de Tilley (1994) do sujeito consciente e objetificante e a fenomenologia Heideggeriana.

Felipe Criado Boado discutiu algumas das questões suscitadas pela adoção da fenomenologia na teoria e prática arqueológica que definiu uma primeira agenda da arqueologia pós-processual que se denominou de Arqueologia Contextual. A superação do subjetivismo da fenomenologia através da hermenêutica conduziu à Arqueologia Interpretativa, cuja preocupação fundamental seria a busca de um horizonte de interpretação e inteligibilidade que não estivesse exclusivamente mediado pelo sujeito (Criado Boado, 2012, p. 157).

Os trabalhos de Merleau-Pointy (1984, p. 369) propõem a transformação da fenomenologia de Husserl, que procurava compreender o homem e o mundo a partir da sua facticidade, como foi referido por Husserl, defendendo a necessidade de operar três mudanças fundamentais: a mudança da noção de mundo, que substitui o ser como origem e fundamento da realidade, a reivindicação do sujeito como horizonte de inteligibilidade sobre a existência e situar a significação no mundo e não na consciência do sujeito (Criado Boado, 2012, p. 157).

A relativização do sujeito na prática hermenêutica também é defendida pela Escola de Frankfurt e por Hans-Georg Gadamer (1900-2002), devendo-se a este último, a contribuição para conferir à hermenêutica o valor de método e prática. O autor aprofunda o círculo hermenêutico, como método interpretativo, sintetizando um procedimento que consiste em antecipar uma explicação sobre o fenómeno considerado por meio da experiência pré-científica para, posteriormente, corrigir e calibrar a explicação formulada. Assinale-se a importância de reconhecer a distância no tempo como uma possibilidade positiva e produtiva para o conhecimento, não constituindo um abismo incontornável, refletindo a continuidade dos costumes e tradição, à luz da qual as práticas passadas se nos apresentam (Johnsen e Olsen, 2000, p. 111).

Os trabalhos de Paul Ricoeur (1913-2005) tiveram igualmente uma considerável influência na apropriação da hermenêutica pela disciplina arqueológica. Ricoeur (1981) mantém a análise estrutural como condição prévia no processo de interpretação e introduz um deslocamento do sentido,

concretizando-se esta metodologia num procedimento que considera o texto em si e a análise dos seus elementos e organização interna, tentando explicar um sentido e definir uma estrutura. Posteriormente, defende que a compreensão do mundo projetado no texto representa a ação humana (Criado Boado, 2012, p. 160). Refira-se ainda a reflexão de Tim Ingold (2000, pp. 510-530) acerca da articulação entre os conceitos de temporalidade e paisagem, pautada por uma perspetiva integrada, balizada pela Antropologia Cultural e Social, Antropologia Biológica e conhecimento arqueológico. Neste sentido, é fulcral o conceito de "*dwelling*", mediante o qual, a paisagem é constituída por um registo duradouro das vivências das diversas gerações que desenvolveram as suas atividades e relações numa determinada ou determinadas áreas e contribuíram individualmente, para uma amálgama de vestígios que constituem o todo. Tanto para as populações que vivenciaram determinados locais, como para os arqueólogos, a paisagem conta uma história ou um conjunto de histórias, estando a sua perceção diretamente relacionada com o conceito de recordação, não como imagem interior do indivíduo, mas a perceção de um ambiente envolvente, pleno de significados do passado (Ingold, 2000, pp. 510-511).

No contexto das arqueologias pós-processuais verifica-se a tentativa de restabelecimento de uma visão mais objetiva da interpretação, defendida por Ian Hodder (1991), que se distancia das posições subjetivistas do pós-processualismo, que ele próprio ajudou a implantar. Esta alteração de postura leva-o a defender o uso do método hermenêutico que, na sua opinião, deveria obedecer a um conjunto de princípios que formalizam um verdadeiro protocolo: utilização do círculo hermenêutico; autonomia do objeto; noção de totalidade; apropriação da alteridade do passado e transladação para o presente; controlo da subjetividade pela harmonização dos dados; diferenciação objetiva e independente do passado e comparação de diversas hipóteses e ajuste ao tema; entendimento parcial do passado, segundo o critério de coerência das relações entre parte e conjunto e utilização crítica de uma retórica dirigida a um determinado público.

Segundo F. Criado Boado (2012, p. 177), a reconceptualização da interpretação conduz-nos à base teórica da sua prática e este facto endereça-nos ao estruturalismo. Assim, a base teórica da Arqueologia Interpretativa acabará por recorrer à Antropologia Estrutural de Claude Lévi-Strauss (1973; 1979), conhecendo os trabalhos realizados no âmbito da Arqueologia Pré-histórica a influência de outros autores, designadamente de P. Clastres (1974; 1979; 1981), Giddens (1984; 1993; 1997), Sahlins (1988), Ingold, (1980; 1986; 1990). Na verdade, o estruturalismo oferece um método de contrastação de hipóteses distinto do método hipotético-dedutivo, mas também do hermenêutico, baseando-se na compatibilidade estrutural entre códigos, constituindo uma terceira via entre o objetivismo e o subjetivismo do pensamento moderno.

A partir dos anos 90 do século XX, F. Criado Boado (1993; 1999; 2012) elaborou sobre os diversos pressupostos teóricos da Arqueologia da Paisagem, que tem vindo a desenvolver e a aplicar ao longo dos anos. Assim, o autor considera ser possível superar o modelo dualista de Lévi-Strauss (pensamento selvagem/pensamento domesticado), sugerindo uma cadeia de formas de pensamento que abarcaria racionalidades de diversas dimensões (caçadora, selvagem, doméstica, domesticada, hierarquizada) (Criado Boado, 2012, p. 304). Por sua vez, na abordagem ao espaço que enquadra as considerações que elabora sobre as possibilidades e limites da Arqueologia da Paisagem, o autor defende uma aproximação aos trabalhos desenvolvidos por Michel Foucault (1978; 1980a; 1980b, 1984; 1989), no âmbito da emergência dos novos sistemas de saber, com o envolvimento de determinadas tecnologias políticas e produções específicas, até à criação de espaços sociais determinados. Neste contexto, interessam também as reflexões de Foucault relativas ao poder e à construção do espaço, estabelecendo ainda que os espaços domésticos surgem como recurso de uma nova tecnologia de poder, inseparável do novo conceito de homem (Foucault, 1984; 1989).

As ideias de Foucault tiveram um impacto considerável na construção de alguns conceitos chave propostos por Criado Boado no âmbito da Arqueologia da Paisagem, designadamente, quanto à consideração do espaço como parte essencial do processo social de construção da realidade, ou à consideração de que o próprio espaço também é uma construção social e uma categoria com um determinado sistema saber-poder de uma cultura (Criado Boado, 1993, pp. 11-12). Efetivamente, o conceito plural e crítico de paisagem, converge para o seu entendimento como um produto específico que usa uma determinada realidade física, para criar uma nova realidade, um espaço social, através da aplicação de uma ordem imaginada, constitutiva de um espaço simbólico, percebido e pensado (Criado Boado e Parcero Oubiña, 1997, p. 5; Parcero Oubiña, Barreiro e Criado Boado, 2014, pp. 4379-4388). Este conceito de paisagem, que teve como principal dinamizador Felipe Criado Boado (1993; 1999), teve seguimento nos trabalhos de César Parcero Oubiña (2021), no desenvolvimento e aplicação de novas técnicas ou nos trabalhos de Rebeca Blanco Rotea, na sua aplicação e análise de uma forma integrada com a Arqueologia da Arquitetura para períodos históricos e temáticas até então praticamente inéditas neste tipo de estudos (Blanco Rotea, 2015; Blanco Rotea, 2017).

A paisagem percecionada como materialização de um conceito, como resultado de um processo e como recurso do passado no presente, tem vindo a ser objeto de discussão continuada (Blanco Rotea, 2015, Blanco Rotea, 2017). Enquanto materialização de um conceito, a paisagem surge como resultado de uma representação mental de uma determinada "realidade". Já como resultado de um processo, a paisagem oferece-se como expressão de um processo cumulativo das realidades que a precederam e

fonte de elementos constitutivos de paisagens futuras. A paisagem é também um recurso do passado no presente na medida em que os elementos paisagísticos são ativos passíveis de ser disponibilizados à fruição das populações atuais. Relativamente a este último conceito, refira-se ainda o trabalho desenvolvido por Guillermo Reher (2021, pp. 701-708), norteado pela Convenção Europeia da Paisagem e pela Convenção Europeia do Património Cultural. O autor estabelece a paisagem como marco de referência de todo o património cultural, considerando que a prática arqueológica pressupõe uma visão aberta, simultaneamente à paisagem e à sociedade, assinalando a necessidade de envolver a sociedade local na articulação entre arqueologia e património cultural, tal como estabelecido na convenção de Faro, na medida em que se defende o papel da sociedade na cocriação de valor do património cultural (Reher, 2021, p. 704). Trata-se de uma ideia que está cada vez mais na ordem do dia dos estudos arqueológicos, que enfatiza o valor da gestão das paisagens atuais e do património que, até à não muito tempo, permanecia pouco valorizado e gerido, permanecendo bem patente a crescente importância do arqueólogo enquanto gestor patrimonial (Criado Boado, 2012; Blanco Rotea, 2015; 2017; Reher, 2021). Os estudos no âmbito da Arqueologia da Paisagem, como tivemos oportunidade de expor, filiam-se na multiplicidade das perspetivas de abordagem da arqueologia pós-processual, relacionadas com os contributos da fenomenologia e da hermenêutica, muito embora não exista um pleno consenso interpretativo entre as diferentes escolas de pensamento (Thomas, 2015, p. 1294).

Em Portugal, os trabalhos assumidamente elaborados como enquadráveis em estudos da Arqueologia da Paisagem, não conheceram uma difusão tão abrangente como nos casos anteriormente abordados. A sua afirmação terá acontecido na década de 80, no âmbito de trabalhos associados às universidades do Minho e do Porto, norteados estes trabalhos pioneiros, pelo menos numa primeira fase, mediante o enquadramento teórico e metodológico da Arqueologia Espacial. Na Universidade do Minho destacam-se os trabalhos de Manuela Martins da década de 1980, referentes ao povoamento proto-histórico e à romanização da bacia do curso médio do vale do Cávado, nos quais foram aplicadas metodologias inovadoras de análise usadas nos estudos geográficos (1988; 1990). Já na Universidade do Porto, os estudos da década de 1980 foram protagonizados por Vítor Oliveira Jorge (1982) e Susana Oliveira Jorge (1986), o primeiro versando sobre o megalitismo do norte de Portugal e o segundo sobre a pré-história recente de Trás-os-Montes ocidental, que constituíram os grandes pontos de partida para o estudo da pré-história recente no norte de Portugal e serviram de paradigma para diversos estudos que se desenvolveram posteriormente.

Nas décadas seguintes aumentou o manancial de trabalhos de investigação que permitiram uma aproximação a esta área do conhecimento, consolidando-se as perspetivas de estudo do povoamento e

da paisagem pré e proto-histórica e romana. A título de exemplo, podem referir-se na Universidade do Minho as teses de doutoramento de Francisco Sande Lemos (1993), que incidiu sobre o povoamento proto-histórico e romano de Trás-os-Montes oriental e de Ana Bettencourt (1999), que estudou o povoamento do II e III milénios a.C. da bacia do Cávado. Na Universidade do Porto destacou-se o trabalho de Maria de Jesus Sanches (1995), sobre a Pré-História recente, também da região de Trás-os-Montes que corresponde à sua tese de doutoramento. Na década de 2000 a Universidade do Minho continuou a investir em estudos da paisagem urbana e rural, cabendo referir a conclusão de duas teses de doutoramento, em 2008, uma sobre a evolução da paisagem urbana de Braga, entre a época romana e a Idade Moderna, da autoria de Maria do Carmo Ribeiro e outra de Helena Carvalho, que estudou o povoamento romano na fachada oriental do *conventus* bracarense, proporcionando uma interessante abordagem metodológica ao território bracarense entre a Proto-História e época romana. Em 2011, Luís Fontes concluiu o estudo das paisagens serranas no termo do Lindoso, na Serra Amarela, que corporiza o seu trabalho de doutoramento, que constitui um importante ponto de partida para o estudo da paisagem na longa duração no Norte de Portugal.

Outras dissertações de doutoramento foram abordando temáticas relacionadas com a arqueologia e a paisagem de diferentes contextos culturais. Entre eles destacaríamos a tese de António Carlos Valera (2006), defendida na Universidade do Porto, que estudou o povoamento entre o Calcolítico e a Idade do Bronze da região do Alto Mondego, que proporcionou uma abordagem atualizada a estes períodos históricos e renovou metodologias de análise do povoamento. Refira-se ainda o doutoramento de Catarina Tente (2010), sobre o povoamento medieval do Alto Mondego, entre os séculos V e XI, que proporcionou uma interessante análise das comunidades camponesas na Alta Idade Média. Esta autora, a partir da Universidade Nova de Lisboa, tem constituído uma equipa que tem desenvolvido esta temática, tendo já sido concretizadas várias teses de doutoramento em pareceria com a Universidade de Salamanca (Prata, 2018; Ramos, 2020). Mais a sul, na Universidade de Évora, pode referir-se também a investigação de André Carneiro (2011), que estudou o povoamento romano no Alto Alentejo, dando um importante contributo para o conhecimento do território e as principais características de implantação das diversas tipologias de sítios romanos.

Para além destes autores mencionados, com o crescimento do capital humano na investigação científica em Portugal, têm aumentado os trabalhos que se poderão enquadrar nesta área do conhecimento, destacando-se os estudos que têm vindo a ser desenvolvidos no Lab2PT (Laboratório Paisagens, Património e Território), onde se têm vindo a consolidar esta área, integrando a perspetiva arqueológica e arquitetónica e no ICArEHB (*Interdisciplinary Center for Archaeology and the Evolution of*

Human Behavior), que tem desenvolvido diversos estudos arqueológicos com um foco em estudos ambientais.

3.2. Arqueologia da Arquitetura: origem e afirmação da disciplina

A Arqueologia da Arquitetura, com as características que conhecemos atualmente, enquanto disciplina que se dedica a uma leitura integrada estratigráfica do edificado (mas que não se restringe exclusivamente), conheceu a sua afirmação em Itália nos anos 90, tributando-se a sua denominação a Tiziano Mannoni (1990a; 1990b; 1996). Para além deste conceito acima enunciado, Agustín Azkarate Garai-Olaun (2020a, p. 2) refere que Sharon Steadman (1996, p. 51) começou a utilizar, aproximadamente na mesma época, o termo em inglês, para se referir aos espaços domésticos e análise dos padrões espaciais dos vestígios arquitetónicos, normalmente abaixo da cota 0.

A arqueologia dos espaços domésticos, teve o seu ponto de partida nos anos 60 e 70, no contexto processual mencionado no capítulo anterior, na medida em que seriam suscetíveis de revelar o comportamento social dos seus habitantes. Tal como já referimos, os modelos interpretativos que influenciaram as análises, foram-se alterando desde uma perspetiva funcionalista, passando pela influência do estruturalismo de Claude Lévi-Strauss (1973) e pelos desenvolvimentos da linguística como os que foram desenvolvidos por Noam Chomsky (1985), que influenciaram Glassie (1975) e Deetz (1977) e ainda os trabalhos de Michel Foucault (1984), no sentido de perspetivar a arquitetura enquanto espaço coercitivo ao serviço de poder (Azkarate Garai-Olaun, 2020a, p. 3).

Retornando aos estudos surgidos em Itália, e enquadrados na designação de *Acheologia dell'Architetura*, poderão remontar aos anos 70, no âmbito dos diversos trabalhos de Arqueologia Medieval (Brogiolo, 2007, p. 8; Azkarate Garai-Olaun, 2020a, p. 5), que começou por ser quase em exclusivo o período histórico em que se começaram a desenvolver as investigações. Estes trabalhos foram, por sua vez, devedores das investigações que foram desenvolvidas em território anglo-saxónico, designadamente os que foram levados a cabo no âmbito do *Deserted Medieval Research Group*, *Medieval Villages Research Group*, em 1952, na *Society for Medieval Archaeology* (1956) e da revista *Medieval Archaeology* (1957) (Brogiolo, 2007, p. 8).

As intervenções com um maior impacto no arranque dos estudos de Arqueologia da Arquitetura tiveram como principais protagonistas na alocação e consolidação dos métodos e técnicas que permitiram a afirmação da disciplina, T. Manoni (1976; 1990a), destacando-se igualmente os seus trabalhos com Ana Boato (Manoni e Boato, 2002), Parenti (2002), G. Brogiolo (1988; 2002), F. Doglioni (1997; 2002) e Manacorda (1988).

G. Brogiolo (2002, p. 19), destaca igualmente a *Summer School* ocurrida em *Certoza di Pontignano* em 1987 (Francovich e Parenti, 1988), como o local onde se reuniram arquitetos e arqueólogos na discussão dos métodos e finalidades do estudo arqueológico nos edifícios históricos. Um outro marco importante na afirmação da Arqueologia da Arquitetura, foi o surgimento da revista *Archeologia dell'Architectura*, suplemento de *Archeologia Medievale* (Blanco Rotea 2015, pp. 75-76). A partir desse momento tornou-se possível a partilha de trabalhos e técnicas de atuação e experiências, complementadas por diversos congressos, que se passaram a realizar a partir de então (Brogiolo, 2002, p. 19).

Os trabalhos que foram desenvolvidos, foram frequentemente efetuados por equipas multidisciplinares, articulando-se com os trabalhos de restauro, focando-se, não raramente, no estudo dos materiais, técnicas construtivas e tipologias de edificado, englobando estudos no âmbito da história da arte e desempenhando um papel de grande importância no âmbito da interpretação histórica. As equipas de Arqueologia da Arquitetura passaram, cada vez mais, a desempenhar um papel de grande relevo no âmbito do planeamento urbanístico e dos estudos integrados dos centros históricos. O desenvolvimento da disciplina e o grande manancial de dados recolhidos, potenciaram a incorporação de diversas ferramentas informáticas nos trabalhos de Arqueologia da Arquitetura, destacando-se a utilização dos Sistemas de Informação Geográfica (Brogiolo, 2002, p. 23).

Na década de 2000-2010, os contextos de aplicação e as metodologias e o âmbito geográfico foram-se ampliando pouco a pouco, segundo Quirós Castillo, (2002; 2006), Utrero Agudo, (2011) e Azkarate Garai-Olaun, (2013a). Neste âmbito, são de destacar dois marcos importantes na sua consolidação em Espanha. Por um lado, a realização do *Seminário Internacional de Arqueologia de la Arquitetura* em Vitoria-Gasteiz, em fevereiro de 2002 e o início da publicação, no mesmo ano, da revista Arqueologia de la Arquitetura, editada pelo CSIC e pela *Universidad del País Vasco*, que publicou nos seus primeiros dois números, as atas do referido seminário.

Dos investigadores e grupos de investigação que potenciaram o desenvolvimento e implantação da Arqueologia da Arquitetura em Espanha destacam-se os estudos efetuados por Luís Caballero Zoreda (2004) no Instituto de História do *Consejo Superior de Investigaciones Científicas* com Mª Angeles Utrero Agudo e Fernando Arce (Caballero Zoreda, Arce e Utrero Agudo, 2003a; 2003b; 2003c), cujos primeiros trabalhos tiveram a chancela da Unidade Associada CSIC/ *Universidad del País Vasco* (UPV); *Grupo de Arqueologia Tardoantigua y Medieval, Arqueologia de la Arquitetura* (GATMAA). Na Galiza, Rebeca Blanco Rotea, Patricia Mañana Borrazás e Xurxo Ayán Vila no Incipit (CSIC), também desempenharam um papel importante na consolidação metodológica (Mañana Borrazás, Blanco Rotea e Ayán Vila, 2002). Na

Universidad del País Vasco tributa-se a Agustín Azkarate Garai-Olaun (2008) e à sua equipa, o desenvolvimento desta disciplina, sendo de referir igualmente o contributo de Juan António Quirós Castillo (2012), na mesma universidade.

Luís Caballero Zoreda, Mª Angeles Utrero Agudo e Fernando Arce Sáinz (2003a, 2003b, 2003c), dedicaram-se essencialmente ao estudo de arquiteturas alto medievais, designadamente as igrejas asturianas e leonesas. Contudo, também se destaca a formação que Luís Caballero proporcionou a inúmeros investigadores de diversos sítios de Espanha e a introdução da disciplina em Portugal, contribuindo para tal, da forma que adiante trataremos.

Agustín Azkarate teve um papel fundamental na afirmação da disciplina em meio universitário a partir da UPV, desempenhando um importante papel formativo, designadamente ao nível da pós-graduação nesta área. Refira-se ainda o projeto paradigmático na catedral de Vitória, que constituiu uma referência na implementação de um projeto integrado de reabilitação, que teve nos estudos de Arqueologia da Arquitetura, um dos elementos-chave de sucesso (Azkarate Garai-Olaun, 2013b).

Rebeca Blanco Rotea, no estudo das fortalezas modernas na fronteira galaico portuguesa que constituiu a base da sua tese de doutoramento (Blanco Rotea, 2015), alargou o âmbito cronológico e temático, estabelecendo um estudo integrado no âmbito da Arqueologia da Paisagem e da Arquitetura. Posteriormente, a autora transitou para a Universidade do Minho e tem vindo a contribuir para a formação de investigadores nesta área.

A introdução dos trabalhos em território português, aconteceu, em grande medida, tendo como plataforma de arranque o projeto coordenado por Luís Caballero Zoreda, que também estudou a Sé de Idanha-a-Velha e S. Gião da Nazaré (Caballero Zoreda, 2004, pp. 127-143). Neste projeto, foi possível a participação de arqueólogos portugueses, que adquiriam o conhecimento necessário à aplicação da metodologia da Arqueologia da Arquitetura, nos seus organismos de origem.

Na zona norte do País evidenciaram-se os trabalhos coordenados por Luís Fontes, da UAUM, que incidiram em diversos monumentos, destacando-se, num momento inicial, as intervenções levadas a cabo nos mosteiros de S. Martinho de Tibães, Santo André de Rendufe, São Gião da Nazaré e S. Mamede de Vila Verde (Felgueiras) (Fontes, Machado e Catalão, 2004). Também se destaca o papel de Maria Ramalho (2004, pp. 145-153), no âmbito dos trabalhos executados pelo Instituto Português do Património Arquitetónico, com maior incidência no centro e sul do país e ainda Maria do Carmo Ribeiro (2008) que, na sua tese de doutoramento, analisou a evolução urbana da cidade Braga, implementando diversas metodologias de análise ao edificado urbano. Mais recentemente, tem-se assistido a um alargamento das intervenções que seguem os pressupostos de análise da Arqueologia da Arquitetura,

sendo aplicados a contextos diversificados. Refira-se, a título de exemplo, os trabalhos efetuados no âmbito de análises de centros históricos (Fontes *et al.*, 2010b; Lopes, 2021) ou em meios menos comuns, como a análise de um sistema hidráulico que abastecia a cidade de Braga (Fontes *et al.*, 2018). Refira-se ainda os diversos trabalhos desenvolvidos por uma nova geração de investigadores que tem vindo a dedicar-se ao estudo desta temática, como por exemplo os trabalhos de Sofia Silvério (2014), Sofia Catalão (2017) e António Pereira (2020).

Presentemente, os estudos em Arqueologia da Arquitetura encontram-se plenamente difundidos, continuando os países europeus do sul, como Itália, Espanha e Portugal, o núcleo primordial da área em que se estabelece uma clara distinção da disciplina científica, no âmbito arqueológico. Também se deve referir o alargamento dos estudos em Arqueologia da Arquitetura à América Latina. Já no ano 2000, Agustín Azkarate, foi orador num seminário sobre Arqueologia da Arquitetura no gabinete de arqueologia da cidade de *la Habana*, tendo posteriormente sido docente em cursos de doutoramento em Porto Rico, Perú, Uruguai e Argentina. Da vontade de estabelecimento de redes de contacto entre os dois continentes, sugiram linhas de investigação centradas no âmbito da arqueologia histórica. A primeira linha, baseada na constatação do grande défice de estudos de arqueologia de período moderno e contemporâneo, procurou atuar nessa vertente. Uma segunda linha de investigação procurou refletir sobre o fenómeno urbano, comprometido com o seu desenvolvimento sustentável (Azkarate Garai-Olaun, 2020b, pp. 1-3). No Brasil também se têm vindo a ensaiar estudos no âmbito da Arqueologia da Arquitetura. Andrés Zarankin e Pedro Funari (2020), abordam o estudo da Arqueologia da Arquitetura no quotidiano da sociedade moderna, tratando a temática de uma forma em que se afirma o seu potencial papel de utilidade social, contribuindo para refletir sobre os princípios ideológicos que estruturam as vidas no quotidiano. No caso abordado, do Brasil contemporâneo, é efetuada uma análise da arquitetura enquanto reflexo de diversos fenómenos, como por exemplo, a violência.

A tendência da Arqueologia da Arquitetura nos tempos atuais, parece ser o alagamento das escalas de análise e diversificação das temáticas e períodos históricos analisados e uma aposta cada vez mais forte nas tecnologias de apoio à análise arquitetónica.

3.3. Propostas metodológicas

A prossecução de um trabalho de investigação, para que seja adequada aos objetivos a que se propõe e para que seja possível avaliar a validade e a qualidade das conclusões decorrentes do estudo, deverá ter subjacente uma metodologia de trabalho bem definida referente quer à recolha quer à análise e interpretação dos dados. Tratando-se de um estudo no âmbito da Arqueologia da Paisagem, que incorpora a análise das arquiteturas dos conjuntos monásticos de maior relevo na região em estudo, a

nossa investigação tira também partido dos enquadramentos metodológicos da Arqueologia da Arquitetura, adaptando os pressupostos que foram desenvolvidos sobre esta área por Rebeca Blanco Rotea (2017).

Este trabalho constitui-se, assumidamente, como uma abordagem da paisagem da região de Braga que se enquadra na corrente da arqueologia pós-processual denominada de Arqueologia Interpretativa, que Felipe Criado Boado (2012, p. 200), considerou poder realizar uma maior conciliação entre o rigor do positivismo processualista e a subjetividade que consideramos ser inalienável da análise arqueológica, uma perspetiva que também consideramos ter sido seguida por Rebeca Blanco Rotea (2015; 2017), na sua abordagem às paisagens fortificadas da bacia do rio Minho.

A perspetiva adotada pressupõe a aplicação de uma metodologia que pode desenvolver-se de duas formas distintas. O procedimento mais comum e mais rigoroso consiste em partir da análise formal para observar possíveis regularidades, enunciar uma hipótese interpretativa e contrastar a sua validade, utilizando-se depois modelos interpretativos para perceber o seu sentido (Criado Boado, 2012, p. 209). Para além desta forma de análise, F. Criado Boado refere também a possibilidade de trabalhar no sentido inverso "mediante um determinado modelo teórico-interpretativo" que permite "enunciar uma hipótese" que possibilita avaliar se "a análise formal é pertinente e se acomoda regularidades empíricas ou não".

Na abordagem que pretendemos efetuar, pese embora os pressupostos de partida decorrentes dos trabalhos de investigação que já foram efetuados para a área e épocas de estudo, procuraremos seguir a primeira proposta metodológica enunciada, de acordo com os pressupostos que descrevemos no decorrer do presente capítulo. Dado que o trabalho pretende efetuar uma aproximação à paisagem que integrará o estudo das arquiteturas monásticas de Braga, a abordagem contemplará a integração das ferramentas metodológicas da Arqueologia da Arquitetura, nos moldes que também descrevemos.

A primeira aproximação aos dados arqueológicos pressupôs a recolha exaustiva da informação relativa a todos os sítios arqueológicos identificados na área de trabalho, que se enquadram no âmbito cronológico do nosso estudo, tendo consistido o primeiro passo na recolha da bibliografia temática mais relevante, designadamente, os trabalhos de investigação que contemplavam inventários temáticos. Para o período romano, destacamos o inventário da tese de doutoramento de Manuela Martins, que constituiu um dos trabalhos pioneiros da abordagem à paisagem, que dispomos para a nossa região (Martins, 1990; 1995). Esse inventário foi posteriormente ampliado, pelos trabalhos de Luís Fontes (1993) e de Helena Carvalho (2008), este último cobrindo uma área mais ampla. Para o período suevo-visigótico utilizámos os inventários elaborados por Jorge López Quiroga (2004) e Andreia Arezes (2010; 2014). Para a Idade Média recorremos ao inventário presente na publicação da tese de doutoramento de Avelino

Jesus da Costa (Costa, 1997; 2000) e as referências que foi possível extrair do doutoramento de José Marques (1988), Luís Carlos Amaral (2007) e André Marques (2014).

Para além dos inventários temáticos que se afiguram de especial relevância para os sítios da Antiguidade Tardia e da Alta Idade Média, também se recolheram referências de fontes escritas publicadas. As principais fontes usadas para o período medieval, foram o censual "dito" de D. Pedro, publicado por Avelino Costa e as Inquirições de 1220 (PMH. Inq. 1888) e de 1288 (Pizarro, 2012). Para o período moderno utilizaram-se os dados do "Numeramento" de 1527 (Freire e Pessanha, 1905, pp. 241-273) e as Memórias Paroquiais de 1758 (Capela, 2003).

Os dados recolhidos e analisados foram inseridos num Sistema de Informação Geográfica (SIG) especialmente desenvolvido para o efeito, recorrendo-se ao programa Quantum Gis para a sua implementação. Os campos das tabelas de dados do SIG tiveram por base o sistema que desenvolvemos para o trabalho de mestrado, em 2015, devidamente adaptados para os objetivos da investigação que aqui apresentamos (Andrade, 2015; Botica, Andrade e Fontes, 2016). A tabela principal, que constituiu o cerne do SIG, contemplou os seguintes campos: Id, Codsitio, Topónimo, X, Y, Z, AT, AIM, BIM, IMOD, Par Suevo, Censual XI, Terra XI, Inq 1220, Julg 1220, Inq 1288, Julg 1288, Honras 1288, Nome_ Honras 1288, Num XVI, Termo XVI, MP 1758, Termo XVIII Tipologia 1, Tipologia 2, Tipologia 3, freguesia CAOP 2011 e concelho.

O ID é composto por numeração sequencial de 1 a n. Trata-se de uma numeração automática que é atribuída pelo QGIS, constituindo uma referência única e irrepetível, atribuída sempre que se procede à entrada de um novo elemento com representação geográfica. A tabela codsitio contempla a inserção manual de numeração de 1 a n. A referenciação foi efetuada de acordo com os nomes das freguesias existentes em 2011, organizadas por ordem alfabética, de acordo com a CAOP[1]. Esta opção foi tomada pelo facto de, à data da elaboração desta tese, estar em curso uma reorganização autárquica, que tem vindo a contemplar a desagregação de diversas freguesias, voltando à situação que precedeu a reorganização de 2013. A este facto acresce a facilitação do estabelecimento da correlação entre os sítios, nas distintas épocas.

O nome de sítio, foi introduzido de acordo com o topónimo conhecido mais próximo, à semelhança do que foi feito em diversos inventários arqueológicos (Martins, 1990; Fontes, 1993; Carvalho, 2008). A estes campos foram acrescentados outros três, para inserção as coordenadas X, Y e Z. O sistema de georreferenciação utilizado foi o ETRS89TM06. Também se incluíram três campos, de acordo com os descritores AT (Antiguidade Tardia), AIM (Alta Idade Média), BIM (Baixa Idade Média), IM (Idade

[1] https://www.dgterritorio.gov.pt/cartografia/cartografia-tematica/caop (consultado em 21-12-2022, às 07h53m).

Moderna), que foram preenchidos com informação binária (1/0) e que permitirão a seleção dos sítios que contemplam ocupação conhecida de cada período. Também se incluiu um campo de texto para cada uma das referências documentais acima descritas, de modo a permitir efetuar uma correlação entre os dados documentais, à semelhança do que realizámos na nossa dissertação de mestrado (Andrade, 2015).

No campo Censual XI, cada entrada correspondente a um sítio foi preenchida com os nomes, segundo a grafia identificada na referência documental em questão, de cada local que foi possível identificar e georreferenciar. No campo Terra XI, foi inserido o nome da circunscrição territorial correspondente à Terra que está associada a cada paróquia, de acordo com o que se encontra referido em Costa (2000). O campo Inq 1220 foi preenchido de acordo com os dados que se extraíram da análise das Inquirições de 1220, segundo os mesmos pressupostos com que se inseriram os dados recolhidos em Costa (2000). Também aqui se procedeu à associação entre os dados georreferenciados recolhidos e a circunscrição territorial a que estavam adstritas. No caso dos campos Inq. 1288 e Julg. 1288, procedeu-se ao preenchimento dos dados recolhidos nas Inquirições Gerais de 1288 (Pizarro, 2012), de forma semelhante ao já referido para os documentos anteriormente mencionados. Dado que este documento apresenta algumas variantes para os mesmos topónimos, usou-se a grafia que se considerou ser a mais aproximada, relativamente àquela que a precedeu e com a que a sucedeu, tendo em consideração que algumas das variações, dentro do próprio documento, poderão constituir inconformidades da cópia.

Os dados recolhidos no "Numeramento" do século XVI foram alvo de tratamento idêntico aos usados para os dos documentos referenciados anteriormente. No campo Num XVI, efetuou-se o preenchimento de acordo com os dados recolhidos em (Freire e Pessanha, 1905) e com a grafia aí presente. No campo Termo XVI, efetuou-se o seu preenchimento em consonância com os termos a que cada entidade estaria adstrita. No campo MP 1758, preencheu-se o campo de cada entidade georreferenciada de acordo com a análise documental das Memórias Paroquiais de 1758 (Capela, 2003), seguindo o mesmo método aplicado às anteriores referências documentais. No campo Termo XVIII, inseriram-se os dados recolhidos na referida publicação, relativos ao termo a que cada paróquia estaria associada.

A tabela também inclui os campos Tipologia1, Tipologia2, Tipologia3, que foram preenchidos segundo as tipologias que se poderiam associar a cada sítio, tendo em consideração os inventários usados.

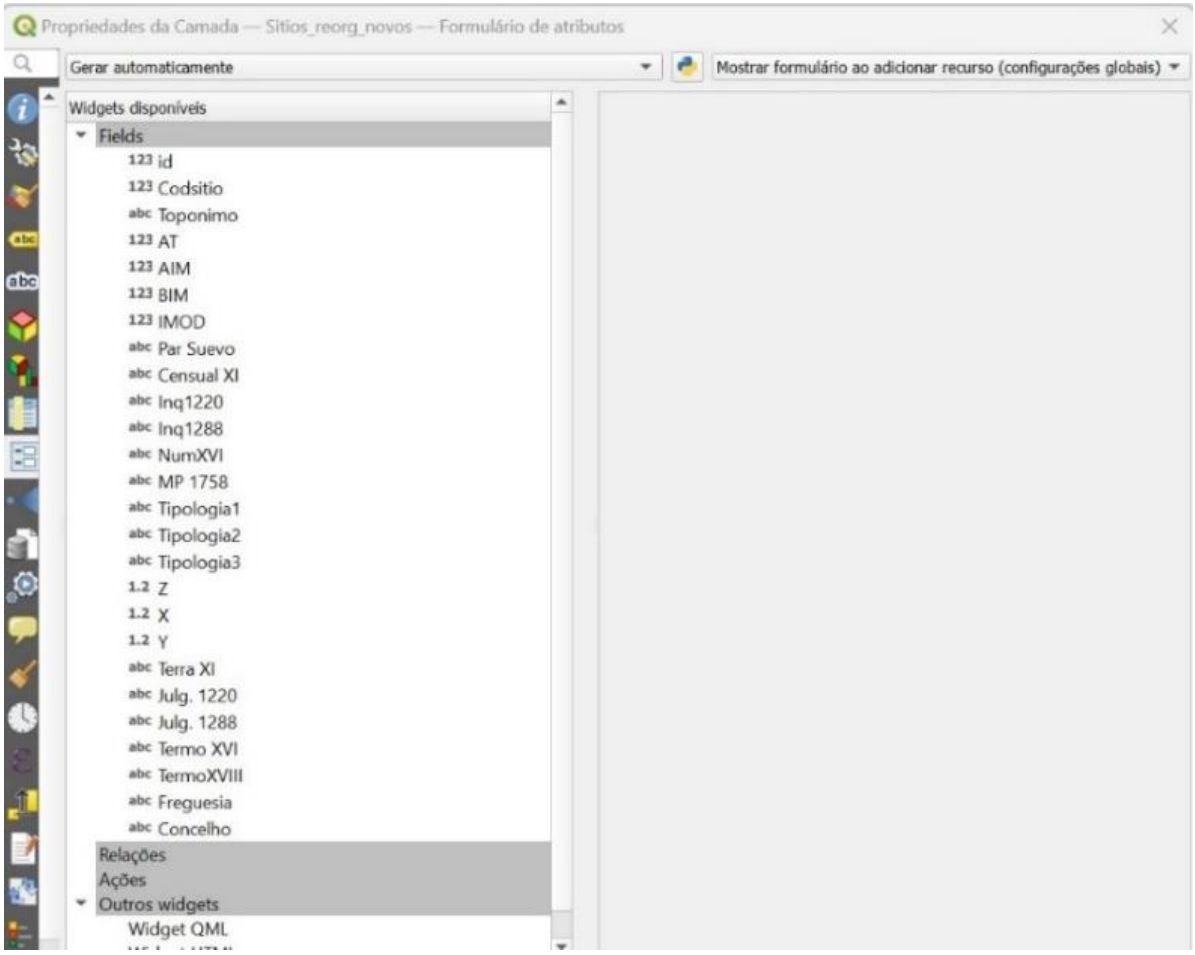


Figura 1 - Campos da tabela do Sistema de Informação Geográfica. ©Francisco Andrade

Como estabelecemos no plano de trabalhos que precedeu a tese que se apresenta, considera-se que os trabalhos de abordagem à paisagem, contemplam uma análise aos meios de implantação das unidades de povoamento, tal como foi proposto por Felipe Criado Boado (1999, p.18), pelo que o conhecimento prévio do meio, deverá ter em consideração um conjunto de análises, que procuramos realizar no presente trabalho: i) Análise formal ou morfológica do espaço físico, que se concretizou na produção de um mapa morfológico, em que se individualizaram os distintos tipos de relevos, como proposto por Rebeca Blanco Rotea (2015, p. 179), em linha com o estabelecido por Baker (1985), de descrição sem atribuição de sentido estranho a si mesmo; ii) Análise fisiográfica, que permitiu à identificação das unidades constitutivas e o mapeamento de classes fisiográficas (Criado Boado, 1999, p. 18). Blanco Rotea (2015, pp. 180-181), considerou pertinente a análise das cumeadas e delimitação das principais unidades delimitadas pelas mesmas.". De acordo com análise feita por Nuno Loureiro (2016), a análise fisiográfica em Qgis deverá ter em consideração os declives e a exposição solar das encostas, calculadas a partir de um modelo digital do terreno, tarefa que também realizamos no âmbito da presente investigação; iii) Análise de terreno e análise topográfica, que teve em consideração a elaboração de mapas de pendentes, de solos, de classes agrológicas, de usos e aproveitamentos efetivos

ou potenciais e modelos digitais do terreno (Criado Boado, 1999, p. 18); iv) Análise das condições de trânsito, que permitiu a identificação das vias naturais condicionadas pelo relevo, em conjugação com a observação das características das linhas de água e as linhas de cumeada, em concordância com o que foi defendido por Rebeca Blanco Rotea (2015, p. 182).

O estudo desenvolvido contemplou as análises descritas, nos moldes em que são apresentadas no capítulo II.1. Esta primeira análise da configuração geográfica da área de estudo, que constitui o ponto de partida para uma aproximação à paisagem bracarense, foi cruzada com os dados arqueológicos, de modo a ser efetuado um tratamento integrador de todos os dados. Deste modo, após o conhecimento aprofundado do substrato físico e natural da área que foi objeto de estudo, foi possível realizar as seguintes tarefas: i) Análise do terreno e topografia, que permitiu cruzar os diferentes tipos de sítios com as características do terreno em que se implantam, permitindo o cruzamento dos sítios dos diversos períodos históricos com os tipos de implantação analisados; ii) Análise das condições de trânsito, que permitiu cruzar os principais corredores de circulação natural e compreender o modo como foram aproveitados e condicionaram ou potenciaram a implantação dos sítios ou as dinâmicas de povoamento, ao longo do tempo; iii) Análise de visibilidades, que permitiu indagar a relação dos tipos de sítios com as condições de visibilidade e intervisibilidade, calculadas estas últimas por análise acumulada das primeiras (Blanco Rotea, 2015, p. 188), registando-se em que medida a apropriação e apreensão de determinado espaço terá condicionado a implantação dos sítios e a correlação de determinados acontecimentos históricos coevos da sua ocupação. No caso das *villae* analisadas, este tipo de observação foi particularmente relevante na definição do controlo que poderia ser estabelecido sobre a área de influência. No caso das fortificações, esta análise foi também relevante, na medida em que permitiu constatar qual o território controlado por cada fortificação; iv) Análise do uso e aproveitamento potencial dos solos, que foi cruzada com os dados paleoambientais disponíveis para a área de estudo, o que permitiu uma aproximação às condições de implantação dos sítios.

Tendo por base as análises referidas, foi possível avançar para observações mais complexas, relativamente à hierarquia dos sítios e aos modelos de ocupação característicos de cada período cronológico, que contemplou as seguintes tarefas: i) Definição de rede de lugares significativos que permitiu estabelecer pontos básicos de organização do espaço circundante, definidos por características específicas como visibilidade ou particulares condições de trânsito, conforme foi definido por Felipe Criado Boado (1999, p. 18); ii) Reconstituição da hierarquia de lugares, realizada com base na acessibilidade ou permeabilidade diferencial dos sítios no contexto do povoamento de cada período e territórios distintos, bem como a área de influência (Criado Boado, 1999, p. 19); iii) Definição de modelos

teóricos de ocupação, que teve em consideração a análise e o conhecimento da organização do território, permitindo a apreensão das estruturas conceptuais subjacentes às soluções de organização e ordenamento da paisagem, para os variados períodos históricos.

Efetuaram-se estudos a diferentes escalas, de acordo com os objetivos específicos de investigação. Assim, as pesquisas da evolução mais geral do povoamento e a análise do meio de implantação e características da área em estudo, foram realizadas numa escala macro, procurando-se traçar uma perspetiva geral do povoamento, evidenciando as principais características do mesmo, condições de implantação, definindo-se as principais permanências e alterações ao longo do tempo, a hierarquia de lugares, as principais redes de locais significativos ou a análise acumulada de visibilidades. Esta escala de análise, como foi referido por Mañana Borrazás, Rebeca Blanco Rotea e Xurxo Ayán Vila (2002, p. 16), corresponde a um "*between sites system* ", sistema utilizado ao nível da teoria espacial económica, que atua segundo o pressuposto de que a atividade humana se desenrola segundo os princípios da maximização de recursos, minimização dos custos e lei do mínimo esforço, sistematizados pela Nova Arqueologia processual e funcionalista. Dado que nos posicionamos num quadro teórico e metodológico distinto, para além do potencial acesso aos recursos demonstrado pela organização de povoamento, procuraremos evidenciar as condicionantes ideológicas e conceptuais que poderão ser interpretáveis pela organização territorial de cada período abordado.

A aproximação aos principais sítios e conjuntos monásticos identificados na área de estudo foi efetuada a uma escala semi-micro, com o objetivo de compreender as formas de organização interna deste tipo de sítios e a sua relação com a envolvente próxima. Os trabalhos desenvolvidos a esta escala permitiram saber como é que seria efetuado o "controlo" das variadas partes constitutivas do mosteiro, designadamente quanto à sua adequação à forma de relevo, ou à correlação das variadas partes constitutivas do sítio com as principais vias de trânsito regionais. De facto, a análise a esta escala pressupõe encarar um sítio arqueológico como um local em que se desenvolve um conjunto de atividades humanas, pelo que a disposição e localização das diversas estruturas que o compõem, refletem uma determinada organização funcional do espaço. Por isso, a sua organização espacial reflete os pressupostos mentais e culturais subjacentes à sua construção e utilização, sendo possível e enquadrá-los nos princípios regulamentares das ordens em que se integravam.

Mediante os pressupostos que norteiam o estudo integrado de todos os aspetos constitutivos da paisagem, em concordância com o que foi defendido por Rebeca Blanco Rotea (2015, p. 29), a arquitetura e a paisagem representam dois conceitos intimamente relacionados, estando esta relação entre ambos materializada pela tripla aceção comum defendida pela autora. De facto, as paisagens

construídas e humanizadas são constituídas por arquiteturas de diversas tipologias e formas e o meio físico onde se implantam constitui elemento fundamental e "matéria-prima" para a abstração arquitetónica, que se consubstanciou na humanização do espaço. Na verdade, a paisagem influencia o ser humano sendo o mesmo parte ativa na sua construção, refletindo as formas arquitetónicas, a perceção social da paisagem que a abstração subjacente à constituição de determinados elementos pressupõe, tal como acontece com outros exemplos de cultura material. Assim sendo, a análise das formas arquitetónicas e da sua evolução, enquanto elementos integradores e definidores da paisagem, carece de uma metodologia de análise, tendo sido adotado o aparato metodológico que foi definido no âmbito da Arqueologia da Arquitetura.

Os pressupostos subjacentes à metodologia adotada, têm como base os preceitos metodológicos inicialmente propostos por Doglioni, (1988, 1997), Brogiolo (1995), Caballero Zoreda (1996), Manoni e Parenti (1996), Azkarate Garai-Olaun e García Camino (1998). Este aparato metodológico incorporou, sempre que possível, procedimentos de ação que contemplam a análise espacial das estruturas, a análise estratigráfica vertical e horizontal e a análise da perceção e cronotipologia (Mañana Borrazás, Blanco Rotea e Ayán Vila, 2002; Ribeiro, 2008).

A adoção e aplicação deste protocolo visou a descrição formal dos distintos conjuntos arquitetónicos estudados no âmbito do presente trabalho, visando a identificação da forma genérica de partida. A análise realizada teve em consideração fatores organizativos tais como: modos e princípios de organização e relação espacial. A avaliação das relações espaciais utiliza conceitos operativos como interioridade/exterioridade, conexão, contiguidade e vinculação. Por sua vez, a organização espacial opera com os seguintes conceitos: centralização (determinação de espaço central e dominante), linearidade (espaços diretamente relacionados entre si), organização axial (organização em torno de um eixo), organização radial (espaço central dominante e desenvolvimento radial em torno do mesmo), agrupamento (constituição de espaços que repartem relações de proximidade e funções semelhantes), organização em trama (organização no âmbito de uma trama contínua e regular). Este tipo de análise foi efetuado tendo como base os registos planimétricos dos principais sítios intervencionados da área de estudo. Também foram indagadas as relações de espacialidade, de modo a estabelecer, na macro escala, os distintos tipos de relações entre sítios.

A análise estratigráfica, ou leitura de paramentos, corresponde à metodologia mais comummente associada aos estudos de Arqueologia da Arquitetura, sendo um método desenvolvido a partir da leitura estratigráfica, desenvolvida por Edward Harris (1979), aplicado às construções históricas (Caballero Zoreda, 1995). Esta análise pressupôs a obtenção de um suporte gráfico rigoroso de registo dos alçados

dos edifícios. No caso do convento de S. Francisco, a leitura foi efetuada sobre ortofotos gerados em Metashape, no âmbito de trabalhos de levantamento, efetuados com recurso a um drone e posteriormente tratados no programa Quantum Gis. No caso da análise do sítio arqueológico de Dume, foi utilizada a planimetria vetorial elaborada no âmbito dos recentes trabalhos de musealização. No mosteiro de Tibães beneficiou-se dos levantamentos e estudos que já tinham sido efetuados (Fontes, 2005).

Na medida em que este trabalho visou articular dados de diversas intervenções arqueológicas com registos distintos, realizados em momentos também muito diferentes, optou-se por efetuar uma análise ao nível das atividades construtivas. Dada a discrepância de dados, pareceu-nos a melhor forma de estabelecer uma análise de conjunto. As revisões tipológicas ou cronológicas de alguns dos sítios arqueológicos analisados, foram efetuadas através de uma análise comparativa crono-tipológica, suportada, sempre que possível, por datações absolutas, tal como aconteceu em Dume [40] e S. Frutuoso [95].

A análise de perceção, preconizada em Mañana Borrazás, Blanco Rotea e Ayán Vila (2002, p. 39), foi subdividida em quatro tipos de análises distintas: análise Gamma, análise de circulação, análise de visibilidade e análise de visualização. Este protocolo analítico, pese embora possa enquadrar-se na análise semi-micro, anteriormente descrita, também poderá ser aplicado ao nível da estrutura propriamente dita. No âmbito destes dois níveis e com o intuito de definir a forma de vivenciar e percecionar os conjuntos monásticos, considerou-se relevante esclarecer, sempre que possível, os limites dos espaços construídos, analisando-se as formas conhecidas de permeabilidade e de acesso, tentando-se percecionar, sempre que os dados o permitiram, de que forma as relações sociais foram vivenciadas em determinados espaços. Este tipo de análise foi bem definido ao nível da análise *Gamma* defendida por Hiller e Hanson (1984). Também procurámos analisar a influência que determinados sentidos de circulação tiveram na organização do espaço e de que forma essa lógica funcionou e se foi alterando ao longo dos tempos.

A informação mais detalhada dos sítios apenas foi possível para os locais em que se dispunha de informação que considerámos suficiente, tendo-se procurado identificar similitudes com áreas que, apesar não terem o mesmo tipo de dados, aparentavam dispor de condições análogas.

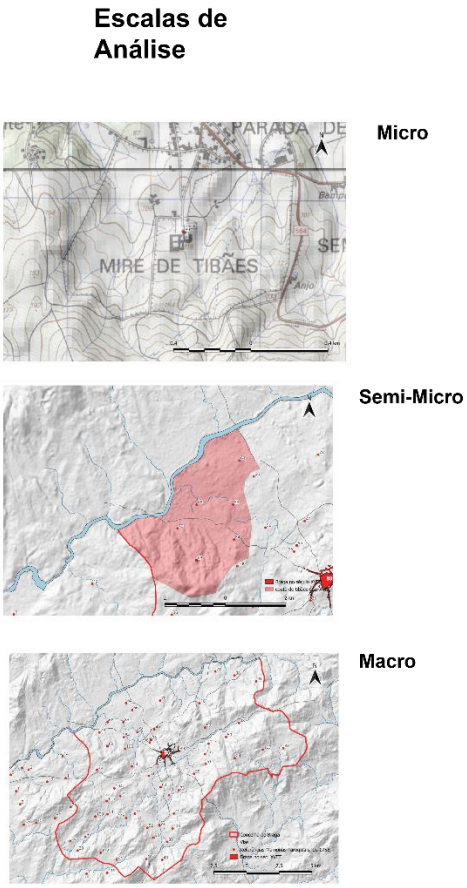


Figura 2 - Modelo esquemático das distintas escalas de análise, aplicadas ao mosteiro de Tibães. ©Francisco Andrade

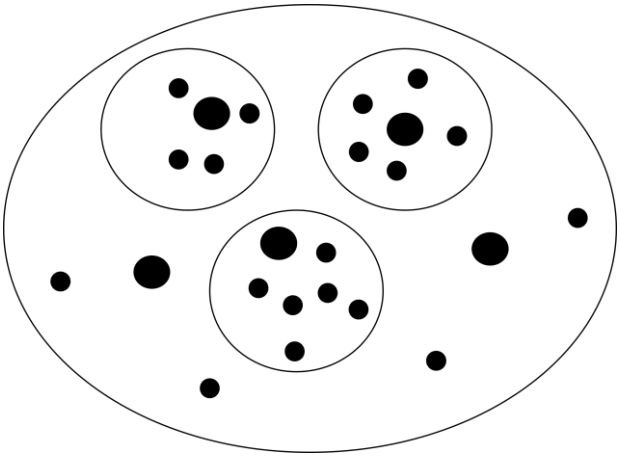


Figura 3 - Modelo esquemático de organização de povoamento (limite oval maior, circunscrição de primeira ordem, limite oval mais pequeno, circunscrição de segunda ordem, círculos preenchidos maiores, núcleos de povoamento mais importantes, círculos preenchidos menores, núcleos de povoamento menos importantes). ©Francisco Andrade

Parte II - Os dados e a sua análise

Um estudo de Arqueologia da Paisagem tem, naturalmente, como primeira materialidade de análise, os diferentes elementos que compõem o território, constituindo a compreensão do meio físico o ponto de partida para a apresentação dos dados que pretendemos estudar. Estes, correspondem aos dados arqueológicos e documentais selecionados e georreferenciáveis, os primeiros com origem em diversos estudos sobre a região e os segundos em documentação histórica referente ao território bracarense. A sua apresentação corporiza o objetivo desta segunda parte da tese e será efetuada de acordo com as distintas cronologias que pretendemos abarcar.

1. Aproximação ao contexto físico da área em estudo

A área de estudo, que corresponde, grosso modo, ao atual concelho de Braga, localiza-se na zona noroeste da Península Ibérica, aproximadamente a meia distância entre as montanhas das cordilheiras do Gerês, Barroso, Alvão, Marão e o mar, estando a cidade de Braga, o centro político nevrálgico desta região, localizada a cerca de 70 km da fronteira com a Galiza, a 43 km da Serra do Gerês, a 35 km do litoral de Esposende e a, aproximadamente, 58 km do rio Douro. A região encontra-se numa área central do Entre-Douro-e-Minho, no início de uma área mais plana, que se estende até ao mar, pontuada por elevações de pequena a média altitude. A região apresenta uma forma mais alongada no sentido NE/SO, coincidente com os principais cursos de água do NO de Portugal.



Figura 4 - Localização de Braga na península Ibérica (Elaborado a partir do google maps, consultado em 20 de setembro de 2022, às 17h01m).

A altitude média do relevo situa-se entre os cem e duzentos metros, sendo a região sudeste do concelho, a que apresenta maiores elevações próximas dos quinhentos metros, na área que abarca o monte Frio, o do Sameiro, o monte de Rio Mau, Picoto e a Serra dos Picos. Trata-se de elevações que

limitam o vale do Este e que estabelecem a divisão com a zona de Espinho, Sobreposta e Pedralva. Apenas se atingem altitudes similares nos montes de S. Mamede e nas elevações que limitam a portela de Leitões, a sul.

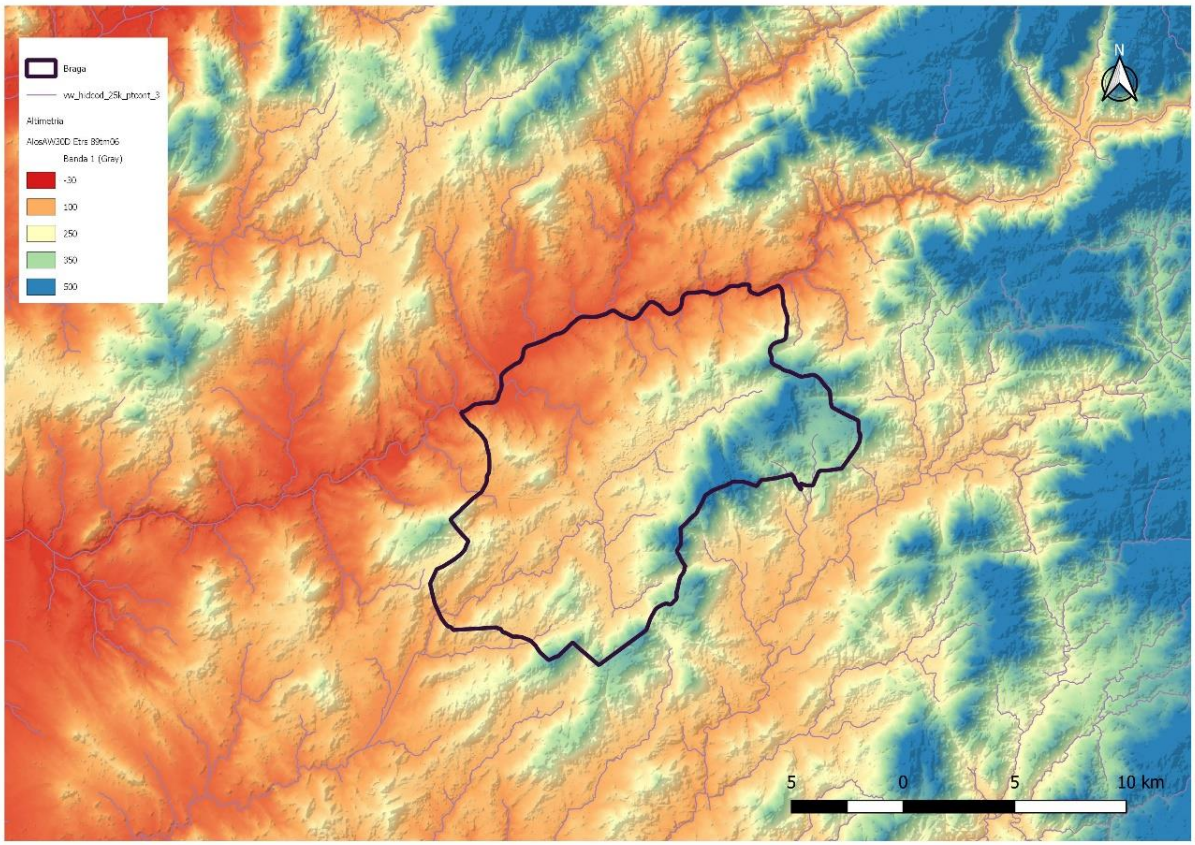


Figura 5 - Hipsometria da região de Braga e relação com rede hidrográfica (altitude em metros). ©Francisco Andrade (composição cartográfica)

Toda a região central do concelho apresenta altitudes compreendidas na sua maioria entre os cem e os duzentos e cinquenta metros, com exceção dos promontórios que limitam a margem norte do vale do Este e que estabelecem a divisória com o vale do Cávado, designadamente a serra do Carvalho que atinge altitudes superiores aos quatrocentos metros e o monte de Vasconcelos, o monte de Pedroso, Montariol, o monte da Caldas e o monte Eiró, que superam os trezentos metros. Na zona a norte do concelho, numa área compreendida entre as freguesias de Padim da Graça, Mire e Parada de Tibães, Real, Dume, Palmeira, Adaúfe, Navarra, Santa Lucrécia de Algeriz, Crespos e Pousada, as altitudes situam-se abaixo dos cem metros, sendo os terrenos maioritariamente planos, descendo em suave pendente até o rio Cávado.

As outras quatro áreas do concelho que se apresentam mais planas, pese embora a sua localização a cotas mais elevadas, são as que se localizam na denominada veiga do Penso, limitada por Lomar a norte e por Escudeiros a sul, a área compreendida entre Arentim e Vilaça, a região situada entre Cabreiros

e Sequeira e o vale do Este, mais próxima da cidade, na zona abarcada presentemente pelas freguesias de Gualtar e S. Victor. Destas últimas, a que parece apresentar uma maior amplitude de vale é a da veiga do Penso.

Uma análise qualitativa do terreno leva-nos a considerar que a região em estudo se apresenta como predominantemente aplanada a norte, com colinas de menores dimensões e elevações de dimensões mais consideráveis a sul, ainda assim, sem que sejam de grande monta, no panorama do noroeste peninsular.

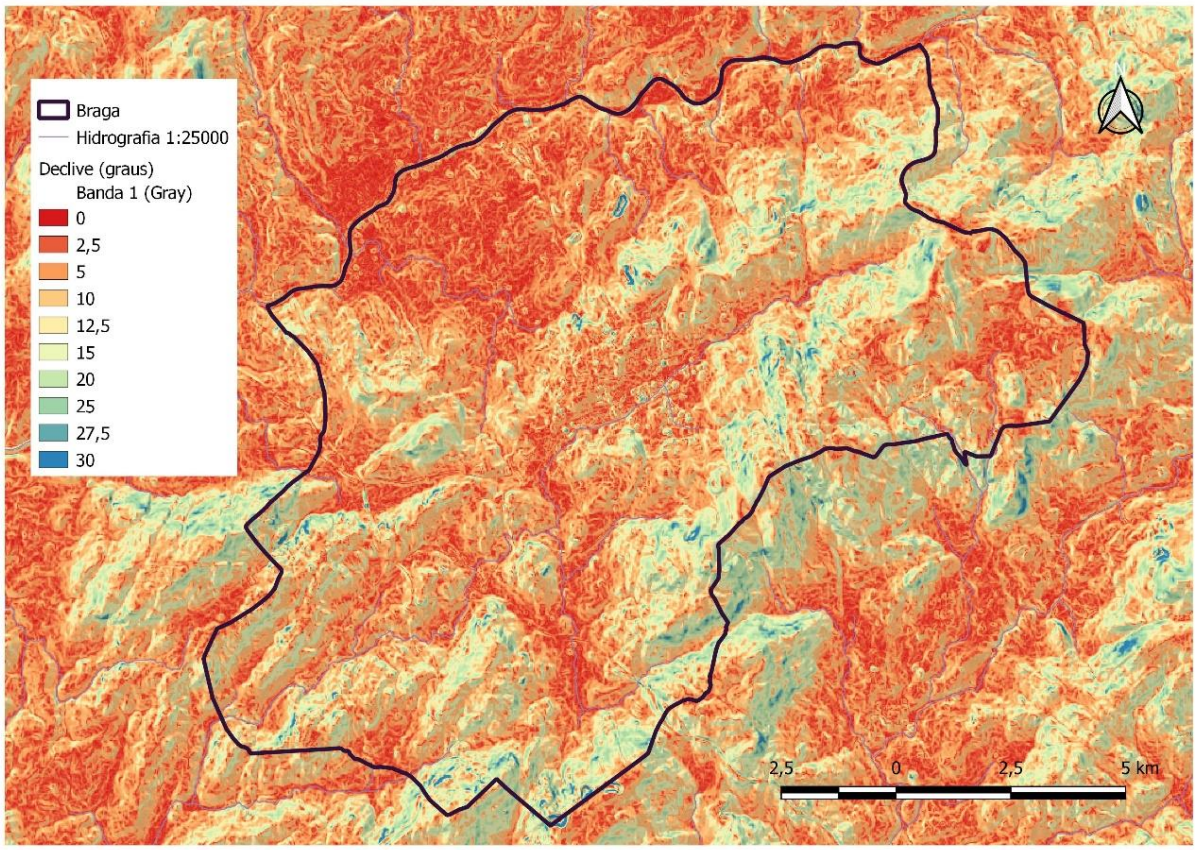


Figura 6 - Mapa de declives da região de Braga. ©Francisco Andrade (composição cartográfica)

Estamos numa região em que a maioria das áreas apresentam um declive bastante ligeiro. Assim, a zona que desce suavemente, desde o norte da cidade de Braga até ao Cávado, balizado a este por Padim da Graça e a oeste por Palmeira, apresenta pendentes sempre inferiores aos cinco graus, com exceção da área que limita a zona a sul de Dume e a região de Montariol já anteriormente mencionada. No restante território, apenas é possível percecionar pendentes tão suaves nas áreas próximas aos cursos de água mais relevantes desta zona, como o rio Este, ou o rio da Veiga, que passa pela denominada veiga do Penso até desaguar no Este, em área próxima a Lomar, ou ainda em Aveleda, Sequeira, Pousa e Martim.

Grande parte das restantes áreas apresentam pendentes, ainda que ligeiramente mais acentuadas, bastante ligeiras, mantendo-se, na generalidade, abaixo dos vinte e cinco graus. Os declives mais acentuados verificam-se, nos já mencionados conjuntos de promontórios que limitam a sul o vale do Cávado, designadamente o monte de Vasconcelos, o monte de Pedroso, Montariol, o monte das Caldas e o monte Eiro e ainda na área mais montanhosa que limita o concelho de Braga a sudoeste e a sul, cujos promontórios mais marcantes são constituídos pelos montes do Sameiro e de Santa Marta.

A morfologia do terreno também pode ser percecionada através do Índice de Posição Topográfica (TPI), que analisa a posição relativa do terreno, em que os valores próximos a zero representam encostas suaves ou áreas planas, os valores positivos representam topos ou bordas e TPI negativo corresponde a base ou vale[2]. Desde modo, podemos confirmar os dados anteriormente analisados, ou seja, as zonas mais planas na área mais a norte e na veiga do Penso e o vale de Este com alguns declives suaves e também zonas mais planas na zona de Sequeira e Martim. De facto, o vale do Cávado apresenta-se bastante suave e mais aplanado, enquanto a zona do Penso apresenta-se medianamente aberta, com uma região aplanada ainda considerável, estruturando-se a zona do vale do Este como um vale mais encaixado.

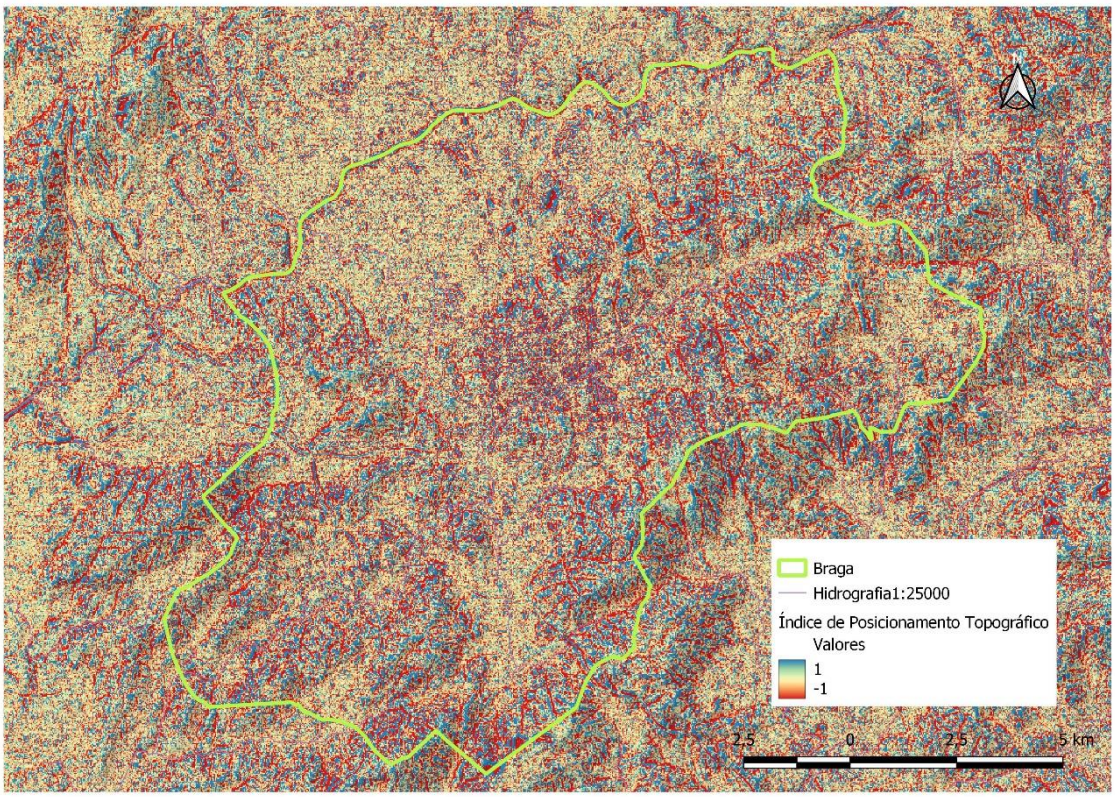


Figura 7 - Mapa de Braga com análise de Índice de Posição Topográfica. ©Francisco Andrade (composição cartográfica)

[2] https://mapasabertos.com/2020/10/12/declividade-e-o-indice-de-posicao-topografica/ (consultado a 10-01-2023 às 17h15m).

A análise do mapa da figura 5 indicia claramente a presença de dois corredores naturais de circulação. Um que atravessa a área de estudo, essencialmente no sentido NE/SO acompanhado o curso do rio Este, bifurcando depois da cidade de Braga para a zona de Sequeira, passando pelo sopé do monte Eiró e para a zona de Vimieiro e Arentim, acompanhando o rio Este. O outro desenvolve-se no sentido N/S, atravessando a região mais aplanada, a norte da cidade de Braga, seguindo por Lomar e pela veiga do Penso, até atravessar a portela de Leitões.

Ao nível da composição do solo, a grande maioria do território, apresenta um substrato granítico. A área central corresponde ao território ocupado pela cidade de Braga, sendo a quase totalidade da área que se desenvolve até ao Cávado e a zona imediatamente a sul da cidade constituída pelo denominado granito de Braga.

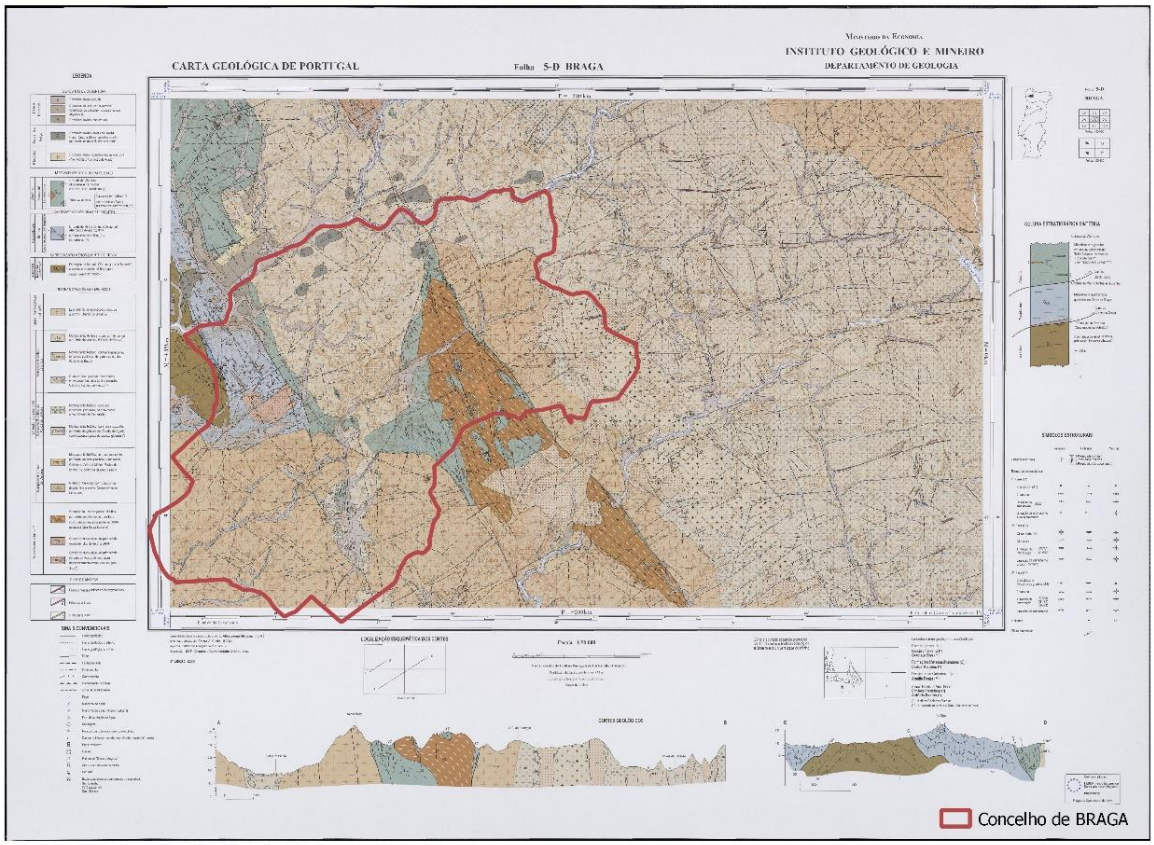


Figura 8 - Carta Geológica 5D, com concelho de Braga assinalado (Albuquerque *et al.*, 2000).

Já a zona mais a sul do concelho é dominada pelo complexo granítico de Celeirós, intercetado por um veio de granito de Braga que corre a leste da veiga do Penso. Com uma orientação aproximadamente NO/SE, desde a área de Gualtar/Sete Fontes, passando pelo monte do Sameiro e estendendo-se pelo atual concelho de Guimarães, desenha-se uma cobertura geológica constituída por granodiorito, um monzogranito biotítico, porfiroide, de grão médio, orientado com grandes megacristais de feldspato potássico, o denominado granito do Sameiro. Na zona das Sete Fontes, até Nogueira e Fraião, identifica-

se o contacto entre o granito do Sameiro e um afloramento de metassedimentos do Paleozóico, da Unidade de Vila Nune, constituídos por micaxistos e migmatitos com níveis de tumalinos. Esta característica, em conjunto com as particularidades topográficas e climatológicas explica, em grande medida, o aquífero das Sete Fontes (Martins, Freitas e Del Val, 2012; Fontes *et al.*, 2018, pp. 2-4). Para além desta região, também se expandem para a área de Parada de Tibães que, em conjugação com a Unidade do Minho Central e Ocidental, constituída pela alternância de quartzolitos e micaxitos quartzitos e tumalinitos, constituem a maior exceção à dominância granítica da região. Nas zonas próximas ao Cávado, ao Este e ao rio da Veiga, identificam-se depósitos fluviais não atuais e ainda depósitos fluviais do quaternário, constituídos por areias caulinicas, cobertos ou não por depósitos de solifluxão e vertente[3].

Relativamente ao escoamento e retenção de águas, constata-se que a zona em que se verifica um maior escoamento mensal é a área delimitada a este pelo monte Pedroso, Adaúfe e Palmeira, que alimenta o caudal do Cávado, que tem a maior capacidade de vazamento de região, escoando esta área até cerca de mil e oitocentos milímetros por mês. Segue-se a região de Espinho e Sobreposta, que escoa mensalmente um valor intermédio entre os mil e duzentos milímetros e os mil e oitocentos milímetros. A área da bacia do Cávado a leste do monte Pedroso, até à região de Tibães e de Passos, escoa aproximadamente mil e duzentos milímetros mensais, proporcionando uma maior retenção de águas que a zona imediatamente a leste, mas mais escoamento do que a região mais a sul, que abarca os vales do rio Este e do rio da Veiga e apresentam os menores valores de escorrência de águas, aproximadamente seiscentos milímetros por mês. Estas zonas apresentaram, em tempos recentes, frequentes episódios de cheias[4].

As duas áreas que apresentam maiores valores de escoamento, localizadas mais a leste da região em estudo, correspondem a uma área mais reduzida do território, contudo, devemos, ter em consideração que fazem parte de áreas mais amplas, correspondentes a parte de bacias hidrográficas, que não foram estudadas e consideradas na sua globalidade, mas na sua porção que tem representatividade na região que definimos na nossa investigação. Efetivamente, a maior parte do território apresenta valores mais reduzidos e intermédios de escoamento, como podemos ver no mapa que apresentamos de seguida.

[3] Albuquerque, E., Cunha, T., Ferreira, N., Dias, G., Meireles, C., Braga, A., Simões, F e Santos, A. (2000). Carta Geológica de Portugal, Escala 1:50000, folha 5-D Braga, Instituto Geológico e Mineiro.

[4] https//dados.gov.pt/pt/datasets/atlas-da-agua-numeros-de-escoamento (consultado em 03-01-2023 às 17h53m).

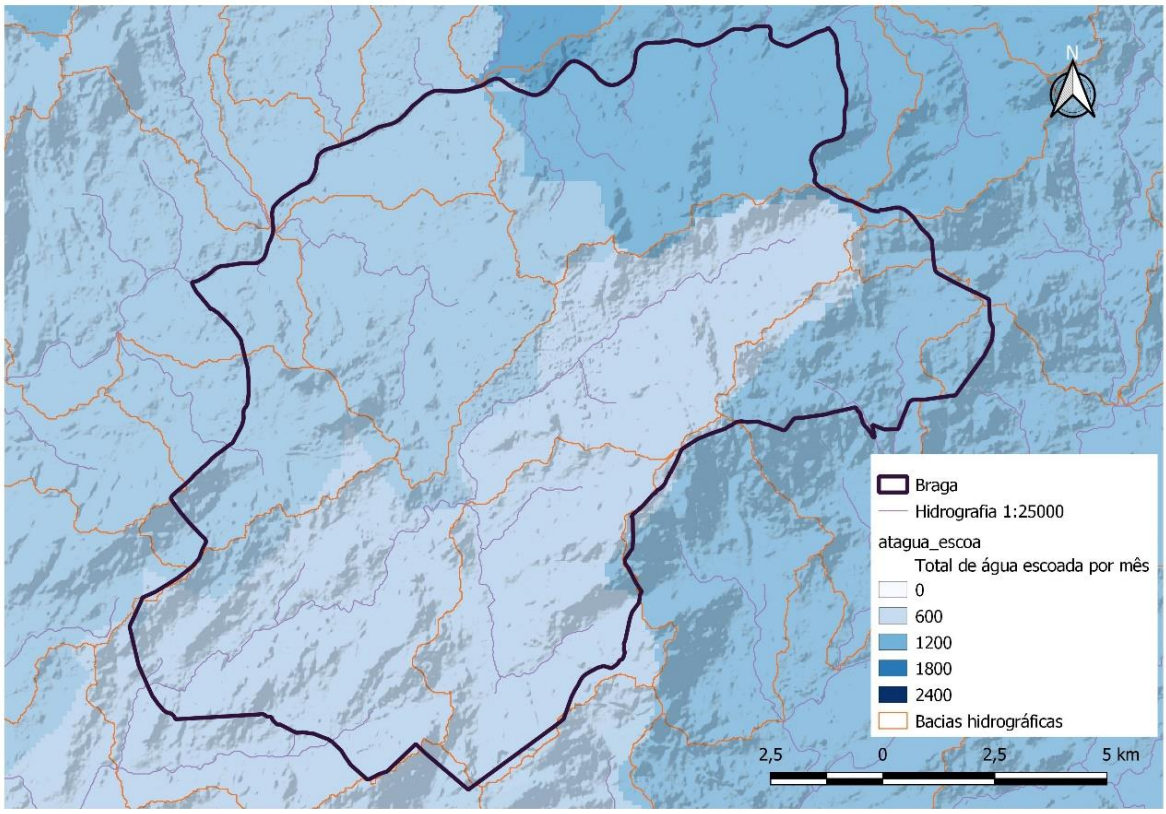


Figura 9 - Escoamento total de águas mensal (média). ©Francisco Andrade (composição cartográfica)

Ao nível da exposição solar, verifica-se que os principais terrenos com maior exposição, estão subdivididos em dois grandes grupos. O primeiro localiza-se a sul de Dume, até à zona de Real e a norte de S. Frutuoso, até à zona da Confeiteira e Cabanas. O segundo situa-se nos terrenos que vão desde a Lameira, passando por Felgueiras, Lamas, Travessas, Entreportas e Carvalheira. Na área central, entre ambas, identifica-se a pequena elevação em que se localiza o atual centro da freguesia de Dume, na sua zona tradicionalmente mais urbanizada, a norte do sítio arqueológico de Dume. Os terrenos mais a leste, nas zonas abarcadas pelas freguesias de Adaúfe, Santa Lucrécia de Algeriz, Crespos e Pousada apresentam uma exposição maioritariamente a oeste e nordeste, cruzados em diversas zonas, por faixas com uma exposição a sudeste. Contígua a esta região, na área mais a sul, o vale do Este, na zona leste da cidade de Braga, Gualtar, Bela Vista, até ao limite do concelho, apresenta uma exposição solar a sul e sudeste. Trata-se provavelmente de uma das áreas com maior exposição solar contínua a sul/sudeste, em Braga. Outras regiões com boa exposição solar a sul, são a zona de Sobreposta e Pedralva, parte de Lamações, de Nogueira e Morreira e algumas porções da veiga do Penso e Lomar. Um grande corredor entre Pousa, Cabreiros, Sequeira, Aveleda e Celeirós, apresenta uma exposição solar a sul e sudeste. Uma das grandes áreas que apresenta uma exposição solar tendencialmente a sul, é a região de Bastuço, Cunha, Tadim e norte de Arentim e Ruílhe, Priscos e parte de Vimieiro. Refira-se ainda Tebosa, norte de

Oliveira (S. Pedro) e Guisande, que apresentam algumas áreas com exposição solar com a mesma orientação que foi descrita nos parágrafos anteriores. Uma grande área limitada a sul pelos montes da Graça, de S. Filipe e das Caldas, apresenta uma exposição essencialmente a nordeste e a oeste, que se estende até à região de Panoias e de Merelim (S. Pedro), interrompida por uma faixa exposta a sul/sudeste na região de Merelim S. Pedro e retomando a exposição a nordeste e oeste de Merelim S. Pedro. Outras áreas que apresentam uma exposição a oeste e nordeste, são as regiões abarcadas pelos principais promontórios que limitam a região a sul e sudeste, entre o monte de S. Mamede e de Santa Marta, Sameiro, prolongando-se a norte para Este S. Pedro e para oeste até Fraião e Picoto.

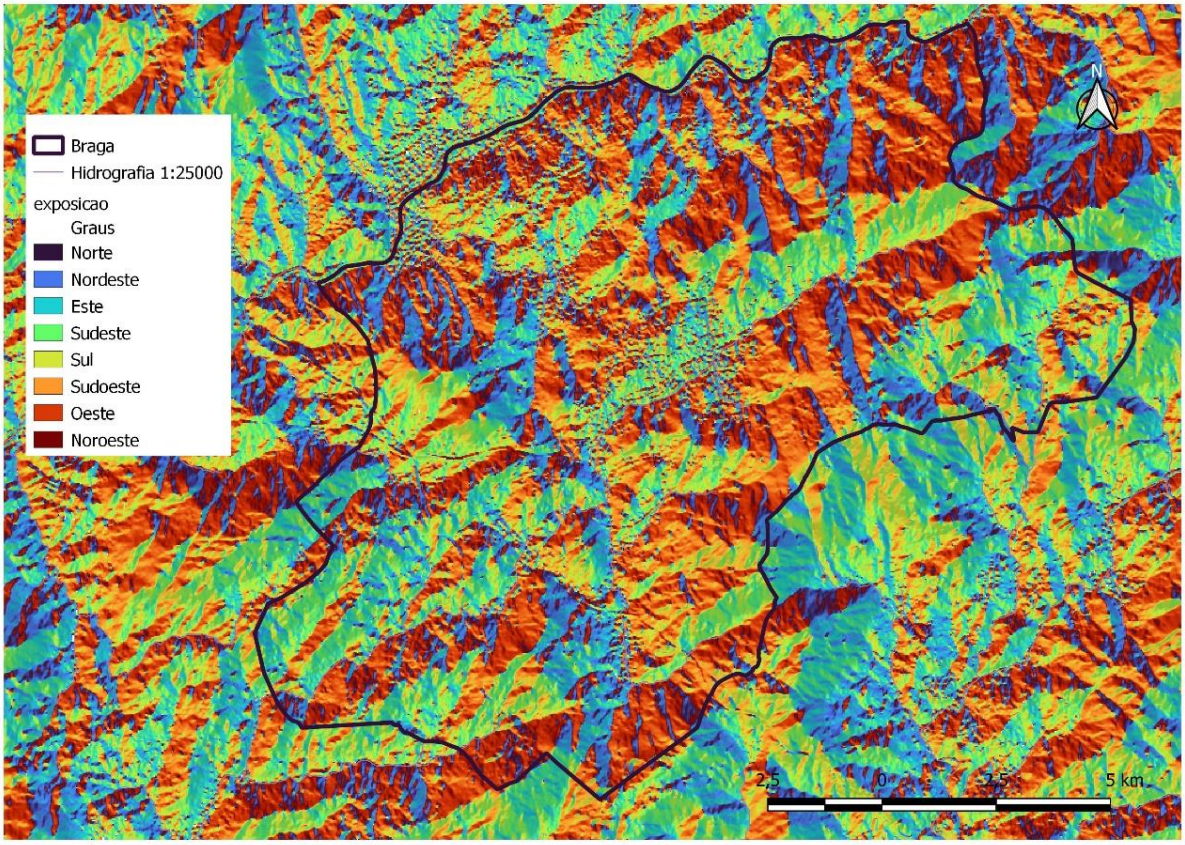


Figura 10 - Mapa apresentando orientação de exposição solar em Braga. ©Francisco Andrade (composição cartográfica)

O uso do solo na região de Braga, na atualidade, é caracterizado pelo crescimento da malha urbana, propagando-se o tecido urbano contínuo para uma área que abarca todas as freguesias do centro histórico de Braga e parte de Real, Dume, Braga S. Vicente, Braga S. Victor, S. José de S. Lázaro e S. João do Souto, Nogueira, Lomar e Maximinos. Esta área urbana contínua apresenta nas suas regiões periféricas diversos espaços dedicados à indústria, comércio e equipamentos gerais, os denominados parques industriais. No interior do tecido urbano contínuo, a única exceção de espaços verdes é a área abarcada pelo parque do Picoto. No limite da área urbana contínua também se localizam áreas de lazer

e desportivas, que têm os dois estádios da cidade, como principal equipamento, dispondo-se uma a norte e a outra a sul.

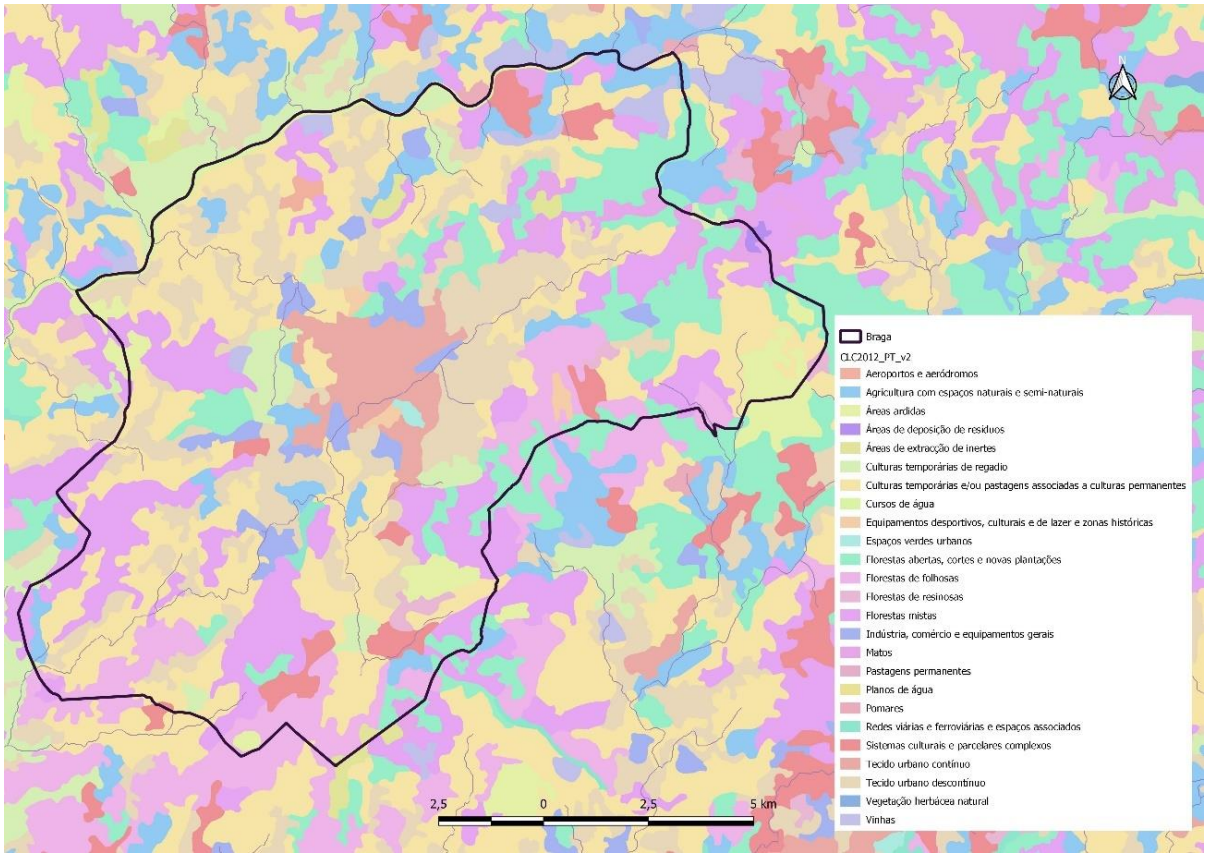


Figura 11 - Uso do solo *(Corine Land Cover).* ©Francisco Andrade (composição cartográfica)

Partindo do núcleo urbano contínuo prolongam-se, praticamente em todas as direções, diversas faixas de tecido urbano descontínuo, ladeando o trajeto das principais vias de comunicação, marcadas pelos pontos cardeais e colaterais. Mais a sul, sudoeste e sudeste do concelho, localizam-se diversas manchas de florestas mistas, algumas delas ardidas, estando na região mais a oeste do concelho, confinadas a uma área de consideráveis dimensões, circundante ao mosteiro de Tibães.

O território mais a norte é ocupado por uma ampla área de culturas temporárias, associada a culturas permanentes, profusamente pontuadas por pequenas áreas de florestas mistas. A norte, destaca-se ainda a presença de áreas de vinha, embora de dimensões relativamente reduzidas. Refira-se ainda nesta área, a norte e leste, a presença de algumas zonas de extração de inertes, algumas delas já desativadas. Mais a sul, alternando com as florestas mistas e áreas urbanas descontinuas, também se identificam áreas de culturas temporárias e/ou pastagens associadas a culturas permanentes.

Em diversas regiões do concelho, nas suas parcelas não urbanizadas, identificam-se diversas zonas que alternam agricultura com áreas naturais e semi-naturais. A sul e leste do concelho, identificam-se

florestas abertas, cortes e novas plantações. Na zona leste, principalmente, localizam-se algumas florestas resinosas[5].

[5] https://dados.gov.pt/pt/datasets/corine-land-cover-2012 (consultado em 29-11-2023 às 13h38m).

2. Paleoecologia e alterações climáticas entre a Antiguidade Tardia e a Idade Moderna

Uma abordagem a qualquer temática do passado, deverá ter em consideração o distanciamento temporal relativamente ao objeto de estudo, podendo constituir um constrangimento para uma avaliação e interpretação de determinado fenómeno, que possa ser identificável. No caso do estudo da evolução paisagística de uma determinada região, deveremos estar conscientes de que a antropização de uma determinada paisagem poderá ter sido efetuada mediante condições ambientais distintas das que atualmente se verificam, muitas delas até decorrentes da própria ação humana, sendo também, neste caso, a relação bidirecional. A aproximação a essa realidade, pese embora os inevitáveis condicionalismos, poderá ser estabelecida através de dados relativos às alterações ambientais e climatológicas, que podem auxiliar a interpretação da construção e evolução paisagística.

Uma aproximação ao clima de determinada região, poderá ser conseguida pelo cruzamento de distintos tipos de dados. A complexidade dessa abordagem pode ser percebida pelo estudo de Mcckormick *et al.* (2012) acerca das principais alterações climáticas que se verificaram durante o período romano e Alta Idade Média, na Europa Ocidental. Para o efeito, foram usadas as fontes textuais, os núcleos de gelo da Gronelândia, os registos de radiocarbono que documentam a atividade solar, os registos de espeleotemas, formados através dos depósitos de minerais nas cavernas, decorrentes na infiltração de água nas rochas e a evolução dos glaciares alpinos, cuja análise é potenciada pelas novas datas dendrocronológicas, a reconstrução anual da precipitação em junho, no noroeste de França, especialmente refletido no crescimento dos carvalhos, os sinais polínicos no planalto Eifel, a precipitação do levante e as mudanças no nível do Mar Negro, a precipitação da Ásia central e os dados decorrentes da análise dos isótopos estáveis de oxigénio no lago Van. O trabalho referido fornece-nos indicadores gerais acerca das alterações climáticas da Europa Ocidental, que deverão ser complementados com a análise de dados mais específicos de regiões concretas, mais próximas da nossa área de estudo e incidentes sobre a cronologia que pretendemos abordar.

O período que se pretende estudar, inicia-se no intervalo temporal que se convencionou denominar de Antiguidade Tardia, que se expande aproximadamente dos finais do século III/inícios do IV até ao século VIII e que adapta os pressupostos teorizados inicialmente por Peter Brown (1978). Na segunda metade do século III ter-se-á verificado um arrefecimento a que acresce alguma instabilidade ao nível da precipitação, tendo-se registado uma intensificação da atividade vulcânica, na origem de episódios de rápida mudança climática (Mccormick *et al.*, 2012, pp. 185-186). Todavia, no século IV, parece ter ocorrido uma recuperação das condições climáticas, com um aumento da temperatura, que

proporcionou condições de estabilidade ambiental e económica, pelo menos na parte ocidental do Império Romano (Mccormick *et al.*, 2012, p. 186).

Os dados disponibilizados por Mccormick *et al.* (2012, pp. 191-195), indicam que o século V registou uma evolução com alternância de temperaturas mais frias na primeira metade do século e uma tendência de aquecimento na segunda metade. A instabilidade registada poderá ter tido como fator potenciador, a intensa atividade vulcânica, similar à registada no século III, com uma tendência de seca em variadas regiões. As fontes escritas relativas ao século V indiciam que o velamento da radiação solar terá causado um arrefecimento da temperatura e uma diminuição da produtividade das colheitas, que é condizente com a atividade vulcânica registada nos glaciares (Mccormick *et al.*, 2012, p. 195). No início do século VI parece ter havido um ligeiro aumento da temperatura, seguido de um arrefecimento, pouco antes da metade da centúria, como documenta o aumento exponencial do tamanho dos glaciares alpinos. A estas condições, acrescem severas cheias referidas pelas fontes documentais e corroboradas pela análise dos anéis das árvores no noroeste de França (Mccormick *et al.*, 2012, pp. 195-196). A partir do século VII, verifica-se uma acalmia das condições climáticas estando documentada uma mudança para temperaturas mais amenas e uma precipitação mais equilibrada, aproximadamente entre os anos 650 e 750, tendo-se documentado um novo arrefecimento no final do século VIII. Na generalidade, parecem estar estabelecidas as condições para uma recuperação entre finais do século VII e o VIII (Mccormick *et al.*, 2012, p. 200).

Para a região em estudo, em princípio, estaríamos enquadrados na tendência geral que se parece ter verificado na porção ocidental do Império Romano, dispondo de condições mais amenas, dada a posição geográfica relativamente a algumas áreas de recolha de dados. Pese embora a ausência de um manancial de informação suficientemente detalhado, dispomos de alguns dados próximos, que poderão providenciar algum conhecimento complementar e que poderão auxiliar a aproximação que pretendemos efetuar.

Após o ano 800, de acordo com os dados disponíveis em Dias (2016, pp. 72-73) e Bastos (2021, pp. 102-103), ter-se-á verificado uma tendência geral de aumento das temperaturas médias, iniciando-se o período quente medieval (pequeno ótimo climático, cujo pico de temperaturas médias se terá situado num período posterior ao ano 1000). As oscilações climáticas terão sido igualmente reduzidas, relativamente ao período precedente, com oscilações que acompanham, na mesma medida, a tendência geral das temperaturas, no âmbito do ótimo climático medieval (Dias, 2016, pp. 51-52).

Segundo os dados estudados por Brian Fagan (2020, p. 41), no período quente medieval, verificava-se a existência de um clima quente e estável que se iniciaria em junho e se prolongaria por julho e

agosto, proporcionando abundantes colheitas e a existência de propriedades de reduzidas dimensões, conforme se documenta nalgumas iluminuras francesas. Esta fragmentação da propriedade parece ocorrer na paisagem rural da região do Entre-Douro-e-Minho, dominada pelo minifúndio, só possível devido à existência de índices de produtividade mais elevados do que noutras regiões do país, com temperaturas mais extremas e índices de pluviosidade mais reduzidos.

Neste período da Idade Média, as temperaturas médias localizavam-se entre zero vírgula sete e um grau, acima das temperaturas características do século XX, não havendo geadas em maio, o que permitiu a subsistência de culturas menos resistentes ao frio. Este período de estabilidade climática terá durado pelo menos quinhentos anos, balizando-se aproximadamente entre os séculos IX e XIII, com uma maior prevalência a partir do ano 1000, havendo, contudo, alguns anos excecionalmente frios, como terá sido o caso de 1258, um episódio climático causado, muito provavelmente, por uma grande erupção vulcânica (Fagan, 2020, p. 41), à semelhança do que já havia ocorrido anteriormente, durante as crises climáticas que precederam o ano 800, em que a intensa atividade vulcânica parece ter estado na origem de períodos de arrefecimento abrupto do clima.

O clima europeu, fruto de diversas interações atmosféricas complexas, parece ter sofrido consideráveis alterações a partir do século XIV, com alta instabilidade climática e considerável baixa da temperatura (Fagan, 2020, pp. 48-53). Efetivamente, devido aos efeitos climatéricos do fenómeno que é denominado "Gronelândia acima", o clima europeu padeceu de um inverno seco e excecionalmente frio, logo no início do ano 1309/1310. Foram também documentados elevados índices de pluviosidade (Fagan, 2020, pp. 54-67) e uma sucessão de invernos frios, que se prolongou em diversos anos. Os fenómenos climáticos descritos, marcam o início do fenómeno que se costuma convencionar por "pequena idade do gelo". Mas, ao contrário do que o nome possa indicar, este período, não foi marcado por uma continuada descida das temperaturas, tendo-se verificado uma grande oscilação e volatilidade climatérica, que podia alternar entre os invernos muito frios, verões muito quentes, anos de seca, alternados com anos de chuva torrencial, bem como anos de maior abundância, invernos amenos e verões quentes (Fagan, 2020, pp. 76-77).

À grande instabilidade climática que caracterizou o século XIV aliaram-se anos de grande instabilidade política e inúmeras epidemias, que conheceram alguma calmaria em meados do século XV, que se prolongou até ao século XVI (Fagan, 2020, pp. 115-116). Durante o século XVI, parece ter voltado um aumento do frio na Europa, registando-se um aumento dos glaciares alpinos, tendo a segunda metade do século sido bastante fria e tempestuosa. A degradação das condições climáticas, terá sido generalizada, estando registado um aumento considerável das tempestades (cerca de 85%),

principalmente durante os invernos mais frios (Fagan, 2020, p. 122). O século XVII também terá sido, na generalidade, tendencialmente frio e instável, facto a que seguramente não será alheio um novo ciclo de intensa atividade vulcânica, estando documentados quatro grandes episódios eruptivos durante o século (1641-1643; 1669-1669; 1675 e 1698-1699). O período entre 1680 e 1730, será o mais frio da "pequena idade do gelo" e o ano de 1725, o mais frio de que há registo (Fagan, 2020, pp. 138-173). Na década de trinta do século XVIII, parece terem estado reunidas as condições climatéricas que permitiram a ocorrência de invernos amenos e húmidos e verões frescos e secos. Todavia, no final da década e início da seguinte, houve eventos de frio abrupto que terão causado danos consideráveis à produção agrícola e episódios de fome na Europa (Fagan, 2020, pp. 174 e 193). As condições climatéricas desfavoráveis terão continuado até meados do século XVIII, *terminus* do período que pretendemos estudar.

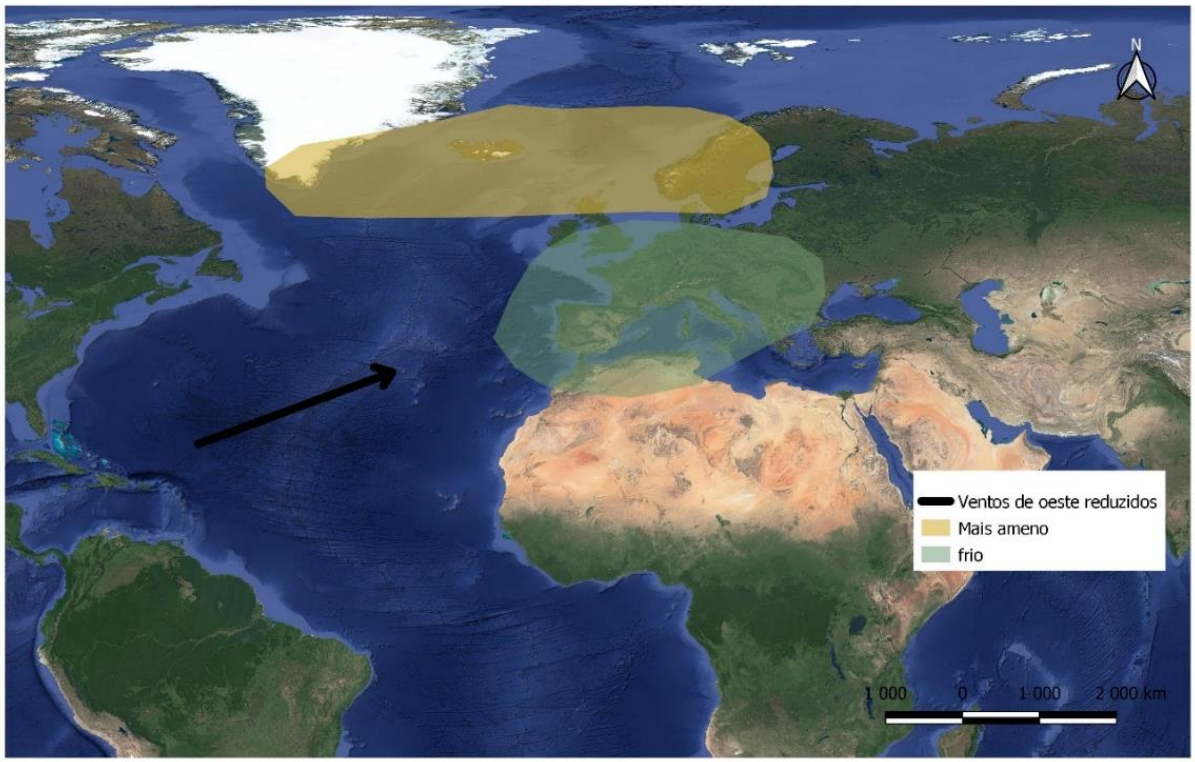


Figura 12 - Imagem evidenciando a Europa (google Maps), representando o efeito "Gronelândia acima", no clima europeu (adaptado de Fagan, 2020, p. 52). ©Francisco Andrade

Para além das condições climatéricas gerais, sistematizadas para a Europa, dispomos de estudos palinológicos e paleoecológicos de carácter regional, referentes ao território do noroeste da Península Ibérica, que permitem um conhecimento da evolução do clima e da cobertura vegetal de uma região mais próxima.

Na impossibilidade de trabalhar com amostras especificas de locais pertencentes à área de estudo, pretendemos uma aproximação mediada por resultados de diversos locais, relativamente próximos. Assim, é importante o estudo que foi efetuado por Pablo Ramil Rego *et al.* (2015), acerca da paisagem e ação humana no noroeste de Portugal, onde se apresentam dados que podem ser cruzados com os disponíveis para a Europa Ocidental, que permitem interpretar algumas tendências paleoecológicas da região em análise. No entanto, desconhecemos em que medida o clima da região em estudo seguiu as tendências europeias mais gerais, que foram anteriormente apresentadas.

Os dados apresentados por Sánchez Pardo e García Quintela (2020, p. 184) para a Galiza, indiciam a existência de uma intensa desflorestação, coincidente com a estabilidade do Império Romano, seguido de uma reflorestação nos séculos IV-V e uma redução abrupta no século VI, que não conheceu mais recuperação, pelo menos na região galega. Os dados apresentados por Olmo Enciso, Castro Priego e Diarte Blasco (2018, pp. 5-7), refletem, para a zona de Recópolis uma ampla desflorestação entre os séculos V e VIII representativa de uma intensa atividade humana.

No final da ocupação romana e, essencialmente, na Alta Idade Média parece ter-se verificado uma recuperação da área de bosque, no noroeste peninsular. A partir de 980 BP (aprox. 1035 d.C.) parece identificar-se uma fase de detrimento do pólen arbóreo, coincidindo com o incremento das percentagens de *Ericaceae*, *Poaceae* e *Olea* (Ramil Rego *et al.*, 2015, pp. 71-72), que denotam uma diminuição da área de floresta, condizente com a desflorestação de uma parte considerável do território. Essa desflorestação registou–se nas zonas de montanha (Ferreira, Plunket e Fontes, 2020, p. 8), tendo-se verificado uma recuperação do bosque no século XII. Na zona da foz do Cávado, houve um grande crescimento do pinheiro no final do período romano e durante o período suevo. À medida que a cultura de pinheiro foi crescendo, houve um decréscimo da área de sobro e um aumento da área de *cerealia*, a partir do período romano tardio (Granja *et al.*, 2022, p. 48). A partir de finais do século X e inícios do século XI (858-901BP/ 992-1049 d.C.) regista-se um decréscimo da presença de pinheiro (Granja *et al.*, 2022, p. 48).

A conjugação das leituras dos dados apresentados para as diferentes regiões parece indiciar que a permanência de áreas desflorestadas durante os séculos VIII e X se afigura mais evidente na região setentrional do noroeste peninsular, sendo mais claro este fenómeno, pelo menos na região mais litoral, da área mais próxima do Douro, a partir de finais do século X.

A partir do século XIII, verificou-se uma grande redução da área florestal nas regiões mais montanhosas do território português, o que denota uma possível necessidade de terrenos para pastagens e área agricultável. No século XIV, ambas as regiões estudadas por Ferreira, Plunket e Fontes (2020, p.

8), parecem ter conhecido um aumento da área florestal e uma redução da área arável. Já no século XVI, ter-se-á verificado um aumento da desmatação, tendo existido um acréscimo das espécies herbáceas e uma redução das espécies arbustivas (Ferreira, Plunket e Fontes, 2020, p. 8), situação que está bem representada na serra de Arga, mais próxima ao mar, onde se regista uma forte redução arbórea e aumento de espécies herbáceas (Gómez Orellana *et al.*, 2010, p. 58).

Dados relativos ao século XVII, documentam que a zona da lameira de Fiães, conheceu um incremento da área florestal de pinheiro, o que é compreensível se considerarmos o anterior quadro legislativo que fomentou o crescimento da plantação de espécies arbóreas, de modo a suprir as necessidades da indústria naval (Ferreira, Plunket e Fontes, 2020, p. 9). Na área em estudo, apesar de não termos análises disponíveis, as condições do terreno levam a considerar que este processo de reflorestação não terá sido muito impactante.

3. Dinâmicas e poderes em Braga, o ponto de partida historiográfico

A abordagem ao território bracarense, que pretendemos efetuar, incidiu sobre um território que foi alvo de diversos trabalhos, fundamentalmente do ponto de vista historiográfico, profusamente elencados na historiografia da investigação que apresentamos na parte I do presente trabalho. A leitura crítica desses trabalhos, permite identificar os principais poderes e entidades presentes no território, inseridos e contextualizados em diferentes épocas, que vão estar enquadradas nos distintos processos históricos mais latos que abarcam a área de estudo. Neste sentido, não podemos dissociar a evolução urbanística da cidade e da sua periferia dos processos políticos e económicos que o Império Romano conheceu em período tardo antigo, designadamente a criação das entidades administrativas como as dioceses, e o surgimento de novas províncias, como é o caso da província da Galécia (Martins *et al.*, 2016, p. 36). De igual forma, não se pode considerar o surgimento de uma província romana sem a dotação de um aparato administrativo ou ainda a existência de uma elite que represente na região o poder imperial e os seus interesses, devendo seguramente o seu exercício e demonstração de poder ter tido um reflexo, quer na paisagem urbana (Martins *et al.*, 2016, pp. 35-52), quer na paisagem rural (Martins e Carvalho, 2016, pp. 219-243).

O outro processo histórico que terá seguramente afetado a dinâmica de poderes no noroeste da Península Ibérica e mais concretamente, na região de Braga, constituída, segundo os critérios que definimos, pelo espaço urbano intramuros e pela sua periferia imediata, que abarca parte do curso superior e intermédio do rio Este e a parte sul da bacia média do vale do Cávado, terá sido a migração dos povos germânicos para o interior do Império Romano, com especial incidência na sua parte ocidental, que resultou na formação dos reinos germânicos, dos quais o Reino Suevo, apresenta especial relevância, na medida em que instalou, durante a maior parte da sua existência, a sua capital na sede administrativa da província baixo imperial da Galécia (Díaz Martinez, 2011).

Outra entidade que a historiografia tradicional tende a ter em consideração durante a tardo antiguidade, para a região de Braga é a autoridade episcopal presente na cidade (Costa, 1997), à semelhança do que parece acontecer em muitas outras cidades ocidentais (Andrade e Fontes, 2020, pp. 293-314).

Com o advento do domínio muçulmano na península, com maior incidência na zona a sul do Douro, inicia-se um dos períodos que ao nível da historiografia medieval peninsular, tem gerado maior polémica. Efetivamente, a historiografia portuguesa (Sampaio, 1895) que se debruçou sobre esta região desde o século XIX, teve sempre uma visão mais de acordo com a continuidade do povoamento romano para o período pleno medieval sem grandes sobressaltos. Com o advento da tese do "ermamento" de Sánchez

Albornoz (1966), a sua incorporação na historiografia portuguesa e consequente consideração de que este território estaria despovoado entre os séculos VIII e IX, foi breve, tendo figuras como Avelino Costa (1997) encabeçando novamente a defesa de uma continuação quase linear da ocupação de tempos anteriores. Mesmo nos trabalhos de López Quiroga (2004), que coloca em evidência os indícios de uma desarticulação para a zona mais interior do antigo *conventus bracarensis*, mantém para esta região a continuidade mais evidente, defendida por Costa (1997) e que em certa medida também defendemos, pese embora não tão claramente em Andrade (2015), apesar de aplicada apenas ao caso concreto de Dume [34] que, no nosso entender, personifica o caso melhor documentado de evidências de continuidade de ocupação de um local específico, de acordo com o doc. 19 do *Liber Fidei* (Costa, 1965). Este foi precisamente um dos locais selecionados por Alberto Sampaio (2008), que serviu de exemplo para a defesa de continuidade estrutural do povoamento de período romano para o período medieval e consequentemente o moderno. Parte dos pressupostos das particularidades da continuidade efetiva de povoamento neste local foram por nós revistos na presente tese, como veremos na parte III e na descrição do catálogo da parte II.

Após a definitiva integração deste território na esfera de poder asturiano, em 873 (Amaral, 2007, p. 80), embora de forma algo escassa, começa a haver evidências de uma organização de propriedade que parece estar caracterizada pela apropriação do território mantendo de alguma forma a estrutura dos prédios rústicos (Amaral, 2007, p. 81). Esta evidência documental, apesar de presente noutros documentos, continua a ter em Dume um dos principais exemplos que atestam esta realidade. Ao nível de discurso histórico é a principal corrente que norteia os trabalhos dos investigadores que tratam as temáticas que versam sobre a propriedade alto medieva. Para além das questões abordadas, um importante aspeto a ter em consideração é que neste período que se começa a evidenciar, na documentação, o casal como elemento de relevância na organização social do espaço bracarense (Marques, 2004).

Segundo Marques (2024, pp. 108-115), a propriedade associada a algumas *villae*, parece ainda conservar a sua integridade até aos séculos XI-XII e, mesmo neste período, algumas delas poderão ter conservado uma área considerável, chegando a áreas superiores a quinhentos hectares. Recordamos que a área que identificámos para o hipotético território da *villa* de Dume [40], poderá ter dimensões muito aproximadas à que mencionamos acima. Apesar deste facto, como Marques (2024, p. 109) refere, unidades fundiárias desta dimensão seriam uma exceção, e considerar casos de estudo com estas características, como referência de uma matriz de povoamento, poderá causar um enviesamento interpretativo.

No período entre a presúria do século IX e a restauração definitiva da diocese de Braga em finais do século XI (Costa, 1997) o poder episcopal esteve ausente do território, exercendo o seu poder à distância através de delimitações territoriais que procuraram reafirmar a recuperação efetiva de entidades territoriais definidas em épocas anteriores.

A recuperação das prerrogativas e definição de direitos de época visigótica não esteve isenta de contratempos, como atestam diversos documentos presentes no *Liber Fidei* (Costa, 1965). Efetivamente, a sobreposição de delimitações do território adstrito à cidade de Braga entre os séculos IX e XII, que apresentamos em Andrade e Fontes (2008), parece refletir essas alterações, disputas territoriais e de poder, que poderão, num primeiro momento, ter sido sanadas efetivamente com a definição do couto de Braga em 1128 e legitimação do poder arquiepiscopal bracarense.

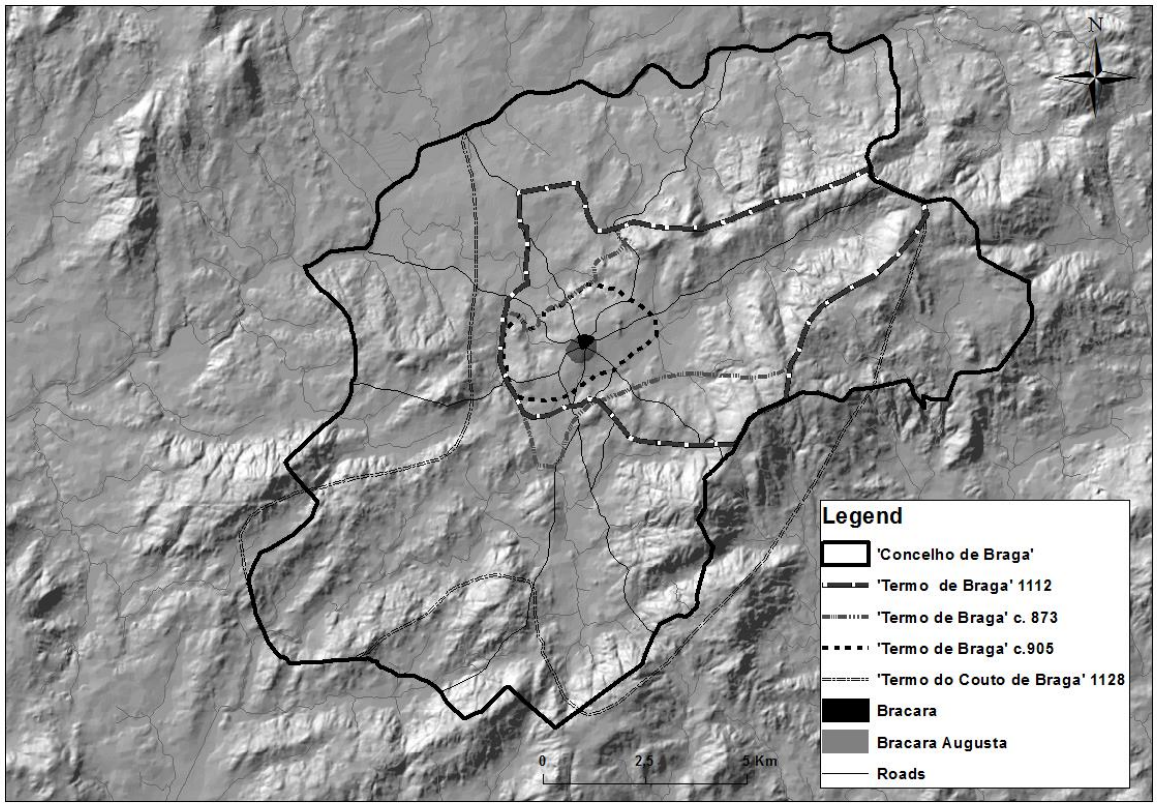


Figura 13- Distintos coutos de Braga referenciados na documentação medieval, segundo Fontes e Andrade (2018, p. 62) ©Francisco Andrade

Na transição do primeiro milénio d.C., a igreja já seria o principal terratenente, muito à custa das propriedades que transitaram para o domínio cristão, no âmbito do processo de reconquista, com especial ênfase para os bens pertencentes às mesquitas muçulmanas. A essência deste património transitou de proprietários no âmbito de generosas doações dos monarcas cristãos, aumentadas por numerosas compras documentadas a partir do século X (Marques, 2024, p. 111).

A ação do arcebispo bracarense, constituiu, a par das aspirações autonómicas dos ricos-homens portucalenses e poderes a sul do Douro, o principal motor da constituição de Portugal como um país independente (Mattoso, 2015).

Os séculos que se seguem são de afirmação da nacionalidade, do poder régio, que inquire ao longo do século XIII (PMH. Inq., 1888; Pizarro, 2012) uma vasta região, de modo a exercer o controlo, salvaguardando os seus direitos sobre a propriedade, disputando localmente com senhorios eclesiásticos e aristocráticos. Na região em estudo, o poder local que tem vido a acumular um vasto conjunto de propriedades é a mitra bracarense, dispondo de um vasto património estudado por José Marques (1988), para a transição do período medieval e moderno. O arcebispo de Braga, juntamente com o cabido, ocupa o primeiro lugar na lista de terratenentes eclesiásticos do país, logo seguidos pelos bispados de Coimbra e do Porto (Marques, 2024, p. 111). Também no âmbito eclesiástico destacamos as ordens monásticas, sendo os principais detentores de património fundiário, os Beneditinos, com representatividade na nossa área de estudo, no mosteiro de Tibães [69].

Desta forma, e face aos dados que apresentamos no parágrafo anterior, parece-nos que dificilmente poderíamos conceber uma estruturação da paisagem medieva e o estudo da propriedade, sem termos em consideração o papel que a igreja terá desempenhado.

A perceção de poder do arcebispo de Braga e das ordens monásticas é mais evidente se tivermos em consideração que seria o principal detentor latifundiário do país, logo seguido do rei (Marques, 2024, p. 111). Estes são os principais protagonistas das dinâmicas territoriais e constituem os principais poderes que vamos estudar no nosso trabalho de investigação.

No final do período medieval, Portugal apresentava-se como um país com estruturas com características de transição entre o norte e o sul europeu, caracterizado por elementos feudais, elementos feudais deturpados e elementos moçárabes e islâmicos. A vassalidade encontrava-se plenamente implantada, as prestações régias inicialmente não hereditárias, passam a ser, aceitando-se nesse período, como prática corrente. Apesar disto, o poder régio, como vimos acima, vai tentar controlar a expansão do poder senhorial (Marques, 2024, p. 289).

Com o advento da época moderna, a Europa abre-se ao mundo, no caso português fruto de um esforço coletivo, encabeçado por diversas figuras de proa da dinastia de Avis (Fonseca, 2007; Marques, 2024; Ramos, Sousa e Monteiro, 2024). A abertura do país a novas latitudes trouxe consequentes alterações de mentalidade que se repercutiram na sociedade e no pensamento humano. É a época do Renascimento (Serrão, 2002), que em Portugal assume contornos particulares ao nível da arquitetura, que nos alvores da Idade Moderna, está intrinsecamente relacionada com explorações ultramarinas e o

acesso a mercadorias exóticas e riqueza (Marques, 2024, p. 298). Apesar desta circunstância, este movimento artístico teve menor representatividade no norte do país, zona em que a região de estudo se insere (Marques, 2024, p. 350).

No período moderno, Portugal passa a ter disponíveis os recursos financeiros que permitam realizações arquitetónicas que vão marcar a paisagem bracarense urbana (Bandeira, 1992; Bandeira, 2000; Oliveira, 2011) e rural (Fontes, 2005) e, apesar de investidas e tensões entre os principais poderes presentes na região, o património afeto às instituições terá em traços gerais conseguido subsistir, documentando-se um arcebispado com um vasto património (Marques, 1988).

No início do século XVI, inicia-se a quantificação da população portuguesa que, por alturas do numeramento de 1527-32 (Freire e Pessanha, 1905), atingia valores próximos a um milhão e meio de pessoas, cerca de dezoito habitantes por quilómetro quadrado, dentro da média europeia (Marques, 2024, p. 289).

O estado do renascimento, fruto do dinamismo económico potenciado pelo comércio internacional vence a crise tardo medieval, verificando-se um grande dinamismo da vida citadina, que refletia o crescimento populacional. Braga neste período ainda seria uma cidade de dimensões modestas não sendo diretamente proporcional à sua condição de sede da principal entidade eclesiástica do país (Marques, 2024, pp. 290-291), que terá desempenhado um papel de grande relevo, nas ações da contrarreforma e manutenção da ortodoxia da igreja e tentativa de uniformização da sociedade, apesar da sua abertura ao mundo e ao cosmopolitismo que a expansão ultramarina pressupunha (Marques, 2024, pp. 336-357).

No período do domínio Habsburgo em Portugal, as garantias do "Estatuto de Tomar", terão proporcionado a garantia da generalidade das jurisdições no país (Ramos, Sousa e Monteiro, 2024, p. 278), não devendo o governo temporal da região bracarense ter constituído uma exceção.

Centrando-nos no período do *terminus* da nossa análise, Braga insere-se na corrente mais ampla da contrarreforma e da demonstração de poder através da arquitetura característica do Barroco, exuberante na decoração e nos materiais empregues (Serrão, 2003). Braga, enquanto sede do senhorio eclesiástico, que inicia o seu desenvolvimento na Idade Média, foi local privilegiado para aplicação deste discurso de poder expresso através da arquitetura, que potenciou um considerável desenvolvimento urbanístico (Bandeira, 1992; Bandeira, 2000), documentando-se inúmeras obras preferencialmente relacionadas com edificações religiosas que vão acontecendo no espaço urbano e periurbano (Oliveira, 2011).

A região de Braga no século XVII e XVIII estava plenamente enquadrada na sociedade do Antigo Regime, não estando alheada das principais relações de poder entre as três ordens que constituíam a

sociedade do seu tempo. Efetivamente, em Portugal, um pequeno reino de cerca de dois milhões de habitantes a principal atividade era a prática agrícola, devendo os lavradores, constituir cerca de oitenta por cento da população que se dedicava a esta atividade (Ramos, Sousa e Monteiro, 2024, p. 382).

A região minhota, mais populosa e com mais mão de obra disponível, constituiu a principal fornecedora de populações para a emigração, sendo o principal destino o Brasil, destino que terá conhecido o seu apogeu (no período cronológico em estudo), durante o século XVIII, conduzindo mesmo, a uma diminuição da população (Ramos, Sousa e Monteiro, 2024, p. 386).

As relações de poder do Antigo Regime, pautaram-se pela dualidade entre centro (corte) e periferias (Ramos, Sousa e Monteiro, 2024, p. 392), constituindo Braga um dos principais centros de poder regional, com o qual, o poder régio dos séculos XVII-XVIII, com tendências cada vez mais absolutistas, teve de articular as suas relações, nem sempre de forma pacífica, impondo os ditames do aparelho de estado.

Norteados pelo enquadramento histórico deste vasto período, encetamos a nossa abordagem à paisagem bracarense, procurando uma validação ou refutação dos pressupostos presentes no discurso histórico atual e uma articulação de diversas fontes bem como a incorporação de novos *inputs* analíticos já descritos na parte I, que pretende propiciar uma maior sustentabilidade ao discurso histórico apenas baseado nos dados documentais, ou ainda, a um conhecimento arqueológico, forçosamente parcial, muito condicionado pela existência ou não de investimento em investigação científica numa determinada temática ou área de estudo.

4. Catálogo de sítios

A organização do catálogo procurou ter em consideração os diversos tipos de dados arqueológicos e documentais disponíveis, conhecidos para a área de estudo, que serviram de base para o Sistema de Informação Geográfica desenvolvido e implementado e que permitiu o desenvolvimento de cartografias e análises que foram apresentadas ao longo do texto e organizado mediante os variados critérios que foram explanados na descrição da metodologia, que serviu de base à investigação que desenvolvemos.

A apresentação dos dados teve por base a organização geográfica, que se justifica pela ampla ocupação cronológica dos sítios dispondo, por vezes, de distintas tipologias nos diversos períodos históricos. Seguimos as considerações de Martins (1990, p. 63), acerca da pertinência da apresentação dos dados, tendo em consideração este critério.

Apesar da adaptação da organização do SIG que desenvolvemos, o catálogo procurou que a consulta fosse fácil e que a organização evidenciasse os dois tipos primordiais de dados que foram utilizados: os dados arqueológicos e os dados documentais.

Na medida em que a consulta dos dados presentes no catálogo deve ser articulada com a diversa cartografia e a tabela síntese apresentada em apêndice, o elemento primordial de identificação de cada sítio foi a numeração sequencial, que teve em consideração o posicionamento geográfico ordenado por freguesia (pré reorganização de 2013), seguido do topónimo mais próximo e freguesia em que está localizado. Optou-se por uma apresentação mais simplista, porque consideramos que deveria constar do índice geral da tese, de modo a estar mais acessível para consulta.

A sistematização dos dados, pela sua natureza, foi levada a cabo tendo em consideração que poderia ser pertinente a apresentação geral das diferentes épocas, agrupada pela sua natureza, tendo havido a preocupação de harmonização dos mesmos, para os diversos sítios, de modo que houvesse uma simplificação de alguns dos dados relativos aos sítios, apresentados de forma mais exaustiva na parte III. Assim sendo, os três primeiros itens apresentados foram a **identificação do sítio** (número de sítio, topónimo e freguesia), seguida dos **dados arqueológicos** e **dados documentais**. É nestes três pontos que consta a maioria da informação relativa a cada uma das entidades consideradas, sistematizando as recolhas que efetuámos no âmbito da presente investigação e serviram de ponto de partida para a aproximação que efetuámos da evolução da paisagem bracarense entre a Antiguidade Tardia e a Idade Moderna.

Apesar de a organização geográfica ter sido a que selecionámos para este catálogo, optámos por incluir um ponto relativo à **cronologia**, em que se procurou apresentar de forma sintética, a conjugação das distintas tipologias conhecidas para cada sítio, com os diversos períodos históricos.

Dado que a generalidade dos sítios já foi incluída em diversos inventários arqueológicos e publicação de fontes documentais, que nos serviram de base, incluímos na descrição de cada sítio **bibliografia selecionada** acerca dos mesmos, de modo que possa ser possível a consulta das diversas fontes. Para além da apresentação sintética das referências no final, foi feita menção da base bibliográfica, em corpo de texto, sempre que os dados foram extraídos de publicações.

4.1. Sítio 1 *Outeiro; Adães; Barcelos*

4.1.1. Dados arqueológicos

Não recolhemos dados para este sítio, nos inventários arqueológicos que serviram de base para o nosso estudo, nem em visita ao local. Desconhecidas ruínas de estruturas associáveis ao local, ou indícios de edificado que possam remontar aos períodos mais antigos referenciados documentalmente. Admitimos a hipótese de poder haver um templo associável à Idade Moderna, na origem do núcleo paroquial. Não são conhecidos indícios de materiais e achados isolados próximos.

Consideramos ser possível percecionar um núcleo paroquial que está plenamente articulado com os núcleos populacionais da freguesia, constituindo o centro nevrálgico das vivências da comunidade.

4.1.2. Dados documentais

A paróquia de Adães [1] era denominada de "*Sancto Petro de Adanes*", no censual datado dos finais do século XI e pertencia à Terra de *Bracara* (Costa, 2000, p. 90). Não se conhecem referências a esta paróquia em 1220.

A paróquia de S. Pedro de Adães [1], apenas vem mencionada nas Inquirições de 1288, como "*Sancti Petri de Adaes*" (Pizarro, 2012, p. 500). Costa (2000, p. 90), inventaria diversas referências ao local durante os séculos XIII e XIV.

A paróquia de S. Pedro de Adães [1] é referenciada no século XVI como "*Sam Pedro dAdaes*".

Em 1758 a paróquia é denominada como "*São Pedro de Addains*" (Capela, 2003, p. 66). Também é referido que a paróquia estaria incorporada no termo de Barcelos. Parte do conjunto paroquial, poderá contemplar elementos que possam ser associáveis à época moderna.

4.1.3. Cronologia

Ocupação da Alta Idade Média, Baixa Idade Média e Idade Moderna associada a um núcleo paroquial.

4.1.4. Bibliografia selecionada

Freire e Pessanha, 1905, pp. 241-273; Costa, 2000, p. 90; Capela, 2003, p. 66; Pizarro, 2012, p. 500

4.2. Sítio 2 *Assento; Airó; Barcelos*

4.2.1. Dados arqueológicos

Não recolhemos dados para este sítio, nos inventários arqueológicos que serviram de base para o nosso estudo, nem em visita ao local. Desconhecidas ruínas de estruturas associáveis ao local, ou indícios de edificado que possam remontar aos períodos mais antigos referenciados documentalmente. Admitimos a hipótese de poder haver um templo associável à Idade Moderna, na origem do núcleo paroquial. Desconhecidos indícios de materiais e achados isolados próximos.

Consideramos ser possível percecionar um núcleo paroquial que está plenamente articulado com os núcleos populacionais da freguesia, constituindo o centro nevrálgico das vivências da comunidade.

4.2.2. Dados documentais

A paróquia de Airó [2] era denominada de "*Sancto Georgi de Lauredo,*" no censual datado dos finais do século XI e pertencia à Terra de *Bracara* (Costa, 2000, p. 89).

Desconhecidas referências a esta paróquia em 1220. A paróquia de S. Jorge de Adães [2], foi referenciada nas Inquirições de 1288, como "*Sancti Georgi* " (Pizarro, 2012, p. 500).

S. Jorge de Airó [2], "*Sam Jorge e Sam Martinho de Eyroo*", pertence ao couto da Várzea, no século XVI (Freire e Pessanha, 1905, pp. 241-273).

A paróquia que é mencionada como "*Sam Jorge de Airó"*, segundo a grafia das Memórias Paroquiais, também é referenciada como sendo parte do termo de Barcelos no século XVIII (Capela, 2003, p. 68). Nesta paróquia, tal como a anterior, os rendimentos também são do convento de Vilar de Frades [4], sendo os seus párocos "da apresentação do respetivo reitor". É ainda feita referência ao facto de a capela de S*. Martinho de Airó*, ter constituído paróquia anteriormente. Efetivamente, o inventário que elaborámos no âmbito do presente trabalho de investigação, contempla a paróquia de S. Martinho de Airó [3], para o período medieval. A não identificação da referência para este período é condizente com fusão das duas paróquias. Também se considerou a existência de alguns elementos que poderão ser associáveis à Idade Moderna.

4.2.3. Cronologia

Ocupação da Alta Idade Média, Baixa Idade Média e Idade Moderna associada a um núcleo paroquial.

4.2.4. Bibliografia selecionada

Freire e Pessanha, 1905, pp. 241-273; Costa, 2000, p.89; Capela, 2003, p. 68; Pizarro, 2012, p. 500

4.3. Sítio 3 *Cepães; Airó; Barcelos*

4.3.1. Dados arqueológicos

Não recolhemos dados para este sítio, nos inventários arqueológicos que serviram de base para o nosso estudo, nem em visita ao local. Desconhecidas ruínas de estruturas associáveis ao local, ou indícios de edificado que possam remontar aos períodos mais antigos referenciados documentalmente. Desconhecemos indícios de materiais e achados isolados próximos.

O local encontra-se bastante descaracterizado, contudo pensamos ser possível percecionar um núcleo paroquial que está plenamente articulado com os aglomerados populacionais da freguesia, constituindo o centro nevrálgico das vivências da comunidade.

4.3.2. Dados documentais

Na atual paróquia de Airó [3] identifica-se a referência a "*Sancto Martinio de Capianes*", no censual datado dos finais do século XI e pertencia à Terra de *Bracara* (Costa, 2000, p. 90).

Não nos foi possível recolher dados acerca da paróquia em 1220. A freguesia apresenta-se referenciada em 1288, como "*Sancti Martini de Aireeo*" (Pizarro, 2012, p. 502).

É desconhecida referência a esta paróquia durante o século XVI e durante o século XVIII.

4.3.3. Cronologia

Ocupação da Alta Idade Média e Baixa Idade Média associada a um núcleo paroquial.

4.3.4. Bibliografia selecionada

Costa, 2000, p. 90; Pizarro, 2012, p. 502

4.4. Sítio 4 *S. Salvador de Vilar de Frades; Areias de Vilar; Barcelos*

4.4.1. Dados arqueológicos

Os dados arqueológicos deste local são provenientes das escavações arqueológicas que se realizaram ao longo de diversos anos no local (Fontes, Moreira e Duarte, 2016; Erasun Cortés e Faure, 2020, pp. 57-73). O trabalho de doutoramento de António Pereira (2020) também forneceu importantes dados do convento, designadamente ao nível do seu espaço construído. Alguns dos elementos inventariados em Fontes e Pereira (2009) também poderão ser associados ao convento.

O mosteiro da Baixa Idade Média

O convento de S. Salvador de Vilar de Frades [4], foi alvo de diversas campanhas de escavações arqueológicas, cujos resultados foram publicados em diversos trabalhos, sendo de destacar (Fontes, Moreira e Duarte, 2016) e (Erasun Cortés e Faure, 2020, pp. 57-73). Também foi estudado por António Pereira, no âmbito da sua tese de doutoramento, tendo sido analisado com recurso a metodologias da Arqueologia da Arquitetura e da História da Construção (Pereira, 2020). As intervenções permitiram a identificação de diversos elementos que poderão corresponder ao edifício da Baixa Idade Média (Fontes, Moreira e Duarte, 2016), para além dos que ainda subsistem no conjunto edificado, como é o caso do pórtico e da janela que se encontra incorporada na zona sul.

A intervenção arqueológica permitiu a identificação de diversos materiais cerâmicos tardo medievais em diversos contextos (Fontes, Moreira e Duarte, 2016). Costa (2000, p. 90) refere que a doação do mosteiro terá acontecido em 1104.

O mosteiro de S. Salvador de Vilar de Frades [4] tem associados a si elementos de feição românica, um dos quais está depositado no Museu Pio XII (Fontes e Pereira, 2009, vol. II, p. 17).

O convento da Idade Moderna

O convento, na Idade Moderna, foi estudado por António Pereira (2020), tendo igualmente sido fundamentais para o conhecimento que temos do espaço, os resultados das intervenções que foram efetuadas no local entre 1995 e 2012, sendo os principais resultados apresentados em Fontes, Moreira e Duarte (2016) e em Erasun Cortés e Faure (2020, pp. 57-73).

O espaço conventual terá, após ser reduzido a igreja secular, no início do século XV, sido entregue aos cónegos seculares de S. João evangelista, também conhecidos como Lóios (Erasun Cortés e Faure, 2020, p. 59). A ocupação do espaço, num primeiro momento, terá consistido numa ocupação do extinto mosteiro, sendo o claustro utilizado para acomodações dos animais e a igreja como adega e celeiro (Pereira e Ribeiro, 2020, p. 42). O convento, terá conhecido uma revitalização, sendo referido que a partir da segunda metade do século XV, já se dispõe de registos contínuos da atividade conventual

(Pereira, 2020, p. 140). Em meados do século XVI, de modo a regularizar o espaço, inicia-se a construção do claustro. Nos finais do século XVI, reformula-se a ala este do espaço conventual (Erasun Cortés e Faure, 2020, p. 63).

No século XVII, documentam-se igualmente diversas remodelações do convento, tendo sido reconstruídas paredes, constroem-se abóbadas de nervuras e edificaram-se capelas laterais (Pereira, 2020, p. 393; Pereira e Ribeiro, 2020, p. 45). No século XVIII, prolonga-se o braço norte do transepto, sendo abertas portas e entaipadas janelas.

4.4.2. Dados documentais

O mosteiro de Vilar de Frades [4] é referenciado como "*Illo monasterio de Vilar*", no censual datado dos finais do século XI e pertencia à Terra de *Bracara* (Costa, 2000, p. 91).

As Inquirições de 1220 (PMH. Inq., 1888) permitem uma inventariação das propriedades que estariam na posse de Vilar de Frades, sendo possível perspetivar um património fundiário que tem a sua principal área na Terra de Penafiel de Bastuço e na Terra de Faria, que seriam as circunscrições administrativas que mais próximas estariam do conjunto monástico.

As Inquirições de 1288 (Pizarro, 2012, p. 490), fornecem dados diretos acerca do conjunto monástico. É referido explicitamente que Vilar de Frades "*he delimitado per padrões e que nenhum fidalgo nom ha hi honra nem casa de morada nem perde hi ho mesteyro nada do seu directo*". Estamos, portanto, perante um domínio que possuiria em 1288 um couto bem delimitado não estando documentadas usurpações de grande monta, no referido período.

No denominado "Numeramento" do século XVI, para além da referência ao convento e à sua pertença ao Julgado de Penafiel de Bastuço, apenas é feita referência à freguesia "*Sam Joham de Areas*" [6] (Freire e Pessanha, 1905, pp. 241-273).

A Memória Paroquial de Vilar de Frades [4], para além das interessantes informações acerca do conjunto monástico, apresenta também dados das paróquias de *Sancta Maria Magdalena* [5] e de *S. João de Areas* [6] (Capela, 2003, pp. 76-77). A análise da descrição das duas paróquias permite constatar que ambas eram de dimensão bastante reduzida, possuindo S. João [6], nove lugares e Santa Maria Madalena, quatro lugares, tendo possuído em tempos anteriores à Memória Paroquial dezoito e quatro moradores, respetivamente. No século XVIII as paróquias eram compostas por noventa e quatro fogos e trinta e dois fogos, respetivamente. Os locais ainda apresentam alguns vestígios construtivos associados à Idade Moderna.

4.4.3. Cronologia

Ocupação da Alta Idade Média e da Baixa Idade Média associada a um mosteiro.

Ocupação da Idade Moderna associada a um convento.

4.4.4. Bibliografia selecionada

PMH. Inq., 1888; Freire e Pessanha, 1905, pp. 241-273; Costa, 2000, p. 91; Capela, 2003, pp. 76-77; Pizarro, 2012, p. 490; Fontes e Pereira, 2009, vol. II, p. 17; Fontes, Moreira e Duarte, 2016; Erasun Cortés e Faure, 2020, pp. 53-76; Pereira, 2020

4.5. Sítio 5 *Madalena; Areias de Vilar; Barcelos*

4.5.1. Dados arqueológicos

Não recolhemos dados para este sítio, nos inventários arqueológicos que serviram de base para o nosso estudo, nem em visita ao local. Desconhecidas ruínas de estruturas associáveis ao local, ou indícios de edificado que possam remontar aos períodos mais antigos referenciados documentalmente ou de materiais e achados isolados próximos.

O local encontra-se plenamente enquadrado com o casario que lhe está mais próximo, sendo relativamente bem servido de vias de comunicação, o que permite às populações que aí vivem experienciarem parte do seu quotidiano social e religioso.

4.5.2. Dados documentais

Na freguesia de Areias de Vilar, no lugar de Madalena [5] identifica-se a referência à paróquia de "*Sancta Maria de Sinagoga*", no censual datado dos finais do século XI e pertencia à Terra de *Bracara* (Costa, 2000, p. 90).

Desconhecidos dados acerca da paróquia em 1220, em 1288 e no século XVI.

A paróquia é mencionada no século XVIII, como paróquia de "*Santa Maria Madalena*" (Capela, 2003, p. 77).

4.1.3. Cronologia

Ocupação da Alta Idade Média e Idade Moderna associada a um núcleo paroquial.

4.5.3. Bibliografia selecionada

Costa, 2000, p. 90; Capela, 2003, p. 77

4.6. Sítio 6 *S. João; Areias de Vilar; Barcelos*

4.6.1. Dados arqueológicos

Os dados arqueológicos de dispomos para o local são essencialmente provenientes dos inventários do Museu Pio XII (Fontes e Pereira, 2009, vol. I, pp. 71-73). Desconhecidas ruínas de estruturas associáveis ao local, ou indícios de edificado que possam remontar aos períodos mais antigos referenciados documentalmente. Admitimos a hipótese de poder haver um templo associável à Idade Moderna, na origem do núcleo paroquial.

Uma parte considerável dos elementos arquitetónicos referenciados no sítio [4] foram originalmente associáveis às proximidades da capela de S. João [6]. Dadas as características dos elementos e o edificado conhecido, assumimos que fará mais sentido a sua associação ao conjunto monástico medieval. Fica, contudo, a nota da sua associação a esta proveniência.

O local encontra-se plenamente enquadrado com o casario que lhe está mais próximo, sendo relativamente bem servido de vias de comunicação, o que permite às populações que aí vivem experienciarem parte do seu quotidiano social e religioso.

4.6.2. Dados documentais

Na freguesia de Areias de Vilar, no lugar de S. João [6] identifica-se a referência à paróquia de "*Sancto Johani de Arenas*", no censual datado dos finais do século XI e pertencia à Terra de *Bracara* (Costa, 2000, p. 90).

S. João de Areias [6], apenas aparece referenciada nas Inquirições de 1220 (PMH. Inq., 1888, pp. 16, 87, 175, 218). A. Costa (2000, p. 90) para além desta, elenca outras referências documentais associadas aos séculos XIII-XIV.

No denominado "Numeramento" do século XVI, para além da referência a "*Sam Joham de Areas*" refere-se ao convento e à sua pertença ao Julgado de Penafiel de Bastuço [6] (Freire e Pessanha, 1905, pp. 241-273).

A paróquia é mencionada no século XVIII, como paróquia de "*S. João de Areias*" (Capela, 2003, p. 76).

4.6.3. Cronologia

Ocupação da Alta Idade Média, Baixa Idade Média e Idade Moderna associada a um núcleo paroquial.

4.6.4. Bibliografia selecionada

PMH. Inq., 1888, pp. 16, 87, 175, 218; Freire e Pessanha, 1905, pp. 241-273; Costa, 2000, p. 90; Capela, 2003, p. 76; Fontes e Pereira, 2009, vol. I, pp. 71-73

4.7. Sítio 7 *Sto. Estevão de Bastuço; Bastuço (Sto. Estevão); Barcelos*

4.7.1. Dados arqueológicos

Não recolhemos dados para este sítio, nos inventários arqueológicos que serviram de base para o nosso estudo, nem em visita ao local.

Desconhecidas ruínas de estruturas associáveis ao local, e indícios de edificado que possam remontar aos períodos mais antigos referenciados documentalmente, ou ainda indícios de materiais e achados isolados próximos.

Consideramos ser possível percecionar um núcleo paroquial que está plenamente articulado com os núcleos populacionais da freguesia, constituindo o centro nevrálgico das vivências da comunidade.

4.7.2. Dados documentais

Na freguesia de Bastuço (Sto. Estevão), no lugar de Igreja [7] identifica-se a referência à paróquia de "*Sancto Felice de Bastuzio*", no censual datado dos finais do século XI e pertencia à Terra de *Bracara* (Costa, 2000, p. 87).

Na atual Sto. Estevão de Bastuço [7], conhecem-se referências nas Inquirições de 1220 (*Sancto Felice de Bastuzo*) (PMH. Inq., 1888, pp. 15, 87, 174, 217).

Nas Inquirições de 1288 o local é denominado de "*Sancto Stephani de Felice"* (Pizarro, 2012, p. 489). O local é ainda frequentemente referenciado ao longo dos séculos XIII e XIV, sendo referido que estaria incorporado no couto de Vilar de Frades.

A paróquia de Sto. Estevão de Bastuço [7], denominada de "*Samto Estevõ*" no século XVI (Freire e Pessanha, 1905, pp. 241-273).

A paróquia de Santo Estevão é referenciada nas Memórias Paroquiais, sendo referido que é pertencente ao termo de Barcelos, sendo referido ainda que é apresentação do "*reverendo padre reitor do coleginho de Santo Augostinho da cidade de Lisboa*". É referido ainda que a paróquia é constituída por dez lugares ("*Assento, Sourinho, Prameira, Labandeira, Mouços, Vinha, Lage, Bastuço, Sam Paio, Brancelho*" (Capela, 2003, pp. 94-95). O núcleo paroquial, está bastante alterado, sendo essencialmente do século XX, apresenta, contudo, alguns elementos que poderão ser associáveis a este período.

4.7.3. Cronologia

Ocupação da Alta Idade Média, Baixa Idade Média e Idade Moderna associada a um núcleo paroquial.

4.7.4. Bibliografia selecionada

PMH. Inq., 1888, pp. 15, 87, 174, 217; Freire e Pessanha, 1905, pp. 241-273; Costa, 2000, p. 87; Capela, 2003, pp. 94-95; Pizarro, 2012, p. 489

4.8. Sítio 8 *S. Paio; Bastuço (Sto. Estevão); Barcelos*

4.8.1. Dados arqueológicos

Não recolhemos dados para este sítio, nos inventários arqueológicos que serviram de base para o nosso estudo, nem em visita ao local. Desconhecidas ruínas de estruturas associáveis ao local, ou indícios de edificado que possam remontar aos períodos mais antigos referenciados documentalmente. São igualmente desconhecidos indícios de materiais e achados isolados próximos.

O local encontra-se bastante descaracterizado, contudo pensamos ser possível percecionar um núcleo paroquial que está plenamente articulado com os aglomerados populacionais da freguesia, constituindo o centro nevrálgico das vivências da comunidade.

4.8.2. Dados documentais

Na freguesia de Bastuço (Sto. Estevão), no lugar de S. Paio [8] identifica-se a referência à paróquia de "*Sancto Pelagio de Bastuzo*", no censual datado dos finais do século XI e pertencia à Terra de *Bracara* (Costa, 2000, p. 87).

São desconhecidas referências da paróquia nas Inquirições de 1220 e no século XVI.

A paróquia de S. Paio de Bastuço [8] apenas é mencionada nas Inquirições de 1288 como *Sancti Pelagii de Bastuço* (Pizarro, 2012, p. 508). São conhecidas referências para a Baixa Idade Média, em diversos documentos referenciados por Costa (2000, pp. 87-88), tal como nas paróquias anteriores.

O sítio é mencionado nas Memórias Paroquiais de 1758, como um lugar pertencente a Santo Estevão de Bastuço [7], como acontece na atualidade (Capela, 2003, p. 87).

4.8.3. Cronologia

Ocupação da Alta Idade Média, Baixa Idade Média e Idade Moderna associada a um núcleo paroquial.

4.8.4. Bibliografia selecionada

Costa, 2000, pp. 68-106; Capela, 2003, p. 87; Pizarro, 2012, p. 508

4.9. Sítio 9 *S. João de Bastuço; Bastuço (S. João); Barcelos*

4.9.1. Dados arqueológicos

Não recolhemos dados arqueológicos para este sítio, nos inventários arqueológicos que serviram de base para o nosso estudo, nem em visita ao local. Desconhecidas ruínas de estruturas associáveis ao local, ou indícios de edificado que possam remontar aos períodos mais antigos referenciados documentalmente. Também são desconhecidos indícios de materiais e achados isolados que lhe possam ser associáveis.

O local encontra-se bastante descaracterizado, contudo pensamos ser possível percecionar um núcleo paroquial que está plenamente articulado com os aglomerados populacionais da freguesia, constituindo o centro nevrálgico das vivências da comunidade.

4.9.2. Dados documentais

A paróquia de Bastuço (Sto. João) [9] era denominada de "*Sancto Johanne de Bastuzio*", no censual datado dos finais do século XI e pertencia à Terra de *Bracara* (Costa, 2000, p. 88).

S. João de Bastuço [9] apresenta-se referenciado nas Inquirições de 1220 como "*Sancto Johane de Bastuzo*" (PMH. Inq., 1888, pp. 31, 110, 186, 232), sendo pertencente à Terra de Faria. Também é mencionado em 1288, como "*Sancti Johanis de Bastuco*" (Pizarro, 2012, p. 504). São desconhecidos dados acerca da paróquia no século XVI.

A paróquia de S. João de Bastuço [8], também é referenciada no âmbito do documento de 1758, que temos vindo a analisar, sendo referido que pertence ao termo de Barcelos e que é constituída pelos lugares de *"Real, Cachada, Bustamonte, Eido, Pinheiro* e [*Canduro*]". É ainda referido que a paróquia é couto da ordem de Malta (Capela, 2003, p. 94). O principal referente orográfico que é mencionado nesta zona é o monte Airó, sendo referenciado nas duas paróquias de Bastuço, de que temos dados para este período.

4.9.3. Cronologia

Ocupação da Alta Idade Média, Baixa Idade Média e Idade Moderna associada a um núcleo paroquial.

4.9.4. Bibliografia selecionada

PMH. Inq., 1888, pp. 31, 110, 186, 232; Costa, 2000, p. 88; Capela, 2003, p. 94; Pizarro, 2012, p. 504

4.10. Sítio 10 *Assento; Encourados; Barcelos*

4.10.1. Dados arqueológicos

Desconhecidas ruínas de estruturas associáveis ao local, ou indícios de edificado que possam remontar aos períodos mais antigos referenciados documentalmente. Admitimos a hipótese de poder haver um templo associável à Idade Moderna, na origem do núcleo paroquial. Identificou-se um capitel de pilastra associável a este local, depositado do Museu Pio XII (Fontes e Pereira, vol. II, p. 16).

Consideramos ser possível percecionar um núcleo paroquial que está plenamente articulado com os núcleos populacionais da freguesia, constituindo o centro nevrálgico das vivências da comunidade.

4.10.2. Dados documentais

A paróquia de Encourados [10] era denominada de "*Sancto Jacobo de Incoirados*", no censual datado dos finais do século XI e pertencia à Terra de *Bracara* (Costa, 2000, p. 92).

S. Tiago de Encourados [10], apesar de não se conhecerem indícios arqueológicos associados a este período, apresenta-se referenciado nas Inquirições de 1220 como "*Sancto Jacobo de Encoirados*", estando a paróquia associada à Terra de Penafiel de Bastuço (PMH. Inq., 1888, pp. 16, 88, 175, 218). A paróquia apresenta-se referenciada nas Inquirições de 1288 como "*Sancti Jacobi de Encoirados*", estando associada ao Julgado de Penafiel de Bastuço (Pizarro, 2012, p. 470).

No século XVI a denominação da freguesia seria "*Emcoyrados*" e seria pertencente a Penafiel de Bastuço (Freire e Pessanha, 1905, pp. 241-273).

No termo de Barcelos, também se referencia a freguesia de S. Tiago de Encourados [10], que se situa junto ao monte de Airó, estando no termo de Barcelos e era constituída pelas aldeias de "*Carvalhinho*...*Villarinho*...*Burgueiros*...*Redondo*...*Carvalham*...*Torre Velha*", totalizando cerca de oitenta e nove vizinhos, sendo igualmente referido que a paróquia está no lugar de "*Carvalham*" (Capela, 2003, pp. 113-114).

4.10.3. Cronologia

Ocupação da Alta Idade Média, Baixa Idade Média e Idade Moderna associada a um núcleo paroquial.

4.10.4. Bibliografia selecionada

PMH. Inq., 1888, pp. 16, 88, 175, 218; Freire e Pessanha, 1905, pp. 241-273; Costa, 2000, p. 92; Capela, 2003, pp. 113-114; Fontes e Pereira, vol. II, p. 16; Pizarro, 2012, p. 470

4.11. Sítio 11 *Martim; Martim; Barcelos*

4.11.1. Dados arqueológicos

Helena Carvalho (2008, p. 267) menciona que em Martim [11] há uma tradição antiga de associação a uma *villa* (Almeida, 1972, pp. 319-326). A referida autora, defende que este local poderá corresponder a um aglomerado relacionado com a viação que lhe passa nas proximidades.

Segundo Almeida (1972, pp. 319-326), os materiais da intervenção efetuada, poderão ser tardo antigos, o que torna plausível uma ocupação enquadrável no período mais antigo que pretendemos estudar, embora tipologicamente possamos aceitar alguma ambivalência interpretativa, face aos dados atuais.

Concordamos com Manuela Martins (1990, pp. 76-77) e consideramos que se possa tratar de uma *villa*, ocupada na Antiguidade Tardia face aos elementos construtivos identificados, pese embora a sua localização face à via e aos principais terrenos agrícolas mais próximos, nos coloque algumas interrogações quanto à sua vocação agropecuária e à organização do seu território.

4.11.2. Dados documentais

Do mosteiro de Santa Maria de Martim [11] possuímos poucos dados, apenas a referência documental, do doc. 68 do *Liber Fidei* (Costa, 1965, p. 92), que permite o enquadramento tipológico enquanto conjunto cenobítico. O local encontra-se referenciado nas principais fontes documentais que foram utilizadas no presente estudo.

A paróquia de Martim [11] era denominada de "*Sancta Maria de Martin*", no censual datado dos finais do século XI e pertencia à Terra de *Bracara* (Costa, 2000, p. 92). A paróquia aparece referenciada nas Inquirições de 1220 como "*Sancta Maria de Martim*" (PMH. Inq., 1888, pp. 16, 88, 175, 218).

Apesar de não estar diretamente mencionada como paróquia nas Inquirições de 1288, o topónimo Martim é associado a uma honra existente na freguesia de S. Julião de Paços, sua contígua, sendo referido que " *A honra de Martim este por honrra como foy de vedro pelas divisões de suso dictas mais o logar que chamam Fonte d' Asnos e Curros e Silva Maa e Tya Castro ataa a hermida e o logar que chama o Porto e fora regeengos del rey non 'os defendam per razon desta honrra e sejam devassos e entre hi o mordomo del rey por todolos seus derectos"* (Pizarro, 2012, p. 468). Na documentação apresentada por Costa (2000, p. 92) é possível constatar a referência direta à paroquia de Santa Maria de Martim, quer no século XIII, quer no século XIV.

A freguesia de Martim [11], seria denominada "*Martim*" também no século XVI (Freire e Pessanha, 1905, pp. 241-273).

Das Memórias Paroquiais, apenas foi possível obter a informação de que pertencia, neste momento, ao termo de Barcelos. Para além do orago e da côngrua e de que o" parocho *hé vigário, da alternativa da Sé apostólica e da Mitra de Braga*", não foi respondido mais nenhum item do questionário enviado aos párocos em 1758 (Capela, 2003, p. 130).

4.11.3. Cronologia

Ocupação da Antiguidade Tardia, associada a uma *villa*.

Ocupação da Alta Idade Média, associada a um mosteiro.

Ocupação da Alta Idade Média, Baixa Idade Média e Idade Moderna associada a um núcleo paroquial.

4.11.4. Bibliografia selecionada

Almeida, 1972, pp. 319-326; PMH. Inq., 1888, p. 16, 88, 175, 218; Freire e Pessanha, 1905, pp. 241-273; Costa, 1965, p. 92; Martins, 1990, pp. 76-77; Costa, 2000, p. 92; Capela, 2003, p. 130; Carvalho, 2008, II, p. 21; Pizarro, 2012, p. 40

4.12. Sítio 12 *Moure; Moure; Barcelos*

4.12.1. Dados arqueológicos

Não recolhemos dados para este sítio, nos inventários arqueológicos que serviram de base para o nosso estudo, nem em visita ao local. Desconhecemos ruínas de estruturas associáveis ao local, ou indícios de edificado que possam remontar aos períodos mais antigos referenciados documentalmente. Admitimos a hipótese de poder haver um templo associável à Idade Moderna, na origem do núcleo paroquial. Também desconhecemos indícios de materiais e achados isolados próximos.

Consideramos ser possível percecionar um núcleo paroquial que está plenamente articulado com os núcleos populacionais da freguesia, constituindo o centro nevrálgico das vivências da comunidade.

4.12.2. Dados documentais

A paróquia de Moure [12] era denominada de "*Sancta Maria de Mauri*", no censual datado dos finais do século XI e pertencia à Terra de *Bracara* (Costa, 2000, p. 89).

Santa Maria de Moure (12), encontra-se referenciada nas Inquirições de 1220 como "*Sancta Maria de Moure do Couto da Varzea*" sendo, como o nome indica pertencente ao couto mencionado (PMH. Inq., 1888, pp. 33, 113, 187, 233). Nas Inquirições de 1288 é denominada "*Sancte Marie de Mouri*", sendo pertencente ao couto da Várzea (Pizarro, 2012, p. 496).

A freguesia é referenciada no século XVI como Moure, mas já pertencente a Penafiel de Bastuço (Freire e Pessanha, 1905, pp. 241-273).

Em Santa Maria de Moure [12], refere-se apenas a associação ao "*districto de Pennafiel*" (Penafiel de Bastuço), que pertencia ao termo da *villa* de Barcelos e que tinha cinquenta e sete fogos e cento e sessenta pessoas, sendo o pároco apresentado pelo reitor de Vilar de Frades (Capela, 2003, p. 130).

4.12.3. Cronologia

Ocupação da Alta Idade Média, Baixa Idade Média e Idade Moderna associada a um núcleo paroquial.

4.12.4. Bibliografia selecionada

PMH. Inq., 1888, pp. 33, 113, 187, 233; Freire e Pessanha, 1905, pp. 241-273; Costa, 2000, pp. 68-106; Capela, 2003, p. 89; Pizarro, 2012, p. 496

4.13. Sítio 13 *Capela/Cruzinha; Pousa; Barcelos*

4.13.1. Dados arqueológicos

Não recolhemos dados para este sítio, nos inventários arqueológicos que serviram de base para o nosso estudo, nem em visita ao local. Desconhecemos ruínas de estruturas associáveis ao local, ou indícios de edificado que possam remontar aos períodos mais antigos referenciados documentalmente. Também desconhecemos indícios de materiais e achados isolados próximos.

O local encontra-se plenamente enquadrado com o casario que lhe está mais adjacente, sendo relativamente bem servido de vias de comunicação, o que permite às populações que aí vivem experienciarem parte do seu quotidiano social e religioso.

4.13.2. Dados documentais

Na freguesia de Pousa, no lugar de Capela; Cruzinha [13] identifica-se a referência à paróquia de "*Sancto Salvator de Reguela*", no censual datado dos finais do século XI e pertencia à Terra de *Bracara* (Costa, 2000, p. 93).

S. Salvador da Reguela [13] é referenciada como "*Sancto Salvatore de Reguela*" em 1220 e é pertencente ao couto da Várzea (PMH. Inq., 1888, pp. 18, 85, 174, 217). A paróquia é mencionada com "*Sancti Salvatoris de Regeela*" em 1288, continuando a ser referida a sua presença ao couto da Várzea (Pizarro, 2012, p. 475).

No "Numeramento" do século XVI, também temos referências à freguesia da "*Reguella*" [13] (Freire e Pessanha, 1905, pp. 241-273). Desconhecemos dados acerca desta paróquia no século XVIII.

4.13.3. Cronologia

Ocupação da Alta Idade Média, Baixa Idade Média e Idade Moderna associada a um núcleo paroquial.

4.13.4. Bibliografia selecionada

PMH. Inq., 1888, pp. 18, 85, 174, 217; Freire e Pessanha, 1905, pp. 241-273; Costa, 2000, p. 93; Pizarro, 2012, p. 475

4.14. Sítio 14 *Pousa; Pousa; Barcelos*

4.14.1. Dados arqueológicos

Não recolhemos dados para este sítio, nos inventários arqueológicos que serviram de base para o nosso estudo, nem em visita ao local. Desconhecemos ruínas de estruturas associáveis ao local, ou indícios de edificado que possam remontar aos períodos mais antigos referenciados documentalmente. Também desconhecemos indícios de materiais e achados isolados.

O local encontra-se bastante descaracterizado, contudo pensamos ser possível percecionar um núcleo paroquial que está plenamente articulado com os aglomerados populacionais da freguesia, constituindo o centro nevrálgico das vivências da comunidade.

4.14.2. Dados documentais

A paróquia de Pousa [14] era denominada de "*Sancta Cristina de Ulgoso*", no censual datado dos finais do século XI e pertencia à Terra de *Bracara* (Costa, 2000, p. 92).

Santa Cristina da Pousa [14], era denominada nas Inquirições de 1220, de "*Sancta Christina de Ulgoso*" e pertencente à Terra de Bastuço (PMH. Inq., 1888, pp. 15, 87, 174, 218).

Em 1288 denominava-se "*Sancte Christine de Ulgoso*" e pertencia ao Julgado de Bastuço (Pizarro, 2012, p. 476). Não conseguimos identificar uma referência a Pousa, no século XVI.

Na freguesia da Pousa [14], as informações fornecidas ao inquérito de 1758, são detalhadas, sendo referido que pertencia ao termo de Barcelos e tinha cerca de cento e dez fogos e trezentas e quarenta e sete pessoas. Os lugares que são elencados como sendo pertencentes a esta igreja são: "*Seara, Penedo, Deveza, Outeiro, Fontellas, Pontido, Espoldras, Decartes, Brunhais, Emproa, Aldeia, Pouza, Barreiro, Dobrigo, Rego, Peroalgozo, Paimouro, Passo, Fontão*.", ocupando a paróquia uma zona central no território como parece acontecer em diversas outras paróquias (Capela, 2003, p. 132). Apesar de ser pertencente ao termo de Barcelos, o seu pároco é apresentado pelo abade de Padim da Graça que, como vimos anteriormente na descrição do couto de Tibães, faz parte integrante do seu domínio. Outro aspeto interessante que podemos constatar pela leitura da descrição desta freguesia, é o facto de que, face à sua situação entre dois domínios monástico-conventuais, como é o caso dos domínios de Tibães e de Vilar de Frades, a exploração dos recursos hídricos e piscatórios estar condicionada (Capela, 2003, p. 132).

4.14.3. Cronologia

Ocupação da Alta Idade Média, Baixa Idade Média e Idade Moderna associada a um núcleo paroquial.

4.14.3. Bibliografia selecionada

PMH. Inq., 1888, pp. 15, 87, 174, 218; Costa, 2000, p. 92; Capela, 2003, p. 132; Pizarro, 2012, p. 476

4.15. Sítio 15 *Sequeade; Sequeade; Barcelos*

4.15.1. Dados arqueológicos

Não recolhemos dados para este sítio, nos inventários arqueológicos que serviram de base para o nosso estudo, nem em visita ao local. Desconhecemos ruínas de estruturas associáveis ao local, ou indícios de edificado que possam remontar aos períodos mais antigos referenciados documentalmente. Também desconhecemos indícios de materiais e achados isolados próximos.

O local encontra-se bastante descaracterizado, contudo pensamos ser possível percecionar um núcleo paroquial que está plenamente articulado com os aglomerados populacionais da freguesia, constituindo o centro nevrálgico das vivências da comunidade.

4.15.2. Dados documentais

A paróquia de Sequeade [15] era denominada de "*Sancto Jacobi de Ciquiavi*", no censual datado dos finais do século XI e pertencia à Terra de *Bracara* (Costa, 2000, p. 89).

S. Tiago de Sequiade [15], era referenciado como igreja de "*Sancto Jacobo de Ciquiadi*" em 1220 e pertencente à Terra de Faria (PMH. Inq., 1888, pp. 31, 111, 186, 232). A paróquia era denominada "*Sancto Jacobi de Ciquiadi*" em 1288 e pertencente ao Jugado de Faria (Pizarro, 2012, p. 507). Não conseguimos extrair referência de Sequeade [15] no século XVI.

A freguesia de Sequeade [15], no século XVIII, também era parte do termo de Barcelos, sendo referido que a igreja paroquial estaria localizada junto ao monte Airó, que como já vimos anteriormente, é um dos maiores referentes da topografia desta zona. Os lugares que são considerados com fazendo parte desta paróquia são: "*Aido*..., *Viso*, *Fontedonna*, *Sequiade Fontainha*, *Lugar de Baixo*, ...*Alvite*, ...*Talhos*, ...*Moinhos*, *Sam Pedro de Sá*... *Furguel*". É referido ainda que a igreja não tem beneficiados de espécie alguma, sejam eclesiásticos ou seculares (Capela, 2003, p. 140)

4.15.3. Cronologia

Ocupação da Alta Idade Média, Baixa Idade Média e Idade Moderna associada a um núcleo paroquial.

4.15.4. Bibliografia selecionada

PMH. Inq., 1888, pp. 31, 111, 186, 232; Freire e Pessanha, 1905, pp. 241-273; Costa, 2000, p. 89; Capela, 2003, p. 140; Pizarro, 2012, p. 507

4.16. Sítio 16 *S. Pedro/Sá; Sequeade; Barcelos*

4.16.1. Dados arqueológicos

Não recolhemos dados para este sítio, nos inventários arqueológicos que serviram de base para o nosso estudo, nem em visita ao local.

Desconhecemos ruínas de estruturas associáveis ao local, ou indícios de edificado que possam remontar aos períodos mais antigos referenciados documentalmente. Também desconhecemos indícios de materiais e achados isolados que lhe possam ser associáveis.

O sítio encontra-se bastante descaracterizado, contudo pensamos ser possível percecionar um núcleo paroquial que está plenamente articulado com os aglomerados populacionais da freguesia, constituindo o centro nevrálgico das vivências da comunidade.

4.16.2. Dados documentais

Na freguesia de Sequeade, no lugar de S. Pedro; Sá [16] identifica-se a referência à paróquia de "*Sancto Petro de Saa*", no censual datado dos finais do século XI e pertencia à Terra de *Bracara* (Costa, 2000, p. 88).

A paróquia encontra-se referenciada como "*Sancti Petri de Saa*" em 1220 e pertencente à Terra de Faria (PMH. Inq., 1888, pp. 32, 111, 186, 232). É denominada "*Santi Petri de Saa*" em 1288 e pertencia ao Julgado de Faria (Pizarro, 2012, p. 516).

Não identificámos referência para a freguesia no século XVI, e nas Memórias Paroquiais de 1758.

4.16.3. Cronologia

Ocupação da Alta Idade Média e Baixa Idade Média associada a um núcleo paroquial.

4.16.4. Bibliografia selecionada

PMH. Inq., 1888, pp. 32, 111, 186, 237; Costa, 2000, p. 88; Pizarro, 2012, p. 516

4.17. Sítio 17 *Fontela; Adaúfe; Braga*

4.17.1. Dados arqueológicos

Os dados arqueológicos que temos disponíveis para o local são essencialmente provenientes do Inventário Arqueológico de Braga (Fontes, 1993, pp. 31-88). O sítio de Fontela [17], encontra-se referenciado em Fontes (1993, p. 35), como sendo associável também a vestígios do período medieval, não nos tendo, todavia, sido possível a sua associação a qualquer estrutura concreta que possa indiciar a tipologia específica do local.

No inventário arqueológico (Fontes, 1993, p. 35), refere o aparecimento de tijolos, tégula e cerâmica utilitária, enquadradas no período romano e Idade Média. Dada a impossibilidade de enquadramento claro, com outro tipo de referências, optamos por assinalar a potencial ocupação do local em todo o período medieval, embora com um grau de certeza inferior ao dos outros sítios referenciados na freguesia de Adaúfe.

O sítio encontra-se implantado em terrenos de vale, em zona tradicionalmente agrícola, no amplo vale entre a cidade de Braga e o rio Cávado. Pensamos não poder ser estabelecida qualquer relação direta entre os materiais e um núcleo populacional específico de grande relevo.

4.17.2. Dados documentais

Não nos foi possível associar com clareza dados documentais específicos para o assentamento que poderá ter existido no local.

4.17.3. Cronologia

Ocupação da Alta Idade Média associada a um *habitat*.

4.17.4. Bibliografia selecionada

Fontes, 1993, p. 35

4.18. Sítio 18 *Adaúfe/Quinta da Renda; Adaúfe; Braga*

4.18.1. Dados arqueológicos

Os dados arqueológicos que dispomos para o local são provenientes dos diversos inventários temáticos que selecionamos no nosso estudo e análise dos mesmos e do edificado, analisado em deslocação ao local.

O conjunto paroquial de Adaúfe [18], é essencialmente constituído pelo templo do século XVIII e edificações anexas. Também se destacam os edifícios da quinta da Renda que devem ser coetâneas cronologicamente. Pese embora não se identifiquem vestígios arqueológicos mais antigos *in sito*, pela ausência de escavações, pensamos que entre as duas edificações que acima mencionamos, poderiam estar localizadas as principais áreas construídas das diversas unidades de povoamento que temos documentadas para esta zona da paróquia.

Nos terrenos próximos à igreja de Adaúfe [18], foram identificados elementos arquitetónicos, designadamente fustes de colunas e material laterício e uma inscrição votiva (Martins, 1990, pp. 80-81; Fontes, 1993, pp. 35-36; Carvalho, 2008, p. 272; Fontes e Pereira, 2009, vol. I, pp. 51-52; Carvalho, 2019, p. 45). Apesar de não estarem associados elementos que possam, com segurança, relacionar este sítio à época em análise e tipologia em questão, as características de implantação do local, a disponibilidade de terrenos para a exploração agrícola, a correlação entre vestígios do período precedente e sucedâneo, no local, levam-nos a assumir a ocupação no período em estudo.

As evidências da existência de um mosteiro neste local, de cronologias mais recuadas, são consideravelmente seguras, dadas as diversas referências documentais conhecidas e os diversos elementos arquitetónicos que se conhecem para este local.

O sítio abarca, tal como os topónimos associados indiciam, o atual núcleo paroquial de Adaúfe e a quinta da Renda. O sítio, no início do principal núcleo habitacional da freguesia encontra-se em área que incorpora terrenos agrícolas e zona construída. Parte dos mesmos, porque se encontram em propriedade privada, não são de fácil acesso, o que dificultou trabalhos mais detalhados de prospeção.

4.18.2. Dados documentais

O mosteiro de Adaúfe [18] é referenciado como "*S. Salvator Adaulfi; Illo monasterio*", no censual datado dos finais do século XI e pertencia à Terra de *Bracara* (Costa, 2000, p. 98).

A análise das Inquirições de 1220 (PMH. Inq., 1888), permite constatar que o mosteiro apresenta um considerável património fundiário com especial incidência na região leste de Braga, na zona mais próxima da localização do espaço construído. Uma das características notórias da análise dos bens incorporados no património fundiário do convento, é uma certa prevalência para a dispersão de

propriedade e uma tendência para localização em regiões mais acidentadas, nas Terras a leste do couto de Braga, designadamente no termo de Vieira, Lanhoso, Julgado de Travaços, Terra de Montelongo e Julgado de Bouro.

As Inquirições de 1288 (Pizarro, 2012, pp. 447-460), apresentam referências diretas ao mosteiro de Adaúfe nomeadamente a referência a determinados locais de Santa Maria de Adaúfe, Santo André e Santa Lucrécia de Algeriz. Nas paroquias de Santa Maria de Adaúfe [18] e Santo André do Vale [29], à exceção das honras "*que chamam da Mota e a casa que chamam o Paaço da Fonte que he do Arcediagoo he provado que as virom honradas de que se acordam as testemunhas e d'ouvida de longo tenpo e dizem as testemunhas que trajem por honra com estas quintaas Aldeiãaes e Moinhos e Pinheirio*", as restantes terras são do mosteiro de Adaúfe. A análise à descrição desta paróquia também permite a constatação que o lugar da Ribeira [19], estaria, neste momento, indevidamente honrado, sendo ordenado que cessasse a usurpação detetada. Em Santa Lucrécia de Algeriz [99] é referido que os lugares de nome "*Fromam e Souto e Roemir*", que tinham sido de "*filhos d' Algo*", foram doados ao mosteiro de Adaúfe [18].

Em Adaúfe [18], apesar da extinção do conjunto monástico no século anterior, no século XVI ainda é referenciado como "*mosteiro de Adaoufe*"(Freire e Pessanha, 1905, pp. 241-273).

No século XVIII, já só é referenciado como paróquia, sendo referido que "*Não há na freguesia conventos, nem hospital, nem caza da mizericordia*" (Capela, 2003, p. 161). É ainda feita referência aos lugares que são constituintes da freguesia: "*Pegada, Romil, Eira Velha, S. João, Oiteiro, Real, Mota, Oiteiral, Fontella, Linhares, Pinheirinho, Bica, Moinhos, Valle, S. André, Preza, Ribeira de Baixo, Oitieirinhos, Ribeira de Cima, Pinheiro, Barreiro, Redondo, Freire, Estrada, Ferreiros, Cajam, Penella, Valverde, Quintam, Aldeia, Ferradães, Corrego, Montezinhos, Avelar, Souto, Sedofeita, Caza Nova, e o sobredito lugar da Comenda*". O lugar da Comenda corresponde ao lugar da sede paroquial, sendo possível, ainda nos dias de hoje visualizar um interessante conjunto dos séculos XVII-XVIII. A análise aos lugares da freguesia acima enumerados, permite ainda constatar a afinidade toponímica de alguns, com paróquias mencionadas na Idade Média, sendo notória a sua fusão com a paróquia de Santa Maria de Adaúfe [18].

4.18.3. Cronologia

Ocupação da Antiguidade Tardia associada a uma *villa*.

Ocupação da Alta Idade Média e Baixa Idade Média associada a um mosteiro.

Ocupação da Idade Moderna associada a um núcleo paroquial.

4.18.4. Bibliografia selecionada

PMH. Inq., 1888; Freire e Pessanha, 1905, pp. 241-273; Martins, 1990, pp. 80-81; Fontes, 1993, pp. 35-36; Costa, 2000, p. 98; Capela, 2003, p. 161; Carvalho, 2008, II, p. 26; Fontes e Pereira, 2009, vol. I, pp. 51-52; Pizarro, 2012, pp. 447-460, Carvalho, 2019, p. 45

4.19. Sítio 19 *Ribeira; Adaúfe; Braga*

4.19.1. Dados arqueológicos

Os dados arqueológicos que temos disponíveis para o local são essencialmente provenientes do Inventário Arqueológico de Braga (Fontes, 1993, pp. 31-88) e do doutoramento de Manuela Martins (1990).

As ruínas referenciadas para o local, designadamente restos de paredes e estruturas de forma quadrangular no topo de um outeiro, poderão remontar à Alta Idade Média eventualmente a uma sede paroquial, também se faz referência à identificação de vestígios à superfície que poderão ser associáveis à Idade Média (Fontes, 1993, p. 36).

O local encontra-se implantado num pequeno outeiro bastante próximo ao rio Cávado, junto a um núcleo populacional ocupado ainda nos dias de hoje.

4.19.2. Dados documentais

Na freguesia de Adaúfe, no lugar de Ribeira [19] identifica-se a referência à paróquia de "*Sancta Marina de Ripa Cadavo*", no censual datado dos finais do século XI e pertencia à Terra de *Bracara* (Costa, 2000, p. 97). Não nos foi possível identificar uma referência clara ao lugar da ribeira em 1220, pese embora, pela proximidade, pensamos poder estar unida a Santo André do Vale (PMH. Inq., 1888, pp. 69, 162, 206, 258).

Nas Inquirições de 1288 (Pizarro, 2012, pp. 447 e 459) referencia-se por duas vezes a paróquia de Santa Maria de Adaúfe. Uma dessas citações é feita conjuntamente com a referência à paróquia de "*Sancto Andrea*", que corresponderá a Santo André do Vale [20] que se localiza bastante próxima do respetivo lugar. Com os dados que dispomos até ao momento, pensamos ser plausível a existência de uma anterior freguesia que, à data, já estava unida com Santo André do Vale [20], que já era mencionada nas Inquirições de 1220 como "*Sancto Andree de Valle*". A leitura das Inquirições de 1288 permite ainda constatar que o local tinha sido diretamente referenciado na descrição desta paróquia, sendo referido que "*ora o lugar que chamam a ribeira novamente de guissa que nom leixam hi entrar o mordomo de Bragaa e a Ribeyra he huua villa ...*". É adicionalmente referido que no lugar da "*Ribeira he provado que soia hi entrar o mordomo de Bragaa e des vinte anos aca filhos de Roi viçente e de Fernam Gonçalviz de Barvudo (sic) fezerom ende honrra e nom leixam hi entrar o mordomo e levam ende os serviços*." (Pizarro, 2012, pp. 459-460). Desconhecemos referências ao local na Idade Moderna.

4.19.3. Cronologia

Ocupação da Alta Idade Média e Baixa Idade Média associada a um núcleo paroquial.

4.19.4. Bibliografia selecionada

Martins, 1990, p. 80; Fontes, 1993, p. 36; Costa, 2000, p. 97; PMH. Inq., 1888, pp. 69, 162, 206, 258, Pizarro, 2012, pp. 447, 459-460

4.20. Sítio 20 *Santo André/ Vale; Adaúfe; Braga*

4.20.1. Dados arqueológicos

Os dados arqueológicos que temos disponíveis para o local são provenientes dos diversos inventários arqueológicos que serviram de base para o estudo que efetuámos. Desconhecemos estruturas que possam ser associáveis à primitiva paróquia de Santo André do Vale. A igreja referenciada por Fontes (1993, p. 37), apresenta essencialmente características da Idade Moderna.

Documenta-se o achado de um elemento arquitetónico, na freguesia de Adaúfe, associável à Antiguidade Tardia, em Santo André do Vale [20], que está depositado no Museu Pio XII (López Quiroga, 2004; Fontes *et al.*, 2009, vol. II, p. 66), podendo ser aqui, noutro extremo de uma área de terrenos com uma considerável propensão para a prática agrícola que se poderia localizar a *villa*, tal como refere Helena Carvalho (2019, p. 45). Face à inexistência de dados arqueológicos de distinta qualidade do que os que temos, mantemos a possibilidade genérica de que na zona de Adaúfe se localizaria uma possível *villa* que poderá ter tido uma ocupação da Antiguidade Tardia.

O local encontra-se ainda nos dias de hoje como centro de um dos grupos populacionais que constituem a atual freguesia de Adaúfe. O local encontra-se bastante próximo a terrenos agrícolas, nas imediações do rio Cávado.

4.20.2. Dados documentais

Na freguesia de Adaúfe, no lugar de Santo André; Vale [20] identifica-se a referência à paróquia de "*Sancto Andree de Pineiro*", no censual datado dos finais do século XI e pertencia à Terra de *Bracara* (Costa, 2000, p. 97).

Santo André do Vale [20], já era mencionada nas Inquirições de 1220 como "*Sancto Andree de Valle*" (PMH. Inq., 1888, pp. 69, 162, 206, 258).

Nas Inquirições de 1288 (Pizarro, 2012, pp. 447 e 459) é feita referência à paróquia de "*Sancto Andrea*", que corresponderá a Santo André do Vale [20].

Não nos foi possível recolher dados acerca da paróquia no século XVI. O local encontra-se genericamente referenciado como "*Valle* e *S. André*" nas Memórias Paroquiais de 1758 (Capela, 2003, p. 161), sendo dois dos locais que constituem a paróquia moderna.

4.20.3. Cronologia

Ocupação da Alta Idade Média e Baixa Idade Média associada a um núcleo paroquial.

4.20.4. Bibliografia selecionada

PMH. Inq., 1888, pp. 69, 162, 206, 258; Fontes, 1993, p. 37); Costa, 2000, p. 97; Capela, 2003, pp. 161-211; López Quiroga, 2004, pp. 531-539; Fontes *et al.*, 2009, vol. II, p. 66; Pizarro, 2012, pp. 447, 459), Carvalho, 2019, p. 37

4.21. Sítio 21 *S. João; Adaúfe; Braga*

4.21.1. Dados arqueológicos

Não recolhemos dados para este sítio, nos inventários arqueológicos que serviram de base para o nosso estudo, nem em visita ao local. Desconhecemos ruínas de estruturas associáveis ao local, ou indícios de edificado que possam remontar aos períodos mais antigos referenciados documentalmente. Também desconhecemos indícios de materiais e achados isolados próximos.

O local corresponde atualmente a um dos lugares da freguesia. Dado que não temos indícios de vestígios arqueológicos, não podemos, com clareza, saber de que forma o edificado se articulava com a topografia envolvente.

4.21.2. Dados documentais

Os dados documentais que temos disponíveis para este local são essencialmente provenientes do censual de finais do século XI e das Memórias Paroquiais de 1758.

Na freguesia de Adaúfe, no lugar de S. João [21] identifica-se a referência à paróquia de "*Sancto Johanne*", no censual datado dos finais do século XI e pertencia à Terra de *Bracara* (Costa, 2000, p. 98).

O local encontra-se genericamente referenciado como "*S. João*" nas Memórias Paroquiais de 1758, sendo um dos locais que constituem a paróquia moderna (Capela, 2003, p. 161).

4.21.3. Cronologia

Ocupação da Alta Idade Média e Idade Moderna associada a um núcleo paroquial.

4.21.4. Bibliografia selecionada

Costa, 2000, p. 98; Capela, 2003, p. 161

4.22. Sítio 22 *S. Paio de Arcos; Arcos; Braga*

4.22.1. Dados arqueológicos

Os dados arqueológicos que temos disponíveis para o local são essencialmente provenientes do Inventário Arqueológico de Braga (Fontes, 1993, pp. 31-88).

Segundo Luís Fontes (1993, p. 37), está atribuída à freguesia de Arcos, uma tampa tumular com uma inscrição que poderá ser datável dos séculos IX-XI, sem dados mais específicos da sua localização. Face à inexistência de dados mais detalhados da sua localização, associamos a referência da necrópole à localização paroquial [22] decorrente do cruzamento entre as referências documentais e a toponímia. Esta necrópole poderá ter subsistido durante toda a Idade Média.

Dado que não temos indícios de vestígios arqueológicos, não podemos, com clareza, saber de que forma o edificado se articulava com a topografia envolvente.

4.22.2. Dados documentais

A paróquia de Arcos [22] era denominada de "*Sancto Pelagio de Arcos*", no censual datado dos finais do século XI e pertencia à Terra de *Bracara* (Costa, 2000, p. 73).

A paróquia de S. Paio de Arcos [22] encontra-se referenciada nas Inquirições de 1288 como "*Sancti Pelagii d'Arcos*" (Pizarro, 2012, p. 423). Desconhecemos dados acerca da paróquia em 1220.

S. Paio de Arcos [22] era denominada "*Sampayo de Arquos*" no século XVI (Freire e Pessanha, 1905, pp. 241-273).

A freguesia é referenciada nas Memórias Paroquiais de 1758. É referido que é pertencente ao termo da cidade de Braga e que é constituída por oito Lugares "*Correia... Laranjeira... Barros... Foz... Goixe... Outeiro... Capella... Cachada...*". Para além de diversos aspetos de posicionamento geográfico, destacamos a referência à "*ponte chamada de Arcos, com dous olhaes toscos e antigos, por onde passa a estrada que bem de Braga e vai para Guimarães*" (Capela, 2003, p. 164).

4.22.3. Cronologia

Ocupação da Alta Idade Média, Baixa Idade Média e Idade Moderna associada a um núcleo paroquial.

4.22.3. Bibliografia selecionada

Freire e Pessanha, 1905, pp. 241-273; Fontes, 1993, p. 37; Costa, 2000, p. 73; Capela, 2003, p. 164; Pizarro, 2012, p. 423

4.23. Sítio 23 *Igreja velha; Arentim; Braga*

4.23.1. Dados arqueológicos

Os dados arqueológicos que temos disponíveis para o local são essencialmente provenientes do Inventário Arqueológico de Braga (Fontes, 1993, pp. 31-88), de estudos histórico-artísticos de alguns elementos arquitetónicos (Real, 2006, pp. 133-170) e de visita que efetuamos ao local, em que analisamos detalhadamente o sítio arqueológico.

Pese embora as referências efetuadas por Fontes (1993, p. 38), de que os diversos elementos arquitetónicos sejam indiciadores de existência de estruturas que se desenvolviam nos terrenos próximos à antiga igreja paroquial, não nos foi possível na visita ao local identificar alterações à topografia do local, alterações na topografia dos terrenos que nos permitisse ter uma ideia da morfologia das mesmas e da sua disposição e área abrangida. Contudo, concordamos que os indícios da sua existência são bastante elevados.

O mosteiro de Arentim [23], parece estar associado a elementos arquitetónicos pré-românicos estudados por M. Real (2006, pp. 31-88), sendo de destacar os modilhões de rolos, que parecem ter influências de origem galaico-asturiana. No local da antiga igreja de onde são provenientes os elementos de material de construção, parece haver indícios da presença de algum tipo de assentamento anterior, sem que seja possível, com clareza, estabelecer qualquer tipo de enquadramento tipológico.

Os fragmentos foram identificados numa zona de pendente bastante suave, que tivemos a oportunidade de visitar, que atualmente é agricultada. Tal como em outros locais, a inexistência de intervenções arqueológicas, dificulta a interpretação dos dados, não sendo possível a correlação com os vestígios anteriores e a obtenção de dados mais concretos da adaptação do local a mosteiro, ou ainda, o contexto mais específico da sua fundação, designadamente os contornos subjacentes à escolha do local que, muito provavelmente, foi ocupado anteriormente.

O local encontra-se implantado numa zona de vertente suave, muito próxima dos terrenos mais de vale, com elevado potencial agrícola. Estes são facilmente acessíveis a partir deste local, embora lhes sejam ligeiramente sobranceiros, propiciando um fácil controlo dos mesmos. Sem um conhecimento mais detalhado das estruturas e o seu claro enquadramento tipológico, não é fácil uma análise mais detalhada da envolvente.

4.23.2. Dados documentais

A paróquia de Arentim [23] era denominada de "*Arinthin*", no censual datado dos finais do século XI e pertencia à Terra de *Bracara* (Costa, 2000, p. 81).

Não nos foi possível recolher dados acerca da paróquia em 1220 e em 1288. Contudo, a análise do documento de 1288, da paróquia de Santa Maria de Arnoso (117), permite identificar uma referência indireta, como se verifica na menção à "*honraa que foy de Ramiro Paez e he ora de Fernam de Sandy*", onde é referido que em determinado momento, o termo passaria "*ende a Pedra liaçeira que esta contra Arentim*" (Pizarro, 2012, p. 97). A análise efetuada por Avelino Costa (2000, pp. 81-82), permite constatar que nas inquirições de 1258 há a referência à "*collatione Sancti Salvatoris de Arintim*".

A freguesia de Arentim [23] é denominada "*Aremtim*" no século XVI, sendo referido que tinha couto próprio (Freire e Pessanha, 1905, pp. 241-273).

No século XVIII é referido como sendo couto da arquidiocese primaz de Braga. A resposta ao questionário revela ainda que no século XVIII seria constituída por duzentas e trinta pessoas, sendo ainda referido que é constituído pelos lugares de "*Gondomar*... *Estrada*... *Pesselar* ... *Ponte* ... *Crastto*, ... *Cantareira* ...*Costa* ...*Samossa* ... *Soutto* ... *Rial* ...*Assento*..." (Capela, 2003, p. 165). No lugar da Igreja Velha [23], apesar de, no século XX se ter construído uma nova igreja paroquial, ainda se identifica a antiga igreja paroquial, cujo edifício se apresenta como sendo associável à Idade Moderna. O rio Este e o monte de Santo André, parecem ser os principais referentes geográficos do couto, pese embora não pareçam ter grande importância, a nível económico, à luz do que é descrito nos diversos pontos abordados na freguesia (Capela, 2003, p. 166).

4.23.3. Cronologia

Ocupação da Alta Idade Média associada a um mosteiro.

Ocupação da Baixa Idade Média e Idade Moderna associada a um núcleo paroquial.

4.23.4. Bibliografia selecionada

Freire e Pessanha, 1905, pp. 241-273; Fontes, 1993, p. 38; Costa, 2000, p. 81; Capela, 2003, p. 166; Real, 2006, pp. 133-170; Pizarro, 2012, p. 97

4.24. Sítio 24 *Aveleda; Aveleda; Braga*

4.24.1. Dados arqueológicos

Não recolhemos dados para este sítio, nos inventários arqueológicos que serviram de base para o nosso estudo, nem em visita ao local. Desconhecemos ruínas de estruturas associáveis ao local, ou indícios de edificado que possam remontar aos períodos mais antigos referenciados documentalmente. Também desconhecemos indícios de materiais e achados isolados próximos.

O local encontra-se bastante descaracterizado, contudo pensamos ser possível percecionar um núcleo paroquial que está plenamente articulado com os aglomerados populacionais da freguesia, constituindo o centro nevrálgico das vivências da comunidade.

4.24.2. Dados documentais

A paróquia de Aveleda [24] era denominada de "*Sancta Maria de Avelaneda*", no censual datado dos finais do século XI e pertencia à Terra de *Bracara* (Costa, 2000, p. 83). Também é referenciada nas Inquirições de 1220 ("*Sancta Maria de Avelaeda*") (PMH. Inq., 1888, pp. 15, 86, 174, 216) e nas Inquirições de 1288 como "*Sancte Marie d'Aveleda*" (Pizarro, 2012, pp. 494-495).

No século XVI identificou-se a referência da freguesia como "Sancte Marie d'Aveleda" (Freire e Pessanha, 1905, pp. 241-273).

A paróquia da Aveleda [24], também tem como principal fonte de informação para este período, as Memórias Paroquiais que estão a ser alvo de análise. A arquitetura da igreja paroquial remete-nos para períodos mais recentes. A freguesia, pertença do couto de Vimieiro, como já constatamos em períodos anteriores, tinha no século XVIII oitenta vizinhos e era constituída pelos lugares de "*Louredo, Passos, Gaiam, Avelleda, Antoinha, Gondufe, Lage, Larangeira, Noval, Marzagam, Torre, Igreja e Monte*" (Capela, 2003, p. 167). Não é feita referência a qualquer outro tipo de aspeto de interesse ou de destaque nesta freguesia.

4.24.3. Cronologia

Ocupação da Alta Idade Média, Baixa Idade Média e Idade Moderna associada a um núcleo paroquial.

4.24.4. Bibliografia selecionada

PMH. Inq., 1888, pp. 15, 86, 174, 216; Freire e Pessanha, 1905, pp. 241-273; Costa, 2000, p. 83; Capela, 2003, p. 167; Pizarro, 2012, pp. 494-495

4.25. Sítio 25 *Maximinos; Braga (Maximinos); Braga*

4.25.1. Dados arqueológicos

Os dados arqueológicos, que dispomos do local, para além de serem essencialmente provenientes dos diversos inventários temáticos que utilizamos, foram compilados na tese de doutoramento de Cristina Braga (2018).

Na rua do Caires, nas proximidades da igreja de S. Pedro de Maximinos [25], foram identificadas diversas sepulturas, escavadas pela Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho (Martins e Delgado, 1989-1990, pp. 41-186; Fontes, 1993, p.57).

A sua igreja paroquial ainda conserva vestígios que podem ser associáveis à Idade Moderna. Apesar de hoje já estar perfeitamente integrada na malha urbana da cidade de Braga, no período em análise, a freguesia, localizada em zona extramuros, ainda constituía um arrabalde da cidade de Braga [34]. A coleção do Museu Pio XII, contém um capitel (nº199), associável aos séculos V-VII que poderá ser associável ao referido templo (Fontes *et. al.*, 2009, vol. II, p. 58).

O local encontra-se atualmente em plena cidade de Braga, numa zona bastante urbanizada. O local, bastante próximo de zonas da cidade que lhe estão sobranceiras constituem o início do suave declive que desce da cidade até ao vale do Cávado. Dada a densa urbanização que rodeia o local de culto, não é possível perspetivar em visita ao local, os traços gerais da relação do núcleo paroquial com a envolvente próxima.

4.25.2. Dados documentais

A paróquia de Braga (Maximinos) [25] era denominada de "*Sancto Petro de Mexominos*", no censual datado dos finais do século XI e pertencia à Terra de *Bracara* (Costa, 2000, p. 104).

S. Pedro de Maximinos [25], estava referenciada em 1220 como "*Sancto Petro de Meiximinis*" e pertencia ao couto de Braga (PMH. Inq., 1888, pp. 69, 162, 206, 258). Em 1288 a paróquia estava referenciada como "*Sam Pedro de Meixeminos*" e pertencia ao Julgado e couto de Braga (Pizarro, 2012, p. 431).

No século XVI a freguesia era denominada de "*Sam Pedro de Meixeminos*" e pertencente ao termo de Braga (Freire e Pessanha, 1905, pp. 241-273). A descrição que é efetuada nas Memórias Paroquiais permite constatar a existência de trezentos e onze fogos, oitocentas e vinte e duas pessoas casadas e setenta e cinco menores. É estabelecida distinção entre moradores das ruas e das aldeias, o que é ilustrativo do início da expansão da cidade extramuros designadamente através do crescimento nesta zona das ruas "*dos Arrabaldes ...rua da Quingosta de Sam Sebastião ...rua Direita da Cruz de Pedra ... rua do Beco*". Os lugares rurais que são enumerados nesta zona, são "*Abram de Sima e Abram de Baixo,*

Monte de Penas, Areal, Souto Cham, Cones, Naia, Assento, Laranjeira, Penedo, Pereiras, Ortas, Talhos, Quingosta dos Cornos" (Capela, 2003, p. 186).

4.25.3. Cronologia

Ocupação da Antiguidade Tardia associada a uma *necrópole*, eventualmente associada a uma *basílica martirial*.

Ocupação da Alta Idade Média, Baixa Idade Média e Idade Moderna associada a um núcleo paroquial.

4.25.4. Bibliografia selecionada

PMH. Inq., 1888, pp. 69, 162, 206, 258; Freire e Pessanha, 1905, pp. 241-273; Martins e Delgado, 1989-1990, pp. 41-186; Fontes, 1993, p. 57; Costa, 2000, p. 104; Capela, 2003, p. 186; Fontes *et al.*, 2009, vol. II, p. 58; Pizarro, 2012, p. 431; Braga, 2018

4.26. Sítio 26 *S. Gregório; Braga (Maximinos); Braga*

4.26.1. Dados arqueológicos

A referência que é feita por Luís Fontes (1993, pp. 54-55), menciona a existência de alguns taludes no monte que poderiam corresponder a eventuais estruturas, sem esclarecer que se trata de estruturas de eventual fortificação. Em deslocação que efetuamos ao local, pese embora não nos tenha sido possível permanecer no local por muito tempo, não nos foi possível confirmar a existência dos referidos taludes. Mantivemos, contudo, a referência ao sítio, sem ser possível uma caracterização mais detalhada. É feita referência a cerâmica utilitária, tijolo e tégula, sendo alguma dela enquadrável na Idade Média. Face à inexistência de informações mais detalhadas assumimos que possa ter tido algum significado no âmbito da periferia de Braga medieval.

O local, localizado na periferia imediata da cidade de Braga apresenta-se cada vez mais sujeito a pressões urbanísticas na sua área circundante, o que condiciona a leitura, *in sito* da relação com a envolvente próxima. Contudo, o facto de se encontrar numa elevação, leva-nos a considerar que permitia um controlo relativo, dos terrenos que se desenvolvem na periferia imediata.

4.26.2. Dados documentais

As referências documentais que nos foi possível recolher para o local, são provenientes das Memórias Paroquiais de 1758, na descrição da paróquia em que está inserido (Capela, 2003, pp. 161-211).

O monte de S. Gregório [26] em conjunto com o monte das Caldas [103], é referido como um dos principais acidentes geográficos da freguesia de Gondizalves [58].

4.26.3. Cronologia

Ocupação da Baixa Idade Média e Idade Moderna associada a um *habitat*.

4.26.4. Bibliografia selecionada

Fontes, 1993, pp. 54-55; Capela, 2003, pp. 161-211

4.27. Sítio 27 *S. José de S. Lázaro; Braga (S. José de S. Lázaro); Braga*

4.27.1. Dados arqueológicos

Os dados que dispomos acerca deste sítio, são essencialmente provenientes dos resultados das diversas intervenções arqueológicas realizadas nesta zona, compilados por Braga (2018) e ainda apresentados em Andrade e Fontes (2020 pp. 293-314), que tratam de forma sucinta diversos estudos realizados pelos autores acerca da periferia da cidade de Braga na Antiguidade Tardia.

A necrópole identificada no quarteirão do antigo edifício dos CTT, muito próximo da cidade, ocupava praticamente todo o quarteirão, tendo sido identificadas três fases que se enquadram na Antiguidade Tardia.

Assumimos que, dos diversos elementos arquitetónicos que foram identificados nesta zona, alguns possam ser associáveis a uma basílica que existiria nesta zona (Fontes *et al.*, 2009, vol. II, pp. 33-34). A localização e a sua posição relativa a uma das necrópoles melhor conhecidas de Braga, com uma intensa ocupação deste período levam-nos a concluir que a possibilidade da localização de um edifício deste tipo seria bastante provável. Na zona mais a sul da via, onde se localizaria o edifício de culto situar-se-ia uma área de fabricação artesanal, que poderia estar associado ao edifício de culto e teria constituído um núcleo suburbano tardo antigo. Pese embora a hipotética origem associada a uma necrópole, tal como já abordamos em Andrade e Fontes (2020, pp. 293-314), o núcleo primitivo que se desenvolveu e que está arqueologicamente documentado, assumimos a hipótese de se tratar de um local de culto associado um núcleo populacional tardo antigo. Não possuímos dados similares com o mesmo nível de probabilidade, associados às restantes basílicas cemiteriais suburbanas que terão existido na periferia de Braga [34].

A paróquia de S. José de S. Lázaro [27], localizada na periferia imediata da cidade de Braga, no século XVIII, tem hoje em dia um templo de feição contemporânea, completamente integrado na malha urbana da cidade. Contudo, a igreja que a precedeu localizada muito próxima à atual, foi demolida já no século XX, fruto da reordenação urbanística que a cidade conheceu nessa zona, havendo ainda registos fotográficos da mesma, confirmando-se quer a localização, quer as suas características gerais.

As diversas intervenções arqueológicas que se realizaram no local, providenciaram bastantes fragmentos de cerâmica associados ao espólio exumado das distintas sepulturas das diversas fases da necrópole. Alguns dos enterramentos mais recentes, enquadráveis no nosso período em estudo, estão associados a cerâmica cinzenta tardia, como refere Braga (2018), o que permite admitir a ocupação da necrópole, pelo menos até ao denominado período suevo-visigótico.

O local apresenta-se bastante próximo da cidade amuralhada, designadamente da cidade romana. Pese embora a densa urbanização que o local apresenta, é percetível que, através de uma primeira análise empírica às condições de implantação do local, o sítio arqueológico se encontra implantado numa zona de pendente suave, favorável ao desenvolvimento de um núcleo populacional.

4.27.2. Dados documentais

As referências documentais que nos foi possível recolher para o local, são provenientes essencialmente das Memórias Paroquiais de 1758, na descrição da paróquia em que está inserido. A paróquia, de criação recente, foi constituída por desmembramento da paróquia de S. Victor (Capela, 2003, p. 193). A paroquia abarcava uma parte considerável dos arrabaldes da cidade de Braga, a sul, possuindo mil duzentos e trinta vizinhos e duas mil setecentas e doze"*pessoas de sacramento*", sendo as principais ruas que a constituem: "*a rua das Agoas, parte da rua dos Pellames, rua dos Granginhos, rua de Trás Sam Marcos, parte do Campo da Sancta Anna, parte da rua de Sam Gonçalo, parte da rua de Sancto André do Quinteiro, parte da rua dos Chãons de Sima, parte da rua Nova do Vico, Paúlo de Nossa Senhora Branca, rua do Paimanta*" (Capela, 2003, p. 191). Nesta freguesia também é feita a distinção entre ruas e aldeias, o que é, tal como na freguesia de Maximinos [25] ilustrativo da sua característica de freguesia suburbana. As aldeias mencionadas são: "*Gordeita, Escoura, Deveza, Gallos, Latas, Ribeira, Sardoal, Lages, Santo Adrião, Quingosta da Palla, Quingosta de Nossa Senhora Branca, Portas, Fujacal.*"

4.27.3. Cronologia

Ocupação da Antiguidade Tardia associada a uma necrópole, eventualmente associada a uma basílica e *habitat*.

Ocupação da Idade Moderna associada a um núcleo paroquial.

4.27.4. Bibliografia selecionada

Capela, 2003, pp. 191-192; Fontes *et al*, 2009, vol. II, pp. 33-34; Braga, 2018; Andrade e Fontes, 2020, pp. 293-314

4.28. Sítio 28. *S. Vicente; Braga (S. Vicente); Braga*

4.28.1. Dados arqueológicos

Os dados arqueológicos que dispomos são essencialmente provenientes de Costa (1997, p. 101) e Fontes (1993, p. 72), posteriormente tratados por Andrade (2015) ou Andrade e Fontes (2020, pp. 293-314).

Na zona de S. Vicente [28], está documentada a identificação de uma inscrição funerária datável do século VII, segundo Avelino Costa (1997, p. 101). Segundo o autor, a tradução da inscrição seria a seguinte: "No dia 1 de maio da Era 656 (=ano 618), no dia de segunda-feira, Remisnuera aqui descansou em paz. Amén." A inscrição amplamente estudada e difundida por diversos autores é considerada como sendo, até ao momento, o mais antigo testemunho de designação dos dias da semana segundo o modelo cristão.

O local encontra-se localizado nas proximidades da via romana XVIII do itinerário de Antonino (Carvalho, 2008). O desenvolvimento urbanístico em torno do local impede uma completa perceção da sua relação com a topografia. Uma análise do relevo, deixa antever uma maior visibilidade para a zona norte, não sendo, contudo, percetíveis os seus contornos detalhados.

A identificação de elementos associáveis a uma necrópole tardo antiga e a relação com a viação romana, leva-nos a considerar que a possibilidade de existência de uma basílica cemiterial suburbana é bastante elevada, não nos tendo sido possível conhecer qualquer outro tipo de estruturas associáveis à Antiguidade Tardia. Consideramos, contudo, plausível a existência das mesmas e a sua inserção no âmbito do fenómeno de desenvolvimento dos subúrbios tardo antigos. A ligeira diferença com que pontualmente indicamos ou distinguimos esta e restantes necrópoles similares do sítio de S. Lázaro [27] está diretamente relacionada com a existência arqueologicamente comprovada de ruínas de natureza distinta das necrópoles.

4.28.2. Dados documentais

As referências documentais que nos foi possível recolher para o local, são provenientes essencialmente das Memórias Paroquiais de 1758, na descrição da paróquia em que está inserido.

A paróquia de S. Vicente [28], de criação recente, ainda estava integrada, na altura das Memórias Paroquiais, na paróquia de S. Victor (Capela, 2003, p. 193).

4.28.3. Cronologia

Ocupação da Antiguidade Tardia associada a uma necrópole, eventualmente associada a uma basílica.

Ocupação da Idade Moderna associada a um núcleo populacional que ainda não constituía uma circunscrição autónoma.

4.28.4. Bibliografia selecionada

Fontes, 1993, pp. 31-88; Costa, 1997, p. 101; Capela, 2003, p. 193; Andrade, 2015, p. 59; Andrade e Fontes, 2020, pp. 293-31

4.29. Sítio 29 *Infias/Pachancho; Braga (S. Vicente); Braga*

4.29.1. Dados arqueológicos

Os dados arqueológicos que temos disponíveis para o local são essencialmente provenientes do Inventário Arqueológico de Braga (Fontes, 1993, pp. 31-88) e dos inventários dos doutoramentos de Martins (1990) e Carvalho (2008).

4.29.1.1. Ruínas arqueológicas e edificado

Os elementos arquitetónicos conhecidos associados a este sítio, são alguns fustes de colunas que apareceram no início do século XX (Fontes, 1993, p. 74).

A *villa* de Infias [29], parece enquadrar-se em tipologia semelhante à Coturela [35]. O local também possui um excelente enquadramento paisagístico, com uma boa visibilidade para o mesmo vale, sendo a área para o seu *fundus* também relativamente reduzida.

4.29.2. Dados documentais

Fontes (1993, p. 74), menciona a referência à "*villa de Infidias*" na documentação medieval. Na análise que efetuámos ao *Liber Fidei* (Costa, 1965, pp. 38-39), na delimitação da diocese de Dume [40] de inícios do século X, identificamos referência toponímica, sem que possa ser diretamente relacionada com o local.

4.29.3. Cronologia

Ocupação da Antiguidade Tardia associada a uma *villa*.

4.29.4. Bibliografia selecionada

Costa, 1965, pp. 38-39; Martins, 1990; Fontes, 1993, p. 74; Carvalho, 2008, II, p. 33

4.30. Sítio 30 *S. Victor; Braga (S. Victor); Braga*

4.30.1. Dados arqueológicos

Na zona próxima à capela da Nª Srª a Branca foram identificadas sepulturas que podem ser associáveis aos séculos V-VII (Braga, 2018), que demonstra que a necrópole se propagaria para esta zona, até ao núcleo de S. Victor [30], onde se considera que possa ter havido um possível núcleo de culto paleocristão. Pela continuidade de marcadores cristãos no local, cuja referência ainda está bem presente na topografia do local, assumimos a possibilidade de associação a uma necrópole e a um conjunto de edifícios cristãos.

A paróquia de S. Victor [30], é atualmente, a maior freguesia urbana da cidade de Braga. À época estaria localizada nos arrabaldes da cidade. O seu núcleo paroquial atual é constituído por um imponente edifício da Idade Moderna que se apresenta sobrelevado relativamente à estrada que sai da cidade para leste. Luís Fontes (1993, p. 74) refere a identificação de sarcófagos e elementos romanos e elementos siglados, não sendo possível esclarecer, com clareza, em que medida é que poderiam estar relacionadas com esse arqueossítio em específico, não sendo especificadas as condições de reaproveitamento, ou a forma como se articulavam com o edificado e de que forma é que foi incorporado. Não nos foi possível, em visita que efetuamos ao local, a identificação de qualquer um dos elementos referidos.

O local encontra-se junto à via que saía da cidade desde o período romano, o que é condizente com o tipo de vestígios identificados e com a interpretação que avançamos para o local. Dada a grande urbanização do local e o desconhecimento das dimensões totais da necrópole, não nos é possível, com clareza, indagar de que forma a hipotética estrutura basilical que consideramos poder ter estado localizada nesta zona, se articulou com os enterramentos e de que forma se adaptou ao relevo.

4.30.2. Dados documentais

As referências documentais que nos foi possível recolher para o local, são provenientes essencialmente das Memórias Paroquiais de 1758, na descrição da paróquia em que está inserido. No século XVIII, já se trataria de uma paróquia bastante povoada, possuindo cerca de três mil e trinta habitantes. O carácter suburbano já mencionado está bem presente na resposta do questionário em que é referido que "*Esta freguesia fica parte della na cidade e parte em aldeia*". É ainda referido que na sua zona rural, a freguesia é composta pelos lugares de "*Passos*, ... *Villar*, ...*Santa Tecla*, ...*Torneiros*, ... *Soutinha* ...*Arial*" (Capela, 2003, p. 193). A igreja, descrita nas Memórias Paroquiais, ainda deverá ser a que hoje se encontra a culto e está localizada, contígua à estrada que seguia em direção a Chaves.

4.30.3. Cronologia

Ocupação da Antiguidade Tardia associada a uma necrópole.

Ocupação da Idade Moderna associada a um núcleo paroquial.

4.30.4. Bibliografia selecionada

Fontes, 1993, p. 74; Capela, 2003, p. 193; Braga, 2018

4.31. Sítio 31 *Montariol, Sete Fontes; Braga (S. Victor); Braga*

4.31.1. Dados arqueológicos

Os dados arqueológicos que temos disponíveis para o local são essencialmente provenientes do Inventário Arqueológico de Braga (Fontes, 1993, pp. 31-88) e dos trabalhos arqueológicos que se efetuaram mais recentemente (Fontes *et al.*, 2018). Na análise que efetuámos para o local, identificámos diversos elementos almofadados na conduta central do sistema hidráulico, tendo sido avançada a hipótese de o sistema poder incorporar elementos que poderão remontar ao século IV. O sistema hidráulico moderno, em grande parte associável até aos séculos XVII e XVIII, continuou a ser o principal sistema de distribuição de água à cidade de Braga até ao século XX (Fontes *et al.*, 2018).

Luís Fontes (1993, p. 74) refere a identificação de tijolo e tégula. Tivemos oportunidade de confirmar este facto, nos trabalhos que desenvolvemos no local (Fontes *et al.*, 2018).

O enquadramento paisagístico do sítio está altamente relacionado com a funcionalidade do mesmo, na medida em que é exatamente a localização numa zona em que confluem diversas vertentes para o local, em conjunto com a geologia do mesmo, que favorece a captação de águas em abundância. A visibilidade é tendencialmente no sentido sul, onde se localizam os terrenos mais baixos. As alterações topográficas bastante relevantes, relacionadas com as obras do hospital, descaracterizaram parte do sítio, dificultando a perceção do que poderia ser a topografia aquando da construção do sistema hidráulico moderno ou em período anterior.

4.31.2. Dados documentais

Pese embora a abundante documentação existente para o local analisada no estudo efetuado e em que tivemos oportunidade de participar (Fontes *et al.*, 2018), não nos foi possível extrair nenhuma referência nos principais documentos utilizados na análise, no âmbito da presente investigação.

Não nos foi possível recolher dados acerca do local, nas Memórias Paroquiais de 1758.

4.31.3. Cronologia

Ocupação da Antiguidade Tardia, Baixa Idade Média e Idade Moderna associada a um sistema hidráulico.

4.31.4. Bibliografia selecionada

Fontes, 1993, p. 74; Fontes *et al.*, 2018

4.32. Sítio 32 *Santa Tecla; Braga (S. Victor); Braga*

4.32.1. Dados arqueológicos

As referências arqueológicas mais recentes que conhecemos do local, são provenientes de Martins (1990, p. 88), Fontes (1993, p. 75) e Carvalho (2008, II, p.27).

4.32.1.1. Ruínas arqueológicas e edificado

Segundo Martins (1990, p. 88) e Fontes (1993, p. 75) identifica-se o achado de um tesouro que poderá ser associável ao período romano. O segundo autor avança com a possibilidade de se poder associar à Idade Média. As análises que efetuámos no âmbito do presente trabalho, permitem-nos, embora com muitas reticências, assumir a possibilidade de uma ocupação da transição entre a Antiguidade Tardia e a Alta Idade Média.

O local encontra-se densamente urbanizado, não tendo sido possível percecionar por uma análise efetuada em visita ao local, de que forma é que o sítio se relacionaria com a sua envolvente próxima. Um dos aspetos que nos parece importante focar, é a proximidade à cidade de Braga e o facto de o local estar numa pequena elevação.

4.32.2. Dados documentais

Não conseguimos recolher referências acerca do local, na principal documentação utilizada no presente estudo.

4.32.3. Cronologia

Ocupação da Antiguidade Tardia e da Alta Idade Média associada a um *habitat*.

4.32.4. Bibliografia selecionada

Martins, 1990, p. 88; Fontes, 1993, p. 75; Carvalho, 2008, II, p. 27

4.33. Sítio 33 *S. Victor o Velho; Braga (S. Victor); Braga*

4.33.1. Dados arqueológicos

Segundo Avelino Costa (2000), a antiga paróquia de S. Victor teria sede em S. Victor o Velho [33]. A toponímia fornece indícios nesse sentido. A região em que localiza a capela de S. Victor o Velho [33], também é conhecida como as Goladas, sendo crença popular que terá sido nesta zona que aconteceu o martírio de S. Victor. A capela atual datável do século XIX, terá substituído uma outra capela, do século XVI, bastante próxima da atual[6]. Não nos parece de todo descabido que, à semelhança de outros locais onde ocorreram martírios de santos, logo num período temporalmente próximo ao sucedido, a partir do momento em que a fé cristã passou a poder ser professada publicamente, possa ter ocorrido a construção de um edifício de culto para sinalizar o local e poder ser prestado culto. Não se conhecem mais indícios arqueológicos que possam fornecer dados que auxiliem a interpretação avançada para o local, contudo, parece-nos que a interpretação e a análise comparativa com outros locais, como por exemplo as basílicas que marcam o martírio de diversos santos em Roma (Thompson, 2015, pp. 17-36), parecem, pelo menos, permitir assumir a hipótese como plausível. Desconhecemos indícios de materiais e achados isolados que lhe possam ser associáveis. O local, encontra-se bastante urbanizado. A pequena capela que lá se encontra atualmente, não nos parece dispor de um especial destaque paisagístico relativamente ao território circundante. Efetivamente, face ao que é referido por Costa (2000, p. 99), parece-nos que o martírio de S. Victor possa ser o principal fator da sua implantação e a proximidade à via que lhe corre nas proximidades.

4.33.2. Dados documentais

A paróquia de Braga (S. Victor) [33] era denominada de "*Sancto Vitoris de Bracara*", no censual datado dos finais do século XI e pertencia à Terra de *Bracara* (Costa, 2000, p. 99). S. Victor [33] é mencionado em 1220 como "*Sancto Vituiro*" e era pertencente ao Julgado e Couto de Braga (PMH. Inq., 1888, pp. 70, 163, 206, 259). Em 1288 é denominado "*Sancti Vitoris*" e pertencente ao Julgado e couto de Braga (Pizarro, 2012, p. 456). No "Numeramento" do século XVI a paróquia é denominada de "*Sam Vitoyro*" (Freire e Pessanha, 1905, pp. 241-273). As referências à paróquia no século XVIII estão associadas ao sítio [30]. A descrição faz ainda referência à capela de S. Victor o Velho [33], designadamente ao edifício que precedeu o atual, construído em época posterior à que está a ser analisada no presente trabalho de investigação (Capela, 2003, p. 193).

4.33.3. Cronologia

Ocupação da Alta Idade Média, Baixa Idade Média e Idade Moderna associada a um núcleo paroquial.

[6] http://www.monumentos.gov.pt/site/app_pagesuser/SIPA.aspx?id=15572 (consultado a 22-02-2022 às 08h57m).

4.33.4. Bibliografia selecionada

PMH. Inq., 1888, pp. 70, 163, 206, 259; Freire e Pessanha, 1905, pp. 241-273; Costa, 2000, p. 99; Capela, 2003, p. 193; Pizarro, 2012, p. 456

4.34. Sítio 34 *Braga; Braga (Sé); Braga*

4.34.1. Dados arqueológicos

A cidade de Braga [34] é o sítio que se encontra mais profusamente documentado, para toda a região em estudo. Todos os inventários consultados se lhe referem diretamente ou indiretamente. O manancial de dados que dispomos da mesma foi profusamente tratado por diversos autores, beneficiando de cerca de meio século de intervenções arqueológicas no espaço urbano. O conhecimento que temos acerca da cidade de Braga [34], na Antiguidade Tardia, tem beneficiado das inúmeras intervenções arqueológicas que se têm realizado na cidade. Os trabalhos têm sido alvo de inúmeras publicações, das quais destacamos, a título de exemplo, algumas sínteses temáticas e setoriais, (Lemos *et al.,* 2002, pp. 609-624; Carvalho, 2008; Ribeiro, 2008; Fontes *et al*., 2010b, pp. 255-262; Martins *et al*., 2016, pp. 35-52; Fontes e Andrade, 2018, pp. 51-67; Martins *et al.,* 2017a, pp. 235-239; Martins *et al*., 2017b, pp. 241-246; Andrade e Fontes, 2020, pp. 206-222). Um dos aspetos mais impactantes na morfologia urbana neste período foi, sem dúvida, a construção da grande muralha, que limitava uma área urbana, tendencialmente circular. A muralha, de imponentes dimensões, apresenta uma largura muito próxima dos seis metros, (Lemos *et al*., 2002, p. 622) e foi escavada em variados locais, tendo sido possível em alguns deles, a identificação de torreões semicirculares que apresentam um diâmetro de cerca de cinco metros. Foi possível constatar que a muralha apresenta características similares às congéneres do noroeste peninsular, designadamente ao nível da solução construtiva que incorpora torreões, como foi acima referido. Refira-se ainda que a muralha reaproveitou alguns elementos arquitetónicos, estando documentada arqueologicamente a sobreposição de algumas das estruturas de fases mais antigas da cidade (Lemos *et al.,* 2002, p. 621).

Ao nível da organização dos quarteirões, propriamente ditos, um dos aspetos importantes a assinalar é o facto de o traçado ortogonal da cidade se ter mantido numa considerável área intramuros (Martins *et al*., 2017a, p. 236). Um outro aspeto que ressalta acerca das alterações que se verificaram no tecido urbano de *Bracara*, na Antiguidade Tardia, foi a readaptação de edifícios, a sua desarticulação e ocupação dos espaços públicos com estruturas de uso privado, estando até ao momento, pelo menos três estruturas em fase de escavação (Martins *et al*., 2017b, pp. 241-242).

A cidade de Braga na Alta Idade Média

Os dados arqueológicos que se conhecem da cidade de Braga [34], para este período, foram fornecidos por diversas intervenções que foram sendo efetuadas nos mais de quarenta anos de projeto de Arqueologia Urbana que foi levado a cabo na cidade de Braga, tendo sido alvo de diversas publicações e presentes em algumas sínteses como por exemplo em Fontes *et al.* (2010b) Ribeiro (2008), Fontes e

Andrade (2018) e Andrade e Fontes (2020). O principal elemento e característica que, à luz dos dados atuais, parece sobressair do urbanismo da cidade é a redução considerável da área urbana para o seu quadrante nordeste, reaproveitando parte das estruturas defensivas do período romano tardio (Ribeiro, 2008, p. 317).

Este fenómeno, à luz do que foi defendido por Ribeiro (2008, p. 311), para além desta redução de perímetro urbano e das modificações de pormenor que a cidade foi sofrendo, é difícil de precisar com rigor, parecendo haver uma tendência para a desarticulação de alguns eixos de circulação e alteração do tipo de edificado. A tendência identificada que poderá ter tido o seu início no momento imediatamente anterior, terá reflexo nesta fase.

Um outro aspeto importante a reter, para este período, é o facto de que a sede episcopal, que se localizava numa posição completamente excêntrica no momento anterior, passa, com a reorganização da cidade a nordeste, a ocupar uma posição central no tecido urbano, tendo sido identificados vestígios que poderão ser enquadrados nesta fase (Gaspar, 1985, pp. 440-441). A catedral torna-se claramente a nova referência do tecido urbano (Ribeiro, 2008, p. 319; Fontes e Andrade, 2018, p. 55), sendo o principal elemento norteador e organizador do espaço. Não obstante, apesar de ao nível da arquitetura e da organização interna, alguns dos dados não serem de fácil interpretação, na cidade de Braga, parecem existir objetos cerâmicos no registo arqueológico, com principal incidência no quadrante nordeste, que corroboraram a circunscrição da ocupação na zona, não sendo contudo claro se, e em que momentos essa ocupação terá sido intermitente (Fontes e Andrade, 2018). A área da cidade ter-se-á restringido a menos de quinze hectares, que constituirá o ponto de partida para os desenvolvimentos que a cidade conhecerá momentos posteriores.

A cidade de Braga na Baixa Idade Média

A cidade de Braga [34], na Baixa Idade Média conheceu importantes alterações da sua fisionomia, relativamente aos momentos precedentes. A cidade neste período foi alvo de vários estudos que se debruçaram sobre a morfologia urbana e a relação da cidade com a sua envolvente (Ribeiro, 2008; Fontes e Andrade, 2018; Ribeiro *et al.*, 2018), que procuraram a articulação dos dados arqueológicos com os dados documentais. Os dados que dispomos até ao momento permitem uma aproximação relativamente detalhada do tecido urbano, sendo os principais dados respeitantes ao período mais tardio da Idade Média.

À luz do que conhecemos, a cidade conheceu a construção de uma nova muralha, que terá reaproveitado na sua zona sul, o traçado da cerca que terá sido construída na Alta Idade Média e na sua zona norte terá incorporado a área extramuros, a norte da Catedral.

O sistema defensivo era complementado a nordeste por um castelo de que apenas resta a sua torre de menagem, que se define atualmente como o principal elemento que resta da estrutura defensiva. Os restantes elementos do castelo foram demolidos no início do século XX, restando apenas alguns que se encontram incorporados no casario que se lhe adossou em períodos posteriores. A cerca era ponteada por torreões de forma tendencialmente quadrangular.

Mário Barroca (2003b, p. 118), inclui o castelo de Braga, como sendo um dos poucos exemplares de castelo gótico que não estão localizados na zona de fronteira. Nos trabalhos que recentemente se realizaram no edifício nº1 da praça da República (Fontes, 2021, p. 58) identificou-se parte do paramento medieval, que ainda não tinha adquirido a configuração circular que passou a ter em períodos posteriores.

Um outro aspeto que é notório na nova organização da cidade de Braga, neste período, é o facto de que a catedral reforçou a sua centralidade no tecido urbano. O edifício também conheceu importantes beneficiações que serão datáveis do século XII, tendo-se prolongado as obras, muito provavelmente até finais do século (Fontes, Lemos e Cruz, 1997-1998, p. 146). No século XIV, a catedral terá igualmente conhecido importantes beneficiações, estando documentada a construção de edifícios anexos, como a capela da Nª Srª do Livramento, a capela e torre da Nª Srª da Glória e a construção de um novo claustro. Estas obras sobrepõem finalmente os edifícios da catedral à muralha romana, que limitava a cidade nesta zona (Fontes, Lemos e Cruz, 1997-1998, p. 146).

O traçado urbano da cidade também tem sido alvo de estudos que tentam o cruzamento entre os dados arqueológicos e os dados documentais sendo de destacar os trabalhos de Ribeiro *et al.*, (2018) e Ribeiro (2019). Pese embora a continuação da ocupação de um espaço reduzido entre os séculos XI e XIII, a partir do século XIII dá-se a já mencionada expansão para a área a norte. O plano urbano, como refere Ribeiro (2019, p. 189), refletiria com clareza dois percursos urbanos diferenciados, correspondentes à área cuja ocupação remontaria ao período romano e a área que tinha sido englobada na expansão mais recente da urbe.

Na primeira área, apesar das alterações morfológicas que se fazem sentir, parece verificar-se uma tendência para a regularidade do traçado. Esta área da cidade, como é referido em Ribeiro (2019, p. 189) é definida, no sentido norte-sul pela rua Verde, rua da Triparia, rua D. Gualdim Pais e a rua da Erva e, no sentido este-oeste, pela rua da Travessa, o antigo bairro medieval das Travessas. Como também é referido por Ribeiro (2019, p. 189), apesar da matriz romana, os arruamentos são mais irregulares. Numa análise ao traçado da zona da cidade que não se sobrepõe relativamente à cidade romana, parece

evidente um acréscimo da sinuosidade dos traçados, sendo a malha urbana menos densa e a existência de amplos espaços abertos, especialmente evidente na sua zona mais a norte.

A cidade de Braga na Idade Moderna

Os dados que dispomos da cidade de Braga Moderna são, essencialmente, provenientes dos trabalhos de José Marques (1988), Miguel Bandeira (1993, 2000), Maria do Carmo Ribeiro (2008), Gustavo Portocarrero (2010) e Eduardo Pires de Oliveira (2011).

A morfologia da cidade do século XVI, conheceu uma considerável alteração (Portocarrero, 2010, p. 27). É neste momento que a cidade começa a desenvolver-se verdadeiramente para a área extramuros, iniciando-se o processo de ocupação paulatina dos arrabaldes. Tal como foi referido por Miguel Bandeira (1993, p. 149), este desenvolvimento extramuros é norteado por um conjunto de espaços abertos, interligados, que norteiam as vivências e o desenvolvimento urbanístico, a que o autor denomina de "anel de campos". As principais praças que constituíam o circuito de circulação extramuros eram o campo da Vinha (atual praça Conde de Agrolongo), o campo das Hortas, o campo/terreiro de S. Sebastião, o campo de S. Tiago, o campo dos Remédios (atual largo Carlos Amarante), o campo de Santa Ana (atual Avenida Central) (Bandeira, 1993, p. 149; 2000, p. 38).

O mapa de *Georg Braun*, a representação iconográfica detalhada, mais antiga, que se conhece da urbe bracarense, para a Idade Moderna, evidencia claramente o anel de circulação e conjunto de terreiros que ordenaram o crescimento da cidade extramuros no dealbar da Idade Moderna. Nesta representação iconográfica da cidade, sobressai a ampla área a norte da muralha que configura o campo da Vinha e o campo de Santa Ana, onde é visível o conjunto de miliários romanos que circundam a pequena capela localizada também num amplo espaço, que se fecha e torna mais exíguo na zona da Nª Srª a Branca.

Ao nível da estrutura da cidade intramuros, a abertura da rua Nova (atual rua D. Diogo de Sousa), prolongava o alinhamento da rua do Souto, ligando-a à porta Nova, aberta em 1512 (Bandeira, 2000, pp. 32-33), dotando a cidade de um eixo principal que permitia facilmente o atravessamento transversal do recinto amuralhado. Miguel Bandeira (2000, p. 34) também refere que a sua abertura se procedeu, no âmbito de um processo mais amplo que contemplava a abertura de duas pequenas praças na sua vertente sul (atuais praças D. João Peculiar e praça Nova). Também está documentada a abertura da atual rua do Cabido, procedeu-se à retificação do traçado da atual rua Frei Caetano Brandão e à abertura retilínea da atual rua de S. João.

Para além do reordenamento e abertura de eixos que capacitam e potenciam a circulação na cidade intramuros e extramuros, no início da Idade Moderna, essencialmente por ação de D. Diogo de Sousa,

também se verifica a dotação de diversos equipamentos coletivos e infraestruturas de apoio às atividades económicas e sociais (Bandeira, 2000, p. 41).

A cidade do século XVIII, é conhecida de uma forma muito mais detalhada do que do século XVI. Para este período, as fontes iconográficas são mais abundantes, para além do "*Mappa de Braga Primas"* de 1756, o denominado Mapa das Ruas de Braga (1764), fornece uma descrição detalhada das ruas da urbe que permite conhecer as características de quase todos os fogos existentes à época. Uma análise ao referido mapa, permite uma constatação imediata de que a expansão urbanística extramuros, aparenta um maior desenvolvimento, propagando-se a área construída ao longo das vias, por uma área muito mais extensa.

Segundo Miguel Bandeira (1993, p. 152), este desenvolvimento "tentacular", proporciona à urbe bracarense, que mantém o seu núcleo primitivo de origem medieval, acrescido dos arrabaldes, que são incorporados, um aspeto que recorda um aracnídeo. Tal como o autor refere, e é evidente no "*Mappa de Braga Primas"*, de 1756, uma das características da cidade extramuros neste período é a convivência entre as habitações e os campos que as circundam. Outra característica evidente é o facto de, neste momento a muralha já se encontrar praticamente absorvida, na totalidade, pelo casario que se adossou à mesma, pese embora o facto de, morfologicamente, ainda possuir uma configuração semelhante. Também é possível constatar que, na região extramuros, para além do desenvolvimento tentacular ao longo das vias, é identificável, a nordeste do núcleo murado, o surgimento duma zona em que é percetível um urbanismo de maior complexidade e no qual é percetível uma organização do espaço, que demonstra um planeamento subjacente, na área denominada de Campo Novo.

Os elementos da Braga barroca, ainda hoje constituem os principais referentes do centro histórico da cidade. A generalidade das igrejas do centro histórico, são associáveis a esse período, destacando-se o importante conjunto arquitetónico do largo Carlos Amarante, constituído pelo hospital de S. Marcos e pela igreja de Santa Cruz. A estes dois importantes referentes urbanísticos, associava-se o convento dos Remédios, entretanto demolido no início do século XX.

Todos os espaços extramuros, que foram referenciados aquando da descrição do desenvolvimento urbanístico do século XVI, foram embelezados com edifícios datáveis dos séculos XVII e XVIII, refira-se a título de exemplo, o campo das Hortas, a Avenida Central (antigo campo de Santa Ana) e o largo de Santiago. A cidade neste período embeleza-se e monumentaliza-se. As áreas extramuros, começam a configurar, paulatinamente, novas centralidades que se consolidam nos períodos vindouros.

A materialidade na cidade exumada das diversas escavações arqueológicas na cidade de Braga [34] é muitíssimo abundante, sendo muitas as publicações que lhes estão associadas, quer pela diversidade

tipológica e amplitude cronológica das mesmas. A grande síntese que dispomos para a cerâmica associada à cidade romana é referente à cidade Alto-Imperial (Morais, 2004). Para o início do período em estudo, os trabalhos mais recentes que foram elaborados, tributam-se a Martínez Peñin e Martins (2016, pp. 53-67), estando em curso investigações de doutoramento que visam aprofundar este trabalho, levadas a cabo por Diego Machado e ainda visando o período moderno, por Lara Fernandes. Quando terminados, será possível a contextualização das materialidades cerâmicas de todo o período em estudo.

4.34.2. Dados documentais

O local encontra-se referenciado direta ou indiretamente nas principais fontes documentais que foram utilizadas no presente estudo.

As referências a Braga, no censual de finais do século XI, são feitas, no sentido de associar as diversas entidades ao seu domínio, tal como nas Inquirições de 1220, de 1288 e no "Numeramento" do século XVI.

A cidade de Braga [34] do século XVIII, foi considerada como uma entidade territorial e analisada em conjunto, de modo que se possa estabelecer uma análise comparativa com os períodos anteriores. Contudo, nas Memórias Paroquiais de 1758, é referido que a zona intramuros da cidade é constituída por três freguesias ("*Sé Primaz de Braga*, S. João do Souto e Cividade") (Capela, 2003, pp. 161-211).

A freguesia da Sé, que também abarca uma parte da área fora da cerca medieval, tinha neste período duas mil oitocentas e uma pessoas e era constituída, como é referido nas Memórias Paroquiais, pelas ruas da "*Conega, Porta de S. Francisco, Biscainhos, Campo das Hortas, Roxio dellas, de São Miguel-o-Anjo, Campo de Sam Sebastiam, Carvalheiras, rua dos Assougues, rua Nova, Assougues Velhos, Roxio da Praça, Violinha, rua de Sapateiros, rua de Maximinos, rua Verde, das Chagas, do Terreiro da Sé, a do Farto, A do Forno, Porta de São João, rua de Gatos, a das Oucias ao redor da Sé, Campo dos Touros, rua do Campo*..." (Capela, 2003, pp. 194-195). Nesta freguesia, como já foi referido na descrição da cidade moderna, e como o próprio nome indica, está localizado o conjunto arquiepiscopal, cuja descrição detalhada ocupa a grande maioria da resposta ao inquérito solicitado. Apesar da sua dupla vertente intra e extramuros, é uma paróquia maioritariamente urbana.

A paróquia da Cividade, tal como a paróquia da Sé, ocupa uma área intra e extramuros (Capela, 2003, p. 170). É referido igualmente que possuía no século XVIII, uma população de cerca de mil e sessentas e oito pessoas e era constituída pelas ruas "*do Gualdim, Travessa Primeira, Segunda e Terceira, rua do Coutto de Arvoredo, a de Sto António, a de Sta Maria, a de Trás do Colegio, a do Postigo, de S. Sebastião, a dos Pelames que perdeo esta o nome por algum dia se chamar de S. Giraldo, a rua do Alcaide, a de Trás do Hospital, a da Quingosta de S. Sebastião, o Roxio de Sto Antonio, o de S. Paulo,*

os campos de S. Tiago e S. Sebastião". Também é referido que possuía dois lugares rurais ("*hum chamado Fojacal e outro Urjaes*") (Capela, 2003, p. 170). Tal como já foi referido anteriormente, dois dos principais referentes urbanísticos são o colégio da Companhia de Jesus e o convento da Nª Srª da Conceição, bem como os campos de S. Tiago e o de S. Sebastião (Capela, 2003, p. 170).

A freguesia de S. João do Souto, localizada essencialmente intramuros, apresenta uma porção considerável da sua área na zona extramuros (Capela, 2003, pp. 201-202). A freguesia possuía, à época, mais de três mil e quinhentos habitantes, sendo as suas ruas:"*rua de S. João, rua do Anjo, rua de S. Marcos, rua da Agoa, da Porta do Souto, rua dos Chans de Baixo, rua dos Chans de Cima, rua do Eirado, rua da Fonte da Carcova, rua do Campo da Vinha, rua de Gatos, rua das Travessas, rua de Trás do Hospital, rua da Quingosta do Colegio, rua do Campo dos Remédios, rua do Carvalhal, rua dos Penedos, rua do Souto, Paso Arcebispal, rua de Santo Antonio, rua das Beatas de Santo António, Seminário de S. Pedro, rua da Loura, Aljube, Castelo, Alfandega*") (Capela, 2003, p. 202). Para além das ruas que constituiriam o tecido urbano na área intramuros e extramuros, também é feita referência a lugares rurais que constituíam esta freguesia ("*lugar da Torre, lugar do Armão e lugar de Santa Barbora de Baixo*") (Capela, 2003, p. 202). Alguns dos dados que se podem extrair das presentes Memórias Paroquiais, estão relacionados com os aspetos da morfologia urbana já anteriormente abordados, com é o caso dos campos extramuros que norteiam o crescimento da cidade e a presença de diversos conventos, como é o caso do convento dos Remédios, convento do Salvador, o convento do Carmo e o convento do Pópulo.

4.34.3. Cronologia

Ocupação da Antiguidade Tardia, Alta Idade Média, Baixa Idade Média e Idade Moderna associada a uma cidade.

4.34.4. Bibliografia selecionada

PMH. Inq., 1888; Freire e Pessanha, 1905, pp. 241-273; Gaspar, 1985, pp. 440-441; Marques, 1988; Martins, 1990, pp. 80-90; Bandeira, 1993; Fontes, 1993, pp. 31-88; Fontes, Lemos e Cruz, 1997-1998; Bandeira, 2000; Costa, 2000, pp. 68-106; Lemos *et al.*, 2002, pp. 609-624; Barroca, 2003; Capela, 2003, pp. 161-211; Morais, 2004; Carvalho, 2008; Ribeiro, 2008; Ferreira, 2014, pp. 93-140; Fontes *et al.*, 2010b, pp. 255-262; Portocarrero, 2010; Oliveira, 2011; Pizarro, 2012, pp. 419-461; Martínez Peñin e Martins, 2016, pp. 53-67; Martins *et al.*, 2016, pp. 35-52; Fontes e Andrade, 2018, pp. 51-67; Martins *et al.*, 2017a, pp. 235-239; Martins *et al.*, 2017b, pp. 241-246; Ribeiro *et al.*, 2018; Ribeiro, 2019; Andrade e Fontes, 2020, pp. 293-314

4.35. Sítio 35 *Coturela; Braga (Sé); Braga*

4.35.1. Dados arqueológicos

Não nos foi possível, identificar vestígios claros de ruínas, percetíveis à superfície, não nos tendo sido igualmente possível acrescentar informação de maior pormenor do que a que foi fornecida por Fontes (1993, p. 69) e Carvalho (2008).

O local localiza-se na periferia imediata da cidade de Braga, próximo a duas das vias que saem da cidade a nordeste e norte. A *villa* da Coturela [35], poder-se-á tratar de uma propriedade suburbana em que, dada a confrontação com diversas entidades bastante próximas, se encontra condicionada a exploração agrícola, não parecendo dispor de um *fundus* extenso como, por exemplo, seria o caso de Dume. Efetivamente, tal como refere Carneiro (2011, p. 74), citando Geoff Adams (2008), as *villae* suburbanas evidenciam "estruturas para fins eminentemente sociais, distantes da vocação agropecuária tão enfatizada pelos agrónomos latinos". O autor menciona ainda que Geoff Adams (2008, p. 4) refere que o desenho planimétrico das *villae* suburbanas sendo efetuado em função das atividades de *otium*, *amoenitas* e *delectatium*, favorece a contemplação da paisagem, evidenciando que a sua implantação deverá ter em consideração a proximidade a vias de comunicação, potenciando redes de sociabilidade que se pretendiam manter no campo, na medida em que os *domini* destas *villae* eram geralmente abastados cidadãos envolvidos frequentemente na atividade politica que, não raramente, seria associada a uma intensa atividade social.

O sítio da Coturela [35] parece efetivamente encaixar no modelo de implantação acima descrito. Por um lado, está extremamente próximo da cidade, por outro está bem servido de vias de comunicação. A sua localização num pequeno outeiro sobranceiro ao vale do Cávado, permite o disfrute do aparato cénico que o mesmo constitui. A conjugação de todos estes fatores, com os elementos arquitetónicos referidos por Fontes (1993, p. 69) e Carvalho (2008) leva-nos a considerar a classificação tipológica como plausível. A densa urbanização que se desenvolveu no local, rompeu completamente com a primitiva organização espacial do local e a relação com a envolvente próxima. Contudo, a perceção de que o local se localizaria num pequeno outeiro, permite concluir que haveria uma relação sobranceira com os territórios adjacentes a norte. Esta análise será mais desenvolvida na parte III, na medida em que consideramos que tem implicações na definição tipológica do local.

4.35.2. Dados documentais

A interpretação que o local poderia corresponder à *villa Paschasi*, leva-nos a considerar que poderia já estar mencionado na confirmação da diocese de Dume datada de 911 (Andrade, 2015).

4.35.3. Cronologia

Ocupação da Antiguidade Tardia associada a uma *villa*.

4.35.4. Bibliografia selecionada

Andrade, 2015; Fontes, 1993, p. 69; Carvalho, 2008, II, p. 33

4.36. Sítio 36 *Cabreiros; Cabreiros; Braga*

4.36.1. Dados arqueológicos

Luís Fontes (1993, p. 38), refere a existência de restos de alicerces de paredes, a oeste da atual igreja paroquial que poderiam corresponder à primitiva igreja, mencionando ainda a existência de um "forno de telhas" com marcas diversas. Não nos foi possível identificar no local, a existência de qualquer um dos vestígios mencionados pelo autor, sendo de referir que, pelo menos no segundo conjunto de ruínas se procedeu ao seu aterro, logo depois da sua descoberta.

A paróquia de Cabreiros [36], para além das referências documentais, tem associados dois elementos arquitetónicos que poderão ser enquadráveis neste período, que se encontram depositados no Museu Pio XII (Fontes e Pereira, 2009, vol. I, p. 89).

Dado que não nos foi possível visualizar as ruínas arqueológicas referenciadas para este sítio, não podemos fornecer dados acerca da sua organização interna e da forma como o conjunto se relaciona com a envolvente imediata. A relação com a envolvente que podemos percecionar é de um núcleo paroquial que, apesar de estar implantado numa zona distinta de alguns dos outros que identificámos no nosso estudo, está plenamente articulado com os núcleos populacionais da freguesia, constituindo o centro nevrálgico das vivências da comunidade.

4.36.2. Dados documentais

A paróquia de Cabreiros [36] era denominada de "*Sancti Michael de Torganosa*", no censual datado dos finais do século XI e pertencia à Terra de *Bracara* (Costa, 2000, p. 85).

Na paróquia de Cabreiros [36], foi recolhia uma referência das Inquirições de 1220, sendo o local denominado de "*Sancto Michaele de Cabreiros*" e pertencente à Terra de Penafiel de Bastuço (PMH. Inq., 1888, pp. 16, 88, 175, 218). Em 1288 a paróquia é denominada "*Sancti Michaelis de Cabreiros*" e pertencente ao Julgado de Penafiel de Bastuço (Pizarro, 2012, p. 468).

A freguesia de Cabreiros [36] é denominada "*Sam Miguel de Cabreiros*", pertencente a Penafiel de Bastuço, no século XVI (Freire e Pessanha, 1905, pp. 241-273).

A freguesia também é referenciada nas Memórias Paroquiais do século XVIII, sendo referido que pertencia à comarca e termo de Barcelos, possuindo, à época, duzentas e sessenta e três pessoas, era constituída pelos lugares de "*Porto, Chacota, Padram, Naviças, Macieirinhas, Villaverde, Monte, Cachada, Vieiros, Torre, Bica, Cabreiros, Moutinho e Sam Miguel*" (Capela, 2003, p. 167). É ainda referido que, como freguesia rural que era, produzia diversas culturas agrícolas, sendo o seu principal referente orográfico, o monte das Caldas [103].

4.36.3. Cronologia

Ocupação da Alta Idade Média, Baixa Idade Média e Idade Moderna associada a um núcleo paroquial.

4.36.4. Bibliografia selecionada

PMH. Inq., 1888, pp. 16, 88, 175, 218; Freire e Pessanha, 1905, pp. 241-273; Fontes, 1993, p. 38; Costa, 2000, p. 85; Capela, 2003, p. 167; Fontes e Pereira, 2009, vol. I, p. 89; Pizarro, 2012, p. 468

4.37. Sítio 37 *Celeirós; Celeirós; Braga*

4.37.1. Dados arqueológicos

Não recolhemos dados para este sítio, nos inventários arqueológicos que serviram de base para o nosso estudo, nem em visita ao local. Desconhecemos ruínas de estruturas associáveis ao local, ou indícios de edificado que possam remontar aos períodos mais antigos referenciados documentalmente. Admitimos a hipótese de poder haver um templo associável à Idade Moderna, na origem do núcleo paroquial. Também desconhecemos indícios de materiais e achados isolados próximos.

O local encontra-se bastante descaracterizado, contudo pensamos ser possível percecionar um núcleo paroquial que está plenamente articulado com os aglomerados populacionais da freguesia, constituindo o centro nevrálgico das vivências da comunidade.

4.37.2. Dados documentais

A paróquia de Celeirós [37] era denominada de "*Sancto Laurenti de Celeirolos*", no censual datado dos finais do século XI e pertencia à Terra de *Bracara* (Costa, 2000, p. 78).

Celeirós [37] é denominado em 1220"*Sancto laurentio de Celeiroo*" (PMH. Inq., 1888, pp. 16, 68, 175, 218). Em 1288, o local é denominado de "*Sancti Laurentii de Celeiroos*" e pertencente ao couto de Vimieiro (Pizarro, 2012, p. 493).

A freguesia de S. Lourenço de Celeirós [37], é referenciada como "*Celeiroo"*, no século XVI (Freire e Pessanha, 1905, pp. 241-273).

É referido no século XVIII, que se tratava de uma das quatro freguesias que compunham o couto de Vimieiro. A freguesia possuía quatrocentas e vinte e três pessoas e era constituída pelos lugares seguintes "*pera a parte do Nascente os lugares de: Sucarreira, Lagarteira, Cabello, Passo, Andrias, Cruz, pera a parte do Norte tem: o lugar da Pedra, Boavista, Covas de Sima, e Covas de Baixo; pera o poente, tem tão somente o lugar de Assento: e pera a parte sul tem o lugar de Trezeste*"). Ainda são identificáveis alguns elementos, próximos da igreja, mais recente, que poderão ser associáveis à Idade Moderna (Capela, 2003, pp. 168-169.

4.37.3. Cronologia

Ocupação da Alta Idade Média, Baixa Idade Média e Idade Moderna associada a um núcleo paroquial.

4.37.4. Bibliografia selecionada

PMH. Inq., 1888, pp. 16, 88, 175, 218; Freire e Pessanha, 1905, pp. 241-273; Costa, 2000, p. 78; Capela, 2003, pp. 168-169; Pizarro, 2012, p. 493

4.38. Sítio 38 *Crespos; Crespos; Braga*

4.38.1. Dados arqueológicos

Não recolhemos dados para este sítio, nos inventários arqueológicos que serviram de base para o nosso estudo, nem em visita ao local.

Desconhecemos ruínas de estruturas associáveis ao local, ou indícios de edificado que possam remontar aos períodos mais antigos referenciados documentalmente. Também desconhecemos indícios de materiais e achados isolados.

O local encontra-se bastante descaracterizado, contudo pensamos ser possível percecionar um núcleo paroquial que está plenamente articulado com os aglomerados populacionais da freguesia, constituindo o centro nevrálgico das vivências da comunidade.

4.38.2. Dados documentais

A paróquia de Crespos [38] era denominada de "*Sancta Eulalia de Crespos*", no censual datado dos finais do século XI e pertencia à Terra de *Lagenoso* (Costa, 2000, p. 108).

Crespos [38] é denominado de "*Santa Eolalia de Crespos*" em 1220 (PMH. Inq., 1888, pp. 69, 161, 205, 257), sendo referido como "*Santa Eolalia de Crespos*" em 1288. (Pizarro, 2012, p. 443). É referenciado no século XVI como "*Sancta Ovaya de Crespos*" (Freire e Pessanha, 1905, pp. 241-273).

A freguesia é descrita no século XVIII, de forma bastante sucinta, sendo apenas referido que é "*parochia do termo da cidade de Braga*" e que possuía cerca de cento e vinte e três fogos, sendo abundante em frutos e águas (Capela, 2003, p. 171).

4.38.3. Cronologia

Ocupação da Alta Idade Média, Baixa Idade Média e Idade Moderna associada a um núcleo paroquial.

4.38.4. Bibliografia selecionada

PMH. Inq., 1888, pp. 69, 161, 205, 257; Freire e Pessanha, 1905, pp. 241-273; Costa, 2000, p. 108; Capela, 2003, p. 171; Pizarro, 2012, p. 443

4.39. Sítio 39 *Cunha; Cunha; Braga*

4.39.1. Dados arqueológicos

Não recolhemos dados para este sítio, nos inventários arqueológicos que serviram de base para o nosso estudo, nem em visita ao local.

Desconhecemos ruínas de estruturas associáveis ao local, ou indícios de edificado que possam remontar aos períodos mais antigos referenciados documentalmente. Admitimos a hipótese de poder haver um templo associável à Idade Moderna, na origem do núcleo paroquial. Também desconhecemos indícios de materiais e achados isolados próximos.

Consideramos ser possível percecionar um núcleo paroquial que está plenamente articulado com os núcleos populacionais da freguesia, constituindo o centro nevrálgico das vivências da comunidade.

4.39.2. Dados documentais

A paróquia de Cunha [39] era denominada de "*Sancto Micahel de Colina*", no censual datado dos finais do século XI e pertencia à Terra de *Bracara* (Costa, 2000, p. 81).

Não nos foi possível recolher dados acerca da paróquia em 1220 nem da paróquia no século XVI. Cunha [39] é referenciada em 1288, como "*San Miguel de Cuynha*", do termo de Guimarães (Pizarro, 2012, p. 610).

A paróquia de Cunha [39], é referida em 1758, como sendo parte do termo de Guimarães, possuindo cerca de trezentos e quinze habitantes e sendo constituída pelos lugares de "*Eiras, Longra, Vessada, Orta Nova, Paço, Cal, Portelo, Quintans, Campo, Rigueira, Figueiredo, Costa, Souto, Gondomar, Igreja, Lama e Lebeguada*" (Capela, 2003, p. 172).

4.39.3. Cronologia

Ocupação da Alta Idade Média, Baixa Idade Média e Idade Moderna associada a um núcleo paroquial.

4.39.4. Bibliografia selecionada

Costa, 2000, p. 81; Capela, 2003, p. 172; Pizarro, 2012, p. 610

4.40. Sítio 40 *Assento; Dume; Braga*

4.40.1. Dados arqueológicos

Os dados arqueológicos são provenientes das diversas campanhas de escavações arqueológicas coordenadas por Luís Fontes desde 1987, algumas das quais tivemos oportunidade de codirigir (Fontes, 1987, pp. 111-148; 1988, pp. 243-256; Fontes, 1991-1992, pp. 199-230; Fontes e Carneiro, 2011; Fontes, Braga e Osório, 2011; Andrade, 2015). Parte da interpretação que temos para o local, foi revista no âmbito da presente investigação.

Este é o único sítio de que dispomos de dados de escavações que permitam corroborar com um maior grau de certeza, a presença de edifícios classificados como pertencentes a *villae* (Fontes, 1987, pp. 111-148; 1988, pp. 243-256; 1991-1992, pp. 199-230, Fontes e Carneiro, 2011; Fontes, Braga e Osório, 2011; Andrade, 2015).

A *villa* terá sido fundada no período do Alto Império, tendo sido remodelada nos séculos III-IV. Para além da *pars urbana*, também se identificou uma estrutura balnear de planta tendencialmente ortogonal, que se organiza tendo como área central um pátio, que se encontra ladeado por duas piscinas retangulares, localizadas a este e oeste. Para além destes compartimentos, também se identificou um *tepidarium* e um *caldarium* a sul e a leste uma pretensa área de serviços (Fontes 1994, cap.2.1; Andrade 2015, pp. 48-50). Esta estrutura também poderá ser associada aos séculos III-IV.

Na *pars urbana* da *villa*, poderá ter havido, uma adaptação do espaço ao culto cristão numa fase final da ocupação, antes da instalação do mosteiro, pese embora não seja possível, de momento, a recolha de dados arqueológicos que possam permitir a confirmação desta hipótese. No nosso entender, esta estrutura poderá ser associável à fase suevo-visigótica, salvaguardando, contudo, uma possível reutilização do espaço, ainda durante o período romano como espaço de culto cristão. A basílica que se considera ser associável ao período da reconquista, poderá ser associada ao período suevo-visigótico. Um aspeto relevante para a interpretação desse sentido relaciona-se com a relação estratigráfica entre as sepulturas e o edifício de culto. Outro aspeto que nos leva a considerar que a estrutura poderá ser desse período está relacionada com o ligante de saibro e a datação das fossas de extração de saibro identificadas em 2003 (Fontes, 2011c, p. 20), tendo, já à época, sido considerado que poderão ter sido efetuadas para a construção da basílica, durante a adaptação da *villa* a mosteiro.

A intervenção do balneário forneceu materiais cerâmicos como fragmentos de terra *sigillata* hispânica tardia reutilizada em peças discoidais, cerâmica cinzenta tardia comum (séculos V-VII) e cerâmica focense (400-580), nas camadas de abandono, que parecem indiciar uma ocupação do espaço durante

a permanência da comunidade monástica em Dume (Martínez Peñin, Fontes e Andrade, 2018, pp. 219-223).

O estudo da cerâmica recolhida das fossas de extração de saibro, identificadas a sul do edifício de culto, corrobora a cronologia que apresenta datas entre final do século V e final do século VI, que é condizente com o período de domínio suevo do noroeste peninsular. Efetivamente, a análise das cerâmicas recolhidas nas camadas de enchimento das fossas providencia materiais como ânforas tunisinas (séculos V-VI) e cinzenta tardia comum (séculos V-VII), que se enquadram no período proporcionado pela datação absoluta.

A relação das fossas e das camadas que as sobrepõe, com as estruturas que lhes estão nas proximidades, parecem indiciar que estas perturbações no solo, terão condicionado, de alguma forma, o uso do espaço neste período. Contudo, esta alteração não terá forçosamente impossibilitado a vivência da comunidade monástica, potenciando forçosamente uma adaptabilidade da orgânica de circulação.

Ao nível dos vestígios arqueológicos respeitantes ao mosteiro da Alta Idade Média, os dados disponíveis até ao momento não permitem a identificação de vestígios que possam ser associados à ocupação de um conjunto monástico neste período, havendo, contudo, indícios designadamente ao nível da cerâmica (Martínez Peñin, Fontes e Andrade, 2018, pp. 210-224), que permitem concluir que efetivamente houve, de alguma forma, a ocupação do espaço, em concordância com os dados documentais.

O domínio fundiário de Dume, que já estudámos em Andrade (2015), teve como principal dado o cruzamento de diversos indícios de momentos posteriores, com o conhecimento da centuriação romana, avançada por Helena Carvalho (2008).

Consideramos que teria uma morfologia predominantemente retangular correspondente à área abarcada pela freguesia de Dume (pré reorganização administrativa de 2013), podendo ter incluído uma faixa a sul que também poderia fazer parte das entidades que a confrontavam a sul (Andrade, 2015, p. 54). Este domínio ter-se-á mantido no mosteiro tardo antigo e, segundo o estudo que efetuámos (Andrade, 2015), terá sido a base da freguesia medieval e moderna.

4.40.2. Dados documentais

O local encontra-se referenciado nas principais fontes documentais que foram utilizadas no presente estudo.

A paróquia de Dume [40] era denominada de "*Sancto Martino de Dumio*", no censual datado dos finais do século XI e pertencia à Terra de *Bracara* (Costa, 2000, p. 100).

S. Martinho de Dume [40], apresenta-se referenciado como "*Sancto Martino de Dumio*" em 1220 e pertencente ao couto de Braga (PMH. Inq., 1888, pp. 68, 161, 205, 256), sendo denominada de "*Sancti Martino de Dumho*" em 1288 e pertencente ao Julgado do couto de Braga (Pizarro, 2012, p. 426).

O núcleo paroquial é referenciado no "Numeramento" do século XVI ("*Sam Martinho de Dume*"). As diversas intervenções arqueológicas não permitiram a identificação de nenhum vestígio que possa ser claramente associável a esse período (Fontes, 1991-1992, pp. 199-230).

Nas Memórias Paroquiais, é efetuada uma descrição da morfologia da freguesia, que é condizente com as características que tinha, antes da reorganização administrativa de 2013, sendo referido que "*Está situada esta freguesia quazi em figura quadrangular, suposto que da parte que corre do meio dia a Poente e de Nascente a Norte, se lhe perceba mais alguma exenção, não hé couza que a deforme de sua quadrangular figura. Será toda a sua extençam meia legoa pouco mais ou menos, medida por cada hum dos seos quatro ventos* ". Um outro aspeto que consideramos interessante e que será interpretado com maior detalhe na parte III, é o facto de os priores de Dume, terem como paróquia anexa, S. Paio de Parada [84], de que são abades.

4.40.3. Cronologia

Ocupação da Antiguidade Tardia associada a uma *villa*, posteriormente adaptada a mosteiro.

Ocupação da Alta Idade Média consubstanciada na ocupação do espaço religioso e amortização e abandono de estruturas monásticas.

Ocupação da Baixa Idade Média e Idade Moderna associada a um núcleo paroquial.

4.40.4. Bibliografia selecionada

PMH. Inq., 1888, pp. 68, 161, 205, 256; Freire e Pessanha, 1905, pp. 241-273; Fontes, 1987, pp. 111-148; Fontes, 1988, pp. 243-256; Martins, 1990, pp. 81-82; Fontes, 1991-1992, pp. 199-230; Fontes, 1993, pp. 39-43; Fontes, 1994, cap.2.1; Costa, 2000, p. 100; Capela, 2003, p. 173; Carvalho, 2008, II, pp. 1-144; Fontes, 2011c, p. 20; Fontes e Carneiro, 2011; Fontes, Braga e Osório, 2011; Pizarro, 2012, p. 426; Andrade, 2015; Fontes e Andrade, 2013, pp. 179-186; Martínez Peñin, Fontes, 2018, p. 16; Fontes e Andrade, 2018, pp. 219-223

4.41. Sítio 41 *Sobremoure; Dume; Braga*

4.41.1. Dados arqueológicos

Os trabalhos levados a cabo por L. Fontes (1993, p. 45), permitiram constatar a existência de uma ponte em pedra, de um só arco, com aduelas bem afeiçoadas. Apesar de assumir a possibilidade de a estrutura poder conter elementos mais recentes, é colocado em evidência o facto de corresponder, na sua origem, a um elemento medieval. Desconhecemos indícios de materiais e achados isolados que possam ser associáveis ao local.

A estrutura encontra-se bastante oculta na paisagem, não sendo de fácil deteção. O caminho atual, passa ao lado da ponte, a uma cota ligeiramente mais elevada. A estrutura estabelece a ligação entre o caminho que corria para norte e o curso de água a transpor, não sendo de destacar qualquer outro tipo de relação com o território envolvente.

4.41.2. Dados documentais

As referências documentais que nos foi possível recolher para o local, são provenientes essencialmente das Memórias Paroquiais de 1758, na descrição da paróquia em que está inserido.

O lugar de Sobremoure [41], onde se localiza a ponte é mencionado nas Memórias Paroquiais de 1758, como sendo pertencente à freguesia de Dume.

4.41.3. Cronologia

Vestígios da Baixa Idade Média e Idade Moderna relativos a uma ponte.

4.41.4. Bibliografia selecionada

Fontes, 1993, p. 45; Capela, 2003, p. 173

4.42. Sítio 42 *S. Lourenço; Dume; Braga*

4.42.1. Dados arqueológicos

Um local que consideramos interessante para o conhecimento de algumas das dinâmicas do povoamento na região bracarense é a capela de S. Lourenço [42], também localizada na freguesia de Dume, que está associada a alguns elementos que indiciam a sua fábrica medieval. Nas proximidades do local, como refere L. Fontes (1993, p. 43) é referida a existência de uma gafaria.

Luís Fontes (1993, pp. 43-44), menciona ainda o aparecimento de fragmentos de cerâmica e de materiais de construção de fabricos diversos, abarcando cronologias entre o período romano e a época medieval.

O sítio encontra-se implantado numa zona de encosta, numa zona próxima à principal via proveniente da cidade na direção norte. Apesar de o surto urbanístico da região também abarcar esta zona, ainda é percetível a boa visibilidade para o vale do Cávado.

4.42.2. Dados documentais

As referências documentais que nos foi possível recolher para o local, são provenientes essencialmente das Memórias Paroquiais de 1758, na descrição da paróquia em que está inserido.

O lugar da Ordem [42], onde se localiza a capela é mencionado nas Memórias Paroquiais de 1758 como sendo pertencente à freguesia da Dume (Capela, 2003, p. 173).

4.42.3. Cronologia

Ocupação da Baixa Idade Média e Idade Moderna associada a um *habitat* e uma capela.

4.42.4. Bibliografia selecionada

Fontes, 1993, pp. 43-44; Capela, 2003, p. 173

4.43. Sítio 43 *Assento; Escudeiros; Braga*

4.43.1. Dados arqueológicos

Não recolhemos dados para este sítio, nos inventários arqueológicos que serviram de base para o nosso estudo, nem em visita ao local. Desconhecemos ruínas de estruturas associáveis ao local, ou indícios de edificado que possam remontar aos períodos mais antigos referenciados documentalmente. Também desconhecemos indícios de materiais e achados isolados próximos.

Consideramos ser possível percecionar uma relação de um núcleo paroquial que está plenamente articulado com os núcleos populacionais da freguesia, constituindo o centro nevrálgico das vivências da comunidade.

4.43.2. Dados documentais

A paróquia de Escudeiros [43] era denominada de "*Sancto Petro de Scudeiros*", no censual datado dos finais do século XI e pertencia à Terra de *Bracara* (Costa, 2000, p. 76).

S. Pedro de Escudeiros [43] em 1220 é denominada "*Sancto Petro de Scutariis"* e pertencente ao couto de Braga (PMH. Inq., 1888, pp. 70, 162, 206, 258), denominando-se em 1288 "*Sancti Petri de Escudeiros"* e pertencente ao Julgado do couto de Braga (Pizarro, 2012, p. 425).

A freguesia de Escudeiros [43] é mencionada como "*Sam Pedro de Escudeiros*" no século XVI (Freire e Pessanha, 1905, pp. 241-273). Também é descrita em 1758 (Capela, 2003, p. 174). É referido que estaria no termo de Braga e que possuiria os seguintes lugares: "*Torneiros, Campo, Anssariz, Pouzada, Carreiro, Soutto, Quintam, Granja, Monte, Longra, Requeixo, Hospital, Ferreira, Formiga*" (Capela, 2003, p. 174).

4.43.3. Cronologia

Ocupação da Alta Idade Média, Baixa Idade Média e Idade Moderna associada a um núcleo paroquial.

4.43.4. Bibliografia selecionada

PMH. Inq., 1888, pp. 70, 162, 206, 258; Freire e Pessanha, 1905, pp. 241-273; Costa, 2000, p. 76; Capela, 2003, p. 174; Pizarro, 2012, p. 425

4.44. Sítio 44 *Assento; Espinho; Braga*

4.44.1. Dados arqueológicos

Os dados arqueológicos que temos disponíveis para o local são essencialmente provenientes do Inventário Arqueológico de Braga (Fontes, 1993, pp. 31-88), do inventário do doutoramento de Carvalho (2008) e do catálogo da coleção do Museu Pio XII (Fontes *et al.*, 2009, vol. I, p. 74)

Desconhecemos ruínas de estruturas associáveis ao local ou indícios de edificado que possam remontar aos períodos mais antigos referenciados documentalmente. Admitimos a hipótese de poder haver um templo associável à Idade Moderna, na origem do núcleo paroquial. Na zona da igreja paroquial de Espinho [44], L. Fontes (1993, p. 45) refere a identificação de epígrafe funerária e material de construção. No Museu Pio XII, encontra-se uma ara (elemento nº 423).

A classificação do sítio como *villa*, teve em também em consideração o facto de se tratar de uma zona que apresenta características topográficas que poderão propiciar a prática agrícola (Carvalho, 2019, p. 44). Não sendo conhecidos outros locais nesta zona que pudessem pressupor uma deslocalização do assentamento aqui presente, assumimos que a ocupação comprovada de época romana, pudesse ter continuidade neste período, havendo, contudo, um menor grau de certeza do que em outros sítios similares.

Podemos percecionar que, apesar de poder ter uma relação com a envolvente, de forma distinta dos sítios que o precedeu, está plenamente articulado com os núcleos populacionais da freguesia, constituindo o centro nevrálgico das vivências da comunidade.

4.44.2. Dados documentais

A paróquia de Espinho [44] era denominada de "*Sancto Martino de Spino*", no censual datado dos finais do século XI e pertencia à Terra de *Bracara* (Costa, 2000, p. 70).

Em Espinho [44], conhece-se a referência de 1220, relativa a "*Sancto Martino de Spino*", pertencente ao couto de Braga (PMH. Inq., 1888, pp. 70, 163, 206, 258). Nas Inquirições de 1288 identifica-se no termo de Guimarães, a referência de "*Santa Maria de Espinho*". Pizarro (2012, p. 630), considera que se trata da freguesia de S. Martinho de Espinho [44]. A considerar este facto, teremos que assumir que teria passado para a dependência de Guimarães. Nas referências apresentadas por Costa (2000, p. 70), em 1320 é mencionada como "*Sancti Martini de Espino".* Não nos foi possível recolher dados acerca da paróquia no século XVI.

Na paróquia de Espinho [44], um dado importante que pode ser extraído da leitura das Memórias Paroquiais de 1758, é o facto de que pertencia ao "*termo da villa de Guimarães*" (Capela, 2003, p. 175), o que corrobora os dados extraídos das Inquirições de 1288 (Pizarro, 2012, p. 630). Também é possível

constatar que possuía, à época, duzentas e cinquenta pessoas e era constituída por oito lugares: "*Cachada, Assento, Pinheiro, Passos, Fontainha, Soutello, Latas e o da Costa*". Apesar de ser do termo de Guimarães, o pároco é "*vigário ad nutum, apresentado pelo reverendo Diam de Braga*" (Capela, 2003, p. 175). Outra das características que se considera importante ressalvar, é a referência de que se trataria de uma zona com uma importante mancha florestal, sendo referido que "*Tem abundante lenha de Carvalho*" (Capela, 2003, p. 176).

4.44.3. Cronologia

Ocupação da Antiguidade Tardia associada a uma *villa*.

Ocupação da Alta Idade Média, Baixa Idade Média e Idade Moderna associada a um núcleo paroquial.

4.44.4. Bibliografia selecionada

PMH. Inq., 1888, pp. 70, 163, 206, 258; Fontes, 1993, p. 45; Costa, 2000, p. 176; Capela, 2003, pp. 161-211; Carvalho, 2008, II, p. 28; Pizarro, 2012, p. 630; Fontes *et al.*, 2009, vol. I, p. 74

4.45. Sítio 45 *Igreja paroquial de Esporões; Esporões; Braga*

4.45.1. Dados arqueológicos

L. Fontes (1993, p. 46) refere a existência de várias sepulturas em caixa de pedra e uma tampa de sepultura. Não possuímos descrições mais detalhadas das sepulturas, mas a existência de vestígios dessa época e a tipologia do sítio, leva-nos a considerar como altamente provável que algumas das sepulturas possam ser associáveis ao período medieval.

A igreja de Esporões [45], pese embora já esteja bastante alterada, ainda conserva alguns elementos que poderão ser associáveis à época Moderna.

Junto à igreja de Esporões [45], identificaram-se duas inscrições, sendo uma de uma ara votiva e outra que de um marco de propriedade (Fontes, 1993, p. 46). Helena Carvalho (2019, p. 44), refere ainda que as caraterísticas do terreno também sugerem a existência de uma *villa*. Não deixa de ser notável a identificação de um marco de propriedade que, muito provavelmente, estaria a delimitar o *fundus* da *villa* de Esporões [45]. O achado, apesar de não se encontrar *in situ,* permite a associação aos limites desta *villa*.

A paróquia de Esporões [45], também apresenta um conjunto de vestígios associados bastante abundante. A coleção do Museu Pio XII tem elementos que estão associados à antiga igreja paroquial de Esporões [45], designadamente dois fragmentos de Ajimez (nº 564, 564) e dois silhares com cruzes esculpidas (nº645 e 646) (Fontes e Pereira, 2009, vol I, pp. 69, 70 e 76). Os abundantes vestígios, enquadram-se num sítio arqueológico que, à luz dos conhecimentos atuais, parece ter tido ocupação da Alta Idade Média e que, segundo referências de L. Fontes (1993, p. 46), se associa a vestígios que se recolhem nos terrenos envolventes da igreja e pelo adro. Os indícios parecem ter mais relevo do que a generalidade das paróquias que conhecemos. É efetuada igualmente referência a elementos de feição românica, alargando a ocupação do local a todo o período medieval.

Podemos percecionar um núcleo paroquial que, apesar de poder ter uma relação com a envolvente, de forma distinta dos sítios que o precedeu, está plenamente articulado com os núcleos populacionais da freguesia, constituindo o centro nevrálgico das vivências da comunidade.

4.45.2. Dados documentais

A paróquia de Esporões [45] era denominada de "*St. Christ. de Asperones*", no censual datado dos finais do século XI e pertencia à Terra de *Bracara* (Costa, 2000, pp. 74-75). Esta paróquia [45] é mencionada, nas Inquirições de 1220, como "*Sancto Cristovao de Asperonis*" e pertence ao couto de Braga (PMH. Inq., 1888, pp. 69, 162, 205, 258). É mencionado nas Inquirições de 1288 "*Sancto*

Christophori de Asporões". A leitura da Inquirição permite constatar a existência de duas honras, uma pelo menos desde o reinado de D. Afonso II (Pizarro, 2012, p. 420).

Não nos foi possível recolher dados acerca da paróquia no século XVI. Em 1758 é referido que pertencia ao termo e comarca do arcebispado de Braga. A paróquia teria, à época, trezentas e vinte e cinco pessoas e seria constituída pelos lugares de "*Zenha... Nugueiras... Estrada... Aldea... Além... Barreiro... Além Rio... Persal... Carvalhal...*". O monte de Santa Marta constitui um referente incontornável desta freguesia, sendo assinalada na resposta ao questionário, o domínio da paisagem que o local tinha, para a veiga do Penso (Capela, 2003, p. 176).

4.45.3. Cronologia

Ocupação da Antiguidade Tardia associada a uma *villa*.

Ocupação da Alta Idade Média, Baixa Idade Média e Idade Moderna associada a um núcleo paroquial.

4.45.4. Bibliografia selecionada

PMH. Inq., 1888, pp. 69, 162, 205, 258; Fontes, 1993, p. 46; Costa, 2000, pp. 74-75; Capela, 2003, p. 176; Carvalho, 2008, II, p. 28; Fontes e Pereira, 2009, vol. I, pp. 69, 70 e 76; Fontes *et al.*, 2009, vol. I, p. 89; Pizarro, 2012, p. 420; Carvalho, 2019, p. 44

4.46. Sítio 46 *Marinhais; Esporões; Braga*

4.46.1. Dados arqueológicos

Os dados arqueológicos que temos disponíveis para o local são essencialmente provenientes do Inventário Arqueológico de Braga (Fontes, 1993, pp. 31-88), bem como o de Mário Barroca (2010-2011, pp. 115-182) e Jorge López Quiroga (2004, pp. 531-539).

A meia encosta entre a paróquia de Esporões [45] e Santa Marta da Falperra [47], em Marinhais [46], identificou-se uma necrópole que poderá remontar à Alta Idade Média, sendo constituída por um conjunto de sepulturas escavadas na rocha, também mencionadas por Mário Barroca (2010-2011, pp. 115-182). O conjunto é referido sumariamente por Jorge López Quiroga (2004, pp. 531-539), sem que forneça qualquer outro tipo de pormenores acerca das mesmas. Pese embora não tenha sido possível ver as sepulturas, pela sua proximidade a sítios enquadráveis nessa cronologia, consideramos muito plausível que sejam enquadráveis na cronologia acima avançada.

Luís Fontes (1993, pp. 46-47), menciona a recolha de materiais à superfície nos terrenos próximos ao local associado ao topónimo Marinhais, não tendo sido possível obter informações mais detalhadas acerca dos mesmos do que uma caracterização genérica de cerâmica utilitária e material de construção.

O local será um dos sítios de que dispomos de uma ocupação da Alta Idade Média mais provável. A necrópole está localizada entre a paróquia de Esporões [45] e Santa Marta da Falperra [47], estando a sua existência altamente condicionada pelas vivências dos dois sítios.

4.46.2. Dados documentais

Não conseguimos recolher referências acerca do local, na principal documentação utilizada no presente estudo.

4.46.3. Cronologia

Ocupação da Alta Idade Média associada a uma necrópole.

4.46.4. Bibliografia selecionada

Fontes, 1993, pp. 46-47; Barroca, 2010-2011, pp. 115-182; López Quiroga, 2004, pp. 531-539

4.47. Sítio 47 *Santa Marta da Falperra; Esporões; Braga*

4.47.1. Dados arqueológicos

As intervenções de Russel Cortez realizadas em 1953 e 1954, incidiram sobre duas áreas, sendo a zona localizada na parte superior do povoado, a que providenciou vestígios associados a uma ocupação que poderá associar-se a este período (Barroca, Arezes e Morais, 2018, p. 132). Os vestígios identificados tratar-se-ão de uma basílica de três naves, orientada este-oeste, com cabeceira absidal, segundo modelo amplamente difundido em contexto peninsular, como é constatável em Godoy Fernández (2008). Segundo leitura de Barroca, Arezes e Morais (2018, pp. 132-133), a cabeceira era ladeada por dois compartimentos, também de remate exterior retificado: do lado do evangelho (ou lado norte), o *Diaconion* ou *Secretarium*, do lado da epistola (ou lado Sul), a *Prothesis*. A basílica tinha dezasseis metros de largura e vinte e cinco metros de comprimento, apresentando a nave central, mais de sete metros e as naves laterais três metros e meio.

Foi apenas na década de 60 que os trabalhos foram retomados, sob a responsabilidade de Rigaud de Sousa e Domingos de Pinho Brandão, com o concurso de Arq. Fernando Lanhas, no registo arqueológico, tendo sido posteriormente da responsabilidade exclusiva de Rigaud de Sousa, numa área previamente intervencionada por Arlindo da Cunha. O edifício identificado, de consideráveis dimensões (34,2x12,6m), possuía uma área bastante ampla, da qual se destaca uma sala que se desenvolve pela maior parte do edifício, separada por pilares de secção quadrada. A estrutura está localizada bastante próxima da basílica, com uma orientação ligeiramente divergente da mesma, segundo Barroca, Arezes e Morais (2018, p. 135), fruto da necessidade de adaptação à topografia.

A interpretação de Barroca, Arezes e Morais (2018, p. 144), com que concordamos, poderá ser, no nosso entender, corroborada pela análise comparativa com edifícios como o que foi identificado em Recópolis e, pese embora tenha dimensões mais reduzidas relativamente ao complexo palatino aí identificado (Olmo Enciso, 2008, pp. 40-63), parece-nos ter afinidades notórias ao nível da solução construtiva e da organização do espaço. Autores como Francisco Moreno Martín (2009, p. 284), avançam a hipótese de que edifícios com estas características tratar-se-iam de conjuntos monásticos, englobando Falperra e Recópolis nesta tipologia.

Mário Barroca (2004, pp. 198-199), referencia o monte de Sta. Marta (Falperra) [47], como sendo um local que teria sido utilizado para fortificação durante os séculos IX-X. Efetivamente, o local ocupado inicialmente por um castro da Idade do Ferro e durante a Antiguidade Tardia, terá sido um dos locais cuja localização estratégica terá justificado a ocupação na Alta Idade Média. L. Fontes (1993, p. 48), refere duas linhas de muralhas que circundam o topo do promontório, tendo referindo igualmente que

se identificam vestígios de casas circulares, indiciando que os recintos amuralhados se relacionam com o castro preexistente no local. Não é claro como é que foi feita a adaptação do local a fortificação, se terá sido mediante o aproveitamento das estruturas de época anterior ou se a ocupação deste período terá contemplado a construção de estruturas relevantes. Parece-nos que, dada a preexistência de estruturas defensivas, o seu aproveitamento terá sido a opção mais lógica. Trabalhos futuros poderão elucidar essa questão.

As intervenções arqueológicas que se efetuaram no local, proporcionaram também a recolha de diverso material arqueológico, uma parte considerável do mesmo associável à Antiguidade Tardia. O mais recente estudo acerca do local (Barroca, Arezes e Morais, 2018, pp. 129-148), permitiu a valorização de alguns dos materiais exumados. Os autores apresentam diversos fragmentos de cerâmica fina tardia designadamente, algumas formas de imitação de Cinzenta Tardia, *sigillata* clara D e *sigillata* focence e ainda cerâmicas comuns tardo-romanas e suevo-visigóticas. Os autores também referem a existência de fragmentos que poderão ser datáveis dos séculos VIII-IX, com bordos engrossados e triangulares e bordos simples e esvasados. Adicionalmente refira-se um último grupo de cerâmica que poderá ser associado aos séculos X-XII (Barroca, Arezes e Morais, 2018, p. 140). Destacamos ainda a identificação de um ponderal bizantino ou ainda uma fíbula damasquina e botão (Barroca, Arezes e Morais, 2018, pp. 141-143). Este tipo de objetos, para além de corroborarem a ocupação tardo-antiga, parecem ser condizentes com a interpretação que avançamos, enquanto local associado à elite suevo-visigótica.

Apesar de as estruturas identificadas poderem ser essencialmente associáveis ao período suevo-visigótico, o manancial cerâmico identificado no local, parece-nos induzir a uma ocupação do topo do promontório entre os séculos V e XII.

O local apresenta uma posição sobranceira sobre toda a paisagem circundante, especialmente a norte e sul, controlando praticamente todas as vias naturais de acesso à região bracarense. Nas diversas visitas que efetuamos ao local, foi possível percecionar o facto de que apresenta uma visibilidade excecional para a cidade de Braga. Assim sendo, parece-nos lícito concluir que apresenta condições excecionais de controlo defensivo da cidade.

4.47.2. Dados documentais

Não conseguimos recolher referências acerca do local, na principal documentação utilizada no presente estudo, contudo, é profusamente referido na documentação medieval, apresentando as características para ser incluído na tipologia de fortificação da *Reconquista* (Barroca, 2003a, pp. 173-182; Barroca, 2003b, pp. 95-159; Barroca, 2004, pp. 181-203).

4.47.3. Cronologia

Ocupação da Antiguidade Tardia associada a um conjunto palatino.

Ocupação da Alta Idade Média associada a um castelo.

Indícios da Idade Moderna associados à sacralização do local.

4.47.4. Bibliografia selecionada

Fontes, 1993, pp. 47-49; Barroca, 2003a, pp. 173-182; Barroca, 2003b, pp. 95-159; Barroca, 2004, pp. 181-203; Moreno Martin, 2009, pp. 275-307; Barroca, Arezes e Morais, 2018, pp. 129-148

4.48. Sítio 48 *S. Mamede de Este; Este (S. Mamede); Braga*

4.48.1. Dados arqueológicos

Não recolhemos dados para este sítio, nos inventários arqueológicos que serviram de base para o nosso estudo, ou em visita ao local. Desconhecemos indícios de materiais e achados isolados próximos.

Pensamos ser possível percecionar um núcleo paroquial que está plenamente articulado com os aglomerados populacionais da freguesia, constituindo o centro nevrálgico das vivências da comunidade.

4.48.2. Dados documentais

A paróquia de Este (S. Mamede) [48] era denominada de "*Sancto Mametis*", no censual datado dos finais do século XI e pertencia à Terra de *Bracara* (Costa, 2000, p. 69).

Em 1220, a paróquia é mencionada como "*Sancto Mamete de Este"* e pertencente ao couto de Braga (PMH. Inq., 1888, pp. 69, 161, 203, 257). A paróquia em 1288, como "*Sancti Mometis de Este*".e pertencente ao Julgado do couto de Braga (Pizarro, 2012, p. 454).

A freguesia de S. Mamede de Este [48] era denominada "*Sam Mamede d' Este*" no século XVI (Freire e Pessanha, 1905, pp. 241-273). A paróquia denominava-se "*S. Mamede d'Este*" no século XVIII (Capela, 2003, p. 177). A freguesia contava no século XVIII com quatrocentas e vinte e cinco pessoas que habitavam os seguintes lugares:" *Maragoto... Carvalho... Batoca... Pumar Longo ...Pregal... Tomada... Paso... Tourão... São Simão... Pigos... Xisto... Bemposta... Fonte... Meitem... Venda... Quintela... Deveza... Ribeira... Vilar... Tojal* ..."

4.48.3. Cronologia

Ocupação da Alta Idade Média, Baixa Idade Média e Idade Moderna associada a um núcleo paroquial.

4.48.4. Bibliografia selecionada

PMH. Inq., 1888, pp. 69, 161, 205, 257; Freire e Pessanha, 1905, pp. 241-273; Costa, 2000, p. 69; Capela, 2003, p. 177; Pizarro, 2012, p. 454

4.49. Sítio 49 *S. Simão; Este (S. Mamede); Braga*

4.49.1. Dados arqueológicos

Junto à capela de S. Simão [49] L. Fontes (1993, p. 51) refere a identificação de sarcófagos em granito que indiciam a presença de uma necrópole.

As referências mencionadas, cruzadas com o elemento arquitetónico presente na coleção do Museu Pio XII, elemento nº 712 (Fontes e Pereira, 2009, vol. I, p. 78), leva-nos a considerar que poderá existir no local uma necrópole associada a este período.

O local encontra-se plenamente enquadrado com o casario que lhe está mais próximo, sendo relativamente bem servido de vias de comunicação, o que permite às populações que aí vivem experienciarem parte do seu quotidiano social e religioso.

4.49.2. Dados documentais

Na freguesia de Este (S. Mamede), no lugar de S. Simão [49] identifica-se a referência à paróquia de "*Sancto Simeon de Aliste*", no censual datado dos finais do século XI e pertencia à Terra de *Bracara* (Costa, 2000, p. 68).

Em S. Simão de Este [49], a designação que conhecemos para o local em 1220 é "*Sancto Simeone de Este*" (PMH. Inq., 1888, pp. 69, 162, 205, 257). Em 1288 o local está incorporado na circunscrição de "*Sancti Petri e Sancti Simeois de Este*" (Pizarro, 2012, p. 460).

Não nos foi possível recolher dados acerca da paróquia no século XVI. É referido no século XVIII que a paróquia se localizava no lugar do Tojal (Capela, 2003, p. 177). O lugar de S. Simão [49] já é referido em 1758 como sendo parte da freguesia de S. Mamede de Este [48], como já tivemos oportunidade de referenciar a propósito da análise que efetuámos em épocas anteriores, terá sido uma paroquia extinta e agregada a S. Mamede de Este.

4.49.3. Cronologia

Ocupação da Alta Idade Média, Baixa Idade Média e Idade Moderna associada a um núcleo paroquial.

Ocupação da Alta Idade Média e Baixa Idade Média associada a uma necrópole.

4.49.4. Bibliografia selecionada

PMH. Inq., 1888, pp. 69, 162, 205, 257; Fontes, 1993, pp. 31-88; Costa, 2000, p. 68; Capela, 2003, p. 177; Fontes e Pereira, 2009, vol. I, p. 78; Pizarro, 2012, p. 460

4.50. Sítio 50 *S. Pedro de Este; Este (S. Pedro); Braga*

4.50.1. Dados arqueológicos

A igreja apresenta características arquitetónicas que indiciam o seu enquadramento na Idade Moderna. L. Fontes (1993, pp. 51-52) refere que parte dos elementos da igreja de S. Pedro de Este [50], de feição moderna, são constituídos por silhares românicos, para além de elementos de tipologia anterior.

Consideramos ser possível percecionar um núcleo paroquial que está plenamente articulado com os núcleos populacionais da freguesia, constituindo o centro nevrálgico das vivências da comunidade.

4.50.2. Dados documentais

A paróquia de Este (S. Pedro) [50] era denominada de "*Sancto Petro de Aliste*", no censual datado dos finais do século XI e pertencia à Terra de *Bracara* (Costa, 2000, p. 70).

As referências extraídas da leitura documental são "*Sancto Petro de Este*" para 1220 e pertencente ao couto de Braga (PMH. Inq., 1888, pp. 69, 161, 205, 257).

A paróquia é denominada de *"Sancti Petri e Sancti Simeois de Este*" em 1288. A referência em conjunto das paróquias parece refletir já uma grande proximidade entre ambas. Nestas paróquias é referenciada a existência de pelo menos duas honras, neste período, não sendo estabelecida nenhuma referência clara acerca da origem do estatuto das propriedades (Pizarro, 2012, p. 460).

A freguesia de S. Pedro de Este [50], foi referenciada no século XVI como "*Sam Pedro de d'Este*" (Freire e Pessanha, 1905, pp. 241-273).

Em 1758, a resposta ao questionário é bastante sucinta, sendo apenas referenciado que pertencia ao termo da cidade de Braga, que tinha setenta e seis fogos e que tinha cerca de duzentas pessoas "*de comunhã*" (Capela, 2003, p. 178).

4.50.3. Cronologia

Ocupação da Alta Idade Média, Baixa Idade Média e Idade Moderna associada a um núcleo paroquial.

4.50.4. Bibliografia selecionada

PMH. Inq., 1888, pp. 69, 161, 205, 257; Freire e Pessanha, 1905, pp. 241-273; Fontes, 1993, pp. 51-52; Costa, 2000, p. 68; Capela, 2003, p. 178; Pizarro, 2012, p. 460

4.51. Sítio 51 *Ferreiros; Ferreiros; Braga*

4.51.1. Dados arqueológicos

Não recolhemos dados para este sítio, nos inventários arqueológicos que serviram de base para o nosso estudo, nem em visita ao local.

Desconhecemos ruínas de estruturas associáveis ao local, ou indícios de edificado que possam remontar aos períodos mais antigos referenciados documentalmente. Também desconhecemos indícios de materiais e achados isolados próximos.

O local encontra-se bastante descaracterizado, contudo pensamos ser possível percecionar um núcleo paroquial que está plenamente articulado com os aglomerados populacionais da freguesia, constituindo o centro nevrálgico das vivências da comunidade.

4.51.2. Dados documentais

A paróquia de Ferreiros [51] era denominada de "*Sancta Maria de Ferreiros*", no censual datado dos finais do século XI e pertencia à Terra de *Bracara* (Costa, 2000, p. 104).

Da paróquia de Ferreiros [51] só conhecemos menções documentais, destacando-se a referência a "*Sancta Maria de Ferrariis*", em 1220 (PMH. Inq., 1888, pp. 68, 161, 205, 256). Denominava-se "*Sancte Marie de Ferreiros*", em 1288 e pertencia ao Julgado do couto de Braga (Pizarro, 2012, p. 427).

No século XVI denominava-se de "*Samta Maria de Ferreiros*" (Freire e Pessanha, 1905, pp. 241-273).

Em Ferreiros [51], os dados que podem ser extraídos das Memórias Paroquiais de 1758 são bastante escassos, consta-se apenas que faria parte do termo da cidade de Braga e teria cento e catorze fogos (Capela, 2003, p. 178).

4.51.3. Cronologia

Ocupação da Alta Idade Média, Baixa Idade Média e Idade Moderna associada a um núcleo paroquial.

4.51.4. Bibliografia selecionada

PMH. Inq., 1888, pp. 68, 161, 205, 256; Freire e Pessanha, 1905, pp. 241-273; Costa, 2000, p. 104; Capela, 2003, p. 178; Pizarro, 2012, p. 427

4.52. Sítio 52 *Figueiredo; Figueiredo; Braga*

4.52.1. Dados arqueológicos

Luís Fontes (1993, p. 52) refere a existência de alguns elementos do aparelho da igreja que lhe parecem constituir troços de paredes de feição românica e modilhões decorados. Em visita que fizemos ao local, parece-nos que a igreja apresenta alguns elementos que poderão ser associáveis ao início da Idade Moderna. No Museu Pio XII, está inventariada uma empena circular, genericamente balizada entre os séculos XI-XIII, o que é condizente com as primeiras datas documentais conhecidas (Fontes e Pereira, 2009, vol. I, p. 93). Os dados documentais conhecidos até ao momento parecem confirmar a existência de um mosteiro neste local, contudo, os dados arqueológicos que se reportem especificamente à ocupação monástica, afiguram-se ainda algo incertos.

Pensamos ser possível percecionar um núcleo paroquial que está plenamente articulado com os aglomerados populacionais da freguesia, constituindo o centro nevrálgico das vivências da comunidade.

4.52.2. Dados documentais

A paróquia de Figueiredo [52] era denominada de "*Sancto Salvatore de Figueiredo*", no censual datado dos finais do século XI e pertencia à Terra de *Bracara*. O mosteiro de S. Salvador de Figueiredo [52] tem, segundo A. Costa (1997, p. 364), como referência mais antiga conhecida, o censual de finais do século XI. Para além desta, as referências ao mosteiro mais antigas que se conhecem, são do século XII (Costa, 2000, p. 78).

S. Salvador de Figueiredo [52] aparece referenciado nas Inquirições de 1220, como "*Sancto Salvatore de Figueiredo*" (PMH. Inq., 1888, pp. 16, 88, 175, 218). A referência em 1288 é "*Sancti Pelagi de Figueiredo*". Como referimos a propósito do couto de Vimieiro, aqui localizar-se-ia uma honra "*a cassa de Dom Gomez Lourenço que chamam Figueiredo*" (Pizarro, 2012, p. 490).

Não nos foi possível recolher dados acerca da paróquia no século XVI. Os dados acerca da freguesia de Figueiredo [52] em 1758 são abundantes. A paróquia, que manteve uma denominação muito semelhante na Idade Moderna à que atualmente possui, era da comarca de Guimarães e pertencia ao couto de Vimieiro. Em 1758, possuía duzentos e catorze habitantes e era constituída pelos seguintes lugares "...*Quinta... Cazal da Villa... Passo... Fervensa... Cazal de Galinhas... Pipe... Bairro... Sobrado... [Gericó]... Sam Miguel*..." (Capela, 2003, pp. 178-179).

4.52.3. Cronologia

Ocupação da Alta Idade Média, Baixa Idade Média e Idade Moderna associada a um núcleo paroquial.

Ocupação da Alta Idade Média associada a um mosteiro.

4.52.4. Bibliografia selecionada

PMH. Inq., 1888, pp. 16, 88, 175, 218; Fontes, 1993, pp. 31-88; Costa, 2000, p. 78; Capela, 2003, pp. 178-179; Fontes e Pereira, 2009, vol. I, p. 93; Pizarro, 2012, p. 480

4.53. Sítio 53 *S. Miguel; Figueiredo; Braga*

4.53.1. Dados arqueológicos

Desconhecemos ruínas de estruturas associáveis ao local, ou indícios de edificado que possam remontar aos períodos mais antigos referenciados documentalmente. Admitimos a hipótese de o templo associável à Idade Moderna, poder estar localizado no local do antigo núcleo paroquial. Desconhecemos indícios de materiais e achados isolados próximos.

O local encontra-se plenamente enquadrado com o casario que lhe está mais próximo, sendo relativamente bem servido de vias de comunicação, o que permite às populações que aí vivem experienciarem parte do seu quotidiano social e religioso.

4.53.2. Dados documentais

As referências documentais que nos foi possível recolher para o local, são provenientes essencialmente do censual de finais do século XI, constituindo uma das paróquias mencionadas.

Na freguesia de Figueiredo, no lugar de S. Miguel [53] identifica-se a referência à paróquia de "*Sancto Michael de Paredes Siccas*", no censual datado dos finais do século XI e pertencia à Terra de *Bracara* (Costa, 2000, p. 77).

4.53.3. Cronologia

Ocupação da Alta Idade Média associada a um núcleo paroquial.

4.53.4. Bibliografia selecionada

Costa, 2000, p. 77

4.54. Sítio 54 *Fradelos; Fradelos; Braga*

4.54.1. Dados arqueológicos

Não recolhemos dados para este sítio, nos inventários arqueológicos que serviram de base para o nosso estudo, nem em visita ao local. Desconhecemos ruínas de estruturas associáveis ao local, ou indícios de edificado que possam remontar aos períodos mais antigos referenciados documentalmente. Também desconhecemos indícios de materiais e achados isolados próximos.

O local encontra-se bastante descaracterizado, contudo pensamos ser possível percecionar um núcleo paroquial que está plenamente articulado com os aglomerados populacionais da freguesia, constituindo o centro nevrálgico das vivências da comunidade.

4.54.2. Dados documentais

Fradelos [54] era denominado de "*S. Salvador et S. Martino de Fradelos*", no censual datado dos finais do século XI e pertencia à Terra de *Bracara* (Costa, 2000, pp. 104-105).

A paróquia de Fradelos é referida em 1220 como "*Sancto Martino de Fradelos*" e é pertencente à Terra de Penafiel de Bastuço (PMH. Inq., 1888, pp. 15, 86, 174, 217). Em 1288 a paróquia denomina-se "*Sancti Martini de Fradelos*" e pertence à mesma circunscrição territorial que no início do século (Pizarro, 2012, p. 486).

No século XVI denominava-se "*Fradellos*" (Freire e Pessanha, 1905, pp. 241-273). No século XVIII, a freguesia de Fradelos [54], encontrava-se unida a Tadim, sendo a sua descrição em 1758 efetuada em conjunto com a referida freguesia (Capela, 2003, p. 180).

4.54.3. Cronologia

Ocupação da Alta Idade Média, Baixa Idade Média e Idade Moderna associada a um núcleo paroquial.

4.54.4. Bibliografia selecionada

PMH. Inq., 1888, pp. 15, 86, 174, 217; Freire e Pessanha, 1905, pp. 241-273; Costa, 2000, pp. 104-105; Capela, 2003, p. 180; Pizarro, 2012, p. 486

4.55. Sítio 55 *Fraião/Valbom; Fraião; Braga*

4.55.1. Dados arqueológicos

Não recolhemos dados para este sítio, nos inventários arqueológicos que serviram de base para o nosso estudo, nem em visita ao local. Desconhecemos ruínas de estruturas associáveis ao local, ou indícios de edificado que possam remontar aos períodos mais antigos referenciados documentalmente. Admitimos a hipótese de poder haver um templo associável à Idade Moderna, na origem do núcleo paroquial. Também desconhecemos indícios de materiais e achados isolados próximos.

Pensamos ser possível percecionar um núcleo paroquial que está plenamente articulado com os aglomerados populacionais da freguesia, constituindo o centro nevrálgico das vivências da comunidade.

4.55.2. Dados documentais

A paróquia de Fraião [55] era denominada de "*St. Jacobi de Lamazales*", no censual datado dos finais do século XI e pertencia à Terra de *Bracara* (Costa, 2000, p. 72).

Fraião [55] é mencionada como "*Sancti Jacobo de Lamazaes*" em 1220 e pertencente ao couto de Braga (PMH. Inq., 1888, pp. 69, 162, 206, 258). A paróquia é referida como "*Sancti Jacobi de Lamacaes*" em 1288 e pertencente ao Julgado do couto de Braga (Pizarro, 2012, p. 451).

A freguesia de Fraião [55], denominava-se "*Samtiagu de Fraiam*" no século XVI (Freire e Pessanha, 1905, pp. 241-273). Terá sido apenas neste momento que o topónimo Fraião se consolidou, alterando-se a referência que era feita a "*Lamazales ou Lamacaes*", em períodos mais recuados. É referido ainda que no século XVIII a freguesia tinha cento e trinta e quatro pessoas, distribuídas pelos lugares de *"...Bretas...Oiteiral... Gandarella... Calvello de Baixo... Calvello de Sima... Lata... Assento... Boucinha... Gaião... Venda... Valbom d'Além... Gandra de Baixo... Gandra de Sima*..." (Capela, 2003, p. 180).

4.55.3. Cronologia

Ocupação da Alta Idade Média, Baixa Idade Média e Idade Moderna associada a um núcleo paroquial.

4.55.4. Bibliografia selecionada

PMH. Inq., 1888, pp. 69, 162, 206, 258; Freire e Pessanha, 1905, pp. 241-273; Costa, 2000, p. 72; Capela, 2003, p. 180; Pizarro, 2012, p. 451

4.56. Sítio 56 *Passal; Frossos; Braga*

4.56.1. Dados arqueológicos

Não recolhemos dados para este sítio, nos inventários arqueológicos que serviram de base para o nosso estudo, nem em visita ao local.

Apesar das alterações, a igreja paroquial apresenta diversos elementos associáveis à Idade Moderna. Desconhecemos indícios de materiais e achados isolados próximos.

O local encontra-se bastante descaracterizado, contudo pensamos ser possível percecionar um núcleo paroquial que está plenamente articulado com os aglomerados populacionais da freguesia, constituindo o centro nevrálgico das vivências da comunidade.

4.56.2. Dados documentais

A paróquia de Frossos [56] era denominada de "*Sancto Micahel de Forozos*", no censual datado dos finais do século XI e pertencia à Terra de *Bracara* (Costa, 2000, p. 102).

Frossos [56] é mencionada como "*Sancto Michaele de Forozos*" em 1220 e pertencente ao couto de Braga (PMH. Inq., 1888, pp. 69, 162, 205, 258). A paróquia é mencionada como "*Sancti Michaelis de Forocos*" em 1288 e pertencente ao couto de Braga (Pizarro, 2012, p. 428).

No século XVI, a paróquia denominava-se "*Sam Myguel de Foroços*" (Freire e Pessanha, 1905, pp. 241-273). Os dados que temos disponíveis para a freguesia de "*S Miguel de Frozos*" [56], no século XVIII, permitem constatar que possuía duzentas e vinte e seis pessoas e era constituída pelos seguintes lugares "*...Feital... Quintã... Seara... Formigueira... Outeiro... Cruzeiro Quebrado... Formiga... Penedo... Lameira... Goja... Quinta... Rua... Carreiro...*". A descrição do território refere que, não havendo grandes cursos de água no território da freguesia, o rio Torto, apesar de, como é referido explicitamente, apenas se tratar de um pequeno regato, é o principal recuso aquífero de freguesia. É evidenciada ainda a apetência agrícola e alguns recursos piscatórios que também parecem ter existido (Capela, 2003, p. 180).

4.56.3. Cronologia

Ocupação da Alta Idade Média, Baixa Idade Média e Idade Moderna associada a um núcleo paroquial.

4.56.4. Bibliografia selecionada

PMH. Inq., 1888, pp. 69, 162, 205, 258; Freire e Pessanha, 1905, pp. 241-273; Costa, 2000, p. 102; Capela, 2003, p. 180; Pizarro, 2012, p. 42

4.57. Sítio 57 *Cones; Gondizalves; Braga*

4.57.1. Dados arqueológicos

Os dados arqueológicos que temos disponíveis para o local são essencialmente provenientes do Inventário Arqueológico de Braga (Fontes, 1993, pp. 31-88) e dos inventários dos doutoramentos de Martins (1990) e Carvalho (2008). Em visita ao local, não nos foi possível a identificação de ruínas que nos possam indiciar o seu enquadramento tipológico. Contudo, face aos achados e aos estudos que lhes dedicaram os três autores que elaboraram os inventários arqueológicos referenciados levam-nos, com algumas reservas, assumir a existência de um *habitat* indeterminado ocupado entre a Antiguidade Tardia e a Idade Média.

Luís Fontes (1993, p. 76), Manuela Martins (1990, p. 90) e Helena Carvalho (2008, II p. 34) referem o achado de diversos elementos de material de construção e cerâmica romana. O primeiro autor também refere a identificação de cerâmica medieval. É igualmente feita referência a marcos delimitadores nas proximidades, sendo aludido que o local poderá corresponder à "*villa de Columnas*", mencionada como limite de termos medievais (Costa, 1965, pp. 38-40).

O local encontra-se implantado numa elevação, o que lhe proporciona uma localização proeminente relativamente ao território mais próximo. Em visita ao local podemos, contudo, percecionar que essa situação visual privilegiada terá uma área de influência relativamente aos terrenos mais próximos, devendo ser algo limitada.

4.57.2. Dados documentais

As referências documentais que nos foi possível recolher para o local, são provenientes essencialmente das Memórias Paroquiais de 1758, na descrição da paróquia em que está inserido.

Na descrição das Memórias Paroqiais de 1758 é referido que os lugares rurais que são enumerados nesta zona, são "*Abram de Sima e Abram de Baixo, Monte de Penas, Areal, Souto Cham, Cones, Naia, Assento, Laranjeira, Penedo, Pereiras, Ortas, Talhos, Quingosta dos Cornos*" (Capela, 2003, p. 186).

Pese embora a referência seja efetuada de forma genérica à região de Cones e não ao arqueossítio em específico, pareceu-nos importante mencionar a associação genérica ao local.

4.57.3. Cronologia

Ocupação da Antiguidade Tardia, Alta Idade Média e Baixa Idade Média associada a um *habitat*.

4.57.4. Bibliografia selecionada

Costa, 1965, pp. 38-40; Martins, 1990, p. 90; Fontes, 1993, p. 76; Capela, 2003, p. 186; Carvalho, 2008, II, p. 34

4.58. Sítio 58 *Assento; Gondizalves; Braga*

4.58.1. Dados arqueológicos

Não recolhemos dados para este sítio, nos inventários arqueológicos que serviram de base para o nosso estudo, nem em visita ao local. Desconhecemos ruínas de estruturas associáveis ao local, ou indícios de edificado que possam remontar aos períodos mais antigos referenciados documentalmente. Também desconhecemos indícios de materiais e achados isolados próximos.

O local encontra-se bastante descaracterizado, contudo pensamos ser possível percecionar um núcleo paroquial que está plenamente articulado com os aglomerados populacionais da freguesia, constituindo o centro nevrálgico das vivências da comunidade.

4.58.2. Dados documentais

A paróquia de Gondizalves [58] era denominada de "*Sancto Andrea de Gundisalvi*", no censual datado dos finais do século XI e pertencia à Terra de *Bracara* (Costa, 2000, p. 103).

Gondizalves é mencionada como "*Santo Andre de Gundizalvi*" em 1220 e pertencente ao couto de Braga (PMH. Inq., 1888, pp. 69, 161, 205, 257). Conhece-se a referência a "*Sancto Andree de Gundizalvii*" em 1288, sendo pertencente ao Julgado do couto de Braga (Pizarro, 2012, p. 458).

A paróquia de Gondizalves [58] é referida como "*Gundizalve*" no século XVI (Freire e Pessanha, 1905, pp. 241-273). É mencionada em 1758, como sendo pertencente ao termo e comarca da cidade de Braga. A freguesia era constituída por dezassete lugares ("*Carvalho... Lugarinho... Rio...Cide, Cabrita, Quintam, Feijó... Ponte, Tomada, Quinteiro, Fontainhas, Esperança, Lugar, Assento, Rezidencia*"). Os principais acidentes orográficos referenciados são o monte de S. Gregório [26] e o Monte das Caldas [103], sendo o curso de água mencionado, o ribeiro da Naia, que corresponderá ao início do ribeiro referenciado como sendo rio Torto na freguesia de Frossos [56] (Capela, 2003, pp. 181-182).

4.58.3. Cronologia

Ocupação da Alta Idade Média, Baixa Idade Média e Idade Moderna associada a um núcleo paroquial.

4.58.4. Bibliografia selecionada

PMH. Inq., 1888, pp. 69, 161, 205, 257; Freire e Pessanha, 1905, pp. 241-273; Costa, 2000, p. 103; Capela, 2003, pp. 181-182; Pizarro, 2012, p. 458

4.59. Sítio 59 *Igreja velha; Gualtar; Braga*

4.59.1. Dados arqueológicos

Os dados arqueológicos que temos disponíveis para o local são essencialmente provenientes do Inventário Arqueológico de Braga (Fontes, 1993, pp. 31-88) e dos inventários dos doutoramentos de Martins (1990) e Carvalho (2008). Também destacamos algumas referências que Costa (1997, p. 115) faz relativamente ao edificado e alguns pormenores acerca da sua antiguidade. Adicionalmente, ressalvamos o facto de este ser um dos locais que mais visitas tiveram da nossa parte, no núcleo paroquial e nos terrenos envolventes.

A igreja de S. Miguel de Gualtar [59], apresenta-se, ainda hoje, como sendo um dos templos da região bracarense mais bem conservados, ostentando um pórtico românico na lateral norte em bastante bom estado. O aparelho da nave, na zona norte, apresenta-se igualmente bastante bem conservado e fábrica medieval. Apresenta a sua fachada e parte da capela-mor, com características que indiciam afinidades estilísticas barrocas. Até ao século XX, altura em que se efetuaram trabalhos de recuperação, promovidos pelo padre Domingos Brandão, que colocaram a descoberto diversos elementos românicos que a igreja ainda conservava, a aparência moderna da igreja era bastante mais evidente.

A localização da *villa*, eventualmente ocupada na Antiguidade Tardia, poderá ser na envolvente dos terrenos da igreja velha de Gualtar [29], até à área próxima da atual igreja, onde se localizam diversos elementos de *tegulae* e *lateres* (Carvalho, 2008, p. 271; Carvalho, 2019, pp. 43-44). A habitação a sudoeste da igreja velha, na encosta entre as igrejas acima referidas, está localizada numa zona conhecida como Pia. O sugestivo topónimo ainda nos dias de hoje é alcunha da família que habitou nessa zona, segundo testemunhos de descendentes da referida família. O topónimo em questão pode remeter para a existência de algum elemento reaproveitado com essa funcionalidade. Numa área muito próxima localiza-se uma área conhecida como poça, que remete para a abundância de água nesta região.

O mosteiro de S. Miguel de Gualtar [59], parece ter sido fundado no local próximo onde se localizava a *villa* referenciada acima, não está ainda totalmente esclarecida a relação exata entre ambos, parecendo efetivamente haver uma relação de grande proximidade espacial.

4.59.2. Dados documentais

A paróquia de Gualtar [59] era denominada de "*Sancto Michaelis de Gualtar*", no censual datado dos finais do século XI e pertencia à Terra de *Bracara* (Costa, 2000, pp. 69-70).

Nas Inquirições de 1220, a paróquia é referenciada como "*Sancto Michaele de Galtar*", pertencente ao couto de Braga (PMH. Inq., 1888, pp. 68, 161, 204, 256). Em 1288 é referido como "*Sancti Michaelis de Galtar*". A leitura das referidas Inquirições permitiu a constatação que o lugar da Pia, contíguo à igreja

velha, já mencionado anteriormente, constituía uma propriedade honrada, tendo sido comprado por "*Sarrazinho Meendez e fez hi pousa e fez ende honrra des tenpo de Rey dom Affonso padre deste Rey*" (Pizarro, 2012, p. 450).

A freguesia de S. Miguel de Gualtar [59], era denominada "*Goualtar*", no século XVI (Freire e Pessanha, 1905, pp. 241-273).

A paróquia é denominada em 1758 de "*Sam Miguel de Goaltar*" (Capela, 2003, p. 182). Segundo os dados extraídos da resposta ao inquérito das Memórias Paroquiais, pertencia ao termo da cidade de Braga e possuía trezentos e trinta e cinco habitantes. Os principais lugares que são referenciados na freguesia são: "...*Igreja... Monte... Breias... Mourisca... Lage... Nogueira... Novainho... Barros... Olivelas... Deveza... Boussa... Barreiro... Carvalho... Pias... Crespo... Estrada da banda de Cima... Arcela...*" (Capela, 2003, p. 182). Parece ainda ser evidente a apetência agrícola de, pelo menos parte do território, na medida em que são enumerados diversos produtos que seriam provenientes de Gualtar. A corroborar este facto, está a referência de que a população seria variável na medida em que parte dos habitantes seriam caseiros, parece ser condizente com os pressupostos acima enunciados.

4.59.3. Cronologia

Ocupação da Alta Idade Média, Baixa Idade Média e Idade Moderna associada a um núcleo paroquial.

Ocupação da Alta Idade Média associada a um mosteiro.

4.59.4. Bibliografia selecionada

PMH. Inq., 1888, pp. 68, 161, 204, 256; Freire e Pessanha, 1905, pp. 241-273; Martins, 1990, p. 84; Fontes, 1993, pp. 55-56; Costa, 1997; Costa, 2000, pp. 69-70; Capela, 2003, p. 182; Carvalho, 2008, II, p. 30; Pizarro, 2012, p. 450; Carvalho, 2019, pp. 43-44

4.60. Sítio 60 *Igreja velha; Guisande; Braga*

4.60.1. Dados arqueológicos

Em Guisande [60], para além dos vestígios de enterramentos que Luís Fontes (1993, p. 56) associa à Idade Média, apenas conhecemos diversas referências documentais medievais. O topónimo igreja velha também indicia estarmos na presença do núcleo paroquial antigo. Os materiais que se conhecem para o local são associados à necrópole relacionada com o antigo núcleo paroquial.

O núcleo paroquial antigo, não se apresenta enquadrado com o casario contemporâneo. Contudo, pensamos ser possível percecionar uma relação de um núcleo paroquial articulado com os núcleos populacionais da freguesia.

4.60.2. Dados documentais

A paróquia de Guisande [60] era denominada de "*Sancto Michael de Guisandi*", no censual datado dos finais do século XI e pertencia à Terra de *Bracara* (Costa, 2000, p. 78).

Em Guisande [60], em 1220 a freguesia é referenciada como "*Sancto Michaele de Guisandi*" (PMH. Inq., 1888, pp. 16, 87, 175, 218). A freguesia está referenciada em 1288 como "*Sancti Michaelis de Guisandi*", estando associada à Terra de Penafiel de Bastuço (Pizarro, 2012, p. 479).

No século XVI era denominada "*Guysande*" e pertencia ao termo de Penafiel de Bastuço (Freire e Pessanha, 1905, pp. 241-273). A freguesia de Guisande [60], localizava-se em 1758, no termo de Barcelos (Capela, 2003, p. 183). A leitura das Memórias Paroquiais, permite ainda constatar que possuiria em 1758, cento e trinta e sete pessoas e era constituída pelos lugares de "*Villa Pouca, Ribeiro, Souto, Igreja, Barrimão e Lage*". É ainda referido que se trataria de uma terra com parcos recursos que possuiria uma escassa produção de "*milham e centeio*", o que é condizente com a sua população também escassa, sendo ainda referido que os seus fregueses são "*casi todos pobres".* É ainda referido que a paróquia é apresentação do reitor de Lomar (Capela, 2003, p. 183).

4.60.3. Cronologia

Ocupação da Alta Idade Média, Baixa Idade Média e Idade Moderna associada a um núcleo paroquial.

Ocupação da Baixa Idade Média associada a uma necrópole.

4.60.4. Bibliografia selecionada

PMH. Inq., 1888, pp. 16, 87, 175, 218; Freire e Pessanha, 1905, pp. 241-273; Fontes, 1993, p. 56; Costa, 2000, p. 88; Capela, 2003, p. 183; Pizarro, 2012, p. 479

4.61. Sítio 61 *Igreja velha; Lamaçães; Braga*

4.61.1. Dados arqueológicos

Não recolhemos dados para este sítio, nos inventários arqueológicos que serviram de base para o nosso estudo, nem em visita ao local. Desconhecemos ruínas de estruturas associáveis ao local, ou indícios de edificado que possam remontar aos períodos mais antigos referenciados documentalmente. Também desconhecemos indícios de materiais e achados isolados próximos.

Consideramos ser possível percecionar um núcleo paroquial que terá existido, articulado com os núcleos populacionais da freguesia, constituindo o centro nevrálgico das vivências da comunidade.

4.61.2. Dados documentais

A paróquia de Lamaçães [61] era denominada de "*Sancta Maria de Lamazales*", no censual datado dos finais do século XI e pertencia à Terra de *Bracara* (Costa, 2000, p. 72).

Lamaçães [61] denominar-se ia "*Sancta Maria de Lamazales*" e pertencia ao couto de Braga (PMH. Inq., 1888, pp. 68, 161, 204, 256). A paróquia é denominada "*Lamaçaes*" em 1288 pertencendo à mesma circunscrição territorial que nas Inquirições de 1220 (Pizarro, 2012, p. 452).

Não nos foi possível obter dados do século XVI, da paróquia de Lamaçães [61]. No século XVIII, foi possível constatar que se denominava "*Nossa Senhora da Purificação de Lamaçais*" e que pertencia ao termo de Braga (Capela, 2003, p. 183). Também foi possível constatar que a freguesia tinha duzentas e duas "*pessoas de Sacramento*", oito "*menores*", onze "*viuvas e viúvos* " cinco "*solteiros*" e era composta pelos lugares de *"... Torre... Zenha... Cenrra... Outeiral... Bom Real... Vias Covas... Oiteiro*". Para além destes dados, o pároco ressalva o facto de o monte Sameiro, ser a principal referência orográfica da freguesia (Capela, 2003, p. 183).

4.61.3. Cronologia

Ocupação da Alta Idade Média, Baixa Idade Média e Idade Moderna associada a um núcleo paroquial.

4.61.4. Bibliografia selecionada

PMH. Inq., 1888, pp. 68, 161, 204, 256; Costa, 2000, p. 72; Capela, 2003, p. 183; Pizarro, 2012, p. 452

4.62. Sítio 62 *Lamas/Cruzeiro; Lamas; Braga*

4.62.1. Dados arqueológicos

Não recolhemos dados para este sítio, nos inventários arqueológicos que serviram de base para o nosso estudo, nem em visita ao local. Desconhecemos ruínas de estruturas associáveis ao local, ou indícios de edificado que possam remontar aos períodos mais antigos referenciados documentalmente. Também desconhecemos indícios de materiais e achados isolados próximos.

Consideramos ser possível percecionar um núcleo paroquial que está plenamente articulado com os núcleos populacionais da freguesia, constituindo o centro nevrálgico das vivências da comunidade.

4.62.2. Dados documentais

A paróquia de Lamas [62] era denominada de "*Sancta Maria de Trandeiras*", no censual datado dos finais do século XI e pertencia à Terra de *Bracara* (Costa, 2000, p. 77).

Lamas [62], denominar-se-ia de "*Sancta Maria de Trandeiras*" em 1220 e pertencia ao Couto de Braga (PMH. Inq., 1888, pp. 68, 161, 204, 256). Na Inquirição de 1288, é denominada "*Sancte Marie de Lamas*" e é mencionada conjuntamente com a paróquia de "*Sancte Salvatoris de Trandeiras*" [114] (Pizarro, 2012, p. 432).

Não nos foi possível recolher dados acerca da paróquia no século XVI. A igreja de Santa Maria de Lamas [62], é descrita nas Memórias Paroquiais de 1758, sendo igualmente feita uma descrição sumária das características gerais da freguesia. É referido que que a freguesia tinha cento e quarenta e duas pessoas e que "*Está situada em o meio de huma campina plaina, chamada veiga do Penço.*". Também é referido que é constituida apenas por três lugares "*Almoinha, Lamas e Cambrainha*" (Capela, 2003, p. 184). A sua localização numa zona plana é condizente com o aproveitamento da terra para exploração agrícola, sendo referido que se produzem diversos alimentos, sendo os mais abundantes o *"milhão... senteio... feijão de várias cores ... vinho*" sendo ainda referido que, em menor quantidade, também se produz trigo, azeite e couve galega (Capela, 2003, p. 184).

4.62.3. Cronologia

Ocupação da Alta Idade Média, Baixa Idade Média e Idade Moderna associada a um núcleo paroquial.

4.62.4. Bibliografia selecionada

PMH. Inq., 1888, pp. 68, 161, 204, 256; Costa, 2000, p. 77; Capela, 2003, p. 184; Pizarro, 2012, p. 432

4.63. Sítio 63 *Assento/Igreja velha; Lomar; Braga*

4.63.1. Dados arqueológicos

Segundo a hipótese avançada por Helena Carvalho (2019, p. 44), na área próxima à igreja velha de Lomar [63], localizar-se-ia uma *villa*, contudo os dados disponíveis até ao momento diretamente associáveis, não nos parecem totalmente conclusivos, pese embora algumas das características das inscrições funerárias que lhe são associadas, poderem indiciar um assentamento dessa natureza.

Para além das referências documentais que descrevemos na análise do mosteiro, a igreja apresenta ainda diversos elementos que remontam e que se podem associar ao edificado medievo. Uma análise superficial ao aparelho da igreja, permite constatar que uma parte considerável da sua fábrica parece ser enquadrável neste período, tendo conhecido, contudo, diversas alterações, sendo detetável a abertura de diversos vãos retangulares que serão de época posterior. Na cabeceira da capela-mor é possível identificar, claramente, duas fases construtivas. A mais antiga está associada aos diversos cachorros que são visíveis na lateral e que poderão ser deste período ou inícios da Idade Moderna. A arcaria que também é visível da nave poderá remontar à Idade Média.

A extinção do espaço monástico de Lomar e passagem a igreja paroquial, parece ter acontecido no século XV, estando o edifício bastante arruinado. Por este facto, mesmo o abade e capelão renunciaram às suas funções (Marques, 1988, p. 660).

Luís Fontes (1993, p. 57) refere a procedência de um marco miliário e duas inscrições, não sendo precisado o local exato do achado. Deste modo, não nos é possível a confirmação da associação a este local. É mencionada ainda a identificação de tijolo e tégula na envolvente da antiga igreja paroquial. Helena Carvalho (2008, II, p. 30), para além da confirmação destes dados, efetuou uma descrição mais detalhada das epigrafes, associando algumas a locais distintos deste. Esta evidência, dado que poderão ter sido identificadas em contextos de reaproveitamento, não confirmam nem impossibilitam a localização do núcleo habitacional da possível *villa* neste local.

É possível percecionar pela descrição de 1288 os limites do termo do mosteiro de Lomar que seriam aproximados aos limites da atual freguesia, com algumas alterações de pormenor.

A análise destes dados permite-nos constatar que a descrição foi efetuada no sentido dos ponteiros do relógio, iniciando a nordeste, seguindo para sudeste, infletindo para oeste e subindo para nordeste.

Os principais limites identificados foram o caminho romano a leste, e o rio. Para além destes, foram utilizados como delimitadores, elementos que seriam de fácil identificação, tais como árvores de grande porte e construções com características particulares como moinhos. Em termos gerais, os limites não

seriam muito distintos dos da atual freguesia de Lomar. Não nos é possível, com os dados que dispomos atualmente, saber se seria o domínio original do conjunto monástico.

4.63.2. Dados documentais

O mosteiro de S. Pedro de Lomar [63] é frequentemente referido na documentação medieval (Costa, 1997, p. 365; 2000, pp. 73-74; Marques, 1988, p. 660). A referência mais antiga que se conhece, relativa à paróquia é de 1023, sendo mencionado "*per succo de S. Petro*". O documento mais antigo que menciona explicitamente o mosteiro de Lomar é a confirmação de 1088, tratando-se de uma confirmação de uma doação em que também está presente o abade de Adaúfe. O abade de Lomar nesse momento seria "*Ariamus abba de acisterio Lodomari*" (Costa, 2000, p. 415). O orago do mosteiro terá sido S. Pedro, pelo menos desde o século XI, sendo mencionado, desde 1023. Esta referência, é uma das quatro que conhecemos, anteriores ao século XII (Costa, 2000, pp. 73-74). A paróquia de Lomar [63] era denominada de "*Sancto Petro de Lodomar*", no censual datado dos finais do século XI e pertencia à Terra de *Bracara* (Costa, 2000, pp. 73-74).

As referências das Inquirições de 1220 (PMH. Inq., 1888) possibilitam a inventariação do seu património fundiário. A análise dos dados recolhidos permite-nos considerar que o mosteiro, em inícios do século XII, possuía direitos sobre propriedades que se localizavam primordialmente na sua envolvente mais próxima, sendo as referências relativas a apenas três áreas administrativas e, mesmo nestas áreas, raros são os casos em que se localizam em paróquias mais afastadas. Trata-se de uma área que compreende a região sudoeste da cidade de Braga, a leste de Barcelos e a noroeste de Guimarães.

Nas Inquirições de 1288 (Pizarro, 2012, pp. 422-423), é referido que na freguesia de Lomar existiria uma honra do mosteiro de Lomar, sendo descritos de forma sucinta os limites do domínio monástico. Efetivamente a descrição refere alguns lugares que ainda hoje são percetíveis no território e que estão descritos no aparato da envolvente próxima e da organização territorial do mosteiro de Lomar [63].

No século XVI, a paróquia era denominada "*Sam Pedro de Lomar*" e pertencia ao termo da cidade de Braga (Freire e Pessanha, 1905, pp. 241-273).

A atual freguesia de Lomar [63], é referenciada no século XVIII como sendo dividida em duas paróquias que estão unidas: A abadia de S. Pedro de Lomar e a reitoria de S. Pedro, ("*que se encontra unida à abadia*"). Ambas estão localizadas na margem do rio Este, sendo o principal elemento hidrográfico da região, em conjunto com a ribeira do Penso. A abadia de S. Pedro, é constituída por cento e trinta pessoas e é composta pelos lugares de "... *Casal Novo, Moinho d' Além, Costa, Costoias, Bemposta, Soutto Nozzal, Cappella, Outeiro, Ventoso*" É ainda referido que usa como igreja paroquial, a igreja da reitoria de S. Pedro de Lomar (Capela, 2003, p. 184). A reitoria de S. Pedro de Lomar, sendo

constituída por oitenta e seis pessoas tem como lugares "*Ponte Pedrinha, Monte da Forca, Muro, Estrada, Assento e Feijoal*" (Capela, 2003, p. 185). É ainda feita menção ao facto de a igreja da reitoria ter sido parte do convento beneditino de Lomar (Capela, 2003, p. 185), o que corrobora a localização estabelecida para o local, como sendo a antiga igreja de Lomar, no lugar do Assento. É referido em ambas as paróquias, a produção de várias culturas, com destaque para os cereais, feijão e algum vinho verde, nas zonas mais baixas e a presença de sobreiros, carvalhos e tojo nas áreas mais altas da freguesia. É ainda referida a presença de vários moinhos de água nas duas freguesias, sendo apenas referido genericamente que, na abadia de Lomar, se localizam "*cuatro moinhos com diversas moagens*" e que, na reitoria de Lomar, a área de moagem seria na zona de ponte Pedrinha, sendo igualmente feita referência a esse importante ponto de passagem que já temos referido ao longo do texto (Capela, 2003, p. 186).

4.63.3. Cronologia

Ocupação da Antiguidade Tardia associada a uma *villa*.

Ocupação da Alta Idade Média e Baixa Idade Média associada a um mosteiro.

Ocupação da Idade Moderna associada a um núcleo paroquial.

4.63.4. Bibliografia selecionada

PMH. Inq., 1888; Freire e Pessanha, 1905, pp. 241-273; Marques, 1988; Fontes, 1993, p. 57; Costa, 2000, pp. 73-74; Capela, 2003, p. 186; Carvalho, 2008, II, p. 30; Pizarro, 2012, pp. 422-423; Carvalho, 2019, p. 44

4.64. Sítio 64 *Devesa; Merelim (S. Paio); Braga*

4.64.1. Dados arqueológicos

Não recolhemos dados para este sítio, nos inventários arqueológicos que serviram de base para o nosso estudo, nem em visita ao local. Desconhecemos ruínas de estruturas associáveis ao local, ou indícios de edificado que possam remontar aos períodos mais antigos referenciados documentalmente. Admitimos a hipótese de poder haver um templo associável à Idade Moderna, na origem do núcleo paroquial. Também desconhecemos indícios de materiais e achados isolados próximos.

O local encontra-se bastante descaracterizado, contudo, pensamos ser possível percecionar um núcleo paroquial que está plenamente articulado com os aglomerados populacionais da freguesia, constituindo o centro nevrálgico das vivências da comunidade.

4.64.2. Dados documentais

A paróquia de Merelim (S. Paio) [64] era denominada de "*Sancto Pelagio de Merlin*", no censual datado dos finais do século XI e pertencia à Terra de *Bracara* (Costa, 2000, p. 95).

A paróquia de S. Paio de Merelim [64], apenas aparece mencionada nas Inquirições de 1220 ("*Sancto Pelagio de Merlin*") (PMH. Inq.,1888, pp.70, 163, 206, 259). Existem, contudo, diversas referências durante toda a Idade Média que atestam a ocupação do local (Costa, 2000, p. 95).

No século XVI, a freguesia era denominada de "*Sampayo de Mellim*" e já estava referenciada como fazendo parte do couto de Tibães (Freire e Pessanha, 1905, pp. 241-273).

Em S. Paio de Merelim [64], não foi possível extrair muita informação das Memórias Paroquiais de 1758, sendo apenas referido que fazia parte do couto de Tibães e à época contava com quinhentas e noventa pessoas (Capela, 2003, p. 187).

4.64.3. Cronologia

Ocupação da Alta Idade Média, Baixa Idade Média e Idade Moderna associada a um núcleo paroquial.

4.64.4. Bibliografia selecionada

PMH. Inq., 1888, pp.70, 163, 206, 259; Freire e Pessanha, 1905, pp. 241-273; Costa, 2000, p. 95; Capela, 2003, pp. 161-211

4.65. Sítio 65 *Ponte de Prado; Merelim (S. Paio); Braga*

4.65.1. Dados arqueológicos

Os dados arqueológicos mais detalhados para o local que conhecemos são provenientes dos trabalhos de conservação que se realizaram recentemente (Sendas, 2020, pp. 44-67) e do Inventário Arqueológico de Braga (Fontes, 1993, pp. 31-88).

A ponte apresenta características modernas (Fontes, 1993, p. 58). As referências documentais e, pese embora seja relativamente seguro que a travessia se faria próximo a este local, ligeiramente mais a este, não são conhecidos vestígios suficientes para assegurar a existência de uma ponte em época anterior, podendo a passagem ser feita a vau como defendem alguns autores (Sendas 2020, p. 46). Desconhecemos indícios de materiais e achados isolados que possam ser associáveis ao local.

A ponte de Prado [64] encontra-se diretamente relacionada com o percurso da via que vem de Braga em direção a norte. O núcleo populacional que mais diretamente se lhe relaciona é a vila de Prado que se desenvolve na sua envolvente norte.

4.65.2. Dados documentais

As referências documentais que nos foi possível recolher para o local, são provenientes essencialmente das Memórias Paroquiais de 1758, na descrição das paróquias que lhe estão próximas.

A ponte de Prado [65], aparece como a principal referência de travessia do rio Cávado (Capela, 2003, pp. 657-658).

4.65.3. Cronologia

Indícios da Idade Moderna relativos a uma ponte.

4.65.4. Bibliografia selecionada

Fontes, 1993, p. 58; Capela, 2003, pp. 657-658; Sendas, 2020, pp. 44-67

4.66. Sítio 66 *S. Pedro de Merelim; Merelim (S. Pedro); Braga*

4.66.1. Dados arqueológicos

Os dados arqueológicos que temos disponíveis para o local são essencialmente provenientes do Inventário Arqueológico de Braga (Fontes, 1993, pp. 31-88) e dos inventários dos doutoramentos de Martins (1990) e Carvalho (2008).

O sítio, apresenta indícios de ocupação bastante antiga, como já vimos anteriormente não sendo, contudo, possível com a informação que temos de momento, associar estruturas do período tardo antigo e medieval. A igreja pode ser associada à Idade Moderna. Manuela Martins (1990, p. 88), refere a existência de uma ara proveniente da igreja de Merelim S. Pedro [66], sendo desconhecido o seu paradeiro atual.

Não temos dados específicos de um *habitat*, não sendo também possível o estabelecimento de uma relação espacial com a envolvente. A única relação que podemos percecionar, é de um núcleo paroquial que está plenamente articulado com os núcleos populacionais da freguesia, constituindo o centro nevrálgico das vivências da comunidade.

4.66.2. Dados documentais

A paróquia de Merelim (S. Pedro) [66] era denominada de "*Sancto Petro de Merlin*", no censual datado dos finais do século XI e pertencia à Terra de *Bracara* (Costa, 2000, p. 96).

As referências a S. Pedro de Merelim [66], são bastante abundantes sendo o local denominado de "*Sancto Petro de Merlim*" em 1220 (PMH. Inq., 1888, pp. 69, 162, 205, 257). A paróquia é denominada de *Sancti Petri de Mellim*" em 1288 (Pizarro, 2012, p. 434).

No século XVI é denominado de "*Sam Pedro de Merellim*" e é feita referência ao facto de ser pertença do termo da cidade de Braga (Freire e Pessanha, 1905, pp. 241-273). Em S. Pedro de Merelim [66], as respostas ao inquérito também não entram em grande detalhe, sendo referido que tinha trezentas almas de comunhão e fazia parte do couto de Tibães (Capela, 2003, p. 187).

4.66.3. Cronologia

Ocupação da Alta Idade Média, Baixa Idade Média e Idade Moderna associada a um núcleo paroquial.

4.66.4. Bibliografia selecionada

PMH. Inq., 1888, pp. 69, 161, 205, 257; Freire e Pessanha, 1905, pp. 241-273; Martins, 1990, p. 88; Fontes, 1993, pp. 31-88; Costa, 2000, p. 96; Capela, 2003, p. 187; Carvalho, 2008, II, p. 31; Pizarro, 2012, p. 434

4.67. Sítio 67 *Pateira; Merelim (S. Pedro); Braga*

4.67.1. Dados arqueológicos

Os dados arqueológicos acerca desse sítio são essencialmente provenientes do trabalho de Carvalho (2008), que primeiro identificou o local. Em Andrade (2015) tivemos oportunidade de enquadrar os vestígios que se conhecem com o período tardo antigo e da Alta Idade Média.

Apesar de, face aos indícios que conhecemos, assumirmos a hipótese de o local poder corresponder a uma *villa*, não conhecemos ruínas que lhe possam ser diretamente relacionadas.

A sudoeste de Sto. Estevão Velho ou Pardelhas [82], próximo à via XIX, junto a uma zona denominada de Pateira [67], Helena Carvalho (2008, pp. 271-272; 2019, p. 44) refere a existência de fustes de colunas e uma pedra de lagar numa exploração agrícola, cujos limites parecem coincidir com o traçado da via, que levaram a autora a considerar que este local também poderia corresponder a uma *villa* romana. A autora refere igualmente que a inscrição encontrada em S. Pedro de Merelim [66] do cidadão romano da tribo Quirina poderá ser associável a este assentamento.

Na coleção do Museu Pio XII encontra-se depositado um capitel associável aos séculos V-VII, proveniente de S. Paio de Merelim (Fontes *et al.*, vol. II, p. 60). Dada a relativa proximidade desta *villa* [67] relativamente ao achado, avançamos com a hipótese de poder ser associável à mesma. A possibilidade de poder pertencer à *villa* de Santo Estevão o velho ou Pardelhas [82], pese embora nos pareça menos plausível, não nos parece uma impossibilidade.

O local encontra-se inserido numa área de diversos terrenos agrícolas, tendencialmente planos, que se apresentam bastante vocacionados para a prática agrícola. Em conjunto com os indícios mencionados nos pontos anteriores, foi um dos principais motivos para aceitarmos a classificação inicialmente proposta. Como veremos na parte III da presente tese, essa aceitação não é isenta de reservas.

4.67.2. Dados documentais

Não conseguimos recolher referências diretas acerca do local, na principal documentação utilizada no presente estudo.

4.67.3. Cronologia

Ocupação da Antiguidade Tardia associada a uma *villa*.

Possível cupação da Alta Idade Média relacionada com referências indiretas.

4.67.4. Bibliografia selecionada

Carvalho, 2008, II, p. 31; Andrade, 2015, p. 177; Carvalho, 2019, p. 44

4.68. Sítio 68 *Mire; Mire de Tibães; Braga*

4.68.1. Dados arqueológicos

Não recolhemos dados para este sítio, nos inventários arqueológicos que serviram de base para o nosso estudo, nem em visita ao local. Desconhecemos ruínas de estruturas associáveis ao local, ou indícios de edificado que possam remontar aos períodos mais antigos referenciados documentalmente. Também desconhecemos indícios de materiais e achados isolados próximos.

O local encontra-se bastante descaracterizado, contudo pensamos ser possível percecionar um antigo núcleo paroquial que estava plenamente articulado com os núcleos populacionais da freguesia primitiva, constituindo o centro nevrálgico das vivências da comunidade, mais central relativamente ao casario, do que o conjunto monástico.

4.68.2. Dados documentais

A paróquia de Mire de Tibães [68] era denominada de "*Sancta Maria de Mir*", no censual datado dos finais do século XI e pertencia à Terra de *Bracara* (Costa, 2000, p. 95).

A freguesia de Mire [68] é referenciada como "*Sancta Maria"* em 1220, sendo referenciada como pertencente ao couto de Tibães (PMH. Inq., 1888, pp. 70, 163, 206, 259). Não nos foi possível recolher dados acerca da paróquia em 1288.

No século XVI, a freguesia é denominada de "*Santa Maria de Myre*", não se tendo alterado a circunscrição territorial de que estava dependente (Freire e Pessanha, 1905, pp. 241-273). Santa Maria de Mire [68], é referenciada no século XVIII como fazendo parte do couto de Tibães, sendo sumariamente descrita, tal como as outras paróquias do couto, sendo feita referência a que dispunha de duzentos e cinquenta moradores (Capela, 2003, p. 188).

4.68.3. Cronologia

Ocupação da Alta Idade Média, Baixa Idade Média e Idade Moderna associada a um núcleo paroquial.

4.68.4. Bibliografia selecionada

PMH. Inq., 1888, pp. 70, 163, 206, 259; Freire e Pessanha, 1905, pp. 241-273; Costa, 2000, p. 95; Capela, 2003, p. 188

4.69. Sítio 69 *S. Martinho de Tibães; Mire de Tibães; Braga*

4.69.1. Dados arqueológicos

Os dados arqueológicos que dispomos deste sítio são provenientes das diversas campanhas arqueológicas, sintetizadas em Fontes (2005).

O mosteiro da Alta Idade Média

O mosteiro de S. Martinho de Tibães [69] apresenta vestígios arqueológicos do século XI identificados nas diversas campanhas de escavação que foram feitas entre 1992 e 2005. Como referiu L. Fontes (2005, p. 113), não permitiram a identificação de nenhuma estrutura que possa claramente ser associável ao edifício pré-românico, porém, alguns silhares reaproveitados no alicerce da edificação românica, induzem o autor a avançar com a possibilidade da existência de um templo de período imediatamente precedente. Alguns dos elementos reaproveitados poderiam ter tido proveniência de sítios arqueológicos romanos próximos como, por exemplo, a *villa* de Santarão [102]. A existência de uma igreja de feição pré-românica não nos parece uma impossibilidade, apesar dos dados escassos nesse sentido.

O mosteiro da Baixa Idade Média

As intervenções arqueológicas que decorreram no mosteiro de S. Martinho de Tibães [69], permitiram o conhecimento relativamente seguro da evolução do edificado. Os dados arqueológicos apresentados em Fontes (2005), evidenciam a presença de diversos elementos românicos reaproveitados em alicerces dos arcos do claustro do cemitério, ou no sistema hidráulico do claustro de refeitório (Fontes *et. al.,* 2013), pertencentes à construção baixo-medieva.

O mosteiro seria constituído por um único claustro, sendo as dimensões totais do conjunto, aproximadamente as que atualmente ocupa o referido claustro do cemitério. Fontes (2005, p. 118), refere vestígios de torreões nos limites oeste do edificado. O primeiro estaria localizado entre a igreja e o claustro e o segundo estaria localizado a sudoeste, eventualmente saliente relativamente à construção que se conhece. Foram identificadas sepulturas, na escavação do claustro do cemitério, em covacho simples, aberto no saibro estando igualmente documentada a existência de sepulturas em caixa (Fontes, 2015a e Fontes, 2015b).

O conjunto monástico medieval dispunha de um amplo domínio, tendo sido outorgada a carta de couto em 1110 (Azevedo, 1958, pp. 23-24 e 562-564; Fontes, 2005, pp. 170-171; Peixoto, 2014, pp. 84-85). A leitura comparada dos diversos documentos, permite uma aproximação ao couto que, excetuando alguns detalhes de pormenor, se apresenta relativamente consensual.

As referências remetem para uma delimitação a norte que se efetuaria no rio Cávado e que terminaria na zona de Gesmonde, próximo a Vilarinho, onde se iniciou a descrição. É possível com este documento uma aproximação bastante fidedigna ao que seriam os limites do couto desde a sua fundação, com o detalhe suficiente para se estabelecer o cruzamento com os dados de períodos posteriores.

O mosteiro da Idade Moderna

O mosteiro de Tibães [69] conheceu, no início da Idade Moderna, diversos programas construtivos de relevo, efetuados no âmbito da ascensão do conjunto monástico, a casa mãe dos beneditinos em Portugal e no Brasil (Fontes, 2005, p. 41). Os diversos trabalhos dirigidos por Luís Fontes, permitiram constatar que o primitivo núcleo medieval foi alargado, desenvolvendo-se as estruturas para sul e para oeste.

O alargamento do mosteiro teve a necessidade de recorrer a soluções arquitetónicas, que permitissem vencer os constrangimentos de ordem topográfica e inerentes ao substrato geológico do local.

O espaço monástico parece configurar uma dupla área claustral, configurando uma planimetria mais complexa do que o seu predecessor, o que não será de todo de estranhar, na medida em que a alteração de estatuto potenciaria o desenvolvimento do programa construtivo. L. Fontes (2005, pp. 128-129), evidencia a permanência de importantes elementos do conjunto medievo, ampliado e melhorado, desenvolvendo-se as novas construções como apêndice das anteriores, devendo a destruição de elementos do edifício anterior sido apenas pontuais. Apesar destas características é possível constatar que duplicou de tamanho. O aparelho construtivo moderno é constituído por blocos de alvenaria poligonal, faceados, que reaproveitaram alguns elementos românicos. É ainda possível uma aproximação à sua decoração pela identificação da grande quantidade de azulejo hispano-mourisco recolhida na campanha de 2005, no claustro do refeitório, que tivemos a oportunidade de codirigir (Fontes *et al.*, 2013).

O mosteiro dos séculos XVII-XVIII que constitui a generalidade da área construída que ainda se preserva é enquadrável nesse período, e adquire dimensões muito superiores, relativamente aos anteriores edifícios monásticos. Segundo Fontes (2005, p. 137), esta fase do mosteiro não parece ter tido um programa construtivo unitário, tendo sido efetuado por partes, contudo parece-nos notória a tentativa de harmonização dos diferentes espaços e do discurso arquitetónico. O mosteiro apresenta-se com uma planta tendencialmente quadrangular, com a sua zona mais a leste subdividida em dois claustros de dimensões muito aproximadas. A zona mais a oeste, apresenta-se inicialmente aberta num único espaço e posteriormente subdividida em dois espaços mais pequenos. A parte central também

apresenta dois pequenos pátios, de dimensões consideravelmente inferiores aos claustros e restantes áreas abertas, na zona leste e oeste do conjunto monástico.

É possível conhecer um pouco mais do conjunto monástico deste período, através das referências documentais, designadamente através da descrição e delimitação do mosteiro de Tibães (ADB/ Fundo Monástico Conventual – Tibães S. Martinho, Tombos, nº 62, fls. 10-11), transcrito por Anabela Ramos e publicado em Fontes (2005, pp. 174-176). Foi possível identificar a organização dos cultivos que veremos mais detalhadamente na parte III. O couto moderno excetuando alguns aspetos de pormenor, não será muito distinto do couto medieval.

As intervenções arqueológicas que se desenvolveram no local, permitiram a identificação de diversos materiais arqueológicos que se balizam entre finais do século XI e o século XIX. Ressalva-se a identificação de diversos elementos românicos reaproveitados no edificado, como já mencionamos (Fontes, 2005, pp. 51 e 62) ou ainda cerâmica proveniente dos níveis medievais das escavações predominantemente da Baixa Idade Média (Fontes, 2005, p. 81). Os materiais do período moderno são consideravelmente mais abundantes, sendo identificados conjuntos substanciais de azulejo hispano-mourisco do século XVI e polícromo da transição entre o século XVII e XVIII. Ao nível da cerâmica utilitária moderna, a diversidade de fragmentos é grande, quer a nível tipológico quer a nível cronológico. Destacamos os inúmeros fragmentos de faiança conventual do século XVIII, a cerâmica fina decorada com palhetas de moscovite ou ainda peças de cerâmica comum que poderá ser associável aos séculos XV e XVI (Fontes, 2005, pp. 51 e 62).

4.69.2. Dados documentais

O local encontra-se referenciado nas principais fontes documentais que foram utilizadas no presente estudo.

O mosteiro de Tibães [69] é referenciado como "*Tivianes*", no censual datado dos finais do século XI e pertencia à Terra de *Bracara* (Costa, 2000, p. 94). A análise das Inquirições de 1220 (PMH. Inq., 1888) permite constatar que o mosteiro, denominado de *Monasterium de Tiviaes* nesta altura, dispunha de um vasto património disperso pelo couto de Tibães, Terra de Penafiel de Bastuço, Terra de Prado, Julgado de Bouro, Terra de Neiva, Terra de Faria, Terra da Nóbrega, Penafiel de Soaz, Terra de Vermuim, Terra de Bracara. As Inquirições de 1288 (Pizarro, 2012, pp. 462-464), referem o couto do mosteiro de Tibães, dizendo que é "*couto per padrrões*" iniciado na "*Ponte de Mocorome*", sendo feita referência a "*Carvalhas de Clasto*", "*Pomar de Vermoo*" e "*Lapa Maria*", sendo igualmente referido que passaria "*ente a Anta de Cableyros"e "ende a Belheiroo*". O couto de Tibães é referenciado como circunscrição

territorial no século XVI, estando diversas paróquias na sua dependência (Freire e Pessanha, 1905, pp. 241-273).

O couto de Tibães é referenciado como circunscrição territorial nas Memórias Paroquiais de 1758, estando diversas paróquias na sua dependência (Capela, 2003, pp. 161-211). O couto moderno é amplamente descrito no apartado da envolvente próxima do mosteiro.

4.69.3. Cronologia

Ocupação da Alta Idade Média, da Baixa Idade Média e Idade Modena associada a um mosteiro.

4.69.4. Bibliografia selecionada

PMH. Inq., 1888; Freire e Pessanha, 1905, pp. 241-273; Costa, 2000, p. 94; Capela, 2003, pp. 161-211; Fontes, 2005; Pizarro, 2012, pp. 462-464; Fontes *et al.*, 2013; Peixoto, 2014; Fontes, 2015a; Fontes, 2015b

4.70. Sítio 70 *Morreira; Morreira; Braga*

4.70.1. Dados arqueológicos

Os dados arqueológicos que temos disponíveis para o local são essencialmente provenientes do Inventário Arqueológico de Braga (Fontes, 1993, pp. 31-88).

Desconhecemos ruínas de estruturas associáveis ao local, ou indícios de edificado que possam remontar aos períodos mais antigos referenciados documentalmente. Admitimos a hipótese de poder haver um templo associável à Idade Moderna, na origem do núcleo paroquial. Luís Fontes (1993, p. 59), menciona a recolha de tijolo e de tégula sendo referido que parte poderá ser associável ao período medieval.

Consideramos ser possível percecionar um núcleo paroquial que está plenamente articulado com os núcleos populacionais da freguesia, constituindo o centro nevrálgico das vivências da comunidade.

4.70.2. Dados documentais

A paróquia de Morreira [70] era denominada de "*Sancto Micahel de Villa Cova*", no censual datado dos finais do século XI e pertencia à Terra de *Bracara* (Costa, 2000, p. 75).

A freguesia de Morreira [70] é mencionada como "*Sancto Michaele de Villa Cova*" em 1220 e pertencente ao couto de Braga (PMH. Inq., 1888, pp. 70, 162, 206, 258). É denominada "*Sancto Michaelis de Villa Cova*" em 1288 e continua na dependência da mesma circunscrição territorial dos períodos anteriores (Pizarro, 2012, p. 419).

A freguesia de Morreira [70] não apresenta Memória Paroquial, tal como não nos foi possível identificar referência no "Numeramento" do século XVI.

4.70.3. Cronologia

Ocupação da Alta Idade Média e Baixa Idade Média associada a um núcleo paroquial.

4.70.4. Bibliografia selecionada

PMH. Inq., 1888, pp. 70, 162, 206, 258; Fontes, 1993, pp. 31-88; Costa, 2000, p. 75; Pizarro, 2012, p. 419

4.71. Sítio 71 *Assento; Navarra; Braga*

4.71.1. Dados arqueológicos

Não recolhemos dados para este sítio, nos inventários arqueológicos que serviram de base para o nosso estudo, nem em visita ao local. Desconhecemos ruínas de estruturas associáveis ao local, ou indícios de edificado que possam remontar aos períodos mais antigos referenciados documentalmente. Também desconhecemos indícios de materiais e achados isolados próximos.

Consideramos ser possível percecionar um núcleo paroquial que está plenamente articulado com os núcleos populacionais da freguesia, constituindo o centro nevrálgico das vivências da comunidade.

4.71.2. Dados documentais

A paróquia de Navarra [71] era denominada de "*Sancto Laurentio de Nogaria*", no censual datado dos finais do século XI e pertencia à Terra de *Bracara* (Costa, 2000, p. 107).

Navarra [71] é mencionada como "*Sancto Laurentio de Navarra*" em 1220 e pertencente ao couto de Braga (PMH. Inq., 1888, pp. 69, 162, 205, 257). A paróquia é mencionada como "*Sancti Laurenti de Navarra*" em 1288 e pertencente ao couto de Braga (Pizarro, 2012, p. 446).

Não nos foi possível recolher dados acerca da paróquia no século XVI. A paróquia de Navarra [71] está referenciada em 1758, como sendo pertencente ao termo da cidade de Braga. É ainda referido que Navarra possuía sessenta e um fogos (Capela, 2003, p. 188).

4.71.3. Cronologia

Ocupação da Alta Idade Média, Baixa Idade Média e Idade Moderna associada a um núcleo paroquial.

4.71.4. Bibliografia selecionada

PMH. Inq., 1888, pp. 69, 162, 205, 257; Costa, 2000, p. 107; Capela, 2003, p. 188; Pizarro, 2012, p. 446

4.72. Sítio 72 *Nogueira; Navarra; Braga*

4.72.1. Dados arqueológicos

Não recolhemos dados para este sítio, nos inventários arqueológicos que serviram de base para o nosso estudo, nem em visita ao local. Desconhecemos ruínas de estruturas associáveis ao local, ou indícios de edificado que possam remontar aos períodos mais antigos referenciados documentalmente. Também desconhecemos indícios de materiais e achados isolados próximos.

O local encontra-se plenamente enquadrado com o casario que lhe está mais próximo, sendo relativamente bem servido de vias de comunicação, o que permite às populações que aí vivem experienciarem parte do seu quotidiano social e religioso.

4.72.2. Dados documentais

Na freguesia de Navarra, no lugar de Nogueira [72] identifica-se a referência à paróquia de "*Sancta Christina de Nogaria*", no censual datado dos finais do século XI e pertencia à Terra de *Bracara* (Costa, 2000, pp. 107-108).

Não nos foi possível recolher dados acerca da paróquia em 1220, em 1288, no século XVI e nas Memórias Paroquiais de 1758.

4.72.3. Cronologia

Ocupação da Alta Idade Média associada a um núcleo paroquial.

4.72.4. Bibliografia selecionada

Costa, 2000, pp. 107-108

4.73. Sítio 73 *Nogueira; Nogueira; Braga*

4.73.1. Dados arqueológicos

Não recolhemos dados para este sítio, nos inventários arqueológicos que serviram de base para o nosso estudo, nem em visita ao local.

Desconhecemos ruínas de estruturas associáveis ao local, ou indícios de edificado que possam remontar aos períodos mais antigos referenciados documentalmente. Admitimos a hipótese de poder haver um templo associável à Idade Moderna, na origem do núcleo paroquial. Também desconhecemos indícios de materiais e achados isolados próximos.

O local encontra-se bastante descaracterizado, contudo pensamos ser possível percecionar um núcleo paroquial que está plenamente articulado com os aglomerados populacionais da freguesia, constituindo o centro nevrálgico das vivências da comunidade.

4.73.2. Dados documentais

A paróquia de Nogueira [73] era denominada de "*Sancto Johane de Nogueira*", no censual datado dos finais do século XI e pertencia à Terra de *Bracara* (Costa, 2000, p. 73).

A igreja de Nogueira [73] é referenciada em 1220, como "*Sancto Johanne de Nogueira*" e pertencente ao couto de Braga (PMH. Inq., 1888, pp. 68. 101, 204, 256). É referenciada em 1288 como "*Sancti Johanis de Nogueira*" sendo pertencente ao couto de Braga (Pizarro, 2012, p. 424).

Não nos foi possível recolher dados acerca da paróquia no século XVI. A paróquia de Nogueira [73] está referenciada em 1758, como sendo pertencente ao termo da cidade de Braga. É ainda referido que Nogueira tinha setenta e seis fogos (Capela, 2003, p. 188).

4.73.3. Cronologia

Ocupação da Alta Idade Média, Baixa Idade Média e Idade Moderna associada a um núcleo paroquial.

4.73.4. Bibliografia selecionada

PMH. Inq., 1888, pp. 68, 161, 204, 256; Costa, 2000, p. 73; Capela, 2003, p. 188; Pizarro, 2012, p. 424

4.74. Sítio 74 *Dadim; Nogueiró; Braga*

4.74.1. Dados arqueológicos

Não recolhemos dados para este sítio, nos inventários arqueológicos que serviram de base para o nosso estudo, nem em visita ao local. Desconhecemos ruínas de estruturas associáveis ao local, ou indícios de edificado que possam remontar aos períodos mais antigos referenciados documentalmente. Também desconhecemos indícios de materiais e achados isolados próximos.

O local encontra-se plenamente enquadrado com o casario que lhe está mais próximo, sendo relativamente bem servido de vias de comunicação, o que permite às populações que aí vivem experienciarem parte do seu quotidiano social e religioso.

4.74.2. Dados documentais

Na freguesia de Nogueiró, no lugar de Dadim [74] identifica-se a referência à paróquia de "*Sancto Romano de Dadin*", no censual datado dos finais do século XI e pertencia à Terra de *Bracara* (Costa, 2000, pp. 71-72).

A paróquia de Dadim [74] só é referenciada individualmente em 1220 como "*Sancto Romano de Dadim*", sendo pertencente ao couto de Braga (PMH. Inq., 1888, pp. 68, 101, 205, 257). Não nos foi possível recolher dados acerca da paróquia em 1288.

As paróquias de Nogueiró e Dadim [74,75], são referenciadas no século XVI como "*Sam Romão de Nogueiroo e Dadim*", pertencendo a Braga (Freire e Pessanha, 1905, pp. 241-273). Estas paróquias estão referenciadas em 1758, como sendo pertencentes ao termo da cidade de Braga. É ainda referido que Nogueiró e Dadim tinham setenta e nove (Capela, 2003, p. 188). Ressalva-se o facto de as freguesias estarem unidas já na Idade Moderna, estando referenciadas em separado até ao século XIII.

4.74.3. Cronologia

Ocupação da Alta Idade Média, Baixa Idade Média e Idade Moderna associada a um núcleo paroquial.

4.74.4. Bibliografia selecionada

PMH. Inq., 1888, pp. 68, 161, 205, 257; Freire e Pessanha, 1905, pp. 241-273; Costa, 2000, pp. 71-72; Capela, 2003, p. 188

4.75. Sítio 75 *Nogueiró; Nogueiró; Braga*

4.75.1. Dados arqueológicos

Não recolhemos dados para este sítio, nos inventários arqueológicos que serviram de base para o nosso estudo, nem em visita ao local.

Desconhecemos ruínas de estruturas associáveis ao local, ou indícios de edificado que possam remontar aos períodos mais antigos referenciados documentalmente. Também desconhecemos indícios de materiais e achados isolados próximos.

O local encontra-se bastante descaracterizado, contudo pensamos ser possível percecionar um núcleo paroquial que está plenamente articulado com os aglomerados populacionais da freguesia, constituindo o centro nevrálgico das vivências da comunidade.

4.75.2. Dados documentais

A paróquia de Nogueiró [75] era denominada de "*Sancto Salvator de Negueiroa*", no censual datado dos finais do século XI e pertencia à Terra de *Bracara* (Costa, 2000, p. 71). Não nos foi possível recolher dados acerca da paróquia em 1220 e em 1288.

Nogueiró e Dadim [74,75], são referenciadas no século XVI como "*Sam Romão de Nogueiroo e Dadim*", pertencendo a Braga (Freire e Pessanha, 1905, pp. 241-273). Estas paróquias estão referenciadas em 1758, como sendo pertencentes ao termo da cidade de Braga. É ainda referido que Nogueiró e Dadim tinham setenta e nove habitantes (Capela, 2003, p. 188). Ressalva-se o facto de as freguesias estarem unidas já na Idade Moderna, estando referenciadas em separado até ao século XIII.

4.75.3. Cronologia

Ocupação da Alta Idade Média e Idade Moderna associada a um núcleo paroquial.

4.75.4. Bibliografia selecionada

Freire e Pessanha, 1905, pp. 241-273; Costa, 2000, p. 71; Capela, 2003, p. 188

4.76. Sítio 76 *Monte da Consolação; Nogueiró; Braga*

4.76.1. Dados arqueológicos

Os dados arqueológicos que temos disponíveis para o local são essencialmente provenientes do Inventário Arqueológico de Braga (Fontes, 1993, pp. 31-88) e do inventário do doutoramento de H. Carvalho (2008). As ruínas arqueológicas mais evidentes são respeitantes ao povoado fortificado da Idade do Ferro (Fontes, 1993, p. 61). Para além dos diversos taludes que refletem a existência de plataformas amuralhas, também se identifica a existência de um fosso. Na análise que efetuou do monte da Consolação [76], L. Fontes apenas avança com a cronologia medieval para o local e refere a identificação de capitéis, sendo as restantes referencias à sua ocupação castreja. Assumimos que o local, dada a sua condição de recinto amuralhado tenha as condições necessárias para a organização de defesa de populações locais. Como refere M. Barroca (2003a, p. 174), o povoado fortificado foi a solução defensiva que as populações mais vezes adotaram ao longo dos tempos.

O povoado, localizado no topo de uma elevação, tem uma excelente visibilidade para os terrenos mais próximos. Dado que a lógica de povoamento e a organização e relação com o território que lhe está mais próximo se alterou bastante, apenas foi possível uma aproximação através das análises que apoiaram a interpretação que apresentamos na parte III.

4.76.2. Dados documentais

Não conseguimos recolher referências acerca do local, na principal documentação utilizada no presente estudo.

4.76.3. Cronologia

Ocupação da Alta Idade Média associada a um povoado fortificado.

4.76.4. Bibliografia selecionada

Fontes, 1993, p. 61; Carvalho, 2008, II, p. 31

4.77. Sítio 77 *S. Pedro da Oliveira; Oliveira (S. Pedro); Braga*

4.77.1. Dados arqueológicos

Não recolhemos dados para este sítio, nos inventários arqueológicos que serviram de base para o nosso estudo, nem em visita ao local. Desconhecemos ruínas de estruturas associáveis ao local, ou indícios de edificado que possam remontar aos períodos mais antigos referenciados documentalmente. Também desconhecemos indícios de materiais e achados isolados próximos.

O local encontra-se bastante descaracterizado, contudo pensamos ser possível percecionar um núcleo paroquial que está plenamente articulado com os aglomerados populacionais da freguesia, constituindo o centro nevrálgico das vivências da comunidade.

4.77.2. Dados documentais

A paróquia de Oliveira (S. Pedro) [77] era denominada de "*Sancto Petro de Ulveira*", no censual datado dos finais do século XI e pertencia à Terra de *Bracara* (Costa, 2000, p. 79).

Da freguesia de Oliveira [77], também tivemos oportunidade de extrair a referência de 1220 ("*Sancto Petro de Ulveira*"), pertencente à Terra de Penafiel de Bastuço (PMH. Inq., 1888, pp. 15, 86, 174, 217). Não nos foi possível recolher dados acerca da paróquia em 1288.

No século XVI era denominada de "*Sam Pedro d'Oliveira*" e pertencia ao Julgado de Penafiel de Bastuço (Freire e Pessanha, 1905, pp. 241-273). A paróquia de S. Pedro de Oliveira [77], descrita de forma sucinta, em 1758, é referenciada como sendo pertencente ao termo e comarca de Barcelos, possuindo à época sessenta e cinco fogos (Capela, 2003, p. 188).

4.77.3. Cronologia

Ocupação da Alta Idade Média, Baixa Idade Média e Idade Moderna associada a um núcleo paroquial.

4.77.4. Bibliografia selecionada

PMH. Inq., 1888, pp. 15, 86, 174, 217; Freire e Pessanha, 1905, pp. 241-273; Costa, 2000, p. 79; Capela, 2003, pp. 188

4.78. Sítio 78 *Padim da Graça; Padim da Graça; Braga*

4.78.1. Dados arqueológicos

Não recolhemos dados para este sítio, nos inventários arqueológicos que serviram de base para o nosso estudo, nem em visita ao local. Desconhecemos ruínas de estruturas associáveis ao local, ou indícios de edificado que possam remontar aos períodos mais antigos referenciados documentalmente. Admitimos a hipótese de poder haver um templo associável à Idade Moderna, na origem do núcleo paroquial. Também desconhecemos indícios de materiais e achados isolados próximos.

O local encontra-se bastante descaracterizado, contudo pensamos ser possível percecionar um núcleo paroquial que está plenamente articulado com os aglomerados populacionais da freguesia, constituindo o centro nevrálgico das vivências da comunidade.

4.78.2. Dados documentais

A paróquia de Padim da Graça [78] era denominada de "*Sancto Salvator de Paadim*", no censual datado dos finais do século XI e pertencia à Terra de *Bracara* (Costa, 2000, p. 93).

A freguesia de Padim da Graça [78], nas inquirições efetuadas ao couto de Tibães, aparece apenas mencionada como "*Sancto Adriano*" em 1220 (PMH. Inq., 1888, pp. 70, 163, 206, 258) e de "*Sant' Adraão*" em 1288 (Pizarro, 2012, p. 463).

Não nos foi possível recolher dados acerca da paróquia no século XVI. A freguesia de Padim da Graça [78], está referenciada em 1758 como sendo parte do couto de Tibães. É ainda referido que Padim da Graça possuía cento e seis fogos (Capela, 2003, p. 189). Ressalvamos ainda que os dados extraídos das Memórias Paroquiais, permitiram constatar que em Padim da Graça a côngrua era de "*155 alqueires de pão e 5 pipas de vinho*", o que nos parece demonstrativo da predisposição agrícola da freguesia.

4.78.3. Cronologia

Ocupação da Alta Idade Média, Baixa Idade Média e Idade Moderna associada a um núcleo paroquial.

4.78.4. Bibliografia selecionada

PMH. Inq., 1888, pp. 70, 163, 206, 258; Costa, 2000, p. 93; Capela, 2003, p. 189; Pizarro, 2012, p. 463

4.79. Sítio 79 *Assento; Palmeira; Braga*

4.79.1. Dados arqueológicos

Os dados arqueológicos que temos disponíveis para o local são essencialmente provenientes da análise do censual de finais do século XI (Costa, 1997, p. 117), do trabalho de Arezes (2010. p. 61) e das coleções do Museu Pio XII (Fontes e Pereira, 2009, vol. I, p. 47; vol. II, p. 65; Fontes *et al.*, 2009, vol. II, p. 25). Desconhecemos ruínas de estruturas associáveis ao local, ou indícios de edificado que possam remontar aos períodos mais antigos referenciados documentalmente. Admitimos a hipótese de poder ter havido um templo associável à Idade Moderna.

Na zona da antiga igreja de Palmeira, na zona do Assento [79], para além dos diversos elementos arquitetónicos, identificou-se um anel visigótico, que poderia indiciar a eventual associação a um contexto funerário. Apesar da escassez de dados e a impossibilidade de estudos recentes (Arezes, 2010, p. 61), pensamos que poderá ser possível a existência de uma necrópole neste local. Contudo, dado o contexto de identificação e escassez de dados, que permitam assegurar a sua localização neste local, não o incluímos no conjunto de sítios enquadrados nesta tipologia, neste período. Face ao conhecimento que dispomos do local neste momento, não nos é possível avançar com dados mais pormenorizados.

O mosteiro de Santa Maria de Palmeira [79], localizava-se bastante próximo do termo de Dume, delimitado em 911. Não parece ter reaproveitado os terrenos de uma *villa* romana, que nesta zona se localizaria no outeiro de S. Sebastião (Martins, 1990, p. 84; Carvalho 2019, p. 45).

4.79.2. Dados documentais

A paróquia de Palmeira [79] era denominada de "*Sancta Maria de Palmeira*", no censual datado dos finais do século XI e pertencia à Terra de *Bracara* (Costa, 2000, p. 96).

A freguesia de Palmeira [79] é referenciada como "*Sancta Maria de Palmeira*" em 1220 e pertencente ao couto de Braga (PMH. Inq., 1888, pp. 68, 161, 205, 256). Identificou-se a referência à paróquia de Palmeira como "*Sancta Marie de Palmeira*" em 1288, sendo pertencente ao couto de Braga (Pizarro, 2012, p. 438).

A freguesia de Palmeira [79], denominada "*Santa Maria de Palmeyra*", no século XVI, fez parte do termo de Braga (Freire e Pessanha, 1905, pp. 241-273). É ainda mencionado que em 1758, possuiria cerca de seiscentas "*almas de comunhão*" (Capela, 2003, p. 188).

4.79.3. Cronologia

Ocupação da Alta Idade Média associada a um mosteiro.

Ocupação da Alta Idade Média, Baixa Idade Média e Idade Moderna associada a um núcleo paroquial.

4.79.4. Bibliografia selecionada

PMH. Inq., 1888, pp. 68, 161, 205, 256; Freire e Pessanha, 1905, pp. 241-273; Costa, 1997, p. 117; Costa, 2000, p. 96; Capela, 2003, p. 188; Fontes e Pereira, 2009, vol. I, p. 47; vol. II, p. 65; Fontes *et al.*, 2009, vol. II, p. 25; Arezes, 2010, p. 61; Pizarro, 2012, p. 438

4.80. Sítio 80 *Pitancinhos; Palmeira; Braga*

4.80.1. Dados arqueológicos

Luís Fontes (1993, p. 62) refere que na plataforma da vertente sul de Pitancinhos, se identificam plataformas e muros de suporte de terra, que poderão corresponder a um *habitat* indeterminado, que poderá ser associado à Idade Média e corresponder às referências que são feitas ao lugar de *Pitannes*.

No inventário referido no parágrafo anterior, menciona-se a identificação de cerâmica utilitária, tégula e tijolo. Nos trabalhos de prospeção que efetuamos no âmbito da dissertação de mestrado não nos foi possível identificar dados que nos permitam conhecer com maior detalhe este sítio e efetuar o devido enquadramento tipológico.

O local, situado num pequeno outeiro apresenta uma boa visibilidade para os terrenos mais próximos. Originalmente afastado dos principais núcleos populacionais da freguesia, encontra-se atualmente descaracterizado pela extração de inertes e o desenvolvimento de um polo industrial.

4.80.2. Dados documentais

O local não se encontra referenciado nas principais fontes documentais que foram utilizadas no presente estudo.

4.80.3. Cronologia

Ocupação da Alta Idade Média e Baixa Idade Média associada a um *habitat*.

4.80.4. Bibliografia selecionada

Fontes, 1993, p. 62; Andrade, 2015, p. 198

4.81. Sítio 81 *Santo Estevão/Póvoa; Palmeira; Braga*

4.81.1. Dados arqueológicos

Desconhecemos ruínas de estruturas associáveis ao local. A capela que se situa no local terá sido erigida na Idade Moderna. Luís Fontes (1993, p. 63) refere a existência de uma ara anepígrafa e de diversos fragmentos de cerâmica doméstica que poderá ser associada à Idade Média. Nas diversas visitas que efetuamos ao local, não nos foi possível identificar os vestígios cerâmicos mencionado pelo autor. A valorização do local deveu-se essencialmente à sua menção no período moderno, enquanto elemento delimitador de entidades territoriais na zona, designadamente dos limites do couto de Tibães.

O local, apesar de bastante descaracterizado, encontra-se plenamente enquadrado com o casario que lhe está mais próximo, sendo relativamente bem servido de vias de comunicação, o que permite às populações que aí vivem, experienciarem parte do seu quotidiano social e religioso.

4.81.2. Dados documentais

O local não se encontra referenciado nas principais fontes documentais que foram utilizadas no presente estudo. Contudo, como comprova o estudo de Peixoto (2014, p. 118), encontra-se referenciado em diversos documentos relacionados com Tibães, na Idade Moderna.

4.81.3. Cronologia

Ocupação da Idade Moderna associada a um *habitat*.

4.81.4. Bibliografia selecionada

Martins, 1990, pp. 84-85; Fontes, 1993, p. 63; Carvalho, 2008, II, p. 31; Peixoto, 2014, p. 118

4.82. Sítio 82 *Santo Estevão Velho/Pardelhas; Palmeira; Braga*

4.82.1. Dados arqueológicos

Em visita que efetuámos ao local, foi possível identificar alterações ao terreno, constituídas por potenciais restos de derrubes. Contudo não nos foi possível percecionar a totalidade da área abarcada pelos mesmos ou percecionar a configuração das estruturas. Identificaram-se materiais à superfície e elementos arquitetónicos que, segundo Helena Carvalho (2008, p. 272; 2019, pp. 54-55), juntamente com as características topográficas do terreno, indiciam a existência de uma *villa* romana. A referência na delimitação do termo de Dume de *Paretelias* (Andrade, 2015, p. 201) e o desconhecimento de vestígios nas proximidades que possam corresponder a um assentamento permanente associável a esta fase, leva-nos a assumir a possibilidade de se tratar deste local, não sendo possível, de momento, saber quais os contornos específicos da sua ocupação.

Avelino Jesus da Costa refere o aparecimento de uma ara anepígrafa (1997, p. 117). Não é claro se se trata de uma ara que terá efetivamente aparecido neste local ou se a referência será Sto. Estevão, lugar da Póvoa [81], relativamente próximo do local, como parecem indiciar outros inventários em que esta aparece referida (Fontes, 1993, p. 63; Martins, 1990, pp. 84-85; Fontes *et al.*, 2009, vol. I, p. 33). Refira-se, contudo a possibilidade da ara de Sto. Estevão/Póvoa [81] poder ser originária de Sto. Estevão Velho ou Pardelhas [82] e sido deslocada para a zona em questão. Pese embora as limitações com que nos debatemos para validação da classificação como *villa*, os dados acima descritos, bem como a identificação da região como área com clara expressão territorial nos períodos subsequentes levam-nos a reforçar a validade da hipótese avançada.

O local ladeado por diversos terrenos agrícolas, não nos parece apresentar uma visibilidade muito abrangente para sul, parecendo-nos, numa primeira análise, um melhor enquadramento com a zona mais a norte. Dado o desconhecimento da configuração específica das ruínas, não os foi possível ter perceção da sua organização espacial, nem da eventual organização e articulação com o território que lhe estaria adstrito, face à proposta tipológica avançada por Carvalho (2008, II, pp. 31-32), que optamos por manter no presente trabalho, embora ressalvando a menor consistência dos dados, relativamente a outros sítios de tipologia similar.

4.82.2. Dados documentais

Na freguesia de Palmeira, no lugar de Santo Estevão Velho/Pardelhas [82] identifica-se a referência à paróquia de "*Sancto Stephano de Pardelias*", no censual datado dos finais do século XI e pertencia à Terra de *Bracara* (Costa, 2000, p. 96).

4.82.3. Cronologia

Ocupação da Antiguidade Tardia associada a uma *villa*.

Ocupação da Alta Idade Média associada a um núcleo paroquial.

4.82.4. Bibliografia selecionada

Fontes, 1993, p. 63; Costa, 2000, p. 96; Carvalho, 2008, II, p. 31; Fontes *et al.*, 2009, vol. I, p. 33; Andrade, 2015, p. 201

4.83. Sítio 83 *Assento; Panoias; Braga*

4.83.1. Dados arqueológicos

Não recolhemos dados para este sítio, nos inventários arqueológicos que serviram de base para o nosso estudo, nem em visita ao local. Desconhecemos ruínas de estruturas associáveis ao local, ou indícios de edificado que possam remontar aos períodos mais antigos referenciados documentalmente. Admitimos a hipótese de poder haver um templo associável à Idade Moderna, na origem do núcleo paroquial.

O local encontra-se bastante descaracterizado, contudo pensamos ser possível percecionar um núcleo paroquial que está plenamente articulado com os aglomerados populacionais da freguesia, constituindo o centro nevrálgico das vivências da comunidade.

4.83.2. Dados documentais

A paróquia de Panoias [83] era denominada de "*Sancta Maria de Pannonias*", no censual datado dos finais do século XI e pertencia à Terra de *Bracara* (Costa, 2000, p. 95).

Panoias [83] é mencionada em 1220 como "*Sancta Maria*" em 1220, sendo referido que é pertencente ao couto de Tibães (PMH. Inq., 1888, pp. 70, 165, 206, 259). É mencionada como "*Sancta Maria de Panoyas*" em 1288 e pertence ao couto de Tibães (Pizarro, 2012, p. 462).

A freguesia de Panoias [83] está referenciada no século XVI como sendo parte do couto de Tibães, sendo denominada de "*Samta Maria de Panoyas*" (Freire e Pessanha, 1905, pp. 241-273). Esta freguesia está referenciada em 1758 como sendo parte do couto de Tibães. Panoias possuía sessenta e seis fogos e "*180 almas de comunhão*" (Capela, 2003, p. 189).

4.83.3. Cronologia

Ocupação da Alta Idade Média, Baixa Idade Média e Idade Moderna associada a um núcleo paroquial.

4.83.4. Bibliografia selecionada

PMH. Inq., 1888, p. 70, 163, 206, 259; Freire e Pessanha, 1905, pp. 241-273; Costa, 2000, p. 95; Capela, 2003, p. 189; Pizarro, 2012, p. 462

4.84. Sítio 84 *Parada de Tibães; Parada de Tibães; Braga*

4.84.1. Dados arqueológicos

A igreja de S. Paio de Parada [84], para além da inscrição de D. Gonçalo de Mondoñedo (1071-1108), não está associada a qualquer outro tipo de vestígios, que possam ser enquadráveis em período anterior à Idade Moderna. A inscrição encontra-se reaproveitada, na parede da igreja, fronteira à sacristia, que parece estabelecer uma relação de alguma dependência entre esta paroquia e a igreja de Dume [40], que remontasse a finais deste período. Pensamos que a mesma deva ser encarada num processo mais amplo de legitimação, que pretendemos abordar mais detalhadamente na parte III da presente tese. A leitura foi apresentada em Andrade (2015, p. 97), mediante interpretação de Luís Fontes.

O local corresponde a uma elevação de pequena dimensão que parece indiciar uma influência visual, relativamente aos terrenos que se desenvolvem nas suas proximidades.

4.84.2. Dados documentais

A paróquia de Parada de Tibães [84] era denominada de "*Sancto Pelagio de Parada*", no censual datado dos finais do século XI e pertencia à Terra de *Bracara* (Costa, 2000, p. 103).

As referências que dispomos durante a Idade Média "*Sancto Pelagio de Parada in Cauto de Tiviaes*" em 1220 são demonstrativas não só do orago da paróquia, mas também da sua associação ao domínio monástico de Tibães (PMH. Inq., 1888, pp. 70, 162, 206, 258). A paróquia de S. Paio de Parada [84], é referida como "*Sam Payo*" em 1288, e as delimitações do termo, indiciam a sua integração no couto de Tibães (Pizarro, 2012, p. 462).

A freguesia é referida no século XVI como "*Sampayo de Parada*", sendo associável ao couto de Tibães (Freire e Pessanha, 1905, pp. 241-273). Está referenciada em 1758 como sendo parte do couto de Tibães. É feita alusão ao facto de o pároco ser da apresentação do prior de Dume, como já mencionamos anteriormente, na análise da paróquia de Dume (Capela, 2003, pp. 189-190).

4.84.3. Cronologia

Ocupação da Alta Idade Média, Baixa Idade Média e Idade Moderna associada a um núcleo paroquial.

4.84.4. Bibliografia selecionada

PMH. Inq., 1888, pp. 70, 162, 206, 206, 258; Freire e Pessanha, 1905, pp. 241-273; Costa, 2000, p. 103; Capela, 2003, pp. 189-190; Pizarro, 2012, p. 462

4.85. Sítio 85 *Passal; Passos (S. Julião); Braga*

4.85.1. Dados arqueológicos

Não recolhemos dados arqueológicos para este sítio, nos inventários arqueológicos que serviram de base para o nosso estudo, nem em visita ao local. Desconhecemos ruínas de estruturas associáveis ao local, ou indícios de edificado que possam remontar aos períodos mais antigos referenciados documentalmente. Também desconhecemos indícios de materiais e achados isolados. Admitimos a hipótese de poder haver um templo associável à Idade Moderna, na origem do núcleo paroquial.

Consideramos ser possível percecionar um núcleo paroquial que está plenamente articulado com os núcleos populacionais da freguesia, constituindo o centro nevrálgico das vivências da comunidade.

4.85.2. Dados documentais

A paróquia de Passos (S. Julião) [85] era denominada de "*Sancto Julian de Palacios*", no censual datado dos finais do século XI e pertencia à Terra de *Bracara* (Costa, 2000, pp. 85-86).

Nas Inquirições de 1220 apenas aparece a referência a "*Sancto Juliano de Sequeira*" [85], sendo pertencente à Terra de Penafiel de Bastuço (PMH. Inq., 1888, pp. 44, 125, 191, 239). Na freguesia de S. Julião de Passos, em 1288, ainda se identifica a referência a duas paróquias, a paróquia de "*Sancti Johanni de Paacos*" [85], pertencente ao Julgado de Penafiel de Bastuço (Pizarro, 2012, p. 465).

S. Julião de Passos [85], denominada "*Sam Gião de Passos*", no século XVI (Freire e Pessanha, 1905, pp. 241-273), não possui Memória Paroquial em 1758.

4.85.3. Cronologia

Ocupação da Alta Idade Média, Baixa Idade Média e Idade Moderna associada a um núcleo paroquial.

4.85.4. Bibliografia selecionada

PMH. Inq., 1888, pp. 44, 125, 191, 239; Freire e Pessanha, 1905, pp. 241-273; Costa, 2000, pp. 85-86; Pizarro, 2012, p. 465

4.86. Sítio 86 *Serra; Passos (S. Julião); Braga*

4.86.1. Dados arqueológicos

Na zona de Serra [86], onde se localizaria a antiga paróquia de "*Sancto Veriximo da Quintanela"*, L. Fontes (1993, p. 65) refere a identificação de sete sepulturas. Uma das sepulturas que se conservou possuía uma tampa monolítica epigrafa com uma data inscrita de 1037, tendo-se igualmente conservado outra que apresentava decoração.

Para além dos elementos da necrópole referidos no parágrafo anterior, não nos foi possível identificar qualquer outro tipo de achados. O local, próximo ao castelo de Penafiel de Bastuço [110] poderá estar relacionado com o mesmo, parecendo estar na área de influência da fortificação.

4.86.2. Dados documentais

Na freguesia de Passos (S. Julião), no lugar de Serra [86] identifica-se a referência à paróquia de "*Sancto Verexemo de Quintanela*", no censual datado dos finais do século XI e pertencia à Terra de *Bracara* (Costa, 2000, pp. 86-87).

Não nos foi possível recolher dados acerca da paróquia em 1220, em 1288 ainda se identifica a referência a duas paróquias, a paróquia de "*Sancti Johanni de Paacos*" [85] e a paróquia de "*Sancti Vereximi de Paaços*" [86] (Pizarro, 2012, p. 465).

Não nos foi possível recolher dados acerca da paróquia no século XVI, nem nas Memórias Paroquiais de 1758.

4.86.3. Cronologia

Ocupação da Alta Idade Média e Baixa Idade Média associada a um núcleo paroquial e a uma necrópole.

4.86.4. Bibliografia selecionada

Fontes, 1993, p. 65; Costa, 2000, pp. 86-87; Pizarro, 2012, p. 465

4.87. Sítio 87 *Codeçosa; Pedralva; Braga*

4.87.1. Dados arqueológicos

Na freguesia de Pedralva encontramos duas referências a paróquias no censual de finais do século XI. As ruínas que conhecemos encontram-se no local de igreja velha, sendo esse o único sítio que temos referenciados achados arqueológicos. Neste trabalho, dada a correspondência toponímica, associamos este sítio ao lugar de Codeçosa e a outra referência ao lugar da igreja velha. Essa distinção não nos parece muito clara, mas, por questões metodológicas, pareceu-nos um critério adequado. Pese embora assumamos a eventualidade de aqui ter existido uma edificação mais antiga, o local encontra-se bastante descaracterizado. Assumimos que, no âmbito da reorganização entre as duas paróquias possa ter havido uma relocalização da sede paroquial entre os dois locais em que avançamos com a localização, não nos sendo, contudo, claro em que momentos históricos se associou determinado topónimo a um determinado local. Desconhecemos indícios de materiais e achados isolados próximos.

O local parece-nos plenamente enquadrado com o casario que lhe está mais próximo, sendo relativamente bem servido de vias de comunicação, que permite às populações experienciarem parte do seu quotidiano social e religioso.

4.87.2. Dados documentais

Na freguesia de Pedralva, no lugar de Codeçosa [87] identifica-se a referência à paróquia de "*Sancto Salvador de Codesosa*", no censual datado dos finais do século XI e pertencia à Terra de *Bracara* (Costa, 2000, p. 127).

No couto de Pedralva, a leitura documental permite, entre os topónimos identificados, referenciar, em 1220 as paróquias de "*Sancto Salvatore de Codessosa*" [87] (PMH. Inq., 1888, pp. 59, 149, 199, 248). Em 1288, a referências à freguesia é "*Sancti Salvatoris de Codessosa*" [87] não é efetuada nenhuma referência específica para além do facto de pertencer ao supracitado couto de Pedralva (Pizarro, 2012, p. 455).

Não conseguimos extrair dados do século XVI ou do século XVIII para Codeçosa [87].

4.87.3. Cronologia

Ocupação da Alta Idade Média e Baixa Idade Média associada a um núcleo paroquial.

4.87.4. Bibliografia selecionada

PMH. Inq., 1888, pp. 59, 149, 199, 248; Fontes, 1993, pp. 31-88; Costa, 2000, p. 127; Pizarro, 2012, p. 455

4.88. Sítio 88 *Igreja velha/Souto; Celeirós; Braga*

4.88.1. Dados arqueológicos

No lugar de igreja velha; Souto [88] identificaram-se três sarcófagos antropomórficos, dois de adulto e um de criança (Barroca, 1987, p. 367; Fontes, 1993, p. 67), bem como restos de paredes parcialmente integradas nos muros de divisórias de propriedades.

Para além dos vestígios mencionados no ponto anterior, não nos foi possível a identificação que quaisquer outros vestígios.

O local, situado numa pequena plataforma do topo da encosta onde nasce o rio da Várzea (Fontes, 1993, p. 67) parece-nos possuir as caraterísticas de ter constituído um local que acolheu um núcleo paroquial, bem enquadrado com a evolvente próxima, permitindo às populações aí vivenciarem o seu quotidiano social e religioso. Contudo, dado que não nos foi possível visualizar as ruínas arqueológicas referenciadas para este sítio, não podemos fornecer dados acerca da sua organização interna.

4.88.2. Dados documentais

Na freguesia de Pedralva, no lugar de Igreja velha; Souto [88] identifica-se a referência à paróquia de "*Sancta Eulalia de Padalvarino*", no censual datado dos finais do século XI e pertencia à Terra de *Bracara* (Costa, 2000, p. 127).

No couto de Pedralva, a leitura documental permite, entre os topónimos identificados, referenciar *Sancta Eolalia de Padralvarino*" [88] (PMH. Inq., 1888, pp. 60, 149, 199, 249). A paróquia é denominada "*Sancte Eolalie de Padralva*" [88], nas Inquirições de 1288 (Pizarro, 2012, p. 455).

Não conseguimos extrair dados do século XVI para Pedralva [88]. A freguesia de Pedralva [88] aparece referenciada em 1758, como sendo pertencente ao termo da cidade (Capela, 2003, p. 189).

4.88.3. Cronologia

Ocupação da Alta Idade Média, Baixa Idade Média e Idade Moderna associada a um núcleo paroquial.

4.88.4. Bibliografia selecionada

PMH. Inq., 1888, pp. 60, 149, 199, 249; Barroca, 1987, p. 367; Fontes, 1993, p. 67; Costa, 2000, p. 127; Capela, 2003, p. 189; Pizarro, 2012, p. 45

4.89. Sítio 89 *Torre; Penso (Santo Estevão); Braga*

4.89.1. Dados arqueológicos

Desconhecemos ruínas de estruturas associáveis ao local, ou indícios de edificado que possam remontar aos períodos mais antigos referenciados documentalmente. Admitimos a hipótese de poder haver um templo associável à Idade Moderna, na origem do núcleo paroquial.

Pensamos ser possível percecionar um núcleo paroquial que está plenamente articulado com os aglomerados populacionais da freguesia, constituindo o centro nevrálgico das vivências da comunidade.

4.89.2. Dados documentais

A paróquia de Penso (Sto. Estevão) [89] era denominada de "*Sancto Stephano de Penso*", no censual datado dos finais do século XI e pertencia à Terra de *Bracara* (Costa, 2000, p. 76).

Na Inquirição de 1220, é referenciada como "*Sancto Stephano de Penso*" sendo pertencente ao couto de Braga (PMH. Inq., 1888, pp. 69, 162, 206, 258). A paróquia é referenciada em 1288, sendo referido que em Sto. Estevão de Penso [89], para além da "*quinttaa*", que era tida indevidamente como honra, não há mais entidades deste tipo a assinalar (Pizarro, 2012, p. 425).

Santo Estevão de Penso [89], aparece referenciada em 1758, como sendo pertencente ao termo da cidade de Braga. Esta paróquia tinha nos seus limites, sessenta e três fogos (Capela, 2003, p. 189). Pese embora as ligeiras alterações na grafia, a nomenclatura de Penso [89] não é muito dissemelhante do século XVIII (Freire e Pessanha, 1905, pp. 241-273).

4.89.3. Cronologia

Ocupação da Alta Idade Média, Baixa Idade Média e Idade Moderna associada a um núcleo paroquial.

4.89.4. Bibliografia selecionada

PMH. Inq., 1888, pp. 69, 162, 206, 258; Freire e Pessanha, 1905, pp. 241-273; Costa, 2000, p. 76; Capela, 2003, p. 189; Pizarro, 2012, p. 425

4.90. Sítio 90 *Carcavelos; Penso (S. Vicente); Braga*

4.90.1. Dados arqueológicos

L. Fontes (1993, p. 68), refere a existência no lugar de Carcavelos, de estruturas circulares que poderão ser enquadráveis na Idade Média, sem tecer qualquer tipo de considerações acerca da sua tipologia. O autor também menciona a identificação de fragmentos de tijolo e tégula.

O local encontra-se plenamente enquadrado com o casario que lhe está mais próximo, sendo relativamente bem servido de vias de comunicação, o que permite às populações que aí vivem, experienciarem parte do seu quotidiano social e religioso.

4.90.2. Dados documentais

A paróquia de Penso (S. Vicente) [90] era denominada de "*Sancto Vicenti de Penso*", no censual datado dos finais do século XI e pertencia à Terra de *Bracara* (Costa, 2000, p. 76).

É mencionada como "*Sancto Vincencio de Penso*" em 1220, sendo associável ao couto de Braga (PMH. Inq., 1888, pp. 68, 161, 204, 256) e "*Santo Vicenti de Penso*", em 1288. Nas Inquirições é feita referência à existência de uma honra na denominada "*quintaa de Torneiros*" sendo referenciados os limites que a mesma possuía. O referido domínio terá sido acrescentado, tendo sido sentenciado que "*Esta honrada como esta de vedro polas divisões suso dictas mais Pinheiro e Lamas e Carcavelos e Pensoo que acrescentam ora de novo en essa honrra non se defendam per essa honrra*" (Pizarro, 2012, p. 442).

S. Vicente do Penso [90] aparece referenciada em 1758, como sendo pertencente ao termo da cidade de Braga. A leitura permite-nos constatar que S. Vicente do Penso tinha setenta fogos, (Capela, 2003, p. 189). Pese embora as ligeiras alterações na grafia, a nomenclatura do século XVI não é muito dissemelhante do século XVIII (Freire e Pessanha, 1905, pp. 241-273), que é semelhante à atual.

4.90.3. Cronologia

Ocupação da Alta Idade Média, Baixa Idade Média e Idade Moderna associada a um núcleo paroquial.

4.90.4. Bibliografia selecionada

PMH. Inq., 1888, pp. 68, 161, 204, 256; Freire e Pessanha, 1905, pp. 241-273; Fontes, 1993, p. 68; Costa, 2000, p. 76; Capela, 2003, p. 189; Pizarro, 2012, p. 442

4.91. Sítio 91 *Pousada; Pousada; Braga*

4.91.1. Dados arqueológicos

Não recolhemos dados arqueológicos para este sítio nos inventários arqueológicos que serviram de base para o nosso estudo, nem em visita ao local. Desconhecemos ruínas de estruturas associáveis ao local, ou indícios de edificado que possam remontar aos períodos mais antigos referenciados documentalmente. Também desconhecemos indícios de materiais e achados isolados próximos.

Consideramos ser possível percecionar uma relação de um núcleo paroquial que está plenamente articulado com os núcleos populacionais da freguesia, constituindo o centro nevrálgico das vivências da comunidade.

4.91.2. Dados documentais

A paróquia de Pousada [91] era denominada de "*Sancto Martino de Baroncelli*", no censual datado dos finais do século XI e pertencia à Terra de *Bracara* (Costa, 2000, pp. 108-109).

S. Paio de Pousada [91], é denominada "*Sancto Pelagio de Pousada*" em 1220, sendo pertencente ao couto de Braga (PMH. Inq., 1888, pp. 69, 162, 205, 258). É referida como "*Sancti Pelagii de Pousada*" em 1288, sendo mencionado que no local havia diversas honras tal como a "*quintaa d' Antunhãaes*." (Pizarro, 2012, pp. 445-446).

Pousada [91], aparece referenciada em 1758 como "*Sampaio*", sendo pertencente ao termo da cidade de Braga. Pousada tinha cento e dezoito fogos (Capela, 2003, p. 189).

Pese embora as ligeiras alterações na grafia, a nomenclatura no século XVI não é muito dissemelhante do século XVIII (Freire e Pessanha, 1905, pp. 241-273).

4.91.3. Cronologia

Ocupação da Alta Idade Média, Baixa Idade Média e Idade Moderna associada a um núcleo paroquial.

4.91.4. Bibliografia selecionada

PMH. Inq., 1888, pp. 69, 162, 205, 258; Freire e Pessanha, 1905, pp. 241-273; Costa, 2000, pp. 108-109; Capela, 2003, p. 189; Pizarro, 2012, pp. 445-446

4.92. Sítio 92 *Ponte do Porto; Pousada; Braga*

4.92.1. Dados arqueológicos

Luís Fontes (1993, p. 69) refere que a ponte atual, conhecida como ponte de Peroselo é datável do século XIV. A estrutura é constituída por arcos apontados na sua zona central e arcos de volta perfeita nas extremidades. O aparelho apresenta diversas siglas e o tabuleiro é predominantemente horizontal. Desconhecemos indícios de materiais e achados isolados próximos.

A ponte transpõe o rio Cávado, nos limites dos atuais conselhos de Braga e da Póvoa de Lanhoso conectando com o atual concelho de Amares. O local constituía o principal nó de ligação entre Braga e a região nordeste.

4.92.2. Dados documentais

Segundo estudo das Memórias Paroquiais (Capela, 2003, p. 657) a infraestrutura constitui uma das referências incontornáveis no trânsito regional do século XVIII.

4.92.3. Cronologia

Vestígios da Baixa Idade Média e Idade Moderna relativos a uma ponte.

4.92.4. Bibliografia selecionada

Fontes, 1993, p. 69; Capela, 2003, p. 657

4.93. Sítio 93 *S. Tiago de Priscos; Priscos; Braga*

4.93.1. Dados arqueológicos

Não recolhemos dados para este sítio, nos inventários arqueológicos que serviram de base para o nosso estudo, nem em visita ao local. Desconhecemos ruínas de estruturas associáveis ao local, ou indícios de edificado que possam remontar aos períodos mais antigos referenciados documentalmente. Também desconhecemos indícios de materiais e achados isolados próximos.

Pensamos ser possível percecionar um núcleo paroquial que está plenamente articulado com os aglomerados populacionais da freguesia, constituindo o centro nevrálgico das vivências da comunidade.

4.93.2. Dados documentais

A paróquia de Priscos [93] era denominada de "*Santo Jacobi di Pidiscos*", no censual datado dos finais do século XI e pertencia à Terra de *Bracara* (Costa, 2000, p. 80).

S. Tiago de Priscos [93] é referenciada nas Inquirições de 1220 como "*Sancto Jacobo de Piiscos*", sendo pertencente à Terra de Penafiel de Bastuço (PMH. Inq., 1888, pp. 16, 88, 157, 218). A paróquia é denominada como "*Sancti Jacobi de Piisscos*" em 1288, continuando a pertencer à mesma circunscrição territorial de 1220 (Pizarro, 2012, p. 484).

A freguesia de Priscos, "*Santiagu de Piiscos*" [93], era pertencente a Penafiel de Bastuço no século XVI (Freire e Pessanha, 1905, pp. 241-273) A freguesia é referenciada no século XVIII como fazendo parte do termo de Barcelos e possuindo noventa e três fogos (Capela, 2003, p. 189).

4.93.3. Cronologia

Ocupação da Alta Idade Média, Baixa Idade Média e Idade Moderna associada a um núcleo paroquial.

4.93.4. Bibliografia selecionada

PMH. Inq., 1888, pp. 16, 88, 175, 218; Freire e Pessanha, 1905, pp. 241-273; Costa, 2000, p. 80; Capela, 2003, p. 189; Pizarro, 2012, p. 484

4.94. Sítio 94 *S. Tomé/Moimenta; Priscos; Braga*

4.94.1. Dados arqueológicos

Não recolhemos dados para este sítio, nos inventários arqueológicos que serviram de base para o nosso estudo, nem em visita ao local. Desconhecemos ruínas de estruturas associáveis ao local, ou indícios de edificado que possam remontar aos períodos mais antigos referenciados documentalmente. Também desconhecemos indícios de materiais e achados isolados próximos.

O local encontra-se plenamente enquadrado com o casario que lhe está mais próximo, sendo relativamente bem servido de vias de comunicação, o que permite às populações que aí vivem experienciarem parte do seu quotidiano social e religioso.

4.94.2. Dados documentais

Na freguesia de Priscos, no lugar de S. Tomé; Moimenta [94] identifica-se a referência à paróquia de "*Sancto Tomé de Monumenta*", no censual datado dos finais do século XI e pertencia à Terra de *Bracara* (Costa, 2000, p. 80).

Na atual freguesia de Priscos são identificáveis duas paróquias: S. Tiago de Priscos [93] e S. Tomé de Moimenta [94]. A segunda freguesia mencionada, é denominada de "*Sancto Tomé de Moimenta*", apenas nas Inquirições de 1220 (PMH.Inq., 1888, pp. 16, 87, 174, 218), não lhe sendo conhecida menção em 1288. Contudo, tal como foi referido em Costa (2000, p. 80), são conhecidas referências a esta freguesia nos séculos XIV e XV. Não nos foi possível recolher dados acerca da paróquia em 1288.

A freguesia é mencionada no século XVI como "*Samto Tomé de Moymenta*" (Freire e Pessanha, 1905, pp. 241-273). Não nos foi possível recolher dados acerca da paróquia nas Memórias Paroquiais de 1758.

4.94.3. Cronologia

Ocupação da Alta Idade Média, Baixa Idade Média e Idade Moderna associada a um núcleo paroquial.

4.94.4. Bibliografia selecionada

PMH. Inq., 1888, pp. 16, 87, 174, 218; Freire e Pessanha, 1905, pp. 241-273; Costa, 2000, p. 80

4.95. Sítio 95 *S. Frutuoso de Montélios; Real; Braga*

4.95.1. Dados arqueológicos

Os dados arqueológicos que dispomos para o local são essencialmente provenientes dos trabalhos que temos vindo a desenvolver no local, cujos resultados foram publicados em Fontes, Braga e Andrade (2012), em Fontes *et al.* (2020a; 2020b) e em Andrade (2023, pp. 1159-1168). Parte dos dados foram apresentados pela primeira vez no âmbito do presente trabalho de investigação.

O mausoléu na Antiguidade Tardia

Como vem mencionado na *Vita Frutuosi*, (Cardoso, 1996, p.43), o local de sepultamento de S. Frutuoso, estará localizado aproximadamente a meia distância entre a cidade de Braga e Dume. Os dados arqueológicos das diversas intervenções que temos dirigido nos últimos anos em Montélios, não são completamente conclusivos acerca das características do referido mosteiro que se terá aí instalado, contudo permitiram um conhecimento mais detalhado do mausoléu-capela que foi restaurado na primeira metade do século XX e que está classificado como Monumento Nacional.

Foi possível a leitura dos paramentos internos e externos do mausoléu, analisando os elementos que poderão ser associáveis ao mausoléu original, correspondentes à fase mais antiga do edificado que se conhece (século VII). Na medida em que não identificámos, até ao momento, nas zonas conservadas, elementos distintivos claros entre os elementos do alicerce e os paramentos conservados, assumimos a hipótese de puderem ser todos pertencentes à mesma fase. Fica, contudo, em aberto a possibilidade de se poder ter aí localizado um mausoléu ou templo de período romano. Como refere Helena Carvalho (2008, II, p. 33), as evidências, de momento, ainda não nos parecem suficientemente esclarecedoras. Dados recentes das análises às argamassas de uma estrutura na plataforma norte levam a assumir a possibilidade de a sua construção poder remontar aos séculos IV-VI.

No interior do mausoléu/capela de S. Frutuoso, alguns dos elementos decorativos que foram identificados, designadamente ao nível das arcaturas interiores e capiteis, poderão ser associáveis à Alta Idade Média, especialmente os capitéis, que poderão ser associáveis a este período, hipoteticamente enquadráveis em dois momentos distintos: finais do século IX- século X, quando esta região estaria já integrada nos domínios cristãos ou finais de século X, após a razia de Almansor. É colocada ainda a hipótese de associação com o culto de S. Frutuoso que teria surgido no século XI (Limão, 2010, p. 344).

O convento da Idade Moderna

A instalação de uma comunidade franciscana terá acontecido por iniciativa de D. Diogo de Sousa (Fontes *et al.,* 2020a, pp. 7 e 30; Fontes *et al.,* 2020b, p. 21). O sítio tem sido alvo de diversas campanhas de escavação arqueológica que temos tido a oportunidade de dirigir desde 2015, cujos

resultados complementam os das campanhas arqueológicas de 2001(Fontes *et al.*, 2014) e de 2011 (Fontes, Andrade e Braga, 2012). Nas primeiras, tivemos a oportunidade de participar na análise dos dados e na segunda de codirigir os trabalhos. Recentemente, no âmbito dos trabalhos que ainda estão a decorrer no local, tivemos a oportunidade de fazer a leitura interpretada nos principais alçados do convento e do mausoléu, que apresentamos na parte III.

Os dados arqueológicos do convento do século XVI, permitem, com base nos poucos testemunhos que dispomos deste período, ensaiar uma aproximação ao convento do início da Idade Moderna. Deste modo, é possível percecionar um convento plenamente adaptado ao terreno, sendo o mausoléu preexistente a principal referência na organização do espaço. Uma parte considerável das estruturas conventuais identificáveis poderão ser associáveis às construções dos séculos XVII e XVIII, promovidas por D. Rodrigo de Moura Teles.

A cerca do convento, pese embora a organização funcional interna das áreas esteja completamente descaracterizada, fruto da sua subdivisão da sua área, parece-nos, grosso-modo, ainda corresponder à área que teria sido ocupada durante a ocupação conventual do espaço.

A descrição efetuada no inventário relativo à extinção do espaço conventual e analisado por Oliveira e Ferreira (2015, p. 19) permite o reconhecimento, em traços gerais, das suas características, sendo possível percecionar uma cerca de dimensões relativamente modestas, constituída pelos terrenos que circundam o conjunto conventual, permitindo ter a área suficiente para o provimento da comunidade conventual, mas não o suficiente para constituir uma circunscrição territorial. Refira-se, contudo, que a adequabilidade da cerca para a atividade agrícola é atestada pela ocupação por parte de proprietários privados, que permitiram a continuidade da exploração agrícola, até finais do século XX (Andrade, 2023, pp. 1159-1168).

Nas escavações que se têm desenvolvido no convento de S. Francisco (Fontes, Braga e Andrade, 2012, Fontes *et al.*, 2020a; Fontes *et al.*, 2020b), foram identificados diversos fragmentos de cerâmica que poderão ser associados à Baixa Idade Média. Estes materiais parecem mais abundantes, numa área em que foram identificados diversos pisos em terra batida, no compartimento em que está previsto no projeto de recuperação do imóvel a implantação da "escada regral". Apesar de se terem efetuados diversos trabalhos no local, o conhecimento do espaço que temos neste momento, não nos permite a associação, com clareza, destes vestígios a qualquer outro tipo de estruturas.

4.95.2. Dados documentais

O local encontra-se referenciado nas principais fontes documentais que foram utilizadas no presente estudo. A circunscrição territorial correspondente à atual paróquia de Real [95] era denominada de

"*Sancto Frutuoso*", no censual datado dos finais do século XI e pertencia à Terra de *Bracara* (Costa, 2000, pp. 101-102).

A paróquia de S. Frutuoso de Montélios [95] é mencionada nas Inquirições de 1220 como "*Sancto Frutuoso*", sendo pertencente ao couto de Braga (PMH. Inq., 1888, pp. 69, 161, 205, 257). Em 1288, a paróquia é referida como "*Sancti Frutuosi*", sendo igualmente pertencente ao couto de Braga (Pizarro, 2012, p. 430).

No século XVI a paróquia de S. Jerónimo de Real [96] substituiu a de S. Frutuoso, pese embora ainda lhe seja feita referência (Freire e Pessanha, 1905, pp. 241-273). A descrição da paróquia é feita no capítulo referente a S. Jerónimo de Real [96].

4.95.3. Cronologia

Ocupação na Antiguidade Tardia associada a um mausoléu e a um possível mosteiro.

Ocupação da Idade Moderna associada a um convento.

4.95.4. Bibliografia selecionada

PMH. Inq., 1888, pp. 69, 161, 205, 257; Freire e Pessanha, 1905, pp. 241-273; Fontes, 1993, pp. 69-70; Costa, 2000, pp. 101-102; Carvalho, 2008, II, p. 33; Pizarro, 2012, p. 430; Fontes, Braga e Andrade, 2012; Fontes *et al.*, 2014; Oliveira e Ferreira, 2015; Fontes *et al.*, 2020a; Fontes *et al.*, 2020b; Andrade, 2023, pp. 1159-1168

4.96. Sítio 96 *S. Jerónimo; Real; Braga*

4.96.1. Dados arqueológicos

Não recolhemos dados para este sítio, nos inventários arqueológicos que serviram de base para o nosso estudo, nem em visita ao local. Contudo, a recolha de informação oral e documental permitiu-nos confirmar a localização do antigo núcleo paroquial, que só terá sido demolido na década de trinta do século XX. O local é presentemente ocupado pela casa paroquial. Não nos foi possível obter dados específicos da igreja paroquial que aí terá existido. Desconhecemos indícios de materiais e achados isolados próximos.

O local encontra-se plenamente inserido no núcleo habitacional da freguesia, muito mais central do que o convento de S. Francisco, que atualmente se encontra afeto ao uso paroquial.

4.96.2. Dados documentais

A referência no século XVI ainda aparece como "*Sam Freytoso*" [96] (Freire e Pessanha, 1905, pp. 241-273).

A freguesia de "*Sam Jerónimo*" [96] (Capela, 2003, p. 190), foi criada na Idade Moderna, substituindo a de S. Frutuoso [95], tendo, no local da primitiva paróquia, sido construído um convento Franciscano, como já foi abordado anteriormente. A igreja paroquial, como já foi referido em Andrade (2015, p. 223) poderá ter-se localizado em zona contígua à atual casa paroquial. A freguesia no século XVIII, possuiria seiscentas e trinta e oito pessoas, e seria constiuída pelos seguintes lugares "*Vendas, Real, Estrada, Caza Nova Feital, Tourido, Deveza, Cruzeiro, Mamoa, Flaca, Montellos, Mosteiro*" (Capela, 2003, p. 190).

4.96.3. Cronologia

Ocupação da Idade Moderna associada a um núcleo paroquial.

4.96.4. Bibliografia selecionada

Freire e Pessanha, 1905, pp. 241-273; Capela, 2003, p. 190; Andrade, 2015, p. 223

4.97. Sítio 97 *Ruílhe; Ruílhe; Braga*

4.97.1. Dados arqueológicos

Não recolhemos dados para este sítio, nos inventários arqueológicos que serviram de base para o nosso estudo, nem em visita ao local. Desconhecemos ruínas de estruturas associáveis ao local, ou indícios de edificado que possam remontar aos períodos mais antigos referenciados documentalmente. Também desconhecemos indícios de materiais e achados isolados próximos.

O local encontra-se bastante descaracterizado, contudo pensamos ser possível percecionar um núcleo paroquial que está plenamente articulado com os aglomerados populacionais da freguesia, constituindo o centro nevrálgico das vivências da comunidade.

4.97.2. Dados documentais

A paróquia de Ruilhe [97] era denominada de "*Sancto Pelagio de Roill*", no censual datado dos finais do século XI e pertencia à Terra de *Bracara* (Costa, 2000, p. 81).

Esta paroquia é mencionada nas Inquirições de 1220 como "*Sancto Pelagio de Ruill*" e pertencente à terra de Penafiel de Bastuço (PMH. Inq., 1888, pp. 16, 89, 175, 218). Nas Inquirições de 1288, é denominada de "*San Payo de Ruylhi"* é referida como pertencente ao Julgado de Guimarães (Pizarro, 2012, p. 608).

Não conseguimos identificar referência no século XVI. S. Paio de Ruilhe [97] é referenciada, em 1758, como sendo pertencente à comarca de Guimarães, sendo, contudo, referido que se localizava no meio do termo de Barcelos, tendo sido ainda mencionado que foram dadas em conjunto com Cunha [39], pelos vereadores de Barcelos. As considerações que são feitas, pelo pároco de Ruílhe, de que este facto se ficaria a dever a acontecimentos sucedidos no âmbito da batalha de Ceuta (Capela, 2003, p. 190), não é condizente com o facto de que tenhamos verificado essa alteração entre as Inquirições de 1220 e 1288, passando da Terra de Penafiel de Bastuço, para o Julgado de Guimarães. É mencionado que a freguesia teria duzentos e trinta e oito moradores em 1758 e seria constituída pelos seguintes lugares: "... *Além do Rio, Este, Villa, Cacavellos, Ruilhe, Pesselar e Igreja*" (Capela, 2003, p. 191).

4.97.3. Cronologia

Ocupação da Alta Idade Média, Baixa Idade Média e Idade Moderna associada a um núcleo paroquial.

4.97.4. Bibliografia selecionada

PMH. Inq., 1888, pp. 16, 89, 175, 218; Costa, 2000, p. 81; Capela, 2003, p. 191; Pizarro, 2012, p. 608

4.98. Sítio 98 *Castelhão; Santa Lucrécia de Algeriz; Braga*

4.98.1. Dados arqueológicos

Os dados arqueológicos que temos disponíveis para o local são essencialmente provenientes do Inventário Arqueológico de Braga (Fontes, 1993, pp. 31-88) e dos inventários do doutoramento de Martins (1990).

A possível mota de Sta. Lucrécia de Algeriz, localizada no promontório denominado Castelhão [98] apenas é classificada por Luís Fontes (1993, p. 71), tendo em consideração a morfologia do local, designadamente a existência dos taludes acentuados e plataformas concêntricas. Pese embora as reservas que devam existir na referida classificação, não nos parece descabido que populações no âmbito da sua defesa, num período de grande instabilidade, tenham construído uma estrutura desta natureza. M. Barroca (1990-1991, p. 98), refere que estruturas deste tipo têm uma origem além Pirenéus e que terão surgido por volta dos séculos IX-X. M. Barroca (1990-1991, pp. 99-100), avança ainda com a hipótese que o seu surgimento pode ter tido origem normanda. As referências de Manuela Martins (1990, p. 87) são apenas relativas ao povoado fortificado.

Luís Fontes (1993, p. 71) refere a recolha de raros fragmentos de tégula e tijolo. O local referenciado pelo autor, encontra-se bastante descaracterizado, não nos tendo sido possível a recolha de fragmentos cerâmicos.

O local apresenta uma vista privilegiada para a região circundante e para o vale do Cávado, a norte. Numa primeira análise, parece-nos dispor das condições necessárias para um local de vigilância, com especial enfoque para as áreas acima mencionadas.

4.98.2. Dados documentais

As referências documentais que nos foi possível recolher para o local, são provenientes essencialmente das Memórias Paroquiais de 1758, na descrição da paróquia em que está inserido. É indiretamente referenciado, no âmbito da descrição da orografia que divide a freguesia com Adaúfe (Capela, 2003, p. 163).

4.98.3. Cronologia

Ocupação da Alta Idade Média associada a uma possível mota.

4.98.4. Bibliografia selecionada

Martins, 1990, p. 87; Fontes, 1993, p. 71; Capela, 2003, p. 163

4.99. Sítio 99 *Santa Lucrécia de Algeriz; Santa Lucrécia de Algeriz; Braga*

4.99.1. Dados arqueológicos

Não recolhemos dados para este sítio, nos inventários arqueológicos que serviram de base para o nosso estudo, nem em visita ao local. O templo atual é associável à Idade Moderna. Desconhecemos indícios de materiais e achados isolados próximos.

O núcleo paroquial continua a ser o centro nevrálgico da freguesia, em torno do qual se organiza todo o casario da freguesia, que se desenvolve em grande parte entre este local e parte das encostas da elevação onde está implantado o povoado fortificado.

4.99.2. Dados documentais

A paróquia de Santa Lucrécia de Algeriz [99] era denominada de "*Santa Lucretia*", no censual datado dos finais do século XI e pertencia à Terra de *Bracara* (Costa, 2000, p. 108).

A paróquia é denominada "*Sancta Logricia*" em 1220 e pertence ao couto de Braga (PMH. Inq., 1888, pp. 68, 161, 204, 256). Em 1288 é denominada de "*Sante Logrice de Argelis*" e pertence à mesma circunscrição territorial de 1220 (Pizarro, 2012, p. 443).

Santa Lucrécia de Algeriz [99], denominada "*Samta Logryça*" no século XVI, terá pertencido ao termo de Braga (Freire e Pessanha, 1905, pp. 241-273). É referido nas Memórias Paroquiais de 1758 que a freguesia teria trezentas e vinte pessoas em idade adulta e que seria constituída pelos seguintes lugares: "...*Juste... Jordão... Regadas... Garrida... Ribas... Reigada... Barrio... Oliveira... Castellão... Loural... Cazaes... Aldeia... Salgueiral... Igreja...*" Também é referido que produz alguns géneros, como cereais, feijão e vinho e algumas frutas, sendo, contudo, referido, que ao nível de recursos hídricos havia alguma carestia de água corrente, na medida em que não era atravessada por nenhum rio de dimensões assinaláveis. Os principais acidentes orográficos mencionados são a serra de Carvalho de Este e o "*Monte do Crasto*", que, juntamente com a "*Lage Branca*", a dividiam de Adaúfe (Capela, 2003, p. 162).

4.99.3. Cronologia

Ocupação da Alta Idade Média, Baixa Idade Média e Idade Moderna associada a um núcleo paroquial.

4.99.4. Bibliografia selecionada

PMH. Inq., 1888, pp. 68, 161, 204, 256; Freire e Pessanha, 1905, pp. 241-273 Costa, 2000, p. 108; Capela, 2003, p. 162; Pizarro, 2012, p. 443

4.100. Sítio 100 *S. João de Semelhe; Semelhe; Braga*

4.100.1. Dados arqueológicos

Não recolhemos dados para este sítio, nos inventários arqueológicos que serviram de base para o nosso estudo, nem em visita ao local. S. João de Semelhe [100], tem ainda no seu núcleo paroquial elementos que serão associados à Idade Moderna. Desconhecemos indícios de materiais ou achados isolados que lhe possam ser diretamente associáveis.

O núcleo paroquial continua a ser o centro nevrálgico das vivências da freguesia. Apesar de alterações recentes que parte do casario da freguesia sofreu nos últimos anos e na proliferação de novas habitações e novos núcleos habitacionais, ainda nos parece possível percecionar a relação que entre a igreja e o casario mais antigo, correspondente ao que é mencionado na documentação.

4.100.2. Dados documentais

A paróquia de Semelhe [100] era denominada de "*Sancto Johanne de Samell*", no censual datado dos finais do século XI e pertencia à Terra de *Bracara* (Costa, 2000, p. 103).

Semelhe [100] é denominada "*Sancto Johanne de Semell*" em 1220, sendo pertencente ao couto de Braga (PMH. Inq., 1888, pp. 69, 162, 205, 257).

A freguesia de Semelhe [100] é referenciada como "*Sancti Johanis de Semelhi*" em 1288 (Pizarro, 2012, p.435). É interessante ressalvar o facto de que em S. João de Semelhe [100] é mencionada a existência de uma honra na "*quintaa que chamam de Roial*", sendo descritos os seus limites. É referenciada no século XVI praticamente com a mesma grafia (Freire e Pessanha, 1905, pp. 241-273).

Na resposta ao questionário de 1758, é referido que a paróquia pertencia ao termo de Braga, sendo ainda referido que apenas três moradores pertenceriam ao couto de Tibães. É ainda referido que a paróquia tinha duzentas e vinte e oito pessoas e que era constituída pelos seguintes lugares: "... *Souto, Ardegães, Cancellas, Oiteiro, Carvalhal, Barral, Quinta, Cabreiros, Val de Flores, Quinta dos Padres do Colégio de Nª. Srª.do Pópulo da cidade de Braga* (Capela, 2003, p. 199). O potencial agrícola da freguesia é percetível pelo vasto rol dos produtos agrícolas que eram cultivados ("*... os fructos desta freguesia são de milho groso, milho miúdo, senteio, painso, castanhas, vinho, azeite; mas os fructos de que he mais abundante são repolhos, meloens e melancias...").*

4.100.3. Cronologia

Ocupação da Alta Idade Média, Baixa Idade Média e Idade Moderna associada a um núcleo paroquial.

4.100.4. Bibliografia selecionada

PMH. Inq., 1888, pp. 69, 162, 205, 257; Freire e Pessanha, 1905, pp. 241-273; Costa, 2000, p. 103; Capela, 2003, p. 199; Pizarro, 2012, p. 435

4.101. Sítio 101 *Santa Leocádia; Semelhe; Braga*

4.101.1. Dados arqueológicos

Os dados arqueológicos que temos disponíveis para o local foram essencialmente obtidos no âmbito do presente trabalho. No lugar de Santa Leocádia, identificam-se restos de habitações que poderão ser associáveis ao antigo núcleo paroquial, não nos tendo sido possível esclarecer a que tipo de estruturas perenceriam. Não nos foi possível a identificação de materiais à superfície, que nos possibilitasse o enquadramento cronológico das produções.

Na medida em que não nos foi possível o enquadramento tipológico das estruturas, não pudemos, com detalhe, traçar as linhas gerais da sua organização espacial. Contudo, face à localização dos vestígios e à configuração atual da freguesia de Semelhe, podemos percecionar que o local se encontra numa posição central, relativamente à sua área mais a leste, que corresponderia à antiga paróquia mencionada na documentação.

4.101.2. Dados documentais

Na freguesia de Semelhe, no lugar de Santa Leocádia [101] identifica-se a referência à paróquia de "*Sancta Leocadia de Cabreiros*", no censual datado dos finais do século XI e pertencia à Terra de *Bracara* (Costa, 2000, p. 84).

Ainda se identifica em 1220 Santa Leocádia de Semelhe [101] ("*Sancta Leocadia de Cabreiros*"), sendo pertencente á Terra de Penafiel de Bastuço (PMH. Inq., 1888, pp. 16, 88, 175, 218). A paróquia é denominada "*Sancte Leocadie de Cabreiros*" em 1288, sendo pertencente ao Julgado de Penafiel de Bastuço (Pizarro, 2012, p. 468).

Santa Leocádia de Semelhe [101] ainda é referenciada de forma independente no século XVI (Freire e Pessanha, 1905, pp. 241-273), tendo sido agregada a S. João de Semelhe em momento posterior. Não nos foi possível recolher dados acerca da paróquia nas Memórias Paroquiais de 1758.

4.101.3. Cronologia

Ocupação da Alta Idade Média, Baixa Idade Média e Idade Moderna associada a um núcleo paroquial.

4.101.4. Bibliografia selecionada

PMH. Inq., 1888, pp. 16, 88, 175, 218; Freire e Pessanha, 1905, pp. 241-273; Costa, 2000, p. 84; Pizarro, 2012, p. 468

4.102. Sítio 102 *Santarão; Semelhe; Braga*

4.102.1. Dados arqueológicos

Os dados arqueológicos que temos disponíveis para o local são essencialmente provenientes do Inventário Arqueológico de Braga (Fontes, 1993, pp. 31-88) e dos inventários dos doutoramentos de Martins (1990) e Carvalho (2008). Também poderão ser indiretamente associáveis a este local, diversos elementos depositados no Museu Pio XII (Fontes *et al.*, 2009, vol. II, pp. 62-63).

Na zona contígua ao domínio fundiário dumiense, a sudoeste, na zona conhecida por Santarão [102], está referenciado o achado de diversos elementos arquitetónicos (Martins, 1990, pp. 89-90; Fontes, 1993, pp. 76-77; Carvalho, 2008, p. 270). Os dois capiteis em granito nº550 e 551, dados como provenientes de paço de Semelhe, com cronologias associáveis aos séculos V-VII, deverão ser associáveis a este sítio, fazendo do mesmo, à exceção e Dume, a *villa* que parece ter uma maior probabilidade de ter sido ocupada neste período.

Na mesma coleção museográfica estão identificados quatro elementos arquitetónicos cujas cronologias abarcam o período cronológico compreendido entre os séculos II-VII (nºs 31, 66, 67 e 86) que poderão ter sido alvo de reaproveitamentos de materiais de outras proveniências. Pese embora a existência, neste local, de um sítio arqueológico que tipologicamente e cronologicamente é compatível com este tipo de vestígios e a relativa proximidade ao suposto local do achado dos elementos arquitetónicos em questão, consideramos bastante plausível que a proveniência original dos mesmos, pudesse ser deste local. Apesar de Armando Redentor e Henrique Regalo (2013), considerarem o local da proveniência dos capiteis (550 e 551), da coleção do Museu Pio XII, a zona da Quinta da Mata, um local distinto de Santarão, mantemos a posição de sinalização de apenas um sítio, defendida em Andrade (2015, p. 60).

O local encontra-se plenamente enquadrado e ligeiramente sobrelevado relativamente ao vale por onde passa o rio Torto, que vai desembocar, mais a norte, no rio Cávado. Dada a grande apetência agrícola dos terrenos que lhe estão nas proximidades, a possibilidade de a tipologia do sítio estar relacionada com a atividade agropecuária é grande. Contudo, na medida em que não possuímos dados acerca da organização interna da *villa*, não nos é possível conhecer, com detalhe, de que forma é que o sítio se relaciona com a envolvente e de que forma é que a organização do espaço construído se adaptou ao terreno.

4.102.2. Dados documentais

Não conseguimos recolher referências acerca do local, na principal documentação utilizada no presente estudo.

4.102.3. Cronologia

Ocupação da Antiguidade Tardia associada a uma *villa*.

4.102.4. Bibliografia selecionada

Martins, 1990, pp. 89-90; Fontes, 1993, pp. 76-77; Carvalho, 2008, II, p. 34; Fontes *et al.*, 2009, vol. II, pp. 62-63; Andrade, 2015, p.192, Redentor e Regalo, 2013

4.103. Sítio 103 *Caldas; Sequeira; Braga*

4.103.1. Dados arqueológicos

No monte das Caldas [103], parece ter sucedido algo similar ao que se verificou no monte da Consolação [76]. L. Fontes (1993, p. 54), refere que se trata de um povoado de grandes dimensões, com três linhas de muralhas, e que, também se identificam casas circulares. O autor refere ainda que o povoado serviu de pedreira para a construção do mosteiro de Tibães, facto que corrobora as considerações que tecemos sobre vestígios mais antigos, eventualmente associáveis ao local, no sentido de não puderem, com certeza, ser relacionáveis a um conjunto monástico. A inexistência de escavações não nos permite tecer considerações mais pormenorizadas sobre o local e conhecer com detalhe quais as características de adaptação, neste período. Consideramos que o sítio, a ser ocupado durante a Idade Média, tal como o monte da Consolação [76], só terá sido ocupado durante a Alta Idade Média, pelas razões apresentadas por Mário Barroca (1990-1991, p. 118) no âmbito das condicionantes que a criação de Terras medievais teve ao nível das fortificações.

Manuela Martins (1990, pp. 83-84) refere a romanização do local, tendo identificado fragmentos de cerâmica indígena e tégulas, no interior de estruturas retangulares e quadrangulares. Luís Fontes (1993, p. 54) assume que o local poderá ter conhecido uma ocupação durante o período medieval. Face à tipologia do local, assumimos que a ocupação poderá ter acontecido nos momentos mais recuados do período medieval. Os dados acerca dos materiais recolhidos não são muito claros e a elevada destruição do local, que serviu de pedreira em diversos momentos da sua história, não permite tecer considerações muito mais detalhadas acerca do mesmo. Seriam necessárias sondagens arqueológicas, que não nos foi possível efetuar no âmbito do presente trabalho.

Almeida (1972, p. 325) refere a proveniência de um capitel tardo antigo, segundo a tradição oral, o que pressuporia uma ocupação deste povoado fortificado neste período.

A confirmar-se esta hipótese, o monte das Caldas [103], em conjunto com a Falperra [47], constituiriam locais de ocupação em altitude, tardo antigos. Dada a natureza dos dados, a presença de vestígios em Martim [11], não muito longe do local e a hipótese avançada por Almeida (1972), da possibilidade de poder ter sido identificado em contexto de reaproveitamento, colocamos, de momento, algumas reservas na sua associação a uma ocupação da Antiguidade Tardia.

A implantação do povoado fortificado num promontório, confere-lhe características de domínio visual sobre a envolvente próxima, como acontece em povoados com características similares. Neste caso específico é notório o domínio sobre uma das principais vias de comunicação relacionada com a cidade de Braga.

4.103.2. Dados documentais

As referências documentais são provenientes das Memórias Paroquiais de 1758, na descrição da paróquia em que está inserido o sítio. Os principais acidentes orográficos referenciados em Gondizalves [58] são o monte de S. Gregório [26] e o monte das Caldas [103], sendo o curso de água mencionado, o ribeiro da Naia, que corresponderá ao início do ribeiro referenciado como sendo rio Torto na freguesia de Frossos [56] (Capela, 2003, pp. 181-182).

4.103.3. Cronologia

Ocupação da Alta Idade Média associada a um povoado fortificado.

4.103.4. Bibliografia selecionada

Almeida, 1972, pp. 319-326; Martins, 1990, pp. 83-84; Fontes, 1993, p. 54; Capela, 2003, pp. 181-182; Carvalho, 2008, II, pp. 29

4.104. Sítio 104 *Sequeira; Sequeira; Braga*

4.104.1. Dados arqueológicos

Não recolhemos dados para este sítio, nos inventários arqueológicos que serviram de base para o nosso estudo, nem em visita ao local. Desconhecemos ruínas de estruturas associáveis ao local, ou indícios de edificado que possam remontar aos períodos mais antigos referenciados documentalmente. Também desconhecemos indícios de materiais e achados isolados próximos.

Consideramos ser possível percecionar um núcleo paroquial que está plenamente articulado com os núcleos populacionais da freguesia, constituindo o centro nevrálgico das vivências da comunidade.

4.104.2. Dados documentais

A paróquia de Sequeira [104] era denominada de "*Sancta Maria de Sequeira*", no censual datado dos finais do século XI e pertencia à Terra de *Bracara* (Costa, 2000, pp. 83-84).

Santa Maria de Sequeira [104] é referenciada como "*Sancta Maria de Sequeira*" em 1220 e pertencente à Terra de Penafiel de Bastuço (PMH. Inq., 1888, pp. 16, 87, 175, 218). A paróquia é denominada "*Sancta Maria de Sequeira*" em 1288". A referência é feita em conjunto com S. Saturnino [106], sendo referenciada ainda, a existência de pelo menos três honras, na paróquia. (Pizarro, 2012, p. 468).

A freguesia de Sequeira [104], é denominada "*Sam Martinho de Sequeira*", no século XVI e pertencente a Penafiel de Bastuço (Freire e Pessanha, 1905, pp. 241-273). A freguesia denominava-se "*Santa Maria de Sequeira*" no século XVIII e pertencia ao termo de Barcelos (Capela, 2003, pp. 199-200). A análise das Memórias Paroquiais de 1758 permite ainda constatar que possuía cerca de trezentos e setenta moradores e era constituída pelos lugares de *"...Torre, Trás-o-rio, São Saturnino, Couço, Quintão Velha, Penaboense e Monforte, da Igreja, Renhadouro, Nugueira, Soutelinho, São Paio, Estremo, Pinheiro, Pouzada, Caldas..."*. Ressalva-se ainda a referência a que a freguesia de S. Saturnino [106] teria sido paróquia em períodos mais recuados (Capela, 2003, p. 199).

4.104.3. Cronologia

Ocupação da Alta Idade Média, Baixa Idade Média e Idade Moderna associada a um núcleo paroquial.

4.104.4. Bibliografia selecionada

PMH. Inq., 1888, pp. 16, 87, 175, 218; Freire e Pessanha, 1905, pp. 241-273; Costa, 2000, pp. 83-84; Capela, 2003, p. 199; Pizarro, 2012, p. 468

4.105. Sítio 105 *Sampaio; Sequeira; Braga*

4.105.1. Dados arqueológicos

Não recolhemos dados para este sítio, nos inventários arqueológicos que serviram de base para o nosso estudo, nem em visita ao local. Desconhecemos ruínas de estruturas associáveis ao local, ou indícios de edificado que possam remontar aos períodos mais antigos referenciados documentalmente. Também desconhecemos indícios de materiais e achados isolados próximos.

O local encontra-se plenamente enquadrado com o casario que lhe está mais próximo, sendo relativamente bem servido de vias de comunicação, o que permite às populações que aí vivem experienciarem parte do seu quotidiano social e religioso.

4.105.2. Dados documentais

Na freguesia de Sequeira, no lugar de Sampaio [105] identifica-se a referência à paróquia de "*Sancto Pelagio de Ulgoso*", no censual datado dos finais do século XI e pertencia à Terra de *Bracara* (Costa, 2000, p. 83).

4.105.3. Cronologia

Ocupação da Alta Idade Média, Baixa Idade Média e Idade Moderna associada a um núcleo paroquial.

4.105.4. Bibliografia selecionada

Costa, 2000, p. 83

4.106. Sítio 106 *S. Saturnino; Sequeira; Braga*

4.106.1. Dados arqueológicos

Não recolhemos dados para este sítio, nos inventários arqueológicos que serviram de base para o nosso estudo, nem em visita ao local. Desconhecemos ruínas de estruturas associáveis ao local, ou indícios de edificado que possam remontar aos períodos mais antigos referenciados documentalmente. Também desconhecemos indícios de materiais e achados isolados próximos.

O local encontra-se plenamente enquadrado com o casario que lhe está mais próximo, sendo relativamente bem servido de vias de comunicação, o que permite às populações que aí vivem experienciarem parte do seu quotidiano social e religioso.

4.106.2. Dados documentais

Na freguesia de Sequeira, no lugar de S. Saturnino [106] identifica-se a referência à paróquia de "*Sancto Saturnino*", no censual datado dos finais do século XI e pertencia à Terra de *Bracara* (Costa, 2000, p. 84).

A paroquia de S. Saturnino [106], é referenciada como "*Sancto Saturnino*" em 1220 e pertencente à Terra de Penafiel de Bastuço (PMH. Inq., 1888, pp. 16, 87, 175, 218). A paroquia é referenciada como "*Sancti Saturnini de Sequeira*" em 1288 e pertencente à mesma circunscrição territorial de 1220 (Pizarro, 2012, p. 468).

Não nos foi possível recolher dados acerca da paróquia no século XVI.

É feita referência na Memória Paroquial de Sequeira [104] que o lugar de S. Saturnino [106] teria sido paróquia em períodos mais recuados (Capela, 2003, p. 199).

4.106.3. Cronologia

Ocupação da Alta Idade Média, Baixa Idade Média e Idade Moderna associada a um núcleo paroquial.

4.106.4. Bibliografia selecionada

PMH. Inq., 1888, pp. 16, 87, 175, 218; Costa, 2000, p. 184; Capela, 2003, p. 191; Pizarro, 2012, p. 468

4.107. Sítio 107 *Sobreposta; Sobreposta; Braga*

4.107.1. Dados arqueológicos

Os dados arqueológicos que temos disponíveis para o local são essencialmente provenientes do Inventário Arqueológico de Braga (Fontes, 1993, pp. 31-88) e do inventário do Museu Pio XII (Fontes e Pereira, 2009, vol. I, p. 67). Desconhecemos ruínas de estruturas associáveis ao local, ou indícios de edificado que possam remontar aos períodos mais antigos referenciados documentalmente. Admitimos a hipótese de poder haver um templo associável à Idade Moderna, na origem do núcleo paroquial.

Identificou-se uma gelosia pré-românica em granito, que atesta a ocupação do local na Alta Idade Média. O elemento encontra-se inventariado na coleção do Museu Pio XII, com o nº 542. A paróquia de S. Tomé da Lageosa [108], para além da referência documental do censual, também é referenciada como necrópole. Luís Fontes (1993, pp. 75-76) refere o achado de um miliário nas proximidades. Desconhecemos dados específicos dos edifícios mais antigos que se teriam localizado no local, contudo pensamos ser possível percecionar um núcleo paroquial que está plenamente articulado com os aglomerados populacionais da freguesia, constituindo o centro nevrálgico das vivências da comunidade.

4.107.2. Dados documentais

A paróquia de Sobreposta [107] era denominada de "*Sancta Maria de Superposta*", no censual datado dos finais do século XI e pertencia à Terra de Lagenoso (Costa, 2000, p. 126).

A freguesia de Sobreposta [107], é referenciada nas Inquirições de 1220 como "*Sancta Maria de Superposta*" e pertencente ao couto de Pedralva (PMH. Inq., 1888, pp. 59, 149, 199, 248). A freguesia é mencionada, genericamente, como "*Sancte Marie*" em 1288, pertencendo ao mesmo couto de 1220 (Pizarro, 2012, p. 455).

Não conseguimos extrair referências desta freguesia no século XVI. A freguesia de Santa Maria de Sobreposta [107], é referenciada em 1758, como sendo pertencente à comarca de Braga. Os dois lugares principais da freguesia são Sobreposta e "*Lagioza*", sendo ainda referido que possuía lugares de menores dimensões: *"Oleiro, Requiexo, Pedrogos, Fonte e Lagea, Vitoreira, Quachada, Outeiro e Igreja*". O seu total de habitantes, deveria rondar os trezentos e vinte, em meados do século XVIII (Capela, 2003, p. 200). A grande evidência em que é colocado o lugar da Lageosa [108], na descrição do século XVIII, parece, à primeira vista, ser condizente com uma possível existência de sede paroquial para tempos bastante recuados.

4.107.3. Cronologia

Ocupação da Alta Idade Média, Baixa Idade Média e Idade Moderna associada a um núcleo paroquial.

4.107.4. Bibliografia selecionada

PMH. Inq., 1888, pp. 59, 149, 199, 248; Fontes, 1993, pp. 75-76; Costa, 2000, p. 126; Capela, 2003, p. 200; Fontes e Pereira, 2009, vol. I, p. 67; Pizarro, 2012, p. 455

4.108. Sítio 108 *S. Tomé da Lageosa; Sobreposta; Braga*

4.108.1. Dados arqueológicos

Em S. Tomé da Lageosa [108], L. Fontes (1993, p. 78), referencia a identificação de dois sarcófagos antropomórficos que se localizam junto à parte norte da igreja. São os únicos vestígios de necrópole que se conhecem até ao momento, de *S. Tomé de Lagenosa,* referenciado no censual de finais do século XI.

Para além dos sarcófagos identificados, não nos foi possível a identificação de quaisquer outros vestígios materiais ou recolha de materiais à superfície.

O local encontra-se plenamente enquadrado com o casario que lhe está mais próximo, sendo relativamente bem servido de vias de comunicação, o que permite às populações que aí vivem experienciarem parte do seu quotidiano social e religioso. Contudo, não nos foi possível uma aproximação á organização espacial e articulação territorial nos períodos mais recuados.

4.108.2. Dados documentais

Na freguesia de Sobreposta, no lugar de S. Tomé da Lageosa [108] identifica-se a referência à paróquia de "*Sancta Christina de Lagenosa*", no censual datado dos finais do século XI e pertencia à Terra de Lagenoso (Costa, 2000, p. 126).

A grande evidência em que é colocado o lugar da Lageosa [108], na descrição do século XVIII, parece ser condizente com uma possível existência de sede paroquial para tempos bastante recuados, como já referimos na descrição da paróquia de Sobreposta (Capela, 2003, p. 200).

4.108.3. Cronologia

Ocupação da Alta Idade Média associada a um núcleo paroquial.

4.108.4. Bibliografia selecionada

Fontes, 1993, p. 78; Costa, 2000, p. 126; Capela, 2003, p. 200

4.109. Sítio 109 *Assento; Tadim; Braga*

4.109.1. Dados arqueológicos

Não recolhemos dados arqueológicos para este sítio, nos inventários arqueológicos que serviram de base para o nosso estudo, nem em visita ao local. Não conhecemos ruínas de estruturas associáveis ao local, ou indícios de edificado que possam remontar aos períodos mais antigos referenciados documentalmente. Também desconhecemos indícios de materiais e achados isolados próximos.

O local encontra-se bastante descaracterizado, contudo pensamos ser possível percecionar um núcleo paroquial que está plenamente articulado com os aglomerados populacionais da freguesia, constituindo o centro nevrálgico das vivências da comunidade.

4.109.2. Dados documentais

A paróquia de Tadim [109] era denominada de "*Sancto Bertholomei de Tedim*", no censual datado dos finais do século XI e pertencia à Terra de *Bracara* (Costa, 2000, p. 82).

A paróquia é referenciada como "*Sancto Bartholomeu de Tedim*" em 1220 e pertence à Terra de Penafiel de Bastuço (PMH. Inq., 1888, pp. 15, 86, 174, 217). É ainda referenciada como "*Sancti Bartolamei de Tedim*" em 1288. A paróquia, cuja descrição se apresenta em conjunto com a de Priscos [93], apresenta a referência a pelo menos uma honra nos seus limites (Pizarro, 2012, p. 484).

A paróquia é referida no século XVI como "*Sam Bertolamei de Tedim* " (Freire e Pessanha, 1905, pp. 241-273). No século XVIII estava unida a Fradelos [54], sendo mencionado em 1758, que faria parte do termo de Barcelos. É mencionado ainda que teriam no seu conjunto, onze lugares: *"... Assento... Quintans de Sima.. Quintans de Baixo... Monte... Bairro, Fontello, Carrasquos. Methelos, Eirado... Igreja... Ribeiro...*" (Capela, 2003, p. 203).

4.109.3. Cronologia

Ocupação da Alta Idade Média, Baixa Idade Média e Idade Moderna associada a um núcleo paroquial.

4.109.4. Bibliografia selecionada

PMH. Inq., 1888, pp. 15, 86, 174, 217; Freire e Pessanha, 1905, pp. 241-273; Costa, 2000, p. 82; Capela, 2003, p. 203; Pizarro, 2012, p. 484

4.110. Sítio 110 *Penedo dos Mouros; Tadim; Braga*

4.110.1. Dados arqueológicos

O castelo de Penafiel de Bastuço, também conhecido pelas populações locais como penedo do Mouros [110], foi intervencionado pela Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, sob a direção de Luís Fontes (Fontes e Regalo, 1997, pp. 199-220). A intervenção permitiu identificar estruturas relacionadas com a defesa do local e outras que poderiam ter uma função habitacional. Das estruturas defensivas, destaca-se a identificação de um talude perimetral, reforçado por muro, associado a um fosso. As estruturas delimitam o recinto, estando o eixo maior orientado no sentido NE/SO. No afloramento rochoso identificaram-se os rasgos para assentamento do alicerce, com cerca de quatro centímetros de profundidade e cinquenta centímetros de largura. Identificaram-se ainda indícios de uma vala de fundação de estrutura que os autores interpretaram como sendo pertencente a uma paliçada (Fontes e Regalo, 1997, p. 206).

A cerâmica associada ao local e publicada em Fontes e Regalo (1997, pp. 199-220), remete para cronologias que se deverão enquadrar nos séculos X-XI.

O local encontra-se implantado num esporão com uma boa visibilidade sobre os territórios que lhe estão mais próximos. Esta característica está plenamente adequada à tipologia estabelecida. As estruturas estão organizadas em plataformas, o que é plenamente adequado com a defesa do promontório, criando redutos que impeçam a progressão de elementos exógenos ao local. A sua organização espacial teve em conta esta dupla funcionalidade, proteção e dificuldade de acesso do exterior para o interior e controlo da envolvente e dos povoados circundantes, ou seja, a defesa simultânea do seu interior e da envolvente próxima.

4.110.2. Dados documentais

O castelo de Penafiel de Bastuço, cuja região de influência permanece como circunscrição territorial bem definida, não parece ter permanecido ocupado durante a Baixa Idade Média. De acordo com os dados apresentados por Fontes e Regalo (1997, p. 202), já não apareciam mencionados no rol das arras do casamento de D. Sancho com D. Mécia, ao contrário dos castelos de Faria e Vermoim. Tal como referiram L. Fontes e H. Regalo (1997, p. 205), o abandono da fortificação precedeu em quase sete séculos, a extinção da circunscrição territorial. O significado que poderá ter o abandono defensivo de Penafiel de Bastuço, zona que, como é igualmente referido por Fontes e Regalo (1997, p. 205), terá alternado entre o domínio real e o domínio da arquidiocese de Braga, será tratado com maior detalhe na parte III.

4.110.3. Cronologia

Ocupação da Alta Idade Média e associada a uma fortificação.

4.110.4. Bibliografia selecionada

Fontes, 1993, p. 64; Fontes e Regalo, 1997, pp. 199-220

4.111. Sítio 111 *S. Bento; Tadim; Braga*

4.111.1. Dados arqueológicos

Os dados arqueológicos que temos disponíveis para o local são essencialmente provenientes do Inventário Arqueológico de Braga (Fontes, 1993, pp. 31-88).

Luís Fontes (1993, p. 79) refere a recolha de fragmentos de tijolo e tégula, associando o local a uma ocupação medieval. Não nos tendo sido possível esclarecer o tipo de *habitat*, mantivemos a referência genérica, com algumas reticências.

Dado que não nos foi possível visualizar as ruínas arqueológicas referenciadas para este sítio, não podemos fornecer dados acerca da sua organização interna e da forma como o conjunto se relaciona com a envolvente imediata. A associação à freguesia baseou-se na CAOP, sendo distinta da que lhe é comummente atribuída.

4.111.2. Dados documentais

Não conseguimos recolher referências acerca do local, na principal documentação utilizada no presente estudo.

Não nos foi possível recolher dados acerca do local, nas Memórias Paroquiais de 1758.

4.111.3. Cronologia

Ocupação da Alta Idade Média associada a um *habitat*.

4.111.4. Bibliografia selecionada

Fontes, 1993, p. 79

4.112. Sítio 112 *Tebosa; Tebosa; Braga*

4.112.1. Dados arqueológicos

Não recolhemos dados para este sítio, nos inventários arqueológicos que serviram de base para o nosso estudo, nem em visita ao local. Desconhecemos ruínas de estruturas associáveis ao local, ou indícios de edificado que possam remontar aos períodos mais antigos referenciados documentalmente. Admitimos a hipótese de poder haver um templo associável à Idade Moderna, na origem do núcleo paroquial. Também desconhecemos indícios de materiais e achados isolados próximos.

Consideramos ser possível percecionar um núcleo paroquial que está plenamente articulado com os núcleos populacionais da freguesia, constituindo o centro nevrálgico das vivências da comunidade.

4.112.2. Dados documentais

A paróquia de Tebosa [112] era denominada de "*Sancto Salvatore de Tevolosa*", no censual datado dos finais do século XI e pertencia à Terra de *Bracara* (Costa, 2000, pp. 79-80).

A freguesia [112], era denominada de "*Sancto Salvatore de Tevoosa*" em 1220 e pertence à Terra de Penafiel de Bastuço (PMH. Inq., 1888, pp. 15-86, 174, 217). Em 1288, a paróquia é denominada de "*Sancti Salvatoris da Tavoosa*" e pertence ao Julgado de Penafiel de Bastuço (Pizarro, 2012, p. 471).

No século XVI, a freguesia denominava-se "*Tavossa*" e fazia parte de Penafiel de Bastuço (Freire e Pessanha, 1905, pp. 241-273).

Tebosa [112], pertencia, no século XVIII ao "*termo da villa de Barcellos*", sendo os lugares que a constituíam: "*Asento, Quinta, Cadoi, Riba, Deveza, Cazais, Boussa, Passo, Vicainha, Laam, Thabosa, Arras, Barreiros*"(Capela, 2003, p. 203). O relato efetuado pelo pároco também refere que na freguesia se produziam diversos produtos, com especial relevância para o milho maiz, o milho miúdo, o centeio e algum vinho, que atesta a sua característica eminentemente rural. Habitariam na freguesia em 1758, cerca de duzentas e noventa e seis pessoas.

4.112.3. Cronologia

Ocupação da Alta Idade Média, Baixa Idade Média e Idade Moderna associada a um núcleo paroquial.

4.112.4. Bibliografia selecionada

PMH. Inq., 1888, pp. 15, 86, 174, 217; Freire e Pessanha, 1905, pp. 241-273; Costa, 2000, pp. 79-80; Capela, 2003, p. 203; Pizarro, 2012, p. 471

4.113. Sítio 113 *Tenões; Tenões; Braga*

4.113.1. Dados arqueológicos

A igreja de Santa Eulália de Tenões [113], apresenta algumas características que permitem avançar com a hipótese de possível construção tardo medieval, sendo, contudo, uma parte considerável da sua construção, associada a época posterior. Podemos constatar que a generalidade da pequena igreja se associa à época moderna, estando a fase que se poderá associar à Baixa Idade Média, início da Idade Moderna, circunscrita a alguns elementos, como arcos apontados ou ainda outros, que enquadram os vãos. Luís Fontes (1993, p. 78) refere que a planta e volumetria remetem para a construção medieval, facto que também nos parece altamente provável. Para além do imóvel descrito, não nos foi possível recolher qualquer outro tipo de materiais de superfície.

Consideramos ser possível percecionar um núcleo paroquial que está plenamente articulado com os núcleos populacionais da freguesia, constituindo o centro nevrálgico das vivências da comunidade.

4.113.2. Dados documentais

A paróquia de Tenões [113] era denominada de "*Sancta Eolalia de Telones*", no censual datado dos finais do século XI e pertencia à Terra de *Bracara* (Costa, 2000, pp. 70-71).

Foi mencionada como "*Sancta Ovaia de Tellonis*" em 1220 (PMH. Inq., 1888, pp. .68, 161, 205, 257), sendo pertencente ao couto de Braga. A freguesia é referida como "*Sancte Ovaie de Tencões*" em 1288 e pertencente ao couto de Braga (Pizarro, 2012, p. 447).

A freguesia de Santa Eulália de Tenões [113], "*Santa Ovaia de Tencões*", no século XVI (Freire e Pessanha, 1905, pp. 241-273), pertencia ao termo da cidade de Braga. Possuiria no século XVIII cerca de cinquenta e sete fogos e cerca de cento e cinquenta e uma "*pessoas de sacramento*". A freguesia era constituída por catorze lugares, sendo o povoamento, bastante disperso possuindo a maioria dos lugares três lugares ou menos. Os lugares elencados são "...*Acento... Regengo... Thelhado... Bom Jesus do Monte... Arco... Torre... Crasto... Eira... Toural... Monte... Baixetes... Pouzada... Ruibanhos... Nugueiras... Allem...*" (Capela, 2003, p. 205). A principal referência orográfica da paróquia é o promontório do Bom Jesus do Monte, sendo feita referência ao santuário erigido sob o patrocínio do arcebispo D. Rodrigo de Moura Telles (Capela, 2003, p. 205). Um outro interessante dado acerca da freguesia no século XVIII, que pode ser extraído da descrição, é a relato que é efetuado dos seus limites, sendo mencionado que teria uma área aproximada de "*dous tiros de valla*", para nascente, aproximadamente. A demarcação principiaria na área de confronto com a freguesia de S. Pedro de Este [50], sendo ainda referido que "*vai demarcando a freguesia da de Nogueiró pela parte do Poente e pella do Sul com Espinho e vai correndo desta para a da Magdallena Santa e desta vai passando para a Morreira e desta por sima de Esperões,*

metendo-se para o poente daqui legoa e cuarto mais ou menos" (Capela, 2003, p. 209). É ainda referido que esta freguesia, localizada essencialmente numa área de encosta, tinha abundância de águas, possuindo diversas nascentes. Uma das nascentes que é mencionada é a que se localiza junto à capela da Nª Srª. dos Prazeres, que até época bastante recente era utilizada pelos habitantes de Tenões [113] e da vizinha freguesia de Gualtar [59]. É feita ainda referência ao rio Este, que passa na zona do vale, junto à freguesia de Gualtar [59], e que possuía diversos moinhos que funcionaram até, pelo menos ao século XX, e que forneciam de cereal quase todas as freguesias do vale de Este.

4.113.3. Cronologia

Ocupação da Alta Idade Média, Baixa Idade Média e Idade Moderna associada a um núcleo paroquial.

4.113.4. Bibliografia selecionada

PMH. Inq., 1888, pp. 68, 161, 205, 257; Freire e Pessanha, 1905, pp. 241-273; Fontes, 1993, p. 78; Costa, 2000, pp. 70-71; Capela, 2003, p. 205; Pizarro, 2012, p. 447

4.114. Sítio 114 *Deveza; Trandeiras; Braga*

4.114.1. Dados arqueológicos

Não recolhemos dados para este sítio, nos inventários arqueológicos que serviram de base para o nosso estudo, nem em visita ao local. Desconhecemos ruínas de estruturas associáveis ao local, ou indícios de edificado que possam remontar aos períodos mais antigos referenciados documentalmente. Também desconhecemos indícios de materiais e achados isolados próximos.

O local encontra-se bastante descaracterizado, contudo pensamos ser possível percecionar um núcleo paroquial que está plenamente articulado com os aglomerados populacionais da freguesia, constituindo o centro nevrálgico das vivências da comunidade.

4.114.2. Dados documentais

A paróquia de Trandeiras [114] era denominada de "*Sancto Salvatore de Trandeiras*", no censual datado dos finais do século XI e pertencia à Terra de *Bracara* (Costa, 2000, p. 75).

Trandeiras [114] é mencionada em 1220 como "*Sancto Salvatore de Trandeiras*" e pertence à Terra de Penafiel de Bastuço (PMH. Inq., 1888, pp. 69, 161, 205, 257). É referenciada como "*Sancte Salvatoris de Trandeiras*" em 1288 (Pizarro, 2012, p. 432).

No século XVI, a paróquia estaria unida a Lamas [62], sendo denominada à época "*Trandeyras e Lamas*" (Freire e Pessanha, 1905, pp. 241-273).

A freguesia de Trandeiras [114], teria em 1758, cerca de cento e trinta e sete habitantes e pertenceria ao termo de Braga. Os lugares referenciados são: "*Sá... Acento... Varsiella... Quintans... Deveza... Outeiro da Silva... Barroca... Guiços... Outão... Ruilhe... Burguete... Barreiro... Outeiro... Carvalho de Baxo... Carvalho de Sima...*" (Capela, 2003, p. 210).

4.114.3. Cronologia

Ocupação da Alta Idade Média, Baixa Idade Média e Idade Moderna associada a um núcleo paroquial.

4.114.4. Bibliografia selecionada

PMH. Inq., 1888, pp. 69, 161, 205, 257; Freire e Pessanha, 1905, pp. 241-273; Costa, 2000, p. 75; Capela, 2003, p. 210; Pizarro, 2012, p. 432

4.115. Sítio 115 *Assento; Vilaça; Braga*

4.115.1. Dados arqueológicos

Não recolhemos dados para este sítio, nos inventários arqueológicos que serviram de base para o nosso estudo, nem em visita ao local. Desconhecemos ruínas de estruturas associáveis ao local, ou indícios de edificado que possam remontar aos períodos mais antigos referenciados documentalmente. Também desconhecemos indícios de materiais e achados isolados próximos.

O local encontra-se bastante descaracterizado, contudo pensamos ser possível percecionar uma relação de um núcleo paroquial que está plenamente articulado com os aglomerados populacionais da freguesia, constituindo o centro nevrálgico das vivências da comunidade.

4.115.2. Dados documentais

A paróquia de Vilaça [115] era denominada de "*Sancta Cecilia de Lauredo*", no censual datado dos finais do século XI e pertencia à Terra de *Bracara* (Costa, 2000, pp. 82-83).

Vilaça [115] é denominada de "*Sancta Cecilia*" em 1220 e pertence à Terra de Penafiel de Bastuço (PMH. Inq., 1888, pp. 15, 86, 174, 217).

A paróquia é denominada de "*Sancte Columbe*" em 1288. Apesar da denominação no início do texto da Inquirição de 1288 estar com a grafia atrás referida, na descrição é referenciada "*Sancta Çesilya*" e pertence ao Julgado de Penafiel de Bastuço (Pizarro, 2012, p. 477).

No século XVI é denominada genericamente de "*Santa Çezília*" (Freire e Pessanha, 1905, pp. 241-273). Santa Cecília de Vilaça [115], pertenceria no século XVIII, ao termo de Barcelos, e seria constituída por apenas quatro lugares: "*...Quebrada... Gallos... Louredo... Assento...*" (Capela, 2003, p. 210). Para além do facto de parte da freguesia se localizar em zona de encosta e parte se localizar em zona de vale, não é feita referência mais detalhada à morfologia do território.

4.115.3. Cronologia

Ocupação da Alta Idade Média, Baixa Idade Média e Idade Moderna associada a um núcleo paroquial.

4.115.4. Bibliografia selecionada

PMH. Inq., 1888, pp. 15, 86, 174, 217; Freire e Pessanha, 1905, pp. 241-273; Costa, 2000, pp. 82-83; Capela, 2003, p. 210; Pizarro, 2012, p. 477

4.116. Sítio 116 *Vimieiro; Vimieiro; Braga*

4.116.1. Dados arqueológicos

A carta de couto é datável de 1127 e terá sido outorgada por D. Teresa à ordem de Cluny. Os vestígios que temos deste mosteiro são quase inexistentes, fruto da curta duração da existência do mesmo. Segundo Marques (1988, pp. 657-658), já em 1377 os visitadores de Cluny incluíram este mosteiro entre os que já não teriam monges. Não são visíveis no local quaisquer vestígios da ocupação associável a este período. Podemos constatar que o couto tinha dimensões razoáveis, localizando-se a sudoeste da cidade de Braga, numa zona de contacto entre as duas circunscrições territoriais de maiores dimensões nesta região (Terra de Penafiel de Bastuço e couto de Braga). Trata-se de um território consideravelmente bem definido, que corresponde aproximadamente à área atualmente ocupada pelas freguesias que lhe foram estado associadas ao longo dos tempos e englobaria as freguesias de Figueiredo [52], Celeirós [37], Aveleda [24] e Vimieiro [116].

4.116.2. Dados documentais

O mosteiro de Vimieiro [116], apresenta como referência documental mais antiga conhecida "*S. S. de Vimeneiro; Illo monasterio*", no censual de finais do século XI (Costa, 2000, pp. 105-106).

Os dados presentes nas Inquirições de 1220 (PMH. Inq. 1888), permitem-nos uma aproximação à propriedade fundiária do mosteiro e perspetivar uma propriedade que praticamente se circunscreve à área coutada, ao contrário de outros mosteiros, que apresentam propriedades por uma região muito mais ampla, relativamente aos seus domínios iniciais.

As Inquirições de 1288 (Pizarro, 2012, pp. 490-495) proporcionam uma aproximação às condições em que o couto estaria nesse momento. É possível constatar, através da leitura do documento que, já neste momento, o território parecia estar a ser alvo de disputas. De facto, a referência direta de que entidades seculares e eclesiásticas parecem de alguma forma prejudicar os interesses do couto torna, no nosso entender, compreensível o panorama traçado por J. Marques, (1988, pp. 657-658).

No século XVI, ainda se identificou a referência a "*Mosteyro de Vimieiro*", apesar de já ter sido reduzido à época a igreja paroquial (Freire e Pessanha, 1905, pp. 241-273).

Foi igualmente possível analisar os dados das Memórias Paroquias de 1758, referentes à freguesia de Santa Ana de Vimieiro [116], sendo referido que possuiria noventa e quatro vizinhos e duzentas e quarenta e duas "*pessoas de sacramento*". Menciona-se ainda que a igreja paroquial se situava num lugar central da freguesia e que seria constituída pelos seguintes lugares: "*Santa Cruz, Souto, Deveza, Tralharinha, Sobre Gaiam, Granja, Picoto, Bemposta, Pinheiro, Monte, Cachada, Bouça, Agra, Macada, Barreiro e Mosteiro*" (Capela, 2003, p. 211). A freguesia seria cabeça do couto homónimo, como foi

também possível constatar nas análises de épocas anteriores. Ao nível da morfologia da paróquia, é referido que estaria localizada numa zona de vale e que era constituída igualmente por diversos outeiros, sendo ainda mencionado que nos referidos outeiros estariam diversas "*bouças incultas*" (Capela, 2003, p. 211).

4.116.3. Cronologia

Ocupação da Alta Idade Média e Baixa Idade Média associada a um mosteiro.

Ocupação da Idade Moderna associada a um núcleo paroquial.

4.116.4. Bibliografia selecionada

PMH. Inq., 1888; Freire e Pessanha, 1905, pp. 241-273; Marques, 1988, pp. 657-658; Costa, 2000, p. 105; Capela, 2003, p. 211; Pizarro, 2012, pp. 490-495

4.117. Sítio 117 *Arnoso; Arnoso (Santa Maria); Vila Nova de Famalicão*

3.117.1. Dados arqueológicos

Não recolhemos dados para este sítio, nos inventários arqueológicos que serviram de base para o nosso estudo, nem em visita ao local. Desconhecemos ruínas de estruturas associáveis ao local, ou indícios de edificado que possam remontar aos períodos mais antigos referenciados documentalmente. Também desconhecemos indícios de materiais e achados isolados próximos.

O local encontra-se bastante descaracterizado, contudo pensamos ser possível percecionar um núcleo paroquial que está plenamente articulado com os aglomerados populacionais da freguesia, constituindo o centro nevrálgico das vivências da comunidade.

4.117.2. Dados documentais

A paróquia de Arnoso [117] era denominada de "*Sancta Maria de Arnoso*", no censual datado dos finais do século XI e pertencia à Terra de *Bracara* (Costa, 2000, p. 79).

Não conseguimos recolher referências a Santa Maria de Arnoso [17] nas Inquirições de 1220. Aparece apenas referenciada nas Inquirições de 1288, como "*Sancte Marie d'Arnoso*". Tal como já foi referido na análise da paróquia de Arentim [23], está associada uma honra à paroquia de Santa Maria de Arnoso [117], cujos limites foram confirmados pelas referências que foram apresentadas (Pizarro, 2012, pp. 481-482).

No século XVI a freguesia é denominada de "*Sancte Marie d'Arnoso*" (Freire e Pessanha, 1905, pp. 241-273).

Segundo o relato das Memórias Paroquiais de 1758, seria pertencente ao termo da vila de Barcelos, sendo habitada por duzentas e noventa e três "*pessouas de sacramento*" e constituída pelos seguintes lugares: "*Ferram, Agro, Quintella, Picoto, Bonome, Lordelo, Lages, Arnozo*" (Capela, 2003, p. 465). Serve-se do juiz de fora de Barcelos e o uso de serviços como o correio é feito com recurso aos serviços postais de Vila Nova de Famalicão, não parecendo que o quotidiano dos habitantes da freguesia esteja muito relacionado com a cidade de Braga (Capela, 2003, p. 465).

4.117.3. Cronologia

Ocupação da Alta Idade Média, Baixa Idade Média e Idade Moderna associada a um núcleo paroquial.

4.117.4. Bibliografia selecionada

Freire e Pessanha, 1905, pp. 241-273; Costa, 2000, p. 79; Capela, 2003, p. 465; Pizarro, 2012, pp. 481-482

4.118. Sítio 118 *Jesufrei; Jesufrei; Vila Nova de Famalicão*

4.118.1. Dados arqueológicos

Não recolhemos dados para este sítio, nos inventários arqueológicos que serviram de base para o nosso estudo, nem em visita ao local. Desconhecemos ruínas de estruturas associáveis ao local, ou indícios de edificado que possam remontar aos períodos mais antigos referenciados documentalmente. Também desconhecemos indícios de materiais e achados isolados próximos.

O local encontra-se bastante descaracterizado, contudo pensamos ser possível percecionar um núcleo paroquial que está plenamente articulado com os aglomerados populacionais da freguesia, constituindo o centro nevrálgico das vivências da comunidade.

4.118.2. Dados documentais

A paróquia de Jesufrei [118] era denominada de "*Santo Micahel de Segefrei*", no censual datado dos finais do século XI e pertencia à Terra de *Bracara* (Costa, 2000, pp. 80-81).

Não conseguimos recolher referências a Jesufrei [18] nas Inquirições de 1220. S. Miguel de Jesufrei [118], aparece referenciada nas Inquirições de 1288 como "*Sancti Michaelis de Sujufrey*". Nesta paróquia de Jesufrei está referenciada uma honra (Pizarro, 2012, p. 483).

No século XVI, a freguesia é denominada genericamente como "*Jesufrey*" (Freire e Pessanha, 1905, pp. 241-273). Em Jesufrei [118], no século XVIII o panorama é bastante idêntico a Arnoso [117], sendo referido que está "*sugeita esta terra às justiças de Barcellos*" e recorre ao correio de Famalicão. A freguesia conta com cento e trinta e nove "*pessoas de sacramento*" e é constituída pelos seguintes lugares: *...Pouzada... Passo... Igreja... Bairro... Monte... Palhares...*" (Capela, 2003, p. 484).

4.118.3. Cronologia

Ocupação da Alta Idade Média, Baixa Idade Média e Idade Moderna associada a um núcleo paroquial.

4.118.4. Bibliografia selecionada

Freire e Pessanha, 1905, pp. 241-273; Costa, 2000, pp. 80-81; Capela, 2003, p. 484; Pizarro, 2012, p. 483

4.119. Sítio 119 *Sezures; Sezures; Vila Nova de Famalicão*

4.119.1. Dados arqueológicos

Não recolhemos dados para este sítio, nos inventários arqueológicos que serviram de base para o nosso estudo, nem em visita ao local.

Desconhecemos ruínas de estruturas associáveis ao local, ou indícios de edificado que possam remontar aos períodos mais antigos referenciados documentalmente. Admitimos a hipótese de poder haver um templo associável à Idade Moderna, na origem do núcleo paroquial.

Consideramos ser possível percecionar um núcleo paroquial que está plenamente articulado com os núcleos populacionais da freguesia, constituindo o centro nevrálgico das vivências da comunidade.

4.119.2. Dados documentais

A paróquia de Sezures [119] era denominada de "*Sancto Mamete de Cesuras*", no censual datado dos finais do século XI e pertencia à Terra de *Bracara* (Costa, 2000, p. 79).

Sezures [119] é denominada de "*Sancto Mamete*", em 1220 e pertencente à Terra de Penafiel de Bastuço (PMH. Inq., 1888, pp. 15, 86, 174, 217). A paróquia é denominada "*Sancti Momheti de Moimenta*" em 1288, sendo pertencente ao Julgado de Penafiel de Bastuço (Pizarro, 2012, p. 488).

A freguesia é denominada no século XVI de "*Cezuras*", tendo pertencido, a Penafiel de Bastuço (Freire e Pessanha, 1905, pp. 241-273).

A freguesia de Sezures [119], pertence em 1758 ao termo de Barcelos. A justiça é aplicada por Barcelos, mas fazem uso tanto do correio de Famalicão como do de Braga. O pároco é apresentado pelo abade de Priscos. Refere-se ainda que é constituído pelos lugares de "*Rio, Monte, Cadafaz, Igreja, Bica, Real, Quintella*" (Capela, 2003, p. 505).

4.119.3. Cronologia

Ocupação da Alta Idade Média, Baixa Idade Média e Idade Moderna associada a um núcleo paroquial.

4.119.4. Bibliografia selecionada

PMH. Inq., 1888, pp. 15, 86, 174, 217; Freire e Pessanha, 1905, pp. 241-273; Costa, 2000, p. 79; Capela, 2003, p. 505; Pizarro, 2012, p. 488

Parte III - A paisagem entre a Antiguidade Tardia e a Idade Moderna: principais vetores de organização

1. O povoamento na Antiguidade Tardia na região bracarense

1.1. Os testemunhos, os sítios e o seu significado

1.1.1. Os sítios

Os dados que dispomos relativos ao povoamento da Antiguidade Tardia, na região bracarense, reportam-se ao período entre os finais do século III e o século VIII, sendo basicamente resultantes do cruzamento dos dados arqueológicos relativos ao território, presentes em diversos inventários (Martins, 1990; Martins, 1995; Fontes, 1993; López Quiroga, 2004; Carvalho, 2008). Para a cidade de Braga contamos com uma significativa massa de informação de carácter diacrónico que permite compreender a evolução da cidade entre o seu momento fundacional nos finais do século I e a Idade Média, um conhecimento presente em várias publicações que abordam os dados arqueológicos facultados por cerca de cinco décadas de prática continuada de arqueologia urbana (Ribeiro, 2008; Fontes *et al.*, 2010; Martins *et al.*, 2015; Martins *et al.*, 2016; Martins *et al.*, 2017b). Esses dados foram cruzados com os do inventário dos materiais arquitetónicos tardo antigos do Museu Pio XII (Fontes *et al.*, 2009) e com outros dados resultantes de intervenções arqueológicas realizadas no território bracarense.

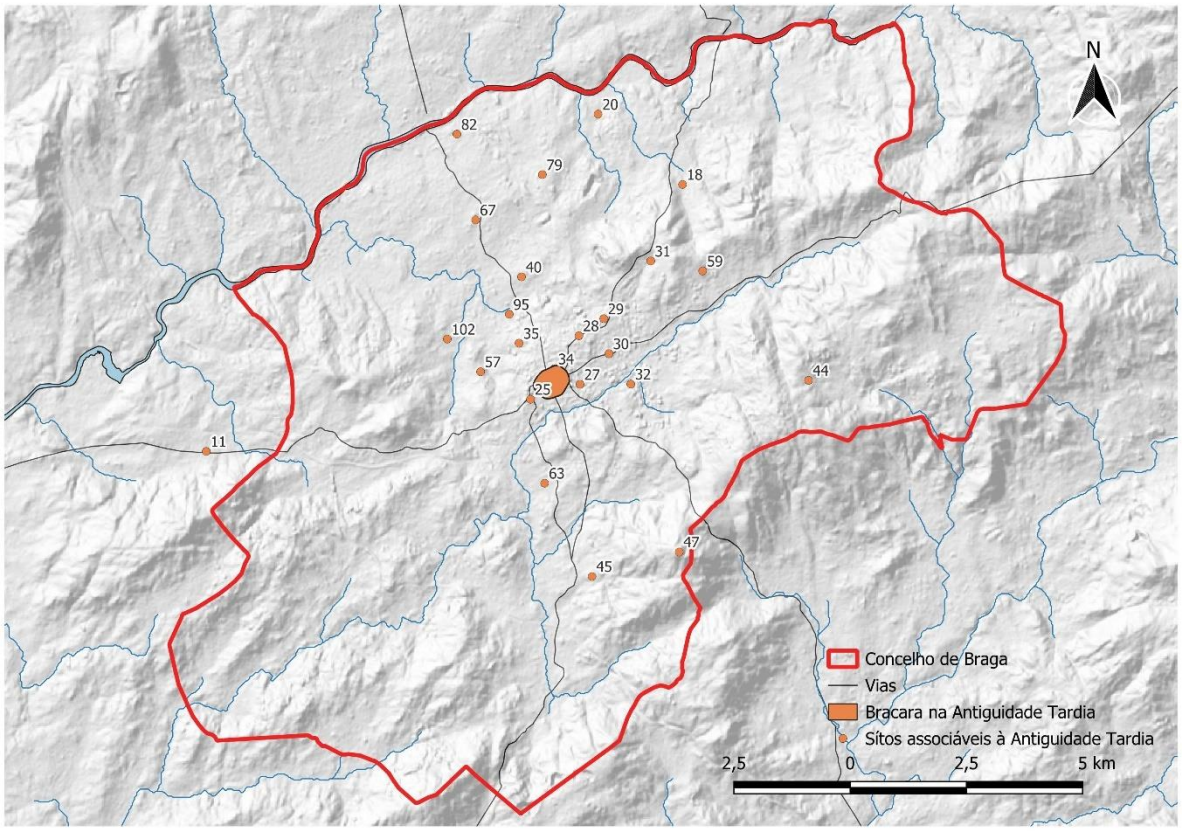


Figura 14 - Sítios associáveis à Antiguidade Tardia. ©Francisco Andrade

A área em estudo integra um total de vinte e três sítios, que poderão de alguma forma ser associáveis ao período tardo antigo, que deverão ser considerados com graus distintos de segurança, tendo em conta

a natureza dos dados usados na sua classificação. Por sua vez, é bastante desigual o grau de detalhe dos dados arqueológicos disponíveis para cada um dos sítios inventariados. Contudo, e apesar dessa desigualdade potenciar algumas assimetrias de informação, consideramos que é possível refletir sobre os padrões que julgamos poder identificar, correlacionando os dados arqueológicos com outras evidências.

1.1.1.1. A cidade de *Bracara*

O conhecimento da ocupação tardo antiga da cidade de Braga [34], representa o resultado das inúmeras intervenções arqueológicas que se têm realizado na cidade, desde 1976, no âmbito do "Projeto de Estudo de Bracara Augusta", desenvolvido pela Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho. Os resultados dos trabalhos realizados têm sido alvo de inúmeras publicações, das quais se destacam, a título de exemplo, algumas sínteses temáticas e estudos setoriais (Lemos *et al.*, 2002, pp. 609-624; Ribeiro, 2008; Fontes *et al.*, 2010, pp. 255-262; Martins *et al.*, 2016, pp. 35-52; Fontes e Andrade, 2018, pp. 51-67; Martins *et al.*, 2015, pp. 11-28; Martins *et al.*, 2017a, pp. 235-239; Martins *et al.*, 2017b, pp. 241-246; Andrade e Fontes, 2020, pp. 293-314).

Um dos marcadores mais impactantes da morfologia urbana da Braga tardo antiga, relaciona-se com a construção da robusta muralha da cidade, que passou a limitar uma área urbana com cerca de quarenta e oito hectares, tendencialmente ovalada, erguida em finais do século III/inícios do IV. A muralha, de imponentes dimensões, apresentava uma largura muito próxima dos seis metros, (Lemos *et al.*, 2002, pp. 6-22) e foi escavada em variados locais, tendo sido possível perceber que incorporava torreões semicirculares, espaçados cerca de dezoito pés (Silos, 2018). Esta reaproveitou um significativo volume de elementos arquitetónicos desmontados de vários monumentos e abundantes monumentos epigráficos, amortizados nos seus enchimentos. A estrutura defensiva foi construída no tempo de Diocleciano, apresentando características similares às suas congéneres peninsulares, designadamente ao nível da solução construtiva com a incorporação de torreões, igualmente presentes nas muralhas tardias de cidades do NO ibérico, como *Asturica*, *Lucus*, *Legio* ou Gijon (Fernández Ochoa, 1997).

A topografia urbana da Braga tardo antiga é herdeira da malha ortogonal de quarteirões que caracterizou o espaço urbano da *Bracara Augusta* no período alto imperial, cujo traçado foi desenhado num momento fundacional (Martins e Carvalho, 2016). No entanto, à tendência registada no século IV de avanço da construção das *domus* sobre os pórticos, junta-se no período tardo antigo uma tendência de amortização dos regulares espaços das antigas ruas romanas, uma consequência da construção da muralha que contribuiu, a prazo, para a perca de funcionalidade de alguns eixos viários (Martins e Ribeiro, 2013). No entanto, a cidade manteve, ainda na Antiguidade Tardia, uma topografia pautada pelo traçado

ortogonal fundacional que se manteve numa considerável área intramuros (Martins *et al.*, 2017a, p. 236).

Aspeto importante relacionado com as alterações verificadas no tecido urbano da *Bracara* tardo antiga, foi a readaptação de espaços e edifícios públicos, que progressivamente foram invadidos por estruturas de uso privado, de caráter residencial e artesanal. Este processo está particularmente bem documentado na zona do teatro romano, onde se registam ocupações parasitárias dos antigos espaços do edifício, bem como na sua envolvente (Martins *et al.*, 2017b, pp. 241-242). Aí foram arqueologicamente identificadas três construções de carácter residencial e artesanal, que usam novos materiais e anunciam soluções construtivas medievais, datadas entre os séculos V-VII. A unidade construída 1 encontra-se na área correspondente ao *parascaenium* norte do teatro e terá tido uso habitacional, enquanto a unidade construída 2 está localizada numa área exterior ao teatro, anexando-se ao seu muro perimetral. Trata-se de uma construção trapezoidal de carácter artesanal, com um forno. A unidade construída 3, encontra-se a norte da unidade construída 2, sendo impossível estimar ainda a sua funcionalidade, pois encontra-se em fase de escavação (Martins *et al.*, 2017b, pp. 241-242).

A cristianização da topografia foi um dos aspetos que caracteriza a evolução urbanística tardo antiga. Tal como já referimos em Andrade e Fontes (2020, pp. 293-314), o principal dado de que dispomos do cristianismo tardo antigo é proveniente das escavações levadas a cabo por Fontes, Lemos e Cruz (1997-1998, pp. 137-164), em que é documentado o aparecimento de um edifício de culto, que terá reaproveitado e reorganizado estruturas dos séculos anteriores. O edifício identificado, que apenas se conhece parcialmente, parece dispor de uma nave tripartida, à luz do que se conhece das intervenções lavadas a cabo na Sé arquiepiscopal de Braga.

Apesar de anteriormente termos referido que não se conheciam mais estruturas do conjunto episcopal tardo antigo (Andrade e Fontes, 2020, pp. 293-314), trabalhos que ainda estão a decorrer a leste da catedral, estão a proporcionar dados acerca do conjunto episcopal (Magalhães *et al.*, 2023, pp. 771-783), que permanecem, todavia, ainda de difícil interpretação. Ao longo da terceira parte desta tese, tecemos algumas considerações acerca da organização e adaptação dos espaços, ressalvando, contudo, a circunstância de que, pelo faco de os trabalhos ainda estarem a decorrer, os resultados são naturalmente prelimitares. Apesar de a identificação do conjunto episcopal nesta zona não ser uma novidade (Fontes, Lemos e Cruz, 1997-1998, pp. 137-164) a novidade que os trabalhos mais recentes veio proporcionar é no sentido de uma maior complexidade, equiparando o núcleo arquiepiscopal bracarense a outros que já apresentamos em Andrade e Fontes (2020, pp. 293-314), facto que reforça

as considerações que já tecemos acerca do enquadramento na cidade de Bracara num cenário mais abrangente de desenvolvimento de uma complexa topografia cristã tardo antiga.

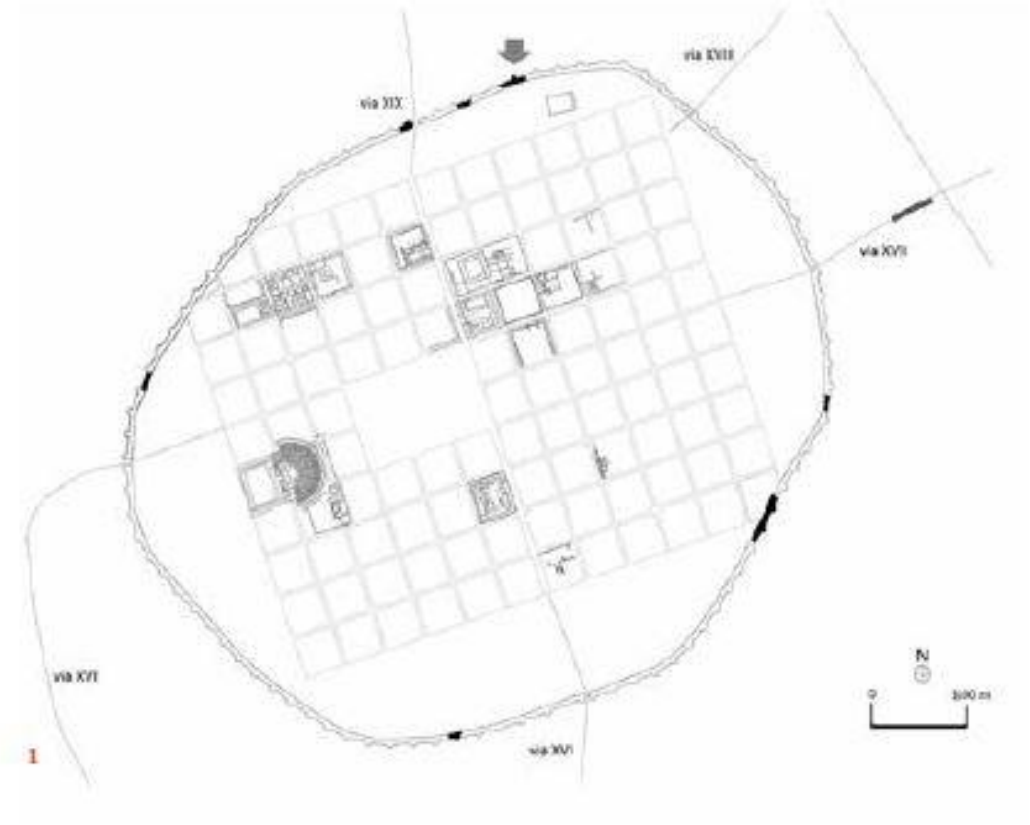


Figura 15 - Braga na Antiguidade Tardia, evidenciando a muralha (segundo Martins *et al.*, 2017a).

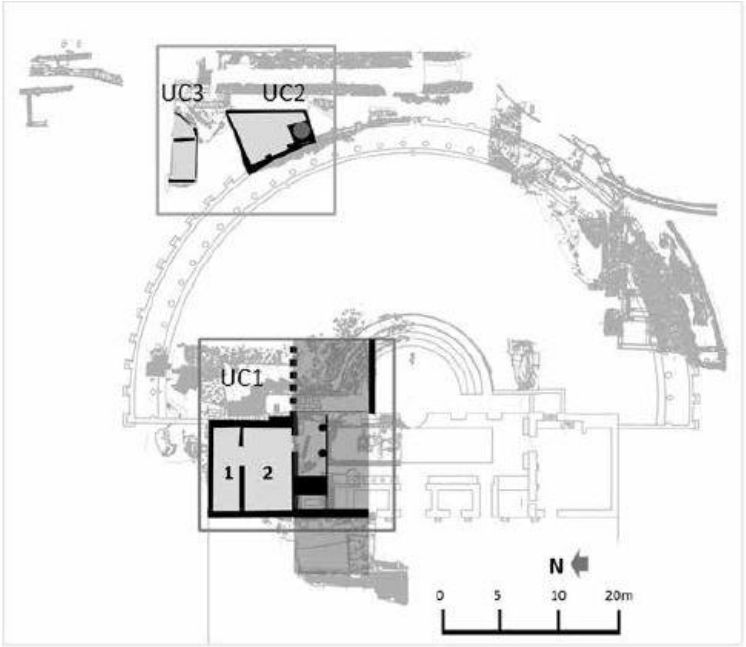


Figura 16 - Estruturas tardo antigas do teatro (segundo Martins *et al.*, 2017b, p. 244).

1.1.1.2. As *villae*

O uso do termo latino *villa* para caracterizar e identificar um contexto rural romano e tardo antigo continua a não ser pacífico, tanto mais que os próprios autores latinos foram pouco claros na sua definição. Assim, o uso do designativo *villa* para definir uma entidade arqueológica romana ou tardo antiga carece de algum justificativo, tendo em conta as características e especificidades que este tipo de sítio pode revelar nas diferentes geografias do Império Romano (Carvalho, 2008, pp. 42-50). No entanto, mau grado a subjetividade que o uso do termo *villa* pode acarretar, a generalidade dos autores defende que ele pode ser aplicado a estabelecimentos romanos associados à exploração agropecuária, definindo um contexto de ruralidade, romanidade e uma dimensão física construtiva (Pérez Losada, 1987, p. 85). Assim, o conceito aplica-se a um conjunto edificado, que inclui a residência do proprietário e as construções de apoio às atividades agropecuárias, que formalizam a dimensão arquitetónica da *villa* e um *fundus*, que poderá ser descontínuo, correspondente a uma dimensão económica. Assim, a *villa*, enquanto edificado, oferece-se como conjunto eminentemente orgânico, que frequentemente evolui a partir de uma estrutura edificada modesta, que se complexifica ao sabor da riqueza e estatuto dos seus sucessivos proprietários (Carvalho, 2008, p. 45).

Os três principais agrónomos romanos, Catão, Varrão e Columela, definiram os padrões de organização das *villae*, que refletem a própria evolução deste tipo de construções, que originalmente podiam ter dimensões modestas, evoluindo para se converterem em grandes propriedades, cujo rendimento permitia aos *domini* a monumentalização do edificado, especialmente visível na sua *pars urbana*. Assim, Varrão (116 - 27 a.C.) considerava que todas as casas rústicas mereciam a designação de *villa*, devendo possuir alguma dignidade arquitetural, um domínio (*fundus*) capaz de sustentar a *villa* (*ad fructum*), garantindo a sua autossuficiência e pastagens (*pastio villatica*) que permitissem a criação de gado (Pérez Losada, 1987, pp. 89-90). Um século depois Catão (4-70) definiu *villa* como uma exploração agrícola composta por *fundus* e *ad fructum*, com uma habitação (*aedificia*) e instalações de armazenagem, tendo defendido as melhores localizações para este tipo de estabelecimentos, sugerindo a sua implantação periurbana, ou perto do mar, de um rio, ou de uma via, de forma a assegurar o escoamento dos produtos (Pérez Losada, 1987, pp. 89-90). Deve-se, contudo, a Columela, agrónomo do século I, a clara distinção dos diferentes conjuntos construídos de uma *villa*, que deveria possuir a habitação (*pars urbana*), armazéns e anexos para guardar produtos e alfaias agrícolas e espaços de habitação dos escravos e criados (*pars rustica*) e os armazéns e zonas de produção (*pars fructuaria*), características que se adequam a *villae* dedicadas a produção agrícola e pecuária extensiva destinada ao mercado (Carvalho, 2008, p. 45).

As ideias dos agrónomos romanos influenciaram naturalmente a categorização dos sítios arqueológicos rurais romanos de diferentes geografias do Império Romano e a zona do Entre-Douro-e-Minho não é exceção. Alberto Sampaio (1895) usou mesmo as *villae* romanas para defender a sua ideia da evolução do povoamento na região, considerando que teriam estado na origem das vilas da Reconquista, uma visão de continuidade fortemente contestada por Jorge Alarcão (1980), que questionou mesmo a generalização deste tipo de locais no Noroeste ibérico romanizado. Na sua opinião este território setentrional, carecia de achados de carácter ornamental, como mosaicos, claros indicadores das construções tipo *villa*, característicos das regiões mais meridionais da Hispânia (Carvalho, 2008, p. 234). Esta visão viria a ser mitigada com os trabalhos de Manuela Martins (1995; 1996) e Helena Carvalho (2008) que adotaram um conjunto de critérios para, na ausência de escavações se poder definir uma hipotética *villa* romana, adequando esses critérios ao registo arqueológico disponível para o Norte de Portugal, tendo ainda considerado que o generalizado desconhecimento deste tipo de sítios era basicamente um problema de investigação, dificultado pelo regime de propriedade dominante, que não facilita a identificação de conjuntos extensos e, consequentemente, a sua escavação e estudo. Assim, adotou-se o termo *villa* para caracterizar sítios rurais, com vocação agropecuária, potencialmente com áreas edificadas e *fundi* menores que em outras regiões, devido às características orográficas da região, em locais onde coexistem achados de natureza arquitetónica e epigráfica e cerâmicas importadas (Martins, 1995, p. 97).

A complexidade das *villae*, enquanto sítios de residência e de organização social e económica do território escapa quase sempre à investigação arqueológica que raramente consegue obter dados significativos sobre a sua organização, pelo número reduzido de edifícios escavados, capazes de permitir caracterizar a importância e dimensão das *villae*, ou as suas diferentes partes funcionais. Na verdade, o reconhecimento das *villae* baseia-se maioritariamente na recolha de vestígios encontrados à superfície durante os trabalhos de prospeção, circunstância que dificulta a segurança da atribuição do termo *villa*, um contexto construtivo e económico complexo, que fica assim reduzido a um conjunto de identificadores materiais que pouco dizem sobre as características físicas dos sítios.

As questões que se podem levantar ao estudo das *villae* tardo antigas do território bracarense, herdeiras das fundações romanas, são naturalmente similares às que se levantam para a compreensão do papel destas unidades produtivas no contexto da ocupação romana do mesmo território. Na verdade, os dados que dispomos para caracterizar a rede de *villae* tardo antigas são comuns aos usados para o período romano e resultam de uma acumulação de vestígios mais ou menos fortuitos, que foram sendo coligidos em sucessivos inventários, datados dos anos 90 do século XX (Alarcão, 1990; Martins, 1990),

posteriormente disponibilizados na tese de Helena Carvalho (2008), tendo a análise e revalidação dos dados sido efetuadas segundo os critérios que foram apresentados na nossa tese de mestrado (Andrade, 2015, p. 35), adaptados de Martins (1990, p. 63). Estes critérios consistem na identificação à superfície de cerâmica e material de construção romana, associação do local a elementos arquitetónicos e epigráficos, o local de implantação, a toponímia, o acesso e disponibilidade de terrenos favoráveis à exploração agrícola e validação com o cruzamento de referências de épocas anteriores e posteriores.

Tanto quanto é possível perceber, com base nos escassos dados arqueológicos disponíveis, a zona ocidental bracarense terá conhecido uma precoce implantação de *villae*, a partir do século I, sobretudo a partir de meados desse século e com maior incidência na época flávia. Este tipo de estabelecimentos instalou-se nas imediações da cidade de *Bracara Augusta*, privilegiando a proximidade dos principais eixos viários, conforme referido por Manuela Martins (1990; 1995) e Helena Carvalho (2008), parecendo manter uma importante associação visual com os povoados fortificados que permaneceram ocupados na região (Martins, 1995; Millet, 2001). Aspeto importante, constatado em sítios escavados nos vales do Cávado, Lima e Minho, relaciona-se com a instalação destas explorações em locais com ocupação pré-romana. Esta situação não foi observada na região bracarense, circunstância que deve ser considerada com a devida precaução, atendendo a que apenas se realizaram escavações na *villa* romana de Dume, tendo estas incidido numa área restrita. Assim, nada invalida que algumas da *villae* romanas conhecidas possam ter tido origem em possíveis *aedificia* articulados com os povoados castrejos que se mantiveram ocupados na região.

As *villae* de fundação alto imperial terão sido monumentalizadas a partir do século IV, ainda que a arquitetura deste tipo de estabelecimentos seja genericamente mal conhecida, devido ao reduzido número de sítios escavados (Ribeiro, 2018). É presumível que essas *villae* tenham permanecido ocupadas durante todo o século IV e seguintes, ainda que o seu abandono possa ter conhecido cronologias distintas, não sendo correto considerar que tenham conhecido um único movimento de abandono generalizado, sobretudo se tivermos em conta os poucos exemplos de *villae* escavadas. Haverá ainda que ter em conta os processos de mutação funcional dos sítios, como parece acontecer em Dume, onde parte da *villa* foi reconfigurada em mosteiro (Fontes, 2011c, p. 41).

Dispomos de alguns dados relativos a *villae* escavadas que remetem para a cronologia de abandono deste tipo de sítios durante a Antiguidade Tardia. Assim, a *villa* romana de Sendim, Felgueiras, fundada no século I, terá sido abandonada no século VI, após algumas remodelações, claramente associadas a uma contração dos espaços dos corredores e compartimentos, um processo que se reconhece também nas casas urbanas de Braga, entre os séculos VI e VII (Martins *et al.*, 2016). A *villa* de Sendim foi objeto

de extensos saques e de uma eventual ocupação de dependências do edifício nos séculos XIII e XIV (Pinto, 2008, pp. 43-45). Uma outra *villa* que foi parcialmente intervencionada situa-se no concelho da Póvoa de Lanhoso. Falamos da *villa* de Via Cova objeto de uma escavação realizada em 1990, que revelou a existência de uma ala de um edifício romano que corresponderia à *pars rustica* de uma *villa*, construída entre finais do século I/inícios do II e abandonada entre o século V e VI. Essa parte da *villa* foi objeto de uma grande remodelação na primeira metade do século IV, sendo também evidentes outras remodelações/reparações que demonstram o carácter dinâmico e orgânico deste tipo de equipamentos. A natureza dos dados fornecidos por esta *villa* assinala a existência na região bracarense de um modelo de organização canónico, de *villa* romana, constituído por *pars urbana* e *pars rustica* (Ribeiro, 2018). Na *villa* da Quinta do Paço da Facha, Ponte de Lima, foi escavado um forno cerâmico que se inseria na *pars fructuaria* da *villa*, datado do século V (Almeida, 1996, p. 331), um testemunho que demonstra a persistência das *villae* durante a ocupação sueva do território.

Os poucos dados resultantes do estudo mais detalhado de *villae* da região do Minho parece demonstrar que esses assentamentos possuíam as características gerais definidas pelos agrónomos romanos, já anteriormente discutidas, sendo a sua cronologia compatível com o desenvolvimento que a região integrada no convento bracaraugustano conheceu em os séculos I e IV, estando constatada a persistência dessas unidades de produção durante os séculos V-VI, coincidentes com o controlo suevo, ainda que possam ter sido reconfiguradas, evoluindo para novas expressões construtivas, como aconteceu claramente com Dume. Assim, é esse o enquadramento que podemos estimar para as *villae* tardo antigas do território em análise.

Na região de estudo, totalizamos um conjunto de doze sítios que habitualmente classificados como *villae*, a saber: Martim [11], igreja de Adaúfe/quinta da Renda [18], Infias/Pachancho [29], Coturela [35], S. Martinho de Dume [40], igreja de Espinho [44], igreja de Esporões [45], igreja velha de Gualtar [59], igreja velha de Lomar [63], Pateira [67], Santo Estevão o velho/Pardelhas [82] e Santarão [102]. Desta listagem oferece-nos dúvidas o sítio da igreja velha de Lomar [63], que, segundo hipótese avançada por Helena Carvalho (2019, p. 44), poderia ter sido uma *villa.* Contudo, os dados disponíveis não nos parecem totalmente conclusivos para defender essa interpretação, pese embora a identificação no local de uma inscrição funerária de um indígena promovido, inscrito na tribo Quirina. Também no caso de S. Frutuoso [95] não dispomos de indícios inequívocos que nos permitam concluir que aí se localizaria uma *villa*, conforme tem sido sugerido.

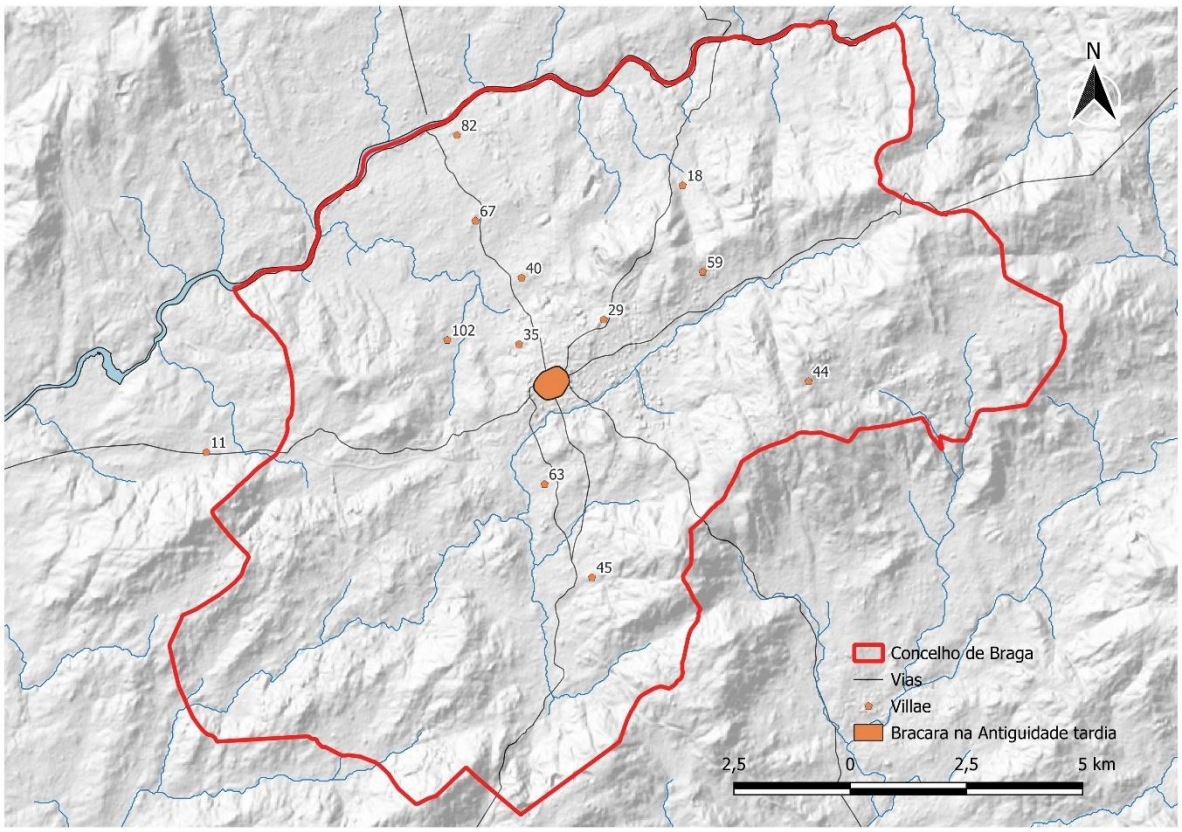


Figura 17 - Proposta de *villae* para a região de Braga. ©Francisco Andrade

Para além de Martim [11], cujas escavações pontuais, dirigidas por Carlos Alberto Ferreira de Almeida (1972) permitem concluir, com base nos dados disponibilizados, que podemos estar na presença de um edifício de prestígio, muito possivelmente associado a uma *villa*, o único sítio de que dispomos de dados de escavações que permitam corroborar com um maior grau de certeza a presença de edifícios classificados como pertencentes a *villae*, é em Dume [40]. As notícias de achados arqueológicas deste local são conhecidas desde pelo menos o século XVIII, sendo referido em Argote (1732-1734, pp. 640-644), o aparecimento de diversas construções, túmulos e elementos epigráficos. Foi, contudo, apenas no decorrer das intervenções que se levaram a cabo a partir de 1987 e dirigidas por Luís Fontes, que se identificaram estruturas que se considerou fazerem parte de uma *villa* (Fontes, 1987, pp. 111-148; Fontes, 1988, pp. 243-256; Fontes, 1991-1992, pp. 199-230, Fontes e Carneiro, 2011, fig. 2-3; Fontes, Braga e Osório, 2011, fig. 2-3; Andrade, 2015, pp. 48-52).

Se, num primeiro momento, as estruturas identificadas pareciam ser associáveis apenas à sua fundação do Alto Império (Fontes, 1987, pp. 111-148; Fontes, 1988, pp. 243-256; Fontes, 1991-1992, pp. 199-230), o desenvolvimento dos trabalhos de investigação e o alargamento da área escavada, permitiram a identificação da área tardo antiga da *villa*. As estruturas que se consideraram fazer parte da *pars urbana* da *villa* (Andrade, 2015, pp. 46-48; Fontes, 2018, p.16), foram claramente remodeladas

sendo atribuída essa remodelação aos séculos III-IV, o que é condizente com o período de grande vitalidade construtiva nas *villae* da Hispânia, que A. Chavarría Arnau (2007) tem como ponto de partida no seu estudo.



Figura 18 - Ruínas arqueológicas de Dume (*pars urbana* nas proximidades da igreja e capela da Nª Srª *do Rosário* e *balnea*, próximo do cemitério). ©UAUM/Francisco Andrade

A primeira estrutura que se identificou e interpretou como sendo pertencente à Antiguidade Tardia, foi a estrutura balnear que foi identificada nas campanhas de 1993 e 1995 e se localiza a cerca de 90 metros a este do primeiro núcleo de ruínas identificado. O edifício balnear, apresenta uma planta tendencialmente ortogonal, que se organiza tendo como área central um pátio, que se encontra ladeado por duas piscinas retangulares, localizadas a este e oeste. Para além destes compartimentos, também se identificou um *tepidarium* e um *caldarium* a sul e a leste uma pretensa área de serviços (Fontes 1994, cap.2.1; Andrade 2015, pp. 48-50). Trata-se de um edifício que apresenta o reaproveitamento de diversos elementos arquitetónicos, designadamente nas *pilae* do *tepidariarium*, o que terá influído para uma primeira aproximação à fase dos séculos III-IV da *villa*.

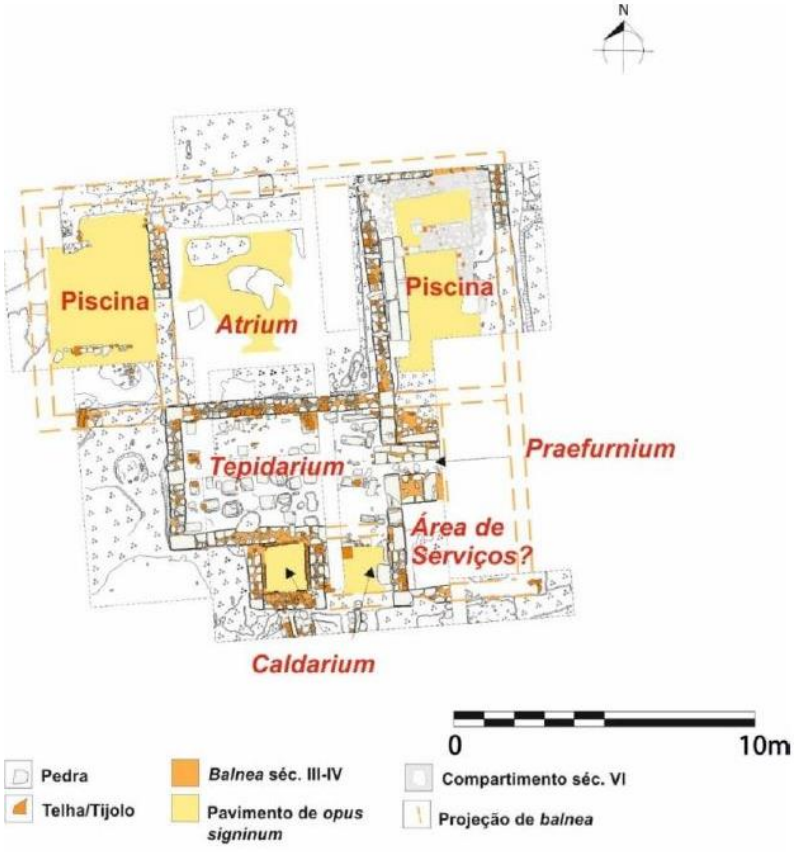


Figura 19 - Estrutura balnear identificada em Dume fundada nos séculos III-IV (segundo Andrade, 2015, adaptado de Fontes, 1994).

Após a escavação desta estrutura e o alargamento da intervenção na zona contígua a sul, da capela da Nª Srª do Rosário, em 2003, identificaram-se mais estruturas que, apesar de seguirem a orientação das primeiras, parecem ter conhecido cronologias similares, designadamente um átrio porticado (Fontes, 2011c, pp. 20-44). As estruturas apresentam igualmente elementos reaproveitados, tal como na estrutura balnear. Na área mais próxima da igreja, parece identificar-se uma inflexão das estruturas que, de uma orientação mais a NO/SE, passam a uma orientação mais no sentido E/O, junto às escadas que se identificaram em zona contígua à capela da Nª Srª do Rosário.

Mediante uma análise da estratigrafia e de dados de datação absoluta, que serão apresentados com maior detalhe no capítulo dedicado aos mosteiros da Antiguidade Tardia, parece-nos que os silhares almofadados, dispostos de forma semicircular e que inicialmente foram interpretados como sendo parte da primitiva basílica sueva, poderão ter tido uma origem num compartimento trilobado desta fase da *villa*, relativamente comum nas *villae* deste período, que teria constituído um dos compartimentos de maior destaque da *pars urbana* e configuraria um espaço de representação do edifício senhorial dumiense. Este aspeto parece-nos importante, na medida em que a sua confirmação, em conjunto com a existência de outras infraestruturas como a estrutura balnear, reforça com bastante segurança o

enquadramento das ruínas dumienses na tipologia de *villa*, como já tem vindo a ser defendido desde os primeiros resultados apresentados (Fontes, 1987, pp. 111-148), colmatando, apesar de tudo, a inexistência de uma planta que possa permitir o conhecimento das características gerais do edificado, face à inexistência de uma área escavada mais ampla.

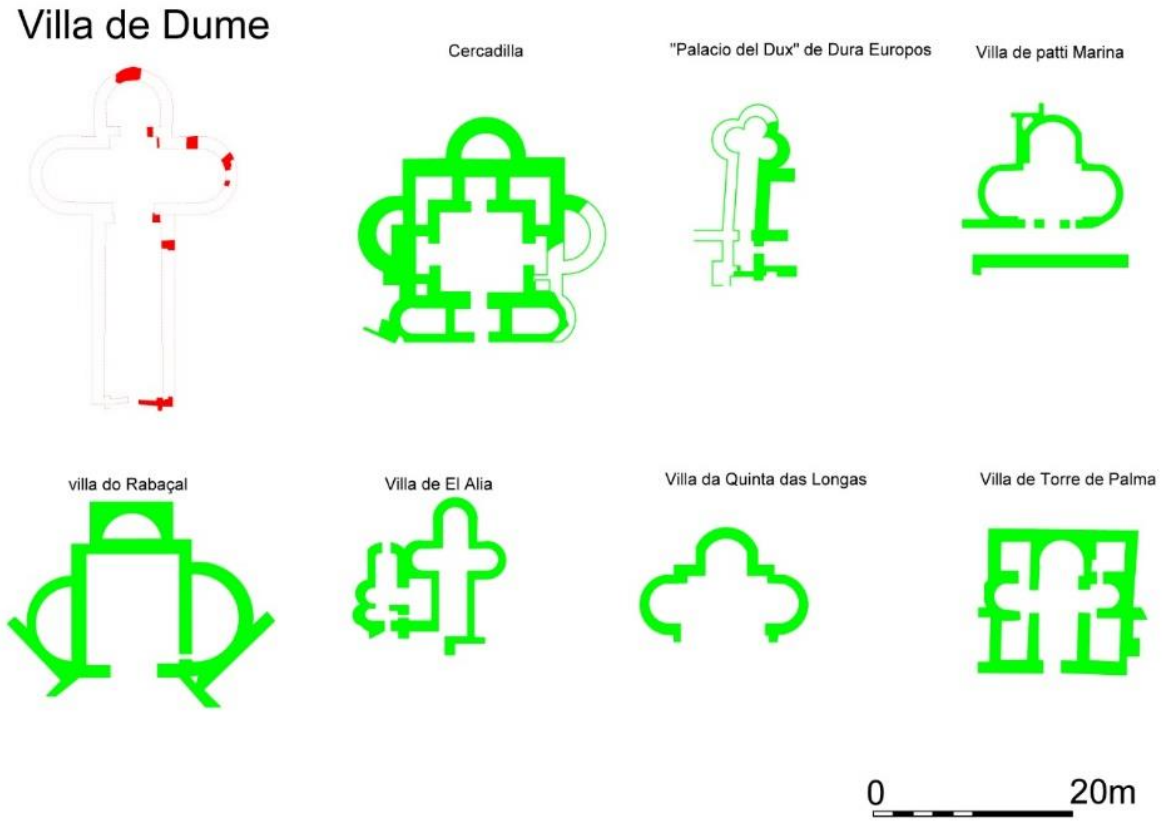


Figura 20 - Sala trilobada mais antiga de Dume e enquadramento com algumas das divisões trilobadas que se conhecem em contexto de *villae* ou grandes palácios romanos (adaptado parcialmente de Hidalgo, 2014, p. 234).

Não obstante a origem que consideramos que o espaço possa ter tido num momento inicial, não está de todo descartada a hipótese de que o espaço possa ter sido adaptado ao culto cristão numa fase final da *villa*, pese embora não seja possível, de momento, a recolha de dados arqueológicos que possam permitir a confirmação desta hipótese.

O estudo elaborado sobre o sítio arqueológico de Dume [40], levou-nos a avançar (Andrade, 2015) com a hipótese de delimitação de domínio fundiário de Dume, através do cruzamento de diversos dados de momentos posteriores e que são relativos à centuriação romana, avançada por Helena Carvalho (2008).

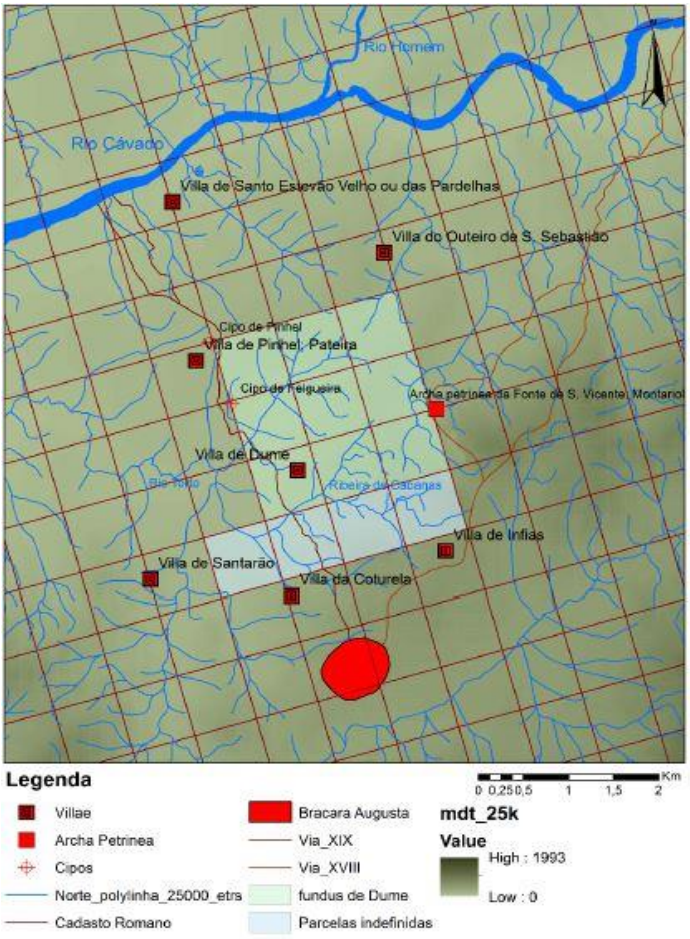


Figura 21 - Proposta de *fundus* para a *villa* de Dume (segundo Andrade, 2015). ©Francisco Andrade

A proposta leva-nos a considerar uma área de maior probabilidade que se circunscreve a uma zona predominantemente quadrangular que corresponde, grosso-modo, à área ocupada pela freguesia de Dume (pré reorganização administrativa de 2013), deixando em aberto a inclusão da totalidade ou de parte de uma faixa a sul que também poderia fazer parte das entidades que a confrontavam a sul (Andrade, 2015, p. 54). Pese embora as dificuldades de caracterização, face à inexistência de dados, considerámos, no seguimento do que vem sendo defendido por outros autores (Martins, 1990; Carvalho, 2008; Carvalho 2019), que na proximidade imediata da *villa* de Dume [40], se localizariam outros assentamentos de tipologia similar.

Assim, aconteceria nos terrenos próximos à igreja de Adaúfe [18], local onde foram identificados elementos arquitetónicos e material laterício, bem como uma inscrição votiva (Martins, 1990, pp. 80-81; Fontes, 1993, pp. 31-88; Carvalho, 2008, p. 272; Carvalho, 2019, p. 45). Apesar de não existirem elementos construtivos, *in sito,* que permitam relacionar este sítio claramente com uma ocupação tardo antiga, presumimos que a provável existência de uma *villa* romana permite considerar também uma ocupação da Antiguidade Tardia, correlacionando os dados arqueológicos de período anterior com elementos arquitetónicos que lhe possam ser associados. Na verdade, o único vestígio da freguesia de

Adaúfe, datável daquele período, localiza-se em Santo André do Vale [20], podendo ser aqui, noutro extremo de uma área de terrenos com uma considerável propensão para a prática agrícola que se poderia localizar a *villa*, tal como refere Helena Carvalho (2019, p. 45).

Assim, face à inexistência de dados arqueológicos seguros, mantemos a possibilidade genérica de que existisse uma *villa* romana na zona de Adaúfe, que poderá ter tido uma ocupação tardo antiga. Outro local que poderá ter sido ocupado por uma *villa*, eventualmente ainda na Antiguidade Tardia, situar-se-ia na envolvente dos terrenos da igreja velha de Gualtar [29], estendendo-se até à área próxima da atual igreja, onde se localizaram diversos elementos de *tegulae* e *lateres* (Carvalho, 2008, p. 271; Carvalho, 2019, pp. 43-44). A habitação a sudoeste da igreja velha, na encosta entre as igrejas acima referidas, está localizada numa zona conhecida como Pia, sugestivo topónimo que parece remeter para a existência de algum elemento pétreo reaproveitado com essa funcionalidade. Numa área muito próxima localiza-se um sítio conhecido como poça, que remete para a abundância de água nesta região.

Limitando a norte com o *fundus* de Dume [40], em Sto. Estevão Velho ou Pardelhas [82] identificaram-se restos de construções e de elementos arquitetónicos que, segundo Helena Carvalho (2008, p. 272; 2019, pp. 54-55), indiciam a presumível existência de uma *villa* romana. A referência na delimitação do termo de Dume ao sítio de *Paretelias* (Andrade, 2015, p. 201), leva-nos a assumir a possibilidade de poder corresponder a este local, não sendo possível, de momento, saber quais os contornos específicos da sua ocupação. Avelino Jesus da Costa refere o aparecimento de uma ara anepígrafa (1997, p. 117), não sendo claro que se trate efetivamente de uma ara, ou se ela será de Sto. Estevão, lugar da Póvoa [81], relativamente próximo do local, como parecem indiciar outros inventários em que a peça aparece referida (Martins, 1990, pp. 84-85; Fontes, 1993, p. 63; Fontes *et al.*, 2009, vol. I, p. 33). Refira-se, contudo, a possibilidade de a ara de Sto. Estevão/Póvoa [81] poder ser originária de Sto. Estevão Velho, ou Pardelhas [82], podendo ter sido deslocada.

A sudoeste de Sto. Estevão Velho ou Pardelhas [82], em local próximo da via XIX, junto a uma zona denominada de Pateira [67], Helena Carvalho (2008, pp. 271-272; 2019, p. 44) refere a deteção de fustes de colunas e de uma pedra de lagar numa exploração agrícola, cujos limites parecem coincidir com o traçado da via. Esses dados levaram a investigadora a considerar que esse local também poderia corresponder a uma *villa* romana, classificação que também atribuiu ao sítio de S. Pedro de Merelim [66], de onde se conhece uma inscrição que nomeia um cidadão romano inscrito na tribo Quirina.

De S. Paio de Merelim procede um capitel datável dos séculos V-VII pertencente à coleção do Museu Pio XII, que sugere uma existência de um edifício tardo antigo. Dada a proximidade da *villa* de Pateira

[67] relativamente ao achado, avançamos a hipótese de o mesmo poder estar associado com aquela *villa*.



Figura 22 - Capitel de S. Paio de Merelim, séculos V-VII (segundo Fontes *et al.*, 2009, vol. II, p. 60). ©Manuel Pitães

Ainda na zona contígua ao domínio fundiário dumiense, a sudoeste, na zona conhecida por Santarão [102], está referenciado o achado de diversos elementos arquitetónicos (Martins, 1990, pp. 89-90; Fontes, 1993, pp. 76-77; Carvalho, 2008, p. 270). Os dois capiteis em granito n°550 e 551, são dados como provenientes de paço de Semelhe, sendo-lhes atribuídas cronologias associáveis aos séculos V-VII.

Integrados na coleção museográfica do Museu Pio XII estão quatro elementos arquitetónicos com cronologias que abarcam um período cronológico compreendido entre os séculos II-VII (n°s 31, 66, 67 e 86) (Fontes, 2005), que poderão ter sido alvo de reaproveitamentos de materiais de outras proveniências. Face à existência neste local de um sítio arqueológico que tipológica e cronologicamente é compatível com este tipo de achados e a sua relativa proximidade relativamente ao local do achado dos elementos arquitetónicos, consideramos plausível que estejamos perante um único sítio. Apesar de Armando Redentor e Henrique Regalo (2013), atribuírem a proveniência dos capitéis do Museu Pio XII (550 e 551), à zona da Quinta da Mata, um local distinto de Santarão, mantemos a posição de sinalização de apenas um sítio, já defendida anteriormente (Andrade, 2015, p. 60).



Figura 23 Capiteis provenientes de Semelhe e Tibães (segundo Fontes *et al.*, 2009, vol. II, pp. 18, 20, 21, 52, 62 e 65). ©Manuel Pitães

Existem outros dois locais de onde procedem elementos arquitetónicos que levaram diversos autores a classificá-los tipologicamente como de *villae*. Trata-se dos sítios de Infias [29] e de Coturela [35], ambos localizados na periferia imediata da cidade de Braga, em locais próximos a duas das vias que saíam da cidade a nordeste e a norte. A *villa* da Coturela [35], deveria corresponder a uma propriedade suburbana, dadas as características topográficas do sítio, pelo que seria dedicada essencialmente a habitação de um membro ilustre da cidade, cuja casa beneficiaria da contemplação de uma paisagem de qualidade. A localização das *villae* suburbanas era comum na proximidade de vias de comunicação importantes que saíam das cidades (Adams, 2008, p. 4), o que permitia potenciar as redes de sociabilidade que se pretendiam manter no campo, na medida em que os *domini* destas *villae* eram geralmente abastados membros da elite urbana, envolvidos na atividade política intimamente associada a uma intensa atividade social. Ora o sítio da Coturela [35] parece encaixar-se no modelo de implantação acima descrito, situando-se nas imediações da cidade, perto do trajeto da via XIX, ocupando um pequeno outeiro sobranceiro ao vale do Cávado, de onde era possível disfrutar uma imponente paisagem. Assim, a conjugação da localização com os achados (Fontes, 1993, p. 69; Carvalho, 2008) leva-nos a considerar como plausível a proposta classificação de *villa*, embora não especificamente ligada à atividade agropecuária. Também a presumível *villa* de Infias [29] deve ter possuído um excelente enquadramento paisagístico, com uma boa visibilidade para a extensa veiga do Cávado, sendo a área estimável de um presumível *fundus* relativamente reduzida, razão que permite considerar a sua função como *villa* suburbana, que se localizava perto do trajeto da via XVIII.

Na zona da igreja paroquial de Espinho [44], Luís Fontes (1993, p. 45) refere a identificação de uma inscrição funerária e de material de construção, existindo no Museu Pio XII uma ara (nº 423). A estes achados, que levaram à classificação do sítio como *villa* romana e tardo antiga, acrescem as características topográficas do sítio, favoráveis à prática agrícola (Carvalho, 2019, p 44). Junto à igreja de Esporões [45], identificaram-se duas inscrições, uma correspondente a uma ara votiva e outra a um marco de propriedade (Fontes, 1993, p. 46). Helena Carvalho (2019, p. 44) refere que as caraterísticas do terreno da envolvente da igreja sugerem a existência de uma *villa*, salientando a importância do marco de propriedade, que tem grafada a palavra *SEVERI* e teria servido para delimitar o *fundus* de uma *villa*, que poderia ser a de Esporões [45].



Marco de propriedade séc. I/IV- MPXII.LIT.565
Esporões
Segundo Fontes *et al*., 2009.

Figura 24 - Marco de propriedade identificado em Esporões (segundo Fontes *et al.*, 2009, vol. I, p. 89). ©Manuel Pitães

1.1.1.3. As vias

O nosso conhecimento da viação tardo antiga, herdeira da rede viária da Hispânia romana, deve-se, como referiu Helena Carvalho (2008, p. 108), a três fontes principais: itinerário dito de Antonino; o denominado anónimo de *Ravenna* e as conhecidas tábuas de Astorga. Por sua vez, conhecimento dos traçados dos itinerários principais, tem tido como elemento mais relevante da validação, a identificação de miliários, a prospeção e a identificação de segmentos de pavimento e a interpretação cartográfica, um trabalho de progressivo apuramento.

Não sendo nossa intenção traçar a historiografia do estudo da viação romana da região bracarense, ou efetuar um estudo aprofundado dos traçados das vias que ligavam *Bracara* a outras cidades, já abordados em trabalhos anteriores como em Lemos (2000; 2002) e Carvalho (2008), procuraremos apenas identificar os principais eixos viários que se encontrariam em atividade, permitindo a circulação de pessoas e bens, interconectando a *Bracara* tardo antiga com outras partes do território da Península Ibérica. Na verdade, o nosso interesse na viação romana prende-se com a necessidade de estabelecermos uma relação de influência e interdependência entre os eixos viários em uso na Antiguidade Tardia e os principais locais que estariam ocupados nesse período. *Bracara Augusta* tinha seis principais vias que conectavam a cidade praticamente em todas as direções.

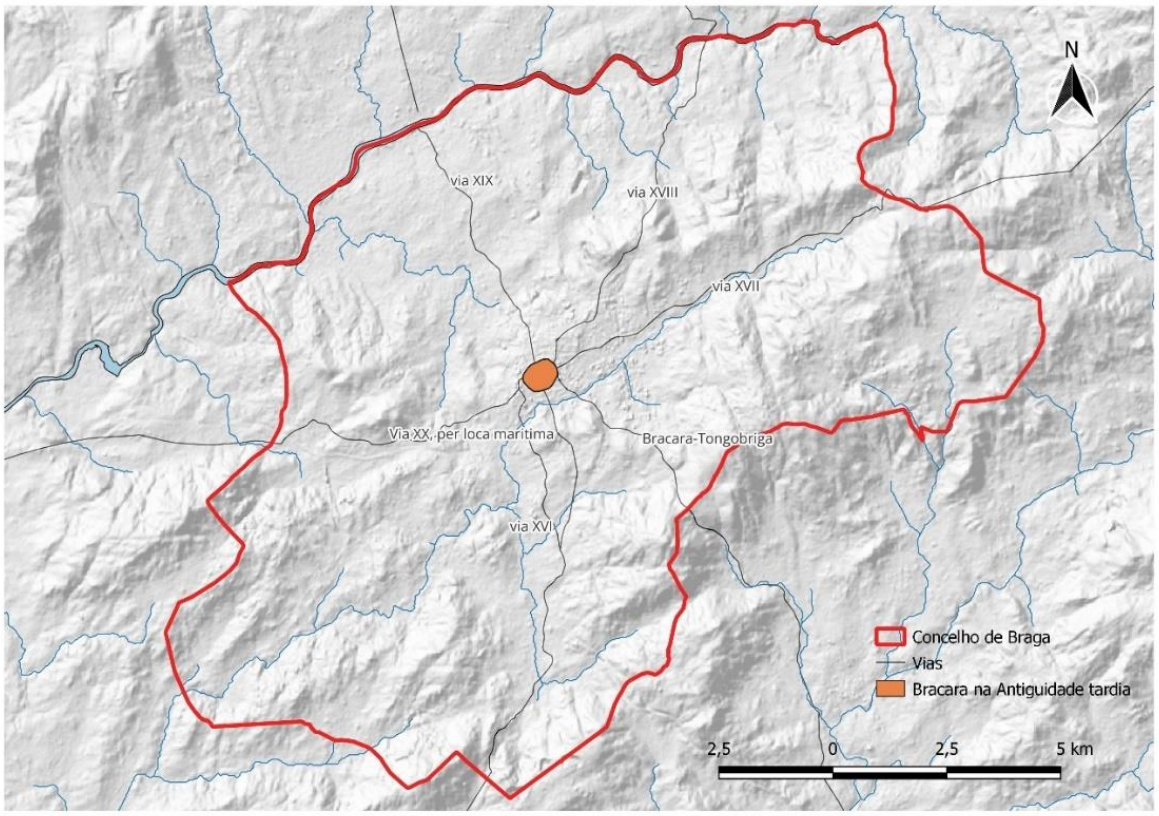


Figura 25 - Principais vias romanas identificadas na região de Braga. ©Francisco Andrade (base de Helena Carvalho, 2008)

A principal via que partia da cidade para norte, em direção a Lugo, era a via XIX (*item a Bracara-Asturica*) que ligava *Bracara* a *Asturica* por *Lucus*, em cuja proximidade se dispunham algumas das principais *villae* conhecidas na bacia do Cávado, situadas próximas da cidade de Braga. A via saía pela porta norte da muralha da cidade, seguindo por terrenos que se dispunham a oeste do atual convento do Pópulo, descendo para a zona de Dume, passando próximo à capela de S. Lourenço [42]. Já em Dume, a via cruzava a zona conhecida como Carcavelos, bastante próxima da *pars urbana* da *villa* de Dume [40], continuando pela zona próxima da *villa* de Pateira [67], em direção à passagem do Cávado, no sítio da atual ponte de Prado [65] (Carvalho, 2008, p. 247). O seu percurso assegurava a ligação a *Limia* (Ponte de Lima), aglomerado com origem num *vicus*, dirigindo-se a Tude (Tuy), depois de passado o rio Minho, seguindo para *Iria Flavia*, infletindo para nascente em direção a *Lucus Augusti,* de onde seguia para *Asturica* (Almeida, 1968; Almeida, 1979; Pérez Losada, 2002; Fernández Ochoa, 1995).

Para sul dirigiam-se duas vias. A via XVI (*ab Olisipone Bracaram Augustam*) permitia a ligação de *Bracara* com a Lusitânia. A via sairia pela porta sul da muralha, seguindo em direção a Esporões e veiga do Penso, passando perto de, pelo menos, uma *villa*, localizada em Esporões [45], aproximando-se progressivamente do litoral, desenhando um itinerário que percorria a zona ocidental do território atualmente português, passando por vários núcleos urbanos importantes (Mantas, 2000). Por sua vez,

a via *Bracara-Tongobrigam-Emeritam* que conectaria *Bracara* à capital da Lusitânia, sairia pelo quadrante sudeste da cidade, na zona do Fujacal, seguindo para sul pela zona da Falperra e pela portela que dá acesso a S. Martinho de Sande e Caldas das Taipas (Carvalho, 2008, p. 248). Uma vez cruzado o rio Douro a via dirigia-se à Egitânia, seguindo para *Emerita*.

O eixo estruturante de comunicação de *Bracara* com o litoral era a via XX (*item per loca maritima a Bracara*) que unia a cidade a *Asturica* e *Lucus* por um percurso controverso, devido à ausência de miliários, devendo percorrer a orla marítima, até *Brigantium* (La Coruña). Esta via saía de *Bracara* pela porta poente da muralha, no enfiamento do decumano máximo, em frente da qual se dispunha o anfiteatro, onde se construiu a basílica paleocristã de S. Pedro de Maximinos, infletindo pela calçada da Naia, passando a sul do monte das Caldas [103] (Carvalho, 2008, p. 248). A *villa* de Santarão [102] era bastante próxima do traçado da via, sendo certo que passaria perto de Martim, ligando a uma eventual via secundária que passaria próxima às zonas de Real e Semelhe.

Pelo lado nascente de *Bracara* divergiam duas vias. A via XVII (*item a Bracara Augusta*) ligava a cidade a *Asturica*, com origem na porta nascente, no eixo do traçado do *decumanus* máximo, passando pela área da necrópole que se estendia do atual largo Carlos Amarante, pela rua do Raio e largo da Nª Srª. a Branca, passando pela necrópole de S. Victor [33], em direção a Gualtar, pela rua da Estrada Velha, seguindo pelo vale do Este, não muito longe da *villa* de Gualtar [59] (Carvalho, 2008, p. 244). O seu percurso atravessava o atual território até *Aquae Flaviae* (Chaves), seguindo para nordeste por *Veniatia, Petavonium, Argentiolum* e *Asturica* (Lemos, 2000; Lemos, 2002). Por sua vez, a via XVIII, ou via Nova, construída em época flávia, estruturava um itinerário alternativo de ligação entre *Bracara* e *Asturica*, saindo da cidade por nordeste, seguindo o traçado da atual rua dos Chãos, S. Vicente [28], onde se localizaria uma basílica paleocristã, pela *villa* suburbana de Infias [29], passando pelas Sete Fontes [31], seguindo pela veiga do Cávado e por Adaúfe [18], em direção ao atual território de Amares (Carvalho, 2008, p. 245).

Para além destas vias principais haveriam seguramente vias secundárias e caminhos vicinais que interconectariam os diversos sítios que desenhavam o mapa do povoamento do período tardo antigo, muito ligado ao protagonismo e importância estratégica da cidade de *Bracara*, capital do Reino Suevo, entre 407 e 585, depois de ter conhecido, ao longo do século IV, um período de forte dinamismo político e económico, em parte derivado da sua promoção a capital da nova província da Galécia, criada por Diocleciano.

Os testemunhos mais importantes do sistema viário romano e tardo antigo que se encontram presentes na região em análise são os miliários que testemunham as milhas, e nos aproximam aos

traçados das vias que têm sido propostas por vários autores. O conhecimento desse traçado é mais problemático nas imediações de Braga, devido ao dramático crescimento extensivo da periferia da cidade, sobretudo a partir da década de 70 do século XX. Na região em análise está assinalado o conjunto de miliários da via XIX, destacando-se o de Adriano, presente em S. Paio de Merelim (Braga) e de Prado, que, por não se enquadrarem no período cronológico em estudo não foram incluídos no catálogo da parte II da presente tese.

1.1.1.4. Os mosteiros

A abordagem dos mosteiros tardo antigos da região de Braga só é possível graças ao contributo da investigação arqueológica que permitiu identificar vestígios desse tipo de equipamentos em S. Martinho de Dume [40] e na atual zona de Montélios [95], onde terá sido erguido um mosteiro, no sítio onde se localiza o mausoléu de S. Frutuoso, próximo dos limites conhecidos do domínio monástico dumiense, referido no doc. 19 do *Liber Fidei* (Costa, 1965, p. 39).

O sítio arqueológico de S. Martinho de Dume [40] foi alvo de inúmeras campanhas de escavação desde a década de 80, cabendo destacar as que foram realizadas nas proximidades da atual igreja paroquial, que permitiram identificar a existência de duas estruturas triconques, tendo a mais antiga sido associada ao período suevo-visigótico e a estrutura mais recente considerada uma reconstrução do período da Reconquista (Fontes, 1987, pp. 111-148; Fontes, 1988, pp. 243-256; Fontes, 1991-1992, pp. 199-230).

A basílica, que comummente se considera corresponder ao período da Reconquista, poderá ser do período suevo, correspondendo ao momento de criação da sede do bispado de Dume, interpretação que parece compaginável com a análise comparativa que podemos fazer das sepulturas encontradas. Na verdade, de acordo com os indícios disponíveis, o conjunto monástico parece ser herdeiro de uma reconfiguração das construções anteriores que correspondiam à parte urbana de uma *villa* romana, cujos espaços foram reaproveitados e reconfigurados para acomodar novas funcionalidades (Fontes, 1987, p. 131; Fontes, 2011, p. 20; Andrade, 2015, pp. 72-76). Salientamos, contudo, que o processo de análise dos vestígios descobertos pelas escavações não se afigura fácil, na medida em que a área escavada é bastante reduzida, para o que antevemos que deveria corresponder à área total da *pars urbana*, que se transformou em mosteiro. Assim, não conseguimos estudar, com o detalhe necessário, a alteração funcional dos espaços, que permitiria a compreensão do impacto das obras realizadas e as características das adaptações. Ainda assim, os dados disponibilizados pelas zonas escavadas permitem tecer algumas considerações que pensamos serem relevantes, designadamente ao nível da cronologia.

O primeiro local em que se identificou uma ocupação tardo antiga da *villa*, foi na estrutura balnear, concretamente na piscina norte, onde se identificou uma compartimentação que impediu a continuidade da sua utilização como estrutura balnear. A inutilização da função original poderá ser enquadrável na adaptação ao conjunto monástico (Andrade, 2015, pp. 74-75), hipótese que se fundamenta na cronologia dos materiais associados às camadas de abandono do balneário da fase tardia da *villa*. Entre os materiais reconhecidos destaca-se a presença de fragmentos de terra *sigillata* hispânica tardia, reutilizados como peças discoides, de cerâmica cinzenta tardia comum, datável dos séculos V-VII e de cerâmica focense, com uma cronologia entre 400 e 580 (Martínez Peñin, Fontes e Andrade, 2018, pp. 219-223). Também a análise de carvões procedentes da camada de abandono do balneário, efetuada pela Beta Analytics (amostra 2), corrobora a ocupação da estrutura durante os séculos VI-VII, tendo fornecido uma datação Cal AD 600 to 660 (Cal BP 1350 to 1290). Esta cronologia leva-nos a concluir que o abandono da área do balneário terá ocorrido na segunda metade do século VII.



Figura 26 - Compartimentação de piscina (segundo Andrade, 2015, p. 75).

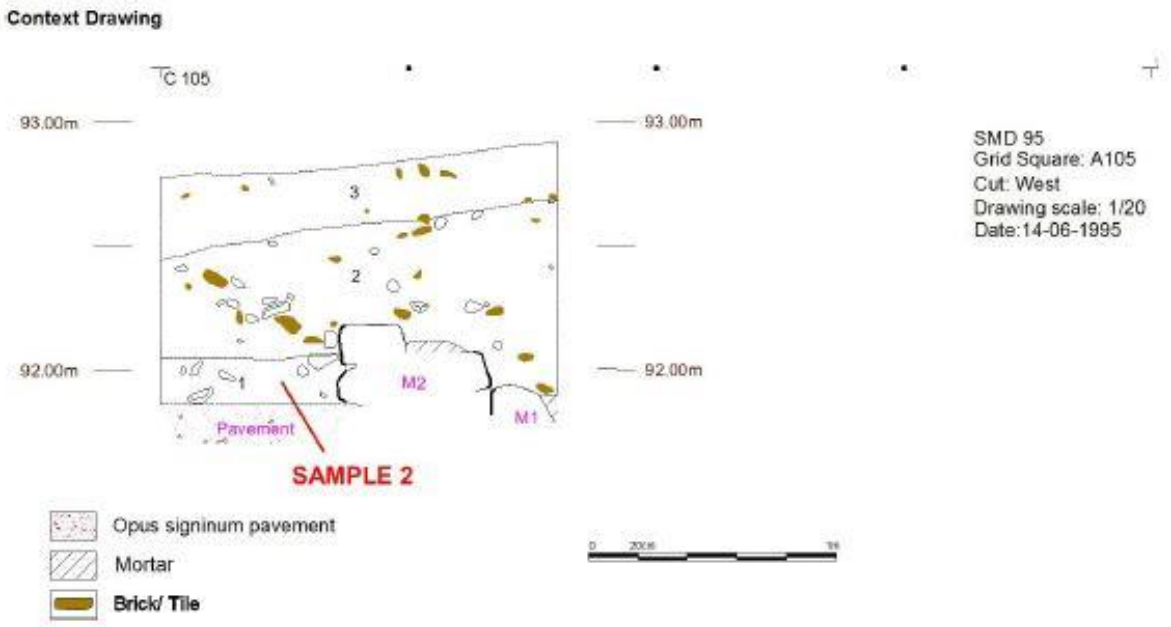


Figura 27 - Perfil com local de recolha de amostra 2. ©Arquivo UAUM/Francisco Andrade

Relativamente à efetiva existência de um mosteiro em Dume, julga-se que este terá resultado de uma clara adaptação do espaço e da estrutura edificada da *villa* romana, não se percebendo, na área escavada, grandes alterações construtivas, parecendo antes terem ocorrido adaptações de pormenor, decorrentes das necessidades de adaptação funcional dos espaços da *villa* (Andrade, 2015, pp. 72-76). O principal indício que poderá revelar a presença de uma comunidade cristã, é a presença de um edifício dedicado ao culto, de cabeceira trilobada, que terá igualmente reaproveitado uma abside de uma sala da *villa* que deveria exibir também uma estrutura triconque. A abside da basílica sueva, de cabeceira trilobada, distingue-se das estruturas que a precedem, de planta similar, por exibir como elemento ligante das paredes uma argamassa de saibro e um aparelho de dimensões mais pequenas, reforçado nos cunhais por elementos de maiores dimensões.

Na intervenção arqueológica realizada em 2003, foram identificadas em sondagem localizada a sudoeste da capela da Nª Srª do Rosário, diversas fossas para extração de saibro, interpretadas por Luís Fontes (2011c, p. 20), como contemporâneas da construção da basílica e da adaptação da *villa* a mosteiro. As camadas que selam as referidas fossas providenciaram a recolha de diversos carvões, tendo a amostra 3, analisada na empresa Beta Analytic, revelado as seguintes datações: 2 SIGMA CALIBRATION: Cal AD 430 to 490 (Cal BP 1520 to 1460) and Cal AD 510 to 515 (Cal BP 1440 to 1435) and Cal AD 530 to 605 (Cal BP 1420 to 1345).

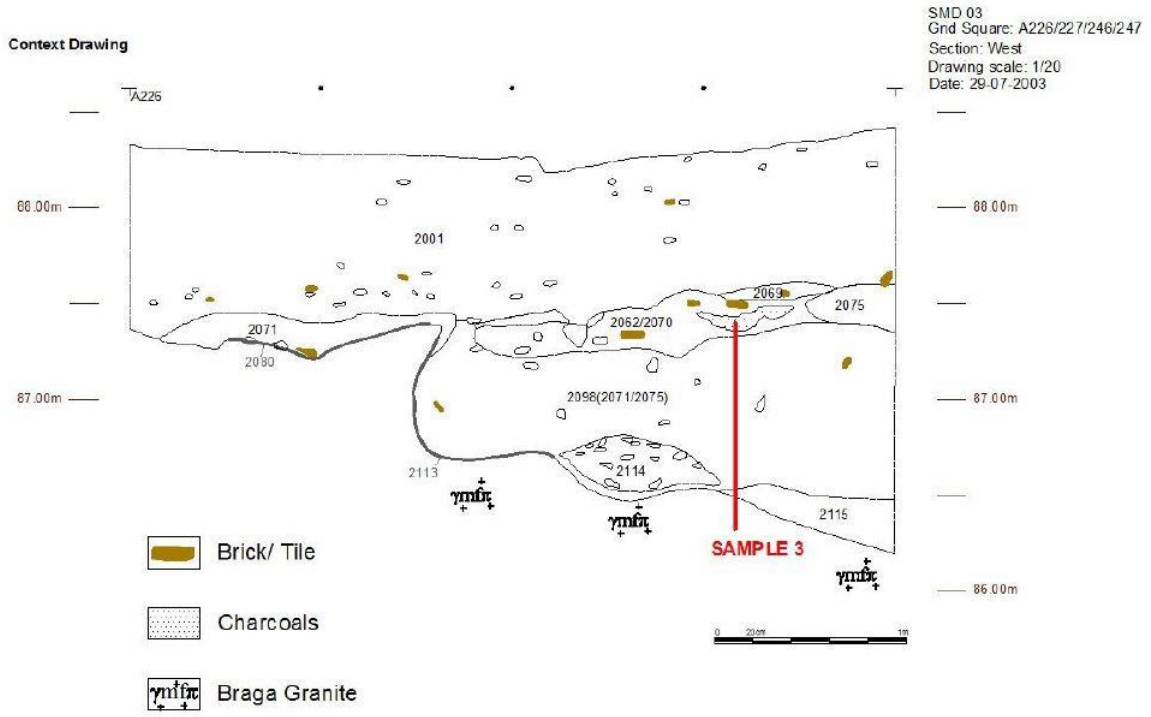


Figura 28 Localização de recolha de amostra 3. ©Arquivo UAUM /Francisco Andrade

Por sua vez, a cerâmica recolhida no enchimento das referidas fossas corrobora a cronologia absoluta obtida para os carvões, apresentando datas entre finais do século V e o final do século VI. Entre os materiais identificados no enchimento das fossas destacam-se as ânforas tunisinas, datadas entre os séculos V e VI e a cerâmica cinzenta tardia comum, característica dos séculos V a VII, que se enquadram no período sugerido pelas datas de radiocarbono.

A relação das fossas e das camadas que as sobrepõem, com as estruturas que lhes estão nas proximidades, parecem indiciar que estas perturbações no solo, terão condicionado, de alguma forma, o uso do espaço neste período. Contudo, esta alteração não terá forçosamente impossibilitado a continuação da vivência da comunidade monástica, indiciando forçosamente uma adaptabilidade da orgânica de circulação.

Desta forma, a descrição da estrutura basilical, presente em Fontes (1987; 1991-1992), poderá adequar-se às duas estruturas, na medida em que planta é similar. Trabalhos mais recentes, levam a considerar que a planta basilical deste período era um pouco mais complexa do que inicialmente se pensava, tendo sido identificado um muro entre a abside sul e os contrafortes, junto à zona das sepulturas, identificadas em 1992. Este muro, localizava-se a cerca de quatro metros para sul de um outro que viria a ser identificado em 2003, cujas características levaram a considerar que pertencia ao mesmo edifício, facto que também é corroborado pela sua ligação com a abside sul. O desmonte de parte do alicerce da igreja moderna, para permitir a passagem dos visitantes no âmbito do circuito de

visita ao centro de interpretação, permitiu a identificação das duas fases da estrutura trilobada, tendo sido identificada na mais recente, que apresenta uma estrutura constituída por argamassa de saibro, uma soleira que sugere estarmos na presença de uma das entradas laterais da basílica. A análise das estruturas a sul da igreja, leva a considerar que a construção do edifício da basílica pressupôs o desmonte, ou a prévia destruição ou inutilização de outro anterior. Na verdade, sabemos que não estamos perante um simples aproveitamento de elementos arquitetónicos, dada a distinção das argamassas dos muros, sendo as juntas dos elementos almofadados da estrutura mais antiga preenchidos por sedimentos e os muros da estrutura mais recente, preenchidos pela argamassa de saibro já anteriormente referida.

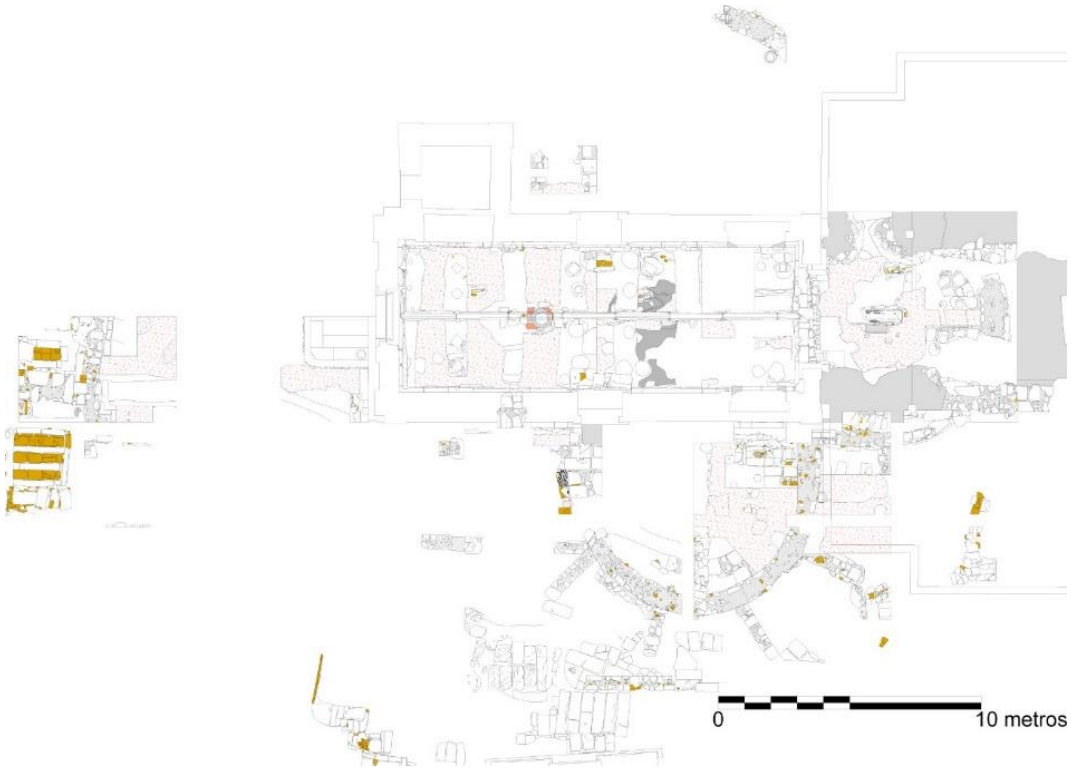


Figura 29 - Planta geral de ruínas de basílica de Dume. ©Arquivo UAUM /Francisco Andrade

Como já referimos em Andrade (2015, p. 107), de acordo com os dados recolhidos em Fontes (1991-1992, pp. 199-230), a capela-mor, apresenta igualmente uma pavimentação em *opus signinum*, sobrelevada relativamente à restante igreja, incorporando estruturas que estariam relacionadas com a organização litúrgica do espaço, como altar e *chorus,* identificados em Godoy (2008) como elementos fundamentais do espaço litúrgico tardo antigo. De facto, a organização do espaço que acima descrevemos permite o reconhecimento do local destinado ao clero, sobrelevado relativamente à nave, que estaria destinado à generalidade dos crentes, sendo as suas hipotéticas colunas, eventualmente, uma forma de marcar mais claramente a diferenciação espacial que referimos, configurando uma *iconostasis*.



Figura 30 - Soleira de parede de basílica, sobreposta a elementos almofadados. ©Arquivo UAUM /Francisco Andrade

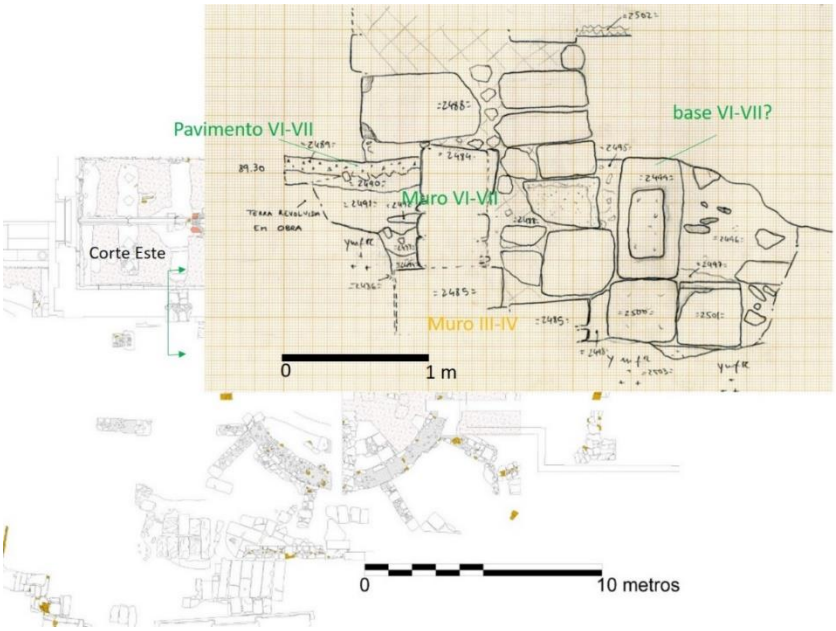


Figura 31 - Corte de zona de A55/A71, com sequência construtiva. ©Arquivo UAUM/Francisco Andrade

De acordo com os dados que possuímos atualmente e, em grande medida, pelo estudo comparativo crono-tipológico das sepulturas relacionadas com a basílica e ainda a análise decorrente de elementos arquitetónicos que foram identificados no decorrer das escavações bem como os que estão depositados

no Museu Pio XII, parece-nos que há uma grande probabilidade de o templo até à data associado aos séculos IX-X, poder remontar ao período suevo visigótico, como já foi referido, sem descurar todavia eventuais remodelações que seguramente terão existido, decorrentes da ocupação do local, mas cuja presença no registo arqueológico conhecido até ao momento, não parece ter grande representatividade.

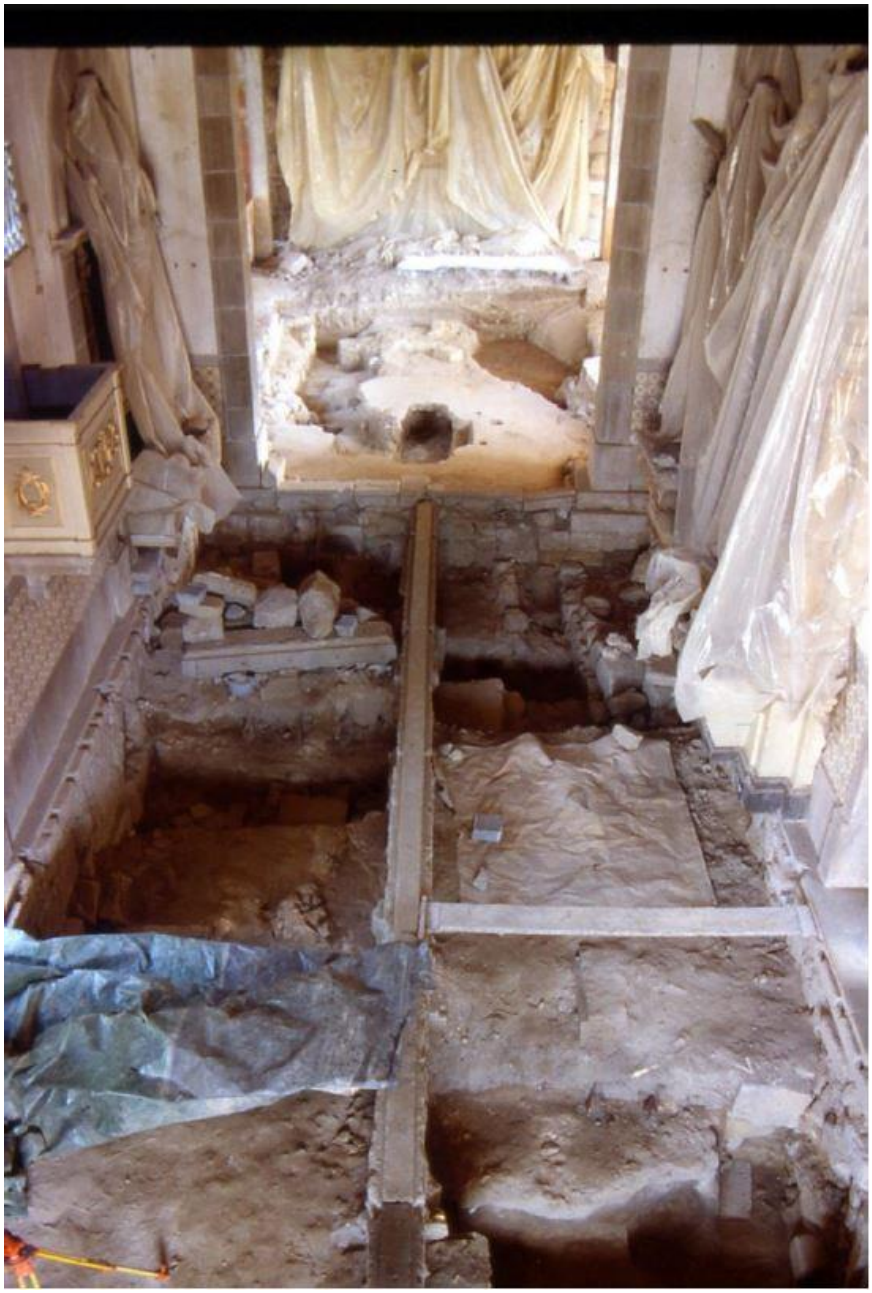


Figura 32 - Fase de escavação de interior de igreja (1989), com zona de pavimento de capela-mor visível ao fundo. ©Arquivo UAUM/Luís Fontes.

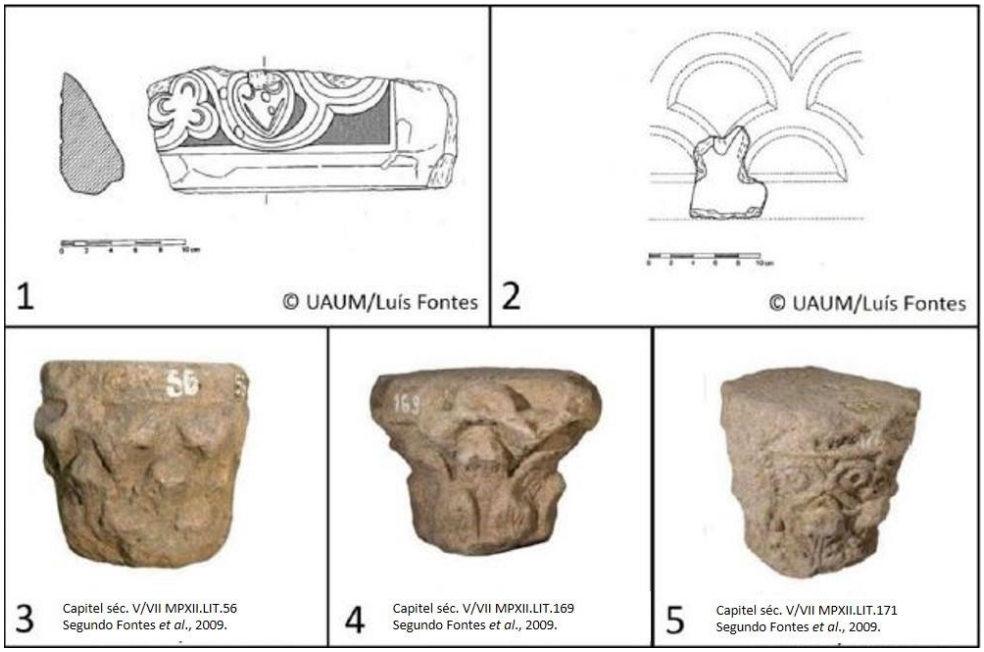


Figura 33 - Elementos arquitetónicos associáveis aos séculos V- VII, provenientes da igreja de Dume. (capiteis segundo Fontes *et al.,* 2009, vol II, pp, 50, 53-54). ©Manuel Pitães

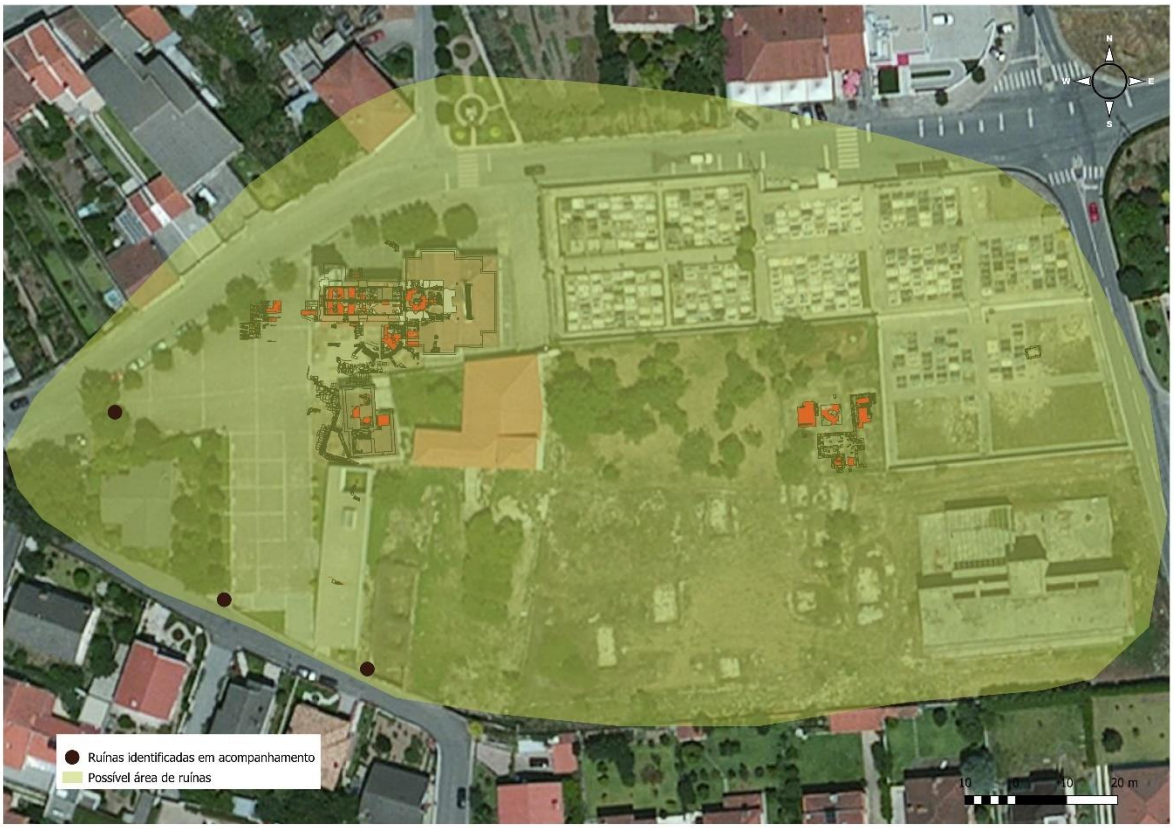


Figura 34 - Possível área de ruínas, com base nos dados conhecidos até ao momento. ©Arquivo UAUM/Francisco Andrade

Ressalva-se ainda o facto de ser dos poucos sítios, para além da cidade de Braga, que foi alvo de escavações utilizando metodologia arqueológica, constituindo uma referência no estudo deste período.

Dado que a área escavada poderá ser bastante mais ampla e não ser possível um conhecimento mais detalhado da adaptação da *villa* a mosteiro, as conclusões a que pudemos chegar estão consideravelmente condicionadas.

Os dados disponíveis levam-nos a considerar que diversas valências da *villa* terão sido abandonadas ou conhecido readaptação, como é o caso do balneário. Face aos dados que conhecemos da basílica, a identificação de uma necrópole a oeste e sul da mesma, terá indubitavelmente condicionado o uso do espaço nesta zona, inicialmente com usos seguramente distintos. A circulação, face à identificação do muro mais a sul da basílica e a não identificação de um vão que permitisse o acesso direto a esta zona, por sul, parece indiciar uma certa rutura ao nível da orgânica de funcionamento do mesmo, parecendo passar a desempenhar, a basílica, o novo papel organizativo do espaço, limitando-se de alguma forma a fluidez de circulação. A lógica de circulação intra basilical, parece estar relativamente bem definida, sendo os circuitos identificados, o acesso direto ao altar-mor através da zona central da nave e um acesso através do vão anteriormente referenciado, que foi identificado na abertura de uma entrada no alicerce moderno, propiciando o acesso à abside sul, através do vão onde foram identificados degraus com mosaicos.



Figura 35 - Degraus de acesso a abside sul. ©Arquivo UAUM/Luís Fontes

Para além do mosteiro de Dume [40], aproximadamente a meia distância entre o mesmo e Braga, como refere *a Vita Frutuosi*, (Cardoso, 1996, p. 43), próximo aos limites conhecidos do domínio

monástico dumiense (Costa, 1965, p. 39), na atual zona de Montélios, terá sido erigido um mosteiro [95], referenciado como local de sepultamento de S. Frutuoso. Os dados arqueológicos das diversas intervenções que temos dirigido nos últimos anos no local, não são completamente conclusivos acerca das características do referido mosteiro que se terá aí instalado. Efetivamente, para além do mausoléu-capela que foi restaurado na primeira metade do século XX e que está classificado como Monumento Nacional, identificaram-se duas secções de um muro, localizado na plataforma a norte do convento de S. Francisco, numa zona mais baixa relativamente ao mausoléu.

O muro, que se desenvolve no sentido NE/SO, apresenta elementos almofadados sendo, até ao momento, os únicos dados que dispomos. Efetivamente, para além do mausoléu-capela, que foi restaurado na primeira metade do século XX, edifício classificado como Monumento Nacional, identificaram-se, numa zona mais baixa relativamente ao mausoléu, duas secções de um muro com orientação NE/SO, com elementos almofadados, localizado na plataforma a norte do convento de S. Francisco. O aparecimento de alguns fragmentos de cerâmica cinzenta tardia comum em áreas próximas, não garante uma datação direta da referida estrutura, pelo que estão em curso análises às argamassas do muro, tendo em vista obter uma datação para a estrutura, com o financiamento concedido pelo Laboratório de Paisagens, Património e Território (Lab2PT), através de fundos nacionais da FCT – Fundação para a Ciência e Tecnologia I.P., no âmbito dos projetos estratégicos UIDB/04509/2020 e UIDP/04509/2020. Os resultados preliminares, avançados por Jorge Sanjurjo Sánchez[7], levam-nos a assumir a possibilidade de a sua construção poder remontar aos séculos IV-VI.



Figura 36 - Aspeto de mausoléu de S. Frutuoso e muro que poderá ter pertencido a mosteiro. ©Arquivo UAUM/Francisco Andrade

[7] Instituto Isidro Parga Rondal, Universidade da Corunha.

Os trabalhos de campo que estão em curso, associados ao restauro do convento de S. Francisco, permitiram a leitura dos paramentos internos e externos do mausoléu, analisando os elementos que poderão ser associáveis ao mausoléu original. À luz dos dados que atualmente dispomos, consideramos que parte dos alicerces do mausoléu de S. Frutuoso [95], poderão ser associáveis à sua fase mais antiga que poderá datar do século VII, cronologia que esperamos poder certificar com a análise das argamassas em curso.[8] Dado que não identificamos, nas zonas conservadas, elementos distintivos claros entre os elementos do alicerce e os paramentos conservados, consideramos que poderão ser todos pertencentes à mesma fase[9]. A análise do alçado norte permitiu a constatação de que apenas se conservou parte do braço oeste do mausoléu e parte da torre central, bem como uma pequena parte do braço este, na zona de suporte da quadra central.

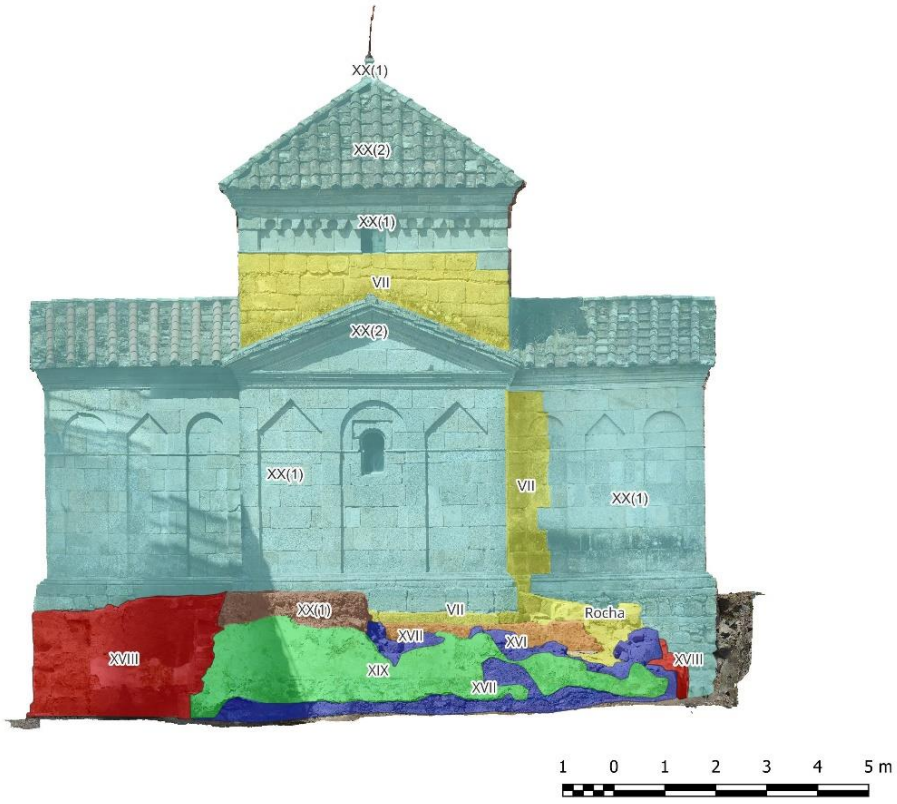


Figura 37 - Leitura interpretada do alçado este do mausoléu de S. Frutuoso, com indicação do século associado a cada fase identificada. ©Arquivo UAUM/Francisco Andrade/Paulo Bernardes

A parte superior da torre lanterna terá sido recolocada pela DGEMN, recorrendo a alguns elementos originais que ainda estavam *in situ*. Esta ação terá contemplado igualmente o encerramento de uma grande janela que tinha sido rasgada no mausoléu. A análise dos paramentos também permitiu a constatação que a recolocação da parte superior dos elementos da torre lanterna terá contemplado a

[8] As amostras recolhidas estão a ser analisadas por Jorge Sanjurjo Sánchez, do Instituto Universitário Isidro Parga Rondal, da Universidade da Corunha.
[9] Assumimos que, dado os indícios de reaproveitamento de alguns elementos, possam ser provenientes de estruturas preexistentes.

elevação do telhado, o que nos faz supor que se terão efetuado alterações ao nível da cobertura e cúpula do mausoléu. A referida análise permitiu ainda identificar que os motivos decorativos dos alçados, que foram replicados em toda a zona construída, se basearam nos elementos presentes ainda no alçado original do braço este, permitindo a confirmação de que apenas uma pequena parte, possuía alguns dos seus elementos originais conservados.

Na zona mais próxima da quadra central, tal como na zona leste, verificou-se a conservação de parte do motivo decorativo do braço norte, tendo permitido a replicação do motivo identificado. Refira-se ainda que o desmonte da parte superior da torre lanterna também se identifica neste alçado. Na parte inferior do alçado da torre central, não são tão evidentes as alterações do aparelho como se verificou no entaipamento do vão que existia na zona norte.

A análise do alçado exterior sul, do mausoléu, permitiu constatar que, tal como no alçado exterior norte, se terá conservado uma grande parte do paramento do braço oeste, até à zona inferior à cornija. Também aqui se identificaram elementos similares aos que foram registados na zona mais a norte, nomeadamente um óculo no paramento. Foi ainda possível verificar que apenas se terá conservado a zona inferior da torre lanterna, e, tal como no alçado norte, a remodelação e recolocação de elementos na zona superior contemplou o entaipamento de um vão.



Figura 38 - Leitura interpretada do alçado sul do mausoléu de S. Frutuoso, com indicação do século associado a cada fase identificada ©Arquivo UAUM/Francisco Andrade/Paulo Bernardes

Para além dos dados que dispomos, decorrentes da análise dos paramentos exteriores do mausoléu, também nos foi possível efetuar sondagens arqueológicas e escavar a área envolvente, que nos proporcionou informação sobre o alicerce do edifício e da sua relação com as estruturas com que se articularam. A escavação da sondagem 4, da intervenção que efetuámos em 2015 (Fontes *et al.*, 2020a), permitiu a identificação das características do alicerce do alçado norte do braço oeste do mausoléu, tendo a análise da estrutura permitido constatar que, ao contrário do que aconteceu com os braços reconstruídos pela DGEMN, os motivos decorativos estavam ausentes no embasamento do braço norte.



Figura 39 - Fotografia de alçado norte de braço este de mausoléu, sondagem 4. ©Arquivo UAUM/Francisco Andrade

O embasamento possuía elementos de maiores dimensões na sua zona superior, parecendo pelo menos dois deles, terem sido reaproveitados ou afeiçoados num dos seus vértices, eventualmente para adaptação de edifícios posteriores que lhe adossaram. Os elementos do embasamento apresentam um

talhe relativamente tosco, se comparados com os motivos do embasamento da DGEMN, que pode ser visto na foto do alçado norte da sondagem 4, que apresentamos na página anterior. É visível o assentamento no substrato rochoso, sendo ainda possível constatar que alguns dos elementos visíveis da zona inferior do mausoléu são de dimensões relativamente pequenas e apresentam-se afeiçoados numa das faces. Dado que o alicerce nesta zona se encontra, em parte, encoberto pelas estruturas do convento do século XVIII, não é possível constatar, com clareza, se esta característica se deve a uma adaptação ao terreno ou se poderia ter algum significado a nível construtivo.

A sondagem 3, da intervenção arqueológica de 2015, efetuada junto ao braço este de mausoléu, permitiu igualmente a identificação do seu alicerce. Apesar deste braço do mausoléu ser essencialmente reconstrução da DGEMN, a zona inferior do seu alicerce, parece-nos, à luz dos dados que dispomos para este momento, ser constituída por elementos originais, que poderão ser associáveis ao século VII.

Como é visível na fotografia do alçado este, que abaixo apresentamos, sob o embasamento e uma primeira fiada de pedras que terão sido colocadas no âmbito das obras da Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, identificaram-se duas fiadas de silhares, alguns deles almofadados, tendo encostada argamassa que poderá constituir parte de estrutura da época moderna. A referida estrutura foi alvo de recolha de argamassa para datação por OSL.[10] O aparelho do alicerce mais antigo, nesta zona, apresenta parte das suas juntas seladas por argamassa alaranjada de estrutura de cronologia posterior, como é visível na foto apesentada a seguir, não tendo sido possível a recolha de amostras deste alicerce do mausoléu de S. Frutuoso.



Figura 40 - Fotografia de alçado este de alicerce de braço este de mausoléu, sondagem 3. ©Arquivo UAUM/Francisco Andrade

[10] Análises da responsabilidade de Jorge Sanjurjo Sánchez, da Universidade da Corunha.

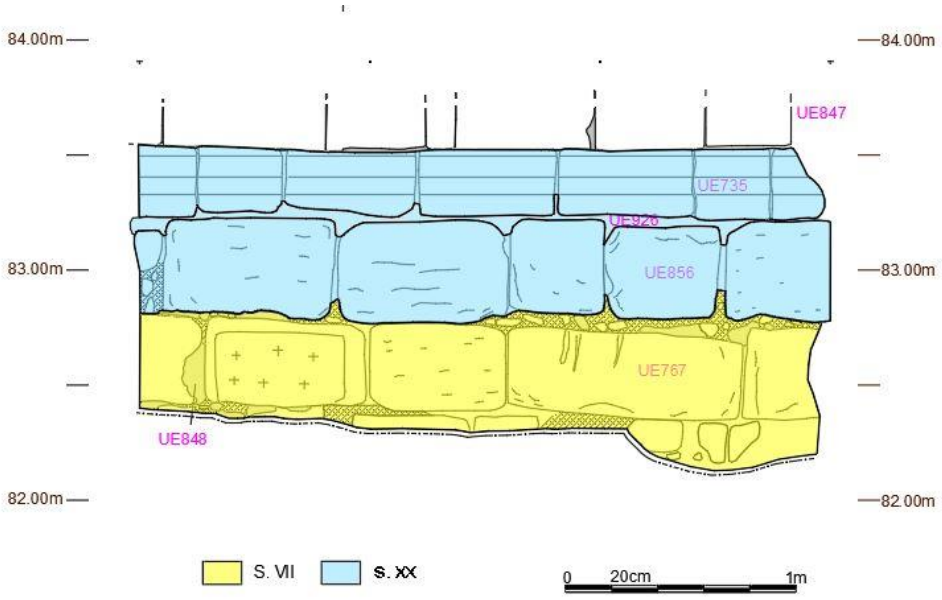


Figura 41 - Leitura interpretada de alçado este de alicerce de braço este de mausoléu. ©Arquivo UAUM/Francisco Andrade

O desaterro de preparação para construção de estrutura de entrada no convento de S. Francisco, pressupôs a remoção dos aterros efetuados pela Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN). Nesta zona foi possível a identificação dos alicerces dos braços sul e este do mausoléu, tendo permitido constatar que o braço sul, pelo menos nas suas áreas a sul e a leste, nas partes visíveis, foi reconstruído pela DGEMN, desde o alicerce. No caso do braço oeste, poderá tratar-se da construção original, até à zona da cornija. A análise do alicerce identificado decorrente do desaterro referenciado, permitiu constatar que o alicerce, também presumivelmente original, possuía características ligeiramente distintas do que se identificou na zona norte. A análise dos elementos permitiu verificar que o embasamento é constituído por elementos de grandes dimensões, bem aparelhados, parecendo um deles apresentar cavidade indiciadora do uso de *forfex*. As duas fiadas inferiores são compostas, em grande parte, por elementos de menores dimensões que apresentam um talhe mais tosco, alguns dos quais não apresentam a face externa afeiçoada.

Apesar das diferentes características dos elementos, não nos foi possível associar o uso de diferentes técnicas construtivas a fases distintas, devendo essa diferença ser explicada pelas distintas funções que os elementos desempenham, ao nível da solução construtiva adotada no mausoléu. Na zona inferior de alicerce, na área em que as juntas são mais largas, recolheram-se duas amostras com vista à datação por OSL. [11] Tal como no alicerce leste, os indícios de reaproveitamento levem-nos a assumir a sua proveniência de preexistências nas proximidades.

[11] *Idem* nota anterior.



Figura 42 - Fotografia de alçado sul de alicerce de braço oeste de mausoléu. ©Arquivo UAUM/Francisco Andrade

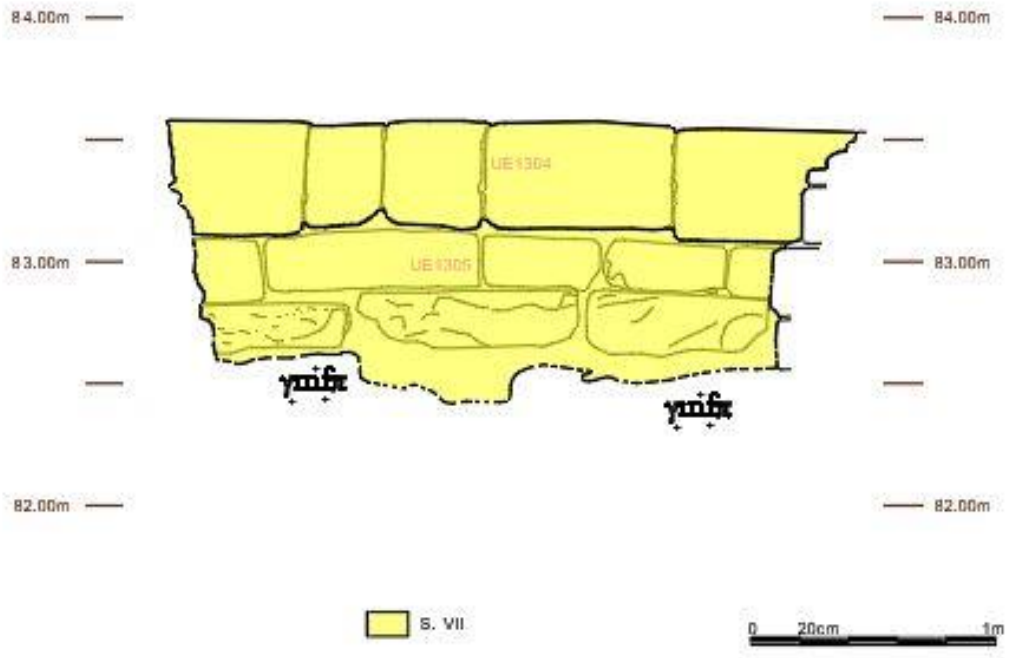


Figura 43 - Leitura interpretada de alçado norte de alicerce de braço este de mausoléu. ©Arquivo UAUM/Francisco Andrade

A análise do alçado oeste do alicerce do braço sul do mausoléu, permitiu constatar que, por um lado, a sedimentação que preenchia as juntas era idêntica à que tinha sido identificada no alicerce sul, por outro, apresentava silhares almofadados, tal como os que foram identificados no alicerce colocado a descoberto na sondagem 3.



Figura 44 - Fotografia de alçado oeste de braço sul de mausoléu. ©Arquivo UAUM/Francisco Andrade

A análise interpretada do alçado permitiu concluir que uma parte considerável do conservado alicerce nascente da zona sul poderá pertencer ao edifício original. Por sua vez, o embasamento, tal como as paredes do braço sul, à semelhança do constatado para os alçados exteriores sul do mausoléu, correspondem à reconstrução da DGEMN. A análise do alçado permitiu ainda verificar que houve um corte abrupto do substrato rochoso, de modo a incorporar o mausoléu no convento da Idade Moderna.

As remodelações que estão identificadas, estão circunscritas ao seu limite mais a sul e terão acontecido no âmbito da adaptação de espaço conventual.

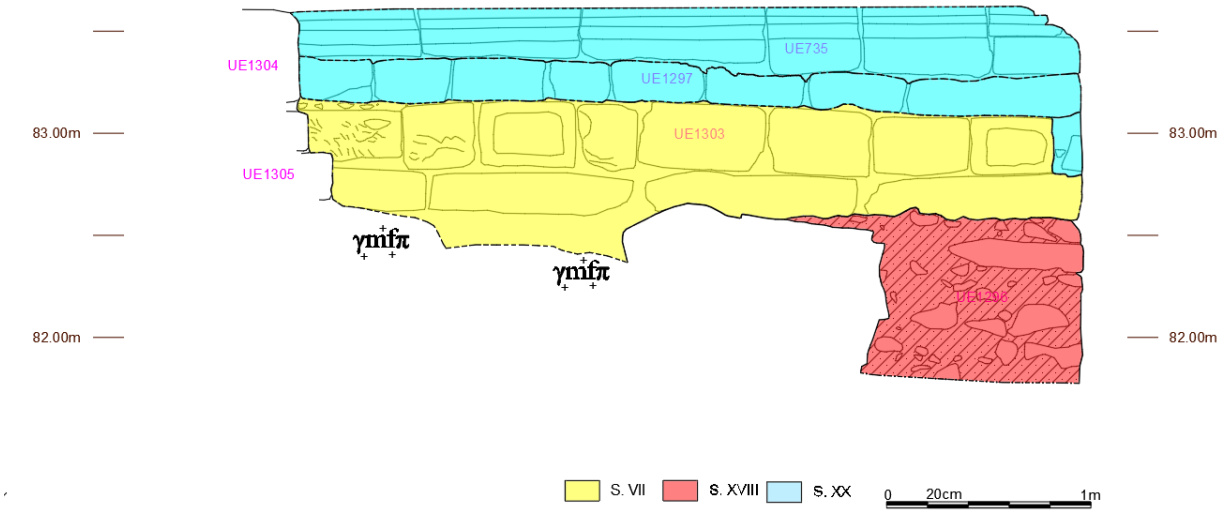


Figura 45 - Leitura interpretada de alçado oeste de alicerce de braço sul de mausoléu. ©Arquivo UAUM/Francisco Andrade

Para além dos conjuntos monásticos que descrevemos nos parágrafos anteriores, A. Costa (1997) referencia a instalação de mais comunidades monásticas na cidade de Braga. Contudo, não nos foi possível associar, com segurança, nenhuma das ruínas de edifícios conhecidos a construções monacais. Francisco Moreno Martín (2009, pp. 283-284), coloca a hipótese de os edifícios localizados nas proximidades da basílica da Falperra corresponderem a um mosteiro, de acordo com a interpretação de Pere de Palol (1967, p. 371; 1970, p. 308), referindo, contudo, que as interpretações mais recentes associam o local a um conjunto palatino, opinião que partilhamos.

1.1.1.5. As basílicas suburbanas

A Antiguidade Tardia teve como uma das principais características o surgimento de uma topografia cristã, à semelhança do que parece ter acontecido um pouco por todo o território do Império Romano (Andrade e Fontes 2020, pp. 293-314). No caso da região bracarense, para além dos conjuntos monásticos e dos marcadores cristãos intramuros, também se identificaram, na periferia imediata da cidade, diversas basílicas suburbanas associadas a necrópoles.

Integradas na atual área urbana de Braga estão identificadas cinco basílicas suburbanas: S. Pedro de Maximinos [25], S. Clemente [27], S. Vicente [28], S. Vítor [30], S. Victor o Velho [33]. Apesar de não conhecermos as características construtivas específicas desses edifícios basilicais, consideramos ser possível uma aproximação à sua localização e a alguns dos elementos arquitetónicos que se consideram provenientes desses locais.

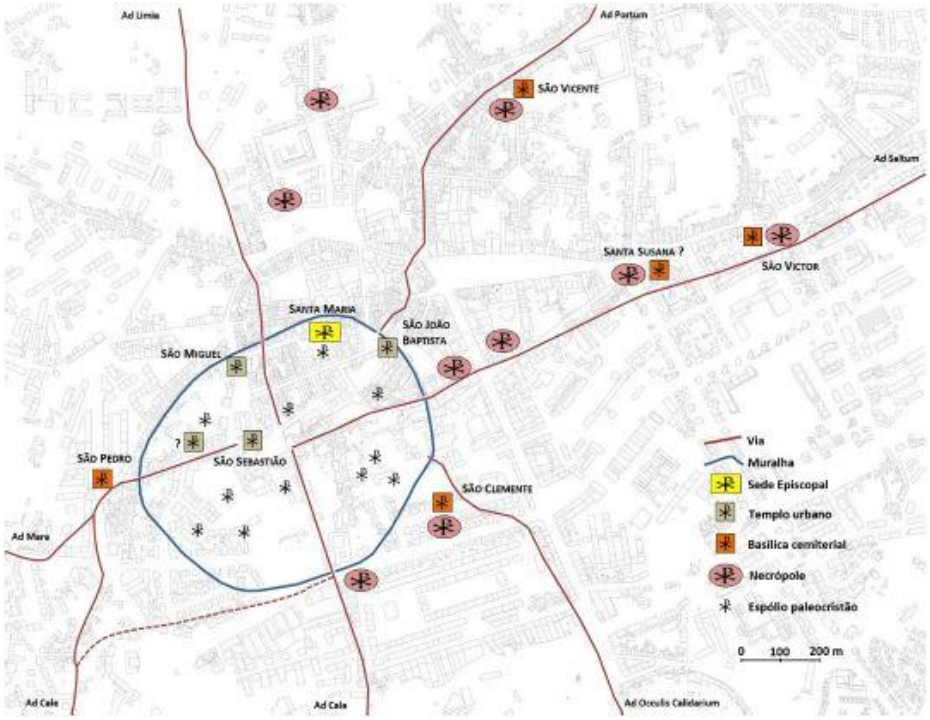


Figura 46 - Topografia cristã antiga de Braga e áreas suburbanas (segundo Andrade e Fontes (2020)).

Na rua do Caires, nas proximidades da atual localização da igreja de S. Pedro de Maximinos [25], foram identificadas diversas sepulturas, escavadas pela Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, relacionadas com a necrópole romana que se associava à via romana que tinha a sua origem no limite nascente do decumano máximo e supostamente corresponde à via XX (Martins e Delgado, 1989-1990, pp. 41-186). A importância desta via, que assegurava a ligação da cidade ao litoral, por onde se realizava o abastecimento da cidade em bens forâneos, designadamente alimentares, justificou a continuada utilização da necrópole entre o Alto Império e a Antiguidade Tardia. Esse facto poderá justificar a existência de uma basílica paleocristã, de invocação de S. Pedro, construída no sítio do anfiteatro romano, um importante marcador arquitetónico que se devia erguer aproximadamente no eixo da parte poente do decumano máximo, o qual é descrito pelo arcebispo D. Rodrigo da Cunha (1634-1635, p. 11), Jerónimo Contador de Argote (1732-1734, p. 233), pelo Pe. Luís Cardoso em 1751 e por Pereira Caldas, em 1852, numa espécie de roteiro de viagem a Braga da rainha D. Maria e do príncipe D. Fernando. Sabe-se ainda que o anfiteatro se situava nas proximidades da igreja de S. Pedro de Maximinos, descrita no século XVIII, por Inácio José Peixoto nas suas "Memórias Particulares" (Peixoto, 1992), como a mais antiga igreja de Braga e quase fronteira "a uma quelha chamada o beco, que sai do meio da Rua da Cruz de Pedra", referindo que foi mandada demolir por D. Gaspar de Bragança (1758-1789). A planta de Braga da autoria de André Soares, datada de 1756, representa a referida igreja numa área cujos limites parecem corresponder aos contornos fossilizados do anfiteatro romano, ainda parcialmente evidentes na fotografia aérea dos anos 50 do século XX (Morais, 2001, pp. 60-61). A demolição da igreja na segunda metade do século XVIII levou a uma deslocalização do templo para o local onde hoje se encontra.

A coleção do Museu Pio XII, integra um capitel (n°199) (Fig. 48), associável aos séculos V-VII (Fontes *et. al.*, 2009, vol. II, p. 58), procedente de Maximinos, que poderá ser atribuído ao original templo paleocristão, de evocação de S. Pedro na origem da igreja de S. Pedro de Maximinos.



Figura 47 - Capitel da coleção do Museu Pio XII, associado a Maximinos, (Fontes *et. al.*, 2009, vol II., p. 58). ©Manuel Pitães

Na zona de S. José de S. Lázaro [27], procedem diversos elementos arquitetónicos que podem estar associados uma hipotética basílica paleocristã que aí existiria e identificou-se a necrópole da via XVII (Fontes *et al.*, 2009). O grau de urbanização do local, desde o edifício dos antigos CTT e a atual igreja de S. Lázaro, impede a confirmação da existência de um templo primitivo que, a existir, se associaria inicialmente a uma área de necrópole, confirmada por um conjunto de nove sepulturas que foram escavadas nos anos 90, referenciadas integráveis na necrópole da via XX (Braga, 2018, p. 346). Pensamos que nesta zona se terá começado a desenvolver um subúrbio bracarense tardo antigo que se consolidou nas proximidades da hipotética basílica que terá existido. É difícil articular, com clareza, os vestígios mais antigos com os que são relativos à área artesanal, na intervenção do edifício dos antigos CTT (Braga, 2018). Apesar de não conhecermos detalhes da organização do edificado neste local, pelas razões que apresentamos, parece-nos relativamente seguro o desenvolvimento de um núcleo populacional.

Na zona próxima à igreja de S. Victor [30] e Nª Srª a Branca, foram identificadas diversas sepulturas associáveis à Antiguidade Tardia, como veremos no capítulo seguinte. Pela continuidade de marcadores cristãos no local, cuja referência ainda está bem presente na topografia do local, assumimos a possibilidade de associação a uma necrópole e a um conjunto de edifícios cristãos, tal como acontece em outras cidades peninsulares. Segundo Avelino Costa (2000), a antiga paróquia de S. Victor teria sede em S. Victor o Velho [33], onde presumivelmente se localizaria a basílica paleocristã de invocação do mártir S. Victor. A capela atual datável do século XIX, terá substituído uma outra capela, do século XVI, bastante próxima da atual [12]. Não nos parece de todo descabido que, à semelhança de outros locais onde ocorreram martírios de santos, logo num período temporalmente próximo ao sucedido, a partir do momento em que a fé cristã passou a poder ser professada publicamente, possa ter ocorrido a construção de um edifício de culto para sinalizar o local e poder ser prestado culto. Não se conhecem mais indícios arqueológicos que possam fornecer dados que auxiliem a interpretação avançada para o local, contudo, parece-nos que a interpretação e a análise comparativa com outros locais, como por exemplo as basílicas que marcam o martírio de diversos santos em Roma (Thompson, 2015), parecem, pelo menos, permitir assumir a hipótese como plausível.

Nas imediações da igreja de S. Vicente [28], a identificação de elementos associáveis a uma necrópole tardo antiga e a relação com a viação romana, leva-nos a considerar a possibilidade de existência de uma basílica martirial suburbana. O elemento conhecido, associável a uma sepultura visigótica que

[12] http://www.monumentos.gov.pt/site/app_pagesuser/SIPA.aspx?id=15572 (consultado em 22-02-2023, às 08h57m).

apresentamos, poderá ser enquadrado por um edifício de culto, não havendo, contudo, dados específicos da sua morfologia, constituído a via XVIII o principal referente organizador do espaço.

1.1.1.6. As necrópoles

A grande maioria das necrópoles conhecidas para este período são associáveis à cidade de Braga, localizadas na sua periferia e a assentamentos rurais, dos quais destacamos, pela quantidade dos vestígios identificados e pelo facto de parte das sepulturas terem sido escavadas, a *villa* de Dume [40].

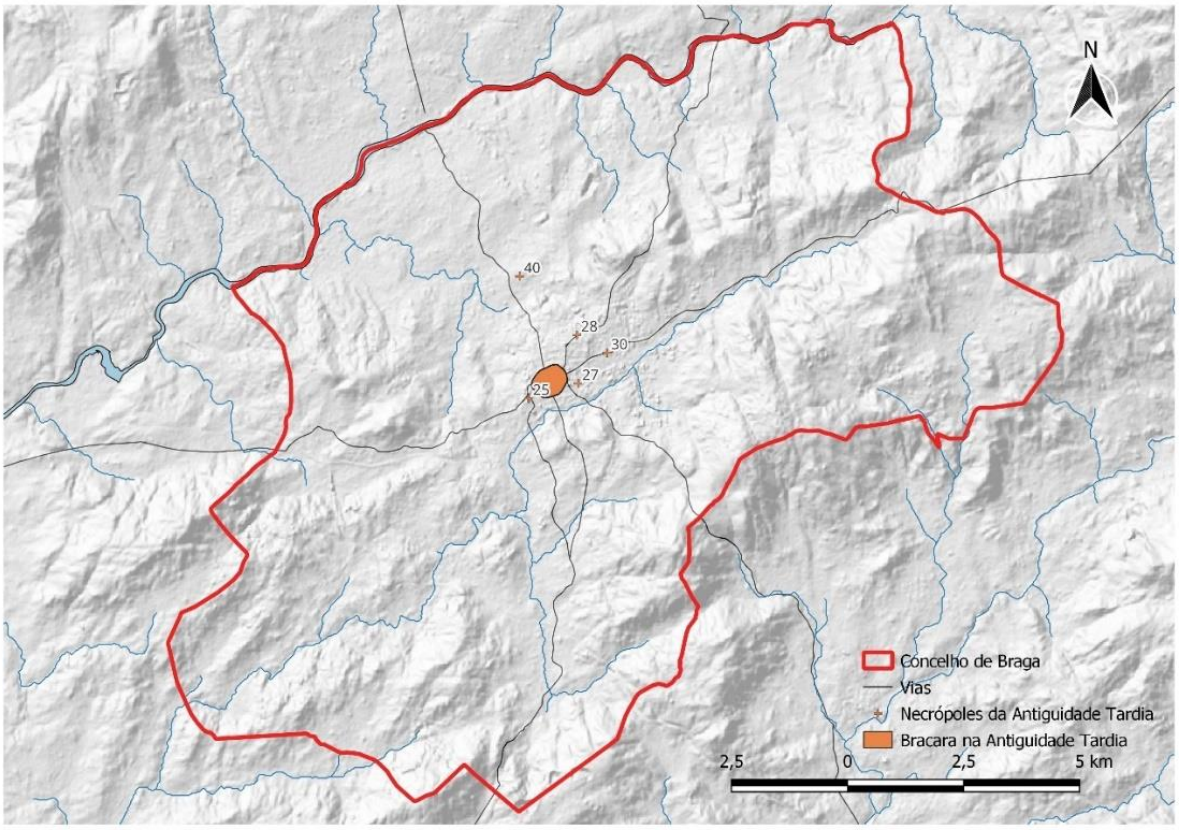


Figura 48 - Necrópoles com vestígios associáveis à Antiguidade Tardia, associadas a núcleos de povoamento suburbanos e rurais. ©Francisco Andrade

As necrópoles urbanas tiveram origem no século I, tendo todas fornecido dados referentes a enterramentos até aos séculos VI e VII (Braga, 2018). A necrópole romana mais bem conhecida de Braga é a necrópole da via XVII, que se localizava a nascente do núcleo urbano, a uma certa distância da área construída da cidade alto imperial, dispondo-se ao longo do eixo da via que ligava Bracara a Astorga (*Asturica*), por Chaves (*Aquae Flaviae*). A área mais próxima da cidade, corresponde ao atual largo Carlos Amarante, sendo provável que se estendesse até ao atual largo da Nª Srª a Branca e S. Victor. Extensamente escavada na área mais perto da cidade, a necrópole é conhecida a partir da escavação de vários núcleos, alguns deles considerados como núcleos autónomos, como é o caso da Nª Srª a

Branca e S. Victor [30] que poderiam ter-se estruturado em função da presença de templos cristãos associados.

O principal núcleo intervencionado, foi na área englobada pelas intervenções do antigo edifício dos CTT (Martins *et al.*, 2010), do túnel da Avenida da Liberdade (Fontes *et al.*, 2010b) e na interligação entre os dois locais (Fontes, Martins e Andrade, 2010). A necrópole identificada no quarteirão do antigo edifício dos CTT, muito próximo da cidade, ocupava praticamente todo o quarteirão, tendo sido identificadas três fases que se enquadram na Antiguidade Tardia: as fases VIII, IX e X.

A fase VIII (segunda metade do século III-inícios do século IV), apresenta uma reduzida representatividade no quarteirão estudado, tendo sido identificados, até ao momento, apenas três enterramentos. Na fase seguinte, associável aos século IV-V, já são identificáveis mais enterramentos. Ao nível da disposição interna dos enterramentos, estes parecem localizar-se na parte norte da via, sendo a parte sul, ocupada por edifícios dedicados à atividade artesanal. Os dados que se relacionam com o desenvolvimento de subúrbios, cujos referentes seriam potenciais basílicas cemiteriais, parecem confirmar-se com estes indícios, designadamente o núcleo que se poderia ter desenvolvido na zona de S. Lázaro [27]. Na fase X, correspondente ao período compreendido entre os séculos V-VII, identifica-se um panorama de alguma forma similar ao que se tinha identificado na fase anterior, permanecendo a zona noroeste do núcleo de ruínas, ocupado por enterramentos, documentando-se igualmente uma ocupação do edifício identificado a sul da via.



Figura 49 - Fase VIII do núcleo dos CTT (elementos laterícios de sepulturas a laranja), segundo Braga (2018, vol. II, fig. 31). ©Cristina Braga.



Figura 50 - Fase IX do núcleo dos CTT (elementos laterícios de sepulturas a laranja), segundo Braga (2018, vol. II, fig. 32). ©Cristina Braga



Figura 51 - Fase X do núcleo dos CTT (elementos laterícios de sepulturas a laranja), segundo Braga (2018, vol. II, fig. 33). ©Cristina Braga

O núcleo da Cangosta da Palha, mais distanciado da cidade, localiza-se a nascente do anterior na plataforma norte do eixo viário, onde se organizou um espaço de enterramento utilizado entre os finais do século II e o século VII, numa área correspondente às traseiras do edifício dos Congregados que se

estendia até à rua do Raio. O local foi intervencionado em 1987, na sequência de desaterros realizados com o objetivo de construir um parque de estacionamento, que destruíram um número significativo de sepulturas (Martins *et al.*, 1989-1990, p. 105). Assim, de uma área com cerca de 2600m², foram escavados cerca de 350m², que revelaram sessenta e duas sepulturas de inumação e apenas uma associada ao ritual de cremação. Trata-se do único núcleo em que se observa claramente uma tendência de orientação O/E e OSO/ENE das sepulturas associadas a cronologias tardo antigas, o que foi documentado em cinquenta e três estruturas, situação distinta da que se verifica para as sepulturas datadas do século III, inícios do IV em que apenas se registam três inumações orientadas N/S e uma OSO/ENE. Foram escavadas quarenta e três sepulturas atribuídas à fase X, associáveis aos séculos V-VII (Braga, 2018).

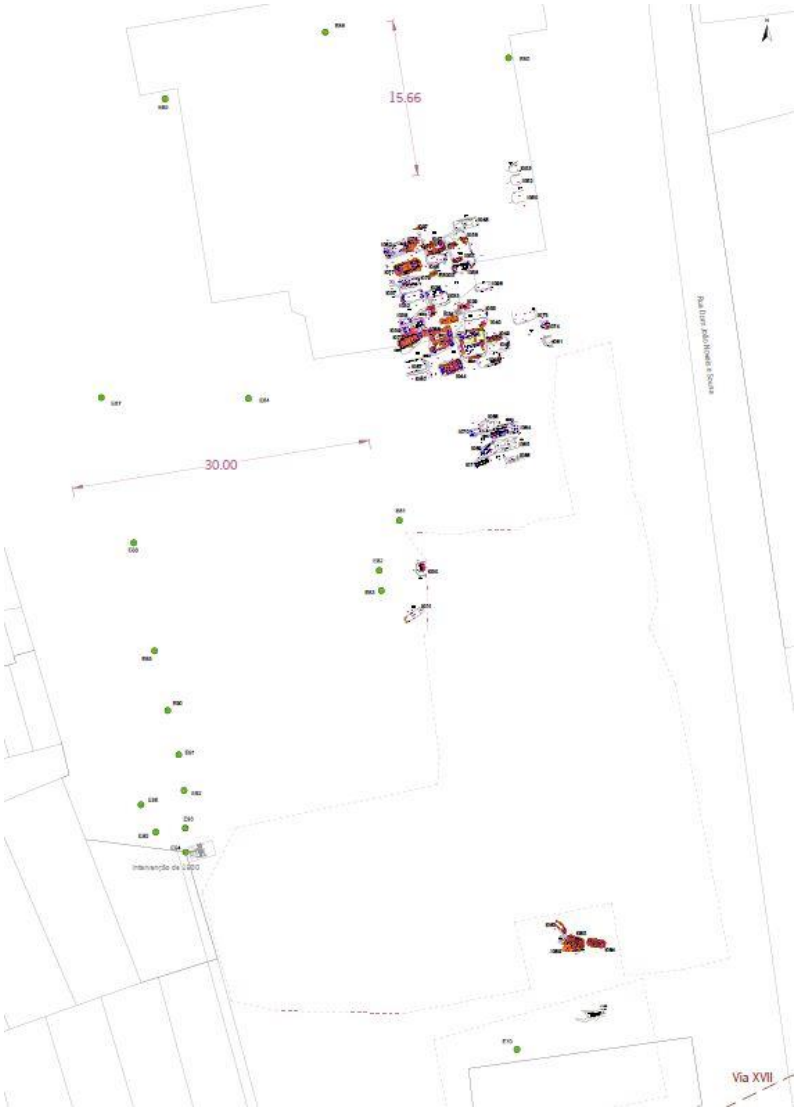
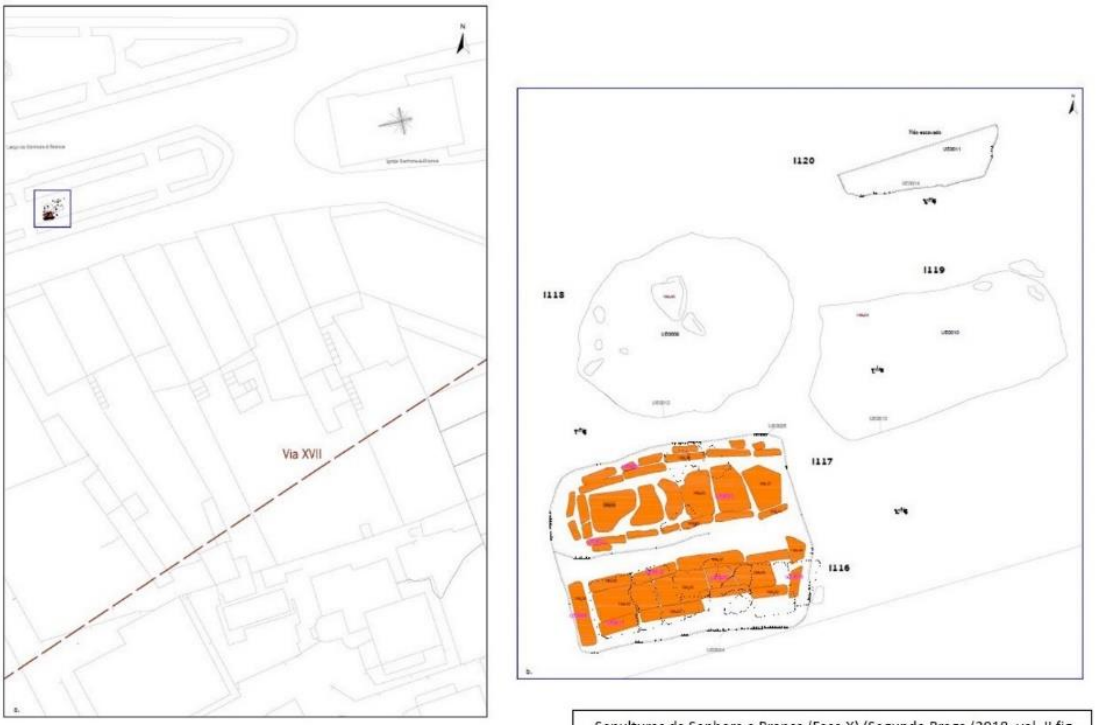


Figura 52 - Núcleo da cangosta da Palha (elementos laterícios de sepulturas a laranja), segundo Braga (2018, vol. II, fig. 6). ©Cristina Braga

Na zona próxima à capela da Nª Srª a Branca situa-se um núcleo da necrópole da via XVII, já referenciado desde 1918, por J.L. Vasconcelos, que refere a descoberta de sepulturas em mármore "de forma de caixões", não referindo nem o número nem a sua cronologia (Vasconcelos, 1918, p. 360). Em 2012 foram identificadas cinco sepulturas de inumação, que podem ser datadas dos séculos V a VII, no Largo da Nª Srª a Branca no âmbito de trabalhos de acompanhamento arqueológico executados pelo GACMB. As sepulturas encontravam-se orientadas O/E, com ligeiros desvios OSO/ENE, tendo sido individualizadas três covas simples sem revestimento e duas caixas de tijolo (Braga, 2018).

A necrópole propagaria-se para esta zona, até ao núcleo de S. Victor [30], onde se considera que possa ter havido um possível núcleo de culto paleocristão.



Sepulturas da Senhora a Branca (Fase X) (Segundo Braga (2018, vol. II fig. 34)

Figura 53 - Núcleo da Nª Srª a Branca (elementos laterícios de sepulturas a laranja), segundo Braga (2018, vol. II, fig. 34). ©Cristina Braga

O núcleo de S. Victor [30], da necrópole da via XVII, situa-se a cerca de 1km em linha reta da área urbana da cidade tardo antiga. A documentação antiga, datada do ano de 899, levou Avelino Jesus da Costa a propor a localização da primitiva igreja de S. Victor no sítio onde está hoje construída a capela de S. Victor o Velho (Costa, 1997, p. 103). Assim, face aos dados arqueológicos disponíveis consideramos plausível que o referido núcleo se integrasse na necrópole da via XVII, englobando um conjunto de sepulturas de inumação, datadas inicialmente dos séculos IX/X, identificado em 1957, no contexto de trabalhos de terraplanagem realizados num edifício junto à rua Martins Sarmento, localizado cerca de 100m a sul da atual Igreja de S. Victor. A avançada cronologia das sepulturas foi questionada

por Mário Barroca, que considerou que deveriam estar associadas a um contexto cronológico dos séculos IV/V, tendo em conta as suas características construtivas (Costa, 1997, pp. 103-104). A este núcleo são também atribuídas sete sepulturas detetadas em 2000, na sequência de sondagens realizadas pela UAUM, em colaboração com o GACMB, em contexto de uma obra no prédio nº 194-204, situado no lado poente da rua Martins Sarmento. O reconhecimento das estruturas funerárias justificou a realização de trabalhos arqueológicos que permitiram identificar um pavimento em *opus signinum* que recobria parcialmente uma das sepulturas, o que permitiu considerar a existência de uma estrutura construída, ou coberta, tipo mausoléu ou templete (Lemos, 2001, pp. 11-12; Braga, 2018, p. 95). O nível de abandono do piso de *opus signinum* forneceu materiais de cronologia tardo antiga, datados entre os séculos IV/VI (Lemos, 2001, pp. 11-12).

Na zona de S. Vicente [28], em zona próxima à via XVIII, está documentada a identificação de uma inscrição funerária datável do século VII, de acordo com Avelino Costa (1997, p. 101). Segundo o autor, a tradução da inscrição seria a seguinte "No dia 1 de maio da Era 656 (=ano 618), no dia de segunda-feira, Remisnuera aqui descansou em paz. Amén." A inscrição amplamente estudada e difundida por diversos autores é considerada como sendo, até ao momento, o mais antigo testemunho de designação dos dias da semana segundo o modelo cristão.



Figura 54 - Epígrafe de S. Vicente, segundo Andrade (2015, p. 59). ©Francisco Andrade

Não pretende, o presente trabalho, o estudo epigráfico ou a validação da referida inscrição, contudo, face ao que conhecemos da toponímia da cidade, é muito plausível a existência de uma necrópole no local, ocupada neste período e associada a um edifício de culto, como já abordamos anteriormente.

Também na zona de Maximinos [25], próximo ao edifício de culto que consideramos que possa ter existido neste local, de evocação de S. Pedro, foram identificadas sepulturas que podem remontar a este período tardo antigo, que se dispunham ao longo do eixo da via XX, que tinha o seu início na porta poente da muralha da cidade (Braga, 2018).

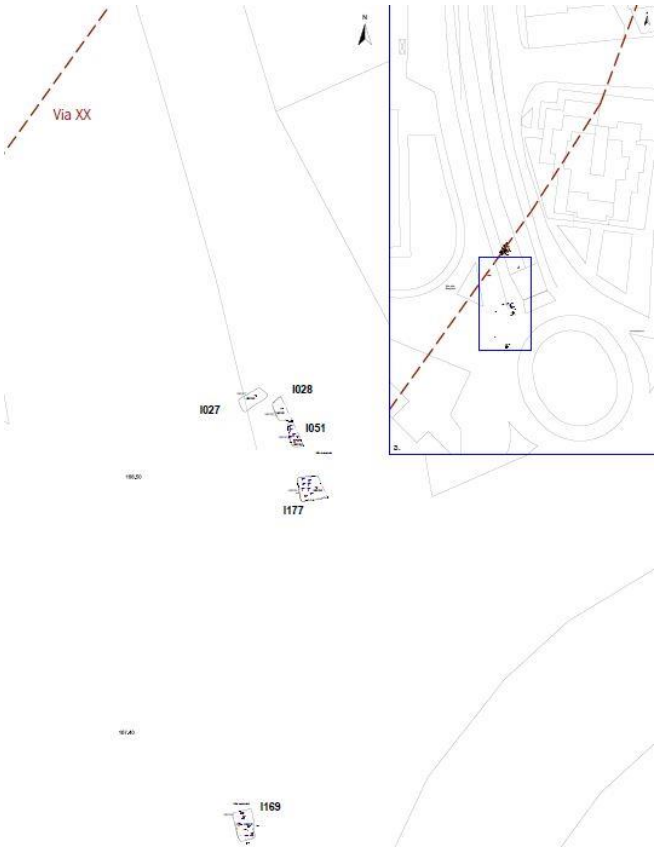


Figura 55 - Sepulturas identificadas no túnel de Maximinos, (elementos laterícios de sepulturas a laranja), associáveis aos séculos III-IV. Segundo Braga (2018, vol. II, fig. 51). ©Cristina Braga

Os dados que se relacionam com o desenvolvimento de subúrbios, cujos referentes seriam potenciais basílicas cemiteriais, parecem confirmar-se com estes indícios, designadamente o núcleo que se poderia ter desenvolvido na zona de S. Lázaro [27], no quadrante SE da cidade de Braga, onde foi identificado um núcleo da necrópole associada à via *Bracara-Emerita*, que sairia pelo Fujacal, do qual se conhecem oito sepulturas, escavadas em 1996 e 1998. O núcleo recebeu a designação de Jardins da Misericórdia (BRA96/98JMIS) e situa-se a cerca de trinta e três metros a poente da muralha romana. As estruturas funerárias foram identificadas num espaço ajardinado situado a poente do lar de Terceira Idade Nevarte Gulbenkian. As sepulturas escavadas eram maioritariamente de inumação, exibindo uma orientação dominante E/O e vestígios associados aos caixões de madeira. A ausência de espólio dificulta a sua datação, exceção feita à sepultura II, que forneceu materiais constituídos por cerâmica cinzenta tardia, de produção local e fragmentos de vidro, com destaque para um frasco quadrangular, de bordo em aba horizontal, de cor verde-azulado, de produção local, com uma datação dos séculos IV-V, que permitiu atribuir a sepultura à fase X, ou seja, datada entre os séculos V-VII (Braga, 2018, pp. 349-350).

Na *villa* de Dume identificou-se um núcleo inicial que se considerou ser pertencente às estruturas dos séculos IX-XI, dada a sua relação com a basílica (Fontes, 1991-1992) e a relação de posterioridade,

relativamente a alguns dos elementos reaproveitados que poderiam ter conhecido um horizonte cronológico dos séculos III-IV e, no caso da tampa com mosaicos, eventualmente até ao século V. Tal como abordado no capítulo referente ao mosteiro de Dume, algumas das sepulturas apresentam afinidade estilística com sepulturas dos séculos VI-VII.

O primeiro aspeto que nos leva a considerar a hipótese que aqui avançamos prende-se com o facto de as sepulturas que se apresentam relacionadas com a estrutura basilical a oeste, nos parecerem ter bastante afinidade estilística com as sepulturas que foram estudadas por Andreia Arezes (2014, pp. 25-26), na necrópole de S. Miguel, nas Caldas das Taipas e que a autora classifica com sendo associáveis aos séculos VI-VII, decorrente da análise do espólio associado.

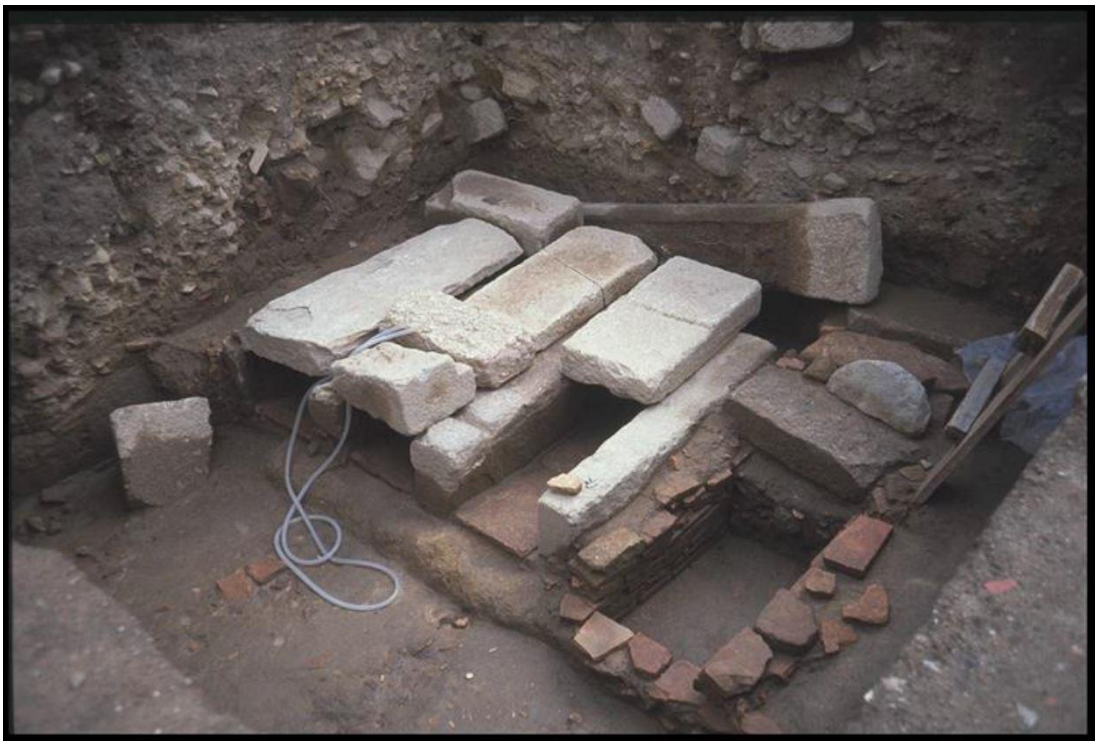


Figura 56 - Fotografia do conjunto de sepulturas identificadas em 1992. ©Arquivo UAUM/Luís Fontes.

As sepulturas de Dume colhem paralelos com os conjuntos de sepulturas identificados nas necrópoles de Bracara, estudadas por C. Braga (2018, pp. 83, 253), correspondentes à fase X, atribuída aos séculos V-VII.

Uma das sepulturas identificadas mais recentemente, localizada em zona a sul do primeiro núcleo de ruínas, e que poderá estar relacionada com as mesmas, designadamente o seu conjunto mais a sul, assenta num conjunto de carvões que foi possível datar por carbono 14 no laboratório Beta analytic.

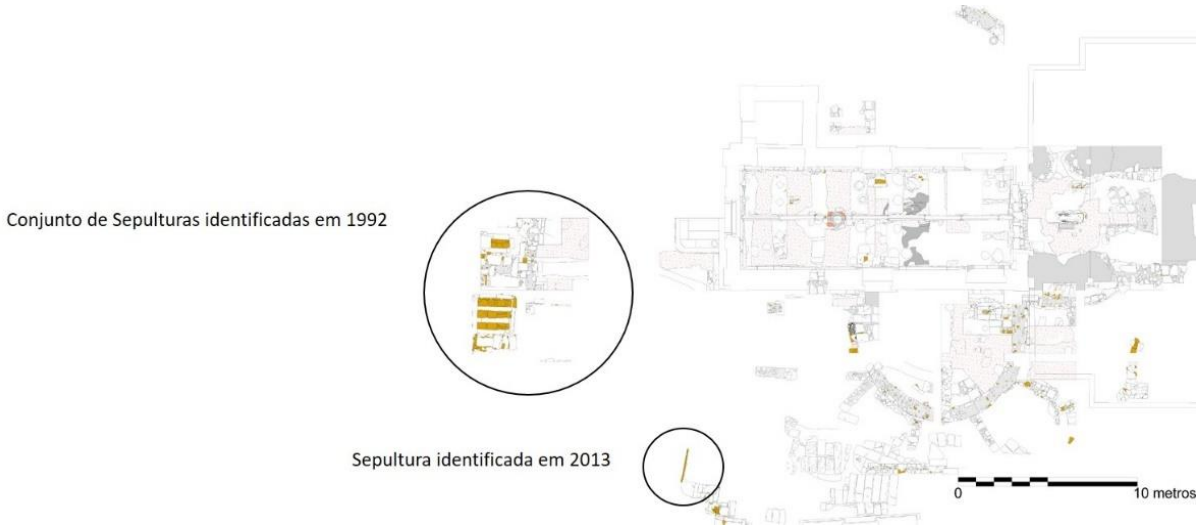


Figura 57 - Núcleo de sepulturas identificadas em 1992 e sepultura identificada em 2013. ©Arquivo UAUM/Francisco Andrade

Efetivamente, esta sepultura de que nos foi apenas possível identificar uma das suas paredes exteriores constituídas por tijolo (UE 2446), apresenta-se selada por uma camada de *opus signinum* (UE 2451), que parece ter sido perturbada na sua zona mais a sul, tendo-nos sido possível efetuar o registo em corte e recolher a amostra 1.

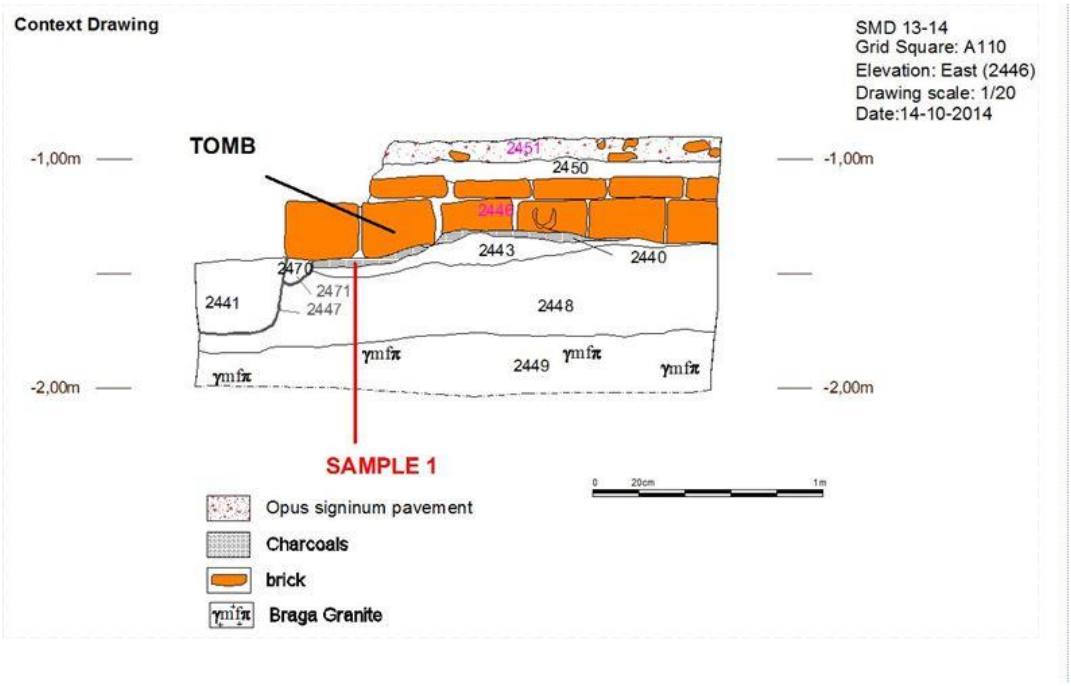


Figura 58 - Desenho de alçado este de sepultura UE 2446, da necrópole de Dume e local de recolha de amostra 1. ©Arquivo UAUM/Francisco Andrade

A amostra 1 foi recolhida do nível de carvões UE 2440 e providenciou a seguinte datação: 2 SIGMA CALIBRATION: Cal AD 425 to 595 (Cal BP 1525 to 1355). Este facto, leva-nos a considerar que a

sepultura será posterior aos séculos V-VI. A análise comparativa de sepulturas que apresentam características construtivas similares, designadamente a associação a camadas de *opus signinum*, como as que são referidas em Wolfram (2011, pp. 140-302), remete-nos para um horizonte cronológico, que deverá rondar os séculos V-VII, e que, portanto, se enquadra na cronologia que é fornecida pela datação absoluta.



Figura 59 - Fotografia de sepultura UE 2446. ©Arquivo UAUM/Francisco Andrade

Para além desta sepultura, identifica-se, mais a sul, uma outra, que se apresenta saqueada e com características construtivas similares às que foram registadas no primeiro núcleo identificado, sendo constituída por fundo em tijolo e por parede em elementos de granito. Dado que a sepultura se encontra parcialmente saqueada, tal como as estruturas que lhe são contíguas, não foi possível estabelecer, com detalhe, a relação construtiva entre ambas. Todavia é possível estabelecer que quer a datação da sepultura seja mais recente, como inicialmente tinha sido estabelecido para as restantes, datando-as do momento da reconquista, quer possa ser associada ao período suevo-visigótico, como a análise comparativa explanada nos parágrafos anteriores parece indiciar, a sua execução será sempre reflexo de uma alteração da orgânica do espaço da *villa* que, como já referimos, poderá ter sido adaptada a mosteiro no período suevo-visigótico.

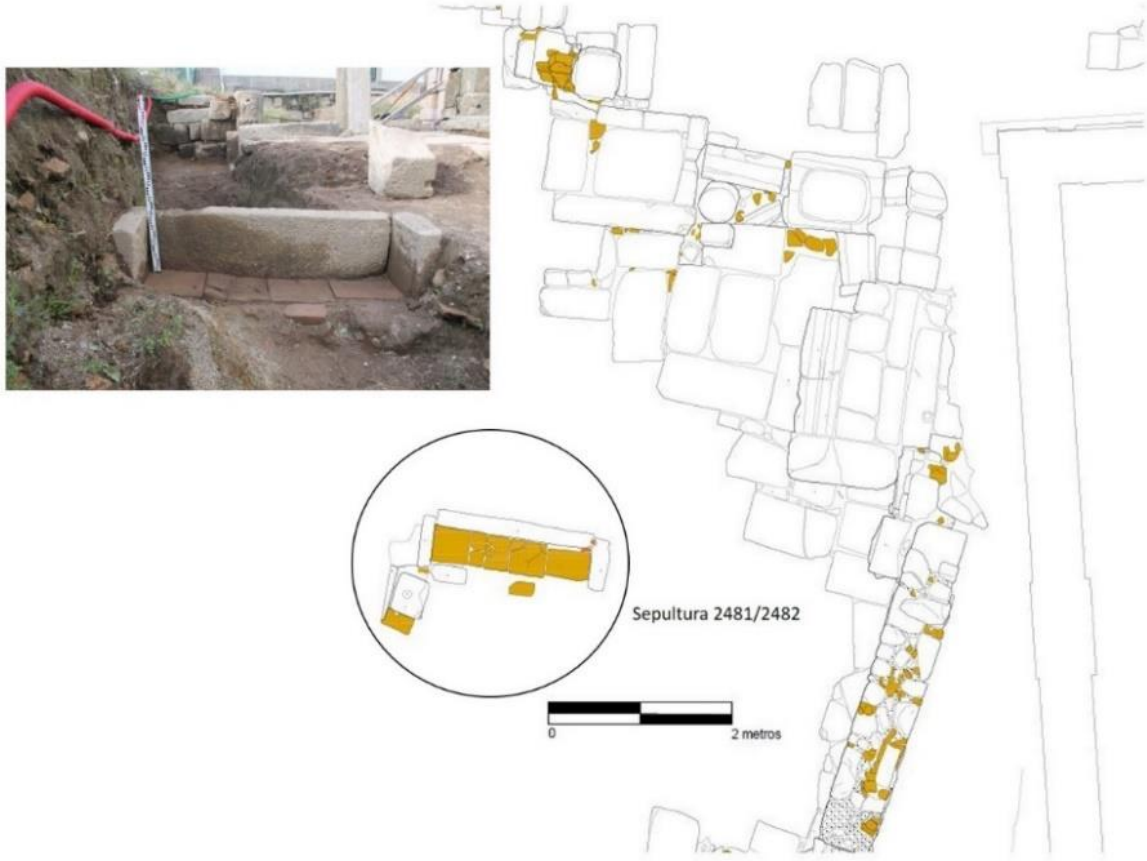


Figura 60 - Sepultura UE 2481/2482, da necrópole de Dume (elementos laterícios a laranja), localizada na zona mais a sul e posição relativamente a edifícios de *villa*/mosteiro. ©Arquivo UAUM/Francisco Andrade

Para além dos conjuntos de sepulturas mais recentes, que se poderão enquadrar no período suevo–visigótico, numa área mais a leste, identificaram-se duas sepulturas que, pelas suas características construtivas, efetuando uma análise comparativa com as sepulturas que conhecemos na região bracarense (Braga, 2018) e pelo conhecimento que dispomos das fases da *villa* dumiense, poderão ser associáveis aos séculos III-IV (Fontes e Carneiro, 2011).

As sepulturas localizavam-se numa zona bastante afastada da *pars urbana* da *villa*, a sudeste do edifício termal, não parecendo haver qualquer tipo de condicionamento, relativamente à *villa* de Dume, tendo sido contemporâneas da época de grande dinamismo construtivo.

Para além dos conjuntos de necrópoles, anteriormente estudados, também se identificou, na zona da antiga igreja de Palmeira, no lugar do Assento [79], diversos elementos arquitetónicos e um anel visigótico, que poderia indiciar a eventual associação a um contexto funerário. Apesar da escassez de dados e a impossibilidade de estudos recentes (Arezes, 2010, p. 61), pensamos que poderá ser possível a existência de uma necrópole neste local. Contudo, dado o contexto de identificação e escassez de dados, que permitam assegurar a sua localização neste local, não o incluímos. Face ao conhecimento que dispomos dos vestígios neste momento, não nos é possível avançar com dados mais

pormenorizados. Mediante os dados do povoamento que dispomos até ao momento, parece-nos lícito concluir que haveria outras necrópoles no território, presumivelmente associadas às *villae*, desconhecendo-se, todavia, as suas especificidades que só poderiam ser reveladas através de escavações.



Figura 61 - Sepulturas identificadas em Dume [40], associáveis aos séculos III-IV (elementos laterícios a laranja). ©Arquivo UAUM/Miguel Carneiro/Francisco Andrade.

1.1.1.7. Os vestígios tardo antigos nos povoados castrejos

Os povoados de altura representam uma característica marcante da paisagem da Idade do Ferro do Minho. Maioritariamente abandonados ao longo do século I, conheceram ocupações residuais, ao longo dos séculos seguintes, tendo sido circunstancialmente reocupados na Antiguidade Tardia, em particular entre os séculos V e VII.

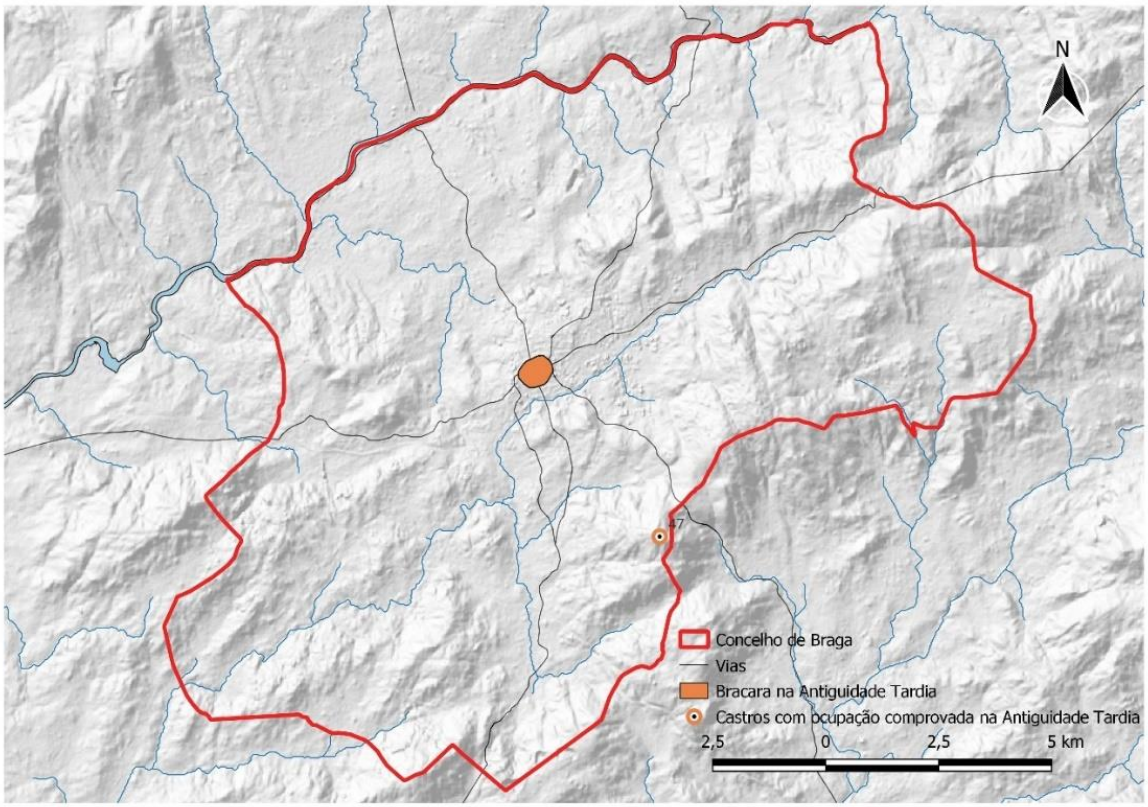


Figura 62 - Povoados fortificados da Idade do Ferro que apresentam indícios de ocupação da Antiguidade Tardia. ©Francisco Andrade

O principal povoado que apresenta indícios deste período é o povoado da Santa Marta das Cortiças (Falperra), tendo sido alvo de diversas campanhas de escavação desde finais do século XIX (Barroca, Arezes e Morais, 2018, pp. 129-148). A interpretação do local, avançada pelos autores, remete para uma ocupação como conjunto palatino e basílica paleocristã.

As intervenções arqueológicas realizadas por Russel Cortez, entre 1953-1954, incidiram sobre duas áreas, sendo a zona localizada na zona superior do povoado, a que providenciou vestígios de uma ocupação que poderá associar-se a uma cronologia tardo antiga (Barroca, Arezes e Morais, 2018, p. 132). Os vestígios identificados tratar-se-ão de uma basílica de três naves, orientada este-oeste, com cabeceira absidal, segundo modelo amplamente difundido em contexto peninsular, como é constatável em Godoy Fernández (2008). Segundo leitura de Barroca, Arezes e Morais (2018, pp. 132-133), a cabeceira era ladeada por dois compartimentos, também de remate exterior retificado: do lado do evangelho (ou lado norte), o *Diaconion* ou *Secretarium*, do lado da epistola (ou lado Sul), a *Prothesis*. A basílica tinha dezasseis metros de largura e vinte e cinco metros de comprimento, apresentando a nave central, mais de sete metros e as naves laterais três metros e meio.

Na década de 60 do século XX foram retomados os trabalhos, sob a responsabilidade de Rigaud de Sousa e Domingos de Pinho Brandão, com o concurso de Arq. Fernando Lanhas, no registo arqueológico,

tendo sido posteriormente da responsabilidade exclusiva de Rigaud de Sousa, numa área previamente intervencionada por Arlindo da Cunha. O outro edifício identificado, de consideráveis dimensões (34,2x12,6m), possuía uma área bastante ampla, da qual se destaca uma sala que se desenvolve pela maior parte do edifício, separada por pilares de secção quadrada. A estrutura está localizada bastante próxima da basílica, com uma orientação ligeiramente divergente da mesma, segundo Barroca, Arezes e Morais (2018, p. 135), fruto da necessidade de adaptação à topografia.

A interpretação de Barroca, Arezes e Morais (2018, p. 144) com que concordamos, poderá ser, no nosso entender corroborada pela análise comparativa com edifícios similares, designadamente de Recópolis (Olmo Enciso, 2008, pp. 40-63), com o qual parece ter afinidades notórias ao nível da solução construtiva e da organização do espaço. No entanto, autores como Francisco Moreno Martín (2009, p. 284), avançam a hipótese de que edifícios com estas características poderiam corresponder a conjuntos monásticos. Dada a afinidade planimétrica assinalada, a aceitação desta interpretação para um dos sítios poderá condicionar a interpretação tipológica do outro, parecendo-nos ter sido este critério que terá conduzido à interpretação avançada pelo autor, nos estudos que desenvolveu a este respeito.

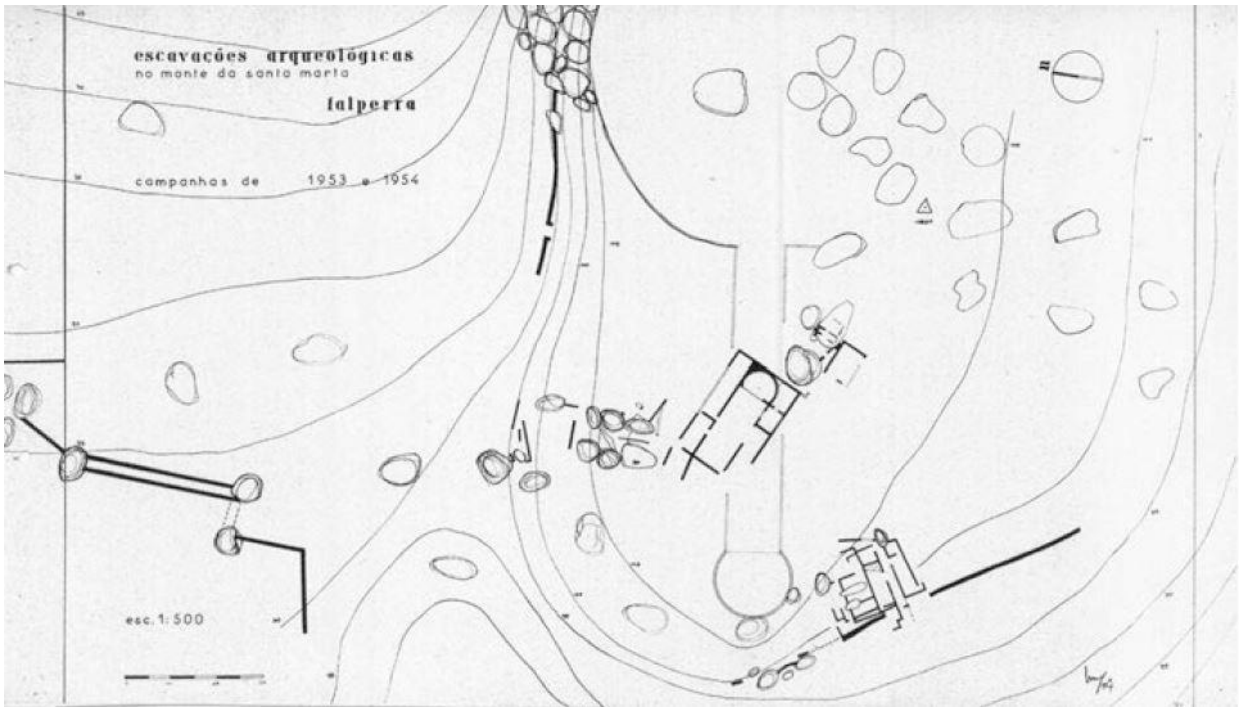


Figura 63 - Planta da acrópole de Santa Marta das Cortiças, (segundo Russel Cortez, extraído de Barroca, Arezes e Morais, 2018, p. 132).

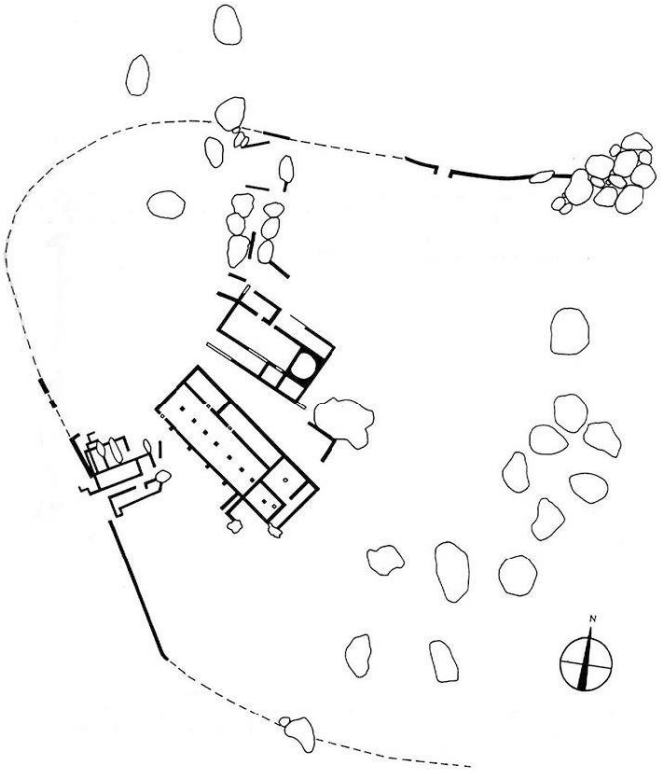


Figura 64 - Planta com as estruturas identificadas na Falperra, segundo Real (2001) (estruturas das intervenções de Russel Cortez e Rigaud de Sousa).



Figura 65 - Imagem aérea dos vestígios arqueológicos de Recópolis, com imagem aérea que evidencia o complexo palatino na zona superior (figura com dados do google maps composta em QGIS por Francisco Andrade).

1.1.2. Analítica

1.1.2.1. Principais soluções de adaptação topográfica

A implantação dos sítios e a sua localização no terreno, conheceu diversas soluções que seguramente não serão alheias à funcionalidade e às vivências que se desenvolveram em cada local. No entanto, a funcionalidade de cada assentamento não é suficiente para explicar a sua implantação no terreno, pelo que iremos realizar uma aproximação ao posicionamento dos sítios através da análise do **Índice de Posição Topográfica**, relativo ao relevo, estabelecendo-se a sua conjugação com os sítios que, de acordo com os dados disponíveis, podem ser enquadrados numa determinada tipologia.

Como podemos ver, o Índice de Posição Topográfica (TPI) representado no mapa, varia entre valores positivos e negativos, representando cada valor, uma determinada localização o terreno. Um TPI positivo, significa que determinado sítio se situa numa borda, entre uma região mais plana e uma zona com um declive mais abrupto, próximo de um cume. Um TPI negativo significa que determinado local estará localizado numa zona de base. Um TPI próximo do zero, significa que um sítio está implantado numa zona de encostas uniformes, com menor ou maior grau de declive. Quando estamos na presença de valores mais extremados, no caso de serem valores positivos, significa que estamos no topo de uma colina ou monte. Quando apresentam valores muito negativos, sugerem a localização no fundo de um vale[13].

Se tivermos em consideração a totalidade dos sítios que estão classificados com sendo associáveis à Antiguidade Tardia, podemos constatar que cerca de metade apresenta valores de TPI positivos, localizando-se essencialmente em bordas e encostas. O valor mais extremado que identificámos foi o do mausoléu de S. Frutuoso de Montélios [95], que se localiza no topo de um outeiro. Os sítios que apresentam valores negativos, na generalidade, apresentam valores bastante próximos do 0, ou seja, apresentam-se em encostas e zonas mais uniformes, próximas da base. Consideramos que o valor que obtivemos para a cidade de Braga [34], deve ser analisado com alguma reserva e a sua interpretação deve ter em consideração que não é representativa do posicionamento da cidade em si mesma, mas apenas a localização da catedral de Braga, no âmbito da morfologia urbana bracarense, designadamente o seu posicionamento relativamente à colina da Cividade que lhe fica numa zona sobranceira.

[13] https://mapasabertos.com/2020/10/12/declividade-e-o-indice-de-posicao-topografica/ (consultado a 12-10-2023 às 17h15m

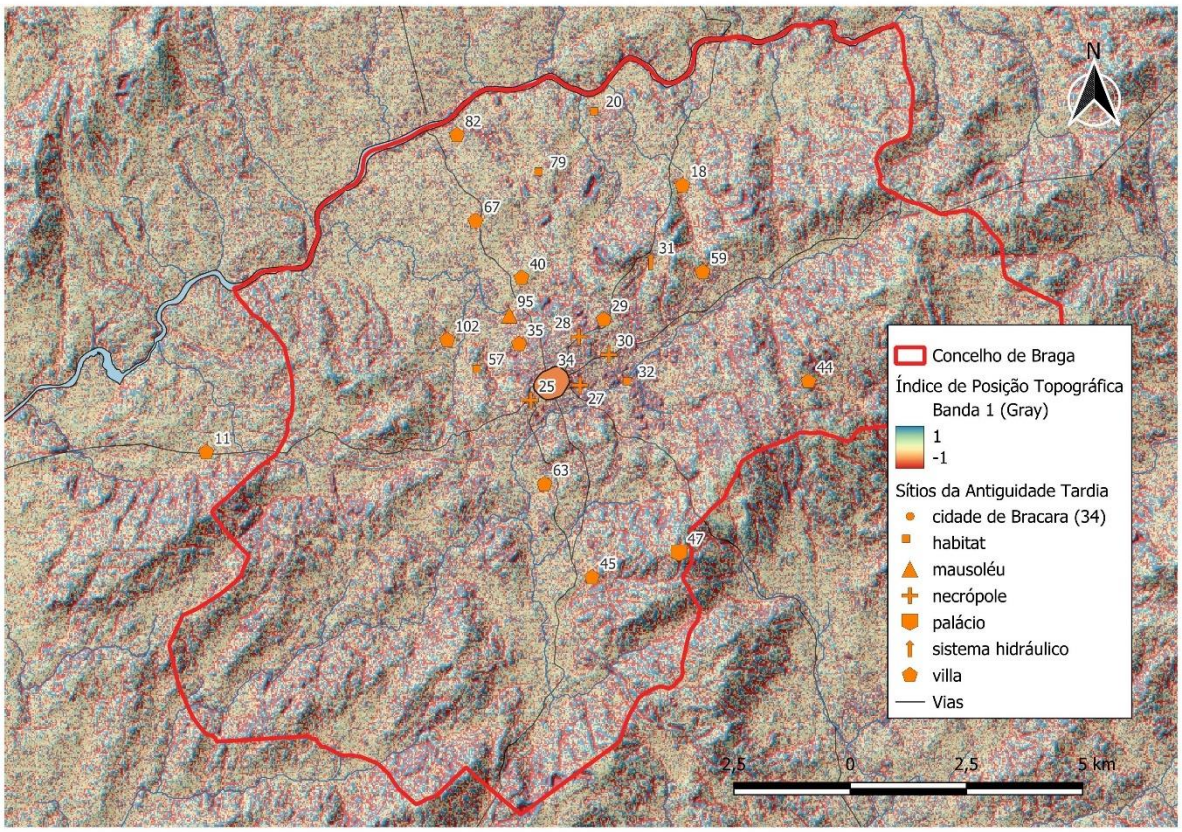


Figura 66- Sítios da Antiguidade Tardia, sobrepostos a mapa com Índice de Posição Topográfica. ©Francisco Andrade

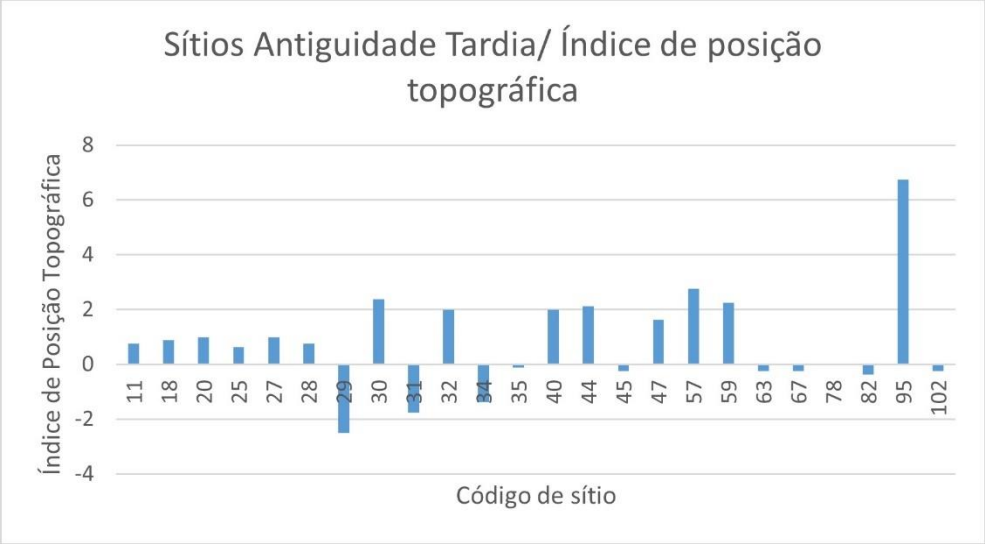


Figura 67 - Gráfico com Índices de Posição Topográfica dos sítios da Antiguidade Tardia. ©Francisco Andrade

Tendo em consideração os Índices de Posição Topográfica, constatamos que segundo os dados relativos aos sítios que temos classificados como *villae*, o principal referente do mundo rural tardo antigo, não parece haver uma implantação uniforme no terreno e seguindo os mesmos critérios.

Assim, um primeiro conjunto de sítios, constituído pelas *villae* de Arentim [11], Adaúfe [18], de Dume [40], de Espinho [44] e Gualtar [59], apresenta TPI bastante idênticos, com valores positivos,

representativos de uma localização de encosta suave, aberta para vales relativamente amplos. O outro grande conjunto de *villae* identificadas, localiza-se em áreas com TPI negativo, mais próximo do zero, o que é indiciador de um posicionamento numa zona de base, numa região bastante plana.

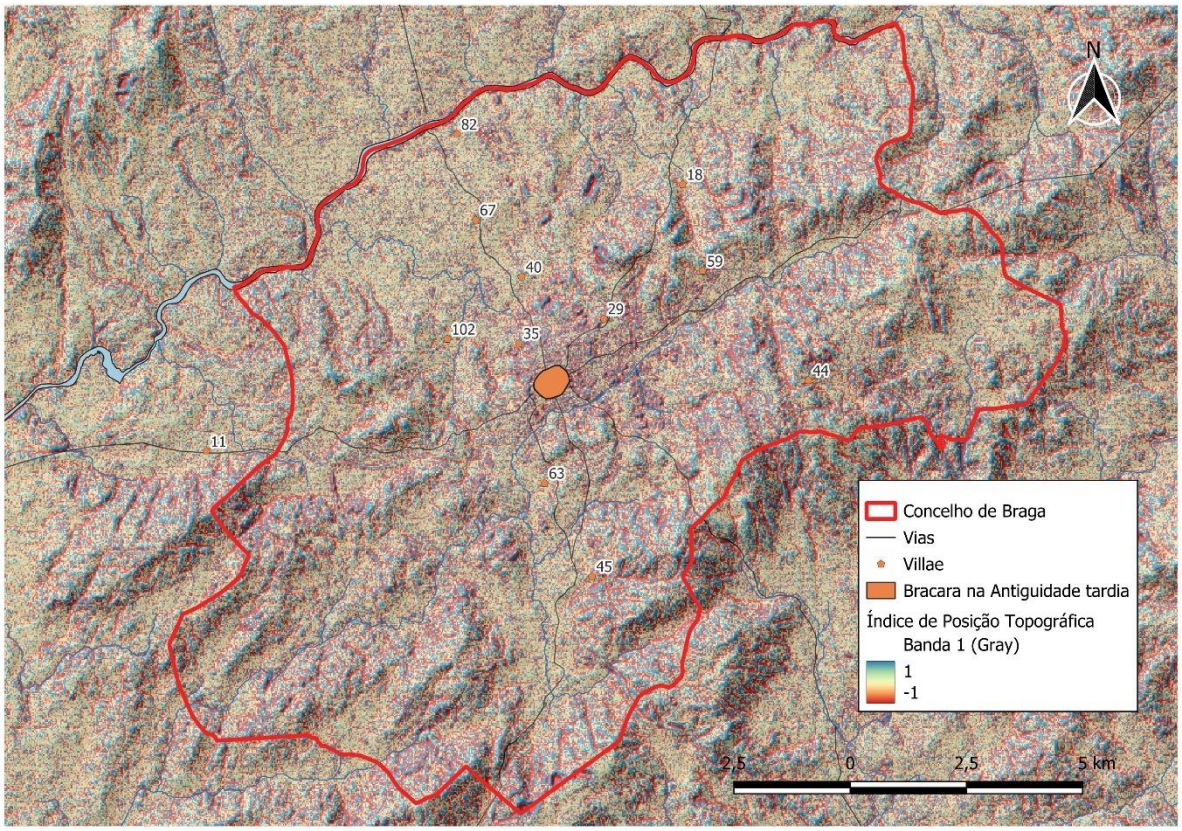


Figura 68 - *Villae* da Antiguidade Tardia, sobrepostos a mapa com Índice de Posição Topográfica. ©Francisco Andrade

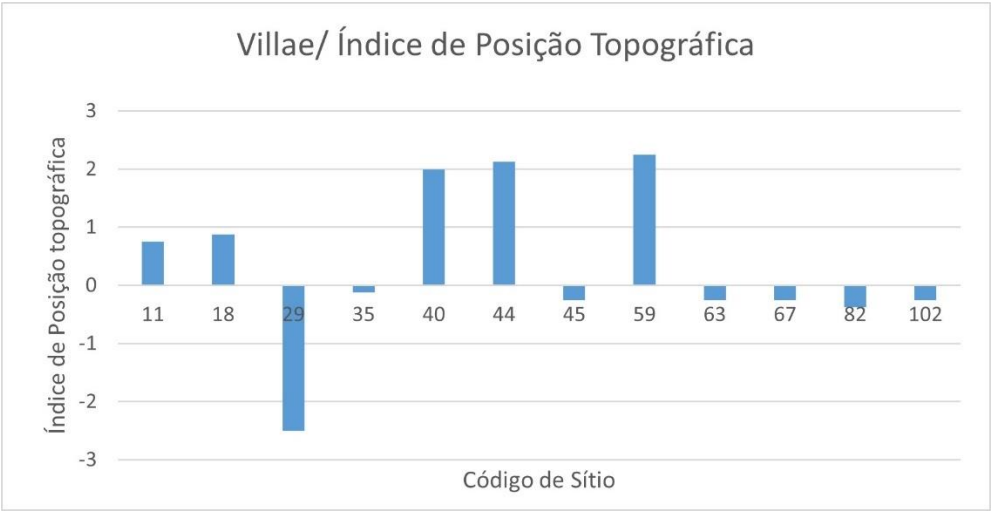


Figura 69 - Gráfico com Índice de Posição Topográfica da *villae* tardoantigas. ©Francisco Andrade

Se na generalidade dos casos, os dados acerca da implantação fornecidos pelo TPI, indiciam uma localização nas zonas agricultáveis mais planas, distintas das *villae* inicialmente mencionadas, que se

localizariam numa zona ligeiramente sobrelevada, no nosso entender mais adequada à localização de uma residência senhorial tardo romana e que potenciasse um aparato cénico mais adequado ao que seria a função simbólica de uma residência deste tipo, em casos como a Coturela [35], os valores de TPI apresentados estão bastante condicionados pelas alterações urbanísticas mais recentes, que descaracterizaram o pequeno outeiro em que estava implantada a possível *villa*. Infias [29] também apresenta valores que poderão estar viciados, na medida em que neste local, os trabalhos de construção da fábrica Pachancho e urbanizações mais recentes, também descaracterizaram bastante a topografia original do local. De qualquer das formas, os sítios da Cotutela [35] e Infias [29], não constituiriam um tipo de *villae* na aceção "ortodoxa" do conceito, enquanto grande exploração agropecuária romana, podendo constituir residências suburbanas voltadas para o vale do Cávado e para todo o enquadramento cénico inerente.

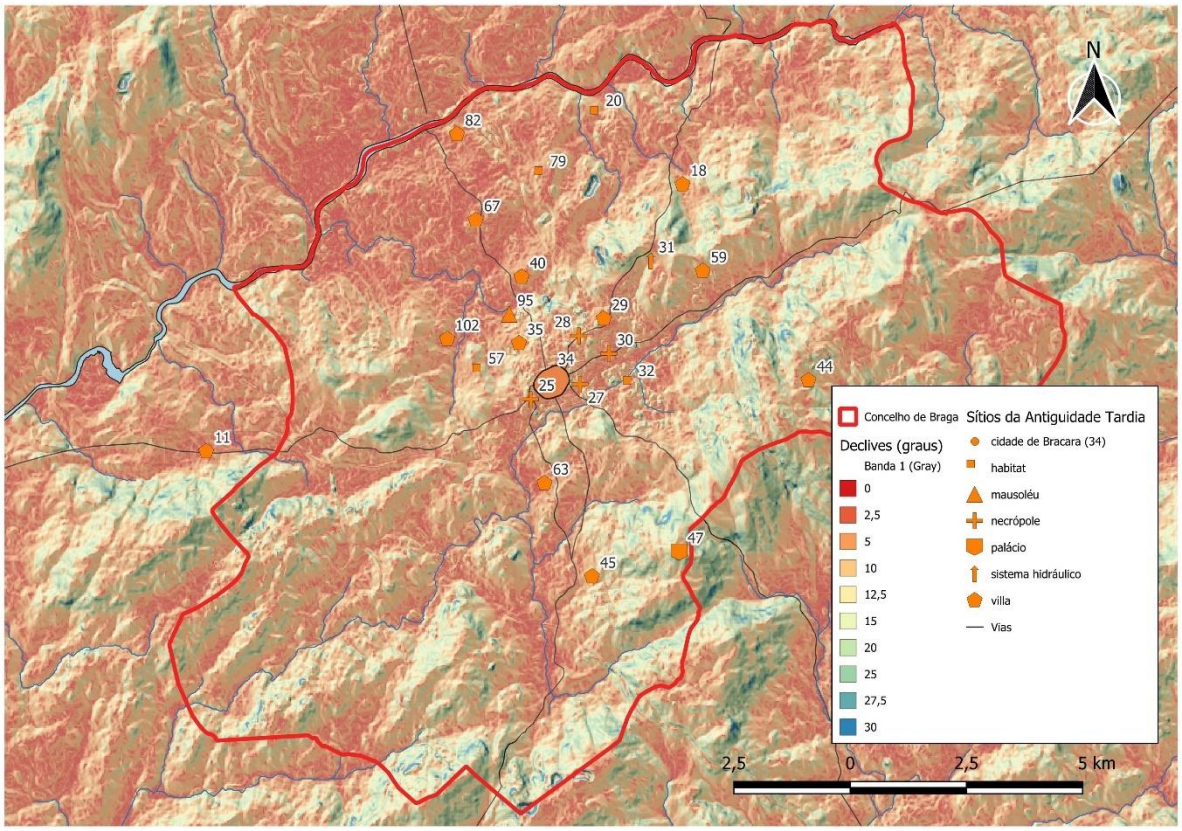


Figura 70 - Sítios da Antiguidade Tardia, sobrepostos a mapa com valores de declive. ©Francisco Andrade

Por sua vez, a localização do mausoléu de S. Frutuoso [95] parece ter privilegiado a visibilidade do espaço envolvente, com especial ênfase na via XIX, que lhe corria nas proximidades. Este facto é condizente com a função como mausoléu de um alto dignatário da sociedade visigótica como era S. Frutuoso, bispo de Braga e Dume, mas também com uma hipotética utilização do local como santuário romano (Carvalho, 2008, II, p. 32). Esta hipótese parece aceitável à luz dos resultados preliminares da

análise por OSL, das argamassas dos interstícios do alicerce do mausoléu de S. Francisco. Por sua vez, dada a hipotética inclusão deste local no termo de Dume (Andrade, 2015), consideramos que não seria descabida a sua utilização, num momento determinado, como mausoléu dos senhores da *villa* dumiense. Qualquer uma destas hipóteses está dependente da confirmação da existência de estruturas prévias ao século VII que, dado o impacto da construção do convento, se torna difícil a aproximação à sua funcionalidade.

Em termos interpretativos, a condição de visibilidade das vias constitui um aspeto marcante na implantação dos espaços funerários romanos, aspeto bem percetível na localização das necrópoles que se desenvolveram nas zonas periféricas da urbe bracarense em época romana e tardo antiga (Braga, 2018). A utilização do sítio de S. Frutuoso [95] como zona de sepultamento, pressuporá a vinculação do defunto ao domínio da propriedade em que se integrava, como poderá ser o caso de S. Frutuoso, enquanto bispo dumiense.

Uma primeira análise, estabelecida apenas com base no posicionamento geral dos sítios, permite constatar que, na generalidade, estão localizados numa área que apresenta declives pouco acentuados. Mas, se analisarmos de forma mais detalhada os valores dos **declives** para os sítios da Antiguidade Tardia, constatamos também que os valores originais para alguns dos sítios, tal como para as áreas mais urbanizadas, terão sido distintos. Efetivamente, o sítio que apresenta um declive mais acentuado, é a necrópole de S. José de S. Lázaro [27], sendo identificável um declive de cerca de quinze graus. De facto, o local encontra-se na zona de ligeira inclinação que desce da cidade de Braga para o rio Este. Ressalvamos sempre, nesta análise, o facto de o sítio se localizar numa área urbana. Todos os restantes sítios foram implantados em zonas com declives próximos ou inferiores aos dez graus.

Os três sítios que apresentam um declive acima dos dez graus são Montariol [31], Esporões [45] e S. Frutuoso [95]. No caso do sítio arqueológico de Montariol/Sete Fontes [31], é compreensível que esteja implantado numa zona que apresenta um considerável declive, na medida que a pendente é necessária para a circulação de águas no sistema hidráulico que se localiza nesta zona. O promontório de Montariol [31], apesar de não termos dados suficientes que permitam a inclusão clara como sítio ocupado neste período e com esses fins, apresenta-se como o sítio indicado para o controlo da bacia média do Cávado. Relativamente ao sítio de Esporões [45], que neste período poderá ser enquadrado tipologicamente como *villa*, apesar de estar implantado numa zona com um ligeiro declive, também está localizado numa área de fundo de encosta, o que não invalida forçosamente a sua classificação, podendo apenas ser decorrente das condições específicas do terreno nesta zona. No caso de S. Frutuoso [95], o

facto de estar no cume de um promontório, numa zona de considerável declive, parece condizente com o propósito de visibilidade que se pretendeu imprimir ao edificado aí implantado.

Um segundo grupo de sítios que apresenta afinidades de implantação, corresponde aos locais que estão em zonas com ligeiro declive, compreendidos entre os quatro graus e ligeiramente acima dos seis. Enquadram-se neste grupo de sítios, Santo André do Vale [20], Santa Tecla [32], Coturela [35], Dume [40], Espinho [44], Cones [57], Gualtar [59] e Palmeira [79]. Os dois primeiros sítios mencionados, são correspondentes a *habitats* de tipologia indeterminada, sendo Santo André do Vale [20], uma paróquia documentada, mediante os dados que possuímos atualmente, a partir do século XI e que se manteve durante o período medieval. Todos os outros sítios correspondem a locais que foram identificados como *villae* ou com tipologia ainda não totalmente esclarecida.

Os sítios que estão localizados em zonas de menor declive (Adaúfe [18], Maximinos [25], S. Vicente [28], Infias [29], S. Victor [30], Braga [34], Falperra [47], Lomar [63], Pateira [67], Pardelhas [82] e Santarão [102]), correspondem a sítios de tipologias diversas, tais como basílicas e necrópoles suburbanas, *villae*, conjuntos palatinos e a própria cidade de Braga. No caso dos conjuntos martiriais e necrópoles suburbanas, dado que se localizam nas proximidades dos caminhos romanos, é bastante compreensível que estejam implantadas em zonas com declives pouco acentuados. No caso da cidade de Braga [34], o reduzido declive também é compreensível na medida em que, como é obvio, os terrenos com maior horizontalidade são mais favoráveis ao desenvolvimento urbanístico planeado.

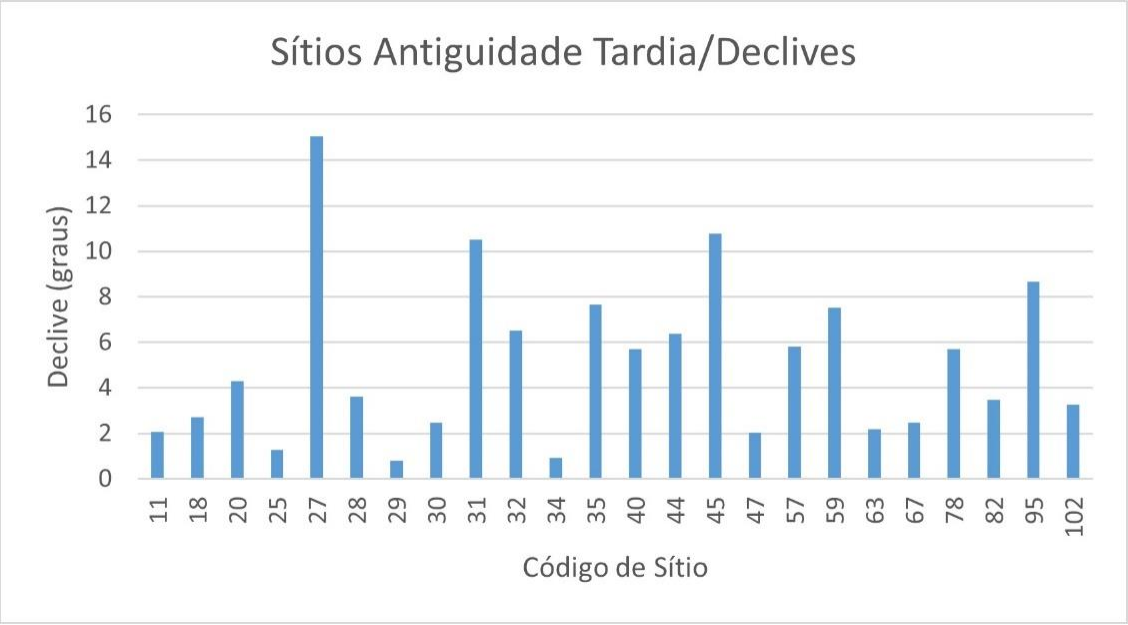


Figura 71 - Gráfico com declives de sítios da Antiguidade Tardia. ©Francisco Andrade

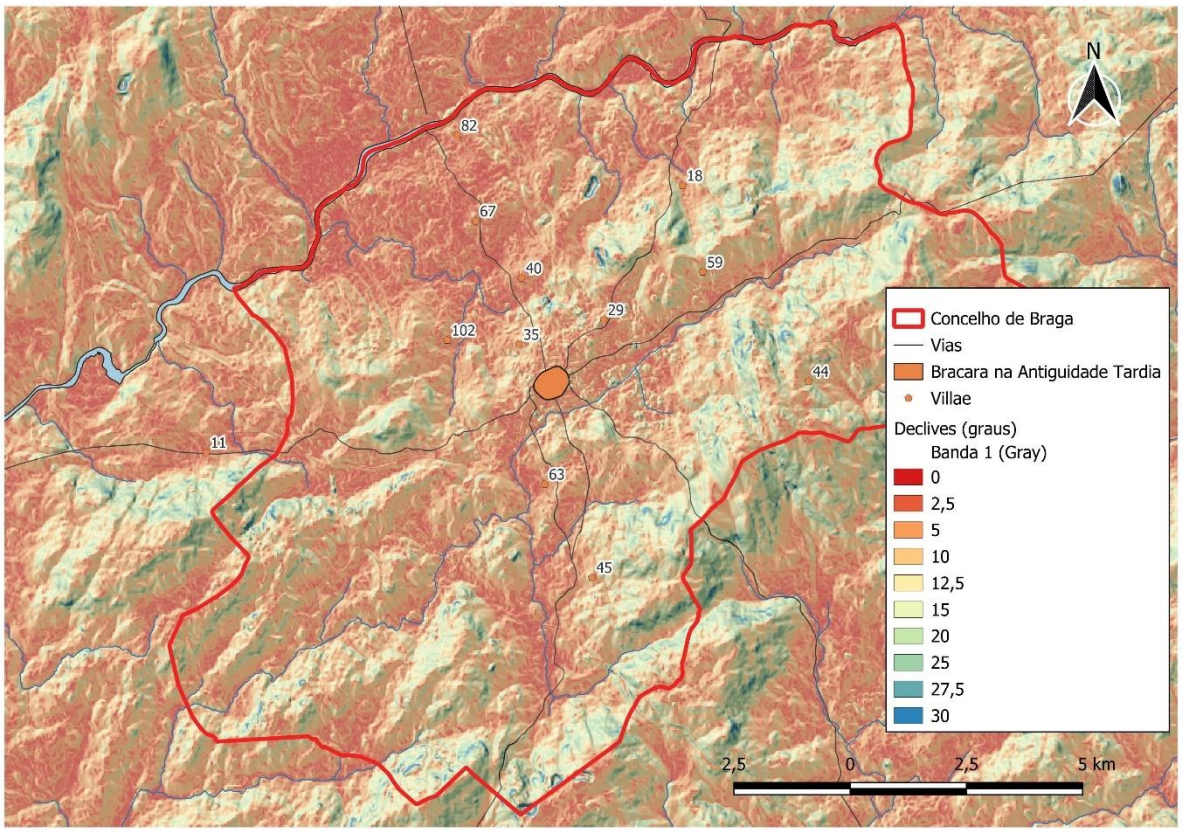


Figura 72 - *Villae* da Antiguidade Tardia, sobrepostas a mapa de declives. ©Francisco Andrade

O local que se encontra implantado na área de maior declive é, como já foi referido anteriormente, o sítio de Esporões [45], o que não invalida a sua interpretação como *villa*, pois sabemos que este tipo de construções raramente se implantava no fundo dos vales. No entanto, o conjunto de *villae* que apresenta declives intermédios é o que, no nosso entender corresponde aos sítios em que o grau de certeza na classificação das *villae* é maior, topografia onde se integra Dume [40], o único local que já foi alvo de escavações e do qual dispomos dados acerca da composição do seu edificado. Estamos, portanto, perante sítios que, excetuando a Coturela [35], cujas condições de exceção já foram devidamente mencionadas, se apresentam em zona de encosta, com declives relativamente suaves. Também a presumível *villa* de Santarão [102], com um TPI negativo, muito próximo do zero, se localiza numa zona de declive bastante reduzido, estando associada a achados de elementos arquitetónicos, identificados em diversos contextos, que consideramos ajudarem a identificar neste local, um sítio condizente com a sua classificação como *villa*. Ressalvamos o facto de que, por nunca ter sido alvo de escavações arqueológicas, o grau de exatidão da sua localização é reduzido. Nas zonas circundantes ao local em que o sítio foi georreferenciado, identificam-se diversos outros que possuem características topográficas idênticas às que foram identificadas no primeiro conjunto de sítios classificados como *villae*. A questão

do detalhe do pixel do modelo, também foi tida em consideração na análise interpretativa que estamos a efetuar.

Os restantes sítios (Arentim [11], Adaúfe [18], Infias/Pachanco [29], S. Pedro de Lomar [63], Pateira [63] e Santo Estevão Velho/Pardelhas [82]), pela conjugação dos fatores anteriormente analisados (TPI e declives), parecem-nos oferecer um menor grau de certeza acerca do seu enquadramento na tipologia em análise. De facto, a sua localização em pleno vale, em zonas com declive quase nulo, não possibilita a existência do destaque que uma casa senhorial romana deveria ter. Refira-se, contudo, que apenas consideramos que o grau de probabilidade que atribuímos na nossa análise é apenas intermédio, não sendo de descartar que possam constituir um assentamento deste tipo, tendo em consideração uma análise que se baseia em mais indicadores.

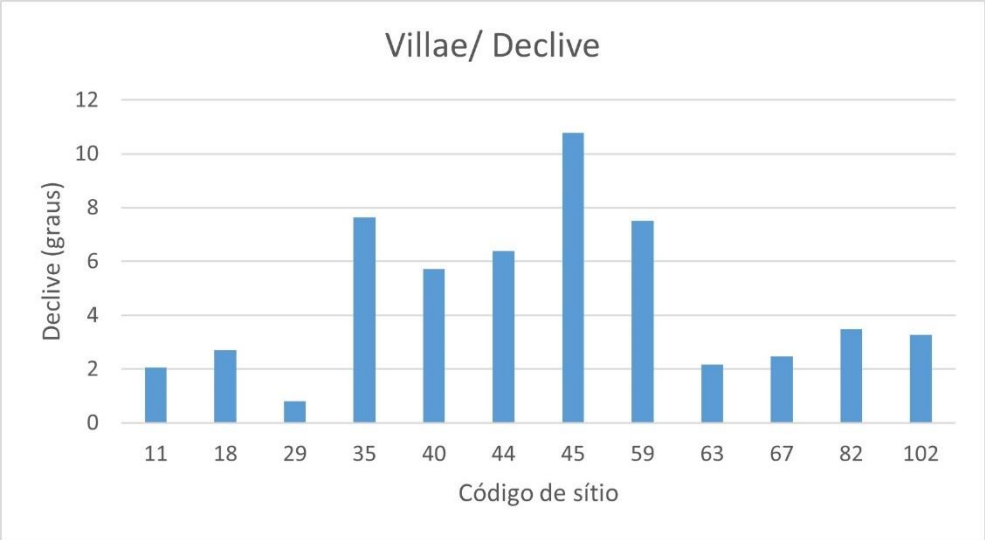


Figura 73 - Gráfico com declives das *villae* tardoantigas. ©Francisco Andrade

Para além dos dois indicadores que mencionamos nas análises anteriores, um outro indicador que, no nosso entender, também é bastante relevante na aproximação às condições de implantação de cada sítio, é a sua **exposição solar**, que permite avaliar em que medida estes sítios são implantados em terrenos mais abrigados e solarengos, o que se coadunaria mais com *habitats* de assentamento permanente. A conjugação dos diversos indicadores permitirá uma maior aproximação às condições de cada local e aos diversificados contextos de assentamento.

A abordagem à exposição solar dos sítios arqueológicos teve que ter em consideração o facto de que, cada orientação corresponde a um determinado grau. O norte corresponde aos zero/trezentos e sessenta graus, o nordeste corresponde aos quarenta e cinco graus, o leste corresponde aos noventa graus, o sudeste corresponde a cento e trinta e cinco graus, o sul, corresponde a cento e oitenta graus, o sudoeste corresponde aos duzentos e vinte e cinco graus, o oeste corresponde aos duzentos e setenta graus e o

noroeste corresponde aos trezentos e quinze graus. Os valores intermédios foram associados ao valor mais próximo dos que estão acima mencionados.

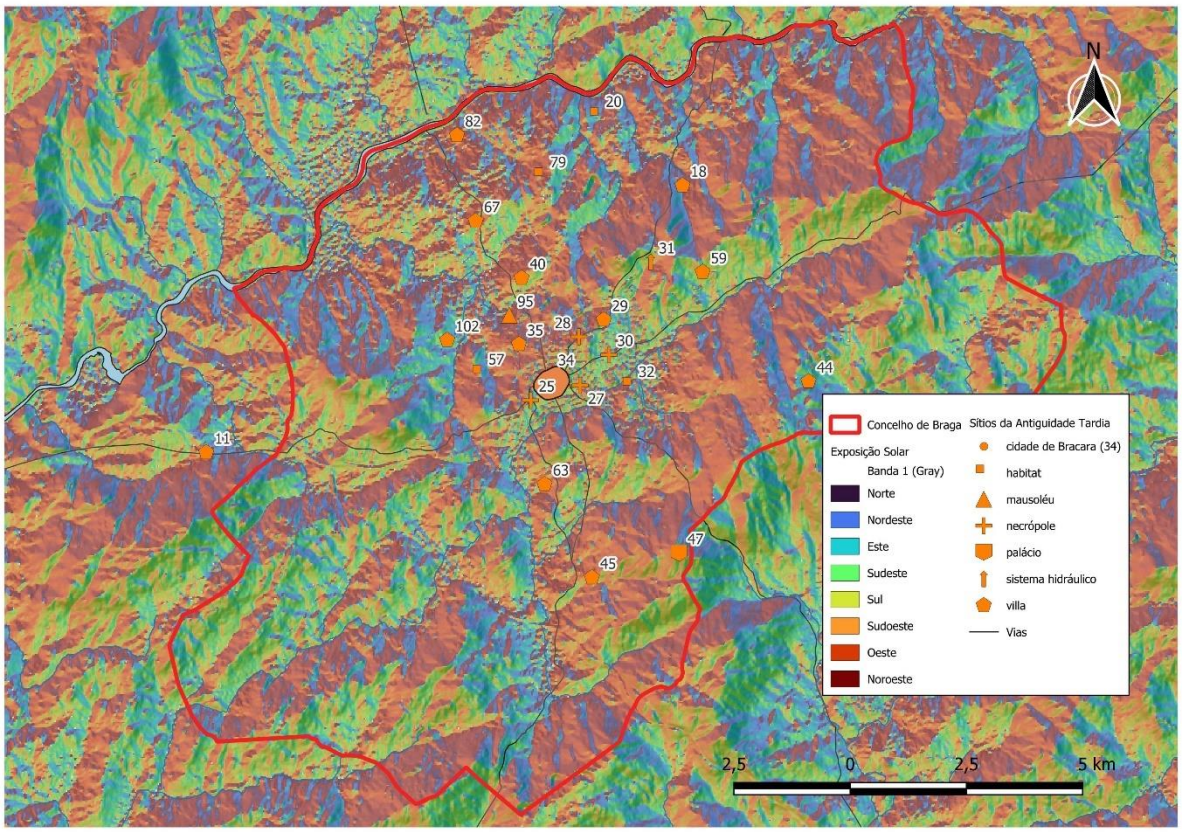


Figura 74 - Sítios da Antiguidade Tardia, sobrepostos a mapa com exposição solar. ©Francisco Andrade

Os sítios que apresentam valores superiores aos trezentos graus e que, portando, poderão ser associáveis ao ponto colateral noroeste são: Santo André do Vale [20], igreja paroquial de S. Vicente [28], Infias/Pachancho [29], Santa Tecla [32], Coturela [35] e Palmeira [79].

Palmeira [79] e S. Vicente [28], poderão ter acolhido, nesta época, duas necrópoles e respetivo edifício de culto, não conhecendo, por conseguinte, um assentamento permanente, num primeiro momento. Santa Tecla [32], segundo Fontes (1993, p. 75), teria sido apenas um monte de defesa e vigilância, portanto de ocupação temporária. Quanto à Coturela [35] e Infias/Pachancho [29], como já referimos anteriormente, as alterações topográficas do local levantam diversas questões interpretativas, não nos sendo possível esclarecer com segurança, à luz dos dados atuais, as condições de assentamento, perspetivadas apenas, tendo em consideração as condições de exposição. De facto, a continuar a aceitar a classificação que tem sido proposta para os locais, pese embora as ressalvas que anteriormente apresentámos, a localização apenas se compreende pela posição sobranceira relativamente ao vale do Cávado, localizado a norte. Reafirmamos, que pela sua localização e pelas

características da envolvente, pensamos não se tratar de *villae* na aceção tradicional, enquanto locais de exploração agrária.

Com uma exposição solar, predominantemente a oeste (consideramos os sítios acima dos duzentos e cinquenta graus), estão localizadas as *villae* de Lomar [63] e Pardelhas [82], tratadas com maior detalhe, de seguida e Montélios [95]. Neste último caso, o principal fator de seleção do local estará relacionado a sua posição de destaque na paisagem envolvente.

Os sítios com uma exposição predominantemente de sudoeste, correspondente ao intervalo entre os duzentos e duzentos e cinquenta graus são apenas três: S. Lázaro [27], Montariol [31] e Dume [40], que, por ser uma *villa*, será analisada em conjunto com os restantes sítios dessa tipologia. Montariol [31] e S. Lázaro [27] conheceram tipos de ocupação em que não terão sido relevantes as condições de exposição solar. A condição periférica de S. Lázaro [27], relativamente à cidade de Braga, terá contribuído para o seu crescimento enquanto arrabalde, posteriormente à Antiguidade Tardia.

Os sítios que conheceram uma implantação predominantemente a sudoeste (consideramos os sítios compreendidos entre os cem e cento e cinquenta graus), são, à exceção de S. Victor [30], essencialmente *villae*. No caso de S. Victor [30], dado que se trata de uma necrópole, a condição fundamental para a sua localização, terá sido a sua proximidade relativamente à cidade e à via XVII e não propriamente a exposição solar dos terrenos e se estariam mais abrigados ou não das intempéries de norte e oeste.

Os sítios que estão predominantemente em zonas com uma exposição solar virada a este (cinquenta e cem graus), são apenas dois (Santa Marta da Falperra [47] e Cones [57]). Quanto ao sítio de Santa Marta [47], dado que se situa numa zona bastante próxima do topo e que a dimensão do pixel do raster, que constituiu a base para o presente trabalho não tem o detalhe suficiente para considerar apenas o local exato das ruínas conhecidas, mas uma área ligeiramente superior, isso poderá condicionar de alguma forma os dados. Contudo, face ao conhecimento que temos da topografia do local, podemos avançar que o principal núcleo de ruínas, foi erigido num local ligeiramente recuado, relativamente à zona mais a norte e mais desprotegida. O sítio de Cones [57], localizado num pequeno outeiro e com um declive de aproximadamente seis graus, permanece ainda relativamente indefinido quanto à sua tipologia, gozando de condições mínimas de habitabilidade.

Dos sítios localizados entre cinquenta e cem graus, correspondentes aos que estão localizados a norte e nordeste, apenas se identificaram os sítios de Braga [34] e Maximinos [25]. Relativamente ao primeiro local, convém ressalvar que dadas as características e dimensão da cidade, o ponto escolhido para a análise correspondente à catedral, não terá relevância no computo geral, na medida em que o interior da urbe tinha uma parte considerável do seu edificado exposta a norte e outra que estaria exposta a sul,

não devendo o valor ser tido em consideração. Quanto à igreja de S. Pedro de Maximinos [25], o principal critério de seleção do local associa-se à sua proximidade à cidade romana e às vias XVI e XX que a ligavam a outros destinos.

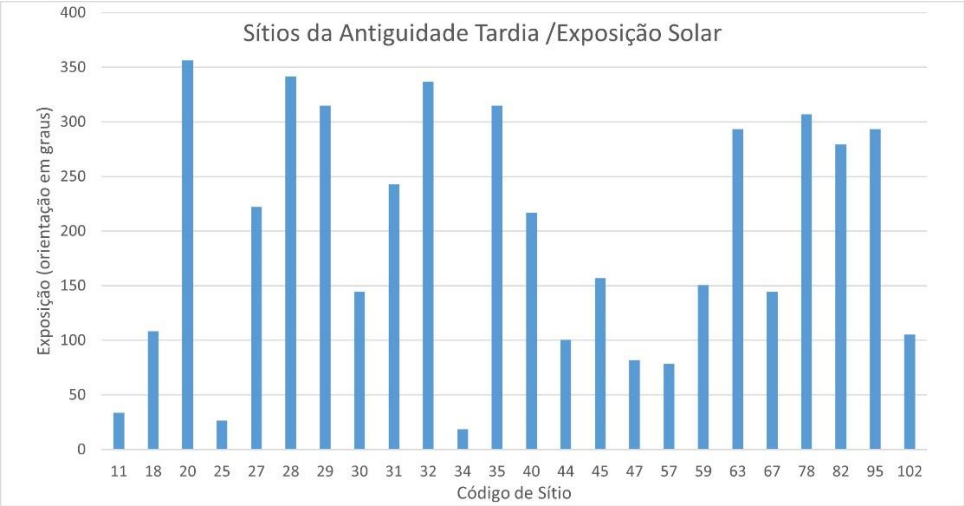


Figura 75 - Gráfico com exposição solar de sítios da Antiguidade Tardia. ©Francisco Andrade

Tal como já vimos nas análises relativas ao TPI e aos declives, as *villae* romanas, enquanto referentes do povoamento rural tardo antigo, mereceram a nossa especial atenção, relativamente à exposição solar. Este aspeto reveste-se de particular importância nos assentamentos deste tipo, na medida em que uma das condições fundamentais para a implantação de uma casa senhorial, em conjunto com as condições de visibilidade paisagística e terrenos disponíveis nas proximidades, suficientes para o estabelecimento das condições para a exploração agrícola, será também a aprazibilidade e salubridade do local de implantação.

Os *outliers* da implantação das *villae* tardo antigas, são os sítios de Infias/Pachancho [35] e o da Coturela [35]. A nossa manutenção destes locais teve em consideração, o facto de, dada a profunda alteração urbanística que sofreram, poder haver alguma alteração dos indicadores de análise e, por conseguinte, condicionar as soluções de implantação de ambos os locais. Ainda assim, a análise empírica que realizamos de modo a complementar e validar alguns dos dados que nos foi possível obter, leva-nos a considerar que teriam características distintas dos restantes lugares e especificidades particulares, decorrentes da sua condição suburbana, tal como já mencionamos no capítulo referente às *villae* tardo antigas.

Um segundo conjunto de *villae* identificado, constituído pelos sítios de Lomar [63] e Pardelhas [82] é referente aos locais que apresentam uma exposição solar predominantemente de oeste e que, por conseguinte, pese embora não possam ser descartadas enquanto assentamentos enquadráveis na tipologia que estamos a analisar, nos garantem um grau de certeza menor do que o que dispomos para

outros sítios. De facto, trata-se de sítios que não apresentam indícios tão evidentes de poderem ser classificados como *villae*. Por sua vez, a maior parte dos sítios (Adaúfe [18], Gualtar [59], Pateira [67] e Santarão [102]), possui condições mais favoráveis para enquadramento em sítios desta tipologia. Estes locais apresentam-se situados em zonas com uma exposição a sudeste, mais abrigados dos ventos de oeste e norte. A conjugação com outros indicadores, proporciona distintos graus de certeza relativamente aos locais, sendo de referir, contudo, que todos eles nos parecem, ao nível da implantação, dispor de condições favoráveis à sua associação a um assentamento deste tipo. Finalmente, a *villa* de Dume [40], cuja existência já foi comprovada arqueologicamente, foi erigida num local com uma exposição a sudoeste, o que também nos parece bastante favorável a um assentamento deste tipo.

Arentim [11], apresenta valores que claramente diferenciam o local das restantes *villae.* Se tivermos em consideração apenas este fator, o local parece pouco indicado para um assentamento desta natureza, apresentando uma exposição tendencialmente de nordeste. Contudo, e porque a classificação não tem apenas em conta este fator, mantemos a classificação, com as ressalvas tipológicas já mencionadas na parte II.

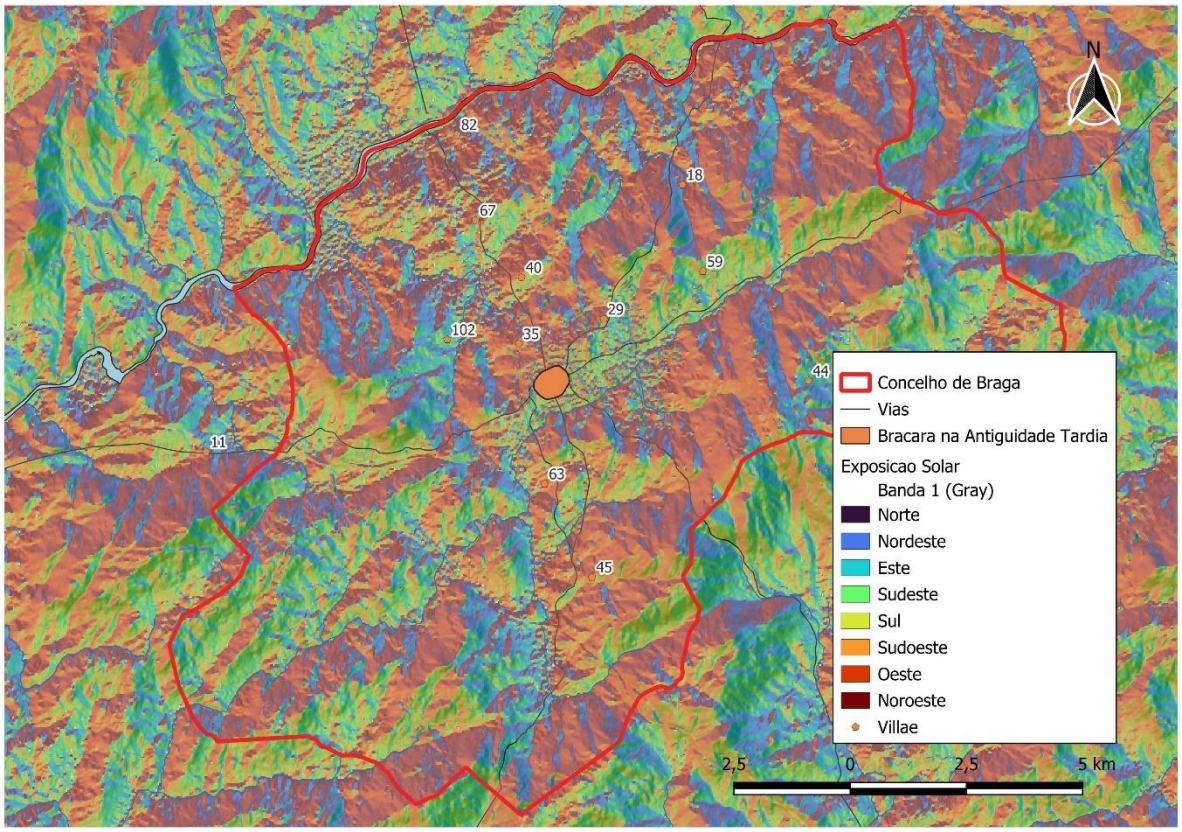


Figura 76 - *Villae* da Antiguidade Tardia, sobrepostas a mapa com exposição solar. ©Francisco Andrade

Mesmo sem dados arqueológicos que o comprovem, a conjugação dos indicadores TPI de declive e exposição solar fornecem valores que reforçam a adequação a práticas agropecuárias dos sítios que foram interpretados como presumíveis *villae* tardo antigas, herdeiras de estabelecimentos anteriores.

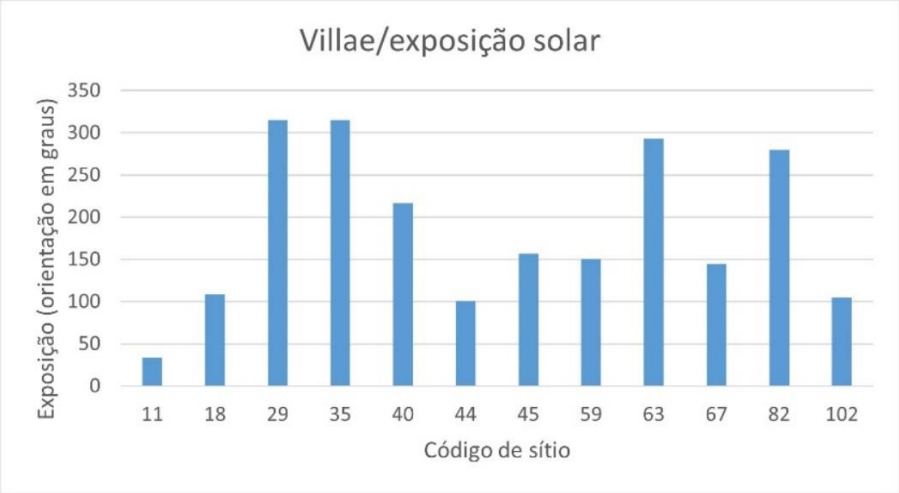


Figura 77 - Gráfico com exposição solar de *villae* da Antiguidade Tardia. ©Francisco Andrade

Para além dos indicadores que acima analisámos, também tivemos em consideração, nas condições específicas de implantação dos sítios, o **escoamento total mensal** (em mm), na medida em que procuramos percecionar, ainda que de forma bastante superficial, quais as condições de retenção ou escoamento de águas. Tivemos em consideração, contudo, que diversas alterações urbanísticas e construtivas que foram efetuadas ao longo dos tempos, tiveram um considerável impacto na paisagem e, por conseguinte, condicionam a leitura dos valores obtidos. Desta forma e tendo como pressuposto de partida as considerações que agora tecemos, tivemos em menor consideração este indicador, relativamente aos que anteriormente analisámos.

A análise aos dados obtidos, permite constatar que os sítios arqueológicos se situam em locais que apresentam, na generalidade, valores intermédios de escoamento, relativamente aos valores identificados no território nacional. Os sítios podem ser divididos em três grupos principais: os que apresentam valores de escoamento de cerca de mil e cem milímetros mensais, os que apresentam um escoamento de cerca de oitocentos milímetros mensais e os que apresentam valores de escoamento de pouco mais de seiscentos milímetros mensais.

Os sítios que estão na primeira condição são os sítios de Adaúfe [18] e Santo André do Vale [20]. Estes locais, situados na zona mais a leste do concelho de Braga, apresentam-se no início de uma área que possui uma orografia menos plana do que a parte mais a leste e norte do concelho. Efetivamente, uma análise mais global dos dados, permite constatar que a quantidade de escoamento de águas, parece estar diretamente relacionada com o tipo de relevo e quantidade de pluviosidade. O segundo grupo,

constituído pela grande maioria dos sítios, corresponde aos locais que estão localizados na zona mais a norte e noroeste do concelho. Os sítios que apresentam valores mais reduzidos são os que estão localizados numa área mais central e a sul do concelho.

Ao analisar as condições de escoamento dos sítios onde se registam presumíveis *villae*, como já tínhamos efetuado para os indicadores anteriores, procuramos identificar algumas especificidades deste tipo de assentamentos, relativamente a este indicador. No entanto, os valores obtidos não fornecem qualquer indicador especialmente relevante, relativamente ao restante conjunto dos dados.

O sítio de Adaúfe [18] enquadra-se no conjunto dos sítios que apresentam maiores valores de escoamento. As *villae* que apresentam valores intermédios são as que também correspondem à maioria dos sítios que podem ser enquadrados nesta tipologia. Neste conjunto inserem-se os sítios de Infias/ Pitancinhos [29], Coturela [35], Dume [40], Pateira [67], Pardelhas [82] e Santarão [102]. Aos valores mais reduzidos, associam-se as *villae* de Espinho [44], Esporões [45] e Lomar [63].

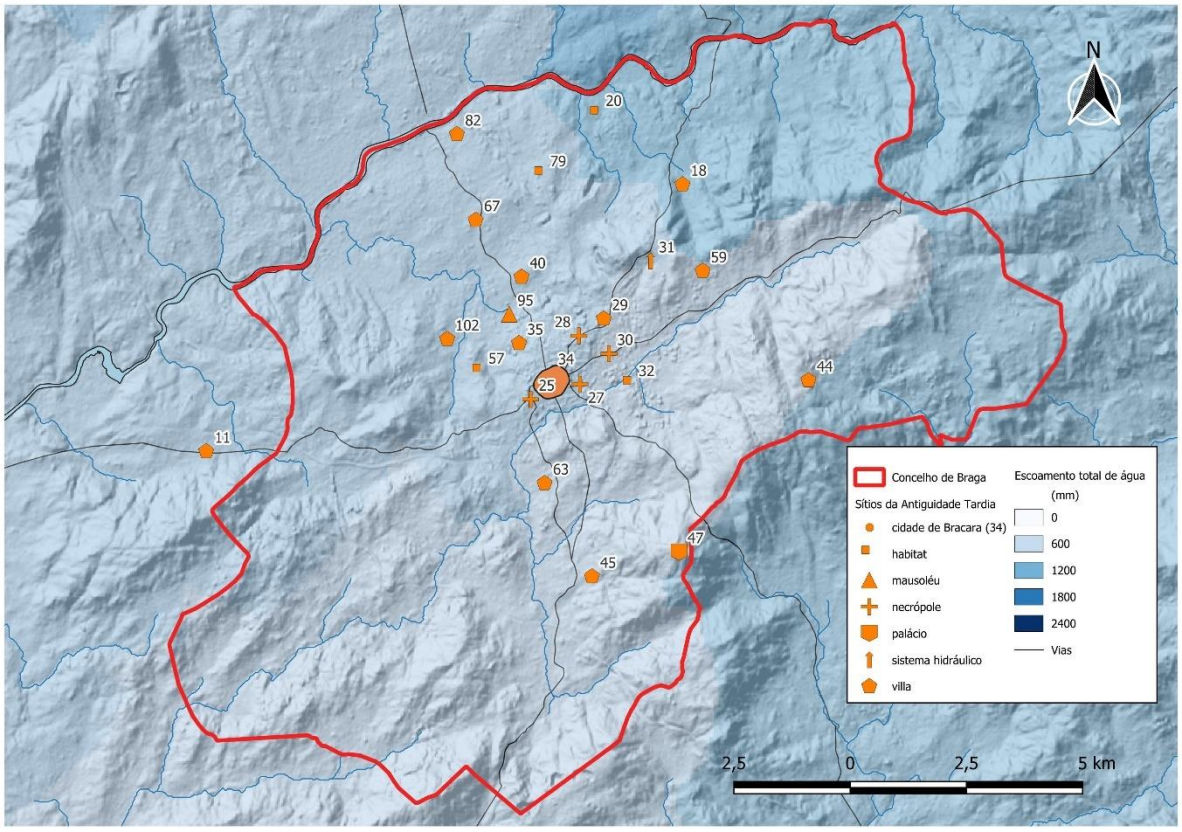


Figura 78 - Sítios da Antiguidade Tardia, sobrepostos a mapa com escoamento total mensal de águas (mm). ©Francisco Andrade

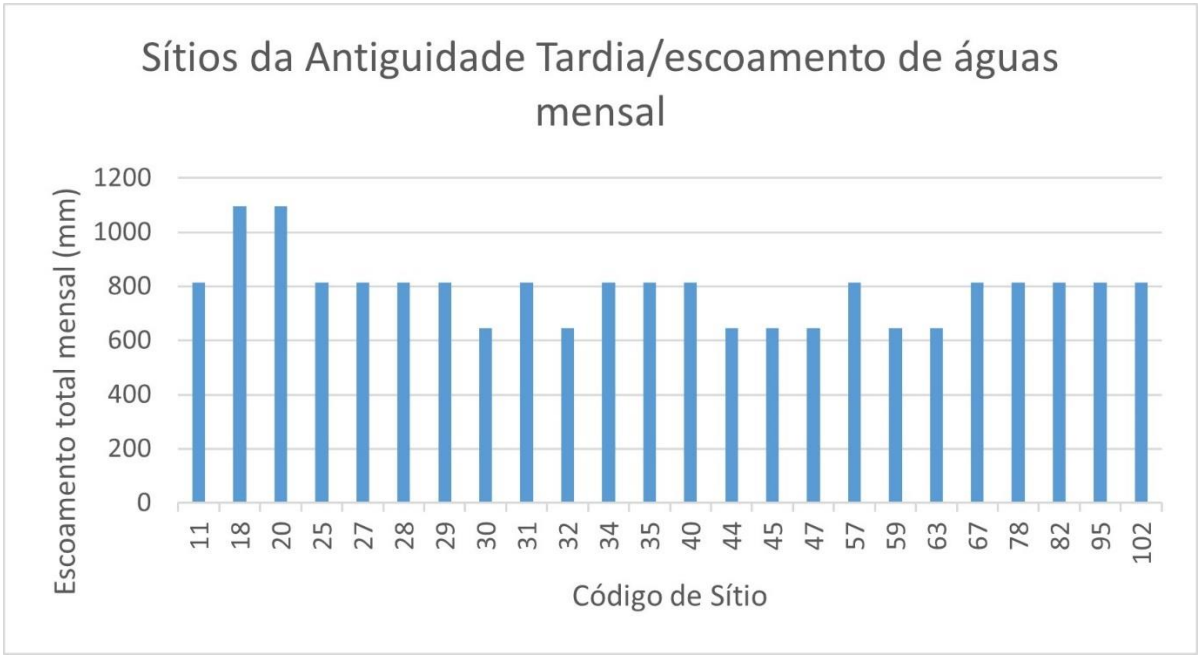


Figura 79 - Gráfico com escoamento total mensal de águas e correlação com sítios da Antiguidade Tardia. ©Francisco Andrade

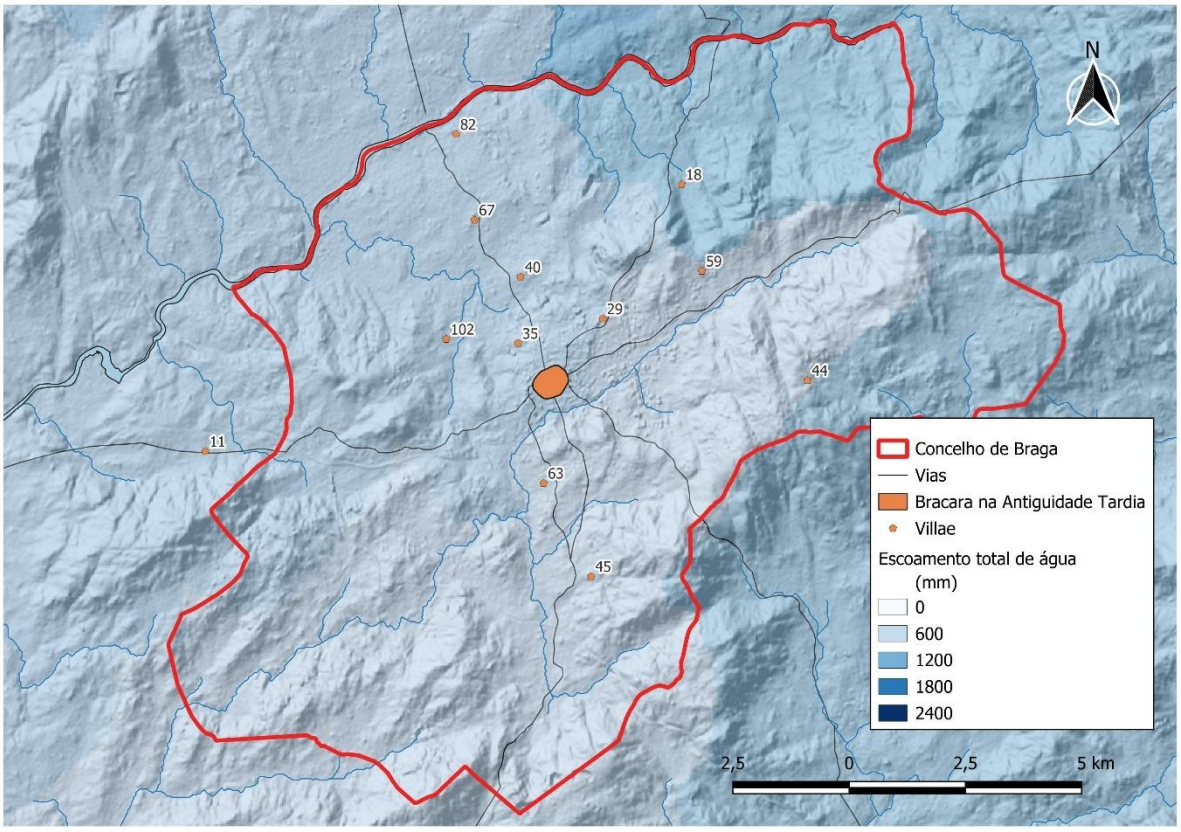


Figura 80 - *Villae* da Antiguidade Tardia, sobrepostas a mapa com escoamento total de águas mensal (mm). ©Francisco Andrade

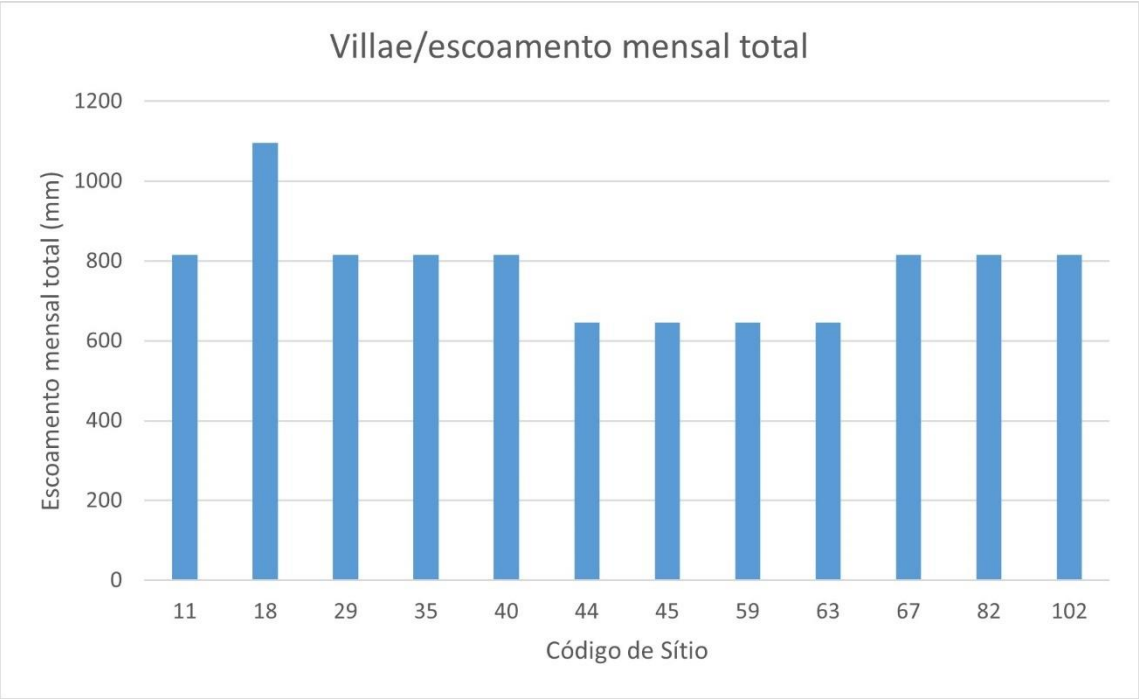


Figura 81 - Gráfico com escoamento total mensal de águas e correlação com *villae* da Antiguidade Tardia. ©Francisco Andrade

Apesar dos valores não permitirem estabelecer qualquer distinção entre este tipo de sítios e os demais, parece-nos possível considerar que a localização de uma *villa* deveria beneficiar de uma boa a média capacidade de escoamento, para garantir boas condições de habitabilidade. A localização das propriedades nos terrenos mais baixos do vale, por vezes em parcelas descontínuas, garantia as necessidades de água para as culturas de regadio, que seriam mais adequadas a esta região. Para além destes terrenos também estariam adstritas à *villa* terrenos de monte e que garantiriam os pastos (*saltus*). Estas seriam, as partes fundamentais deste tipo de elemento organizativo do mundo agrário romano.

Quanto às duas *villae* referenciadas que, pelas suas características de implantação se parecem diferenciar das demais, salvaguardando, contudo, uma menor exatidão dos resultados relativamente às alterações recentes, é possível, através da **análise da visibilidade**, reforçar a interpretação que o enquadramento paisagístico da mesma parece ter constituído um aspeto bastante importante na sua edificação nos respetivos locais.

A visibilidade de Arentim [11] incide essencialmente nos terrenos próximos á via que sai de Bracara para oeste em direção ao litoral. Este fator, à primeira vista, parece corroborar a sua associação a uma estrutura relacionada com a viação romana. Dadas as características de *fundus* descontínuo que a *villa* poderá ter, a possibilidade de estar associada a terrenos a norte e a sul da via não impossibilita a sua classificação tipológica.

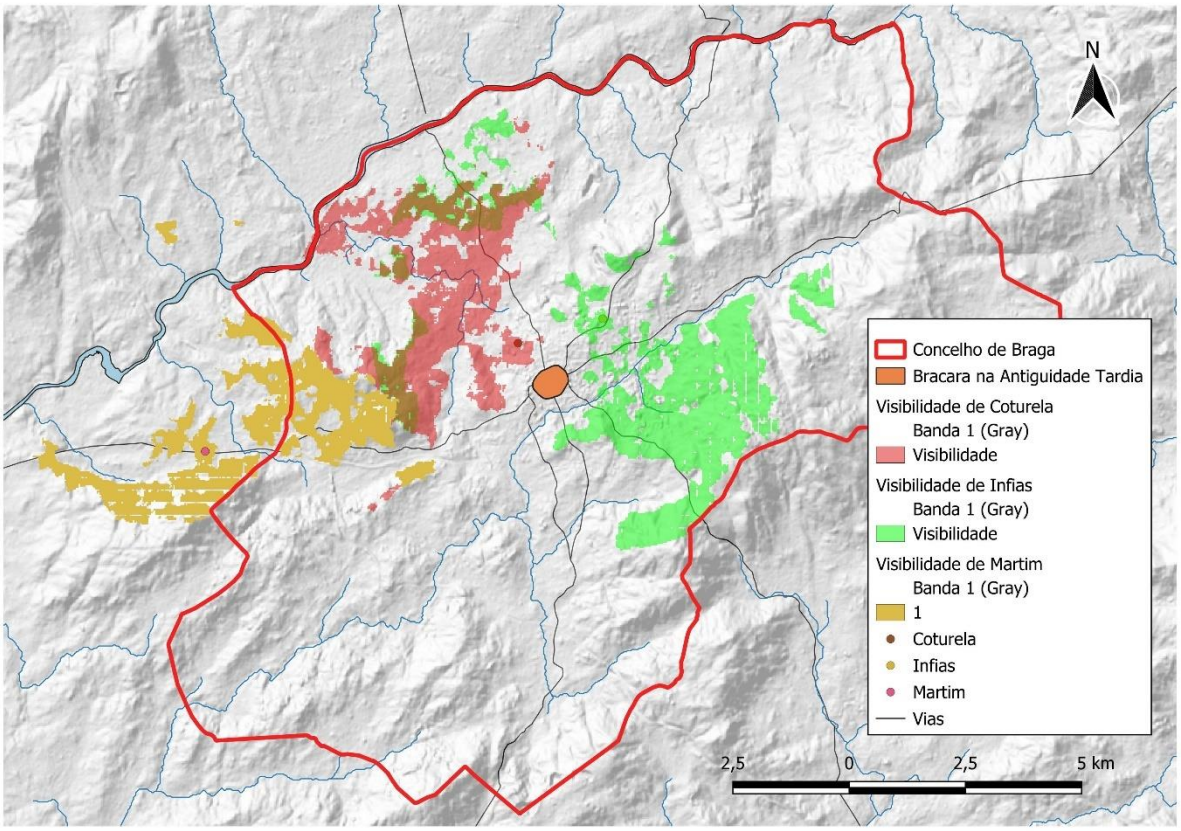


Figura 82 - Visibilidades (5K) de Martim [11], Infias [29] e Coturela [35]. ©Francisco Andrade

É possível constatar que a Coturela [35], se situa num local com uma excelente visibilidade para o vale do Cávado e a *villa* de Infias [29], dispõe de um enquadramento paisagístico ainda mais amplo, possuindo uma amplitude visual, mais vasta, para a zona o vale do Cávado e para o vale do Este, na zona mais a leste da cidade de Braga. Os dados das análises efetuadas, parecem confirmar os pressupostos em que nos apoiamos anteriormente, aquando da primeira análise que fizemos aos dados das *villae* e que, dado o carácter social das mesmas (Carneiro, 2011, p. 74), a proximidade a vias de comunicação e um bom enquadramento paisagístico seriam os principais aspetos a ter em consideração. Os dois locais, pela análise da figura que apresentamos, parecem preencher plenamente os dois requisitos.

Um outro aspeto que nos parece importante salientar, é o facto de a visibilidade de Infias [29], abarcar plenamente área a leste da cidade de Braga [34] que, durante bastante tempo foi uma unidade territorial única. Este facto, leva-nos a colocar a hipótese de poder ser este local a sede do domínio fundiário que se localizaria nesta zona. De facto, até à *villa* de Gualtar [59], não é clara a existência de outro local que pudesse possuir tais características e, até ao século XX, uma parte importante da freguesia de S. Vicente, onde a *villa* está localizada, estava incorporada na freguesia de S. Victor, tradicionalmente a circunscrição territorial que abarca a zona leste da cidade. Se se confirmassem estes pressupostos referidos, o local

passaria a dispor de um *fundus* suficientemente extenso para se poder enquadrar no conceito de *villa* enquanto domínio fundiário, com valências agropecuárias. O grande entrave a esta teoria, razão pela qual mantemos a interpretação inicialmente avançada, de *villa* suburbana, é a sua grande proximidade da cidade de Braga [34] e a sua proximidade de eixos viários de grande importância, favoráveis ao uso dos terrenos anexos como necrópoles.

Tendo como ponto de partida a visibilidade, como uma das condicionantes que poderiam ter alguma relevância na implantação das *villae* e no esclarecimento de algumas dúvidas que nos foram surgindo nas análises anteriores, também realizamos estas análises de modo que possamos validar a maior ou menor probabilidade da sua localização, com os outros indicadores que já estudamos. Este aspeto mencionado, pareceu-nos de especial relevância no caso das *villae* que circundam a *villa* de Dume [40]. Esta importância por nós considerada deve-se, por um lado, ao facto de ser nesta zona que dispomos de mais dados e de ser também aí que temos o único local com a confirmação tipológica efetuada com base em escavações arqueológicas. Por outro lado, também temos já ensaiado uma proposta de domínio fundiário apoiado em diversos dados arqueológicos e documentais (Andrade, 2015) que uma análise deste tipo poderia complementar.

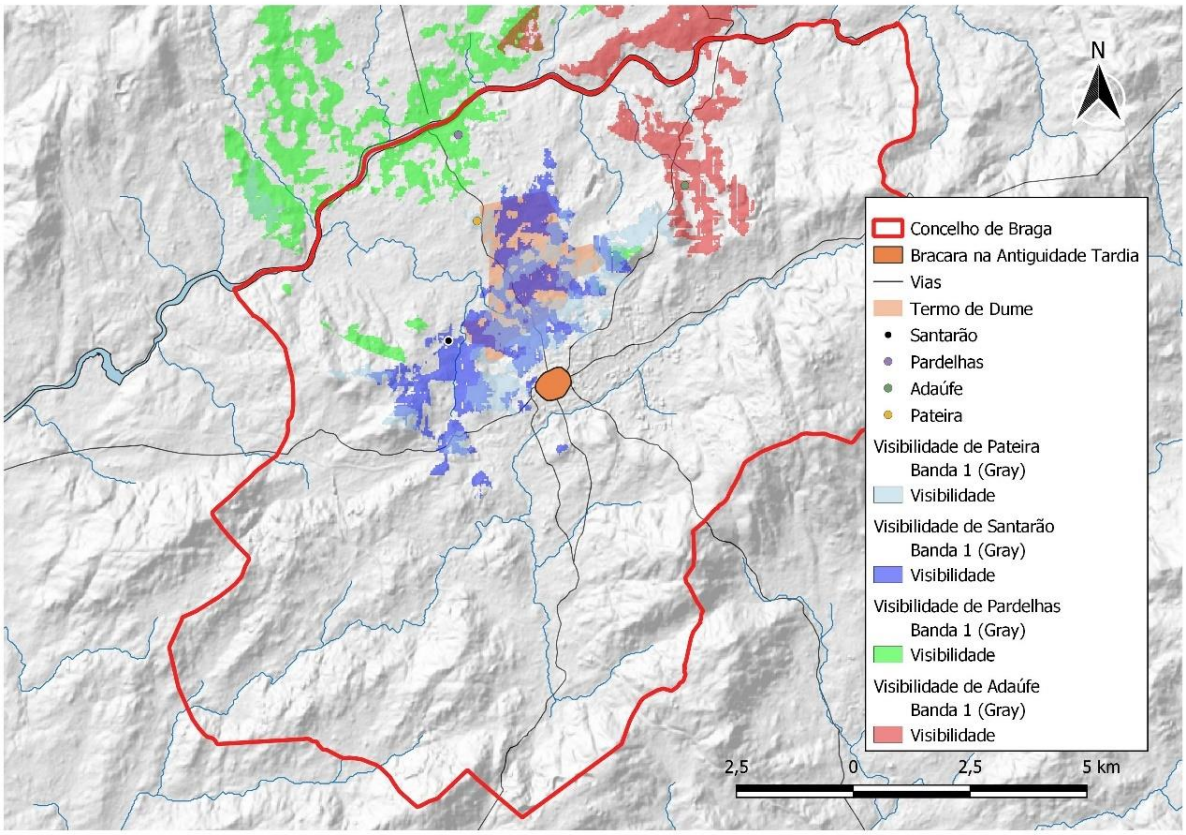


Figura 83 - Visibilidades (5K) de Adaúfe [18], Pateira [67], Pardelhas [82] e Santarão [102]). ©Francisco Andrade

Assim, a análise às diversas visibilidades dos variados sítios classificados como *villae* permite tirar variadas ilações, que poderão, no nosso entender, esclarecer alguns aspetos relativamente à posição relativa de alguns dos locais, designadamente na sua relação com o domínio dumiense [40].

A *villa* de Adaúfe [18], apresenta um enquadramento paisagístico, cuja visibilidade tem uma incidência, essencialmente, na zona a leste do que consideramos ser o domínio de Dume [40]. Face à análise da envolvente do local e da posição relativa a outros sítios desta tipologia, consideramos que o enquadramento visual possa incidir na área que constituiria o domínio fundiário da *villa* e que corresponderia, grosso modo, à parte mais a sul da atual freguesia. Não nos é possível estabelecer os limites exatos, na medida em que não nos foi possível clarificar de que forma é que a transição entre o sítio de Palmeira, na Antiguidade Tardia, na zona da antiga igreja paroquial [79] e o sítio que se poderia identificar no outeiro de S. Sebastião e referido por Martins (1990, p. 84), que deveria provavelmente estar ocupado no período alto imperial se processou e de que forma é que esse processo teve influência na dinâmica territorial da zona a nordeste do domínio dumiense, ambos confrontantes com Adaúfe. Apesar da questão ainda em aberto acerca dos limites da *villa* de Adaúfe [18], na zona mais a norte, parece-nos que o seu controlo visual sobre o seu domínio, bem distinto dos que lhe estão contíguos e que são tipologicamente semelhantes, nos fornece indícios que parecem ser suficientemente conclusivos acerca da grande possibilidade de se tratar de um sítio que poderá ser enquadrável nesta tipologia.

A *villa* de Pateira [67], sob o ponto de vista da visibilidade, fornece-nos dados que se apresentam de alguma forma contraditórios ou até, em certa medida, nos colocam algumas reservas acerca da sua classificação como *villa*, designadamente nos aspetos relativos à sua relação com o domínio fundiário de Dume [40]. Tal como pode ser visto na figura que precede os parágrafos descritivos acerca destas *villae* em análise, a ter em consideração a implantação sugerida por Carvalho (2008, I, p. 272) e que seguimos em Andrade (2015, p. 37), a visibilidade do local seria essencialmente para a zona norte do domínio de Dume [40], o que seria, no nosso entender, um pouco estranho. É certo que a visibilidade seria para a zona da via romana, que lhe proporcionaria a acessibilidade também necessária à instalação neste local.

Assim, face aos dados disponíveis somos levados à formulação das seguintes hipóteses: i) o sítio da Pateira [67], não constituiria um assentamento classificável como *villa*; ii) a tipologia do sítio está correta, mas a sua localização estaria mais a oeste, o que alteraria substancialmente a visibilidade do local; iii) os limites a norte do domínio dumiense seriam distintos dos que propusemos. Das três hipóteses acima enunciadas, a proposta que nos parece mais plausível relaciona-se com a possível localização da *villa* mais a ocidente. De facto, o sítio da Pateira [67], com uma exposição solar tendencialmente mais resguardada e localizado numa zona de declive bastante suave, parece-nos estar numa área cujo

potencial agrícola agropecuário poderá potenciar a instalação de uma *villae*. Esta situação é atestada pelo facto de, nos dias de hoje, ser uma área intensamente agricultada.

Quanto ao domínio dumiense, apesar desta área ter uma orografia cujos referentes naturais são menos passíveis de delimitar, foi precisamente nesta área que os trabalhos de Helena Carvalho (2008, I, pp. 312-316), permitiram a identificação de possíveis cipos gromáticos que constituíram a base para a delimitação do termo com base nos dados documentais. A referência à delimitação pela via romana, parece-nos clara nesta zona e o seu traçado, é comummente aceite na comunidade académica graças aos diversos trabalhos de campo que têm vindo a ser desenvolvidos, designadamente os que têm sido levados a cabo por Helena Carvalho.

Face a estes dados e pelo facto de os elementos arquitetónicos identificados por Helena Carvalho (2008, I, p. 272), poderem ter sido recolhidos durante os trabalhos agrícolas, a sua proveniência poderá ser associada a outra localização das diversas explorações agrícolas que se localizam no local. Um dos locais que pensamos que possa reunir as condições topográficas para localização de uma exploração desta natureza poderá ser nos terrenos da instituição estatal de investigação agronómica (INIAV), que se localiza um pouco a norte da localização avançada. Dada a inexistência de dados mais substanciais e diversos indicadores parecerem indiciar a existência de um sítio inserido nesta tipologia na região, optamos por manter a tipologia avançada, salvaguardando, contudo, o facto de a sua localização ser aproximada, devendo ser valorizado o possível domínio fundiário, localizado a noroeste da *villa* de Dume [40].

A visibilidade da *villa* de Pardelhas [82], incide essencialmente na área mais a leste da freguesia de Palmeira [79], na margem norte do Cávado e em zonas bastante pontuais, a oeste do concelho de Braga. Efetivamente, não parece haver qualquer interconexão visual com o território das restantes *villae*. O domínio visual incide essencialmente sobre o vale do Cávado, confirmando-se a existência de uma *villa* neste local, de um domínio que abarcaria essencialmente a zona ribeirinha, constituído a paisagem das margens do Cávado, o principal enquadramento cénico de deleite dos habitantes e convidados desta *villa*.

Santarão [102], local a que estão associados diversos achados arquitetónicos, localiza-se a sudoeste de Dume [40]. Este lugar, dada a relevância dos vestígios arqueológicos e pelas razões apresentadas ao longo do presente capítulo, parece apresentar-se como sendo um dos locais com maior probabilidade de poder ser enquadrável tipologicamente como *villa*. Apesar do que foi mencionado, esta região, afigura-se como uma zona relativamente problemática. Tal como já foi referido em Andrade (2015, p. 54), na área em que se daria a confrontação entre Dume [40] e Santarão [102], há um menor grau de certeza, relativo

à sua inclusão no domínio dumiense. A leitura regressiva das confrontações, levou-nos a propor os limites com a configuração mais abrangente. Como veremos na interpretação das dinâmicas territoriais nessa zona, parece-nos que terá sido uma das regiões de maior tensão territorial entre diversas entidades.

A amplitude visual do local, abarca uma parte considerável do domínio dumiense na sua zona mais a sul, mas também uma área que engloba a quinta da Mata em Semelhe, que se afigura como uma das áreas da região com maior potencial agrícola. A hipótese avançada por Regalo e Redentor (2013) relativa à relação de posterioridade entre um possível assentamento mais tardio na quinta da Mata e o de Santarão é de difícil comprovação, na medida em que os achados arquitetónicos não estão arqueologicamente contextualizados. Apesar de dúvidas do pormenor acerca da localização da área construída deste domínio, parece-nos que a sua inclusão nesta tipologia é aceitável e altamente provável.

Do conjunto das possíveis *villae* analisadas, localizadas nesta área da bacia do Cávado, julgamos que as que têm uma probabilidade mais reduzida de terem constituído assentamentos desta natureza são os sítios de Pardelhas [82] e Pateira [67], contudo, como já referimos anteriormente, possuem algumas características que nos induzem a, com algumas ressalvas, manter a sua classificação como *villae*. Também dispomos dos dados acerca das restantes *villae* que foram identificadas na área em estudo, tendo sido possível ter uma perspetiva geral do enquadramento paisagístico que permite, igualmente, uma aproximação aos potenciais territórios que poderiam estar na sua dependência.

A *villa* de Espinho [44] tem visibilidade para uma área que, sendo mais restrita do que a das outras *villae* em análise, se circunscreve a uma zona a este da nossa área em estudo e que está limitada a uma região que se desenvolve a sudeste dos montes do Sameiro, monte de Rio Mau e serra dos Picos. O local não tem visibilidade para mais nenhum local com afinidade tipológica que esteja associado à Antiguidade Tardia. A *villa* de Esporões [45] tem um amplo domínio visual sobre a veiga do Penso, com especial incidência na sua zona mais a sul. O sítio, sobranceiro ao vale, permite um controlo de uma área bastante ampla da via XVI, que corre mais abaixo. Relativamente à *villa* de Gualtar [59], é notório o domínio visual sobre o vale do Este, abarcando praticamente toda a área entre a cidade e a sua nascente. As suaves encostas solarengas que correm até ao rio, seriam muito provavelmente a área com maior possibilidade de pertencer ao domínio fundiário da *villa*. Já a *villa* de Lomar [63], apresenta um raio visual mais restrito do que o que é apresentado pela *villa* de Esporões [45], possuindo algumas das áreas uma visibilidade em comum. Dado a sua posição geoespacial relativa, o seu campo visual abarca primordialmente a área mais a norte da veiga do Penso.

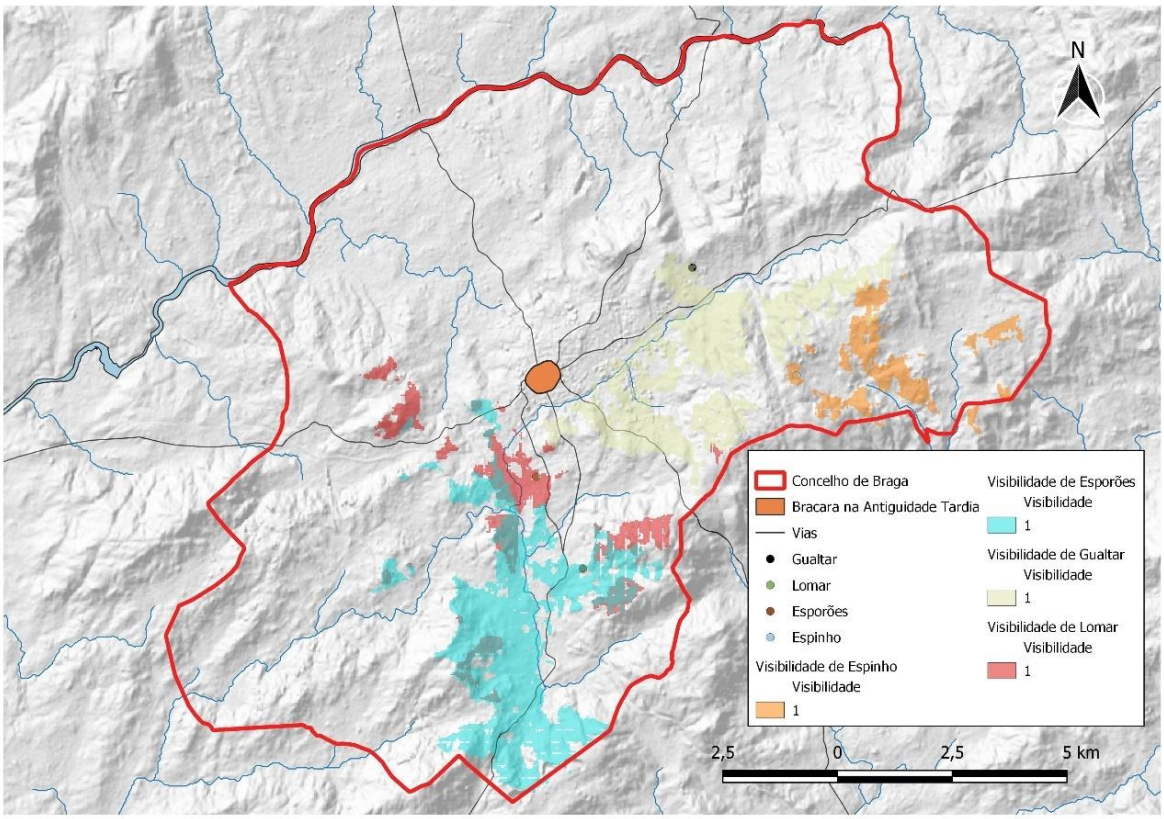


Figura 84 - Visibilidades (5K) de Espinho [44], Esporões [45], Gualtar [59] e Lomar [63]. ©Francisco Andrade

Este conjunto de *villae*, ao contrário das que se identificaram no vale do Cávado têm muito pouca visibilidade para as mesmas áreas, sendo mais clara a delimitação de territórios e/ou áreas de influência potenciais. Parece-nos ainda de salientar que, no período suevo-visigótico, para além da cidade de Braga [34], os sítios de Dume [40] e da Santa Marta da Falperra [47], seriam os principais referentes conhecidos até ao momento, da presença germânica na região. Consideramos relativamente fácil de identificar que os dois locais permitem um alcance visual da área norte e sul da cidade de Braga.

A ocupação de Santa Marta das Cortiças [47], parece-nos que não pode ser dissociada da posição estratégica e ampla visibilidade sobre a cidade de Braga e as principais vias de comunicação que discorrem da mesma, praticamente em todas as direções e sobre o que seria o território da cidade, sobretudo relacionado com a extensa veiga do Cávado. No caso da *villa* de Dume [40], o uso do espaço neste período, poderá não ter tido em consideração o fator visibilidade, na mesma medida do que na Falperra [47]. A escolha do local, pela monarquia sueva, poderá ter tido em consideração a importância da *villa* que, como foi referido em Andrade (2015, p. 52), terá beneficiado da relevância económico-política que a cidade conheceu no âmbito da ascensão de *Bracara* a capital da província da *Galaecia* no âmbito da reforma de Diocleciano (284-289).

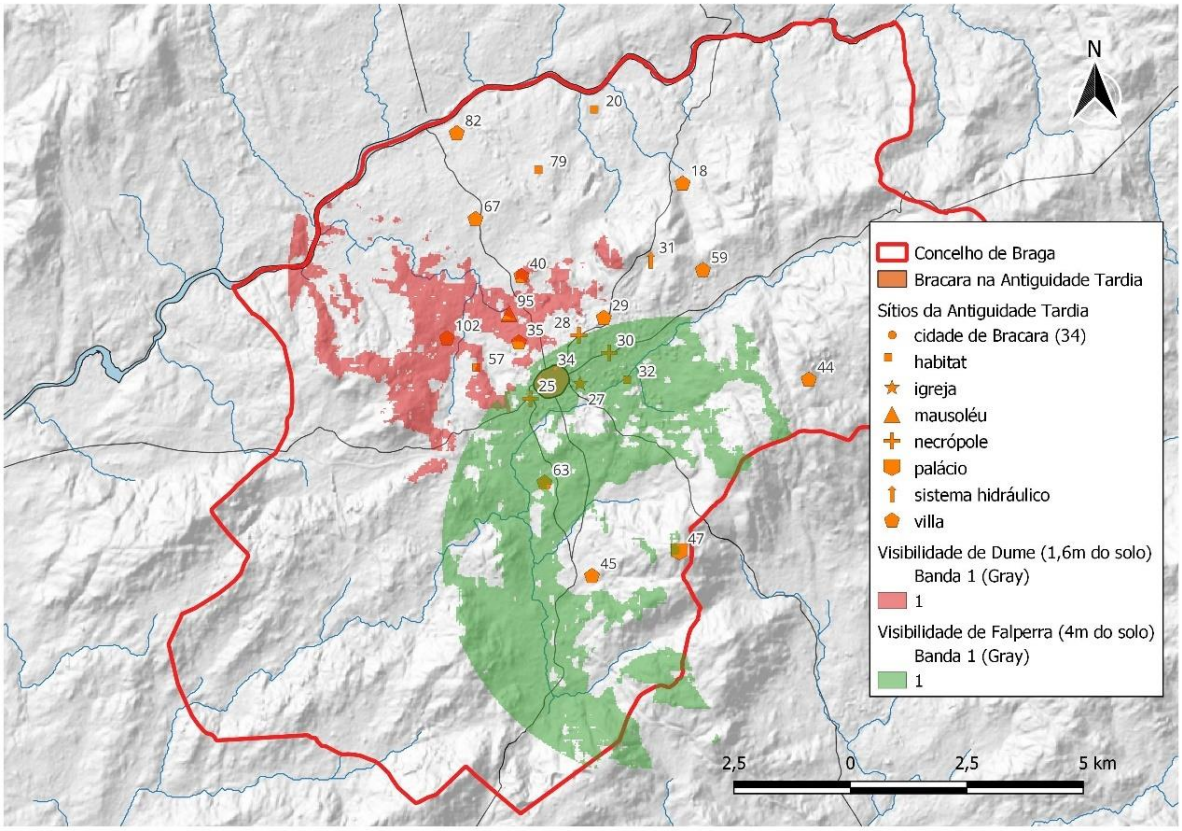


Figura 85 - Visibilidades (5K) de Dume [40] e Santa Marta da Falperra [47]. ©Francisco Andrade

1.1.2.2. Povoamento e acessibilidade: a organização dos sítios

A estruturação territorial de uma região, de forma consciente e planeada ou de forma mais orgânica, tem um modelo organizativo que subjaz à disposição dos diversos indícios de povoamento. Se é verdade que o povoamento do território da região bracarense no período romano não pode nunca ser dissociado dos acontecimentos políticos e sociais associados ao domínio romano, que se estabelece na região a partir de 19 a.C. e decorre até inícios do século IV com a fixação dos povos germânicos no ocidente do Império Romano, não será menos verdade que uma parte considerável da organização e características daquele território em época tardo antiga tiveram por base uma matriz organizativa planeada de inspiração romana. A malha centuriada de organização do território imediato da cidade romana, identificada por Helena Carvalho (2008) constitui um exemplo desse planeamento, o mesmo acontecendo com as vias que cruzavam o território e ligavam a cidade capital do convento jurídico bracaraugustano a outras cidades da Hispânia romana, assegurando também a articulação das novas expressões de povoamento que se constituem no quadro da administração romana (Martins e Magalhães, 2023).

A compreensão dos diversos vestígios de povoamento em qualquer período histórico exige o conhecimento aprofundado da rede de caminhos que os interconectavam, tanto ao nível económico, quanto ao nível das sociabilidades. As relações que assim se constituíam entre as populações dos

diferentes aglomerados variam de região para região e possuem distintos raios de alcance nos diferentes períodos históricos. Para a região bracarense em análise neste trabalho, que compreende uma área relativamente circunscrita, as relações a analisar não terão um alcance muito alargado, na medida em que o objeto de estudo se circunscreve ao território mais próximo da cidade de Braga [34]. Assim, podemos afirmar que a base das conexões que existia nesta região na Antiguidade Tardia, constitui uma herança da rede viária romana construída entre a época de Augusto, com as vias XVI, XVII e XIX, reforçada na época flávia com a construção da via XVIII e a estruturação dos itinerários que asseguravam o funcionamento da via XX e de uma ligação a Augusta-Emerita, tendo sido progressivamente densificada com outras vias secundárias e terciárias que garantiam a articulação do território e das suas populações e a sua ligação à sede administrativa conventual (*Bracara Augusta*). Esta densa e articulada rede viária foi detalhadamente estudada por diversos autores, dos quais destacamos Lemos (2000; 2002) e Carvalho (2008).

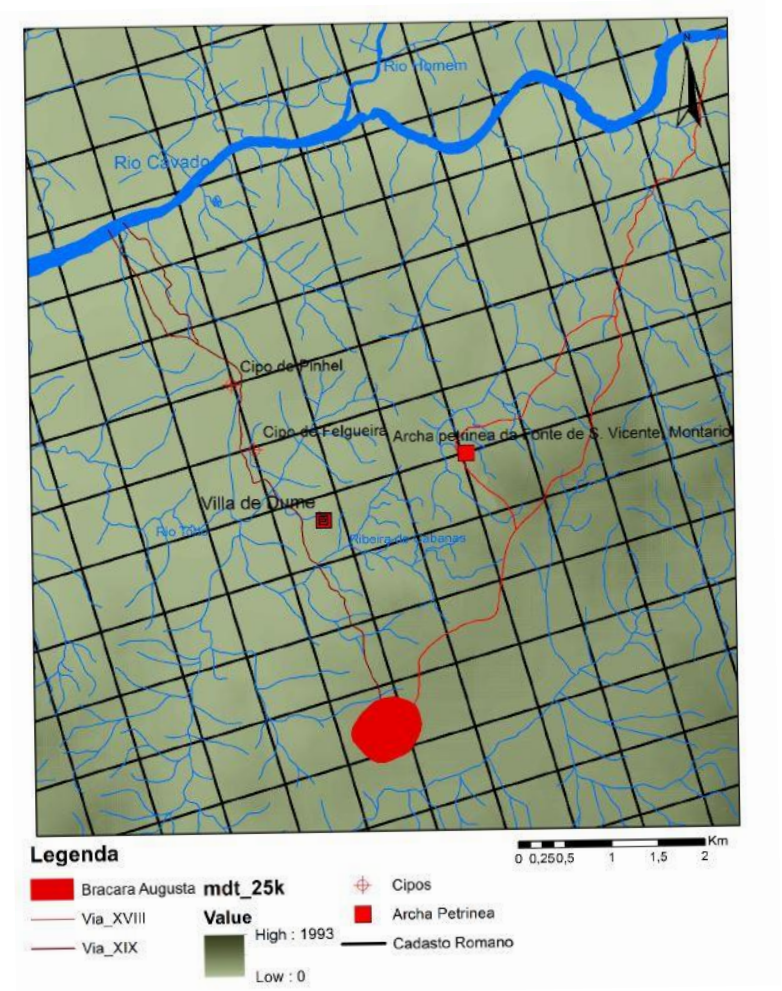


Figura 86 - Centuriação romana a norte de Braga, segundo Andrade (2015, fig. 19), adaptado de Carvalho (2008).

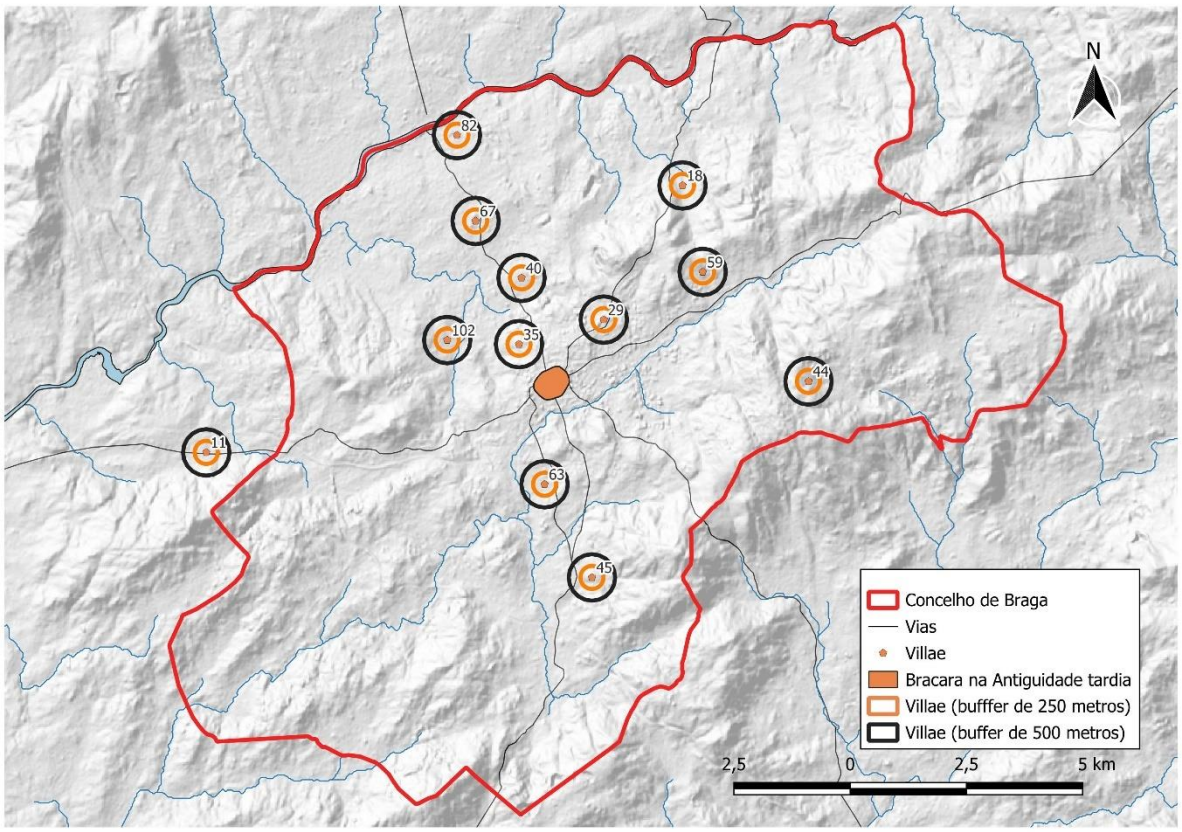


Figura 87 - Relação entre a cidade de Braga, a rede viária e as *villae*. ©Francisco Andrade

A análise do mapa que acima apresentamos, permite constatar a profusão de *villae* que se desenvolvem nas suas proximidades, sendo bem evidente a relação entre ambas. Do conjunto de onze *villae* identificadas para este período, na área de estudo, cinco encontram-se a duzentos e cinquenta metros ou menos de um dos eixos viários principais. Neste grupo, incluímos as *villae* de Martim [11], Adaúfe [18], de Infias [29], de Dume [40], de Lomar [63] e Pateira [67]. Por outro lado, essa proximidade parece mais evidente nos sítios que se dispunham a norte da cidade de *Bracara*.

A uma distância também bastante próxima das vias (cerca de quinhentos metros) estariam os sítios de Coturela [35], de Esporões [45] e de Pardelhas [82]. No entanto, não nos parece que essa diferenciação possa ter um expressivo significado, parecendo-nos antes uma característica proporcionada pelas especificidades do terreno nos distintos locais. Já os as outras três *villae* que se encontravam mais distantes das vias principais, apresentam posições distintas relativamente aos eixos viários. A *villa* de Gualtar [59], encontrar-se-ia a pouco mais de quinhentos metros do trajeto da via XVII, sendo a distância passível de ser vencida por caminho vicinal. A maior distância relativamente à via e relativamente aos demais sítios, não deverá ser demasiado valorizada, podendo a sua relação com o sistema viário considerar-se semelhante à dos restantes sítios. No caso de Santarão [102], a distância relativamente à via principal é bastante maior do que os sítios anteriormente considerados. Contudo,

uma análise da evolução do sistema viário permite-nos constatar que, no período medieval, este local seria servido por uma via que foi ganhando importância ao longo dos tempos, sendo possível que essa estrada tivesse a sua origem numa via secundária romana, que serviria aquela veiga e, mais concretamente, o sítio de Santarão [102]. Por sua vez, a *villa* de Espinho [44], é a que se encontra mais longe de uma via principal, sendo plausível que existisse um caminho vicinal, ou secundário que assegurasse a sua articulação com a *villa*. C. Almeida (1968, p. 194) refere a passagem pela portela de Espinho, em tempos medievais.

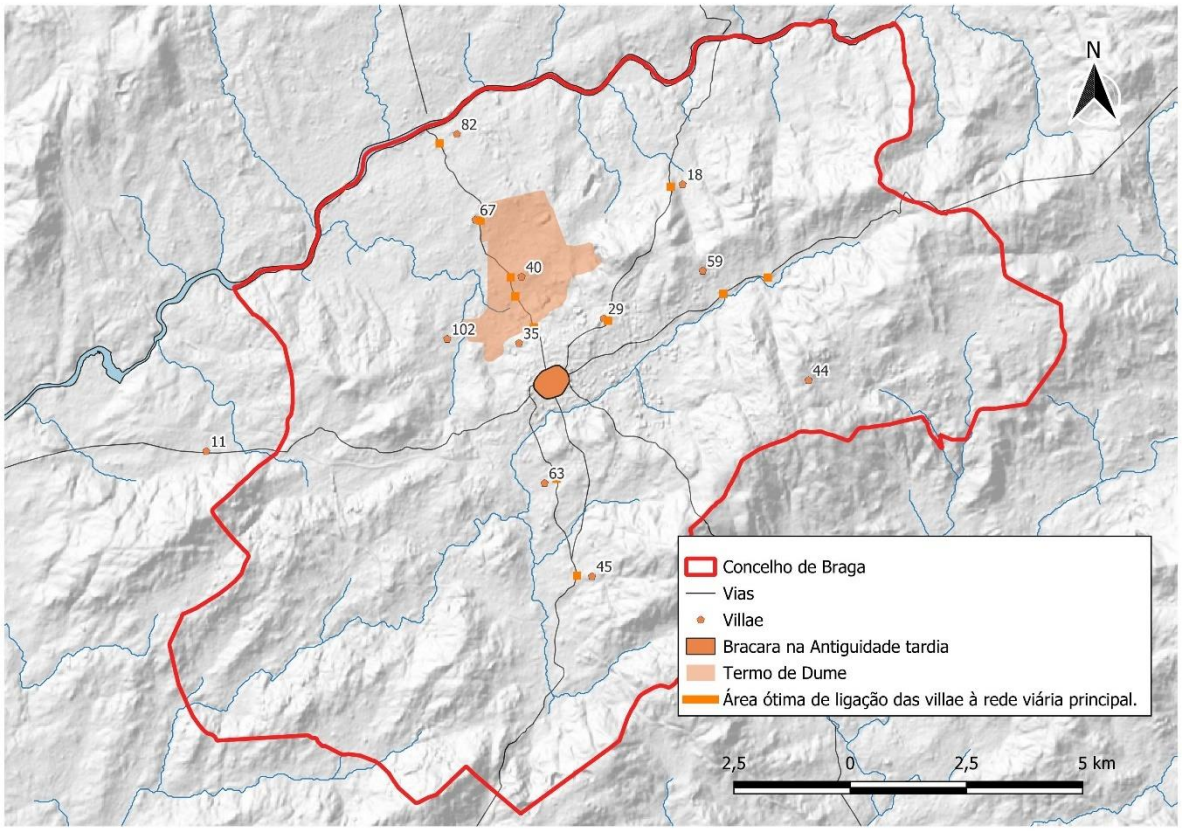


Figura 88 - Rede viária romana principal e zonas de ligação ideais para as *villae*. ©Francisco Andrade

No mapa que acima apresentamos é possível visualizar os sítios onde se efetuaria a ligação das *villae* romanas com o sistema viário. Na generalidade dos casos e dado que estariam bastante próximas das vias de comunicação, a conexão seria num local muito próximo das mesmas, como é possível ver na imagem.

No sítio de Santarão [102], o local apresentado perece-nos corroborar a hipótese avançada de que o caminho que teve relevância em época posterior, teria subjacente, de facto, um caminho secundário romano. No caso da ligação proposta para a *villa* de Espinho [44], consideramos que, para além da proposta que foi conseguida através da análise no Qgis, poderia ser considerada a hipótese de a ligação ser mais no sentido SE/NO, de forma a contornar a orografia do local. Em Martim [11], a ligação com a

via é praticamente imediata, o que terá seguramente contribuído para a sua classificação enquanto elemento de apoio ao sistema viário, por Helena Carvalho (2008, p. 267).

1.1.2.3. A hierarquia do povoamento

As evidências do povoamento da região de Braga, que pode ser associável à Antiguidade Tardia, são restritas e constituirão, seguramente, apenas uma parte de um universo que não terá chegado até à atualidade e/ou que, eventualmente, ainda estará para descobrir. Deste modo, a interpretação que podemos fazer dos dados está naturalmente condicionada, esperando-se que trabalhos arqueológicos futuros possam trazer um maior aprofundamento de algumas das interpretações que podemos avançar neste capítulo, à luz dos dados disponíveis.

Na aproximação à Braga tardo antiga, a importância da cidade, na organização de toda a área circundante, parece-nos incontornável. Efetivamente, é a partir da cidade que se desenvolvem todos os eixos urbanos que cruzam a área circundante, nas proximidades da qual, se identificaram vestígios sugestivos da existência de *villae,* que teriam tido a sua origem na época romana alto imperial, embora seja admitido que este tipo de estabelecimentos, maioritariamente ligados à exploração agropecuária, se tenha consolidado no século IV (Carvalho, 2008; Ribeiro, 2015). A cidade de Braga, nas suas sucessivas versões, romana, como *Bracara Augusta*, entre os séculos I-III e a época tardo antiga, como *Bracara*, entre os séculos IV-VII, foi claramente o centro administrativo, económico e social de maior importância na região, enquanto centro de decisão e poder com impacto direto no território dependente.

A análise dos restantes indicadores de povoamento, como *villae*, necrópoles, mosteiros, castros, está naturalmente condicionada pela fragilidade dos vestígios identificados, que por vezes deixam perceber a natureza dos sítios, não permitindo noutros avançar uma proposta tipológica segura para os mesmos, sendo certo que existem áreas do território em estudo que foram negligenciadas pela investigação arqueológica que se tem vindo a desenvolver, ao longo dos anos. Os únicos projetos de investigação arqueológica do território tiveram como objeto a Pré-História recente (Bettencourt, 1999), a Proto-História e a ocupação romana (Martins, 1990; Carvalho, 2008), não se tendo configurado um projeto integrador de estudo do mundo tardo antigo da região bracarense, apesar da importância assumida pelas escavações de Dume e pelos resultados obtidos (Fontes, 1991-1992). Por outro lado, o estudo das fontes documentais trouxe interessantes resultados para a compreensão do povoamento medieval da região bracarense (Costa, 1997), sem que o mesmo tenha sido objeto de um imprescindível esforço de cartografia histórica. Assim, a realidade do povoamento tardo antigo reduz-se maioritariamente a um conjunto de achados descontextualizados, sejam inscrições ou material arquitetónico, aos quais se procura atribuir um hipotético contexto integrador.

Tendo como ponto de partida, a importância que a historiografia tem vindo a atribuir às *villae* na estruturação da paisagem rural romana e com a consciência de que seguramente não constituiriam o único referente dessa paisagem, em concordância com o que é mencionado por autores como Carneiro (2011, p. 58), procurámos estabelecer uma análise da densidade dos sítios com cronologia tardo antiga e constatar se, de alguma forma, os dados obtidos poderiam ter algum tipo de significado, em particular no que respeita à sua relação com as *villae*.



Figura 89 - Análise de vizinhança de *villae* e sítios da Antiguidade Tardia, relacionados diretamente com a cidade de Braga. ©Francisco Andrade

Os resultados da análise que efetuámos permite-nos constatar que, os sítios que são considerados *villae*, correspondem a cerca de metade dos sítios identificados, face aos dados que dispomos atualmente. A distância identificada entre locais que podem ser enquadráveis nesta tipologia, sendo ligeiramente superior, não apresenta valores muito distintos dos gerais. O facto de as *villae* também estarem incluídas na lista geral de sítios, conjuntamente com o facto de a amostragem ser pequena, condiciona, em grande medida, os resultados obtidos. Consideramos também pertinente ressalvar que apenas foram tidos em conta os locais que apresentam indícios da Antiguidade Tardia, que não englobam todos os sítios da referida tipologia, que se conhecem para o território bracarense. Independentemente dos aspetos acima abordados, parece-nos evidente que as *villae* terão desempenhado um papel de grande relevo na estruturação da paisagem bracarense, constituindo os locais que ocupariam, face aos dados que presentemente dispomos, a posição mais relevante, a seguir à cidade de *Bracara*, na estruturação da paisagem tardo antiga.

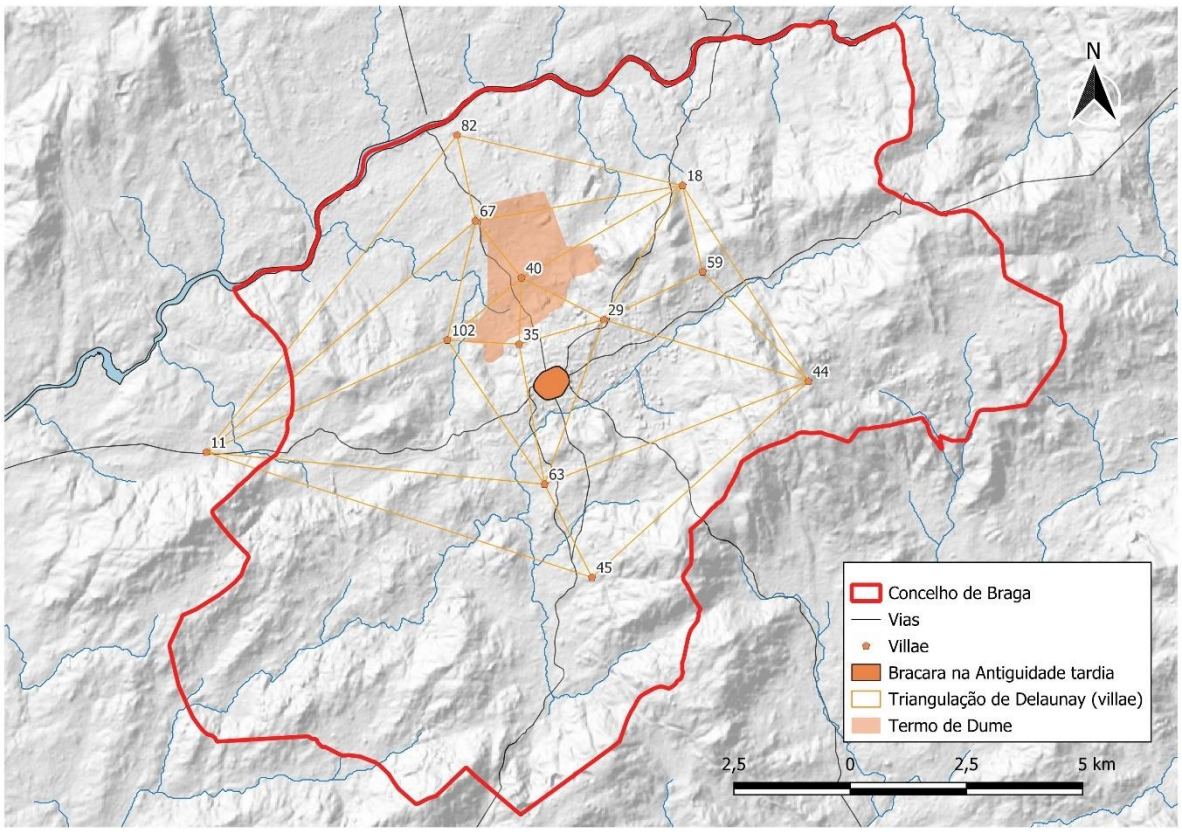


Figura 90 - Triangulação de Delaunay, aplicada às *villae* de Braga, na Antiguidade Tardia. ©Francisco Andrade

A disposição das *villae* no território não é uniforme, como pode ser constatado através da triangulação de Delaunay que apresentamos na figura anterior. Podemos constatar que não se observam especiais concentrações deste tipo de sítios, facto que se explica pelas características funcionais das *villae*, que exigiam que dispusessem de áreas capazes de constituir os seus domínios fundiários, ainda que eles não tivessem que assumir um carácter contínuo. Parece-nos notória uma maior prevalência de *villae* na zona a norte da cidade, onde se dispõe a extensa veiga do Cávado, caracterizada por terrenos mais planos que potenciavam melhores condições de exploração agrícola. Um aspeto importante evidenciado pela análise cartográfica associa-se ao facto da dispersão das *villae* conhecidas não abarcarem toda a área de estudo, sendo notória a sua ausência a nascente e a poente, um possível resultado de uma maior incidência de investigação na área mais próxima da cidade de Braga, mas também do papel polarizador da cidade na organização do povoamento na época romana, muito articulado com a rede viária, que contribuiu para densificar a ocupação rural no período tardo antigo. Ainda assim, consideramos pertinente referir que as condições topográficas mais favoráveis à instalação de *villae* situam-se nos locais em que as mesmas se implantaram. Uma das áreas com potencialidades para a instalação de *villae* situa-se a poente da nossa área de estudo, onde esse tipo de sítios é praticamente

desconhecido, à exceção de Martim [11], apresenta uma relação menos evidente com a urbe bracarense e as demais *villae*.

A seguir às *villae*, as necrópoles são a tipologia que mais foi identificada no registo arqueológico deste período. Se excluirmos o sítio de Dume [40] que foi escavado e permitiu a identificação, para além da *villa*, de uma necrópole que lhe estava associada e posteriormente ao mosteiro, foi possível identificar quatro sítios, desta tipologia associados a núcleos autónomos da cidade de *Bracara*.

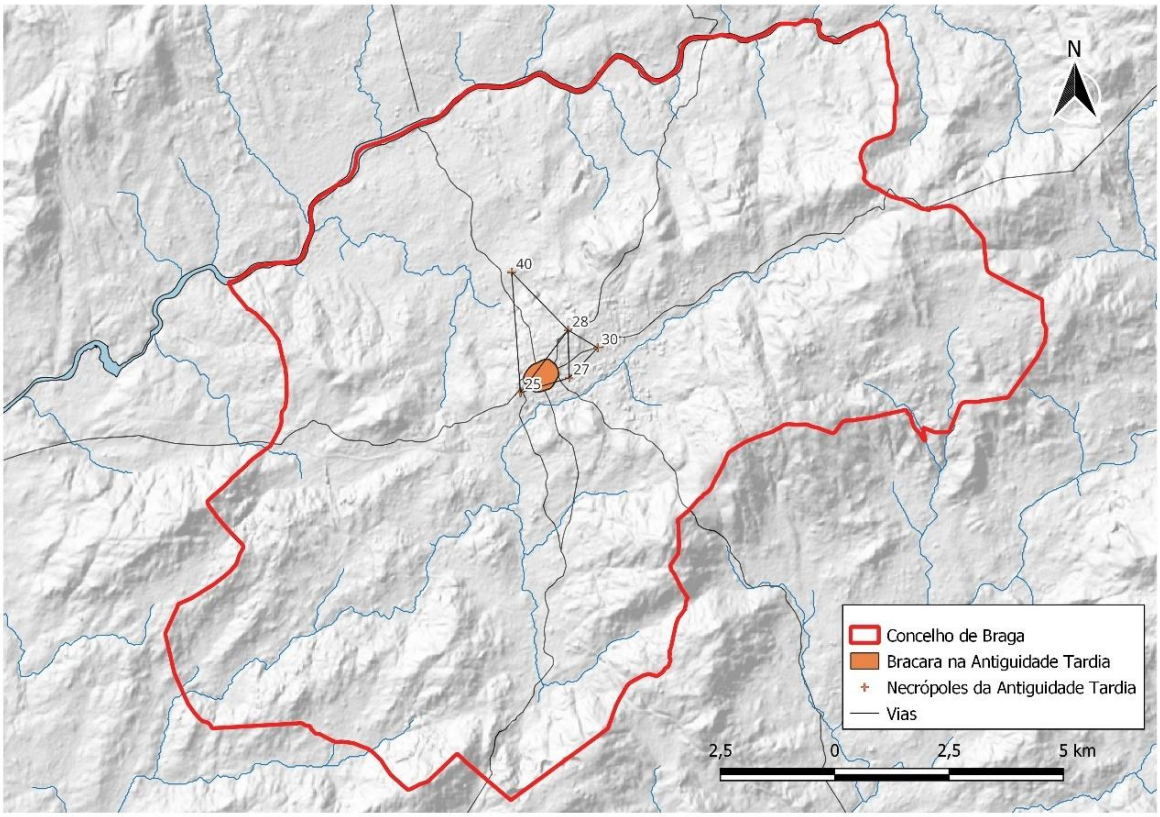


Figura 91 - Triangulação de *Delaunay*, aplicada às necrópoles de Braga, na Antiguidade Tardia. ©Francisco Andrade

A análise da figura anterior permite identificar claramente uma concentração de necrópoles nas proximidades da cidade de Braga, junto às vias de comunicação que atravessavam o território, uma herança da organização romana, que excluía os mortos do espaço dos vivos. Mas, alguns dos núcleos de necrópoles suburbanas de Braga, podem ter-se desenvolvido por efeito da cristianização do espaço, que se materializa a partir do século IV e que contemplou a prática de *tumulatio ad sanctus*. Esta prática desenvolve-se a partir do Édito de Constantino de 313, e contempla a construção de templos sobre restos mortais de santos, ou personagens martirizados. Ao ser inumado, em 337, na basílica dos Santos Apóstolos de Constantinopla, Constantino dá início a outra prática funerária cristã, a *tumulatio apud ecclesia* (Ruiz Bueno, 2013, pp. 187-204). Infelizmente, o insuficiente conhecimento dos núcleos

funerários suburbanos de *Bracara*, não permite correlacionar com total segurança as sepulturas tardo antigas com presumíveis basílicas martiriais, elas próprias, progressivamente objeto de práticas de tumulação no seu interior, tendo sido os sítios que consideramos passíveis de ser enquadráveis nesta tipologia mencionados nos capítulos anteriores.

A necrópole que foi escavada em Dume [40] corresponde a um núcleo funerário cristão, associado à basílica e ao mosteiro que aí se implantaram.

Alguns dos restantes sítios inventariados, associados à Antiguidade Tardia, parecem ser dependentes de *villae* ou de mosteiros, como poderá ser o caso do mausoléu de S. Frutuoso [95], edifício funerário *sui generis*, que data do século VII e se associa ao especial protagonismo de S. Frutuoso, bispo de Braga e de Dume. Outros poderão eventualmente constituir elementos indiciadores de uma matriz de povoamento ancestral, como é a ocupação dos montes, que caracterizou a região no período proto-histórico, cuja melhor evidência está representada pelo conjunto palatino instalado no povoado de Santa Marta das Cortiças [47], que revela a grande importância deste relevo perfeitamente dominante do território bracarense, antes da ocupação romana, mas também durante a ocupação sueva (Barroca *et al.*, 2018, pp. 129-148).

Não conhecemos com segurança a ocupação de mais locais para este período, contudo, dada a função que consideramos que o espaço teria, tal como já referimos anteriormente, para uma área relativamente restrita como é a área em estudo, consideramos que poderia existir tão próximo de Braga apenas este local, com essas características.

2. O povoamento na Alta Idade Média na região bracarense

2.1. Os testemunhos, os sítios e o seu significado

2.1.1. Os sítios

O conhecimento que possuímos acerca da região bracarense na Alta Idade Média é proveniente do cruzamento dos dados arqueológicos, disponíveis em inventários e catálogos, bem como de informações disponibilizadas pelas fontes documentais relativas à região. O censual de finais do século XI constitui a principal base documental para o período em análise, continuando a ser utilizada para compreender as dinâmicas evolutivas do povoamento da região bracarense, apesar de não referir diversas entidades, como acontece com as fortificações. Por isso, o nosso inventário contemplou também os dados arqueológicos e arquitetónicos disponíveis. O cruzamento dessa informação permitiu identificar um total de trinta e três sítios, que apesar das assimetrias dos dados, permitem uma aproximação ao povoamento da região, refletida na cartografia.

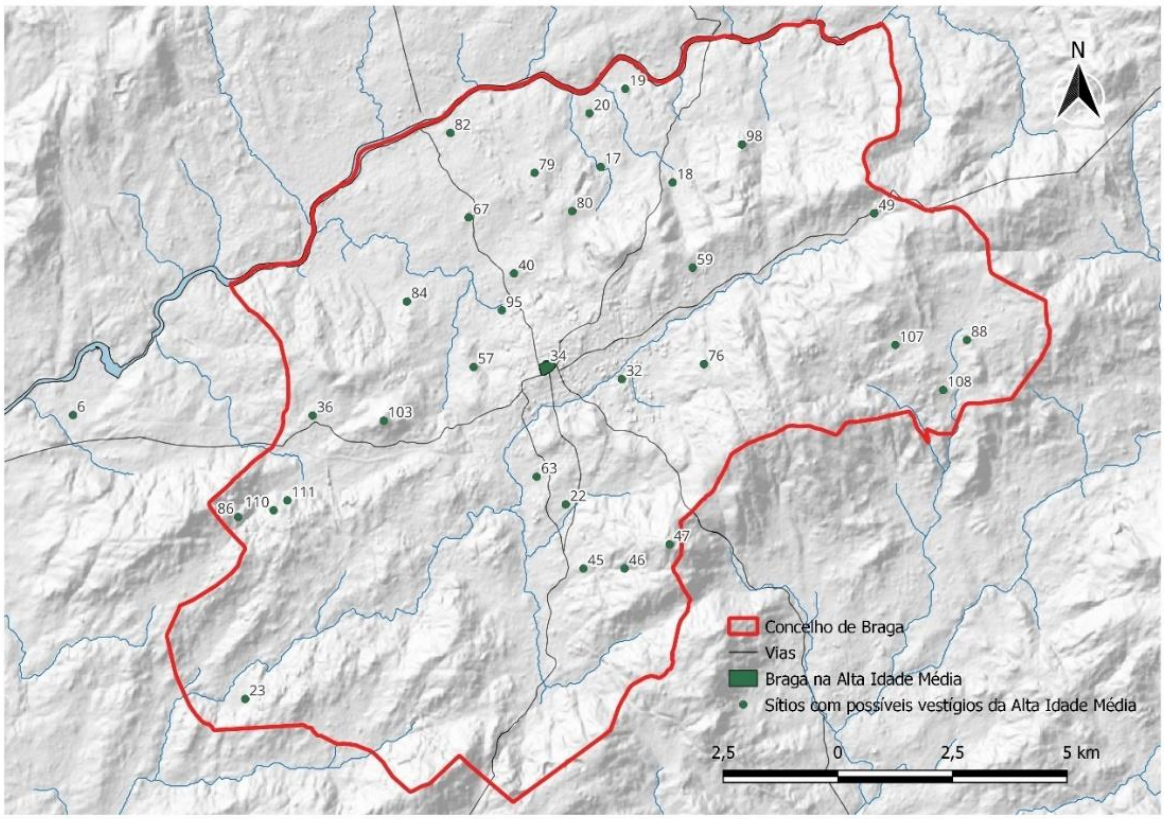


Figura 92 - Sítios arqueológicos que poderão ser associáveis à Alta Idade Média. ©Francisco Andrade

O panorama que é apresentado pela análise do censual de finais do século XI, fornece um panorama que, para a Terra de *Bracara* e para as paróquias da Terra de *Lagenoso* que fazem parte do atual concelho de Bracara, chega aos noventa e dois sítios, bem mais do que o dobro dos que foram apresentados tendo em consideração a primeira análise. Os dados cartografados tiveram como principal

método de elaboração de mapas, o cruzamento dos dados toponímicos presentes no documento, com a toponímia atual. É ainda de assinalar que, nos dados deste documento, a omissão de diversas entidades, como por exemplo fortificações, aumenta ainda mais a discrepância de informação. O significado que cremos que esse tipo de discrepâncias poderá ter, aquando da proposta de interpretação apresentada.

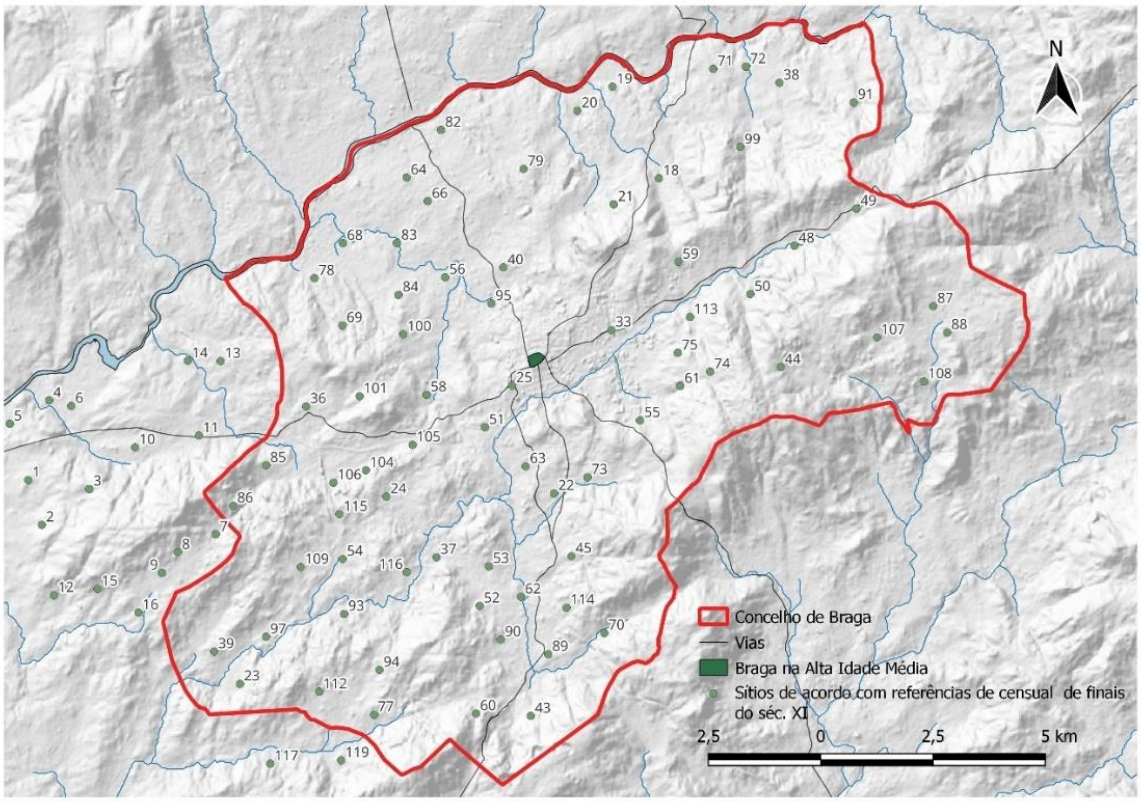


Figura 93 - Distribuição de sítios na região de Braga, segundo os dados fornecidos pelo censual de finais do século XI. ©Francisco Andrade

2.1.1.1. A cidade de Braga

Os escassos dados arqueológicos que se conhecem da cidade de Braga [34], para este período, foram fornecidos por diversas intervenções efetuadas nos mais de quarenta anos de projeto de Arqueologia Urbana levado a cabo na cidade de Braga desde 1976, tendo sido alvo de diversas publicações e presentes em algumas sínteses como por exemplo em Fontes *et al.* (2010), Ribeiro (2008), Fontes e Andrade (2018) e Andrade e Fontes (2020).

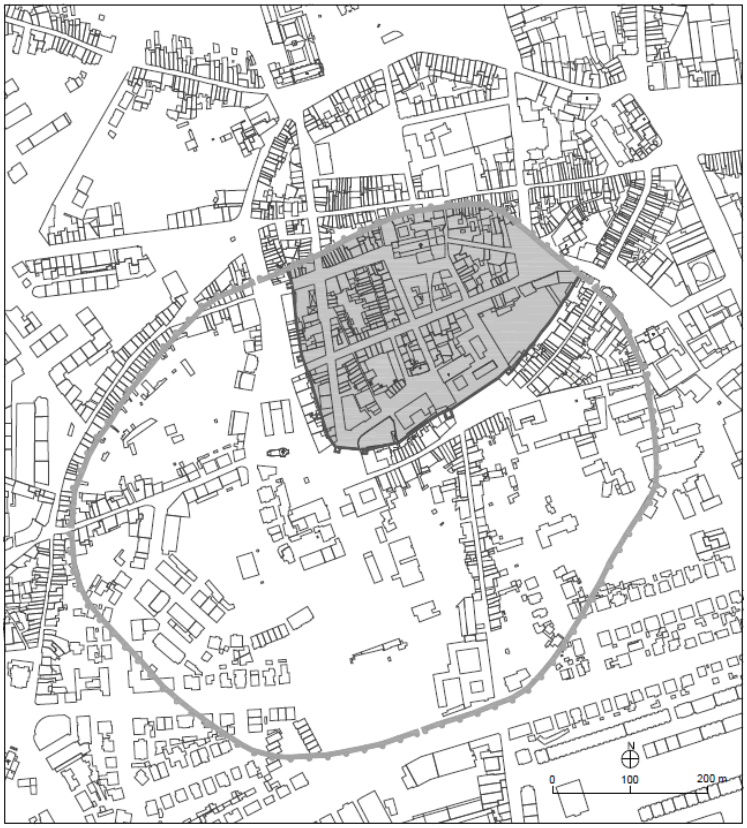


Figura 94 - Proposta de área intramuros de Braga na Alta Idade Média, segundo Ribeiro (2008). A área da cidade a sombreado, corresponde à zona possivelmente ocupada neste período.

O principal elemento e característica que, à luz dos dados atuais, parece sobressair do urbanismo da cidade é a considerável redução da área da anterior cidade, acantonada no quadrante nordeste da cidade tardo antiga, polarizada pelo complexo episcopal, delimitada a norte e nascente pela muralha romano tardia e a sul e poente por uma cerca que terá sido erguida entre os séculos VIII/IX (Ribeiro, 2008, p. 317). Assim, o espaço urbano de Braga, ter-se-á restringido a uma área inferior a quinze hectares (Ribeiro *et al.*, 2018, p. 353), que constituirá o ponto de partida para os desenvolvimentos que a cidade conhecerá a partir do século XIII. Esta brutal redução do perímetro urbano deveu-se à desarticulação decorrente das incursões muçulmanas e dificuldades de defesa e domínio efetivo por parte dos reinos cristãos do norte.

Para além da redução do perímetro urbano, a cidade sofreu modificações na sua estrutura viária e na organização dos quarteirões, resultantes da progressiva desarticulação de alguns dos tradicionais eixos viários que caracterizaram a cidade romana e tardo antiga, que faz emergir lotes de morfologia retangular ocupados por construções dispostas ao longo de novos e emergentes eixos viários (Martins e Ribeiro 2013; Martins *et al.*, 2016). Estão ainda em aberto algumas das características da ocupação da cidade neste período, sendo a morfologia dos novos quarteirões um aspeto ainda em análise, pois só se conhecem, com segurança, os quarteirões romanos, recuperados pelas escavações e os tardo medievais e modernos que se encontram representados no Mapa de *Georg Braun* de 1594 (Ribeiro, 2008, p. 311).

Um outro aspeto importante a reter, para este período é o facto de que a sede episcopal, de fundação tardo antiga, (Gaspar, 1985, pp. 440-441) fica incluída no núcleo amuralhado da Alta Idade Média, de dimensão mais reduzida. A área da catedral torna-se um elemento com outro relevo no quadro do tecido urbano (Ribeiro, 2008, p. 319; Fontes e Andrade, 2018, p. 55), sendo o elemento que nos períodos subsequentes será um elemento norteador e organizador do espaço urbano. Não obstante, o facto de ao nível da arquitetura e da organização interna, alguns dos dados não serem de fácil interpretação, coloca-nos algumas reservas na interpretação da importância destes elementos no período que antecede a refundação diocesana nos finais do século XI. Certa é a circunscrição da ocupação na zona noroeste, pelo menos desde o período que sucede à presúria do território (Fontes e Andrade, 2018).

2.1.1.2. Os conjuntos monásticos

A temática dos conjuntos monásticos alto medievais da região bracarense tem sido um aspeto bastante debatido pela historiografia. Assim, sabemos que os dois conjuntos monásticos de fundação tardo antiga parecem ter deixado de ser mosteiros, algures durante a Alta Idade Média. Na verdade, as fontes documentais referem a deslocação da comunidade monástica de Dume para o mosteiro de S. Martinho de *Mondoñedo*, mosteiro do qual terá ficado dependente o domínio dumiense.



Figura 95 - Localização de Dume e *Mondoñedo*. (Elaborado por Francisco Andrade com base no google maps, fotografia de S. Martinho de *Mondoñedo* ©Francisco Andrade; fotografia de Dume ©Luís Fontes)

As fontes documentais referem que o bispo Sabarico terá abandonado o mosteiro de Dume por volta de 866-67 (Fontes, 2006, p. 15; Baliñas Pérez e González Paz, 2008, p. 46). No entanto, a necessidade de delimitar e confirmar os limites da antiga diocese e do termo monástico, no século IX, poderá pressupor que o local não terá deixado de estar ocupado, na medida em que se mantiveram na região indivíduos que tinham o conhecimento *in loco* dos limites antigos, havendo necessidade da comunidade terratenente tomar posse dos seus domínios. Contudo, a manutenção de uma comunidade no local até ao momento em que se inicia a reordenação do território, parece em contraciclo, fazendo mais sentido que essa delimitação e confirmação de domínios fosse condizente com uma política de reordenamento do território, no sentido N/S.

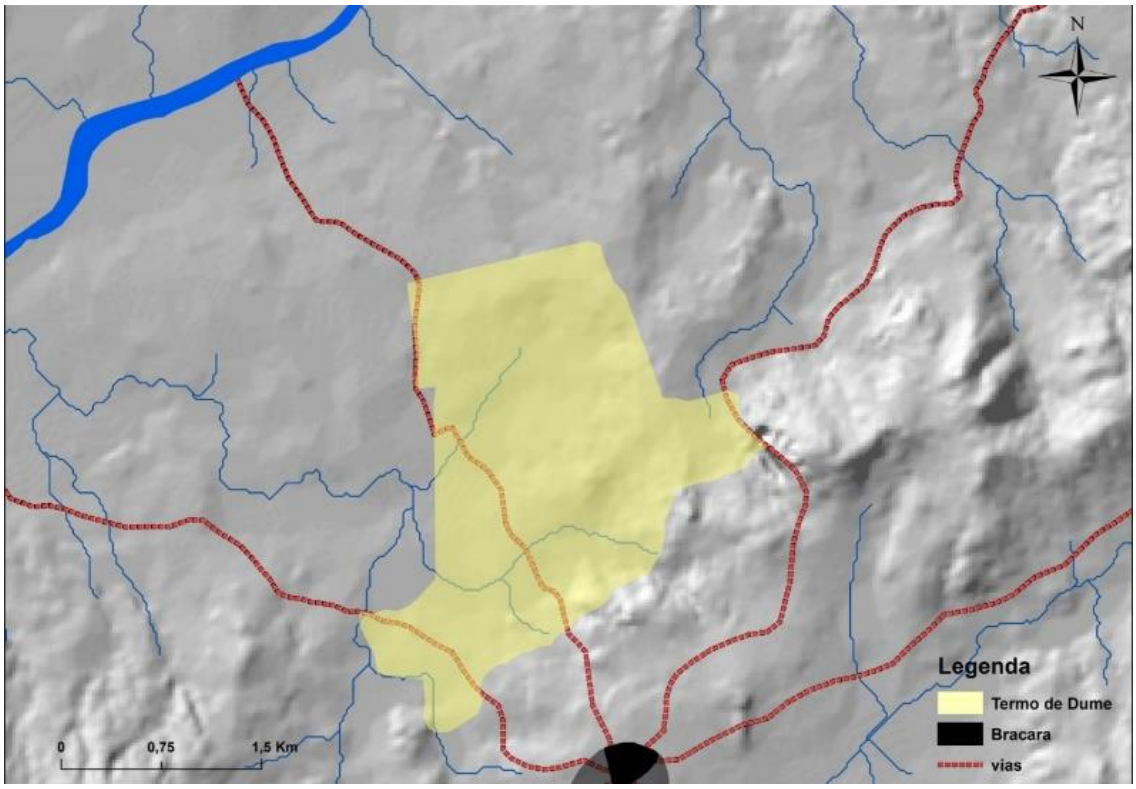


Figura 96 - Confirmação de 911, de acordo com a análise de *L.F.* (doc. 19). ©Francisco Andrade

A análise detalhada dos dados, efetuada em Andrade (2015, pp. 76- 93) levou-nos a considerar que a delimitação do termo de Dume, realizada em 911, de acordo com o documento 19 do *Liber Fidei*, terá sido efetuada, norteada por elementos bem definidos na paisagem, seguindo uma lógica que se iniciou a sul, na área que delimita a cidade de Braga, seguindo por nascente, norte e oeste até à zona em que iniciava o percurso de delimitação. O documento em questão, forneceu um manancial de dados incomum para este período histórico, pelos dados que dispomos acerca do termo em si, bem como das zonas que confrontam com o objeto de análise. Efetivamente, para o trabalho que estamos a desenvolver, estas referências toponímicas são fundamentais, contudo, a abrangência é limitada no âmbito da área em estudo. A interpretação dos dados deverá ser efetuada cruzando com os termos de Braga de período similar. Dos dados que se podem extrair deste documento, podemos destacar o facto de, na zona a sul a delimitação do termo, ser efetuada tendo como referência os montes que ponteiam a zona norte da cidade de Braga (Andrade, 2015, p. 79). Na área mais a sul, mais plana, a delimitação do termo parece ter privilegiado limites artificiais ou vias de comunicação. O estudo do referido documento permitiu ainda a identificação de diversos topónimos e indícios de povoamento identificáveis na paisagem e que possibilitaram a identificação de um povoamento estruturado.

Os vestígios arqueológicos, disponíveis até ao momento, não permitem a identificação de indícios que possam ser associados à ocupação de um conjunto monástico em Dume, neste período, havendo,

contudo, indícios ao nível da cerâmica (Martínez Peñin, Fontes e Andrade, 2018, pp. 210-224), que permitem concluir que efetivamente houve, de alguma forma, a ocupação do espaço, em concordância com os dados documentais, como será referido no capítulo relativo às paróquias da Alta Idade Média.

O mosteiro de S. Salvador de Montélios [95], que poderá ter sido fundado na Antiguidade Tardia, deverá ter conhecido uma continuidade de ocupação neste período. Os poucos vestígios murários conhecidos situam-se na plataforma a norte do convento de S. Francisco, datados entre os séculos IV-VI[14], numa área a uma cota inferior ao mausoléu, e são passíveis de ter continuado a ser ocupados. No entanto, as evidências arqueológicas que possam confirmar a ocupação alto medieval são bastante escassas, sobretudo se tivermos em consideração os resultados das diversas intervenções arqueológicas que têm sido realizadas no convento de S. Francisco, desde 2015, onde o mausoléu de S. Frutuoso se encontra incorporado. A melhor interpretação desta questão poderá beneficiar dos trabalhos ainda em curso, bem como das análises por OSL das argamassas dos muros[15], que permitirão a afinação de algumas datações que certamente proporcionarão um conhecimento mais detalhado da evolução arquitetónica do convento e do mausoléu.

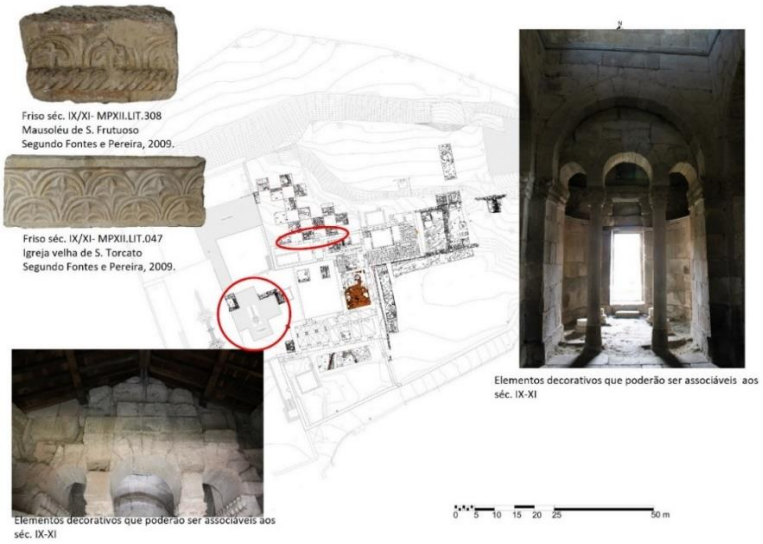


Figura 97 - Elementos arquitetónicos *in sito* da capela de S. Frutuoso de Montélios [95]. Localização de estrutura que poderia pertencer ao mosteiro e localização de mausoléu (círculos a vermelho), elemento proveniente de S. Frutuoso da coleção do Museu Pio XII (nº 308) e elemento proveniente de S. Torcato, que apresenta semelhanças estilísticas e se poderá enquadrar no mesmo período, também pertencente à mesma coleção (nº 47). Elementos arquitetónicos (Fontes e Pereira 2009, vol I, pp. 38, 63). ©Manuel Pitães

Assim, as principais referências ao mosteiro de S. Frutuoso continuam a ser essencialmente documentais e datáveis de finais do século IX, no âmbito da doação de S. Frutuoso ao bispo de

[14] Segundo informação de Jorge Sanjurjo Sánchez, Instituto Isidro Parga Rondal, Universidade da Corunha.
[15] Resultado preliminar dos séculos IV-VI.

Compostela (Costa, 2000, p. 101). Se assumirmos que a manutenção de uma ocupação por parte de uma comunidade monástica em S. Frutuoso, poderá associar-se à presença local das relíquias de S. Frutuoso, a verdade é que na confirmação de 911, já não se identifica a referência ao mosteiro de S. Frutuoso sendo referida como "*ecclesia vocabuli sancti Fructuosi quod dicunt Montelios*".

Contudo, no interior do mausoléu de S. Frutuoso existem alguns elementos decorativos, designadamente ao nível das arcaturas interiores e dos capitéis, que poderão associar-se a este período. Filomena Limão (2010, p. 344), considera que os capitéis podem corresponder, ou aos finais do século IX, inícios do X, quando a região estaria já integrada nos domínios cristãos, ou aos finais de século X, correspondendo a uma reconstrução após a razia de Almansor. A autora considera que essa reconstrução poderia estar relacionada com a origem do culto de S. Frutuoso, que surge no século XI. Se assim for, é provável que já não estivesse ativo o conjunto monástico, na medida em que não lhe é feita qualquer menção como mosteiro no âmbito do censual de finais do século XI.



Figura 98 - Leitura de paramentos do interior sul do mausoléu de S. Frutuoso, com indicação de séculos. ©UAUM/Francisco Andrade

Face às evidências de diversos elementos arquitetónicos enquadráveis neste período, Manuel Real (1995, p. 44) e Paulo Fernandes (2009, pp. 247-249) consideram que o local conheceu ocupação na

Alta Idade Média, sabendo-se que o local parece ter estado na dependência de Santiago de Compostela até finais do século XI.

Os principais conjuntos monásticos da região bracarense, cujas referências documentais estão associadas à fase mais tardia do período alto medieval, de acordo com Costa (1997) são: [11] Santa Maria de Martim (1018), [59] S. Miguel de Gualtar (1032-1043), [78] Santa Maria de Palmeira (c. 1053), [4] S. Salvador de Vilar de Frades (c. 1059), [23] Arentim (1068), [69] S. Martinho de Tibães (*c.* 1077), [52] S. Salvador de Figueiredo (1085-1089), [63] S. Pedro de Lomar (c. 1088), [18] S. Salvador de Adaúfe (c. 1088), [116] Santa Maria de Vimieiro (c. 1085-1089).

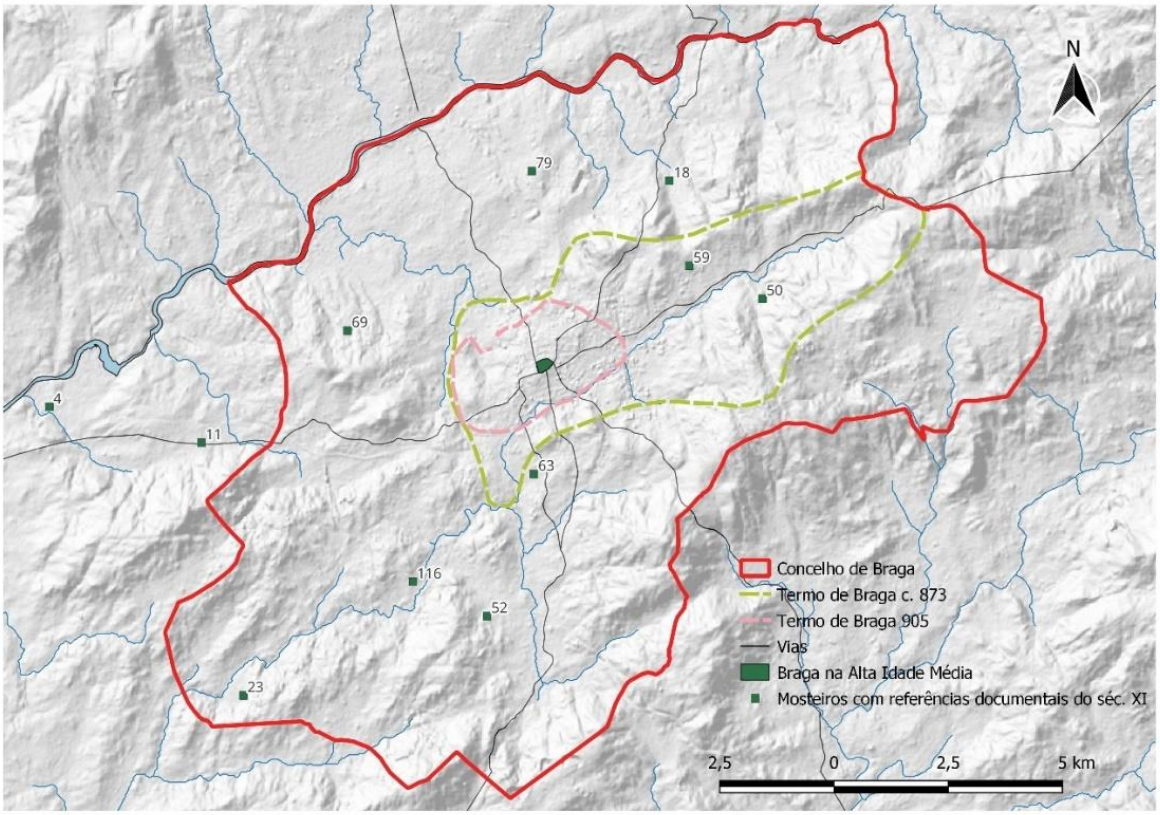
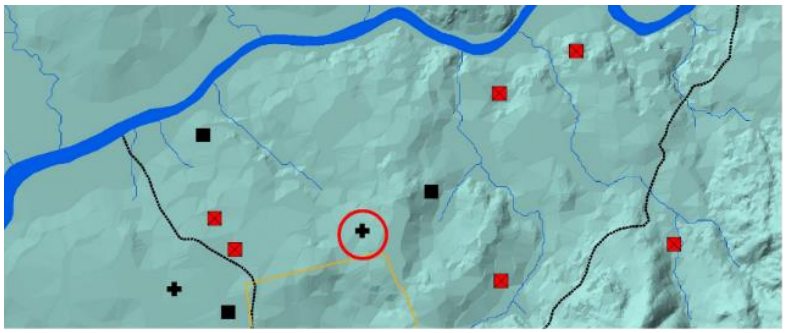


Figura 99 - Termos de Braga dos séculos IX-X e mosteiros com dados documentais associáveis ao século XI. ©Francisco Andrade

Os vestígios que restam destes mosteiros são bastante reduzidos e o conhecimento que dispomos deles, à exceção de sítios como S. Martinho de Tibães [69] ou Vilar de Frades [4], que conheceram diversas campanhas de escavações, resumem-se a alguns elementos arquitetónicos associados a referências documentais, nem sempre todas elas com o mesmo grau de detalhe. Ressalvam-se ainda os casos como o de Lomar [63] e Gualtar [59], cujo edificado ainda apresenta partes da fábrica medieval de período mais tardio. Dos mosteiros que acima referimos, a maior parte localizam-se fora dos dois termos que precedem o século XI, ficando apenas incluídos no termo mais abrangente de 873, os mosteiros de Gualtar [59] e o de S. Pedro de Este [50].

Os mosteiros encontram-se principalmente na faixa a norte da cidade de Braga, mais próxima ao rio Cávado e na zona a sudoeste da cidade. Do mosteiro de Santa Maria de Martim [11], possuímos poucos dados, apenas a referência documental, do doc. 68 do *Liber Fidei* (Costa, 1965, p. 92). O mosteiro de S. Miguel de Gualtar [59], parece ter sido fundado no local próximo onde se localizava a *villa* referenciada no capítulo anterior, não estando ainda totalmente esclarecida a relação exata entre ambos, parecendo efetivamente haver uma relação de grande proximidade espacial. Parte da antiga igreja ainda apresenta, na sua maioria, feição românica.

O mosteiro de Santa Maria de Palmeira [79], localizava-se bastante próximo do termo de Dume, delimitado em 911. A avaliar pelos dados do povoamento tardo antigo, poderá admitir-se que não resulta de um reaproveitamento de uma *villa* romana, a qual se localizaria no outeiro de S. Sebastião (Martins, 1990, p. 84; Carvalho 2019, p. 45). Tudo indica que a comunidade monástica possa ter sido implantada na Antiguidade Tardia, tendo por base alguns vestígios arquitetónicos, não sendo, contudo, os dados muito seguros. As referências documentais e os elementos arquitetónicos disponíveis apenas permitem assumir que a comunidade monástica medieval não terá conhecido uma longa continuidade.





Capitel séc. IX/XI- MPXII.LIT.155
Proximidades da antiga igreja paroquial.
Segundo Fontes e Pereira, 2009.

Figura 100 - Localização do mosteiro de Palmeira (círculo a vermelho), com posição relativa a preexistência romana (*villae*, quadrado negro; sítios indeterminados, quadrado vermelho; necrópoles?, cruz). ©Francisco Andrade (capitel ©Manuel Pitães)

O mosteiro de S. Salvador de Vilar de Frades [4] tem associados a si elementos de feição românica, um dos quais está depositado no Museu Pio XII (Fontes e Pereira, 2009, vol. II, p. 17). O espaço construído do mosteiro, estudado por António Pereira (2020), não parece evidenciar vestígios associáveis a esse período. A coleção do Museu Pio XII, tem como provenientes da igreja de S. João Batista de Vilar [6], três elementos arquitetónicos de feição pré-românica (Fontes e Pereira, 2009, vol. I, pp. 71-73). Dada a proximidade de S. João de Areias [4] do convento de Vilar de Frades, não seria de descurar a hipótese de poderem ser originalmente do conjunto monástico. A possibilidade de ser em S. João de Areias [4] a localização original do mosteiro, parece estar descartada pela referência à entidade *Sancto Johane de Arenas*, distinta da entidade de *illo monasterio*. Apesar de alguma escassez de dados de época

alto medieval, a existência de vários locais ocupados, afigura-se de elevada probabilidade. Efetivamente, parece-nos bastante seguro que, independentemente da sua localização exata, a zona que posteriormente foi ocupada pelo convento de Vilar de Frades [4] terá conhecido algum tipo de ocupação neste período, muito provavelmente um espaço cenobítico, cuja complexidade de organização ainda não é totalmente clara.



Ajimez séc. IX/XI- MPXII.LIT.599
Proximidades da antiga S. João de Areias.
Segundo Fontes e Pereira, 2009.



Placa séc. IX/XI- MPXII.LIT.598
Proximidades da antiga S. João de Areias.
Segundo Fontes e Pereira, 2009.



Cancela séc. IX/XI- MPXII.LIT.597
Proximidades da antiga S. João de Areias.
Segundo Fontes e Pereira, 2009.



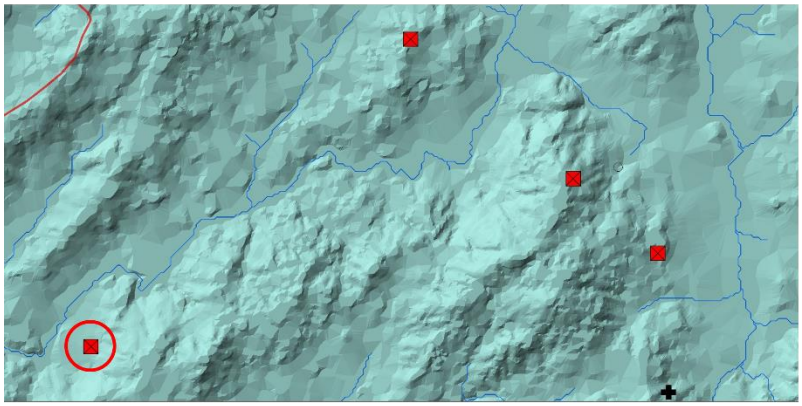
Imposta séc. XI/XIII- MPXII.LIT.251
Convento de Vilar de Frades
Segundo Fontes e Pereira, 2009.

Figura 101 - Elementos provenientes de S. João de Areias e convento de Vilar de Frades (Fontes e Pereira 2009, vol I, pp. 71-73; vol. II, p. 17). ©Manuel Pitães.

O mosteiro de Arentim [23], parece estar associado a elementos arquitetónicos pré-românicos estudados por M. Real (2006), sendo de destacar os modilhões de rolos, que parecem ter influências de origem galaico-asturiana. No local da antiga igreja, de onde são provenientes os elementos de material de construção, parece haver indícios da presença de algum tipo de assentamento anterior, sem que seja possível, com clareza, estabelecer qualquer tipo de enquadramento tipológico.

Os fragmentos de material de construção foram identificados numa zona de pendente bastante suave, que tivemos a oportunidade de visitar, que atualmente é agricultada. Tal como em outros locais, a inexistência de intervenções arqueológicas, dificulta a interpretação dos dados, não sendo possível a correlação com os vestígios anteriores e a obtenção de dados mais concretos da adaptação do local a mosteiro, ou ainda o contexto mais específico da sua fundação, designadamente os contornos

subjacentes à escolha do local para o cenóbio que, muito provavelmente, foi ocupado anteriormente ao período alto medievo.





Elementos arquitetónicos identificados nas proximidades da igreja velha de Arentim, de influência galaico-asturiana.
Segundo Real, 2006.

Figura 102 - Localização do mosteiro de Arentim [23], sendo o círculo vermelho representativo de possível sítio indeterminado romano. ©Francisco Andrade (Elementos ©Manuel Real)

O mosteiro de S. Martinho de Tibães [69] é referido em documentos do século XI, sendo o mosteiro da zona de Braga, para o qual dispomos de mais dados, graças às diversas campanhas de escavação que nele foram realizadas, entre 1992 e 2005, cujos resultados foram compilados em Fontes (2005). Os resultados das escavações arqueológicas, como referiu L. Fontes (2005, p. 113), não permitiram a identificação de nenhuma estrutura que possa claramente ser associável ao edifício pré-românico. Contudo, a utilização de silhares reaproveitados no alicerce da edificação românica, induzem o autor a avançar com a possibilidade da existência de um templo pré-românico que utilizasse elementos romanos reaproveitados. Como já referimos no capítulo anterior, alguns dos elementos reaproveitados poderiam ter tido proveniência de sítios arqueológicos romanos próximos como, por exemplo, a *villa* de Santarão [102]. Contudo, a existência de uma igreja de feição pré-românica não nos parece uma impossibilidade, pese embora a não identificação, até ao momento, de elementos arquitetónicos associáveis a este período em edificações posteriores, como aconteceu, por exemplo, com alguns elementos de feição românica.

O mosteiro de S. Salvador de Figueiredo [52] tem, segundo A. Costa (1997, p. 364), a referência mais antiga conhecida, no censual de finais do século XI. Para além desta, as referências ao mosteiro

mais antigas que se conhecem, são do século XII (Costa, 2000, p. 78). No Museu Pio XII, está inventariada uma empena circular, genericamente balizada entre os séculos XI-XIII, o que é condizente com as primeiras datas documentais conhecidas. Os dados conhecidos até ao momento parecem confirmar a existência de um mosteiro neste local, contudo, os dados arqueológicos que se reportem especificamente à antiguidade da ocupação monástica, afiguram-se ainda algo incertos.

O mosteiro de S. Pedro de Lomar [63], localizava-se na zona da antiga igreja paroquial, onde ainda se pode ver uma igreja com traços de feição medieval, apresentando também elementos mais recentes[16]. A mais antiga referência documental que se conhece deste mosteiro data de 1088 (Costa, 1997, p. 365). Não conhecemos vestígios arquitetónicos que possam claramente ser associados a este período.

O mosteiro de S. Salvador de Adaúfe [18], localizar-se-ia na zona da atual igreja paroquial. A referência documental mais antiga que conhecemos é também de 1088 (Costa, 1997, p. 365). As evidências da existência de uma comunidade monástica neste local, em cronologias mais recuadas, são consideravelmente seguras, dadas as diversas referências documentais conhecidas e os diversos elementos arquitetónicos associados a este local.



Capitel séc. IX/XI - MPXII.LIT.198
Ruínas do Convento de Adaúfe.
Segundo Fontes e Pereira, 2009.



Capitel séc. IX/XI - MPXII.LIT.205
Ruínas do Convento de Adaúfe.
Segundo Fontes e Pereira, 2009.

Figura 103 - Capiteis provenientes do mosteiro de Adaúfe (segundo Fontes e Pereira, 2009, vol I, pp. 51-52). ©Manuel Pitães.

O mosteiro de S. Salvador de Vimieiro [116], tem como referência documental mais antiga o censual de finais do século XI, sendo a maioria das referências que se conhecem, de momento posterior. Não conhecemos mais vestígios que possam ser associáveis ao período alto medieval.

A generalidade dos mosteiros que conhecemos para esta fase, na região de estudo, propiciaram dados essencialmente da fase mais recente (século XI). Alguns encontram-se associados a elementos arquitetónicos enquadráveis nos séculos anteriores. A ausência de escavações arqueológicas nestes sítios, impossibilita o conhecimento detalhado de eventuais momentos de abandono e reocupação. Os dados relativos a Dume [40], o sítio mais bem conhecido para este período, serão analisados no

[16] http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=8022 (consultado em 02-02-2023, às 21h45m).

subcapítulo das paroquias alto medievais, na medida em que, o local, pelo menos na maior parte deste período, não parece ter conhecido uma ocupação da comunidade monástica.

2.1.1.3. As vias terrestres

A análise da viação suburbana bracarense deste período revela a manutenção, com algumas alterações de pormenor, dos caminhos de época romana e tardo antiga, que garantiam a ligação de Braga aos principais aglomerados (Ribeiro, 2008, p. 535). De facto, regista-se a generalizada permanência das vias romanas que constituíram a base da rede viária ainda na Idade Média e mesmo na Idade Moderna, ainda que possam ter mudado as características associadas à sua manutenção. Assim, o sistema viário principal, herdeiro da rede viária romana e tardo antiga constitui um importante argumento em prol da continuidade dos aglomerados que se articulavam com os caminhos. Circunstancialmente, as vias secundárias e vicinais podem ter sofrido alguma desarticulação.

Um dos indicadores que melhor demonstra a passagem de um percurso por um determinado local é a presença de pontes. No território bracarense não se conhecem elementos dessa natureza associados a este período, sendo de cronologia posterior, como acontece com a ponte de Prado, que assegurava a ligação de Braga a *Limia*, sendo seguro que a travessia do Cávado se faria, ligeiramente mais a nascente da atual ponte, eventualmente a vau ou com barcas como defendem alguns autores (Sendas 2020, p. 46).

2.1.1.4. As paróquias

A génese das paróquias medievais tem sido um tema central e, por vezes, fraturante no âmbito da historiografia medieval portuguesa. No entanto, a continuidade ou rutura com o povoamento precedente revela-se de grande importância na resposta a parte das questões de pesquisa, a que este trabalho procura responder.

São escassos os dados disponíveis referentes ao povoamento das primeiras duas centúrias do período alto medieval, quer ao nível das fontes documentais, quer ao nível dos dados arqueológicos. Se é verdade que ao nível dos dados documentais, a escassez poderá ser sintomática de uma ausência de funcionamento de estruturas características de um aparelho de estado organizado, já a escassez dos dados arqueológicos fica a dever-se à ausência de intervenções que possibilitem uma interpretação condigna dos sítios, quer em termos de estruturas, quer de cronologia. No entanto, são conhecidas as produções cerâmicas características deste período, identificadas tanto em Braga (Martínez Peñin e Martins 2016, pp. 53-67), como em Dume [40] (Martínez Peñin, Fontes e Andrade, 2018, pp. 210-224) que demonstram a continuidade do povoamento da região, ainda que se desconheçam as suas características em detalhe.

Na fase final da Alta Idade Média, o censual do século XI, estudado por Avelino Costa (1997; 2000), apresenta um intrincado e denso sistema de organização paroquial, que não seria muito espectável num território de fronteira assolado por incursões decorrentes do quadro da Reconquista. A densa rede paroquial referenciada na fonte documental, em análise, engloba distintas entidades que procurámos articular com outros elementos arquitetónicos, epigráficos ou arqueológicos, sendo raras as referências que podem ser associadas a sítios escavados, como é o caso de Dume [40], S. Frutuoso [95] e Tibães [69].

Se tivermos em consideração a sobreposição entre as referências cartografadas da rede paroquial referenciada no paroquial do século XI, com os limites do termo de Braga de 873 e 905, podemos constatar que apenas três sítios estão incluídos no termo de dimensões mais reduzidas (905) e doze nos termos de dimensões mais alargadas (873). As restantes não estão incluídas numa área de dependência direta relativamente à cidade de Braga.

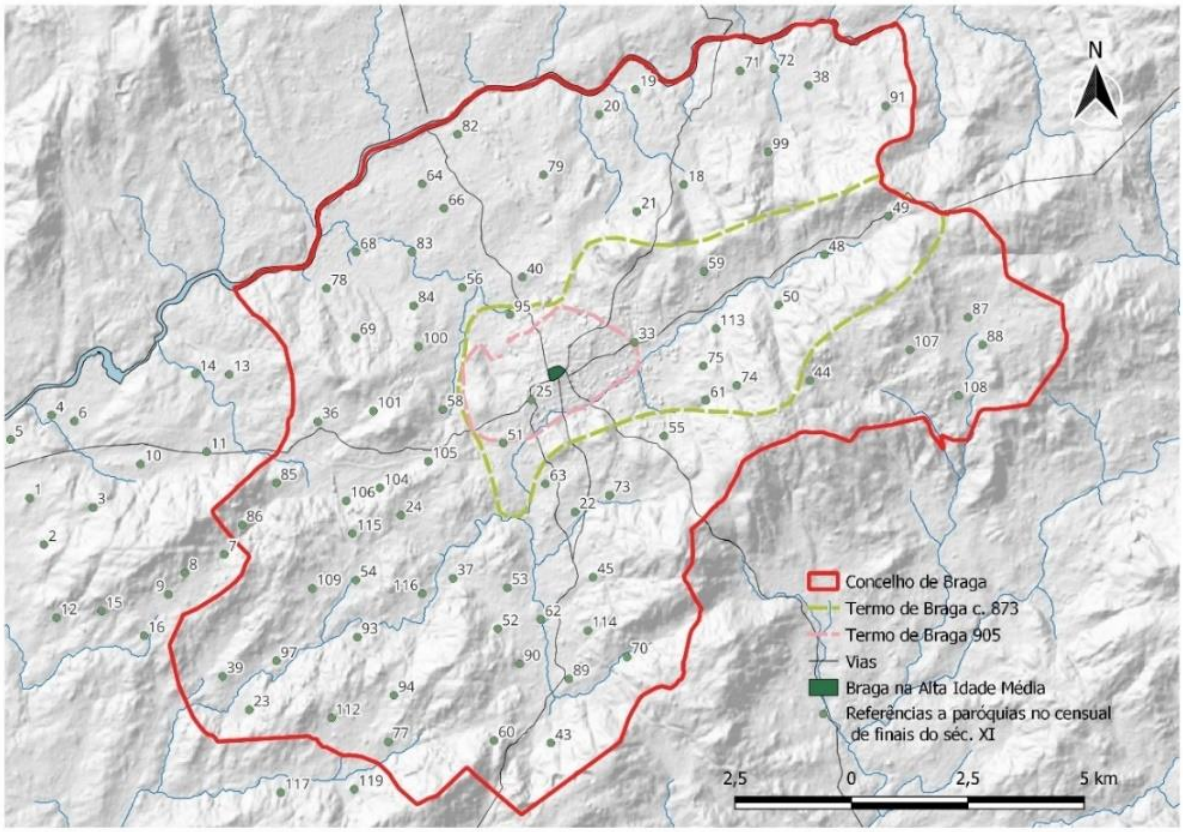


Figura 104 - Referências do censual de finais do século XI e associação de referências com os termos de séculos anteriores. ©Francisco Andrade

No atual concelho de Barcelos, a generalidade dos sítios inventariados está relacionada apenas com referências documentais que associamos aos topónimos ainda identificáveis atualmente (Adães [1], Louredo [2], Cepães [3], Madalena [5], três referências da zona de Bastuço [7,8,9], Moure [12], Reguela

[13], Pousa [14], Sequiade e S. Pedro/Sá [16], tendo sido possível cruzar referências com elementos arquitetónicos para os sítios de S. João de Areias [6], que consideramos plausível associar ao mosteiro de S. Salvador de Vilar de Frades [4] e em Encourados [10] de onde é conhecido um capitel de pilastra que poderá datar dos séculos XI a XIII, integrado na coleção do Museu Pio XII (Fontes e Pereira, vol. II, p. 16).



Figura 105 - Capitel de pilastra dos séculos XI/XIII, associada a Encourados [10] (segundo Fontes e Pereira, 2009, vol. II, p. 16). ©Manuel Pitães

Nos sítios pertencentes ao atual concelho de Braga, a grande maioria das referências consideradas, apresentam um panorama também bastante diverso. A atual freguesia de Adaúfe é uma das freguesias em que as referências documentais do século XI apresentam uma rede paroquial mais densa do que a existente atualmente. Foi possível cartografar cinco referências, sendo uma delas referente a um mosteiro [18], descrito no apartado próprio e as restantes quatro, associáveis a lugares da atual freguesia. Tal como foi referido no capítulo 2.1.1.2. alguns elementos deste período estão associados ao conjunto monástico. Pese embora um esteja associado a um elemento do período precedente como é o caso de Santo André do Vale [20], os demais estão apenas associados a referências documentais [17, 19, 21].

Relativamente à freguesia da Aveleda [24], somente dispomos de referências documentais, quanto à freguesia de S. Pedro de Maximinos [25], apenas conseguimos associar vestígios arqueológicos, relacionados com a necrópole tardia e com referências documentais.

A paróquia de S. Victor apresenta referências de origem diversa, na medida em que nas proximidades da atual igreja paroquial [30], foi identificada uma necrópole da Antiguidade Tardia que, como foi referido na análise que efetuámos às necrópoles tardo antigas e basílicas martiriais suburbanas, poderá ter sido um dos locais que passou a fazer parte integrante da topografia suburbana da cidade de Braga (Pinto e Ataíde, 1957, pp. 106-111; Barroca, 1987, p. 60). Avelino Costa (1997, p. 103), considera que a localização da paróquia neste período poderá ser associável ao sítio de S. Victor-o-Velho [33], localizado no local ainda atualmente conhecido como as Goladas, local onde se considera ter sucedido o martírio.

A área da paróquia abarcaria toda a zona leste da cidade de Braga, que, segundo A. Costa (1997, p. 103), englobaria ambas as margens do rio Este, cujos limites iniciariam na zona de Infias, passando pelo lugar de Maragoto em S. Mamede de Este, lugar de Paço em Nogueira e pelo termo de Lamações.

A paroquia de Cabreiros [36], para além das referências documentais, tem associados dois elementos arquitetónicos que poderão ser enquadráveis neste período. As freguesias de Celeirós [37], de Crespos [38] e Cunha [39], à luz dos conhecimentos atuais, não parecem estar associadas a vestígios arqueológicos, sendo apenas conhecidas as referências documentais do censual e, à exceção de Cunha [39], de que se conhece uma referência do século X (Costa, 2000, p. 81), as restantes são posteriores.



Figura 106 - Elementos arquitetónicos associados à igreja de Cabreiros [36] (segundo Fontes e Pereira 2009, vol. I, pp. 36, 89). ©Manuel Pitães

O domínio dumiense proporciona um manancial ímpar de dados relativos a este período, tendo constituído a confirmação de 911, parte fulcral da nossa dissertação de mestrado (Andrade, 2015). Como referimos no capítulo relativo aos mosteiros da Alta Idade Média, neste período, a comunidade monástica poderá não ter permanecido neste mesmo local. A dependência de *Mondoñedo*, onde passaram a residir as individualidades eclesiásticas que se identificaram como sucedâneas dos abades-bispos dumienses, não parece ter acompanhado a manutenção da comunidade monástica em Dume, como já foi referido. A função paroquial que se terá iniciado nesta fase, só terá sido consolidada a partir do século XII, já com a incorporação definitiva na arquidiocese de Braga.

Da paróquia de S. Pedro de Escudeiros [43], apenas se conhecem as referências documentais e da paróquia de Espinho [44], apenas se conhecem vestígios tardo antigos e alusões na documentação. A paróquia de Esporões [45], apresenta um conjunto de vestígios bastante mais abundante. A coleção do Museu Pio XII tem elementos que estão associadas à antiga igreja paroquial de Esporões [45], designadamente dois fragmentos de Ajimez (nº 564, 564) e dois silhares com cruzes esculpidas (nº645 e 646) (Fontes e Pereira, 2009, Vol I, pp. 69, 70 e 76). Os abundantes vestígios, enquadram-se num sítio arqueológico que, à luz dos conhecimentos atuais, parece ter tido ocupação de época anterior e

que, segundo referências de L. Fontes (1993, p. 46), se associa a vestígios que se recolhem nos terrenos envolventes da igreja e pelo adro.



Figura 107 - Elementos arquitetónicos da Alta Idade Média associados a Esporões [45] (segundo Fontes e Pereira, 2009, vol. I, pp. 69, 79 e 76). ©Manuel Pitães

Na atual freguesia de S. Mamede de Este, localizam-se duas paróquias documentadas no censual de finais do século XI. Da paroquia de S Mamede [48], apenas temos a referência documental, da extinta paróquia de S. Simão [49], estando inventariada, no Museu Pio XII, uma cruz vazada/gelosia, que é datável dos séculos IX-XI (Fontes e Pereira, 2009, vol. I, p. 78). Da freguesia de Ferreiros [51], apenas se conhecem referências documentais. A. Costa (2000, p. 114) relata que nas referências aos termos de Braga, se identifica a *villa Ferrarios* que corresponderia a esta paróquia.

Em Figueiredo, para além do mosteiro de S. Salvador de Figueiredo [52], já referenciado anteriormente, também se identifica referência a *Sancto Michael de Paredes Siccas* [53]. As referências que Costa (2000, p. 77) faz, são bastante escassas, sendo mencionado pelo autor que, no século XIII, já se trataria de um lugar de Figueiredo. Não conseguimos identificar quaisquer elementos que permitissem atestar alguma relevância do lugar.

Das paróquias de Fradelos [54] e de Fraião [55] existem referências documentais, sem que tenha sido possível estabelecer relação a qualquer outro elemento que pudesse corroborar uma localização mais especifica. A paróquia de Frossos [56], apesar de não serem conhecidos elementos arqueológicos associados, pelo facto de confrontar com o domínio dumiense, é mencionada na delimitação de Dume de 911 (Costa, 2000, p. 102, Andrade, 2015, p. 94), sendo, contudo, dos locais mencionados na delimitação de 911, o que menos elementos associados possui. Das paróquias de Gondisalves [58] e Guisande [60], apenas se conhecem elementos documentais associáveis a esta época, em Guisante

[60], são conhecidos elementos arquitetónicos, mas que poderão ser já do período posterior, face às suas características estilísticas.

A sede da paróquia de Lamações [61], também mencionada no censual, localizar-se-ia próxima ao topónimo atualmente conhecido como igreja velha, não sendo possível, para já, associar elementos ou vestígios arqueológicos. Efetivamente, prosseguindo com a análise aos sítios passíveis de geolocalizar, tendo como base as referências extraídas do censual de finais do século XI, deparamo-nos, de acordo com os que nos foi possível indagar até ao momento, com uma grande quantidade de sítios em que não é possível associar qualquer de elemento arquitetónico deste período (Lamas [62], S. Paio de Merelim [64], S. Pedro de Merelim [66], Mire de Tibães [68], Morreira [70], Navarra [71], Santa Cristina de Nogueira (Navarra) [72], Nogueira [73], Dadim (Nogueiró) [74], Oliveira, S. Pedro [77], Padim da Graça [78], Panoias [83], Passos [85], Codeçosa (Pedralva) [87]).

A referência do censual a *Paretelias* [82], consideramos que possa corresponder ao sítio de Santo Estevão o Velho ou das Pardelhas, inventariado por L. Fontes (1993, p. 63]. Não se conhece, contudo, nenhum vestígio arqueológico enquadrável neste período, sendo a generalidade associável a épocas anteriores.

Na igreja de S. Paio de Parada [84], encontra-se reaproveitada, na parede da igreja, fronteira à sacristia, uma inscrição, que parece estabelecer uma relação entre esta paróquia e a igreja de Dume [40], que remonta aos finais deste período.

A leitura que foi apresentada em Andrade (2015, p. 97), mediante interpretação de Luís Fontes foi a seguinte:

+ ECL [esia...]

COLVIT (?) ...

SI DEDICAV[it Gv]

NDISALBV[s]

EPS DVMNE [nsi]

ISTA EGLA SC[ti]

PLAGI PRA

A leitura remete, segundo a informação do mesmo autor, para a dedicação da igreja de Parada pelo bispo D. Gonçalo de Mondoñedo (1071-1108).

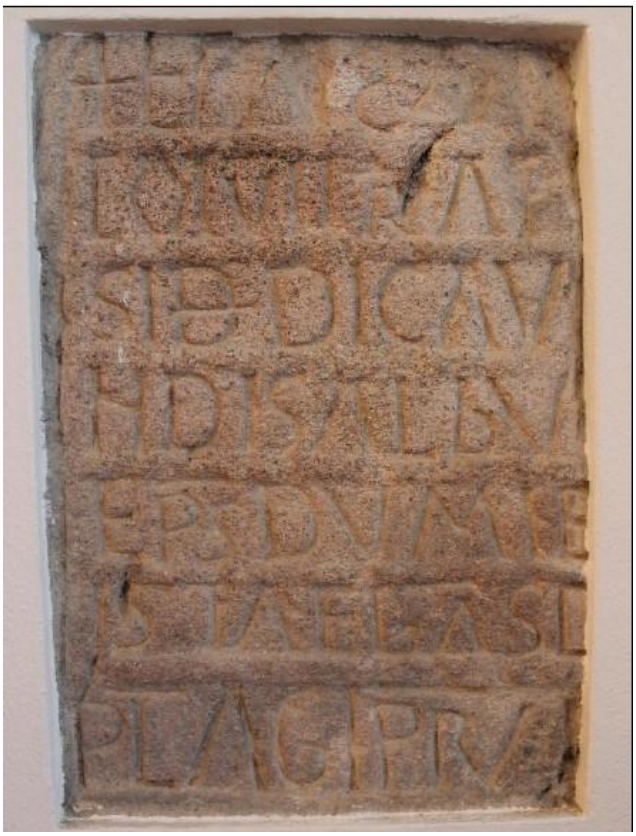


Figura 108 - Inscrição identificada na parede da igreja de Parada de Tibães (segundo Andrade, 2015, p. 98).

A paróquia de *Sancto Veriximo da Quintanela* [86], deverá corresponder à zona de Serra, em S. Julião de Passos abordada mais detalhadamente no capítulo relativo às necrópoles. A paróquia de Santa Eulália de Pedralva [88], para além da referência documental, apresenta-se associada a uma necrópole que se encontra descrita no capítulo correspondente. A referência a Sto. Estevão de Penso [89], circunscreve-se às fontes documentais.

Na freguesia de S. Vicente de Penso [90], apenas se conhecem, até ao momento, referências documentais associadas ao censual de finais do século XI. A. Costa (2000, p. 76), refere que o topónimo Penso é mencionado no *PMH DC* (doc. 595), que consideramos que também poderá ser uma referência a Penso (S. Vicente) [90], cujos vestígios arqueológicos referenciados por L. Fontes (1993, p. 68) não conseguimos esclarecer se remontariam à Alta Idade Média.

Para além destas paróquias mencionadas, face aos dados que atualmente dispomos, conseguimos apenas associar topónimos às referências documentais deste período: S. Paio de Pousada [91], S. Tiago de Priscos [93] e S. Tomé de Moimenta [94], também pertencente à freguesia de Priscos, S. Paio de Ruilhe [97], Santa Lucrécia de Algeriz [99], S. João de Semelhe [100], Santa Leocádia de Cabreiros [101], Santa Maria de Sequeira [104], Sampaio [105] (Sequeira), S. Saturnino [106], também em Sequeira, S. Bartolomeu de Tadim [109], S. Salvador de Tebosa [112], Santa Eulália de Tenões [113],

S. Salvador de Trandeiras, [114], Santa Cecília de Vilaça [115], Santa Maria de Arnoso [117], S. Miguel de Jesufrei [118] e S. Mamede de Sezures [119].

Na paróquia de S. Frutuoso [95], ter-se-á instalado uma comunidade monástica na Antiguidade Tardia, como já referimos no capítulo referente aos mosteiros desse período. Quando abordámos a paisagem monástica da Alta Idade Média, referimos alguns elementos arquitetónicos que permitem a associação do local a este período. Como também já referimos, pese embora possa ter havido uma recuperação do espaço construído, consideramos que terá sido neste período que o local terá passado a desempenhar funções meramente paroquiais.

À paróquia de Sobreposta [107] pode ser atribuída uma gelosia pré-românica em granito, que atesta a ocupação do local neste período. O elemento encontra-se inventariado na coleção do Museu Pio XII, com o nº 542. A paróquia de S. Tomé da Lageosa [108], para além da referência documental do censual, também é referenciada como necrópole.



Gelosia séc. IX/XI- MPXII.LIT.542
Igreja de Santa Maria de Sobreposta
Segundo Fontes e Pereira, 2009.

Figura 109 - Gelosia de Sobreposta [107] presente na coleção do Museu Pio XII, (segundo Fontes e Pereira, 2009, vol. I, p. 67). ©Manuel Pitães.

2.1.1.5. As necrópoles

As necrópoles associam-se a achados arqueológicos que foram datados de época alto medieval, cuja existência se associa a sítios de povoamento ou de culto.

A freguesia de Esporões [45] apresenta um conjunto considerável de vestígios, que se podem associar a este período, conhecendo-se pelo menos duas necrópoles. A primeira corresponde à área da antiga paróquia de Esporões [45], que está associada aos elementos arquitetónicos que foram referidos no capítulo anterior. L. Fontes (1993, p. 46) refere a existência de várias sepulturas em caixa de pedra e uma tampa de sepultura. Não possuímos descrições mais detalhadas das sepulturas, mas a existência de vestígios dessa época e a tipologia do sítio, leva-nos a considerar como altamente provável que algumas das sepulturas possam ser associáveis a esse período. A segunda localiza-se a meia encosta

entre a paróquia de Esporões [45] e Santa Marta da Falperra [47], em Marinhais [46], sendo constituída por um conjunto de sepulturas escavadas na rocha que consideramos poderem ser deste período.

No lugar de Igreja Velha/Souto [88] identificaram-se três sarcófagos antropomórficos, dois de adulto e um de criança (Barroca, 1987, p. 367; Fontes, 1993, p. 67). Na zona de Serra [86], onde se localizaria a antiga paróquia de *Sancto Verixímo da Quintanela*, L. Fontes (1993, p. 659) refere a identificação de sete sepulturas. Uma das sepulturas que se conservou possuía uma tampa monolítica epigrafada com uma data inscrita de 1037, tendo-se igualmente conservado outra que apresentava decoração.

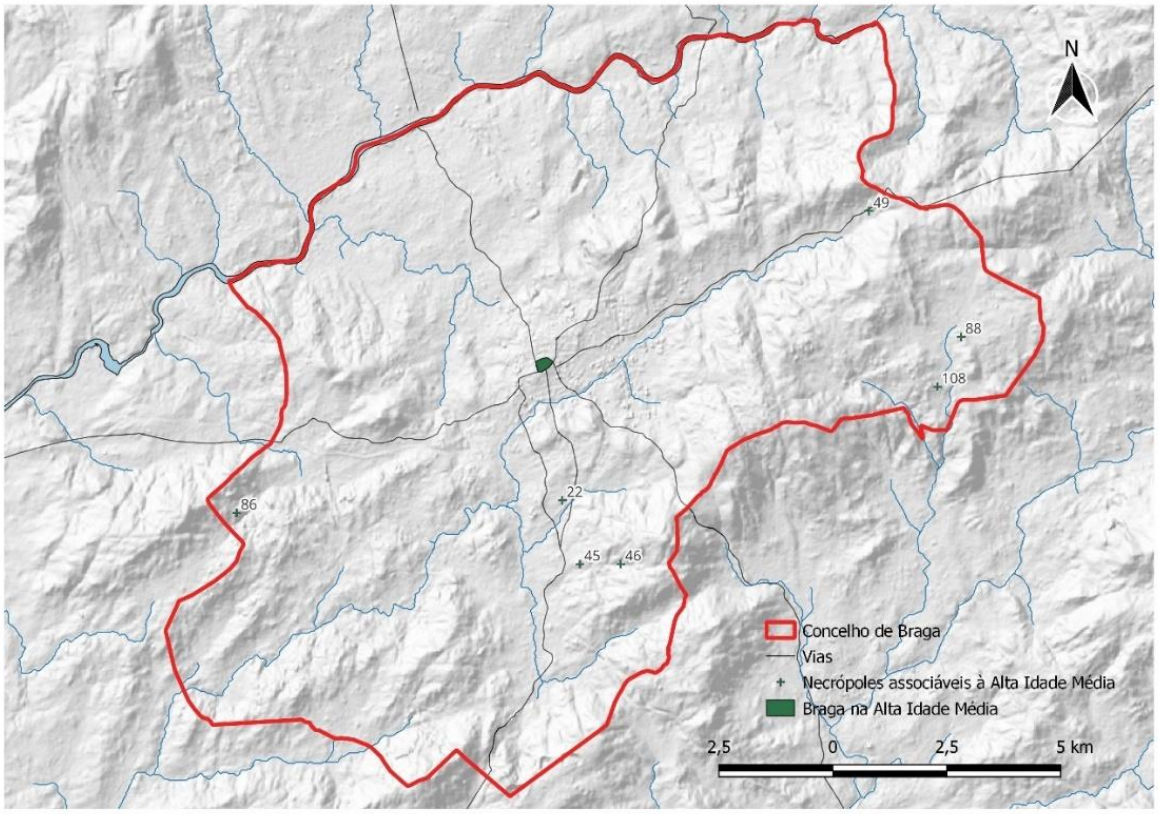


Figura 110 - Necrópoles associadas à Alta Idade Média. ©Francisco Andrade

Segundo Luís Fontes (1993, p. 37), está atribuída à freguesia de Arcos, uma tampa tumular com uma inscrição que poderá ser datável dos séculos IX-XI, sem dados mais específicos da sua localização. Face a dados mais detalhados da sua localização, associamos a referência da necrópole à localização paroquial [22], decorrente do cruzamento entre as referências documentais e a toponímia. Junto à capela de S. Simão [49], L. Fontes (1993, p. 51) refere a identificação de sarcófagos em granito que indiciam a presença de uma necrópole. Estas referências cruzadas com o elemento arquitetónico presente na coleção do Museu Pio XII (elemento nº 712), leva-nos a considerar que poderá existir no local uma necrópole associada a este período.

No local da antiga igreja paroquial de Palmeira [79], associam-se elementos de adorno do período visigótico (Arezes, 2010, p. 61). A identificação de elementos arquitetónicos, como capiteis, que parecem indiciar a ocupação durante este período, leva-nos a assumir a possibilidade da existência de um assentamento deste período. Contudo, seguindo o critério utilizado para os restantes locais, não o incluímos na cartografia relativa às necrópoles da Alta Idade Média.

No lugar de S. Tomé da Lageosa [108], L. Fontes (1993, p. 78), referencia a identificação de dois sarcófagos antropomórficos que se localizam junto à parte norte da igreja. São os únicos vestígios de necrópole que se conhecem até ao momento, de *S. Tomé de Lagenosa,* referenciado no censual de finais do século XI.

2.1.1.6. As estruturas defensivas

Neste período, para além de indícios de ocupação de alguns sítios em regiões localizadas na vertente ou em zonas de vale, também se identificaram indícios de ocupação de locais em altitude, alguns dos quais, anteriormente ocupados por povoados fortificados da Idade do Ferro.

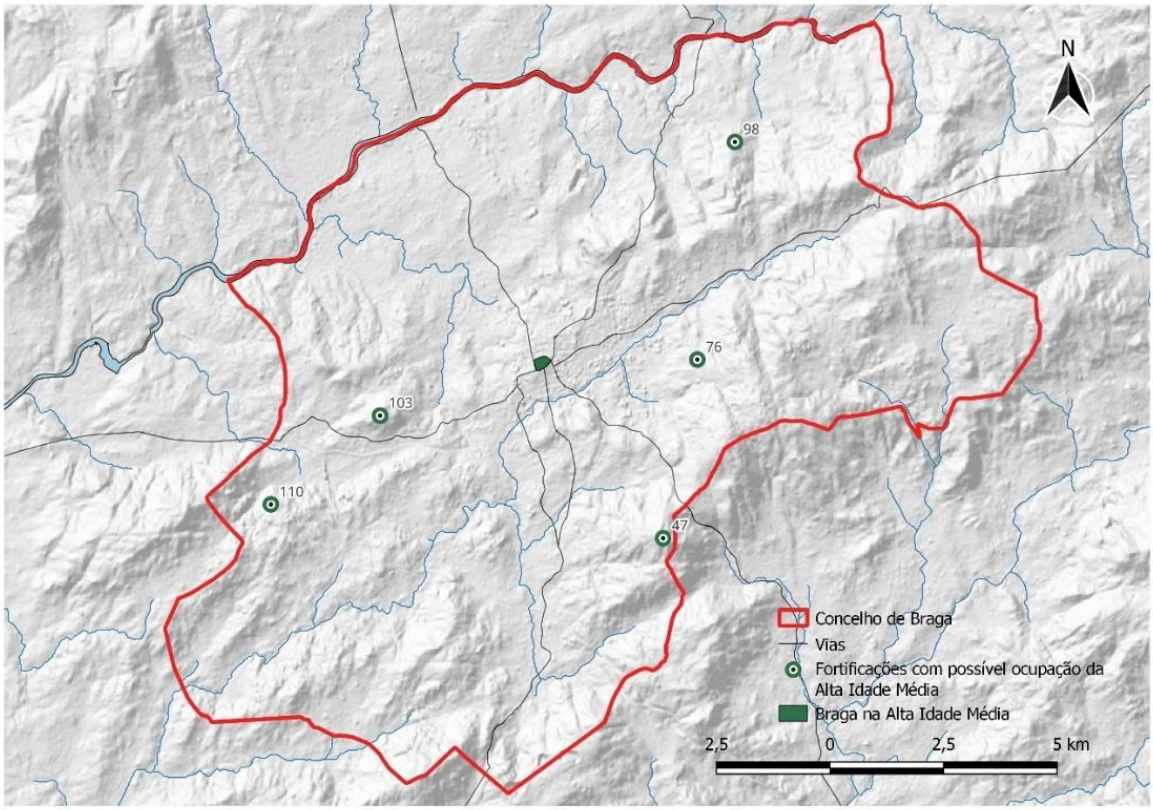


Figura 111 - Fortificações que terão conhecido ocupação na Alta Idade Média. ©Francisco Andrade

Na região bracarense os principais locais que parecem apresentar características deste tipo de ocupação são: Santa Marta das Cortiças [47], monte da Consolação [76], Castelhão [98], Santa Lucrécia de Algeriz [98], monte das Caldas [103] e castelo de Penafiel de Bastuço [110]. Os locais, apesar de

poderem terem sido ocupados neste período poderão ter constituído tipos de ocupação distintos, de acordo com as características específicas de cada sítio.

O monte de Sta. Marta (Falperra) [47] é referenciado por Mário Barroca (2004, pp. 198-199), como sendo um local que teria sido utilizado para fortificação durante os séculos IX a X. Efetivamente, o local, ocupado inicialmente por um castro da Idade do Ferro e durante a Antiguidade Tardia como espaço palatino da corte sueva, terá sido um dos locais cuja localização estratégica, relativamente ao controlo territorial da área envolvente da cidade de Braga, terá justificado a sua ocupação na Alta Idade Média. No entanto, não é claro como poderá ter sido feita a adaptação do local a uma ocupação medieval, ou se a mesma terá sido efetuada mediante o aproveitamento das estruturas de época anterior, ou mediante a construção de estruturas defensivas relevantes. Contudo, parece-nos que, dada a preexistência de estruturas defensivas, elas possam ter sido potencialmente reaproveitadas, ainda que esta hipótese careça de confirmação arqueológica.

Luís Fontes (1993) refere outros povoados da Idade do Ferro da região bracarense que parecem ter tido uma ocupação medieval. São eles o Monte da Consolação [76] e o Monte das Caldas [103]. Para o Monte da Consolação [76] os dados são escassos, pois para além da sua ocupação pré-romana, são apenas conhecidas referências indiretas, pouco consistentes. Assumimos que o local, dada a sua condição de recinto amuralhado proto-histórico possui as condições necessárias para a organização de defesa de populações locais no período medieval, pois, tal como defende Mário Barroca (2003a, p. 174), o povoado fortificado foi a solução defensiva que as populações mais vezes adotaram ao longo dos tempos. Algo semelhante pode ter acontecido com o Monte das Caldas [103], um povoado de grandes dimensões, com três linhas de muralhas, local dominante no controlo da via que ligava Braga ao litoral e dos terrenos da bacia do Cávado. A inexistência de escavações não nos permite tecer considerações mais pormenorizadas sobre o local e conhecer com detalhe quais as características de adaptação do monte a uma ocupação alto medieva. Consideramos que o sítio, tal como o monte da Consolação [76], só terá sido ocupado durante a Alta Idade Média, pelas razões apresentadas por Mário Barroca (1990-1991, p. 118) no âmbito das condicionantes que a criação de Terras medievais teve ao nível das fortificações.

Para além da ocupação de relevos onde existiram antigos povoados proto-históricos, são identificáveis na área bracarense outros locais com presumível ocupação alto medieval. Assim, há indícios da existência de uma possível mota em Santa Lucrécia de Algeriz [98] e de um castelo no Penedo dos Mouros [110], que terá sido castelo cabeça de Terra de Bastuço.

A presumível mota de Sta. Lucrécia de Algeriz, localizada no promontório denominado Castelhão [98] foi classificada por Luís Fontes (1993, p. 71) como tal, tendo em consideração a morfologia do local, designadamente a existência dos taludes acentuados e as plataformas concêntricas. Apesar das reservas à referida classificação, não nos parece descabido que as populações num período de grande instabilidade, tenham construído uma estrutura desta natureza, de origem normanda, sendo bem conhecidas além Pirenéus e que terão surgido por volta dos séculos IX/X (Barroca, 1990-1991, pp. 98-100).

O castelo de Penafiel de Bastuço, também conhecido pelas populações locais como Penedo do Mouros [110], foi intervencionado pela Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, sob a direção de Luís Fontes (Fontes e Regalo, 1997, pp. 199-220), o que permitiu identificar estruturas relacionadas com a defesa do local e outras que poderiam ter uma função habitacional. Das estruturas defensivas, destaca-se a identificação de um talude perimetral, reforçado por muro, associado a um fosso, estruturas que delimitam o recinto, estando o eixo maior orientado no sentido NE/SO. No interior do recinto identificaram-se duas plataformas, tendo sido detetados fragmentos de telha e elementos pétreos, alguns dos quais com cavidades indicadoras do uso de *forfex* (Fontes e Regalo, 1997, p. 205). No afloramento rochoso identificaram-se os rasgos para o assentamento do alicerce, com cerca de quatro centímetros de profundidade e cinquenta centímetros de largura. Foram também referenciados indícios de uma vala de fundação de uma estrutura que pode pertencer a uma paliçada (Fontes e Regalo, 1997, p. 206). A cerâmica associada à ocupação do local remete para cronologias que se deverão enquadrar nos séculos X a XI (Fontes e Regalo, 1997, pp. 199-220).

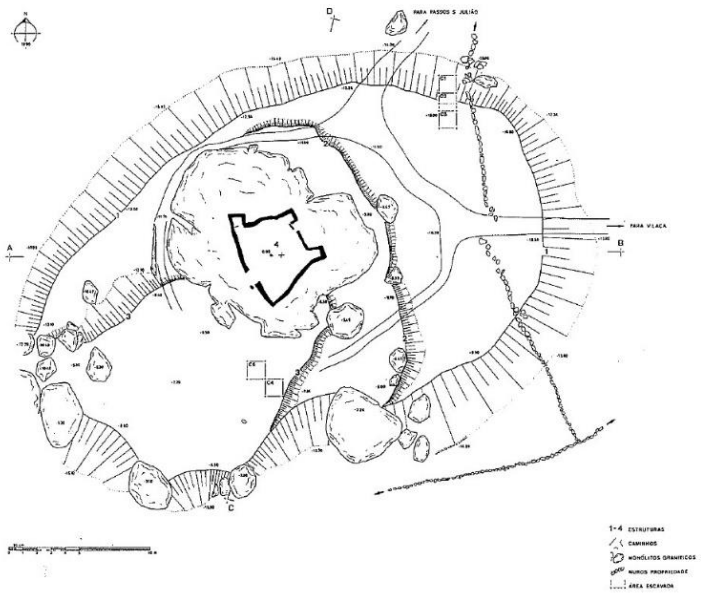


Figura 112 - Levantamento de castelo de Penafiel de Bastuço (segundo Fontes e Regalo, 1997, p. 203).

2.1.2. Analítica

2.1.2.1. Principais soluções de adaptação topográfica

As condições de implantação dos sítios na Alta Idade Média do território bracarense, se efetuarmos uma primeira análise que não contemple os sítios mencionados no censual dos finais do século XI, apresentam características que poderão se divididas em três grupos principais. Assim, temos os sítios que já conheciam ocupação na Antiguidade Tardia, sítios em que de momento não é conhecida ocupação anterior, ou ainda sítios que, não sendo totalmente clara a sua ocupação em período tardo-antigo, têm ocupação conhecida em períodos mais recuados, designadamente na Idade do Ferro e início do período romano.

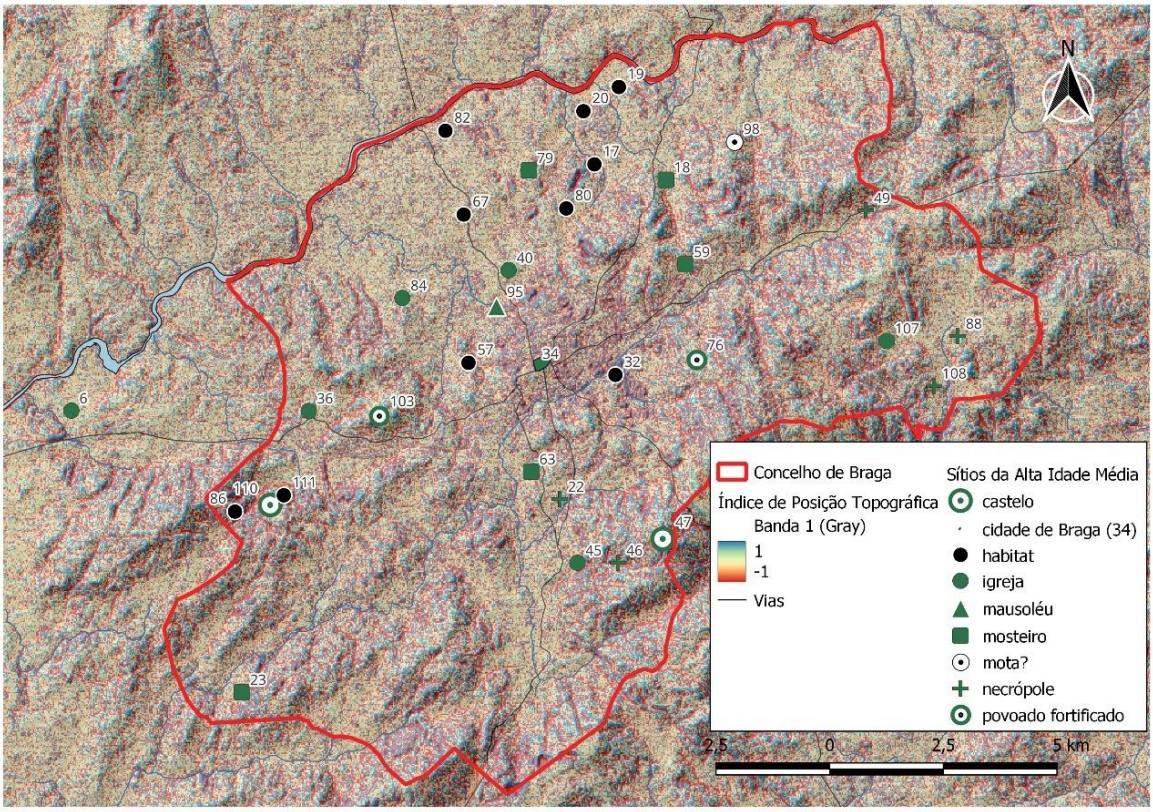


Figura 113 - Sítios que poderão ser associáveis à Alta Idade Média e Índice de Posição Topográfica. ©Francisco Andrade

Os locais que conheceram ocupação continuada desde a Antiguidade Tardia, apresentam valores de **Índice de Posição Topográfica** que obviamente são os mesmos referenciados nesse período e que já foram abordados no capítulo respetivo. Os sítios que também estão referenciados na Antiguidade Tardia, são os sítios [18, 20, 32, 34, 40, 45, 47,59, 63, 67, 79, 82 e 95].

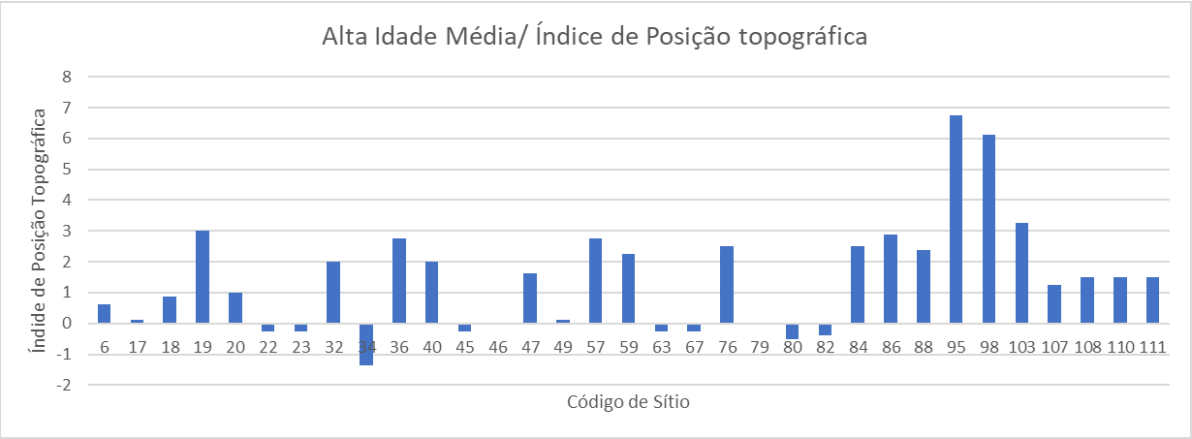


Figura 114 - Gráfico com Índices de Posição Topográfica dos sítios de Alta Idade Média. ©Francisco Andrade

A generalidade destes sítios que mencionámos [18, 40, 45, 59, 63, 67, 79, 82], tinham sido mencionados como *villae* e possuíam, como já foi referido anteriormente, as características de implantação de um povoado deste tipo, que variavam da vertente suave até à zona de vale, com as exceções que já anteriormente relatamos, decorrentes das alterações topográficas também mencionadas e as especificidades de alguns dos sítios. A ocupação destes locais, neste período, à exceção de Dume [40], apenas é conhecida através de referências documentais e da associação de elementos arquitetónicos que não estão associados a um contexto arqueológico específico e cuja relação com determinado sítio deve ser encarada com as devidas reservas, mas que, à falta de outros indicadores, deve ser considerado, sempre com a consciência das ressalvas que anteriormente apresentamos. Ainda assim, o facto de a generalidade dos sítios não ter sido alvo de qualquer intervenção arqueológica, não permite que se possa, com clareza, saber qual a tipologia de assentamento que está associada a este período.

Uma análise comparativa com assentamentos que se conhecem em outras regiões (Chavarría Arnau, 2007; Brogiolo e Chavarría Arnau, 2008; Carneiro, 2017; Dodd, 2021), levam a considerar a hipótese de ter havido, em algum momento, uma ocupação esporádica de alguns espaços, não se parecendo manter a continuidade ao nível da anterior funcionalidade dos sítios. Assim, pensamos que os sítios ocupados já em época anterior terão muito possivelmente sido usados na Alta Idade Média com outra função.

Os sítios de que não temos indícios de ocupação na Antiguidade Tardia, [6, 17, 22, 23, 36, 46, 49, 76, 80, 84, 86, 88, 98, 103, 107, 108, 110, 111], correspondem a locais de tipologia diversa que possuem também Índices de Posição Topográfica diferenciados. Previamente a iniciarmos a análise interpretativa do posicionamento topográfico destes locais, ressalvamos, mais uma vez, que a sua classificação e enquadramento no período cronológico em análise, se efetuou com as mesmas

contingências e condicionalismos dos que antes mencionámos, ou seja, ausência de escavações arqueológicas e por vezes baseada em achados isolados, cuja recolha foi efetuada em tempos mais recuados e não associados ao adequado registo, que permita a sua associação inequívoca a determinado local. Ainda assim, com as devidas reservas, foram considerados na interpretação que ensaiámos e, sempre que possível, procurámos o adequado enquadramento.

O Índice de Posição Topográfica destes sítios é, em grande parte, bastante positivo o que, como já vimos anteriormente, é significativo de uma implantação em zonas de cumeada ou zonas próximas do topo. Nestas condições, identificámos os sítios de Cabreiros [36], que corresponde a um núcleo paroquial, com um topónimo bastante sugestivo, o monte da Consolação [76], que se trata de um castro, que poderá ter conhecido uma ocupação deste período, a paróquia de S. Paio de Parada [84], a necrópole da zona de Serra [86], a necrópole de Pedralva, na zona de Igreja velha/souto [88], a possível mota de Castelhão, também numa zona que foi ocupada por um povoado fortificado da Idade de Ferro [98], o povoado do monte das Caldas [103], que também teria inicialmente sido um povoado fortificado da Idade do Ferro [103], a paróquia de Santa Maria de Sobreposta [107], a paróquia de S. Tomé da Lageosa [108], o sítio de Penedo dos Mouros [110], que terá correspondido ao castelo de Penafiel de Bastuço e o povoado de S. Bento [111], *habitat* bastante próximo do anterior. Estamos, por conseguinte, perante sítios que se localizam em zonas mais afastadas dos vales que estão associadas a lugares fortificados de épocas anteriores ou fortificações *ex novo*.

O povoado da Falperra [47], que também está implantado em condições semelhantes, conheceu ocupação deste período e foi implantado numa zona que anteriormente estava ocupada por um castro. Teve também, ocupação comprovada da Antiguidade Tardia, designadamente o conjunto palatino, nas condições que anteriormente mencionamos.

Para além do conjunto de sítios que possuem as condições de implantação acima mencionadas e que constituem uma parte considerável destes sítios que não pressupõem forçosamente uma continuidade de ocupação da Antiguidade Tardia, identificam-se ainda outros de que também não se conhece, com segurança, uma continuidade de ocupação, mas que têm condições de implantação distintas. Estes sítios apresentam um TPI negativo e relativamente próximo do zero, o que é indiciador de uma localização em zona de base de acidente orográfico, junto a zona de vale. Os sítios da paróquia de S. Paio de Arcos [22] e da igreja velha de Arentim [23], apresentam estas condições de implantação. O sítio de Pitancinhos [80], apesar de originalmente se localizar num outeiro, face às grandes alterações na topografia do local, devido à grande extração de inertes, apresenta um TPI negativo, que não

corresponde à realidade do período em análise. Em condições normais, este sítio apresentaria valores idênticos ao conjunto de sítios mais próximos das cumeadas.

Identificaram-se ainda sítios que apresentam um TPI positivo, mas bastante próximo do zero, que corresponde a uma zona de encostas bastante uniformes. Incluem-se, neste conjunto, as paróquias de S. João da Areias [6], o sítio de Fontela [17], a necrópole de Marinhais [46] e o sítio de S. Simão de Este [49]. A necrópole de Marinhais [46], apesar de apresentar um TPI de 0, pela sua posição relativa à Falperra [47] e à paróquia de Esporões [45], consideramos que poderá estar relacionada com um conjunto similar aos núcleos que se desenvolvem próximos e relacionados a elevações.

Adicionalmente à observação do TPI dos sítios que poderão estar associados a vestígios arqueológicos da Alta Idade Média, consideramos importante que a análise tenha também em consideração os sítios que, tendo como principal referência as fontes documentais, possam ser associáveis a mosteiros, pelo menos ocupados desde a fase final do período em estudo neste capítulo.

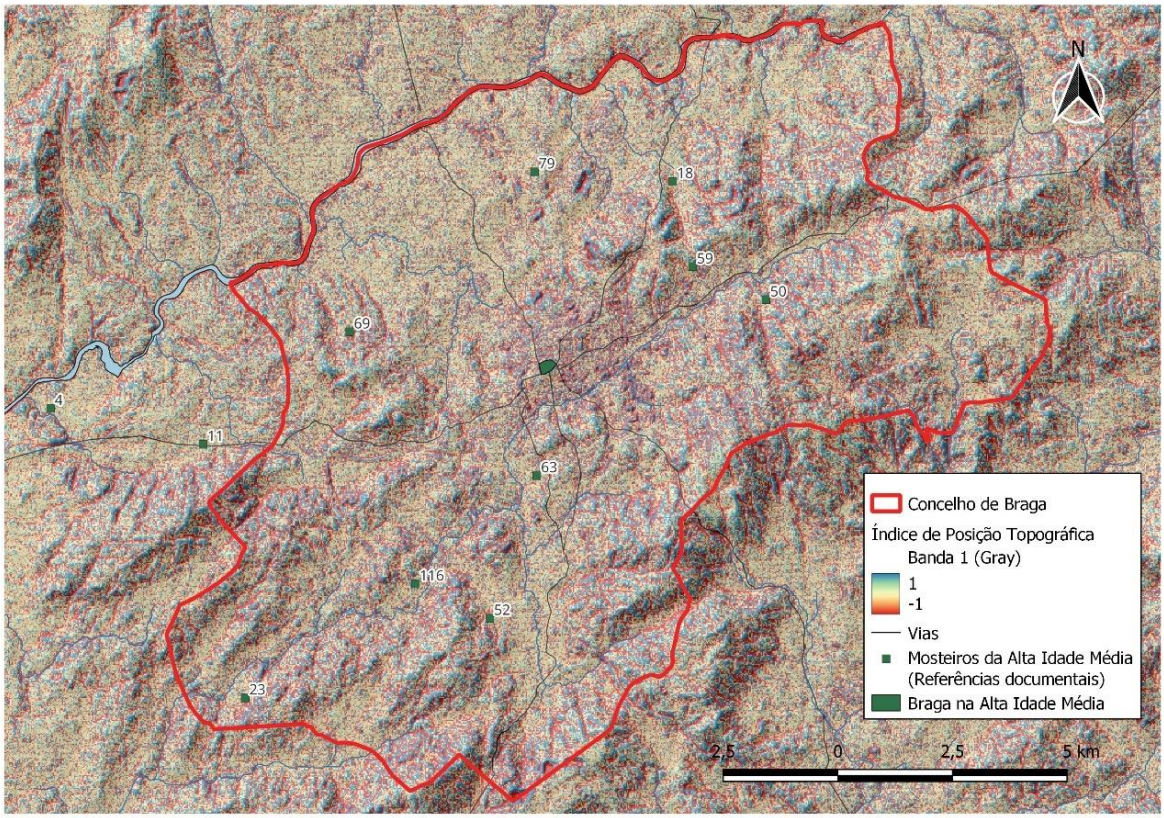


Figura 115 - Mapa de Índices de Posição Topográfica dos mosteiros associáveis à Alta Idade Média, segundo fontes documentais analisadas. ©Francisco Andrade

Na condição mencionada no parágrafo anterior, encontram-se os mosteiros de Adaúfe [18], Gualtar [59], Lomar [63] e Palmeira [79]. Os primeiros três locais corresponderiam a sítios ocupados por *villae*. Como já foi referido anteriormente, os sítios de Adaúfe [18] e Gualtar [59], encontra-se em zonas de

encostas suaves, estando o sítio de Gualtar mais próximo do topo e o de Adaúfe mais próximo da base das colinas em que estão implantados. O mosteiro de Lomar [63] foi implantado numa zona mais próxima da base, junto aos terrenos agrícolas do fundo do vale. Palmeira [79] foi implantado já plenamente no vale, numa zona praticamente plana, numa área em que poderá ter existido uma ocupação tardo antiga. Os indícios associados a este local não são totalmente esclarecedores, parecendo ter-se implantado um núcleo cristão numa área de necrópole eventualmente associado a um sítio romano localizado mais para nordeste. Os indícios de um possível mosteiro neste local são bastante escassos e pouco esclarecedores, parecendo ter conhecido uma ocupação durante um período de tempo bastante reduzido.

Dos sítios que não se dispõe de indícios suficientemente claros, acerca da sua ocupação em período tardo antigo, temos dois locais cujo TPI se destaca claramente, Vilar de Frades [4] e Tibães [69]. Vilar de Frades [4], apresenta-se implantado numa zona relativamente plana, muito próximo dos terenos agrícolas, mas ainda assim sobranceiro aos mesmos. O mosteiro de Tibães [69], encontra-se numa região de borda, bastante próximo do topo da colina de consideráveis dimensões e, portanto, bastante mais condizente com os valores de TPI que lhe são correspondentes. O mosteiro que apresenta valores de TPI mais elevados, a seguir aos que foram mencionados, é o de Figueiredo [52], que se apresenta com valores positivos, bastante similares aos do mosteiro de Gualtar [44], correspondentes a uma situação de declive suave, sobranceiros sobre a região de vale. O mosteiro de Figueiredo [116], apresenta-se numa região bastante mais uniforme, com um TPI positivo, bastante próximo do zero. Em igual situação parece estar o mosteiro de Martim [11], plenamente enquadrado na zona do vale, em região com terrenos bastante regulares. Os mosteiros de Arentim [23] e S. Pedro de Este [85], apresentam um TPI negativo, correspondentes a zona de vale. Os valores de Arentim [23] são bastantes mais próximos do zero, do que os de S. Pedro de Este [85], podendo tal facto ser sintomático das diferenças de orografia das regiões em que estão implantadas.

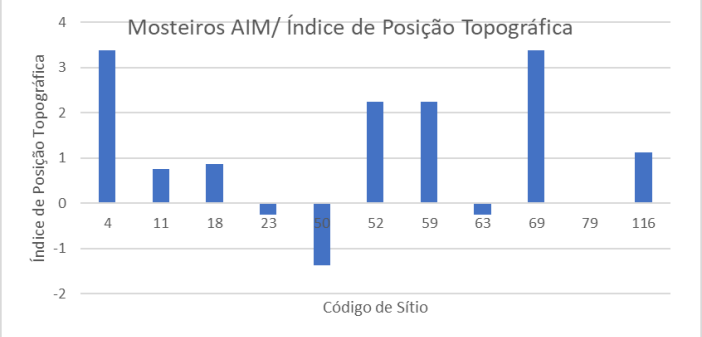


Figura 116 - Gráfico com Índices de Posição Topográfica dos mosteiros associáveis à Alta Idade Média, segundo fontes documentais analisadas. ©Francisco Andrade

Se, tal como efetuamos para os sítios da Antiguidade Tardia, complementarmos a análise do TPI, com os declives, poderemos obter dados que nos permitam uma maior clareza acerca da implantação de cada local e extrapolar os significados que possam ter. Uma primeira análise mais geral ao mapa de **declives** associáveis à Alta Idade Média, que apresentamos na figura seguinte, permite constatar que a distribuição dos sítios é mais diversificada do que na Antiguidade Tardia, distribuindo-se de forma relativamente uniforme, relativamente ao território. Tal como na análise que foi efetuada aquando do Índice de Posição Topográfica, poderemos, à partida, fazer uma distinção entre os sítios que foram ocupados também na Antiguidade Tardia e os que, face aos dados que dispomos de momento, não nos foi possível estabelecer uma correlação direta, segura, com uma ocupação desse período. À semelhança do que já foi referido anteriormente, na análise que efetuámos acerca da Antiguidade Tardia, à exceção da igreja de Esporões [45], que terá sido uma *villa* tardo antiga e se apresenta implantada num sítio com uma ligeira inclinação, pelas razões que abordámos no respetivo capítulo, os restantes lugares apresentam-se implantados em zonas que apresentam declives inferiores a oito graus.

O significado que julgamos ter a implantação de S. Frutuoso [95], também já foi amplamente explanado no capítulo correspondente ao período da sua fundação. Quanto aos sítios que não apresentam uma ocupação confirmada da Antiguidade Tardia, é possível constatar a implantação em locais que apresentam um maior declive. Os sítios de Ribeira [19], de Marinhais [46], o castelo de Penedo dos Mouros (Penafiel de Bastuço) [110] e o povoado de S. Bento [111], apresentam-se implantados em locais com um declive acima dos doze graus. Se excetuarmos o povoado da Ribeira [19], que se localiza num outeiro junto ao rio, sem que esteja associado a nenhum sistema defensivo, o povoado de S. Bento [111] estará muito provavelmente associado ao castelo de Penafiel de Bastuço [110] e a necrópole de Marinhais [46], poderá estar, de alguma forma, associada ao castelo que nesta época poderá ter sido implantado na Falperra [47].

Apresentando declives intermédios estre os seis e os oito graus, identificam-se os sítios de Arentim [23], S. Simão [49], Pitancinhos [80], Serra [86], Pedralva [88] e Monte das Caldas [103]. O primeiro local mencionado, trata-se de um mosteiro que será devidamente analisado, de seguida, no presente capítulo, em conjunto com os restantes espaços monásticos. A necrópole de Serra [86], poderá estar também associada ao castelo de Penafiel de Bastuço [110] e às povoações que lhe ficariam próximas. O monte das Caldas [103], consiste num povoado fortificado que poderá ter sido reocupado durante este período. Tal como noutros locais que já mencionamos anteriormente, assiste-se, neste período, a uma ocupação de locais que se situam em acidentes orográficos de acessibilidade mais difícil e nas regiões que os circundam.

O local de Pitancinhos [80], pese embora se localize em pleno vale do Cávado, bastante próximo dos mosteiros, também proporciona uma posição mais resguardada, comparativamente às regiões mais baixas que lhe estão bastante próximas. Relativamente a este povoado, colocamos algumas ressalvas interpretativas, condicionadas pelas alterações que foram sendo efetuadas ao local e ao impacto que terão nos dados disponíveis. Ainda assim, pelo conhecimento que temos do local, parece-nos que os dados obtidos nas análises que efetuamos, são condizentes com as características do terreno que pudemos observar *in situ*. Os sítios de Pedralva [88] e S. Simão [49] corresponderão a possíveis paróquias que poderão remontar a este período relativamente resguardadas das grandes vias de comunicação que cruzavam a região bracarense.

Os restantes sítios encontram-se implantados em locais que apresentam um declive inferior a seis graus. Apesar deste declive bastante reduzido encontram-se implantados em zonas bastante diversificadas. Os sítios de Cones [57] e de Sobreposta [107], apresentam-se implantados numa zona que apresenta um declive que apenas está ligeiramente abaixo dos seis graus. No primeiro caso, trata-se de um outeiro que se encontra relativamente próximo da cidade de Braga, mas não excessivamente exposto às principais vias de comunicação. O segundo local, localiza-se na zona da região bracarense mais afastada das principais áreas de circulação e das áreas mais baixas que, como vimos anteriormente, seriam as que tinham maior dinamismo no período tardo antigo.

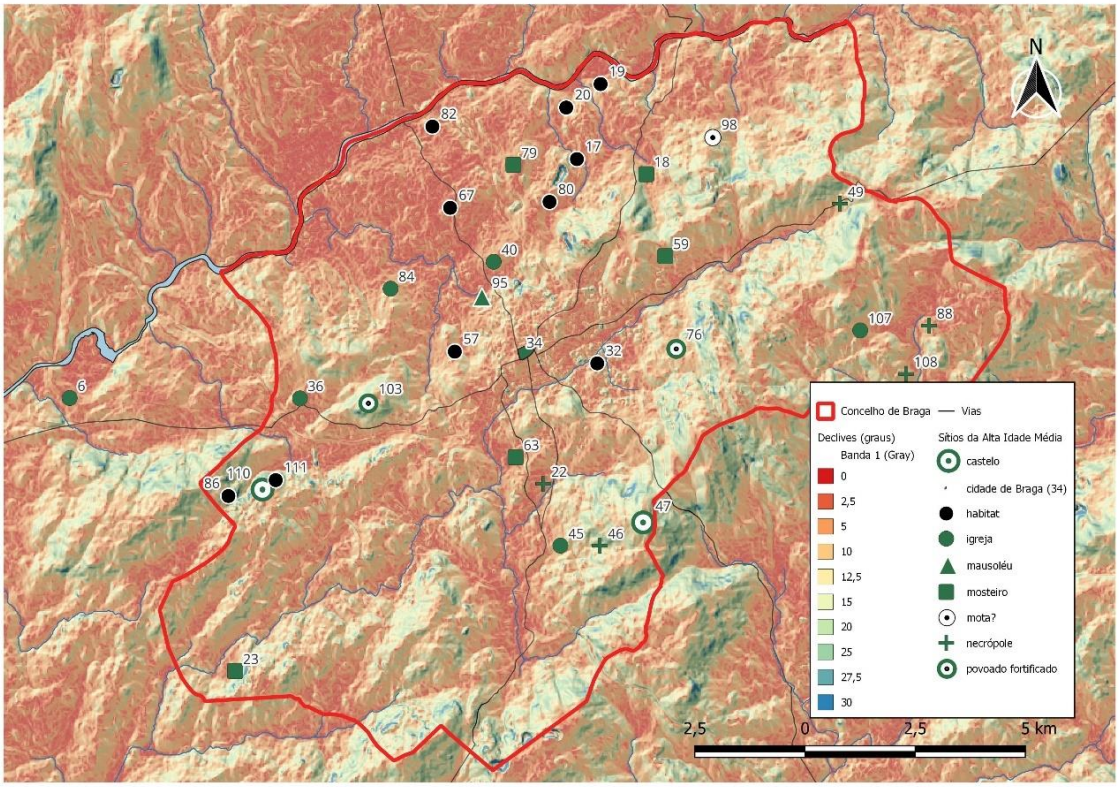


Figura 117 - Sítios que poderão ser associáveis à Alta Idade Média e mapa de declives. ©Francisco Andrade

Em posição similar, encontra-se a necrópole de S. Tomé da Lageosa [108]. Esta zona, correspondente à atual freguesia de Sobreposta, parece evidenciar, neste período, um protagonismo que, até então não teria conhecido. Efetivamente, o único vestígio que temos referenciado de período anterior seria a possível *villa* que se localizaria em Espinho [44]. A análise efetuada demonstra implantações de sítios em zona com um declive bastante moderado, como nos casos do Monte da Consolação [76] ou Castelhão [98], pese embora estejam em zona de cumeada. Apesar de não termos indícios claros da sua ocupação em período tardo antigo, a hipótese de que isso possa ter acontecido não será totalmente de descartar.

Os sítios de Arcos [22] e Cabreiros [36], apesar de se encontrarem implantados em zonas relativamente próximas de vias de comunicação, encontram-se também bastante próximas de fortificações que se pensa terem sido ocupadas neste período. O sítio de S. Paio de Parada [84], apresenta uma inscrição que poderia remontar a finais do século XI. As questões que consideramos existirem acerca da sua inclusão neste período, serão debatidas mais adiante. Se tivermos em consideração os dois indicadores até agora analisados, poderíamos aceitar, com algumas reservas, a sua inclusão neste período. O orago de S. Paio, poder-nos-ia induzir à sua inclusão nos locais possivelmente ocupados no âmbito da reconquista.

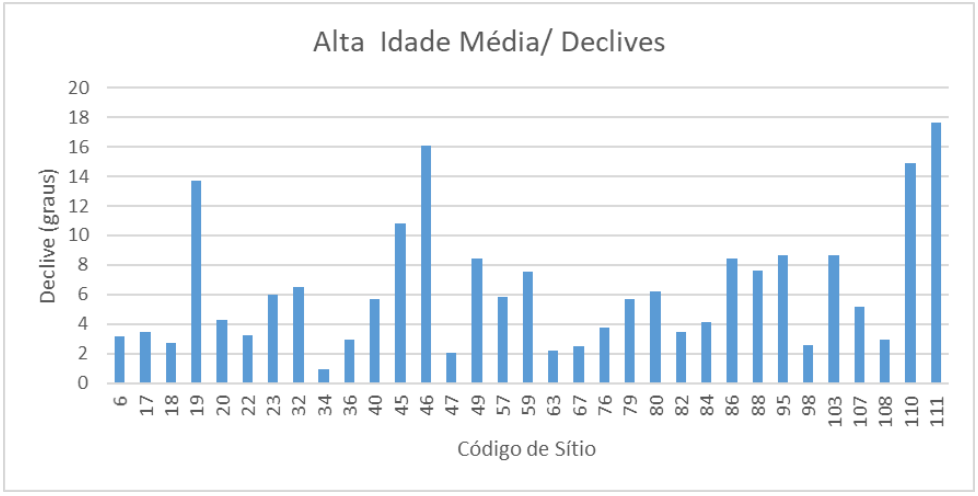


Figura 118 - Gráfico com sítios que poderão ser associáveis à Alta Idade Média e declives. ©Francisco Andrade

Os mosteiros conheceram implantações que, na generalidade, apresentam declives muito pouco acentuados. Este facto é condizente com as suas características de exploração agrícola, que se afigura como um importante aspeto da sua vivência. O local que se apresenta implantado numa zona com uma vertente mais acentuada é o mosteiro de Gualtar [59]. Apesar destes valores, os terrenos que lhe estariam próximos estendem-se em suave pendente até ao rio este. Os mosteiros de Arentim [23], S. Pedro de Este [50], Palmeira [78] e Vimieiro [116], apresentam-se implantados em zonas que apresentam valores entre os cinco e seis graus, bastante próximos do anterior. Não nos parece que esta

diferença possa ter qualquer significado ao nível dos locais de implantação a não ser o facto de que, dadas as atividades que se desenvolviam nestes locais, haveria a necessidade de estarem implantados em locais que fossem facilmente acessíveis e que facilitassem a construção de espaços cenobíticos. Os declives quase nulos dos mosteiros de Vilar de Frades [4], Martim [11], Adaúfe [18], Figueiredo [52], Lomar [63] e Tibães [69], parecem corroborar esta interpretação.

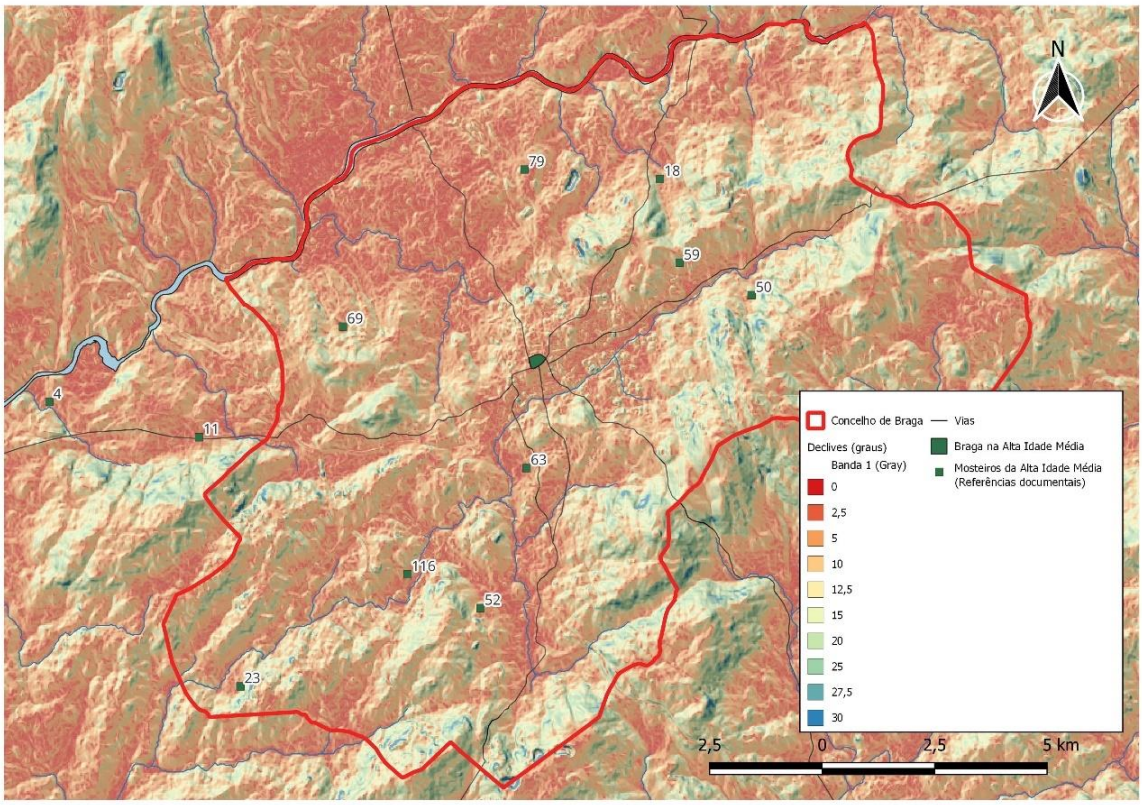


Figura 119 - Mosteiros de acordo com as referências documentais, que poderão ser associáveis à Alta Idade Média e mapa de declives. ©Francisco Andrade

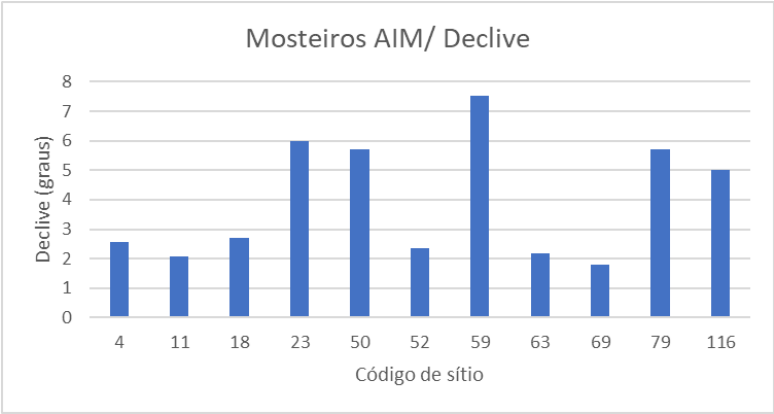


Figura 120 - Gráfico com declives das áreas em que foram implantados os mosteiros associáveis à Alta Idade Média, segundo fontes documentais analisadas. ©Francisco Andrade

Para além destes indicadores, que permitem o esclarecimento da implantação dos sítios num determinado elemento orográfico, tal como verificámos na Antiguidade Tardia, a orientação da **exposição solar**, permite o conhecimento das condições particulares a que cada local estaria sujeito e esclarecer, com maior detalhe, a localização de cada sítio, numa determinada forma de relevo. A análise mais geral dos sítios permite-nos constatar que estão implantados em locais com diversas orientações. Também considerámos importante tentar distinguir entre os locais que julgámos poderem ser associáveis à Antiguidade Tardia, de modo a tentar identificar algumas tendências que possam ser passíveis de fornecer alguns indicadores com significado, que possamos interpretar.

Dos três sítios que apresentam uma implantação tendencialmente para nordeste, apenas a necrópole de Pedralva [88], não conheceu uma ocupação da Antiguidade Tardia. Trata-se de um local de que se conhecem vestígios de uma necrópole e de uma possível sede paroquial. Os vestígios que se conhecem (necrópole), não pressupõem forçosamente um assentamento permanente e, por conseguinte, a exposição solar, teoricamente mais desfavorável, não é um fator que tenha tanta relevância como em outro tipo de sítios.

Dos locais expostos a oeste, apenas os sítios de S. João de Areias [6] e Arentim [23], não têm ocupação conhecida da Antiguidade Tardia. O sítio de S. João de Areias [6], corresponde a uma possível paróquia que poderá ter sido ocupada nesta época. Não é possível, de momento, conhecer a localização e a orgânica interna da unidade de povoamento que poderia estar associada a este núcleo paroquial, o que condiciona a elaboração de uma análise suficientemente conclusiva acerca do significado das condições específicas da sua implantação. O sítio de Arentim [23], dado que se trata de um conjunto monástico, será analisado mais detalhadamente ainda neste capítulo, em conjunto com os outros locais similares.

Os sítios que foram implantados em locais com uma exposição de sudoeste são apenas quatro, destes, apenas um estaria já ocupado na Antiguidade Tardia. A ocupação da Alta Idade Média de Dume [40], apesar de terem sido identificados vestígios eventualmente associáveis ao período em análise neste capítulo, não é de fácil interpretação, podendo não ter sido tão impactante como anteriormente se tinha considerado (Andrade, 2015, pp. 106-109). Mesmo assumindo uma ocupação do local, não podemos, com clareza, descartar que, pelo menos em alturas muito particulares, possa ter conhecido um carácter intermitente, face a condições de maior ou menor segurança.

Os restantes sítios, de que não conhecemos ocupação da Antiguidade Tardia, apresentam condições distintas de implantação, pese embora as condições de exposição solar sejam similares. O sítio de Fontela [17] encontra-se na zona de vale, próximo de Pitancinhos [80] e de Adaúfe [18], numa zona não

muito próxima das vias de comunicação principais. A necrópole de Marinhais [46], como já referimos anteriormente, foi implantada numa zona relativamente próxima de Santa Marta da Falperra [47] e Esporões [45], devendo a relação com estes dois sítios ser o principal referente que condicionou a sua implantação. O lugar de S. Simão [49], poderá, como já foi referido anteriormente, ter constituído um núcleo paroquial, bastante próximo da principal via de comunicação.

Apesar das distintas condições de implantação, a exposição solar dos locais em que estão implantados, poderá constituir um indicador que potencie o aumento da probabilidade da existência de um assentamento permanente próximo a estes locais. Os sítios, que têm uma orientação predominantemente orientada a sul, possuem igualmente locais distintos de implantação, se tivermos em consideração os indicadores que analisamos anteriormente.

Um aspeto que nos parece relevante na análise destes locais, é o facto de apenas um dos sítios ter uma ocupação conhecida associável à tardo antiguidade. Trata-se do sítio de Esporões [45], que se encontra no início da encosta do promontório que alberga, na sua parte superior, o castelo de Santa Marta da Falperra [47]. Dos restantes sítios, dois constituem fortificações implantadas no topo dos outeiros, uma das quais, implantada de raiz (castelo de Penafiel de Bastuço [110]) e outra reaproveitando um povoado fortificado da Idade do Ferro, como é o caso do monte das Caldas [103]. A necrópole de Serra [86], apresenta condições idênticas de exposição solar, possivelmente associada ao castelo de Penafiel de Bastuço [110], tal como as necrópoles de Arcos [22] e S. Tomé da Lageosa [108]. Apesar de implantados em zonas distintas, estando a de S. Tomé de Lageosa [108], numa zona mais recôndita e recuada do que a de Arcos [22], pensamos que este indicador nos fornece dados que permitem avançar a hipótese de um possível *habitat* associado a estas necrópoles. O sítio de Cabreiros [36], também possui condições semelhantes, podendo ser passível de ter constituído igualmente um assentamento associável a este período.

Os locais que foram implantados numa área com uma exposição solar predominantemente de sudoeste, são essencialmente constituídos por sítios que conheceram uma ocupação na Antiguidade Tardia, alguns deles tratando-se de mosteiros que serão analisados mais adiante. No caso do sítio de Pateira [67], que teria constituído uma *villa*, nesse período, as referências documentais permitem-nos, de alguma forma, associar a sua ocupação ao período alto medieval. Não pudemos, contudo, aceder a dados claros acerca das suas características de ocupação. Tal facto, só seria possível através de uma intervenção arqueológica, que permitisse conhecer com maior detalhe o tipo de ocupação que conheceu o local. Os sítios cuja ocupação conhecida é apenas da Alta Idade Média e que se apresentam implantados em locais com esta orientação (Pitancinhos [80] e Parada [84]), correspondem a locais que

foram identificados no topo de pequenos outeiros. Um aspeto que nos parece notório, relativamente a estes locais, é o facto de que uma parte considerável dos locais de que se conhecem vestígios apenas da Alta Idade Média ou implantados em locais ocupados anteriormente, mas sem uma continuidade ocupacional e funcional, foram implantados em locais mais elevados e, por conseguinte, mais expostos, fazendo com que a orientação a sul ou próxima dos pontos colaterais mais próximos, se apresente com uma importância muito maior do que em locais mais baixos, dada a sua maior exposição a condições climatéricas adversas.

Dos locais implantados em zonas com uma exposição solar a este, apenas o castelo de Santa Marta da Falperra [47], tem ocupação conhecida da Antiguidade Tardia. Apesar da orientação ligeiramente distinta, parece-nos que terá disposto de soluções de orientação similares às dos sítios que anteriormente mencionamos, por razões semelhantes, salvaguardando as especificidades da sua implantação, já anteriormente abordadas quando analisámos a ocupação do local, na Antiguidade Tardia. O monte da Consolação [76] e a possível mota de Castelhão [98], apresentam-se implantados com a mesma orientação. No caso do primeiro sítio, não conhecemos com detalhe as condições da sua ocupação neste período, não nos sendo possível compreender a plenitude das implicações que teriam condições climáticas adversas, nos seus ocupantes. Se partirmos do pressuposto que apenas acolheria uma guarnição permanente neste período, não sendo a exposição ideal, seria, apesar de tudo, mais resguardado do que uma localização entre norte e oeste. No caso dos sítios de S. Simão [49] ou Sobreposta [107], também consideramos que a sua localização permite assumir um grau de probabilidade relativamente elevado para a existência de um *habitat* nestes locais.

Os povoados que foram implantados em locais orientados a nordeste, são o povoado da Ribeira [19], Braga [34] e S. Bento [111]. Na cidade de Braga [34], não nos é possível valorizar suficientemente estes dados, na medida em que dadas as especificidades e dimensões do sítio, devem ser considerados com alguma reserva. Contudo, a ocupação que se parece ter circunscrito mais a norte, poderá ter pressuposto o abandono de uma parte considerável do espaço urbano que teria uma exposição solar mais a sul, teoricamente mais favorável. Pensamos que este facto ter-se-á devido essencialmente à circunstância de o conjunto episcopal se localizar nesta zona e, dada a crescente importância da igreja na sociedade, que já tinha iniciado na Antiguidade Tardia, a motivação terá sido essencialmente religiosa e política, que se sobrepôs às características topográficas do local. No caso dos sítios da Ribeira [19] e S. Bento [111], parece-nos que a ocupação dos locais poderá estar relacionada com as condições especificas do relevo respetivas, que não permitiam uma implantação em encostas com exposições topográficas mais favoráveis.

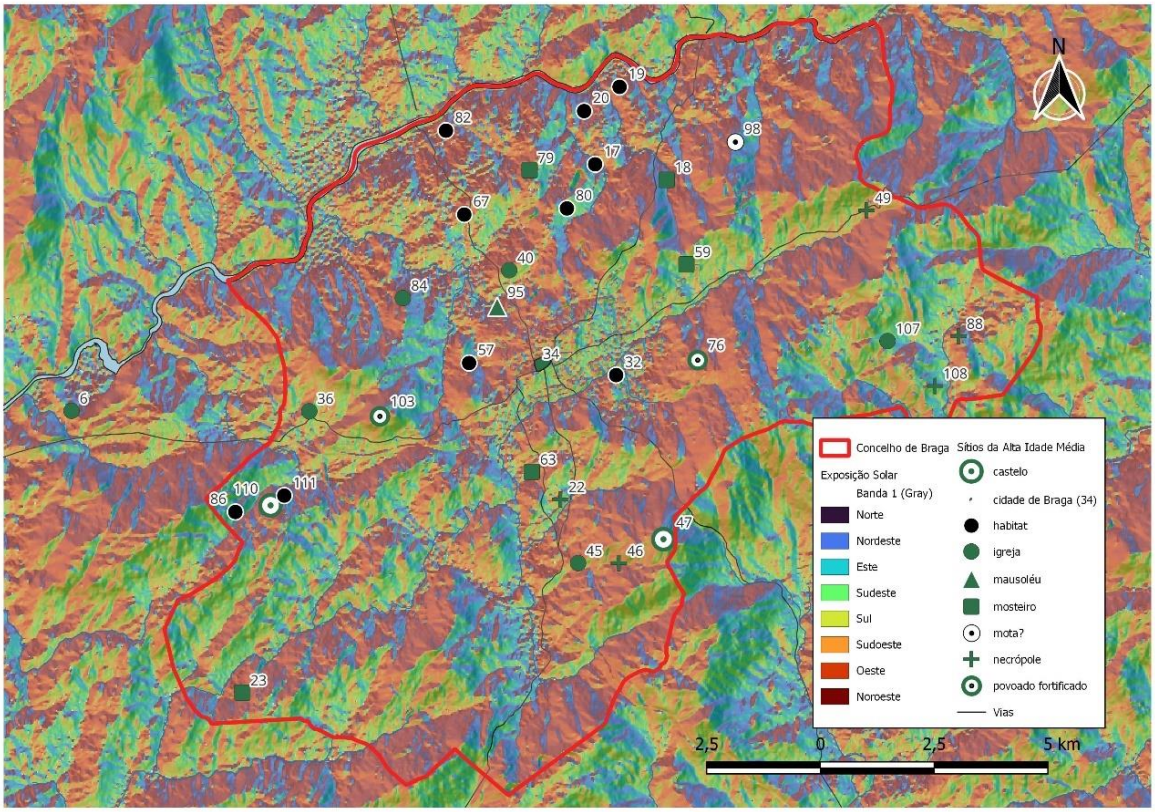


Figura 121 - Sítios que poderão ser associáveis à Alta Idade Média e orientação da exposição solar. ©Francisco Andrade

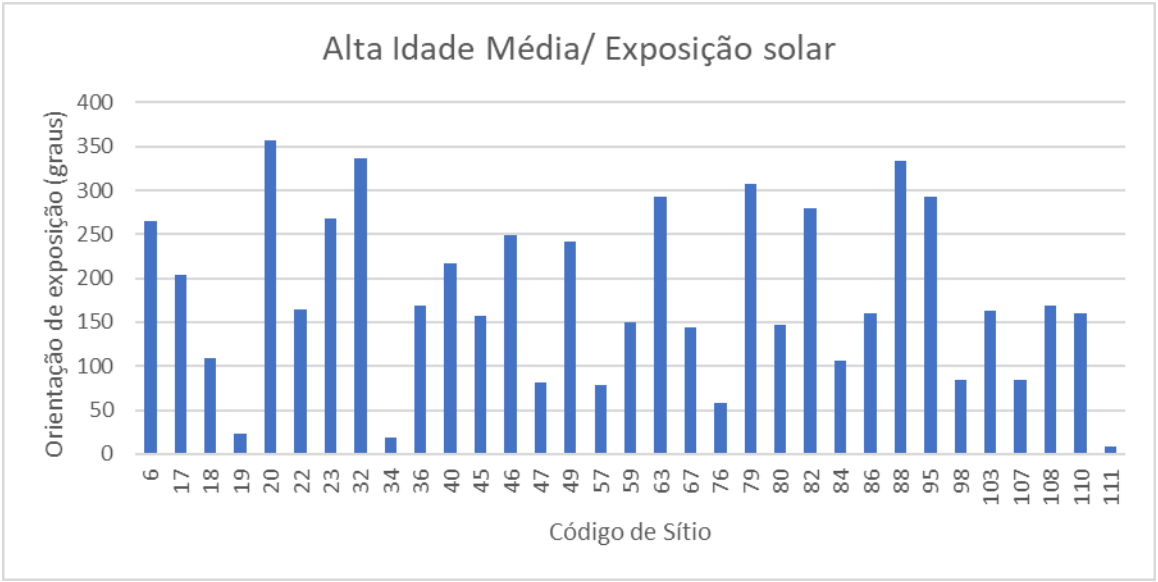


Figura 122 - Gráfico de sítios que poderão ser associáveis à Alta Idade Média e exposição solar. ©Francisco Andrade

Para além da análise geral dos sítios, relativamente às suas condições de exposição solar, consideramos também importante analisar, tal como já fizemos relativamente a outros indicadores, os

mosteiros que a documentação indicia terem conhecido uma ocupação deste período. É possível constatar que o possível mosteiro de Palmeira [79], se encontra num sítio tendencialmente exposto a noroeste. Se tivéssemos apenas em consideração este indicador, teríamos que considerar que se encontrava num local que não seria o mais indicado para acolher este tipo de assentamento. Dado que temos indícios que nos permitem aceitar a possível existência de uma ocupação tardo antiga, pensamos que poderá ter sido esta preexistência a condicionar a implantação do mosteiro neste local. O facto de as condições não serem as ideais, com uma implantação num local com algum grau de desadequação e a não disponibilidade de um território suficiente amplo que permitisse a obtenção de rendimentos suficientes, poderá ter ditado a curta vigência do espaço cenobítico.

Os mosteiros de Arentim [23] e Lomar [63], apresentam-se implantados em locais com uma exposição tendencialmente a oeste que, não sendo a ideal, permite perfeitamente assumir a existência de um conjunto monástico. Alguns dos restantes indicadores acrescem a probabilidade de existência de um cenóbio nestes locais. Os mosteiros de Vilar de Frades [4], Adaúfe [18], Gualtar [59] e Vimieiro [116], apresentam-se implantados numa zona que está exposta essencialmente de sudeste. O facto de se localizarem em locais mais resguardados, com uma exposição solar mais favorável, fazem com que sejam indicados à ocupação de uma comunidade monástica. Refira-se ainda que, no caso de Adaúfe [18] e Gualtar [59], estas condições favoráveis já tinham proporcionado a instalação de uma *villa* no período romano.

O mosteiro de Tibães [69] apresenta-se implantado num local com uma exposição solar, tendencialmente de este. Apesar de não ser o indicador mais favorável, diversos outros aspetos terão proporcionado o desenvolvimento deste conjunto monástico, como veremos mais adiante. Parece-nos ainda interessante constatar que os mosteiros implantados em locais que conheceram assentamentos tardo antigos, parecem estar implantados de forma mais adequada, se tivermos em consideração apenas este indicador.

Os mosteiros de Martim [11], S. Pedro de Este [50] e Figueiredo [52], encontram-se implantados em locais que apresentam exposições solares de nordeste. Trata-se de locais que não se apresentam indicados, se tivermos em consideração este aspeto, para a implantação de um mosteiro. Constatamos que todos os mosteiros que se enquadram neste conjunto tiveram uma existência breve e não lograram sucesso nos períodos subsequentes. Não queremos, contudo, defender que a não continuidade destes conjuntos monásticos se deve apenas à desadequação deste indicador que estamos a analisar. De facto, houve diversos mosteiros que conseguiram a manutenção de comunidades monásticas em regiões mais inóspitas do que as existentes nos locais de implantação destes conjuntos monásticos, mas que

asseguravam outras componentes como o recolhimento e o distanciamento que permitia uma maior proximidade com a divindade e os valores preconizados pelas primeiras comunidades monásticas. Contudo, se encararmos uma comunidade monástica para além da sua componente religiosa, mas tivermos igualmente em consideração os aspetos económicos necessários à manutenção das comunidades que se instalavam nos espaços cenobíticos, pensamos que as condições de implantação, terão tido seguramente um papel importante na sua manutenção e prosperidade.

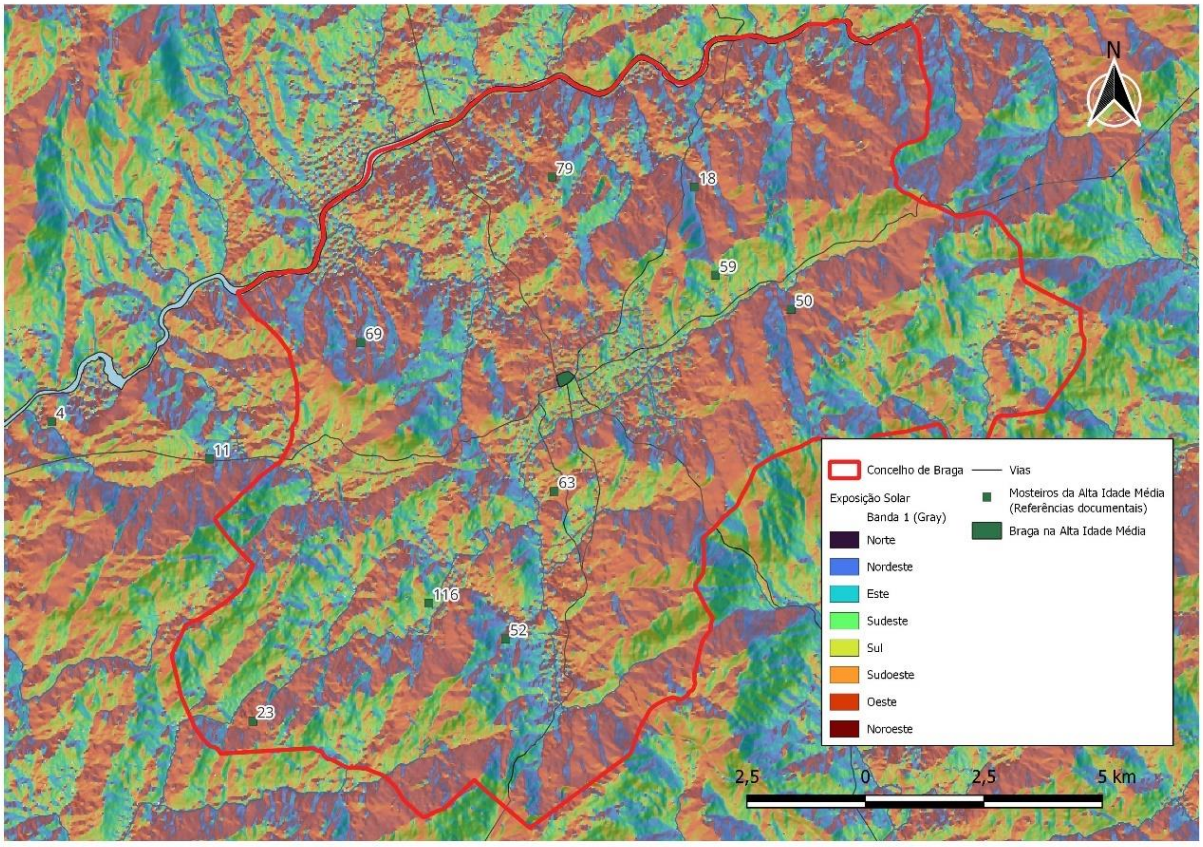


Figura 123 - Mapa de exposição solar dos mosteiros associáveis à Alta Idade Média segundo fontes documentais analisadas. ©Francisco Andrade

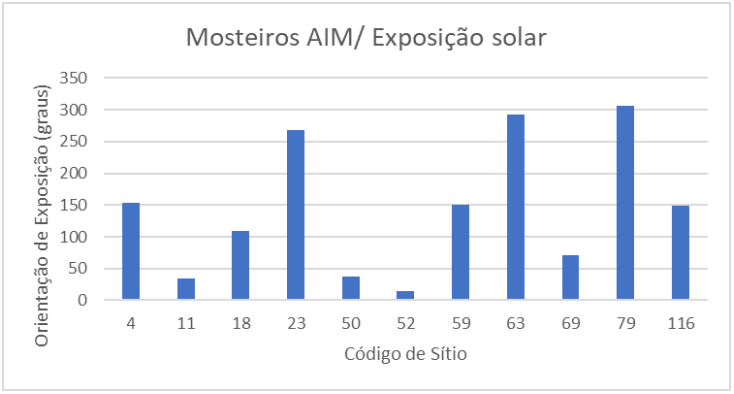


Figura 124 - Gráfico de mosteiros que poderão ser associáveis à Alta Idade Média, segundo fontes documentais analisadas e exposição solar. ©Francisco Andrade

Para além dos indicadores que anteriormente analisámos, tal como já efetuámos para a Antiguidade Tardia, também analisámos as condições de **escoamento de águas** e a sua relação com as áreas em que estão implantados os sítios que podem ser associáveis à Alta Idade Média. Este indicador apenas nos permite o estabelecimento de considerações mais gerais, se analisado comparativamente com os valores de outros locais. Ao nível de comparação entre sítios em estudo, parece-nos que é menos passível de nos fornecer dados do que os anteriores e permite chegar a um conjunto mais limitado de conclusões.

Podemos dividir o conjunto de sítios, associáveis a este período, em quatro grupos principais. O grupo em que se verificam maiores condições de escoamento é constituído pelos sítios de Fontela [17], Adaúfe [18], Ribeira [19], S. João (Adaúfe) [20] e Castelhão [98]. Tratando-se de sítios tipologicamente diversos, podemos constatar que os valores obtidos são condicionados pela posição relativa dos mesmos, localizados na área mais a nordeste da área em estudo, que possiu valores de escoamento mais elevados. O segundo grupo de sítios que apresenta valores mais elevados é constituído pelos sítios de Pedralva [88], Sobreposta [107] e S. Tomé da Lageosa [108], com cerca de mil milímetros mensais. Os locais apresentam valores que parecem condizentes com as condicionantes orográficas e de localização que parecem condicionar os valores de escoamento. Os sítios que apresentam valores de escoamento intermédios (oitocentos milímetros), apresentam-se localizados na área central mais a norte e ocidental da área em estudo e corresponde à zona em que parecem estar reunidas as melhores condições para a prática da agricultura. Trata-se da área que abarca a maior quantidade de sítios. A zona com menores valores de escoamento, na zona mais a centro e sul da área em estudo, parece apresentar um número superior de sítios do que no período anterior, fruto do número ligeiramente mais elevado de sítios, mais adequado tipologicamente à orografia desta área.

Apesar das ligeiras diferenças que parecem existir entre os sítios identificados na Antiguidade Tardia e os da Alta Idade Média, julgamos não existir um valor significativo que permita intuir uma alteração de escolha dos locais que tivesse em consideração este indicador, contrariamente a outros aspetos que já abordamos e que serão tratados mais detalhadamente na exposição das principais tendências identificadas no povoamento deste período.

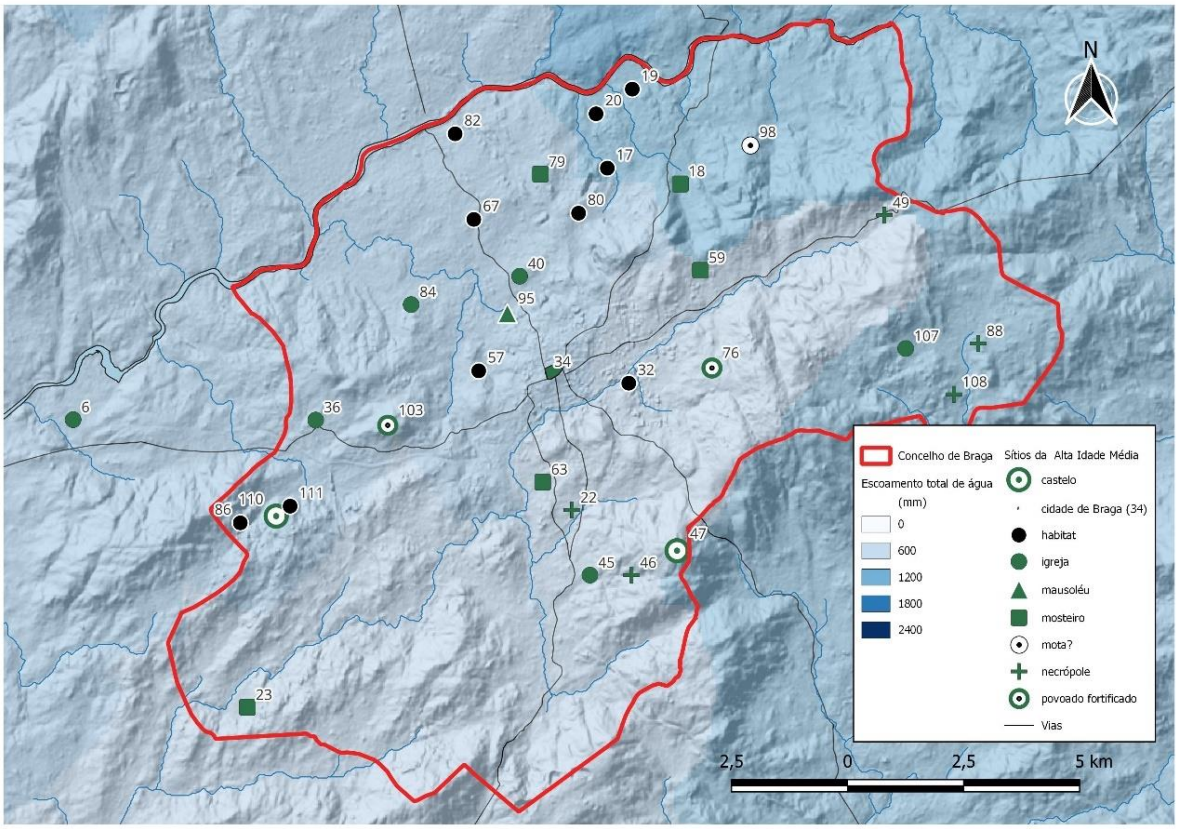


Figura 125 - Sítios que poderão ser associáveis à Alta Idade Média e escoamento total mensal de águas. ©Francisco Andrade

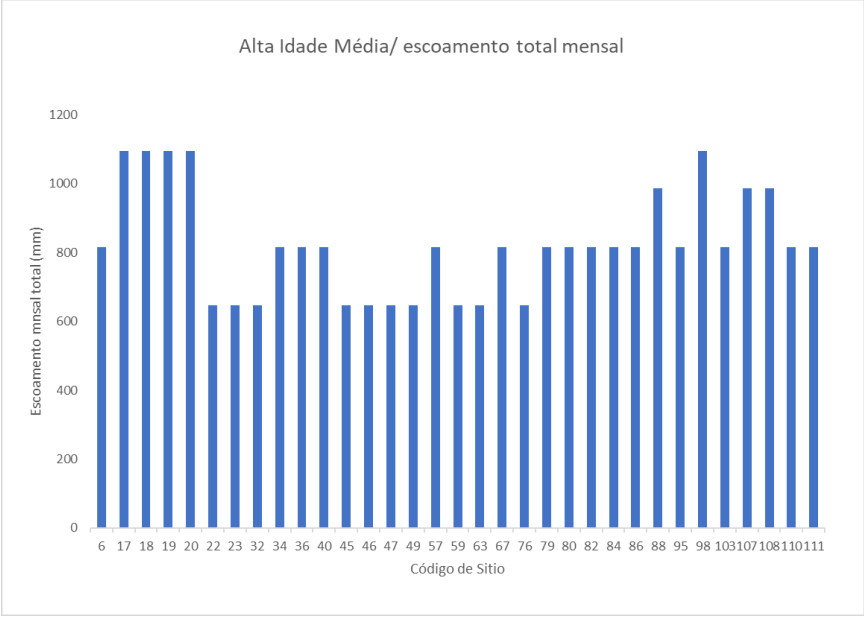


Figura 126 - Gráfico de sítios que poderão ser associáveis à Alta Idade Média e escoamento mensal total de águas (mm). ©Francisco Andrade

Tal como com os indicadores anteriores, também efetuámos a análise dos valores totais de escoamento mensal, relativamente aos conjuntos monásticos que as fontes documentais indiciam que

poderiam remontar a este período. A observação dos dados permite constatar que, como já foi referido anteriormente, o mosteiro de Adaúfe [18], é o único que se encontra implantado num local com índices de escoamento acima dos mil milímetros mensais. Os restantes mosteiros apresentam-se implantados em locais com valores compreendidos entre os oitocentos milímetros mensais e pouco mais de seiscentos milímetros mensais.

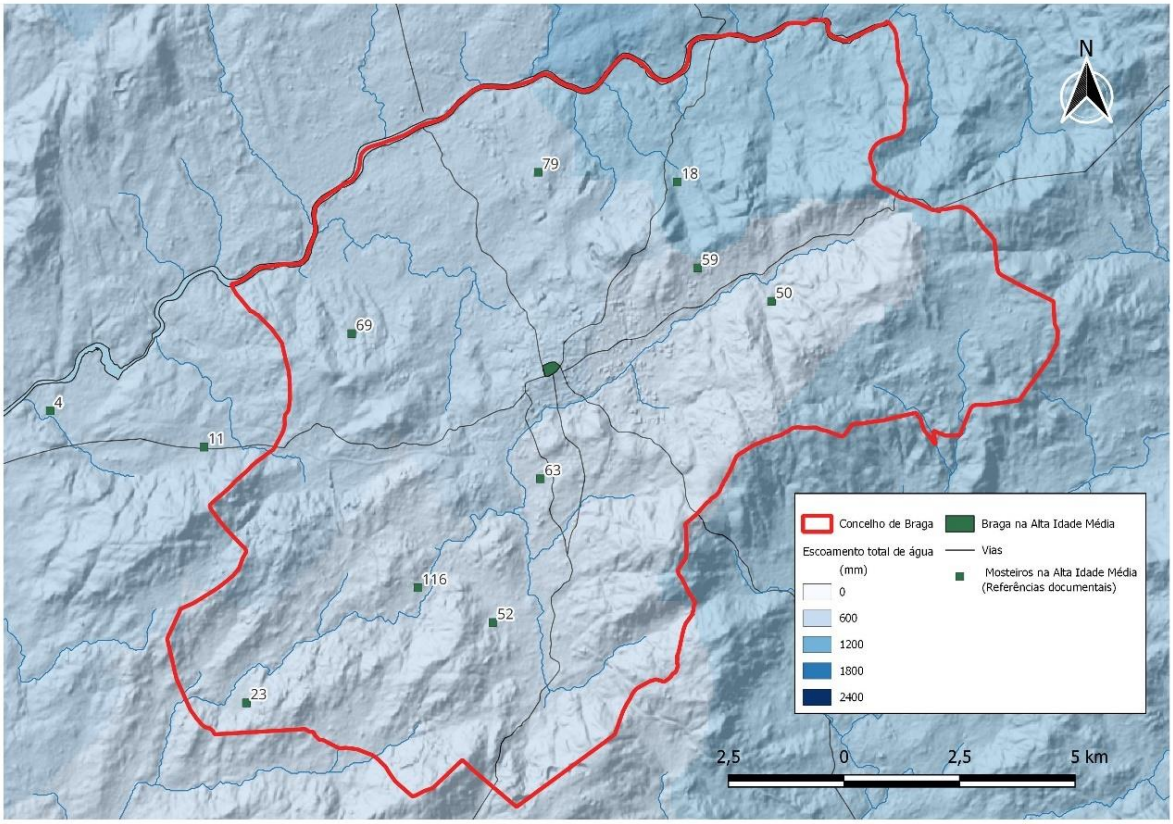


Figura 127 - Mosteiros cujas referências documentais admitem a associação à Alta Idade Média e dados de escoamento total mensal de águas. ©Francisco Andrade

Apesar se identificarem alguns mosteiros implantados em locais com valores ligeiramente superiores aos seiscentos milímetros, também temos diversos sítios que se encontram implantados em locais com um escoamento mensal de cerca de oitocentos milímetros mensais. Os dados invertem a ordem que foi identificada nos sítios associáveis a este período, parecendo haver uma concentração de conjuntos monásticos na zona centro e sul do atual concelho bracarense. Apesar deste facto, constata-se a disposição relativamente uniforme por todo o território, não parecendo haver uma área em que seja identificável uma especial concentração de locais que pudessem ser enquadrados nesta tipologia, nem consideramos que este indicador seja um aspeto especialmente relevante na explicação da disposição dos sítios no território.

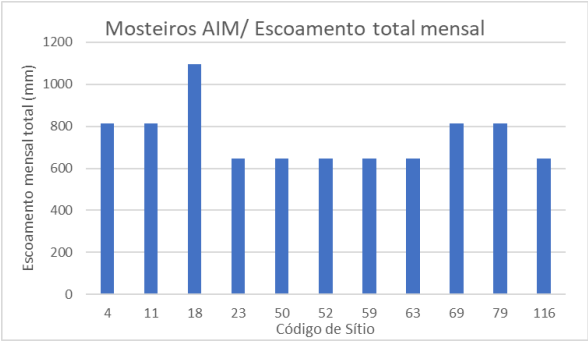


Figura 128 - Gráfico de mosteiros que poderão ser associáveis à Alta Idade Média, segundo fontes documentais analisadas e respetivos índices de escoamento mensal total de águas (mm). ©Francisco Andrade

O facto de se ter identificado neste período histórico uma especial relevância de ocupação de locais em altura, com apetências defensivas, faz com que se torne, no nosso entender, pertinente a análise das condições específicas de implantação inerentes à seleção de cada local, designadamente ao nível das **condições de visibilidade** e controlo sobre determinadas zonas do território.

O primeiro local analisado, foi o castelo de Santa Marta da Falperra [47], que é mencionado por Barroca (2004, p. 199), como sendo o local da região bracarense mais provável para ter conhecido uma ocupação defensiva na Alta Idade Média. Este local já tinha sido anteriormente abordado no âmbito da sua ocupação da Antiguidade Tardia, sendo bem evidente a sua ampla visibilidade sobre uma parte considerável da região em estudo.

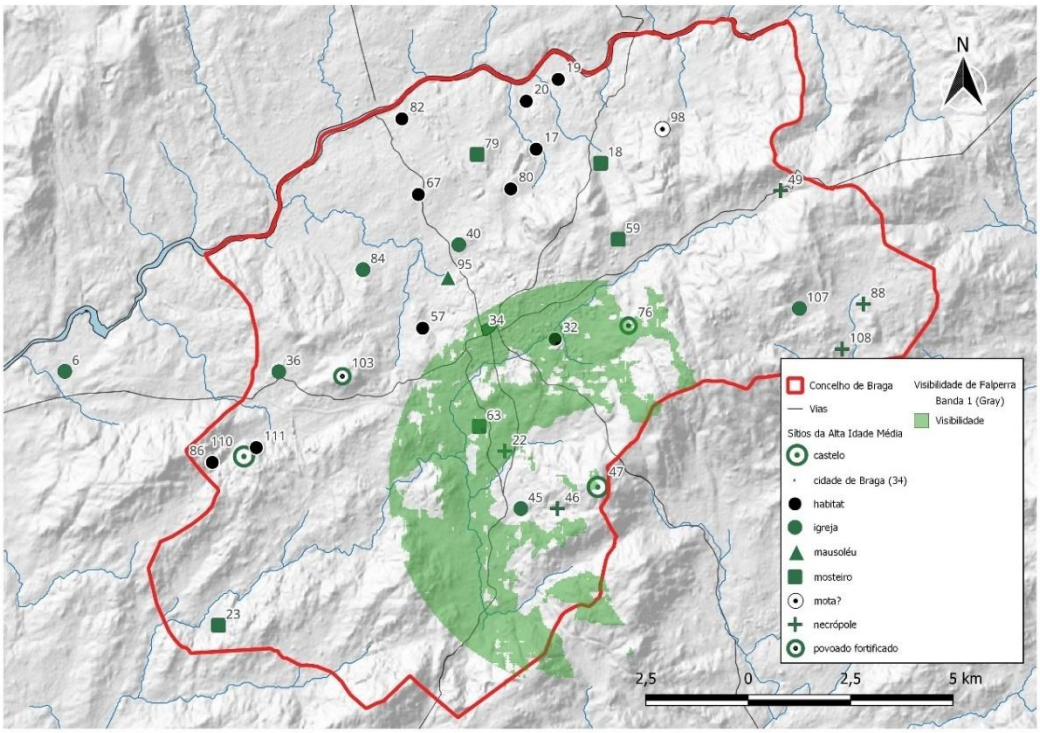


Figura 129 - Visibilidade do castelo de Santa Marta da Falperra [47] e relação com os sítios conhecidos da Alta Idade Média (5K). ©Francisco Andrade

Se analisarmos com maior detalhe as condições de visibilidade, parece-nos evidente que, a partir deste local, consegue-se controlar o acesso de forças vindas de sul, pela antiga via XVI, para a cidade de Braga. Dado o facto de neste momento as principais potenciais forças militares deverem ser oriundas de sul, parece-nos que o local cumpriria plenamente as suas funções defensivas. Outro aspeto importante a ter consideração, é o facto de o acesso a sítios como Esporões [45] e Marinhais [46], que pensamos poderem estar relacionados com o castelo da Falperra [47], também estar salvaguardado, parecendo-nos que este facto constituirá mais um aspeto a ter em consideração na corroboração desta hipótese.

Consideramos ainda relevante constatar que a análise permitiu verificar a existência de uma visibilidade para o Monte da Consolação [76], o que nos parece indiciar a possibilidade de o sítio fazer parte de um sistema defensivo em rede, que permitiria abarcar um território mais amplo e que salvaguardaria não só a segurança da cidade de Braga [34], mas também das zonas rurais que lhe estariam próximas.

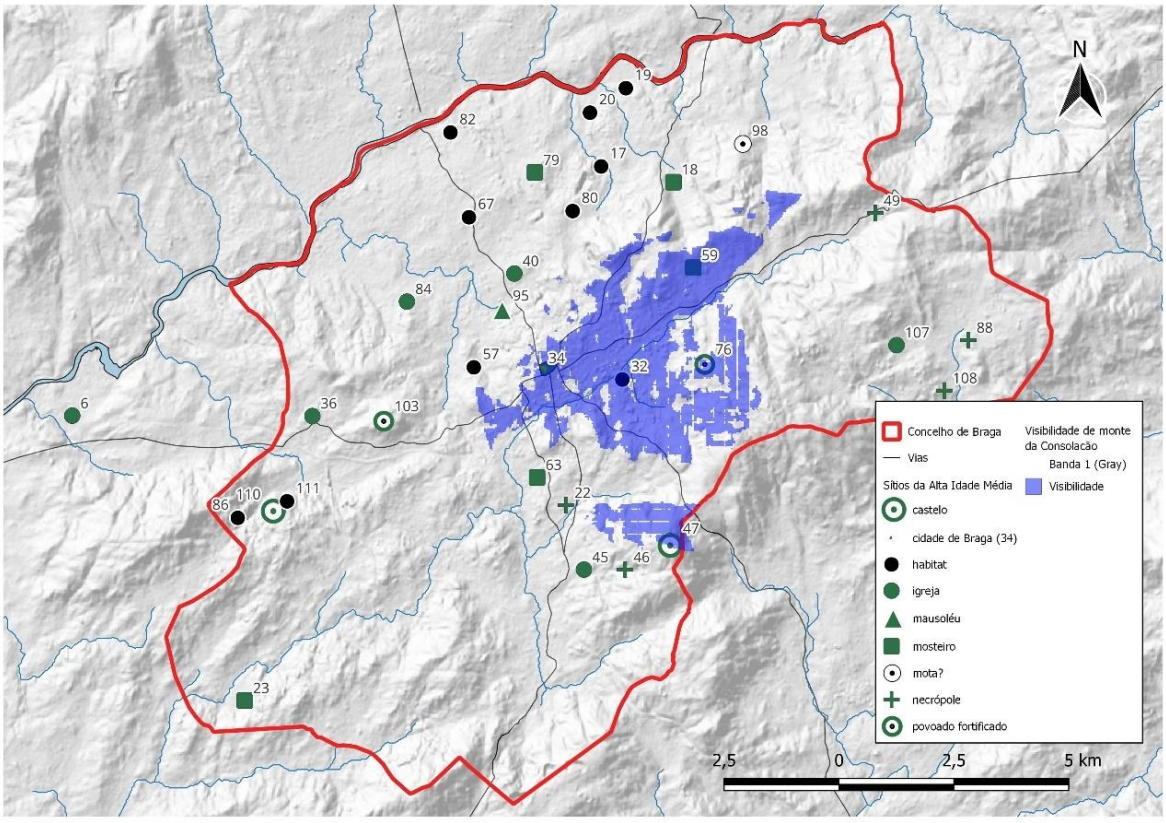


Figura 130 - Visibilidade do monte da Consolação [76] e relação com os sítios conhecidos da Alta Idade Média (5K). ©Francisco Andrade

Se analisarmos a visibilidade do monte da Consolação [76], podemos confirmar a sua mútua visibilidade com o monte de Santa Marta da Falperra [47] e com a cidade de Braga [34]. O controlo das duas principais vias de comunicação que partem de sul em direção a Braga [34], apenas é possível com

a presença de guarnições nestes dois locais, o que, no contexto do conflito com o Emirado e posteriormente Califado de Córdova, constituiriam as principais vias a defender, como já referimos. O monte da Consolação [76], ao contrário de Santa Marta da Falperra [47], não parece associado a locais com vestígios arqueológicos conhecidos desta época, na sua área de influência mais próxima. Tal facto, tanto pode representar uma ausência de dados arqueológicos conhecidos, como uma diferença de tipologia, podendo ser um local com uma ocupação mais pontual e temporária, em alturas de maior insegurança.

Refira-se, contudo, que o monte da Consolação [76] tem visibilidade para Santa Tecla [32], que teria constituído um assentamento também possivelmente temporário e de vigilância segundo Fontes (1993), pese embora os dados que dispomos do local sejam bastante escassos e não nos ofereçam muita segurança. Mais segura é a visibilidade deste local para o mosteiro de S. Miguel de Gualtar [59], que foi comprovadamente um local com uma ocupação desde pelo menos finais do século XI e eventualmente anterior, correspondendo também a um local ocupado na Antiguidade Tardia por uma *villa*. Não podemos assegurar a sincronia de ocupação dos dois locais (Gualtar [59] e Santa Tecla [32]), mas a possibilidade não é de todo de descartar.

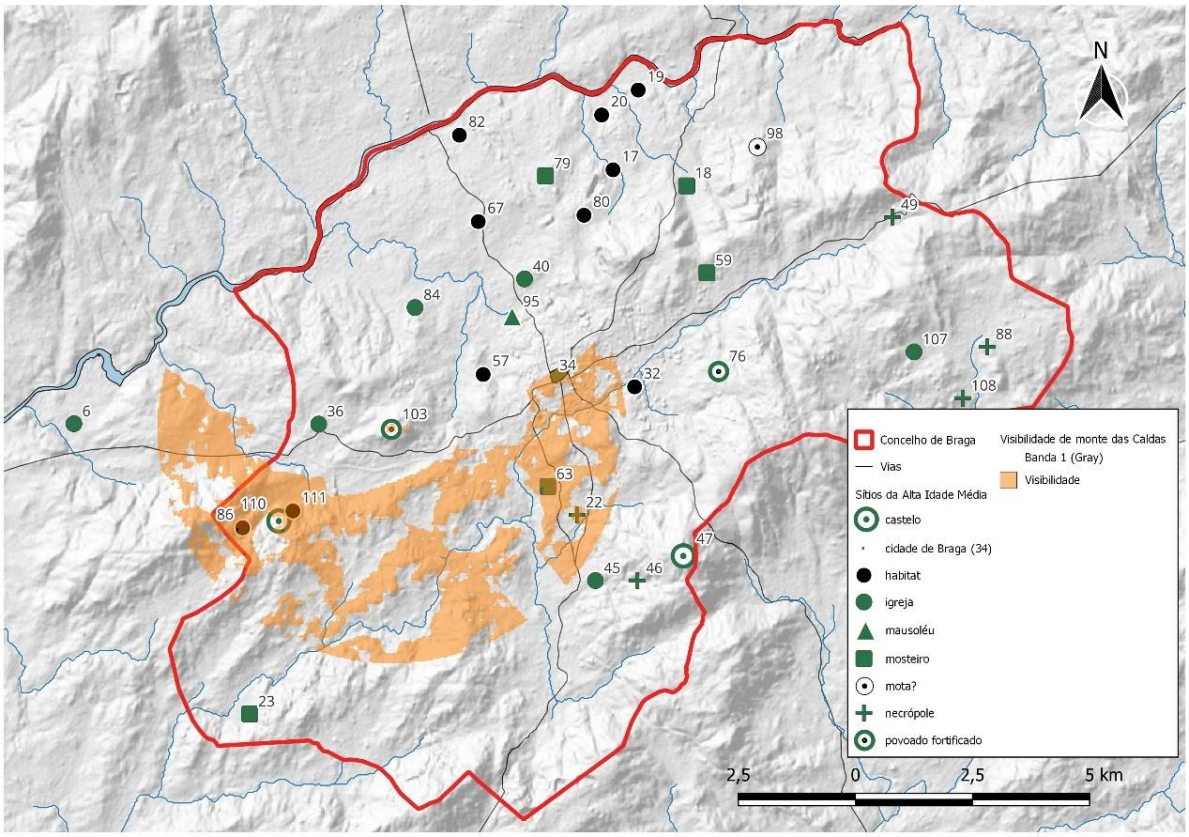


Figura 131 - Visibilidade do monte das Caldas [103] e relação com os sítios conhecidos da Alta Idade Média (5K). ©Francisco Andrade

O monte das Caldas [103], parece corresponder também a um local anteriormente ocupado por um castro, que terá conhecido uma ocupação da Alta Idade Média. A confirmar-se esta ocupação, a visibilidade deste local possibilitaria o controlo simultâneo da via que estabelecia conexão ao litoral e da antiga via XVI do itinerário de Antonino, proveniente de sul. Este local não permite uma visibilidade para os outros dois locais acima mencionados, abarcando apenas, para além das vias que mencionamos, a cidade de Braga [34], a zona do castelo de Penafiel de Bastuço [110] e dos sítios que lhe estão próximos e relacionados, bem como o mosteiro de Lomar [63] e o *habitat* e necrópole de S. Paio de Arcos [22]. Estes últimos sítios, apesar de serem visíveis a partir do monte das Caldas [103], pela sua considerável distância, dificilmente estariam diretamente relacionados com o mesmo, devendo a sua relação mais próxima ser com Santa Marta da Falperra [47].

O castelo de Penafiel de Bastuço [110], como pode ser visto através da análise do mapa que apresentamos de seguida, oferece uma amplitude visual que não parece estar relacionada com a proteção da cidade de Braga [34], circunscrevendo-se o seu raio visual aos sítios que lhe estão mais próximos, como parece ser o caso na necrópole de Serra [86] e de S. Bento [111]. Também se pode constatar a visibilidade para Cabreiros [36], sem que seja possível constatar, com clareza, a sua relação direta, mas não sendo de todo de descartar a possibilidade de poder, de alguma forma, estar dentro do seu raio de ação e influência. Efetivamente, as escavações arqueológicas parecerem remeter para uma cronologia da Alta Idade Média (séculos X-XI) (Fontes e Regalo, 1997, pp. 199-220), parecendo-se enquadrar no primeiro encastelamento mencionado em Barroca (1990-91, p. 91), que terá acontecido, em grande parte, por iniciativa de populações locais. De facto, parece que poderá ser este o caso, o que está de acordo com a visibilidade que apresenta o local, devendo ser a sua função apenas a organização e defesa do território imediato. Não queremos com isto dizer que a defesa desta porção do território não pudesse, de alguma forma, ser articulada com a defesa das terras mais próximas. Contudo, não podemos, com os dados que dispomos, assegurar que faziam parte de um sistema de defesa articulado com a cidade de Braga [34], como parece ser o caso dos sítios acima mencionados. Acresce a este facto, a constatação de que, ao situarmos o início de ocupação deste sítio nos séculos X-XI, não podemos assegurar, com clareza, a sincronia de ocupação com os locais que anteriormente seriam ocupados como castros, que poderiam ter conhecido uma ocupação, pelo menos desde a centúria anterior.

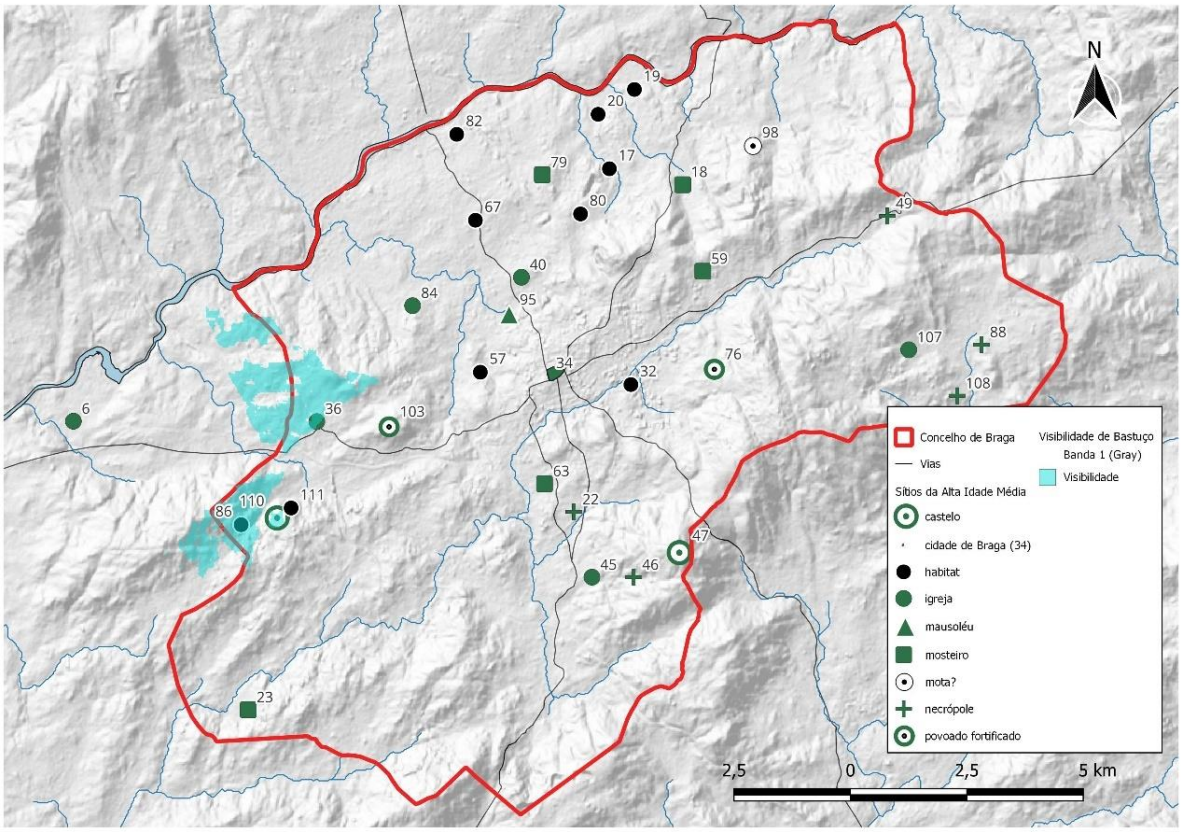


Figura 132 - Visibilidade do castelo de Penafiel de Bastuço [110] e relação com os sítios conhecidos da Alta Idade Média (5K). ©Francisco Andrade

Ao analisarmos a visibilidade do sítio de Castelhão [98], parece-nos, de alguma forma confirmar a tipologia que foi avançada em Fontes (1993, p. 71), na medida em que o controlo visual incide essencialmente sobre o rio Cávado. De facto, neste caso, a proteção da região bracarense não parece salvaguardar as investidas vindas de sul o que também poderá confirmar as características e funcionalidade avançada para este tipo de locais, por Mário Barroca (1990-1991, p. 98), que serão de origem normanda. Este tipo de sítios, surgidos por volta dos séculos IX-X, poderão ter sido utilizados em simultâneo com os primeiros castelos roqueiros.

Também como no castelo de Penafiel de Bastuço [110], a possível mota de Castelhão [98] parece ter um raio de ação que não pressupõe uma relação direta com a cidade de Braga [34], a sua cobertura visual abarca o curso do Cávado, a montante da cidade, não podendo, mesmo a nível fluvial, constituir um sítio defensivamente capaz de impedir a incursão por via fluvial até à cidade. A análise deste sistema de defesa teria que contemplar a análise de tipos de estruturas similares mais próximas da foz do rio Cávado, na zona em que a navegabilidade do rio era possível. Contudo, as incursões normandas e viquingues, como é sabido, contornariam zonas em que a navegabilidade não era possível, com alguma facilidade.

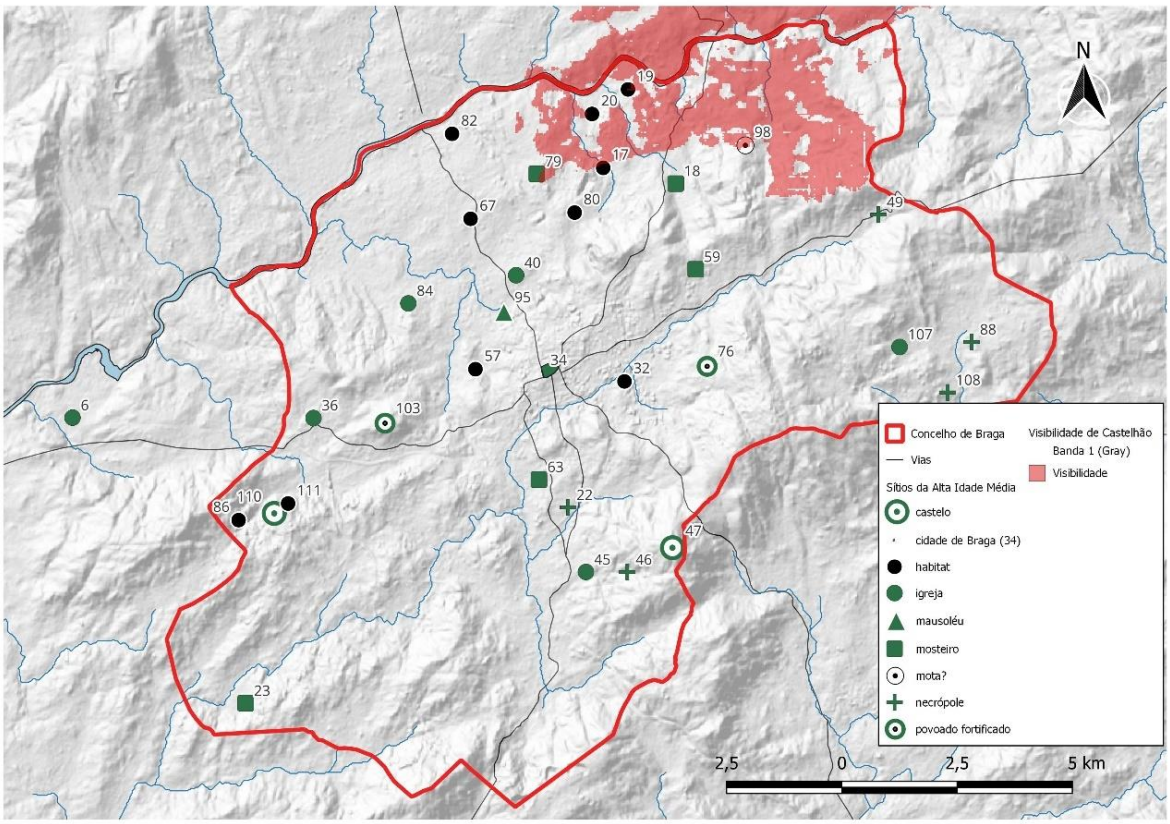


Figura 133 - Visibilidade da possível mota de Castelhão [98] e relação com os sítios conhecidos da Alta Idade Média (5K). ©Francisco Andrade

Ao apresentarmos as visibilidades das diversas fortificações, apresentadas nos parágrafos anteriores, podemos constatar que, apesar de a defesa direta da cidade no sentido sul/norte e oeste/este, ser claramente possível com os sítios de Santa Marta da Falperra [47], monte da Consolação [76] e monte das Caldas [103], o conjunto das visibilidades dos sítios parecem formar um semicírculo que abarca toda a área terrestre em torno da cidade de Braga [34]. Apenas o castelo de Penafiel de Bastuço [110], parece ter uma visibilidade mais circunscrita e abarcar uma área mais reduzida. Efetivamente, o semicírculo que acima falamos facilmente seria conseguido sem ter em consideração o castelo de Penafiel de Bastuço. Contudo, os sítios que lhe estão mais próximos e que têm uma ocupação comprovada deste período, não seriam abarcados.

Nos finais do século XI, o censual "dito" de D. Pedro, estudado por Avelino Costa (1997; 2000), evidencia um povoamento com um elevadíssimo número de paróquias, que induz o autor a considerar que uma densidade de povoamento desta ordem não poderia ser fruto de um povoamento recente, sendo este argumento um dos que se revelaram mais consistentes, na argumentação que refutou o ermamento (Costa, 1997, p. 65).

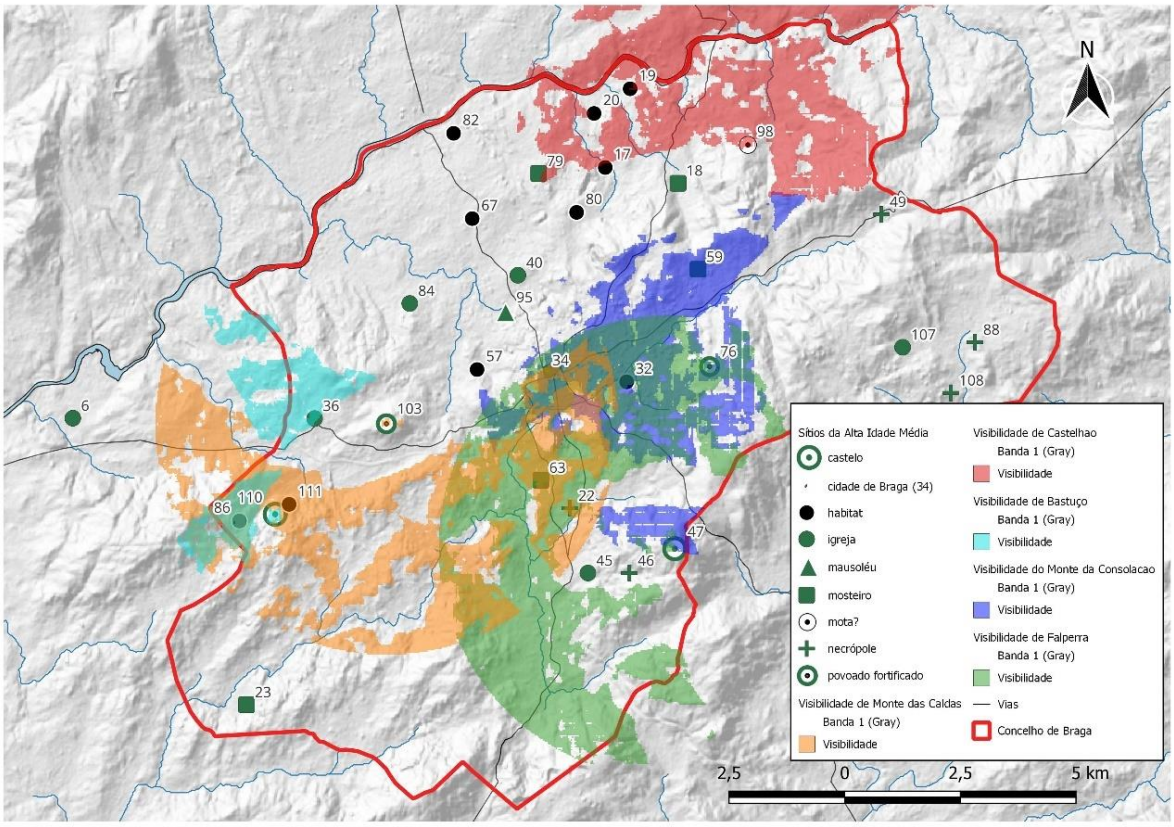


Figura 134 - Visibilidades das possíveis estruturas defensivas utilizadas na Alta Idade Média e relação com os sítios conhecidos do mesmo período (5K). ©Francisco Andrade

Se submetermos os dados extraídos do censual de finais do século XI, às análises efetuadas para os dados recolhidos exclusivamente por via arqueológica, podemos comparar as soluções de implantação e quais os significados que poderão ter. Um dos aspetos que ressaltam à primeira vista na análise deste tipo de sítios é o facto de uma parte considerável dos mesmos, possuir valores de **TPI** muito próximos do zero, o que, como já vimos anteriormente, pressupõe uma ocupação de terrenos uniformes tendencialmente planos, alguns dos quais situados em zona de vale.

Alguns dos sítios que mais se afastam dos valores nulos, correspondem a sítios que já foram referenciados anteriormente e, apesar de constituírem uma paróquia em finais do século XI, constituíam um local com uma ocupação distinta em tempos anteriores e a sua implantação estará mais relacionada com a sua funcionalidade inicial do que com a função paroquial, que parece desempenhar em finais do século XI. Tal será o caso de S. Frutuoso [95], que, como já vimos anteriormente, terá sido fundado inicialmente como mausoléu no século VII, eventualmente reaproveitando um mausoléu anterior ou um templo romano. Alguns dos sítios que apresentam valores ligeiramente superiores a 0 são correspondentes a conjuntos monásticos já analisados anteriormente, como é o caso, por exemplo, dos mosteiros de Vilar de Frades [4] e Tibães [69]. De qualquer das formas, podemos constatar que, na

generalidade, os locais com ocupação mais tardia se encontram em grande parte associados a sítios que apresentam características que não se encontram associadas à lógica de povoamento em altura como indiciam os sítios analisados apenas tendo em consideração os vestígios arqueológicos identificados.

O sítio que mais se destaca ao nível dos valores negativos é o sítio de S. Saturnino [106], em Sequeira, sendo, dos locais inventariados, aquele que se localiza numa zona de vale mais encaixado. Tal facto deve-se apenas às características topográficas do local. Se é certo que não subsistiu enquanto paróquia até aos dias de hoje, conhecem-se-lhe referências de épocas posteriores.

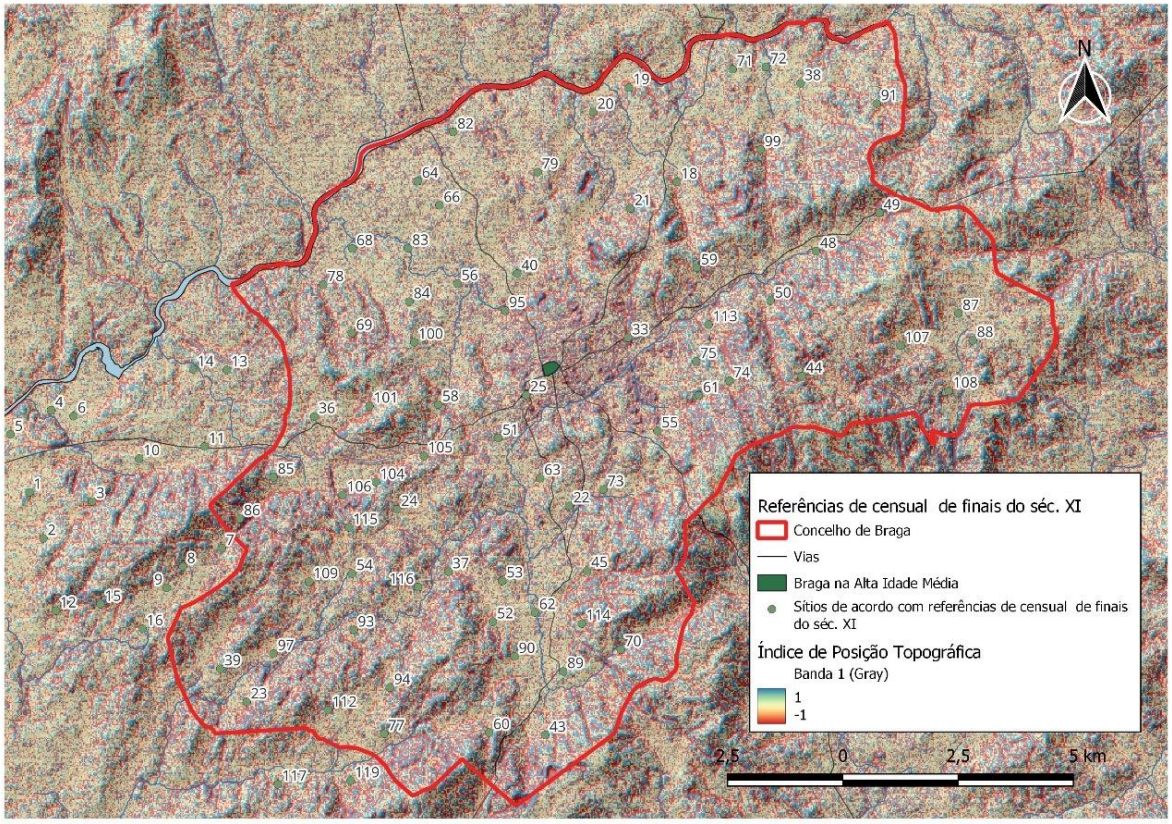


Figura 135 - Mapa de Índices de Posição Topográfica dos sítios referenciados pelo censual de finais do século XI. ©Francisco Andrade

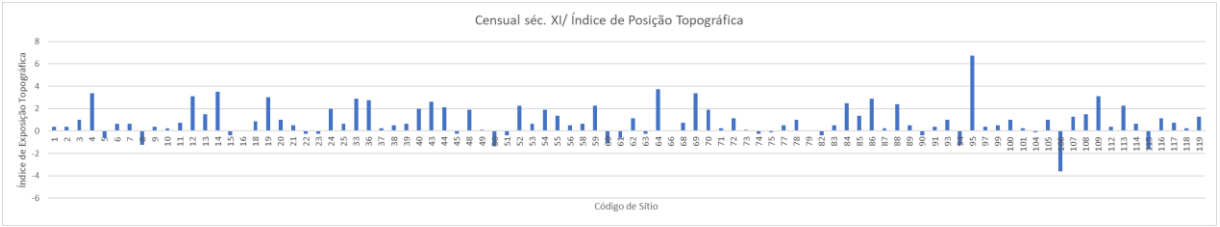


Figura 136 - Gráfico com Índices de Posição Topográfica dos sítios referenciados pelo censual de finais do século XI. ©Francisco Andrade

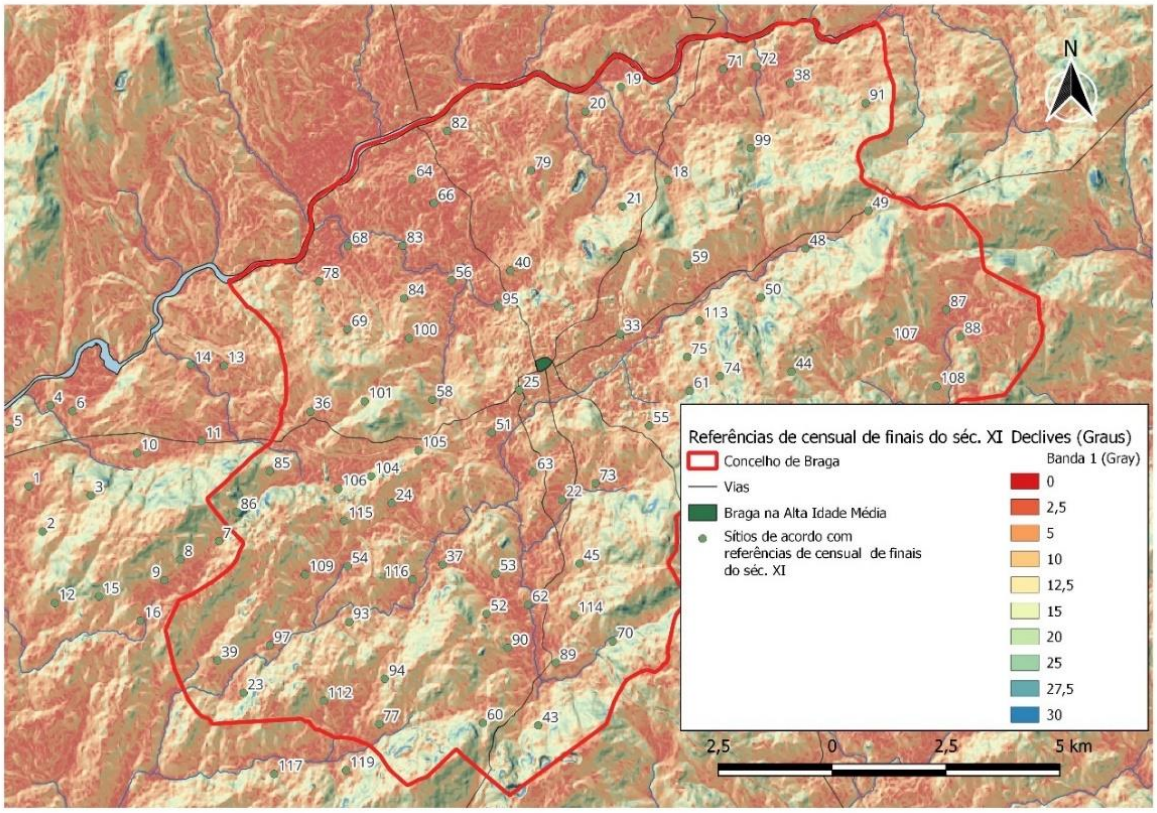


Figura 137 - Mapa com declives e sítios referenciados pelo censual de finais do século XI. ©Francisco Andrade

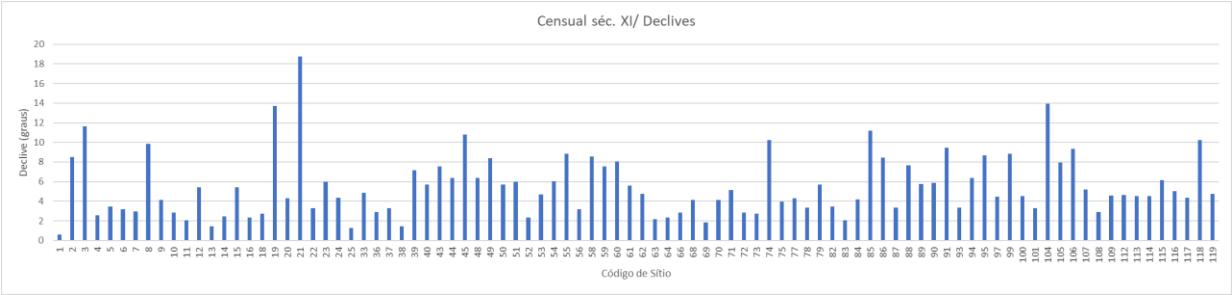


Figura 138 - Gráfico com declives dos sítios referenciados pelo censual de finais do século XI. ©Francisco Andrade

Os sítios referenciados no censual que apresentam maiores **declives** são os sítios de *Sancta Marina de Ripa Cadavo* [19], *Sancto Johanne* [21], em Adaúfe e *Sancta Maria de Sequeira* [104]. Apesar destes valores, a sua contrastação com os valores de TPI, indicia que se trata de sítios implantados em locais com uma zona envolvente, maioritariamente plana. A aparente incongruência parece indiciar que provavelmente os valores possam ser referentes a um qualquer acidente topográfico existente na área da igreja paroquial, alguns dos quais, eventualmente artificiais e associáveis a momentos posteriores à época em análise.

O seguinte conjunto de sítios referenciados no censual que apresenta valores de declive mais acentuado, superior a dez graus, é constituído pelos sítios de *Sancto Martinio de Capianes* [3], de *St. Christ. de Asperones* [45], de *Sancto Romano de Dadin* [74], *Sancto Julian de Palacios* [85] e *Santo Micahel de Segefrei* [118]. Destes locais, apenas a paróquia de *St. Christ. de Asperones* [45], apresenta vestígios de época tardo antiga. Estes valores de declive poderão estar apenas relacionados com aspetos de adaptação às características topográficas específicas do local de implantação dos sítios e não parecem estar diretamente relacionados com distintas tipologias de sítios. Os aspetos referentes à implantação de Esporões [45], já foram referenciados no presente capítulo, relativamente aos vestígios arqueológicos identificados e à sua ocupação enquanto *villa* no capítulo relativo à Antiguidade Tardia.

Relativamente aos sítios que estão implantados em locais entre os seis e dez graus, cerca de vinte e um, dos mais de noventa sítios que estão referenciados no censual para a nossa área de estudo, correspondem a sítios que estão implantados em locais dos quais é conhecida uma ocupação de época anterior ou em locais que não são conhecidos vestígios dessa natureza. Os restantes sítios apresentam valores com um declive abaixo dos seis graus, não superando uma parte considerável dos mesmos, os quatro graus. Efetivamente, não se torna fácil extrair significados dos declives, dado os reduzidos valores que apresentam. Tal como já vimos anteriormente, o cruzamento destes dados e dos Índices de Posição Topográfica poderá ser mais esclarecedor. Este declive não muito acentuado de uma parte significativa dos sítios associado a implantações muito próximas do zero, correspondentes a zonas mais planas, faz com que se possa concluir que, pese embora algumas exceções, fruto de condições particulares de implantação em zonas que a orografia assim o exija, grande parte dos sítios estão implantados em áreas de encosta suave ou em zonas predominantemente de vale. De facto, como veremos ao longo deste capítulo, trata-se de dois modelos distintos de povoamento, fornecido pelos dados arqueológicos e documentais. Os primeiros poderão corresponder a um período mais antigo e os segundos, a uma fase mais recente de ocupação.

Para além dos tipos de orografia que os dois indicadores analisados anteriormente podem indiciar, o estudo das condições de implantação de cada local, à semelhança do que analisámos anteriormente, ainda deverá ter em consideração a orientação da exposição solar das encostas de cada local. Uma análise mais geral destes locais permite constatar que apresentam distintas condições de **exposição solar**. Pese embora algumas orientações possam ter um maior número de sítios associados, não identificámos uma orientação que possa ter uma preponderância muito marcada relativamente às outras. Dado que os sítios mencionados no censual contemplam dois tipos de locais (mosteiros e paróquias) e

os mosteiros foram analisados de forma individualizada, não estabeleceremos na breve análise que fazemos, uma distinção tipológica, tratando os dados na sua globalidade.

Os sítios que se encontram expostos a nordeste, cerca de catorze, estão localizados na zona este e sul da área de estudo, excetuando *Sancta Maria de Sequeira* [104], *Santo Pelaio de Ulgoso* [105] e *Santo Salvatore et S. Martino de Fradelos* [54], que se localizam numa zona mais central. Temos também cerca de quinze sítios que apresentam uma exposição a oeste, sendo que uma parte considerável está localizada na zona leste da área em estudo. Três deles estão na zona norte (*Santo Michael de Forozos* [54], *Santo Stephano de Pardelias* [82] e *Sancto Frutuoso* [95]), dois na zona mais a sul, *Sancto Michael de Paredes Siccas* [53] e *Sancto Petro de Lodomar* [63], incluindo-se ainda as três paroquias que se localizam na encosta noroeste do monte do Sameiro.

Os nove sítios orientados a sudoeste encontram-se dispersos de forma relativamente uniforme pela área de estudo, com alguma prevalência pela zona oeste. Destaca-se ainda, na área a norte, o sítio de Dume [40], que já foi analisado anteriormente, na medida em que o local de implantação da *pars urbana* se localiza exatamente do mesmo local do edifício de culto suevo-visigótico e da paróquia medieval.

Os sítios orientados a sul apresentam valores ligeiramente superiores aos anteriores, estando inventariados cerca de dezanove sítios nessa condição. Estes locais estão essencialmente localizados na zona sul e sudeste e oeste da área de estudo, numa área mais exposta aos ventos desfavoráveis do litoral, na medida em que não há grandes acidentes orográficos que possam fornecer uma localização mais abrigada para os locais em análise. Os cerca de treze sítios que têm uma exposição solar com a orientação de sudeste, estão localizados essencialmente na zona a norte e sudoeste da área de estudo.

A área mais a norte, como já vimos anteriormente, trata-se de uma área mais exposta, sendo a implantação do local de importância acrescida. Os sítios orientados a este (cerca de nove sítios), pese embora se distribuam de forma algo uniforme pela área de estudo, também apresentam alguma prevalência na zona norte. De facto, os sítios com condições de exposição mais favoráveis parecem estar localizados essencialmente nas áreas potencialmente mais sujeitas a condições climatéricas adversas. Os sítios que se encontram localizados em áreas com uma exposição solar predominantemente de nordeste, apresentam uma distribuição relativamente uniforme por toda a região estudada.

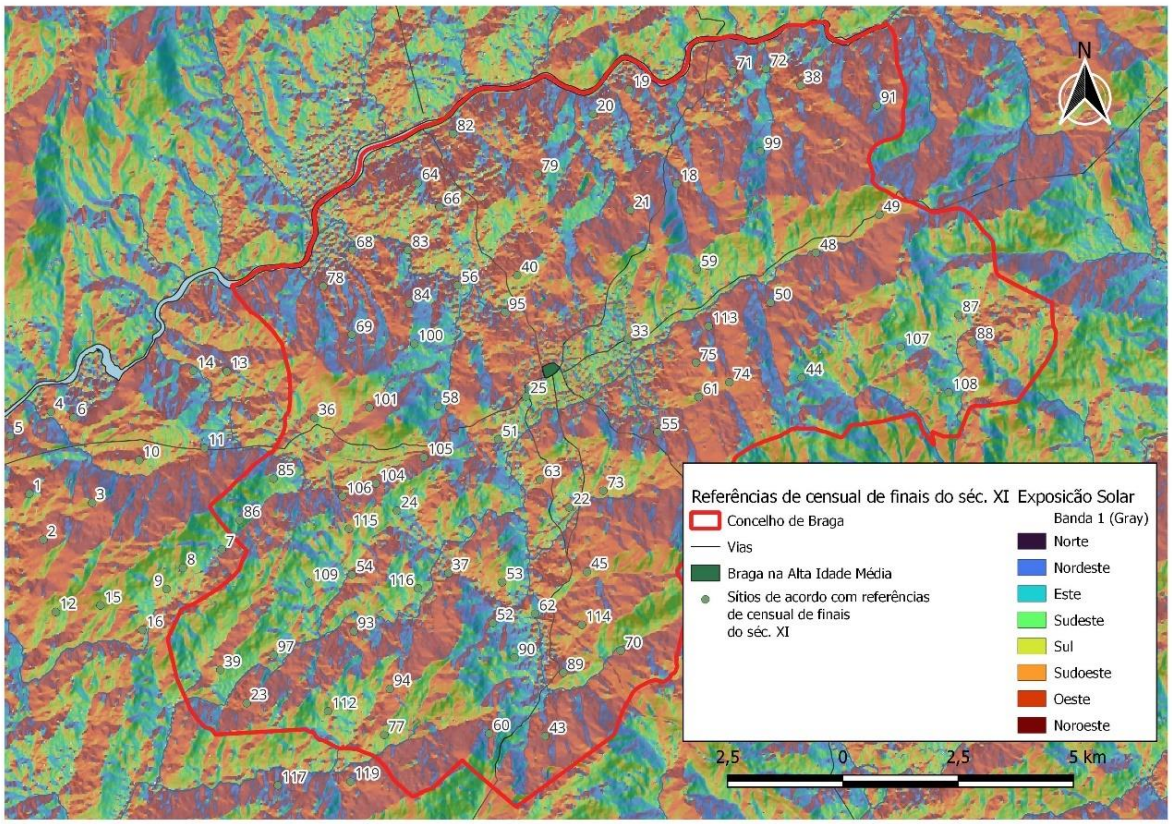


Figura 139 - Mapa com exposição solar e sítios referenciados pelo censual de finais do século XI. ©Francisco Andrade

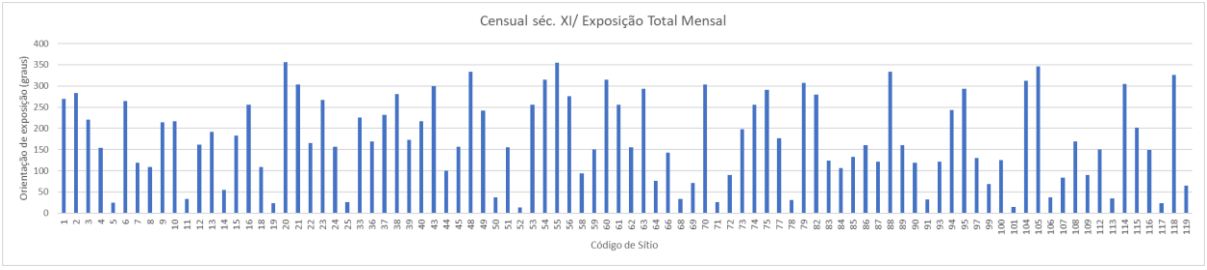


Figura 140 - Gráfico com exposição solar dos sítios referenciados pelo censual de finais do século XI. ©Francisco Andrade

Para complementar a análise, apresentamos igualmente a sobreposição dos sítios referenciados no censual de finais do século XI, com a quantidade total de **escoamento mensal de águas**, tal como nas anteriores análises efetuadas.

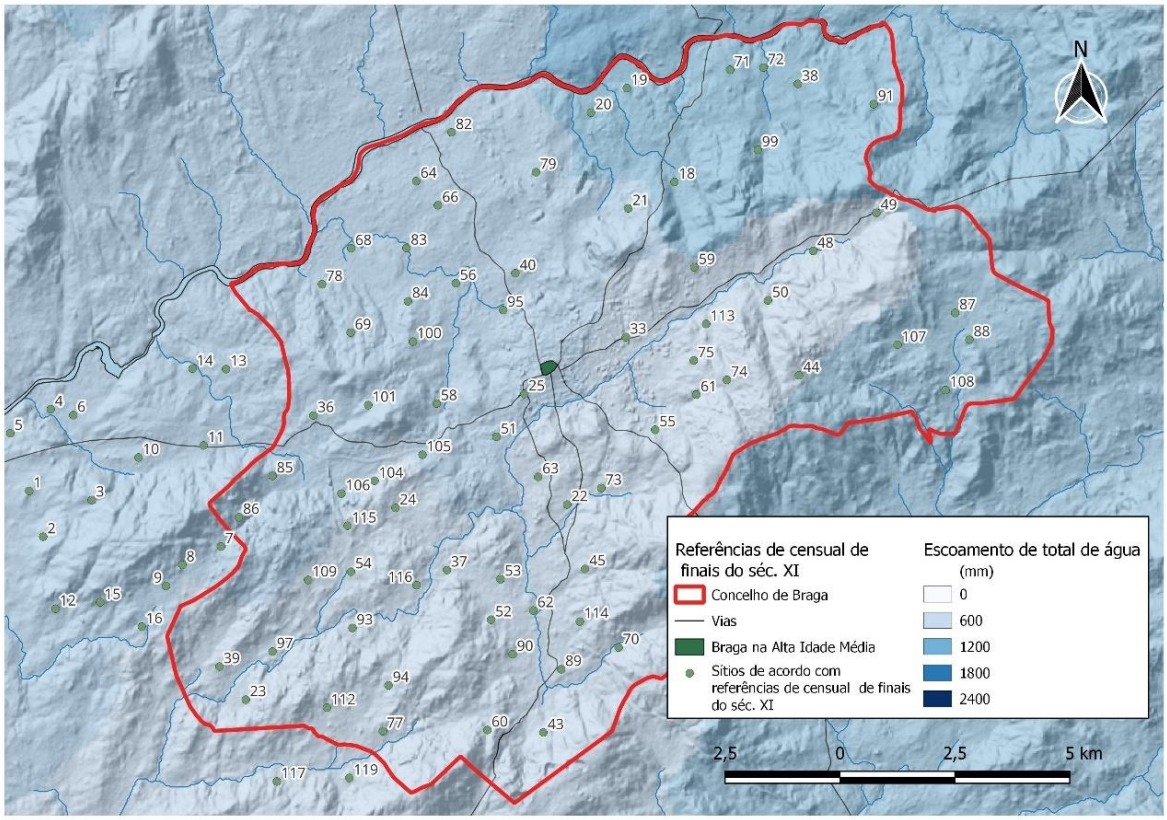


Figura 141 - Mapa com escoamento total mensal de águas e sítios referenciados pelo censual de finais do século XI. ©Francisco Andrade

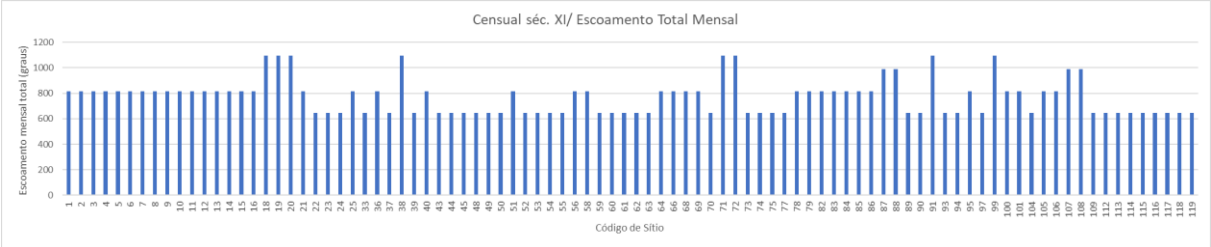


Figura 142 - Gráfico com escoamento total mensal de águas e sítios referenciados pelo censual de finais do século XI. ©Francisco Andrade

A análise das condições de implantação dos sítios mencionados no censual de finais do século XI, permite constatar que, dada a uniformidade da distribuição dos sítios por toda a área de estudo, os índices de escoamento de águas dos diversos locais não permitem tirar conclusões muito representativas acerca da relação dos sítios com os referidos valores, mas apenas acerca dos diferentes valores de escoamento total de águas e a sua relação com a área abarcada por cada conjunto de sítios. Deste modo, podemos constatar que praticamente metade dos sítios se situa na área sul e central da área de estudo, com especial incidência da área do vale do rio Este. Em ordem de grandeza quase similar

identificaram-se os sítios que estão localizados no vale do Cávado, na zona norte e central da área de estudo, até à zona de Adaúfe.

Para além destes, podemos constatar que menos de metade dos sítios englobados em cada valor de escoamento anteriormente apresentado, estão localizados, na zona nordeste, entre Adaúfe e os limites do atual concelho de Braga. Ligeiramente abaixo desta área com os maiores valores de escoamento, encontram-se os quatro sítios pertencentes à área de Pedralva e Sobreposta. Como podemos ver no mapa que apresentamos, os grupos de sítios encontram-se associados a determinadas bacias hidrográficas principais ou a algumas das subdivisões das mesmas.

2.1.2.2. Povoamento e acessibilidade: a organização dos sítios

Tal como já foi referido, mesmo que determinada implantação de sítios possa ser estabelecida de forma mais ou menos aleatória, a sua disposição terá em consideração determinados vetores e necessidades passíveis de poderem constituir um padrão organizativo. Impõe-se, por isso, avaliar alguns dos vetores, que nos parecem ter tido um papel relevante no ordenamento do povoamento da Alta Idade Média, usando, para o efeito, essencialmente os dados fornecidos pela arqueologia. Muito embora sejam mencionados os dados do censual de finais do século XI, o seu significado será mais detalhado na parte IV da presente tese.

Um dos principais aspetos a ter em consideração, no âmbito da organização e articulação do território, foi a relação dos sítios que pensamos serem os principais referentes do povoamento em determinado período histórico com o sistema viário que emanava da cidade de Braga e que parece ter continuado, em grande medida, a ser utilizado. Tal como pode ser constatado no mapa que se apresenta de seguida, as potenciais fortificações que poderão ter conhecido uma ocupação durante a Alta Idade Média, estão localizadas a mais de mil metros das principais vias de comunicação, sendo apenas os sítios de Santa Marta da Falperra [47] e monte das Caldas [103], os únicos que estão a uma distância inferior. De facto, estes dois locais conheceram uma ocupação de épocas anteriores e a seleção da sua localização esteve sempre condicionada pela preexistência. Não obstante, o único sítio que se apresenta a uma distância inferior a setecentos e cinquenta metros da viação romana principal é o monte das Caldas [103]. Não conhecemos, com detalhe, que tipo de ocupação o local terá tido, designadamente se constituiu um assentamento permanente ou se apenas terá albergado uma guarnição que protegesse o acesso a oeste da cidade de Braga [34], como parecem indiciar as análises de visibilidade a partir deste local, que anteriormente apresentamos. Face a esta localização, parece-nos que a segunda hipótese poderia eventualmente ser a mais adequada, pelo menos em períodos de maior instabilidade. De facto, tão pouco sabemos, com segurança, de que forma é que eventuais guarnições muçulmanas se estabeleceram no

curto período de tempo que poderão ter permanecido nesta zona. Os dados são sobremaneira escassos, dificultando a possibilidade de tirar conclusões muito seguras.

Como vimos anteriormente, estes locais permitiam, na sua grande maioria, o controlo das vias de acesso à cidade de Braga e, em simultâneo poderiam ter afastamento suficiente para organizar uma defesa mais eficaz em casos de ataque. O monte da Consolação [76] está localizado a mais de mil metros da rede viária principal. Os locais mais afastados da cidade de Braga, como mota de Castelhão [98] e o castelo de Penafiel de Bastuço [110], parecem não ter uma relação tão direta com a cidade, estando, contudo, situados em zonas consideravelmente resguardadas, relativamente às zonas de passagem, tendo uma posição estratégica mais facilmente associável ao povoamento situado na sua periferia imediata. O distanciamento e controlo visual, relativamente às principais áreas de passagem, parecem-nos ter sido os principais fatores que nortearam a seleção destes locais.

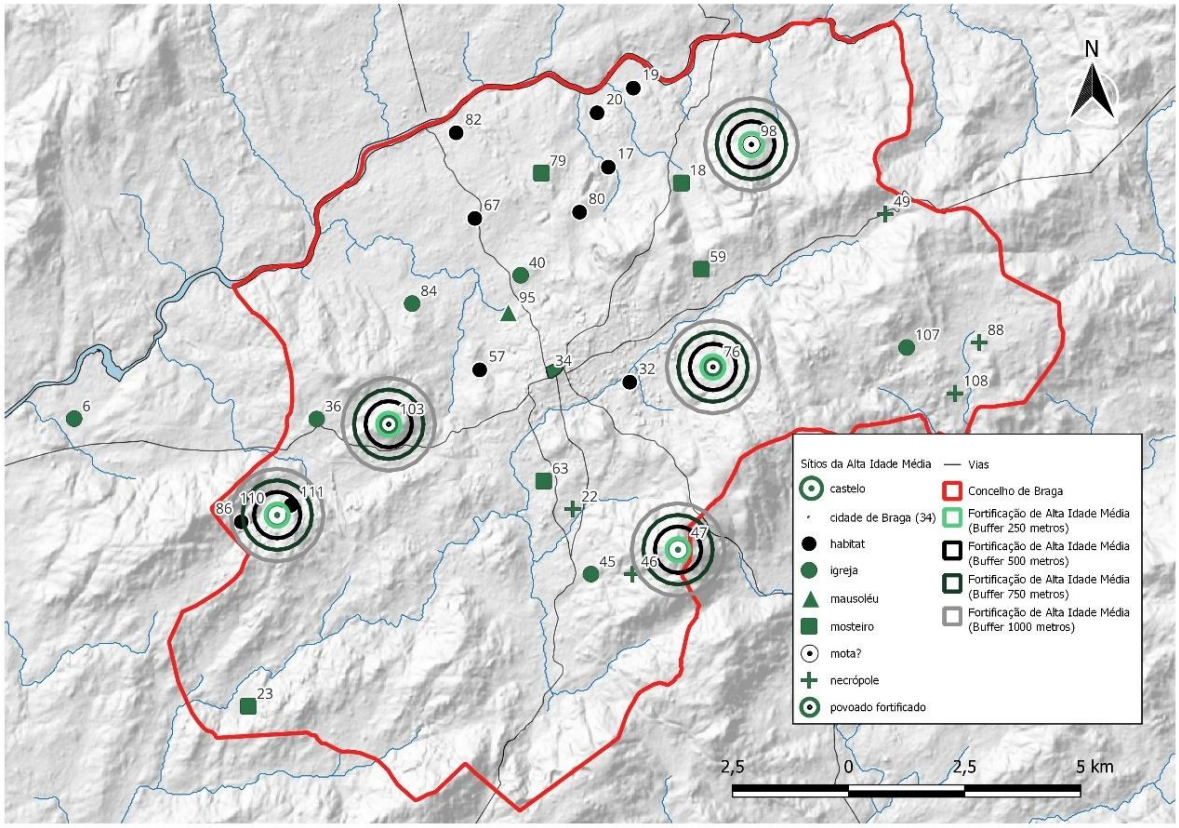


Figura 143 - Distância entre fortificações e principal sistema viário, na Alta Idade Média. ©Francisco Andrade

Para além da relação dos locais de defesa com as vias de comunicação, parece-nos importante, como é normal em qualquer local de defesa, a sua relação com a orografia dos locais. Efetivamente, voltando aos primeiros sítios, os locais que estão mais próximos das vias de comunicação estão, como é constatável, em zonas sobranceiras, relativamente às mesmas. O monte das Caldas [103], encontra-se mais de cem metros acima do local de passagem da via que lhe passa mais a sul. Já a Falperra [47],

encontra-se a mais de cento e cinquenta metros acima do local mais próximo da via de *Bracara-Emerita* e mais de quatrocentos metros da via XVI. Este sítio, parece-nos ser o local, pelas condições da orografia de implantação, que apresenta melhores condições de defesa. Este facto é condizente com o que é apresentado por Mário Barroca (2004, p. 199), que menciona este local, como sendo a principal referência a local fortificado na documentação da Alta Idade Média, para a região. Os outros locais, apesar de estarem implantados em sítios que se destacam da paisagem envolvente, em cumeadas, ou outeiros, encontram-se localizados em zonas que podem ter assumido um papel mais limitado no controlo regional.

Este modelo de povoamento e condições de implantação apenas apresenta validade para os sítios arqueológicos deste período, com base nos dados arqueológicos. De facto, as referências do censual de finais do século XI, permitem a constatação de uma realidade de organização territorial com uma lógica que nos parece claramente distinta da que apresentamos anteriormente.

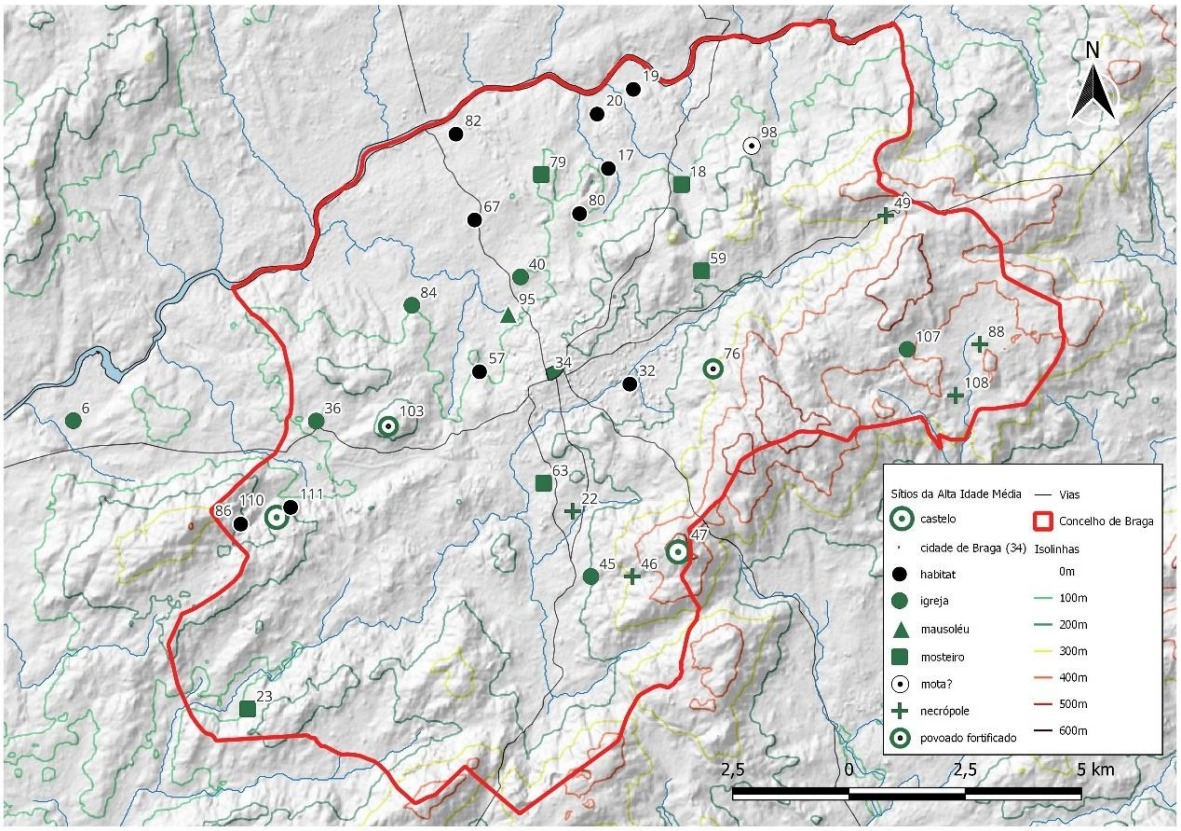


Figura 144 - Relação entre sítios da Alta Idade Média e altimetria (Isolinhas de 100m). ©Francisco Andrade

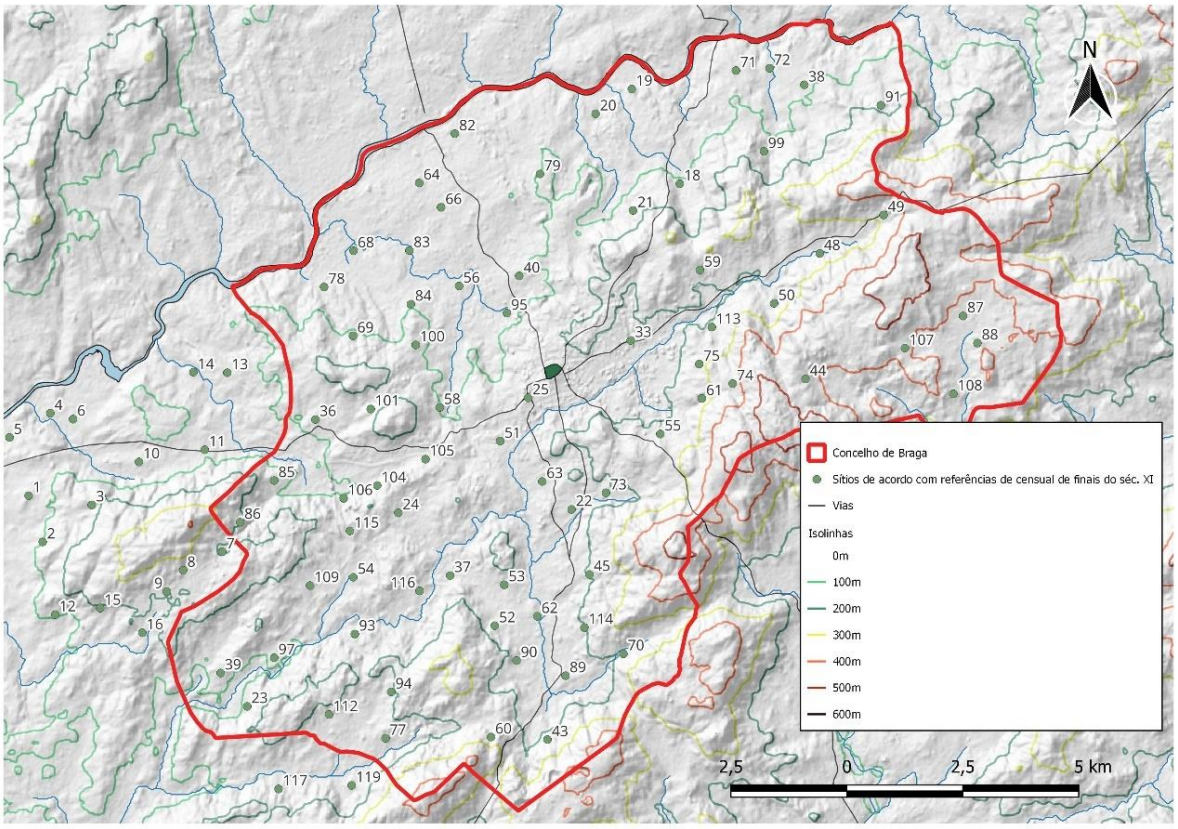


Figura 145 - Relação entre sítios referenciados no censual de finais do século XI e altimetria (Isolinhas de 100m). ©Francisco Andrade

Como podemos constatar pela análise do mapa que apresentamos, relativo à relação entre as referências do censual e a altimetria, podemos constatar claramente que já não é a lógica de povoamento que privilegia a ocupação de promontórios que parece nortear a ocupação do espaço. Efetivamente podemos constatar a ocupação plena da generalidade do território, com uma clara tendência de ocupação dos locais localizados nas zonas de vale, mais próximas dos terrenos agricultáveis. Parece-nos que o principal determinante organizativo do território parece ser, não a defesa e a segurança das populações, mas o fácil acesso aos recursos e à exploração do território, para provimento de uma população que, à luz dos dados dos inúmeros núcleos de povoamento, teria que ser bastante elevada, para os padrões da época. São duas lógicas de povoamento distintas, sendo um dos grandes desafios da historiografia deste período, precisamente, a perceção de como se teria passado de uma realidade para a outra nos três séculos compreendidos entre as primeiras incursões islâmicas e a reorganização da arquidiocese de Braga pelo bispo D. Pedro (Costa, 1997).

2.1.2.3. A hierarquia do povoamento

Tal como já referimos anteriormente, a ausência de informação mais detalhada acerca das fases de ocupação dos sítios, coloca-nos algumas dificuldades na inclusão de alguns dos locais no âmbito de um sistema de organização defensiva da cidade de Braga da Alta Idade Média [34].

A ocupação dos três povoados fortificados da Idade do Ferro, Santa Marta da Falperra [47], monte da Consolação [75] e monte das Caldas [103], parece-nos ser relativamente consensual relativamente à hipótese de ocupação em simultâneo e da sua escolha poder ter sido feita no sentido de providenciar uma proteção alargada da cidade de Braga [34]. O castelo de Penafiel de Bastuço [110] e a mota de Castelhão [98], parecem poderem-se compreender mais facilmente, numa lógica defensiva mais diretamente relacionada com as populações que que lhes estariam imediatamente e diretamente relacionadas e não tanto como parte de um sistema integrado de defesa da cidade de Braga [34], não inviabilizando, contudo, que numa análise mais abrangente possa fazer sentido a sua utilização no âmbito dos sistemas defensivos organizados pelas populações autóctones da região, entre Cávado e Ave.

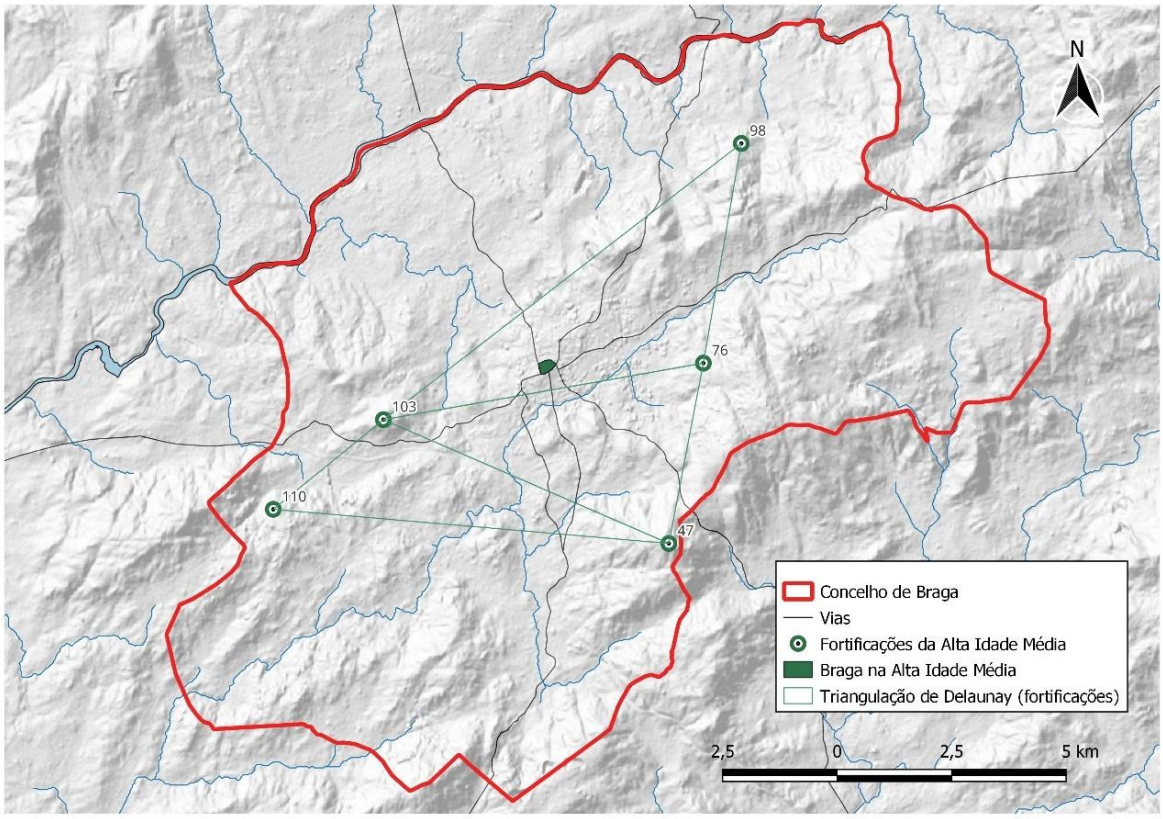


Figura 146 - Triangulação das fortificações que poderão ter sido ocupadas durante a Alta Idade Média. ©Francisco Andrade

A triangulação dos locais fortificados que podem ter sido ocupados neste período, parece demonstrar uma organização espacial que tem como principal preocupação a defesa virada a sul, o que é condizente

com as análises que fizemos anteriormente, no âmbito da visibilidade que cada local possuía. Efetivamente, e em concordância com o que já tínhamos estabelecido anteriormente, pudemos constatar a existência de uma triangulação mais próxima da cidade de Braga, constituída por Santa Marta da Falperra [47], monte da Consolação [76] e monte das Caldas [103] e uma mais abrangente, que inclui também Castelhão [98] e Penafiel de Bastuço [110]. Pese embora as considerações que já tecemos acerca do significado da localização dos distintos lugares fortificados em relação à cidade Braga [34], é claro que a mesma se encontra no centro do sistema defensivo, o que também constituiria uma argumentação favorável à manutenção da sua ocupação, durante este período.

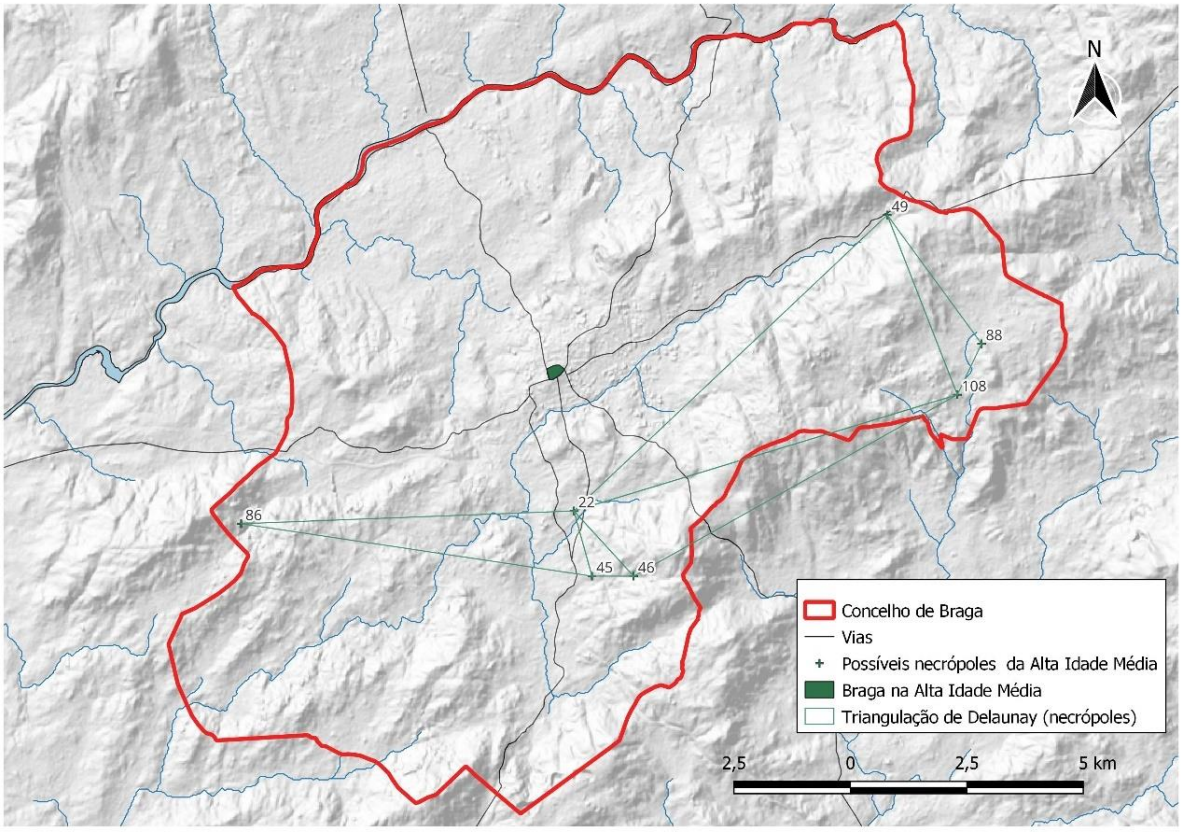


Figura 147 - Triangulação das necrópoles que poderão ter sido ocupadas durante a Alta Idade Média. ©Francisco Andrade

Se fizermos uma triangulação das necrópoles que poderão estar associadas ao período em análise, parece claro o facto de uma parte considerável evidenciar um certo afastamento relativamente à cidade de Braga. O distanciamento relativamente às vias de comunicação não parece tão óbvio, especialmente se tivermos em consideração os sítios junto à antiga via XVI. Refira-se, contudo, que parte das necrópoles mais a sul estão associadas a locais fortificados que poderão ter conhecido uma ocupação deste período, com especial destaque para a encosta do monte da Falperra [47].

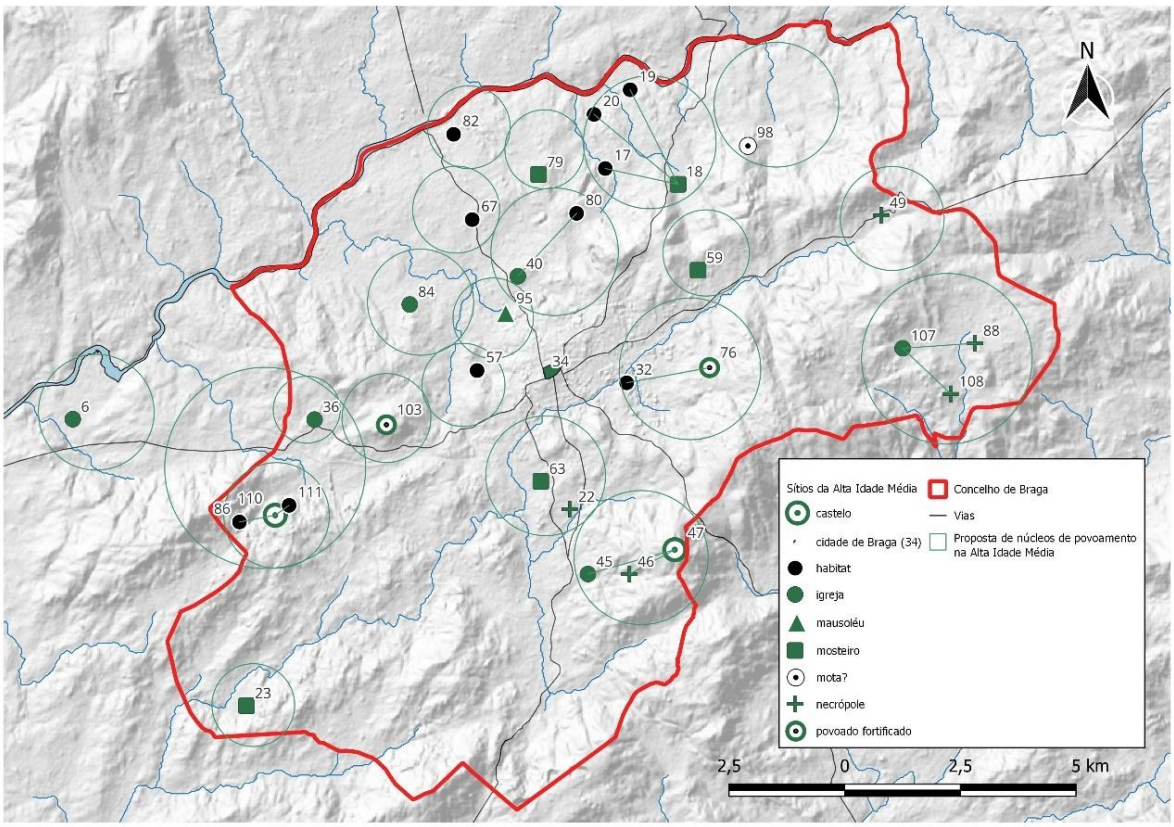


Figura 148 - Proposta de hierarquia de povoamento da Alta Idade Média e principais núcleos de povoamento. ©Francisco Andrade

Tendo em consideração as análises que efetuámos anteriormente, pudemos individualizar distintos núcleos de povoamento que permitiram esboçar uma proposta de povoamento na Alta Idade Média. Efetivamente, parece-nos que é clara a presença de alguns núcleos de povoamento organizados em torno de uma estrutura defensiva, podendo ter constituído o reduto imediato de refúgio das comunidades que lhes estariam mais próximas.

Mário Barroca (1990-1991, p. 91), tal como já referimos anteriormente, realça a iniciativa das populações locais como principal impulsionador do surgimento destes locais defensivos, que poderá ter acontecido na região mais a norte da península já no século VIII. A sua manutenção durante a segunda metade do século X, também se compreende no âmbito da organização do espaço em grandes *territoria* (Braga, Portucale e Coimbra), que tinham como centro as cidades episcopais que lhes emprestavam o nome. Dada a sua grande extensão, necessitariam de uma grande quantidade de castelos no seu território. Voltando ao mapa em análise, de facto, tal como já mencionamos, dos locais fortificados analisados, o que parece estar mais claramente associado a assentamentos deste período é Santa Marta da Falperra [47]. Para além de posto fulcral para o apoio à defesa da cidade de Braga [34], tem na sua

área de influência direta os sítios de Esporões [45] e de Marinhais [46]. Esta fortificação poderá, no nosso entender, ter sido o local de maior importância estratégica da região.

O castelo de Penafiel de Bastuço [110], possivelmente contruído numa época ligeiramente posterior do que o de Santa Marta da Falperra [47], também tem claramente uma área de influência direta e sítios que lhe parecem estar diretamente associados. Tal será os casos de Serra [86] e de S. Bento [111]. O sítio de Cabreiros [36], apesar de não lhe estar claramente associado, parece estar também na sua área de influência. O monte da Consolação [76], poderá ter na sua área de influência direta o sítio de Santa Tecla [32]. Contudo, pelo facto de não ser clara a sua ocupação direta, não deverá ter tido grande relevo no âmbito deste potencial núcleo de povoamento. Apesar de não termos conhecimento de vestígios arqueológicos que lhes sejam diretamente relacionados, a sua relação direta seria muito provavelmente com Dadim [74] e Nogueiró [75]. A possível mota de Castelhão [98], estaria diretamente relacionada com o sítio de Santa Lucrécia de Algeriz [99] e a região envolvente, pese embora não conheçamos vestígios associáveis a este período. Já o monte das Caldas [103], poderia ter como área de influência imediata a zona de Tibães [69] e Semelhe [100], pese embora não tenhamos vestígios arqueológicos contextualizados que possam claramente ser associados a este período, neste local.

Para além destes locais em que há estruturas defensivas que possam ser associáveis a este período, conseguimos, com base dos dados que conhecemos até ao momento, associar determinados conjuntos de sítios, a possíveis núcleos complementares de povoamento. Tal caso parece ser o dos sítios *Santa Eulalia de Padralvarino* [88], *Santa Maria de Superposta* [107] e S. Tomé da Lageosa [108]. Este conjunto de locais, até pelas características de implantação e algum afastamento dos principais sítios deste local, parece que poderá possuir condições de ter conhecido um desenvolvimento relativamente isolado, das restantes zonas da área em estudo.

Também podemos constatar que, para além dos locais fortificados que anteriormente referimos, é possível individualizar núcleos de povoamento que poderão ter como focos de ordenamento territorial, os conjuntos monásticos mais antigos que se conhecem neste território. O mosteiro de Adaúfe [18] tem como principais sítios dependentes os *habitats* de Fontela [17], da Ribeira [19] e o de Santo André do Vale [20]. Trata-se de *habitats* de que não conhecemos com clareza as condições de ocupação nem a tipologia específica de cada um. Contudo, parece-nos que a sua associação ao mosteiro possa ter uma probabilidade bastante grande, pelas caraterísticas específicas de implantação. O sítio de Dume [40] que estava dependente diretamente, durante uma parte considerável deste período, da diocese de *Mondoñedo*, não teria conhecido, muito provavelmente, a restauração da antiga condição e instalação de uma comunidade monástica. Não é muito clara a sua relação com o *habitat* de Pitancinhos [80], o

que nos parece ser referenciado na confirmação da delimitação do seu termo. Não conhecemos, com clareza, o tipo de ocupação que o local teria tido, sendo o seu referente mais antigo que conhecemos, o documento que estabelece os limites diocesanos (Costa, 1965, p. 38).

O mesmo documento, fornece-nos referências documentais de diversos locais cuja existência parece estar confirmada. Tal é o caso dos sítios de Pateira [67], Palmeira [79] e Pardelhas [82]. Não conseguimos associar a ocupação destes sítios a nenhum grupo que pudesse definir um núcleo de organização de povoamento secundário. Não é também claro se estes sítios, que não possuíam condições de defesa especialmente favoráveis, poderiam ter deixado de estar ocupados durante alguns períodos de maior instabilidade. Identificámos também o mausoléu de S. Frutuoso [95] nesta zona, estando mencionado na confirmação da delimitação de Dume de 911. Neste período, era o centro de um núcleo populacional que estava dependente de Santiago de Compostela e que ter-se-á tornado numa entidade com alguma relevância, designadamente como centro de veneração das relíquias do santo. Na zona mais a oeste da área de estudo, identificam-se *habitats* e paróquias que, em parte, pela escassez dos dados que temos, não conseguimos associar a nenhum núcleo de povoamento. Tal é o caso de Cones [57], Parada [84] e S. João [6]. Este último, pela análise dos dados documentais e cruzando com os indícios que temos de épocas posteriores, poderá ser, eventualmente, associável ao mosteiro de Vilar de Frades [4].

Identificaram-se ainda núcleos de povoamento que poderiam ter como principais referentes os mosteiros de Arentim [23] e de Lomar [63]. O primeiro forneceu alguns dos mais interessantes elementos arquitetónicos associáveis a este período que conhecemos para a região, para este período. Podemos, desde já, identificar alguns indícios de uma matriz de povoamento que, de alguma forma, poderá indiciar uma lógica de ocupação relacionada com uma maior estabilidade eventualmente indiciadora de uma reorganização do território que terá acontecido no período mais recente da Alta Idade Média. Se conjugarmos a análise dos sítios arqueológicos, com as referências documentais, designadamente ao nível dos espaços monásticos, podemos perspetivar uma organização do território que parece ilustrar o que acima enunciamos.

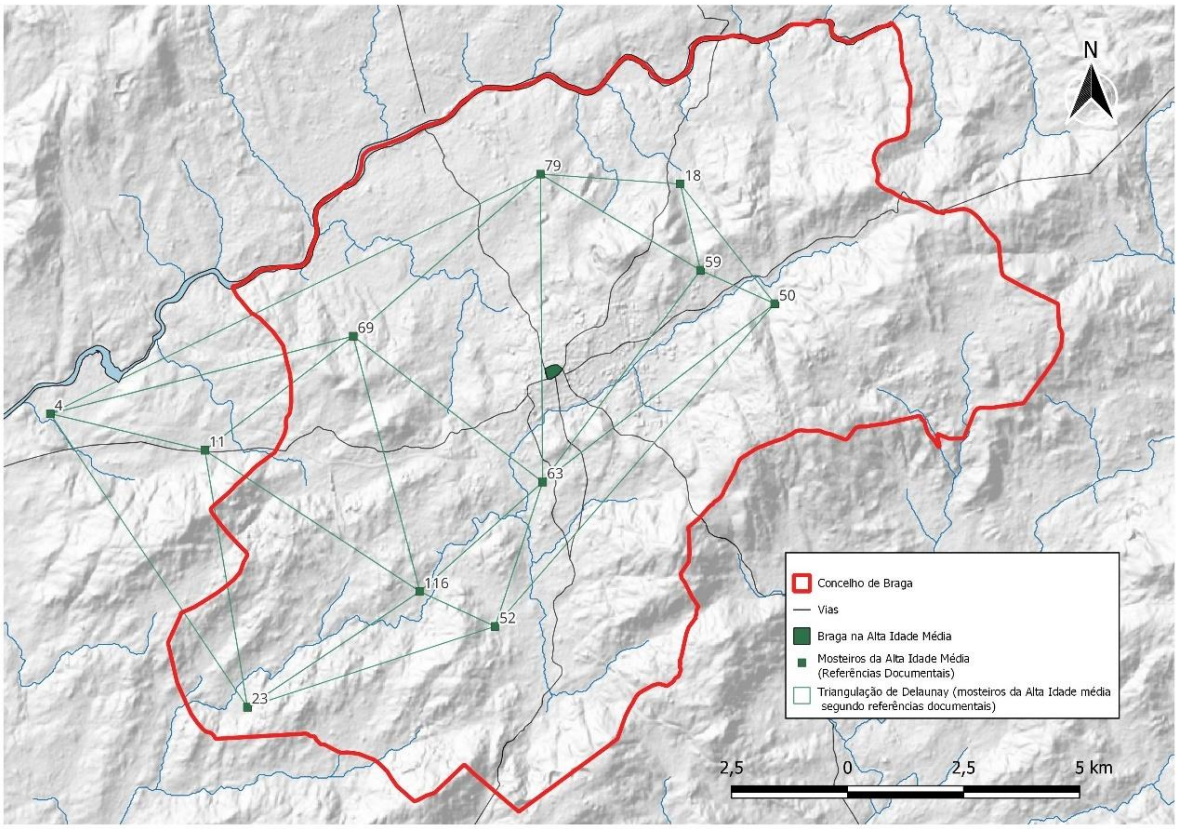


Figura 149 - Triangulação dos mosteiros que poderão ter sido ocupados durante a Alta Idade Média, de acordo com as referências documentais. ©Francisco Andrade

Efetivamente, a análise da triangulação dos sítios, permite perspetivar uma malha relativamente uniforme, mais densa na área mais próxima da cidade de Braga [34]. Nesta zona, metade dos sítios ocupados por espaços monásticos foram implantados em zonas que anteriormente acolhiam *villae* romanas, designadamente Adaúfe [18], S. Miguel de Gualtar [59] e Lomar [63]. Na zona mais afastada, a sudoeste, a malha monástica é ligeiramente menos densa, pese embora os sítios pareçam dispor-se de uma forma relativamente uniforme também. Estamos, portanto, perante um panorama em que os sítios desta tipologia, para além de uma relativa uniformidade de distribuição, parecem privilegiar, na sua grande maioria, implantações mais próximas da zona de vale, o que é facilmente compreensível dado o facto de tipologicamente, tal como já vimos anteriormente, os recursos agrícolas serem importantes para provimento das suas comunidades. Este panorama de alteração do modelo de organização dos sítios, parece-nos muito mais facilmente evidente, se tivermos em consideração a totalidade dos sítios que são mencionados no censual dos finais do século XI.

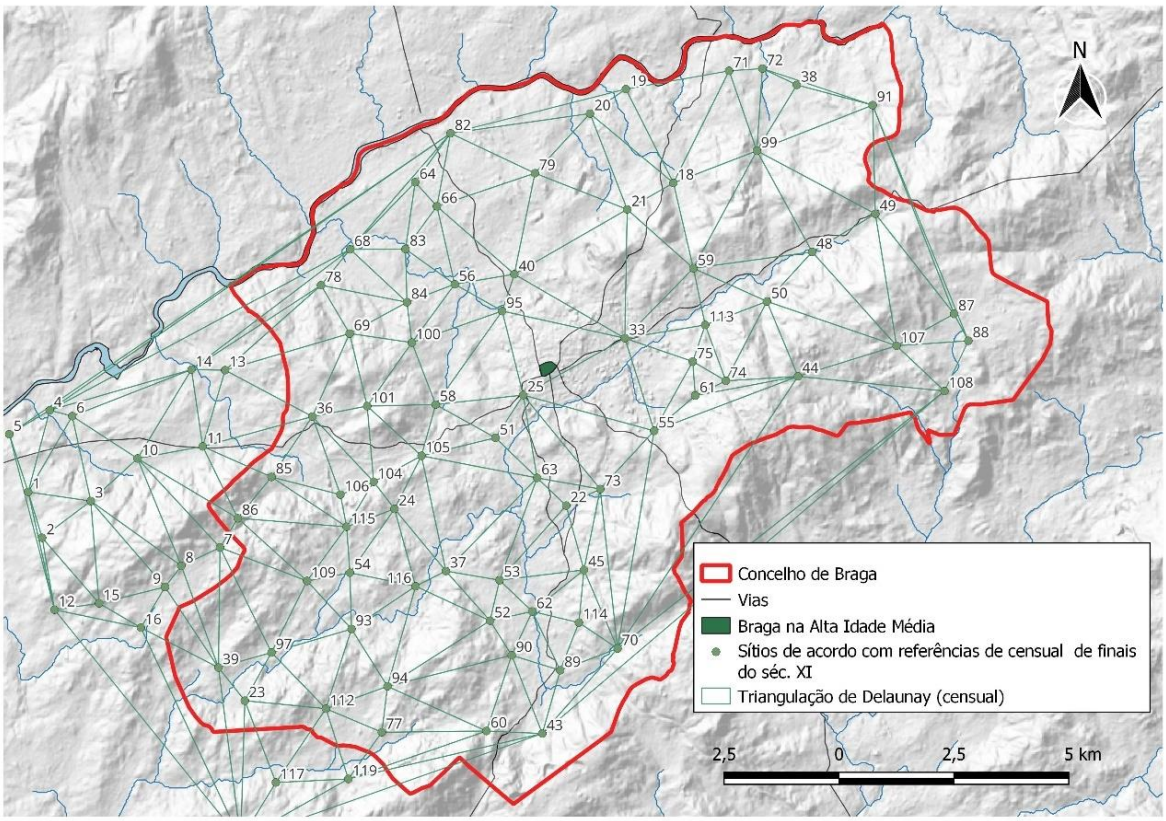


Figura 150 - Triangulação dos sítios referenciados no censual de finais do século XI. ©Francisco Andrade

A análise das referências do censual de finais do século XI, permite-nos constatar a existência de uma malha de ocupação que abarca a totalidade do território, com uma densidade bastante grande e com uma uniformidade de distribuição também bastante evidente. Não parece haver sequer uma distinção da densidade de ocupação do espaço, com valores diferentes para os diversos tipos de orografia, da área em estudo. Este sistema de implantação no espaço, parece claramente proporcionar uma plena fruição do território por parte das populações, não parecendo as condicionantes que mencionámos no início do presente capítulo, ter grande relevância, como já referimos. Outro aspeto que nos parece evidente, é o facto de parte dos locais terem conhecido uma ocupação de momentos anteriores e os restantes parecerem não estar associados a vestígios de ocupação prévia. Este facto poderá ter um duplo significado, podendo ser resultante de uma ausência de dados, pela carência de trabalho ou a fundação de novos *habitats*, neste período. Face ao estado atual dos conhecimentos, assumimos ambas as possibilidades para uma porção considerável dos sítios.

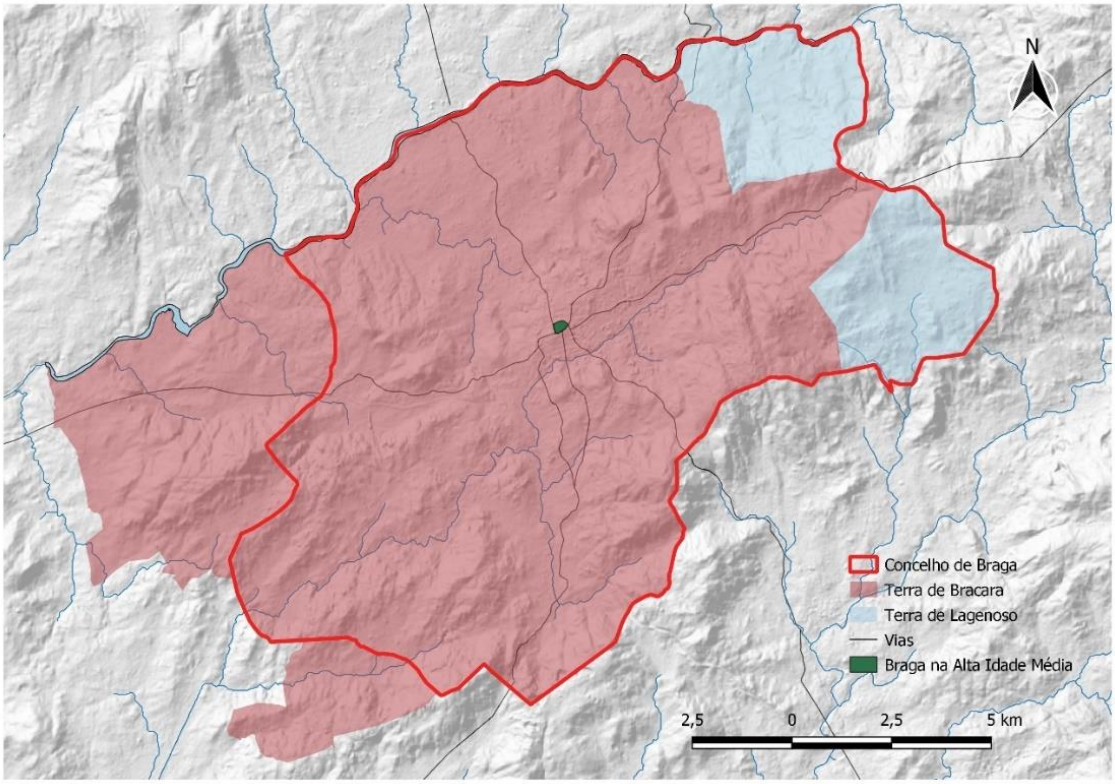


Figura 151 - Circunscrições territoriais referenciadas no censual de finais do século XI. ©Francisco Andrade

3. O povoamento na Baixa Idade Média na região bracarense

3.1. Os testemunhos, os sítios e o seu significado

3.1.1. Os sítios

O estudo do povoamento na região bracarense na Baixa Idade Média beneficiou de um manancial de dados mais abrangente do que nos períodos anteriores. Para além do facto de os vestígios arqueológicos serem mais facilmente identificáveis, apresentando-se alguns dos sítios arqueológicos com elementos de arquitetura ainda *in sito*, o acervo documental apresenta-se consideravelmente mais vasto. Por uma questão metodológica e pelas características dos dados, de modo que possam ser comparáveis com os dos outros períodos analisados, optamos por basear a nossa análise com base documental, nas Inquirições de 1220 (PMH, 1888) e nas Inquirições de 1288 (Pizarro, 2012).

Para a região em estudo, inventariam-se cerca de quarenta e dois sítios com vestígios comprovados, associáveis à Baixa Idade Média, que abarcam elementos arquitetónicos, sepulturas e igrejas, como por exemplo, a de S. Miguel de Gualtar [59] em que uma parte considerável da sua estrutura ainda apresenta feição românica. Pese embora estejam distribuídos de forma relativamente uniforme, pelo território, identifica-se uma maior incidência de sítios nas zonas próximas às vias de comunicação e mais próximas da cidade de Braga.

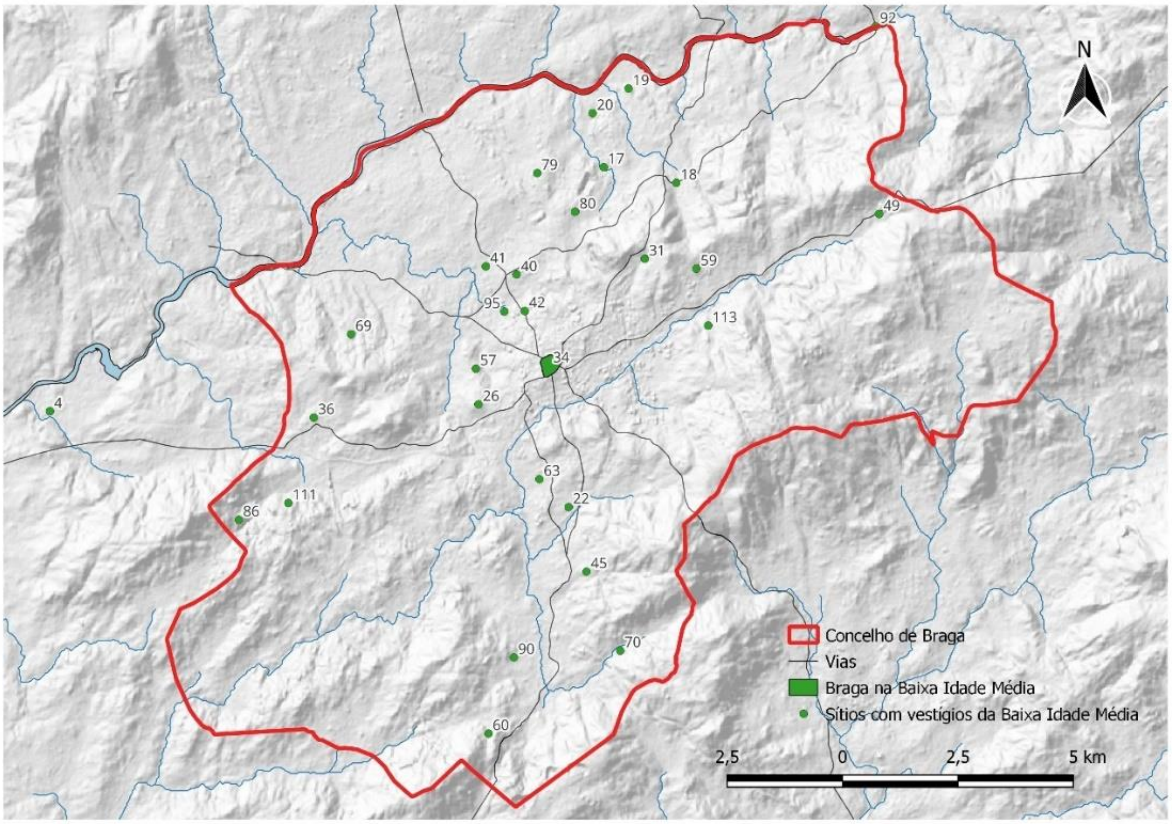


Figura 152 - Sítios com vestígios associados à Baixa Idade Média. ©Francisco Andrade

Os dados recolhidos nas Inquirições de 1220, fornecem um panorama bastante mais denso, proporcionando uma cartografia que abarca toda a zona de estudo, colmatando as áreas que, contemplando apenas os dados arqueológicos, se apresentavam sem indícios de povoamento. A cobertura das referências deste período, abarca praticamente todas freguesias existentes, previamente à última reorganização autárquica.

Os dados recolhidos nas Inquirições de 1288 (Pizarro, 2012), fornecem um panorama similar ao que providenciaram as Inquirições de 1220, verificando-se apenas algumas alterações de pormenor que serão analisadas nos capítulos respetivos. O documento, pela forma como foi elaborado, proporciona uma informação bastante mais detalhada, designadamente ao nível das características de cada sítio e a sua envolvente mais próxima.

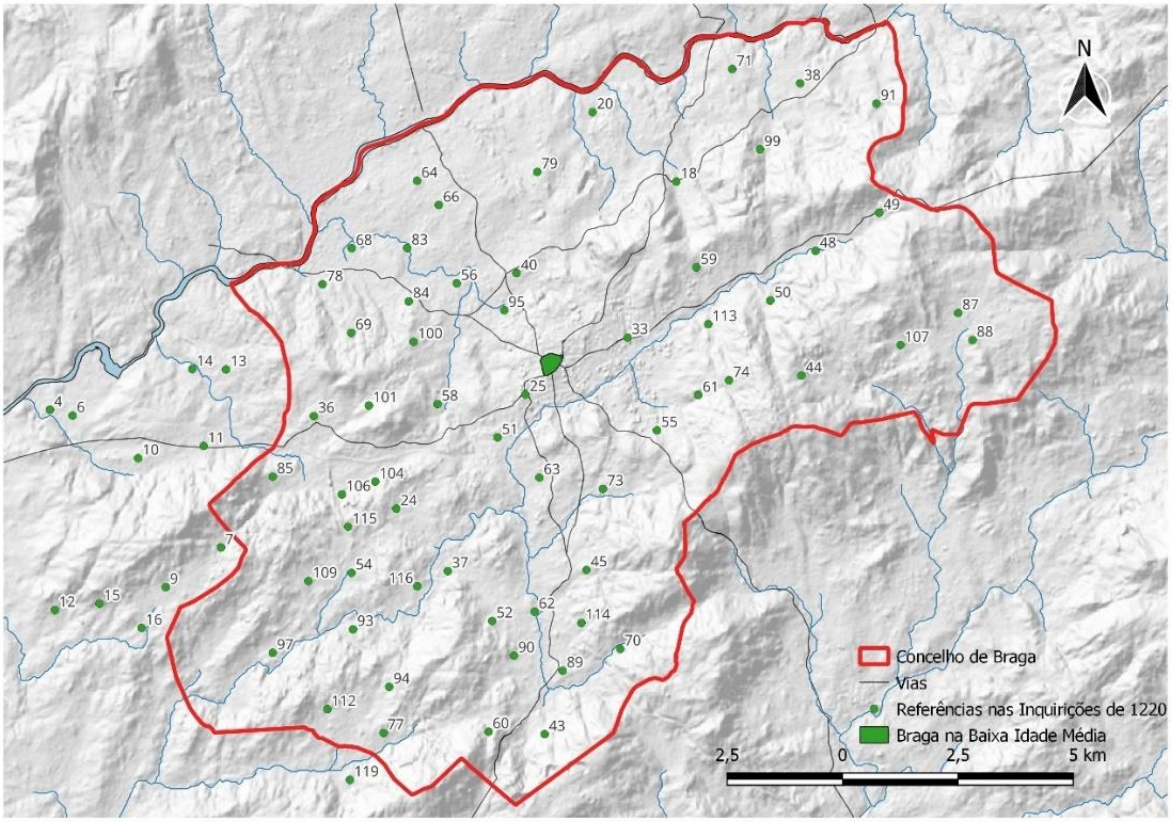


Figura 153 - Distribuição dos sítios na região de Braga, segundo os dados fornecidos pelas Inquirições de 1220. ©Francisco Andrade

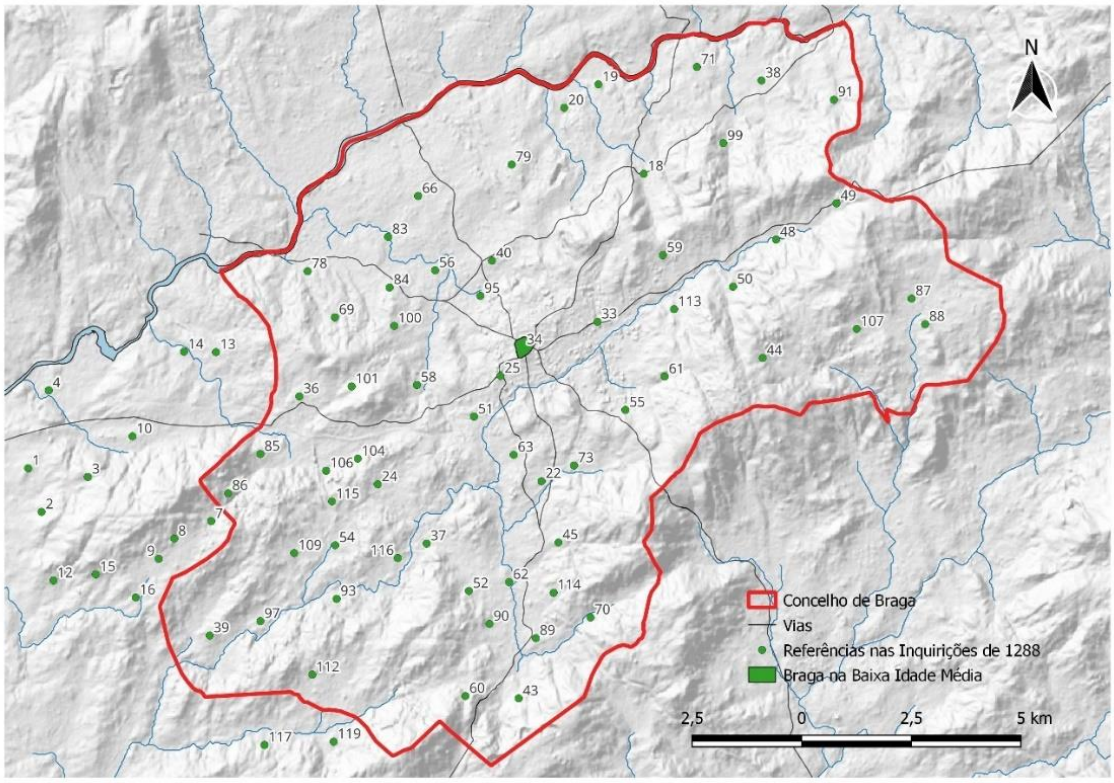


Figura 154 - Distribuição dos sítios na região de Braga, segundo os dados fornecidos pelas Inquirições de 1288. ©Francisco Andrade

3.1.1.1. A cidade de Braga

A cidade de Braga [34], na Baixa Idade Média conheceu importantes alterações da sua fisionomia, relativamente aos momentos precedentes. A cidade, neste período, foi alvo de vários estudos que se debruçaram sobre a morfologia urbana e a relação da cidade com a sua envolvente (Ribeiro, 2008; Fontes e Andrade, 2018; Ribeiro *et al.,* 2018), que procuraram a articulação dos dados arqueológicos com os dados documentais. Os dados que dispomos até ao momento permitem uma aproximação relativamente detalhada do tecido urbano, sendo os principais dados respeitantes ao período mais tardio da Idade Média.

Neste período, à luz do que conhecemos, a cidade conheceu a construção de uma nova muralha, que terá reaproveitado na sua zona sul, o traçado da cerca que terá sido construída na Alta Idade Média e na sua zona norte terá incorporado a área extramuros, a norte da catedral, concedendo-lhe definitivamente a centralidade no tecido urbano bracarense, duplicando a área urbana, passando a dispor do dobro do perímetro murado (Ribeiro *et al.*, 2018, pp. 352-381).

O sistema defensivo era complementado a nordeste por um castelo do qual apenas resta a sua torre de menagem, que se define atualmente como o principal elemento que resta da fortificação medieval. Os restantes elementos do castelo foram demolidos no início do século XX, restando apenas alguns que

se encontram incorporados no casario que se lhe adossou em períodos posteriores. A cerca era ponteada por torreões de forma tendencialmente quadrangular.

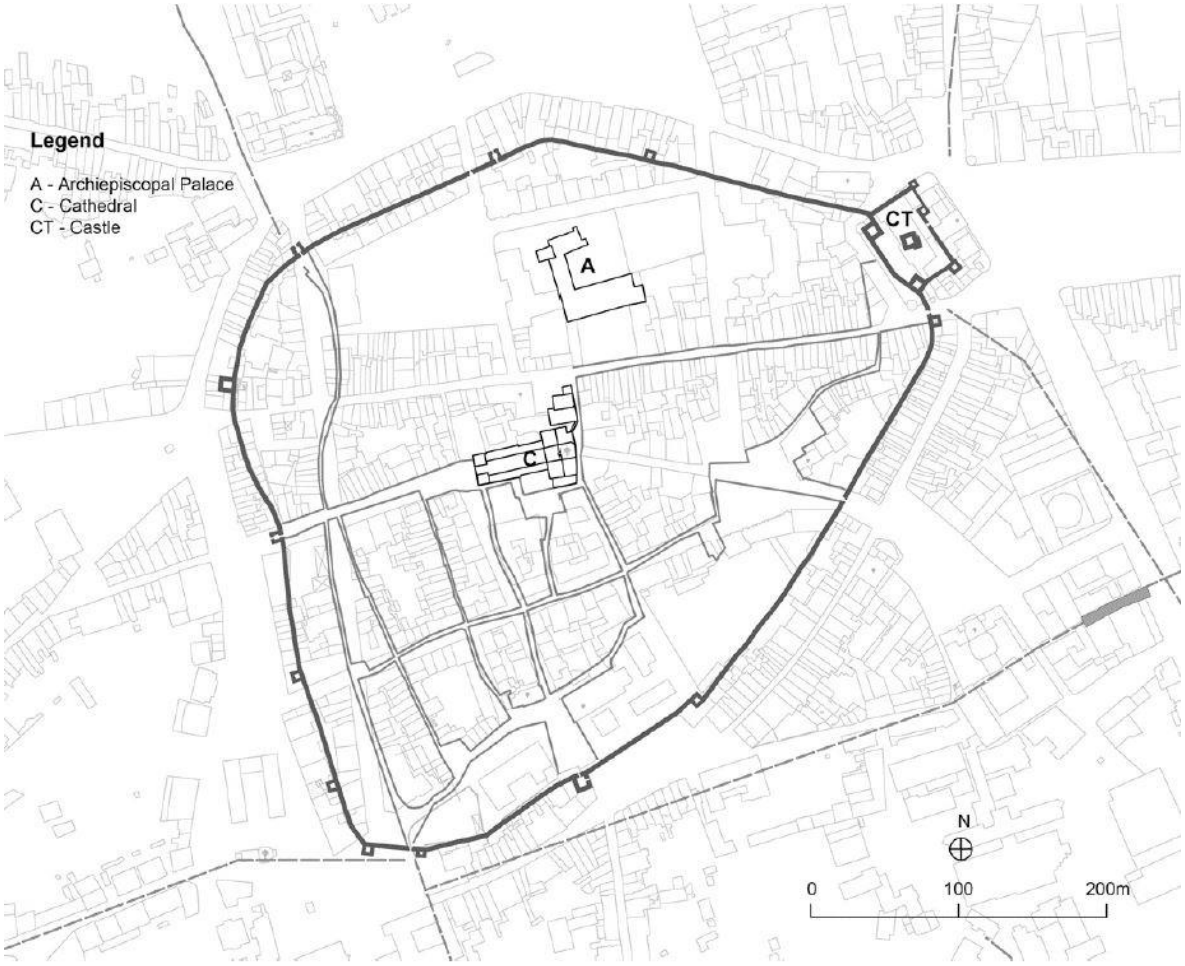


Figura 155 - Planta de Braga nos séculos XIV-XV (segundo Ribeiro *et. al.*, 2018, p. 377).

Nos trabalhos em que tivemos oportunidade de participar, no antigo tribunal de Braga e que ainda estão a decorrer, no momento da redação do presente texto, foi possível constatar a existência de mais torreões do que atualmente se conhecem. O torreão que foi identificado nessa intervenção arqueológica, parece estar adossado à muralha previamente construída. Não nos é possível de momento, com certeza, detalhar o hiato temporal entre as duas estruturas, contudo, a relação de posterioridade construtiva é notória.

Um aspeto que é evidente na nova organização da cidade de Braga, neste período, é o facto de que a catedral reforçou a sua centralidade no tecido urbano. O edifício também conheceu importantes beneficiações que serão datáveis do século XII, tendo-se prolongado as obras, muito provavelmente até finais do século (Fontes, Lemos e Cruz, 1997-1998, p. 146).



Figura 156 - Torre de menagem do castelo de Braga. ©Francisco Andrade

No século XIV, a catedral terá igualmente conhecido importantes beneficiações, estando documentada a construção de edifícios anexos, como a capela da Nª Srª. do Livramento, a capela e torre da Nª Srª da Glória e a construção de um novo claustro. Estas obras sobrepõem finalmente os edifícios da catedral à muralha romana, que limitava a cidade nesta zona (Fontes, Lemos e Cruz, 1997-1998, p. 146).

Um outro edifício emblemático da cidade, neste momento, terá sido o paço episcopal, cuja construção de deve à iniciativa de D. Gonçalo Pereira (Martins, Mar e Ribeiro, 2021, p. 30) e possuía uma localização que ficaria nos arrabaldes da cidade de época anterior. Contudo, a ampliação da cerca, para norte, permitiu que permanecesse no recinto intramuros, no seu quadrante setentrional. Este edifício, segundo as referências escritas analisadas (Martins, Mar e Ribeiro, 2021, p. 30), terá sido, na sua primeira fase, uma *domus fortis*, ou seja, uma casa torre, com cerca de 13,7x12,5m, tendo sido adossados dois anexos

a nascente e a poente. O edifício foi sofrendo diversos acrescentos ao longo do século XIV pelos diversos arcebispos que sucederam a D. Gonçalo Pereira (Martins, Mar e Ribeiro, 2021, p. 30).



Figura 157 - Aspeto de lateral sul de catedral (esquerda) e capelas que limitam o conjunto episcopal bracarense, a norte (direita). ©Francisco Andrade



Figura 158 - Aspeto de paço arquiepiscopal de Braga, zona medieval. ©Francisco Andrade

O traçado urbano da cidade também tem sido alvo de estudos que tentam o cruzamento entre os dados arqueológicos e os dados documentais, sendo de destacar os trabalhos de Ribeiro *et al.* (2018) e Ribeiro (2019). Pese embora a continuação da ocupação de um espaço reduzido entre os séculos XI e XIII, a partir do século XIII dá-se a já mencionada expansão para a área a norte. O plano urbano, como

refere Ribeiro (2019, p. 189), refletiria com clareza a existência de duas parcelas diferenciadas, correspondentes à área cuja ocupação remontaria ao período romano e a área que tinha sido englobada na expansão mais recente da urbe.

Na primeira área, apesar das alterações morfológicas que se fazem sentir, parece verificar-se uma tendência para a regularidade do traçado. Esta área da cidade, como é referido em Ribeiro (2019, p. 189) é definida, no sentido norte-sul, pela rua Verde, rua da Triparia, rua D. Gualdim Pais e a rua da Erva e, no sentido este-oeste, pela rua da Travessa e o antigo bairro medieval das Travessas. Como também é referido por Ribeiro (2019, p. 189), apesar da matriz romana, os arruamentos são mais irregulares. Numa análise ao traçado da zona da cidade que não se sobrepõe relativamente à cidade romana, parece evidente um acréscimo da sinuosidade dos traçados, sendo a malha urbana menos densa e a existência de amplos espaços abertos, especialmente evidente na sua zona mais a norte.

A análise documental efetuada por Maria do Carmo Ribeiro (2019, pp. 190-196), permitiu um maior conhecimento do tipo e quantidade de habitações que existiriam na cidade. Os trabalhos de investigação efetuados permitiram a distinção do parque urbano da cidade em dois tipos principais de construções: as casas de morada e os pardieiros. As primeiras tratar-se-iam de casas de habitação geralmente unifamiliares (por vezes poderiam escolher múltiplas famílias) e as segundas tratar-se-iam de edifícios que poderiam estar devolutos ou arruinados (Ribeiro, 2019, pp. 190-196). Importa a este propósito referir que estamos num período particularmente conturbado dos finais do século XIV, onde se assiste a uma redução demográfica, devido, não só aos efeitos da peste e dos maus anos agrícolas, mas também da guerra, nomeadamente o ataque feito à cidade por Henrique de Trastâmara, no âmbito das guerras fernandinas (Ribeiro, 2018, pp. 359-380).

Os dados recolhidos permitiram a identificação, para a zona intramuros, de um total de duzentas e oitenta e três casas de morada individual e dezoito casas de duas moradas e uma casa de três moradas, perfazendo um total de trezentos e três fogos. As ruas que possuíam um maior número de casas seriam a rua do Souto e a rua dos Burgueses com cinquenta e sete e trinta e sete fogos, respetivamente. Para zona extramuros estavam identificados cento e vinte fogos sendo as três ruas com mais fogos, a rua do Eirado e rua dos Chãos, com trinta e quatro fogos, a rua da Corredoira, com trinta e um fogos e a rua de Maximinos, com vinte e oito fogos (Ribeiro, 2019, p. 191). Os pardieiros identificados localizavam-se essencialmente na zona intramuros, estando registado um total de quarenta e sete pardieiros. Na rua da Sapataria e rua Nova documentaram-se dezanove pardieiros, na rua Gualdim Pais são referidos onze pardieiros e, na rua da Erva, refere-se, a existência de oito pardieiros. A zona extramuros apresenta a

quase inexistência de pardieiros estando documentados apenas três, dois na rua da Corredoira e um na rua dos Chãos (Ribeiro, 2019, p. 191).

Foi ainda possível traçar um panorama de uma cidade que não tinha uma malha de ocupação do espaço muito densa, tendo, na zona intramuros, pelo menos 17% das estruturas urbanas em estado de degradação considerável. A análise global dos dados leva-nos a perspetivar uma cidade que nem sempre se pautava pela existência de um tecido urbano continuo intramuros, em parte explicável pela degradação de parte do tecido urbano e pelas áreas a norte que disporiam de espaços mais amplos. A zona extramuros parece não ter conhecido, neste momento, os problemas ao nível do parque habitacional percetível na área intramuros a que não deverá ser alheio o facto de parte dessa expansão ser relativamente recente.

3.1.1.2. Os conjuntos monásticos

Na Baixa Idade Média, os conjuntos monásticos identificados para a região bracarense apresentam uma considerável redução, relativamente ao período anterior. Contudo, os dados que possuímos acerca dos mesmos, possibilitam um conhecimento muito mais detalhado do que para os espaços mais antigos. Para este período documenta-se, na região bracarense, a existência de, pelo menos, cinco mosteiros, com um elevado grau de segurança, que conheceram atividade durante todo o período em estudo neste capítulo, designadamente, **S. Salvador de Vilar de Frades** [4], **Santa Maria de Adaúfe** [18], **S. Pedro de Lomar** [63], **S. Martinho de Tibães** [69] e **Santa Ana de Vimieiro** [116].

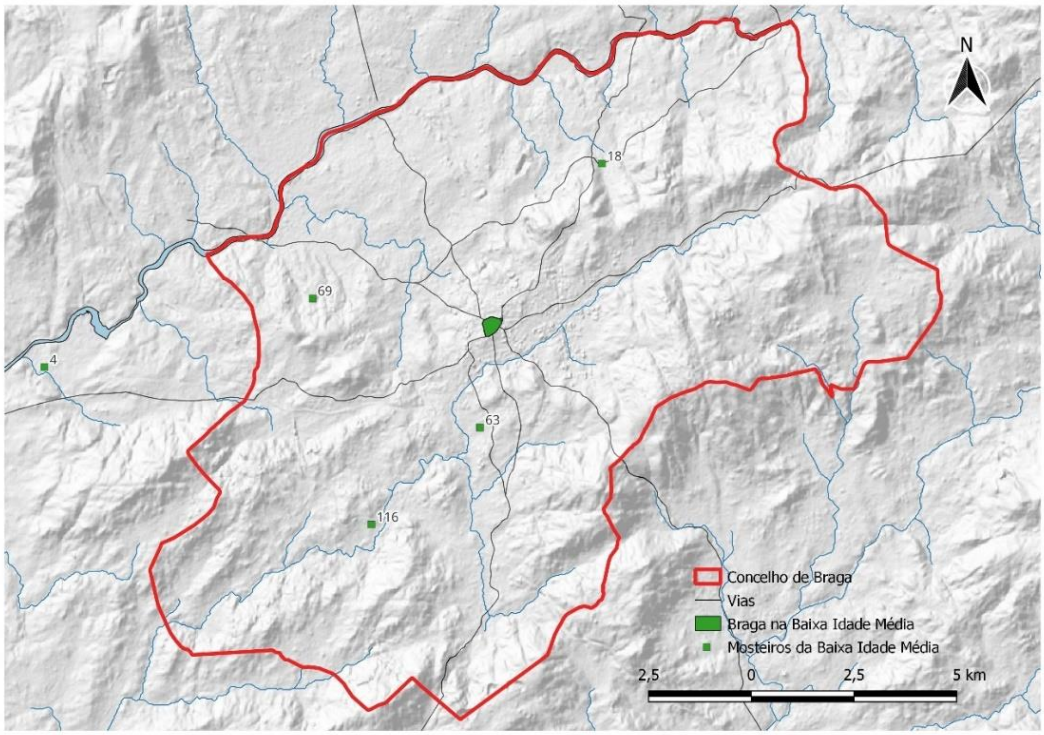


Figura 159 - Mosteiros com ocupação conhecida, da Baixa Idade Média. ©Francisco Andrade

O convento de **S. Salvador de Vilar de Frades** [4], foi alvo de diversas campanhas de escavações arqueológicas, cujos resultados foram publicados em diversos trabalhos, sendo de destacar (Fontes, Moreira e Duarte, 2016) e (Erasun Cortés e Faure, 2020). Também foi estudado por António Pereira, no âmbito da sua tese de doutoramento, tendo sido analisado com recurso a metodologias da Arqueologia da Arquitetura e da História da Construção (Pereira, 2020). As intervenções permitiram a identificação de diversos elementos que poderão corresponder ao edifício da Baixa Idade Média (Fontes, Moreira e Duarte, 2016), para além dos que ainda subsistem no conjunto edificado, como é o caso do pórtico e da janela que se encontra incorporada na zona sul.

Na campanha de 2002, os trabalhos dirigidos por Ana Moreira e Anabela Fernandes e coordenados por Luís Fontes (Fontes, Moreira e Duarte, 2016) possibilitaram a identificação de diversas estruturas que se associaram ao período tardo medieval. Foram identificadas pelo menos três estruturas que possam ser enquadradas neste período: um embasamento, a que se atribuiu a UE 11, constituído por blocos graníticos de forma sub-retangular, que se desenvolve segundo uma morfologia predominantemente subcircular, parecendo configurar uma estrutura absidal, eventualmente pertencente à cabeceira da igreja monástica (Fontes, Moreira e Duarte, 2016, p. 24). Também se identificou uma estrutura (UE 14), constituída por blocos graníticos de forma retangular, dispostos transversalmente relativamente às arcadas este do claustro. Para além destas estruturas, identificou-se a estrutura UE 54, que se tratava de um muro em alvenaria com aproximadamente oitenta centímetros de largura. Fontes, Moreira e Duarte, (2016, p.9), pela relação estratigráfica que possui e pelos materiais associados, assumem que se poderá tratar de uma estrutura tardo medieval.



Figura 160 - Aspeto de frontaria medieva de Vilar de Frades. ©Francisco Andrade.

Os vestígios que acima se descrevem deixam antever uma igreja de menores dimensões do que a atual, com uma cabeceira composta por três absides, tendo sido igualmente identificado parte do claustro que possuiria também menores dimensões do que o atual (Fontes, Moreira e Duarte, 2016, fig. 15).

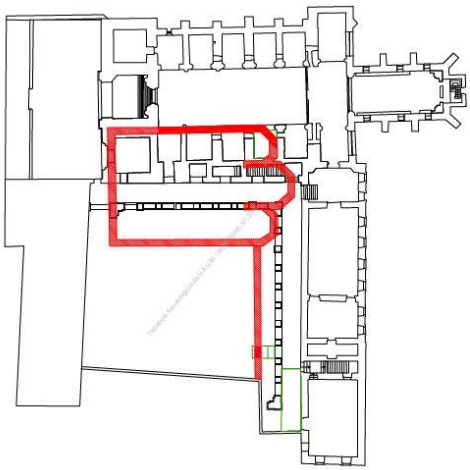


Figura 161 - Restituição de planimetria medieval de Vilar de Frades (segundo Fontes, Moreira e Duarte, 2016, fig. 15).

A intervenção arqueológica permitiu igualmente a identificação de diversos materiais cerâmicos tardo medievais em diversos contextos (Fontes, Moreira e Duarte, 2016). Costa (2000, p. 90) refere que a doação do mosteiro terá acontecido em 1104. As Inquirições de 1220 permitem uma inventariação das propriedades que estariam na posse de Vilar de Frades. Os bens seriam os que podem ser visualizados na tabela seguinte:

Paróquia	Referência ao mosteiro	Propriedades	Terra/Julgado
Santi Johanne de Arenis	*Vilar de Frades*	*VIII casalia et Quebradas*	*Terra de Pennafiel de Bastuzo*
Sancta Maria de Martim	*Vilar de Frades*	*VIIII casalia*	*Terra de Pennafiel de Bastuzo*
Santo Jacobo de Encoirados de Cauto de Martim	*Vilar de Frades*	*XVIIII casalia*	*Terra de Pennafiel de Bastuzo*
Sancta Leocadia de Palmeira	*Monasterium de Vilar*	*I Casale*	*Termino Vimaranensi*
Sancto Martino de Gallecos	*Vilar de Frades*	*II Casalia*	*Terra de Prado*
Santo Vicenti de Arenis	*Vilar de Frades*	*II Casalia*	*Terra de Prado*
Sancta Maria de Galegos	*Vilar de Frades*	*III casalia*	*Terra de Prado*
Santo Petro de Trianaa	*Vilar de Frades*	*I Casale*	*Judex de Boiro*

Sancto Michaele de Zopaes	*Vilar de Frades*	*III Casalia*	*Terra de Neiva*
Sancto Martino de Gandera	*Vilar de Frades*	*I casale*	*Terra de Neiva*
Sancto Petro de Fragoso	*Monasterium de Vilar*	*II casalia*	*Terra de Neiva*
Santa Maria de Rameli	*Vilar de Frades*	*médium casale*	*Terra de Faria*
Sancto Georgeo de Cauto de Varzea	*Vilar de Frades*	*II casalia*	*Terra de Faria*
Santa Maria de Mauri de Cauto de Varzea	*Vilar de Frades*	*VIII casalia*	*Terra de Faria*
Santo Salvatore de Miotaes	*Vilar de Frades*	I *casale et tertiam*	*Terra de Faria*
Sancto Salvatore de Pulia	*Vilar de Frades*	*V casalia*	*Terra de Faria*
Santo Salvatore de Fonte Mala	*Vilar de Frades*	*V casalia*	*Terra de Faria*
Vilar de Frades do Couto da Varzea	*Ista ecclesia*	*X casalia*	*Terra de Faria*
Sancto Laurencio de Touvedo	*Vilar de Arenis*	I casale	*Terra de Anoverega*
Sancta Lugricia	Monasterium de Vilar de Frades	I casale	*Terra de Vermui*
Sancta Maria de Ferrariis	*Monasterium de Vilar*	*II casalia et medium*	*Terra de Bracara*
Sancto Petro de Este	*Monasterium de Vilar*	*II casalia*	*Terra de Bracara*
Sancta Maria de Cauto de Tiviaes	*Vilar*	*Ista ecclesia est de Tiviaes et de Vilar et havet senarias*	*Terra de Bracara*

Tabela 1 - Tabela com as principais referências de propriedades do mosteiro de Vilar de Frades, nas Inquirições de 1220.

O rol de casais elencado anteriormente, permite-nos perspetivar um património fundiário que tem a sua principal área na Terra de Penafiel de Bastuço e na Terra de Faria que, efetivamente, seriam as circunscrições administrativas que mais próximas estariam do conjunto monástico. Trata-se de um património fundiário que, comparativamente a outros conjuntos monástico-conventuais, não se nos afigura como sendo excessivamente extenso. Os elementos exteriores ao núcleo principal de propriedades, não apresentam mais de três casais por paróquia.

Os dados das Inquirições de 1288 (Pizarro, 2012, p. 490), já fornecem dados diretos acerca do conjunto monástico. É referido explicitamente que Vilar de Frades "*he delimitado per padrões e que nenhum fidalgo nom ha hi honra nem casa de morada nem perde hi ho mesteyro nada do seu directo*". Estamos, portanto, perante um domínio que para além dos casais que referimos anteriormente, seguramente fruto de doações de que terá beneficiado, possuiria em 1288 um couto bem delimitado, não estando documentadas usurpações de grande monta, no referido período.

O mosteiro de **Santa Maria de Adaúfe** [18] é referenciado na documentação medieval de uma forma relativamente frequente (Costa, 1997, p. 363; Costa, 2000, p. 98). No local, atualmente, apenas se identificam estruturas modernas e os elementos que estão depositados no Museu Pio XII, são associáveis à Alta Idade Média. A referência documental mais antiga que se conhece é de finais do século XI, sendo referido que um dos elementos que confirmaria o documento seria "*Gontatus abba de acisterio Adaulfi*"(Costa, 2000, p. 415). Deduz-se que o mosteiro existiria, pelo menos desde o período imediatamente anterior. A análise das Inquirições de 1220, de forma similar à que já foi anteriormente apresentada para Vilar de Frades, conduz a uma inventariação do seguinte património:

Paróquia	Referência ao mosteiro	Propriedades	Terra/Julgado
Sancto Salvatore de Donin	*Monasterium de Adaufi*	*V Casalia*	*Termino de Vimaranes*
Sancto Salvatore de Amares	*Adaufi*	*V Casalia*	*Judex de Boiro*
Sancto Michaelis de Portu	*Adaufi*	*I Casale*	*Judex de Boiro*
Sanco Thoma de Laias	*Adaufi*	*I Casale*	*Judex de Boiro*
Sancto Michaele de Paacio	*Adaufi*	*III casalia et medium*	*Judex de Boiro*
Sancto Thoma de Anedi	*Adaufi*	*III casalia*	*Judex de Boiro*
Sancta Maria de Dezaos	*Adaufi*	*I casale*	*Judex de Boiro*
Sancta Maria de Toriz Justa Lalim	*Adaufi*	*I casale*	*Judex de Boiro*
Sancto Petro de Scaeiro de Villa Plana	*Adaufi*	*I casale*	*Judex de Boiro*
Sancto Johane de Aiaes	*Adaufi*	*I casale*	*Judex de Boiro*
Sancto Petro de Vaoboo de Regalados	*Adaufi*	*III casalia*	*Judex de Boiro*
Sancto Jacobo de Creiximir	*Adaufi*	*I casale*	*Terra de Neiva*
Sancto Michaele de Pulia	*Adaufi*	*I casale*	*Terra de Faria*

Sancto Salvatore de Fonte Mala	*Adaufi*	*II casalia*	*Terra de Faria*
Sancta Maria de Avoin	*Adaufi*	*II casalia*	*Terra de Anovrega*
Sancta Columba	*Adaufi*	*II casalia*	*Terra de Montelongo*
Santa Trega	*Adaufi*	*Habet ibi entrada in uno casale*	*Terra de Laioso*
Sancta Maria de Mouri	*Monasterium de Adaufi*	*II casalia*	*Terra de Laioso*
Sancto Juliano de Covelas	*Adaufi*	*I casale et entradas*	*Terra de Laioso*
Sancto Jacobo de Paredes	*Adaufi*	*IIII casalia*	*Terra de Laioso*
Sancto Pelagio	*Monasterium de Adaufi*	*I casale Medium*	*Termino de Veeira*
Sancto Juliano de Tavoazoos	*Monasterium de Adaufi*	*IIII casalia et VIII*	*Termino de Veeira*
Sancto Stephano	*Monasterium de Adaufi*	*VII casalia*	*Termino de Veeira*
Sancto Romano de Frades	*Monasterium de Adaufi*	*I casale*	*Penafiel de Suaz*
Sancto Petro de Cerzedelo	*Adaufi*	*III casalia*	*Penafiel de Suaz*
Sancto Vincentio	*Adaufi*	*II casalia*	*Judicato de Travazoos*
Sancta Lugricia	*Monasterium de Adaufi*	*V casalia*	*Terra de Bracara*
Sancta Maria de Palmeira	*Monasterium de Adaufi*	*IIII casalia*	*Terra de Bracara*
Sancta Eolalia de Crespos	*Monasterium de Adaufi*	*XIII casalia*	*Terra de Bracara*
Sancto Laurencio de Navarra	*Monasterium de Adaufi*	*VI casalia*	*Terra de Bracara*
Sancto Pelagio de Pousada	*Monasterium de Adaufi*	*I casale terciam*	*Terra de Bracara*
Sancto Andree de Valle	*Monasterium de Adaufi*	*XII casalia*	*Terra de Bracara*
Monasterio de Adaufi	*Iste monasterium*	*Habet senarias et LXVI casalia*	*Terra de Bracara*

Tabela 2- Tabela com as principais referências de propriedades do mosteiro de Adaúfe, nas Inquirições de 1220.

O mosteiro apresenta um considerável património fundiário, com especial incidência na região leste de Braga, na zona mais próxima da localização do espaço construído. Uma das características notórias da análise dos bens incorporados no património fundiário do mosteiro, é uma certa prevalência para a dispersão de propriedade e uma tendência para localização em regiões mais acidentadas, nas Terras a leste do couto de Braga, designadamente no termo de Vieira, Lanhoso, Julgado de Travassos, Terra de Montelongo e Julgado de Bouro.

As Inquirições de 1288 (Pizarro, 2012, pp. 447-460), apresentam referências diretas ao mosteiro de Adaúfe, nomeadamente a referência a determinados locais de Santa Maria de Adaúfe, Santo André e Santa Lucrécia de Algeriz. Nas paroquias de Santa Maria de Adaúfe [18] e Santo André do Vale [29], à exceção das honras "*que chamam da Mota e a casa que chamam o Paaço da Fonte que he do Arcediagoo he provado que as virom honradas de que se acordam as testemunhas e d'ouvida de longo tenpo e dizem as testemunhas que trajem por honra com estas quintaas Aldeiãaes e Moinhos e Pinheirio*", as restantes terras são do mosteiro de Adaúfe. A análise à descrição desta paróquia também permite a constatação que o lugar da Ribeira [19], estaria, neste momento, indevidamente honrado, sendo ordenado que cessasse a usurpação detetada. Em Santa Lucrécia de Algeriz [99] é referido que os lugares de nome "*Fromam e Souto e Roemir*", que tinham sido de "*filhos d' Algo*", foram doados ao mosteiro de Adaúfe [18].

A data da extinção do mosteiro terá acontecido em 2 de agosto de 1452, sem que seja explicada a razão da sua redução a igreja paroquial. É, contudo, revelado que o mosteiro já não albergaria uma comunidade monástica desde pelo menos 1439, sendo referido por Marques (1988, pp. 662-663) o resultado da sentença contra D. Fernando da Guerra, arguido pelos lavradores do couto de Braga de os ter indevidamente obrigado a trabalhar nos paços contruídos por ele no mosteiro de Adaúfe. Parece que estamos perante uma apropriação do espaço monástico por parte do arcebispo bracarense.

O mosteiro de **S. Pedro de Lomar** [63] também é frequentemente referido na documentação medieval (Costa, 1997, p. 365; Costa, 2000, pp. 73-74; Marques, 1988, p. 660). A referência mais antiga que se conhece, relativa à paróquia é de 1023, sendo mencionado "*per succo de S. Petro*". O documento mais antigo que menciona explicitamente o mosteiro de Lomar é a confirmação de 1088, tratando-se de uma confirmação de uma doação em que também está presente o abade de Adaúfe. O abade de Lomar nesse momento seria "*Ariamus abba de acisterio Lodomari*" (Costa, 2000, p. 415). O orago do mosteiro terá sido S. Pedro, pelo menos desde o século XI, parecendo comprovar o doc. 379 do *LF* (Costa, 1965), que para além da referência no censual, é a única referência anterior ao século X que conhecemos do conjunto. As referências das Inquirições de 1220 possibilitam a inventariação do seguinte património fundiário:

Paróquia	Referência ao mosteiro	Propriedades	Terra/Julgado
Sancto Salvatore de Balsare et Sancta Maria de Pausada	*Monasterium de Loomar*	*I casale*	*Termino de Vimaranes*
Sancto Salvatore de Donin	*Monasterium de Loomar*	*II casalia*	*Termino de Vimaranes*

Sancto Martino de Portela de Lectones	*Monasterium de Loomar*	*III casalia*	*Termino de Vimaranes*
Sancto Salvatore de Tevoosa	*Loomar*	*VI casalia*	*Terra de Pennafiel de Bastuzo*
Sancto Mamete	*Loomar*	*III casalia*	*Terra de Pennafiel de Bastuzo*
Sancto Thome de Moimenta	*Loomar*	*I casale*	*Terra de Pennafiel de Bastuzo*
Sancto Michaele de Guisandi	*Loomar*	*VI casalia et medium*	*Terra de Pennafiel de Bastuzo*
Sancto Michaele de Cabreiros	*Loomar*	*Medietatem de casali*	*Terra de Pennafiel de Bastuzo*
Sancto Laurentio de Celeiroo	*Loomar*	*II casalia*	*Terra de Pennafiel de Bastuzo*
Sancto Johanne de Nogueira	*Monasterium de Loomar*	*III casalia*	*Terra de Bracara*
Sancta Maria de Trandeiras	*Monasterium de Loomar*	*I casale minus quarta*	*Terra de Bracara*
Sancto Vincentio de Penso	*Monasterium de Loomar*	*XIII casalia*	*Terra de Bracara*
Sancta Maria de Ferrariis	*Monasterium de Loomar*	*IIII casalia*	*Terra de Bracara*
Sancto Salvatore de Trandeiras	*Monasterium de Loomar*	*I casale minus quarta*	*Terra de Bracara*
Sancto Christovao de Asperonis	*Monasterium de Loomar*	*VI casalia*	*Terra de Bracara*
Sancto Michaele de Villa Cova	*Monasterium de Loomar*	*VI casalia*	*Terra de Bracara*
Monasterium de Loomar	*Ista ecclesia*	*Senarias et XIII casalia medium*	*Terra de Bracara*

Tabela 3 - Tabela com as principais referências de propriedades do mosteiro de Lomar, nas Inquirições de 1220.

A análise dos dados recolhidos permite-nos considerar que o mosteiro, em inícios do século XII, possuía direitos sobre propriedades que se localizavam primordialmente na sua envolvente mais próxima, sendo as referências relativas a apenas três áreas administrativas e, mesmo nestas áreas, raros são os casos em que se localizam em paróquias mais afastadas. Trata-se de uma área que compreende a região sudoeste da cidade de Braga, a leste de Barcelos e a noroeste de Guimarães.

Nas Inquirições de 1288 (Pizarro, 2012, pp. 422-423), é referido que na freguesia de Lomar existiria uma honra do mosteiro de Lomar, sendo descritos de forma sucinta os limites do domínio monástico. Efetivamente a descrição refere alguns lugares que ainda hoje são percetíveis no território.

É referido que a delimitação do termo começa a leste na "*Ponte Pedrinha da Este*". Nos limites a norte da freguesia de Lomar ainda é identificado um lugar denominado de ponte Pedrinha, que constitui um dos limites atuais da freguesia de Lomar. Segue-se a referência a que a continuação dos limites passaria pelo "*caminho velho*". Nesta zona passaria a via XVI que ligaria Braga a Olissipo. A descrição do termo prossegue com a referência que os limites num determinado momento passariam o rio. Efetivamente seguindo as indicações constantes na descrição é bem identificável no terreno a passagem do rio Este, a sudeste da zona anteriormente identificada. Segue-se a descrição com a referência que "*passa o ryo aa Verea*". Na zona da via romana, a sudeste da atual freguesia de Lomar, o caminho atravessa o rio da Veiga. É referido de seguida que os limites seguiriam para "*Carvalhães*". Próximo à zona que anteriormente mencionamos, ainda hoje se identifica o topónimo Carvalhais, que localiza próximo aos atuais limites de freguesia. É ainda mencionado que os limites, num determinado momento, confluiriam com o couto de Vimieiro.

A sul, a atual freguesia de Lomar confronta com a freguesia de Figueiredo. Pensamos que seria nessa zona que o couto confrontaria com o couto de Vimieiro, sendo condizente com a lógica descritiva que temos seguido até ao momento. Seguem-se as referências aos "*Moynhos de Pero Testa*...*Varzeela*..."). Seguindo a lógica descritiva, consideramos que os moinhos poderiam estar localizados na zona oeste, junto aos cursos de água e na zona mais plana, junto ao rio este. Continua ainda a menção ao "*Carvalho de Cartey*". O topónimo Sobreiro no seguimento da descrição que temos efetuado, parece sugestivo, pelo que avançamos com a hipótese de poder tratar-se da localização referida. A descrição da passagem pelo "*porto que Chamam do Pumar*", que remete para uma inflexão dos limites para norte, até ao rio este. Pouco a norte do topónimo mencionado, os limites de freguesia atual são condizentes com o rio Este. No documento é referido que os limites terminariam na ponte onde se tinha iniciado a descrição. Tal referência parece-nos corroborar o facto de que os limites pudessem ser efetuados por esta zona.

A análise destes dados permite-nos constatar que a descrição foi efetuada no sentido dos ponteiros do relógio, iniciando a nordeste, seguindo para sudeste, infletindo para oeste e subindo para noroeste. Os principais limites identificados foram o caminho romano a leste, e o rio a nordeste. Para além destes, foram utilizados como delimitadores, elementos que seriam de fácil identificação, tais como árvores de grande porte e construções com características particulares como moinhos. Em termos gerais, os limites

não seriam muito distintos dos da atual freguesia de Lomar, com exceção de alguns aspetos de pormenor.

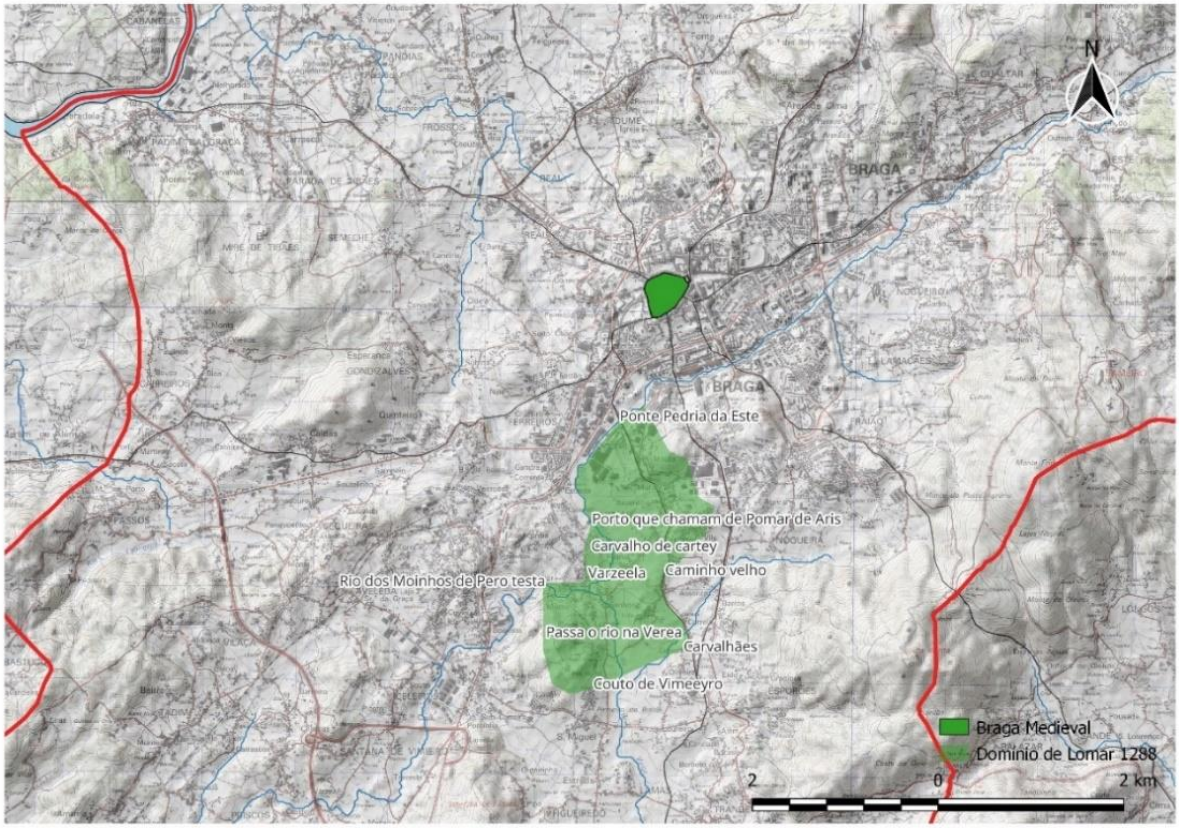


Figura 162 - Restituição do domínio monástico de Lomar, com base nos dados das Inquirições de 1288. ©Francisco Andrade

Para além das referências documentais, a igreja apresenta ainda diversos elementos que remontam e que se podem associar ao edificado medievo. Uma análise superficial ao aparelho da igreja, permite constatar que uma parte considerável da sua fábrica parece ser enquadrável neste período, tendo conhecido, contudo, diversas alterações, sendo detetável a abertura de diversos vãos retangulares que serão de época posterior. Na cabeceira da capela-mor é possível identificar, claramente, duas fases construtivas. A mais antiga está associada aos diversos cachorros que são visíveis na lateral e que poderão ser deste período ou inícios da Idade Moderna. A arcaria que também é visível da nave poderá remontar à Idade Média.

A extinção do espaço monástico de Lomar e passagem a igreja paroquial, parece ter acontecido no século XV, sendo, segundo descrição de 24 de novembro de 1431, o serviço litúrgico garantido, com dificuldade, por um abade e capelão, num edifício bastante arruinado. Por este facto, mesmo o abade e capelão renunciaram às suas funções (Marques, 1988, p. 660).



Figura 163 - Igreja de S. Pedro de Lomar. ©Francisco Andrade

As intervenções arqueológicas que decorreram no mosteiro de **S. Martinho de Tibães** [69], permitiram o conhecimento relativamente seguro da evolução do edificado. Um dos conjuntos de ruínas mais substancial que permitiu proposta planimétrica, relativamente coerente, é associável ao período tratado neste capítulo e que pensamos, à luz dos dados atualmente disponíveis, ter seguido os cânones construtivos do estilo românico. Os dados arqueológicos explanados em Fontes (2005), evidenciam a presença de diversos elementos românicos reaproveitados em alicerces dos arcos do claustro do cemitério, ou no sistema hidráulico do claustro de refeitório (Fontes *et. al.,* 2013).



Figura 164 - Elemento românico reaproveitado em caleira moderna, identificado no claustro do refeitório. ©Francisco Andrade.

O conjunto monástico seria constituído por uma igreja de reduzidas dimensões, tendo sido identificados os vestígios do mesmo, na zona norte do claustro do cemitério. A igreja seria constituída

por uma igreja de nave única, de cabeceira absidada e apresenta, segundo os dados analisados por Fontes (2005, p. 118), uma elevação da nave, relativamente ao restante corpo da igreja.

O mosteiro seria constituído por um único claustro, sendo as dimensões totais do conjunto, aproximadamente as que atualmente ocupa o referido claustro do cemitério. Fontes (2005, p. 118), avança com uma proposta planimétrica que configuraria uma ala a leste e duas potenciais alas a norte e oeste. O conjunto possuiria dois torreões nos limites oeste do edificado. O primeiro estaria localizado entre a igreja e o claustro e o segundo estaria localizado a sudoeste, eventualmente saliente relativamente à construção que se conhece. Uma análise dos dados apresentados, leva-nos a considerar a hipótese da existência de uma ala a sul, no seguimento dos vestígios identificados no limite do claustro do refeitório.

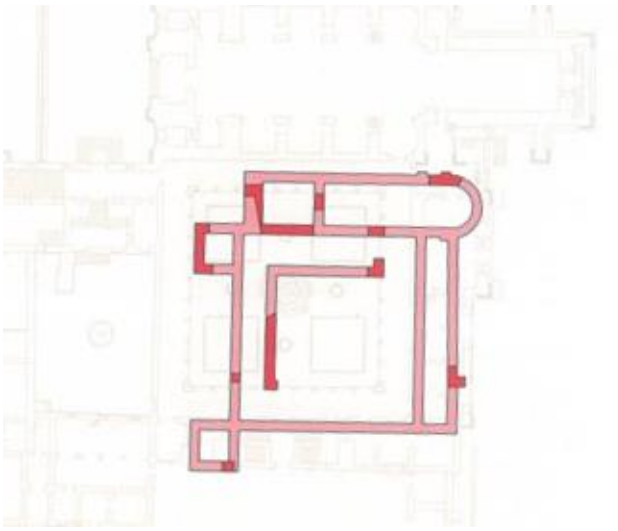


Figura 165 - Planta esquemática do mosteiro de Tibães, na Idade Média, de acordo com os dados apresentados por Luís Fontes e Clara Rodrigues. Vestígios identificados, a vermelho-escuro e projeção a rosa. (Fontes, 2005, p. 118)

O conjunto monástico medieval dispunha de um amplo domínio, tendo sido outorgada a carta de couto em 1110 (Fontes, 2005, p. 119). A análise do documento (Azevedo, 1958, pp. 23-24 e 562-564), republicado em Fontes (2005, pp. 170-171) e Peixoto (2014, pp. 84-85), permite uma aproximação ao domínio inicialmente concedido.

Segundo Peixoto (2014, p 85), o documento original da carta de couto, é o que está publicado em (Azevedo, 1958, pp. 23-24) e cujos originais se encontram na Biblioteca Municipal do Porto, Col. Diplomática, docs. Most. Tibães nº 1 e 2 (cópias do século XII). O documento refere que "*facimus cautum et terminum ad monasterium Sancti Martini de Tibianes*". A descrição do couto, refere que este iniciaria por zona que dividiria "*Palatium cum Vilarino*". A análise toponímica, apoiada também na análise de limites efetuada para épocas posteriores leva a que se possam ser identificáveis na atual freguesia da Pousa os topónimos de Vilarinho e Paço.

Pensamos que se possa tratar das referências que estão mencionadas no documento. Estes dados permitem-nos o estabelecimento da área por onde se iniciou a delimitação do couto e de uma localização geoespacial, aproximada. Tendo como ponto de partida a área próxima aos atuais limites das freguesias de Padim da Graça e Pousa, a descrição continua com a referência que os limites passariam por "*terminum de Ulgoso*". Na versão de (Azevedo, 1958, pp. 562-564) seria "*per montem maiorem quod est super Ulgoso*". O cruzamento dos dois documentos leva-nos a identificar que nesta zona estaria localizada uma entidade denominada Ulgoso, que limitaria com o couto de Tibães. Na versão de documento apresentada em Peixoto (2014, p. 84) é referido genericamente como "*terminum*" e na versão apresentada por Fontes (2005, pp. 170-171), há referência a "*montem maiorem*". Uma abordagem ao terreno permite-nos constatar que o local mais próximo ao que poderia constituir um elemento bem localizável e identificável na paisagem, seria o outeiro determinado por Montemor. Parece-nos que, pese embora as advertências apresentadas por Peixoto (2014, p. 84) a delimitação deveria passar por esta zona.

A referência documental seguinte do documento apresentado em Peixoto (2014, p. 84) é que o termo passaria na região "*quomodo dividet Tibianes cum Martim*" e no documento apresentado por Fontes (2005, pp. 170-171) é mencionado que o limite passaria por "*montem de Abeleiroo que est super Ulgoso*". De facto, parece-nos que o limite passaria pela zona denominada Abelheiró, que, grosso modo, é coincidente com a área que se estabelece a divisa com Martim, como foi referido em Peixoto (2014, p. 127) e de acordo com dados identificados *in loco*. A descrição segue com a referência de que o limite seguiria pelo "*termino de Kabreiros*" (Peixoto, 2014, p. 84), sendo referido em Fontes (2005, pp. 170-171), que o termo passaria por "*Pedra Taramelada*". Pensámos que a primeira referência poderá ser respetiva à zona denominada Dianteiras de Cabreiros ou à zona de Pedras Alvas. A segunda referência deverá ser à zona denominada de Pedras Alvas que também se encontra na vertente do monte S. Gens (Peixoto, 2014, p. 125). Quer se trate de uma ou outra referência, não nos parece que nem uma nem outra pareçam pressupor uma alteração de envergadura, relativamente aos limites do termo do couto.

Peixoto (2014, p. 126) refere que nas dianteiras seria uma das zonas em que existiriam mais contendas, sendo uma área que se verifica uma grande quantidade de marcos. Esta poderá ser uma zona em que poderia haver algumas diferenças de pormenor nos limites do termo. Contudo, não nos parecem ter sido diferenças de grande monta. Os limites prosseguem com a referência a que estes iriam por uma zona que passaria pelo "*terminum de Sameli*" (Peixoto, 2014, p. 84), sendo referido na versão apresentada em Fontes (2005, pp. 170-171) que prosseguiria "*per terminum de Sameli*", coincidindo aqui as duas versões.

O termo de Semelhe referido nos documentos, no nosso entender, seria relativo à zona que Peixoto (2014, pp. 55, 125) denominou de zona de D. Pedro, na medida em que seria nesta zona que, para além de estabelecer os limites entre Tibães, Braga e Penafiel de Bastuço, estavam definidos os limites entre Semelhe e a extinta paróquia de Santa Leocádia de Cabreiros.

Na versão apresentada por Fontes (2005, pp. 170-171) é referido que o termo passaria por zona "*quomodo dividit Parada cum Samell*". A zona de Parada de Tibães estando estabelecida em inúmeras referências documentais, como sendo uma zona pertencente ao mosteiro de Tibães, apresenta alguns elementos que a parecem associar, de alguma forma, a entidades eclesiásticas dependentes do arcebispado de Braga como, por exemplo, a inscrição reaproveitada nas paredes da igreja apresentada na descrição dos vestígios passíveis de ser associados à Alta Idade Média, estando a referência à mesma dependência, presente nas Memórias Paroquiais de 1758 (Capela, 2003).

A referência documental seguinte, estabelece que os limites passariam por zona "*quod dividit Parada cum Forozos*" (Peixoto, 2014, p. 84), estando presente a mesma referência no documento transcrito em Fontes (2005, pp. 170-171). Pensamos que esta referência poderá ser relativa à zona de Fonte Cova, sendo referido em Peixoto (2014, p. 123) que nesta zona havia a um penedo que tinha uma cruz que servia de marco.

Pelas características do delimitador, pensamos que poderá ser um limite com bastante antiguidade. Segue a descrição nas duas transcrições do documento referido que os limites iriam "... *per Cernato et inde per Gandarela et inde per illam Fontem de Sancto Petro de Merlim*". Quanto a estes dois termos apenas consideramos ser passível de associar genericamente à toponímia, na zona entre Frossos e Merlim. A referência à fonte de S. Pedro de Merelim, pensamos que possa estar associada ao local que Peixoto (2014, p. 121) terá denominado de marco da Fonte. Apenas restam vestígios da referida fonte, num local com a sugestiva toponímia de cruzinha, que parece confirmar a antiguidade dos limites nesta zona. A delimitação segue, em ambas as versões do documento, por uma área denominada de "*Castro Malo*" ou "*Castrum Malum*", conforme a transcrição e versão do documento. Esta referência é uma das mais inequívocas, tendo no local sido inicialmente inventariado por Martins (1990, p. 88), um sítio que teria ocupação romana. Atualmente pouco resta do povoado, estando registado na toponímia Merelinense, na rua de Castro Mau.

A descrição do couto termina, nas duas versões do documento, com ligeiras diferenças de grafia, com a referência de que os limites passariam "*per illam carrariam antiquam et fer in Moquoromi et inde per illum flumen de Cadavo et fer in illa foz de Gesmondi*" (Peixoto, 2014, p. 84), "*per illam carrariam antiquam et exit in Mocoromi et inde per médium flúmen de Cadauo et concludit in illa foze de*

Gesmondi". As referências a "*carrariam antiquam*" são frequentes na Idade Média, como referências a estradas que julgamos ter origem romana. Efetivamente é esta zona que Helena Carvalho (2008, pp. 299-310) identificou como sendo a zona de passagem da via classificada como XIX do itinerário de Antonino, o que parece ser de todo condizente com a referência dos limites. A referência a Macarome remete para o local onde se efetuaria a passagem do rio onde se localizaria o porto da barca em frente ao Faial (Peixoto, 2014, p. 118), no seguimento do traçado proposto para a via.

As referências seguintes remetem para uma delimitação a norte que se efetuaria no rio Cávado e que terminaria na zona de Gesmonde, próximo a Vilarinho, onde se iniciou a descrição. É possível com este documento uma aproximação bastante fidedigna ao que seriam os limites do couto desde a sua fundação, com o detalhe suficiente para se estabelecer o cruzamento com os dados de períodos posteriores.

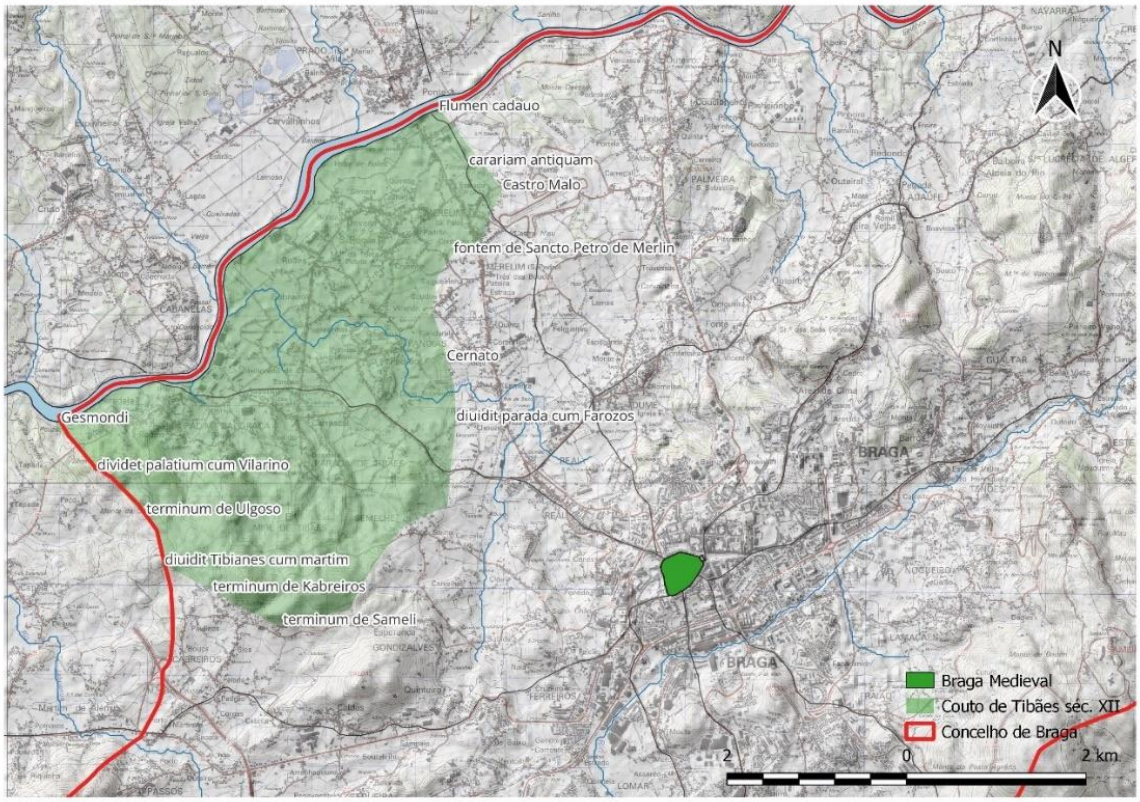


Figura 166 - Limites do couto de Tibães, de acordo com os dados extraídos na carta de couto. ©Francisco Andrade

A análise das Inquirições de 1220 permite constatar que o mosteiro nesta altura, dispunha do seguinte património:

Paróquia	Referência ao mosteiro	Propriedades	Terra/Julgado
Sancta Leocadia de Palmeira	*Monasterium de Tiviaes*	*IIII casalia*	*Termino de Vimaranes*

Sancto Salvatore de Donin	*Monasterium de Tiviaes*	*VIIII casalia medium*	*Termino de Vimaranes*
Sancto Salvatore de Reguela	*Tiviaes*	*IIII casalia*	*Terra de Pennafiel de Bastuzo*
Sancto Felice de Bastuzo	*Tiviaes*	*IIII casalia*	*Terra de Pennafiel de Bastuzo*
Sancta Maria de Sequeira	*Tiviaes*	*XI Casalia*	*Terra de Pennafiel de Bastuzo*
Sancto Saturnino	*Monasterium de Tiviaes*	*Patronus cum aliis*	*Terra de Pennafiel de Bastuzo*
Sancto Michaele de Cabreiros	*Tiviaes*	*IIII casalia*	*Terra de Pennafiel de Bastuzo*
Sancta Leocadia de Cabreiros	*Tiviaes*	*I casale*	*Terra de Pennafiel de Bastuzo*
Sancta Maria de Martim	*Tiviaes*	*XV casale*	*Terra de Pennafiel de Bastuzo*
Sancto Jacobo de Encoirados de Cauto de Martim	*Tiviaes*	*V casalia*	*Terra de Pennafiel de Bastuzo*
Sancta Eolalia de Ulveira	*Tiviaes*	*IIII casalia*	*Terra de Prado*
Sancto Genesio	*Tiviaes*	*VI casalia*	*Terra de Prado*
Sancto Jacobo de Franzelos	*Tiviaes*	*V casalia menos tercia*	*Terra de Prado*
Sancta Vaia de Cabanelas	*Tiviaes*	*IIII casalia*	*Terra de Prado*
Sancto Juliano de Ucha	*Tiviaes*	*VI casalia*	*Terra de Prado*
Sancto Martino de Carrazedo	*Tiviaes*	*II casalia*	*Judex de Boiro*
Sancta Maria de Ferreiros	*Tiviaes*	*I casale*	*Judex de Boiro*
Sancto Pelagio de Baesteiros	*Tiviaes*	*I casale*	*Judex de Boiro*
Sancta Maria de Abade	*Tiviaes*	*I et medium*	*Terra de Neiva*
Sancta Maria de Ligioo	*Tiviaes*	*I casale*	*Terra de Neiva*
Sancta Eolalia de Palmeira	*Tiviaes*	*VI casalia*	*Terra de Neiva*
Sancto Jacobo de Creiximir	*Tiviaes*	*III casalia*	*Terra de Neiva*
Sancto Michaele de Zopaes	*Tiviaes*	*III casalia et medium*	*Terra de Neiva*
Sancto Jacobo de Carapezos	*Tiviaes*	*III casalia et I senariam*	*Terra de Neiva*
Sancto Petro de Coregaza	*Tiviaes*	*I casale*	*Terra de Neiva*

Sancto Martino de Gandera	*Tiviaes*	*I casale*	*Terra de Neiva*
Sancta Vaia de Villa de Punia	*Tiviaes*	*Alia medietas*	*Terra de Neiva*
Sancto Martinio de Rio Tinto	*Tiviaes*	*IIII casalia*	*Terra de Faria*
Sancta Maria da Stela	*Tiviaes*	*XVII casalia et cautum*	*Terra de Faria*
Sancto Pelagio de Carvalal	*Tiviaes*	*Ista ecclesia est de Tiviaes et Varzea*	*Terra de Faria*
Santo Salvatore de Fonte Mala	*Tiviaes*	*II casalia*	*Terra de Faria*
Sancto Laurencio de Touvedo	*Tiviaes*	*III casalia*	*Terra de Anovrega*
Sancto Martino de Ribeira de Soaz	*Monasterium de Tiviaes*	*Unum casale*	*Penafiel de Suaz*
Sancto Pelagio de Laias	*Tiviaes*	*V casalia*	*Terra de Vermui*
Sancta Amria de Airan de Laias	*Tiviaes*	*X casalia*	*Terra de Vermui*
(Sancto)Johani	*Tiviaes*	*III casalia*	*Terra de Vermui*
Sancto Johani de Airan	*Tiviaes*	*I casale*	*Terra de Vermui*
Sancto Cosmado	*Tiviaes*	*VI casalia*	*Terra de Vermui*
Sancta Maria de Gradizela	*Monasterium de Tiviaes*	*II casalia*	*Terra de Vermui*
Sancto Petro de Podami	*Tiviaes*	*Ista ecclesia est de Ulveira et Tiviaes*	*Terra de Vermui*
Sancta Maria de Trandeiras	*Monasterium de Tiviaes*	*V casalia*	*Terra de Bracara*
Sancto Martinio de Dumio	*Monasterium de Tiviaes*	*II casalia*	*Terra de Bracara*
Sancto Frutuoso	*Monasterium de Tiviaes*	*IIII casalia*	*Terra de Bracara*
Sancto Petro de Merlin	*Monasterium de Tiviaes*	*VII casalia*	*Terra de Bracara*
Sancto Petro de Gundizalvi	*Monasterium de Tiviaes*	*II casalia*	*Terra de Bracara*
Sancto Johane de Semeli	*Monasterium de Tiviaes*	*II casalia*	*Terra de Bracara*
Sancto Michaele de Forozos	*Monasterium de Tiviaes*	*III casalia medium*	*Terra de Bracara*

Sancto Adriano de Cauto de Tiviaes	*Tiviaes*	*Senarias VII casalia*	*Terra de Bracara*
Sancto Pelagio de Cauto de Tiviaes	*Tiviaes*	*XI casalia*	*Terra de Bracara*
Sancta Maria de Cauto de Tiviaes	*Tiviaes*	*Senarias VIIII casalia*	*Terra de Bracara*
Sancto Salvatore de Couto de Tiviaes	*Tiviaes*	*Este de tiviaes et Vilar et habet senarias et III casalia*	*Terra de Bracara*
Monasterio de Tiviaes	*Ista ecclesia*	*Senarias X casalia*	*Terra de Bracara*
Sancta Maria de Cauto de Tiviaes	*Tiviaes*	*XI casalia*	*Terra de Bracara*
Sancto Pelagio de Merlin de Cauto de Tiviaes	*Tiviaes*	*XVIII casalia*	*Terra de Bracara*

Tabela 4 - Tabela com as principais referências de propriedades do mosteiro de Tibães, nas Inquirições de 1220.

As Inquirições de 1288 (Pizarro, 2012, pp. 462-464), têm uma referência explicita ao couto do mosteiro de Tibães. No documento é referido que é "*couto per padrrões*" sendo referido que este se inicia na "*Ponte de Mocorome*" sendo a descrição feita no sentido oposto à delimitação do couto. Segue com descrição de elementos, que não nos foi possível localizar, sendo feita referência a "*Carvalhas de Clasto*", "*Pomar de Vermoo*" e "*Lapa Maria*". Contudo é referido que passaria "*ente a Anta de Cableyros"e "ende a Belheiroo*". Parece-nos que possa ser referência a Dianteiras de Cabreiros ou Pedras Tarameladas, no limite com Cabreiros e, mais seguramente referência a Abelheiró, na zona que divide com Martim que, no nosso entender, comprova a passagem do termo por este local, desde época medieval. É ainda feita referência a Canedo que se localizaria na zona oeste do termo, junto ao rio, a julgar pela lógica descritiva. A referência a *Paaço de Parada* constituiria uma honra, muito provavelmente na zona leste, numa área em que parece haver indícios de eventual disputa.

O **mosteiro de Vimieiro** [116], apresenta como referência documental mais antiga conhecida, a menção no censual de finais do século XI (Costa, 2000, p. 105). A carta de couto é datável de 1127 e terá sido outorgada por D. Teresa à ordem de Cluny. Os vestígios que temos deste mosteiro são quase inexistentes, fruto da curta duração da existência do mesmo. Segundo Marques (1988, pp. 657-658), já em 1377 os visitadores de Cluny incluíram este mosteiro entre os que já não teriam monges. Não são visíveis no local quaisquer vestígios da ocupação associável ao período baixo medieval.

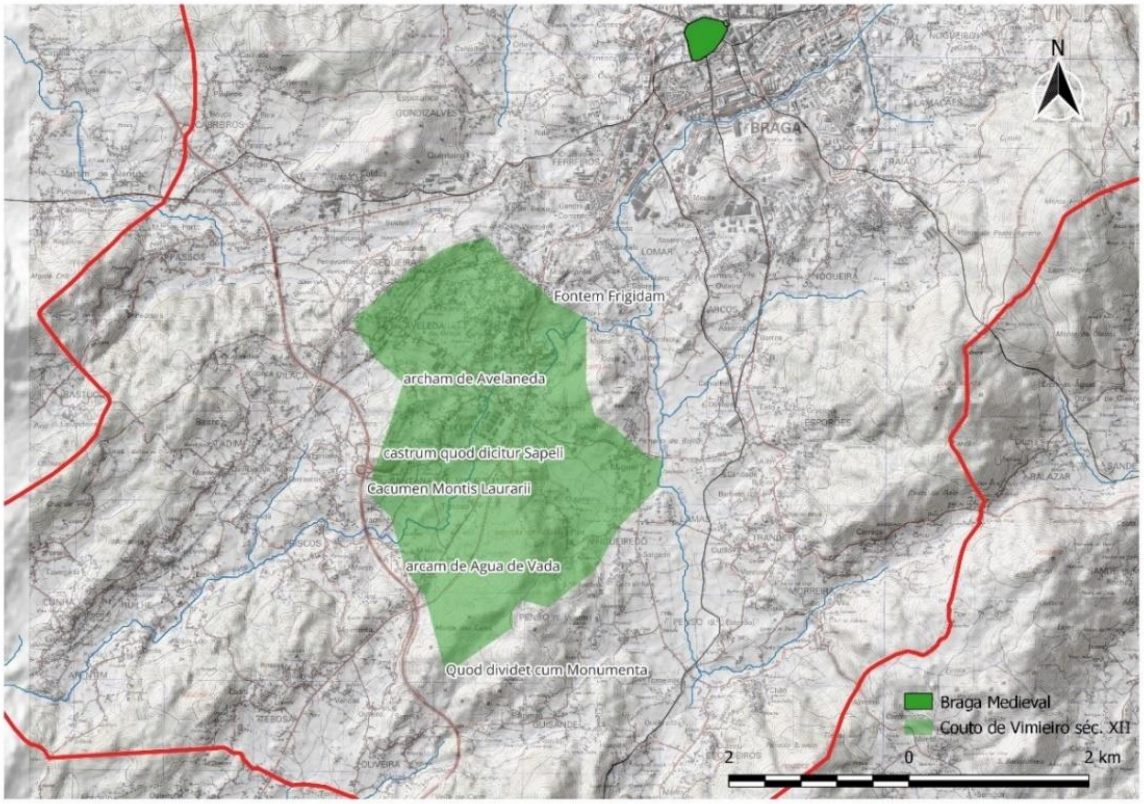


Figura 167 - Limites do couto de Vimieiro, com base em DR, I, Nº 75 e 218 (Azevedo, 1958).

Os dados presentes nas inquirições de 1220, permitem-nos uma aproximação à propriedade fundiária do mosteiro:

Paróquia	Referência ao mosteiro	Propriedades/direitos	Terra/Julgado
Sancto Bartholomeo de Tedim	*Vimieiro*	*Testamentos*	*Terra de Pennafiel de Bastuzo*
Sancto Martino de Fradelos	*Vimieiro*	*Intrada in ista ecclesia*	*Terra de Pennafiel de Bastuzo*
Santa Maria de Avelaeda	*Vimieiro*	*III Bragales, V cubitus et solidum, I galinam, vocem et calumpniam*	*Terra de Pennafiel de Bastuzo*
Monasterio de Vimieiro	*Ista ecclesia*	*Senarias, XVI casalia, cautum quod est suum*	*Terra de Pennafiel de Bastuzo*
Sancto Laurencio de Celeiroo	*Monasterium de Vimieiro*	*XII casalia et ista ecclesiam*	*Terra de Pennafiel de Bastuzo*
Sancto Salvatore de Figueiredo	*Vimieiro*	*I casale*	*Terra de Pennafiel de Bastuzo*
Sancto Jacobo de Piiscos	*Vimieiro*	*Quasdam leiras, et ecclesiam cum aliis*	*Terra de Pennafiel de Bastuzo*

Sancto Miliao de Maariz	*Vimieiro*	*Quartam de ista ecclesia*	*Terra de Neiva*
Sancto Michaele de Zopaes	*Vimieiro*	*I casale*	*Terra de Neiva*
Sancto Jacobo de Ania	*Vimieiro*	*I casale*	*Terra de Neiva*
Sancta Maria de Arenis	*Vimieiro*	*I casale*	*Terra de Neiva*

Tabela 5 - Tabela com as principais referências de propriedades do mosteiro de Vimieiro, nas Inquirições de 1220.

É possível perspetivar uma propriedade que praticamente se circunscreve à área coutada apresentada, ao contrário dos casos que foram tratados anteriormente, que apresentam propriedades por uma região muito mais ampla, relativamente aos seus domínios iniciais, com especial destaque para os domínios de Tibães, como pode ser visto na tabela.

As Inquirições de 1288 (Pizarro, 2012) proporcionam uma aproximação às condições em que o couto estaria nesse momento. O primeiro dado que foi possível constatar foi que as freguesias incluídas no couto de Vimieiro se circunscreveriam a quatro (Santa Ana de Vimieiro [116], S. Salvador de Figueiredo [52], S. Lourenço de Celeirós [37] e Santa Maria de Aveleda [24]). Também é possível constatar, através da leitura do documento que, já neste momento, o território parecia estar a ser alvo de disputas. É referido que em Figueiredo "dom *Gomez Lourenço da Cunha*" e "*dom Joham Lourenço*" "*fezerom grandes paaços e grandes searas per razom desta morada fazem hi no couto de Viimeeiro pedidas de çevada e de galinhas e fazem hi muita malfeytoria e demanda hi dom Gomez Lourenço*". É ainda referido que o arcediago de Braga "*Gonçalo Gonçalvez*" fez aí uma casa " *no logar que chamam Barro en o Couto de Vimyeiro e peictavom ende a voz e a cooymha ao senhor o couto ora novamente fezerom end honrra de guissa que nom entra hi mordomo e fazem muito mal aos do couto*". São também efetuadas nas outras paróquias referências a terras honradas sendo parte delas confirmadas.

De facto, a referência direta de que entidades seculares, como a nobreza local, e eclesiásticas parecem de alguma forma prejudicar os interesses do couto, torna no nosso entender compreensível o panorama traçado por J. Marques, (1988, pp. 657-658). A instituição da comenda do Vimieiro, terá acontecido em 3 de agosto de 1429 (Marques, 1988, p. 657-658).

3.1.1.3. As vias terrestres

O estudo das vias medievais na região de entre Douro-e-Minho é grandemente devedor do estudo de Carlos Alberto Ferreira de Almeida (1968), que, ainda hoje, se mantém como incontornável, nesta matéria. Para a definição dos traçados o autor usou as referências documentais relativas à onomástica e toponímia medievais que ainda hoje são identificáveis, a rede de povoações medievais e a ligação que deveria existir entre elas, bem como a passagem de determinados acidentes geográficos, como por

exemplo os rios, que exigia a existência de pontes medievais ou locais em que tradicionalmente se efetuava a passagem de barca. Também os referentes intermédios dos itinerários entre duas povoações, proporcionaram a confirmação da passagem dos itinerários.

Os principais itinerários que o autor identificou na região bracarense permitiriam conectar as várias ligações de Braga a outras cidades e povoações, designadamente, ao Porto, via Trofa, a Chaves, a Guimarães, a Ponte da Barca, via Vila Verde, a Ponte de Lima e ao litoral, via Barcelos e Fão (Almeida, 1968, pp. 145-163).

Tal como já referimos anteriormente, a propósito da viação da Alta Idade Média, a rede viária romana serviu de base à definição dos eixos viários medievais (Almeida, 1968, pp. 8-14).

O itinerário Porto-Braga, seguia o percurso da via romana XVI e entraria no território bracarense pela zona da Portela, passando pela veiga do Penso e Lomar, de onde chegaria a Braga. Carlos Alberto Ferreira de Almeida (1968, p. 187) refere que o traçado original da via romana se manteve sempre em uso, apesar das ligeiras alterações ocorridas durante o período medieval, como é o caso da passagem por Ferreiros.

O outro itinerário que terá tido bastante importância durante o período medieval, terá sido o que estabeleceria a ligação entre a cidade de Braga e Guimarães. Este itinerário passaria pela zona de Sande, Santa Marta e entraria em Braga pela ponte e porta de S. João (Almeida, 1968, p. 194). Pensamos igualmente que a estrada que ligaria *Bracara* a *Emerita Augusta* ainda estaria em uso neste período, constituindo um itinerário que pensamos que seria utilizado para estabelecer a ligação entre as duas povoações.

A ligação entre Braga e Chaves, efetuada pela porta do Souto, seria estabelecida pela via XVII do itinerário de Antonino, sendo ainda hoje, o caminho mais direto e mais utilizado que permite estabelecer a ligação entre as duas cidades. Como refere C. Almeida (1968, p. 196), o nome "*Karraria Antiqua*", frequentemente utilizado na documentação medieval para a denominar, atesta a utilização do itinerário romano.

As estradas que interconectariam Braga, ponte do Porto, Gerês e Braga, Vila Verde, Ponte da Barca, sairiam na zona de Braga da zona de Infias, aproveitando o traçado da via romana XVIII. Partindo de uma origem comum, separar-se-iam algures na zona de Adaúfe, seguindo uma o traçado da via XVIII e outra desviando para a zona de ponte do Porto [92], onde se localiza ainda hoje, em zona próxima à atual, uma ponte de cariz medieval, com arcos ogivais e parte central do tabuleiro, ligeiramente sobreelevado. O percurso que seguia para Vila Verde, como é possível constatar nos capítulos relativos aos períodos

anteriores em estudo, passaria o Este na zona de Navarra e Adaúfe, provavelmente a vau em zona próxima à atual praia fluvial de Adaúfe.



Figura 168 - Aspeto de ponte do Porto. ©Francisco Andrade

A estrada para Ponte de Lima, segundo análise de Almeida (1968, p. 197) e pela análise dos dados arqueológicos disponíveis, reaproveitaria o traçado da via XIX do itinerário de Antonino. Tal como é referido, muito próximo de Braga, existiria um albergue, estando também documentada a existência de uma gafaria [42], na zona da capela de S. Lourenço, junto ao percurso. O caminho passaria, pela zona de Dume e Merelim, segundo o traçado já apresentado anteriormente. A passagem do rio, efetuar-se-ia um pouco a leste da atual ponte, sendo percetível nas figuras do couto de Tibães apresentadas neste capítulo. A estrada que ligaria Braga a Barcelos e conectaria à zona da costa, em Fão, seguiria, para a região em estudo, grosso modo, a via romana denominada *per loca maritima*, que seguiria pela zona de Maximinos, calçada da Naia e Cabreiros.

C. Almeida (1968, p. 200), faz ainda referência à importância da estrada que passaria por Tibães, para a zona de Padim da Graça, cuja relevância estava atestada pelo acontecimento de alguns eventos de alguma importância na transição dos finais do século XI para o século XII, sendo referida e existência de uma barca. Para além da viação principal, como nos parece obvio, a viação secundária seria relativamente densa num território também densamente povoado, se comparado com outras regiões do país.

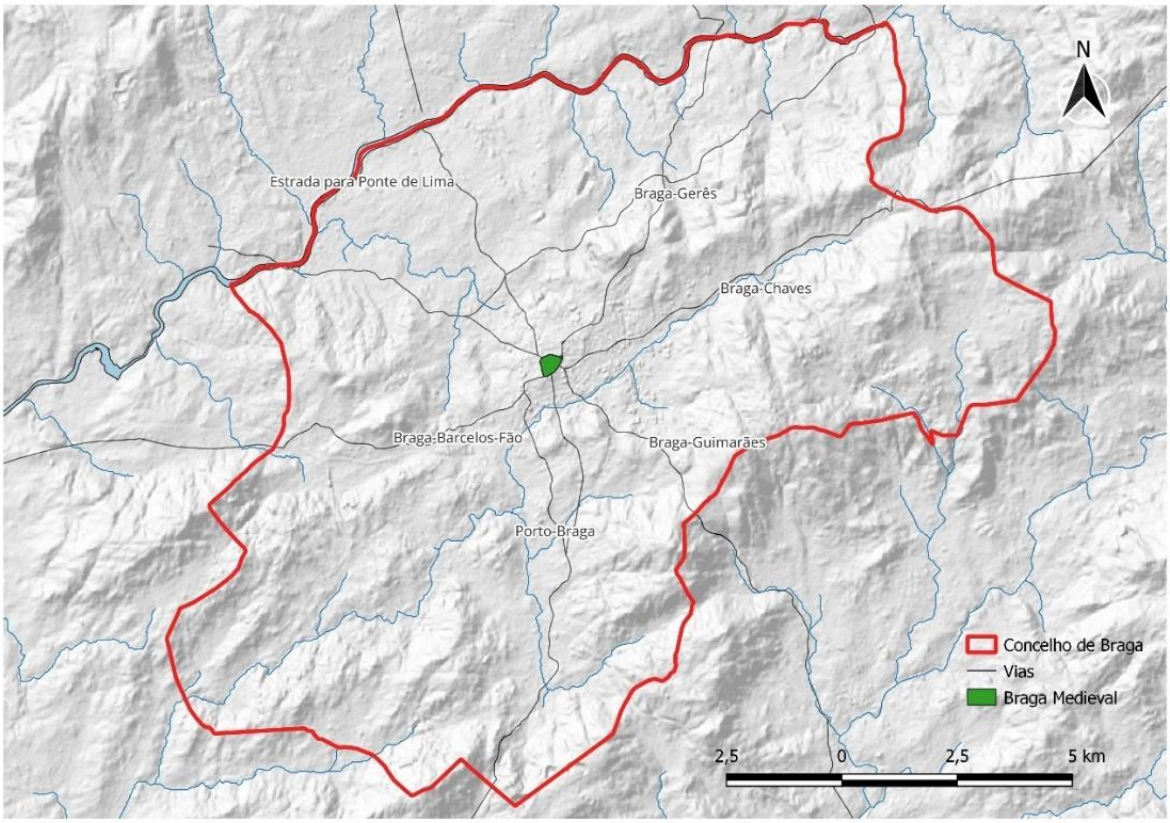


Figura 169 - Viação da Baixa Idade Média, com referência aos itinerários identificados por Almeida (1968). ©Francisco Andrade

3.1.1.4. As paróquias

O estudo das paróquias na Baixa Idade Média, para além dos dados provenientes dos inventários arqueológicos que documentam os principais vestígios que se identificam, também beneficiou dos dados que foram extraídos da leitura crítica das Inquirições de 1220 (PMH. Inq. 1888) e 1288 (Pizarro, 2012). A análise teve ainda em consideração a recolha documental levada a cabo por Avelino Costa (2000), no âmbito da sua análise do censual de finais do século XI, na medida em que, para cada referência no documento, o autor elenca diversas referências associadas a cada local.

Se tivermos em consideração apenas os dados arqueológicos, para a região de Braga poderão ser associados pouco menos de trinta sítios, distribuídos de forma aproximadamente equitativa por todo o território. Os dados recolhidos das Inquirições de 1220 proporcionam dados para mais de setenta locais e as Inquirições de 1288, não ultrapassam os setenta e cinco sítios referenciados. Estamos, portanto, perante uma situação em que se verifica uma discrepância entre os dados arqueológicos e as fontes documentais, estando disponível na documentação uma informação mais vasta e mais diversificada. Centrando-nos nas três principais fontes de informação selecionadas para a aproximação ao povoamento

bracarense na Baixa Idade Média, procuraremos estabelecer um panorama dos dados que dispomos, em traços gerais.

A paróquia de S. Pedro de Adães [1], apenas vem mencionada nas Inquirições de 1288, não estando disponíveis quaisquer outros dados, nas principais fontes selecionadas para o período em análise neste capítulo. Contudo, Costa (2000, p. 90), inventaria diversas referências ao local durante os séculos XIII e XIV. A paróquia de S. Jorge de Louredo [2], tal como a anterior, apenas foi referenciada nas Inquirições de 1288, conhecem-se, contudo, diversas alusões para os mesmos períodos já mencionados (Costa, 2000, p. 89). S. Martinho de Airo [3], apresenta-se na mesma situação relativamente às paróquias mencionadas anteriormente, tal como a paróquia de Santa Maria Madalena [5]. S. João de Areias [6], que está associada a elementos da Alta Idade Média, apenas aparece referenciada nas Inquirições de 1220. A. Costa (2000, p. 90) para além desta, elenca outras referências documentais associadas aos séculos XIII-XIV.

Em S. Felice de Bastuço [7], atual Sto. Estevão de Bastuço, conhecem-se referências nas Inquirições de 1220 (*Sancto Felice de Bastuzo*), bem como nas Inquirições de 1288 (*Sancto Stephani de Felice*). O local é ainda frequentemente referenciado ao longo dos séculos XIII e XIV, sendo mencionado que estaria incorporado no couto de Vilar de Frades. A paróquia de S. Paio de Bastuço [8] apenas é mencionada nas Inquirições de 1288 (*Sancti Pelagii de Bastuço*), sendo, contudo, conhecidas referências para a Baixa Idade Média, em diversos documentos referenciados por Costa (2000, pp. 87-88), tal como nas paróquias anteriores. S. João de Bastuço [9] apresenta-se referenciado nas Inquirições de 1220 como "*Sancto Johane de Bastuzo*", sendo mencionado em 1288, como "*Sancti Johanis de Bastuco*". Também pertencente ao Julgado de Penafiel de Bastuço, S. Tiago de Encourados [10], apesar de não se conhecerem indícios arqueológicos associados a este período, apresenta-se referenciado nas Inquirições de 1220 (*Sancto Jacobo de Encoirados*) e nas Inquirições de 1288 (*Sancti Jacobi de Encoirados*), estando a paróquia sempre associada à Terra de Penafiel de Bastuço.

A paróquia de Santa Maria de Martim [11], aparece referenciada nas Inquirições de 1220 (*Sancta Maria de Martim*). Apesar de não estar diretamente mencionada como paróquia nas Inquirições de 1288, o topónimo Martim é associado a uma honra existente na freguesia de S. Julião de Paços, sua contígua, sendo referido que " *A honra de Martim este por honrra como foy de vedro pelas divisões de suso dictas mais o logar que chamam Fonte d' Asnos e Curros e Silva Maa e Tya Castro ataa a hermida e o logar que chama o Porto e fora regeengos del rey non 'os defendam per razon desta honrra e sejam devassos e entre hi o mordomo del rey por todolos seus derectos"* (Pizarro, 2012, p. 468). Na documentação

apresentada por Costa (2000, p. 92) é possível constatar a referência direta à paroquia de Santa Maria de Martim, quer no século XIII, quer no século XIV.

Santa Maria de Moure (12), encontra-se referenciada nas Inquirições de 1220 (*Sancta Maria de Moure do Couto da Varzea*) e nas Inquirições de 1288 (*Sancte Marie de Mouri*). Ambos os documentos também contemplam referências a S. Salvador da Reguela [13], sendo a paróquia referenciada como "*Sancto Salvatore de Reguela*" em 1220 e "*Sancti Salvatoris de Regeela*" em 1288, não sendo conhecido até á data, qualquer vestígio que possa ser associado a este período. Em situação similar, encontra-se a paróquia de Santa Cristina da Pousa [14], sendo denominada nas Inquirições de 1220, de "*Sancta Christina de Ulgoso*" e em 1288 "*Sancte Christine de Ulgoso*". S. Tiago de Sequiade [15], é referenciado como igreja de "*Sancto Jacobo de Ciquiadi*" em 1220 e "*Sancto Jacobi de Ciquiadi*" em 1288. S. Pedro de Sá [16] encontra-se referenciada como "*Sancti Petri de Saa*" em 1220 e "*Santi Petri de Saa*" em 1288.

No Julgado e couto de Braga, o sítio de Fontela [17], encontra-se referenciado em Fontes (1993, p. 35), como sendo associável a vestígios deste período, não nos tendo, todavia, sido possível a sua associação a qualquer referência documental. No lugar de Ribeira [18], na freguesia de Adaúfe, Luís Fontes (1993, p. 36), referencia a identificação de vestígios que poderão ser associáveis à Idade Média. Nas Inquirições de 1288 (Pizarro, 2012, pp. 447 e 459) referencia por duas vezes a paróquia de Santa Maria de Adaúfe. Uma dessas citações é feita conjuntamente com a referência à paróquia de "*Sancto Andrea*", que corresponderá a Santo André do Vale [20] que se localiza bastante próxima do respetivo lugar. Com os dados que dispomos até ao momento, pensamos ser plausível a existência de uma anterior freguesia que, à data, já estava unida com Santo André do Vale [20], que era mencionada nas Inquirições de 1220 como "*Sancto Andree de Valle*". A leitura das Inquirições de 1288 permite ainda constatar que o local tinha sido diretamente referenciado na descrição desta paróquia, sendo referido que "*ora o lugar que chamam a ribeira novamente de guissa que nom leixam hi entrar o mordomo de Bragaa e a Ribeyra he huua villa ...*". É adicionalmente referido que no lugar da "*Ribeira he provado que soia hi entrar o mordomo de Bragaa e des vinte anos aca filhos de Roi viçente e de Fernam Gonçalviz de Barvudo (sic) fezerom ende honrra e nom leixam hi entrar o mordomo e levam ende os serviços*." (Pizarro, 2012, pp. 459-460). O texto transcrito, é relativo à já anteriormente abordada usurpação de territórios em Adaúfe e constituição de honra indevida, mencionada na descrição que anteriormente efetuamos do mosteiro de Adaúfe [18].

A paróquia de S. Paio de Arcos [22] encontra-se referenciada nas Inquirições de 1288 (Pizarro, 2012, p. 423). Luis Fontes (1993, p. 37) menciona a ocupação do local durante a Idade Média. Não

identificamos alusão direta à paroquia de Arentim [23] nem nas Inquirições de 1220, nem nas Inquirições de 1288. Contudo, a análise do documento de 1288, da paróquia de Santa Maria de Arnoso (117), permite identificar uma referência indireta, como se verifica na menção à "*honraa que foy de Ramiro Paez e he ora de Fernam de Sandy*", onde é referido que em determinado momento, o termo passaria "*ende a Pedra liaçeira que esta contra Arentim*" (Pizarro, 2012, p. 97). A análise efetuada por Avelino Costa (2000, pp. 81-82), permite constatar que nas inquirições de 1258 há a referência à "*collatione Sancti Salvatoris de Arintim*". Para além dos vestígios arquitetónicos da Alta Idade Média, já mencionados anteriormente, não conhecemos, de momento, dados arqueológicos associáveis ao período baixo medieval.

A paróquia de Aveleda [24], é referenciada nas Inquirições de 1220 ("*Sancta Maria de Avelaeda*") e de 1288 ("*Sancte Marie d'Aveleda*"), não se conhecendo vestígios associáveis a este período. Situação similar parece acontecer na paróquia de S. Pedro de Maximinos [25], sendo referenciada em 1220 como "*Sancto Petro de Meiximinis*" e em 1288 como "*Sam Pedro de Meixeminos*", ou a paróquia de S. Victor [33] que é mencionada em 1220 como "*Sancto Vituiro*" e em 1288 como "*Sancti Vitoris*".

Na paróquia de Cabreiros [36], para além das alusões documentais das Inquirições de 1220 ("*Sancto Michaele de Cabreiros*") e de 1288 ("*Sancti Michaelis de Cabreiros*"), também se identifica nas coleções do Museu Pio XII um elemento de aduela em granito (nº35) (Fontes e Pereira, 2009, vol. I, p. 89) que poderá ser associável aos séculos XI-XIII, constituindo mais um elemento que corrobora a ocupação do espaço neste período. Para Celeirós [37] e Crespos [38], apenas se conhecem referências do documento em análise. Celeirós é denominado de "*Sancto laurentio de Celeiroo*" em 1220 e "*Sancti Laurentii de Celeiroos*" em 1288". Crespos é denominado de "*Santa Eolalia de Crespos*" em ambos os documentos. Cunha [39] é referenciada em 1288, como "San Miguel de Cuynha", do termo de Guimarães.

S. Martinho de Dume [40], apresenta-se referenciado nas duas principais fontes documentais em análise ("*Sancto Martino de Dumio*" em 1220 e "*Sancti Martino de Dumho*" em 1288). O local, alvo de escavações arqueológicas desde 1987, como já foi referido anteriormente, apresenta uma fase que poderá ser associável a este período (Fontes, 1991-1992, pp. 209-210). Esta fase parece ser constituída por eventuais soluções de consolidação da igreja e enterramentos mais tardios (Fontes, 1991-1992, p. 210). No nosso entender, não é possível enquadrar, com clareza, as escassas estruturas mencionadas nesse período, face à proposta de fases que propomos no nosso trabalho de investigação, contudo, assumimos que o local permaneceu em uso. As diversas referências documentais atestam a permanência de ocupação em S. Martinho de Dume, durante a Idade Média e assumimos que se tenha mantido no mesmo local, parecendo-nos que existe uma grande probabilidade de ter sido ocupado e de

que se tenham efetuado os naturais trabalhos de manutenção e pequenas reparações decorrentes do uso de parte do espaço. Tal facto parece-nos estar em concordância com a inexistência de um programa construtivo de grande monta para Dume [40], durante a Baixa Idade Média, tal como foi referido por Luís Fontes, 1991-1992, pp. 209-210). Um local que consideramos interessante para o conhecimento de algumas das dinâmicas do povoamento na região bracarense é a capela de S. Lourenço [42], também localizada nesta freguesia, que está associada a alguns elementos que indiciam a sua fábrica medieval. Nas proximidades do local, como menciona L. Fontes (1993, p. 43) é referida a existência de uma gafaria.



Figura 170 - Aspeto de capela de S. Lourenço. ©Francisco Andrade

Na paróquia de S. Pedro de Escudeiros [43], não conhecemos, até ao momento, nenhum elemento arquitetónico ou achado arqueológico que possa ser associado ao local, identificando-se apenas, como na generalidade das paróquias já elencadas e analisadas, as referências de 1220 ("*Sancto Petro de Scutariis")* e de 1288 ("*Sancti Petri de Escudeiros*"). Em Espinho [44], conhece-se a referência de 1220, relativa a "*Sancto Martino de Spino*", pertencente ao couto de Braga. Nas Inquirições de 1288 identifica-se no termo de Guimarães, a referência de "*Santa Maria de Espinho*". Pizarro (2012, p. 931), considera que se trata da freguesia de S. Martinho de Espinho [44]. A considerar este facto, teremos que assumir que teria passado para a dependência de Guimarães. Nas referências apresentadas por Costa (2000, p. 70), em 1320 é mencionada como "*Sancti Martini de Espino"* já no início do século XIV.

A paróquia de S. Cristóvão de Esporões [45] é referenciada por Luís Fontes (1993, p. 46) como sendo um local que apresenta diversos indícios que possam ser associáveis ao período medieval. O autor refere o aparecimento de elementos de feição românica, que induzem a ocupação neste período. Esta paróquia [45] é mencionada, nas Inquirições de 1220, como "*Sancto Cristovao de Asperonis*" e nas Inquirições de 1288 como *Sancto Christophori de Asporões*. A leitura da Inquirição permite constatar a existência de duas honras, uma pelo menos desde o reinado de D. Afonso II.

Da paróquia de S. Mamede de Este [48], apenas conhecemos referências documentais, não estando disponíveis dados arqueológicos associáveis ao núcleo paroquial. Em 1220, a paróquia é mencionada como "*Sancto Mamete de Este*" e, em 1288, como "*Sancti Mometis de Este*". Em S. Simão de Este [49], Luís Fontes (1993, p. 51), refere o aparecimento de elementos arquitetónicos em granito, de feição românica, sem que seja tecida qualquer consideração acerca do seu paradeiro atual. As designações que conhecemos para o local em 1220 são "*Sancto Simeone de Este*" e em 1288 são "*Sancti Petri e Sancti Simeois de Este*".

L. Fontes (1993,pp. 51-53) refere que parte dos elementos da igreja de S. Pedro de Este [50], de feição moderna, são constituídos por silhares românicos, para além de elementos de tipologia anterior já identificados. As referências extraídas da leitura documental são "*Sancto Petro de Este*" para 1220 e "*Sancti Petri e Sancti Simeois de Este*" para 1288, como já foi acima referido. A referência em conjunto das paróquias parece refletir já uma grande proximidade entre ambas. Nestas paróquias é referenciada a existência de pelo menos duas honras, neste período, não sendo estabelecida nenhuma referência clara acerca da origem do estatuto das propriedades.

Da paróquia de Ferreiros [51] só conhecemos menções documentais, destacando-se a referência a "*Sancta Maria de Ferrariis*", em 1220 e a "*Sancte Marie de Ferreiros*", em 1288. A paróquia de S. Salvador de Figueiredo [52] aparece referenciada na documentação medieval, designadamente nas Inquirições de 1220, como "*Sancto Salvatore de Figueiredo*" e como "*Sancti Pelagi de Figueiredo*" em 1288. Como já vimos anteriormente, a propósito do couto de Vimieiro, aqui localizar-se-ia uma honra "*a cassa de Dom Gomez Lourenço que chamam Figueiredo*". Pese embora a confirmação da existência da paróquia em tempos medievais, as propostas mais recentes parecem associar a construção da igreja neste local a uma época posterior. A inexistência de trabalhos arqueológicos não permite, com segurança, associar vestígios concretos existentes no local, a este período.[17]

[17] http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=1101 (consultado em 15-03-2023, às 07h45m).

Das paróquias de Fradelos [54], Fraião [55], Frossos [56] e Gondizalves [58], apenas se conhecem referências documentais associáveis a este período. Nos documentos, cujas referências têm constituído os principais elementos de análise desenvolvida neste capítulo, a paróquia de Fradelos é referida em 1220 como "*Sancto Martino de Fradelos*" e em 1288" *Sancti Martini de Fradelos*". Fraião é mencionada como "*Sancti Jacobo de Lamazaes*" em 1220 e "*Sancti Jacobi de Lamacaes*" em 1288. Frossos é mencionada como "*Sancto Michaele de Forozos*" em 1220 e "*Sancti Michaelis de Forocos*" em 1288 e Gondizalves é mencionada como "*Santo Andre de Gundizalvi*" em 1220 e "*Sancto Andree de Gundizalvil*" em 1288.

A igreja de S. Miguel de Gualtar [59], apresenta-se ainda hoje como sendo um dos templos da região bracarense melhor conservados, ostentando um pórtico românico na lateral norte em bastante bom estado. O aparelho da nave, na zona norte apresenta-se igualmente bastante bem conservado e fábrica medieval. Na capela-mor também se identificam elementos que podem ser associáveis a este período, embora hajam diversas alterações de momentos posteriores. Nas Inquirições de 1220, a paróquia é referenciada como "*Sancto Michaele de Galtar*" e em 1288 como "*Sancti Michaelis de Galtar*". A leitura das Inquirições de 1288 permitiu a constatação que o lugar da Pia, contíguo à igreja velha, já mencionado anteriormente, constituía uma propriedade honrada, tendo sido comprado por "*Sarrazinho Meendez e fez hi pousa e fez ende honrra des tenpo de Rey dom Affonso padre deste Rey*" (Pizarro, 2012, p. 451).



Figura 171 - Aspeto de fachada norte de igreja de S. Miguel de Gualtar, com portal românico. ©Francisco Andrade

Em Guisande [60], para além dos vestígios de enterramentos que Luís Fontes (1993, p. 56) associa à Idade Média, apenas conhecemos diversas referências documentais medievais, tal como as que aparecem nos dois documentos em análise, (1220 "*Sancto Michaele de Guisandl*", 1288 "*Sancti*

Michaelis de Guisandi"), estando a paróquia associada à Terra de Penafiel de Bastuço. À semelhança de diversas paróquias já mencionadas anteriormente, no presente capítulo, Lamações [61] e Lamas [62], apresentam-se apenas referenciadas documentalmente. Lamações denominar-se ia "*Sancta Maria de Lamazales*" em 1220 e "*Lamaçaes*" em 1288. A paróquia de Lamas, denominar-se-ia de "*Sancta Maria de Trandeiras*" em 1220 e "*Sancte Marie de Lamas*" em 1288. Na Inquirição de 1288, é mencionada conjuntamente com a paróquia de "*Sancte Salvatoris de Trandeiras*" [114].

A paróquia de S. Paio de Merelim [64], apenas aparece mencionada nas Inquirições de 1220 ("*Sancto Pelagio de Merlin*"). Existem, contudo, diversas referências durante toda a Idade Média que atestam a ocupação do local (Costa, 2000, p. 95). As referências a S. Pedro de Merelim [66], são bastante abundantes sendo o local denominado de "*Sancto Petro de Merlim*" em 1220 e "*Sancti Petri de Mellim*" em 1288. O sítio, apresenta indícios de ocupação bastante antiga, como já vimos anteriormente não sendo, contudo, possível com a informação que temos de momento, associar materialidades deste período.

A freguesia de Mire [68] é referenciada como "*Sancta Maria"* em 1220. A freguesia de Morreira [70] é mencionada como "*Sancto Michaele de Villa Cova*" em 1220 e "*Sancto Michaelis de Villa Cova*" em 1288. Navarra [71] é mencionada como "*Sancto Laurentio de Navarra*" em 1220 e "*Sancti Laurenti de Navarra*" em 1288. A igreja de Nogueira [73] é referenciada tanto em 1220, como em 1288 ("*Sancto Johanne de Nogueira*" e "*Sancti Johanis de Nogueira*", respetivamente). Já a paróquia de Dadim [74] só é referenciada em 1220 ("*Sancto Romano de Dadim*"). Da freguesia de Oliveira [77], também tivemos oportunidade de extrair a referência de 1220 ("*Sancto Petro de Ulveira*").

A freguesia de Padim da Graça [78], nas inquirições efetuadas ao couto de Tibães, aparece apenas mencionada como "*Sancto Adriano*" em 1220 e "*Sant' Adraão*" em 1288. Também pertencente ao couto de Tibães, a freguesia de Panoias [83] "*Sancta Maria*" em 1220 e "*Sancta Maria de Panoyas*" em 1288, não apresenta vestígios arqueológicos que possam ser associados a este período cronológico. A freguesia de Palmeira [79] é referenciada como "*Sancta Maria de Palmeira*" em 1220 e "*Sancta Marie de Palmeira*" em 1288. Panoias [83] é mencionada em 1220 como "*Sancta Maria*" e "*Sancta Maria de Panoyas*" em 1288.

A igreja de S. Paio de Parada [84], para além da inscrição que apresentamos no capítulo respeitante à Alta Idade Média, não apresenta qualquer outro tipo de vestígios, que possa ser enquadrado neste capítulo. As referências que dispomos durante a Idade Média "*Sancto Pelagio de Parada in Cauto de Tiviaes*" em 1220 e "*Sam Payo*" em 1288, e as delimitações do termo, já anteriormente apresentadas, indiciam a sua integração no couto de Tibães. Trataremos no final do presente capítulo alguns aspetos

como o significado que consideramos que algumas referências documentais relativas a Parada de Tibães, poderão ter, no âmbito da organização do território bracarense. Na freguesia de S. Julião de Passos, em 1288 ainda se identifica a referência a duas paróquias, a paróquia de "*Sancti Johanni de Paacos*" [85] e a paróquia de "*Sancti Vereximi de Paaços*" [86]. Nas Inquirições de 1220 apenas aparece a referência a "*Sancto Juliano de Sequeira*" [85].

No couto de Pedralva, a leitura documental permite, entre os topónimos identificados, referenciar, em 1220 as paróquias de "*Sancto Salvatore de Codessosa*" [87] e "*Sancta Eolalia de Padralvarino*" [88]. Em 1288, as referências são "*Sancti Salvatoris de Codessosa*" [87] e "*Sancte Eolalie de Padralva*" [88]. Nas Inquirições de 1288, não é efetuada nenhuma referência específica para além do facto de que, conjuntamente com a paróquia de Santa Maria de Sobreposta [107], pertencerem ao supracitado couto de Pedralva.

As paróquias de Santo Estevão [89] e S. Vicente de Penso [90], também são mencionadas em ambas as Inquirições, sendo referenciadas como "*Sancto Stephano de Penso*" e "*Sancto Vincencio de Penso*" em 1220 e, "*Sancto Estephani de Penso*" e "*Santo Vicenti de Penso*", em 1288. Nas Inquirições de 1228 é referido que, em Sto. Estevão de Penso [89], para além da "*quinttaa*", já referida anteriormente e que era tida indevidamente como honra, não há mais entidades deste tipo a assinalar (Pizarro, 2012, p. 425). Na freguesia de S. Vicente de Penso [90] é feita referência à existência de uma honra na denominada "*quintaa de Torneiros*" sendo referenciados os limites que a mesma possuía. O referido domínio posteriormente, terá sido acrescentado, tendo sido sentenciado que "*Esta honrada como esta de vedro polas divisões suso dictas mais Pinheiro e Lamas e Carcavelos e Pensoo que acrescentam ora de novo en essa honrra non se defendam per essa honrra*" (Pizarro, 2012, p. 442). L. Fontes (1993, p. 68), refere a existência no lugar de Carcavelos, nesta freguesia, de estruturas circulares que poderão ser enquadráveis na Idade Média, sem tecer qualquer tipo de considerações acerca da sua tipologia. Em S. Paio de Pousada [91], para além de referências documentais, como "*Sancto Pelagio de Pousada*" em 1220 e "*Sancti Pelagii de Pousada*" em 1288, não conhecemos qualquer tipo de vestígio arqueológico que lhe possa ser associado. Em 1288 é referido que no local havia diversas honras tal como a "*quintaa d' Antunhãaes*." (Pizarro, 2012, pp. 445-446). Na atual freguesia de Priscos são identificáveis duas paróquias: S. Tiago de Priscos [93] e S. Tomé de Moimenta [94]. A primeira paróquia é referenciada nas Inquirições de 1220 como "*Sancto Jacobo de Piiscos*" e em 1288, como "*Sancti Jacobi de Piisscos*". A segunda freguesia mencionada, é denominada de "*Sancto Tomé de Moimenta*", apenas nas Inquirições de 1220, não lhe sendo conhecida menção em 1288. Contudo, tal como foi referido em Costa (2000, p. 80), são conhecidas referências a esta freguesia nos séculos XIV e XV.

A paróquia de S. Frutuoso de Montélios [95] é mencionada nas Inquirições de 1220 como "*Sancto Frutuoso*" e em 1288, como "*Sancti Frutuosi*". Nas escavações que se têm desenvolvido no convento de S. Francisco (Fontes, Braga e Andrade, 2012; Fontes *et al.*, 2020a; Fontes *et al.*, 2020b), foram identificados diversos fragmentos de cerâmica que poderão ser associados à Baixa Idade Média. Estes materiais parecem mais abundantes, numa área em que foram identificados diversos pisos em terra batida, no compartimento em que está previsto no projeto de recuperação do imóvel a implantação da "escada regral". Apesar de se terem efetuados diversos trabalhos no local, o conhecimento do espaço que temos neste momento, não nos permite a associação, com clareza, destes vestígios a qualquer outro tipo de estruturas. O facto de D. Diogo de Sousa ter fundado um convento nos inícios do século XVI, torna plausível a existência de estruturas prévias, pertença do arcebispo, no local, contudo não nos é possível avançar com segurança uma ocupação mais recuada. Nas Inquirições de 1288 é referido que em S. Frutuoso na "*quintaa que chamam Royal Velho que foy de dom Sueiro Faffez he provado que a virom honrada des que se acordam as testemunhas e d' ouvida de longo tempo e estende-se esta honrra per III casaaes que hy há de Tivhães e três de Merlim e huum de Bouro e bem per X homens que hi moram lavradores*" (Pizarro, 2012, p. 430). Pela localização que conhecemos do local, pensamos que esta propriedade se localizava na zona leste da paróquia.

A paróquia de S. Paio de Ruilhe [97], é mencionada nas Inquirições de 1220 como "*Sancto Pelagio de Ruili*" e pertencente à Terra de Penafiel de Bastuço. Nas Inquirições de 1288, é denominada de *San Payo de Ruylhi* e referida como pertencente ao Julgado de Guimarães (Pizarro, 2012, p. 608).

Na freguesia de Semelhe, conhecem-se para este período, duas referências a paroquias: S. João de Semelhe [100] e Santa Leocádia de Semelhe [101], nos dois documentos que estamos a analisar. A primeira paróquia [100] é referenciada como "*Sancto Johanne de Semeli*" em 1220 e "*Sancti Johanis de Semelhi*" em 1288. A segunda paróquia [101] é denominada "*Sancta Leocadia de Cabreiros*" em 1220 e "*Sancte Leocadie de Cabreiros*" em 1288. Em nenhuma das duas freguesias são conhecidos, de momento, elementos que possam ser objetivamente associados a este período. É interessante ressalvar o facto de que em S. João de Semelhe [100] é mencionada a existência de uma honra na "*quintaa que chamam de Roial*", sendo descritos os seus limites. Parece-nos importante mencionar o facto de que as freguesias de Real e Semelhe são contíguas, tendo esta área sido estudada em Andrade (2015, fig. 10.2.7).

Em Sequeira, a análise documental também permite constar a existência de duas paróquias. Santa Maria de Sequeira [104] é referenciada como "*Sancta Maria de Sequeira*" em 1220 e "*Sancta Maria de Sequeira*" em 1288". A paroquia de S. Saturnino [106], é referenciada como "*Sancto Saturnino*" em

1220 e "*Sancti Saturnini de Sequeira*" em 1288. Ambas são pertencentes ao julgado de Penafiel de Bastuço. A referência às paroquias em 1288 é feita em conjunto, sendo referenciada ainda, a existência de pelo menos três honras, na paróquia.

A freguesia de Sobreposta [107], já mencionada anteriormente, é referenciada nas Inquirições de 1220 como "*Sancta Maria de Superposta*" e, genericamente, como "*Sancte Marie*" em 1288.

Tal como nas três paróquias anteriores, para a paróquia de Tadim [109], também não dispomos de elementos arquitetónicos para este período. Nos documentos que têm servido de base para a análise que estamos a efetuar, é referenciada como "*Sancto Bartholomeu de Tedim*" em 1220 e "*Sancti Bartolamei de Tedim*" em 1288. A paróquia, cuja descrição se apresenta em conjunto com a de Priscos [93], apresenta a referência a, pelo menos, uma honra nos seus limites. A freguesia de Priscos [93] apresenta-se associada, em ambos os documentos analisados, a Penafiel de Bastuço, tal como a freguesia de Tebosa [112], denominada de "*Sancto Salvatore de Tevoosa*" em 1220 e "*Sancti Salvatoris da Tavoosa*" em 1288.

A igreja de Santa Eulália de Tenões [113], apresenta algumas características que permitem avançar com a hipótese de possível construção tardo medieval, sendo, contudo, uma parte considerável da sua construção, associada a época posterior. A paróquia foi mencionada como "*Sancta Ovaia de Tellonis*" em 1220 e "*Sancte Ovaie de Tencões*" em 1288.



Figura 172 - Aspeto da igreja de Santa Eulália de Tenões. ©Francisco Andrade

Das paroquias de Trandeiras [114] e Vilaça [115], também se conhecem apenas referências documentais. Trandeiras é mencionada em 1220 como "*Sancto Salvatore de Trandeiras*" e "*Sancte Salvatoris de Trandeiras*" em 1288. Vilaça é denominada de "*Sancta Cecilia*" em 1220 e "*Sancte*

Columbe" em 1288. Apesar da denominação no início do texto a referir, como foi mencionado, na descrição é referenciada "*Sancta Çesilya*".

As últimas três paróquias que constam da análise à região bracarense também não parecem estar associadas a qualquer evidência deste período. As paróquias de Santa Maria de Arnoso [117] e S. Miguel de Jesufrei [118], aparecem apenas referenciadas nas Inquirições de 1288, sendo a primeira referenciada como "*Sancte Marie d'Arnoso*" e a segunda como "*Sancti Michaelis de Sujufrey*". Tal como já foi referido na análise da paróquia de Arentim [23], está associada uma honra à paróquia de Santa Maria de Arnoso [117], cujos limites foram confirmados pelas referências que foram apresentadas (Pizarro, 2012, pp. 481-482). Na paróquia de Jesufrei [118], também está referenciada uma honra (Pizarro, 2012, p. 484). Sezures [119] é denominada de "*Sancto Mamete*", em 1220 e "*Sancti Momheti de Moimenta*" em 1288. A ausência de materialidade arqueológica deve-se, em grande parte, à ausência de trabalhos arqueológicos nas áreas mais rurais e periféricas da cidade, sendo as referências documentais, como foi bem percetível ao longo do presente capítulo, a principal fonte de informação.

3.1.1.5. As necrópoles

As necrópoles da Baixa Idade Média, de que temos dados associados com clareza, são escassas, na região bracarense. Em alguns casos as referências genéricas que se conhecem do inventário de Luís Fontes (1993) indiciam a presença de sepulturas, cuja associação é efetuada através de interpretação dos dados disponíveis, mantendo-se, contudo, algum grau de incerteza relativamente a parte dos sítios.

Face ao exposto no parágrafo anterior, foram incluídos nesta tipologia os sítios de Arcos [22], Dume [40], o sítio de Esporões [45], S. Simão de Este [49] e Tibães [69]. Contudo, apesar de não possuirmos dados em concreto acerca dos mesmos, consideramos que, como é obvio, todas as paróquias teriam associados um ou mais lugares de enterramento, junto à sua sede paroquial. Em Arcos [22], Luís Fontes (1993, p. 37), como já referimos anteriormente, noticia o aparecimento de tampa tumular, cuja datação, de alguma forma imprecisa, possibilita a sua incorporação no período em estudo. Tal como efetuámos no campo relativo às necrópoles da Alta Idade Média, apenas incluímos este sítio nesta tipologia, para este período, na medida em que de alguma forma poderá existir evidência material associada a esta época. Em Dume [40], como já mencionamos oportunamente, L. Fontes (1991-1992, pp. 209-210), aponta a existência de uma fase medieval, sendo incorporados, enterramentos mais tardios. Apesar dos argumentos relativos a duas das fases imediatamente anteriores ao período que estamos a analisar no sítio arqueológico de Dume [40], consideramos, contudo, que alguns raros enterramentos sem qualquer relação funcional com as principais ruínas identificadas no espaço, poderão ser associadas ao período tardo medieval.

No atual local da paróquia de Esporões [45], L. Fontes (1993) refere a existência de diversas sepulturas em caixa de pedra e uma tampa de sepultura, referenciando igualmente o aparecimento de elementos arquitetónicos de feição românica. Face a esta descrição que mencionámos, consideramos que os achados arqueológicos enunciados poderão, com algum grau de segurança, ser associados ao período em análise. Em S. Simão de Este [49], L. Fontes (1993, p. 51) menciona o aparecimento de diversos sarcófagos em granito, associados a elementos românicos. No mosteiro de Tibães [69], durante os trabalhos arqueológicos que se efetuaram, foram identificadas sepulturas, na escavação do claustro do cemitério (Fontes, 2015a e Fontes, 2015b). Parte destes enterramentos trata-se de sepulturas em covacho simples aberto no saibro, estando igualmente documentada a existência de sepulturas em caixa (Fontes, 2015a e Fontes, 2015b).

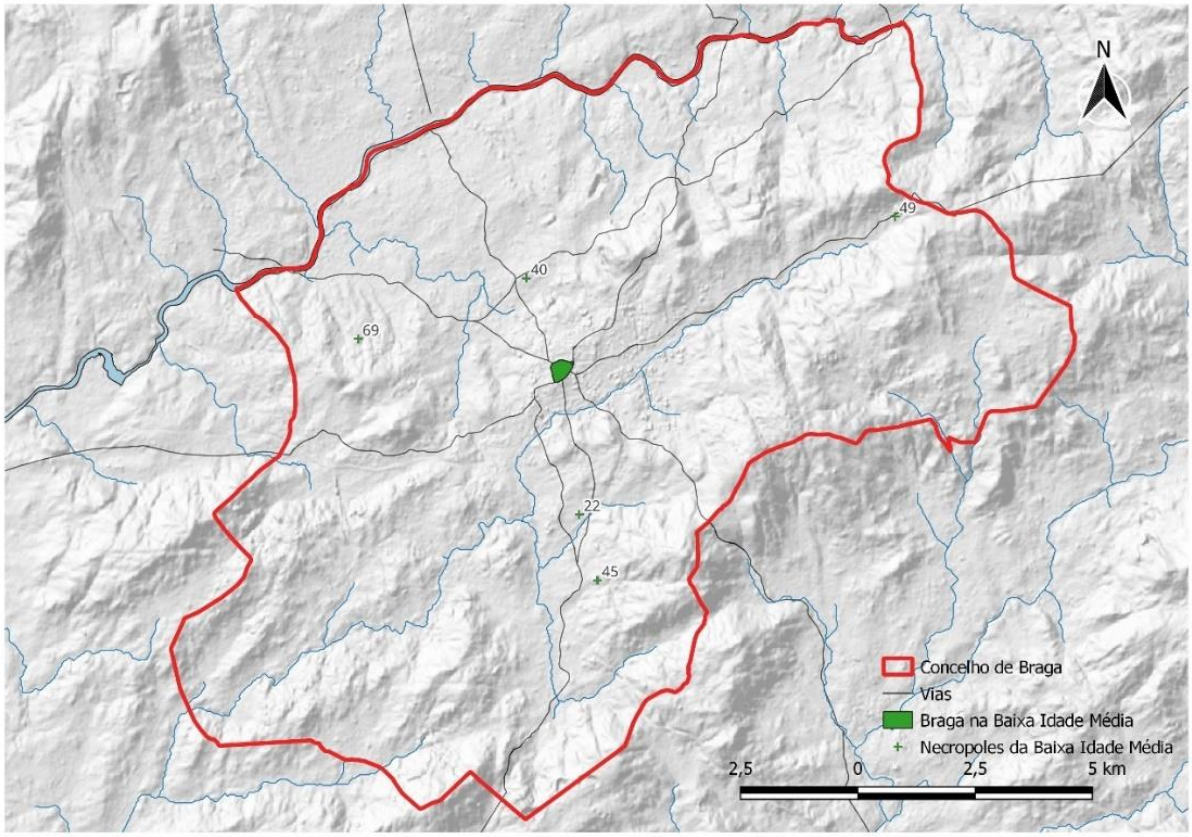


Figura 173 - Necrópoles associadas à Baixa Idade Média. ©Francisco Andrade

3.1.1.6. As estruturas defensivas

A principal estrutura defensiva do território bracarense, documentada até ao momento, é o castelo que se construiu na zona nordeste da cerca tardo medieval da cidade de Braga, que já se tratou brevemente, no âmbito da descrição do desenvolvimento da cidade medieval. Este castelo, era constituído por torre de menagem central de planta predominantemente quadrangular, constituída por silhares de consideráveis dimensões, bem aparelhados, apresentando-se uma grande parte dos mesmos,

siglados. Mário Barroca (2003b, p. 118), inclui o castelo de Braga, como sendo um dos poucos exemplares de castelo gótico que não estão localizados na zona de fronteira. São visíveis, na zona superior da torre, duas janelas ogivais e pequenas frestas nos andares intermédios. A torre é coroada por um parapeito com ameias e balcões com matacães nas extremidades de cada parapeito.[18] Partes do restante castelo ainda se encontram incorporados em parte das habitações contíguas. Nos trabalhos que recentemente se realizaram no edifício nº1 da praça da República (Fontes, 2021, p. 58) identificou-se parte de um torreãomedieval, que ainda não tinha adquirido a configuração circular que passou a ter em períodos posteriores.

Maria do Carmo Ribeiro (2008, pp. 337-344), realizou um estudo que permitiu esboçar em traços gerais, as características do castelo de Braga. Para além da torre de menagem ainda existente *in loco,* a autora propõe a existência de um castelo de planta irregular, que teria dimensões mais reduzidas do que está patente em diversas representações da cidade na Idade Moderna. O sistema defensivo é complementado por torreões de dimensões variadas, tendencialmente maiores na área virada ao exterior (zona extramuros). Como já foi anteriormente referido, as estruturas identificadas, parecem confirmar, algumas das características da proposta avançada.

O castelo de Penafiel de Bastuço, cuja região de influência permanece como circunscrição territorial bem definida, como pode ser verificado na análise que efetuámos anteriormente, não parece ter permanecido ocupado durante a Baixa Idade Média. De acordo com os dados apresentados por Fontes e Regalo (1997, p. 202), já não apareciam mencionados no rol das arras do casamento de D. Sancho com D. Mécia, ao contrário dos castelos de Faria e Vermoim. Por conseguinte, a confirmação deste facto leva-nos a considerar que o castelo não terá estado ocupado em permanência desde o período tardo medieval, tal como referiram L. Fontes e H. Regalo (1997, p. 205), precedendo em quase sete séculos, a extinção da circunscrição territorial. O significado que poderá ter o abandono defensivo de Penafiel de Bastuço, zona que, como é igualmente referido por Fontes e Regalo (1997, p. 205), terá alternado entre o domínio real e o domínio da arquidiocese de Braga, será tratado com maior detalhe nas conclusões do período medieval.

As restantes fortificações ocupadas na Alta Idade Média, terão conhecido uma ocupação mais episódica, não havendo indícios de ocupação baixo medieval.

[18] http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=1114 (consultado em 17-03-203, às 13h23m).

3.1.2. Analítica

3.1.2.1. Principais soluções de adaptação topográfica

As soluções de implantação dos sítios na Baixa Idade Média foram analisadas tendo em consideração os dados provenientes das escavações arqueológicas, dados da arquitetura, que ainda subsistem e da georreferenciação dos sítios que estão referenciados nas Inquirições de 1220 e de 1288. Pese embora tenhamos em consideração os dados arqueológicos e arquitetónicos que anteriormente apresentámos, as fontes documentais e o seu enquadramento espacial, revestem-se de especial relevância, a partir deste período, admitindo-se que a amostra constituída pelos vestígios conhecidos não representa a totalidade do povoamento que terá, de facto, existido.

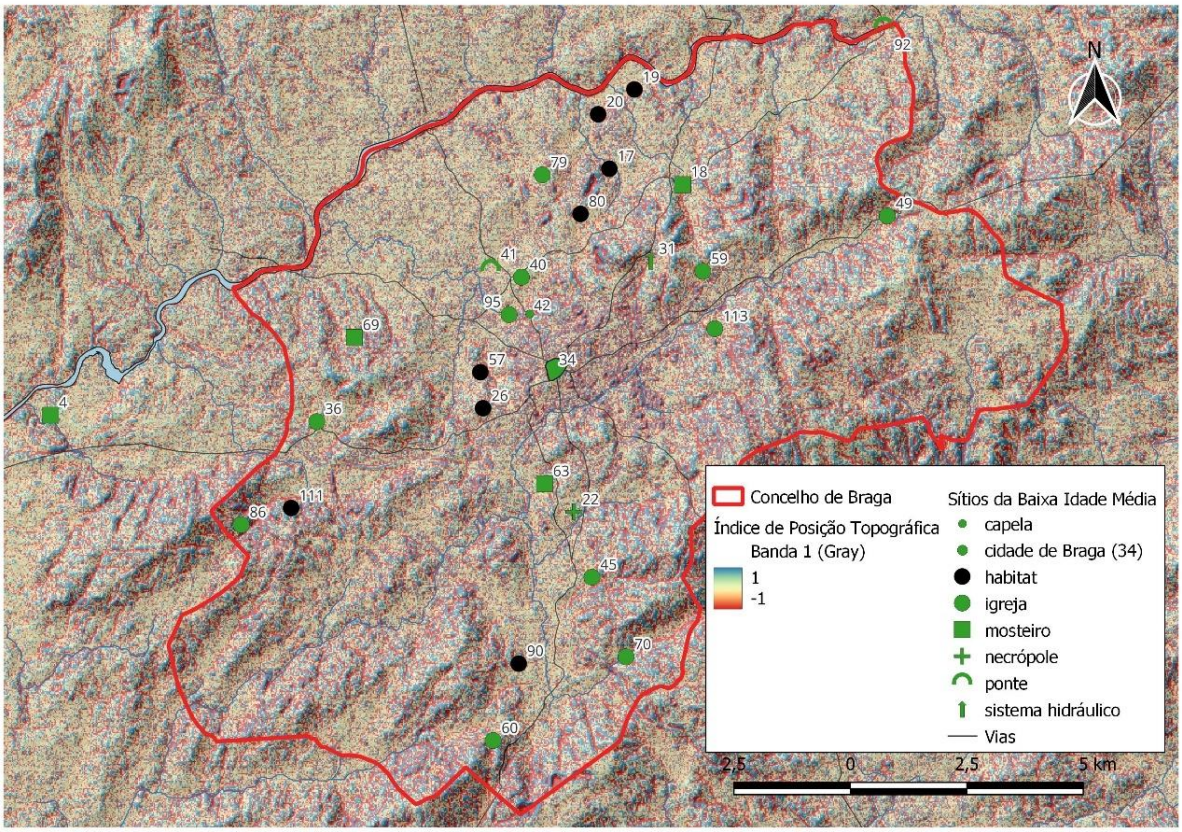


Figura 174 - Sítios com vestígios conhecidos da Baixa Idade Média, sobrepostos a mapa com Índice de Posição Topográfica. ©Francisco Andrade

A implantação dos sítios que estão associados à Baixa Idade Média, está relacionada com valores de **Índices de Posição Topográfica** em grande parte positivos, correspondentes a uma implantação em zonas de borda, não muito abrupta, na generalidade dos casos, sendo o sítio de S. Frutuoso [95] o que apresenta valores mais elevados, pelas razões de visibilidade do mausoléu original, que já foram apresentadas anteriormente. Alguns dos restantes valores positivos mais elevados que são apresentados,

correspondem a alguns dos conjuntos monásticos já anteriormente abordados no âmbito da análise do período da sua fundação.

Os sítios que apresentam valores negativos estão bastante próximos do zero, devendo poder ser relativos a uma zona de vale, predominantemente plana. Nos casos dos sítios de Montariol [31] e Braga [34], dada a sua amplitude, os valores apresentados têm como principal motivo a seleção específica de um determinado ponto de localização, que não corresponde à área real dos sítios, mais abrangente. Ressalva-se ainda a localização das pontes (Sobremoure [42] e ponte do Porto [92]), que estavam ausentes dos inventários de período anterior e que apresentam valores bastante próximos do zero, o que se compreende, na medida em que, ao constituírem elementos que permitem o cruzamento de cursos de água, estão plenamente localizados em zona de vale. A amostra constituída pelos vestígios conhecidos deste período não será seguramente representativa da totalidade do povoamento que terá existido, como veremos mais adiante.

Os sítios que não apresentam vestígios materiais conhecidos da Alta Idade Média são, em parte, mencionados no censual de meados do século XI, designadamente os conjuntos monásticos que já foram mencionados no capítulo respetivo. Os restantes sítios, para além das pontes que acima mencionamos, correspondem à capela de S. Lourenço [42], localizada numa zona de encosta suave bastante próxima do vale e o *habitat* de S. Gregório [26] que, pese embora pudesse haver indícios de ocupação de época anterior que não conseguimos confirmar, mantivemos o enquadramento neste período, dada a associação genérica efetuada ao período medieval, efetuada por L. Fontes (1993, p. 54). O local apresenta um TPI positivo, que poderá corresponder a um outeiro de dimensões relativamente modestas.

As paróquias de que se conhecem vestígios nesta fase, apresentam valores próximos aos que são apresentados pelos restantes sítios, apresentando valores positivos de TPI, à exceção dos sítios de Guisande [60] e de S. Vicente do Penso [90]. Na generalidade, não parece haver uma distinção muito clara entre os sítios que apresentam vestígios arqueológicos de época anterior e os que não apresentam. De facto, a distinção relacionar-se-ia mais diretamente com a tipologia original dos locais, estando sempre a ocupação e adaptação que foi efetuada, condicionada por este fator. Não será de descurar o facto de que determinadas implantações poderão ser mais adequadas para determinadas tipologias de sítios, como já vimos anteriormente, no caso dos mosteiros da Alta Idade Média.

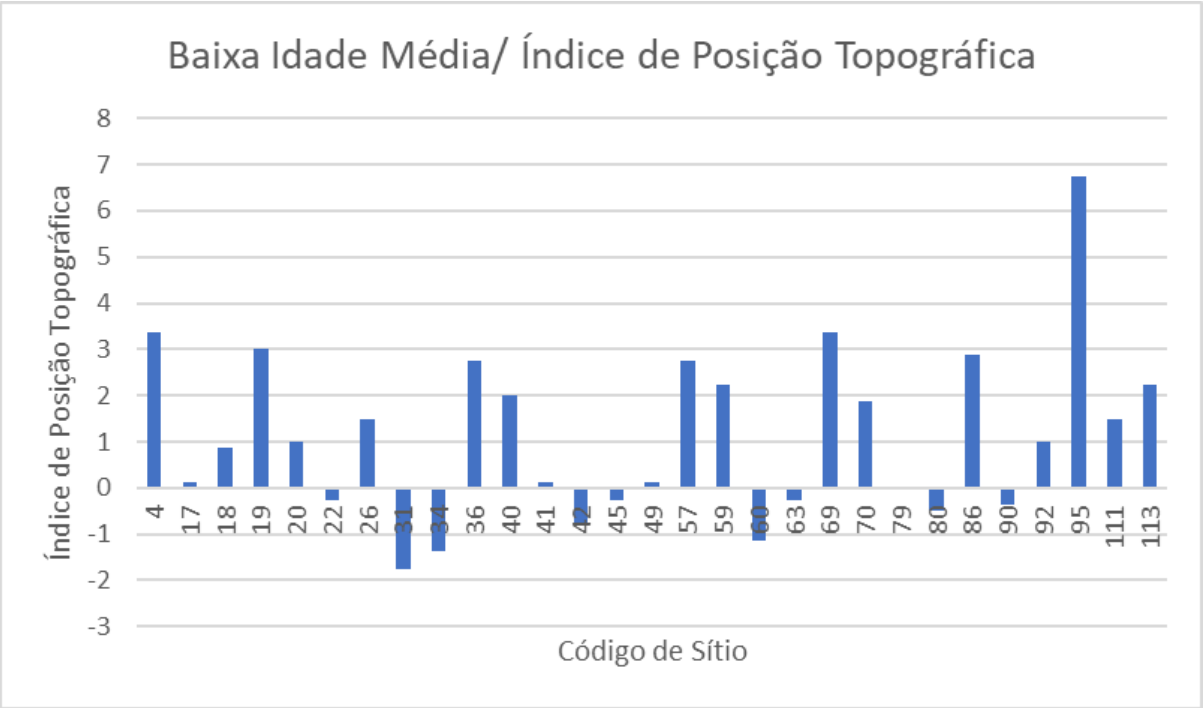


Figura 175 - Gráfico com Índices de Posição Topográfica dos vestígios conhecidos da Baixa Idade Média. ©Francisco Andrade

Relativamente à análise de **declives**, também é facilmente constatável que uma parte considerável dos sítios identificados apresentam valores relativamente reduzidos. Efetivamente, ao analisarmos o mapa de declives e os sítios associados a este período, podemos percecionar que, à exceção do sítio de S. Bento [111], que terá sido fundado em época anterior, segundo a lógica de ocupação do espaço vigente nos primeiros períodos da Alta Idade Média e do sítio de Ribeira [19], pese embora tenha sido implantado num contexto geográfico distinto, também foi implantado numa zona com um declive mais acentuado, possivelmente no mesmo período, não se constata a existência de sítios implantados em zonas com um declive muito acentuado.

Os restantes sítios que apresentam valores mais elevados, são os sítios de Montariol [31] e Esporões [45], ligeiramente acima dos dez graus. Todos os outros sítios apresentam valores próximos ou inferiores a oito graus de declive o que, em conjugação com os TPI anteriormente apresentados, permite constatar a implantação da maioritária dos sítios em encostas relativamente suaves e em zonas de vale, com valores de inclinação não muito acentuados.

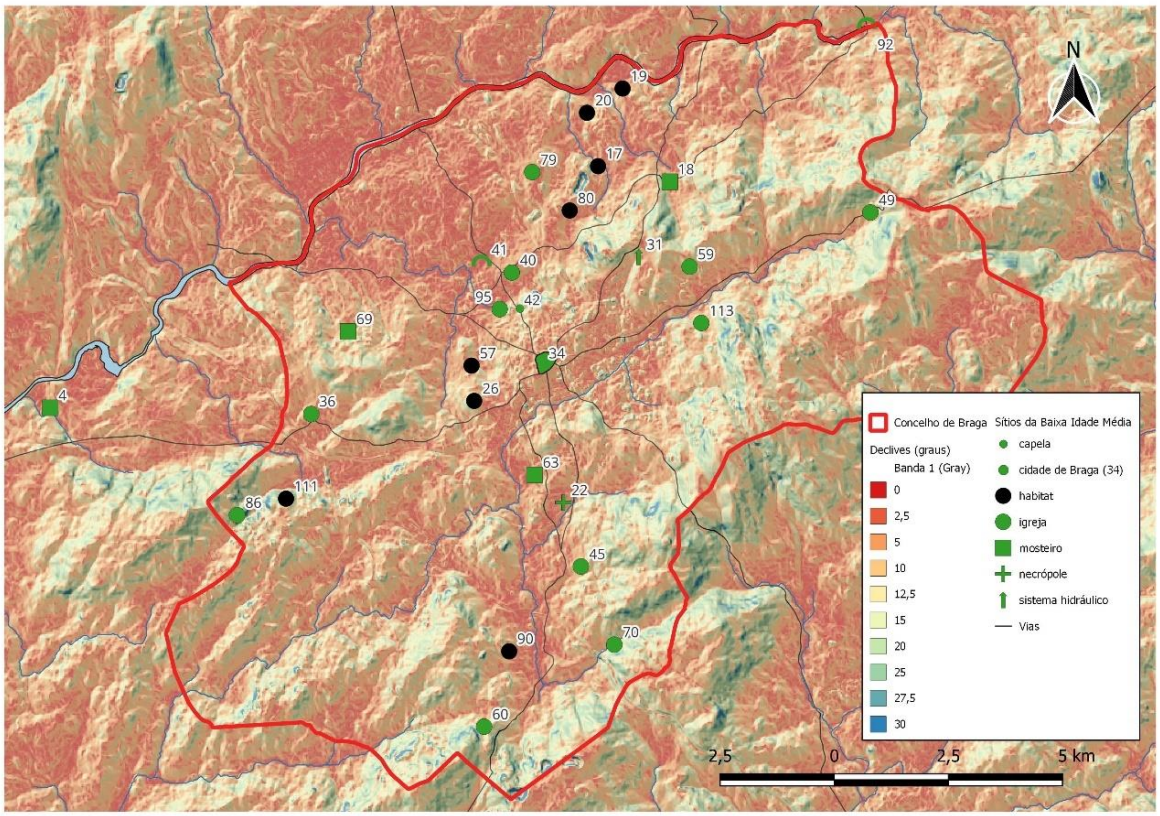


Figura 176 - Sítios com vestígios conhecidos da Baixa Idade Média, sobrepostos a mapa de declives. ©Francisco Andrade

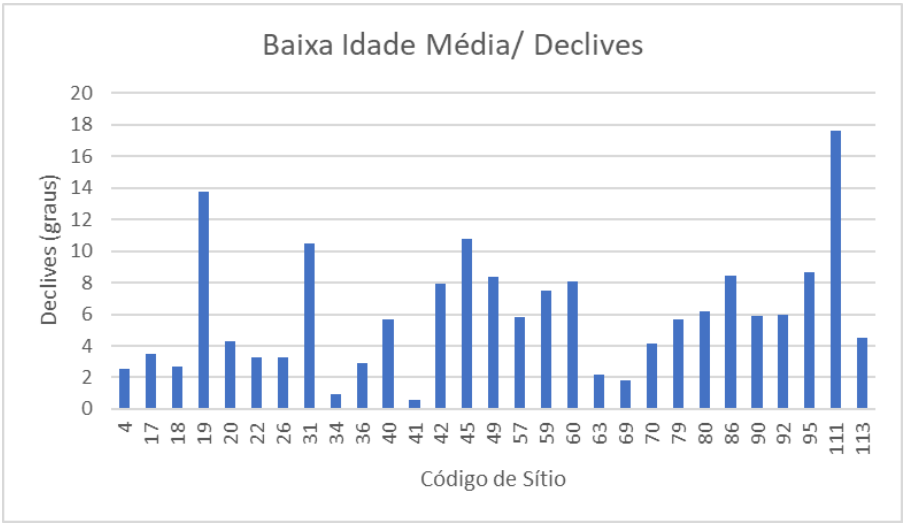


Figura 177 - Gráfico com declives dos vestígios conhecidos da Baixa Idade Média. ©Francisco Andrade

Para além destes valores relativos à posição dos locais, também analisámos, à semelhança do que fizemos anteriormente, a orientação da exposição solar dos sítios. Os valores obtidos, conjugados com os que foram apresentados anteriormente, permitem uma aproximação mais completa das condições gerais de determinados locais e permitem, igualmente, uma maior aproximação aos possíveis

significados que determinada ocupação poderá pressupor e uma maior aproximação às condicionantes que poderão ter norteado as distintas escolhas de determinados tipos de assentamento.

Os lugares em que foram identificados vestígios associáveis a este período, apresentam valores de **exposição solar** que revelam uma distribuição relativamente heterogénea, pese embora haja uma maior prevalência dos locais com uma orientação de exposição solar tendencialmente virada a sul e aos pontos colaterais mais próximos, perfazendo praticamente metade dos sítios inventariados. Uma parte considerável dos sítios têm uma implantação em locais com indícios de ocupação de período anterior, designadamente os locais que se apresentam ocupados pelos conjuntos monásticos, tendo sido, na generalidade, as condições de implantação, condicionadas pelos fatores que mencionámos em sede própria. Refira-se, contudo, que, tal como já expusemos anteriormente, uma parte considerável destes sítios, pese embora possam recuar a sua ocupação ao período imediatamente anterior, tem como referências documentais conhecidas, o final do século XI, o ponto de chegada do período que analisámos no capítulo anterior, não devendo determinado tipo de condições de implantação ser generalizadas para a totalidade da Alta Idade Média, como já referimos.

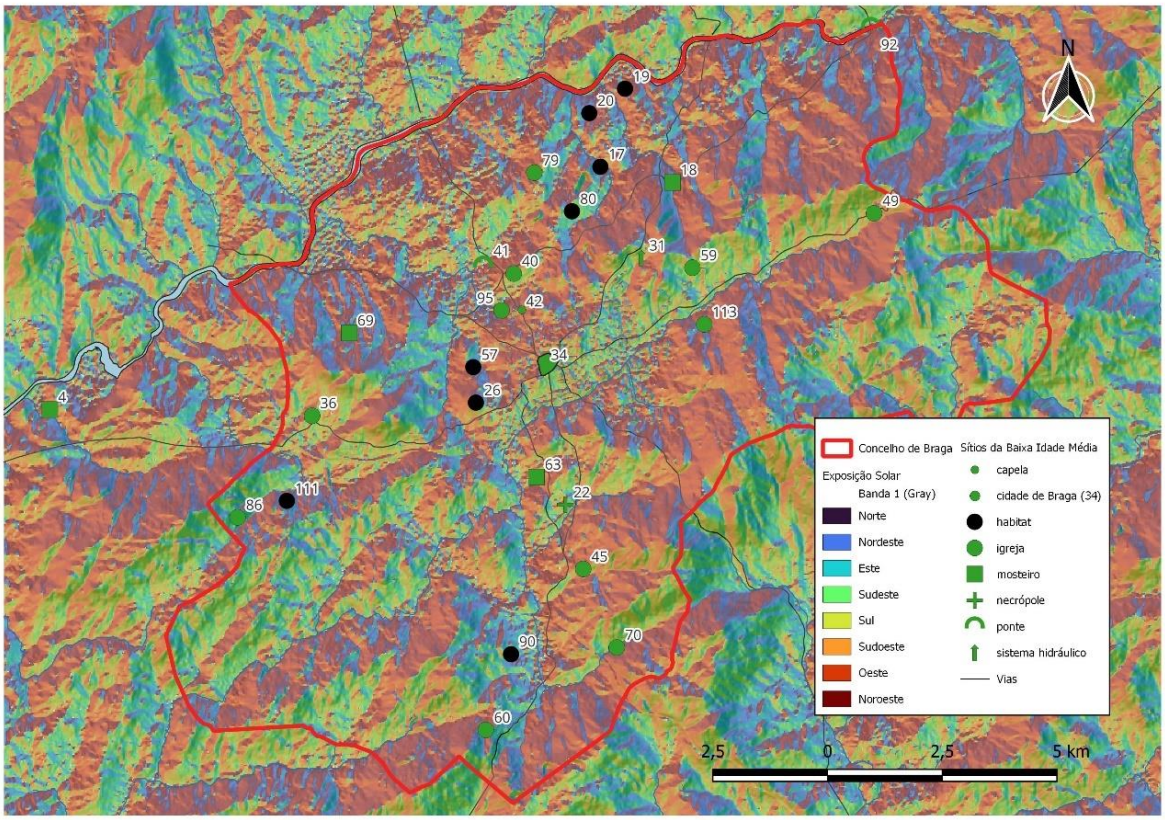


Figura 178 - Sítios com vestígios confirmados da Baixa Idade Média, sobrepostos a mapa com exposição solar. ©Francisco Andrade

Apenas três sítios apresentam uma exposição a oeste e quatro apresentam uma orientação a noroeste. Estes últimos sítios correspondem, essencialmente, a locais, associáveis, na sua grande maioria, a sedes paroquiais e, pelo facto de o local de culto estar localizado num sítio com determinada exposição solar, não inviabiliza a possibilidade de uma parte considerável do núcleo habitacional poder estar localizado em zonas com exposições solares distintas da que é apresentada, fruto de um povoamento que nem sempre apresenta características de concentração populacional como nas regiões mais a sul e mais para interior do país.

Dos cinco sítios que apresentam uma orientação a nordeste, teoricamente, tal como a anterior, menos favorável, uma parte considerável dos mesmos já conheceu uma ocupação que remonta ao período da Alta Idade Média, ou tratam-se de infraestruturas, como a ponte de Sobremoure [41], em que a incidência de luz solar não tem claramente um papel de relevo na seleção da sua localização, sendo os principais fatores, as condições naturais de circulação e a configuração do curso fluvial que a infraestrutura pretende transpor.

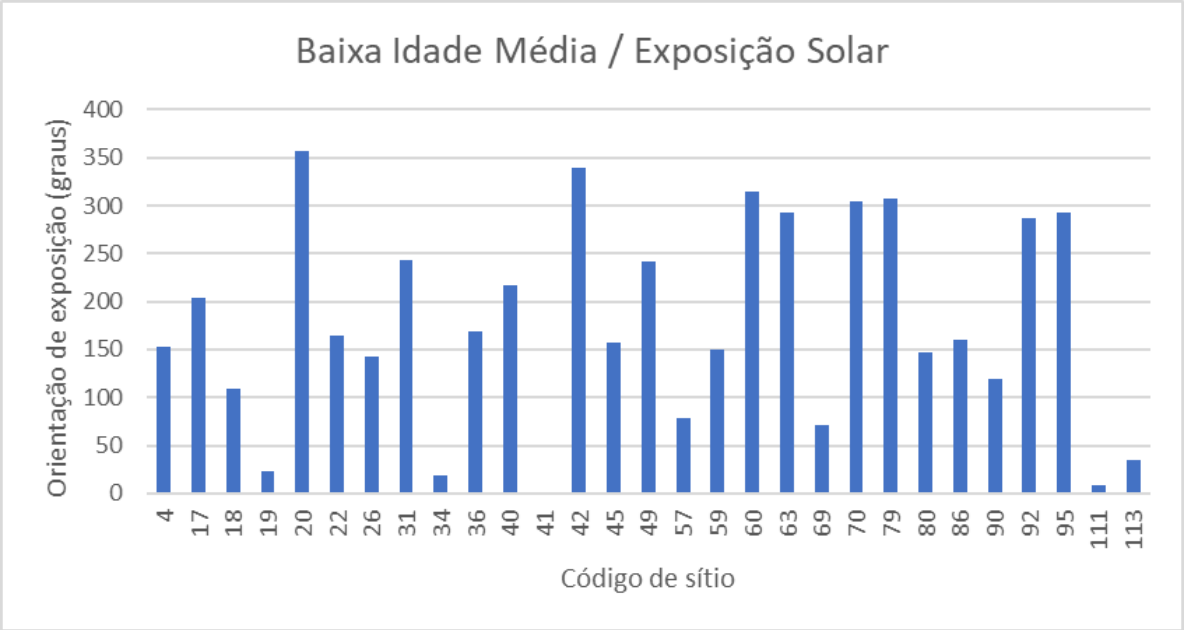


Figura 179 - Gráfico com exposição solar dos vestígios conhecidos da Baixa Idade Média. ©Francisco Andrade

Para além das análises anteriormente apresentadas, também tivemos em consideração as condições de **escoamento de água** da região em estudo, à semelhança dos outros períodos já estudados. A análise deste indicador permite constatar, tal como já foi referido anteriormente, uma maior prevalência de sítios na zona da área de estudo que apresenta valores intermédios de escoamento, correspondente à área centro e norte da região em estudo, respeitando, em grande medida, à região aplanada que corresponde à área com o maior potencial agrícola da região.

O segundo maior número de sítios enquadra-se na área que apresenta menores valores de escoamento, correspondentes às zonas localizadas na zona centro e sul da área em estudo e que abarca uma região com um relevo menos suave do que o anterior, mas que apresenta igualmente um potencial agrícola com algum relevo. A área com maior escoamento total mensal, é bastante reduzida, relativamente às áreas com outros valores de escoamento. A esta reduzida dimensão equivale um igualmente número restrito de sítios, relativamente aos que estão associados às áreas com distintos valores de escoamento.

A zona sudeste da área em estudo, com valores imediatamente abaixo dos valores que mencionámos nos dois parágrafos anteriores, não apresenta sítios com indícios arqueológicos seguros, deste período. Contudo, as referências documentais, como veremos de seguida, apresentam indícios claros de povoamento para esta região.

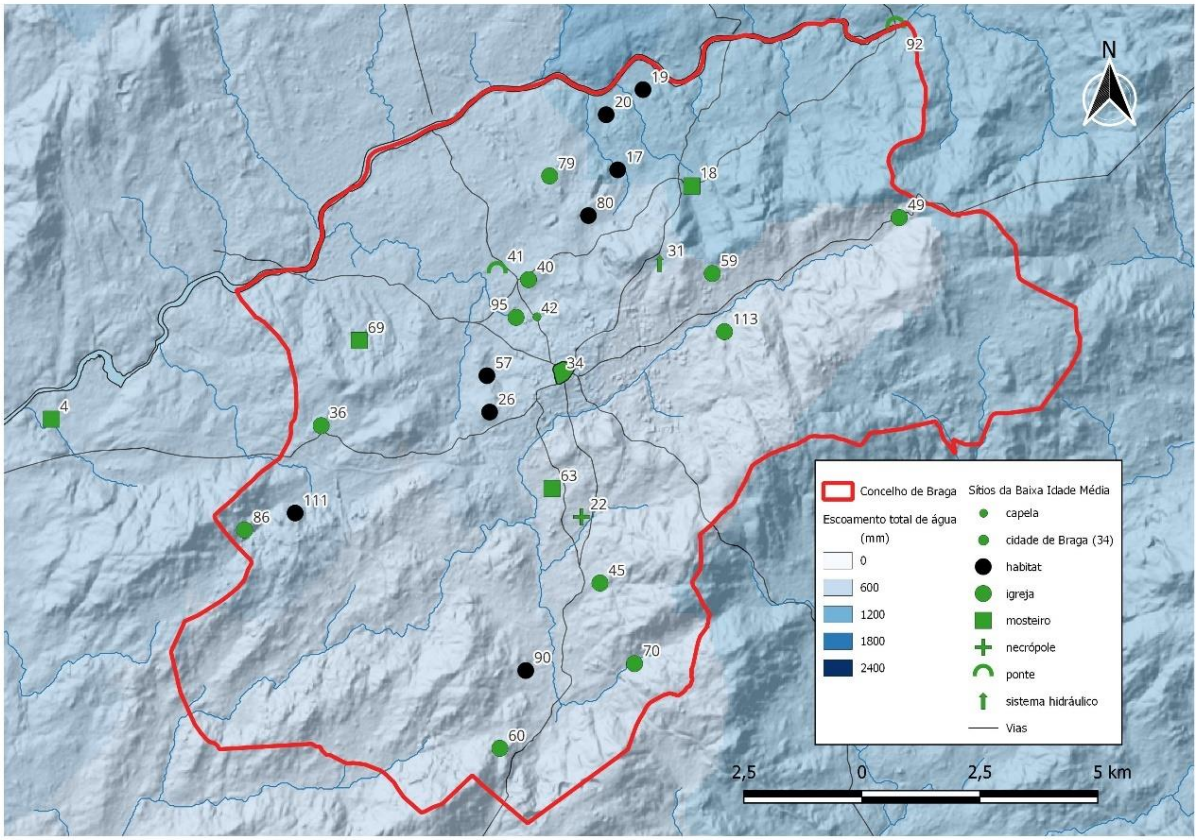


Figura 180 - Sítios referenciados da Baixa Idade Média, sobrepostos a mapa com escoamento total mensal de águas (mm). ©Francisco Andrade

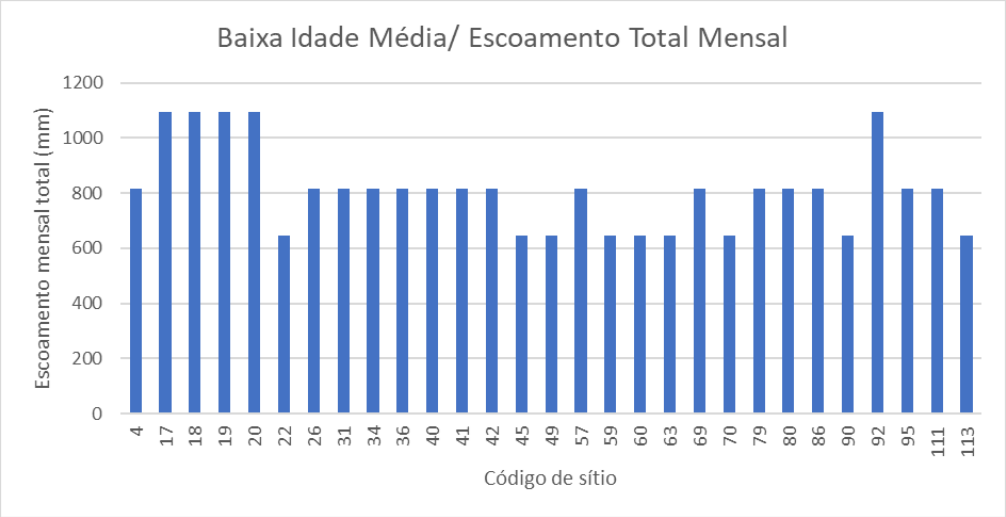


Figura 181 - Gráfico com escoamento total mensal de águas e correlação de sítios com vestígios conhecidos da Baixa Idade Média. ©Francisco Andrade

As principais fontes documentais que analisámos para este período, como já referimos anteriormente, foram as Inquirições de 1220 e de 1288. Ao nível do detalhe e foco de análise, os dois documentos são relativamente distintos, apresentando-se, como já tivemos oportunidade de ver, como mananciais de informações, muitas das vezes complementares. Ao nível da sua disposição geográfica apresentam bastante similitude, documentando-se apenas algumas alterações de pormenor que, em alguns dos casos, correspondem a alteração de pertença a circunscrições territoriais. Apesar de os sítios identificados nos dois documentos serem muito similares, por uma questão de coerência de análise e de forma, ao assinalar as ligeiras diferenças que acima mencionamos, estabeleceremos o modelo de análise que já apresentamos para as distintas épocas. Procuramos efetuar uma análise mais geral dos locais, procurando identificar as tendências das condições de implantação, e, sempre que necessário, algum aspeto de pormenor que possa ter uma maior relevância ao nível da interpretação do povoamento da Baixa Idade Média.

A análise dos **Índices de Posição Topográfica** das Inquirições de 1220, apresenta, à semelhança das análises anteriores, como principal *outlier*, ao nível de valores positivos, o sítio de S. Frutuoso [95], localizado no topo de um outeiro. Identificámos um conjunto de cerca de quinze sítios que apresentam valores de posição topográfica, entre dois e quatro. Estes valores poderão corresponder, numa parte considerável dos casos, a valores de borda ou encosta que não deverão ser excessivamente acentuados. Estes sítios poder-se-ão tratar dos locais que estão menos próximos da zona de vale. Esta situação poderá estar apenas relacionada com as condições específicas de implantação dos sítios e ainda pelas características tipológicas que determinados lugares conheceram em épocas anteriores. Apesar deste aspeto, poderão estar associados a uma ocupação dissociada da exploração dos recursos nos terrenos

mais baixos. Os restantes sítios que apresentam valores positivos, estão muito próximos do zero, o que indicia a ocupação de espaços em zonas bastante planas, designadamente algumas zonas de encostas bastante suaves.

Os locais que apresentam valores negativos, apresentam-se bastante próximos do zero, correspondendo, na generalidade, a zonas plenamente inseridas no vale e em zonas também predominantemente planas. O sítio que apresenta valores negativos mais acentuados é a antiga paróquia de S. Saturnino [106], que se encontra numa área de vale em que as encostas que lhe estariam próximas, são um pouco mais acentuadas do que a generalidade dos sítios.

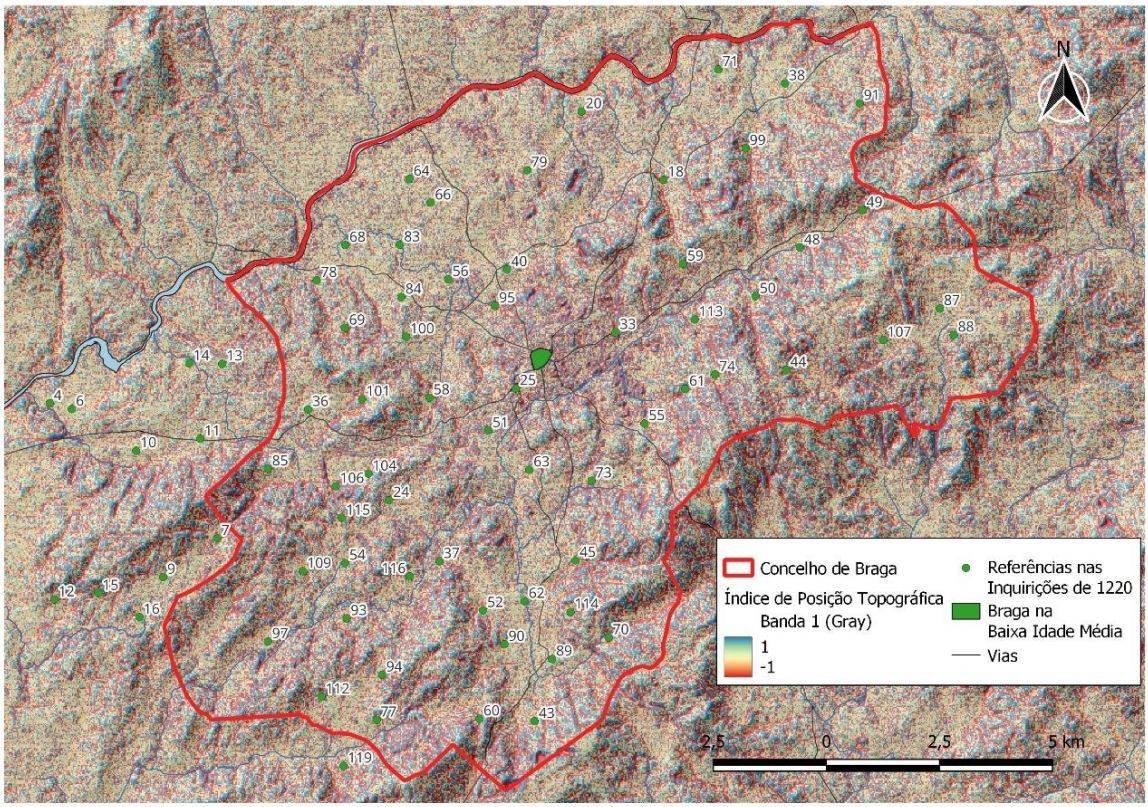


Figura 182 - Sítios referenciados nas Inquirições de 1220, sobrepostos a mapa com Índices de Posição Topográfica. ©Francisco Andrade

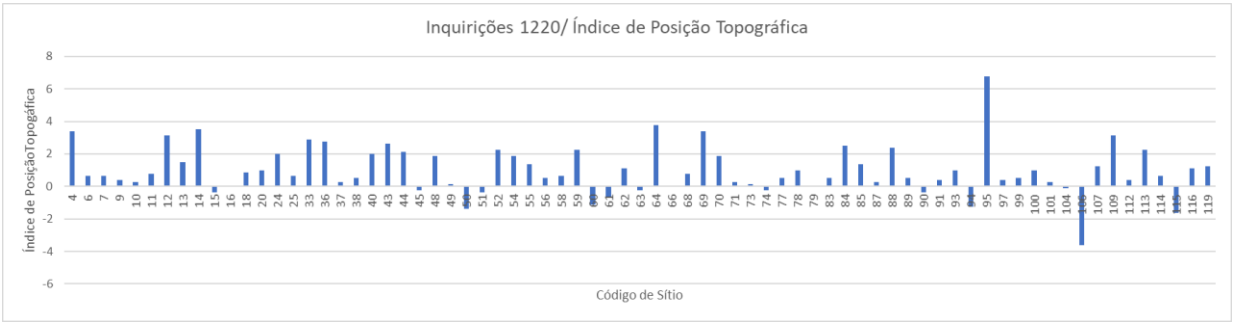


Figura 183 - Gráfico com Índice de Posição Topográfica e sítios referenciados nas Inquirições de 1220. ©Francisco Andrade

Também foi possível, tal como nas análises anteriores, complementar a informação da implantação com os valores do **declive** dos variados locais referidos na documentação. Como é percetível pela análise das condições de declive dos sítios referenciados nas Inquirições de 1220, apesar de estarem igualmente presentes sítios que se apresentam em regiões que aparentemente dispõem de um declive com alguma relevância, a grande maioria dos sítios foram implantados em áreas com declives pouco acentuados.

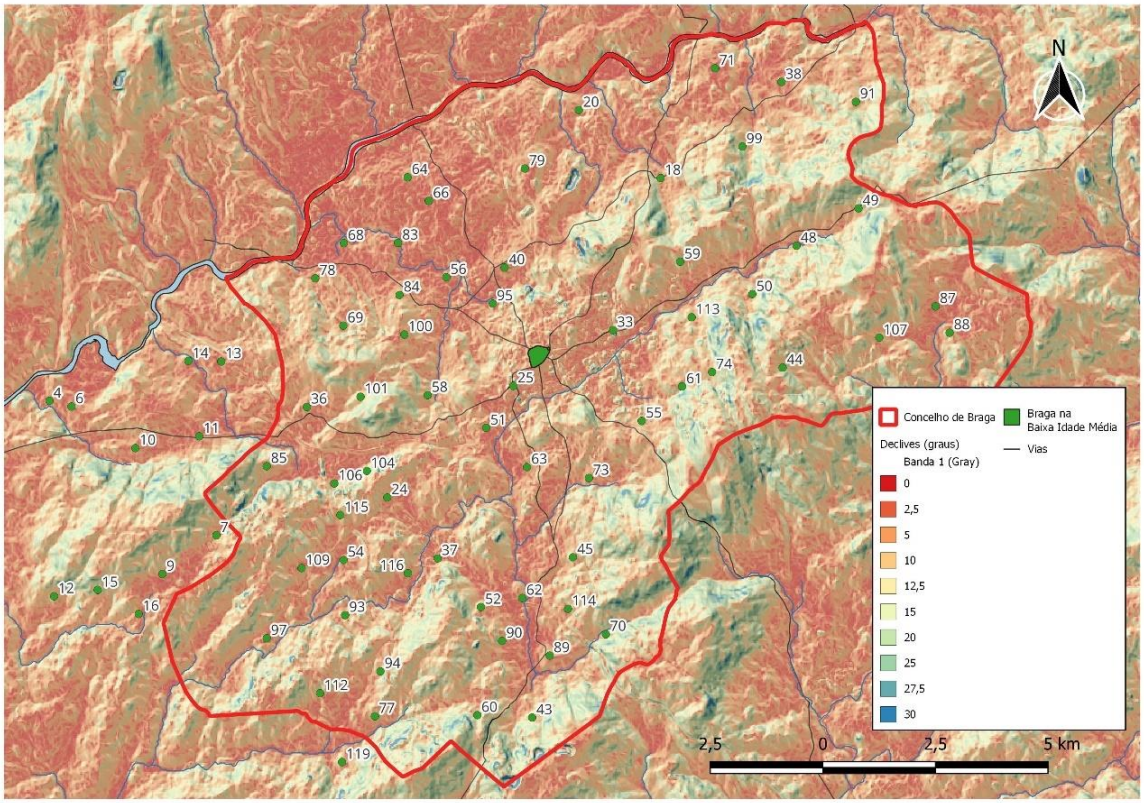


Figura 184 - Sítios referenciados nas Inquirições de 1220, sobrepostos a mapa com valores de declive. ©Francisco Andrade

O sítio que apresenta maiores valores de declive, é a igreja de Santa Maria de Sequeira [104], devendo tal situação estar relacionada com condições específicas de implantação, algumas das quais, não estão diretamente relacionadas com o período em estudo, no presente capítulo. Um outro aspeto que destacamos é a grande prevalência dos sítios implantados em zonas com declives que apresentam valores compreendidos entre os quatro e seis graus, totalizando cerca de vinte e sete sítios. Seguem-se os sítios que se encontram em zonas com valores de declives compreendidos entre os dois e os quatro graus, ou seja, apresentando valores de bastante pouca relevância. Identificam-se ainda sítios localizados em áreas com valores que oscilam entre os seis e doze graus, pese embora constituam um número bastante reduzido, comparativamente aos dois grupos que mencionamos acima. Também se identificam sítios implantados em áreas que apresentam valores de declive inferiores a dois graus, ou seja, praticamente planas. Apesar dos distintos valores apresentados, podemos concluir que, na generalidade,

os sítios que foi possível cartografar, através da análise das Inquirições de 1220, foram implantados em zonas de reduzido declive, o que é condizente com os valores de implantação topográfica que indiciam uma implantação predominantemente associada a encostas suaves ou a zonas de vale.

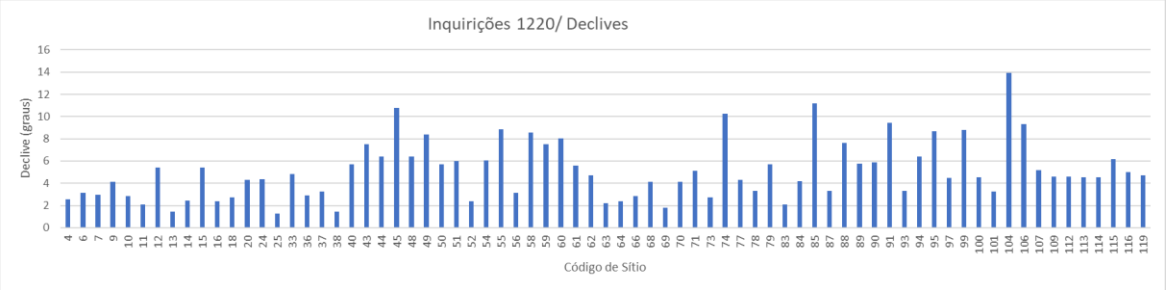


Figura 185 - Gráfico com declives de sítios referenciados nas Inquirições de 1220. ©Francisco Andrade

Os dados de **exposição solar** apresentam-se relativamente diversificados, dada a grande abrangência dos sítios, na globalidade do território em estudo. Esta abrangência mais alargada, relativamente aos sítios identificados com base nos vestígios arqueológicos, permite uma maior aproximação ao que terá sido o povoamento da Baixa Idade Média, para a região de Braga. Podemos constatar que, pese embora a amostragem de sítios que apresentam uma localização tendencialmente orientada a sul e aos pontos colaterais mais próximos, constituam cerca de metade dos sítios que temos documentados para este período, estas soluções de implantação, teoricamente mais favoráveis, apresentam-se com condições para um assentamento mais resguardado de fenómenos climatéricos mais adversos. Convém igualmente ressalvar que estes valores se apresentam ainda de maior adequação, se tivermos em consideração os outros dois indicadores que descrevemos anteriormente. Também se identifica um número considerável de sítios que se apresentam orientados quer a este, quer a oeste, sendo identificáveis cerca de nove sítios orientados a oeste e oito sítios orientados a este.

As orientações (este e oeste), podendo não ser tão indicadas como as que acima se referenciam, face às restantes condições de implantação, não parecem ter uma relevância tão determinante como quando estão localizadas em sítios mais elevados e desprotegidos, à partida mais expostos a intempéries e condições climatéricas adversas. Os sítios orientados a nordeste e noroeste também são identificáveis na análise efetuada. De facto, parece-nos que, por um lado, à luz do que referimos acima, as condições de implantação em zonas mais resguardadas fazem com que as orientações de exposição possam não ter uma excessiva relevância na sua localização. Por outro lado, na medida em que os dados são essencialmente relativos à localização das sedes paroquiais, tal facto poderá não ser determinante no conhecimento das condições de implantação da global dos assentamentos. Não queremos com isto, como é obvio, negar que uma parte considerável dos assentamentos populacionais estejam organizados

em torno dos núcleos paroquiais. No computo geral, podemos perspetivar uma implantação de sedes paroquias que privilegiam localizações com boa exposição solar e inseridos em locais de fácil acesso e que poderiam localizar-se em zonas predominantemente abrigadas.

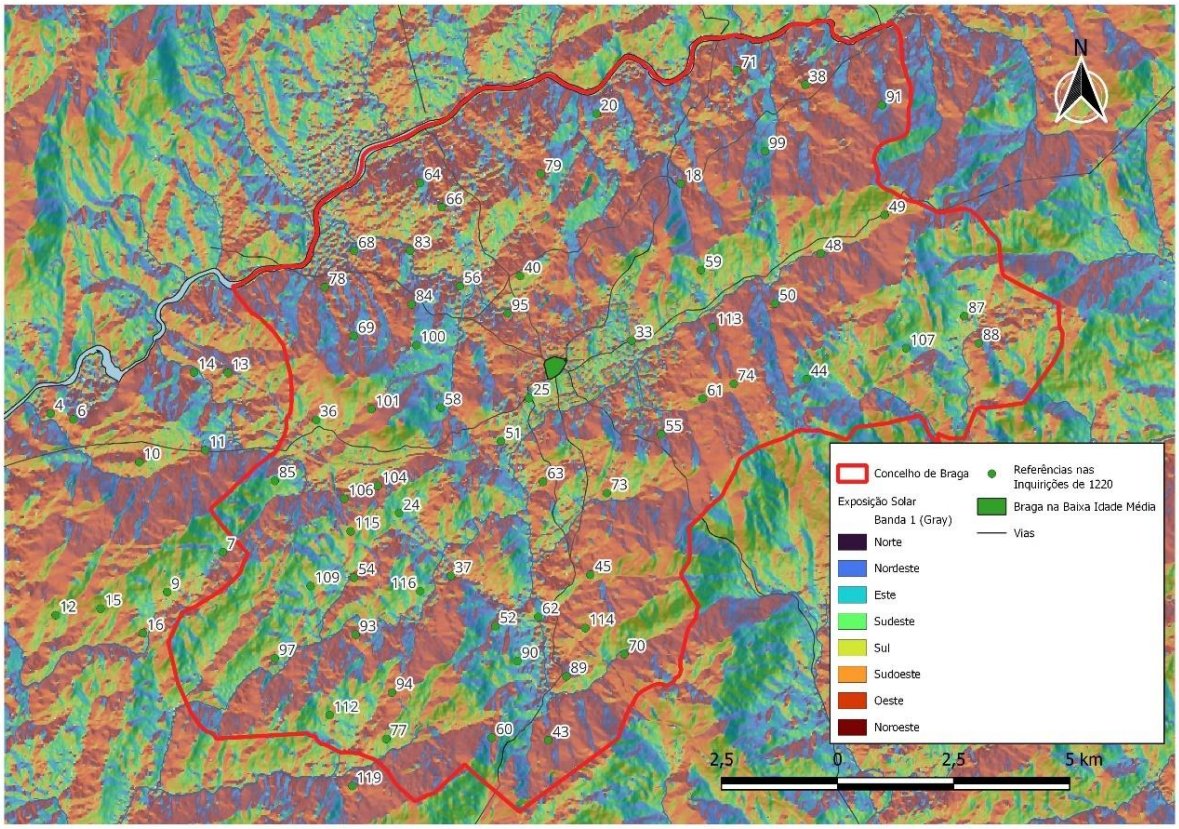


Figura 186 - Sítios referenciados nas Inquirições de 1220, sobrepostos a mapa com orientação de exposição solar. ©Francisco Andrade

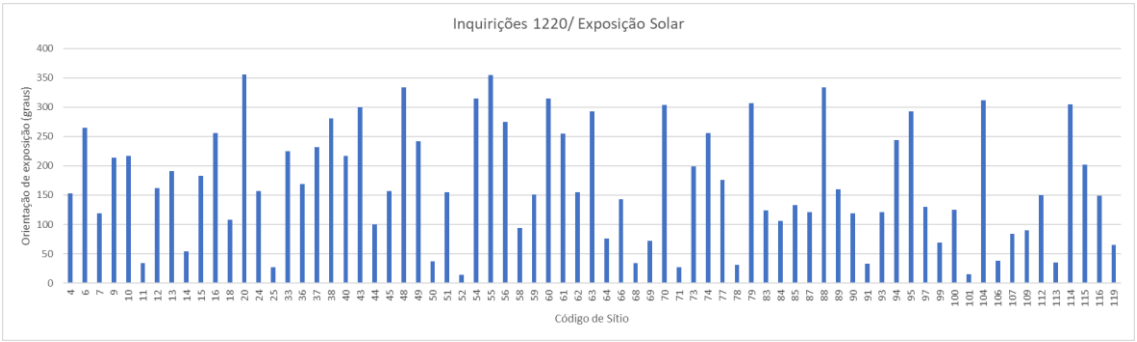


Figura 187 - Gráfico com exposição solar e sítios referenciados nas Inquirições de 1220. ©Francisco Andrade

Também se teve em consideração a análise das condições de **escoamento de água**, de forma a complementar as distintas análises efetuadas. As condições de escoamento total mensal de águas, tendo em consideração a ampla distribuição dos sítios na área em estudo, como pode ser perspetivado no mapa anteriormente apresentado, parecem refletir as zonas abarcadas pelos distintos tramos das

diferentes bacias hidrográficas, nesta região e não determinada matriz de povoamento, condicionada por este indicador.

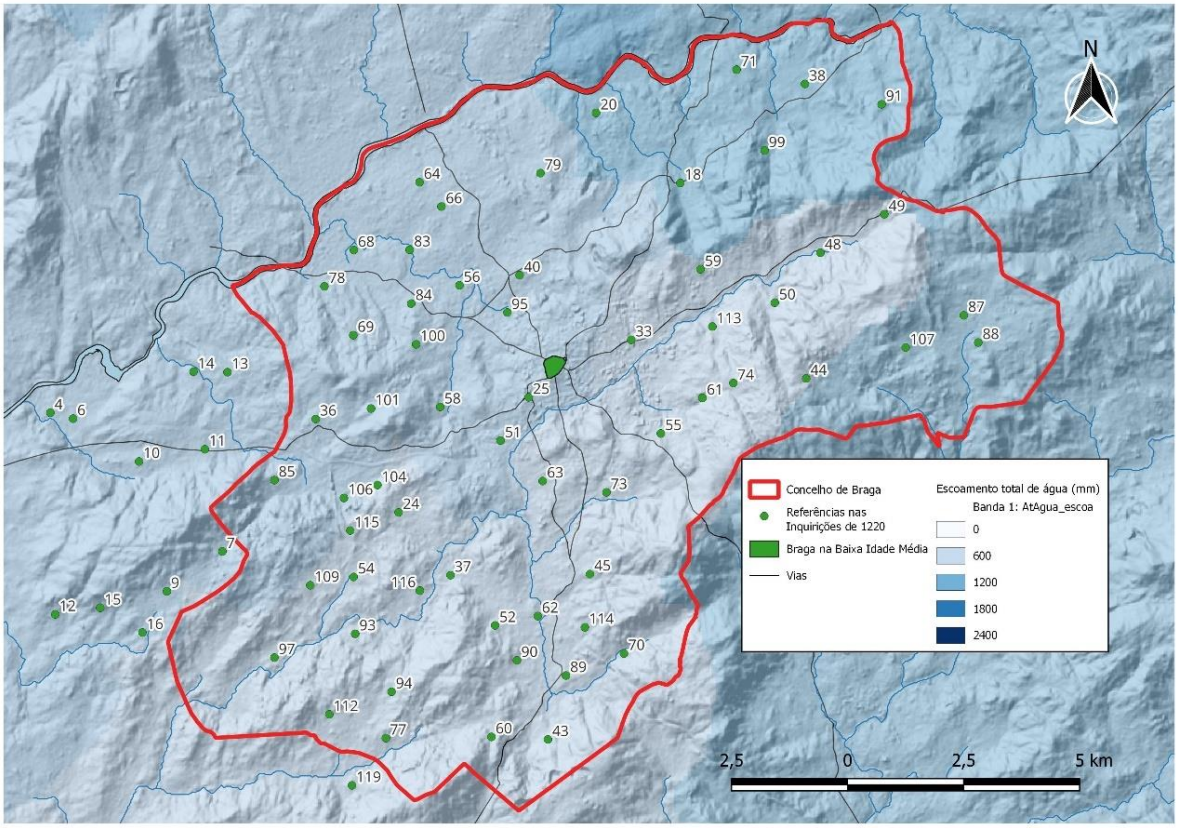


Figura 188 - Sítios referenciados nas Inquirições de 1220, sobrepostos a mapa com escoamento total de águas mensal de águas (mm). ©Francisco Andrade

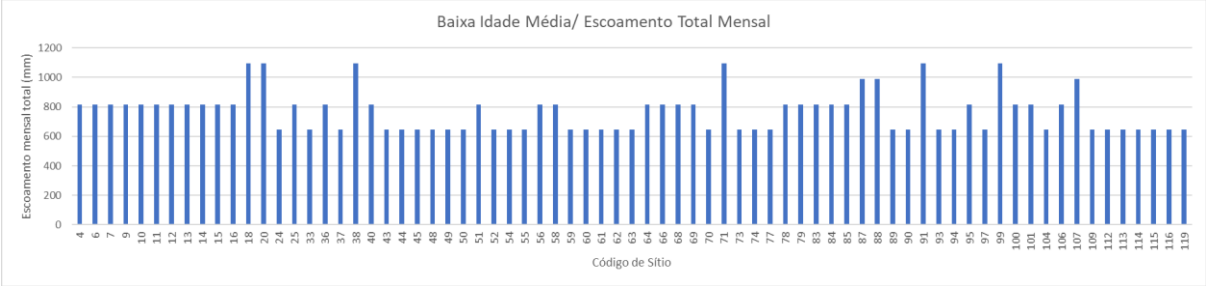


Figura 189 - Gráfico com escoamento total mensal de águas e sítios referenciados nas Inquirições de 1220. ©Francisco Andrade

Estabelecemos também, como já foi referido anteriormente, uma análise comparativa com os sítios referenciados nas Inquirições de 1288. Tal como já referimos, na generalidade, os sítios que são referenciados nos dois documentos são os mesmos, havendo algumas alterações de pormenor que poderão ter representatividade, designadamente ao nível da inclusão em determinadas circunscrições territoriais, havendo algumas alterações em zona de fronteira, entre Braga e Guimarães.

Efetivamente, pese embora não tenhamos recolhido referências para alguns locais nas Inquirições de 1220, as localidades já teriam seguramente indícios de povoamento, na medida em que se conhecem possíveis referências de épocas anteriores. De facto, algumas das omissões poderão ser apenas decorrentes de alguns constrangimentos na recolha dos dados. Deste modo, tal como é percetível no documento acima mencionado, podemos constatar a existência de um considerável manancial de sítios que se apresentam com valores de **TPI** abaixo de dois, o que deverá corresponder numa parte considerável dos casos, a zonas de encosta suave, como é característico da região em estudo, especialmente quando o povoamento parece estar vocacionado para uma exploração dos recursos de vale.

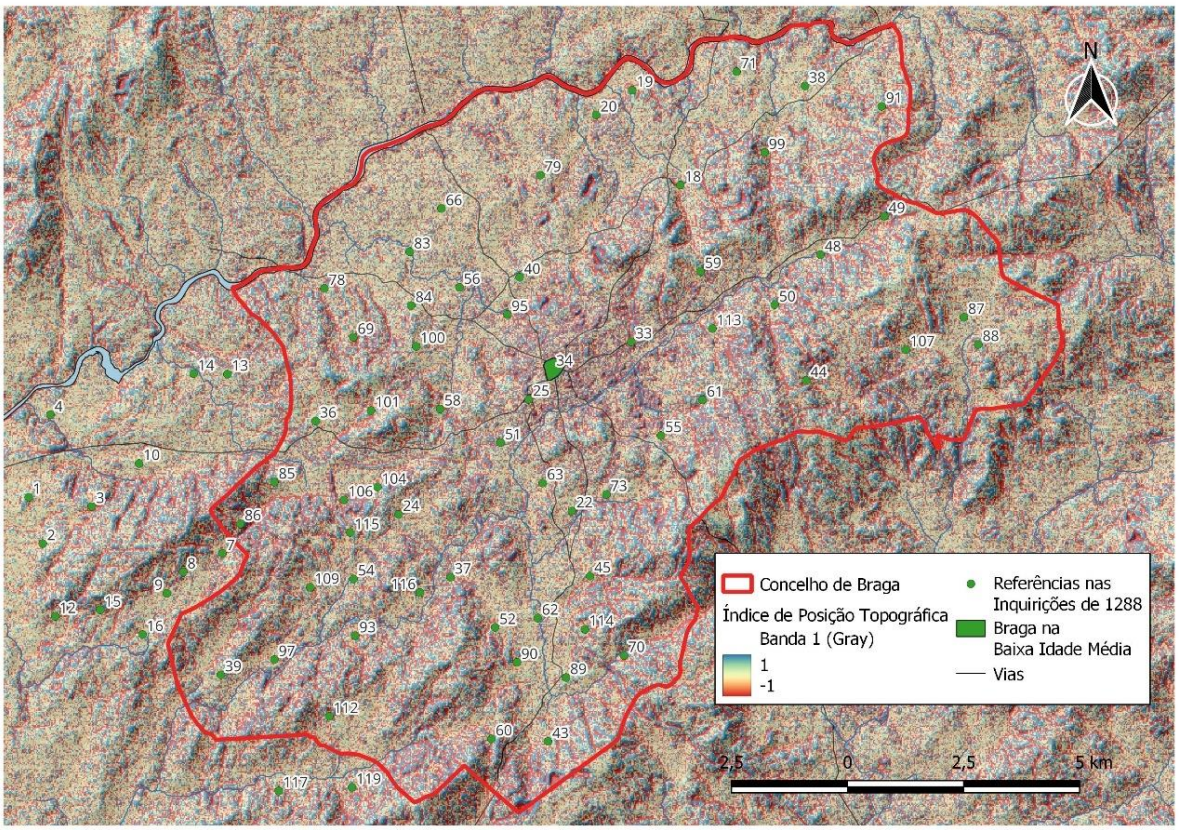


Figura 190 - Sítios referenciados nas Inquirições de 1288, sobrepostos a mapa com Índices de Posição Topográfica. ©Francisco Andrade

Relativamente aos locais que apresentam valores negativos, encontram-se, na generalidade, em locais que estão muito próximos do zero. Os únicos locais cujos valores se apresentam com valores mais distantes do zero são os sítios de *Santo Saturnino* em Sequeira [106] e *Sancte Columbe* em Vilaça [115], devendo ter esta localização, devido a características específicas do terreno, não nos parecendo que possamos extrair outro significado interpretativo das mesmas. Para além de ligeiras discrepâncias que alguns dos locais parecem apresentar, decorrentes de condições específicas do terreno, a principal

conclusão que podemos extrair da análise destes sítios é o facto de que, à exceção de S. Frutuoso [95], cuja explicação de implantação já foi profusamente explanada em análises anteriores, uma parte considerável dos sítios apresentam-se implantados em zonas de encosta ou em zonas mais próximas do vale, em regiões planas, pelas razões que já anteriormente explicitamos, não havendo uma alteração substancial no modelo de implantação durante a Baixa Idade Média.

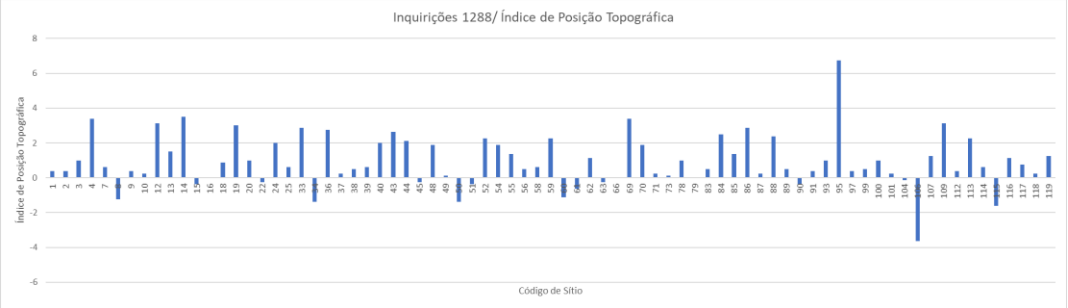


Figura 191 - Gráfico com Índice de Posição Topográfica e sítios referenciados nas Inquirições de 1288. ©Francisco Andrade

A validação da implantação dos diversos locais é complementada pelos indicadores de **declive**, em consonância com os exercícios que têm sido efetuados nas análises que temos feito ao longo da parte III da presente tese. Tendo em consideração os valores de declive, relativos às Inquirições de 1288, podemos constatar que alguns dos sítios que não aparecem referenciados nas Inquirições de 1220, apresentam valores que parecem ser mais elevados. Tais são os casos dos sítios de *Sancte Marie da Adaufe* [19], *Sancte Georgii* [2], *Santi Martini de Aireeo* [3] e ainda *Sancti Pelagii de Bastuzo* [8], que apresentam valores superiores a oito graus, registando o primeiro sítio que mencionámos, valores bastante próximos dos catorze graus que apresenta o sítio de *Sancta Maria de Sequeira* [104], já referido nas análises anteriores. Efetivamente, os locais que referimos, apesar de não terem sido incluídos nos sítios que estão associados às referências extraídas das Inquirições de 1220, estão associados a uma ocupação que poderá eventualmente remontar, pelo menos no caso de *Sancte Marie da Adaufe* [19], ao período da Alta Idade Média.

Pese embora a existência de alguns *outliers* que possam apresentar alguns valores que indiciam a presença de sítios que registam uma implantação que pudesse corresponder a locais com valores de pendente relativamente acentuados, na generalidade, consideramos que, à semelhança do que foi referido na análise que efetuámos das Inquirições de 1220, os locais apresentam uma localização essencialmente relacionada com valores registados abaixo dos cinco graus de declive. Dada a elevadíssima coincidência entre os sítios referidos nos dois documentos em análise, estes apresentam

condições de implantação quase idênticas, na conjugação dos dois fatores, que temos vindo a analisar neste capítulo.

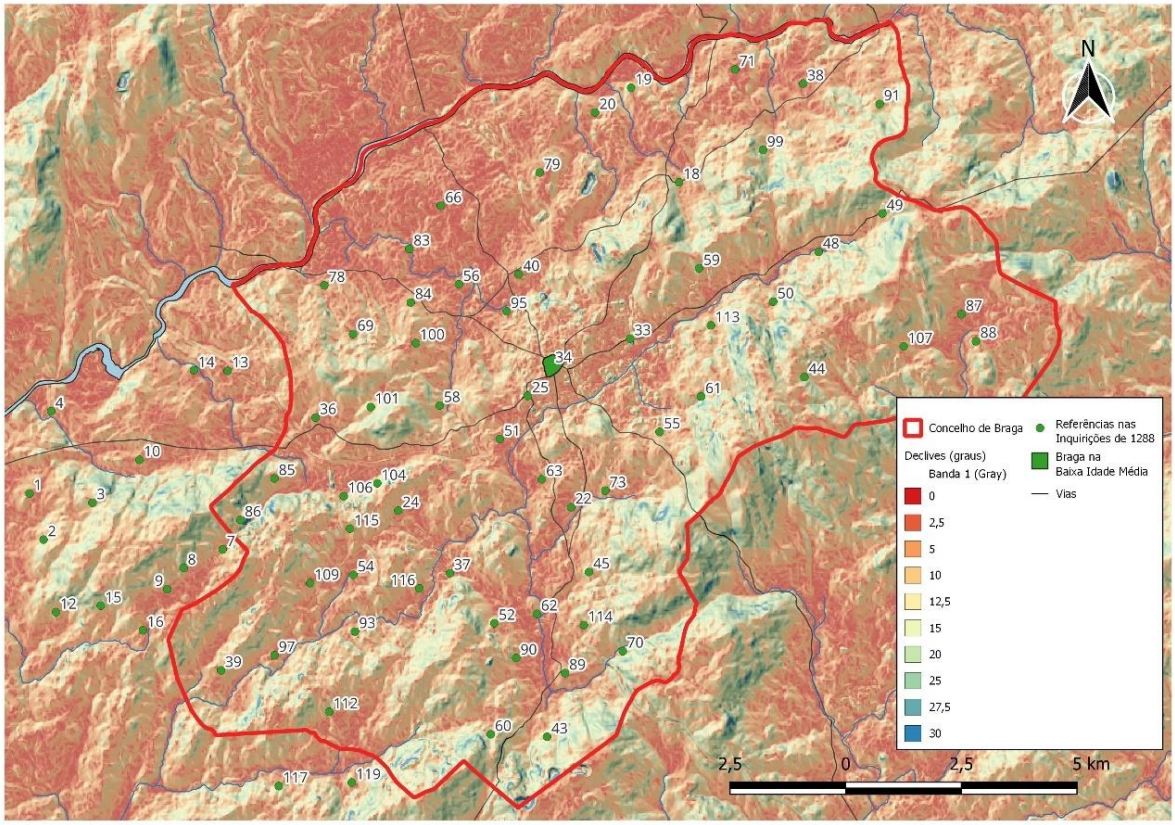


Figura 192 - Sítios referenciados nas Inquirições de 1288, sobrepostos a mapa com valores de declive. ©Francisco Andrade

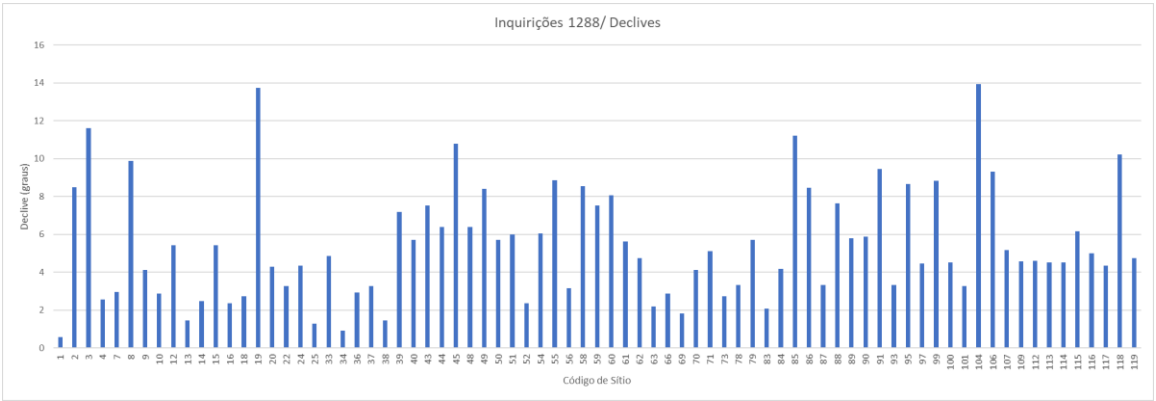


Figura 193 - Gráfico com declives de sítios referenciados nas Inquirições de 1288. ©Francisco Andrade

Os valores da exposição solar, tal como os anteriormente analisados, apresentam dados, em grande medida, semelhantes aos que pudemos percecionar nas Inquirições de 1220. Como pudemos constatar na análise que efetuámos dos sítios referenciados nas Inquirições de 1220, a distribuição da **exposição solar** apresenta-se bastante heterogénea. Apesar da heterogeneidade referida parece-nos, como já foi referido anteriormente, ser constatável uma tendência para o privilegiar de uma orientação a sul e aos

pontos colaterais que lhe estão mais próximos, à partida zonas mais resguardadas e com exposição solar mais prolongada.

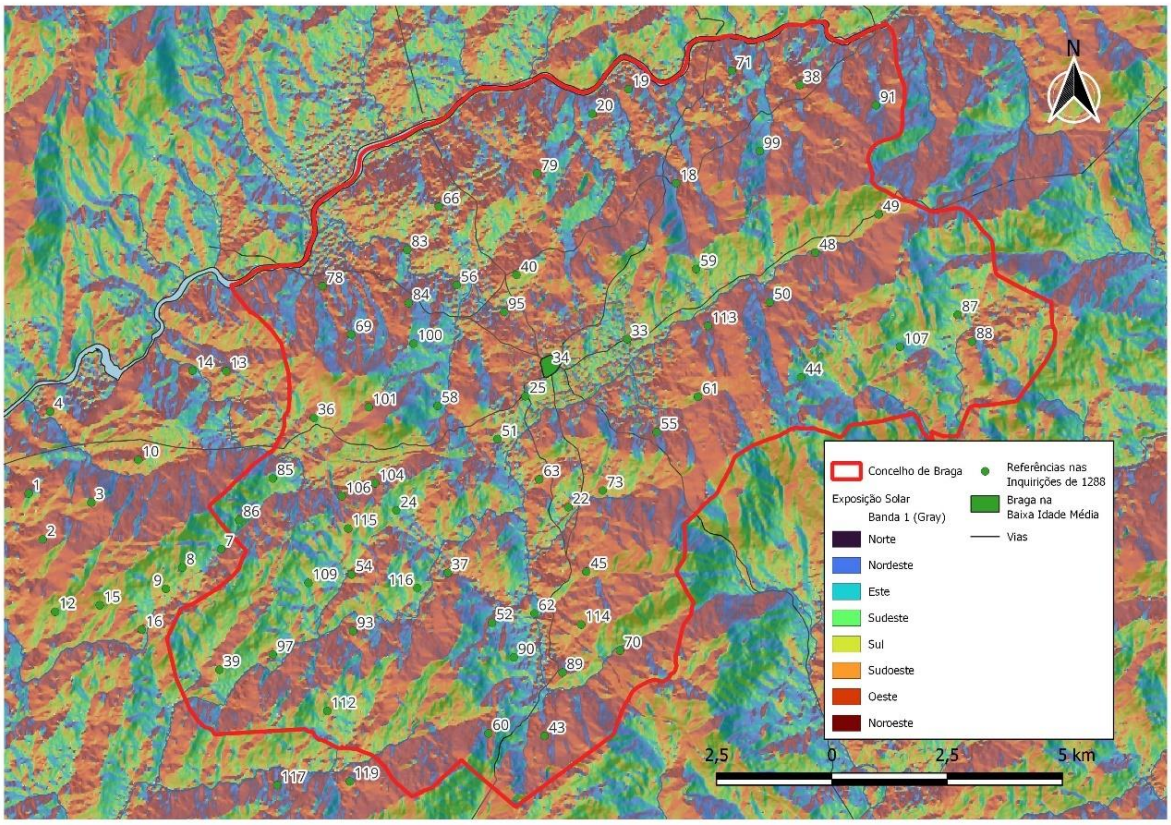


Figura 194 - Sítios referenciados nas Inquirições de 1288, sobrepostos a mapa com orientação de exposição solar. ©Francisco Andrade

Efetivamente, a prevalência da conjugação de uma implantação topográfica em zonas de declive suave, a meia encosta ou mais próximas de zona de vale e com uma orientação predominantemente a sul, parece-nos a mais indicada para assentamentos organizados de acordo com um modelo estável de aproveitamento dos recursos, cujo principal motor de implantação era a dedicação a uma atividade agrícola e de exploração do território. De facto, como já vimos anteriormente, esta não seria a única força motriz de exploração do território. A preexistência de fatores conjunturais de ordem sociopolítica ou até especificidades da orografia de determinadas zonas poderá ter estado subjacente à seleção de determinados locais para fixação de populações. Assim sendo, compreende-se que também nos sítios referenciados em 1288 estejam presentes diversos locais, que possuem orientações que possam ser distintas das que acima mencionamos.

Identificaram-se nove sítios com uma exposição solar predominantemente de oeste e sete sítios com uma exposição solar predominantemente de leste. Relativamente aos valores de exposição que indiciam uma orientação predominantemente a nordeste, teoricamente menos favorável do que as anteriores,

identificaram-se doze sítios. Efetivamente, como já referimos anteriormente, à luz destes dados, não querendo, de todo, desvalorizar a importância da orientação da exposição solar, não terá sido fundamental em alguns casos e para determinadas tipologias de sítios, como alguns tipos de *habitats* e algumas sedes paroquiais.

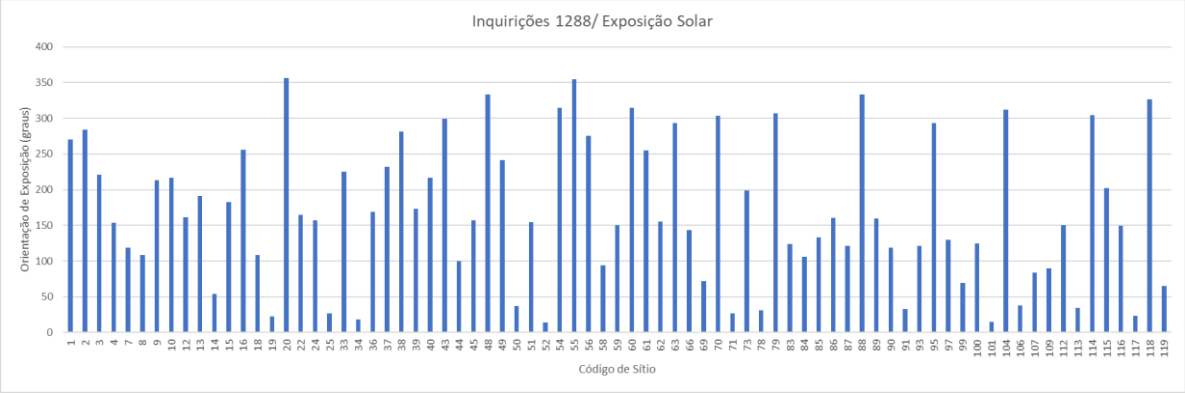


Figura 195 - Gráfico com exposição solar de sítios referenciados nas Inquirições de 1288. ©Francisco Andrade

De um modo geral, apesar de alguns sítios apresentarem valores diversificados de implantação e alguns valores distintos do que seriam as condições ótimas de implantação, o povoamento da Baixa Idade Média, se perspetivado na sua globalidade, parece-nos ser indiciador de um privilegiar de condições favoráveis de implantação, com as devidas adaptações para cada local, de acordo com a orografia e condições gerais do território. Não nos parece que possamos traçar, com detalhe, aspetos particulares da cada uma das três fontes de dados que analisámos para este período, que possam ser indiciadoras de uma característica que possa permitir traçar algum aspeto distintivo que se possa constituir diferenciador relativamente às demais. O único aspeto que podemos destacar, é o facto de que os dados referentes aos vestígios arqueológicos e arquitetónicos parecem transmitir o mesmo modelo de povoamento identificável nas Inquirições de 1220 e 1288, mas permitem perspetivar apenas uma parte dos mesmos, fruto da ausência de trabalhos arqueológicos que pudessem proporcionar uma visão mais abrangente.

Finalmente, no aspeto relativo ao **escoamento total mensal de águas**, também se verifica, como é obvio, uma similitude entre os valores que foram apresentados nas Inquirições de 1220. Tal como é percetível pela análise dos mapas e gráficos apresentados, à semelhança do que é apresentado nas Inquirições de 1220, dada a grande abrangência e homogeneidade de distribuição dos sítios pelo território, relativamente à área de estudo, os valores refletem a abrangência das subáreas das diversas bacias hidrografias na região em estudo, não nos apresentando valores específicos relativos à posição de cada sítio ou valores de maior ou menor concentração em determinadas áreas.

Deste modo, é possível perspetivar uma maior abrangência de sítios que apresentam valores mais baixos e intermédios de escoamento, com um número bastante aproximado e que correspondem às zonas central sul, norte e oeste da nossa região de estudo, que abarcam a grande maioria do território. Os valores mais elevados e valores ligeiramente inferiores a estes são relativos a áreas consideravelmente inferiores às que mencionámos no parágrafo anterior e correspondem à área de Adaúfe e zona a leste à área de Pedralva e Sobreposta, respetivamente.

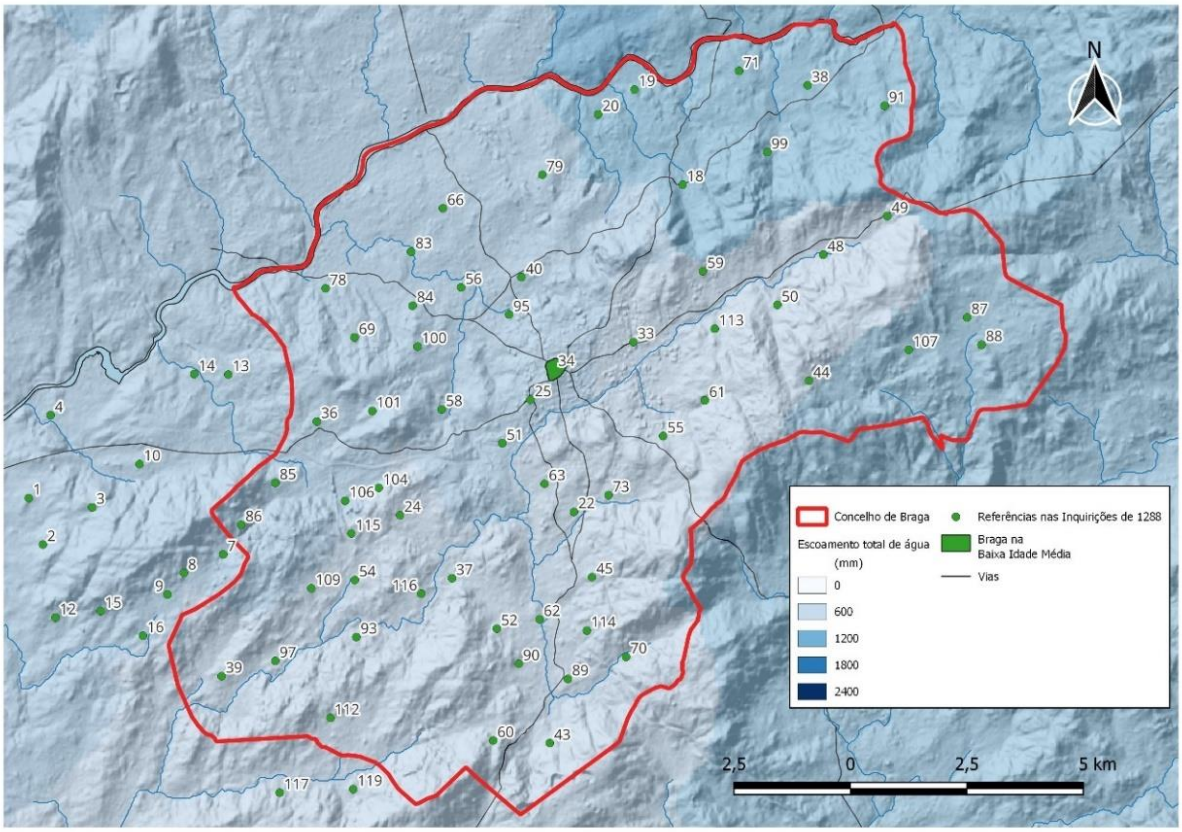


Figura 196 - Sítios referenciados nas Inquirições de 1288, sobrepostos a mapa com escoamento total mensal. ©Francisco Andrade

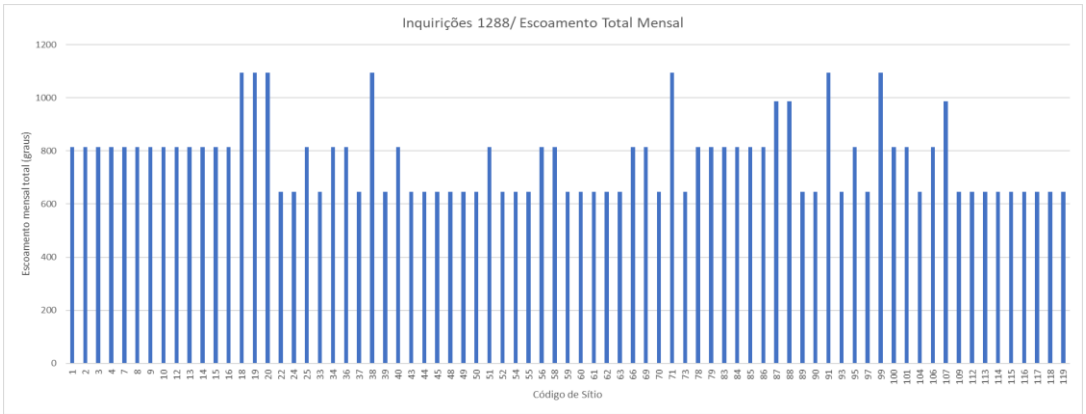


Figura 197 - Gráfico com escoamento total mensal de águas de sítios referenciados nas Inquirições de 1288. ©Francisco Andrade

3.1.2.2. Povoamento e acessibilidades

Face aos dados anteriormente expostos e a uma análise geral da morfologia do povoamento na Baixa Idade Média na região bracarense, podemos constatar que estamos, como já foi referido, perante um modelo de povoamento que privilegia essencialmente os assentamentos de vale. A distribuição de unidades de povoamento é efetuada de uma forma relativamente uniforme por todo o território, parecendo, numa análise mais geral, apresentar um número ligeiramente superior nos locais mais planos, localizados na zona central e oeste da área de estudo.

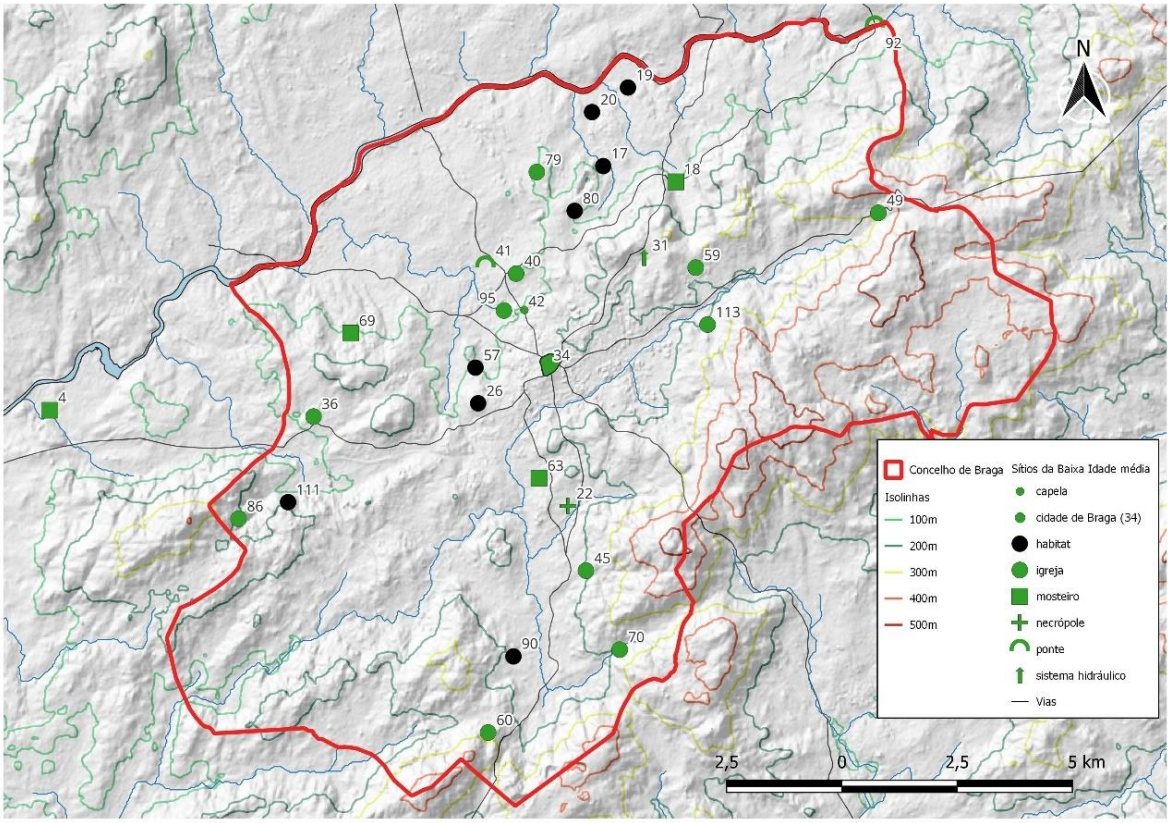


Figura 198 - Sítios associáveis à Baixa Idade Média e relação com rede viária e hipsometria. ©Francisco Andrade

Este modelo de povoamento é mais facilmente percecionado tendo em consideração as referências extraídas nas Inquirições de 1220 e 1288. Efetivamente, como podemos ver na figura que se apresenta acima, se tivermos em consideração apenas os sítios com vestígios conhecidos deste período, podemos ver uma concentração maior no corredor de circulação natural norte-sul, adjacente às antigas vias romanas XVI, XVIII e XIX, parecendo haver, de alguma forma, áreas que apresentam um vazio populacional que certamente não terá correspondido ao povoamento que será verificado, nem será reflexo de algum fenómeno particular que tenha afetado o povoamento da Baixa Idade Média. As ausências identificadas deverão ser decorrentes da inexistência de investigação arqueológica e não deverão espelhar qualquer tendência na organização do povoamento. Confirma-se, para a análise deste

período, a importância do cruzamento dos dados arqueológicos e documentais na qualidade das interpretações que podem ser avançadas.

Um aspeto acerca da organização do povoamento na Baixa Idade Média que parece ser percetível é o facto de que, como seria espectável, o sistema viário medieval principal, que como vimos anteriormente, era constituído em grande parte pelo sistema viário romano de primeira ordem, desempenhava um importante papel, na articulação dos distintos núcleos populacionais.

Mesmo não tendo em consideração os hiatos populacionais que parecem evidenciar mais a importância dos eixos viários na articulação do povoamento medieval, parece-nos que esta relação também é percetível. De facto, um povoamento já plenamente estruturado, encontra-se totalmente articulado com um sistema viário que se lhe equipara em complexidade. A cartografia apenas inclui a viação principal, na medida em que somente nos foi possível obter dados mais detalhados acerca da mesma. O sistema viário secundário e vicinal terá acompanhado em complexidade e densidade o elevado conjunto de paróquias identificado e no seio destas, um importante sistema que estabeleceria a conexão entre os distintos núcleos habitacionais e os locais integrados no sistema produtivo como, por exemplo, a ligação a campos de cultivo ou áreas florestais, ligação a moinhos ou outras infraestruturas similares.

Quanto mais complexa e dinâmica fosse a vivência das populações, mais densa seria a rede de ligações que se estabeleceria para os diversos lugares. A análise do povoamento refletido nos dois mapas que se apresentam, relativos ao povoamento com base nas Inquirições de 1220 e 1288 e a orografia da região em estudo, permite-nos constatar que ambas representam o mesmo modelo de povoamento, não havendo nenhuma alteração ou tendência geral que possa ser identificada de um momento para o outro. A distância temporal entre as referências documentais analisadas é bastante curta, não parecendo ter havido nos quase setenta anos que separam as duas fontes documentais nenhum aspeto de grande relevo a assinalar. Algumas discrepâncias identificadas ao nível paróquias mencionadas parecem ser decorrentes de algum circunstancialismo da política local ou em alguma dificuldade de recolha da Inquirição, ou ainda, eventualmente, decorrentes de alguma discrepância descritiva entre os dois documentos. Como é possível perceber pelas análises que efetuámos, os aspetos colocados em evidência são diferentes nos dois documentos, o que por vezes se reflete nos sítios mencionados.

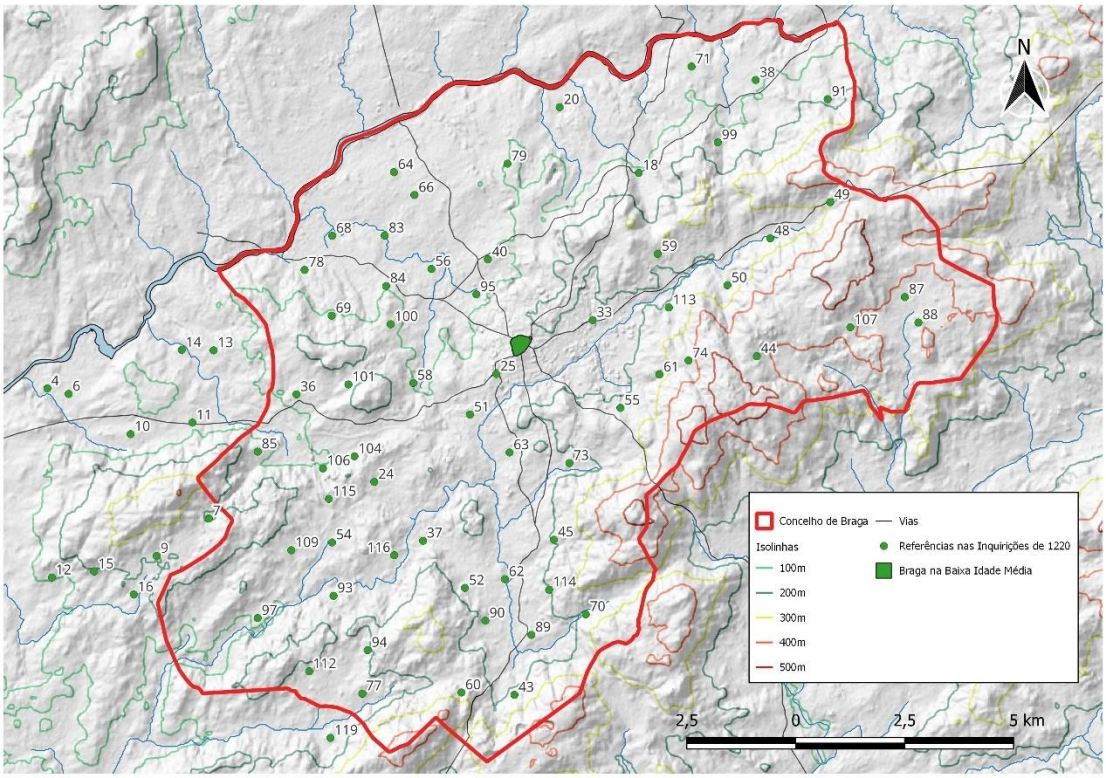


Figura 199 - Sítios referenciados nas Inquirições de 1220 e relação com rede viária e hipsometria. ©Francisco Andrade

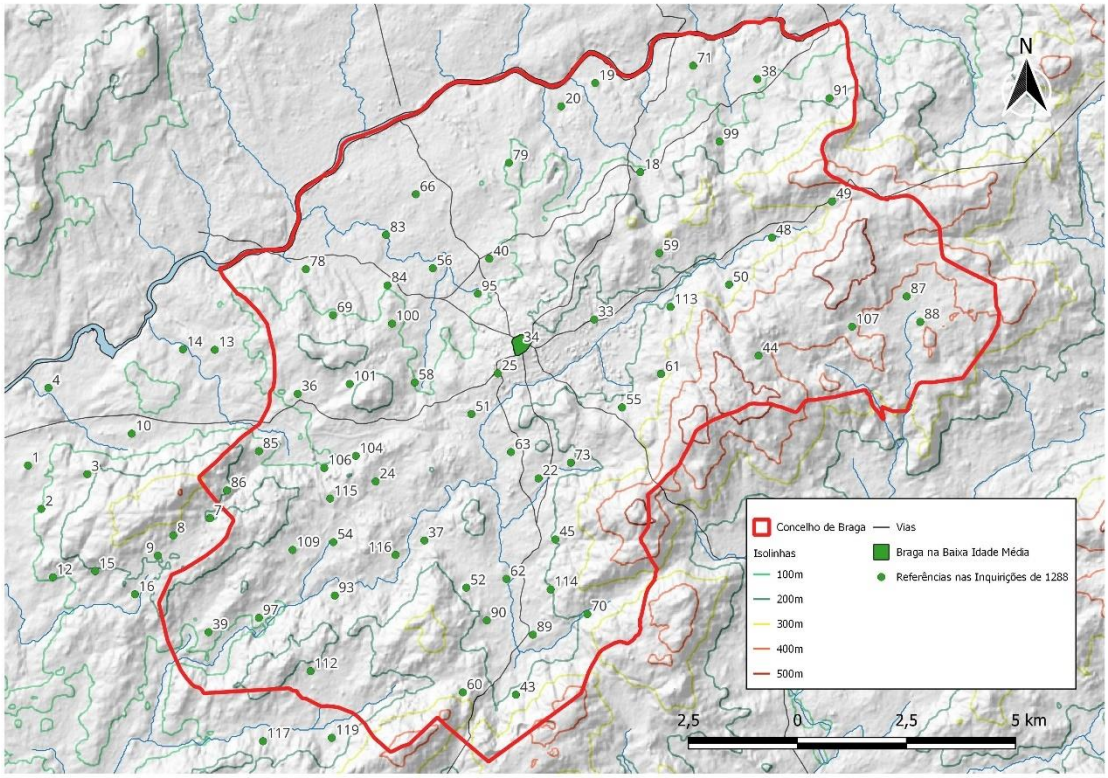


Figura 200 - Sítios referenciados nas Inquirições de 1288 e relação com rede viária e hipsometria. ©Francisco Andrade

3.1.2.3. A organização dos sítios: condicionantes e vetores de articulação

O povoamento na Baixa Idade Média apresenta-se bastante estruturado, sendo identificáveis três tipos de unidades territoriais, passíveis de ser enquadráveis numa hierarquia estruturada de locais: a cidade de Braga, os mosteiros e as paróquias. Adicionalmente, poder-se-ia ainda incluir o castelo cabeça de Terra que, apesar de parecer neste período ter perdido parte da sua função defensiva de caráter permanente, ainda deve ser considerado enquanto elemento referencial de determinada circunscrição administrativa, como será o caso de Penafiel de Bastuço (Fontes e Regalo, 1997, pp. 199-220).

O elemento basilar da organização do território é a paróquia, que se constitui como a referência mais marcante da documentação medieval. É em torno do núcleo paroquial que se desenvolve toda a vivência religiosa e quotidiana das populações, que se organizam os trabalhos agrícolas e que sociabiliza. Estes elementos base de organização territorial estão amplamente distribuídos de forma uniforme e bem articulados entre si.

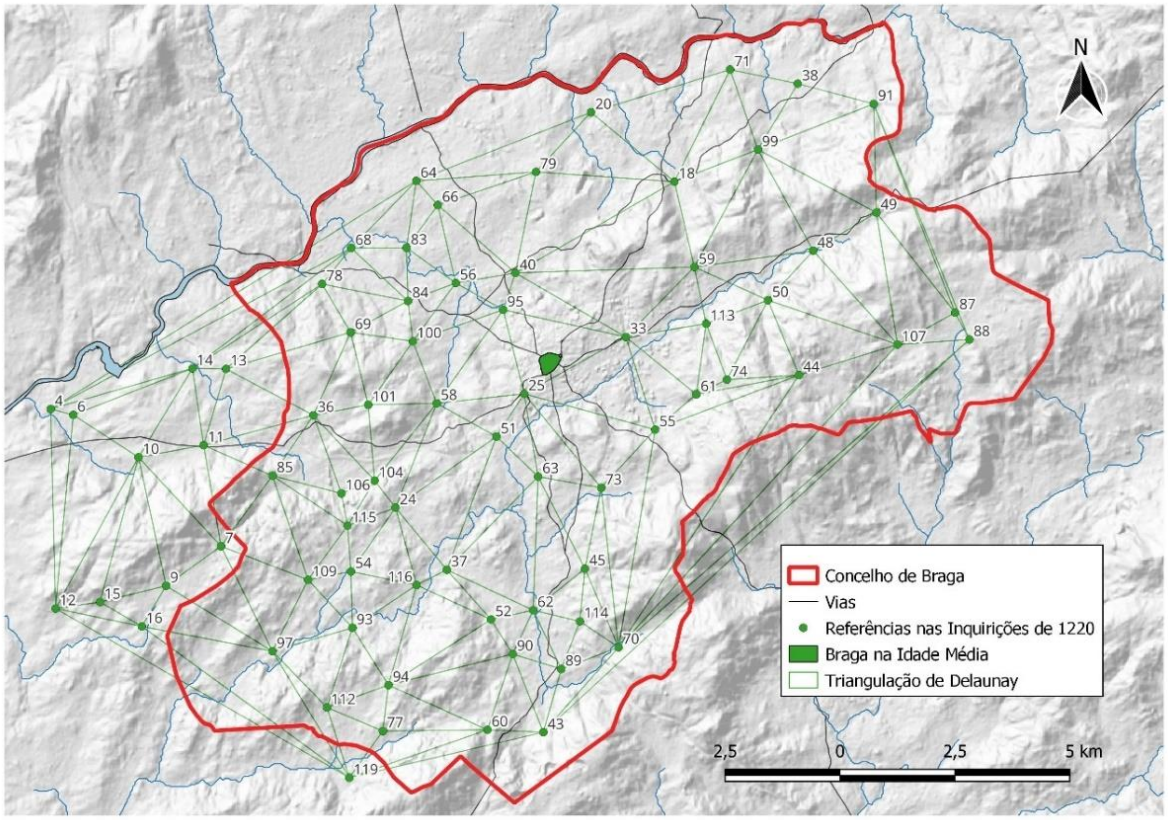


Figura 201 - Triangulação dos sítios referenciados nas Inquirições de 1220, ilustrativa da malha de povoamento baixo medieval. ©Francisco Andrade

Não nos parece notória uma distinção entre os sítios que se apresentam relacionados com distintas circunscrições territoriais. Parece-nos que as ligeiras alterações de distanciamento entre sítios poderão

estar mais relacionadas com as condições específicas da orografia do que com a circunscrição territorial a que estariam adstritas.

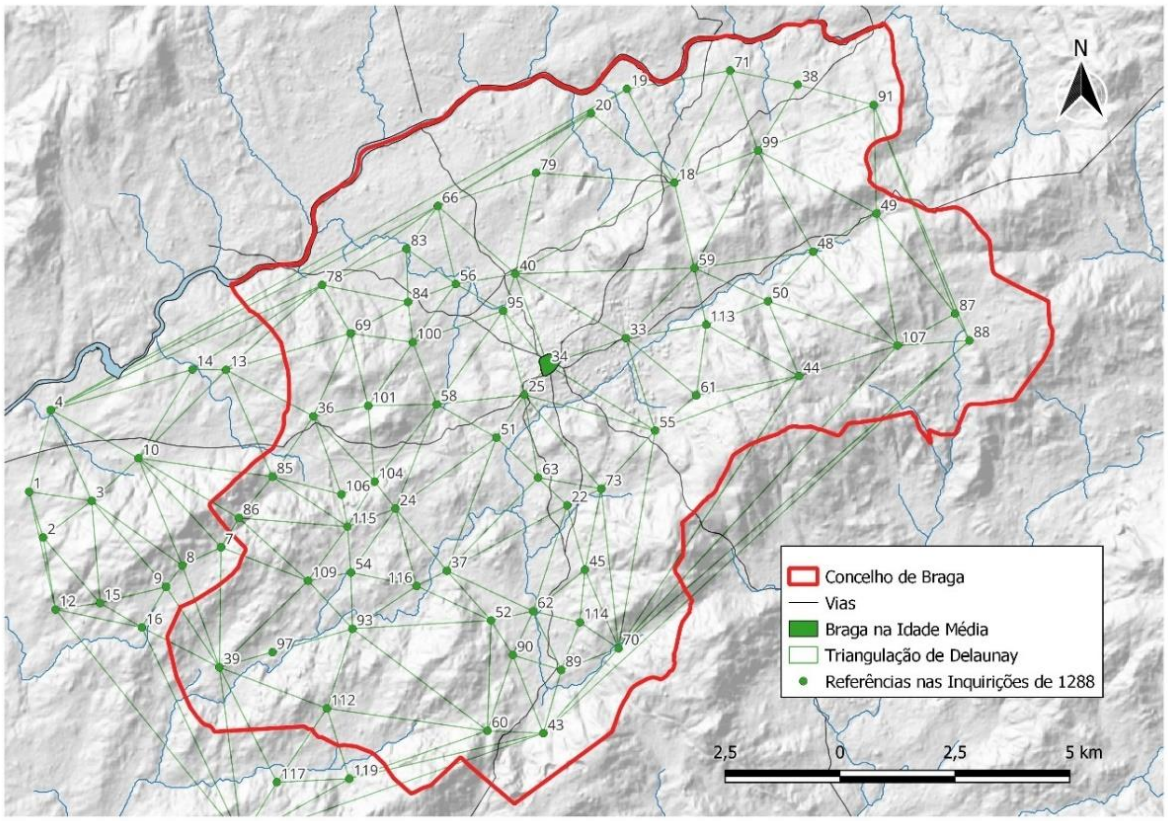


Figura 202 - Triangulação dos sítios referenciados nas Inquirições de 1288, ilustrativa da malha de povoamento baixo medieval. ©Francisco Andrade

O elemento de povoamento de segunda ordem que identificámos no território baixo medieval é o mosteiro. Este tipo de sítios, constituindo um couto autónomo ou não, apresenta frequentemente diversas paróquias subordinadas, constituindo para essas regiões, um referente ao nível administrativo e de exploração territorial, para além de referente espiritual. Por vezes, estas componentes distintas, não se sobrepunham completamente e os limites entre duas entidades não eram exatamente os mesmos, ao nível da dependência espiritual e da posse e exploração da terra.

No modelo de hierarquia de sítios desenvolvido no âmbito da investigação que se apresenta, aplicado aos sítios de que se conhecem vestígios, parece-nos evidente a incompletude que espelha o povoamento conhecido para este período, relativamente ao que seria a complexidade e densidade do povoamento que lhe estaria associado. Efetivamente, analisando de forma bastante sucinta a cartografia apresentada, é evidente que apenas os sítios que estão relacionados com o mosteiro de Adaúfe [18], apresentam as relações de dependência e hierarquia territorial espelhadas nos vestígios arqueológicos que se conhecem. De facto, os vestígios, comparativamente a momentos anteriores até são tanto ou mais

numerosos e, aparentemente, parece haver uma cobertura mais ampla do território. Ressalve-se ainda que não se trata de dois modelos distintos de povoamento, trata-se do mesmo modelo que, se analisado apenas segundo um determinado parâmetro se apresenta incompleto.

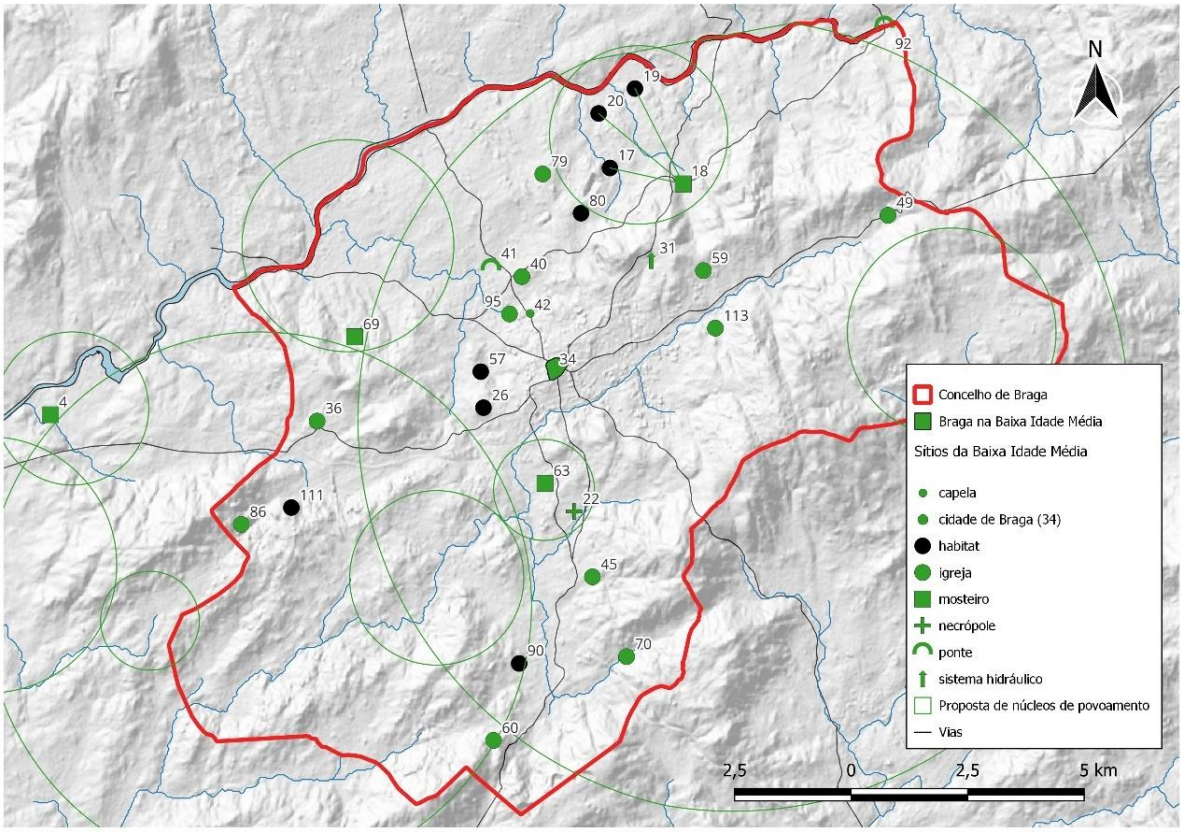


Figura 203 - Proposta de hierarquia de sítios na Baixa Idade Média. ©Francisco Andrade

Ao analisarmos o povoamento baixo medieval, de acordo com as referências presentes nas Inquirições de 1220, podemos verificar a plena adequação do modelo hierárquico de povoamento que explanámos no início do capítulo relativo ao tipo de povoamento que reflete a documentação e os dados arqueológicos. Efetivamente, é percetível a centralidade da cidade de Braga que, no âmbito do território em estudo, se trata do núcleo populacional que exerce a maior influência direta no território. A maioria das circunscrições territoriais de dimensão intermédia são polarizadas pelos conjuntos monásticos, o que é condizente com a classificação intermédia que foi atribuída. Apesar de estarem no mesmo nível hierárquico, os conjuntos monásticos apresentam uma influência sobre territórios distintos e sobre um número de paróquias também dissemelhante.

O conjunto monástico que apresenta influência sobre o maior número de paróquias é o de Tibães [69]. As Inquirições de 1220 colocam na sua dependência pelo menos seis paróquias, numa ampla área que se desenvolve a norte de Braga, até ao rio Cávado. Segue-se o mosteiro de Vimieiro [116], que encabeça um couto constituído por quatro paróquias. Dos restantes mosteiros, apenas conhecemos

referências, nas Inquirições de 1220, a duas paróquias. Agregando, em parte esta organização territorial de segunda ordem, temos a organização de primeira ordem, sendo documentada a existência na área de estudo, de duas terras principais (couto de Braga e Terra de Penafiel de Bastuço), que têm a sua principal área de confrontação nas áreas ocupadas pelos mosteiros de Lomar [63] e de Vimieiro [116], passando pela zona de Semelhe [100] e Santa Leocádia [101].

Tal como podemos constatar na figura relativa à organização geopolítica de 1220, estas são as duas grandes circunscrições territoriais que são identificáveis na área de estudo e que incluem diversos conjuntos monásticos na sua dependência. O couto de Tibães, à luz do que vem mencionado nas Inquirições de 1220, parece ter independência jurisdicional total, relativamente às entidades político-administrativas que confronta. A análise ao referido mapa, também permite constatar a existência do couto de Pedralva, enquanto entidade administrativa própria que, apesar de constituir uma circunscrição territorial distinta, também é pertença dos arcebispos de Braga. Adicionalmente, fruto do alargamento da área de estudo, de modo a englobar os sítios mencionados no censual de finais do século XI, são identificadas porções de território que estavam na dependência da Terra de Faria e do couto da Várzea.

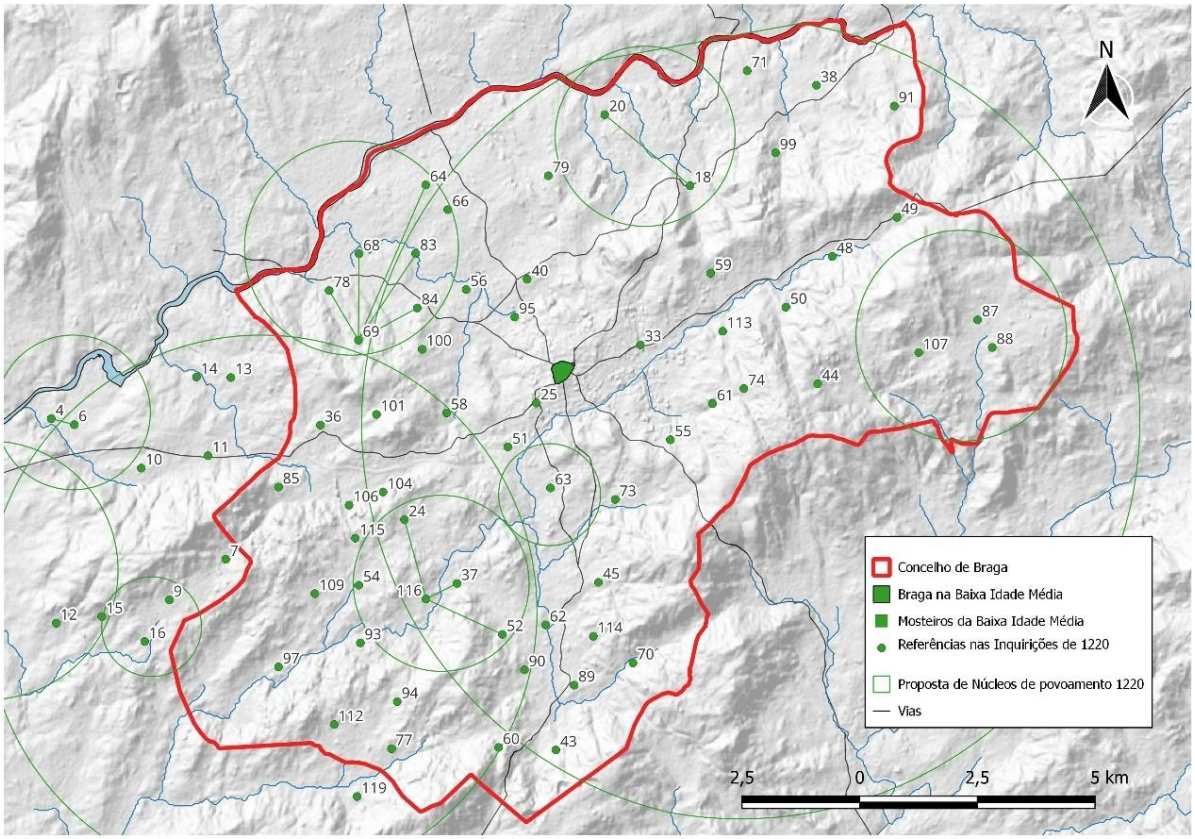


Figura 204 - Proposta de hierarquia de sítios referenciados nas Inquirições de 1220. ©Francisco Andrade

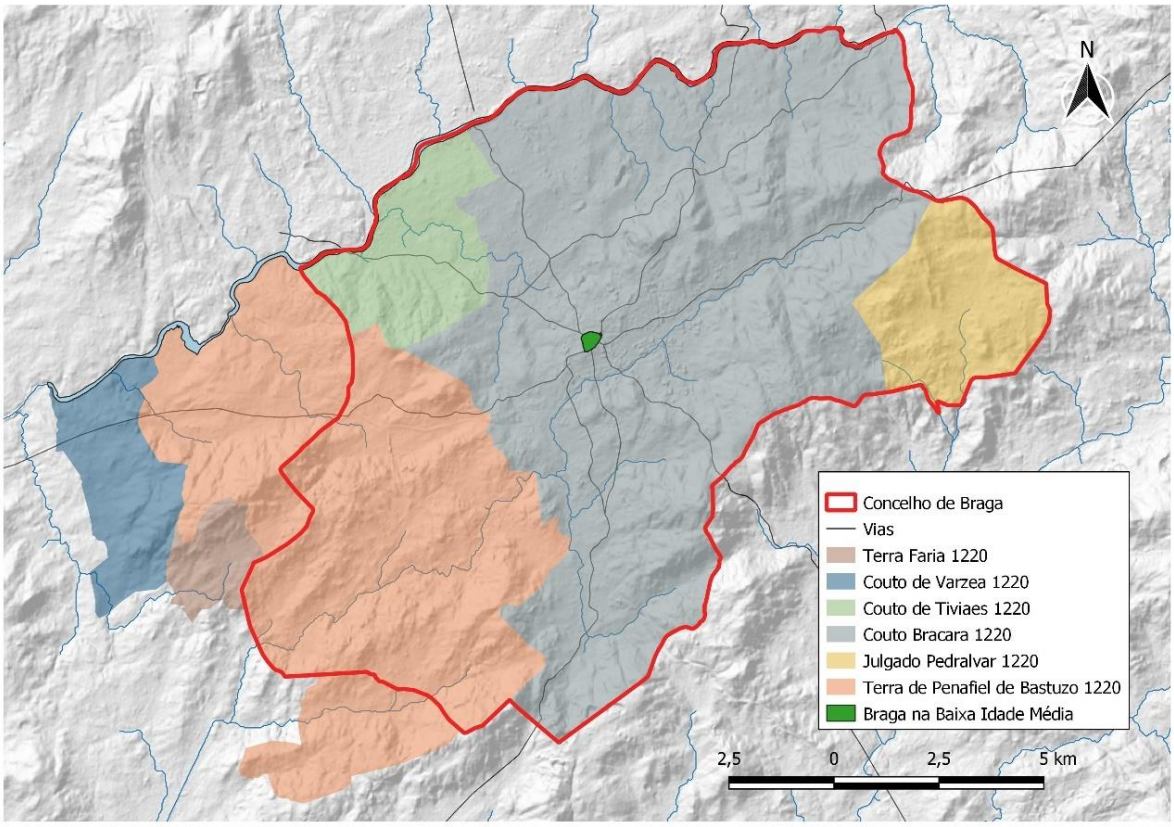


Figura 205 - Circunscrições territoriais referenciadas nas Inquirições de 1220. ©Francisco Andrade

Se analisarmos o modelo de povoamento que nos é possível perspetivar através da análise das Inquirições de 1288, podemos constatar que é praticamente o mesmo de 1220, como já referimos diversas vezes ao longo do presente capítulo. Um dos aspetos mais evidentes da análise da Baixa Idade Média na região de Braga, é o facto de o modelo organizativo ser plenamente aplicável às referências de 1288, se tivermos em consideração as características mais gerais. Podemos constatar, igualmente, a presença de um conjunto de mosteiros que agrega diversas paróquias na sua esfera de influência. Parece-nos importante ressalvar que é detetável uma ligeira diferença ao nível da quantidade de paróquias que é relacionável com cada conjunto monástico. Efetivamente, parece-nos que este facto se fica a dever mais a questões relacionadas com aspetos específicos da descrição presente nos dois documentos do que propriamente uma maior ou menor diminuição ou aumento de paróquias que estão incluídas no seu território.

Em Tibães [69], apenas se referem as três paróquias em que é assinalável alguma questão territorial que mereça destaque, em Adaúfe [18] é mencionada mais uma paróquia do que em 1220, em Vimieiro [116], são mencionadas todas as paróquias que constituiriam o couto, em Vilar de Frades [4], apenas se descreve genericamente o termo do mosteiro sem que se especifique aspetos relativos à sua

organização interna. Nenhum destes aspetos condiciona, contudo, a aplicação do modelo de povoamento idêntico ao existente no início do século.

Se tivermos em consideração os diversos sítios que estão associados às referências anteriores da Baixa Idade Média, podemos constatar que, na generalidade, as circunscrições territoriais são as mesmas, excetuando algumas freguesias nos limites sudoeste e sudeste que parecem ter passado para a esfera de influência de Guimarães. O couto de Tibães, aparece mencionado nos dois documentos em análise, mantendo-se como entidade administrativa independente, relativamente ao domínio bracarense. O couto de Pedralva também se mantém nessas circunstâncias, mantendo-se igualmente em situação de dependência relativamente ao prelado bracarense. Parte dos territórios que analisámos apenas foram inseridos na área de estudo, fruto da sua inclusão, no censual de finais do século XI, em Braga, não parecendo estar diretamente relacionados com a cidade na Baixa Idade Média.

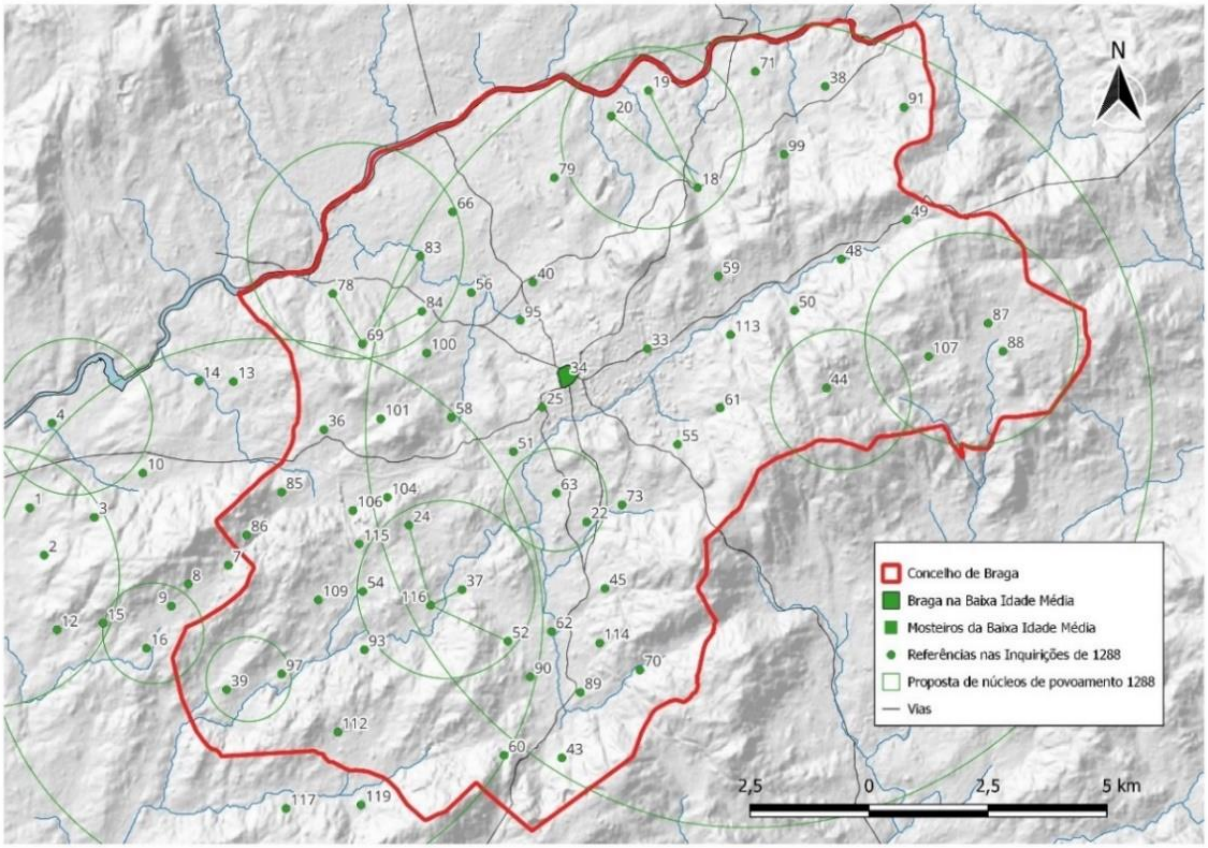


Figura 206 - Proposta de hierarquia de sítios referenciados nas Inquirições de 1288. ©Francisco Andrade

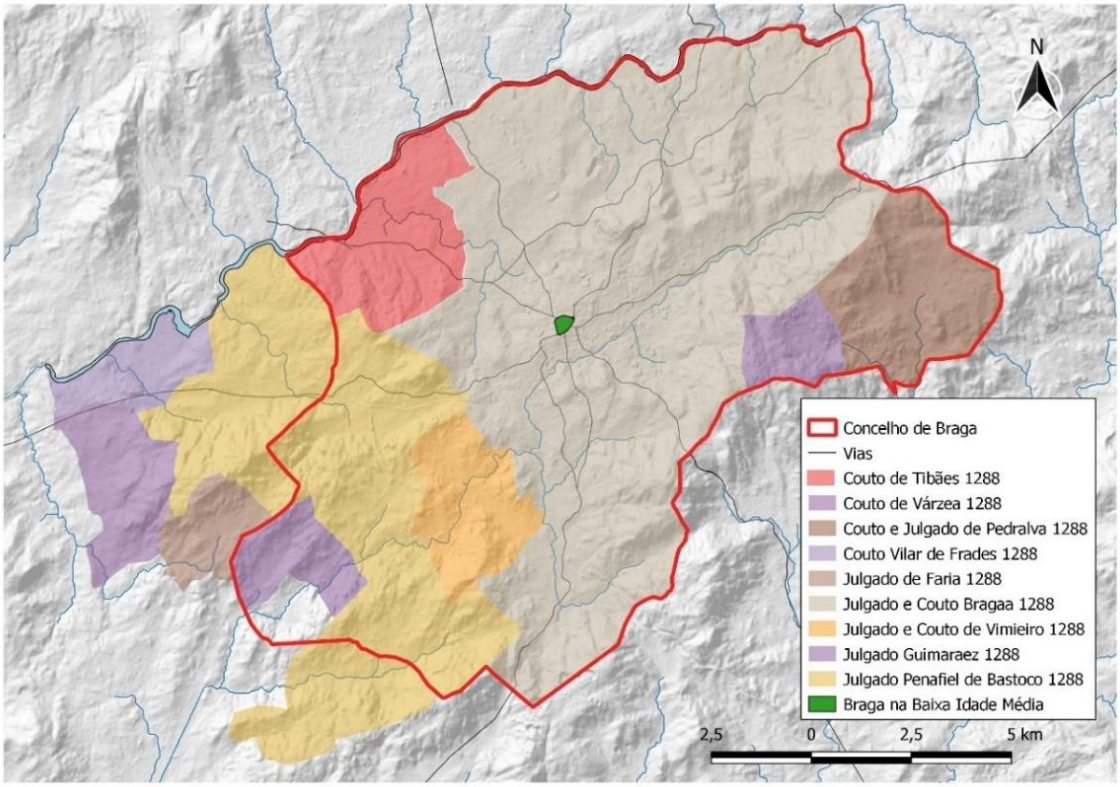


Figura 207 - Circunscrições territoriais referenciadas nas Inquirições de 1288. ©Francisco Andrade

4. O povoamento na Idade Moderna na região bracarense

4.1. Os testemunhos, os sítios e o seu significado

4.1.1. Os sítios

O conhecimento que dispomos acerca do povoamento na região de Braga na época moderna, provém, tal como na generalidade dos períodos históricos analisados neste capítulo, do cruzamento entre os dados arqueológicos e os dados toponímicos e documentais. Para este período assume maior relevância, para além da documentação, o património construído, sendo verificada uma muito maior existência de imóveis que chegaram até nós.

Uma parte considerável das igrejas paroquiais que sinalizamos como centro das freguesias, mesmo as que possuem vestígios de períodos anteriores, apresentam indícios de ocupação neste período. Para estes casos efetuamos uma análise sucinta das cronologias que se conhecem, tendo sido efetuada uma análise mais elaborada mediante os pressupostos da Arqueologia da Arquitetura para os espaços monásticos, na medida em que dispomos da informação complementar e dos meios necessários para uma análise dessa natureza.

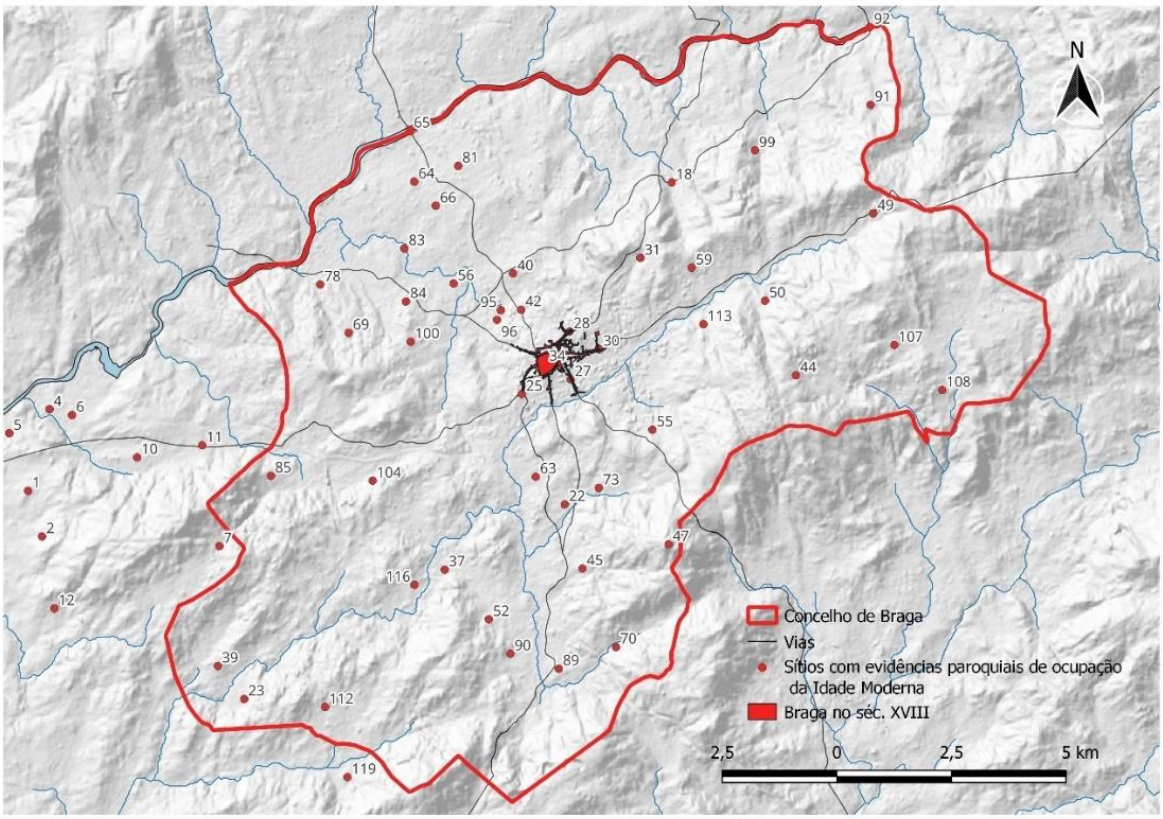


Figura 208 - Sítios que poderão ser associáveis à Idade Moderna. ©Francisco Andrade

As referências documentais mais relevantes que dispomos para este período, têm como principal origem dos dados, o denominado "Numeramento" de 1527-1532, publicado por Freire e Pessanha

(1905) e as Memórias Paroquiais de 1758, publicadas por Capela (2003). Os dados do "Numeramento" proporcionam uma cobertura para praticamente toda a área de estudo. Não nos foi possível identificar todos os locais referenciados, mas conseguimos cartografar a generalidade das referências.

Os dados obtidos permitiram constatar que as referências abarcam a generalidade das entidades, pese embora de forma sucinta, não conhecendo o detalhe de alguma documentação de períodos anteriores. A ausência de detalhe permitiu apenas a extração de dados que facultam a identificação de uma fase intermédia entre o povoamento medieval e o do século XVIII, cujo maior detalhe permite uma análise mais profunda. A área abarcada pelas referências do "Numeramento" providenciou a constatação de uma dispersão de sítios equitativamente distribuída por toda a região, com exceção da zona de Espinho e Sobreposta.

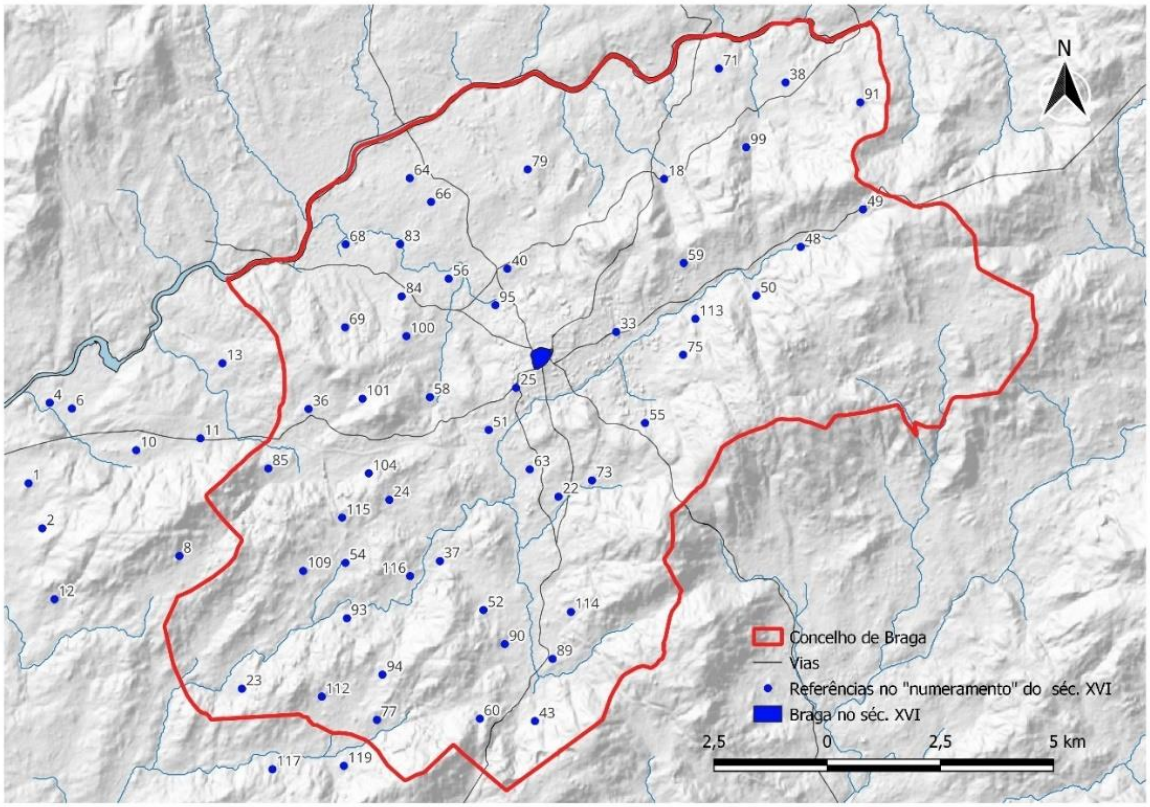


Figura 209 - Referências documentais identificadas no "Numeramento" do século XVI. ©Francisco Andrade

Os dados das Memórias Paroquiais de meados do século XVIII, permitiram a georreferenciação de uma densa rede paroquial que, com algumas exceções de paróquias não contempladas ou cujas descrições não se conservaram, abarcam a generalidade das paróquias atuais. A tipologia de sítios reduz-se neste período histórico, não estando identificadas, para a área em estudo, estruturas defensivas modernas, tal como acontece em outras regiões do país.

Apesar de as Memórias Paroquiais mencionarem distintas divisões paroquiais dentro da malha urbana de Braga, por uma questão de coerência de análise e dos objetivos do trabalho de investigação optou-se por tratar a cidade como uma entidade autónoma, excetuando-se alguns dos sítios extraurbanos que passaram a estar incorporados no tecido urbano.

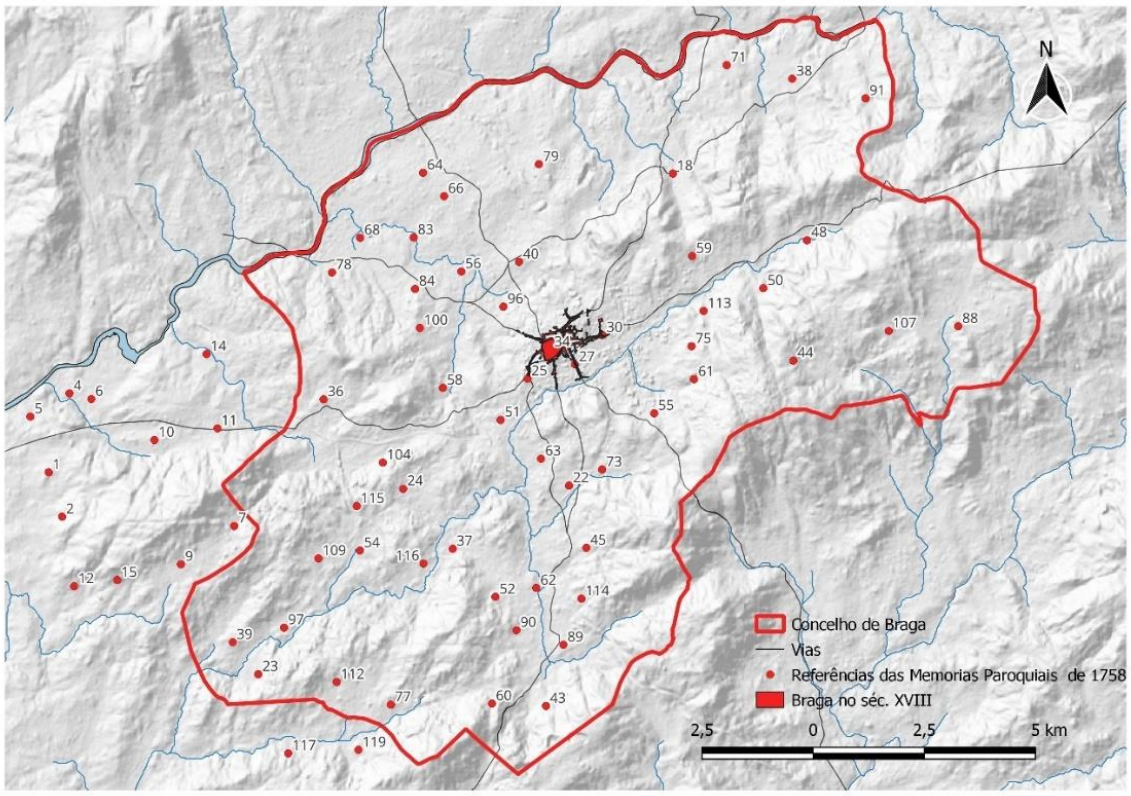


Figura 210 - Referências documentais identificadas nas Memórias Paroquiais de 1758. ©Francisco Andrade

4.1.1.1. A cidade de Braga

Os dados que utilizamos para caracterizar a cidade de Braga, são essencialmente provenientes dos trabalhos de José Marques (1988), Miguel Bandeira (1993, 2000), Maria do Carmo Ribeiro (2008), Gustavo Portocarrero (2010) e Eduardo Pires de Oliveira (2011).

Todos os autores referidos são unânimes em considerar que a morfologia da cidade do século XVI, conheceu uma considerável alteração (Portocarrero, 2010, p. 27). É neste momento que a cidade começa a desenvolver-se verdadeiramente para a área extramuros, iniciando-se o processo de ocupação paulatina dos arrabaldes. Tal como foi referido por Miguel Bandeira (1993, p. 149) este desenvolvimento extramuros é norteado por um conjunto de espaços abertos, interligados, que norteiam as vivências e o desenvolvimento urbanístico, a que o autor denomina de "anel de campos". As principais praças que constituíam o circuito de circulação extramuros eram o campo da Vinha (atual praça Conde de Agrolongo), o campo das Hortas, o campo/terreiro de S. Sebastião, o campo de S. Tiago, o campo dos

Remédios (atual largo Carlos Amarante) e o campo de Santa Ana (atual Avenida Central) (Bandeira, 1993, p. 149; Bandeira, 2000, p. 38).

Esses campos foram abertos pelo arcebispo D. Diogo de Sousa (1505-1532), surgindo representados no mapa, dito de Braunio (*Georg Braun*), datado de 1594, a representação iconográfica detalhada, mais antiga, que se conhece da urbe bracarense, para a Idade Moderna, que evidencia claramente o anel de circulação e o conjunto de terreiros que ordenaram o crescimento da cidade extramuros no dealbar da Idade Moderna. Nesta representação iconográfica da cidade, sobressai a ampla área a norte da muralha que configura o campo da Vinha, destacando-se a nascente o campo de Santa Ana, onde é visível o conjunto de miliários romanos que circundavam a pequena capela, com o mesmo nome, localizada também num amplo espaço, que se torna mais exíguo e remata na zona da Nª Srª a Branca.

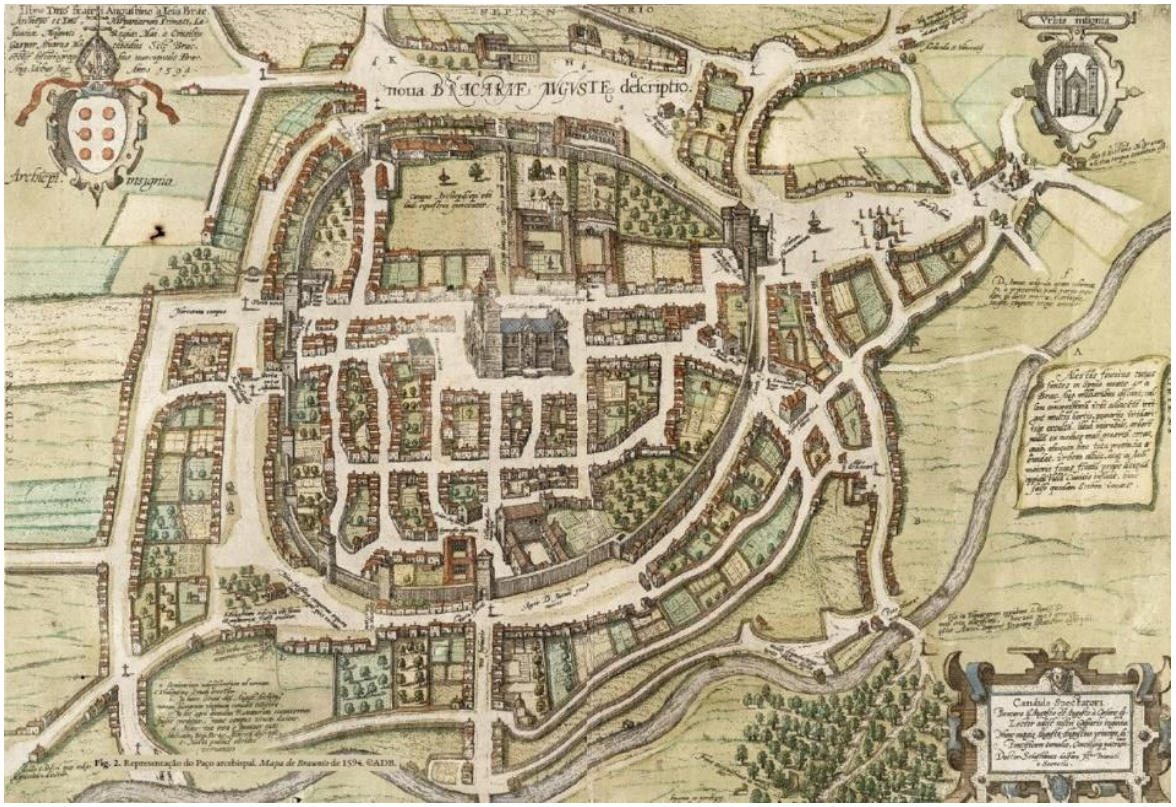


Figura 211 - Mapa de *Georg Braun* 1594, segundo Martins, Mar e Ribeiro (2021). ©ADB

Os restantes campos extramuros, apesar de possuírem menor área, configuram claramente o anel de circulação que, como é referido por Bandeira (1993, p. 149), dotam a cidade de uma estrutura expansiva orgânica, representada por seis eixos polarizadores de expansão. Efetivamente, é possível constatar que a partir destas áreas norteadoras do urbanismo extramuros vão-se começando a desenvolver áreas construídas. Os novos espaços, conquistados à área rural periférica, a mando de D. Diogo de Sousa, enchem-se de cruzeiros e capelas, que sinalizavam a ocupação e sacralização desses

espaços, conforme se pode observar na representação de 1594 do Mapa de *Georg Braun* (Portocarrero, 2010).

As construções, como é possível verificar no referido mapa, no exterior da cidade amuralhada, adossam-se à muralha medieval, uma vez perdida a sua função defensiva, apesar de uma parte considerável da muralha ter permanecido desafogada de casario ainda no século XVI. Também se constata o desenvolvimento do espaço urbano intramuros, sobretudo ao longo dos eixos viários que D. Diogo de Sousa havia mandado regularizar, bem como ao longo dos eixos extramuros, que fossilizaram as antigas vias de circulação medieval, com origem nas portas da cidade (Ribeiro, 2008).

Ao nível da estrutura da cidade intramuros, a abertura da rua Nova (atual rua D. Diogo de Sousa), prolongava o alinhamento da rua do Souto, ligando-a à porta Nova, aberta em 1512 (Bandeira, 2000, pp. 32-33), dotando a cidade de um eixo principal que permitia facilmente o atravessamento transversal do recinto amuralhado, a qual separava a cidade civil, a sul, da "cidade" dos arcebispos, a norte, onde se situava o paço arcebispal e amplos espaços dependentes da arquidiocese. Miguel Bandeira (2000, p. 34) refere que o alargamento da rua do Souto favoreceu a abertura de duas pequenas praças no seu lado sul, a praça de D. João Peculiar, anexa à lateral norte da Sé e a praça Nova, junto ao arco da Porta Nova que D. Diogo de Sousa mandou abrir. Intramuros foram ainda rasgadas as novas ruas do Cabido, de Santa Maria e de S. Marcos, tendo alargado e endireitado também a rua de Maximinos,

Para além do reordenamento nos eixos viários que capacitaram e potenciaram a circulação na cidade, quer intra, quer extramuros, também se verificou a construção e melhoramento de diversos equipamentos coletivos e infraestruturas de apoio às atividades económicas e sociais, obras que colheram o patrocínio de D. Diogo de Sousa (Bandeira, 2000, p. 41). Destacamos, a título de exemplo, os alpendres para acolhimento de almocreves, junto à porta do Souto (Ribeiro, 2008, p. 343) e o mercado do pão, próximo da Sé (Ribeiro, 2008, p. 390) sob a casa da Câmara, cuja conclusão também parece ter sido coeva de D. Diogo de Sousa. Também está documentada a continuidade das obras do hospital de S. Marcos, a transferência da gafaria de Dume para S. Lázaro, a criação de diversos espaços verdes, a ermida de Santa Ana e ainda o levantamento de diversos pedestais e cruzeiros pela cidade (Bandeira, 2000, pp. 43-49).

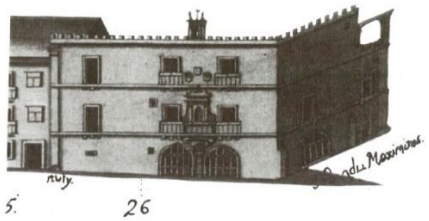


Figura 212 - Casa da Câmara segundo "*Mappa* das ruas de Braga" (Bandeira, 2000, p. 43).

O rol de obras da prelatura de D. Diogo de Sousa é extenso e inclui as obras realizadas na Sé, designadamente as alterações da frontaria, onde foram colocadas sete estátuas de pedra de Ançã, o restauro das capelas de S. Geraldo e de S. Lourenço e a reedificação da capela-mor, onde mandou colocar os túmulos de D. Henrique de Borgonha e de D. Teresa, pais do primeiro rei de Portugal. Por sua iniciativa, foram construídas, ou restauradas, as capelas de São Bartolomeu, S. Miguel-o-Anjo, Guadalupe, Santana e de S. Marcos e a igreja de Nª Srª a Branca. O medieval paço episcopal foi remodelado e ampliado, consolidando-se a arquitetura do palácio renascentista com fachadas viradas à rua do Souto, com um terreiro aberto à cidade (Martins, Mar e Ribeiro, 2021).

D. Diogo de Sousa revelou preocupações com o abastecimento de água à cidade, que foi dotada de uma importante rede de fontanários, designadamente o da Cárcova, junto do castelo, o dos Granjinhos, o da Cónega, o de S. Geraldo, do Largo do Paço, de S. Marcos, da Nª Srª a Branca, uns construídos de raiz, outros recuperados (Martins *et al.,* 2012; Martins e Ribeiro, 2012).

O arcebispo promoveu ainda a renovação do edificado urbano, tendo-se generalizado as casas com andares superiores ao piso térreo e o uso na construção da pedra e do tijolo. Não são muitos os edifícios do século XVI que persistem atualmente visíveis na mancha do casario do centro histórico. A capela da Nª Srª da Conceição que era próxima à porta de S. João, constitui uma exceção que ainda hoje é um importante marcador urbanístico, neste local da cidade.



Figura 213 - Capela da Nª Srª da Conceição (à direita). ©Francisco Andrade

A cidade do século XVIII é conhecida de uma forma muito mais detalhada do que a do século XVI. Efetivamente, para este período, as fontes iconográficas são mais abundantes, pois para além do "*Mappa de Braga Primas*", de 1756, o denominado "*Mapa das Ruas de Braga*", de 1764, fornece uma descrição detalhada das ruas e do casario da urbe que permite conhecer as características de quase todos os fogos existentes à época.

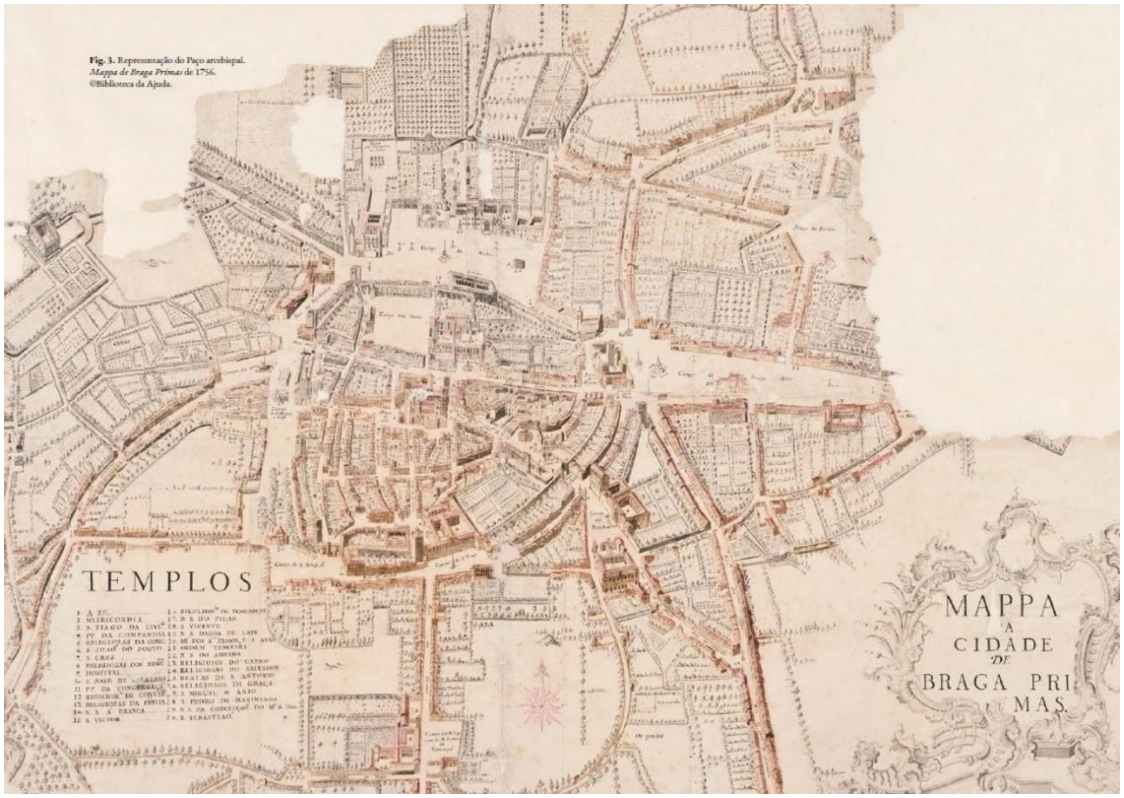


Figura 214 – *"Mappa de Braga Primas"*, de 1756, segundo Martins, Mar e Ribeiro (2021). ©Biblioteca Nacional da Ajuda

Uma análise do "*Mappa de Braga Primas*", permite a constatação da expansão urbanística extramuros, que se articula com a construção ao longo das vias, por uma área mais extensa do que a documentada no Mapa de Braunio de 1594. Nas palavras de Miguel Bandeira (1993, p. 152), este desenvolvimento "tentacular", proporcionou o crescimento da urbe bracarense, que mantém o seu núcleo primitivo de origem medieval, acrescido dos arrabaldes que dão à cidade um aspeto que recorda um aracnídeo.

O "*Mappa de Braga Primas*", mostra ainda um outro aspeto da cidade de Braga, na parte extramuros: a convivência entre as habitações e os campos que as circundam. Outra característica que é evidente através da análise no "*Mappa de Braga Primas*" é o facto de a muralha já se encontrar praticamente absorvida pelo casario que se adossou à mesma, pese embora o facto de, morfologicamente, ainda possuir uma configuração semelhante. Na área extramuros é possível constatar, para além do

desenvolvimento tentacular ao longo das vias, o surgimento, a nordeste, de uma nova zona urbana planificada. Trata-se da área denominada de Campo Novo que o arcebispo D. Rodrigo de Moura Teles mandou abrir, em 1725, no antigo bairro da Gavieira, também chamado do Quinteiro, ou do Reduto, que revela influência pelo urbanismo barroco. A morte de D. Rodrigo de Moura Teles, em 1728, deixou parte das suas obras incompletas, entre as quais se incluía o Campo Novo que foi concluído pelo arcebispo D. José de Bragança (1741-1756) (Soromenho, 1991, pp. 79-81)

Os elementos arquitetónicos da Braga barroca, ainda hoje constituem os principais referentes do centro histórico da cidade. A generalidade das igrejas do centro histórico, são associáveis a esse período, destacando-se o importante conjunto arquitetónico do largo Carlos Amarante, antigo campo dos Remédios, constituído pelo hospital de S. Marcos e pela igreja de Santa Cruz, dois importantes edifícios a que se associava o convento dos Remédios, entretanto demolido no início do século XX. Deve-se a D. Rodrigo de Moura Teles a ampliação do Hospital, com projeto de Manuel Pinto Vilalobos, que envolveu obras no claustro grande (1721-23) e enfermarias, que se estenderam à igreja e ao claustro pequeno, com projeto de Carlos António Leoni, cuja concretização se prolongou, pelo menos, até à década de 1750 (Rocha, 1996, p. 157; Duarte, 1996, p. 158).

A ação urbanizadora de D. Rodrigo de Moura Teles em 1728 foi continuada por D. José de Bragança (1741-1756), que ampliou o velho Paço arcebispal através da construção de um novo e mais moderno palácio, concluído em 1751, virado ao Campo de Touros, praça que viria a ser rematada a poente com a construção do novo edifício da Câmara e que se tornou no novo polo político da cidade. Ambos os edifícios foram obra de André Soares (Martins, Mar e Ribeiro, 2021).

Outros espaços extramuros, foram embelezados com edifícios datáveis dos séculos XVII e XVIII, como aconteceu com o campo das Hortas, a Avenida Central (antigo campo de Santa Ana) e o largo de Santiago. A cidade neste período embeleza-se e monumentaliza-se, de acordo com a lógica cenográfica barroca e o princípio do revestimento (Deleuze, 1989, p. 50). As áreas extramuros, deixando de ser meramente arrabaldes subalternizados relativamente ao centro histórico na cintura amuralhada, começam a configurar, paulatinamente, novas centralidades que se consolidam nos períodos vindouros.

4.1.1.2. Os conjuntos monástico-conventuais

Os conjuntos monásticos que já abordamos nos capítulos anteriores, conhecem uma redução de número, no início da Idade Moderna (Marques, 1988, pp. 609-889), mantendo-se em atividade plena apenas o mosteiro de Tibães [69] a que se junta o convento de S. Francisco em Real [95], fundado por D. Diogo de Sousa e o de Vilar de Frades [4]. Fundam-se ainda na cidade de Braga [34], o convento dos

Remédios, o da Penha de França, o do Salvador, o convento do Pópulo, o convento dos Congregados, o convento do Carmo, o convento da Conceição, o colégio da *Societas Iesu* e o convento da Teresinhas.

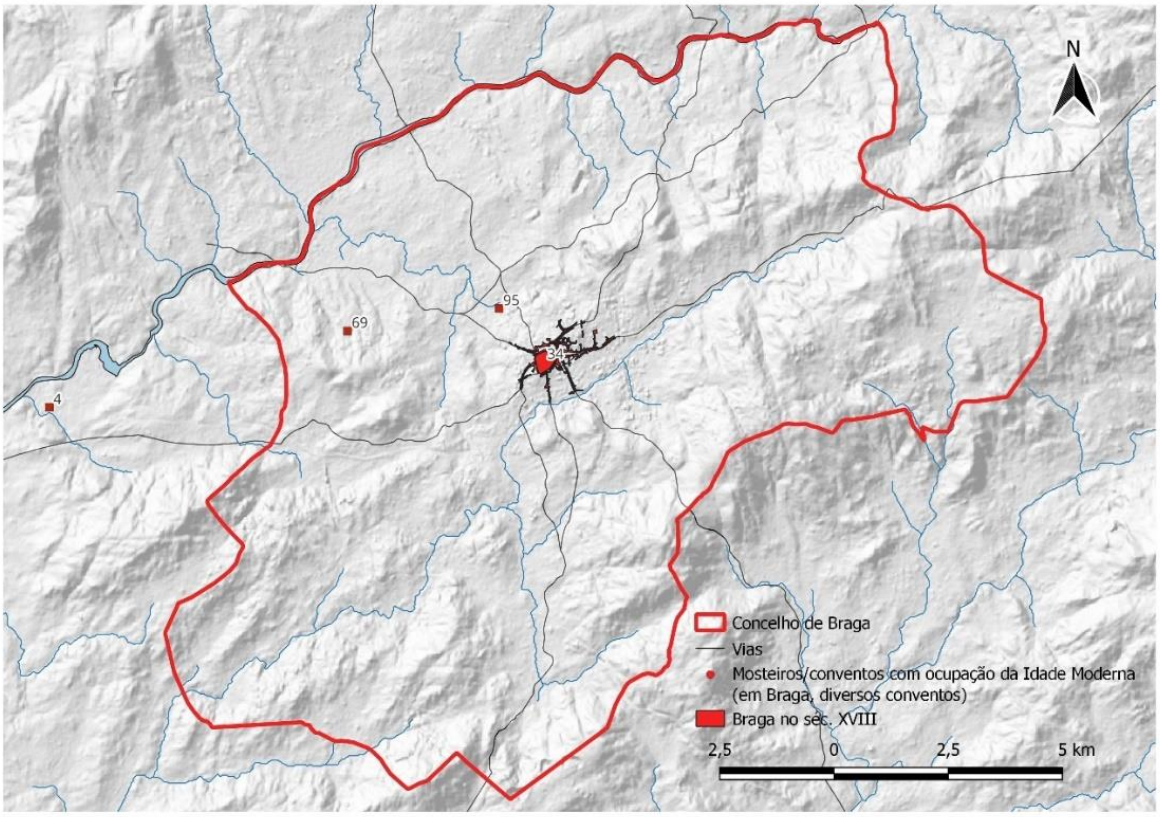


Figura 215 - Conventos e mosteiros da Idade Moderna que foram identificados na região de estudo. ©Francisco Andrade

O **mosteiro de Tibães** [69] conheceu, no início da Idade Moderna, diversos programas construtivos de relevo, coetâneos com a ascensão do conjunto monástico, a casa mãe dos beneditinos em Portugal e no Brasil (Fontes, 2005, p. 41). Os diversos trabalhos arqueológicos dirigidos por Luís Fontes, possibilitaram esboçar uma proposta de planta esquemática do convento original, que permite constatar que o primitivo núcleo medieval foi alargado, desenvolvendo-se as estruturas para sul e para oeste. Na zona poente, ainda são identificáveis vestígios da portaria dos carros, numa zona que se localiza a uma cota mais baixa do núcleo original, tendo os trabalhos de alargamento do mosteiro tido a necessidade de recorrer a soluções arquitetónicas, que permitissem vencer os constrangimentos de ordem topográfica e inerentes ao substrato geológico do local.

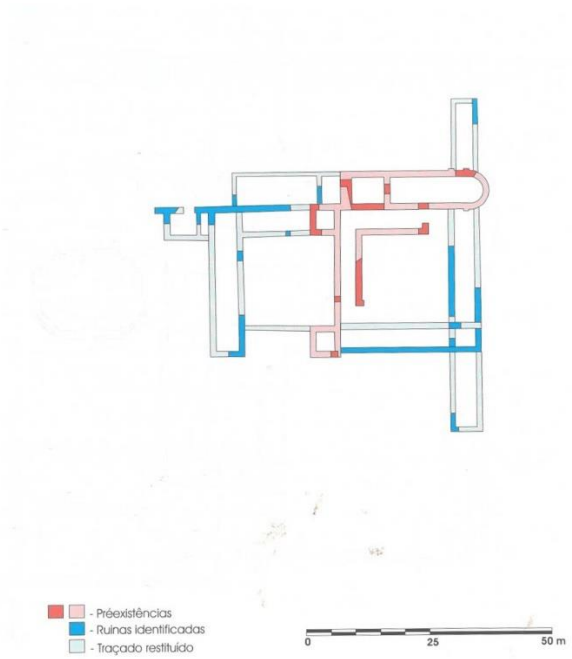


Figura 216 - Planta esquemática do mosteiro de Tibães no século XVI, segundo Fontes (2005). ©Luís Fontes/Clara Rodrigues



Figura 217 - Porta dos carros quinhentista do mosteiro de Tibães. ©Francisco Andrade

O espaço monástico parece configurar uma área claustral, a que acresce uma outra zona que indicia a existência de um segundo claustro a oeste, estando documentados os trabalhos de reconstrução desse período, configurando uma planimetria mais complexa do que a do edifício precedente, o que não será de todo de estranhar, na medida em que a alteração de estatuto do mosteiro foi no sentido de uma ascensão hierárquica. Também foram identificados vestígios da capela da Nª Srª do Rosário, a norte da

capela-mor que terá sido edificada em 1555, contemporânea da ascensão do conjunto monástico a casa-mãe dos Beneditinos (Fontes, 2005, p. 127). Das principais características do mosteiro quinhentista, Luís Fontes (2005, pp. 128-129), destaca a permanência de importantes elementos do conjunto medievo, ampliado e melhorado, desenvolvendo-se as novas construções como apêndices das anteriores, devendo a destruição de elementos do edifício anterior ter sido apenas pontuais. Face aos dados apresentados pelo autor, não nos parece que tenha sido delineado um programa construtivo que rompesse com a lógica anterior, mas sim um conjunto de obras com o intuito de colmatar necessidades especificas da comunidade e das diversas atividades que se desenvolviam no conjunto monástico. No entanto, à luz do que foi referido por Luís Fontes (2005, pp. 128-129), o espaço duplicou de tamanho e complexificou-se, tendo o conjunto monástico, embora da forma orgânica acima mencionada, adquirido uma fisionomia distinta. O aparelho construtivo moderno é constituído por blocos de alvenaria poligonal, faceados, que reaproveitaram alguns elementos românicos. Para além dos vestígios estruturais que foi possível identificar, associáveis a este período, os materiais exumados nas diversas campanhas, também indiciam uma ocupação desta época, bem como alguns elementos arquitetónicos que se conservam no mosteiro.



Figura 218 - Elementos arquitetónicos do século XVI, associáveis ao mosteiro de Tibães (nas fotografias em que aparecem dois elementos de vão, os do século XVI, são de menores dimensões). ©Francisco Andrade

Destacamos a grande quantidade de azulejo hispano-mourisco recolhida na campanha de escavações que teve lugar em 2005, no claustro do refeitório, que tivemos a oportunidade de codirigir (Fontes *et al.*, 2013).

Para além de elementos decorativos como a azulejaria hispano-mourisca ou raros elementos arquitetónicos ainda identificáveis no mosteiro, podemos conhecer um pouco mais do conjunto monástico moderno, através das referências documentais, designadamente da descrição e delimitação do mosteiro de Tibães de 1555\(ADB, Fundo Monástico Conventual – Tibães S. Martinho, Tombos, nº 62, fls. 10-11), transcrito por Anabela Ramos e publicado em Fontes (2005, pp. 174-176).

Segundo a descrição documental acima referenciada, o mosteiro deste período ainda conservaria parte do mosteiro medieval, na medida em que "*o corpo do mosteiro em si he muito antiguo e d' esquadria*". Como já foi referido, teria sido construída uma capela a norte da igreja de "*evocação de Nosa Senhora do Rosairo e nella estaa instutuida sua sancta confraria*". Junto à nova área construída "*da portaria afora*", que configuraria um "*patteo grande*" limitada a leste por vestígios de época anterior, também são reconhecíveis estruturas modernas na zona ocidental, designadamente "*tres casas das quaes hua serve de ospedes, e outra de lagar e outra de estrebaria, o qual pateo se fecha com duas portas fronhas grandes, norte e sul*". Também poderão ser enquadráveis no século XVI o "*terreiro ate as portas do dito mosteiro outra casa terrea que serve de lagar e mais abaixo outra com cozinha dentro e loguo pera baixo contra o norte pegado a estas, três casas que ora servem de curraes de boes e fronte destas casas da parte do mar hum palheiro com quatro cortes*".

Estes dados documentais, cruzados com os dados das escavações arqueológicas, permitem constatar quais as construções que serão associáveis ao início da Idade Moderna, na medida em que as edificações de época anterior, circunscritas à zona do claustro, não se enquadram neste rol descritivo. A referência bastante reiterada às construções da zona exterior ao núcleo medieval parece ser igualmente condizente com os dados das intervenções arqueológicas que se realizaram.

O documento relativo à descrição do século XVI, também proporciona dados sobre a cerca conventual (ADB, Fundo Monástico Conventual – Tibães S. Martinho, Tombos, nº 62, fls. 10-11). Segundo esta descrição, cuja leitura permitiu a sua apresentação sintética em Fontes (2005, p. 131), apresenta a oeste do mosteiro um laranjal e pomares e uma horta regada com a água de um "*poço novo que ora se fez*". A leste apresenta-se um pomar mais próximo ao espaço monástico construído. A descrição refere ainda a presença de dois olivais, um a nascente e outro a sul e uma vinha para norte, junto às casas abaciais. É efetuada ainda referência a dois campos que também se situariam a leste, sendo referida a fonte dos Anjos, que se situaria nesta zona. Segundo a descrição documental, também a leste do

mosteiro, em zona bastante próxima, existiria outra cerca que teria uma vinha grande chamada vinha do Paço e dois campos "*chamados do moinho de baixo e moinho de cima, mais um campinho que se chama da eyra que tem devesas de sovereiros e carvalhos*". Em toda a zona sul, fora das cercas mais próximas existiria uma "*mata muito grande de soveral*" e passa pela zona dos ditos "*campos dos moinhos*".

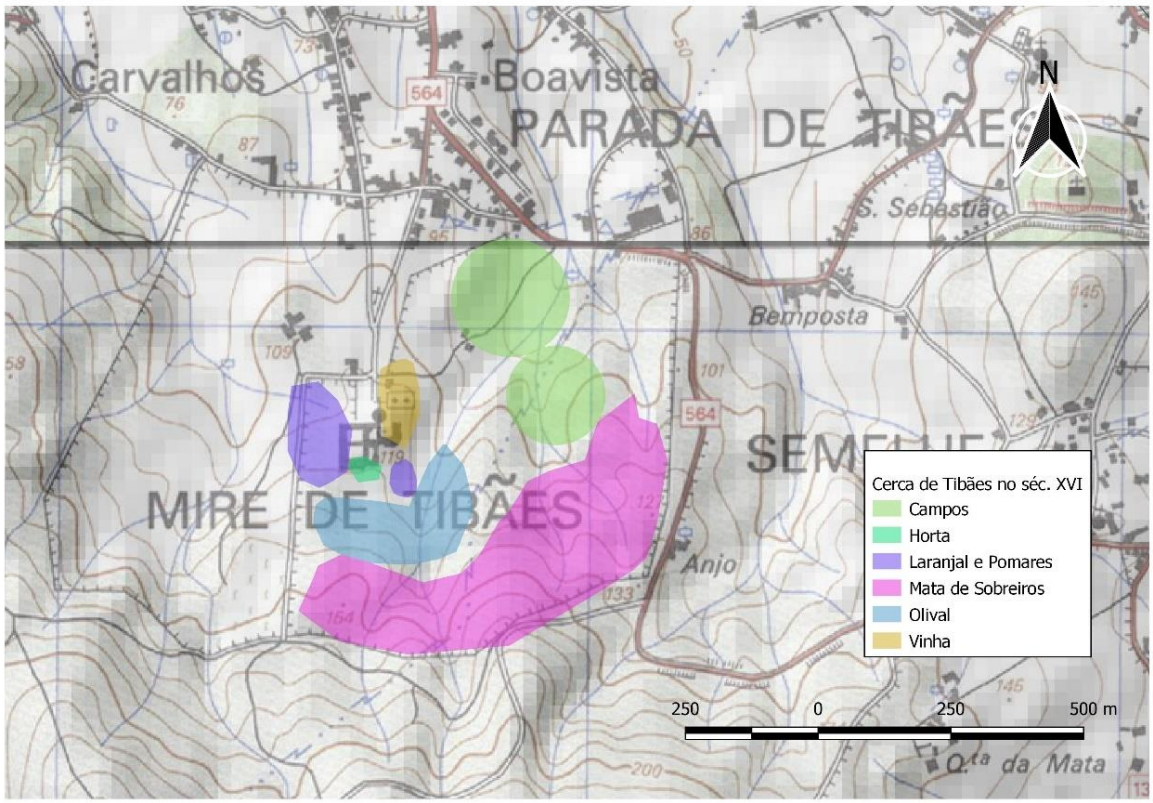


Figura 219 - Cerca do mosteiro de Tibães no século XVI, adaptado de Fontes (2005). ©Francisco Andrade

Para além da descrição da cerca, o referido documento proporciona ainda uma leitura, em traços gerais, dos limites da freguesia de Tibães que, em conjunto com detalhada inventariação efetuada por Peixoto (2014), permite conhecer a sua fisionomia. Segundo a descrição do documento (ADB, Fundo Monástico Conventual – Tibães S. Martinho, Tombos, nº 62, fls. 10-11), cuja leitura de Anabela Ramos foi publicada em Fontes (2005, pp. 174-176), a freguesia limitaria a oeste com a freguesia de Martim, numa zona em que José Peixoto (2014, p. 53) denomina de marco de Abelheiro. O autor refere ainda que neste local são identificáveis três marcos da freguesia de Martim, do couto de Tibães e da jurisdição da casa de Bragança. Face à descrição que efetuamos, parece-nos que o local corresponderá, efetivamente, ao que foi descrito no tombo do século XVI. A descrição segue com a referência de que a delimitação passaria pela zona denominada como "Dianteiras de Cabreiros". Peixoto (2014, p. 54) refere que já não é identificável nenhum marco nesta zona, contudo os testemunhos orais recolhidos pelo autor

forneceram indícios de que se localizaria na rua da Escadinha. Continuando por variados delimitadores, é referida a passagem dos limites na zona que parte com Santa Leocádia e Semelhe. Este marco poderá corresponder ao denominado marco de D. Pedro, tendo J. Peixoto (2014), identificado um marco redondo que teria servido para delimitar o couto. É ainda referida a existência de um marco que parte a comarca de Braga com a de Barcelos. Face a esta descrição do termo, pensamos tratar-se do denominado marco dos padres do Pópulo, sendo referido que estão localizados marcos que dividem o couto do mosteiro de Tibães com o termo de Braga. Menciona-se também que o limite passaria pelo caminho que segue para Semelhe, sendo ainda hoje bem identificável que o limite da freguesia para leste seguiria pela estrada, referindo-se que passaria por uma zona de campos, por uma cruz de pau que limitaria com Parada. Este marco, muito provavelmente, tratar-se-ia do marco denominado pela cruz de Pau, que se localizaria numa zona da encosta da quinta do Anjo, na zona da bouça da Cruz, frente aos escritórios do grupo Casais.

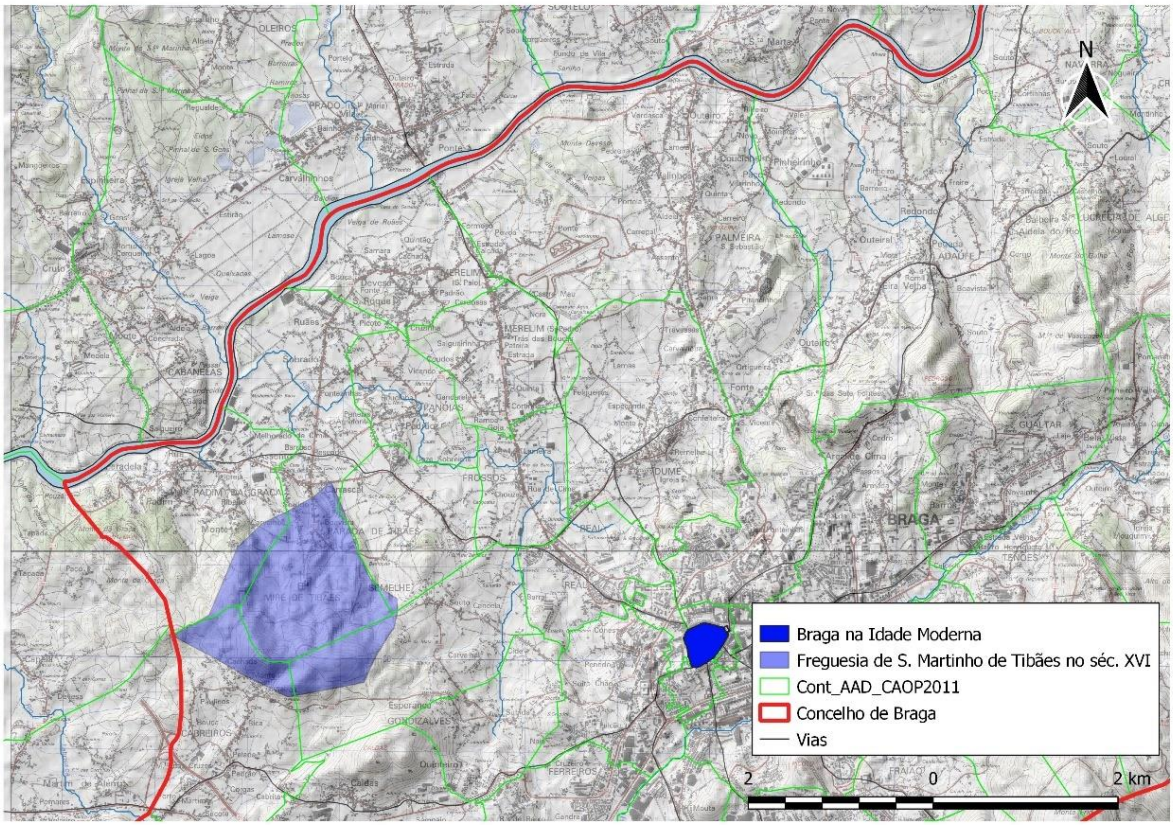


Figura 220 - Freguesia de S. Martinho de Tibães no século XVI, segundo leitura da descrição documental em Fontes (2005, pp. 175-176) e localização de marcos extraída de Peixoto (2014, pp. 49-50). ©Francisco Andrade.

Peixoto (2014, pp. 54-59) refere que, após a passagem pela referida estrada, o limite da atual freguesia passa por uma zona de campos, até infletir para oeste, por um local que seguiria pela antiga freguesia de Santa Maria de Mire, atualmente incorporada na freguesia do mosteiro. A descrição

menciona algumas referências a zonas onde provavelmente seria efetuada a divisão entre estas duas freguesias. O cruzamento dos dados documentais com o trabalho de J. Peixoto (2014, p. 59), permite-nos concluir que o marco de Fijô enquadrar-se-á nesta região. A descrição termina com uma referência ao marco da Cruz que dividiria a freguesia com as de Mire e Santo Adrião de Padim da Graça. No nosso entender e cruzando com os dados que foram avançados por J. Peixoto (2014, p. 60), pensamos que se poderá tratar do denominado marco da encruzilhada, que dividiria as três freguesias identificadas.

As análises dos limites do couto de Tibães decorrentes da análise dos documentos presentes em Fontes (2005) e essencialmente a análise efetuada por Peixoto (2014), efetuada maioritariamente através da leitura dos tombos de 1555 (ADB, Fundo Monástico Conventual, Tibães, livro n°696) e o cruzamento dessa análise dos marcos identificados *in situ*, permitiu uma aproximação a um domínio que se estendia um pouco para leste da ponte de Prado.

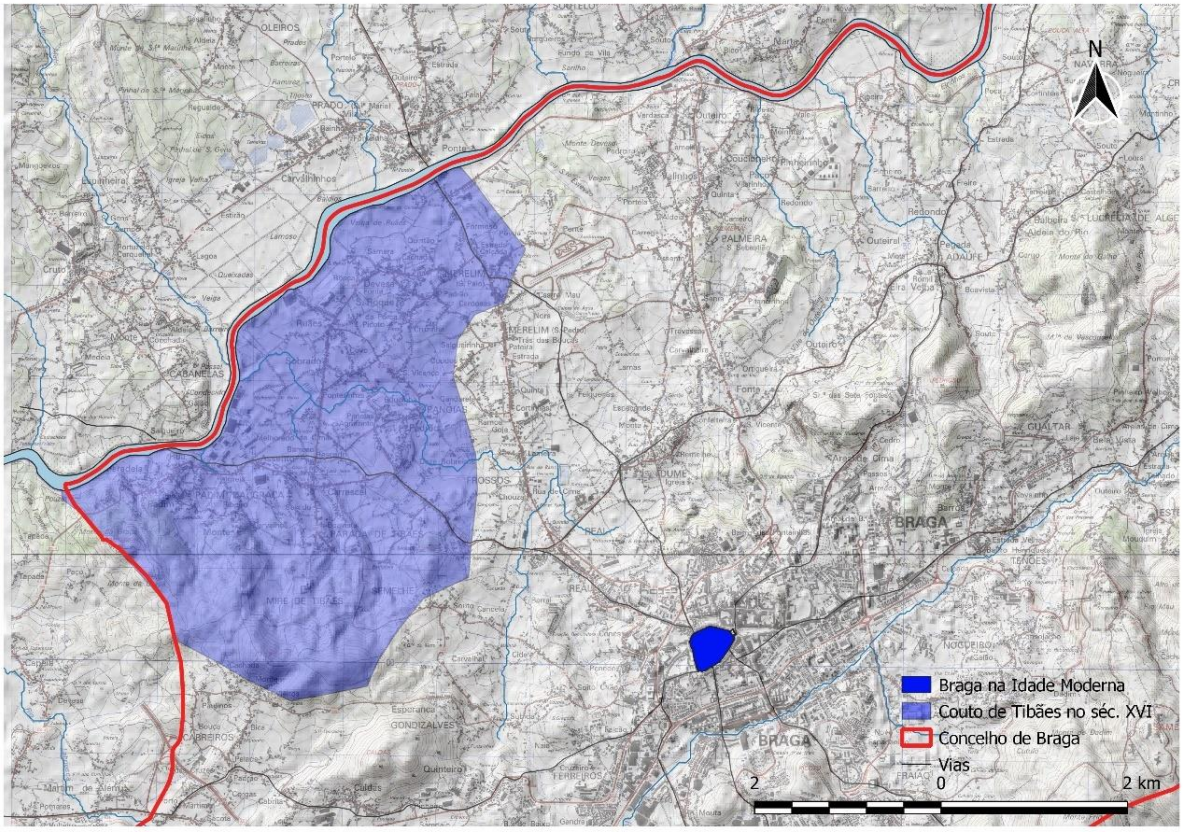


Figura 221 - Couto de Tibães no século XVI, segundo leitura da descrição documental e localização de marcos em Peixoto (2014, pp. 116-138). ©Francisco Andrade

Os dados que dispomos do mosteiro dos séculos XVII-XVIII são bem mais abundantes, na medida em que a generalidade da área construída que ainda se preserva é enquadrável nesse período, que adquire dimensões muito superiores, relativamente aos anteriores edifícios monásticos. Segundo Fontes (2005, p. 137), esta fase do mosteiro, não parece ter tido um programa construtivo unitário, tendo sido efetuado

por partes, apresentando as distintas áreas do mosteiro distintos aparelhos construtivos e estilos arquitetónicos. No entanto, parece-nos notória a tentativa de harmonização dos diferentes espaços e do discurso arquitetónico. O conjunto arquitetónico apresenta-se com uma planta tendencialmente quadrangular, com a sua zona mais a leste subdividida em dois claustros de dimensões muito aproximadas, sendo o claustro mais a norte, dito do cemitério, por nas suas alas terem sido identificadas as sepulturas dos monges e o claustro mais a sul denominado claustro do refeitório, por se localizar na sua zona sul, o principal refeitório do mosteiro.

O claustro do cemitério, ainda hoje apresenta a configuração original de como seria no século XVIII, localizando-se na sua zona central um chafariz em granito, que encima três degraus, sendo toda a área central lajeada. De acordo com as plantas, contendo informações acerca da funcionalidade dos espaços extraídas do inventário dos bens de 1834 (ANTT, ministério das Finanças, Mosteiro de S. Martinho de Tibães, caixa 2256, [processo n. 393]), é possível uma aproximação às funcionalidades dos espaços do convento, apresentadas esquematicamente em Fontes (2005, p. 156). As alas apresentam-se decoradas com diversos painéis de azulejos polícromos datáveis dos séculos XVII-XVIII. A norte, o claustro é limitado pela igreja, localizando-se na ala leste, no piso térreo, o átrio da sacristia e a sacristia, os arrumos da sacristia e a sala de estar. Na ala sul, localizavam-se duas capelas, a passagem para ligação ao claustro do refeitório e a escadaria de acesso ao piso superior. No piso superior, na ala leste, localizava-se a capela de S. José e o capítulo das culpas.

No claustro do refeitório, localizavam-se, na sua ala leste, no piso térreo, as oficinas e, na ala sul, como já foi referido, o refeitório, a porta da horta, as secretas e a casa do hortelão. No piso superior, localizavam-se, nas alas leste e sul, os dormitórios e as secretas. Entre os dois claustros e as zonas de terreiros e jardim de S. João, em zona contígua à porta dos carros, numa zona ligeiramente a este da porta quinhentista, localizavam-se dois pátios ajardinados. No jardim mais a norte, no denominado jardim da portaria, localizava-se, para além da portaria, a hospedaria, para acolhimento de visitantes. Na zona norte, no piso superior, localizavam-se o salão da ouvidoria, onde o abade geral despacharia os variados assuntos da sua responsabilidade, os aposentos do abade geral, o coristado e as secretas.

Nos compartimentos circundantes ao jardim do noviciado, no piso térreo, situa-se o refeitório dos hóspedes, as latrinas, as dispensas e, em zona contígua, a sul, a cozinha, os fornos e a sala dos fogões. No piso superior da zona mais a sul, localizavam-se o noviciado, o refeitório dos hóspedes de graduação e a sala das pinturas. Na zona mais a oeste, inicialmente um grande terreiro, posteriormente subdividido no século XVIII, localiza-se, a norte, o jardim de S. João e, na parte sul, o terreiro das adegas. O piso

térreo, mais a oeste, encontra-se rebaixado, relativamente ao restante mosteiro, demonstrando o espaço construído, uma adaptação à topografia.

O jardim de S. João, um espaço cuja solução arquitetónica parece ter sido pensada para uma visualização de uma cota superior, do passadiço que definiu o encerramento, a sul, do espaço, tinha como principais compartimentações, a norte, o pátio dos carros, o quarto dos moços das cavalariças e as cavalariças. A oeste do referido jardim localizavam-se cortes, palheiros e abegoarias, tendo-se identificado ainda a leste, cavalariças, a escola e nitreiras. Na zona oeste do terreiro das adegas, localizavam-se mais cortes, palheiros e abegoarias, nitreiras, o lagar e a adega. É facilmente constatável que esta zona era ocupada por áreas de apoio, relacionadas com as atividades agrícolas e com os animais do mosteiro. No piso superior, a leste do jardim de S. João, localizavam-se os já mencionados aposentos do abade geral. A norte, os aposentos do secretário do abade e a galeria dos gerais. A ala poente era ocupada por dormitórios, estando a sul dos mesmos, a barbearia, a botica e as secretas. Na ala a sul do terreiro das adegas, estavam localizadas a sala do taco, onde estaria localizada uma mesa do "jogo do taco", a sala do capítulo geral e a livraria.

O conhecimento do mosteiro no século XVII, para além da análise dos dados arqueológicos e leituras arquitetónicas, é possível através da leitura do documento datável de 1654 (ADB, Autos dos tombos nº 6, fls. 32-35v.), transcrito por Anabela Ramos e publicado em Fontes (2005, p. 177). O documento, descreve, com algum detalhe, as estruturas monásticas. A narração inicia-se pela igreja, com os seus elementos constitutivos, como por exemplo, as suas capelas, sendo referido que ainda estaria em fase de construção. É mencionado ainda, como interessante dado acerca das características construtivas do mosteiro, o facto de que a configuração dos edifícios estaria condicionada pela circunstância de os ventos serem "bastantíssimos". Os principais dormitórios localizar-se-iam a sul, este e oeste, com uma localização aproximada aos que são identificáveis numa fase mais recente e anteriormente descritos. Também é referido que o noviciado se localizaria na área central do espaço monástico que estamos a analisar. A descrição da traça geral do mosteiro refere ainda que nesta época já existiriam os dois claustros já abordados e que a compartimentação já era a que conhecemos, sendo referido que "*Contem em si o dito claustro pera banda sul hum refeitório muito grande e com muitas mezas e vidrassas*". A descrição que é feita da cozinha, também deixa antever que a relação entre a cozinha e a casa do forno também é identificável como sendo a que ainda se encontra no local. Menciona-se ainda o "*ospicio*" ou hospedaria e o pequeno claustro da portaria, a portaria, a portaria dos carros e a ouvidoria. Todos estes compartimentos são os que já foram referenciados na análise que efetuámos, devendo corresponder aos mesmos. As estruturas da zona oeste também são genericamente descritas, sendo referidas as

estruturas de apoio às atividades agrícolas e de apoio à cozinha, bem como o facto de que no centro do terreiro estaria localizado um chafariz de grandes dimensões. Não é referido o passadiço que delimita a sul o jardim de S. João, em que o arranjo do jardim é posterior, já datável do século XVIII. Descreve-se ainda a zona fronteira do mosteiro, com as duas entradas que, na generalidade, parecem ser as que permanecem no local, atualmente.



Figura 222 - Aspeto do mosteiro de Tibães. ©Francisco Andrade



Figura 223 - Plantas do mosteiro de Tibães no século XVIII, segundo Fontes (2005, p. 156).

A descrição da cerca de 1654 parece, em traços gerais, apresentar uma organização de alguma forma similar à que foi descrita para o século anterior, sendo referido um espaço de floresta que deverá estar localizado a sul, constituído por "sobreiros, carvalhos e outras árvores e grandes montados". O documento em análise também refere que, na zona próxima ao mosteiro, se localizariam "*terras lavradias e olivais*", tendo a cerca mais próxima "*oliviais, vinhas, latas, pumares, e muitas terras de pam*

e muitas fontes, especialmente três fontes de feitio costozo com seus assentos de pedra e hum grande laranjal", o que parece ser condizente, na generalidade, com a organização que já vinha de tempo anterior, sendo contudo referido que o sistema hidráulico constitutivo do projeto paisagístico da cerca já estava delineado. Também é referida a existência da ermida de S. Bento, no local em que ainda hoje se situa.

Apesar de a organização dos espaços, no século XVII, parecer ser, pela descrição enunciada, muito similar à que ainda é percetível na atualidade, estão documentadas diversas obras ao longo do século XVIII (Fontes, 2005, pp. 193-201), designadamente, na livraria, nos revestimentos em azulejaria na ouvidoria e galerias, na construção do pátio do Galo, na construção do escadório para a capela de S. Bento, no revestimento de azulejo do claustro do Cemitério, na ampliações na igreja e na ala do terreiro de S. João. No refeitório da hospedaria, reformulou-se o sistema hidráulico e efetuaram-se ainda diversas obras em vários espaços do mosteiro, incidentes em revestimentos, elementos decorativos e recheios de diversas ordens. A cerca terá conhecido as derradeiras obras no século XVIII, que lhe conferiram a sua organização final, com todos os seus elementos constitutivos que articulam cenários construídos, conjugados com a organização da flora que tem vindo a ser descrita.

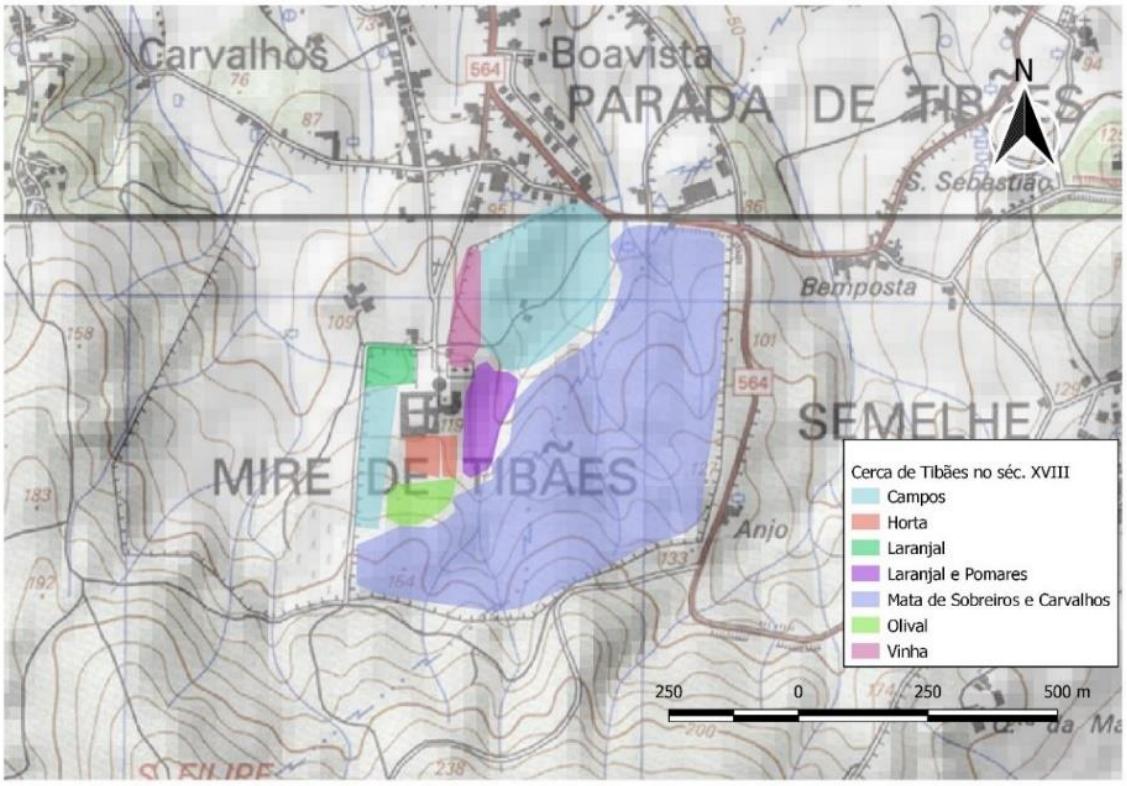


Figura 224 - Cerca do mosteiro de Tibães no século XVIII, de acordo com os dados disponíveis até ao momento. Adaptado de Fontes (2005). ©Francisco Andrade.

O mosteiro seria a sede de um couto de consideráveis dimensões, cujos limites são ainda identificáveis, um pouco por todo o território, através de diversos marcos delimitadores de propriedade.

O termo estudado por J. Peixoto (2014) permite a definição de um limite que se iniciaria, na zona de Macarome, seguindo para a zona de Pastorilho, Codessal e Castro Mau. O autor, como já foi referido, conseguiu ainda identificar uma retração do couto nesta zona, que, após a construção da ponte de Prado terá recuado o limite para a estrada que ligava à ponte. Efetivamente, o documento analisado (ADB, Fundo Monástico Conventual, Tibães, livro nº696) refere que "Antes de se fazer a ponte de Prado chegava o nosso couto ao lugar de Macarome que fica acima da mesma ponte".

A nova delimitação segue pela atual estrada nacional, estando nessa zona os marcos da Ponte, o marco de Cercada, o marco do Penedo, o marco da Estrada Velha e o marco da Devesa. A partir do marco de S. Brás, os limites do couto infletem para oeste, no sentido do marco da Fonte e seguindo pelo de Cortelho. Na zona do marco de Coudos, os limites fazem uma nova inflexão para sul, seguindo para Germil, para o Ribeiro e para as Lameiras, Campo, Outeiro, Fonte Cova e Sandarão/Santarão. A partir deste local, o limite do couto passava pelos marcos próximos à quinta da Mata (Mata Norte, Mata Centro e Mata Sul), passando pela zona do Pintalgaio e pelo marco de Dom Pedro. Os limites seguem pela zona de Pedras Alvas, S. Gens e das Dianteiras de Cabreiros, que já tivemos oportunidade de referenciar. A delimitação segue por Abelheiró, Valdeos, Montemor, Vilarinho e Gesmonde, junto ao Cávado. A demarcação que referimos, estudada por J. Peixoto (2014) é relativa ao momento final do couto, sendo a principal alteração identificada, a supressão de parte do seu território.



Figura 225 - Fotos de marcos delimitadores da freguesia de Tibães, que também são coincidentes com limites do couto. ©Francisco Andrade

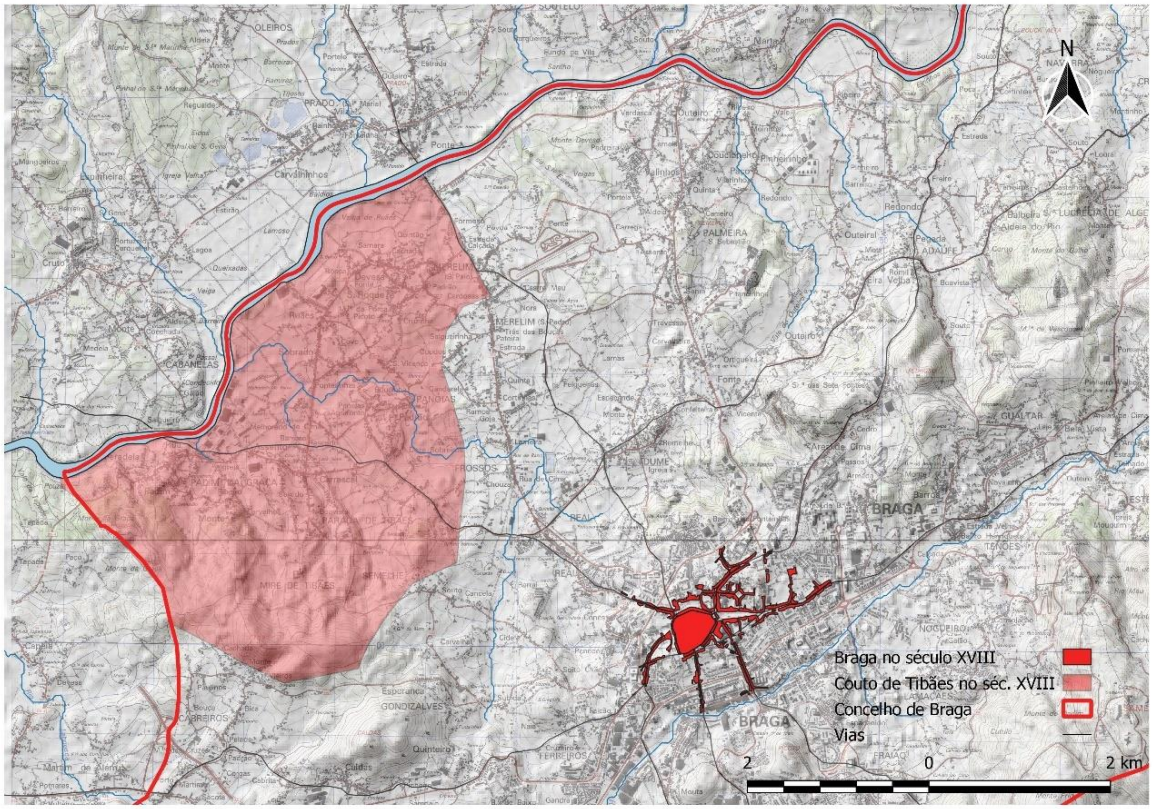


Figura 226 - Couto de Tibães no século XVIII, de acordo com os dados recolhidos em Fontes (2005) e Peixoto 2014, pp. 116-138). ©Francisco Andrade

Para além do mosteiro de Tibães, que encabeçava um couto com isenções e privilégios administrativos, relativamente aos poderes externos (Peixoto, 2014, p. 7), identificam-se no território bracarense outros domínios monástico-conventuais, muitas das vezes, sob o patrocínio do poder arquiepiscopal.

No local de Montélios, onde se localizava o mausoléu de S. Frutuoso [95] e o convento de S. Salvador, que poderia ter origem na Antiguidade Tardia, numa zona em que o arcebispo de Braga possuía propriedades, D. Diogo de Sousa fundou um convento tendo ordenado a instalação de uma comunidade franciscana, sendo instituído o **convento de S. Francisco** [95] (Fontes *et al.* 2020a, pp. 7, 30; Fontes *et al.* 2020b, p. 21). O sítio tem sido alvo de diversas campanhas de escavação arqueológica que temos tido a oportunidade de dirigir desde 2015, tendo sido realizadas anteriormente campanhas arqueológicas em 2001(Fontes *et al.*, 2014) e em 2011 (Fontes, Andrade e Braga, 2012). Nas primeiras, tivemos a oportunidade de participar na análise dos dados e na segunda de codirigir os trabalhos. Recentemente, no âmbito dos trabalhos que ainda estão a decorrer no local, tivemos a oportunidade de fazer a leitura interpretada nos principais alçados do convento e do mausoléu, que já tivemos a oportunidade de analisar, no capítulo referente à Antiguidade Tardia.

Os dados arqueológicos do convento do século XVI são pouco conclusivos, estando neste momento, em análise, alguns dados que possam esclarecer algumas questões que permanecem em aberto. Contudo, os dados que já estão disponíveis, permitem, com base nos poucos testemunhos que dispomos deste período, ensaiar uma aproximação ao convento do início da Idade Moderna. As escavações arqueológicas permitiram exumar diversas estruturas orientadas predominantemente no sentido N/S e no sentido NE/SO, que apresentam afinidades construtivas e que poderão ser enquadráveis neste período. As estruturas, constituídas por elementos graníticos de pequena e média dimensão, consolidadas por argamassa alaranjada, apresentam-se frequentemente associadas a empedrados com elementos irregulares bastante desgastadas na sua zona superior. Estes elementos localizam-se em duas áreas do convento. A primeira zona localiza-se na área mais a norte do espaço construído, na zona em que no século XIX se construiu uma adega.



Figura 227 - Conjunto de ruínas identificadas na zona da antiga adega do convento de S. Francisco de Real. ©Arquivo UAUM/Francisco Andrade

Nesta área identificou-se um muro orientado no sentido N/S, associado a dois empedrados, que o ladeiam e uma estrutura associada ao sistema hidráulico do mesmo período. Estas estruturas poderão ter continuidade no compartimento que se desenvolve mais a sul, estando os vestígios associados a pisos de terra batida de que se exumou cerâmica tardo medieval. A hipótese de que parte destes vestígios possam ser dos edifícios que o arcebispo tinha neste local no final da Idade Média, ainda está em aberto.



Figura 228 - Desenho das estruturas identificadas na antiga adega e no compartimento, denominado de escada regral do convento de S. Francisco de Real. ©Arquivo UAUM/Francisco Andrade

A outra zona em que se identificaram estruturas, que consideramos que possam estar associados a este período, corresponde à área envolvente ao mausoléu de S. Frutuoso. Neste local, foi identificado um murete constituído por elementos muito similares aos que foram identificados na estrutura mais a norte, que apresentava ainda indícios de reboco. A solução argamassada parece indiciar que, em algum momento, poderá ter feito parte de um arranjo da envolvente do mausoléu. A estrutura encontra-se associada, tal como no caso dos restantes muros de características similares, a um empedrado que possuía igualmente características semelhantes às do que se identificou mais a norte. A estrutura prolonga-se para a zona mais a norte do mausoléu, sendo condizente com os dados do levantamento da DGEMN para esta zona. Para além destas estruturas, não se identificaram, nesta zona do mausoléu, quaisquer elementos que possam ser associáveis ao início da Idade Moderna.



Figura 229 - Fotografia de estruturas identificadas na envolvente do mausoléu de S. Frutuoso ©Arquivo UAUM/Francisco Andrade

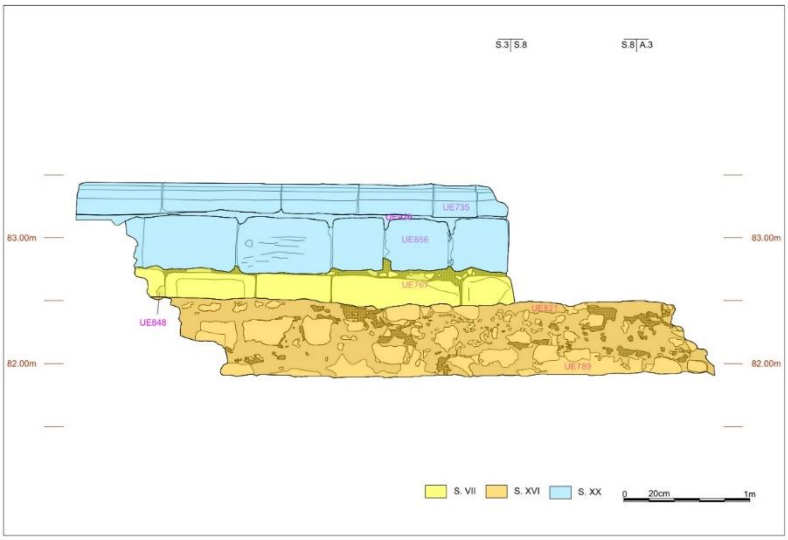


Figura 230 - Alçado interpretado de estruturas na envolvente do mausoléu de S. Frutuoso. ©Arquivo UAUM/Francisco Andrade

Os trabalhos mais recentes que foram efetuados no convento, também favoreceram a realização de leituras interpretadas dos alçados que permitiram a identificação das estruturas que poderão ser associáveis ao século XVIII. No alçado norte do convento, foi possível a identificação de parte dos alicerces da estrutura do século XIX que constitui grande parte do alçado, que podem ser enquadráveis no século XVIII. As estruturas são igualmente identificáveis na plataforma norte, estabelecendo ligação com a sacristia, tendo sido demolidas após o período da desamortização.



Figura 231 - Alçado norte do convento de S. Francisco (C_Al_001), com evidência a vermelho dos alicerces e parte do sistema hidráulico do século XVIII. ©Arquivo UAUM/Francisco Andrade

Face aos dados que dispomos até ao momento, presumimos que esta zona mais a norte terá sido a parte do convento se encontrava em estado mais avançado de ruína, de acordo com o inventário que foi efetuado no âmbito da desamortização (ANTT, Ministério das Finanças, Convento de S. Frutuoso de Braga, caixa 2201, [processo n. 62]).

A leitura do alçado este do convento (C_Al_002), permite constatar, com maior segurança, os pressupostos de alteração arquitetónica que tinha sido detetada, durante a análise do alçado norte. Efetivamente, é possível constatar que o primeiro terço do alçado, localizado mais a norte, apresenta características construtivas diferentes do que o restante alçado, mais a sul. É percetível que, após um remate na zona em que se identificam diversos vãos que apresentam elementos colocados de forma contrária à sua localização inicial, foi construída toda uma ala que apresenta características distintas, enquadráveis no século XIX. A estrutura do século XVIII apresenta diversos vãos com mísulas e é também constituída por uma arcatura que corresponderia a um varandim com inúmeras similitudes estilísticas com as *loggias* de tradição italiana. Toda a área foi remodelada no século XIX, razão pela qual foi assumido que o revestimento poderá não ser enquadrável no século XVIII.

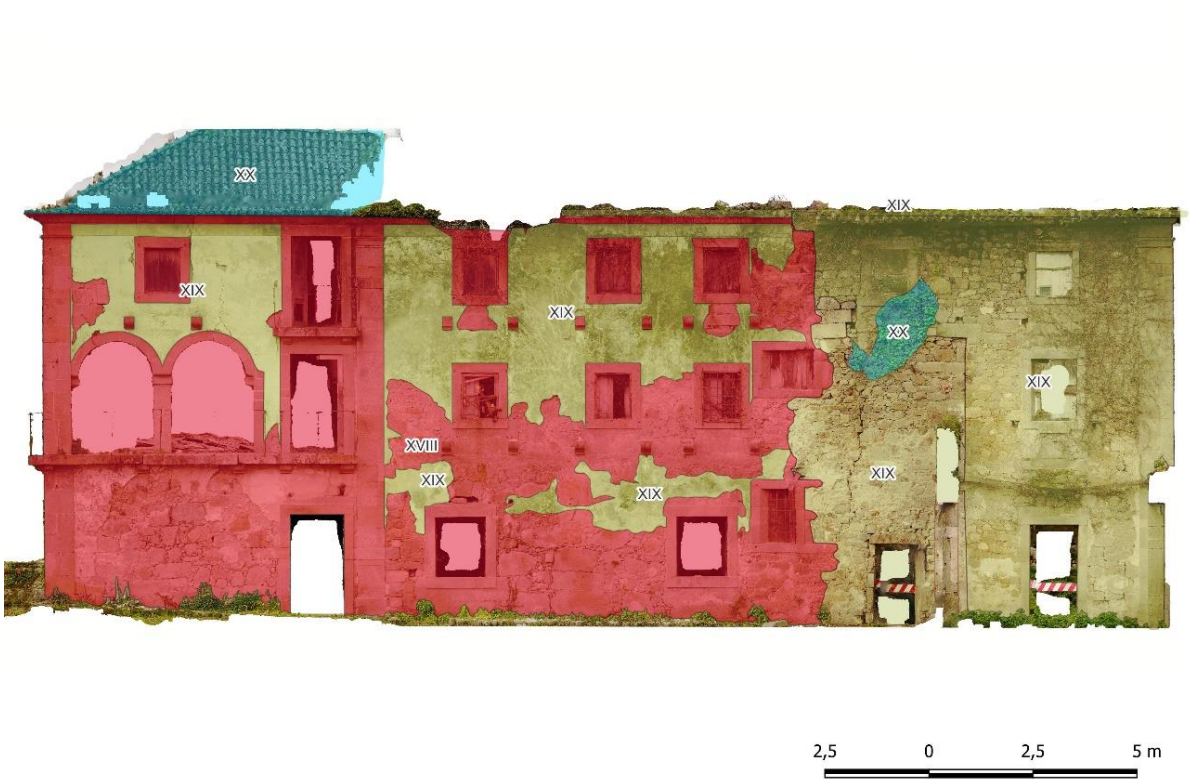


Figura 232 - Alçado este do convento de S. Francisco (C_Al_002), com evidência a vermelho das estruturas do século XVIII. ©Arquivo UAUM/Francisco Andrade

A leitura do alçado sul (C_AL_003), permitiu constatar que a maior parte do convento neste local também poderá ser associável ao século XVIII, sendo ainda possível constatar que, quer a zona da *loggia*, quer a zona do restante paramento, apresentam características similares às que foram identificadas na parte sul do C_Al_002. A zona mais a oeste foi reformulada pela DGEMN, tendo sido demolida a torre sineira e parte da ala, que foi parcialmente reconstruída, utilizado parte dos elementos que tinham sido removidos, reformulando-se também uma parte considerável do adro, como é percetível na gravura do convento, que se apresenta de seguida.

Estes trabalhos tiveram como objetivo principal um desafogo das estruturas envolventes, conferindo um maior destaque ao mausoléu que se pretendia valorizar e reconstruir.

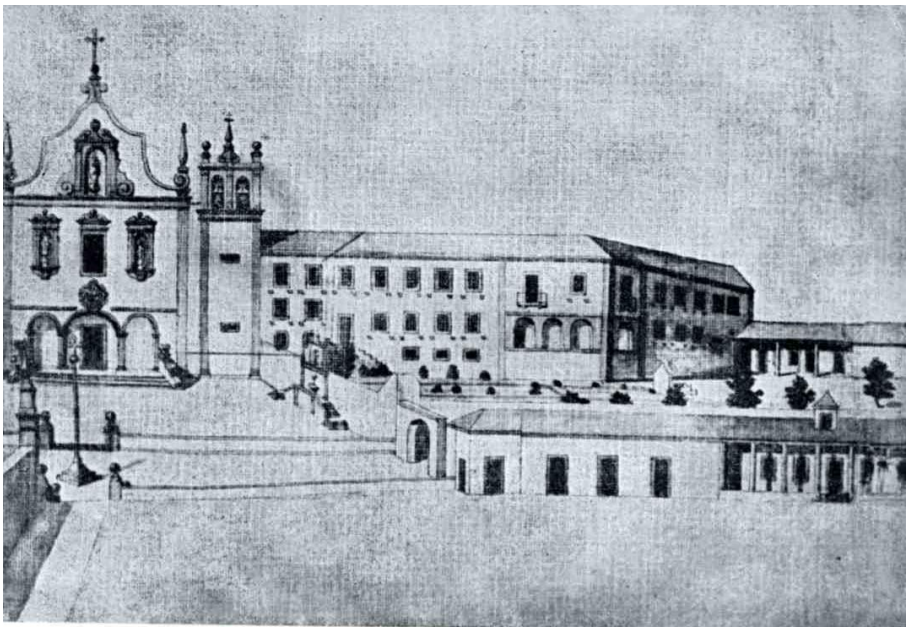


Figura 233 - Gravura que apresenta o alçado sul do Convento de S. Francisco (s/d) Segundo Moura Coutinho (1979).

Pelas razões apresentadas na leitura do alçado C_Al_002 e por apresentar características distintas do reboco na zona da *loggia,* consideramos que o revestimento a oeste poderá ser de meados do século XX. Na zona da *loggia*, dado que não temos dados que contrariem esses pressupostos, a não ser pela conclusão lógica de que, pelo menos, diversas caiações poderão ser de períodos posteriores à construção da ala do convento, assumimos, que o reboco das paredes poderá ser do século XIX.

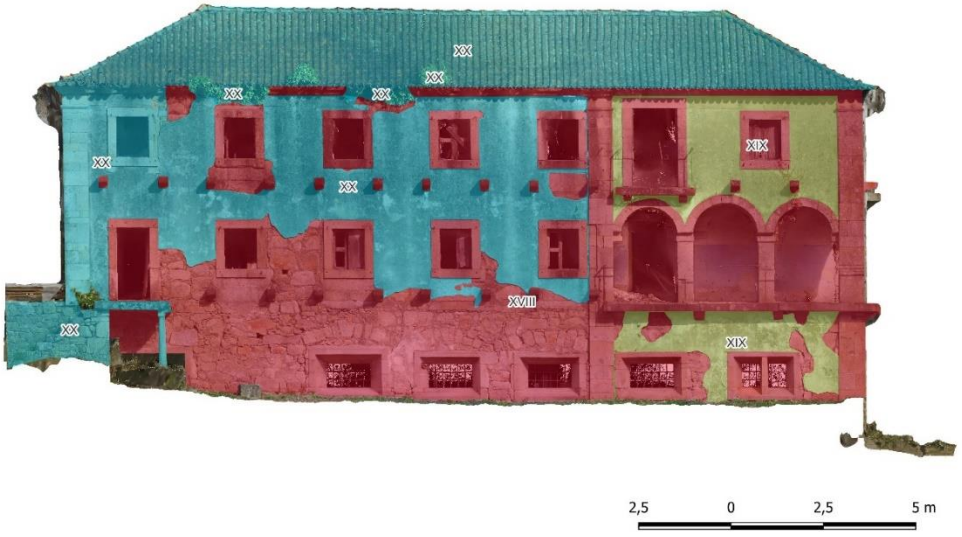


Figura 234 - Alçado sul do convento de S. Francisco (C_Al_003), com evidência a vermelho das estruturas do século XVIII. ©Arquivo UAUM/Francisco Andrade

Na medida em que a zona mais a oeste poderá ser associável ao século XX, a análise ao conjunto edificado continuou na zona do claustro. A análise do alçado norte da ala sul do claustro, leva-nos a concluir que uma parte considerável do claustro poderá ser associável à construção do século XVIII. Foi ainda possível constatar a presença de agulheiros que não parecem ter qualquer relação funcional com o restante espaço construído, sendo apenas percetível que parte dos motivos do revestimento se parecem articular com os mesmos. A constatação das características construtivas decorrentes da análise explanada, conjugada com o facto de que o reboco também sobrepõe as partes dos paramentos associáveis ao século XIX no alçado C_Al_006, leva-nos a considerar que o revestimento poderá ter sofrido intervenções no século XIX, razão pela qual não se associa ao século XVIII.



Figura 235 - Muro da ala sul do claustro do convento de S. Francisco (C_Al_005), com evidência a vermelho das estruturas do século XVIII. ©Arquivo UAUM/Francisco Andrade

O muro leste do claustro também fornece interessantes dados acerca da evolução do conjunto conventual no século XVIII, abarcando cerca de dois terços do alçado, na sua zona mais a sul. São identificáveis também, as alterações que se realizaram em momentos posteriores, designadamente a existência de agulheiros de estruturas anexas aos muros limítrofes do claustro. A análise do edificado permite igualmente constatar a existência de diversos vãos que estabeleciam comunicação com esta zona e que foram entaipados.



Figura 236 - Muro este do claustro do convento de S. Francisco (C_AI_006), com evidência a vermelho das estruturas do século XVIII. ©Arquivo UAUM/Francisco Andrade

Para além das estruturas que analisamos sucintamente nos parágrafos anteriores, a igreja de S. Francisco, datável do século XVIII, pelas suas dimensões e pela riqueza decorativa e artística, é uma referência incontornável da arquitetura do conjunto. Efetivamente, as suas dimensões apresentam-se algo desproporcionais relativamente ao restante conjunto conventual. As Memórias Paroquiais de 1758, apresentam uma descrição da igreja, que, na generalidade, corresponde à que atualmente ainda se encontra no local. A descrição refere a existência de "*um altar-mor, e três altares: hum de S. Jeronimo, outro do menino Deos e outro da Senhora dos Remedios*". O interior decorado com altares talha dourada, apresenta, na generalidade, características barrocas. Refira-se ainda a presença de diversos taburnos de sepulturas por toda a nave. A igreja apresenta uma única nave, estando a fachada principal virada a sul, muito provavelmente devido às condicionantes topográficas e a preexistência da capela de S. Frutuoso, já analisada anteriormente. Refira-se, contudo, que o coro alto, está apetrechado com órgão de tubos, que parece ter sido reaproveitado da catedral de Braga, podendo ser datável do século XVI e sido transferido para o local em 1738[19].

[19] http://www.monumentos.gov.pt/site/app_pagesuser/sipa.aspx?id=6974 (consultado em 04-03-2023, às 16h 52m).



Figura 237 - Fachada da igreja de S. Francisco de Real (século XVIII). ©Francisco Andrade

Não é, todavia, de descurar o facto de terem ocorrido alguns arranjos, pese embora tenham respeitado a traça e discurso decorativo do conjunto. Este aspeto é notório, a título de exemplo, pelo facto de um dos altares laterais recobrir, pelo lado da igreja, um dos confessionários que estariam funcionais no século XVIII e que foram identificados durante a intervenção de 2015, na sondagem 4.



Figura 238 - Aspeto de confessionário do século XVIII. ©Arquivo UAUM/Francisco Andrade

A galilé, que pode ser visualizada na fotografia da fachada da igreja de S. Francisco, constituiria não só a entrada para a igreja, como também a entrada para o espaço conventual. A construção deste espaço terá sido condicionada pela existência da igreja de S. Francisco, que terá contribuído definitivamente

para demolição do exterior do mausoléu de S. Frutuoso nesta zona e a sua completa integração no espaço conventual. Tal como é percetível pela análise dos conjuntos conventuais apresentados em Oliveira e Ferreira (2015, pp. 40-43), a lógica de organização dos espaços Franciscanos apresenta-se bastante similar, designadamente ao nível da entrada, devendo ser as distintas diferenças detetadas, decorrentes da condicionantes topográficas e especificidades de cada local.



Figura 239 - Aspeto de pinturas de nicho na entrada de convento (esquerda) e negativo de escadaria de torre sineira (direita). ©Arquivo UAUM/Francisco Andrade

A cerca do convento, pese embora a organização funcional interna das áreas esteja completamente descaracterizada, fruto da sua subdivisão da sua área, albergando a área mais afastada a quinta pedagógica do município de Braga e a parte mais próxima atualmente em fase de recuperação, parece-nos, grosso-modo, ainda comportar a área que teria sido ocupada durante a ocupação conventual do espaço.

A descrição efetuada no inventário relativo à extinção do espaço conventual e analisado por Oliveira e Ferreira (2015, p. 19) permite o reconhecimento, em traços gerais, das suas características.

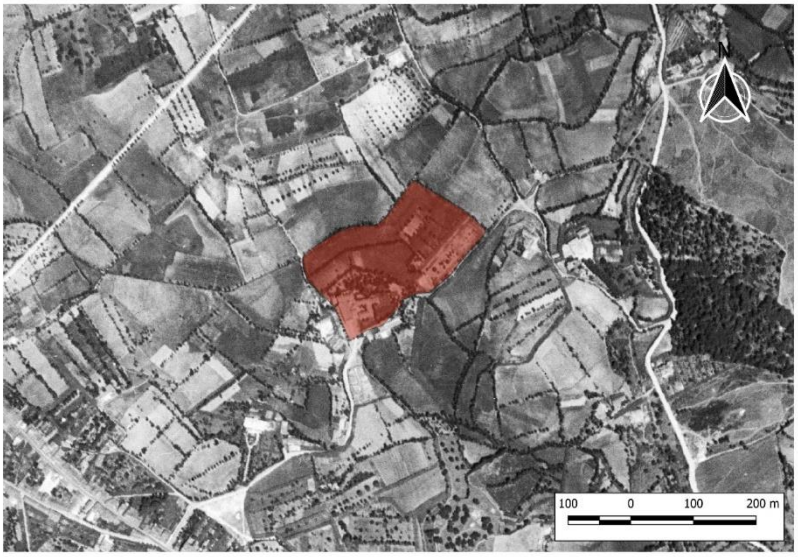


Figura 240 - Proposta de limites da cerca do convento de S. Francisco no século XVIII, sobreposto a fotografia aérea (RAF47_138_5012) (limites de cerca a vermelho) ©IGEOE/Francisco Andrade

O **convento de Vilar de Frades** [4], na Idade Moderna, foi estudado detalhadamente por António Pereira (2020), tendo igualmente sido fundamentais para o conhecimento que temos do espaço, os resultados das intervenções que foram efetuadas no local entre 1995 e 2012, sendo os principais resultados apresentados em Fontes, Moreira e Duarte (2016) e em Erasun Cortés e Faure (2020), como já foi referido no capítulo relativo ao conjunto monástico medieval.

O espaço conventual terá, após ser reduzido a igreja secular, no início do século XV, sido entregue aos cónegos seculares de S. João evangelista, também conhecidos como Lóios (Erasun Cortés e Faure, 2020, p. 59). A ocupação do espaço, num primeiro momento, terá consistido numa mera ocupação do extinto mosteiro, sendo o claustro utilizado para acomodações dos animais e a igreja como adega e celeiro (Pereira e Ribeiro, 2020, p. 42). O convento, paulatinamente, terá conhecido uma revitalização, sendo referido que a partir da segunda metade do século XV, já se dispõe de registos contínuos da atividade conventual. D. Diogo de Sousa, parece ter sido um importante mecenas deste conjunto monástico, devendo as obras na igreja moderna ter tido o seu patrocínio (Pereira, 2020, p. 140). Os trabalhos que se iniciaram nesse momento, terão começado pela capela-mor da nova igreja. Este projeto terá ficado inacabado, tendo sido implementado apenas até ao transepto e à primeira capela lateral do lado norte, tendo a restante construção, à exceção do pórtico manuelino, sido construída com menor sumptuosidade (Erasun Cortés e Faure, 2020, p. 63). Em meados do século XVI, de modo a regularizar o espaço, inicia-se a construção do claustro. Nos finais do século XVI, reformula-se a ala este do espaço conventual (Erasun Cortés e Faure, 2020, p. 63).



Figura 241 - Portal manuelino da igreja, do convento de Vilar de Frades. ©Francisco Andrade

No século XVII, documentam-se igualmente diversas remodelações do espaço, tendo sido reconstruídas paredes, constroem-se abóbadas de nervuras e edificaram-se capelas laterais (Pereira, 2020, p. 393; Pereira e Ribeiro, 2020, p. 45). No século XVIII, prolonga-se o braço norte do transepto, estando igualmente documentadas aberturas de portas e entaipamento de janelas. Neste momento projeta-se também uma nova renovação do claustro, designadamente a ala norte e a ala nascente (Pereira, 2020, p. 393; Pereira e Ribeiro, 2020, p. 47). O conjunto, à luz dos dados analisados, apresenta-se como uma amálgama de remodelações de maiores ou menores dimensões, sendo bastante comum, em determinadas áreas do edifício, identificarem-se elementos de praticamente todas as fases da Idade Moderna (Pereira, 2020).

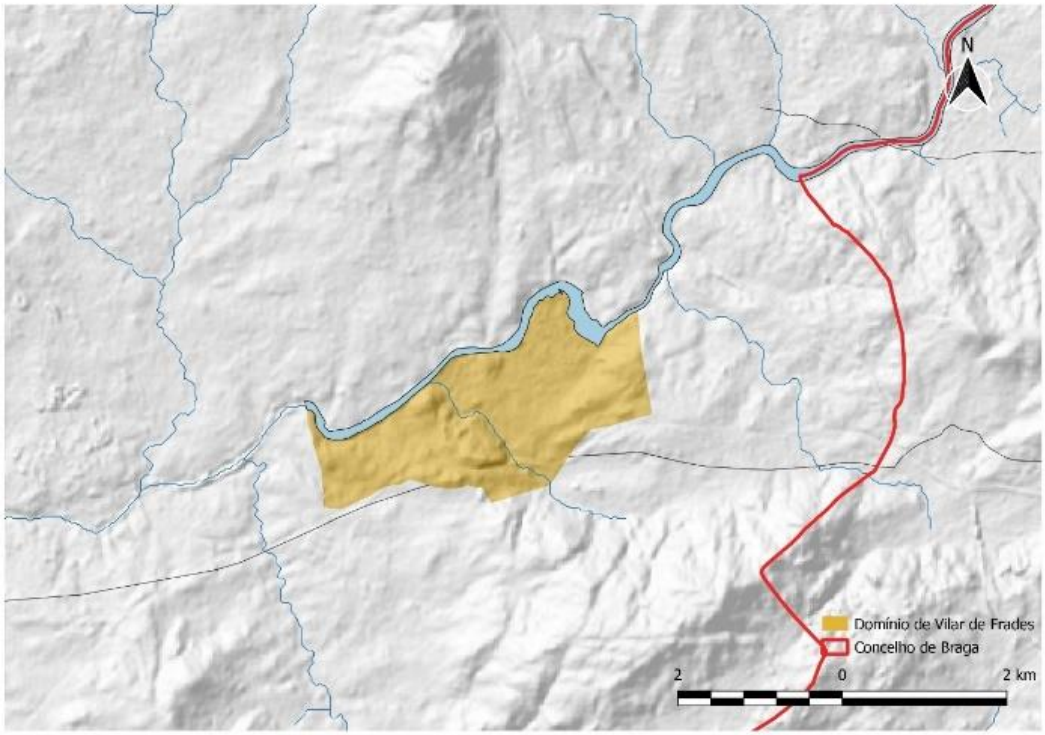


Figura 242 - Área aproximada do domínio de Vilar de Frades. Adaptado de Rebelo e Pereira (2015) ©Francisco Andrade

Na cidade de Braga [34], cujo urbanismo já foi tratado de forma sucinta em capítulo anterior, na Idade Moderna, inicia-se o fenómeno de proliferação de conventos urbanos.

Um dos conventos mais marcantes da topografia urbana de Braga foi o convento dos Remédios, localizado no largo homónimo. O espaço terá sido fundado no século XVI, apresentando-se como o primeiro convento moderno a ser construído na cidade de Braga, sendo o seu impulsionador, D. André de Torquemada, auxiliar de D. Diogo de Sousa, tendo acolhido religiosas da Ordem Terceira Franciscana com clausura, regidas pelos estatutos das freiras da anunciada de Salamanca e sujeitas à obediência do

prelado bracarense[20]. O espaço conventual, foi demolido no início do século XX, estando disponível um vasto registo fotográfico do edificado, que, como na generalidade dos conventos e mosteiros da região era constituído, em grande parte, por estruturas dos séculos XVII-XVIII.

Rui Ferreira (2014, pp. 93-140) realizou um estudo do conjunto conventual, efetuando uma análise da história do espaço e de algumas peças conhecidas, que lhe estão associadas e parte do vasto espólio fotográfico já mencionado. O autor refere que os limites iniciais do espaço estavam compreendidos entre a rua de S. Marcos, rua das Águas (atual Avenida da Liberdade), campo dos Remédios e cangosta da rua das Águas, referindo ainda que o espaço terá sido aumentado em 1616, sofrendo grandes obras de reformulação durante o segundo quartel do século XVIII, construindo-se nova igreja, dormitórios e outras áreas conventuais (Ferreira, 2014, pp. 95-96). A ampla área teria sido ocupada em inícios do século XVIII por mais de cem religiosas, tornando-o o espaço conventual com maior ocupação da cidade de Braga (Ferreira, 2014, p. 96). A análise do acervo fotográfico e da principal cartografia disponível, permitem uma aproximação genérica às principais fases que o edifício conheceu (Ferreira, 2014, pp. 93-140). O conjunto original localizar-se-ia na zona virada ao campo dos Remédios, sendo a sua igreja datável de 1544. Este edifício, a julgar pelos dados presentes no mapa de *Georg Braun* (1594) estaria localizado no mesmo local que as edificações posteriores, apresentando a mesma orientação e teria dimensões bastante modestas. No seguimento da mesma fachada virada ao campo dos Remédios, estaria localizado o corpo principal do conjunto conventual, junto do qual estaria um torreão, nas traseiras do edifício principal.

Segundo Ferreira (2014, p. 98), são conhecidas três igrejas para o local, sendo a primeira datável do ano 1544, a segunda do ano 1609, e a terceira do ano 1725. A expansão do edifício terá iniciado com a construção em 1535, do mirante no gaveto com a rua de S. Marcos, sendo bem visível no "*Mappa de Braga Primas",* de 1756, o destacamento desta estrutura perante as demais estruturas do convento. A última estrutura que se terá construído do convento terá sido o dormitório virado à rua das Águas, cuja construção se terá iniciado em 1741, com a compra da casa desta rua, com amplos quintais que permitissem o alargamento da cerca, contemplando igualmente a construção de um novo mirante que permitisse a visibilidade das religiosas para esta zona da cidade (Ferreira, 2014, p. 98). O "*Mappa de Braga Primas",* de 1756, permite a visualização deste segundo mirante, virado à atual Avenida Central. A análise do mapa referenciado, permite constatar que o convento em meados do século XVIII possuiria dois claustros, os dois mirantes anteriormente referidos e uma ampla cerca ajardinada que ocupava praticamente todo o quarteirão. É ainda percetível que uma estrutura bastante longa parece estabelecer

[20] http://pesquisa.adb.uminho.pt/details?id=1198943 (consultado em 08-03-2023, às 22h42m).

a ligação entre o corpo central do convento e o mirante nordeste. Os trabalhos que tivemos a oportunidade de levar a cabo no largo Carlos Amarante permitiram a identificação de estruturas pertencentes ao convento dos Remédios. Para além das estruturas que ainda se encontravam *in situ*, também se identificaram diversos elementos arquitetónicos e tampas de sepulturas epigrafadas, que foram reutilizadas em caleiras dos inícios do século XX, que se localizavam em zona contígua à fachada do convento, virada para o largo Carlos Amarante.



Figura 243 - Planta com estruturas do convento dos Remédios identificadas na intervenção de 2012. ©Arquivo UAUM/Mário Pimenta/Francisco Andrade



Figura 244 - Fotografias de seleção de elementos arquitetónicos e epigráficos provenientes do convento dos Remédios, identificadas na intervenção de 2012, associáveis aos séculos XVII-XVIII. ©Arquivo UAUM/Mário Pimenta

Um outro espaço extramuros que conheceu desenvolvimento na cidade de Braga, como já foi tratado anteriormente, foi a área denominada de campo da Vinha (atual largo Conde de Agrolongo). Neste local, durante a Idade Moderna foram fundados dois espaços conventuais, o convento do Pópulo e o convento do Salvador. O convento do Pópulo terá sido contruído no século XVI, por intermédio do arcebispo D. Frei Agostinho de Jesus e destinado ao acolhimento de ermitas descalços de Sto. Agostinho[21]. De modo que pudesse ter uma dotação patrimonial, foi efetuada para provimento, a união com a freguesia de S. Paio de Pousada em 1597 e com a freguesia de S. João de Semelhe em 1601. Nas Memórias Paroquiais de 1758 é referido que em Semelhe o "*páraco é vigário ad nutum apresentado pello padre reitor do collegio da Nossa Senhora do Pópulo de Braga*" (Capela, 2003, p. 199).

A generalidade da igreja, com especial destaque para as fachadas, é associável ao século XVIII. Considera-se que a fachada principal da igreja, poderia seguir o risco de Carlos Amarante. O edifício apresenta uma mescla de influências maneiristas, rococó e neoclássicas. O interior da igreja apresenta uma estrutura maneirista, tal como o claustro, com arcaria de volta perfeita, intercalada por pilastras e coroada por pináculos[22]. As fachadas apresentam influências barrocas e neoclássicas. A igreja apresenta uma frontaria delimitada por duplas pilastras, rematada por frontão triangular. A fachada do edifício conventual, propriamente dito, apresenta embasamento em cantaria, enquadrado por cunhais "apilastrados" toscanos. Ao centro, o pano em cantaria também é enquadrado por pilares toscanos de grandes dimensões e rematado por um frontão borronímico, com óculo entaipado, também de consideráveis dimensões, destacando-se os elementos na fachada que ocupam um importante papel no âmbito da solução arquitetónica desta zona do edifício[23]. Na zona virada ao campo da Vinha, o edifício apresenta alguma coerência "discursiva", sendo um elemento fulcral no enquadramento cénico da área oeste do referido largo, aspeto que se mantém ainda nos dias atuais.

[21] www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=6973 (consultado em 11-03-2023, às 19h39m).

[22] *Idem* nota anterior.

[23] *Idem* nota 21.



Figura 245 - Fotografia do convento do Pópulo (igreja constitui ainda um local de culto e espaço conventual, sendo ocupado atualmente pela Câmara Municipal). ©Francisco Andrade

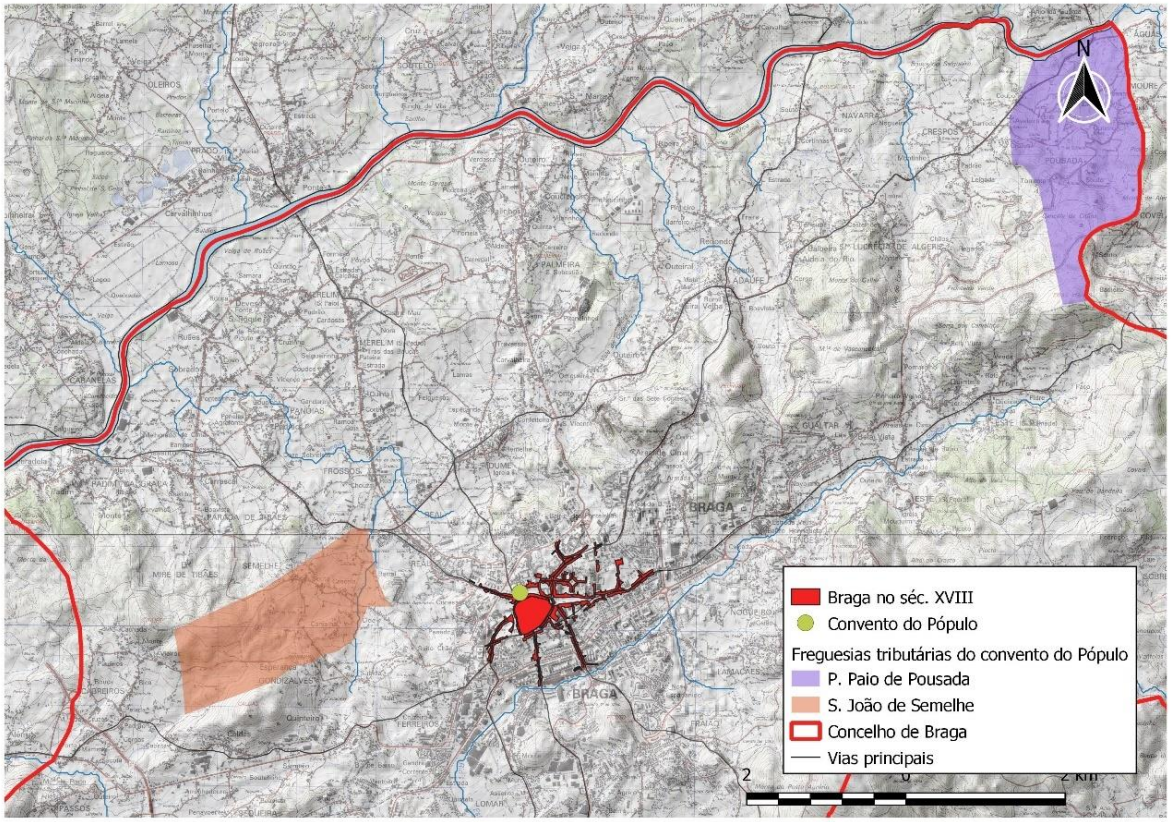


Figura 246 - Localização do convento do Pópulo e relação com Pousada e Semelhe. ©Francisco Andrade

Também localizado no campo da Vinha (atual largo Conde de Agrolongo) ergue-se o convento do Salvador, que atualmente alberga o Lar Conde Agrolongo. O edifício que atualmente se pode observar no local é essencialmente devedor da adaptação do espaço para acolhimento da instalação da

"instituição de acolhimento de inválidos e idosos", patrocinada pelo Conde de Agrolongo. O convento foi fundado em 1602, tendo sido ocupado pelas freiras de Vitorino das Donas, em Ponte de Lima, após um atribulado processo de transferência, que se iniciou em 1528, com a carta de D. João III alertando para a necessidade de mudança da comunidade para uma zona menos erma do que a que era ocupada[24].

Durante o século XVI estão documentados diversos trabalhos nas instalações, estando também documentada a construção de uma nova igreja em 1615, sendo executados os caixotões da nave em 1622-23 e obras de cantaria nas dependências conventuais[25]. Em 1699, documenta-se a 17 de julho, a execução da memória descritiva e planta dos novos dormitórios, cozinha e enfermaria (Oliveira, 2011, vol. III, p. 423). Já no século XVIII, estão referenciadas obras de construção de um novo púlpito, a ampliação do convento, a nascente, em 1733 e a construção de uma nova torre sineira, em 1738, sendo solicitado, em 1757, que fossem efetuadas novas obras no claustro (Oliveira, 2011, vol. III, pp. 21, 111, 147, 187, 240). Juntamente com o convento do Pópulo conforma os limites do campo da Vinha, a norte e a oeste.

Não muito longe do largo Conde de Agrolongo, iniciou-se em 1654, a construção de um convento que viria a acolher uma comunidade Carmelita masculina em 1655, na atual freguesia de S. Vicente. O convento do Carmo tinha sido, contudo, instalado inicialmente no campo das Carvalheiras, em 1635, tendo sido o fundador da comunidade Frei José do Espírito Santo[26]. O edifício de culto que atualmente pode ser visto no local é essencialmente devedor das variadas obras que se efetuaram em início do século XX, da autoria do arquiteto Moura Coutinho. O espaço conventual, que sediou um Hospital Militar e um colégio privado, também conheceu diversas alterações.

Na atual Avenida Central (antigo campo de Santa Ana), localizam-se mais dois espaços conventuais que se desenvolveram no âmbito do crescimento da parte nascente da Braga moderna. No convento dos Congregados, contíguo à basílica com o mesmo nome, iniciaram-se os trabalhos em 1703 com a construção da portaria, no local onde já desde finais do século XVII se haviam recolhido religiosos da comunidade de S. Filipe de Néri (Oliveira, 2011, vol. II, p. 383). Após mais de quarenta anos de construção, a igreja foi terminada em 1766, segundo o que é apresentado por Oliveira (2011). O espaço conventual, que teve uma curta ocupação enquanto tal, apresenta, como pode ser visto nesta zona correspondente à expansão da cidade para o campo de Santa Ana, na Idade Moderna, coerência no discurso arquitetónico, conhecendo apenas alterações na sua área sul, fruto da adaptação do espaço,

[24] http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=46 (consultado em 12-03-2023, às 13h30m).

[25] *Idem* nota anterior.

[26] https://www.cm-braga.pt/pt/1201/conhecer/historia-e-patrimonio/patrimonio-cultural/patrimonio-edificado/item/item-1-645 (consultado em 18-07-2023, às 12h43m).

em momentos posteriores. Refira-se, contudo, que a conclusão das obras na basílica, designadamente ao nível do término das torres sineiras, só sucedeu no século XX, fruto do benemérito Nogueira da Silva[27].

A leste deste espaço, mais próximo do largo da Nª Srª a Branca, em 1652, foi construído um recolhimento para beatas capuchas, donzelas ou viúvas, que se regessem pela terceira regra de S. Francisco. Este recolhimento foi transformado em convento no século XVIII, por D. Rodrigo de Moura Teles, sendo sujeito a clausura e à regra da Nossa Senhora da Conceição[28]. A igreja terá sido reformulada em 1719, tendo a sua sagração sido em 1727. A fachada apresenta as armas de D. Rodrigo de Moura Teles e a imagem da Nª Srª de França, possuindo ainda características do século XVIII. O claustro tem dois pisos e uma arcaria assente em colunas toscanas[29].

Na zona norte do campo de Santa Ana, D. Rodrigo de Moura Teles funda o recolhimento de Santa Maria Madalena em 1722. Pese embora não seja propriamente um edifício conventual, congregava um conjunto de mulheres que vivia em comunidade e constitui um excelente exemplar da arquitetura do século XVIII bracarense, apresentando características aproximadas às obras idealizadas por Manuel Villalobos e Manuel Fernandes da Silva[30]. Também na zona a leste da cidade, D. Gaspar de Bragança funda o colégio das Teresinhas, instalando-se a única comunidade do Carmelo Feminino em Braga (Oliveira, 2017, pp. 13-42). Documenta-se que a construção terá sido feita *a fundamentis*, na rua da Oliveira do Reduto, estando igualmente registadas diversas provisões ao longo do século XVIII para construção do espaço (Oliveira, 2011, vol. II, pp. 484-487).

No largo de S. Tiago, foi fundado em 1533 um colégio que, em 1560, foi doado à Companhia de Jesus. Em 1562 são doadas as freguesias de Ferreiros e sua anexa Santa Maria da Portela[31]. Documentam-se diversas obras ao longo dos séculos XVII-XVIII, sendo muito do espaço edificado associável a este período, como pode ser visto na figura que encerra o capítulo relativo à cidade de Braga na Idade Moderna, em que estão representados os edifícios do largo de S. Paulo e largo de S. Tiago.

Um pouco mais a sul, na atual rua de S. Geraldo (antiga rua dos Pelames), foi erigido entre 1615 e 1629, um convento das religiosas da Conceição, sendo arcebispo de Braga, D. Rodrigo de Moura Telles. O principal dinamizador e fundador foi D. Geraldo Gomes, cónego da Sé de Braga, conjuntamente com o seu irmão, Dr. Francisco Gomes, reitor de Adoufe (Vila Real), instalando-se a congregação em edifícios que lhes pertenciam. A primeira comunidade era constituída por religiosas provenientes do convento dos

[27] http://www.mns.uminho.pt/ (consultado em 12-03-2023, às 17h30m).

[28] www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=11127 (consultado em 11-03-2023, às 18h20m).

[29] *Idem* nota anterior.

[30] http://www.monumentos.gov.pt/site/app_pagesuser/SIPA.aspx?id=350 (consultado em 12-03-2023, às 18h00m).

[31] http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=90 (consultado em 12-03-2023, às 23h00m).

Remédios. A primitiva igreja confinava com a cangosta d'Orjães, que desembocava na rua, tendo sido substituída, em 1728, por um novo edifício no lado oposto. Após a extinção das ordens religiosas instalou-se um instituto, em 1883, para acolhimento de mulheres em risco, atualmente denominado Instituto Monselhor Airosa[32]. O edifício de culto é o espaço que melhor se terá conservado de edificação setecentista. A cidade de Braga passa a dispor, na Idade Moderna, das principais instalações conventuais da região, constituindo os conventos urbanos, uma nova realidade da topografia bracarense.

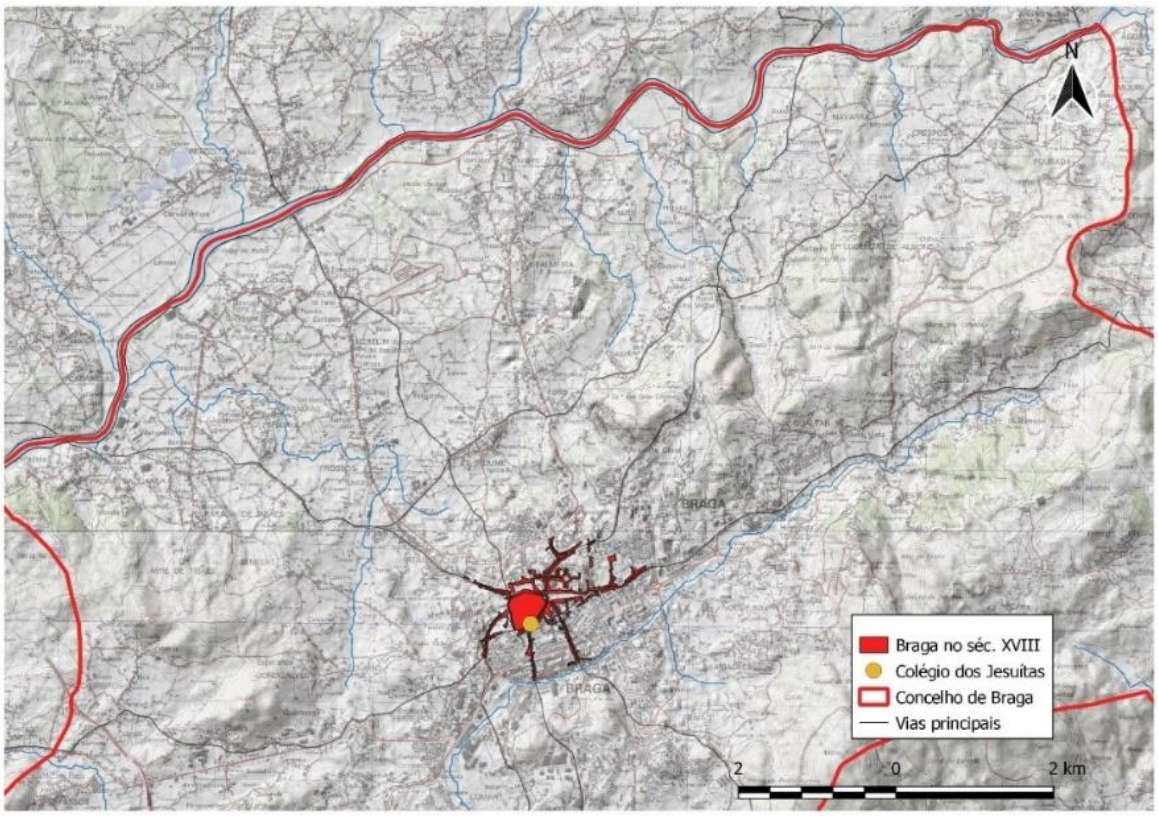


Figura 247 - Localização do seminário de S. Pedro e S. Paulo (antigo colégio dos Jesuítas) ©Francisco Andrade

[32] https://www.imairosa.pt/convento-da-conceicao (consultado em 12-03-2023, às 13h30m).



Figura 248 - Pormenores de colégio de S. Paulo nos mapas de *Georg Braun* de 1594 (esquerda) e "*Mappa de Braga Primas"* de 1756 (direita). ©ADB e Biblioteca da Ajuda

4.1.1.3. As vias terrestres

A viação bracarense da Idade Moderna, pode ser conhecida através de diversas fontes. Tal como na viação medieval, as pontes constituem um importante elemento para a identificação dos locais específicos por onde diversos itinerários passariam. Neste período, contudo, diversifica-se o tipo de fontes, relativamente a períodos anteriores, estando disponíveis para a periferia imediata de Braga, fontes iconográficas como a representação de *Georg Braun* de 1594 e o "*Mappa de Braga Primas"* de 1756. Para uma área mais alargada estão disponíveis, no século XVIII, fontes cartográficas, como o "*Mapa de Portugal"* de 1745 e o "*Roteiro Terrestre de Portugal*" de João Baptista de Castro, fixando os principais roteiros por onde seguiriam as principais viagens pelo reino (Capela, 2003, pp. 597-598).

Com o advento da criação do correio-mor em Portugal em 1520 e consequente criação do serviço postal, a localização das cidades em que existia um serviço de correios, passa a ser indicadora das vias mais importantes, na medida em que, o serviço de correio para as referidas localidades, servir-se-ia da rede de estradas disponíveis à época. De igual forma, consideramos revestir-se de especial relevância, o indicador de que determinada povoação servir-se-ia do correio de determinada localidade, na medida em que, a acessibilidade a esse local estaria de alguma forma favorecida, por questões de proximidade, ou por questões de maior facilidade de deslocação.

Segundo os dados apresentados por Capela (2003, pp. 596-597), no concelho de Braga, todo o correio das paróquias se concentra na cidade homónima, devendo a generalidade das vias estar em uso, não só as principais vias apresentadas anteriormente, mas também um sistema de caminhos secundários que conectaria as diferentes povoações. O concelho de Guimarães servir-se-ia do serviço

postal de Guimarães, mas também do de Braga, no caso das freguesias mais próximas (Capela, 2003, pp. 596-597).

Já mencionámos anteriormente que a ligação com a cidade de Guimarães adquiriu durante a Idade Média alguma relevância. No mapa de *Georg Braun* (1594) e no "*Mappa de Braga Primas"* (1756) é notório que este caminho passou a constituir um dos principais pontos de entrada na cidade, desenvolvendo-se ao longo do seu traçado, um dos principais arrabaldes da cidade a sul. Também é referido por Capela (2003, pp. 596-597) que se serviriam do correio de Braga as localidades de Amares, Terras de Bouro, Vila Verde, Póvoa de Lanhoso e Vieira, para além de outras localidades que lhes seriam mais próximas, servindo-se Terras de Bouro e Vila Verde também do correio de Ponte da Barca. Póvoa de Lanhoso, também se servia do correio de Guimarães e Vieira do Minho, para além do de Cabeceiras de Basto. A utilização dos correios bracarenses para concelhos como Terras de Bouro e Vila Verde, seguramente beneficiaria do itinerário que utilizaria a ponte do Porto, ainda em uso até uma época bastante recente. A utilização da antiga via XIX para norte, pese embora com ligeiras alterações de percurso, é atestada pela construção da ponte de Prado numa zona a oeste da anterior estrada, como também já vimos anteriormente.



Figura 249 - Fotografia de ponte de Prado. ©Francisco Andrade

A saída na cidade efetuar-se-ia, nesta zona, pelo local em que seguiria na Idade Média, estando representada nos dois mapas analisados neste capítulo. A saída para o Porto, via Famalicão, também

está atestada nas fontes iconográficas analisadas, sendo também referido em Capela (2003, pp. 596-597), que ambas as povoações possuiriam serviços postais. O serviço postal do Porto revestia-se ainda de maior importância, na medida em que era um dos centros de ligação postal por via marítima para territórios ultramarinos.

A análise que efetuámos de J. Castro (1763, vol. III) e do seu "Roteiro Terreste de Portugal", permite identificar os locais por onde passariam os principais itinerários que partiriam de Braga. É mencionado que um dos percursos que foi considerado relevante, partiria de Lamego até Braga, passando por Guimarães (Castro, 1763, pp. 61-62). Este dado permite estabelecer que a estrada para Guimarães constituiria uma ligação suprarregional, atestando a sua importância. Este itinerário também estabeleceria a ligação até Moimenta, parecendo constituir um importante eixo de ligação a sudeste para o interior.

Um outro importante itinerário que é mencionado, é a ligação de Braga para Chaves. Pelo traçado que é referenciado, na direção para o Carvalho de Este passando por Salamonde, Ruivães, Venda Nova, Alturas, Carvalhelhos, Boticas, Casas Novas, Chaves) e pelo que conhecemos do mesmo, tal como já referenciámos anteriormente, o traçado seria em grande parte, o traçado da via romana XVII do itinerário de Antonino. É mencionado também no roteiro (Castro, 1763, p. 80), o itinerário que estabelece ligação a Viana, passando por ponte de Prado. Como já vimos anteriormente e pela referência explícita à ponte de Prado, consideramos que, na zona mais próxima da cidade aproveitaria o traçado da via XIX, com as alterações que já foram identificadas, nomeadamente no que respeita à ligeira inflexão para oeste, decorrente da construção da ponte de Prado. Também é referido que o traçado que estabeleceria a conexão entre o Porto e Ponte de Lima passaria por Braga, correspondendo, grosso modo, ao traçado da atual estrada nacional, vindo da Trofa por Famalicão, por Santiago da Cruz e Tebosa, saindo de Braga para norte, pelo traçado referido acima. A reforçar a importância da estrada que conectava a Guimarães está, no nosso entender, a referência de que mais um itinerário com ligação a Vila Real seguiria esse trajeto. A referência a estes itinerários não invalida, que outros que não foram mencionados, não pudessem existir ou estar em uso, apenas consideramos que a sua menção na cartografia e documentação analisada, auxiliam na tentativa de estabelecimento de uma hierarquia de caminhos que marcam as principais características de deslocação de pessoas e bens neste período.

Outro interessante elemento para o estudo das vias da Idade Moderna é o mapa de Rizzi-Zannoni, de cerca de 1780, que permite a confirmação cartográfica dos principais itinerários que abordamos anteriormente.

Neste mapa é notória a importância do itinerário entre Amarante, Guimarães e Braga, que entra na cidade a sul da Falperra, passando pela zona de Esporões. Também é percetível, no mapa, a ligação a Ponte de Lima, pela ponte de Prado e a partir da qual também se parece privilegiar a ligação a Barcelos, pela margem norte do Cávado. A ligação ao Porto está cartografada a partir de Barcelos e Vila do Conde. A ligação a Chaves, recorrendo ao antigo itinerário romano da via XVII, por Póvoa de Lanhoso, Salamonde e Ruivães também aparece cartografado, atestando a sua importância. Como já referimos anteriormente, a referência a estes itinerários, no nosso entender, apenas será demonstrativa da hierarquia dos eixos viários.



Figura 250 - Pormenor de mapa de Rizzi-Zannoni (c.1780). ©BNP

4.1.1.4. As paróquias

A principal fonte para o conhecimento das paróquias na Idade Moderna são o denominado "Numeramento" do século XVI, publicado por Freire e Pessanha (1905) e as Memórias Paroquiais de

1758 (Capela, 2003). Se o primeiro fornece uma lista de nomes seguida do número de moradores e a pertença à respetiva terra, as Memórias Paroquiais fornecem bastantes detalhes das paróquias. Para além destes dados documentais, também se consideraram as paróquias que têm no seu núcleo paroquial, elementos que possam ser associados à Idade Moderna. Seguindo a metodologia que se tem aplicado nos diversos períodos históricos em análise, efetuou-se uma descrição das paróquias, elencando-se, de forma sucinta, os diversos elementos identificados na nossa área de estudo.

A paróquia de S. Pedro de Adães [1] é referenciada no século XVI como "*Sam Pedro dAdaes*" e em 1758 como "*São Pedro de Addains*". Nas Memórias Paroquiais (1758) é referido que a igreja paroquial está localizada no centro da freguesia, que é composta por dez lugares: "*Airó de Baixo, Boca, lugar da Fonte, Sepains, Outeiro, Assento, Passo, Addians, Barreiro e Sobreiro*". É ainda referido que é "governada a nível espiritual" por um padre apresentado pelo reitor de Vilar de Frades. (Capela, 2003, p. 66). Também é mencionado que a paróquia constituiria parte do termo de Barcelos. Parte do conjunto paroquial, poderá contemplar elementos que possam ser associáveis à época moderna.

S. Jorge de Airó [2], "*Sam Jorge e Sam Martinho de Eyroo*", pertencente ao couto da Várzea, no século XVI (Freire e Pessanha, 1905, pp. 241-273) e "*Sam Jorge de Airó"*, segundo a grafia das Memórias Paroquiais, também é referenciada como sendo parte do termo de Barcelos no século XVIII (Capela, 2003, p. 68). Nesta paróquia, tal como a anterior, os rendimentos também são do convento de Vilar de Frades [4], sendo os seus párocos "da apresentação do respetivo reitor". É ainda feita referência ao facto de a capela de S. Martinho de Airó, ter constituído paróquia anteriormente. Efetivamente, o inventário que elaboramos no âmbito do presente trabalho de investigação contempla a paróquia de S. Martinho de Airó [3], para o período medieval. A não identificação da referência para este período é condizente com fusão das duas paróquias. Também se considerou a existência de alguns elementos que poderão ser associáveis à Idade Moderna.

O convento de Vilar de Frades [4] apresenta, nos dias de hoje, grande parte da sua área construída com elementos da Idade Moderna, como já tivemos oportunidade de ver, no âmbito da análise que efetuámos aos conjuntos monástico-conventuais deste período. No denominado "Numeramento" do século XVI, para além da referência ao convento e à sua pertença ao julgado de Penafiel de Bastuço, apenas é feita menção à freguesia de "*Sam Joham de Areas*" (Freire e Pessanha, 1905, pp. 241-273). A sua Memória Paroquial, para a além das interessantes informações acerca do conjunto monástico, apresenta também dados acerca das paróquias de *Sancta Maria Magdalena* [5] e de *S. João de Areas* [6] (Capela, 2003, pp. 76-77). A análise da descrição das duas paróquias permite constatar que ambas eram de bastante reduzida dimensão, possuindo S. João [6], nove lugares e Santa Maria Madalena [5],

quatro lugares, tendo possuído em tempos anteriores à Memória Paroquial dezoito e quatro moradores, respetivamente. No século XVIII as paróquias eram compostas por noventa e quatro fogos e trinta e dois fogos, respetivamente. Os locais ainda apresentam alguns vestígios construtivos associados à Idade Moderna.

A paróquia de Sto. Estevão de Bastuço [7], denominada de "*Samto Estevõ*" no século XVI (Freire e Pessanha, 1905, pp. 241-273), também é referenciada nas Memórias Paroquiais, sendo referido que é pertencente ao termo de Barcelos, sendo mencionado ainda que é apresentação do "*reverendo padre reitor do coleginho de Santo Augostinho da cidade de Lisboa*". É dito ainda que a paróquia é constituída por dez lugares ("*Assento, Sourinho, Prameira, Labandeira, Mouços, Vinha, Lage, Bastuço, Sam Paio, Brancelho*" (Capela, 2003, pp. 94-95). O núcleo paroquial, está bastante alterado, sendo essencialmente do século XX, apresenta, contudo, alguns elementos que poderão ser associáveis a este período.

A paróquia de S. João de Bastuço [8], pertencia ao termo de Barcelos, sendo constituída pelos lugares de *"Real, Cachada, Bustamonte, Eido, Pinheiro* e [*Canduro*]", sendo referido que era couto da ordem de Malta (Capela, 2003, p. 94). O principal acidente orográfico que é mencionado nesta zona é o monte Airó, referido a propósito das duas paróquias de Bastuço, para que temos dados para o período moderno. No termo de Barcelos, também se enuncia a freguesia de S. Tiago de Encourados [10], que se situa junto ao monte de Airó, estando no termo de Barcelos e constituída pelas aldeias de "*Carvalhinho…Villarinho…Burgueiros…Redondo…Carvalham…Torre Velha*", totalizando cerca de oitenta e nove vizinhos, sendo afirmado que a paróquia está no lugar de "*Carvalham*" (Capela, 2003, pp. 113-114). No século XVI a denominação da freguesia seria "*Emcoyrados*" e seria pertencente a Penafiel de Bastuço (Freire e Pessanha, 1905, pp. 241-273).

A freguesia de Martim [11], seria denominada "*Martim*" também no século XVI (Freire e Pessanha, 1905, pp. 241-273). Das Memórias Paroquiais, apenas foi possível obter a informação de que pertencia, neste momento, ao termo de Barcelos. Para além do orago e da côngrua e de que o,"*parocho hé vigário, da alternativa da Sé apostólica e da Mitra de Braga*", não foi respondido mais nenhum item do questionário enviado aos párocos em 1758. Em Santa Maria de Moure [12], também se refere apenas a associação ao "*districto de Pennafiel*" (Penafiel de Bastuço), que pertencia ao termo da *villa* de Barcelos e que tinha cinquenta e sete fogos e cento e sessenta pessoas, sendo o pároco apresentado pelo reitor de Vilar de Frades (Capela, 2003, p. 130). As paróquias parecem apresentar alguns elementos que possam ser associáveis a este período. No "Numeramento" do século XVI, também temos referências à freguesia da "*Reguella*" [13] (Freire e Pessanha, 1905, pp. 241-273), não estando disponíveis dados para o século XVIII.

Na freguesia da Pousa [14], as informações fornecidas ao inquérito são mais detalhadas, sendo referido que pertencia ao termo de Barcelos e tinha cerca de cento e dez fogos e trezentas e quarenta e sete pessoas. Os lugares que são elencados como pertencentes a esta igreja são: "*Seara, Penedo, Deveza, Outeiro, Fontellas, Pontido, Espoldras, Decartes, Brunhais, Emproa, Aldeia, Pouza, Barreiro, Dobrigo, Rego, Peroalgozo, Paimouro, Passo, Fontão*.", ocupando a paróquia uma zona central no território como parece acontecer em diversas outras paróquias (Capela, 2003, p. 132). Apesar de ser pertencente ao termo de Barcelos, o seu pároco é apresentado pelo abade de Padim da Graça que, como vimos anteriormente na descrição do couto de Tibães, faz parte integrante do seu domínio. Outro aspeto interessante já abordado que podemos constatar pela leitura da descrição desta freguesia, é o facto de que, face à sua situação entre dois domínios monástico-conventuais, como é o caso dos domínios de Tibães e de Vilar de Frades, a exploração dos recursos hídricos e piscatórios estar condicionada (Capela, 2003, p. 132).

A freguesia de Sequeade [15], no século XVIII, também era parte do termo de Barcelos, sendo referido que a igreja paroquial estaria localizada junto ao monte Airó, que, como já vimos anteriormente, é um dos maiores referentes da topografia desta zona. Os lugares que são considerados com fazendo parte desta paróquia são: "*Aido*..., *Viso*, *Fontedonna*, *Sequiade*, *Fontainha*, *Lugar de Baixo*, ...*Alvite*, ...*Talhos*, ...*Moinhos*, *Sam Pedro de Sá*... *Furguel*". É mencionado ainda que a igreja não tem beneficiados de espécie alguma, sejam eclesiásticos ou seculares (Capela, 2003, p 140).

Adaúfe [18], apesar de no século XVI ainda ser referenciada como "*mosteiro de Adaoufe*", no século XVIII, já só é mencionada como paróquia, sendo referido que "*Não há na freguesia conventos, nem hospital, nem caza da mizericordia*" (Capela, 2003, p. 161). É ainda feita referência aos lugares que são constituintes da freguesia: "*Pegada, Romil, Eira Velha, S. João, Oiteiro, Real, Mota, Oiteiral, Fontella, Linhares, Pinheirinho, Bica, Moinhos, Valle, S. André, Preza, Ribeira de Baixo, Oitieirinhos, Ribeira de Cima, Pinheiro, Barreiro, Redondo, Freire, Estrada, Ferreiros, Cajam, Penella, Valverde, Quintam, Aldeia, Ferradães, Corrego, Montezinhos, Avelar, Souto, Sedofeita, Caza Nova, e o sobredito lugar da Comenda*". O lugar da Comenda corresponde ao lugar da sede paroquial, sendo possível, ainda nos dias de hoje, visualizar um interessante conjunto dos séculos XVII-XVIII. A análise aos lugares da freguesia acima enumerados, permite ainda constatar a afinidade toponímica de alguns, com paróquias mencionadas na Idade Média, sendo notória a sua fusão com a paróquia de Santa Maria de Adaúfe [18].



Figura 251 - Núcleo paroquial de Adaúfe. ©Francisco Andrade

S. Paio de Arcos [22], denominada "*Sampayo de Arquos*" no século XVI (Freire e Pessanha, 1905, pp. 241-273), também é referenciada nas Memórias Paroquiais de 1758. É aludido que é pertencente ao termo da cidade de Braga e que é constituída por oito Lugares "*Correia...Laranjeira...Barros...Foz...Goixe...Outeiro...Capella...Cachada...*". Para além de diversos aspetos de posicionamento geográfico, destacamos a referência à "*ponte chamada de Arcos, com dous olhaes toscos e antigos, por onde passa a estrada que bem de Braga e vai para Guimarães*" (Capela, 2003, p. 164).

A freguesia de Arentim [23] é denominada "*Aremtim*" no século XVI, sendo feita menção de que tinha couto próprio (Freire e Pessanha, 1905, pp. 241-273). No século XVIII é referido como sendo couto da arquidiocese primaz de Braga. A resposta ao questionário revela ainda que no século XVIII seria

constituída por duzentas e trinta pessoas, sendo ainda referido que era constituída pelos lugares de "*Gondomar*... *Estrada*... *Pesselar* ... *Ponte* ... *Crastto*, ... *Cantareira* ...*Costa*, ...*Samossa* ... *Soutto* ... *Rial* ...*Assento*..." (Capela, 2003, p. 165). No lugar da Igreja Velha [23], apesar de no século XX se ter construído uma nova igreja paroquial, ainda se identifica a antiga, cujo edifício se apresenta como sendo associável à Idade Moderna. O rio Este e o monte de Santo André, parecem ser os principais referentes geográficos do couto, pese embora não pareçam ter grande importância a nível económico, à luz do que é descrito nos diversos pontos abordados na freguesia (Capela, 2003, p. 166).

A paróquia da Aveleda [24], também tem como principal fonte de informação para este período, as Memórias Paroquiais que estão a ser alvo de análise no presente capítulo. A arquitetura da igreja paroquial remete-nos para períodos mais recentes. A freguesia, pertença do couto de Vimieiro, como já constatamos em períodos anteriores, tinha no século XVIII oitenta vizinhos e era constituída pelos lugares de "*Louredo, Passos, Gaiam, Avelleda, Antoinha, Gondufe, Lage, Larangeira, Noval, Marzagam, Torre, Igreja e Monte*" (Capela, 2003, p. 167). Não é feita referência a qualquer outro tipo de aspeto de interesse ou de destaque nesta freguesia.

Em S. Pedro de Maximinos [25], a sua igreja paroquial ainda conserva vestígios que podem ser associáveis a este período. Apesar de hoje já estar perfeitamente integrada na malha urbana da cidade de Braga, no período em análise, a freguesia, localizada em zona extramuros, ainda constituía um arrabalde da cidade de Braga [34]. No século XVI a freguesia era denominada de "*Sam Pedro de Meixeminos*" e pertencente ao termo de Braga (Freire e Pessanha, 1905, pp. 241-273). A descrição que é efetuada nas Memórias Paroquiais permite constatar a existência de trezentos e onze fogos, oitocentas e vinte e duas pessoas casadas e setenta e cinco menores. É estabelecida distinção entre moradores das ruas e das aldeias, o que é ilustrativo do início da expansão da cidade extramuros, designadamente através do crescimento nesta zona das ruas "*dos Arrabaldes ...rua da Quingosta de Sam Sebastião ...rua Direita da Cruz de Pedra ... rua do Beco*". Os lugares rurais que são enumerados nesta zona, são "*Abram de Sima e Abram de Baixo, Monte de Penas, Areal, Souto Cham, Cones, Naia, Assento, Laranjeira, Penedo, Pereiras, Ortas, Talhos, Quingosta dos Cornos*" (Capela, 2003, p. 186).

A paróquia de S. José de S. Lázaro [27], localizada na periferia imediata da cidade de Braga, no século XVIII, tem hoje em dia uma igreja paroquial de feição contemporânea, completamente integrada na malha urbana da cidade. Contudo, a igreja que a precedeu localizada muito próxima à atual, foi demolida já no século XX, fruto da reordenação urbanística que a cidade conheceu nessa zona, havendo ainda registos fotográficos da mesma, confirmando-se quer a localização, quer as suas características gerais. A paróquia, de criação recente, foi constituída por desmembramento da paróquia de S. Victor

(Capela, 2003, p. 193). S. Lázaro [27] abarcava uma parte considerável dos arrabaldes da cidade de Braga, a sul, possuindo mil duzentos e trinta vizinhos e duas mil setecentas e doze"*pessoas de sacramento*", sendo as principais ruas que a constituem: "*a rua das Agoas, parte da rua dos Pellames, rua dos Granginhos, rua de Trás Sam Marcos, parte do Campo da Sancta Anna, parte da rua de Sam Gonçalo, parte da rua de Sancto André do Quinteiro, parte da rua dos Chãons de Sima, parte da rua Nova do Vico, Paúlo de Nossa Senhora Branca, rua do Paimanta*" (Capela, 2003, p. 191). Nesta freguesia também é feita a distinção entre ruas e aldeias, o que é ilustrativo, tal como acontece na freguesia de Maximinos [25], da sua característica de freguesia suburbana. As aldeias mencionadas são: "*Gordeita, Escoura, Deveza, Gallos, Latas, Ribeira, Sardoal, Lages, Santo Adrião, Quingosta da Palla, Quingosta de Nossa Senhora Branca, Portas, Fujacal.*"

A paróquia de S. Victor [30], é atualmente, a maior freguesia urbana da cidade de Braga. À época estaria localizada nos arrabaldes da cidade. No século XVIII, já se trataria de uma paróquia bastante povoada, possuindo cerca de três mil e trinta habitantes.



Figura 252 - Igreja paroquial de S. Victor. ©Francisco Andrade

O caráter suburbano, já mencionado, está bem presente na resposta do questionário em que é referido que "*Esta freguesia fica parte della na cidade e parte em aldeia*". É ainda referido que na sua zona rural, a freguesia é composta pelos lugares de "*Passos*, ... *Villar*, ...*Santa Tecla*, ...*Torneiros*, ... *Soutinha* ...*Arial*" (Capela, 2003, p. 193). A igreja, descrita nas Memórias Paroquiais, é a que hoje se encontra a culto e está localizada contígua à estrada que seguia em direção a Chaves. A descrição faz ainda referência à capela de S. Victor o Velho [33], designadamente ao edifício que precedeu o atual, construído em época posterior à que está a ser analisada no presente capítulo.

A cidade de Braga [34] foi considerada como uma entidade territorial, sendo analisada em conjunto, de modo que se possa estabelecer uma análise comparativa com os períodos anteriores. Contudo, nas Memórias Paroquiais de 1758, é referido que a zona intramuros da cidade é constituída por três freguesias ("*Sé Primaz de Braga*, S. João do Souto e Cividade") (Capela, 2003, pp. 161-211).

A freguesia da Sé, que também abarca uma parte da área fora da cerca medieval, tinha neste período, duas mil oitocentas e uma pessoas e era constituída, segundo as Memórias Paroquiais, pelas ruas da "*Conega, Porta de S. Francisco, Biscainhos, Campo das Hortas, Roxio dellas, de São Miguel-o-Anjo, Campo de Sam Sebastiam, Carvalheiras, rua dos Assougues, rua Nova, Assougues Velhos, Roxio da Praça, Violinha, rua de Sapateiros, rua de Maximinos, rua Verde, das Chagas, do Terreiro da Sé, a do Farto, A do Forno, Porta de São João, rua de Gatos, a das Oucias ao redor da Sé, Campo dos Touros, rua do Campo*..." (Capela, 2003, pp. 194-195). Nesta freguesia, como já foi referido na descrição da cidade moderna, e como o próprio nome indica, está localizado o conjunto arquiepiscopal, cuja descrição detalhada ocupa a grande maioria da resposta ao inquérito solicitado. Apesar da sua dupla vertente intra e extramuros, é uma paróquia maioritariamente urbana.

A paróquia da Cividade, tal como a paróquia da Sé, ocupava uma área intra e extramuros (Capela, 2003, p. 170). Segundo as Memórias Paroquiais possuía, no século XVIII, uma população de cerca de mil e sessenta e oito pessoas e era constituída pelas ruas "*do Gualdim, Travessa Primeira, Segunda e Terceira, rua do Coutto de Arvoredo, a de Sto António, a de Sta Maria, a de Trás do Colegio, a do Postigo, de S. Sebastião, a dos Pelames que perdeo esta o nome por algum dia se chamar de S. Giraldo, a rua do Alcaide, a de Trás do Hospital, a da Quingosta de S. Sebastião, o Roxio de Sto Antonio, o de S. Paulo, os campos de S. Tiago e S. Sebastião*". Também é referido que integrava dois lugares rurais ("*hum chamado Fojacal e outro Urjaes*") (Capela, 2003, p. 170). Tal como já foi referido anteriormente, dois dos principais marcadores urbanísticos são o colégio da Companhia de Jesus e o convento da Senhora da Conceição, bem como os campos de S. Tiago e o de S. Sebastião (Capela, 2003, p. 170).

A freguesia de S. João do Souto, localizada essencialmente intramuros, apresenta uma porção considerável da sua área na zona extramuros (Capela, 2003, pp. 201-202). A freguesia possuía, à época, mais de três mil e quinhentos habitantes, sendo as suas ruas:"*rua de S. João, rua do Anjo, rua de S. Marcos, rua da Agoa, da Porta do Souto, rua dos Chans de Baixo, rua dos Chans de Cima, rua do Eirado, rua da Fonte da Carcova, rua do Campo da Vinha, rua de Gatos, rua das Travessas, rua de Trás do Hospital, rua da Quingosta do Colegio, rua do Campo dos Remédios, rua do Carvalhal, rua dos Penedos, rua do Souto, Paso Arcebispal, rua de Santo Antonio, rua das Beatas de Santo António, Seminário de S. Pedro, rua da Loura, Aljube, Castelo, Alfandega*") (Capela, 2003, p. 202). Para além das ruas que constituiriam o tecido urbano na área intramuros e extramuros, também é feita referência a lugares rurais que constituíam esta freguesia ("*lugar da Torre, lugar do Armão e lugar de Santa Barbora de Baixo*") (Capela, 2003, p. 202). Alguns dos dados interessantes que se podem extrair das presentes Memórias Paroquiais, estão relacionados com os aspetos da morfologia urbana já anteriormente abordados, como é o caso dos campos extramuros que norteiam o crescimento da cidade e a presença de diversos conventos já igualmente abordados, designadamente o convento dos Remédios, convento do Salvador, o convento do Carmo e o convento do Pópulo.

A freguesia de Cabreiros [36], denominada "*Sam Miguel de Cabreiros*", pertencente a Penafiel de Bastuço, no século XVI (Freire e Pessanha, 1905, pp. 241-273), também é mencionada nas Memórias Paroquiais do século XVIII, sendo referido que pertencia à comarca e termo de Barcelos, possuindo à época duzentas e sessenta e três pessoas, sendo também referido que é constituída pelos lugares de "*Porto, Chacota, Padram, Naviças, Macieirinhas, Villaverde, Monte, Cachada, Vieiros, Torre, Bica, Cabreiros, Moutinho e Sam Miguel*" (Capela, 2003, p. 167). Como freguesia rural que era, produzia diversas culturas agrícolas, sendo o seu principal acidente orográfico, o monte das Caldas [103].

Em S. Lourenço de Celeirós [37], ("*Celeiroo"*, no século XVI), é referido no século XVIII, que se tratava de uma das quatro freguesias que compunham o couto de Vimieiro. A freguesia possuía quatrocentas e vinte e três pessoas e era constituída pelos lugares seguintes: "*pera a parte do Nascente os lugares de: Sucarreira, Lagarteira, Cabello, Passo, Andrias, Cruz, pera a parte do Norte tem: o lugar da Pedra, Boavista, Covas de Sima, e Covas de Baixo; pera o poente, tem tão somente o lugar de Assento: e pera a parte sul tem o lugar de Trezeste*". Ainda são identificáveis alguns elementos, próximos da igreja, mais recente, que poderão ser associáveis à Idade Moderna.

A paróquia de Crespos [38], referenciada no século XVI como "*Sancta Ovaya de Crespos*" (Freire e Pessanha, 1905, pp. 241-273) é descrita no século XVIII, de forma bastante sucinta, sendo apenas

referido que é "*parochia do termo da cidade de Braga*" e que possuía cerca de cento e vinte e três fogos, sendo abundante em frutos e águas (Capela, 2003, p. 171).

A paróquia de Cunha [39], é referida em 1758, como sendo parte do termo de Guimarães, possuindo cerca de trezentos e quinze habitantes e sendo constituída pelos lugares de "*Eiras, Longra, Vessada, Orta Nova, Paço, Cal, Portelo, Quintans, Campo, Rigueira, Figueiredo, Costa, Souto, Gondomar, Igreja, Lama e Lebeguada*" (Capela, 2003, p. 172).

A igreja de Dume [40], apesar de ter sido alvo de diversas obras de ampliação em finais do século XX, tem como principais elementos do seu conjunto paroquial (igreja de Dume e a capela da Nª Srª do Rosário), estruturas que poderão ser associáveis aos séculos XVII e XVIII. Apesar de ser referenciado no "Numeramento" do século XVI ("*Sam Martinho de Dume*"), não foi possível identificar nenhum vestígio desse período nas diversas intervenções arqueológicas realizadas (Fontes, 1991-1992, pp. 199-230). Nas Memórias Paroquiais, é efetuada uma descrição da morfologia da freguesia, que é condizente com as características que tinha, antes da reorganização administrativa de 2013, sendo referido que "*Está situada esta freguesia quazi em figura quadrangular, suposto que da parte que corre do meio dia a Poente e de Nascente a Norte, se lhe perceba mais alguma exenção, não hé couza que a deforme de sua quadrangular figura. Será toda a sua extençam meia legoa pouco mais ou menos, medida por cada hum dos seos quatro ventos*". Um outro aspeto que consideramos interessante, é o facto de os priores de Dume terem como paróquia anexa S. Paio de Parada [84], de que são abades.

Uma aproximação aos lugares de Dume, que já tivemos oportunidade de analisar anteriormente (Andrade, 2015), permite constatar que, tal como nas paróquias contíguas, os limites parecem ser condizentes as freguesias anteriores a 2013. O lugares mencionados são "*Cacavellos…Rua da Amargura, Remelhe, Ordem, Crasto, Sarram, Cabanas, Granja, Estrada, Sima de Villa, Cachada, Espessande, Gontijo, Lamas, Carvalhal, Travessas, Mouquim, Anteportas, Amil, Pinhel, Felgueiras, Sobremoure, Fonte Carreira, Boucinha, Rego, Cruzeiro, Igreja*" (Capela, 2003, p. 173). Para além da referência a diversos locais ainda identificáveis, hoje, na paisagem dumiense, tais como a ponte de Sobremoure [41], a capela de S. Lourenço [42] ou ainda diversas quintas que permanecem na freguesia, tais como a quinta de Cabanas e a quinta de Mouquim, é possível extrair um importante dado que se revelou de grande importância na análise que fizemos ao domínio dumiense (Andrade, 2015), designadamente a referência de que, tal como ainda acontece hoje, os limites entre a área norte de Braga e a zona sul do domínio dumiense, têm como principal elemento, o castro Máximo ("*Não tem montes consideráveis, o mais extenço hé o do Crasto, nos lemites que a devidem dos subúrbios bracarenses*").

A paróquia de Escudeiros [43], "*Sam Pedro de Escudeiros*" no século XVI (Freire e Pessanha, 1905, pp. 241-273), também é descrita em 1758 (Capela, 2003, p. 174). É referido que estaria no termo de Braga e que possuiria os seguintes lugares: "*Torneiros, Campo, Anssariz, Pouzada, Carreiro, Soutto, Quintam, Granja, Monte, Longra, Requeixo, Hospital, Ferreira, Formiga*" (Capela, 2003, p. 174).

Na paróquia de Espinho [44], um dado importante que pode ser extraído da leitura das Memórias Paroquiais de 1758, é o facto de que pertencia ao "*termo da villa de Guimarães*" (Capela, 2003, p. 175), o que corrobora os dados extraídos das Inquirições de 1288 (Pizarro, 2012, p. 931). Também é possível constatar que possuía, à época, duzentas e cinquenta pessoas e era constituída por oito lugares: "*Cachada, Assento, Pinheiro, Passos, Fontainha, Soutello, Latas e o da Costa*". Apesar de ser do termo de Guimarães, o pároco é "*vigário ad nutum, apresentado pelo reverendo Diam de Braga*" (Capela, 2003, p. 175). Outra das características que se considera importante ressalvar, é a referência de que se trataria de uma zona com uma importante mancha florestal, sendo mencionado que "*Tem abundante lenha de Carvalho*" (Capela, 2003, p. 176).

A igreja de Esporões [45], pese embora já esteja bastante alterada, ainda conserva alguns elementos que poderão ser associáveis à Idade Moderna. Em 1758 é referido que pertencia ao termo e comarca do arcebispado de Braga. A paróquia teria, à época, trezentas e vinte e cinco pessoas e seria constituída pelos lugares de "*Zenha... Nugueiras... Estrada... Aldea... Além... Barreiro... Além Rio... Persal... Carvalhal...*". O monte de Santa Marta constitui um referente incontornável desta freguesia, sendo assinalado na resposta ao questionário, o domínio da paisagem que o local tinha, para a veiga do Penso (Capela, 2003, p. 176).

A freguesia de S. Mamede de Este [48] era denominada "*Sam Mamede d' Este*" no século XVI (Freire e Pessanha, 1905, pp. 241-273) e "*S. Mamede d'Este*" no século XVIII (Capela, 2003, p. 177). A freguesia contava no século XVIII com quatrocentas e vinte e cinco pessoas que habitavam os seguintes lugares: "*Maragoto... Carvalho... Batoca... Pumar Longo ...Pregal... Tomada... Paso... Tourão... São Simão... Pigos... Xisto... Bemposta... Fonte... Meitem... Venda... Quintela... Deveza... Ribeira... Vilar... Tojal* ..." É ainda referido que a paróquia se localizava no lugar do Tojal (Capela, 2003, p. 177). O lugar de S. Simão [49], como já tivemos oportunidade de referenciar a propósito da análise que efetuámos em épocas anteriores, terá sido uma paroquia extinta e agregada a S. Mamede de Este.

A freguesia de S. Pedro de Este [50], foi referenciada no século XVI como "*Sam Pedro de d'Este*" (Freire e Pessanha, 1905, pp. 241-273). Em 1758, a resposta ao questionário é bastante sucinta, sendo apenas referenciado que pertencia ao termo da cidade de Braga, que tinha setenta e seis fogos e cerca de duzentas pessoas "*de comunhã*" (Capela, 2003, p. 178). A igreja apresenta características

arquitetónicas que indiciam o seu enquadramento no período cronológico em análise. Tal como na freguesia acima referida, também em Ferreiros [51], os dados que podem ser extraídos das Memórias Paroquiais de 1758 são bastante escassos, constata-se apenas que faria parte do termo da cidade de Braga e teria cento e catorze fogos. No século XVI denominava-se de "*Samta Maria de Ferreiros*" (Freire e Pessanha, 1905, pp. 241-273).

Os dados acerca da freguesia de Figueiredo [52] são bastante mais abundantes. A paróquia, que manteve uma denominação muito semelhante na Idade Moderna à que atualmente possui, era da comarca de Guimarães e pertencia ao couto de Vimieiro. Em 1758, possuía duzentos e catorze habitantes e era constituída pelos seguintes lugares "...*Quinta... Cazal da Villa... Passo... Fervensa... Cazal de Galinhas... Pipe... Bairro... Sobrado... [Gericó]... Sam Miguel*...". Refere-se ainda que a paróquia está no limite nascente da freguesia e é feita menção à sua localização na veiga do Penso, sendo evidenciadas as características bastante planas do vale (Capela, 2003, pp. 178-179). O lugar de S. Miguel [53], poderá corresponder ao local identificado por Avelino Costa (2000), que corresponderia hipoteticamente à extinta paróquia de "*Sancto Michael de Paredes Siccas*" em finais do século XI. Não dispomos de qualquer outra referência clara à sua associação a um centro paroquial, nos principais documentos analisados para os distintos períodos históricos. A capela evidencia algumas características que poderão ser associáveis à Idade Moderna.

A freguesia de Fradelos [54], encontrava-se unida a Tadim, sendo a sua descrição em 1758 efetuada em conjunto com a referida freguesia (Capela, 2003, p. 180). No século XVI denominava-se "*Fradellos*" (Freire e Pessanha, 1905, pp. 241-273). A freguesia de Fraião [55], denominava-se "*Samtiagu de Fraiam*" no século XVI (Freire e Pessanha, 1905, pp. 241-273). Terá sido apenas neste momento que o topónimo Fraião se consolidou, alterando-se a referência que era feita a "*Lamazales ou Lamacaes*", em períodos mais recuados. É referido ainda que no século XVIII a freguesia tinha cento e trinta e quatro pessoas, distribuídas pelos lugares de *"...Bretas... Oiteiral... Gandarella... Calvello de Baixo... Calvello de Sima... Lata... Assento... Boucinha... Gaião... Venda... Valbom d'Além... Gandra de Baixo... Gandra de Sima*..." (Capela, 2003, p. 180).

Os dados que temos disponíveis para a freguesia de "*S Miguel de Frozos*" [56], permitem constatar que possuía duzentas e vinte e seis pessoas e era constituída pelos seguintes lugares "*...Feital... Quintã... Seara... Formigueira... Outeiro... Cruzeiro Quebrado... Formiga... Penedo... Lameira... Goja... Quinta... Rua... Carreiro...*". A descrição do território refere que, não havendo grandes cursos de água na freguesia, o rio Torto, apesar de, como é referido explicitamente, apenas se tratar de um pequeno regato, é o seu principal recuso aquífero. É evidenciada ainda a apetência agrícola e alguns recursos piscatórios que

também parecem ter existido (Capela, 2003, p. 180). No século XVI, a paróquia denominava-se "*Sam Myguel de Foroços*" (Freire e Pessanha, 1905, pp. 241-273). Apesar das alterações, a igreja paroquial apresenta diversos elementos associáveis à Idade Moderna.

A paróquia de Gondizalves [58] ("*Gundizalve*" no século XVI) (Freire e Pessanha, 1905, pp. 241-273), é referia em 1758, como sendo pertencente ao termo e comarca da cidade de Braga. A freguesia era constituída por dezassete lugares ("*Carvalho... Lugarinho... Rio...Cide, Cabrita, Quintam, Feijó... Ponte, Tomada, Quinteiro, Fontainhas, Esperança, Lugar, Assento, Rezidencia*"). Os principais acidentes orográficos referenciados são o monte de S. Gregório [26] e o Monte das Caldas [103], sendo o curso de água mencionado, o ribeiro da Naia, que corresponderá ao início do ribeiro referenciado como sendo rio Torto na freguesia de Frossos [56].

A freguesia de S. Miguel de Gualtar [59], era denominada "*Goualtar*", no século XVI (Freire e Pessanha, 1905, pp. 241-273), sendo denominada em 1758 de "*Sam Miguel de Goaltar*" (Capela, 2003, p. 182). Segundo os dados extraídos da resposta ao inquérito das Memórias Paroquiais, pertencia ao termo da cidade de Braga e possuía trezentos e trinta e cinco habitantes. Os principais lugares que são referenciados na freguesia são: "...*Igreja... Monte... Breias... Mourisca... Lage... Nogueira... Novainho... Barros... Olivelas... Deveza... Boussa... Barreiro... Carvalho... Pias... Crespo... Estrada da banda de Cima... Arcela...*" (Capela, 2003, p. 182). Parece ainda ser evidente a apetência agrícola de, pelo menos parte do território, na medida em que são enumerados diversos produtos que seriam provenientes de Gualtar. A corroborar este facto, a referência de que a população seria variável na medida em que parte dos habitantes seriam caseiros, parece ser condizente com os pressupostos acima enunciados. Apesar de se ter construído uma nova igreja já no século XX, a igreja velha de Gualtar [59] apresenta a sua fachada e parte da capela-mor, com características que indiciam afinidades estilísticas barrocas. Até ao século XX, altura em que ser efetuaram trabalhos de recuperação, promovidos pelo padre Domingos Brandão, que colocaram a descoberto diversos elementos românicos que a igreja ainda conservava, a aparência moderna da igreja era bastante mais evidente.

A freguesia de Guisande [60], localizava-se em 1758, no termo de Barcelos (Capela, 2003, p. 183). No século XVI era denominada "*Guysande*" e pertencia ao termo de Penafiel de Bastuço (Freire e Pessanha, 1905, pp. 241-273). A leitura das Memórias Paroquiais, permite ainda constatar que possuiria em 1758, cento e trinta e sete pessoas e era constituída pelos lugares de "*Villa Pouca, Ribeiro, Souto, Igreja, Barrimão e Lage*". É ainda referido que se trataria de uma terra com parcos recursos e que possuiria uma escassa produção de "*milham e centeio*", o que é condizente com a sua população

também escassa, sendo ainda referido que os seus fregueses são "*casi todos pobres".* É ainda mencionado que a paróquia é apresentação do reitor de Lomar (Capela, 2003, p. 183).

Da paróquia de Lamaçães [61], não nos foi possível obter dados do século XVI, contudo, no século XVIII, foi possível constatar que se denominava "*Nossa Senhora da Purificação de Lamaçais*" e que pertencia ao termo de Braga (Capela, 2003, p. 183). Também foi possível constatar que a freguesia tinha duzentas e duas "*pessoas de Sacramento*", oito "*menores*", onze "*viuvas e viúvos* " cinco "*solteiros*" e era composta pelos lugares de *"... Torre... Zenha... Cenrra... Outeiral... Bom Real... Vias Covas... Oiteiro*". Para além destes dados, o pároco ressalva o facto de o monte Sameiro, ser a principal referência orográfica da freguesia (Capela, 2003, p. 183).

A igreja de Santa Maria de Lamas [62], é descrita nas Memórias Paroquiais de 1758, sendo igualmente feita uma descrição sumária das características gerais da freguesia. É referido que que a freguesia tinha cento e quarenta e duas pessoas e que "*Está situada em o meio de huma campina plaina, chamada veiga do Penço*". Também é feita alusão ao facto de ser constituída apenas por três lugares "*Almoinha, Lamas e Cambrainha*" (Capela, 2003, p. 184). A sua localização numa zona plana é condizente com o aproveitamento da terra para exploração agrícola, sendo referido que se produzem diversos alimentos, sendo os mais abundantes o *"milhão... senteio... feijão de várias cores ... vinho*" sendo ainda referido que em menor quantidade também se produz trigo, azeite e couve galega (Capela, 2003, p. 184).

A atual freguesia de Lomar [63], é referenciada como sendo dividida em duas paróquias que estão unidas: a abadia de S. Pedro de Lomar e a reitoria de S. Pedro, ("*que se encontra unida à abadia*"). Ambas estão localizadas na margem do rio Este, sendo o principal elemento hidrográfico da região, em conjunto com a ribeira do Penso. A abadia de S. Pedro, é constituída por cento e trinta pessoas e é composta pelos lugares de "... *Casal Novo, Moinho d' Além, Costa, Costoias, Bemposta, Soutto Nozzal, Cappella, Outeiro, Ventoso*". É ainda referido que usa como igreja paroquial, a igreja da reitoria de S. Pedro de Lomar (Capela, 2003, p. 184). A reitoria de S. Pedro de Lomar, constituída por oitenta e seis pessoas, tinha como lugares "*Ponte Pedrinha, Monte da Forca, Muro, Estrada, Assento e Feijoal*" (Capela, 2003, p. 185). É ainda feita menção ao facto de a igreja da reitoria ter sido parte do convento beneditino de Lomar (Capela, 2003, p. 185), o que corrobora a localização estabelecida para o local, como sendo a antiga igreja de Lomar, no lugar do Assento. Ambas paróquias produziam várias culturas, com destaque para os cereais, feijão e algum vinho verde, nas zonas mais baixas, estando documentada a presença de sobreiros, carvalhos e tojo nas áreas mais altas da freguesia. É ainda referida a presença de vários moinhos de água nas duas freguesias, sendo apenas mencionado genericamente que, na

abadia de Lomar, se localizam "*cuatro moinhos com diversas moagens*" e que, na reitoria de Lomar, se localizava a ponte de Pedrinha, importante ponto de passagem já abordado ao longo do texto (Capela, 2003, p. 186).

Não foi possível obter muita informação das Memórias Paroquiais de 1758, relativa a S. Paio de Merelim [64], sendo apenas referido que fazia parte do couto de Tibães e à época contava com quinhentas e noventa pessoas (Capela, 2003, p. 187). No século XVI, a freguesia era denominada de "*Sampayo de Mellim*" e já estava referenciada como fazendo parte do couto de Tibães (Freire e Pessanha, 1905, pp. 241-273). À semelhança das informações da sua congénere de acima descrita, em S. Pedro de Merelim [66], as respostas ao inquérito também não entram em grande detalhe, sendo referido que tinha trezentas almas de comunhão e fazia parte do couto de Tibães (Capela, 2003, p. 187). No século XVI era denominada de "*S. Pedro*" e já era feita referência ao facto de ser pertença do mesmo domínio monástico (Freire e Pessanha, 1905, pp. 241-273).

Santa Maria de Mire [68], é referenciada como fazendo parte do couto de Tibães, sendo sumariamente descrita, tal como as outras paróquias do couto, mencionando-se que dispunha de duzentos e cinquenta moradores (Capela, 2003, p. 188). No século XVI, a freguesia é denominada de "*Santa Maria de Myre*", não se tendo alterado a circunscrição territorial de que estava dependente.

A freguesia de Morreira [70] não apresenta Memória Paroquial, não sendo referida no "Numeramento" do século XVI.

A paróquia de Navarra [71], tal como as paróquias de Nogueira [73] e Nogueiró de Dadim [74,75] estão referenciadas em 1758, como sendo pertencentes ao termo da cidade de Braga. É ainda referido que Navarra possuía sessenta e um fogos, Nogueira tinha setenta e seis e Nogueiró e Dadim tinham setenta e nove (Capela, 2003, p. 188). As freguesias de Nogueiró e Dadim [74, 75 estavam unidas já na Idade Moderna, estando referenciadas em separado até ao século XIII.

As freguesias de Padim da Graça [78], Panoias [83] e S. Paio de Parada [84], estão referenciadas em 1758 como sendo parte do couto de Tibães. É ainda mencionado que Padim da Graça possuía cento e seis fogos. Panoias possuía sessenta e seis fogos e "*180 almas de comunhão*" e que Parada de Tibães possuía trinta e três fogos, com "*137 almas de Sacramento*" (Capela, 2003, p. 189). Os dados extraídos das Memórias Paroquiais, permitiram constatar que em Padim da Graça a côngrua era de "*155 alqueires de pão e 5 pipas de vinho*", o que nos parece demonstrativo da predisposição agrícola da freguesia. Em Parada de Tibães é feita referência ao facto de o pároco ser da apresentação do prior de Dume, como já mencionámos anteriormente a propósito da paróquia de Dume (Capela, 2003, pp. 189-190).

A paróquia de S. Pedro de Oliveira [77] é descrita de forma sucinta em 1758, sendo referida como pertencente ao termo e comarca de Barcelos, possuindo à época sessenta e cinco fogos. No século XVI era denominada de "*Sam Pedro d'Oliveira*" e pertencia ao Julgado de Penafiel de Bastuço (Freire e Pessanha, 1905, pp. 241-273).

A freguesia de Palmeira [79], denominada "*Santa Maria de Palmeyra*", no século XVI, fez parte do termo de Braga durante toda a Idade Moderna (Freire e Pessanha, 1905, pp. 241-273; Capela, 2003, p. 189). É ainda mencionado que em 1758, possuiria cerca de seiscentas "*almas de comunhão*" (Capela, 2003, p. 188).

S. Julião de Passos [85], denominada "*Sam Gião de Passos*", no século XVI, não possui Memória Paroquial de 1758. As freguesias de Pedralva [88], Santo Estevão de Penso [89], S. Vicente do Penso [90] e Pousada [91], aparecem referenciadas em 1758, como sendo pertencentes ao termo da cidade de Braga. A leitura permite-nos constatar que Pedralva tinha cerca de cento e vinte e oito fogos, S. Vicente do Penso tinha setenta fogos, Santo Estevão do Penso tinha sessenta e três fogos e Pousada tinha cento e dezoito fogos (Capela, 2003, p. 189). Apenas não conseguimos extrair dados do século XVI para Pedralva [88], das restantes freguesias mencionadas acima. Pese embora as ligeiras alterações na grafia, a nomenclatura não é muito dissemelhante do século XVIII (Freire e Pessanha, 1905, pp. 241-273). A freguesia de Priscos, "*Santiagu de Piiscos*" [93], pertencente a Penafiel de Bastuço no século XVI (Freire e Pessanha, 1905, pp. 241-273), é referenciada no século XVIII como fazendo parte do termo de Barcelos e possuindo noventa e três fogos (Capela, 2003, p. 189).

A freguesia de "*Sam Jerónimo*" [96] (Capela, 2003, p. 190), foi criada na Idade Moderna, substituindo a de S. Frutuoso [95], tendo, no local da primitiva paróquia, sido construído um convento Franciscano, como já foi abordado anteriormente. A igreja paroquial, como já foi referido em Andrade (2015, p. 223) poderá ter-se localizado em zona contígua à atual casa paroquial. No século XVIII a freguesia possuia seiscentas e trinta e oito pessoas e seria constiuída pelos seguintes lugares "*Vendas, Real, Estrada, Caza Nova, Feital, Tourido, Deveza, Cruzeiro, Mamoa, Flaca, Montellos, Mosteiro*" (Capela, 2003, p. 190). Tal como pode ser analisado na figura que foi apresentada para a paróquia de Dume, os lugares também parecem estar circunscritos, grosso modo, aos atuais limites das paróquias.

S. Paio de Ruilhe [97] é referenciada, em 1758, como sendo pertencente à comarca de Guimarães, sendo, contudo, evidenciado que se localizava no meio do termo de Barcelos, tendo sido ainda mencionado que foram dadas em conjunto com Cunha [39], pelos vereadores de Barcelos. As considerações que são feitas, pelo pároco de Ruílhe, de que este facto se ficaria a dever a acontecimentos sucedidos no âmbito da batalha de Ceuta (Capela, 2003, p. 190), não é condizente com o facto de que

tenhamos verificado essa alteração entre as Inquirições de 1220 e 1288, passando da Terra de Penafiel de Bastuço, para o Julgado de Guimarães. É mencionado que a freguesia teria duzentos e trinta e oito moradores em 1758 e seria constituída pelos seguintes lugares: "... *Além do Rio, Este, Villa, Cacavellos, Ruilhe, Pesselar e Igreja*" (Capela, 2003, p. 191).

A paróquia de Santa Lucrécia de Algeriz [99], denominada "*Samta Logryça*" no século XVI, terá pertencido ao termo de Braga, durante toda a Idade Moderna (Freire e Pessanha, 1905, pp. 241-273; Capela, 2003, p. 162). É referido nas Memórias Paroquiais de 1758 que a freguesia teria trezentas e vinte pessoas em idade adulta e que seria constituída pelos seguintes lugares: "...*Juste... Jordão... Regadas... Garrida... Ribas... Reigada... Barrio... Oliveira... Castellão... Loural... Cazaes... Aldeia... Salgueiral... Igreja...*". Também é referido que produzia alguns géneros, como cereais, feijão e vinho e algumas frutas, sendo, contudo, dito, que ao nível de recursos hídricos havia alguma carestia de água corrente, na medida em que não era atravessada por nenhum rio de dimensões assinaláveis. Os principais acidentes orográficos mencionados são a serra de Carvalho de Este e o "*Monte do Crasto*", que, juntamente com a "*Lage Branca*", a dividiam de Adaúfe (Capela, 2003, p. 162).

S. João de Semelhe [100] tem ainda no seu núcleo paroquial elementos associados à Idade Moderna. Na resposta ao questionário de 1758, é referido que a paróquia pertencia ao termo de Braga, sendo ainda mencionado que apenas três moradores pertenceriam ao couto de Tibães. É também referido que a paróquia tinha duzentas e vinte e oito pessoas e que era constituída pelos seguintes lugares: "... *Souto, Ardegãens, Cancellas, Oiteiro, Carvalhal, Barral, Quinta, Cabreiros, Val de Flores, Quinta dos Padres do Colégio de Nª. Srª.do Pópulo da cidade de Braga"* (Capela, 2003, p. 199). A relação entre o convento do Pópulo e a freguesia de Semelhe [100], que se pode deduzir da descrição dos lugares da paróquia, já foi anteriormente abordada no âmbito das descrições dos conventos da cidade de Braga. O potencial agrícola da freguesia é percetível pelo vasto rol dos produtos que eram cultivados ("*... os fructos desta freguesia são de milho groso, milho miúdo, senteio, painso, castanhas, vinho, azeite; mas os fructos de que he mais abundante são repolhos, meloens e melancias...").* Santa Leocádia de Semelhe [101] ainda é referenciada de forma independente no século XVI.

A freguesia de Sequeira [104], denominada "*Sam Martinho de Sequeira*", no século XVI e pertencente a Penafiel de Bastuço (Freire e Pessanha, 1905, pp. 241-273; Capela, 2003, p. 162), denominava-se "*Santa Maria de Sequeira*" no século XVIII e pertencia ao termo de Barcelos (Capela, 2003, pp. 199-200). A análise das Memórias Paroquiais de 1758 permite ainda constatar que possuía cerca de trezentos e setenta moradores e era constituída pelos lugares de *"...Torre, Trás-o-rio, São Saturnino, Couço, Quintão Velha, Penaboense e Monforte, da Igreja, Renhadouro, Nugueira, Soutelinho, São Paio,*

Estremo, Pinheiro, Pouzada, Caldas..." Sabe-se ainda que a freguesia de S. Saturnino [106] teria sido paróquia em períodos mais recuados (Capela, 2003, p. 199).

A freguesia de Santa Maria de Sobreposta [107] é referenciada, em 1758, como sendo pertencente à comarca de Braga. Os dois lugares principais da freguesia são Sobreposta e "*Lagioza*", sendo referido que possuía lugares de menores dimensões: *"Oleiro, Requiexo, Pedrogos, Fonte e Lagea, Vitoreira, Quachada, Outeiro e Igreja*". Em meados do século XVIII, os habitantes rondariam os trezentos e vinte (Capela, 2003, p. 200). A grande evidência em que é colocado o lugar da Lageosa [108], na descrição do século XVIII, parece, à primeira vista, ser condizente com uma possível existência de sede paróquial para tempos bastante recuados.

A paróquia de Tadim [109], como já mencionámos anteriormente, estava unida a Fradelos [54], sendo mencionado em 1758, que faria parte do termo de Barcelos. É mencionado ainda que teriam no seu conjunto, onze lugares: *"... Assento... Quintans de Sima.. Quintans de Baixo... Monte... Bairro, Fontello, Carrasquos. Methelos, Eirado... Igreja... Ribeiro...*" (Capela, 2003, p. 203).

Tebosa [112] pertencia no século XVIII ao "*termo da villa de Barcellos*",sendo os lugares que a constituiam: "*Asento, Quinta, Cadoi, Riba, Deveza, Cazais, Boussa, Passo, Vicainha, Laam, Thabosa, Arras, Barreiros*"(Capela, 2003, p. 203). O relato efetuado pelo pároco também refere que na freguesia se produziam diversos produtos, com especial destaque para o milho maiz, o milho miúdo, o centeio e algum vinho, o que atesta a sua característica eminentemente rural. Habitariam na freguesia em 1758, cerca de duzentas e noventa e seis pessoas. No século XVI, a freguesia denominava-se "*Tavossa*" e fazia parte de Penafiel de Bastuço.

A freguesia de Santa Eulália de Tenões [113], "*Santa Ovaia de Tencões*", no século XVI (Freire e Pessanha, 1905, pp. 241-273), pertencia ao termo da cidade de Braga. A paróquia possuiria cerca de cinquenta e sete fogos e cerca de cento e cinquenta e uma "*pessoas de sacramento*". A freguesia era constituída por catorze lugares, sendo o povoamento, bastante disperso possuindo a maioria dos lugares três fogos ou menos. Os lugares elencados são "...*Acento... Regengo... Thelhado... Bom Jesus do Monte... Arco... Torre... Crasto... Eira... Toural... Monte... Baixetes... Pouzada... Ruibanhos... Nugueiras... Allem...*" (Capela, 2003, p. 205). A principal referência orográfica da paróquia é o promontório do Bom Jesus do Monte, sendo feita referência ao santuário erigido sob o patrocínio do arcebispo D. Rodrigo de Moura Telles (Capela, 2003, p. 205). Um outro interessante dado acerca da freguesia no século XVIII, que pode ser extraído da descrição, é o relato que é efetuado dos seus limites, sendo mencionado que teria uma área aproximada de "*dous tiros de valla*", para nascente, aproximadamente. A demarcação principiaria na área de confronto com a freguesia de S. Pedro de Este [50], sendo ainda referido que "*vai*

demarcando a freguesia da de Nogueiró pela parte do Poente e pella do Sul com Espinho e vai correndo desta para a da Magdallena Santa e desta vai passando para a Morreira e desta por sima de Esperões, metendo-se para o poente daqui legoa e cuarto mais ou menos" (Capela, 2003, p. 209). É ainda referido que esta freguesia, localizada essencialmente numa área de encosta, tinha abundância de águas, possuindo diversas nascentes. Uma das nascentes que é evidenciada é a que se localiza junto à capela da Nª Srª dos Prazeres, que até época bastante recente era utilizada pelos habitantes de Tenões [113] e da vizinha freguesia de Gualtar [59]. É feita ainda referência ao rio Este, que passa na zona do vale, e que possuía diversos moinhos que funcionaram até, pelo menos ao século XX, e forneciam de cereal quase todas as freguesias do vale de Este.

A freguesia de Trandeiras [114], teria em 1758 cerca de cento e trinta e sete habitantes e pertenceria ao termo de Braga. Os lugares referenciados são: "*Sá... Acento... Varsiella... Quintans... Deveza... Outeiro da Silva... Barroca... Guiços... Outão... Ruilhe... Burguete... Barreiro... Outeiro... Carvalho de Baxo... Carvalho de Sima...*" (Capela, 2003, p. 210). No século XVI, a paróquia estaria unida a Lamas [62], sendo denominada à época "*Trandeyras e Lamas*" (Freire e Pessanha, 1905, pp. 241-273).

Santa Cecília de Vilaça [115], pertenceria no século XVIII, ao termo de Barcelos, e seria constituída por apenas quatro lugares "*...Quebrada... Gallos... Louredo... Assento...*" (Capela, 2003, p. 210). Para além do facto de parte da freguesia se localizar em zona de encosta e parte se localizar em zona de vale, não é feita referência mais detalhada à morfologia do território. No século XVI é denominada genericamente de "*Santa Çezília*".

Foi igualmente possível analisar os dados das Memorias Paroquias de 1758, referentes à freguesia de Santa Ana de Vimieiro [116], sendo referido que possuiria noventa e quatro vizinhos e duzentas e quarenta e duas "*pessoas de sacramento*". Menciona-se ainda que a igreja paroquial se situava num lugar central da freguesia e que seria constituída pelos seguintes lugares: "*Santa Cruz, Souto, Deveza, Tralharinha, Sobre Gaiam, Granja, Picoto, Bemposta, Pinheiro, Monte, Cachada, Bouça, Agra, Macada, Barreiro e Mosteiro*" (Capela, 2003, p. 211). A freguesia seria cabeça do couto homónimo, como foi também possível constatar nas análises de épocas anteriores. No século XVI, ainda se identificou a referência a "*Mosteyro de Vimieiro*", apesar de já ter sido reduzida à época a igreja paroquial (Freire e Pessanha, 1905, pp. 241-273; Capela, 2003, p. 162). Ao nível da morfologia da paróquia, é referido que estaria localizada numa zona de vale e que era constituída igualmente por diversos outeiros, sendo ainda mencionado que nos referidos outeiros estariam diversas "*bouças incultas*" (Capela, 2003, p. 211).

Na medida em que nas análises efetuadas para períodos anteriores se incluíram três paróquias de Vila Nova de Famalicão, fruto de uma eventual ligação com a Terra de Braga, em finais do século XI, também se incluem na análise sucinta que estamos a efetuar, apesar dessa ligação não ser mencionada em qualquer período posterior. A primeira freguesia que se inclui deste grupo é Santa Maria de Arnoso [117]. Esta freguesia, segundo o relato das Memórias Paroquiais de 1758, seria pertencente ao termo da vila de Barcelos, sendo habitada por duzentas e noventa e três "*pessouas de sacramento*" e constituída pelos seguintes lugares: "*Ferram, Agro, Quintella, Picoto, Bonome, Lordelo, Lages, Arnozo*" (Capela, 2003, p. 465). Serve-se do juiz de fora de Barcelos e o uso de serviços como o correio é feito com recurso aos serviços postais de Vila Nova de Famalicão, não parecendo que o quotidiano dos habitantes da freguesia esteja muito relacionado com a cidade de Braga (Capela, 2003, p. 465). Em Jesufrei [118], parece que o panorama é bastante idêntico ao de Arnoso [117], sendo referido que está "*sugeita esta terra às justiças de Barcellos*" e recorre ao correio de Famalicão. A freguesia conta com cento e trinta e nove "*pessoas de sacramento*" e é constituída pelos seguintes lugares: *...Pouzada... Passo... Igreja... Bairro... Monte... Palhares...*" (Capela, 2003, p. 484). Finalmente, a freguesia de Sezures [119], pertencia, em 1758, ao termo de Barcelos (Capela, 2003, p. 505), estando associada, no século XVI, a Penafiel de Bastuço, tal como as duas que a precederam na descrição (Freire e Pessanha, 1905, pp. 241-273). A justiça é aplicada por Barcelos, mas fazem uso tanto do correio de Famalicão como do de Braga. O pároco é apresentado pelo abade de Priscos. Refere-se ainda que é constituído pelos lugares de "*Rio, Monte, Cadafaz, Igreja, Bica, Real, Quintella*" (Capela, 2003, p. 505).

4.1.2. Analítica

4.1.2.1. Principais soluções de adaptação topográfica

O conhecimento do povoamento associável à Idade Moderna beneficia de um manancial de documentação bastante mais amplo do que aquele que está disponível para os períodos anteriores. Dispomos igualmente de diversas fontes iconográficas e cartográficas, que foram apresentadas no início do capítulo da Idade Moderna. A aproximação à morfologia do povoamento moderno teve como principais fontes de informação o "Numeramento" do século XVI (Freire e Pessanha, 1905, pp. 241-273) e as Memórias Paroquiais de 1758 (Capela, 2003).

Associa-se ainda a este período, uma parte considerável dos conjuntos monumentais que estão disponíveis à fruição das populações, na área de estudo. A análise das suas condições de adaptação topográfica teve como principais referências os edifícios identificados e a georreferenciação dos sítios mencionados nas fontes documentais. No caso dos conjuntos monumentais e edifícios associados à Idade Moderna, apenas tivemos em consideração, dada a sua grande quantidade, os que são passíveis

de serem associáveis a unidades de povoamento, ou seja, indícios de povoamento que pensamos constituir um núcleo organizativo de um determinado território. Adicionalmente, consideraram-se os principais elementos associáveis à viação moderna, dada a importância das vias de comunicação na estruturação do território.

Na generalidade, os sítios que se atribuem ao período moderno refletem um povoamento cujas principais entidades remontam ao período precedente, quer seja por vestígios arqueológicos conhecidos, quer seja através de referências documentais que lhes possam ser associáveis. Sem querermos ser excessivamente exaustivos na análise, destaca-se o TPI de S. Frutuoso [95], agora ocupado pelo convento de S. Francisco, que apresenta valores consideravelmente mais elevados que os demais, devido essencialmente à sua funcionalidade inicial que condicionou todas as construções subsequentes que se realizaram no local. Alguns dos sítios não incluídos nos períodos anteriores, como a ponte de Prado [65], apresentam um TPI negativo fruto da sua implantação plenamente em zona de vale.

A igreja paroquial de S. Jerónimo [96], construída muito provavelmente no século XVI, por se ter instalado em S. Frutuoso [95], um convento franciscano, apresenta um TPI negativo, muito próximo do zero, plenamente implantado em zona de planície, mais próximo do que seria o núcleo populacional neste período. O local de Sto. Estevão/Póvoa [81], apesar de ter evidências de período romano associadas, mas anteriores ao período em estudo, foi considerado, enquanto evidência de um núcleo populacional, numa área em que se identificou uma disputa territorial, entre a arquidiocese de Braga e o mosteiro de Tibães [69], já analisada a propósito do couto de Tibães. O critério já tinha sido aplicado na Baixa Idade Média, no âmbito da inclusão da capela de S. Lourenço [42], enquanto reflexo de um fenómeno de povoamento específico de um determinado período. O sítio apresenta um TPI positivo muito próximo do zero, referente a uma região tendencionalmente plana. A generalidade dos outros sítios que se identificaram neste período, apresentam-se maioritariamente em zonas de declive suave, próximas de vale ou em zonas de vale, salvo algumas exceções já referidas anteriormente, fruto de condicionantes relativas às condições de implantação, aquando da sua fundação.

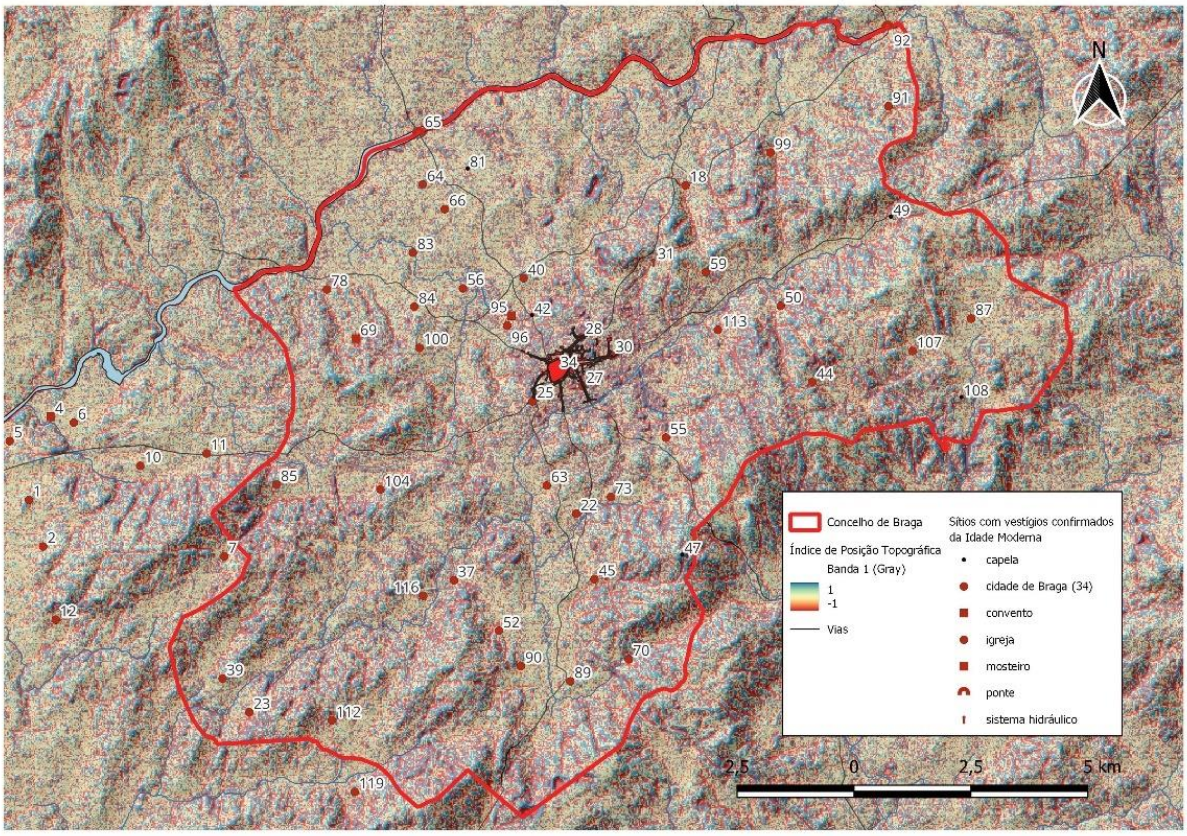


Figura 253 - Sítios com vestígios conhecidos da Idade Moderna, sobrepostos a mapa com Índice de Posição Topográfica. ©Francisco Andrade

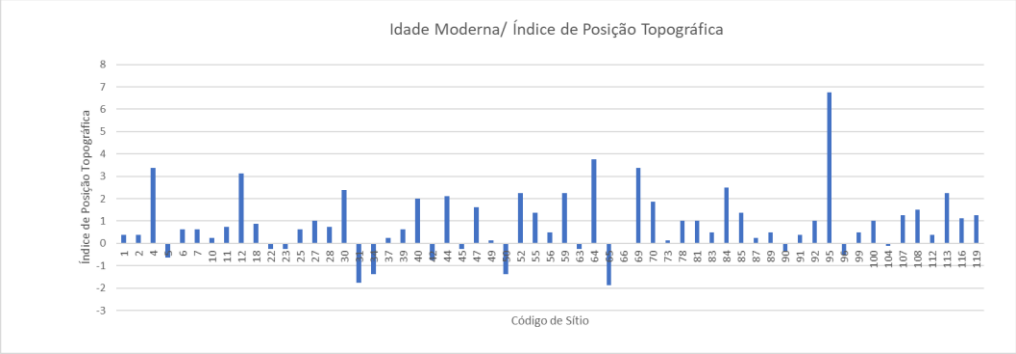


Figura 254 - Gráfico com Índices de Posição Topográfica dos sítios associáveis à Idade Moderna. ©Francisco Andrade

Uma primeira análise, tendo em consideração o **declive** dos diversos sítios, permite perspetivar a existência de dois locais que apresentam valores de declive mais acentuados, com valores aproximados dos catorze graus, S. Lázaro [27] e Sequeira [104]. O segundo sítio já foi referido em análises anteriores e as suas condições específicas de implantação abordadas, parecendo não haver nenhuma explicação aparente para a discrepância entre esta paróquia e as restantes, que não seja pelas condições de implantação e a forma como as construções se lhe adaptam. S. Lázaro [27], foi paróquia criada na Idade Moderna, fruto de desanexação de S. Victor [30], no local em que estava implantada uma necrópole

romana, analisada por nós, desde o período tardo antigo e onde se desenvolveu um dos mais importantes subúrbios da cidade. As condições de declive estão apenas relacionadas com a topografia entre a cidade e o rio Este, sendo a implantação da paróquia, neste local, influenciada mais pelo desenvolvimento da cidade de Braga [34] do que pelas condições específicas do terreno, sendo a sua proximidade à cidade a principal característica que influenciou o desenvolvimento do núcleo populacional, como vimos anteriormente.

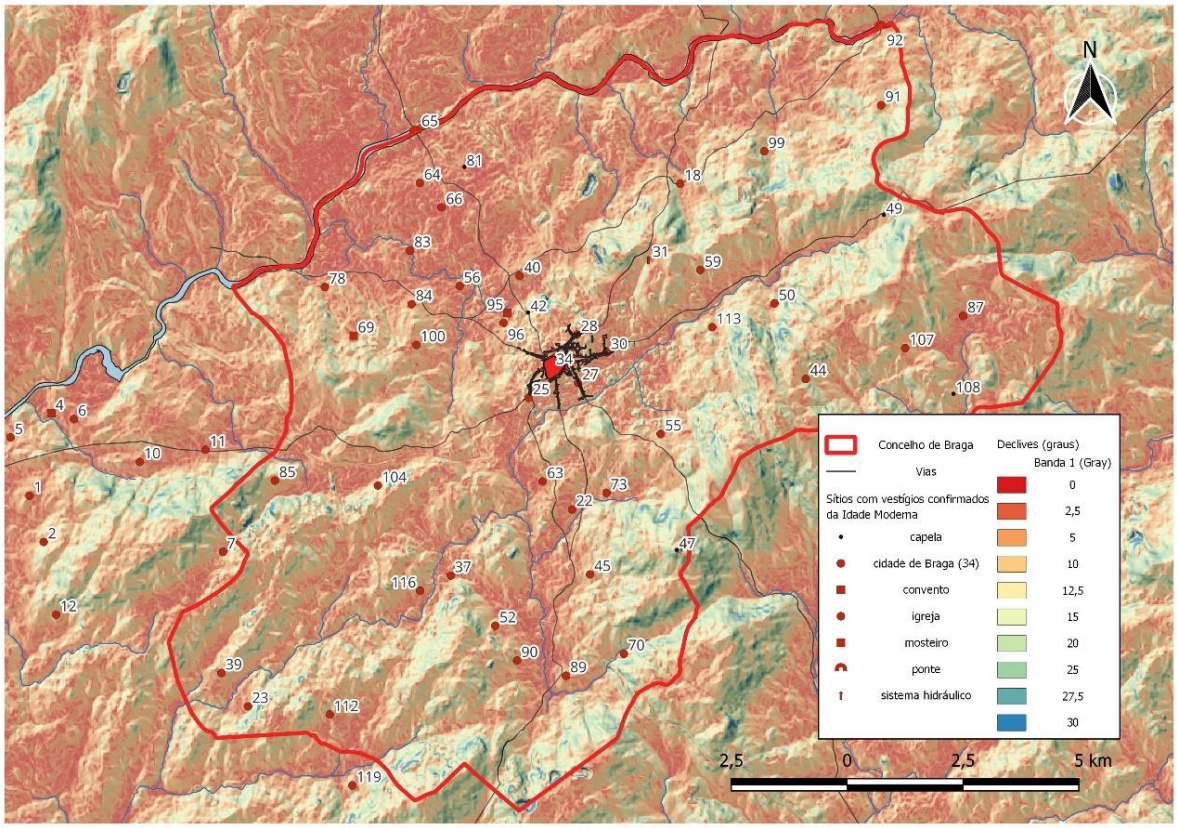


Figura 255 - Sítios com vestígios conhecidos da Idade Moderna, sobrepostos a mapa de declives. ©Francisco Andrade

Dos restantes sítios que não foram analisados para um período anterior, apenas a paróquia de S. Jerónimo [96] apresenta condições de implantação associadas a um declive com algum relevo, próximo dos seis graus. Efetuando uma análise sintética das condições de declive, podemos constatar que a grande maioria dos sítios possui pendentes pouco acentuadas, com menos de quatro graus, havendo um segundo grupo de sítios que revela um declive mais acentuado entre os quatro e os oito graus, com cerca de vinte sítios, que constitui o segundo mais numeroso. Tal como já referimos anteriormente, parece-nos que a diferença entre estes valores não é assinalável, dados os valores bastante modestos em análise. Apenas quatro sítios revelam valores superiores a dez graus, tendo sido os mais relevantes já analisados no primeiro capítulo.

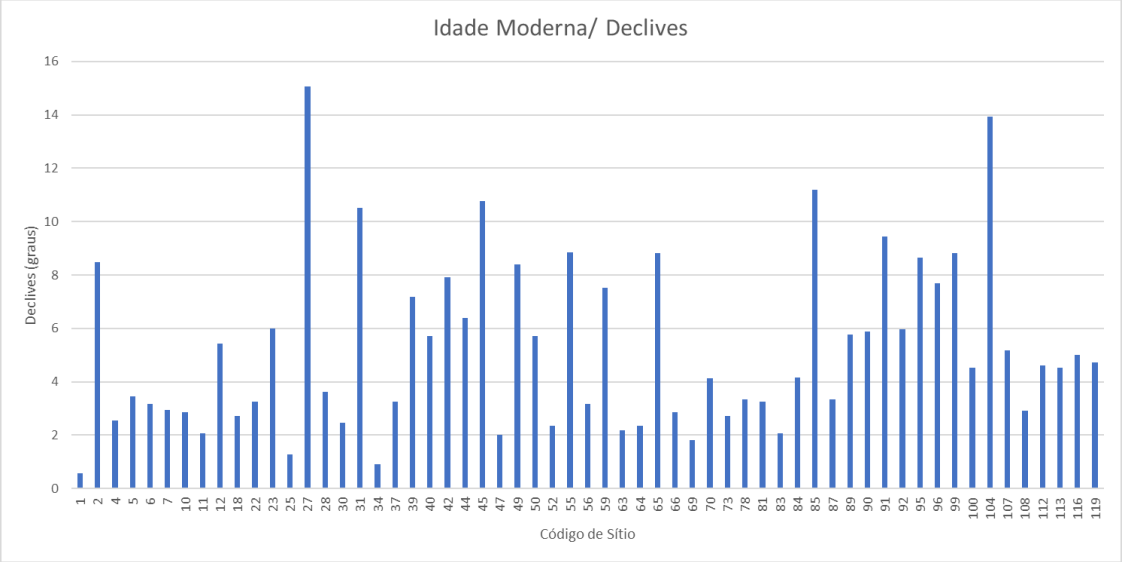


Figura 256 - Gráfico com declives dos sítios associáveis à Idade Moderna. ©Francisco Andrade

A análise dos valores de **exposição solar**, que complementam a relação dos sítios com a orografia, tal como foi recorrentemente referido nas análises que se têm vindo a efetuar, revestem-se de especial importância na apreensão das condições gerais de vivência nos diversos locais.

Tal como com os valores anteriores, dada a grande quantidade de sítios que também foram ocupados em períodos anteriores, é compreensível que não se detete uma grande diferença nas condições de exposição solar, como já aconteceu com os indicadores anteriores, devendo parte das mesmas, ter sido as condições já verificadas no âmbito das análises que se efetuaram para cada período, bem como os significados e funcionalidades inerentes a cada situação de implantação.

Iniciámos a nossa análise com os sítios que não aparecem referenciados para os períodos anteriores. A ponte de Prado [65] apresenta uma exposição solar orientada tendencialmente a oeste. Apesar de considerarmos estes dados, pensamos que, dada a funcionalidade da infraestrutura, o indicador não se revela de grande importância para a sua implantação. Efetivamente, como é facilmente compreensível, o que condicionou a sua localização foi essencialmente a morfologia do curso de água a ultrapassar e as condições de travessia e características do leito, que limitaram os trabalhos de construção que seria necessário desenvolver. O sítio de Santo Estevão [81], apresenta igualmente uma exposição tendencialmente de oeste. De facto, a proximidade entre os dois sítios, está diretamente relacionada com os seus valores de exposição, dadas as dimensões de pixel da base cartográfica.

O núcleo paroquial de S. Jerónimo [96], encontra-se implantado numa região em que a incidência solar é essencialmente proveniente de sudeste. De facto, sob este indicador, parece que o sítio do núcleo paroquial será claramente mais favorável do que o local onde anteriormente se localizaria a sede.

Contudo, apesar de as condições serem mais favoráveis, pelo nível mais aprofundado de conhecimentos que dispomos, podemos concluir que o principal motivo de fundação da paróquia, poderá ter sido a instalação da comunidade franciscana, o que não invalida que, na escolha do local para construir a nova sede se procurasse dispor de condições favoráveis, na medida em que já não existiam as condicionantes da preexistência, como no caso de S. Frutuoso [95], onde o mausoléu determinou as condições de implantação, configurando ao local, indicadores claramente distintos dos que possuem tipologia similar.

Na generalidade, os sítios associáveis à Idade Moderna, apresentam condições de exposição solar relativamente diversificadas, tal como acontece no período precedente, o que é compreensível, na medida em que, como já vimos, uma parte considerável dos mesmos são comuns aos dois períodos históricos. Quase metade dos sítios apresentam uma exposição solar orientada essencialmente de sudeste, sudoeste e sul. Contudo, também se identificam diversos sítios orientados a norte e noroeste, que, na sua globalidade, não representam um valor residual, constituindo estes últimos, aproximadamente metade dos valores dos sítios teoricamente em condições mais favoráveis. Os sítios orientados predominantemente a este e oeste também parecem ter alguma representatividade. Tal como já vimos anteriormente, uma parte considerável locais estudados está bastante condicionada pela utilização preexistente.

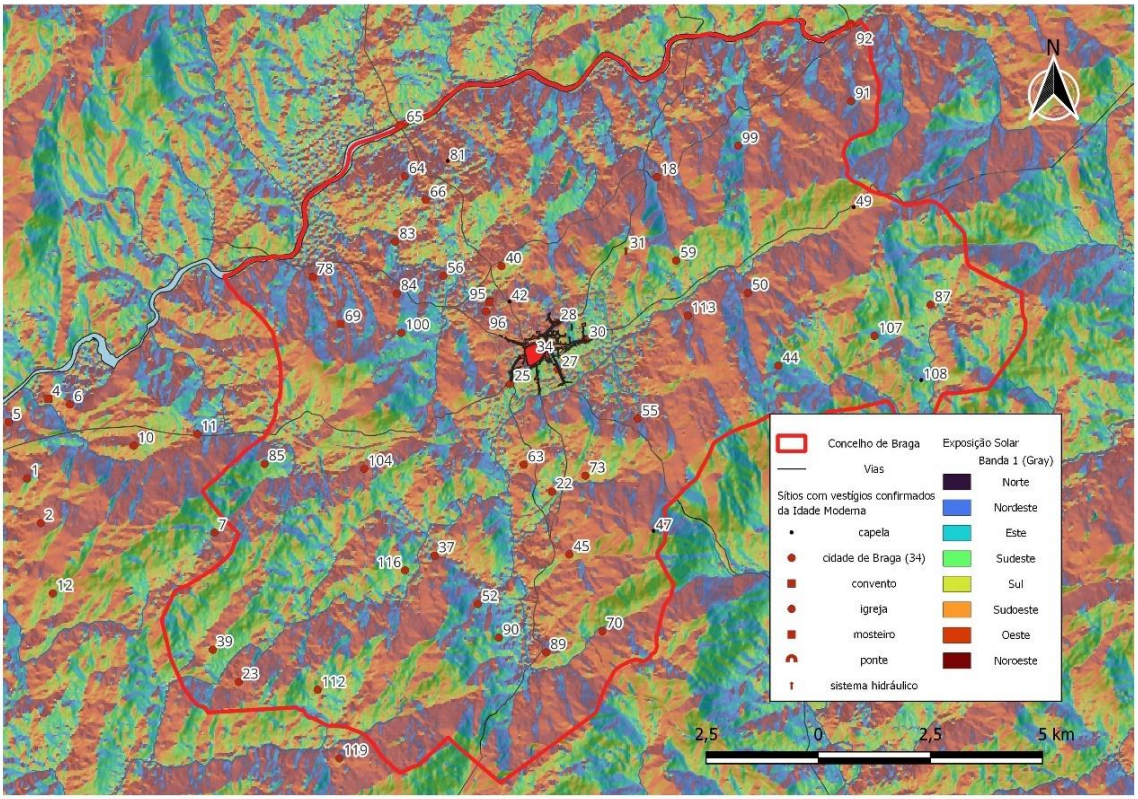


Figura 257 - Sítios com vestígios conhecidos da Idade Moderna, sobrepostos a mapa com exposição solar. ©Francisco Andrade

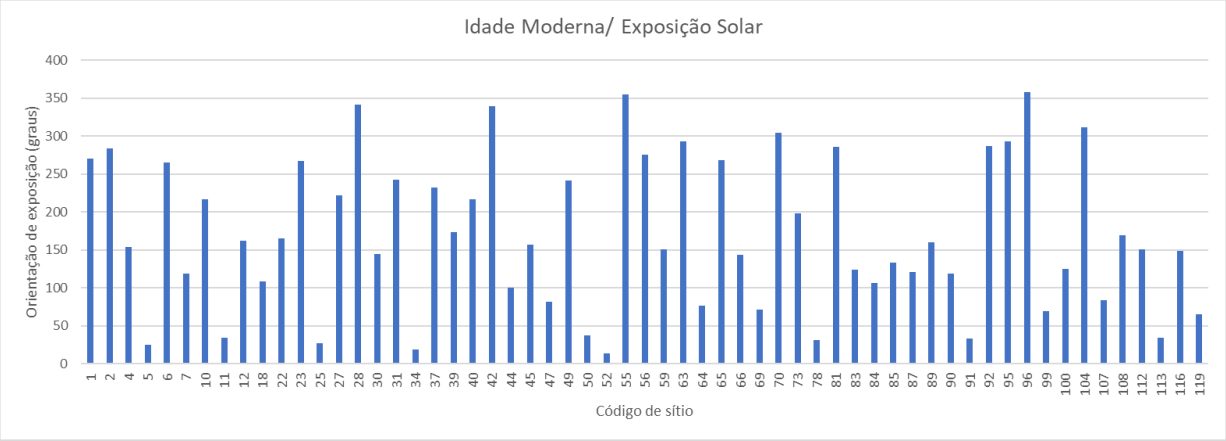


Figura 258 - Gráfico com exposição solar dos sítios associáveis à Idade Moderna. ©Francisco Andrade

Também analisámos, ainda que de forma sucinta, as **condições de escoamento**, com o intuito de obter para cada período, um manancial de dados que possa ser comparável, para os distintos períodos históricos, de modo que, na análise global da evolução dos distintos períodos, para os diversos indicadores, se possam identificar as similitudes e dissimilitudes de condições de escoamento. Tal com já referimos anteriormente, para os períodos mais recentes, na medida em que se verifica uma grande abrangência de sítios pela área em estudo, os valores obtidos neste indicador acabam por ser bastante semelhantes aos valores relativos às áreas ocupadas por cada sub-região hidrográfica. Este facto é ainda mais notório nas análises que têm como base as referências documentais. É claramente percetível que a maior prevalência de sítios se encontra na área que apresenta índices médios de escoamento, seguindo-se de forma muito próxima a área que apresenta os valores mais baixos, correspondentes às áreas centro-norte e centro-sul da área em estudo. As áreas nordeste e sudeste apresentam os valores mais altos de escoamento. Dado que correspondem a áreas mais reduzidas, têm igualmente menos sítios associados. A proporção, não sendo exatamente igual à percentagem ocupada por cada subárea de cada bacia hidrográfica, assemelha-se bastante.

Os dados do denominado "Numeramento" do século XVI, apresentam-se, de alguma forma, similares aos que foram apresentados anteriormente, com algumas nuances decorrentes da não inclusão de alguns tipos de sítios como pontes ou alguns *habitats* específicos já anteriormente mencionados, como por exemplo Sto. Estevão [81]. Um aspeto que consideramos relevante ressalvar é o facto de a paróquia de S. Jerónimo [96] não aparecer mencionada no "Numeramento".

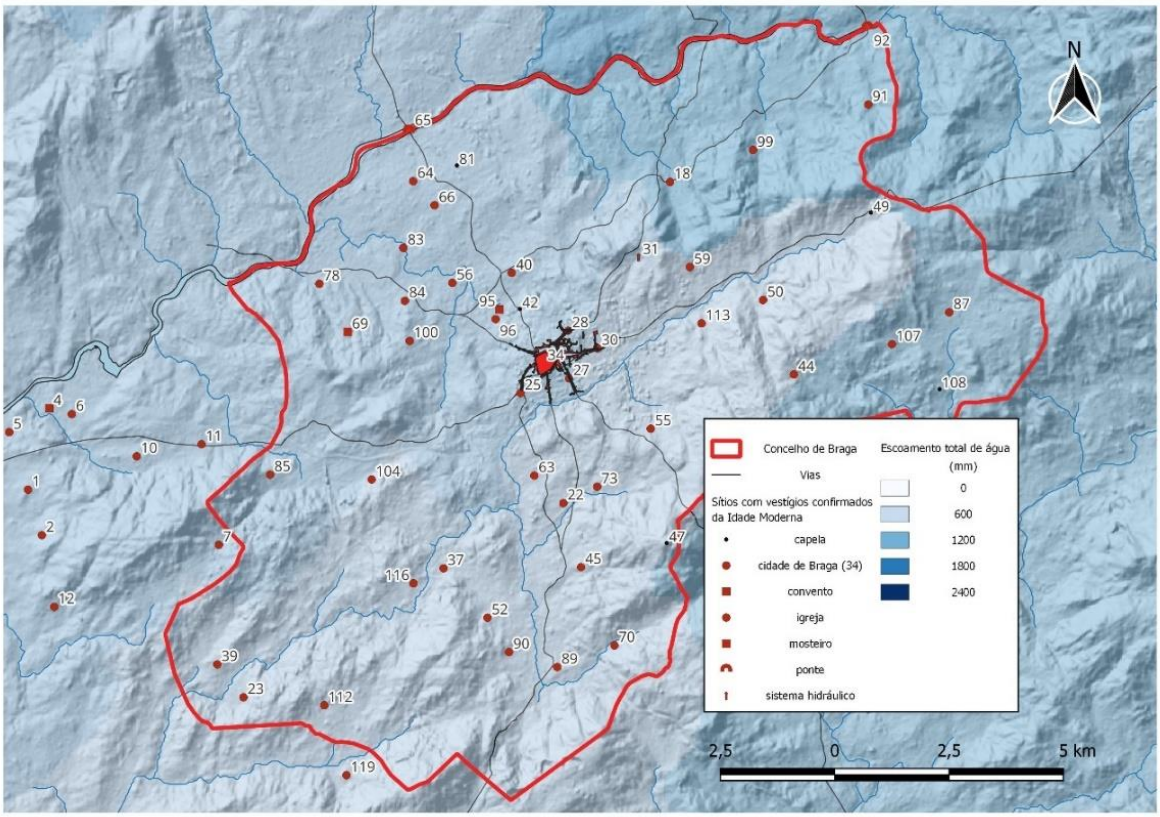


Figura 259 - Sítios com vestígios conhecidos da Idade Moderna, sobrepostos a mapa com escoamento total de águas mensal de águas (mm). ©Francisco Andrade

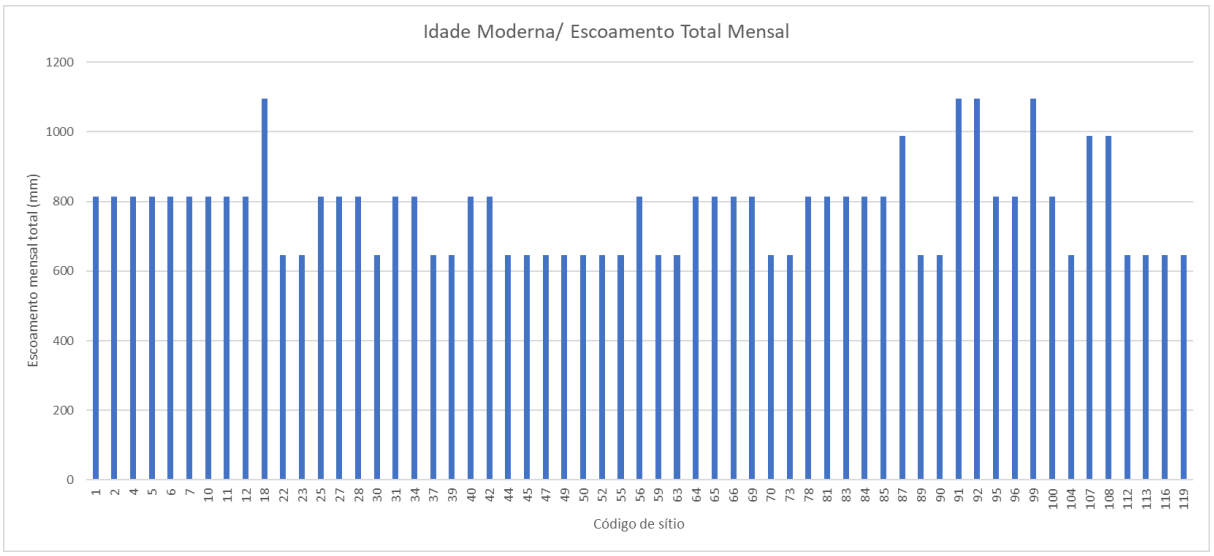


Figura 260 - Gráfico com escoamento total mensal de águas dos sítios associáveis à Idade Moderna. ©Francisco Andrade

Efetivamente, apesar de o numeramento ser datável de um momento próximo a 1527, aparentemente ainda não faz referência à paróquia de S. Jerónimo [96], que já teria sido instituída, muito provavelmente, em 1523. Não nos foi possível apurar, com clareza, a que se deverá tal discrepância, se pelo facto de a

freguesia ainda não estar instituída em toda a sua plenitude, ou se poderá haver alguma questão diplomática que necessite de esclarecimentos mais aprofundados.

Os restantes sítios apresentam-se, na generalidade, os mesmos que são percetíveis na Idade Média, não sendo os dados, que podem ser vistos nos diversos indicadores, muito dissemelhantes dos que foram analisados nas análises das Inquirições de 1220 e 1288. Um aspeto que consideramos importante assinalar é o facto de, apesar de ser mencionado o couto de Pedralva, não ter sido feita a descrição detalhada das distintas unidades de povoamento que o constituíam. Por essa razão, as paróquias não foram discriminadas na cartografia e nos gráficos que a acompanham. Pelo facto de os locais se encontrarem povoados, sendo referenciados nos documentos de período medieval e em documentos de época moderna, como as Memórias Paroquiais de 1758 (Capela, 2003), parece-nos lícito concluir que, ao nível da organização interna do couto de Pedralva, o povoamento se manteve, na generalidade, o mesmo, destacando-se apenas a supressão da paróquia de Codeçosa [87], que terá acontecido muito provavelmente nos inícios da Idade Moderna. Apesar de a nível cartográfico, ser identificável uma ausência de povoamento nestes locais, parece-nos que a análise deverá ser efetuada tendo em consideração a inclusão desta área e dos valores que estavam presentes nas análises anteriores.

A análise mais geral dos sítios permite concluir que o povoamento no início da Idade Moderna, era bastante similar ao que foi apresentado no período medieval. Deste modo, considerando os pressupostos acima enunciados, podemos observar um povoamento que se carateriza, na generalidade, por os sítios apresentarem um **TPI** tendencialmente próximos do zero, nos valores positivos e negativos, evidenciando uma preferência pelas regiões mais planas e ainda pelo facto de ser evidente também haver uma elevada incidência de escolha dos sítios, que se desenvolvem em zonas de declive relativamente suave. As exceções identificadas e os significados que se lhes podem associar, já foram, na generalidade, abordados anteriormente. Este indicador, à semelhança do que já referimos anteriormente, parece-nos demonstrar estarmos na presença de um povoamento vocacionado para a exploração de recursos em zona de vale, privilegiando-se assentamentos que lhe estejam nas proximidades e acessíveis de forma relativamente fácil.

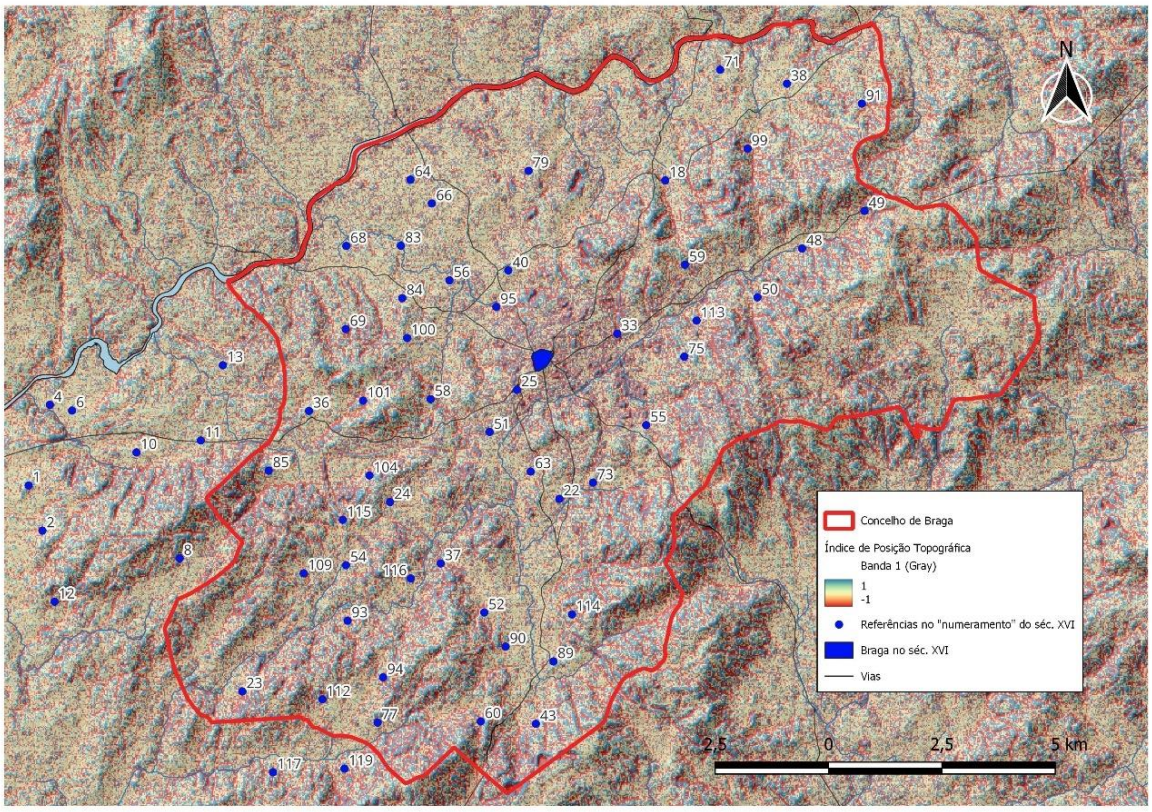


Figura 261 - Sítios referenciados no "Numeramento" do século XVI, sobrepostos a mapa com Índices de Posição Topográfica. ©Francisco Andrade

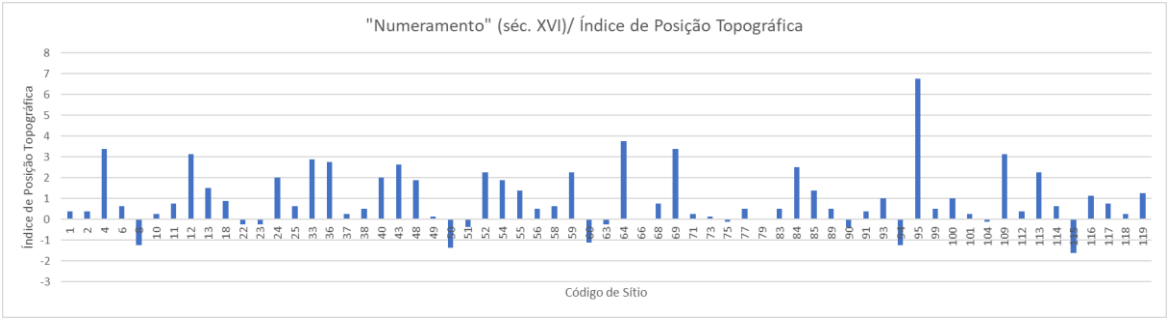


Figura 262 - Gráfico com Índices de Posição Topográfica dos sítios referenciados no "Numeramento" do século XVI. ©Francisco Andrade

Seguindo a metodologia já anteriormente aplicada, completou-se a análise com os dados relativos aos **declives** dos locais com cronologia moderna. Na medida em que os sítios são os mesmos, parece-nos que é facilmente constatável que os declives serão idênticos aos que foram identificados em períodos anteriores. Destacam-se algumas ausências relativamente a alguns sítios de época medieval, como por exemplo a paróquia de Santa Maria em Adaúfe [18] que se apresentava implantada num local com um declive relativamente acentuado e que poderia estar relacionada com a sua fundação possivelmente em período alto medieval. O facto de esses sítios não aparecerem mencionados, não quer forçosamente dizer que os locais não estivessem povoados, apenas pode significar que teriam perdido o seu estatuto

de sede paroquial. De qualquer das formas, verifica-se que, de acordo com o que foi anteriormente referido, a generalidade dos sítios apresenta-se localizada em áreas de declive inferior a seis graus, o que é claramente condizente com os valores de TPI que apresentámos na análise anterior.

Os sítios que apresentam um declive maior são os de S. João de Bastuço [8], S. Julião de Paços [85], Santa Maria de Sequeira [104] e Jesufrei [118], já analisados anteriormente. Os valores apresentados corroboram, em grande medida, a relação já mencionada entre os sítios arqueológicos e a orografia das distintas regiões em que foram implantados.

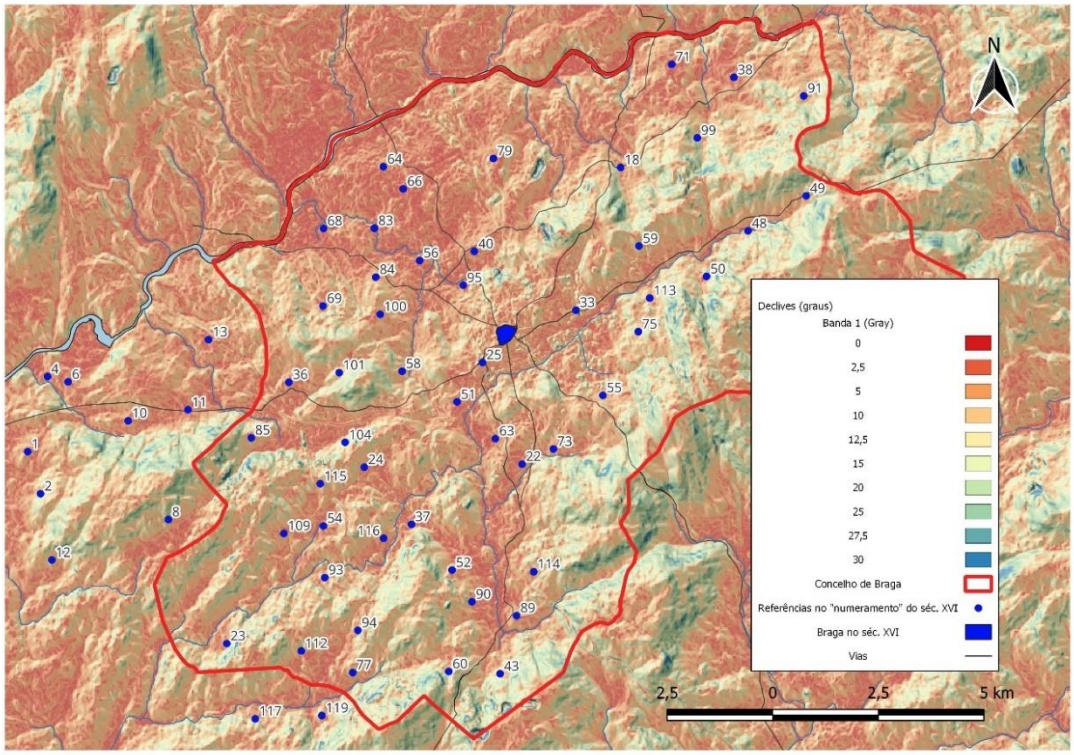


Figura 263 - Sítios referenciados no "Numeramento" do século XVI, sobrepostos a mapa com valores de declive. ©Francisco Andrade

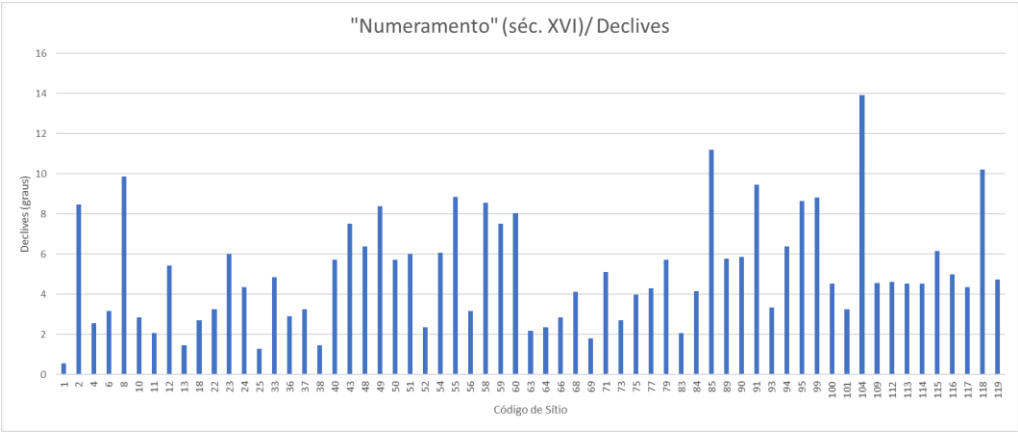


Figura 264 - Gráfico com declives dos sítios referenciados no "Numeramento" do século XVI. ©Francisco Andrade

Seguindo o modelo de análise estabelecido, o próximo item a analisar será relativo às condições de **exposição solar** dos distintos tipos de assentamento. Efetivamente, em concordância com o que foi anteriormente referido, as condições de exposição solar também não poderiam apresentar uma discrepância acentuada relativamente ao que foi referido para o período medieval. Contudo, a distribuição diversificada das condições de exposição dos distintos sítios apresenta-se mais notória do que na análise que efetuamos relativamente aos sítios da Idade Moderna, na medida em que se verifica um aumento da cobertura dos sítios, apesar da lacuna já anteriormente mencionada, relativamente ao couto de Pedralva.

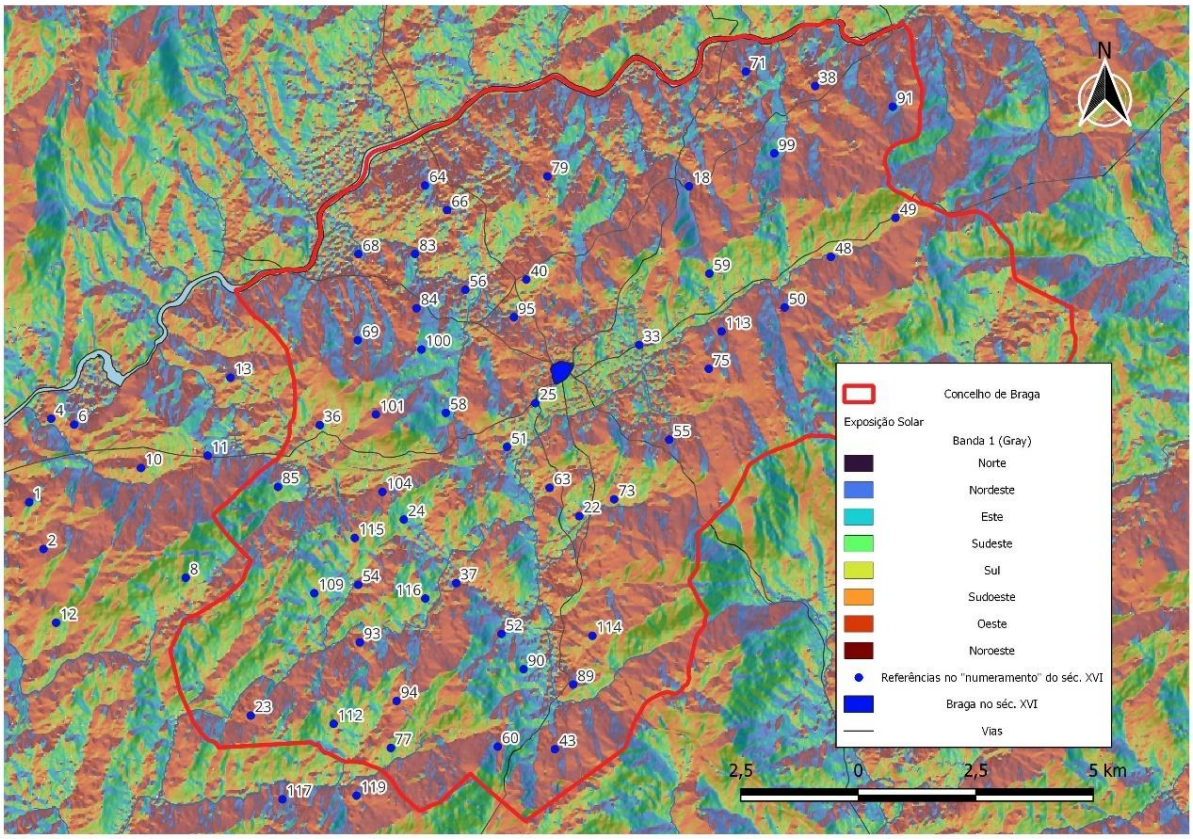


Figura 265 - Sítios referenciados no "Numeramento" do século XVI, sobrepostos a mapa com valores de exposição solar. ©Francisco Andrade

Traçando um panorama geral relativamente aos sítios que estão incluídos no "Numeramento", podemos constatar a existência de dez sítios com uma orientação de nordeste, seis sítios com uma orientação predominantemente de este, dez sítios com uma orientação predominantemente de sudeste, doze sítios com uma exposição de sul, sete sítios com uma exposição de sudoeste, dez sítios com uma exposição de oeste e oito sítios com uma exposição de noroeste. Quase metade dos sítios se apresentam orientados a sul e aos pontos colaterais mais próximos e, pese embora não se verifique um destaque

muito abrangente relativamente aos demais, parece-nos, tal como já referimos anteriormente, ser identificável uma tendência, ainda que ligeira, para privilegiar essas orientações.

A análise que conjuga estes três fatores, parece-nos ser condizente com um povoamento característico de uma ocupação de vale e meia encosta, tendencialmente localizado em zonas com condições favoráveis, tendencialmente a sul, mas cujas condições orográficas ou circunstancialismos específicos de implantações anteriores, poderão ter, em alguns casos, condicionado a sua implantação.

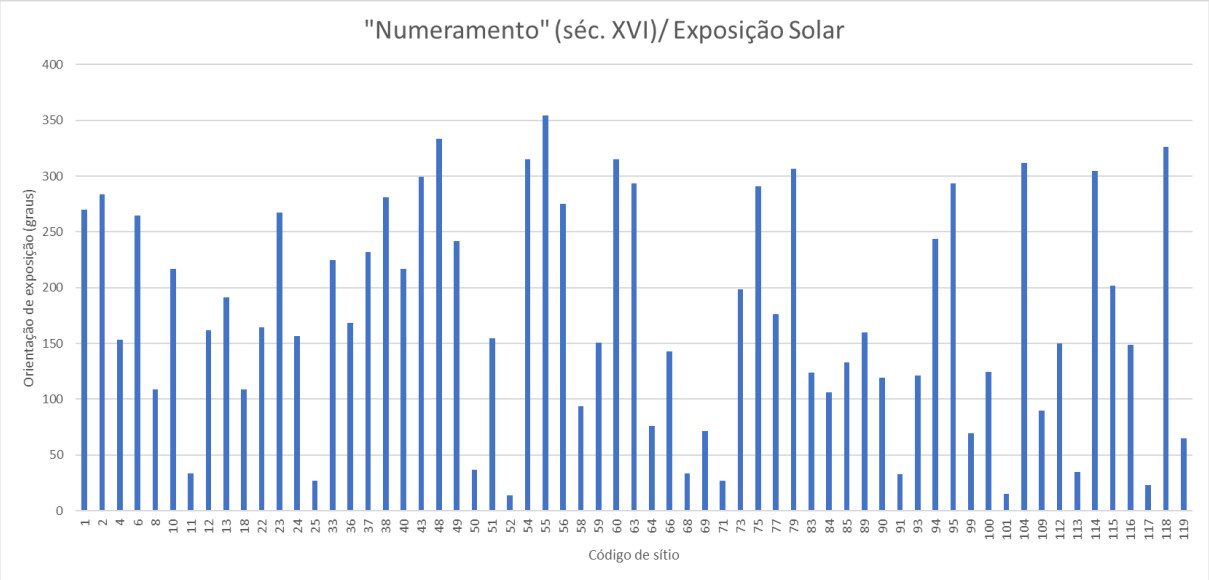


Figura 266 - Gráfico com exposição solar dos sítios referenciados no "Numeramento" do século XVI. ©Francisco Andrade

Relativamente às condições de **escoamento total de águas mensal**, os pressupostos de distribuição de sítios e a relação com a distribuição dos valores de escoamento pela área de estudo, anteriormente mencionados, também são aplicáveis neste período. De facto, a grande ausência identificada é ao nível dos valores de escoamento muito próximos do valor mais elevado, correspondentes ao couto de Pedralva que, pelas razões anteriormente apresentadas não aparecem representadas. Em concordância com as conclusões que já traçamos anteriormente, este indicador não nos parece ser fulcral para a escolha de determinados sítios. A sua relevância será apenas no sentido de ser mais um elemento complementar, que permita a análise da apetência agrícola dos determinados locais.

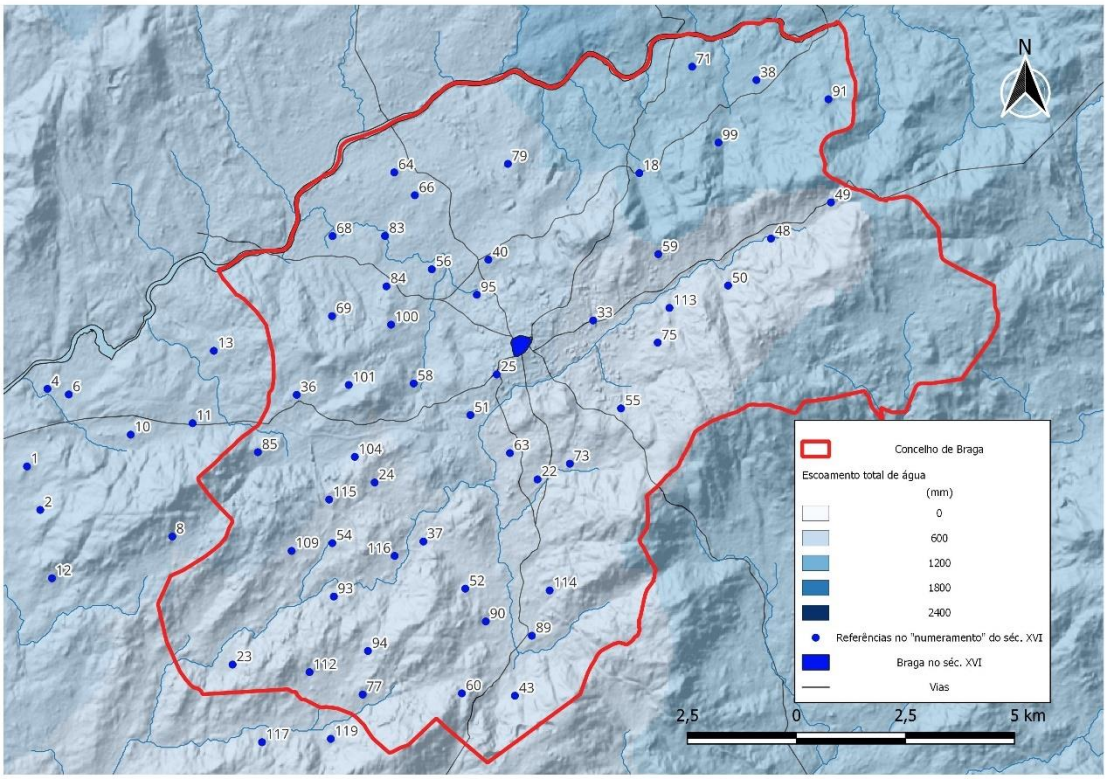


Figura 267 - Sítios referenciados no "Numeramento" do século XVI, sobrepostos a mapa com escoamento total de águas mensal de águas (mm). ©Francisco Andrade

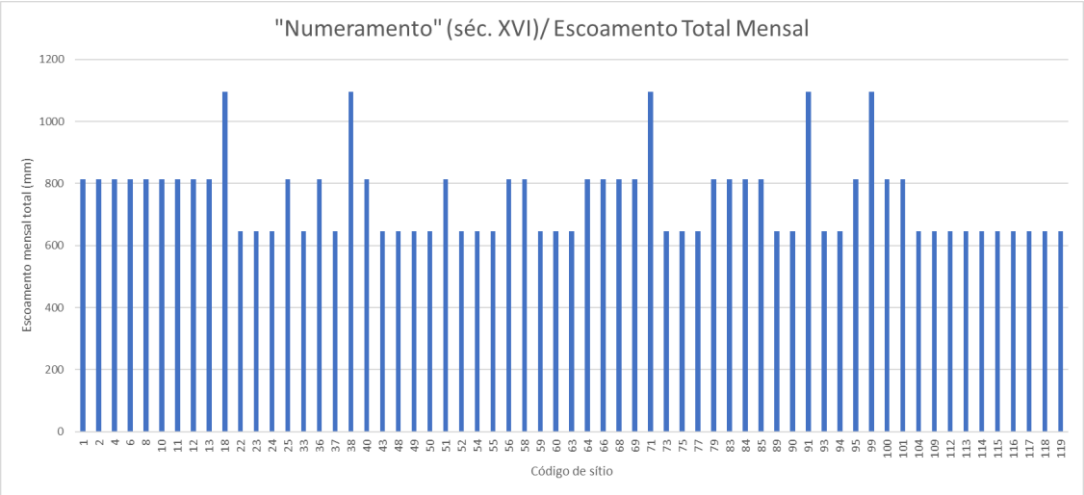


Figura 268 - Gráfico com escoamento total mensal de águas dos sítios referenciados no "Numeramento" do século XVI. ©Francisco Andrade

Aplicou-se ainda a metodologia aos sítios que foram referenciados nas Memórias Paroquiais de 1758.

Como é percetível pela análise do gráfico e do mapa apresentados, relativos aos Índices de Posicionamento Topográfico, as unidades de povoamento que estão referenciadas no século XVIII, são essencialmente as que são identificáveis desde o período medieval, apesar de algumas ausências

decorrentes de agregação de paróquias ou apenas porque não são conhecidas descrições. Face a este pressuposto, parece-nos que se conclui facilmente que os valores em análise vão ser bastante semelhantes aos que anteriormente analisámos. Constata-se que os valores de **TPI** são todos abaixo de quatro e a grande maioria situa-se mesmo abaixo de dois.

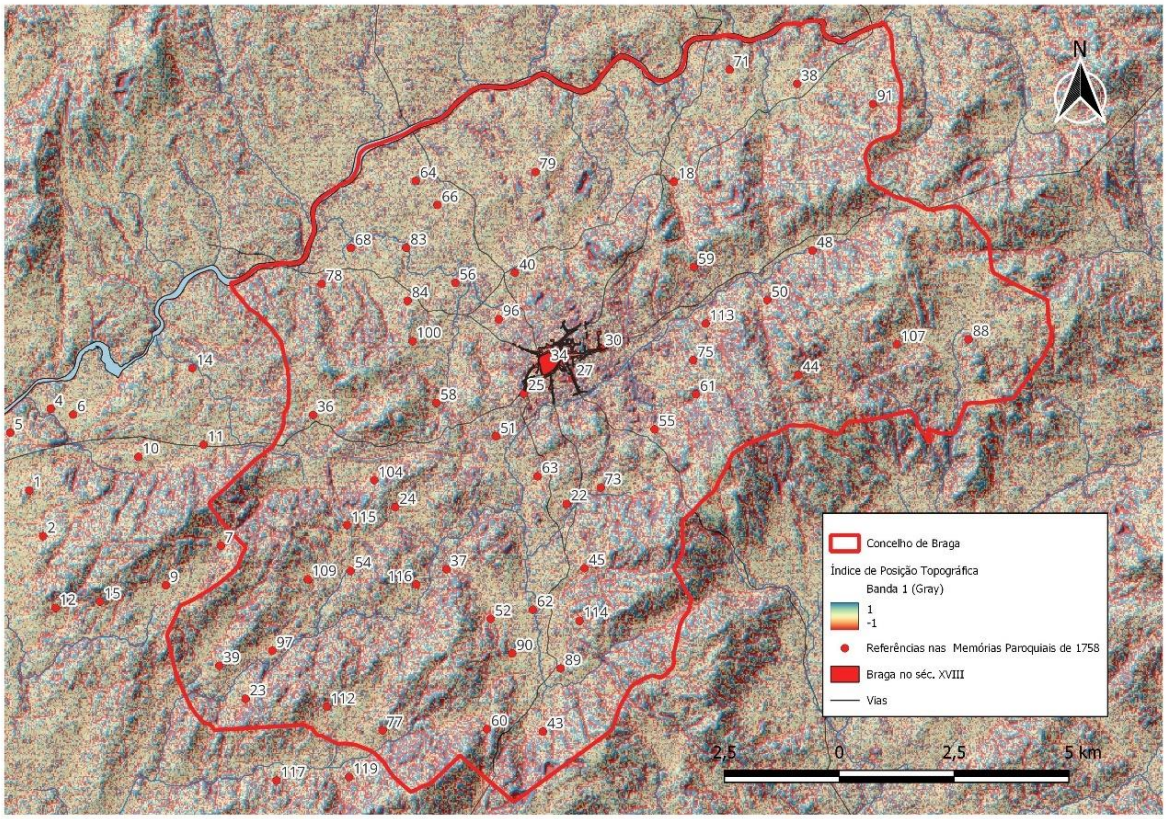


Figura 269 - Sítios referenciados nas Memórias Paroquiais de 1758, sobrepostos a mapa com Índices de Posição Topográfica. ©Francisco Andrade

Os valores negativos estão todos muito próximos de zero, existindo apenas quatro, com valores superiores ao menos um. Este primeiro indicador permite-nos perspetivar um povoamento tendencialmente direcionado para a região do vale, privilegiando zonas de borda ou declives suaves. É possível constatar que, pese embora os núcleos paroquiais sejam um importante referente para uma aproximação ao tipo de povoamento existente numa determinada época, o povoamento disperso pelo território, que pode ser perspetivado ainda atualmente, embora de forma muito mais densa, já existiria no século XVIII, sendo referidos, em cada paróquia, diversos locais povoados. Este facto não invalida completamente a análise efetuada, contudo, deverá servir de indicador da maior complexidade do povoamento do que a que se pode inferir a partir das cartografias elaboradas segundo estes critérios. Ainda assim, face à necessidade de comparação com os períodos precedentes, parece-nos que a análise se revela adequada para esse efeito.

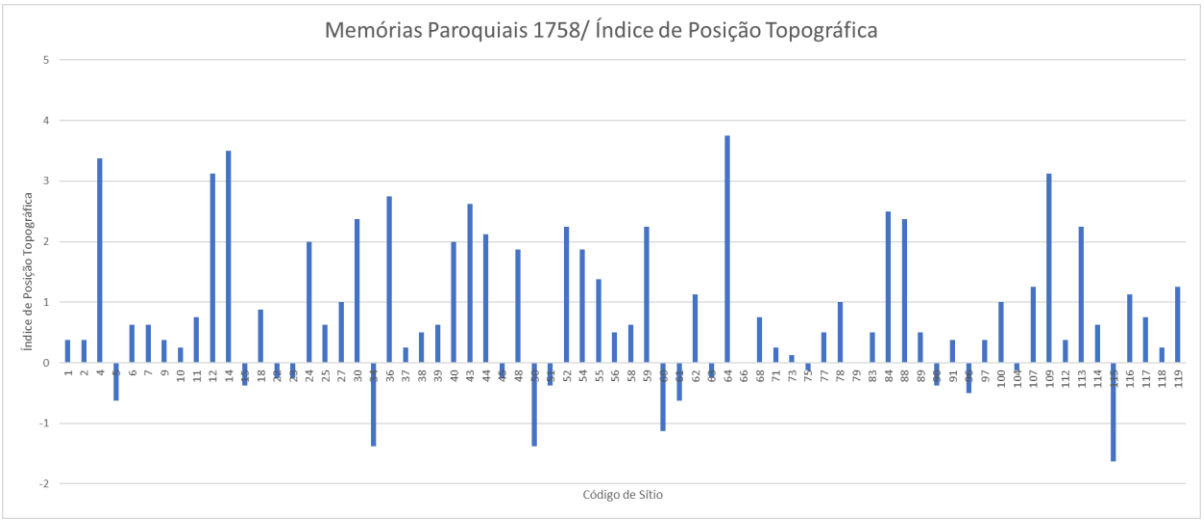


Figura 270 - Gráfico com Índice de Posição Topográfica de sítios referenciados nas Memórias Paroquiais de 1758. ©Francisco Andrade

Este dado é compreensível, na medida em que a grande similitude dos sítios identificados com as épocas anteriores vai fazer com que os valores sejam coincidentes e reflitam o mesmo tipo de povoamento, com um propósito eventualmente análogo.

Nesse sentido e tal como foi referido anteriormente, com o intuito de complementar a relação entre os principais núcleos de povoamento com as distintas formas de relevo presentes no território, efetuou-se, à semelhança do que tem sido feito, a análise das condições de **declive** das distintas unidades de povoamento.

Efetivamente, excetuando-se os dois sítios já referenciados anteriormente (S. Lázaro [27] e Sequeira [104]), quase todos os outros sítios estão implantados em locais que se localizam em áreas com um declive inferior a dez graus. Apenas Esporões [45] está implantado numa zona ligeiramente acima dos dez graus.

Tal como as análises efetuadas para os períodos anteriores, este indicador parece corroborar os dados fornecidos pelo primeiro, no sentido de que a generalidade das unidades de povoamento parece privilegiar a implantação nas áreas menos acidentadas e mais favoráveis a uma exploração do território direcionada para o vale e zonas mais planas e de acessibilidade mais favorável.

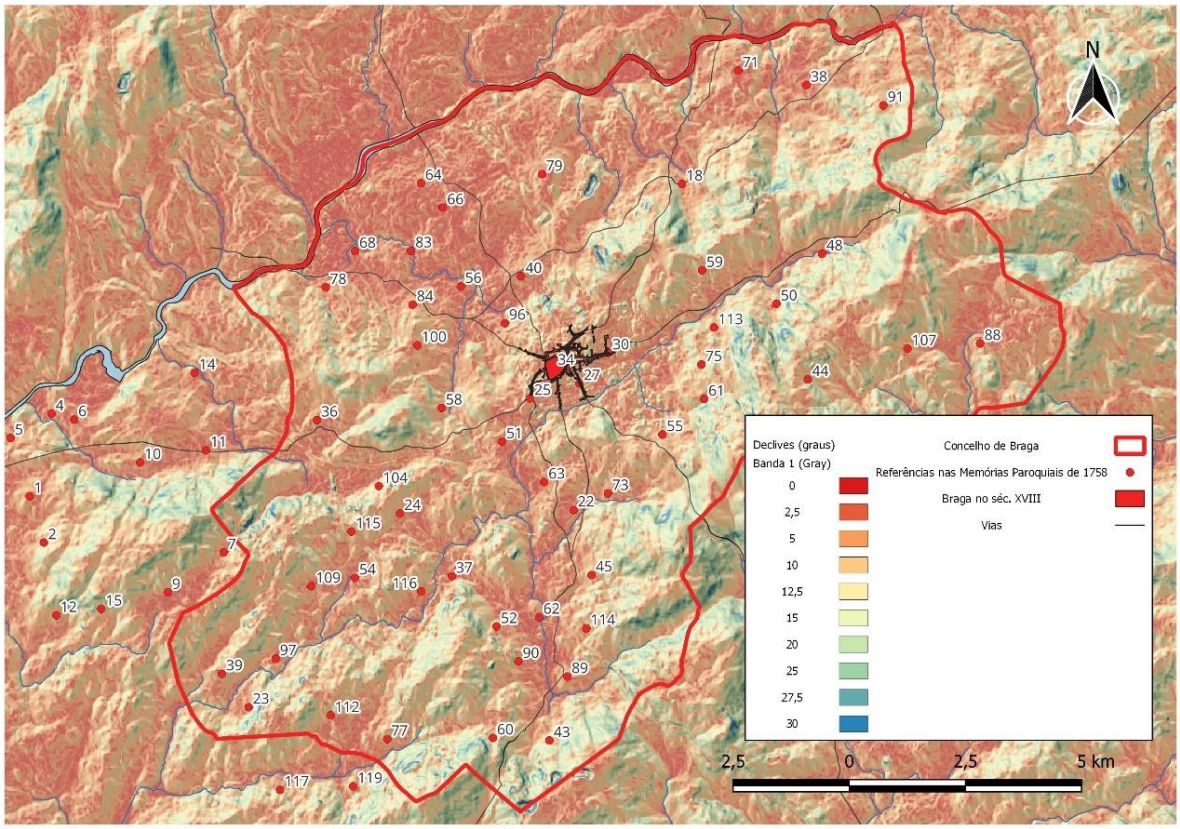


Figura 271 - Sítios referenciados nas Memórias Paroquiais de 1758, sobrepostos a mapa com valores de declive. ©Francisco Andrade

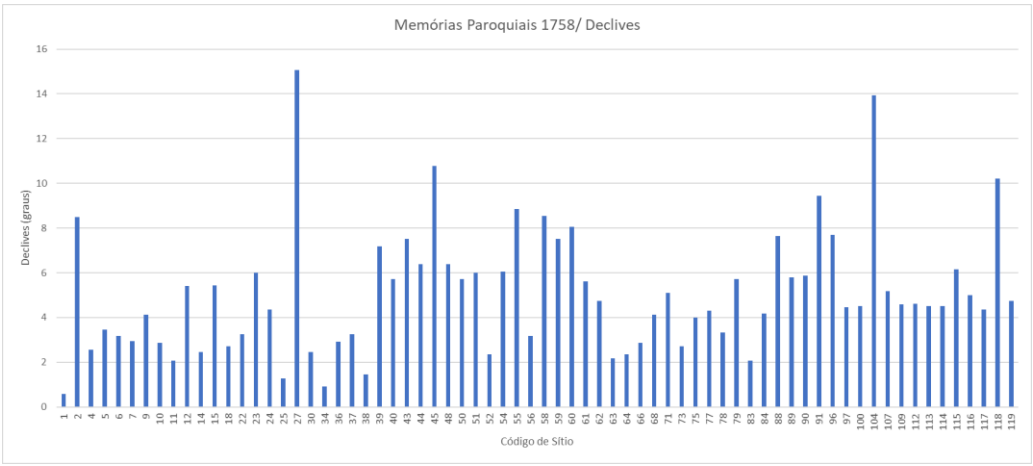


Figura 272 - Gráfico com declives de sítios referenciados nas Memórias Paroquiais de 1758. ©Francisco Andrade

Seguindo a lógica referida em períodos anteriores, efetuou-se a análise das condições de **exposição solar** de cada local referenciado nas Memórias Paroquiais de 1758. Face ao que expusemos anteriormente, relativamente às condições de implantação similares às que foram identificadas em épocas anteriores, facilmente se conclui que também se identificam condições de orientação diversificadas.

Identificaram-se cerca de dez sítios com uma orientação a nordeste, seis com uma orientação a este, onze a sudeste, quinze a sul, seis a sudeste, dez a oeste e dez a noroeste. Apesar de não parecer tão evidente como em momentos anteriores, eventualmente fruto da ausência de algumas Memórias Paroquiais, parece-nos que não será exagero interpretativo se considerarmos verificável uma tendência de orientação a sul e aos pontos colaterais mais próximos.

Na generalidade, parece-nos que todos os três indicadores são condizentes com as considerações de implantação que mencionámos para os períodos anteriores, parecendo-nos, contudo, importante referir que os dados extraídos das Memórias Paroquiais nos remetem para um povoamento disperso, pelo que se pode presumir que dentro da mesma freguesia poderiam coexistir núcleos populacionais com condições de exposição solar distintas. Este aspeto não invalida, contudo, a conclusão de que, perante as referências que conhecemos, não parece ter havido uma diferença assinalável na escolha de condições de implantação. Os dados acima mencionados permitem sim, termos informações complementares para uma aproximação mais pormenorizada ao povoamento moderno na região bracarense.

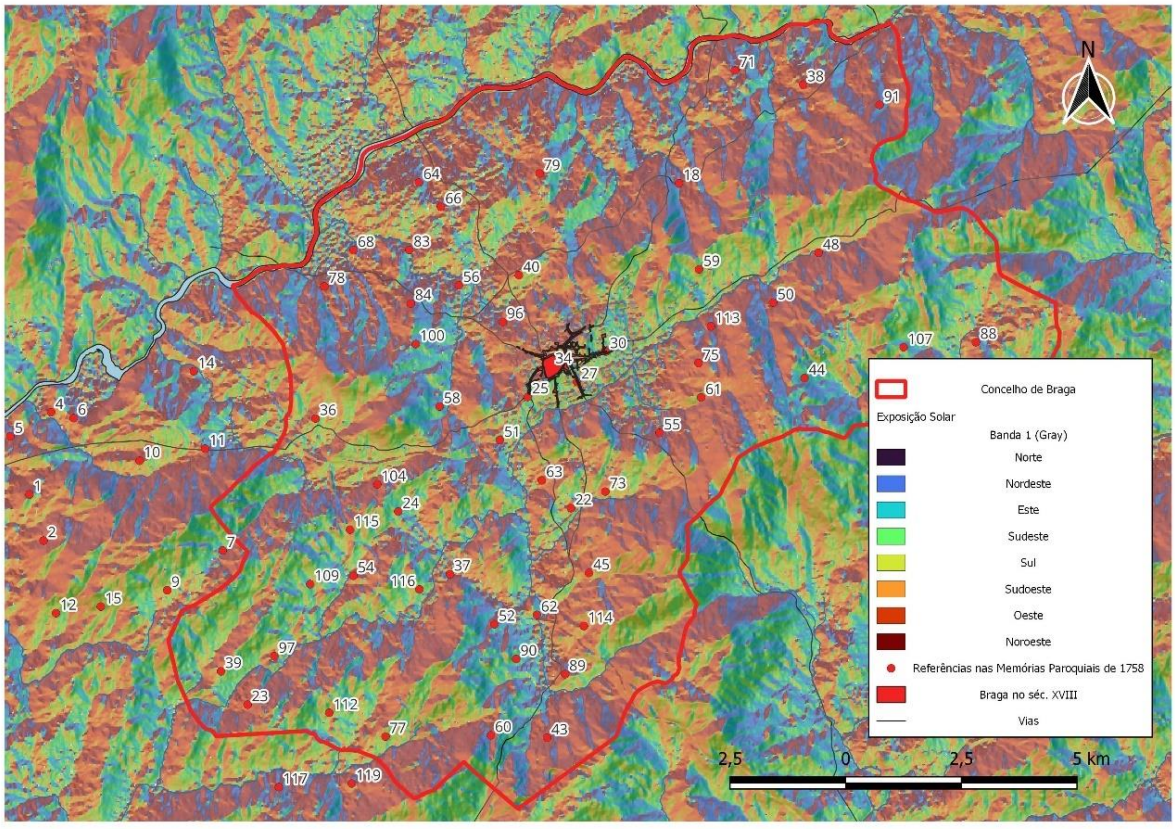


Figura 273 - Sítios referenciados nas Memórias Paroquiais de 1758, sobrepostos a mapa com valores de exposição solar. ©Francisco Andrade

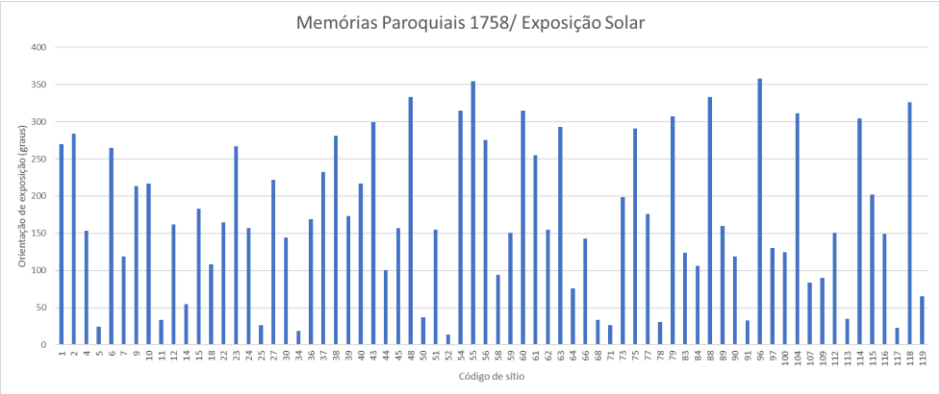


Figura 274 - Gráfico com exposição solar de sítios referenciados nas Memórias Paroquiais de 1758. ©Francisco Andrade

Termina-se a análise com a referência à relação entre os sítios e as condições gerais de **escoamento total mensal de águas**.

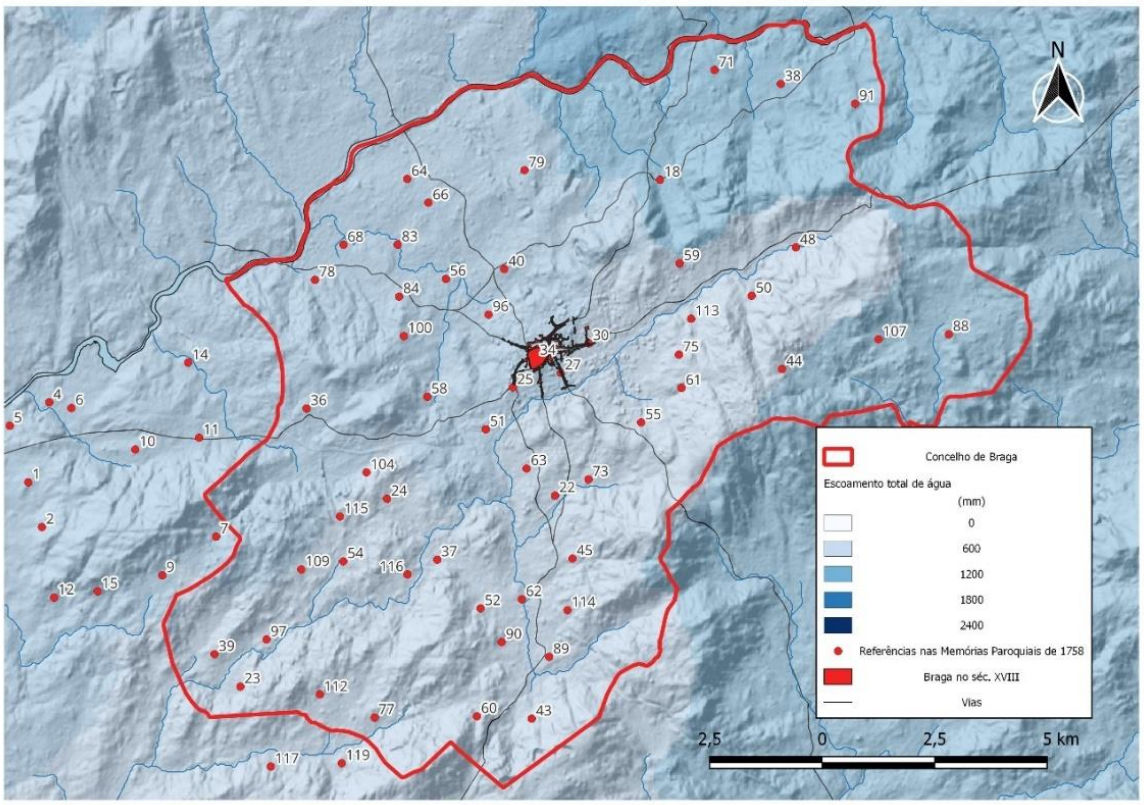


Figura 275 - Sítios referenciados nas Memórias Paroquiais de 1758, sobrepostos a mapa com valores escoamento total mensal de águas (mm). ©Francisco Andrade

Uma vez que as condições de povoamento moderno são similares às que foram identificadas no período anterior, parece óbvio que as características dos sítios referidos nas Memórias Paroquiais, refletem essencialmente as condições gerais de escoamento na região em estudo. Neste sentido, verifica-se a grande prevalência de sítios localizados nas áreas com as menores condições de escoamento

relativas à área central e sul e com as condições de escoamento intermédias que correspondem essencialmente às áreas centro e norte. A ligeira discrepância verificada na relação entre estes dois grupos, poderá estar relacionada com a ausência de alguns dos sítios nas Memórias Paroquiais. A pequena proporção das áreas com maiores condições de escoamento e valores ligeiramente inferiores, correspondentes às áreas nordeste e sudeste, é condizente com o que anteriormente referimos.

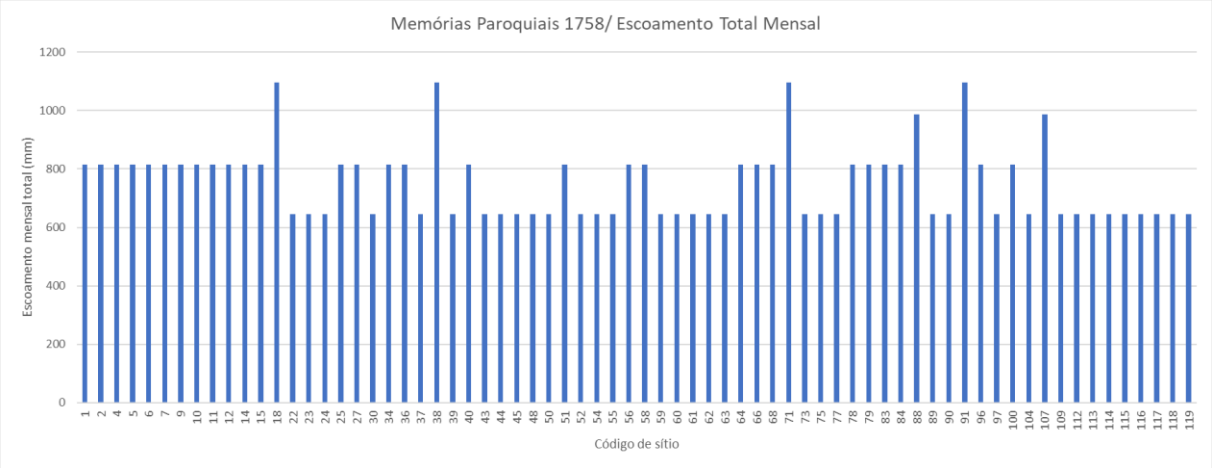


Figura 276 - Gráfico com escoamento total mensal de águas de sítios referenciados nas Memórias Paroquiais de 1758. ©Francisco Andrade

4.1.2.2. Povoamento e acessibilidades

O ordenamento do povoamento da área em estudo, na Idade Moderna, permite percecionar um conjunto de sítios herdeiros do ordenamento da Baixa Idade Média, verificando-se a sobreposição de sítios tando no século XVI, como no século XVIII. Constata-se, assim, a existência de um povoamento bem articulado com a rede viária principal e centrado primordialmente nas zonas mais baixas, no vale.

Os dados acerca do povoamento tiveram em consideração construções da Idade Moderna ou, na ausência das mesmas, a existência de vestígios associáveis, quer estejam totalmente incorporados ou não, no edificado. Apesar destes elementos não cobrirem a totalidade dos locais que terão sido ocupados, eles permitem uma aproximação às principais unidades de povoamento existentes. Os dados em análise permitem perspetivar um quadro de povoamento que indicia estarmos na presença de um território claramente estabilizado, com uma organização de povoamento perfeitamente estruturada, como já teria acontecido na Baixa Idade Média.

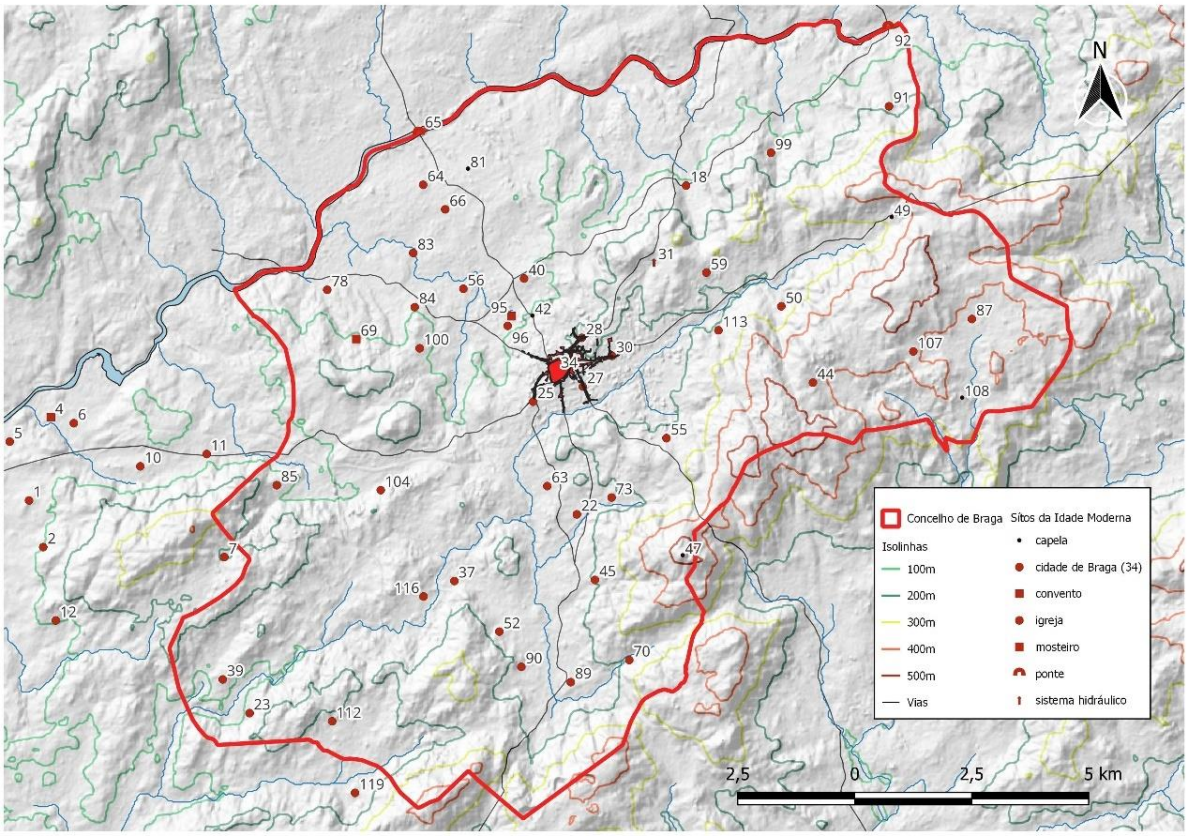


Figura 277 - Sítios associáveis à Idade Moderna e relação com rede viária e hipsometria. ©Francisco Andrade

Os elementos relativos ao "Numeramento" do século XVI fornece-nos um quadro de povoamento que apresenta um cenário similar ao período da Baixa Idade Média, documentando sítios para os quais são desconhecidos vestígios arqueológicos. De acordo com as referências do século XVI existe uma área que apresenta um vazio populacional, porque a descrição desta zona não especifica a existência de nenhum sítio, embora seja possivel estabelecer que a região permanecia povoada neste momento. Como pode ser visualizado nos dois mapas que se apresentam, relativos à relação dos sítios referenciados nos dois documentos da Idade Moderna, com a hipsometria e rede viária, excetuando os sítios que não nos foi possível georreferenciar no couto de Pedralva e outros casos pontuais em cada um dos mapas, por distintos motivos, os assentamentos apresentam-se praticamente os mesmos e refletem o mesmo tipo de povoamento.

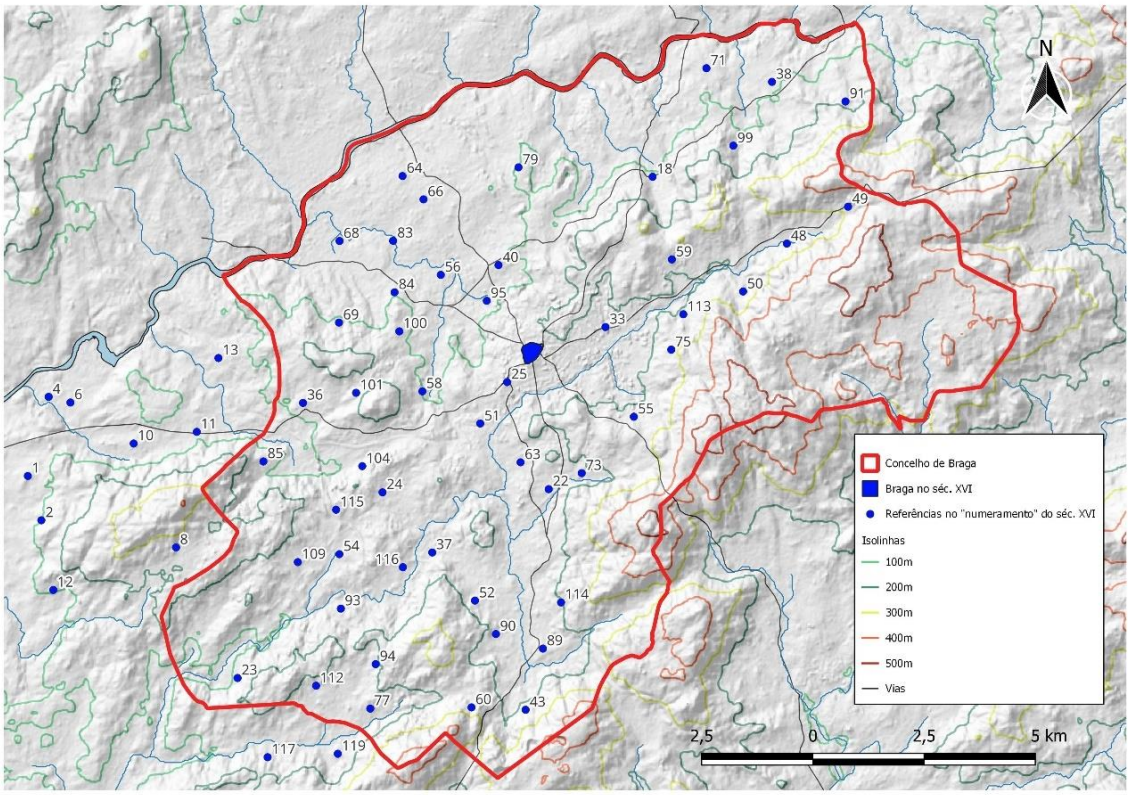


Figura 278 - Sítios referenciados no "Numeramento" do século XVI e relação com rede viária e hipsometria. ©Francisco Andrade

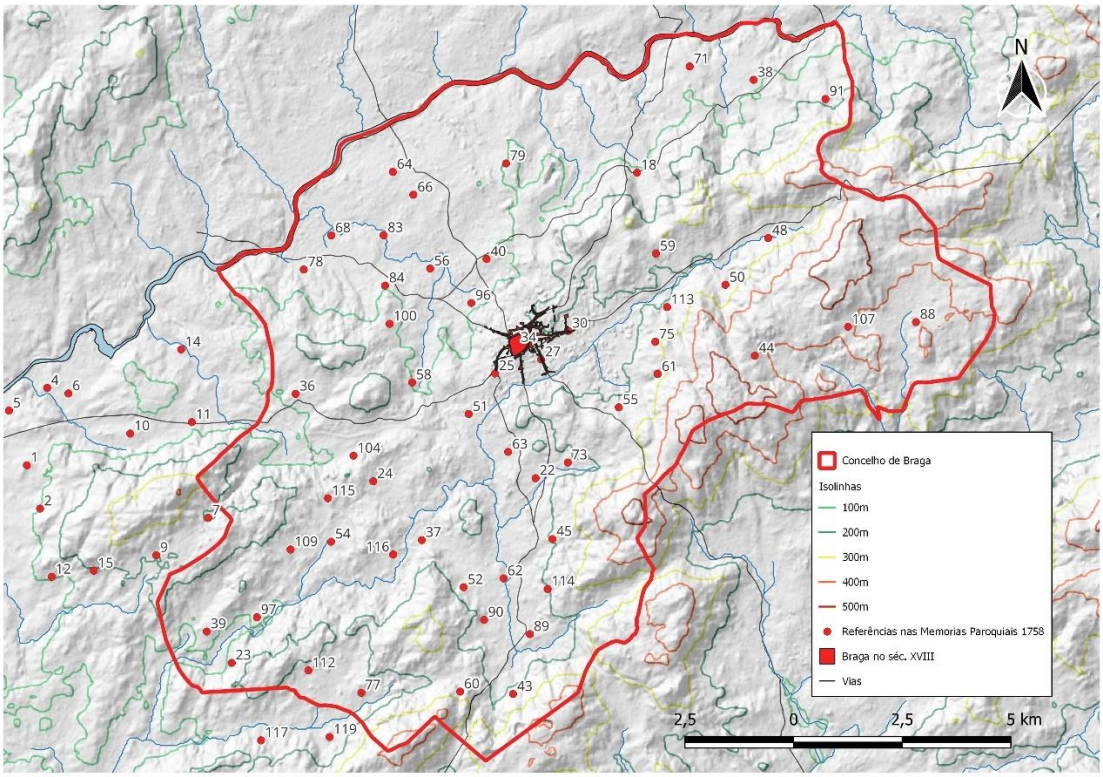


Figura 279 - Sítios referenciados nas Memórias Paroquiais de 1758 e relação com rede viária e hipsometria. ©Francisco Andrade

Apesar das características do povoamento acima mencionado, os dados das Memórias Paroquiais de 1758, permitem constatar a existência de um povoamento que, apesar de norteado pelas unidades populacionais mencionadas, se apresentava disperso pelo território de cada paróquia. Este facto, não invalida nem inviabiliza as conclusões a que chegámos acerca do povoamento em 1758, apenas nos permite a constatação de uma realidade mais complexa, mas que se encontra com características bastante similares às que nos foi possível percecionar pelas análises anteriores.

4.1.2.3. A organização dos sítios: condicionantes e vetores de articulação

O povoamento da Idade Moderna, tal como o povoamento da Baixa Idade Média, apresenta-se denso e bastante estruturado. Apesar de os três principais tipos de unidades territoriais que estruturam o povoamento serem basicamente os mesmos, a saber, a cidade de Braga, os mosteiros e as paróquias, os conjuntos monásticos, enquanto circunscrições territoriais, encontram-se menos representados.

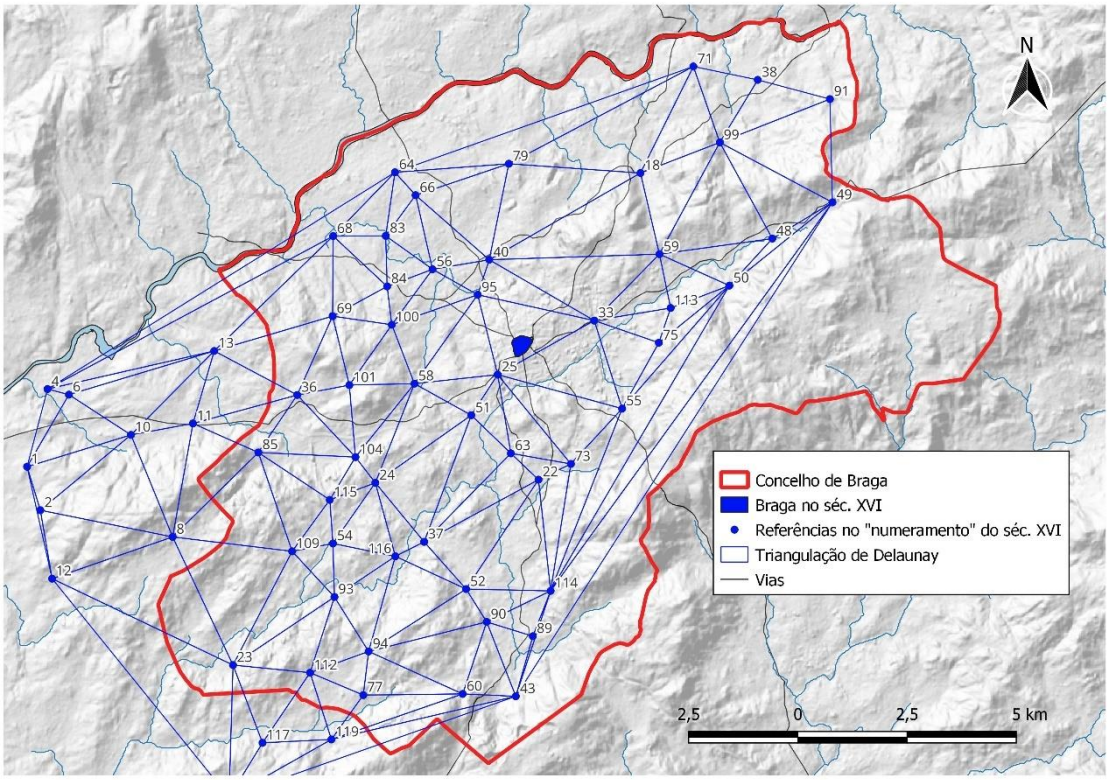


Figura 280 - Triangulação dos sítios referenciados no "Numeramento" do século XVI, ilustrativa da malha de povoamento moderno. ©Francisco Andrade

O elemento base de organização territorial continua a ser a paróquia e, apesar de se terem mantido as mesmas, ou terem sofrido uma ligeira redução durante o século XVIII, não parecem apresentar menor relevância, do que em épocas anteriores. A triangulação das referências do "Numeramento" do século XVI e das Memórias Paroquiais de 1758, permite a confirmação das características de um povoamento

denso e bem distribuído por todo o território, claramente organizado com vista à fruição plena do mesmo, à semelhança do constatado no período baixo medieval.

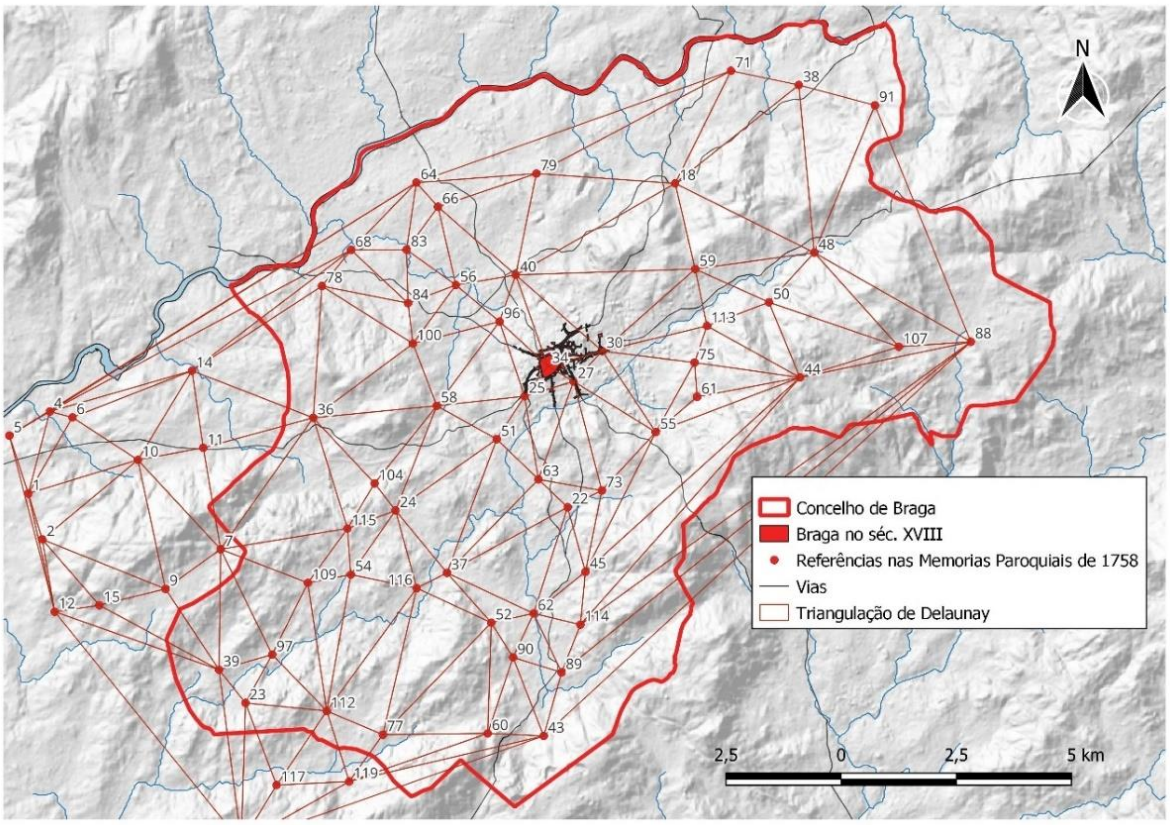


Figura 281 - Triangulação dos sítios presentes nas Memórias Paroquiais de 1758, ilustrativa da malha de povoamento do século XVIII. ©Francisco Andrade

A generalidade dos núcleos de povoamento medieval também se mantém. Apesar de os locais com elementos conhecidos neste período não abarcarem todos os sítios referenciados nos documentos, a proposta de organização territorial que avançamos para este período, permite constatar a manutenção de praticamente os mesmos núcleos populacionais da Baixa Idade Média. Efetivamente, o couto de Braga e Penafiel de Bastuço que é referenciado, em 1758, como pertencente ao termo de Barcelos, continuam a ser as circunscrições territoriais mais relevantes na região. O mosteiro de Tibães [69] surge como uma circunscrição territorial também relevante, que continua a ter na sua dependência diversas paróquias. Pelo contrário, o convento de S. Francisco [95], fundado no século XVI, não se apresenta como um elemento de grande relevância territorial, circunscrevendo-se a sua área de influência à freguesia de Real e aos terrenos que se desenvolviam nas suas proximidades e que constituiriam a sua cerca. Já o convento de Vilar de Frades [4], parece ter mantido, grosso modo, a importância territorial herdada do período medieval. Algumas das circunscrições mencionadas na Idade Média, como o couto de Pedralva e o couto do Vimieiro, apresentam vestígios de povoamento deste período.

Ao analisarmos os sítios referenciados no "Numeramento" do século XVI, foi possível igualmente constatar a manutenção de uma estrutura de povoamento semelhante ao período precedente. Pudemos, adicionalmente, constatar que algumas das circunscrições territoriais que mencionámos, como o couto de Vimieiro e o domínio do mosteiro de Lomar, apesar de se conservarem como entidades territoriais, apresentam uma dinâmica interna distinta. Efetivamente, constatamos que no século XVI não se apresentam organizados em torno de um conjunto monástico, mantendo-se, contudo, as mesmas paróquias. Refira-se ainda que no século XVI já é feita referência a Arentim [23], que tinha estado omissa em documentação anterior, muito provavelmente por ser terra privilegiada e ter havido algum problema na recolha de informações. Alguns dos núcleos de povoamento aparecem sem sítios georreferenciados associados, pelo facto de não estarem discriminados na documentação ou não nos ter sido possível a sua identificação. Pelas referências anteriores e posteriores relativas aos mesmos, concluímos que ter-se-iam mantido no período em análise, com características similares ao momento anterior.

Os dados relativos às Memórias Paroquiais de 1758 permitem a constatação da existência da mesma hierarquia de povoamento e confirmar algumas características já indiciadas no "Numeramento" do século XVI. Desta forma, é possível constatar que o couto de Pedralva se apresenta povoado, pese embora a extinção de, pelo menos, uma das paróquias que a constituía (Codeçosa [87]). Confirma-se o facto, já documentado nas Inquirições de 1288, da pertença de pelo menos três freguesias a Guimarães, uma anteriormente de Braga (Espinho [44]) e duas antes pertencentes à Terra de Penafiel de Bastuço (Cunha [39] e Ruílhe [97]). É possível igualmente constatar a ausência de referência a mosteiros em circunscrições territoriais como no couto de Vimieiro e em Lomar, tal como se constatou no século XVI. Confirma-se também a referência a Arentim [23], à semelhança do que foi mencionado no "Numeramento". O couto de Tibães, como já vimos, configura uma unidade de povoamento constituída por diversas paróquias, apresentando as características documentadas em referências anteriores, o mesmo acontecendo com o convento de Vilar de Frades [4].

Na generalidade, as circunscrições territoriais modernas são as que são apresentadas nas Inquirições de 1288, ressalvando, contudo, os territórios que não foram referenciados nesse documento, sendo a principal característica de alguns dos coutos e territórios monásticos, o facto de na Idade Moderna se constatar a ausência de comunidades monásticas. A polarização de Braga e Barcelos parece-nos, no final do período em estudo, cada vez mais evidente.

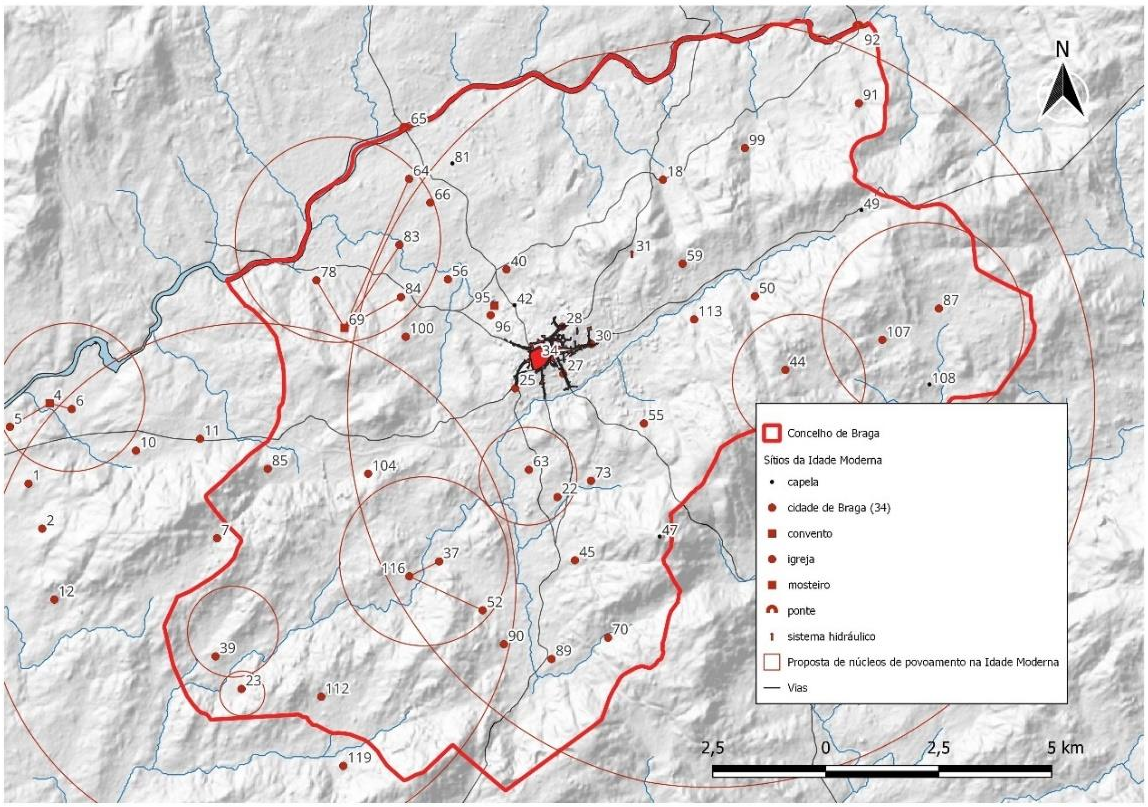


Figura 282 - Proposta de hierarquia de sítios na Idade Moderna. ©Francisco Andrade

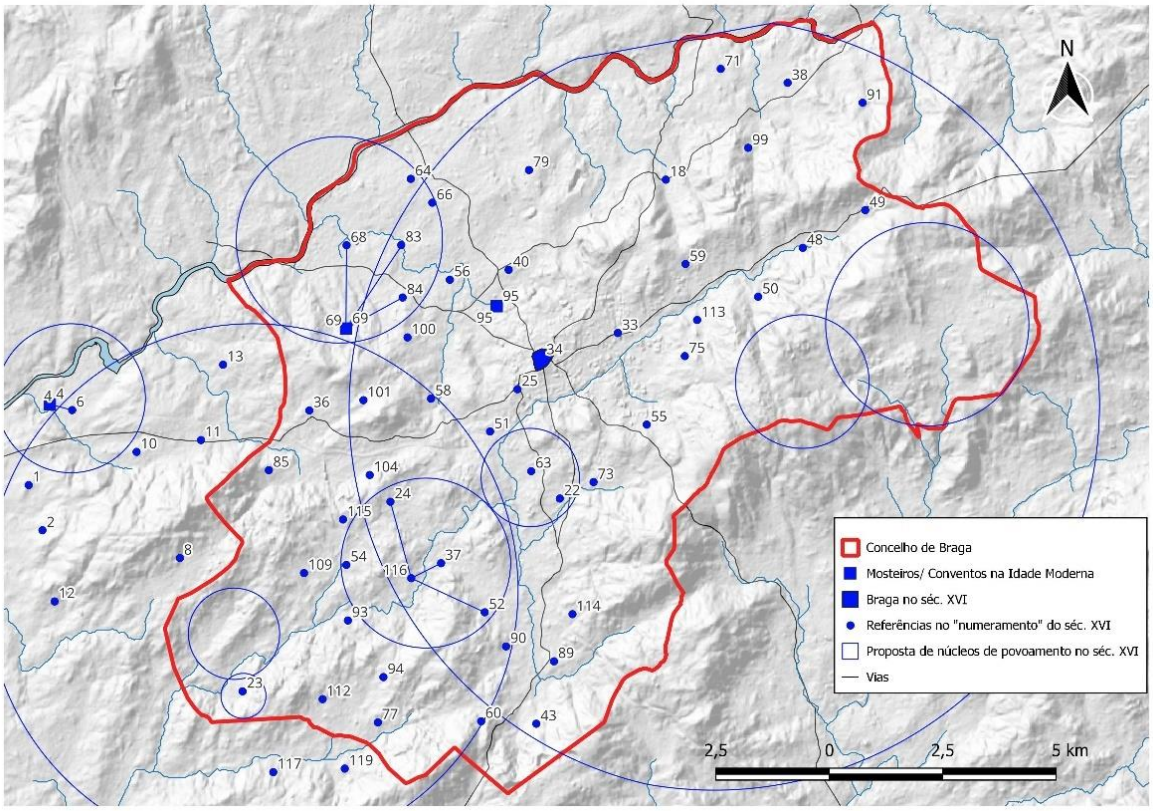


Figura 283 - Proposta de hierarquia de sítios referenciados no "Numeramento" do século XVI. ©Francisco Andrade

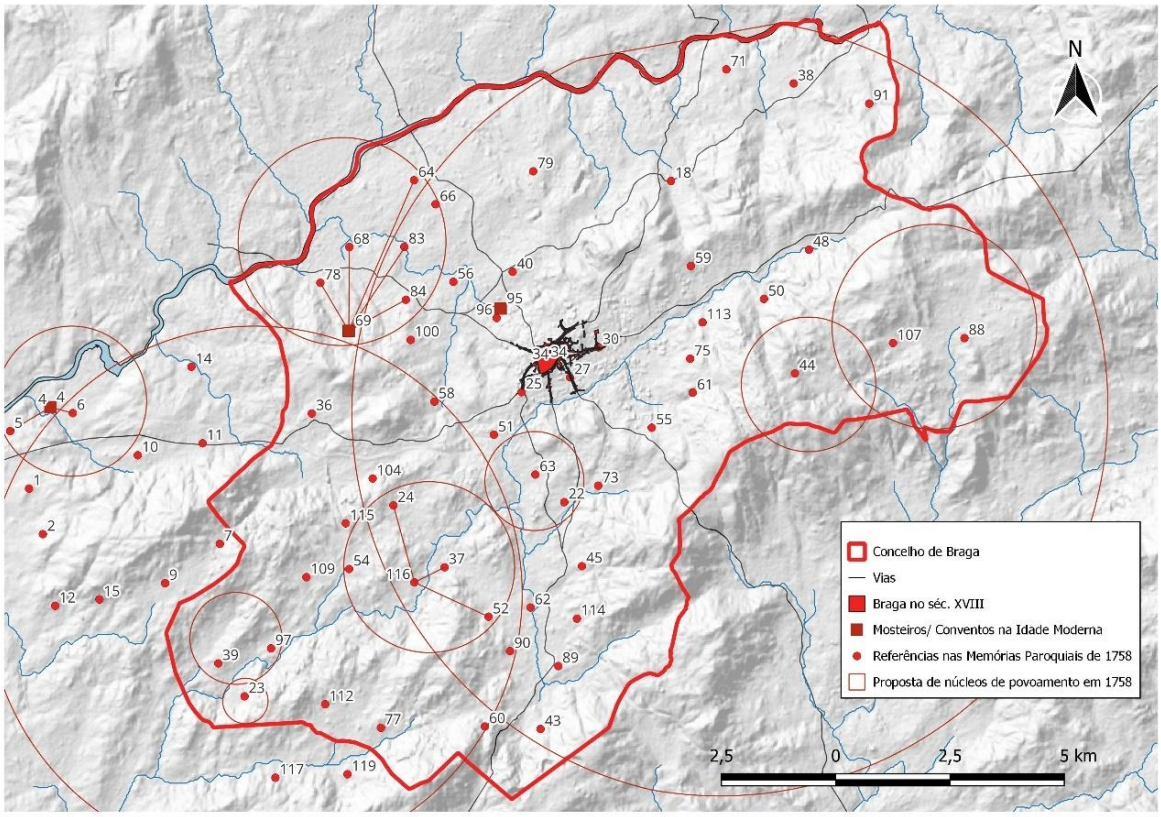


Figura 284 - Proposta de hierarquia de sítios referenciados nas Memórias Paroquiais de 1758. ©Francisco Andrade

Parte IV - Conclusões

1.1. O povoamento na Antiguidade Tardia: transformações e tendências

O estado atual dos conhecimentos, face à relativamente reduzida incidência de intervenções arqueológicas, na zona rural de Braga, condicionou os dados apresentados. Estudos futuros poderão permitir um aprofundar de conhecimentos e ajuste na interpretação avançada. Contudo, consideramos que os dados de que dispomos atualmente, já permitem uma aproximação aos contextos e alguns significados do povoamento tardo antigo bracarense.

1.1.1. A cidade de Braga e a envolvente imediata

Uma das principais características da morfologia urbana tardo antiga de Braga na Antiguidade Tardia associa-se à presença de uma potente muralha, que encerra uma área urbana ampla, com cerca de quarenta e oito hectares, que realiza uma perfeita delimitação entre o espaço urbano e o rural. Tal como já foi referido por Martins *et al.* (2016, pp. 36-37), um traço característico do urbanismo tardo antigo bracarense associa-se à coexistência de dois tipos fundamentais de ocupação. Por um lado, identificam-se as áreas em que domina a malha dos quarteirões romanos que continuam a estar ocupados por *domus*, que conhecem uma progressiva desarticulação a partir do século V, através da fragmentação dos espaços e compartimentos, perdendo a sua vocação de habitação de elite e unifamiliar, para se tornarem em espaços habitacionais plurifamiliares (Martins *et al.*, 2016, pp. 35-52). Por outro lado, entre os séculos V-VII afirmam-se novas expressões arquitetónicas que se instalam em edifícios ou espaços que haviam perdido a sua funcionalidade original. Trata-se de construções que usam a madeira e argamassas para elevar os alçados, adaptando-se a construções pré-existentes. Os melhores exemplos deste tipo de construções, também referenciadas noutras cidades hispânicas, situam-se por ora na envolvente do teatro romano, na Colina da Cividade (Martins *et al.*, 2015; 2017b).

As mudanças registadas na habitação urbana de *Bracara*, são comuns nos contextos urbanos que sobrevivem à instalação dos Suevos e Visigodos no espaço peninsular, a partir do século V. Na verdade, é expectável que uma parte considerável da elite galaico-romana cristianizada tenha perdido o seu protagonismo socioeconómico, face à afirmação de uma nova elite exógena, primeiro suevo, depois visigoda, que passou a dominar o panorama político. Também desaparece a elite de funções que terá circulado por *Bracara* no século IV, quando a cidade foi capital da província romana da Galécia. A chegada dos Suevos não significou nem o fim, nem o declínio económico da cidade, aspetos demonstrados pelo registo arqueológico, que documenta uma estimulante atividade produtiva e a continuidade das importações, garantida através da rota atlântica que permanece ativa até ao século VII (Martins *et al.*, 2017b, pp. 241-246).

As alterações concetuais no tipo de habitações em Braga, que parecem ter acontecido entre os séculos V e VI consubstanciou-se na generalização de construções com novos e mais modestos materiais, que parecem indiciar um menor poder aquisitivo dos proprietários, mas também a perda de sentido da lógica de organização do espaço das *domus* que só fazia sentido no contexto de uma emulação da riqueza privada (Martins *et al.*, 2016, p. 43).

Face aos dados disponíveis, parece que a elite sueva não terá tido grande papel na mutação da paisagem urbana, estando mais associada ao desenvolvimento de construções nos espaços rurais, com destaque para o conjunto palatino da Falperra [47] ou para a *villa* de Dume [40]. Esta aparente ausência da elite sueva na paisagem urbana de Braga, poderá ser interpretada segundo diversos aspetos. Assim, mau grado o seu domínio político e militar, num primeiro momento, terá pesado o facto de constituírem um contingente populacional relativamente reduzido, face à população galaico-romana preexistente, o que poderá ter conduzido a uma integração muito limitada, afigurando-se de alguma importância a diferença étnica e religiosa entre os dois estratos populacionais.

A reestruturação funcional de alguns dos quarteirões urbanos terá sido iniciada num momento imediatamente anterior ao século V e poderá ter como principal motor a mudança cultural mais impactante no contexto do Império Romano tardo antigo, a afirmação e surgimento do cristianismo como principal referente religioso. Este fenómeno, como é óbvio, não esteve apenas confinado aos planos religiosos, filosóficos e culturais, tendo igualmente tido um amplo impacto a nível económico e construtivo. Tal como é referido por Ian Wood (2022, p. 24), as "doações de tesouro" eram essenciais à construção de edifícios eclesiásticos. Assim, as elites em vez de investirem nas suas casas urbanas ou rurais, como aconteceu ainda no século IV, passaram a desviar os seus investimentos para a construção dos templos.

O crescimento do número de convertidos e as doações foram necessárias para dotar a paisagem urbana de edifícios de culto cristão, também presentes nos subúrbios das cidades. Em Braga não se conhece nenhum conjunto episcopal com as dimensões que se conhecem para algumas das cidades do Império (Andrade e Fontes, 2020, pp. 293-314), sendo conhecido, até ao momento, vestígios de um edifício, que jaz sob a atual catedral, adaptado de um possível *macellum*, cuja interpretação como edifício de culto cristão foi publicada por Fontes (1993-94, p. 145). Mesmo aceitando que o edifício em questão poderia ter constituído parte do edifício episcopal, apresenta uma área e complexidade menores do que os grandes conjuntos episcopais identificados, por exemplo, em cidades como Barcelona (Andrade e Fontes, 2020, pp. 293-314). O edifício estava localizado numa zona periférica, tal como numa parte considerável dos conjuntos episcopais identificados nas cidades tardo antigas da Península Ibérica.

No entanto, os recentes trabalhos que foram desenvolvidos na área a este da catedral bracarense, parecem confirmar a existência, em Braga [34], de um complexo episcopal bem mais amplo do que o que se conhecia inicialmente. Foi identificado um edifício de grandes dimensões, tardo romano, tendo sido identificadas duas grandes áreas que se desenvolvem no sentido este oeste. Na área mais a norte do imóvel foi identificado um batistério, que nos parece, numa análise preliminar, ter sido construído num edifício, cuja primeira fase poderá ser enquadrável nos séculos IV-V. O batistério mais antigo é constituído por *opus tesselatum*, cujos motivos não tivemos oportunidade de ver na totalidade, na medida em que se encontra encoberto pela fase mais recente, constituída por *opus signinum*. Pelas características construtivas, o batistério parece-nos poder ser associável aos séculos VI-VII, tendo em conta outros mausoléus similares que se conhecem (Fernández Fernández *et al.*, 2019, pp. 5691-5704). Dado que que os trabalhos ainda estão a decorrer e que a escavação se circunscreveu a áreas das coroas das estruturas dos edifícios, tendo-se escavado apenas nas zonas contíguas até ao piso de *opus signinum* com painéis musivos, não foi possível constatar, com clareza, de que forma se implantou o edifício e como se adaptou à lógica construtiva de um edifício anterior, bem como os detalhes do edifício preexistente. Certa é a identificação de materiais com motivos cristãos e visigóticos, destacando-se um colunelo e uma placa de xisto, que parecem indiciar esse tipo de ocupação (Magalhães *et al.*, 2023). Está prevista datação por OSL das estruturas, sendo as considerações que tecemos a seu respeito obviamente preliminares.

De acordo com o que já referimos em Andrade e Fontes (2020, pp. 293-314), o grande referente de transformação da paisagem urbana bracarense terá sido a afirmação do conjunto episcopal como um dos principais componentes organizativos da cidade, em conjunto com outros elementos constitutivos de uma topografia cristã antiga. De facto, inicia-se, neste momento, o processo de associação do conceito de cidade ao aglomerado urbano que tem a presença de uma autoridade episcopal. A presença de elementos topográficos cristãos também se vai fazer sentir na periferia da cidade, sendo a partir desses núcleos que se vão desenvolver os aglomerados que estão associados a basílicas cemiteriais erguidas sobre as necrópoles romanas, que também se adaptaram ao culto cristão. No nosso entender, o cristianismo é a principal força motriz que vai explicar as principais alterações urbanísticas já mencionadas, de acordo com o que foi referido por Jorge López Quiroga (2004, p. 125) que também menciona a cristianização das cidades do noroeste peninsular como o principal fenómeno urbanístico identificável.

Transformam-se igualmente os espaços de espetáculo, como poderá ter acontecido na zona de Maximinos, onde possivelmente poderia ter existido o anfiteatro romano e se desenvolveu um aglomerado suburbano, em torno de uma possível basílica cemiterial que teve como orago S. Pedro [25], que lhe estaria próxima (Andrade e Fontes, 2020, pp. 293-314). No caso de Tarragona, a cristianização do anfiteatro aconteceu no seu interior, com a construção de uma basílica dentro da arena (Godoy Fernández e Muñoz Melgar, 2018, p. 65). A cristianização destes espaços estará muito provavelmente relacionada com o facto de serem locais onte foram martirizadas algumas das principais figuras do cristianismo. A ocupação de espaços de espetáculos como o teatro romano da Cividade (Martins *et al.*, 2017b, p. 242), para além da utilização habitacional, também poderá ter contemplado áreas artesanais, eventualmente ocupadas entre os séculos V-VII.

As áreas periféricas da cidade de *Bracara* dispunham de equipamentos artesanais, globalmente mal conhecidos, sabendo-se, contudo, que algumas laboraram no período tardo antigo. Assim, as oficinas de vidro do Fujacal/rua de S. Geraldo, poderão ter sido ocupadas entre os séculos III-VI. Sabemos que a oficina de vidro identificada nas proximidades da necrópole dos CTT, poderá ter sido ocupada entre os séculos IV-VI (Martins *et al.*, 2010, pp. 195-199). Mário Cruz (2011, p. 85), a partir da análise dos seus materiais, circunscreve a cronologia entre a primeira metade do século IV e segunda metade do século V. As oficinas de vidro do Fujacal/rua de S. Geraldo, poderão ter sido ocupadas entre os séculos III-VI. A presença deste tipo de infraestruturas, induz-nos a concluir que, pelo menos durante o início da ocupação sueva, a atividade artesanal e comercial parece ter continuado em funcionamento. Este facto parece contrariar abordagens mais catastrofistas, seguindo a visão de Idácio flaviense, que defendem incursões caracterizadas pela destruição generalizada da sociedade e da cidade de Braga. Não queremos, contudo, defender que o domínio suevo esteve isento de episódios de violência e destruição, estando alguns deles bem documentados historicamente. Queremos sim sublinhar que, face às evidências de que dispomos, a sociedade galaico-romana, pese embora a alteração registada, designadamente ao nível do seu aparelho político, parece ter continuado a ter condições para desenvolver atividades económicas e comerciais. Tal como refere Mário Cruz (2011, pp. 88-89), a atividade vidreira bracarense que reflete uma atividade artesanal considerável, não parece constituir um caso de exceção no âmbito do ocidente europeu. Efetivamente, estão documentados diversos outros casos em que evidenciam atividades similares ou até maior intensidade com é o caso de Roma, Lyon, Marselha ou Londres.

A cidade de *Bracara*, como capital do Reino Suevo, terá tido um papel de relevo nas transações comerciais com o norte de África, Itália e Império Bizantino (Sánchez Pardo, 2023, p. 71). Com efeito, embora possa ter havido um dinamismo diferente do anterior, que havia sido proporcionado por um

território imperial mais coeso e facilitador de trocas na média e longa distância, a arqueologia documenta que esse tipo de atividades económicas se manteve a par de uma normal produção local. De facto, determinado tipo de materiais e atividades parece seguir o processo de fabrico tardo-romanos, o que indicia que poderá ter sido o substrato populacional galaico-romano a garantir a continuidade da vida económica urbana. Por outro lado, as características culturais diferenciadas e a grande mestria dos povos germânicos, poderão ter sido igualmente importantes noutras atividades, designadamente, a metalúrgica.

Bracara, apesar de ser a capital do Reino Suevo, passou a desempenhar, de forma mais evidente, um papel importante enquanto centro de referência do cristianismo no noroeste Ibérico, dividindo, episodicamente, essa preponderância com Lugo, face ao protagonismo de alguns dos arcebispos que foram ocupando os cargos respetivos, tal como é referido por Avelino Costa (1997, p. 4). A aparente ausência de indícios claros na urbe bracarense, de elementos associados à residência da monarquia sueva, ao contrário do que parece acontecer com conjuntos palatinos, como o da Falperra [47], pode ser explicada pela sua conceção de poder, que associa a residência com o tesouro régio, uma característica dos reinos germânicos, como refere Pablo Díaz Martínez (2011, pp. 126-127). Locais como a Falperra seriam mais facilmente defensáveis e mais resguardados, logo mais apropriados para a salvaguarda do tesouro régio e, de alguma forma, capazes de controlar uma área que, num momento inicial, careceria ainda de ações de pacificação sobre as populações autóctones.

1.1.2. Evolução da paisagem

A opulenta cidade de *Bracara*, no século IV, referida por Ausónio (Morais, 2012, p. 4), para além de diversas infraestruturas viárias, produtivas e artesanais necessárias ao comércio de longa distância, também necessitaria de um abastecimento de produtos frescos para alimentar os mercados, o qual era garantido em primeira mão pelo território envolvente, organizado em unidades agropecuárias de fundação romana, as *villae*. Esta matriz produtiva regista uma grande continuidade até aos séculos V-VI, ainda que seja suposto ter ocorrido uma alteração dos possessores das *villae,* conforme se pode deduzir do registo toponímico de gentilícios germânicos.

Apesar de estarem documentados diversos potenciais locais que podem ser enquadrados na categoria de *villa*, não podemos assegurar uma rigorosa sincronia de ocupação entre os diversos sítios inventariados, uma vez que apenas dispomos de um único sítio escavado, não de forma extensiva. Referimo-nos à *villa* de Dume [40], que revela dados compatíveis com a ocupação das *villae* tardo antigas, conforme definidos por Alexandra Chavarría Arnau (2007).

A Braga do século IV é condizente com a elevação de estatuto da cidade a capital da província da Galécia, no âmbito da reforma administrativa promovida por Diocleciano, situação que teve, como é obvio, consequências ao nível dos cargos administrativos que foram criados e na promoção das elites urbanas que seriam certamente proprietárias de *villae*. O investimento na monumentalização da *pars urbana* das *villae* do século IV é um fenómeno geral do Império Romano tardio, que tem um correlativo urbano no generalizado melhoramento das *domus*, explicando-se ambos pela dimensão simbólica que os espaços construídos das *villae* e das *domus* ofereciam como imagem do poder e riqueza dos seus proprietários, que ambicionavam ser promovidos a cargos administrativos no contexto das províncias tardias. Este dinamismo construtivo terá também ocorrido no território bracarense, estando bem expresso com as remodelações das *domus* urbanas, mas também nalgumas *villae* nas quais se registam remodelações significativas datadas dos séculos IV-V. Neste sentido, não será de todo incompreensível que uma cidade designada como "opulenta" tivesse na sua envolvente próxima diversos locais em que fosse possível demonstrar e exibir a abundância de uma classe governativa da cidade, indo de encontro ao que foi defendido por Martins e Carvalho (2016, p. 243) acerca da pertença das *villae* bracarenses à elite política da cidade. De facto, na Antiguidade Tardia a elite política e económica da cidade de *Bracara* era eminentemente autóctone (Andrade, 2015, p. 51; Martins e Carvalho, 2016, p. 243), sendo elas que assumiriam, pelo menos no século IV o papel de proprietários das *villae* e, portanto, do sistema produtivo da região.

A desarticulação das estruturas governativas provinciais devido à instalação dos Suevos na região de Braga, seguramente terá tido impacto nas propriedades rurais, como teve nas estruturas urbanas acima mencionadas. De facto, durante o período tardo antigo, os dados que temos vindo a apresentar induzem-nos a concluir uma relação de grande proximidade entre os domínios fundiários e a urbe bracarense. O próprio modelo de povoamento, parece indicar uma grande polaridade da cidade de *Bracara* relativamente ao território envolvente. Esta relação está documentada noutras geografias ibéricas, como em Tarraco, onde se constata uma relação quase simbiótica entre a cidade e o campo, com os mesmos protagonistas, estando as relações económicas altamente interligadas (Chavarría Arnau, 2007, p. 113).

O período de maior crescimento das *villae* parece coincidir com um momento de recuperação climática e consequente maior abundância e reforço da capacidade produtiva (*Mccormick et al.*, 2012, pp. 185-186). As *villae* analisadas por Chavarría Arnau (2007, pp. 112-113), fornecem dados que permitem uma confirmação daquele cenário de crescimento para diferentes áreas da Península Ibérica do fenómeno de crescimento e dinamismo das *villae* nos séculos IV e V. Tal como a autora refere e como os dados arqueológicos da área em estudo parecem confirmar, também é possível constatar que as

grandes *villae* construídas nas proximidades de *Emerita* e de *Tarraco* são indiciadoras da grande vitalidade, tanto dos núcleos urbanos como área rural envolvente. Apesar de termos apenas como único referente relativamente seguro da nossa área de estudo, a *villa* dumiense [40], é possível documentar que o século IV foi um momento de prosperidade na economia da região bracarense, refletida na remodelação da *villa*.

A crise climática que se terá feito sentir ao longo do século V ter-se-á sentido de igual forma na cidade e no campo, registando-se mudanças que tiveram repercussões nas condições de ocupação das *villae*. Parte das *villae*, enquanto domínios senhoriais, face à desestruturação das instituições organizativas romanas, poderão ter deixado de estar ocupadas enquanto tal, durante as primeiras décadas do século V, indo de encontro ao que foi referido por Chavarría Arnau (2007, p. 114), com base nas análises de materiais e estudos dos pavimentos musivos. Efetivamente, também em Dume [40], tal como nas restantes *villae* analisadas por Chavarría Arnau (2007), os mosaicos não parecem comportar uma datação mais recente do que o século IV, à exceção da tampa de mosaico que foi reaproveitada na necrópole, eventualmente associável ao século V (Fontes e Andrade, 2013, p. 184). Seguramente que o abandono de parte da *pars urbana* das *villae* não terá pressuposto o generalizado abandono das atividades agrícolas dos variados locais, apesar das produções agrícolas do século V terem sofrido um assinalável decréscimo, fruto das condições adversas de natureza climática (Mccormick *et al.*, 2012, pp. 185-186).

Casos houve de abandono total da *pars urbana*, ocorridos num curtíssimo espaço de tempo, o que parece justificar a afirmação de Díaz Martínez (2011, p. 156) de que os Suevos ocuparam lugares abandonados e/ou lugares públicos, pelo que a sua presença poderia ter sido em muitos casos não de cultivadores, mas de administradores. Será esta paisagem rural em que as *villae* poderão ter passado, em parte, para a posse administrativa dos Suevos, como aconteceu no caso de Dume, em que a propriedade terá transitado para a posse da família real (Andrade, 2015, p. 66), que terá permitido a permanência parcial dos antigos domínios fundiários romanos. Aceitamos que os casos como os de Dume [40], poderão não ter sido a maioria, tendo a organização fundiária acompanhado as alterações sociais e políticas que se verificaram. A transição dos domínios das *villae* para conjuntos monásticos tardo antigos parece-nos ter as condições ideais ao nível da disponibilização de uma área agrícola suficiente para o sustento da comunidade monástica e a disponibilidade de uma área construída, passível de adaptação para a sua instalação. Deste modo, o fenómeno de instalação de comunidades monásticas em *villae*, como aconteceu em Dume [40], terá sido um dos principais fatores de preservação dos

domínios fundiários romanos. As estruturas construídas eram as indicadas para a sua instalação e as características dos mosteiros visigóticos, ao nível da sua independência patrimonial, preconizada em diversos concílios (Díaz Martínez, 1987, p. 55; Andrade, 2015, p. 12), favorecia a preservação dos bens fundiários.

Para a região em estudo regista-se uma única comunidade monástica com uma ocupação comprovada que remonta ao período suevo (Dume [40]), não sendo possível uma generalização total das suas condições de ocupação a outros lugares. Por outro lado, pese embora alguns momentos episódicos de maior instabilidade, o tecido produtivo rural tardo romano (Arce, 2006, pp. 9-15) deverá ter continuado, apesar das alterações circunstanciais que poderão ter acontecido em alguns locais, designadamente adaptações diversas pelo facto de uma parte considerável dos *dominus* terem abandonado as suas residências (Chavarría Arnau, 2007, p. 114).

No período suevo, parece ter coexistido, em simultâneo com a ocupação dos espaços de vale que permaneceram explorados de alguma forma em período anterior, uma ocupação e/ou construção de locais fortificados (Tejerizo García e Rodríques González, 2021, pp. 717-745), como por exemplo terá acontecido no povoado de Castillon (Sastre Blanco *et al.*, 2014, p. 366) e que também são identificáveis para períodos posteriores (Gutiérrez González, 2014, p. 192). J. López Quiroga (2004, p. 259) refere que os castros continuariam a constituir o padrão da ocupação em altura. Para a região em estudo, temos a confirmação da ocupação de um destes locais com um conjunto de construções que consideramos poderem ter constituído um conjunto palatino. Pese embora, segundo a hierarquia de fortificações que é apresentada por J. Gutiérrez González (2014, p. 210), os castros estejam numa posição hierárquica inferior, relativamente às *civitates*, como é o caso de Braga, face à sua função de exceção e condições de implantação anteriormente apresentadas, pensamos que o controlo e organização territorial da região poderia ter sido exercido a partir desse local.

Tal como refere P. Díaz Martínez (2011, p. 159) os suevos deverão ter constituído o menor contingente que passou os Pirenéus no início do século V. Esta estratégia de controlo de território, também parece ter sido seguida durante o período visigótico, devendo a ocupação de diversas fortificações em altura ter tido, para além da óbvia função militar e de vigilância, também uma componente administrativa importante (Gutiérrez González, 2014, p. 210). Dada a dimensão da área em estudo, não nos parece plausível que mais nenhum outro local desta natureza possa ter desempenhado este tipo de funções, como referimos. Tal dado não invalida que a ocupação de povoados castrejos, não pudesse ter acontecido ainda que, eventualmente por períodos determinados, mais circunscritos no tempo, ou eventualmente, em alguns dos casos, de carácter mais permanente.

Podemos perspetivar, em certa medida, a manutenção de um povoamento misto, de vale e em altura, que poderá ter persistido até ao final do período visigótico. No caso do povoamento de vale, pautado, como vimos anteriormente, pela redução da sua função de lazer, deixando parte das *pars urbanae* das *villae* de ter tido a função cerimonial e de demonstração de poder tardo antiga, mantendo-se enquanto entidades de exploração agrícola. As comunidades monásticas parecem ter passado a desempenhar um papel de grande relevância na ocupação desses espaços, sendo um referente incontornável na paisagem rural tardo antiga de vale. Estes locais, começaram-se a cristianizar pelo menos desde o século IV, no âmbito da cristianização das *villae* (Bowes, 2018, p. 451) com a instalação de comunidades formadas através de profissões coletivas (Díaz Martínez, 1987, p. 144). Trata-se de um processo que não terá acontecido de forma abrupta, mas que se terá desenvolvido de forma mais ou menos orgânica, estando intrinsecamente relacionado com o próprio desenvolvimento e difusão do cristianismo. A sua difusão em zonas de vale e áreas urbanas levam a que seja um fenómeno que tenha uma relação estreita com a romanidade e a sua implantação no noroeste ibérico.

No caso dos assentamentos em altura, é suposto associarem-se com funções predominantemente militares e de controlo, apesar do povoado da Falperra ter desempenhado funções de residência a nível administrativo, no âmbito de uma possível sede régia sueva. Face à escassez dos dados não nos é possível estabelecer uma relação clara entre a possível permanência da ocupação em altura no período tardo romano, precedente ao controlo suevo-visigótico do território, com alguma permanência de elementos do substrato indígena, com menor integração na sociedade romana.

O principal referente paisagístico continuou a ser a cidade de *Bracara*. Contudo, à semelhança de outras cidades peninsulares, a cidade inicia, na tardo antiguidade, o processo de afirmação enquanto espaço em que as entidades eclesiásticas desempenhavam um papel preponderante, continuando a ser o principal local de vivência de costumes romanos.

1.2. O povoamento na Alta Idade Média: transformações e tendências

A análise da paisagem bracarense da Alta Idade Média, tem como ponto de partida e ponto de chegada dois panoramas completamente distintos e aparentemente inconciliáveis, associados, por um lado, ao ermamento territorial, encarado de uma forma estrita e literal (Sánchez Albornoz, 1966) e, por outro, à defesa de uma continuidade de ocupação que advoga uma transição entre o povoamento romano e medieval sem sobressaltos de relevo (Sampaio, 2008, pp. 89-257).

Se é verdade que a área em estudo não se enquadra diretamente na região que constitui a base essencial da argumentação de Claudio Sánchez Albornoz (1966), é a que está na base da fundamentação

organizada por Alberto Sampaio e continuada, com as devidas adaptações, por diversos autores, representando o trabalho de Avelino Costa (1997; 2000) acerca do censual, que o autor datou de finais do século XI, a principal recolha exaustiva de dados, organizada de forma a sustentar a argumentação subjacente à continuidade de ocupação do território bracarense.

A interpretação que apresentamos de seguida, pese embora tenha como foco exclusivo o território bracarense, inevitavelmente, terá que ser contextualizada na problemática mais geral que acima mencionamos, tendo em consideração, para além da interpretação dos dados disponíveis para a área de estudo, as perspetivas mais atuais acerca da temática que tiveram como referência a análise documental (Amaral, 2007, Marques, 2014) e os dados arqueológicos (López Quiroga, 2004; Barroca, 2010-2011, pp. 115-182).

1.2.1. A cidade de Braga e a envolvente imediata

Os dados que possuímos acerca da cidade de Braga sustentam uma redução considerável da área urbana, relativamente à precedente cidade tardo antiga, um facto que, embora com uma datação imprecisa terá ocorrido entre os séculos VIII e IX. Esta característica parece-nos pressupor, inegavelmente, um despovoamento parcial da cidade, determinado pela incursão muçulmana da cidade dos inícios do século VIII e pela destruição da mesma, da qual a cidade não terá tido capacidade para se reconstruir, pois, à instabilidade do momento somou-se a debandada das elites cristãs da cidade que se fixaram na Galiza, após a partida do bispo metropolita de Braga para Lugo. Esta situação terá determinado uma progressiva desorganização do poder militar, religioso e civil, tendo as populações urbanas e rurais ficado sem liderança.

A população urbana de Braga ter-se-á concentrado no quadrante nordeste, onde se formalizou o primeiro núcleo urbano medieval, polarizado em torno da basílica cristã situada a sul da muralha, no sítio da atual catedral. Esse núcleo viria a ser cercado a sul e poente, articulando-se a nova cerca com a parte nordeste da estrutura defensiva romana. O uso do espaço abandonado da antiga cidade romana e tardo antiga manteve-se por muitos séculos, aí se encontrando pedra abundante, usada na construção, mas também terrenos propícios para a produção de bens alimentares de primeira necessidade e mesmo para a criação de animais, iniciando-se o processo de transformação da área da anterior cidade em quintas e quintais (Martins, 2014; Martins, 2020).

A redução da área ocupada da cidade poderá justificar-se também por uma progressiva transferência das pessoas da área urbana para a área rural circundante da cidade, na medida em que os períodos de maior instabilidade tendem a limitar os corredores de circulação de bens entre a cidade e o campo e entre regiões mais remotas. Efetivamente não podemos negar que poderá ter havido movimentos

populacionais tendo como destino a zona rural bracarense, como terá acontecido noutros períodos históricos, como por exemplo, em diversas cidades no final do Império Romano. Esse movimento explicaria o maior número de sítios que se conhecem relativamente ao período precedente.

O que conhecemos da cidade de Braga, designadamente o facto de se ter construído uma cerca que reduziu a área urbana ocupada, parece atestar também algum desinvestimento na cidade, resultante do seu progressivo abandono pelas elites eclesiásticas e civis, muito embora esse processo possa ter uma raiz anterior, remontando à progressiva perda de influência da cidade, após a sua integração no reino visigodo, na sequência da invasão e saque de Braga, em 585, pelo rei Leovigildo (Freitas, 1890, p.17). Apesar de ter mantido a sua importância religiosa, como sede metropolitana eclesiástica da *Gallaecia provinciae*, o que garantiu a sua continuidade como núcleo urbano, a extensa cidade de Braga perde dinamismo, o que é agravado a partir de 711, quando se registaram as primeiras incursões muçulmanas e se verificou o abandono de Braga pelas autoridades eclesiástica (Costa, 1997).

Os dados arqueológicos disponíveis não nos permitem acompanhar com detalhe as flutuações populacionais da cidade nos séculos iniciais da Idade Média, sendo conhecidos apenas aspetos gerais da sua morfologia.

A intervenção que a Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho tem vindo desenvolver na rua da Nª Srª do Leite, apresenta algumas estruturas que podem estar associadas a este período. Também tivemos oportunidade de ver elementos arquitetónicos que pensamos ser enquadráveis nas tipologias de arte da Alta Idade Média que se conhecem (Barroca e Real, 1992, pp. 136-168). A existência desses vestígios no referido local, parece confirmar a ocupação da área nordeste da cidade, próxima do caminho de ronda da muralha, onde se desenvolveu o conjunto episcopal, cujas características não são ainda totalmente claras.

A deslocalização do núcleo urbano para nordeste parece justificar-se essencialmente pelo acréscimo de importância das instituições eclesiásticas na cidade depois da presúria, que funcionou como motor de transformação da topografia urbana. Por sua vez, as áreas das anteriores necrópoles ficaram mais afastadas, tendo sido paulatinamente abandonadas, facto bem documentado na necrópole da via XVII onde as tumulações não parecem ultrapassar o século VII (Braga, 2018, p. 82). Este aspeto torna pouco sustentável a defesa de uma ocupação extensa e ininterrupta da totalidade da cidade ao longo dos séculos seguintes.

Pese embora não concordemos com teses excessivamente catastrofistas, não podemos negar que as incursões árabes na região do NO ibérico, ainda que pontuais, tenham tido impacto na desorganização

populacional da região e da produção agrícola da qual a população dependia. A própria rebelião berbere da Galiza (Coelho, 2018, p. 111), terá contribuído para a instabilidade e desorganização que se seguiu.

Segundo as fontes escritas, Pelágio fundou o reino asturiano em 718, iniciando o movimento conhecido na historiografia por 'reconquista cristã', a partir de 722, data da batalha de Covadonga, em que os muçulmanos terão sido derrotados. Iniciam-se então os movimentos de presúria, ou de ocupação do território, os quais não terão implicado a intervenção régia anteriormente a meados do século IX (Sánchez Albornoz, 2021,II, p. 1294).

Uma questão que permanece por esclarecer relaciona-se com a cronologia da cerca que transforma a cidade de Braga num pequeno reduto, desconhecendo-se se terá sucedido à revolta Berbere de 739, e o seu retorno ao norte de África, em 756 (Andrade, 1994, p. 106), ou se será uma construção já associada ao âmbito da reorganização territorial decorrente da presúria do território até ao Douro em 868, da responsabilidade de Afonso III (866-910) que intensificou a expansão para as terras a sul do rio Minho (Mattoso, 1997, p. 397). À presúria de *Portucale* pelo conde Vimara Peres, em 868 (Amaral, 2009, p.116), segue-se a delimitação do termo de Braga, ocorrida entre aquela data e 873, que decorreu, em lugar incerto da região do Minho, no âmbito de um concílio da cúria régia, que contou com a presença do rei e de nobres asturianos. O envolvimento dos monarcas asturianos nos processos de presúria e de organização do território está também documentado na conhecida delimitação do termo de Dume, ocorrida em 911, supostamente realizada numa *congregatio* magna, em *Aliobrio*, na qual participou o rei Ordonho II (910-924) (Costa, 1965).

O cenário urbano e rural bracarense terá mudado a partir do século XI, com um renascimento urbano de Braga que se associa à reabilitação política e eclesiástica que a cidade conheceu por ação do bispo D. Pedro (1071-1091), a quem coube a missão de restabelecer a Diocese de Braga (1071). A construção da atual Catedral, sagrada em 1089, estando então construídas a capela-mor, o altar e as paredes laterais e o restauro da diocese determinaram certamente um dinamismo populacional e construtivo da cidade e do território. Deve-se também ao bispo D. Pedro a organização administrativa da diocese, tendo integrado as suas paróquias nas *terras* e *arcediago*s, bem como ações de mediação que facilitaram a independência do Condado Portucalense, reorganizado em 1096, pela mão de D. Henrique de Borgonha e de sua esposa D. Teresa, filha de D. Afonso VI. Reconhecendo a importância da cidade de Braga e da sua diocese, os condes concederam ao bispo S. Geraldo a dignidade de arcebispo, que passará aos seus sucessores, tendo doado à Sé bracarense a cidade de Braga e o seu termo, constituindo um senhorio que garantiu aos prelados diocesanos a jurisdição temporal (Costa, 1997; Ribeiro, 2008). Em 1128 D. Afonso Henriques viria a confirmar a doação do Couto de Braga à igreja bracarense, no mesmo ano em

que o arcebispo D. Paio Mendes (1118-1137) iniciava a reconstrução da cabeceira da Sé. (Fontes, Lemos e Cruz, 1997-1998, pp. 137-164).

1.2.2. Evolução da paisagem

A análise dos dados para o território em estudo, permite a identificação de dois modelos distintos de povoamento, como já referimos. O primeiro, parece ter tido como principal característica o desenvolvimento de comunidades que ocupam sítios que parecem enquadrados num sistema defensivo amplo do território, desenvolvendo-se os principais vestígios de povoamento, na envolvente próxima das fortificações que coroavam os montes. Pese embora a escassez de dados decorrente da falta de escavações arqueológicas e a contextualização mais detalhada de cada um dos sítios que analisamos no presente capítulo, pensamos que a ocupação dos locais, nos casos em que não se confirme uma ocupação mais ou menos continuada desde a Antiguidade Tardia, poderá ter acontecido após a revolta berbere que mencionamos no ponto anterior, algures em meados do século VIII, no âmbito da permanência das comunidades na região.

Jorge López Quiroga (2004, p. 191), coloca o foco na permanência das populações e constituição de poderes locais, como base da política socioeconómica, mais relacionada com as regiões do Marão e Tâmega, sendo um dos principais vestígios que atestam este tipo de ocupações, os cemitérios escavados na rocha, que constituem quase metade dos achados para aquela zona. Identificam-se achados similares na zona bracarense, concretamente na zona de Esporões, na proximidade de Santa Marta da Falperra [47] (Barroca, 2010-2011, p. 153). Este tipo de povoamento poder-se-ia ter desenvolvido em mais locais da nossa área de estudo, privilegiando, no nosso entender, a defensibilidade e controlo territoriais, como principais características que pautaram a escolha dos locais. São precisamente as características de domínio visual deste local relativamente à cidade de Braga e outros dois sítios fortificados que pensamos poderem ter complementado o sistema defensivo, com controlo das principais vias de acesso, que poderão atestar, junto com os escassos vestígios que foram identificados, a permanência da ocupação de populações nesta região e na cidade de Braga. De facto, apenas se compreende um sistema de vigilância que privilegia um controlo de um determinado assentamento, se o mesmo permanecer ocupado, ainda que com obvias dificuldades, como poderá ter acontecido em momentos de maior instabilidade.

Não é fácil precisar quando se iniciou a ocupação medieval de alguns dos locais fortificados que se desenvolveram na nossa região de estudo, designadamente os locais que se localizam nas suas extremidades. Não sendo possível precisar a sua origem, eles terão permanecido ocupados e incorporado

a ampla rede de estruturas defensivas, maioritariamente de iniciativa das populações locais que, em finais do século X, se desenvolveriam por todo o Entre-Douro-e-Minho.

Como vimos anteriormente, as condições climatéricas de finais do século VIII, ter-se-ão caracterizado por um período de arrefecimento. Tal como referiu Mattoso (1997, p. 397), aliada a condições políticas adversas, a região também terá conhecido constrangimentos a nível climatérico, o que criaria as condições necessárias para o definhamento populacional que a região terá conhecido. O desenvolvimento da área de bosque que análises polínicas da região parecem demonstrar, em regiões próximas à área em estudo (Ferreira, Plunket e Fontes, 2020, p. 8), um retrocesso da exploração agrícola, que é compreensível face ao conjunto de fatores que terão dificultado uma exploração integrada do território, como se verificou em finais da época romana.

Este sistema de povoamento, que privilegiou a ocupação de locais facilmente defensáveis, nas proximidades de estruturas fortificadas, terá, à medida que as condições de estabilidade se foram fazendo sentir, dado lugar a ocupações mais no vale, designadamente após a presúria do Entre-Douro-e-Minho em meados do século IX (Mattoso, 1997, p. 397). Efetivamente, durante este período, em contraponto com a época imediatamente anterior, parecem estar reunidas as condições para uma ampla expansão populacional e uma exploração agropecuária plena do território. A partir do século IX, entramos no período quente medieval (Fagan, 2020, p. 41), um ótimo climático que terá ocorrido até ao século XI, permitindo abundantes colheitas e a melhoria das condições gerais de vida, aliadas a uma maior estabilidade política decorrente da incorporação definitiva no Reino Asturiano-Leonês.

O povoamento das regiões de vale terá crescido fruto do aumento das populações que se terão mantido em Braga e das gentes que terão vindo para este território essencialmente, mas possivelmente não só, de paragens mais a norte.

Os sítios rurais que haviam sido ocupados na época romana e tardo antiga voltam a conhecer uma exploração organizada, sendo, parte dos mesmos, precisamente os que vão ser usados por comunidades monásticas. Alguns dos locais, foram reclamados pelo poder eclesiástico que se tinha refugiado mais a norte, procurando-se reestabelecer relações identitárias e de posse que, de alguma forma, tinham sido interrompidas ou suspensas, como no caso de Dume, cuja relação com *Mondoñedo* é resgatada através da doação que lhe foi feita e cuja confirmação de limites (Costa, 1965, pp. 38-39) só foi possível devido à permanência de populações que mantiveram presentes os limites da antiga diocese-mosteiro de época suevo-visigótica. A apropriação dos bens fundiários também poderá ter acontecido por razões diversas da que foi acima disposta. Efetivamente, a apropriação de sítios como S. Frutuoso [95] e S. Victor [30],

poderá ter acontecido, no nosso entender, com o intuito de controlar o culto religioso, designadamente ao nível do culto de relíquias.

Estamos perante um período em que Santiago de Compostela, estava num processo de afirmação, estando o desenvolvimento do local associado ao suposto culto das relíquias do apóstolo homónimo no local. Seguramente, interessaria aos arcebispos de Compostela, o controlo de locais de culto que pudessem constituir focos de peregrinação concorrentes no noroeste peninsular e que perigassem o seu desenvolvimento enquanto local de culto de relíquias. Esta intencionalidade é percetível, no nosso entender, pelo facto de que, no momento imediatamente anterior à ordenação por via de bula papal de 1103, da sua devolução ao arcebispo de Braga, Diego Gelmirez as translade para Santiago de Compostela (Costa 1965, p. 6; Costa 1997, pp. 209, 215-216). Estamos, portanto, perante um território em que parece haver a confluência de distintos poderes que, em determinados momentos se parecem sobrepor, nem sempre isentos de conflitos.

O poder que se apoderou da terra, impôs, por um lado, uma autoridade vinda de norte que encabeça a façanha de reorganizar o território e, por outro, uma autoridade que poderá de alguma forma ter permanecido no local, de populações autóctones ou de autoridades forâneas que, por razões diversas, passaram a encabeçar a afirmação dos poderes locais, como terá acontecido depois da restauração da diocese em finais do século XI, o ponto de chegada da organização territorial que estamos a analisar.

Poderá ser por causa deste desenvolvimento multifatorial que se poderá ter constituído uma densa rede paroquial que parece ter existido em meados do século XI, que confere, para o território em análise, uma densidade bastante incomum, tendo algumas das paróquias um território bastante reduzido. De facto, os excelentes anos agrícolas que se terão feito sentir, poderão ter permitido a existência de territórios de dimensões reduzidas. Tal como refere Brian Fagan (2020, p. 41), no período quente medieval, foi possível a exploração de terrenos relativamente pequenos. Em períodos de menor produtividade, o aumento das áreas de produção seria fundamental. A coexistência entre populações autóctones e populações que se terão deslocado para esta região após a sua presúria definitiva, poderá, deste modo, ter potenciado a difusão de um número tão elevado de núcleos paroquiais. Num primeiro momento, algumas das comunidades que se instalaram poderão ter-se organizado em assentamentos específicos. Tal facto não é de fácil comprovação, não nos parecendo, contudo, uma impossibilidade.

Ao nível dos conjuntos monásticos, as condições fundacionais poderão também ser relacionáveis com o confronto de poderes que poderá ter surgido nesta região, neste período, e que terá atingido o seu momento de máxima tensão no momento que precedeu a independência de Portugal. Efetivamente,

dentro dos diversos mosteiros que são mencionados documentalmente, pelo menos no século XI, aqueles cuja fundação seria mais antiga como o de Dume [40], ou S. Salvador de Montélios [95], não parecem ter conhecido uma continuidade, pelo menos enquanto espaços que albergaram uma comunidade monástica. A este facto não será alheia a situação de ambas estarem sob dependência de entidades eclesiásticas forâneas e terem ficado relegados para um papel, de alguma forma, secundário, no âmbito do movimento restauracionista da diocese bracarense. Esta tensão que terá existido, está bem patente na delimitação de alguns territórios que as fontes documentais nos fornecem.

No censual de finais do século XI, as referências a *De Sancto Vitoris de Bracara* (Costa, 2000, p. 99), parecem claramente refletir, uma pretensão territorial relativamente a esta freguesia. A análise comparativa entre os dois termos presentes no *Liber Fidei* (doc. 16 e 17), permite constatar que, no termo de 873, a zona de S. Victor e toda a área a leste da cidade de Braga estariam incluídas no termo de Braga e posteriormente teriam sido desanexadas já não estando incluídas em 905, dada a doação a Santiago, que supostamente teria acontecido em 899 (Costa, 2000, p. 99). Não seria apenas nesta zona que se evidenciam zonas de tensão territorial. A própria desanexação do território de S. Frutuoso [95], provavelmente ter-se-ia tratado de uma desanexação deste género, pelo menos de acordo com as alegações bracarenses.

Na zona a oeste do território, no pretenso possível termo da diocese dumiense, já abordado em Andrade (2015), também se situa mais uma área em que terão existido diversas disputas territoriais, designadamente no período baixo-medieval, ocorridas entre a diocese bracarense e o mosteiro de Tibães, mas cujas referências documentais parecem, à primeira vista, tentar recuar para a fase final do período que nos debruçamos no presente capítulo. É neste contexto que se poderá compreender a discrepância de referências entre o doc. 17 dos *Diplomata et Chartae* (PMH. D.C., 1867) e o doc. 19 do *Liber Fidei* (Costa, 1965, pp.38-40). Tal como já tínhamos referido em Andrade (2015, p. 86), a passagem em que é referido o limite do termo por *Parata Samueli* é omissa, parecendo haver no *Liber Fidei* uma intencionalidade de inclusão deste local no termo de Braga, sendo ainda de assinalar, o facto de a inscrição presente na igreja que provavelmente associaria Parada de Tibães à diocese de Dume, seja hipoteticamente datável do século XI. Pensamos que os casos referidos são indiciadores de disputas territoriais de época posterior à que estamos a analisar no presente capítulo, não sendo totalmente claro, que antecedentes deste período poderiam estar na sua origem.

Ao nível dos conjuntos monásticos, para além do facto de os mosteiros mais antigos não parecerem ter sido reocupados, fruto de acontecimentos que pensamos estarem relacionados com os circunstancialismos decorrentes da emergência de uma diocese de Braga restaurada, os distintos

mosteiros documentados em finais do século XI, poderão ter tido origens diversas, que poderão ter igualmente condicionado o seu desenvolvimento futuro. Efetivamente, face às análises que anteriormente realizamos, parece-nos claramente percetível que, uma parte considerável dos mesmos, terá ocupado os domínios pertencentes a algumas das antigas *villae* romanas que se documentam nesta zona. Apesar de não podermos, com clareza, atestar a permanência de ocupação continuada, designadamente em alturas de maior instabilidade, consideramos que a permanência de populações nesta região poderá ter permitido a continuidade de comunidades que seguiriam a tradição frutuosiana mencionada em López Quiroga (2004, p. 191). Pensamos que se poderiam ter incluído neste conjunto de sítios comunidades como a de Gualtar [59], Palmeira [78], Martim [11] ou até, eventualmente, Arentim [23], Figueiredo [52], Adaúfe [59] e S. Pedro de Este [50].

Outras fundações monásticas, como Tibães [69], Lomar [63] e Vimieiro [116], não invalidando possíveis fundações de período anterior, como assume Aurélio Oliveira, (1974, p. 45), terão o seu desenvolvimento patrocinado pelo poder condal e mais tarde régio. De facto, neste caso específico e face aos dados que dispomos até ao momento, parece-nos que, aliada a condições distintas de fundação, verificar-se-á a existência de domínios monásticos com ordens de grandeza distintas, sendo estes maiores do que os primeiros conjuntos monásticos que mencionamos. O mosteiro de Adaúfe [18], pelo facto de estar associado a vestígios mais antigos, poderá ser enquadrável no primeiro conjunto de mosteiros, contudo, o seu domínio, poderá, de alguma forma, possuir características passíveis de enquadramento no segundo conjunto de sítios.

O panorama geral dos conjuntos monásticos desta região, parece-nos ser caracterizado por um amplo conjunto de comunidades de monásticas de fundação alto medieval que, em parte, foram reorganizadas no âmbito da reforma gregoriana. Este conjunto de mosteiros mencionado, que apresentam menores domínios, terá sido constituído, essencialmente, no âmbito de iniciativa de comunidade locais. Documenta-se também a existência de patrocínio do poder condal que terá tido grande relevância na dotação de condições mais favoráveis para a sua subsistência. O mosteiro de Tibães [69], pelas suas condições distintas de implantação de alguns dos restantes conjuntos monásticos da região (Fontes, 2005), parece-nos que terá sido fundado em finais do século XI, no âmbito da reorganização territorial da região bracarense. As suas condições de implantação também são distintas, parecendo haver, de alguma forma, um rompimento com estruturas de povoamento tardo antigas, designadamente pela sua maior proeminência paisagística, relativamente ao vale do Cávado, adequada a um couto de grandes dimensões.

1.3. O povoamento na Baixa Idade Média: transformações e tendências

Pensamos que o povoamento que é identificável na Baixa Idade Média é perfeitamente ilustrativo de uma organização territorial bem consolidada e plenamente adaptada ao território bracarense e aos seus recursos. Tal como noutros períodos, os dados científicos disponíveis não se apresentam uniformemente distribuídos por todo o território. A quantidade de informação revela-se bastante relevante para o período em estudo, sendo a análise sustentada em diversas fontes de informação. O tipo de povoamento que analisámos neste período, enquadra-se na organização de um reino ainda recente, que conhece uma estabilização no século XIII.

1.3.1. A cidade de Braga e a envolvente imediata

Na Baixa Idade Média, a cidade de Braga conheceu um crescimento para norte, que justificou o surgimento de uma nova cerca muralhada. Como refere Maria do Carmo Ribeiro (2008, p. 322), a expansão dos centros urbanos faz-se à custa do crescimento de novos bairros periféricos fora dos limites das muralhas existentes. Braga não constituiu uma exceção a esta circunstância, apesar de o seu desenvolvimento ter sido bastante gradual, confinando-se o espaço intramuros ao pequeno reduto que se pode ter começado a delinear, no período alto medieval. De facto, até ao século XIII, viveram-se anos de grande estabilidade climática, correspondentes ao denominado período quente medieval, apesar de haver alguns anos que poderão ter constituído uma exceção (Fagan, 2020, p. 41), mas sem relevo suficiente para impedir o considerável crescimento populacional que pode ter acontecido. Pensamos, contudo, que esse crescimento acentuado da população não se parece ter feito sentir na urbe bracarense de igual forma como em outros centros urbanos medievais, cujo cariz mercantil pudesse ser mais evidente (Melo, 2009, II, p. 121). No entanto, importa reconhecer que se desconhecem as características de um eventual desenvolvimento das zonas extramuros que possam ter existido em Braga, anteriormente aos séculos XII-XIII, que possam ter sido incorporadas na área defendida pela segunda cerca construída. O crescimento dos recintos urbanos, neste período, parece ter sido um fenómeno presente em diversos contextos do norte da Península Ibérica, estando documentado para os casos de Leão, Burgos e Zamora (Ribeiro, 2008, p. 320).

A construção de um recinto amuralhado que acrescentou consideravelmente a área intramuros, poderá ter estado relacionada com o crescimento populacional que será ocorrido até finais do século XIII, devendo a construção do alargamento da cerca medieval ter-se iniciado já em 1210, prosseguindo pelos séculos XIII-XIV, estando já construído o castelo em 1315 (Martins, Mar e Ribeiro, 2021, p. 22; Ribeiro, 2008, p. 329). Assim, parece que as crises do século XIV não parecem ter demovido a construção da cerca medieva, podendo, contudo, ter atrasado a sua conclusão definitiva e o povoamento

efetivo de toda a área do novo espaço intramuros (Ribeiro, 2008, p. 488). Paulatinamente, à medida que os constrangimentos demográficos foram sendo superados, é compreensível que se tenha densificado a ocupação do espaço urbano. O crescimento da cidade para a periferia parece não ter tido muito fulgor durante a Idade Média (Ribeiro, 2008, p. 501), não invalidando que possa ter acontecido em situações pontuais. Efetivamente, o panorama que podemos percecionar no século XVI, em que já se consegue vislumbrar um desenvolvimento de uma cidade com um conjunto de arrabaldes plenamente formados, não terá acontecido abruptamente. Acresce a este facto, a circunstância de alguns núcleos suburbanos como S. Pedro de Maximinos [25] ou os núcleos de S. Victor [30, 33], serem abundantemente referenciados na documentação medieval (Costa, 2000), o que faz pressupor a sua ocupação efetiva enquanto núcleos populacionais. A maior ou menor continuidade do casario é algo que para períodos anteriores à transição entre o período medieval e moderno é difícil de esclarecer. Mesmo na área urbana, a ocupação do espaço não era contínua, alternando-se o espaço efetivamente ocupado, com habitações devolutas (Ribeiro, 2019, pp. 181-207).

Na Braga baixo medieva, em que o arcebispo estava em processo de consolidação do seu poder, havia pouco espaço para a instalação de outras instituições religiosas. Refira-se, contudo, a título excecional, a presença de um hospital, na posse dos templários, pelo menos em 1122, em conjunto com outros bens (Costa, 2013, pp. 231-243).

1.3.2. Evolução da paisagem

O crescimento populacional associado ao período quente medieval (Fagan, 2020, p. 41), também terá contribuído para o desenvolvimento do mundo rural até finais do século XIII. A principal base documental que trabalhamos corresponde precisamente a este período. O aumento populacional que deverá ter existido não terá forçosamente pressuposto um aumento considerável de paróquias. Efetivamente, como é possível constatar pela análise dos mapas que apresentamos na parte III, relativo às Inquirições de 1220 e 1288, o número de paróquias é muito similar, sendo mesmo menor do que está documento no censual de finais do século XI. Ao efetuarmos uma análise de vizinhança em QGis, podemos constatar que, para a área em estudo, durante o século XIII, são mencionadas quase menos vinte paróquias do que no século XI, sendo a distância entre as distintas entidades de menos de cem metros. Estes elementos poder-nos-iam levar a concluir, se apenas tivéssemos em consideração este indicador, que pudesse ter havido um decréscimo populacional. O cruzamento entre as diversas fontes documentais e dados arqueológicos, como a necessidade de alargamento da área muralhada e dados paleoclimáticos (Fagan, 2020, p.41), parecem claramente indicar o contrário.

A conjugação dos diversos indicadores permite-nos perspetivar uma consolidação da malha de povoamento do território, através da sua reorganização administrativa, com a extinção de algumas paróquias que poderiam ter menor viabilidade e que pudessem ser de mais difícil manutenção, não tendo necessariamente essa supressão de entidades administrativas apenas uma única causa. Assumimos, contudo, que em algum dos casos, o facto de determinada circunscrição administrativa não ser mencionada, possa apenas significar que tenha havido algum problema na recolha dos dados. Uma redução de paróquias e um aumento demográfico poderá significar que possa ter havido alterações ao nível da sua organização interna. De facto, parece-nos que terá havido uma densificação e expansão de determinados núcleos populacionais, tendo sido, neste período, o início de um povoamento que se terá tornado mais disperso. Note-se que alguns dos aglomerados populacionais no seio de distintas paróquias, que se encontram afastados de alguns dos núcleos paroquiais, poderiam ter na origem núcleos populacionais associados a paróquias anteriormente extintas.

O impacto que as crises epidémicas do século XIV tiveram na população, podem não ter tido nesta região um impacto tão profundo quanto a historiografia tradicional tem assumido. O estudo de A. Izdebski *et al.* (2022, p. 302), parece indiciar que a mortalidade decorrente da peste negra, na região norte de Portugal poderá ter sido substancialmente menor do que nas regiões do norte da Europa, conhecendo um decréscimo pouco significativo de população. Não se pretende, contudo, negar taxativamente que tenham existido constrangimentos demográficos e o seu impacto na economia, apenas defendemos que este não tenha sido tão avassalador como se pensava. A este título tenhamos como exemplo a construção da nova cerca defensiva de Braga, que, apesar de eventualmente se ter prolongado no tempo, terá continuado a ser erigida (Martins, Mar e Ribeiro, 2021).

São diversos os indicadores que remetem para um cenário que se parece enquadrar num contexto de constrangimentos de desenvolvimento económico e demográfico no século XIV, mas não indutores de um retrocesso acentuado, quer a nível demográfico, quer a nível económico, ressalvando sempre a existência de algumas dificuldades associadas a momentos de agitação social pontuais e conflitos. Os trabalhos de reforço da cerca defensiva do núcleo urbano de Braga, parece-nos não ter sido acompanhado por uma manutenção das estruturas defensivas em todo o território em estudo. Efetivamente, praticamente todos os redutos defensivos que poderão ter sido ocupados durante a Alta Idade Média, parecem ter sido abandonados durante o período baixo medieval. Mesmo o castelo de Penafiel de Bastuço [110], cabeça da Terra homónima, parece, segundo Fontes e Regalo (1997, p. 205), não ter conhecido ocupação permanente durante este período.

O território de Penafiel de Bastuço parece ter oscilado entre a tenência supervisionada pelo arcebispo de Braga e a coroa (Fontes e Regalo, 1997, p. 204), devendo constituir uma região de considerável tensão entre as duas entidades. De facto, as tentativas de reforço do poder real, que terão pautado a ação de diversos monarcas ao longo do século XIII (Cunha e Pizarro, 2021, pp. 3-6) e a tentativa de manutenção e aumento de poder entre os prelados bracarenses, parecem ter regido as dinâmicas políticas e territoriais na região. Desta forma, será compreensível que a influência dos arcebispos bracarenses tenha contribuído para a não manutenção de uma estrutura defensiva permanente, numa área tão próxima ao seu domínio e sobre a qual, não raras vezes, exerceu influência efetiva durante diversos períodos de tempo. Esta situação de tensão e conflito entre a coroa e a arquidiocese, poderá estar plasmada ainda na debilidade que alguns dos conjuntos monásticos parecem ter conhecido e não permitiu o seu desenvolvimento para períodos posteriores.

O mosteiro de Vimieiro [116], à luz do que vem descrito nas Inquirições de 1288 (Pizarro, 2011, p. 23), tinha sido alvo de diversas investidas de apropriação patrimonial por nobres que prejudicaram, em grande medida, o couto. À luz do que é referido, parece-nos mesmo tratar-se de um dos territórios que mais foi fustigado com apropriação ilícita de património fundiário na região. Como refere J. Marques (1988, pp. 657-658), no século XIV o mosteiro já praticamente não tinha comunidade monástica a ocupar o espaço cenobítico, o que o tornaria um alvo fácil para qualquer entidade com intuitos de apropriação patrimonial. Não nos é possível, com clareza, assegurar em que medida é que o definhar da sua comunidade e a dificuldade de afirmação do mosteiro no contexto do povoamento da época, poderá ser facilitada pelos poderes conflituantes, podemos, contudo, concluir que, seguramente, a sua ação teve influência no processo.

Situação similar terá conhecido o mosteiro de Lomar [63], apesar de poder não ter sido tão fustigado por agravos de ordem patrimonial, também parece ter tido alguma dificuldade de manutenção de uma comunidade monástica, com o vigor que seria desejável para a continuidade de ocupação em momentos posteriores. Um aspeto que consideramos ser relevante na compreensão do domínio fundiário dos dois conjuntos monásticos, é o facto de que o património destas duas entidades estaria, em grande medida, circunscrito, à área em estudo e, por conseguinte, muito mais sujeito às vicissitudes da disputa regional e à influência da arquidiocese bracarense.

O mosteiro de Adaúfe [18], tinha condições ligeiramente distintas dos que anteriormente mencionamos, sendo o seu património fundiário consideravelmente mais vasto. Efetivamente, seria espectável que, à primeira vista, pudesse ter as condições que lhe permitiriam uma ocupação efetiva e

dinamismo durante toda a Idade Média. De facto, não temos dados suficientemente claros que nos permitam atestar que o mosteiro pudesse apresentar tanta debilidade como os que apresentamos anteriormente, contudo, não teve um destino diferente.

Uma diferença importante que distingue o mosteiro de Adaúfe do de Tibães [69], que lhe está relativamente próximo, mas que sempre apresentou condições de manutenção de comunidade monástica, para além de uma, apesar de tudo, assinável inferioridade patrimonial, é o facto de que o mosteiro de Tibães [69] sempre apresentou uma definição mais clara da sua condição de circunscrição administrativa independente, estando o mosteiro de Adaúfe [18], de alguma forma, mais diretamente relacionado e influenciado pela arquidiocese de Braga, o que terá permitido que os arcebispos pudessem interferir nos destinos do conjunto monástico. Um indicador que poderia reforçar a interpretação veiculada, é o facto de, na altura que precedeu a sua extinção, o local ter sido ocupado pelo prelado bracarense D. Fernando da Guerra (Marques, 1988, pp. 662-663). Não sendo totalmente clara esta dinâmica de poder neste sítio, no período medieval, apesar de alguns ataques que o poder arquiepiscopal terá sofrido, cujo momento mais marcante terá sido a manutenção do duplo senhorio (régio e episcopal) no século XV, parece-nos que se consolidou bastante a sua posição de principal senhorio da região, com base primordial no couto de Braga, que havia sido concedido pelos condes D. Henrique e D. Teresa no século XI, doação confirmada por D. Afonso Henriques no século XII (Azevedo, 1958). No entanto, o seu poder não era exercido em toda a plenitude, por toda a região, como documenta no mosteiro de Tibães [69], que foi mantendo um elevado grau de autonomia, durante o período tardo medieval.

Este quadro de afirmação do mosteiro de Tibães, face ao poder arcebispal terá implicado disputas territoriais, sobretudo nas zonas em que tinham propriedades confinantes. No nosso entender, as zonas em que essa disputa foi mais intensa, teria sido na área entre Semelhe [100] e Parada de Tibães [84] e entre Merelim S. Paio [64] e Palmeira [79], próximo a Prado. Pensamos que o facto de esta disputa territorial já poder remontar, pelo menos, aos séculos XII-XIII, poderá ser atestado pela evidência de que, na delimitação do domínio monástico de Dume [40] de 911 (Costa, 1965), na descrição dos limites na zona de Santarão (Semelhe) [102], está a única referência que conhecemos a *Parata Samueli*, referida no *Liber Fidei*, compilado precisamente nos séculos XII-XIII, estando omissa esta referência nos outros documentos conhecidos, designadamente o apógrafo, classificado por Avelino Costa (1965, p. 38), que lhe terá servido de base. Parece-nos ser identificável uma intencionalidade de associação da freguesia de Parada [84], incluída no couto de Tibães, à arquidiocese de Braga, que tomou posse do domínio dumiense desde inícios do século XII (Costa, 1965).

Na Baixa Idade Média estamos perante uma paisagem que se consolida, à medida que também se vão afirmando os poderes que foram instituídos no final do período precedente. Este terá sido um momento de definição de dependências e interdependências e de afirmação definitiva do poder da arquidiocese de Braga, que progressivamente vai eliminando os poderes mais frágeis.

1.4. O povoamento na Idade Moderna: transformações e tendências

O modelo de povoamento de Braga e seu território durante a Idade Moderna representa uma continuidade com o medievo. As circunscrições administrativas são genericamente mantidas, apesar do seu funcionamento interno poder ter sofrido algumas alterações, designadamente, ao nível da entidade tutelar.

O elemento basilar de organização do território continua a ser, tal como no momento que o precedeu, a paróquia, unidade de povoamento objeto de inquérito efetuado no período sucedâneo ao terramoto de 1755, que foi respondido pelos párocos seguramente pela circunstância de terem literacia suficiente para satisfazerem as solicitações. O detalhe de informação e maior diversidade de fontes permite-nos uma aproximação mais fundamentada ao território e, de alguma forma, ainda que indiretamente, validar algumas das conclusões a que foi possível chegar, relativas ao período anterior.

1.4.1. A cidade de Braga e a envolvente imediata

A cidade de Braga regista um grande crescimento durante a Idade Moderna. Essa expansão foi claramente favorecida pela ação dos arcebispos de Braga, seus senhores temporais e espirituais, destacando-se, no início do século XVI, a ação de D. Diogo de Sousa. É neste momento que a cidade se abre definitivamente ao espaço extramuros, dotando-se de diversas infraestruturas que, como referiu Maria do Carmo Ribeiro (2008, p. 502), vão de encontro aos ideais clássicos de organização do espaço urbano, designadamente ao nível da criação de ruas e praças mais amplas, capazes permitir o enquadramento cénico de determinados núcleos edificados. À semelhança do ocorrido noutras cidades europeias, com destaque para as cidades italianas e particularmente para Roma, cuja evolução viria a inspirar D. Diogo de Sousa, a Braga quinhentista, não espelha apenas o dinamismo populacional ou económico, refletindo antes uma alteração cultural, devedor do movimento intelectual e artístico denominado comummente por Renascimento.

Um outro aspeto muito marcante da cidade de Braga a partir do período quinhentista, é o facto de a topografia urbana ser pautada pela grande proliferação de marcadores topográficos cristãos. Engrandecem-se as igrejas e a malha urbana, que claramente se amplia, passa a integrar diversos conventos patrocinados pelos arcebispos de Braga, ao contrário do que terá acontecido em período

medieval, em este tipo de infraestruturas não tiveram grande acolhimento, contrariamente ao que aconteceu noutras cidades portuguesas (Gomes, 1998, pp. 149-215).

No período moderno consolida-se o poder dos arcebispos, face ao poder real, plasmado em diversas expressões na malha urbana bracarense, beneficiada sobretudo por D. Diogo de Sousa (1505-1532), senhor e mecenas da cidade de Braga, responsável pela projeção do núcleo urbano bracarense para a área extramuros, através da criação de um conjunto de "campos", que progressivamente se urbanizaram ao longo dos séculos XVI, XVII e XVIII. O mapa, dito de Braunio (*Georg Braun*), datado de 1594, permite avaliar o desenvolvimento desses espaços ao longo do século XVI, sendo também possível elaborar sobre a sua evolução nos séculos seguintes, graças ao *Mapa de Braga Primas*, datado de meados do século XVIII, o que permite atestar o grau de urbanização atingido pelas áreas extramuros da cidade.

O período moderno é também tempo da contrarreforma e do reforço da fé e de catequização por via do esplendor construtivo, muito bem representado na ação urbanista do arcebispo D. Rodrigo de Moura Teles (1704-1728) que procurou controlar o sentido do crescimento da cidade, influenciado pelos modelos barrocos que se faziam sentir pelas cidades europeias e dotou a cidade de notável património arquitetónico (Bandeira, 1993, pp. 101-223).

Assim, parece-nos ser possível caracterizar o desenvolvimento da cidade de Braga na Idade Moderna, através de duas tendências de crescimento principais: o crescimento extramuros com a criação do que Miguel Bandeira (1993, p. 149) designou por "anel de Campos; o crescimento extramuros que paulatinamente assegura a ligação de diversos núcleos populacionais situados nas proximidades da cidade, estruturados ao longo dos caminhos que fossilizam as antigas vias romanas. Estas duas tendências estão bem representadas no "*Mappa de Braga Primas"* (1756), onde a muralha se representa já completamente absorvida pelo casario adossado de ambos os lados, sendo também percetível na área extramuros o desenvolvimento tentacular das vias que ligavam a cidade ao território e a outros centros urbanos importantes.

As tendências urbanísticas e construtivas de Braga são tributárias da ação do arcebispo D. Rodrigo de Moura Teles, responsável pela abertura de uma nova zona urbana planificada, situada a nordeste, conhecida por Campo Novo que o arcebispo mandou abrir, em 1725, projeto que deverá ser do engenheiro Manuel Pinto Vilalobos e que revela influência pelo urbanismo barroco. A urbanização do Campo Novo será concluída pelo arcebispo D. José de Bragança (1741-1756) (Oliveira, 2011).

A urbe bracarense na Idade Moderna, reflete claramente a mentalidade do seu tempo, pautando-se pela dicotomia entre a tradição e o mundo religioso que seguramente tiveram um maior impacto do que

em outras cidades e a abertura a um mundo novo que se anuncia, com soluções arquitetónicas e conceitos de urbanismo que passaram a dotar o espaço urbano de uma vitalidade crescente.

Os arcebispos, enquanto senhores de Braga, foram os grandes patronos da edílica religiosa urbana na cidade na Idade Moderna, constituindo um importante veículo de aumento do seu prestígio. A religiosidade torna-se um referente incontornável em toda a cidade, desembocando na miríade de templos, que contribui para o facto de a cidade ser conhecida como capital do Barroco.

1.4.2. Evolução da paisagem

A paisagem na região bracarense na Idade Moderna, parece ter tido como principal referente ao nível da organização, um trajeto de estabilidade, apesar de serem percetíveis situações de alteração pontual de limites das unidades de povoamento. Noutros casos, a manutenção das delimitações será mais a nível nominal, sendo a sua dinâmica distinta do que ocorreu no período medieval. Relativamente à primeira situação referida, o exemplo mais paradigmático deverá ser a alteração dos limites entre o termo de Braga e o couto de Tibães, sendo suprimido ao segundo, o território que se dispunha entre a passagem da antiga estrada até ao lugar da nova ponte, uma das áreas passível de disputa entre as duas entidades. No segundo conjunto de territórios, enquadramos o couto de Vimieiro que, apesar de se ter mantido enquanto circunscrição administrativa, na prática passou a estar sujeito à influência direta do arcebispo bracarense que, na Idade Moderna, acabou por reforçar a sua posição preeminente na região. Tal como já referimos, o mosteiro de Tibães [69], foi a única instituição monástica medieval que conseguiu não só manter-se na região, como até reforçar o seu estatuto, dado que no século XVI passa a casa mãe dos beneditinos em Portugal e no Brasil.

A extinção no início da Idade Moderna de uma grande parte dos conjuntos monásticos de origem medieval, já foi amplamente debatida por José Marques (1988), designadamente no âmbito da reforma que as instituições eclesiásticas sofreram nesse período. No entanto, é importante refletir sobre as condições que favoreceram a manutenção de determinados mosteiros e a extinção de outros.

Um fator importante estaria certamente relacionado com o património fundiário de cada mosteiro, garante da sua autonomia e poder. De facto, o mosteiro de Tibães [69], parece-nos ser claramente o que dispunha de maior património fundiário, disperso por zonas teoricamente mais férteis e em terrenos consideravelmente mais favoráveis para a exploração agrária. Acresce a este facto, apesar de o grosso da sua propriedade estar no termo que foi definido originalmente para o couto de Tibães, de dispor de diversas propriedades fora desta região, como por exemplo o couto da Estela, com dimensão suficiente para proporcionar rendimento, tornando-o menos vulnerável a circunstâncias regionais.

A questão patrimonial dos mosteiros reveste-se de particular importância já desde o final da Idade Média, na medida em que se inicia, nesse período, o conjunto de condições climáticas tendencialmente adversas, que ficou conhecido como "Pequena Idade do Gelo", apesar de o século XV ter, na generalidade, sido relativamente calmo a nível climatológico, se comparado com épocas subsequentes. Assim sendo, a extinção dos espaços monásticos que terá acontecido na primeira metade do século XV, parece articular-se com duas ordens de factos. O primeiro, parece ser de ordem climática, pois aquele século corresponde a um período de instabilidade climática, na origem de maus anos agrícolas (Fagan, 2020, pp. 48-53). Já o segundo será de ordem política, designadamente à incapacidade de atuação das elites eclesiásticas para minimizar os resultados das crises, o que contribuiria para o definhar de diversas comunidades.

No século XVI e especialmente no século XVII as condições climáticas agravaram-se (Fagan, 2020, pp. 115-116) e terão contribuído em grande medida para a diminuição da produtividade. Esta situação poderá ter sido amenizada pela introdução de algumas culturas mais resistentes vindas no "Novo Mundo", ocupando o *zea mayz* um papel de grande destaque na região do Minho, o que influenciou consideravelmente a paisagem e a cultura e tradições locais (Moreira *et al.*, 2009, p. 270; Moreira e Patto, 2012, p. 34). Para além deste fator climatológico que poderia condicionar bastante as comunidades monásticas com menor património fundiário, a sua sobrevivência esteve também condicionada pela capacidade de resistência aos inevitáveis ataques ao seu património, bem como à capacidade de o gerirem adequadamente, sendo a dualidade, influência externa e gestão interna, um aspeto fundamental que pode explicar a sua sobrevivência.

Finalmente, são aspetos relativos à própria alteração da vivência religiosa e sociopolítica que poderão, de forma impositiva, ditar o término de uma comunidade, tal como foi o caso dos Jesuítas em finais do século XVIII, bem como das comunidades monásticas em geral, em 1834. Efetivamente, a ordem de redução a igreja paroquial, acaba por ser sempre uma diretriz da hierarquia da igreja, que reflete, como menciona José Marques (1988), as condições adversas de permanência da comunidade monástica. O estímulo e patrocínio que os arcebispos parecem ter dado aos conventos das comunidades mendicantes da área urbana, tiveram como único exemplo, na área rural, a instalação da comunidade franciscana de Real. De facto, trata-se de uma comunidade com características distintas das que tinham sido extintas, estando bastante próxima do poder arquiepiscopal, tendo os arcebispos patrocinado diversos programas construtivos no local. No convento de S. Francisco de Real [95], as duas principais fases construtivas foram patrocinadas por D. Diogo de Sousa e D. Rodrigo de Moura Teles.

No convento de Vilar de Frades [4], a permanência de ocupação também não foi isenta de vicissitudes, tendo a intervenção de D. Fernando da Guerra contribuído para a sua redução a igreja paroquial, seguida da instalação da comunidade de cónegos seculares de S. João Evangelista, conhecida como Lóios (Erasun Cortés e Faure, 2020, p. 59). Terá sido a intervenção do arcebispo que permitiu a sua continuidade, ainda que a relação entre a comunidade de Vilar de Frades [4] e o arcebispo de Braga nem sempre tenha sido pacifica, parecendo dever-se a D. Diogo de Sousa a interrupção das obras no século XVI (Erasun Cortés e Faure, 2020, p. 63).

Parece, de facto, haver alguma dualidade da relação entre os arcebispos de Braga e as comunidades monástico-conventuais. Tibães [69], dotada de uma autonomia praticamente total, afigura-se como a única entidade religiosa a manter um domínio territorial, sendo detentora de poder sobre uma região bem definida. O convento de Vilar de Frades [4], como vimos, apesar de não possuir nem a mesma dimensão, nem as mesmas características, enquanto instituição de poder, afigurou-se como uma instituição que assumiu, por vezes, o confronto com o poder episcopal. As restantes instituições religiosas conventuais, instituídas já na Idade Moderna, afiguram-se como instituições patrocinadas direta ou indiretamente pelos arcebispos e, situando-se, por isso, na sua esfera de influência, constituindo, muitas vezes, veículos de demostração do seu poder, designadamente através das construções que custeavam. A este propósito tomemos como exemplo a construção da igreja de S. Francisco de Real, que, pelas suas grandes dimensões e riqueza da sua decoração ilustra o que acabamos de defender.

Ao nível da organização administrativa, a principal tendência que identificámos no território relaciona-se com a grande continuidade do poder dos arcebispos sobre o território envolvente. É neste sentido que vemos o couto do Vimieiro, já sem comunidade monástica, entrar na esfera de influência do arcebispado bracarense e as freguesias que anteriormente estavam na esfera de influência dos mosteiros de Lomar e Adaúfe serem plenamente integradas no couto de Braga e na esfera arquiepiscopal. Na verdade, se o período medieval foi tempo de consolidação do poder arquiepiscopal, o período moderno, apesar das vicissitudes do século XV, representa claramente o período do seu maior esplendor e afirmação, conforme demonstrado pelas suas obras na cidade de Braga, mas também pelo alargamento da sua influência direta no território.

Na Idade Moderna atinge-se o corolário de um longo processo de definição do papel do arcebispo de Braga como senhor incondicional dos destinos da quase totalidade da região bracarense a nível temporal e espiritual.

1.5. Considerações finais

O trabalho de investigação que nos propusemos desenvolver, procurou identificar os principais vetores de organização da região bracarense e os poderes que se afirmaram entre a Antiguidade Tardia a Idade Moderna. De modo a possibilitar a exequibilidade do trabalho, dada a abordagem na longa duração que optamos por privilegiar, procurámos circunscrever o mais possível a área de análise, mas garantir que pudesse ter dimensão suficiente, para uma adequada representação espacial, capaz de permitir estudos a diversas escalas. Uma investigação desta natureza não esteve isenta de dificuldades, em grande medida decorrentes do longo período abrangido (séculos IV-XVIII) e da distinta natureza, quer a nível qualitativo, quer a nível quantitativo dos dados disponíveis acerca do povoamento dos diferentes períodos históricos.

Seguindo o raciocínio de Bertrand Russell (2017, p. 11) "Se há qualquer unidade no movimento da história, se há alguma relação íntima entre o antes e o depois, é necessário que um só espírito sintetize os períodos anterior e ulterior", consideramos que a aproximação às dinâmicas territoriais exigia um trabalho da natureza do que apresentamos.

Para os períodos mais antigos, a maioria dos dados disponíveis procedem da prática arqueológica, quer de prospeção, quer de escavação, que foi completada pontualmente com informação da história antiga que, em grande medida, nos chegou por via indireta. Esta preponderância da informação arqueológica é devedora, em grande medida, do grande investimento de investigação, realizado no contexto da Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, desde 1976, com especial destaque para a Arqueologia Urbana que se desenvolve desde então na cidade de Braga e, em menor escala, no território envolvente da cidade.

Para a época medieval, cuja fase inicial se caracteriza por uma escassez generalizada de fontes, quer arqueológicas, quer documentais, tornou-se necessário interpretar as ausências e discernir em que momento poderiam significar inexistência de povoamento ou quando poderiam indiciar a presença de um povoamento que não teria deixado marcas significativas no registo arqueológico, quer pelas características dos sítios, quer pela ausência de qualquer tipo de investigação arqueológica. À medida que avançamos no pleno período medieval e a abundância de informação documental passa a superar os vestígios arqueológicos conhecidos, o grande desafio foi discernir a intencionalidade de determinados documentos e, em que medida é que poderíamos encetar uma aproximação à paisagem tendo por base a documentação escrita.

No período moderno, em que a abundância de fontes se densifica, a grande questão com que nos deparámos foi em que medida é que nos seria possível articular e compatibilizar a informação obtida

nos documentos com os dados recolhidos para os períodos precedentes, de forma a articular uma análise e um discurso coerentes, que nos permitisse a identificação de permanências e mudanças e traçar a análise evolutiva que está patente no título do presente trabalho. A opção adotada pareceu-nos a que mais se adequava à natureza dos dados que estávamos a tratar, analisando individualmente cada fonte, procurando-se posteriormente estabelecer uma análise comparativa que possibilitasse a interpretação das ausências e presenças nos diversos tipos de registo. Delineou-se, assim, um critério de representatividade territorial idêntico para os diferentes períodos, designadamente ao nível do tipo de entidades que considerámos passíveis de ser georreferenciadas.

Para além das questões relacionadas com a dissemelhança de dados relativos aos distintos períodos históricos, outro aspeto que constituiu um desafio assinalável, foi o facto de uma parte considerável do concelho de Braga ter sofrido alterações impactantes, decorrentes do surto urbanístico que se tem assistido desde os anos 80 do século passado. Esta circunstância levou a que a aproximação às características físicas de uma paisagem passada tivesse que ser feita com recurso a ferramentas informáticas, designadamente a modelos digitais do terreno.

Finalmente, um outro desafio que tivemos de vencer, e que, de alguma forma, está relacionado com a primeira condicionante referida, prende-se com o facto de a investigação arqueológica e histórica dos diferentes sítios e períodos estudados ter conhecido abordagens diferentes e focos de investigação com objetivos também diferenciados. Em suma, distintos interesses de investigação e intervenções efetuadas em datas distintas, com condições de investigação dissemelhantes. Esta situação faz com que o manancial de informação disponível seja qualitativamente heterogéneo e difícil de articular.

Apesar das condicionantes e desafios com que nos deparámos, consideramos que as opções tomadas se adequaram ao discurso que procurámos desenvolver, através de uma exposição crítica dos dados quantitativos e qualitativos, o que possibilitou a disponibilização de informação similar passível de ser comparável e traçar tendências evolutivas.

O trabalho desenvolvido, teve como ponto de partida a área de influência imediata da cidade tardo antiga de *Bracara*, capital da província da *Galaecia*. Os dados que serviram de base à investigação realizada permitem-nos interpretar a existência de um povoamento muito articulado com a urbe bracarense, que desempenhou um papel preponderante na organização do território. É em torno da cidade que se organizam as inúmeras necrópoles que foram amplamente intervencionadas pela Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, que se desenvolveram ao longo das inúmeras vias que

irradiavam da cidade, praticamente em todas as direções, interligando-a com as diversas províncias do Império Romano.

Foi também na envolvente da cidade que se implantaram diversas *villae*, que parecem ter sido elementos estruturantes no povoamento da região bracarense, devendo o seu desenvolvimento ter sido fomentado pela elite política provincial, que seria detentora de uma parte considerável das áreas aráveis e produtivas em torno da cidade de Braga e que teria nestes locais um local privilegiado de sociabilidade. Apesar de alguma escassez de dados para a totalidade da região bracarense, os dados que temos disponíveis para outras regiões do Império Romano, com especial destaque para a Hispânia (Chavarría Arnau, 2007), pela afinidade geopolítica com a região estudada, parecem sugerir que as *villae* conheceram destinos distintos com o fim do controlo romano da Península Ibérica, nos inícios do século V. A reconversão da *villa* de Dume [40] em conjunto monástico é o único caso arqueologicamente documentado na região em estudo. Apesar das restantes *villae* não terem beneficiado de escavações, constatamos uma aparentemente sistemática coincidência entre a localização de outras *villae* e a emergência de conjuntos monásticos, alguns deles com ocupação comprovada desde os século X-XI, motivo suficiente para considerarmos que disporiam de condições bastante favoráveis para uma das suas funções comuns, a exploração agropecuária. Este facto foi confirmado através da análise que efetuámos às condições de implantação dos sítios, às suas condições específicas de relação com a orografia da região e as condições de prática agrícola.

Com o domínio suevo-visigótico, entre os séculos V e VIII, foi possível percecionar uma ocupação do espaço mais diversificada, estando documentada arqueologicamente a ocupação de assentamentos de vale, na generalidade, de fundação romana e assentamentos em altura, situados nos topos de elevações que tinham vestígios comprovados de povoados fortificados da Idade do Ferro, como foi o caso do conjunto palatino da Falperra [47]. Interpretamos esta dualidade de ocupação, como podendo decorrer de uma necessidade de controlo territorial por parte de uma população exógena, em menor número do que as populações autóctones. Efetivamente, este tipo de solução parece ter-se mantido durante o período visigótico, complementando a função militar que teriam com a função administrativa de gestão de determinados territórios (Gutiérrez González, 2014, pp. 191-214). A confirmar-se o enquadramento dos vestígios como pertencentes a um conjunto palatino suevo, poderia muito provavelmente ser a partir deste local, que a monarquia sueva orientaria os destinos do seu reino no extremo oeste da península.

Na Alta Idade Média, a população poderá ter conhecido uma retração, em parte, devido ao seu refúgio em povoados fortificados, capazes de proporcionar uma proteção mais eficaz. A cidade fica sem a presença efetiva do arcebispo e reduziu consideravelmente a sua dimensão. A nova organização territorial

parece ter sido feita em torno dos locais fortificados, alguns dos quais já tinham sido ocupados na Antiguidade Tardia. Este modelo de povoamento parece ser, de alguma forma, condizente com o modelo de ocupação também identificado na Galiza no mesmo período (Sánchez Pardo, 2014, pp. 29-55). A situação, apesar de alguns possíveis episódios de instabilidade ocasionais, parece ter proporcionado a permanência de algumas das comunidades locais nestas circunstâncias e as condições climatéricas favoráveis poderão ter proporcionado mesmo o seu paulatino desenvolvimento, em circunstâncias geopolíticas teoricamente adversas. A permanência das populações e comunidades terá favorecido a criação de relações de poder locais e regionais, que terão preenchido, ainda que temporariamente, o vazio geopolítico que se terá verificado na região. Apesar de não estarem isentas de dificuldades, estas comunidades terão conseguido garantir a sua manutenção, seguramente com uma forte ligação aos territórios que não terão abandonado.

Durante a presúria do Reino Asturo-leonês, em meados do século IX, e a definição da fronteira nas margens do Douro, parecem ter estado reunidas as condições para um crescimento populacional. À estabilidade política, adiciona-se uma região de consideráveis dimensões, com condições privilegiadas para a prática agrícola e capaz de sustentar uma população relevante. Acresce a estes fatores, o fluxo de populações que vão chegando de outras regiões, especialmente da zona mais a norte, seguramente já a demonstrar alguma carga demográfica, decorrente da melhoria das condições de vida proporcionadas pelo ótimo climático que se parece ter verificado neste período (Fagan, 2020, p. 41). O fluxo populacional exógeno parece ter sido bidirecional, podendo a sua presença estar relacionada eventualmente com a fundação de alguns conjuntos monásticos (Fernandes, 2016, p. 87). Para o território em estudo não nos foi possível a associação concreta de nenhuma instituição monástica, que possa ser claramente associada a uma comunidade moçárabe. Ficam assim reunidas as condições para o desenvolvimento de um povoamento que terá conhecido um dinamismo assinalável em finais do século XI e inícios do século XII. A alteração de condições geopolíticas, com a restauração da diocese de Braga, pelo bispo D. Pedro, permitiu o desenvolvimento de um modelo de povoamento claramente vocacionado para a plena interação com todo o território e o desenvolvimento de atividades económicas que se coadunam com as potencialidades do mesmo. É este modelo de povoamento que vai servir de base ao desenvolvimento do território bracarense nos séculos posteriores.

Efetivamente, as circunscrições territoriais que estão documentadas durante todo o século XIII, são, grosso modo, as que estão documentadas nos séculos subsequentes e, exceto alguns aspetos de pormenor, as paróquias, são as entidades que possivelmente emergem nos dois séculos antecedentes.

As grandes circunscrições territoriais (arquidiocese de Braga e principais comunidades monásticas) parecem não ter conhecido alterações de relevo, o que não invalida que possam ter sido palco de tensões assinaláveis ao longo dos tempos. É precisamente nas zonas de contacto dessas grandes circunscrições, identificadas na área de estudo, que podemos percecionar alguma ligeira instabilidade de limites, sem grande significado territorial, ou alteração significativa do balanço de poderes na região. As relações de poder são claramente marcadas pela preponderância da arquidiocese, que procurará expandir e consolidar a sua área de influência na região bracarense, sofrendo tentativas de diminuição de influência, por parte do poder real, que serão praticamente todas goradas a prazo.

De facto, a história do povoamento na região bracarense confunde-se com a história da arquidiocese de Braga. O poder dos metropolitas bracarenses na tardo-antiguidade, iniciar-se-á como um fenómeno predominantemente urbano, fundindo-se paulatinamente o próprio conceito de urbanidade com a presença da figura episcopal, passando o seu poder, a afirmar-se cada vez mais na região rural, esgotando, aos poucos, potenciais entidades conflituantes.

A organização territorial da área rural da região bracarense passou a contar, também desde o período tardo antigo, com a presença de conjuntos monásticos que passaram a constituir as explorações agrícolas de maiores dimensões, sendo, em certa medida, sucedâneos de algumas das principais *villae* da região, como terá sido, comprovadamente, o mosteiro de Dume [40]. Seguramente que nem todos os conjuntos monásticos que chegaram até nós, com fundação comprovada, pelo menos desde finais do século XI, estariam implantados em locais hipoteticamente ocupados por *villae*, embora essa evolução caracterize um número significativo de casos. Para além da adequação a nível funcional, anteriormente mencionada, não é possível comprovar uma solução de continuidade entre as *villae* romanas e os conjuntos monásticos medievais. Efetivamente, no único local em que foi claramente possível o enquadramento dessa solução de continuidade, a ocupação enquanto conjunto monástico terá cessado no século VIII, após a invasão muçulmana, à luz da interpretação que propomos para o local, tendo a sua comunidade transitado para Mondoñedo, como já referimos em Andrade (2015, pp. 105-106). Apesar da notícia da instalação da comunidade ser do século IX, não será impossível que a sua transferência pudesse ter sido feita ainda no século anterior, um período de grande instabilidade. O que é inegável é que, dada a considerável percentagem de terras atribuída aos conjuntos monásticos, estes constituíram um elemento fundamental da cadeia produtiva da região de Braga, desempenhando um importante papel económico na região, durante a Idade Média.

Como tivemos oportunidade de analisar na presente tese, foi possível constatar que o final do período medieval trouxe dificuldades à sobrevivência dos conjuntos monásticos da região, tendo uma parte

considerável dos mesmos sido extinta durante o século XV. De facto, este processo de redução dos conjuntos monásticos já tinha principiado no período anterior, a avaliar pela ausência de referências nas Inquirições do século XIII de uma parte considerável dos mosteiros documentalmente referenciados no século XI. Não sendo possível determinar a causa dessa primeira diminuição de mosteiros, julgamos plausível que apenas tenham tido continuidade os que dispusessem de área suficiente para o seu sustento, apesar de as condições climatéricas favoráveis até ao século XIII, não pressuporem dificuldade com a produção agrícola. Por outro lado, os maiores terão tido mais capacidade de adaptação aos novos ditames de regulamentação monástica que passaram a vigorar a partir do século XI. A julgar pelas características do monacato visigótico/moçárabe que Marques (1988) refere, designadamente a existência de mosteiros com relações de dependência entre si, a extinção de alguns deles poderia explicar-se por uma reorganização das comunidades, o que será de confirmação bastante difícil, na ausência de referências documentais específicas.

O único caso em que poderíamos assumir a hipótese de indiretamente poder ter havido uma relação desta natureza poderia ter sido a relação entre o mosteiro de Dume [40] e o possível mosteiro de S. Salvador de Montélios [95]. A intuição desta hipotética relação tem como principais indícios o facto de que S. Frutuoso, o fundador da comunidade de Montélios ser, à época, abade-bispo de Dume e metropolita de Braga e de ser possível constatar, pela análise que efetuámos em 2015, que o domínio monástico inicial de Dume, poderia englobar a zona em que possivelmente estaria implantado o mosteiro do Salvador [95]. Este caso, apesar de justificar uma primeira redução de comunidades monásticas, não tem uma aplicabilidade extensível ao território estudado, na medida em que ambos os locais foram descontinuados enquanto conjuntos monásticos. No caso de S. Frutuoso de Montélios [95], regista-se uma reocupação do espaço, a partir do século XVI, associada à instalação de uma comunidade franciscana, sem qualquer tipo de relação com a possível comunidade monástica original, sendo a sua instalação decorrente da vontade do arcebispo D. Diogo de Sousa, que tutelava o local à época. A análise desta relação entre as duas instituições, vem confirmar que o facto de haver uma sobreposição de ocupações num determinado local, pode não garantir que tenha havido uma ocupação continuada, podendo explicar-se pela apetência de uma determinada área para um determinado tipo ocupação, ou pela carga simbólica de alguns espaços, de que seria exemplo S. Frutuoso, onde se conservaria ainda o mausoléu. Em traços gerais, podemos constatar a existência de uma redução paulatina de espaços monásticos na região bracarense, permanecendo aqueles em que as condicionantes económicas e políticas favoreceram a sua continuidade.

A vivência claustral passa, na Idade Moderna, a ser um fenómeno cada vez mais urbano, acentuando-se a influência dos arcebispos de Braga, sobre o uso dos terrenos da cidade, circunstância que se associa ao reforço do seu poder, que se faz sentir na trama urbana através do alargamento e criação de ruas, construção de edifícios e instalação de conventos, cuja ação assumia uma dimensão social importante na cidade. A tendência verificada ao nível da malha de povoamento do território, testemunha a manutenção das principais unidades da rede paroquial que se havia desenhado no período imediatamente anterior e posterior ao início da nacionalidade, verificando-se uma diminuição de alguns dos elementos que a constituíam, muito provavelmente no âmbito de uma reorganização do território, eventualmente porque alguns dos pressupostos relacionados com a sua fundação já não fariam sentido neste momento.

O estudo das principais dinâmicas territoriais e poderes presentes na paisagem bracarense ao longo de catorze séculos, facultou um acréscimo de conhecimento da área em estudo e procurou oferecer uma visão renovada sobre uma região que se afigura fulcral para a compreensão das dinâmicas de longa duração, na Península Ibérica, tendo sido realizadas análises correntes na investigação histórica e arqueológica, otimizadas pelo contributo das novas tecnologias para o conhecimento do território. Com essa leitura, julgamos ter melhorado a nossa perceção do património histórico e arqueológico da região bracarense, que pode e deve ser melhor valorizado pelas comunidades, que também são parte integrante da paisagem, devendo colaborar na adoção de medidas que permitam valorizar o legado dos sítios e a sua história para a qual esperamos ter contribuído, esperando que a sua fruição sirva a construção do futuro.

Referências Bibliográficas

- Adams, G. (2008). ***Rome and the social role of Elite Villas in its suburbs***. (BAR International Series 1760). Oxford: Archaeopress.

- Alarcão, J. (1980). 'Os problemas da Origem e da Sobrevivência das *Villae* Romanas do Norte de Portugal', ***Revista de Guimarães***, vol. III, pp. 171-193, (Actas do Seminário de Arqueologia do Noroeste Peninsular).

- Alarcão, J. (coord.) (1990).***Portugal das origens à romanização***. Lisboa: Editorial Presença.

- Albuquerque, E., Cunha, T., Ferreira, N., Dias, G., Meireles C., Braga, A., Simões, F e Santos, A. (2000). ***Carta Geológica de Portugal, escala 1: 50000, folha 5-D Braga***, Instituto Geológico e Mineiro.

- Almeida, C. (1968). ***Vias medievais***, I, Entre Douro e Minho. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

- Almeida, C. (1972). 'Achados arqueológicos de Martim (Barcelos)', ***Revista da Faculdade de Letras do Porto, Série História***, 2, pp. 319-326.

- Almeida, C. (1979). 'A rede viária do Conventus Bracaraugustanus – via Bracara-Asturicam Quarta', ***Minia***, 1ª série, 2 (3), pp. 61-163.

- Almeida, C. (1996). ***Povoamento romano do litoral entre Cávado e Minho*** (tese de doutoramento policopiada). Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

- Amaral, L. (2007). ***Formação e desenvolvimento do domínio da diocese de Braga no período da reconquista (século IX-1137)*** (tese de doutoramento policopiada). Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

- Amaral, L. (2009). 'O povoamento da Terra Bracarense durante o século X', ***Revista da Faculdade de Letras, História***, III série, vol. 10, pp. 113-127.

- Andrade, A. (1994). ***Vilas, poder régio e fronteira: e exemplo do Entre Lima e Minho medieval*** (tese de doutoramento policopiada). Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade de Lisboa.

- Andrade, F. (2015). ***Arquitetura e paisagem monásticas no território bracarense. O caso de Dume (S. Martinho), Braga*** (dissertação de mestrado policopiada). Braga: Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho.

- Andrade, F. (2023). 'O convento de S. Francisco de Real na definição da paisagem monástico-conventual de Braga, entre a Idade Média e a Idade Moderna' */n* ***Arqueologia em Portugal 2023 – Estado da Questão***. Lisboa: AAP, pp. 1159-1168.

- Andrade, F. e Fontes, L. (2020). 'Braga e a cristianização das cidades ocidentais na Antiguidade Tardia, algumas reflexões' */n* Neto, B., Silva, E., Silva, G. ***Formas e imagens da cidade antiga***. Vitória: Editora Milfontes, pp. 293-314.

- Arce, J. (2006). 'Villae en el paisage rural de Hispana durante la Antiguedad Tardia' */n* Chavarría Arnau, A. Arce, J. Brogiolo, G. ***Villas tardoantiguas en el Mediterraneo ocidental, Anejos de AEspa***, XXXIX. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas.

- Arezes, A. (2010). ***Elementos de adorno Altimediévicos em Portugal (Séculos V-VIII)***. Porto: FLUP.

- Arezes, A. (2014). ***Ocupação "Germânica" na Alta Idade Média em Portugal: as necrópoles dos séculos V a VIII***. Porto: FLUP.

- Argote, J. (1732-1734). ***Memórias para a história eclesiástica do Arcebispado de Braga, Primaz das Hespanhas***, Título I, Tomo II. Lisboa: Oficina de Joseph Antonio da Sylva.

- Azevedo, R. (ed.) (1958). ***Documentos Medievais Portugueses, Documentos Régios***, I (I). Lisboa: Academia Portuguesa de História.

- Azkarate Garai-Olaun, A. (2008).' La Arqueología de la Arquitectura en el siglo XXI', ***Arqueología de la Arquitectura***, 5, pp. 11-13.

- Azkarate Garai-Olaun, A. (2013a). 'La construcción y lo construido. Arqueología de la Arquitectura', */n*. Quirós Castillo, J. (dir.), ***La materialidad de la historia. La arqueología en los inicios del siglo XXI***. Madrid: Akal pp. 271-298.

- Azkarate Garai-Olaun, A. (2013b). 'La catedral de Santa Maria */n* Azkarate Garai-Olaun, A. e Solaun Bustinza (coord.) ***Arqueologia e Historia de una ciudad: los orígenes de Vitoria-Gasteiz***. Vitória: Universidad del País Vasco.

- Azkarate Garai-Olaun, A. (2020a). 'Archeologia de la Arquitectura a revisión' ***Arqueologia de la Arquitectura***, 17, e101. https://doi.org/10.3989/arq.arqt.2020.009

- Azkarate Garai-Olaun, A. (2020b).' Introdución: Arqueología de la Arquitectura y Latinoamérica, un viaje de ida y vuelta', ***Arqueología de la Arquitectura***, 17, pp. 1-3.

- Azkarate Garai-Olaun, A., García Camino, I. (1998). 'Documentación arqueolóxica e contexto urbano na Comunidade Autónoma Vasca' */n* Fontenla San Juan, C., ***Documento, Espacio e Contorno. A protección del monumento en el paisaje urbano y rural. Actas (Santiago de Compostela,***

Xunta de Galicia, do 18 ó 21 de setembro de 1996). Santiago de Compostela: Conselheria de Cultura, Comunicación Social e Turismo, pp. 101-120.

- Baker, G. (1985). ***Le Courbousier. Análisis de la forma***. Barcelona: Gustavo Gili.

- Baliñas Pérez, C. e González Paz, C. (2008). 'De Mailoc a San Rosendo: Los orígenes de la sede Mindoniense' *In* Cuevas Férnandez, O., Rudesindus, ***La tierra y el templo***. Mondoñedo: Xunta de Galicia. pp. 30-51.

- Bandeira, M. (1993). 'O espaço urbano de Braga em meados do século XVIII, A cidade reconstituída a partir do Mappa das Ruas de Braga e dos índices dos Prazos das Casas do Cabido', ***Revista da Faculdade de Letras-Geografia***, I série, vol. IX, pp. 101-223.

- Bandeira, M. (2000). 'D. Diogo de Sousa, o urbanista, leituras e texturas de uma cidade refundada', ***Bracara Augusta***, vol. XLIX, nº 103 (116), pp.19-57.

- Barret, J. e Ko, I. (2009).'A phenomenology of landscape', ***Journal of Social Archaeology***. pp. 275-294.

- Barroca, M. (1987). ***Necrópoles e sepulturas medievais entre Douro-e-Minho (séc. V a XV)***. (provas de aptidão científica e aptidão pedagógica, policopiada). Porto: Universidade do Porto.

- Barroca, M. (1990-1991). 'Do castelo da reconquista ao castelo românico', ***Portugalia***, Nova Série, vol. XI-XII, pp. 89-136.

- Barroca, M. (2003a). 'Uma paisagem com castelos' *In* ***Arquitetando espaços: da natureza à metapolis***. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pp. 173-182.

- Barroca, M. (2003b). 'Arquitetura Militar' *In* Barata, M. e Teixeira, S. (dir.) ***Nova História de Portugal***, Vol 1. Lisboa: Círculo de Leitores, pp. 95-159.

- Barroca, M. (2004). 'Fortificações e povoamento no norte de Portugal (século IX-XI)', ***Portugalia***, Nova Série, vol. XXV, pp. 181-203.

- Barroca, M. (2010-2011). 'Sepulturas escavadas na rocha de Entre Douro e Minho', ***Portvgalia,*** Nova Série, vol. 31-32. Porto: DCTP-FLUP, pp. 115-182.

- Barroca, M, Arezes, A. e Morais, R. (2018). 'A basílica Paleocristã e o edifício palatino de Sta Marta das Cortiças (Falperra): As escavações de F. Russel Cortez e de J.J. Rigaud de Sousa', ***Arqueologia Medieval***, 14, pp. 129-148.

- Barroca, M. e Real, M. (1992). 'As caixas relicário de S. Torcato, Guimarães (séculos X-XIII)', ***Arqueologia Medieval***, nº1, pp. 135-168.

- Bastos, M. (2021).'Climate: The Great Maestro of Life on Earth. History, Didatics and Case Studies' *In* ***HandBook of Climate Change Communicaion***, vol. 3, pp. 99-111.

-Bertalanffy, L. (2008). ***Teoria geral dos sistemas, fundamentos, desenvolvimento e aplicações*** (tradução de Francisco M. Guimarães). Petrópolis: Editora Vozes.

- Bertrand, G. (1975). 'Pour une histoire écologique de la France rurale' *In* Duby, G. e Wallon, A. (eds.) ***Histoire de la France rurale***. Paris: Ed. du seuil. pp.34-113.

- Bettencourt, A. (1999). ***A paisagem e o homem na bacia do Cávado durante o IIº e Iº milénios a.C.*** (tese de doutoramento policopiada). Braga: Universidade do Minho.

- Blanco Rotea, R. (2015). ***Arquitectura y Paisaje. Fortificaciones de frontera en el sur de Galicia y norte de Portugal***. Santiago de Compostela/Vitoria: Facultat de Filosofia, Geografia, Prehistoria y Arqueologia/GPAC-UPV.

- Blanco Rotea, R. (2017). 'Arquitectura y paisaje. Aproximaciones desde la arqueologia', ***Arqueología de la Arquitectura***, 14, e051. doi: http://dx.doi.org/10.3989/arq.arqt.2017.007

- Botica, N., Andrade, F. e Fontes, L. (2016).'Georeferencing historical documents: The case of the Dume Boundary' *In* Nunes, M, Isaías, P. e Powel, P. (eds.) ***9th Iadis International Conference Information Systems 2016, Procedings***. Lisboa: Iadis Press, pp. 125-129.

- Bowes, K. (2018). 'Christianization of Villas' *In* Marzano, A. e Métraux, G. (eds.) ***Roman villas in the Mediterranean Basin***. Cambridge: Cambridge University Press, pp. 449-460.

- Braga, C. (2018). ***Memória e Identidade: uma análise das práticas funerárias de Bracara Augusta*** (tese de doutoramento policopiada). Braga: Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho.

-Brogiolo, G. (1988). ***Archeologia dell'Edilizia Storica Documenti e metodi***, con contributi di L. Zigrino e A. Zonca. Como: Edizioni New Press.

- Brogiolo, G. (1995). 'Arqueologia estratigráfica y restauración', ***Informes de la construción***, 435, pp. 31-36.

- Brogiolo, G. (2002). 'L' Archeologia dell'Architectura in Italia nell' ultimo quinquénio (1997-2001)', ***Arqueología de la Arquitectura***, 1, pp. 19-26.

- Brogiolo, G. (2007). 'Dall'Archeologia dell'architecttura all'Archeologia della complessità', ***Pyrennae***, 38, vol.1, pp.7-38.

- Brogiolo, G. e Chavarría Arnau, A. (2008). ' El final de las villas y las transformaciones del território rural en Occidente (siglos V-VIII)' *In* Fernández Ochoa, C. García Entero, V. Gil Sendino, F. (ed.) ***Las villae tardorromanas en el occidente del Império: arquitectura y función, IV Coloquio Internacional de Arqueologia en Gijón***. Solomonte: Ediciones Trea, pp. 193-213.

- Brown, P. (1978). ***The world of Late Antiquity***. London: Thames and Hudson.

- Brugers, G., Kluivin, S. e Hermans, R.(eds) (2016). ***Multi-, inter-, and transdisciplinar research in landscape archaeology: Procedings of the 3rd International Landscape Archaeology Conference***. Amsterdam: Vrie Universitet Amsterdam.

- Caballero Zoreda, L. (1995). 'Método para el análisis estratigráfico de construciones históricas o "Lectura de paramentos", ***Informes de la construcción***, vol.46, nº 435, pp. 37-48.

- Caballero Zoreda, L. (1996). 'El análisis estratigráfico de construciones históricas', *In* ***Curso de Arqueología de la Arquitectura (Burgos, junta de Castilla y Léon, 1996).*** Salamanca: Europa Artes Gráficas, S.A, pp. 55-74.

- Caballero Zoreda, L. (2004). 'Una experiencia en Arqueologia de la Arquitectura', ***Arqueología de la Arquitectura***, 3, 2004, pp. 127-143.

- Caballero Zoreda, L., Arce Sáinz, F. e Utrero Agudo, M. (2003a). 'San Esteban de Atán (Lugo). Un exemplo de iglesia que no es lo que parece' ***Arqueología de la Arquitectura***, 2, pp. 63-68.

- Caballero Zoreda, L., Arce Sáinz, F. e Utrero Agudo, M. (2003b). 'Santa Comba de Bande (Orense) Arquitectura y documentacion escrita' ***Arqueología de la Arquitectura***, 2, pp. 69-74.

- Caballero Zoreda, L., Arce Sáinz, F. e Utrero Agudo, M. (2003c). 'S. Gião de Nazaré un tipo original de iglesia' ***Arqueología de la Arquitectura***, 2, pp. 75-79.

- Caldas, J. (1852). ***Apontamentos Geraes sobre os mais notáveis objectos que podem atrair as atenções de SS. MM. FF., na sua viagem pelo districto de Braga em 1852***. Braga: Typographia da rua dos Pellames.

- Capela, J. (2003). ***As freguesias do distrito de Braga nas memórias paroquiais de 1758: a construção do imaginário minhoto setecentista***. Braga: Barbosa e Xavier.

- Cardoso, J. (trad. (1996). ***A vida de S. Frutuoso, Arcebispo de Braga, de S. Valério (623-695)***. Braga: Oficina de S. José.

- Cardoso, L. (1751). ***Diccionário Geográfico, ou noticia histórica de todas as cidades, villas, lugares, e aldeias, rios, ribeiras, e serras dos reynos de Portugal e Algarve, com todas as cousas raras, que nelles se encontrão, assim antigas, como modernas***, tomo II. Lisboa: Regia oficina Sylviana e da Academia Real.

- Carneiro, A. (2011). ***Povoamento rural no Alto Alentejo em época romana. Lugares, tempos e pessoas. Vetores estruturantes durante o império e Antiguidade Tardia*** (tese de doutoramento policopiada). Évora: Universidade de Évora.

- Carneiro, A. (2017). 'O final das Villae na Lusitânia romana. O exemplo da Horta da Torre (Fronteira)', ***Urbs Regia Orígenes de la Europa***, nº 2, pp. 56-59.

- Carvalho, H. (2008). ***O povoamento romano na fachada ocidental do Conventus Bracarensis*** (tese de doutoramento policopiada). Braga: Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho.

- Carvalho, H. (2019). ***A centuriação do território de Bracara Augusta***, Coleção Paisagens, Património e Território. Braga/Guimarães: Lab2PT.

- Castro, J. (1763). ***Mappa de Portugal Antigo e Moderno***, Tomo III, parte V (Roteiro terreste de Portugal). Lisboa: Officina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno.

- Catalão, S. (2017). ***Contribuição da Arqueologia da Aquitectura para o estudo histórico-construtivo do Aljube do mosteiro de São João de Tarouca*** (dissertação de mestrado policopiada). Braga: Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho.

- Chavarría Arnau, A. (2007). ***El final de las Villae en Hispania (Siglos IV-VIII)***, Bibliotheque de l' Antiquité Tardive, 7 Tournhout: Brepols.

- Chomsky, N. (1985). ***The Logical Structure of Linguistic Theory***. Chicago: University Chicago Press.

- Christie, N. (2004). ***Landscapes of change: Rural evolutions in Late Antiquity and Early Middle Ages***. Aldershot: Ashgate.

- Chrutchley, S. e Crow, P. (2010). ***The light fantastic: using Airborn Lidar in archaeological survey***. Swindon: English Heritage.

- Clarke, D. (1968). ***Analytical Archaeology***. London: Routledge.

- Clarke, D. (1977). 'Spatial information in archaeology' *In* Clarcke D. (ed.) ***Spatial Archaeology***. London: Academic Press, pp. 1-32.

- Clastres P. (1974). ***Le Grand Parler. Mythes et chants sacrés des Indiens Guaraní***. Paris: Editions du Seuil.

- Clastres P. (1979). ***A sociedade contra o Estado***. Porto: Edições Afrontamento.

- Clastres P. (1981). ***Investigaciones en Antropologia Política***. Barcelona: Gedisa.

- COE (2000). ***The European Landscape Convention***. Florence: Council of Europe.

- COE (2005). ***Council of Europe Fremework Convention on the Value of Cultural heritage for Society***. Faro: Council of Europe.

- Coelho, A. (2018). ***Portugal na Espanha Árabe*** (4ª Edição). Alfragide: Caminho.

-Costa, A. (1965). ***Liber Fidei Sanctae Bracarensis Ecclesiae*** (vol. I). Braga: Junta Distrital de Braga.

- Costa, A. (1997). ***O Bispo D. Pedro e a organização da Arquidiocese de Braga*** (vol. 1). Braga: Irmandade de S. Bento da Porta Aberta.

- Costa, A. (2000). ***O Bispo D. Pedro e a organização da Arquidiocese de Braga*** (vol. 2). Braga: Irmandade de S. Bento da Porta Aberta.

- Costa, P. (2013). 'Templários no condado portucalense antes do reconhecimento formal da ordem: o caso de Braga no início do século XII', ***Revista da Faculdade de Ciências e Técnicas do Património***, vol. XII, pp. 231-243.

- Coutinho, J. (1979). ***As artes pré românicas em Portugal: São Frutuoso de Montélios***. Braga: ASPA.

- Cowley, D., Standing, D. e Albrich, J. (2010). ***Landscapes through the lens: Aerial photographs and the historic environment***. Oxford: Oxbow.

- Criado Boado, F. (1993). 'Limites y possibilidades de la Arqueología del Paisaje', ***SPAL, Revista de Phehistoria y Arqueologia***, pp. 9-55.

- Criado Boado, F. e Parcero Oubiña, C. (1997). ***Landscape, Archaeology, Heritage***, TAPA, 2. Santiago de Compostela: GIAP.

- Criado Boado, F. (1999). ***Del terrreno al espacio: Planteamentos y perspectivas en la Arqueologia del paisage***, CAPA, 6. Santiago de Compostela: GIAP, Universidade de Santiago de Compostela.

- Criado Boado, F. (2012). ***Arqueológicas. La razón perdida***. Barcelona: Bellaterra arqueologia.

- Cruz, M. (2011).' Fragmentos de Vidro, fragmentos da memória. Aproximação à actividade vidreira em Bracara Augusta, ***CEM***, n°2, pp. 83-94.

- Cunha, R. (1634-1635). ***História eclesiástica dos arcebispos de Braga, e dos santos, e varões ilustres que floresceram neste arcebispado***. Braga: Manuel Cardoso.

- Cunha, C e Pizarro, J. (2021). 'Poder Régio e Cortes em Portugal (século XII-XVI)', ***Revista da FLUP***, IV série. vol. 11, n°2, pp. 3-6.

- Cummings, e Whitle, A. (2004). ***Places and Special Virtue: Megaliths in the Neolitic Landscapes of Wales***. Oxford: Oxbow Books.

- Deleuze, G. (1989). ***El pliege. Leibniz y el Barroco***. Barcelona: Ediciones Paidós Ibérica S.A.

- Dias, J. (2016). ***Todo o mundo é composto de Mudança, Considerações sobre o clima e a sua história, I, O sistema climático terrestre***. Faro: Centro de Investigação Marinha e Ambiental.

- Díaz Martínez, P. (1987). ***Formas Económicas y Sociales en el Monacato Visigodo***. Salamanca: Universidad de Salamanca.

- Díaz Martínez, P. (2011).***El reino suevo (411-585)***. Madrid: AKAL.

- Dodd, J. (2021). 'Transitional burials in Late Antique Villas in the North-Western Provinces: Assessing Distributions and Characterístics', ***European Journal of Archaeology***, 24 (1), pp. 68-88.

- Doglioni. F (1988). 'Archeologia e Restauro dei monumenti' *In* Frankovich, R. e Parenti, R. (ed.), ***La ricerca nelle strutura edilizia tra Archeologia e restauro Architectonico***. Florença: Universitá degli Studi di Siena, pp. 223-247.

- Doglioni, F. (1997). ***Stratigrafia e restauro. Tra conoscenza e conservazione dell'architectura***. Trieste: Lint Editoriale.

- Doglioni, F. (2002). 'Ruolo e salvaguardia delle evidenze stratigrafiche nel progetto e nel cantieri di restauro', ***Arqueología de la Arquitectura***, 1, pp. 113-130.

- Duarte, E. (1996). ***Carlos Amarante e o final do classicismo*** (dissertação de mestrado policopiada). Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

- Erasun Cortés, R. e Faure, F. (2020). 'Convento de Vilar de Frades: Perspetivas de Intervenção 1994-1998', *In* ***Património a Norte***, nº 20. Porto: Direção Regional da Cultura do Norte.

- Fagan, B. (2020). ***A pequena Idade do Gelo, Como o clima fez a história, 1300-1850*** (trad. de Francisco Pereira). Lisboa: Alma dos Livros.

- Fernandes, P. (2009). 'Esplendor ou Declínio? A arquitectura do século VII no território português' *In* Caballero Zoreda, L. e Utrero Agudo, M. (coord.) ***La Arquitectura: el siglo VII frente al siglo VII, Anejos de AEspA***, LI. Mérida: CSIC / junta de Extremadura, pp. 241-273.

- Fernandes, P. (2016). ***Matéria das Astúrias, Ritmos e realizações de expansão asturiano-leonesa no actual centro de Portugal séculos VIII-X*** (tese de doutoramento policopiada). Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade Coimbra.

- Fernández Fernández, A., Carvalho, P., Cristóvão, J., Sanjurjo Sánchez, J. e Dias, P. (2019). 'Dating the early Christian baptisteries from Idanha-a-Velha – the Suebi-visigothic Egitania: Stratigraphy, Radiocarbon and OSL', ***Archaeological and Antropological Sciences***, 11, pp. 5691-5704.

- Fernández Ochoa, C. (1995). 'Astures y Roma: la configuración del territorio', *In* ***Astures. Pueblos y culturas en la frontera del Imperio Romano***, Gijón: Gran Enciclopedia Asturiana, pp. 99-111.

- Fernández Ochoa, C. (1997). ***La muralla romana de Gijón (Asturias)***, Madrid: Electa España.

- Ferreira, R. (2014). 'O legado do extinto convento dos Remédios', ***Misericórdia de Braga***, nº 10, pp. 93-140.

- Ferreira, C., Plunkett, G. e Fontes, L. (2020). 'Cultural land use and vegetation dynamics in the uplands of nortthern Portugal from the Middle Ages to the modern period', ***Journal of Quaternary Science***, pp. 1-11.

- Fleming, A. (1999). 'Phenomenology and the Megaliths of Wales: a Dreaming to far?', ***Oxford Journal of Archaeology***, 18, pp. 119-125.

- Fleming, A. (2006). 'Post-processual Landscape Archaeology: A Critique', ***Cambridge Archaeological Journal***, 16, pp. 267-280.

- Fontes, L. (1987). 'Salvamento Arqueológico de Dume – 1987 Primeiros resultados', ***Cadernos de Arqueologia***, Série II, 4, 1987, pp. 111-148.

- Fontes, L. (1988). 'Escavações arqueológicas de Dume (S. Martinho) – resultados preliminares', ***Trabalhos de Antropologia e Etnologia***, 28, pp. 243-256.

- Fontes, L. (1991-1992). 'Salvamento Arqueológico de Dume (Braga). Resultados da Campanhas de 1989 e 1991-1992', ***Cadernos de Arqueologia***, Série II, 8-9, pp. 199-230.

- Fontes, L. (1993). 'Inventário de sítios e achados arqueológicos do concelho de Braga', ***Mínia***, 3ª Série, Ano I, pp. 31-88.

- Fontes, L. (1994). ***Salvamento Arqueológico de Dume (Braga). Relatório científico da 4ª campanha de escavações (1 de abril a 31 de Julho de 1993)***. Relatório policopiado.

- Fontes, L. (2005). ***São Martinho de Tibães: Um sítio onde se fez um mosteiro: ensaio em Arqueologia da Paisagem e Arquitetura***. Lisboa: IPPAR.

- Fontes, L. (2006). ***A basílica sueva de Dume e o túmulo dito de São Martinho***. Braga: Núcleo de Arqueologia da Universidade do Minho.

- Fontes, L. (2011a). ***Arqueologia, Povoamento e construção de Paisagens Serranas. O termo de Lindoso, na Serra Amarela*** (tese de doutoramento policopiada). Braga: Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho.

- Fontes L. (2011b). 'Braga e o norte de Portugal em torno a 711', ***Zona Arqueológica***, 15, pp. 313-334.

- Fontes, L. (2011c).'Salvamento Arqueológico de Dume (Campanha de 2003). Relatório Final', ***Trabalhos Arqueológicos da U.A.U.M./MEMÓRIAS***, 13, Braga: Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho.

- Fontes, L. (2015a). 'Escavações arqueológicas no mosteiro de S. Martinho de Tibães, Campanha de março de 1998 a dezembro de 1998, claustro do cemitério, Pátio do Jericó e Passal', ***Trabalhos Arqueológicos da U.A.U.M./MEMÓRIAS***, 51. Braga: Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho.

- Fontes, L. (2015b). 'Escavações arqueológicas no mosteiro de S. Martinho de Tibães, campanha de janeiro de 1997 a fevereiro de 1998, terreiro de S. João, claustro do refeitório e claustro do cemitério',

***Trabalhos Arqueológicos da U.A.U.M./MEMÓRIAS**,* 52*.* Braga: Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho.

- Fontes, L. (2017). 'Entre pagãos e cristãos: a sacralização da paisagem bracarense na Antiguidade tardia' *In* Silva, G. Silva, E. Neto, B. ***Espaços do sagrado na cidade antiga***. Vitória: GM Editora.

- Fontes, L. (2018). 'São Martinho de Dume: Arqueologia, Arquiteturas e Paisagens', ***Urbs Regia Orígenes de la Europa***, nº 3, pp. 10-25.

- Fontes, L. (2021). 'Arqueologia e reabilitação urbanas em Braga e o edifício nº1 da Praça da República', ***Trabalhos Arqueológicos da U.A.U.M./MEMÓRIAS**,* 105*.* Braga: Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho.

- Fontes, L. e Andrade, F. (2013). 'Os mosaicos de Dume (Braga)' *In* ***Encontro Portugal-Galiza, Mosaicos Romanos, Fragmentos de Cultura nas Proximidades do Atlântico***. Lisboa. Apecma, pp. 179-186.

- Fontes, L. e Andrade, F. (2018). 'Shapping the medieval landscapes of Braga's territory', *In* Sabaté, F. Brufal, J. (ed.) ***Medieval Territories***. Newcastle upon Tyne: Cambridge Scholars Publishers, pp. 51-67.

- Fontes, L., Andrade, F., Pimenta, M. e Guerreiro, M. (2018). 'The Water collecting system of the Sete Fontes, Braga (4th-20th century)' ***Arqueología de la Arquitectura***, 15, e069. https://doi.org/10.3989/arq.arqt.2018.004

- Fontes, L., Andrade, F., Pimenta, M., Catalão, S. e Moreira, L. (2020a). 'Convento de S. Francisco de Real, Projeto de instalação da Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, Acrónimo: BRA15CSFR, Campanha de 2015, Relatório Final', ***Trabalhos Arqueológicos da U.A.U.M./MEMÓRIAS**,* 87*.* Braga: Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho.

- Fontes, L., Andrade, F., Pimenta, M., Catalão, S. e Moreira, L. (2020b). 'Convento de S. Francisco de Real, Projeto de instalação da Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, Acrónimo: BRA16CSFR, Campanha de 2016, Relatório de progresso', ***Trabalhos Arqueológicos da U.A.U.M./MEMÓRIAS**,* 92*.* Braga: Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho.

- Fontes, L., Braga, J. e Osório, B. (2011). 'Salvamento Arqueológico de Dume. Campanha de 2010 (SMD 2010). Relatório Final'. ***Trabalhos Arqueológicos da U.A.U.M./MEMÓRIAS***, 18, Braga: Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho.

- Fontes, L., Braga, C. e Andrade, F (2012). 'Convento de S. Francisco de Real, Projeto de Adaptação a Pousada da Juventude, Acrónimo: BRACSF2011, Relatório Final', ***Trabalhos Arqueológicos da U.A.U.M./MEMÓRIAS**,* 29*.* Braga: Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho.

- Fontes, L., Braga, C, Cunha, A. e Andrade, F., (2014). 'Salvamento de Bracara Augusta. Convento de São Francisco, Real (Braga). Relatório Final', ***Trabalhos Arqueológicos da U.A.U.M./MEMÓRIAS***, 49. Braga: Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho.

- Fontes, L. e Carneiro, M. (2011). 'Salvamento arqueológico de Dume, campanha de 2004 (SMD 2004), Relatório Final,' ***Trabalhos Arqueológicos da U.A.U.M./MEMÓRIAS***, 14, Braga: Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho.

- Fontes, L., Guimarães, C., Andrade, F. e Catalão, C. (2013). 'Mosteiro de S. Martinho de Tibães, Trabalhos arqueológicos no Claustro do Refeitório-Campanha de 2005. Relatório', ***Trabalhos Arqueológicos da U.A.U.M./MEMÓRIAS****,* 35*.* Braga: Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho.

- Fontes, L., Lemos, F. e Cruz, M. (1997-1998). 'Mais velho do que a sé de Braga, Intervenção arqueológica na catedral bracarense: notícia preliminar', ***Cadernos de Arqueologia***, Série II,14-15, pp. 137-164.

- Fontes, L., Martins, M. e Andrade, F. (2010). 'Salvamento de Bracara Augusta: quarteirão dos CTT-interligação Túnel da Avenida da Liberdade (BRA09 CTT-ITAVL): Relatório Final', ***Trabalhos Arqueológicos da U.A.U.M./MEMÓRIAS****,* 2*.* Braga: Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho.

- Fontes, L., Machado, A. e Catalão, S. (2004). 'Experiências em Arqueologia da Arquitetura na Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho', ***Arqueologia da Arquitetura***, 3, pp. 173-183.

- Fontes, L., Martins, M., Sendas, J e Catalão, S. (2010a). 'Salvamento de Bracara Augusta: quarteirão dos CTT-interligação Túnel da Avenida da Liberdade (BRA09 CTT-ITAVL): Relatório Final, ***Trabalhos Arqueológicos da U.A.U.M./MEMÓRIAS****,* 7*.* Braga: Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho.

- Fontes, L. Martins, M., Ribeiro, M e Carvalho, C. (2010b). 'A cidade de Braga e o seu território nos séculos V-VII' *In* ***Espacios urbanos en el Occidente mediterrâneo***. Toledo: Tuletum Visigodo, pp. 255-262.

- Fontes, L., Moreira, A. e Duarte A. (2016). 'Trabalhos Arqueológicos no Mosteiro de Vilar de Frades (Barcelos)', ***Trabalhos Arqueológicos da U.A.U.M./MEMÓRIAS***, 57. Braga: Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho.

- Fontes, L. e Pereira, B. (2009). ***Colecção de Epigrafia e de Arquitetura Medievais (Séculos IX XIV)***. Braga: Instituto de História e Arte Cristãs (2 vols.).

- Fontes, L. e Regalo, H. (1997).'O castelo de Penafiel de Bastuço, Paços S. Julião, Braga. Elementos para o seu estudo', ***Arqueologia Medieval***, 5, pp. 199-220.

- Fontes, L., Vilar, B., Carvalho, H.e Ribeiro, J. (2009). ***Colecção de Epigrafia e de Arquitetura Antigas (Séculos I a.C. VII d.C.)***. Braga: Instituto de História e Arte Cristãs (2 vols.).

- Fonseca, L. (2007). ***D. João II***, Coleção reis de Portugal. Lisboa: Círculo de Leitores.

- Foucault, M. (1978). ***Las palabras e las cosas***. Mexico: Siglo XXI.

- Foucault, M. (1980a). ***Historia de la sexualidade.1. la voluntad de saber***. Madrid: Siglo XXI.

- Foucault, M. (1980b). 'Entrevista sobre la prision: el libro y su método' *In* Foucault, M. ***Microfísica del poder***. Madrid: Ediciones de la Piqueta.

- Foucault, M. (1984). ***Vigilar e castigar***. Madrid: Siglo XXI.

- Foucault, M. (1989). 'El ojo del poder' *In* Bentham, J. ***El panóptico***. Madrid: Ediciones la Piqueta.

- Francovich, R. e Parenti, R. (ed.) (1988). ***Archeologia e Restauro dei Monumenti, I ciclo di Lezioni sulla Ricerca Applicata in Archeologia (Certos di Pontignano, Siena, 1987)***. Firenze: All'Insegna del Giglio.

- Freire, A. e Pessanha, J. (1905). 'Povoação de Entre Doiro e Minho no XVI. Seculo, ***Archivo Historico Portuguez***, vol. III, nº 7 e 8, pp. 241-273.

- Freitas, B. (1890). ***Memorias de Braga***, Tomo IV. Braga: Imprensa Catholica.

- García Sanjuán, L. (2005). ***Introdución al reconocimiento y análisis arqueológico del território***. Barcelona: Ariel Prehistoria.

- Gaspar, A. (1985). 'Escavações arqueológicas na rua Nossa Senhora do Leite em Braga (1985)', ***Cadernos de Arqueologia***, Série II, volume 2, pp. 51-125.

- Godoy Fernández, C. (2008). ***Arquitectura y liturgia. Iglesias hipánias (siglos IV al VIII)***. Barcelona: Universidade de Barcelona.

- Godoy Fernández, C. e Muñoz Melgar, A. (2019). ' La basilica del anfiteatro, el Oracional de Verona y el culto a los mártires Fructuoso, Augurio y Eulogio en la tarragona del siglo VII' In López Vilar, J. (ed.) ***Tarraco bienal, actes, 4 congrés Internacional d' Arqueologia Cristiana Hispânica, El Christianisme en l' antiguetat tardana noves perspectives***. Tarragona: URV- Institut d' Estudis Catalans, pp. 65-74.

- Gómez Orellana, L., Ramil Rego, P., Muñoz Sobrino, C. e Bettencourt, A. (2010).' Paisaje del Holoceno en la Serra de Arga (NW de Portugal)' *In* Bettencourt , A., Alves, M, e Monteiro Rodrigues, S. (ed.) ***Variações Paleoambientais e Evolução Antrópica no Quaternário do Ocidente Peninsular***. Braga: APEQ/CITCEM.

- Giddens, A. (1984). ***The constitution of society. Outline of the Theory Struturation***. Cambridge: Polity Press.

- Giddens, A. (1993). ***Consequencias de la modernidade***. Madrid: Alianza Editorial.

- Giddens, A. (1997). ***Modernidad e identidade del yo. El yo y la sociedade en la época contemporânea***. Barcelona: Península.

- Gomes, S. (1998) 'As ordens mendicantes na Coimbra medieval: Notas e documentos', ***Lusitania Sacra***, Tomo 10, pp. 149-215.

- Granja, H., Gómez Orellana, L., Costa, A., Morais, R., Oliveira, C. e Pinho, L. (2022). 'Holocene evolution of the Cávado estuary (NW Portugal)', ***Quaternary International***, pp. 36-50.

- Gutiérrez González, J. (2014). 'Fortificaciones tardoantiguas y Visigodas en el Norte Peninsular (ss. V-VIII)' *In* Catalán-Ramos, R., Fuentes Melgar, P. e Sastre-Blanco, J. (Eds.), ***Las Fortificaciones en la Tardoantiguedad, Élites e articulación del território (Siglos V-VIII d. C.)***. Madrid: Ediciónes la Ergástula, pp. 191-214.

- Harris, E. (1979). ***Principles of archaeological stratigraphy***. San Diego: Academic Press.

- Hamerow, H. (2002). ***Early medieval settlements, The Archaeology of rural comunities in north-west Europe 400-900*** (Medieval history and archaeology). Oxford: Oxford University Press.

- Hidalgo, R. (2014). 'Fue Cercadilla una villa? El problema de la función del complejo de Cercadilla en Corduba', ***Archivo Espanhol de Arqueologia***, 87, pp. 217-241.

- Hiller, B. e Hanson, J. (1984). ***The social logic of space***. Cambridge: Cambridge University Press.

- Hodder, I. (1982). ***Symbols in action: Etnoarchaeological studies of material culture***. Cambridge: Cambridge University Press.

- Hodder, I. (1991). 'Interpretative archaeology and its rule' ***American Antiquity***, 56 (1), pp. 7-18.

- Hodder, I. (2000). 'Theoretical archaeology a reactionary view' *In* Thomas, J. (ed.) ***Interpretative archaeology a reader***. Leicester: Leicester University Press.

- Hodder, I. e Orton, C. (1976). ***Spatial Analysis in Archaeology***. London and New York: Cambridge University Press.

- Iacono, F. (2013). 'Marxist archaeologies' *In* Gardner, A., Lake, M. e Sommer, U. ***The Oxford handbook of archaeological theory***, Oxford handbooks online (Impresso em junho de 2018). Oxford: Oxford University Press.

- Iacono, F. (2021). 'Marx, networks and the social logic of interaction' *In* Dawson, H: e Iacono, F. (eds.), ***Bringing social and Geografical Space through Networks***. Leiden: Sidestone Press, pp. 89-101.

- Ingold, T. (1980). ***Hunters, pastoralists and ranchers***. Cambridge: Cambridge University Press.

- Ingold, T. (1986). ***The appropriation of nature. Essays on human ecology and social relations***. Manchester: Manchester University Press.

- Ingold, T. (1990). 'Society, Nature and the concept of technology', ***Archaeological Review from Cambridge***, 9 (1), pp. 5-17.

- Ingold, T. (2000). 'The temporality of the landscape' *In* Thomas, J. (ed.) ***Interpretative archaeology a reader***. Leicester: Leicester University Press.

- Izdebski, A., Guzowski, P., Poniat, R., Masci, L., Palli, J., Vignola, C., Bauch, M, Cocozza, C., Fernandes, R., Ljungqvist, F., Newfield, T., Seim, A., Abel-Schaad, D., Alba-Sámchez, F., Björkman, L., Brauer, A., Brown, A., Czerwinski, S. Ejarque, A., Fiłoc, M., Florenzano, A., Fredh, E., Fyfe, R., Janiunas, N., Kołaczek, P., Kouli, K., Kozákova, R., Kupryjanowicz, M., Lagerås, P., Lamentowicz, M., Lindbladh, M., López Sáez, J., Luelmo-Lautenschlaeger, R., Marciscz, K., Mazier, F., Menzing, S., Mercuri, A., Milecka, K., Miras, Y., Noryskieicz, A., Novenko, E., Obremska, M., Panajiotidis, S., Papadopoulou, M., Pedziszewska, A., Pérez Díaz, S., Piovesan, G., Pluskoeski, A., Pokorny, P., Poska, A., Reitalu, T., Rösch, M., Sadori, L., Ferreira, C., Sebag, D., Słwinski, M., Stančliaité, M., Stivrins, N., Tummo, I., Veski, S., WacniK, A., e Masi, A. (2022). 'Paleoecological data indicates land-use changes across Europe linked to spatial heterogeneity in mortality during the Black Death pandemic', ***Nature Ecology & Evolution***, vol. 6, pp. 297-306.

- Johnsen, H. e Olsen, B. (2000). 'Hermeneutics and archaeology on the philosophy of contextual archaeology' *In* Thomas, J. (ed.) ***Interpretative archaeology a reader***. Leicester: Leicester University Press.

- Jorge, S. (1986). ***Povoados da Pré-História recente da região de Chaves-Vila Pouca de Aguiar (Trás-os-Montes ocidental) Bases para o conhecimento do IIIº e princípios do IIº milénio a.C. no norte de Portugal*** (tese de doutoramento policopiada). Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

- Jorge, V. (1982). ***Megalitismo do norte de Portugal: o distrito do Porto-os monumentos e a sua problemática no contexto europeu*** (tese de doutoramento policopiada). Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

- Lemos, F. (1993). ***O povoamento romano de Trás-os-Montes oriental*** (tese de doutoramento policopiada). Braga: Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho.

- Lemos, F. (2000). 'A via romana entre *Bracara Augusta* e *Asturica Augusta*, por *Aquae Flaviae* (contributo para o seu estudo)', ***Revista de Guimarães***, 110, pp. 15-52.

- Lemos, (2001). 'Arredores de Bracara Augusta – escavações arqueológicas na necrópole de S. Vítor, no contexto da via romana para Aquae Flaviae', ***Forum***, 29, pp. 9-38.

- Lemos, F. (2002). '*Bracara Augusta* – A grande plataforma viária do noroeste peninsular', ***Forum***, 31, pp. 95-128.

- Lemos, F., Martins, M., Fontes, L., Leite, J., Cunha, A. (2002). 'A muralha romana de *Bracara Augusta'*, ***Gladius***, 5, pp. 609-624.

- Lévi-Strauss, C. (1973). ***Antropologia Estructural***. Buenos Aires: Eubeda.

- Lévi-Strauss, C. (1979). **Antropología *Estructural, 2. Mito sociedad, humanidades***. México: Siglo XXI.

- Limão, F. (2010). ***Capitéis da Antiguidade Tardia em Portugal*** (tese de doutoramento policopiada). Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade do Minho.

- Lopes, P. (2021). 'Análise comparativo de ciudades históricas mediante sintaxis espacial. Los casos de Sevilla y Lisboa, ***Arqueología de la Arquitectura***, 18, e110.

- López Quiroga, J. (2004). ***El final de la Antiguedad en la Galaecia. La transformación de las estruturas de poblamiento entre Miño y Duero (siglos V-X)***, Coleción 'Galicia Historica'). La Coruña: Instituto de Estudios Gallegos Padre Sarmiento.

- Loureiro, N. (2016). ***Análise fisiográfica com Qgis (tutorial). Relevo, hipsometria, declives e exposição de encostas***. Faro: Universidade do Algarve. DOI:10.13140/RG.2.1.2039.8168.

- Magalhães, F., Silva, L., Ruela, L., Machado, D., Fernandes, L., Alves, E., Martins, M., Blanco Rotea, R. e Ribeiro, M. (2023). 'A arqueologia urbana em Braga: oportunidades e desafios. O caso de estudo da Rua Nossa Senhora do Leite, nºs 8/10', *In* ***Arqueologia em Portugal 2023-Estado da Questão***, Lisboa: AAP, pp. 771-783.

- Mañana Borrazás, P, Blanco Rotea, R e Ayán Vila, X. (2002). ***Arqueotectura 1: Bases teórico - metodológicas para una arqueologia de la arquitectura***, TAPA, 21. Santiago de Compostela: Laboratório de Paleoambiente e Paisaxe.

- Manacorda, D. (1988). 'Archeologia e restauro arquitettonico nel cantieri della "Cripta Balbi"' *In* Francovich, R. e Parenti, R. (ed.) ***Archeologia teórica, X Ciclo di lezioni sulla Ricerca Applicata in Archeologia (Certos adi Pontignano, Siena, 2001)***. Firenze: All'Insegna del Giglio, pp. 257-266.

- Mannoni, T. (1976).'L'analisi delle tecniche murarie medievali in Liguria', *In* ***Atti del Colloquio Internazionalle di Arqueologia Medievale***. Palermo:Universita di Palermo, pp. 291-300.

- Mannoni, T. (1990a).'Archeologia dell'Architettura', ***Notiziario di Archeologia Medievale***, 53, pp. 3-4.

- Mannoni, T. (1990b).'Conoscenza e recupero edilizio', ***Notiziario di Archeologia Medievale***, 54, pp. 3-4.

- Mannoni, T. (1996). ***Archeologia della produzione***. Torino: Einaudi.

- Manoni, T. e Parenti, R. (ed.) (1996). ***Arqueologia dell'Architectura***, 1. Suplemento da Archeologia Medievale. Firenze: Edizioni All'Insegna del Giglio.

- Mannoni, T. e Boato, A. (2002). 'Archeologia e storia del cantieri di construzione', ***Arqueologia de la Arquitectura***, 1, pp. 12-40.

- Mantas, V. (2000). 'A via romana Bracara Augusta-Cale: traçado, funções e influência no povoamento regional', ***Revista de Guimarães***, 110, pp. 53-87.

- Mapa das Ruas de Braga (1989-91). ***Mapa das Ruas de Braga***. Braga: Arquivo Distrital de Braga/IBM (edição Fac-Simile).

- Mayoral Herrera, V. e Celestino Pérez, S. (eds) (2011). ***Tecnologias de información geográfica y análisis arqueológico del território. Actas del V Simpósio Internacional de Mérida***. Mérida: IAM-CSIC.

- Marques, A. (2004). ***O casal: uma unidade de organização social do espaço no Entre-Douro-e-Lima (906-1200)***, Série Trivium. A Coruña: Editorial Toxosoutos.

- Marques, A. (2014). ***Da representação documental à materialidade do espaço, território da diocese de Braga (século IX-XI)***. Porto: CITCEM/Ed Afrontamento.

- Marques, A. (2024). ***História de Portugal. Das Origens às revoluções Liberais***, 1. Lisboa: Editorial Presença. (Edição atualizada e aumentada por João Alves Dias)

- Marques, J. (1988). ***A Arquidiocese de Braga no século XV***. Lisboa: INCM.

-Martínez Peñin e Martins, M. (2016). 'Characterization of Late Antique and Early Medieval Pottery poroduction of the city of Braga and its territory' *In* Sabaté, F. e Brufal J. (dirs.), ***Arqueologia medieval, Habitats Medievals***. Lleida: Pagès Editors, pp. 53-67.

- Martínez Peñín, R., Fontes, L. e Andrade, F. (2018). 'Las cerâmicas tardoantiguas y altomedievales procedentes de São Martinho de Dume (Braga, Portugal)' *In* Martin, I., Fuentes, P., Sastre, J., Catalán, R. (coord.), ***Las cerâmicas altomedievales en Hispania y en su entorno: (siglos-VI-VIII d.C.)***. Valladolid: Arbotante Partimonio y Inovación, pp. 189-209.

- Martins, M. (1988) 'Experiências de arqueologia espacial no norte de Portugal, o vale do Cávado – 1º milénio a.C. e a romanização', ***Arqueologia Espacial***. Teruel: Diputacion Provincial de Teruel, pp. 141-155.

- Martins, M. (1990). ***O povoamento Proto-historico e a Romanização da bacia do curso médio do Cávado***. Braga: Instituto de Ciências Sociais-Universidade do Minho.

- Martins, M. (1995). 'A ocupação romana da região de Braga. Balanços e perspectivas de investigação', ***Actas do congresso histórico 150 anos do nascimento de Alberto Sampaio***. Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães, pp. 73-114.

- Martins, M. (1996). 'Povoamento e habitat no Noroeste português durante o 1º milénio a. C.', *In* ***De Ulisses a Viriato. O primeiro milénio a. C.***. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, pp. 118-133.

- Martins, M. (2004). 'Urbanismo e Arquitectura em Bracara Augusta. Balanço dos contributos da Arqueologia Urbana' *In* ***Simulacra Romae. Roma y la capitales provinciales del Occidente Europeu. Estudios Arqueológicos***. Alicante. Biblioteca Digital Cervantes.

- Martins, M. (2020). 'Um passado com futuro. O projeto de intervenção arqueológica na colina do alto da Cividade, Braga' *In* Mateos Cruz, P. e Palma García, F. ***Actas del Congresso Internacional La Arqueologia Urbana en la ciudades de la Hispania Romana***, 2, Memoria, Monografias Arqueológicas de Mérida. Mérida: Consorcio de la Ciudad Monumental de Mérida, pp. 167-186.

- Martins, M. e Carvalho, H. (2016). 'As transformações do território: *Bracara Augusta* e o seu Cadastro', ***Revista de historiografia***, pp. 219-243.

- Martins, M. e Delgado, M. (1989-1990). 'As necrópoles de Bracara Augusta. Os dados arqueológicos', ***Cadernos de Arqueologia***, série II, 6-7, pp.41-186).

- Martins, M., Delgado, M., Tranoy, A. e Le Roux, P. (1989-1990). 'As necrópoles de Bracara Augusta', ***Cadernos de Arqueologia***, 6/7, pp. 41-186.

- Martins, M., Fontes, L., Braga, C., Braga, J., Magalhães, F. e Sendas, J. (2010). 'Salvamento de Bracara Augusta: quarteiros dos CTT- Avenida da Liberdade (Bra08-09 CTT): Relatório Final,' ***Trabalhos Arqueológicos da U.A.U.M./MEMÓRIAS***, 1. Braga: Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho.

- Martins, M. Freitas, I. e Del Val, M. (2012) (coord.) ***Caminhos da água: paisagens e usos de longa duração***. Braga: CITCEM.

- Martins, M., Magalhães, F., Martínez Peñin, R. e Ribeiro, J. (2016). 'The housing evolution of Braga between Late Antiquity and the Early Middle Ages' *In* Sabaté, F. (ed.) ***Arqueologia Medieval Hàbitats Medievals***, Agira VIII. Lleida: Pagès Editors, pp. 35-52.

- Martins, M. e Magalhães, F. (2024). 'Bracara Augusta e a organização do território do convento bracaraugustano' In Dopico Caínzos, D. e Villanova (dir.) ***Specula populi romani? «Revisitando» o papel da cidade,*** Philate, 6. Lugo. Deputación de Lugo, pp. 167-189.

- Martins, M., Mar, R. e Ribeiro, M. (2021). ***O antigo paço dos arcebispos de Braga***. Braga: UMinho Editora.

- Martins, M., Meireles, J., Fontes, L. Ribeiro, M., Magalhães, F. e Braga, C. (2012). 'Gestão e uso da Água em Bracara Augusta', ***Água. Um património de Braga***. Braga: UAUM/CITCEM.

- Martins, M., e Ribeiro, M. (2012). 'Gestão e uso da Água em Bracara Augusta' *In* Martins, M., Freitas, I. e Valdivieso, I. (coord.), ***Caminhos da água – paisagens e usos na Longa Duração***. Braga: CITCEM.

- Martins, M. e Ribeiro, M. (2013). 'Em torno da Rua Verde. A evolução urbana de Braga na longa duração' *In* Ribeiro, M. e Melo, A., ***Evolução da Paisagem Urbana. Transformação morfológica dos Tecidos Históricos***. Braga: CITCEM/IEM, pp. 11-44.

- Martins, M., Ribeiro, J., Magalhães, F. e Martínez Peñin, R. (2015). Urban changes in Braga in Late Antiquity: the area of the Roman Theater, *In* Martínez Peñin (ed.) ***Braga and its territory between the fifth and the fifteenth centuries, Espai/temps, 67***. Universitat de Lleida/Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho. Lleida/Braga.

- Martins, M., Ribeiro, J., Magalhães, F. e Martínez Peñin, R. (2017a). 'Braga em época tardo romana e tardo antiga', *In* López Quiriga, J. (coord.) ***In Tempore Sueborum, El tiempo de los Suevos en la Gallaecia, el primer reino medieval de occidente, volumen de estudios***, pp. 235-239.

-Martins, M., Ribeiro, J.,Martínez Peñin, R. e Magalhães, F. (2017b). 'A ocupação tardo antiga da área do teatro de *Bracara Augusta*' *In* López Quiroga, J. (coord.) ***In Tempore Sueborum, El tiempo de los Suevos en la Gallaecia, el primer reino medieval de occidente, volumen de estudios***, pp. 241-246.

- Mattoso, J. (1997). 'Portugal no reino Asturiano-Leonês' *In* Mattoso, J. (Dir.) ***História de Portugal***. Lisboa: Editorial Estampa, pp. 391-499.

- Mattoso, J. (2015). ***Identificação de um país. Oposição, composição. Ensaio sobre as origens de Portugal (1096-1325)***. Lisboa: Círculo de Leitores.

- Mccormick, M., Büntgen, U., Cane, M., Cook, E., Harper, K., Huyers, P., Litt, T., Manning, S., Mayerwsky, P., More, A., Nicolussi, K. e Tegel, W. (2012). 'Climate Change during and after the Roman Empire: Reconstructing the Past from Scientific and Historical Evidence', ***Journal of Interdisciplinary History***, XLIII:2, pp. 169-220.

- Mcguire, R. (2002). ***A Marxist archaeology***. Nova York: Percheron Press.

- Melo, A. (2009). ***Trabalho e produção em Portugal na Idade Média: O Porto, c. 1320-1415*** (tese de doutoramento policopiada). Braga: Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho.

- Merleau-Pointy, M. (1984). ***Fenomenologia de la percepción***. Barcelona: Planeta.

- Millet, M. (2001).'Roman interaction in North-western Iberia', ***Oxford Journal of Archaeology***, Volume 20, Issue 2, pp. 157-170.

- Morais, R. (2001). 'Breve ensaio sobre o anfiteatro de Bracara Augusta', ***Forum***, 30, pp. 55-76.

- Morais, R. (2004). ***Autarcia e comércio em Bracara Augusta no período Alto Imperial: contribuição para o estudo económico da cidade*** (tese de doutoramento policopiada). Braga: Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho.

- Morais, R. (2012). ***Bracara Augusta a opulenta***. Braga: Câmara Municipal de Braga.

- Moreira, P., Patto, C., Mota, M., Moreira, J., Santos, J., Andrade, E. e Pego, S. (2009). 'Fandango': Long term adaptation of the exotic germplasm to a Portuguese on-farm conservation and breeding project', ***Maydica***, 54, pp. 269-285.

- Moreira, P. e Patto, C. (2012). Milho: Passado, presente ou futuro, ***Agrotec***, 2, pp. 34-37.

- Moreno Martín, F. (2009). 'Arquitectura y usos monásticos en el siglo VII. De la recreación textual a la invisibilidade material', ***El siglo VII frente al siglo VII. Arquitectura***, Anejos de AESPA, LI. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, pp. 275-307.

- Oliveira, A. (1974). ***A abadia de Tibães e o seu domínio (1630-1680) Estudo Social e Económico.*** Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

- Oliveira, E. (2011). ***André Soares e o Rococó do Minho*** (tese de Doutoramento Policopiada). Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

- Oliveira, F. (2017). 'As Teresinhas. O Carmelo feminino de Braga moderna e contemporânea', ***Misericórdia de Braga***, nº13, pp. 13-42.

- Oliveira, M. e Ferreira, T. (2015). ***Metamorfoses do Convento de S. Francisco de Real, Reconhecimento, análise e interpretação***. Guimarães: Lab2PT.

- Orejas, A. (1991). 'Arqueologia de la paisage: historia, problemas y perspectivas', ***Archivo Español de Arqueología***, 64, pp. 191-230.

- Olmo Enciso, L. (2008). 'Recópolis y la ciudad en la época visigoda', ***Zona Arqueológica***, número 9, pp. 40-63.

- Olmo Enciso L., Castro Priego, M. e Diastre Blasco, P. (2018). 'Beside and within the walls of Recopolis: social dynamics and landscape transformation of a new visigotic urban foundation', ***Groma***, volume 3, pp. 1-14, DOI: 10.12977/Groma 14.

- Palol. P. (1967). ***Arqueologia cristiana de la España romana. Siglos IV-VI***. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, Instituto Enrique Florez.

- Palol, P. (1970). ***Arte Paleocristiana en España***. Barcelona: Edic. Polígrafa.

- Parcero Oubiña, C. (2021). 'Habelos, hainos. Detección remota de indicios arqueológicos mediante fotografía aérea e Lidar en castros de Galicia', ***Cuadernos de Estudios Gallegos***, 68, núm. 134, pp. 15-45. https://doi.org/10.3989/ceg2021.13401.

- Parcero Oubiña, C., Barreiro, D. e Criado Boado, F. (2014). 'Landscape archaeology' *In* Smith, C. e Smith, J. (eds.) ***Enciclopedia of Global Archaeology***. New York: Springer, pp. 4379-4388.

- Parenti, R. (2002). 'Dalla stratigrafia all'archeologia dell'Architectura. Alcuni recenti esperienze del laboratório Senese', ***Arqueología de la Arquitectura***, 1, pp. 73-81.

- Peixoto, I. (1992). ***Memórias Particulares de Inácio José Peixoto*** (Int. Ramos, L.; Coord. Capela, J.) Braga: Universidade do Minho.

- Peixoto, J. (2014). ***Tibães, marcos e domínios***. Braga: Edição do Autor.

- Pereira, A. (2020). ***A construção monástico-conventual no Noroeste da Península Ibérica: Uma abordagem multidisciplinar da história da construção desde a época medieval até à atualidade*** (tese de doutoramento policopiada). Braga: Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho.

- Pereira, A. e Ribeiro, M. (2020). 'O complexo monástico-conventual de Vilar de Frades' *In* **Convento de Vilar de Frades: Perspetivas de Intervenção 1994-2008, *Património a Norte***, nº 20. Porto: Direção Regional da Cultura do Norte.

- Pérez Losada, F. (1987). 'Sobre el concepto de "villa" no mundo romano', ***Cadernos de Arqueologia***, 4, pp. 79-110.

- Pérez Losada, F. (2002). 'Entre a cidade e a aldea. Estudio arqueohistórico dos "aglomerados secundários" romanos en Galicia', *supl.* ***Brigantium***, vol. 13. A Coruña: Museu Histórico e Arqueolóxico de A Coruña.

- Pinto, M. (2008). ***Villa Romana de Sendim, roteiro e exposição permanente***. Felgueiras: Câmara Municipal de Felgueiras.

- Pinto, S. e Ataíde, A. (1957). 'A necrópole de S. Victor-Braga (séculos IX-X), ***Bracara Augusta***, 8 (35-37), pp. 106-111.

- Pizarro, J. (ed.) (2012). ***Portugaliae Monumenta Historica, A saeculo octavo Post Christum Vsque Ad Quitumdecimum ivssv academiae scienttarum olissiponensis edita, Inquisitiones, Inquirições Gerais de D. Diniz de 1288, Sentenças de 1290 e execuções de 1291***. Lisboa: Academia de Ciências de Lisboa.

- PMH. D.C. (1867). ***Portugaliae Monumenta Historica. Diplomata et Chartae***, vol. 1 Fasc. I. Lisboa: Academia de Ciências de Lisboa.

- PMH. Inq. (1888). ***Portugaliae Monumenta Historica . A saeculo octauo post Christum usque ad quintumdecimeum. Inquisitiones***, vol. 1, Fasc. I e II. Lisboa: Academia de Ciências de Lisboa.

- Portocarrero, G. (2010). 'Braga na Idade Moderna, Paisagem e Identidade', ***Arkeos***, nº 27. Tomar: Centro Europeu de Investigação da Pré-História do Alto Ribatejo.

- Prata, S. (2018). ***Arqueologia do povoamento rural alto-medieval no monte da Serra de S. Mamede (séculos V-VIII)***. Salamanca: Universidade de Salamanca.

- Quirós Castillo, J. (2002). 'Arqueologia de la Arquitectura en España', ***Arqueología de la Arquitectura***, 1, pp. 27-38. https://doi.org/10.3989/arq.arqt.2002.4.

- Quirós Castillo, J. (2006). 'Arqueología de la Arquitectura. Objetivos y propuestas para la conservación del Patrimonio Arquitectónico', ***Arqueología Medieval***. http://www.arqueologiamedieval.com/articulos/74/arqueologia-de-la-arquitectura-objetivos-y-propuestas-para-la-conservacion-del-patrimonio-arquitectonico

- Quirós Castillo, J. (2012). 'Archaeology of Architecture and Archaeology of houses in Early Medieval Europe', ***Arqueología de la Arquitectura***, 9, pp. 131-138.

- Ramalho, M. (2004). 'Os primeiros passos da Arqueologia da Arquitectura no âmbito do Instituto Português do Património Arquitectónico', ***Arqueologia de la Arquitectura***, 3, pp. 145-153.

- Ramil Rego, P., Meireles, J., Goméz Orellana, L. e Nuñoz Sobrino, C. (2015). Evolución del Paisaje y acción humana en el noroeste de Portugal durante el Holoceno, ***Férvedes***, 8, pp. 65-74.

- Ramos, R. (coord.), Sousa, B. e Monteiro, N. (2024). ***História de Portugal***. Lisboa: Edições D. Quixote.

- Ramos, T. (2020). ***Da periferia à Fronteira: Povoamento do Médio Coa entre os séculos X a XIII***. Salamanca: Universidade de Salamanca.

- Real, M. (1995). 'Inovação e resistência: Dados recentes sobre a Antiguidade Cristã no ocidente peninsular', sep. de ***IV Reunió d'Arqueología Cristiana Hispànica***. Barcelona: Institut de Estudis Catalans/ Universitat de Barcelona, pp. 17-68.

- Real, M. (2006). 'A escultura decorativa em Portugal: O Grupo "Portucalense", ***Anejos de AEspA***, XLI, pp.133-170.

- Rebelo, E. e Pereira, A. (2015) 'Vilar de Frades: do convento aos (seus) lugares, dos Lugares à Paisagem' *In* Martínez Peñin, R. e Cavero Domínguez, G. (eds.) ***Evolución de los espacios urbanos en el Noroeste de la Península Ibérica.*** León: Ediciones el Forastero, pp. 135-143.

- Redentor, A. e Regalo, H. (2013). 'Ara a Júpiter, Semelhe, Braga (*Conventus Bracaraugustanus*)', ***Ficheiro Epigráfico (Suplemento de "Conimbriga")***, 106.

- Reher, G. (2021). 'Este es mi paisaje': quando património cultural e paisaje son la mesma cosa', ***Complutum***, 32(2), pp. 701-708.

- Ribeiro, J. (2015). ***Arquitetura romana em Bracara Augusta. Uma análise das técnicas edilícias***. Porto: Edições Afrontamento.

- Ribeiro, J. (2018). ***A villa de Vila Cova (Póvoa de Lanhoso) e a problemática das villae romanas no Entre-Douro-e-Minho*** (dissertação de mestrado policopiada). Braga: Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho.

- Ribeiro, M. (2008). ***Braga entre a época romana e a Idade Moderna. Uma Metodologia de análise para a leitura da evolução da paisagem urbana*** (tese de doutoramento policopiada). Braga: Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho.

- Ribeiro, M. (2018). 'O poder de fabricar a paisagem urbana medieval. O poder de fabricar a paisagem urbana medieval. Materialidades e discursos na cidade medieval de Braga' *In* Andrade, A., Tente, C., Silva, G. e Prata, S. (eds.) ***Espaços e poderes na Europa Urbana Medieval***. Lisboa: IEM/CMCV, pp. 359-380. http://hdl.handle.net/1822/57092

- Ribeiro, M. (2019). 'População e espaço urbano. Braga em finais do século XIV' *In* Ferreira, A. Marques, A. (coord.) ***Congresso Histórico Internacional, As cidades na História: sociedade, 18 a 20 de outubro de 2017***. Braga: Diário do Minho, pp. 181-207.

- Ribeiro, M., Martins, M., Magalhães, F. e Botica, N. (2018). 'The Urban Morphology of Braga in the fourteen and fifteen centuries: An analysis Methodology', *In* Sabaté, F. e Brufal, J., ***Medieval Territories***. Newcastle upon Tyne: Cambridge Scholars Publishers, pp. 352-381.

- Ricoeur, P. (1981). ***Hermeneutics and the Human Sciences***. Cambridge: Cambridge University Press.

- Rocha, M. (1996). ***Manuel Fernandes da Silva, mestre e arquitecto de Braga, 1963/1751***. Porto: Centro de Estudos D. Domingos Pinho Brandão.

- Ruiz Bueno, M. (2013). 'La ruptura funeraria del Pomerium. Desde su nascimiento y asta su desaparición. Enterramientos in urbe', ***Onoba Revista de Arqueologia y Antigüedad***, pp. 187-204.

- Russell, B. (2017). ***História da Filosofia Ocidental***. Lisboa: Relógio de Água Editores.

- Sahlins, M. (1988). ***Islas de historia. La muerte del capitán Cook. Metáfora, antropologia e historia***. Barcelona: Gedisa.

- Sampaio, A. (1895). 'As Vilas do Norte de Portugal', ***Revista de Guimarães***, 12 (2), Abr.-Jun. 1895, pp. 65-90.

- Sampaio, A. (2008). 'As vilas do norte de Portugal' *In* ***Alberto Sampaio, Obras***. Guimarães: Sociedade Martins Sarmento.

- Sanches, M. (1995). ***Pré-Historia recente em Trás-os-Montes e Alto Douro*** (tese de doutoramento policopiada). Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

- Sánchez Albornoz, C. (1966). ***Despoblación y repoblación en el valle del Duero***. Buenos Aires: Universidad de Buenos Aires – Instituto de Historia de España.

- Sánchez Albornoz, C. (2011). ***España, Un enigma Histórico***. Barcelona: Edhasa.

- Sánchez Pardo, J. (2012). 'Castros, castillos y otras fortificaciones en el paisaje sociopolítico de galicia (siglos IX-XI)' *In* Quirós Castillo, J. e Tejado-Sebastián, J, (eds) **Los castillos Altomedievales en el noroeste de la Península Ibérica, Documentos de Arqueología Medieval**, 4. Vitoria: UPV, pp. 29-55.

- Sánchez Pardo, J. (2023), 'As conexioóns internacionais do reino suevo' *In* Gago Mariño, M. (coord.) ***Como levar uma vida honesta. Consellos de Martiño de Dumio a Miro, rei da Galicia***. Santiago de Compostela: Consello da Cultura Galega, pp. 69-79.

- Sánchez Pardo, J. e Shapland, M. (eds) (2015). ***Churches and Social Power in Early Medieval Europe. Integrating Archaeological and Historical Approaches***, Studies on the Early Middle Ages Series, 42, Tournhout: Brepols.

- Sánchez Pardo, J. e García Quintela, M. (2020). 'Ecclesial landscapes in Early Medieval Galicia: Physical and symbolic transformations' *In* Sánchez Pardo J., Marron, E. e Tiplic, M. ***Ecclesial Landscapes in Early Medieval Europe***. Oxford: Archaeopress, pp. 182-196.

- Sánchez Pardo, J., Marron, E. e Tiplic, M. (2020). ***Ecclesial Landscapes in Medieval Europe, an archaeological perspective***. Oxford: Archaeopress Archaeology.

- Sastre Blanco, J., Fuentes Melgar, P., Catalán Ramos, R. e Rodríguez Monterrubio, O. (2014).'El poblado fortificado de el Castillón en el contexto del siglo V d.C.)' *In* Catalán Ramos, R., Fuentes Melgar, P. e Sastre Blanco, J. (Eds.) ***Las Fortificaciones en la Tardoantiguedad, Élites e articulación del território (Siglos V-VIII d. C.)***. Madrid: Ediciónes la Ergástula, pp. 353-368.

- Sendas, J. (2020). 'Ad pontem catavi. Contributo para o estudo da história construtiva da Ponte do Prado', ***OPPIDUM Revista de Arqueologia, História e Património***, nº 12, pp. 44-67.

- Serrão, V. (2002). ***História da Arte em Portugal, O renascimento e o maneirismo***. Lisboa: Editorial Presença.

- Serrão, V. (2003). ***História da Arte em Portugal, O Barroco***. Lisboa: Editorial Presença.

- Silos, F. (2018). ***A zona arqueológica do Fujacal e os impactos urbanísticos e topográficos na construção da muralha romana de Bracara Augusta*** (dissertação de mestrado policopiada). Braga: Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho.

- Silva, V. (2020). ***Esboço de uma geopoética e de uma antropologia literária do Minho***. Braga: Uminho Editora.

- Silvério, S. (2014). ***Arqueologia da Arquitectura - Contributo para o estudo da Sé de Lisboa*** (dissertação de mestrado policopiada). Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade de Lisboa.

Soromenho, M. (1991). ***Manuel Pinto Vilalobos, da engenharia militar à arquitectura*** (dissertação de mestrado policopiada). Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

- Steadman, S. (1996). 'Recent Research in the Archaeology of Architecture: Beyond the foundations' ***Journal of Archaeological Research***, 4, pp. 51-93. https://doi.org/10.1007/bf02228838

- Tente, C. (2010). ***Arqueologia Medieval cristã no Alto Mondego. Ocupação e exploração do território nos séculos V a XI*** (tese de doutoramento policopiada). Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

- Tejerizo García, C. e Rodríguez González, C. (2021). 'Más allá de los *Castella tutoria*: La ocupación de assentamentos fortificados en el noroeste peninsular (siglos IV-VI)', ***Gerión. Revista de Historia Antigua***, 39(2), pp. 717-745.

- Thomas, J. (2015). 'Archaeological Futures, the future of archaeological theory', ***Antiquity***, 89, 348, pp. 1287-1296.

- Thomas, J. (2000) (ed.) ***Interpretative archaeology a reader***. Leicester: Leicester University Press.

- Thompson, G. (2015). 'The Pax Constantiniana and the Roman episcopate, *In* Dunn, G. (ed.) ***The bishop of Rome***. Burlington: Ashgate, pp. 17-36.

- Tilley, C. (1994). ***A phenomenology of Landscape: Places, phats and monuments***. Oxford: Berg.

- Tilley, C. (2005). 'Phenomenological Archaeology' *In* Renfrew, C. e Bahn, P. (eds.) ***Archaeology: The Key Concepts***. London: Routledge, pp. 201-207.

- Utrero Agudo, M. (2011). 'Archaeology. Archeologia. Arqueología. Hacia el Análisis de la Arquitectura', *In* M.ª Domingo Fominaya y A. J. Sánchez Luengo (dir. e coord. ed.) ***Arqueología aplicada al estudio e interpretación de ediicios históricos. Últimas tendencias metodológicas***. Madrid: Ministerio de Cultura, pp.11-23.

- Valera, A. (2006). ***Calcolítico e transição para a Idade do Bronze na bacia do Alto Mondego: estruturação e dinâmica de uma rede local de povoamento*** (tese de doutoramento policopiada). Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

- Vasconcelos, J. (1918). 'Coisas velhas', ***O Archaeologo Português***, volume XIII, pp. 356-369.

- Wolfram, M. (2011). ***Uma síntese sobre a cristianização do mundo rural no sul da Lusitania: arqueologia-arquitectura-epigrafia*** (tese de doutoramento policopiada). Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

- Wood, I. (2022). ***The Christian Economy in the Early Medieval West, Towards a Temple Society***. New York: Gracchi Books.

- Zaranquin, A. e Funari, P. (2020). 'Arqueologia de la Arquitectura, una mirada desde América del Sur', ***Arqueología de la Arquiectura***, 17, e103.

Referências Documentais

-ADB, Fundo Monástico Conventual – Tibães S. Martinho, Tombos, nº 3 (1555).

-ADB, Fundo Monástico Conventual – Tibães S. Martinho, Tombos, nº 62, 10-11.

- ADB, Fundo Monástico Conventual, Tibães, livro nº696.

- ANTT, Ministério das Finanças, Convento de S. Frutuoso de Braga, caixa 2201, [processo n. 62].

- ANTT, Ministério das Finanças, Mosteiro de S. Martinho de Tibães, caixa 2256, [processo n. 393].

Web sites consultados:

- https://www.dgterritorio.gov.pt/cartografia/cartografia-tematica/caop (consultado em 21-12-2022, às 07h53m).

- https//dados.gov.pt/pt/datasets/atlas-da-agua-numeros-de-escoamento (consultado em 03-01-2023, às 17h53m).

- https://dados.gov.pt/pt/datasets/corine-land-cover-2012 (consultado em 29-11-2023, às 13h38m).

- https://mapasabertos.com/2020/10/12/declividade-e-o-indice-de-posicao-topografica/, (consultado a 10-01-2023 às 17h15m).

- https:/google maps (consultado a 20-09-2022, às 17h01m).

- https://www.imairosa.pt/convento-da-conceicao (consultado em 12-03-2023, às 13h30).

-https://mapasabertos.com/2020/10/12/declividade-e-o-indice-de-posicao-topografica/, (consultado em 10-01-2023, às 13h15m).

- http://www.mns.uminho.pt/ (consultado em 12-03-2023, às 17h30m).

- http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=46 (consultado em 12-03-2023, às 18h30m).

- http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=90 (consultado em 12-03-2023, às 23h).

-http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=1101 (consultado em 15-03-2023, às 07h 45m).

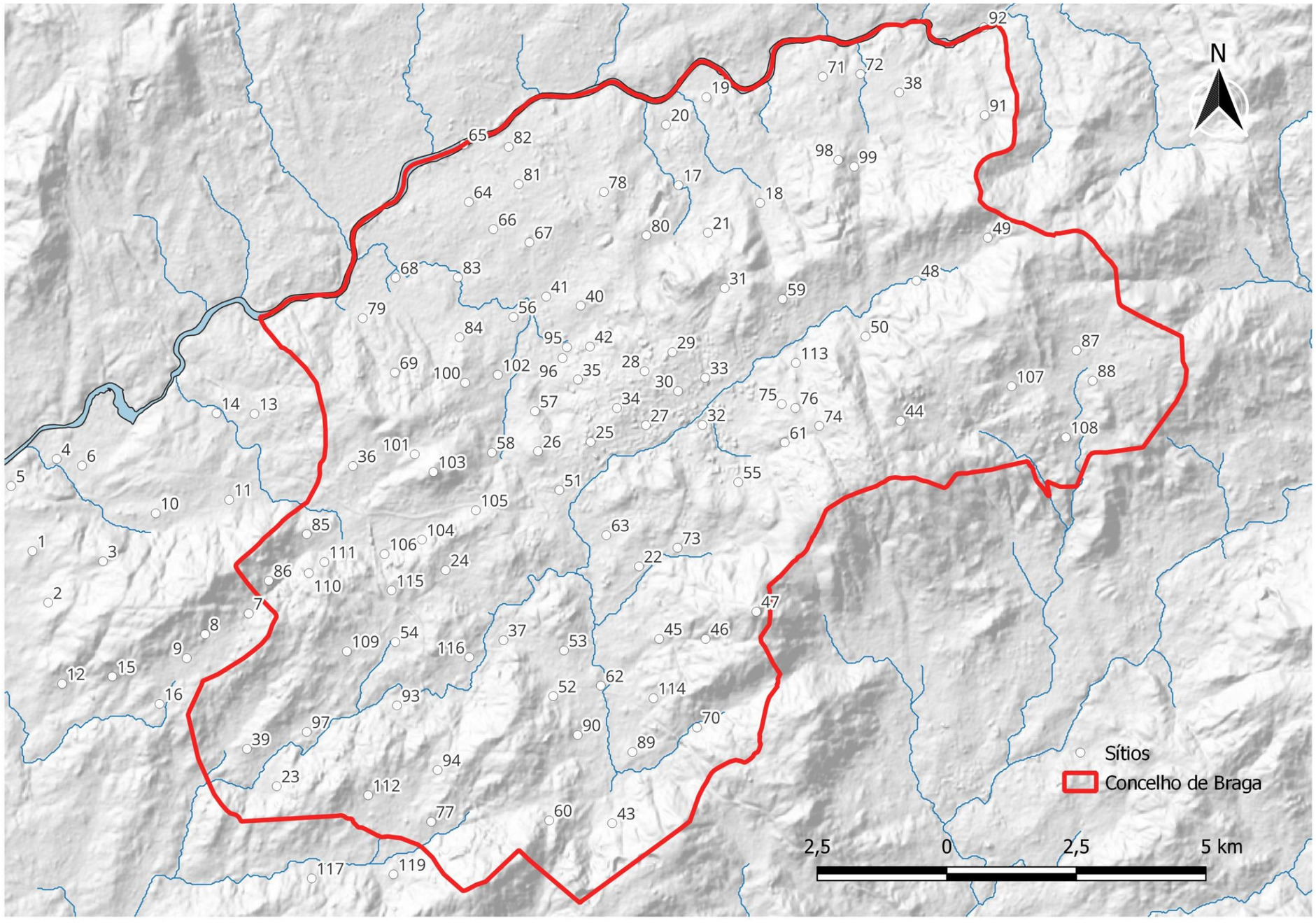
-http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=1114 (consultado em 17-03-2023, às 13h23m).

- http://www.monumentos.gov.pt/site/app_pagesuser/SIPA.aspx?id=350 (consultado em 12-03-2023, às 18h00m).

- www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=11127 (consultado em 11-03-2023, às 18h20m).
- http://www.monumentos.gov.pt/site/app_pagesuser/SIPA.aspx?id=15572, (consultado em 22-02-2023, às 08h57m).
- http://www.monumentos.gov.pt/site/app_pagesuser/sipa.aspx?id=6974 (consultado em 04-03-2023, às 16h 52m).
- http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=6973 (consultado em-11–03-2023, às 19h 39m).
-http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=8022 (consultado em 02-02-2023, às 21h54m).
- http://pesquisa.adb.uminho.pt/details?id=1198943 (consultado em 08-03-2023, às 22h42m).

Apêndices

Mapa geral de sítios



Mapa com localização dos sítios considerados no presente estudo

Lista geral de sítios e referências

		Vestígios Arqueológicos				Referências Documentais						Tipologias			Coordenadas			Enquadramento Territorial antigo					Enquadramento territorial atual	
Codsitio	**Toponimo**	**AT**	**AIM**	**BIM**	**IMOD**	**Par Suevo**	**Censual XI**	**Inq1220**	**Inq1288**	**NumXVI**	**MP 1758**	**Tipologia1**	**Tipologia2**	**Tipologia3**	**Z**	**X**	**Y**	**Terra XI**	**Julg. 1220**	**Julg. 1288**	**Termo XVI**	**TermoXVIII**	**Freguesia**	**Concelho**
1	Outeiro	0	0	0	1		Sancto Petro de Adanes		Sancti Petri d' Adães	Sam Pedro dAdaes	São Pedro de Addains	igreja			90	-35815.867	206220.133	Terra de Bracara		Couto de Várzea	Jullgado de Penafiell	Termo de Barcelos	Adães	Barcelos
2	Assento	0	0	0	1		Sancto Georgi de Lauredo		Sancti Georgii	Sam Jorge e Sam Martinho de Eyroo	Sam jorge de Airó	igreja			99	-35512.323	205225.081	Terra de Bracara		Couto de Várzea	Jullgado de Penafiell	Termo de Barcelos	Airó	Barcelos
3	Cepães	0	0	0	0		Sancto Martinio de Capianes		Sancti Martini do Aireeo			igreja			178	-35785.346	205827.082	Terra de Bracara		Couto de Várzea			Airó	Barcelos
4	S. S. Vilar de Frades	0	0	1	1		Illo monasterio de Vilar	Vilar de Frades do Couto da Varzea	Couto de Vilar de Frades	mosteiro de freguesia de Vilar de Frades	Convento de Vilar de Frades	mosteiro; convento			15	-35347.296	207998.549	Terra de Bracara	Terra de Faria	Couto de Vilar de Frades	Jullgado de Penafiell	Termo de Barcelos	Areias de Vilar	Barcelos
5	Madalena	0	0	0	1		Sancta Maria de Sinagoga				Santa Maria Madalena	igreja			27	-36227.505	207476.274	Terra de Bracara				Termo de Barcelos	Areias de Vilar	Barcelos
6	S. João	0	1	0	1		Sancto Johani de Arenas	Sancto Johane de Arenis		Sam Joham de Areas	S. João de Areias	igreja			27	-34858.085	207870.206	Terra de Bracara	Terra de Penafiel de Bastuzo		Jullgado de Penafiell	Termo de Barcelos	Areias de Vilar	Barcelos
7	Sto. Estevão de Bastuço	0	0	0	1		Sancto Felice de Bastuzio	Sancto Felice de Bastuzo	Sancto Stephani de Felice	Samto Estevõ	Santo Estevam de Bastuço	igreja			210	-31641.872	205012.806	Terra de Bracara	Terra de Penafiel de Bastuzo	Julgado de Penaffiel de Bastuço	Jullgado de Penafiell	Termo de Barcelos	Bastuço (Sto. Estevão)	Barcelos
8	S. Paio	0	0	0	0		Sancto Pelagio de Bastuzo		Sancti Pelagii de Bastuço			igreja			235	-32394.129	204642.841	Terra de Bracara		Julgado de Faria			Bastuço (Sto. Estevão)	Barcelos

9	S. João de Bastuço	0	0	0	0		Sancto Johanne de Bastuzio	Sancto Johane de Bastuço	Sancti Johanis de Bastuço		Sam Joham de Bastuço	igreja			207	-32838.341	204153.043	Terra de Bracara	Terra de Faria	Julgado de Faria		Termo de Barcelos	Bastuço (Sto. João)	Barcelos
10	Assento	0	0	0	1		Sancto Jacobo de Incoirados	Sancto Jacobo de Encoirados	Sancti Jacobi de Encoirados	Emcoyrados	S. Teago de Encourados	igreja			62	-33437.603	206949.108	Terra de Bracara	Terra de Penafiel de Bastuzo	Julgado de Penaffiel de Bastuço	Jullgado de Penafiell	Termo de Barcelos	Encourados	Barcelos
11	Martim	1	0	0	1		Sancta Maria de Martin	Sancta Maria de Martim		Martim	Senhora da Espectaçã o de Martin	villa	mosteiro	igreja	90	-32018.783	207210.685	Terra de Bracara	Terra de Penafiel de Bastuzo		Jullgado de Penafiell	Termo de Barcelos	Martim	Barcelos
12	Moure	0	0	0	1		Sancta Maria de Mauri	Sancte Marie de Moure de Couto da Varzea	Sancte Marie de Mouri	Moure	Moure	igreja			107	-35242.92	203658.452	Terra de Bracara	Couto da Varzea	Couto de Varzea	Jullgado de Penafiell	Termo de Barcelos	Moure	Barcelos
13	Capela; Cruzinha	0	0	0	0		Sancto Salvator de Reguela	Sancto Salvatore de Reguela	Sancti Salvatoris de Regeela	Regoella		igreja	capela		60	-31923.504	208894.018	Terra de Bracara	Terra de Penafiel de Bastuzo	Julgado de Penaffiel de Bastuço	Jullgado de Penafiell		Pousa	Barcelos
14	Pousa	0	0	0	0		Sancta Cristina de Ulgoso	Sancta Christina de Ulgoso	Sancte Christine de Ulgoso		Santa Christina de Algozo da Pouza	igreja			53	-32263.144	208883.061	Terra de Bracara	Terra de Penafiel de Bastuzo	Julgado de Penaffiel de Bastuço		Termo de Barcelos	Pousa	Barcelos
15	Sequeade	0	0	0	0		Sancto Jacobi de Ciquiavi	Sancto Jacobo de Ciquiadi	Sancto Jacobi de Ciquiadi		Santiago de Sequiade	igreja			176	-34274.573	203798.534	Terra de Bracara		Julgado de Faria	Terra de Faria	Termo de Barcelos	Sequeade	Barcelos

16	S. Pedro; Sá	0	0	0	0		Sancto Petro de de Saa	Sancti Petri de Saa	Sancti Petri de Saa			igreja			175	-33221.708	203206.902	Terra de Bracara	Terra de Faria	Julgado de Faria			Sequeade	Barcelos
17	Fontela	0	1	1	0							habitat			85	-23348.207	213284.935						Adaúfe	Braga
18	Adaúfe; Quinta da Renda	1	1	1	1		S. Salvator Adaulfi;Illo monasterio	Monasterio de Adaufi	Sancte Marie de Adaufi	mosteiro d Adaouffee	Senhora da Concepçã o de Adaufe	villa	mosteiro	igreja	100	-21774.871	212943.513	Terra de Bracara	Termo de Cauto de Bracara	Julgado de couto de Bragaa	Termo da çidade de Braga	Termo de Braga	Adaúfe	Braga
19	Ribeira	0	1	1	0		Sancta Marina de Ripa Cadavo		Sancte Marie de Adaufi			habitat			73	-22810.518	214985.322	Terra de Bracara		Julgado de couto de Bragaa			Adaúfe	Braga
20	Santo André; Vale	1	1	1	0		Sancto Andree de Pineiro	Sancto Andre de Valle	Sancto Andrea			habitat			73	-23499.271	214584.478	Terra de Bracara	Termo de Cauto de Bracara	Julgado de couto de Bragaa			Adaúfe	Braga
21	S. João	0	0	0	0		Sancto Johanne					paroquia			150	-22781.311	212368.793	Terra de Bracara					Adaúfe	Braga
22	S. Paio de Arcos	0	1	1	1		Sancto Pelagio de Arcos		Sancti Pelagii d' Arcos	Sampayo de Arquos	São Paio de Arcos	necrópole	iigreja		170	-24110.011	205924.167	Terra de Bracara		Julgado de couto de Bragaa	Termo da çidade de Braga	Termo de Braga	Arcos	Braga
23	Igreja velha	0	1	0	1		Arinthin			Aremtim	Salvador do Couto de Arentim	mosteiro?	igreja		110	-31101.934	201680.012	Terra de Bracara			Couto d Aremtim	Couto de Arentim	Arentim	Braga
24	Aveleda	0	0	0	0		Sancta Maria de Avelaneda	Sancta Maria de Avelaeda	Sancte Marie d'Aveleda	Aveleda	Santa Maria de Aveleda	igreja			150	-27843.826	205852.406	Terra de Bracara	Terra de Penafiel de Bastuzo	Julgado e couto de Vimieiro	Couto de Vymyeyro	Couto de Vimieiro	Aveleda	Braga
25	Maximinos	1	0	0	1		Sancto Petro de Mexominos	Sancto Petro de Meiximinis	Sam Pedro de Meixeminos	Sam Pero de Meyxominhos	Sam Pedro de Maximinos	necrópole	igreja		150	-25044.09	208328.908	Terra de Bracara	Termo de Cauto de Bracara	Julgado de couto de Bragaa	Termo da çidade de Braga	Termo de Braga	Braga (Maximinos)	Braga

26	S. Gregório	0	0	1	0							habitat			190	-26060.916	208148.773						Braga (Maximinos)	Braga
27	S. José de S. Lázaro	1	0	0	1						S. José	igreja	necrópole		170	-23979.294	208651.146					Termo de Braga	Braga (S. José de S. Lázaro)	Braga
28	S. Vicente	1	0	0	1							necrópole	basílica martirial		200	-24002.998	209693.401						Braga (S. Vicente)	Braga
29	Infias; Pachancho	1	0	0	0							villa			110	-23467.816	210061.483						Braga (S. Vicente)	Braga
30	S. Victor	1	0	0	1						S. Vittor	necrópole	igreja		195	-23356.929	209308.378					Termo de Braga	Braga (S. Victor)	Braga
31	Montariol; Sete Fontes	1	0	1	1							Sistema hidraulico	habitat		240	-22458.285	211299.717						Braga (S. Victor)	Braga
32	Santa Tecla	1	1	0	0							habitat			210	-22886.431	208655.378						Braga (S. Victor)	Braga
33	S. Victor o velho	0	0	0	0		Sancto Vitoris de Bracara	Sancto Vituiro	Sancti Vitoris	Sam Vytoyro		igreja			170	-22833.126	209566.274	Terra de Bracara	Termo de Cauto de Bracara	Julgado de couto de Bragaa	Termo da çidade de Braga		Braga (S. Victor)	Braga
34	Braga	1	1	1	1	cathedram Bracarensem			Civitatis Bracarensis		Sé Primaz de Braga	cidade			200	-24536.929	208981.614			Julgado de couto de Bragaa		Termo de Braga	Braga (Sé)	Braga
35	Coturela	1	0	0	0							villa			130	-25291.093	209534.771						Braga (Sé)	Braga
36	Cabreiros	0	1	1	0		Sancti Michael de Torganosa	Sancto Michaele de Cabreiros	Sancti Michaelis de Cabreiros	Sam Myguel de Cabreiros	Sam Miguel Arcanjo de Cabreiros	igreja			120	-29631.556	207861.966	Terra de Bracara	Terra de Penafiel de Bastuzo	Julgado de Penaffiel de Bastuço	Jullgado de Penafiell	Termo de Barcelos	Cabreiros	Braga

37	Celeirós	0	0	0	1		Sancto Laurenti de Celeirolos	Sancto laurentio de Celeiroo	Sancti Laurentii de Celeiroos	Ceelleyro	S. Lourenço de Celeirós	igreja			130	-26726.808	204500.203	Terra de Bracara	Terra de Penafiel de Bastuzo	Julgado e couto de Vimieiro	Couto de Vymyeyro	Coutto de Vimieiro	Celeirós	Braga
38	Crespos	0	0	0	0		Sancta Eulalia de Crespos	Santa Eolalia de Crespos	Sancta Eolalia de Crespos	Samta Ovaya de Crespos	Santa Eulalia de Crespos	igreja			90	-19090.151	215076.017	Terra de Lagenoso	Termo de Cauto de Bracara	Julgado de couto de Bragaa	Termo da çidade de Braga	Termo de Braga	Crespos	Braga
39	Cunha	0	0	0	1		Sancto Micahel de Colina		San Miguel da Cuynha		São Miguel de Cunha	igreja			130	-31675.53	202399.565	Terra de Bracara		Julgado de Guimarãez		Termo de Guimarães	Cunha	Braga
40	Assento	1	1	1	1	Dumio	Sancto Martino de Dumio	Sancto Martino de Dumio	Sancti Martinho de Dumho	Sam Martinho de Dume	Sam Martinho de Dume	villa	mosteiro	igreja	90	-25236.902	210958.323	Terra de Bracara	Termo de Cauto de Bracara	Julgado de couto de Bragaa	Termo da çidade de Braga	Termo de Braga	Dume	Braga
41	Sobremoure	0	0	1	0							ponte			60	-25901.452	211133.508						Dume	Braga
42	S. Lourenço	0	0	1	1							capela	habitat		100	-25057.481	210168.64						Dume	Braga
43	Assento	0	0	0	0		Sancto Petro de Scudeiros	Sancto Petro de Scutariis	Sancti Petri de Escudeiros	Sam Pedro de Escudeiros	Sam Martinho de Escudeiros	igreja			220	-24585.87	201055.628	Terra de Bracara	Termo de Cauto de Bracara	Julgado de couto de Bragaa	Termo da çidade de Braga	Termo de Braga	Escudeiros	Braga
44	Assento;	1	0	0	1		Sancto Martino de Spino	Sancto Martino de Spino	Sancta Maria de Espinho		Sam Martinho de Espinho	villa	igreja		440	-19064.98	208735.584	Terra de Bracara	Termo de Cauto de Bracara	Julgado de Guimarãez		Termo de Guimarães	Espinho	Braga
45	Esporões	1	1	1	1		St. Christ. de Asperones	Sancto Cristovao de Asperonis	St. Christ. de Asporões		Samtiago de Esporões	villa	igreja paroquial		220	-23722.22	204524.97	Terra de Bracara	Termo de Cauto de Bracara	Julgado de couto de Bragaa		Termo de Braga	Esporões	Braga
46	Marinhais	0	1	0	0							necrópole			300	-22826.656	204524.2						Esporões	Braga

47	Santa Marta da Falperra	1	1	0	1							palácio	Capela		560	-21877.038	205041.747						Esporões	Braga
48	S. Mamede de Este	0	0	0	0		Sancto Mametis	Sancto Mamete de Este	Sancti Mometis de Est.	Sam Mamede dEste	S. Mamede d' Este	igreja			240	-18756.697	211442.883	Terra de Bracara	Termo de Cauto de Bracara	Julgado de couto de Bragaa	Termo da çidade de Braga	Termo de Braga	Este (S. Mamede)	Braga
49	S. Simão	0	1	1	1		Sancto Simeon de Aliste	Sancto Simeone de Este	S. Simeois de Est.	Sam Symom dEste		necrópole	igreja	capela	330	-17381.143	212271.825	Terra de Bracara	Termo de Cauto de Bracara	Julgado de couto de Bragaa	Termo da çidade de Braga		Este (S. Mamede)	Braga
50	S. Pedro de Este	0	0	0	1		Sancto Petro de Aliste	Sancto Petro de Este	Sancti Petri de Est.	Sam Pedro dEste	S. Pedro d' Este	mosteiro	igreja		260	-19740.605	210366.683	Terra de Bracara	Termo de Cauto de Bracara	Julgado de couto de Bragaa	Termo da çidade de Braga	Termo de Braga	Este (S. Pedro)	Braga
51	Ferreiros	0	0	0	0		Sancta Maria de Ferreiros	Sancta Maria de Ferrariis	Sancte Marie de Ferreiros	Samta Maria de ferreiros	Senhora da Expectaçã o de Ferreiros	igreja			150	-25647.848	207399.241	Terra de Bracara	Termo de Cauto de Bracara	Julgado de couto de Bragaa	Termo da çidade de Braga	Termo de Braga	Ferreiros	Braga
52	Figueiredo	0	0	0	1		Sancto Salvatore de Figueiredo	Sancto Salvatore de Figueiredo	Sancti Pelagi de Figueiredo	Figueiredo	Salvador de Figueiredo	igreja			195	-25766.547	203420.085	Terra de Bracara	Terra de Penafiel de Bastuzo	Julgado e couto de Vimieiro	Couto de Vymyeyro	Termo de Braga	Figueired o	Braga
53	S. Miguel	0	0	0	0		Sancto Michael de Paredes Siccas					igreja			160	-25559.092	204301.203	Terra de Bracara					Figueired o	Braga
54	Fradelos	0	0	0	0		S. Salvator S. Martino de Fradelos	Sancto Martino de Fradelos	Sancti Martini de Fradelos	Fradellos	Sam Martinho de Fradellos	igreja			130	-28814.574	204463.054	Terra de Bracara	Terra de Penafiel de Bastuzo	Julgado de Penaffiel de Bastuço	Jullgado de Penafiell	Termo de Barcelos	Fradelos	Braga
55	Fraião; Valbom	0	0	0	1		St. Jacobi de Lamazales	Sancti Jacobo de Lamazaes	Sancti Jacobi de Lamacaes	Samtiaguo de Fraiam	São Tiago de Fraião	igreja			230	-22195.593	207550.848	Terra de Bracara	Termo de Cauto de Bracara	Julgado de couto de Bragaa	Termo da çidade de Braga	Termo de Braga	Fraião	Braga
56	Passal	0	0	0	1		Sancto Micahel de Forozos	Sancto Michaele de Forozos	Sancti Michaelis de Forocos	Sam Myguel de Feroços	S. Miguel de Frozos	igreja			50	-26534.524	210739.998	Terra de Bracara	Termo de Cauto de Bracara	Julgado de couto de Bragaa	Termo da çidade de Braga	Termo de Braga	Frossos	Braga

57	Cones	1	1	1	0							habitat			110	-26119.085	208921.044					Gondizalves	Braga
58	Assento	0	0	0	0		Sancto Andrea de Gundisalvi	Sancto Andre de Gundisalvi	Sancti Andree de Gondisalvi	Guudisalve	Santo André de Gondizalves	igreja			100	-26621.07	208168.207	Terra de Bracara	Termo de Cauto de Bracara	Julgado de couto de Bragaa	Termo da çidade de Braga	Termo de Braga	Gondizalves	Braga
59	Igreja velha	1	1	1	1		Sancto Michaelis de Gualtar	Sancto Michaele de Galtar	Sancti Michaelis de Galtar	Goualtar	Sam Miguel de Goaltar	villa	mosteiro	igreja	130	-21341.24	211086.462	Terra de Bracara	Termo de Cauto de Bracara	Julgado de couto de Bragaa	Termo da çidade de Braga	Termo de Braga	Gualtar	Braga
60	Igreja velha	0	0	1	0		Sancto Michael de Guisandi	Sancto Michaele de Guisandi	Sancti Michaelis de Guisandi	Guysamde	Sam Miguel de Guisande	igreja	necrópole		260	-25843.894	201019.321	Terra de Bracara	Termo de Cauto de Bracara	Julgado de Penaffiel de Bastuço	Jullgado de Penafiell	Termo de Barcelos	Guisande	Braga
61	Igreja velha	0	0	0	0		Sancta Maria de Lamazales	Sancta Maria de Lamazales	Lamaçaes		N. S. da Purificaçã o de Lamaçais	igreja			260	-21298.801	208317.151	Terra de Bracara	Termo de Cauto de Bracara	Termo da çidade de Braga		Termo de Braga	Lamaçães	Braga
62	Lamas; Cruzeiro	0	0	0	0		Sancta Maria de Trandeiras	Sancta Maria de Trandeiras	Sante Marie de Lamas		Santa Maria de Lamas	igreja			150	-24847.198	203620.849	Terra de Bracara	Termo de Cauto de Bracara	Julgado de couto de Bragaa		Termo de Braga	Lamas	Braga
63	Assento; igreja velha	1	1	1	1		Sancto Petro de Lodomar	Monasteiro de Loomar	Loomar	Sam Pedro de Lomar	S. Pedro de Lomar	villa	mosteiro	igreja	50	-24741.51	206526.736	Terra de Bracara	Termo de Cauto de Bracara	Julgado de couto de Bragaa	Termo da çidade de Braga	Termo de Braga	Lomar	Braga
64	Devesa	0	0	0	1		Sancto Pelagio de Merlin	Sancto Pelagio de Merlin		Sampayo de Merelym	Merelim de Parada	igreja			60	-27395.104	212960.349	Terra de Bracara	Cauto de Tiviaes		Couto de Tibães	Couto de Tibães	Merelim (S.Paio)	Braga
65	Ponte de Prado	0	0	0	1							ponte			25	-27489.21	214069.958						Merelim (S. Paio)	Braga
66	Igreja de S. Pedro de Merelim	0	0	0	1		Sancto Petro de Merlin	Sancto Petro de Merlim	Sancti Petri de Mellim	Sam Pedro de Merellym	S. Pedro de Merelim	igreja			60	-26922.01	212436.191	Terra de Bracara	Termo de Cauto de Bracara	Julgado de couto de Bragaa	Termo da çidade de Braga	Couto de Tibães	Merelim (S. Pedro)	Braga
67	Pateira	1	1	0	0							villa			70	-26224.389	212180.651						Merelim (S. Pedro)	Braga

68	Mire	0	0	0	0		Sancta Maria de Mir	Sancta Maria		Samta Maria de Myre	Santa Maria de Mire	igreja			30	-28809.881	211500.516	Terra de Bracara	Cauto de Tiviaes		Couto de Tibães	Couto de Tibães	Mire de Tibães	Braga
69	S. Martinho de Tibães	0	0	1	1		Tivianes	Monasterio de Tiviaes	Moesteiro de Tivhãaes	Santo Adrão e mosteiro		mosteiro			110	-28822.884	209667.93	Terra de Bracara	Cauto de Tiviaes	Couto de Tibães	Couto de Tibães		Mire de Tibães	Braga
70	Morreira	0	0	1	1		Sancto Micahel de Villa Cova	Sancto Michaele de Villa Cova	Sancti Michaelis de Villa Cova			igreja			220	-22990.311	202814.825	Terra de Bracara	Termo de Cauto de Bracara	Julgado de couto de Bragaa			Morreira	Braga
71	Assento	0	0	0	0		Sancto Laurentio de Nogaria	Sancto Laurentio de Navarra	Sancti Laurentii de Navarrha	Sam Lourenço de Nabarra	S. Lourenço de Navarra	igreja			70	-20564.338	215382.398	Terra de Lagenoso	Termo de Cauto de Bracara	Julgado de couto de Bragaa	Termo da çidade de Braga	Termo de Braga	Navarra	Braga
72	Nogueira	0	0	0	0		Sancta Christina de Nogaria					igreja			70	-19838.886	215431.7	Terra de Lagenoso					Navarra	Braga
73	Nogueira	0	0	0	1		Sancto Johane de Nogueira	Sancto Johanne de Nogeira	Sancti Johanis de Nogueira	Santa Ovaya de Nugueira	S. João Baptista de Nogueira	igreja			160	-23368.219	206284.233	Terra de Bracara	Termo de Cauto de Bracara	Julgado de couto de Bragaa	Termo da çidade de Braga	Termo de Braga	Nogueira	Braga
74	Dadim	0	0	0	0		Sancto Romano de Dadin	Sancto Romano de Dadim				igreja			360	-20633.081	208637.381	Terra de Bracara	Termo de Cauto de Bracara				Nogueiró	Braga
75	Nogueiró	0	0	0	0		Sancto Salvator de Negueiroa			Sam Romão de Nugueiroo e Dadim	S. Salvador de Nogueiró e Dadim	igreja			260	-21354.939	209059.365	Terra de Bracara			Termo da çidade de Braga	Termo de Braga	Nogueiró	Braga
76	Monte da Consolaçã o	0	1	0	0							povoado fortificado			340	-21093.429	208983.07						Nogueiró	Braga
77	S. Pedro de Oliveira	0	0	0	0		Sancto Petro de Ulveira	Sancto Petro de Ulveira		Sam Pedro dOliveira	S. Pedro Apostolo de Oliveira	igreja			170	-28119.768	200993.372	Terra de Bracara	Terra de Penafiel de Bastuzo		Jullgado de Penafiell	Termo de Barcelos	Oliveira (S. Pedro)	Braga

78	Padim da Graça	0	0	0	1		Sancto Salvator de Paadim	Sancto Adriano	Sant' Adraão		Santo Adrião de Padim da Graça	igreja			40	-29443.676	210717.282	Terra de Bracara	Cauto de Tiviaes	Couto de Tibães		Termo de Braga	Padim da Graça	Braga
79	Assento	1	1	0	0		Sancta Maria de Palmeira	Sancta Maria de Palmeira	Sancte Marie de Palmeira	Santa Maria de Palmeyra	Senhora da Purificaçã o de Palmeira	mosteiro	igreja		100	-24789.023	213155.529	Terra de Bracara	Termo de Cauto de Bracara	Julgado de couto de Bragaa	Termo da çidade de Braga	Termo de Braga	Palmeira	Braga
80	Pitancinhos	0	1	1	0							habitat			100	-23968.039	212315.755						Palmeira	Braga
81	Santo Estevão; Póvoa	0	0	0	1							habitat	capela		60	-26434.135	213305.498						Palmeira	Braga
82	Santo Estevão Velho; Pardelhas	1	1	0	0		Sancto Stephano de Pardelias					villa	habitiat?		40	-26626.376	214023.399	Terra de Bracara					Palmeira	Braga
83	Assento	0	0	0	1		Sancta Maria de Pannonias	Sancta Maria	Sancta Maria de Panoyas	Samta Marya de Panoyas	Santa Maria de Panoias	igreja			40	-27606.119	211504.646	Terra de Bracara	Cauto de Tiviaes	Couto de Tibães	Couto de Tibães	Couto de Tibães	Panoias	Braga
84	Parada de Tibães	0	1	0	1		Sancto Pelagio de Parada	Sancto Pelagio de Parada	Sam Payo	Sampayo de Parada	S. Paio de Parada	igreja			90	-27574.58	210348.006	Terra de Bracara	Cauto de Tiviaes	Couto de Tibães	Couto de Tibães	Couto de Tibães	Parada de Tibães	Braga
85	Passal	0	0	0	1		Sancto Julian de Palacios	Sancto Juliano de Sequeira	Sancti Johanni de Paacos	Sam Giao de Paços		igreja			140	-30522.781	206546.545	Terra de Bracara	Terra de Penafiel de Bastuzo	Julgado de Penaffiel de Bastuço	Jullgado de Penafiell		Passos (S. Julião)	Braga
86	Serra	0	1	1	0		Sancto Verexemo de Quintanela		Sancti Vereximi de Paaços			necrópole	habitat		170	-31144.049	205576.793	Terra de Bracara		Julgado de Penaffiel de Bastuço			Passos (S. Julião)	Braga

87	Codeçosa	0	0	0	1		Sancto Salvador de Codesosa	Sancto Salvatore de Codessosa	Sancti Salvatoris de Codessosa			igreja			383	-15668.119	210094.79	Terra de Lagenoso	Judicato de Pedralvar	Julgado de couto de Pedralva	Couto de Pedrallva		Pedralva	Braga
88	Igreja velha; Souto	0	1	0	0		Sancta Eulalia de Padalvarino	Sancta Eolalia de Padralvarino	Sancte Eolalie de Padralva		S. Salvador de Pedralva	necrópole	igreja		380	-15356.725	209509.36	Terra de Lagenoso	Judicato de Pedralvar	Julgado de couto de Pedralva	Couto de Pedrallva	Couto de Pedralva	Pedralva	Braga
89	Torre	0	0	0	1		Sancto Stephano de Penso	Sancto Stephano de Penso	Sancto Estephani de Penso	Samto Estevõ	S. Estevão do Penso	igreja			180	-24238.652	202340.54	Terra de Bracara	Termo de Cauto de Bracara	Julgado de couto de Bragaa	Termo da çidade de Braga	Termo de Braga	Penso (St. Estevão)	Braga
90	Carcavelos	0	0	1	1		Sancto Vicenti de Penso	Sancto Vincencio de Penso	Santo Vicenti de Penso	Sam Vicente do Penso	S. Vicente do Penso	habitat			170	-25295.228	202668.327	Terra de Bracara	Termo de Cauto de Bracara	Julgado de couto de Bragaa	Termo da çidade de Braga	Termo de Braga	Penso (S. Vicente)	Braga
91	Pousada	0	0	0	1		Sancto Martino de Baronceli	Sancto Pelagio de Pousada	Sancti Pelagii de Pousada	Sampayo de Pousada	Sampaio	igreja			200	-17439.687	214636.207	Terra de Lagenoso	Termo de Cauto de Bracara	Julgado de couto de Bragaa	Termo da çidade de Braga	Termo de Braga	Pousada	Braga
92	Ponte do Porto	0	0	1	1							ponte			30	-17455.101	216332.74						Pousada	Braga
93	S. Tiago de Priscos	0	0	0	0		Santo Jacobi di Pidiscos	Sancto Jacobo de Piiscos	Sancti Jacobi de Piisscos	Samtiaguo de Piiscos	Priscos	igreja			130	-28780.541	203238.916	Terra de Bracara	Terra de Penafiel de Bastuzo	Julgado de Penaffiel de Bastuço	Jullgado de Penafiell	Termo de Barcelos	Priscos	Braga
94	S. Tomé; Moimenta	0	0	0	0		Sancto Tomé de Monumenta	Sancto Tomé de Moimenta		Samto Tomé de Moymenta		igreja			190	-27998.174	201992.211	Terra de Bracara	Terra de Penafiel de Bastuzo	Julgado de Penaffiel de Bastuço	Jullgado de Penafiell		Priscos	Braga
95	S. Frutuoso de Montélios	1	1	1	1		Sancto Frutuoso	Sancto Fructuoso	Sancti Fructuosi	Sam Freytoso		mausoléu	convento		85	-25501.316	210156.969	Terra de Bracara	Termo de Cauto de Bracara	Julgado de couto de Bragaa	Termo da çidade de Braga		Real	Braga
96	S. Jerónimo	0	0	0	1						Sam Jeronimo	igreja			70	-25587.418	209947.927					Termo de Braga	Real	Braga

97	Ruilhe	0	0	0	0		Sancto Pelagio de Roili	Sancto Pelagio de Ruili	San Payo de Roylhi		S. Paio de Ruilhe	igreja			100	-30522.771	202728.375	Terra de Bracara	Terra de Penafiel de Bastuzo	Julgado de Guimarãez		Termo de Guimarães	Ruilhe	Braga
98	Castelhão	0	1	0	0							mota?			140	-20102.713	213768.486						Santa Lucrécia de Algeriz	Braga
99	Sta. Lucrécia de Algeriz	0	0	0	1		Santa Lucretia	Sancta Lugricia	Sancte Logrice de Argelis	Samta Logryça	Santiago de Santa Lucrecia	igreja			130	-19959.599	213643.894	Terra de Lagenoso	Termo de Cauto de Bracara	Julgado de couto de Bragaa	Termo da çidade de Braga	Termo de Braga	Santa Lucrécia de Algeriz	Braga
100	S. João de Semelhe	0	0	0	1		Sancto Johanne de Sameli	Sancto Johanne de Semeli	Sancti Johanis de Semelhi	Semelhe	S. João Baptista de Semelhe	igreja			130	-27466.631	209470.342	Terra de Bracara	Termo de Cauto de Bracara	Julgado de couto de Bragaa	Termo da çidade de Braga	Termo de Braga	Semelhe	Braga
101	Santa Leocádia	0	0	0	0		Sancta Leocadia de Cabreiros	Sancta Leocadia de Cabreiros	Sancte Leocadie de Cabreiros	Samta Locaya		igreja			180	-28438.915	208088.982	Terra de Bracara	Terra de Penafiel de Bastuzo	Julgado de Penaffiel de Bastuço	Jullgado de Penafiell		Semelhe	Braga
102	Santarão	1	0	0	0							villa			80	-26835.228	209623.327						Semelhe	Braga
103	Caldas	0	1	0	0							povoado fortificado			300	-28079.451	207749.271						Sequeira	Braga
104	Sequeira	0	0	0	1		Sancta Maria de Sequeira	Sancta Maria de Sequeira	Sancte Marie de Sequeira	Sam Martinho de Sequeira	Santa Maria de Sequeira	igreja			140	-28299.239	206441.413	Terra de Bracara	Terra de Penafiel de Bastuzo	Julgado de Penaffiel de Bastuço	Jullgado de Penafiell	Termo de Barcelos	Sequeira	Braga
105	Sampaio	0	0	0	0		Sancto Pelagio de Ulgoso					igreja			160	-27258.433	207007.624	Terra de Bracara					Sequeira	Braga
106	S. Saturnino	0	0	0	0		Sancto Saturnino	Sancto Saturnino	Sancti Saturnini de Sequeira			igreja			100	-29021.647	206162.063	Terra de Bracara	Terra de Penafiel de Bastuzo	Julgado de Penaffiel de Bastuço			Sequeira	Braga

107	Sobreposta	0	1	0	1		Sancta Maria de Superposta	Sancta Maria de Superposta	Sancte Marie		Santa Maria de Sobreposta	igreja	habitat		380	-16920.112	209402.323	Terra de Lagenoso	Judicato de Pedralvar	Julgado de couto de Pedralva		Couto de Pedralva	Sobreposta	Braga
108	S. Tomé da Lageosa	0	1	0	1		Sancta Christina de Lagenosa					capela	necrópole		350	-15875.929	208416.471	Terra de Lagenoso					Sobreposta	Braga
109	Assento	0	0	0	0		Sancto Bertholomei de Tedim	Sancto Bartholomeu de Tedim	Sancti Bartolameide Tedim	Sam Bertollameu	Sam Bartolomeu de Thadim	igreja			150	-29748.456	204284.466	Terra de Bracara	Terra de Penafiel de Bastuzo	Julgado de Penaffiel de Bastuço	Jullgado de Penafiell	Termo de Barcelos	Tadim	Braga
110	Penedo dos Mouros	0	1	0	0							fortificaçã o			227	-31085.475	205336.492						Tadim	Braga
111	S. Bento	0	1	1	0							habitat			195	-30182.427	206008.729						Tadim	Braga
112	Tebosa	0	0	0	1		Sancto Salvatore de Tevolosa	Sancto Salvatore de Tevoosa	Sancti Salvatoris da Tavoosa	Tavossa	Salvador de Thabosa	igreja			170	-29337.284	201506.311	Terra de Bracara	Terra de Penafiel de Bastuzo	Julgado de Penaffiel de Bastuço	Jullgado de Penafiell	Termo de Barcelos	Tebosa	Braga
113	Tenões	0	0	1	1		Sancta Eolalia de Telones	Sancta Ovaia de Tellonis	Sancte Ovaie de Tencões	Samta Ovaya de Tonoes	Santa Eulalia de Tenões	igreja			220	-21084.33	209853.57	Terra de Bracara	Termo de Cauto de Bracara	Julgado de couto de Bragaa	Termo da çidade de Braga	Termo de Braga	Tenões	Braga
114	Devesa	0	0	0	0		Sancto Salvatore de Trandeiras	Sancta Salvatore de Trandeiras	Sancto Salvatoris de Trandeiras	Trandeyras e lamas	Salvador de Trandeiras	igreja			200	-23831.475	203378.439	Terra de Bracara	Termo de Cauto de Bracara	Julgado de couto de Bragaa	Termo da çidade de Braga	Termo de Braga	Trandeiras	Braga
115	Assento	0	0	0	0		Sancta Cecilia de Lauredo	Sancta Cecilia	Sancte Columbe	Samta Çezillia	Santa Cecilia de Villaça	igreja			170	-28886.924	205462.21	Terra de Bracara	Terra de Penafiel de Bastuzo	Julgado de Penaffiel de Bastuço	Jullgado de Penafiell	Termo de Barcelos	Vilaça	Braga
116	Vimieiro	0	0	0	0		S. S. de Vimeneiro; Illo monasterio	Monasteiro de Vimieiro	Sancte Marie de Vimeeiro	Mosteiro de Vymeiro	Santa Anna de Vimieiro	mosteiro	igreja		130	-27385.53	204170.186	Terra de Bracara	Terra de Penafiel de Bastuzo	Julgado e couto de Vimieiro	Couto de Vymyeyro	Couto de Vimieiro	Vimieiro	Braga

117	Arnoso (Sta. Maria)	0	0	0	0		Sancta Maria de Arnoso		Sancte Marie d'Arnoso	Arnoso	Sancta Maria de Arnoso	igreja			120	-30426.328	199899.617	Terra de Bracara		Julgado de Penaffiel de Bastuço	Jullgado de Penafiell	Termo de Barcelos	Arnoso	V.N. de Famalicão
118	Jesufrei	0	0	0	0		Santo Micahel de Segefrei		Sancti Michaelis de Sujufrey	Jusufrey	Sam Miguel de Jezufrei	igreja			197	-31191.693	198653.943	Terra de Bracara		Julgado de Penaffiel de Bastuço	Jullgado de Penafiell	Termo de Barcelos	Jesufrei	V.N. de Famalicão
119	Sezures	0	0	0	1		Sancto Mamete de Cesuras	Sancto Mamete	Sancti Momheti de Moimenta	Cezuras	Sam Mamede de Sezures	igreja			160	-28849.427	199977.679	Terra de Bracara	Terra de Penafiel de Bastuzo	Julgado de Penaffiel de Bastuço	Jullgado de Penafiell	Termo de Barcelos	Sezures	V.N. de Famalicão

Lista de análises a sítios da Antiguidade Tardia

Codsitio	Índice de Posição Topográfica	Codsitio	Declive	Codsitio	Exposição Solar	Codsitio	Escoamento total mensal de água
11	0,75	**11**	2,064934	**11**	33,69006729	**11**	814,5999756
18	0,875	**18**	2,715741873	**18**	108,4349518	**18**	1095,400024
20	1	**20**	4,298638344	**20**	356,1859131	**20**	1095,400024
25	0,625	**25**	1,280959129	**25**	26,56505203	**25**	814,5999756
27	1	**27**	15,06003189	**27**	221,9872131	**27**	814,5999756
28	0,75	**28**	3,618883133	**28**	341,5650635	**28**	814,5999756
29	-2,5	**29**	0,810230672	**29**	315	**29**	814,5999756
30	2,375	**30**	2,462866545	**30**	144,462326	**30**	645,7999878
31	-1,75	**31**	10,51484871	**31**	242,7446747	**31**	814,5999756
32	2	**32**	6,517023563	**32**	336,8013916	**32**	645,7999878
34	-1,375	**34**	0,905850351	**34**	18,43495178	**34**	814,5999756
35	-0,125	**35**	7,651885033	**35**	315	**35**	814,5999756
40	2	**40**	5,710593224	**40**	216,8699036	**40**	814,5999756
44	2,125	**44**	6,379370213	**44**	100,3048477	**44**	645,7999878
45	-0,25	**45**	10,7797718	**45**	156,8014069	**45**	645,7999878
47	1,625	**47**	2,02486825	**47**	81,86989594	**47**	645,7999878
57	2,75	**57**	5,822915554	**57**	78,69006348	**57**	814,5999756
59	2,25	**59**	7,525114536	**59**	150,5241089	**59**	645,7999878
63	-0,25	**63**	2,180704594	**63**	293,1986084	**63**	645,7999878
67	-0,25	**67**	2,462866545	**67**	144,462326	**67**	814,5999756
79	0	**79**	5,710593224	**79**	306,8699036	**79**	814,5999756
82	-0,375	**82**	3,480877399	**82**	279,4623413	**82**	814,5999756
95	6,75	**95**	8,660468102	**95**	293,1986084	**95**	814,5999756

102	-0,25	**102**	3,262830257	**102**	105,2551193	**102**	814,5999756

(Antiguidade Tardia)

Lista de análises a sítios da Alta Idade Média

Codsitio	Índice de Posição Topográfica	Codsitio	Declives	Codsitio	Exposição solar	Codsitio	Escoamento total mensal de água
6	0,625	**6**	3,161052	**6**	264,8055725	**6**	814,5999756
17	0,125	**17**	3,457335	**17**	204,4439545	**17**	1095,400024
18	0,875	**18**	2,715742	**18**	108,4349518	**18**	1095,400024
19	3	**19**	13,72486	**19**	22,89054871	**19**	1095,400024
20	1	**20**	4,298638	**20**	356,1859131	**20**	1095,400024
22	-0,25	**22**	3,26283	**22**	164,744873	**22**	645,7999878
23	-0,25	**23**	6,000835	**23**	267,2736816	**23**	645,7999878
32	2	**32**	6,517024	**32**	336,8013916	**32**	645,7999878
34	-1,375	**34**	0,90585	**34**	18,43495178	**34**	814,5999756
36	2,75	**36**	2,918995	**36**	168,6900635	**36**	814,5999756
40	2	**40**	5,710593	**40**	216,8699036	**40**	814,5999756
45	-0,25	**45**	10,77977	**45**	156,8014069	**45**	645,7999878
46	0	**46**	16,06236	**46**	249,6768646	**46**	645,7999878
47	1,625	**47**	2,024868	**47**	81,86989594	**47**	645,7999878
49	0,125	**49**	8,398939	**49**	241,6992493	**49**	645,7999878
57	2,75	**57**	5,822916	**57**	78,69006348	**57**	814,5999756
59	2,25	**59**	7,525115	**59**	150,5241089	**59**	645,7999878
63	-0,25	**63**	2,180705	**63**	293,1986084	**63**	645,7999878
67	-0,25	**67**	2,462867	**67**	144,462326	**67**	814,5999756
76	2,5	**76**	3,72995	**76**	57,52880859	**76**	645,7999878
79	0	**79**	5,710593	**79**	306,8699036	**79**	814,5999756
80	-0,5	**80**	6,173484	**80**	146,3099365	**80**	814,5999756
82	-0,375	**82**	3,480877	**82**	279,4623413	**82**	814,5999756

84	2,5	**84**	4,16385	**84**	105,9453964	**84**	814,5999756
86	2,875	**86**	8,455703	**86**	160,3461761	**86**	814,5999756
88	2,375	**88**	7,641405	**88**	333,4349365	**88**	987,4000244
95	6,75	**95**	8,660468	**95**	293,1986084	**95**	814,5999756
98	6,125	**98**	2,592406	**98**	83,6598053	**98**	1095,400024
103	3,25	**103**	8,632849	**103**	162,7585449	**103**	814,5999756
107	1,25	**107**	5,174242	**107**	83,6598053	**107**	987,4000244
108	1,5	**108**	2,918995	**108**	168,6900635	**108**	987,4000244
110	1,5	**110**	14,88005	**110**	160,2011261	**110**	814,5999756
111	1,5	**111**	17,65097	**111**	8,130104065	**111**	814,5999756

(Alta Idade Média)

Lista de análises a sítios referenciados em censual entre Lima e Ave (finais do século XI)

Codsitio	Índice de Posição Topográfica	Codsitio	Declive	Codsitio	Exposição solar	Codsitio	Escoamento total mensal de água
1	0,375	**1**	0,572939	**1**	270	**1**	814,5999756
2	0,375	**2**	8,483933	**2**	283,5704346	**2**	814,5999756
3	1	**3**	11,61526	**3**	221,0548096	**3**	814,5999756
4	3,375	**4**	2,560639	**4**	153,4349518	**4**	814,5999756
5	-0,625	**5**	3,457335	**5**	24,44395447	**5**	814,5999756
6	0,625	**6**	3,161052	**6**	264,8055725	**6**	814,5999756
7	0,625	**7**	2,94688	**7**	119,0546036	**7**	814,5999756
8	-1,25	**8**	9,866487	**8**	108,4349518	**8**	814,5999756
9	0,375	**9**	4,124518	**9**	213,6900635	**9**	814,5999756
10	0,25	**10**	2,862405	**10**	216,8699036	**10**	814,5999756
11	0,75	**11**	2,064934	**11**	33,69006729	**11**	814,5999756
12	3,125	**12**	5,419336	**12**	161,5650482	**12**	814,5999756
13	1,5	**13**	1,460445	**13**	191,3099365	**13**	814,5999756
14	3,5	**14**	2,462867	**14**	54,46232224	**14**	814,5999756
15	-0,375	**15**	5,434279	**15**	183,0127869	**15**	814,5999756
16	0	**16**	2,361028	**16**	255,9637604	**16**	814,5999756
18	0,875	**18**	2,715742	**18**	108,4349518	**18**	1095,400024
19	3	**19**	13,72486	**19**	22,89054871	**19**	1095,400024
20	1	**20**	4,298638	**20**	356,1859131	**20**	1095,400024
21	0,5	**21**	18,7667	**21**	302,9885254	**21**	814,5999756
22	-0,25	**22**	3,26283	**22**	164,744873	**22**	645,7999878
23	-0,25	**23**	6,000835	**23**	267,2736816	**23**	645,7999878

24	2	**24**	4,35511	**24**	156,8014069	**24**	645,7999878
25	0,625	**25**	1,280959	**25**	26,56505203	**25**	814,5999756
33	2,875	**33**	4,85009	**33**	225	**33**	645,7999878
36	2,75	**36**	2,918995	**36**	168,6900635	**36**	814,5999756
37	0,25	**37**	3,26283	**37**	232,1250153	**37**	645,7999878
38	0,5	**38**	1,460445	**38**	281,3099365	**38**	1095,400024
39	0,625	**39**	7,175602	**39**	173,1572266	**39**	645,7999878
40	2	**40**	5,710593	**40**	216,8699036	**40**	814,5999756
43	2,625	**43**	7,525115	**43**	299,4758911	**43**	645,7999878
44	2,125	**44**	6,37937	**44**	100,3048477	**44**	645,7999878
45	-0,25	**45**	10,77977	**45**	156,8014069	**45**	645,7999878
48	1,875	**48**	6,37937	**48**	333,4349365	**48**	645,7999878
49	0,125	**49**	8,398939	**49**	241,6992493	**49**	645,7999878
50	-1,375	**50**	5,710593	**50**	36,86989594	**50**	645,7999878
51	-0,375	**51**	6,000835	**51**	154,6538239	**51**	814,5999756
52	2,25	**52**	2,361028	**52**	14,03624725	**52**	645,7999878
53	0,625	**53**	4,714065	**53**	255,9637604	**53**	645,7999878
54	1,875	**54**	6,054499	**54**	315	**54**	645,7999878
55	1,375	**55**	8,851244	**55**	354,4724731	**55**	645,7999878
56	0,5	**56**	3,161052	**56**	275,1944275	**56**	814,5999756
58	0,625	**58**	8,549422	**58**	93,81407166	**58**	814,5999756
59	2,25	**59**	7,525115	**59**	150,5241089	**59**	645,7999878
60	-1,125	**60**	8,049467	**60**	315	**60**	645,7999878
61	-0,625	**61**	5,610417	**61**	255,2564392	**61**	645,7999878

62	1,125	**62**	4,731286	**62**	154,9831085	**62**	645,7999878
63	-0,25	**63**	2,180705	**63**	293,1986084	**63**	645,7999878
64	3,75	**64**	2,361028	**64**	75,96376038	**64**	814,5999756
66	0	**66**	2,862405	**66**	143,1300964	**66**	814,5999756
68	0,75	**68**	4,124518	**68**	33,69006729	**68**	814,5999756
69	3,375	**69**	1,811248	**69**	71,56504822	**69**	814,5999756
70	1,875	**70**	4,124518	**70**	303,6900635	**70**	645,7999878
71	0,25	**71**	5,11109	**71**	26,56505203	**71**	1095,400024
72	1,125	**72**	2,862405	**72**	90	**72**	1095,400024
73	0,125	**73**	2,715742	**73**	198,4349518	**73**	645,7999878
74	-0,25	**74**	10,24244	**74**	255,5792236	**74**	645,7999878
75	-0,125	**75**	3,983757	**75**	291,0375061	**75**	645,7999878
77	0,5	**77**	4,298638	**77**	176,1859283	**77**	645,7999878
78	1	**78**	3,337111	**78**	30,96375656	**78**	814,5999756
79	0	**79**	5,710593	**79**	306,8699036	**79**	814,5999756
82	-0,375	**82**	3,480877	**82**	279,4623413	**82**	814,5999756
83	0,5	**83**	2,064934	**83**	123,6900635	**83**	814,5999756
84	2,5	**84**	4,16385	**84**	105,9453964	**84**	814,5999756
85	1,375	**85**	11,20611	**85**	132,9545898	**85**	814,5999756
86	2,875	**86**	8,455703	**86**	160,3461761	**86**	814,5999756
87	0,25	**87**	3,337111	**87**	120,9637604	**87**	987,4000244
88	2,375	**88**	7,641405	**88**	333,4349365	**88**	987,4000244
89	0,5	**89**	5,781057	**89**	159,7751465	**89**	645,7999878
90	-0,375	**90**	5,87825	**90**	119,0546036	**90**	645,7999878

91	0,375	**91**	9,449305	**91**	32,73522568	**91**	1095,400024
93	1	**93**	3,337111	**93**	120,9637604	**93**	645,7999878
94	-1,25	**94**	6,37937	**94**	243,4349518	**94**	645,7999878
95	6,75	**95**	8,660468	**95**	293,1986084	**95**	814,5999756
97	0,375	**97**	4,465878	**97**	129,8055725	**97**	645,7999878
99	0,5	**99**	8,815244	**99**	69,22774506	**99**	1095,400024
100	1	**100**	4,520227	**100**	124,6951523	**100**	814,5999756
101	0,25	**101**	3,26283	**101**	15,25511932	**101**	814,5999756
104	-0,125	**104**	13,92246	**104**	311,7294922	**104**	645,7999878
105	1	**105**	7,939446	**105**	345,4655457	**105**	814,5999756
106	-3,625	**106**	9,31428	**106**	37,56859207	**106**	814,5999756
107	1,25	**107**	5,174242	**107**	83,6598053	**107**	987,4000244
108	1,5	**108**	2,918995	**108**	168,6900635	**108**	987,4000244
109	3,125	**109**	4,573921	**109**	90	**109**	645,7999878
112	0,375	**112**	4,609364	**112**	150,255127	**112**	645,7999878
113	2,25	**113**	4,520227	**113**	34,69515228	**113**	645,7999878
114	0,625	**114**	4,520227	**114**	304,6951599	**114**	645,7999878
115	-1,625	**115**	6,147248	**115**	201,8014069	**115**	645,7999878
116	1,125	**116**	4,998613	**116**	149,0362396	**116**	645,7999878
117	0,75	**117**	4,35511	**117**	23,19859314	**117**	645,7999878
118	0,25	**118**	10,21938	**118**	326,3099365	**118**	645,7999878
119	1,25	**119**	4,731286	**119**	64,98310852	**119**	645,7999878

(Censual de finais do século XI)

Lista de análises a sítios associáveis à Baixa Idade Média

(Baixa Idade Média)

Codsitio		Índice de Posição Topográfica	Codsitio	Declives	Codsitio	Exposição solar	Codsitio	Escoamento total mensal de água
4		3,375	**4**	2,560638905	**4**	153,4349518	**4**	814,5999756
17		0,125	**17**	3,457335234	**17**	204,4439545	**17**	1095,400024
18		0,875	**18**	2,715741873	**18**	108,4349518	**18**	1095,400024
19		3	**19**	13,72486305	**19**	22,89054871	**19**	1095,400024
20		1	**20**	4,298638344	**20**	356,1859131	**20**	1095,400024
22		-0,25	**22**	3,262830257	**22**	164,744873	**22**	645,7999878
26		1,5	**26**	3,262830257	**26**	142,1250153	**26**	814,5999756
31		-1,75	**31**	10,51484871	**31**	242,7446747	**31**	814,5999756
34		-1,375	**34**	0,905850351	**34**	18,43495178	**34**	814,5999756
36		2,75	**36**	2,918994904	**36**	168,6900635	**36**	814,5999756
40		2	**40**	5,710593224	**40**	216,8699036	**40**	814,5999756
41		0,125	**41**	0,572938681	**41**	0	**41**	814,5999756
42		-0,75	**42**	7,929364681	**42**	338,9624939	**42**	814,5999756
45		-0,25	**45**	10,7797718	**45**	156,8014069	**45**	645,7999878
49		0,125	**49**	8,398939133	**49**	241,6992493	**49**	645,7999878
57		2,75	**57**	5,822915554	**57**	78,69006348	**57**	814,5999756
59		2,25	**59**	7,525114536	**59**	150,5241089	**59**	645,7999878
60		-1,125	**60**	8,049467087	**60**	315	**60**	645,7999878
63		-0,25	**63**	2,180704594	**63**	293,1986084	**63**	645,7999878
69		3,375	**69**	1,811248064	**69**	71,56504822	**69**	814,5999756
70		1,875	**70**	4,124517918	**70**	303,6900635	**70**	645,7999878
79		0	**79**	5,710593224	**79**	306,8699036	**79**	814,5999756

80		-0,5	**80**	6,173484325	**80**	146,3099365	**80**	814,5999756
86		2,875	**86**	8,455702782	**86**	160,3461761	**86**	814,5999756
90		-0,375	**90**	5,878250122	**90**	119,0546036	**90**	645,7999878
92		1	**92**	5,960261822	**92**	286,6992493	**92**	1095,400024
95		6,75	**95**	8,660468102	**95**	293,1986084	**95**	814,5999756
111		1,5	**111**	17,65096855	**111**	8,130104065	**111**	814,5999756
113		2,25	**113**	4,520227432	**113**	34,69515228	**113**	645,7999878

Lista de análises a sítios referenciados nas Inquirições de 1220

Codsitio	Índice de Posição Topográfica	Codsitio	Declives	Codsitio	Exposição solar	Codsitio	Escoamento total mensal de água
4	3,375	**4**	2,560638905	**4**	153,4349518	**4**	814,5999756
6	0,625	**6**	3,16105175	**6**	264,8055725	**6**	814,5999756
7	0,625	**7**	2,946879625	**7**	119,0546036	**7**	814,5999756
9	0,375	**9**	4,124517918	**9**	213,6900635	**9**	814,5999756
10	0,25	**10**	2,8624053	**10**	216,8699036	**10**	814,5999756
11	0,75	**11**	2,064934254	**11**	33,69006729	**11**	814,5999756
12	3,125	**12**	5,419335842	**12**	161,5650482	**12**	814,5999756
13	1,5	**13**	1,460445166	**13**	191,3099365	**13**	814,5999756
14	3,5	**14**	2,462866545	**14**	54,46232224	**14**	814,5999756
15	-0,375	**15**	5,434278965	**15**	183,0127869	**15**	814,5999756
16	0	**16**	2,361028194	**16**	255,9637604	**16**	814,5999756
18	0,875	**18**	2,715741873	**18**	108,4349518	**18**	1095,400024
20	1	**20**	4,298638344	**20**	356,1859131	**20**	1095,400024
24	2	**24**	4,355109692	**24**	156,8014069	**24**	645,7999878
25	0,625	**25**	1,280959129	**25**	26,56505203	**25**	814,5999756
33	2,875	**33**	4,850090027	**33**	225	**33**	645,7999878
36	2,75	**36**	2,918994904	**36**	168,6900635	**36**	814,5999756
37	0,25	**37**	3,262830257	**37**	232,1250153	**37**	645,7999878
38	0,5	**38**	1,460445166	**38**	281,3099365	**38**	1095,400024
40	2	**40**	5,710593224	**40**	216,8699036	**40**	814,5999756
43	2,625	**43**	7,525114536	**43**	299,4758911	**43**	645,7999878
44	2,125	**44**	6,379370213	**44**	100,3048477	**44**	645,7999878

45	-0,25	**45**	10,7797718	**45**	156,8014069	**45**	645,7999878
48	1,875	**48**	6,379370213	**48**	333,4349365	**48**	645,7999878
49	0,125	**49**	8,398939133	**49**	241,6992493	**49**	645,7999878
50	-1,375	**50**	5,710593224	**50**	36,86989594	**50**	645,7999878
51	-0,375	**51**	6,000835419	**51**	154,6538239	**51**	814,5999756
52	2,25	**52**	2,361028194	**52**	14,03624725	**52**	645,7999878
54	1,875	**54**	6,054498672	**54**	315	**54**	645,7999878
55	1,375	**55**	8,851243973	**55**	354,4724731	**55**	645,7999878
56	0,5	**56**	3,16105175	**56**	275,1944275	**56**	814,5999756
58	0,625	**58**	8,549422264	**58**	93,81407166	**58**	814,5999756
59	2,25	**59**	7,525114536	**59**	150,5241089	**59**	645,7999878
60	-1,125	**60**	8,049467087	**60**	315	**60**	645,7999878
61	-0,625	**61**	5,610416889	**61**	255,2564392	**61**	645,7999878
62	1,125	**62**	4,731286049	**62**	154,9831085	**62**	645,7999878
63	-0,25	**63**	2,180704594	**63**	293,1986084	**63**	645,7999878
64	3,75	**64**	2,361028194	**64**	75,96376038	**64**	814,5999756
66	0	**66**	2,8624053	**66**	143,1300964	**66**	814,5999756
68	0,75	**68**	4,124517918	**68**	33,69006729	**68**	814,5999756
69	3,375	**69**	1,811248064	**69**	71,56504822	**69**	814,5999756
70	1,875	**70**	4,124517918	**70**	303,6900635	**70**	645,7999878
71	0,25	**71**	5,111089706	**71**	26,56505203	**71**	1095,400024
73	0,125	**73**	2,715741873	**73**	198,4349518	**73**	645,7999878
74	-0,25	**74**	10,24243546	**74**	255,5792236	**74**	645,7999878
77	0,5	**77**	4,298638344	**77**	176,1859283	**77**	645,7999878

78	1	**78**	3,337110758	**78**	30,96375656	**78**	814,5999756
79	0	**79**	5,710593224	**79**	306,8699036	**79**	814,5999756
83	0,5	**83**	2,064934254	**83**	123,6900635	**83**	814,5999756
84	2,5	**84**	4,163849831	**84**	105,9453964	**84**	814,5999756
85	1,375	**85**	11,20610809	**85**	132,9545898	**85**	814,5999756
87	0,25	**87**	3,337110758	**87**	120,9637604	**87**	987,4000244
88	2,375	**88**	7,641405106	**88**	333,4349365	**88**	987,4000244
89	0,5	**89**	5,781057358	**89**	159,7751465	**89**	645,7999878
90	-0,375	**90**	5,878250122	**90**	119,0546036	**90**	645,7999878
91	0,375	**91**	9,449304581	**91**	32,73522568	**91**	1095,400024
93	1	**93**	3,337110758	**93**	120,9637604	**93**	645,7999878
94	-1,25	**94**	6,379370213	**94**	243,4349518	**94**	645,7999878
95	6,75	**95**	8,660468102	**95**	293,1986084	**95**	814,5999756
97	0,375	**97**	4,465877533	**97**	129,8055725	**97**	645,7999878
99	0,5	**99**	8,815243721	**99**	69,22774506	**99**	1095,400024
100	1	**100**	4,520227432	**100**	124,6951523	**100**	814,5999756
101	0,25	**101**	3,262830257	**101**	15,25511932	**101**	814,5999756
104	-0,125	**104**	13,92246437	**104**	311,7294922	**104**	645,7999878
106	-3,625	**106**	9,314279556	**106**	37,56859207	**106**	814,5999756
107	1,25	**107**	5,174241543	**107**	83,6598053	**107**	987,4000244
109	3,125	**109**	4,573921204	**109**	90	**109**	645,7999878
112	0,375	**112**	4,609363556	**112**	150,255127	**112**	645,7999878
113	2,25	**113**	4,520227432	**113**	34,69515228	**113**	645,7999878
114	0,625	**114**	4,520227432	**114**	304,6951599	**114**	645,7999878

115	-1,625	**115**	6,147248268	**115**	201,8014069	**115**	645,7999878
116	1,125	**116**	4,998613358	**116**	149,0362396	**116**	645,7999878
119	1,25	**119**	4,731286049	**119**	64,98310852	**119**	645,7999878

(Inquirições de 1220)

Lista de análises a sítios referenciados nas Inquirições de 1288

Codsitio	Índice de Posição Topográfica	Codsitio	Declive	Codsitio	Exposição solar	Codsitio	Escoamento total mensal de água
1	0,375	**1**	0,572939	**1**	270	**1**	814,5999756
2	0,375	**2**	8,483933	**2**	283,5704346	**2**	814,5999756
3	1	**3**	11,61526	**3**	221,0548096	**3**	814,5999756
4	3,375	**4**	2,560639	**4**	153,4349518	**4**	814,5999756
7	0,625	**7**	2,94688	**7**	119,0546036	**7**	814,5999756
8	-1,25	**8**	9,866487	**8**	108,4349518	**8**	814,5999756
9	0,375	**9**	4,124518	**9**	213,6900635	**9**	814,5999756
10	0,25	**10**	2,862405	**10**	216,8699036	**10**	814,5999756
12	3,125	**12**	5,419336	**12**	161,5650482	**12**	814,5999756
13	1,5	**13**	1,460445	**13**	191,3099365	**13**	814,5999756
14	3,5	**14**	2,462867	**14**	54,46232224	**14**	814,5999756
15	-0,375	**15**	5,434279	**15**	183,0127869	**15**	814,5999756
16	0	**16**	2,361028	**16**	255,9637604	**16**	814,5999756
18	0,875	**18**	2,715742	**18**	108,4349518	**18**	1095,400024
19	3	**19**	13,72486	**19**	22,89054871	**19**	1095,400024
20	1	**20**	4,298638	**20**	356,1859131	**20**	1095,400024
22	-0,25	**22**	3,26283	**22**	164,744873	**22**	645,7999878
24	2	**24**	4,35511	**24**	156,8014069	**24**	645,7999878
25	0,625	**25**	1,280959	**25**	26,56505203	**25**	814,5999756
33	2,875	**33**	4,85009	**33**	225	**33**	645,7999878
34	-1,375	**34**	0,90585	**34**	18,43495178	**34**	814,5999756
36	2,75	**36**	2,918995	**36**	168,6900635	**36**	814,5999756

37	0,25	**37**	3,26283	**37**	232,1250153	**37**	645,7999878
38	0,5	**38**	1,460445	**38**	281,3099365	**38**	1095,400024
39	0,625	**39**	7,175602	**39**	173,1572266	**39**	645,7999878
40	2	**40**	5,710593	**40**	216,8699036	**40**	814,5999756
43	2,625	**43**	7,525115	**43**	299,4758911	**43**	645,7999878
44	2,125	**44**	6,37937	**44**	100,3048477	**44**	645,7999878
45	-0,25	**45**	10,77977	**45**	156,8014069	**45**	645,7999878
48	1,875	**48**	6,37937	**48**	333,4349365	**48**	645,7999878
49	0,125	**49**	8,398939	**49**	241,6992493	**49**	645,7999878
50	-1,375	**50**	5,710593	**50**	36,86989594	**50**	645,7999878
51	-0,375	**51**	6,000835	**51**	154,6538239	**51**	814,5999756
52	2,25	**52**	2,361028	**52**	14,03624725	**52**	645,7999878
54	1,875	**54**	6,054499	**54**	315	**54**	645,7999878
55	1,375	**55**	8,851244	**55**	354,4724731	**55**	645,7999878
56	0,5	**56**	3,161052	**56**	275,1944275	**56**	814,5999756
58	0,625	**58**	8,549422	**58**	93,81407166	**58**	814,5999756
59	2,25	**59**	7,525115	**59**	150,5241089	**59**	645,7999878
60	-1,125	**60**	8,049467	**60**	315	**60**	645,7999878
61	-0,625	**61**	5,610417	**61**	255,2564392	**61**	645,7999878
62	1,125	**62**	4,731286	**62**	154,9831085	**62**	645,7999878
63	-0,25	**63**	2,180705	**63**	293,1986084	**63**	645,7999878
66	0	**66**	2,862405	**66**	143,1300964	**66**	814,5999756
69	3,375	**69**	1,811248	**69**	71,56504822	**69**	814,5999756
70	1,875	**70**	4,124518	**70**	303,6900635	**70**	645,7999878

71	0,25	**71**	5,11109	**71**	26,56505203	**71**	1095,400024
73	0,125	**73**	2,715742	**73**	198,4349518	**73**	645,7999878
78	1	**78**	3,337111	**78**	30,96375656	**78**	814,5999756
79	0	**79**	5,710593	**79**	306,8699036	**79**	814,5999756
83	0,5	**83**	2,064934	**83**	123,6900635	**83**	814,5999756
84	2,5	**84**	4,16385	**84**	105,9453964	**84**	814,5999756
85	1,375	**85**	11,20611	**85**	132,9545898	**85**	814,5999756
86	2,875	**86**	8,455703	**86**	160,3461761	**86**	814,5999756
87	0,25	**87**	3,337111	**87**	120,9637604	**87**	987,4000244
88	2,375	**88**	7,641405	**88**	333,4349365	**88**	987,4000244
89	0,5	**89**	5,781057	**89**	159,7751465	**89**	645,7999878
90	-0,375	**90**	5,87825	**90**	119,0546036	**90**	645,7999878
91	0,375	**91**	9,449305	**91**	32,73522568	**91**	1095,400024
93	1	**93**	3,337111	**93**	120,9637604	**93**	645,7999878
95	6,75	**95**	8,660468	**95**	293,1986084	**95**	814,5999756
97	0,375	**97**	4,465878	**97**	129,8055725	**97**	645,7999878
99	0,5	**99**	8,815244	**99**	69,22774506	**99**	1095,400024
100	1	**100**	4,520227	**100**	124,6951523	**100**	814,5999756
101	0,25	**101**	3,26283	**101**	15,25511932	**101**	814,5999756
104	-0,125	**104**	13,92246	**104**	311,7294922	**104**	645,7999878
106	-3,625	**106**	9,31428	**106**	37,56859207	**106**	814,5999756
107	1,25	**107**	5,174242	**107**	83,6598053	**107**	987,4000244
109	3,125	**109**	4,573921	**109**	90	**109**	645,7999878
112	0,375	**112**	4,609364	**112**	150,255127	**112**	645,7999878

113	2,25	**113**	4,520227	**113**	34,69515228	**113**	645,7999878
114	0,625	**114**	4,520227	**114**	304,6951599	**114**	645,7999878
115	-1,625	**115**	6,147248	**115**	201,8014069	**115**	645,7999878
116	1,125	**116**	4,998613	**116**	149,0362396	**116**	645,7999878
117	0,75	**117**	4,35511	**117**	23,19859314	**117**	645,7999878
118	0,25	**118**	10,21938	**118**	326,3099365	**118**	645,7999878
119	1,25	**119**	4,731286	**119**	64,98310852	**119**	645,7999878

(Inquirições de 1288)

Lista de análises a sítios associáveis à Idade Moderna

(Idade Moderna)

Codsitio	Índice de Posição Topográfica	Codsitio	Declive	Codsitio	Exposição solar	Codsitio	Escoamento total mensal de água
1	0,375	**1**	0,572939	**1**	270	**1**	814,5999756
2	0,375	**2**	8,483933	**2**	283,5704346	**2**	814,5999756
4	3,375	**4**	2,560639	**4**	153,4349518	**4**	814,5999756
5	-0,625	**5**	3,457335	**5**	24,44395447	**5**	814,5999756
6	0,625	**6**	3,161052	**6**	264,8055725	**6**	814,5999756
7	0,625	**7**	2,94688	**7**	119,0546036	**7**	814,5999756
10	0,25	**10**	2,862405	**10**	216,8699036	**10**	814,5999756
11	0,75	**11**	2,064934	**11**	33,69006729	**11**	814,5999756
12	3,125	**12**	5,419336	**12**	161,5650482	**12**	814,5999756
18	0,875	**18**	2,715742	**18**	108,4349518	**18**	1095,400024
22	-0,25	**22**	3,26283	**22**	164,744873	**22**	645,7999878
23	-0,25	**23**	6,000835	**23**	267,2736816	**23**	645,7999878
25	0,625	**25**	1,280959	**25**	26,56505203	**25**	814,5999756
27	1	**27**	15,06003	**27**	221,9872131	**27**	814,5999756
28	0,75	**28**	3,618883	**28**	341,5650635	**28**	814,5999756
30	2,375	**30**	2,462867	**30**	144,462326	**30**	645,7999878
31	-1,75	**31**	10,51485	**31**	242,7446747	**31**	814,5999756
34	-1,375	**34**	0,90585	**34**	18,43495178	**34**	814,5999756
37	0,25	**37**	3,26283	**37**	232,1250153	**37**	645,7999878
39	0,625	**39**	7,175602	**39**	173,1572266	**39**	645,7999878
40	2	**40**	5,710593	**40**	216,8699036	**40**	814,5999756
42	-0,75	**42**	7,929365	**42**	338,9624939	**42**	814,5999756

44	2,125	**44**	6,37937	**44**	100,3048477	**44**	645,7999878
45	-0,25	**45**	10,77977	**45**	156,8014069	**45**	645,7999878
47	1,625	**47**	2,024868	**47**	81,86989594	**47**	645,7999878
49	0,125	**49**	8,398939	**49**	241,6992493	**49**	645,7999878
50	-1,375	**50**	5,710593	**50**	36,86989594	**50**	645,7999878
52	2,25	**52**	2,361028	**52**	14,03624725	**52**	645,7999878
55	1,375	**55**	8,851244	**55**	354,4724731	**55**	645,7999878
56	0,5	**56**	3,161052	**56**	275,1944275	**56**	814,5999756
59	2,25	**59**	7,525115	**59**	150,5241089	**59**	645,7999878
63	-0,25	**63**	2,180705	**63**	293,1986084	**63**	645,7999878
64	3,75	**64**	2,361028	**64**	75,96376038	**64**	814,5999756
65	-1,875	**65**	8,815244	**65**	268,1524048	**65**	814,5999756
66	0	**66**	2,862405	**66**	143,1300964	**66**	814,5999756
69	3,375	**69**	1,811248	**69**	71,56504822	**69**	814,5999756
70	1,875	**70**	4,124518	**70**	303,6900635	**70**	645,7999878
73	0,125	**73**	2,715742	**73**	198,4349518	**73**	645,7999878
78	1	**78**	3,337111	**78**	30,96375656	**78**	814,5999756
81	1	**81**	3,26283	**81**	285,255127	**81**	814,5999756
83	0,5	**83**	2,064934	**83**	123,6900635	**83**	814,5999756
84	2,5	**84**	4,16385	**84**	105,9453964	**84**	814,5999756
85	1,375	**85**	11,20611	**85**	132,9545898	**85**	814,5999756
87	0,25	**87**	3,337111	**87**	120,9637604	**87**	987,4000244
89	0,5	**89**	5,781057	**89**	159,7751465	**89**	645,7999878
90	-0,375	**90**	5,87825	**90**	119,0546036	**90**	645,7999878

91	0,375	**91**	9,449305	**91**	32,73522568	**91**	1095,400024
92	1	**92**	5,960262	**92**	286,6992493	**92**	1095,400024
95	6,75	**95**	8,660468	**95**	293,1986084	**95**	814,5999756
96	-0,5	**96**	7,693656	**96**	357,8789063	**96**	814,5999756
99	0,5	**99**	8,815244	**99**	69,22774506	**99**	1095,400024
100	1	**100**	4,520227	**100**	124,6951523	**100**	814,5999756
104	-0,125	**104**	13,92246	**104**	311,7294922	**104**	645,7999878
107	1,25	**107**	5,174242	**107**	83,6598053	**107**	987,4000244
108	1,5	**108**	2,918995	**108**	168,6900635	**108**	987,4000244
112	0,375	**112**	4,609364	**112**	150,255127	**112**	645,7999878
113	2,25	**113**	4,520227	**113**	34,69515228	**113**	645,7999878
116	1,125	**116**	4,998613	**116**	149,0362396	**116**	645,7999878
119	1,25	**119**	4,731286	**119**	64,98310852	**119**	645,7999878

Lista de análises a sítios referenciados no “Numeramento” do século XVI

Codsitio	Índice de Posição Topográfica	Codsitio	Declive	Codsitio	Exposição solar	Codsitio	Escoamento total mensal de água
1	0,375	**1**	0,572939	**1**	270	**1**	814,5999756
2	0,375	**2**	8,483933	**2**	283,5704346	**2**	814,5999756
4	3,375	**4**	2,560639	**4**	153,4349518	**4**	814,5999756
6	0,625	**6**	3,161052	**6**	264,8055725	**6**	814,5999756
8	-1,25	**8**	9,866487	**8**	108,4349518	**8**	814,5999756
10	0,25	**10**	2,862405	**10**	216,8699036	**10**	814,5999756
11	0,75	**11**	2,064934	**11**	33,69006729	**11**	814,5999756
12	3,125	**12**	5,419336	**12**	161,5650482	**12**	814,5999756
13	1,5	**13**	1,460445	**13**	191,3099365	**13**	814,5999756
18	0,875	**18**	2,715742	**18**	108,4349518	**18**	1095,400024
22	-0,25	**22**	3,26283	**22**	164,744873	**22**	645,7999878
23	-0,25	**23**	6,000835	**23**	267,2736816	**23**	645,7999878
24	2	**24**	4,35511	**24**	156,8014069	**24**	645,7999878
25	0,625	**25**	1,280959	**25**	26,56505203	**25**	814,5999756
33	2,875	**33**	4,85009	**33**	225	**33**	645,7999878
36	2,75	**36**	2,918995	**36**	168,6900635	**36**	814,5999756
37	0,25	**37**	3,26283	**37**	232,1250153	**37**	645,7999878
38	0,5	**38**	1,460445	**38**	281,3099365	**38**	1095,400024
40	2	**40**	5,710593	**40**	216,8699036	**40**	814,5999756
43	2,625	**43**	7,525115	**43**	299,4758911	**43**	645,7999878
48	1,875	**48**	6,37937	**48**	333,4349365	**48**	645,7999878
49	0,125	**49**	8,398939	**49**	241,6992493	**49**	645,7999878

50	-1,375	**50**	5,710593	**50**	36,86989594	**50**	645,7999878
51	-0,375	**51**	6,000835	**51**	154,6538239	**51**	814,5999756
52	2,25	**52**	2,361028	**52**	14,03624725	**52**	645,7999878
54	1,875	**54**	6,054499	**54**	315	**54**	645,7999878
55	1,375	**55**	8,851244	**55**	354,4724731	**55**	645,7999878
56	0,5	**56**	3,161052	**56**	275,1944275	**56**	814,5999756
58	0,625	**58**	8,549422	**58**	93,81407166	**58**	814,5999756
59	2,25	**59**	7,525115	**59**	150,5241089	**59**	645,7999878
60	-1,125	**60**	8,049467	**60**	315	**60**	645,7999878
63	-0,25	**63**	2,180705	**63**	293,1986084	**63**	645,7999878
64	3,75	**64**	2,361028	**64**	75,96376038	**64**	814,5999756
66	0	**66**	2,862405	**66**	143,1300964	**66**	814,5999756
68	0,75	**68**	4,124518	**68**	33,69006729	**68**	814,5999756
69	3,375	**69**	1,811248	**69**	71,56504822	**69**	814,5999756
71	0,25	**71**	5,11109	**71**	26,56505203	**71**	1095,400024
73	0,125	**73**	2,715742	**73**	198,4349518	**73**	645,7999878
75	-0,125	**75**	3,983757	**75**	291,0375061	**75**	645,7999878
77	0,5	**77**	4,298638	**77**	176,1859283	**77**	645,7999878
79	0	**79**	5,710593	**79**	306,8699036	**79**	814,5999756
83	0,5	**83**	2,064934	**83**	123,6900635	**83**	814,5999756
84	2,5	**84**	4,16385	**84**	105,9453964	**84**	814,5999756
85	1,375	**85**	11,20611	**85**	132,9545898	**85**	814,5999756
89	0,5	**89**	5,781057	**89**	159,7751465	**89**	645,7999878
90	-0,375	**90**	5,87825	**90**	119,0546036	**90**	645,7999878

91	0,375	**91**	9,449305	**91**	32,73522568	**91**	1095,400024
93	1	**93**	3,337111	**93**	120,9637604	**93**	645,7999878
94	-1,25	**94**	6,37937	**94**	243,4349518	**94**	645,7999878
95	6,75	**95**	8,660468	**95**	293,1986084	**95**	814,5999756
99	0,5	**99**	8,815244	**99**	69,22774506	**99**	1095,400024
100	1	**100**	4,520227	**100**	124,6951523	**100**	814,5999756
101	0,25	**101**	3,26283	**101**	15,25511932	**101**	814,5999756
104	-0,125	**104**	13,92246	**104**	311,7294922	**104**	645,7999878
109	3,125	**109**	4,573921	**109**	90	**109**	645,7999878
112	0,375	**112**	4,609364	**112**	150,255127	**112**	645,7999878
113	2,25	**113**	4,520227	**113**	34,69515228	**113**	645,7999878
114	0,625	**114**	4,520227	**114**	304,6951599	**114**	645,7999878
115	-1,625	**115**	6,147248	**115**	201,8014069	**115**	645,7999878
116	1,125	**116**	4,998613	**116**	149,0362396	**116**	645,7999878
117	0,75	**117**	4,35511	**117**	23,19859314	**117**	645,7999878
118	0,25	**118**	10,21938	**118**	326,3099365	**118**	645,7999878
119	1,25	**119**	4,731286	**119**	64,98310852	**119**	645,7999878

(“Numeramento” do século XVI)

Lista de análises a sítios referenciados nas Memórias Paroquiais de 1758

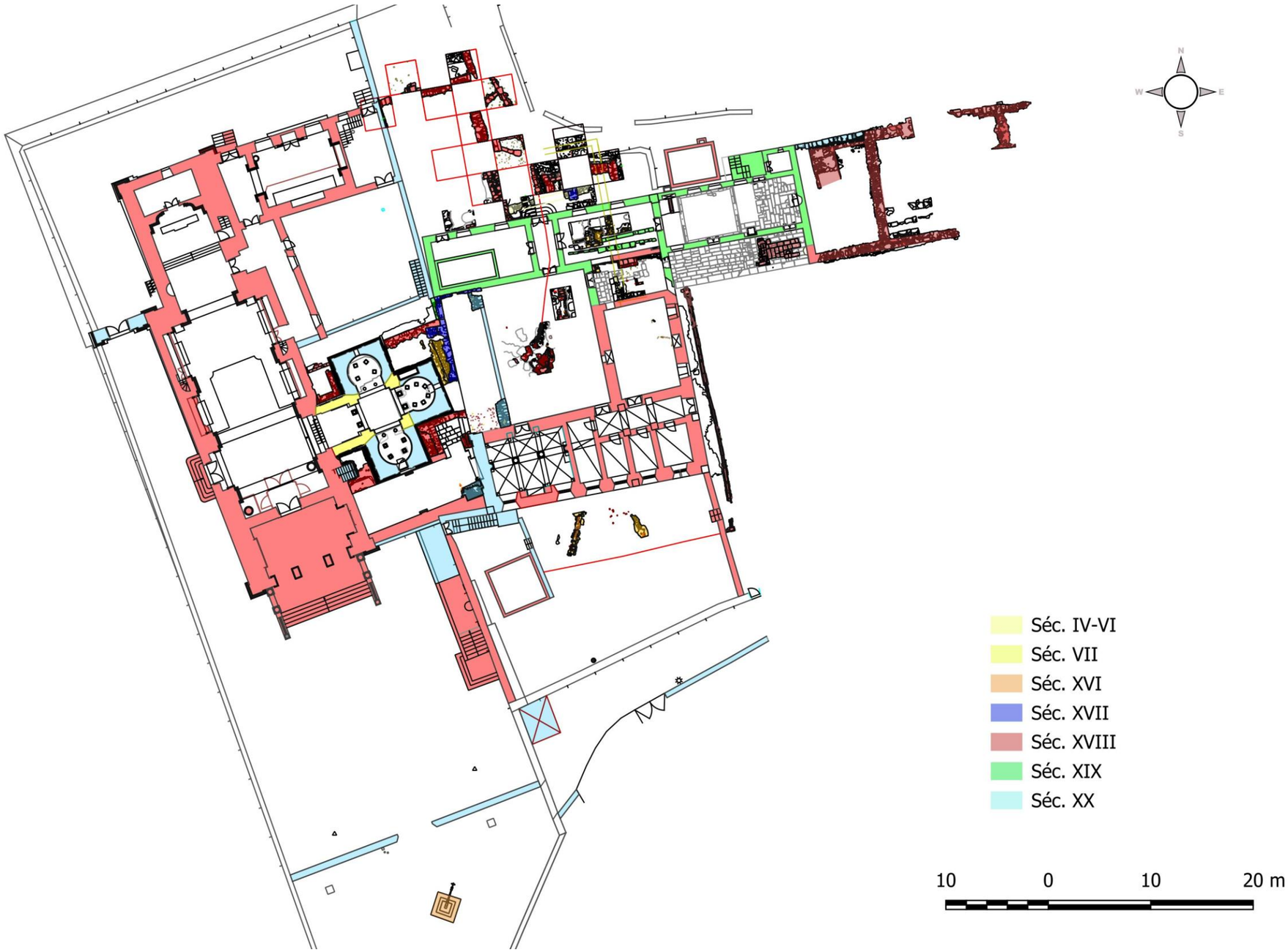
Codsitio	Índice de Posição Topográfica	Codsitio	Declive	Codsitio	Exposição solar	Codsitio	Escoamento total mensal de água
1	0,375	**1**	0,572939	**1**	270	**1**	814,5999756
2	0,375	**2**	8,483933	**2**	283,5704346	**2**	814,5999756
4	3,375	**4**	2,560639	**4**	153,4349518	**4**	814,5999756
5	-0,625	**5**	3,457335	**5**	24,44395447	**5**	814,5999756
6	0,625	**6**	3,161052	**6**	264,8055725	**6**	814,5999756
7	0,625	**7**	2,94688	**7**	119,0546036	**7**	814,5999756
9	0,375	**9**	4,124518	**9**	213,6900635	**9**	814,5999756
10	0,25	**10**	2,862405	**10**	216,8699036	**10**	814,5999756
11	0,75	**11**	2,064934	**11**	33,69006729	**11**	814,5999756
12	3,125	**12**	5,419336	**12**	161,5650482	**12**	814,5999756
14	3,5	**14**	2,462867	**14**	54,46232224	**14**	814,5999756
15	-0,375	**15**	5,434279	**15**	183,0127869	**15**	814,5999756
18	0,875	**18**	2,715742	**18**	108,4349518	**18**	1095,400024
22	-0,25	**22**	3,26283	**22**	164,744873	**22**	645,7999878
23	-0,25	**23**	6,000835	**23**	267,2736816	**23**	645,7999878
24	2	**24**	4,35511	**24**	156,8014069	**24**	645,7999878
25	0,625	**25**	1,280959	**25**	26,56505203	**25**	814,5999756
27	1	**27**	15,06003	**27**	221,9872131	**27**	814,5999756
30	2,375	**30**	2,462867	**30**	144,462326	**30**	645,7999878
34	-1,375	**34**	0,90585	**34**	18,43495178	**34**	814,5999756
36	2,75	**36**	2,918995	**36**	168,6900635	**36**	814,5999756
37	0,25	**37**	3,26283	**37**	232,1250153	**37**	645,7999878
38	0,5	**38**	1,460445	**38**	281,3099365	**38**	1095,400024

39	0,625	**39**	7,175602	**39**	173,1572266	**39**	645,7999878
40	2	**40**	5,710593	**40**	216,8699036	**40**	814,5999756
43	2,625	**43**	7,525115	**43**	299,4758911	**43**	645,7999878
44	2,125	**44**	6,37937	**44**	100,3048477	**44**	645,7999878
45	-0,25	**45**	10,77977	**45**	156,8014069	**45**	645,7999878
48	1,875	**48**	6,37937	**48**	333,4349365	**48**	645,7999878
50	-1,375	**50**	5,710593	**50**	36,86989594	**50**	645,7999878
51	-0,375	**51**	6,000835	**51**	154,6538239	**51**	814,5999756
52	2,25	**52**	2,361028	**52**	14,03624725	**52**	645,7999878
54	1,875	**54**	6,054499	**54**	315	**54**	645,7999878
55	1,375	**55**	8,851244	**55**	354,4724731	**55**	645,7999878
56	0,5	**56**	3,161052	**56**	275,1944275	**56**	814,5999756
58	0,625	**58**	8,549422	**58**	93,81407166	**58**	814,5999756
59	2,25	**59**	7,525115	**59**	150,5241089	**59**	645,7999878
60	-1,125	**60**	8,049467	**60**	315	**60**	645,7999878
61	-0,625	**61**	5,610417	**61**	255,2564392	**61**	645,7999878
62	1,125	**62**	4,731286	**62**	154,9831085	**62**	645,7999878
63	-0,25	**63**	2,180705	**63**	293,1986084	**63**	645,7999878
64	3,75	**64**	2,361028	**64**	75,96376038	**64**	814,5999756
66	0	**66**	2,862405	**66**	143,1300964	**66**	814,5999756
68	0,75	**68**	4,124518	**68**	33,69006729	**68**	814,5999756
71	0,25	**71**	5,11109	**71**	26,56505203	**71**	1095,400024
73	0,125	**73**	2,715742	**73**	198,4349518	**73**	645,7999878
75	-0,125	**75**	3,983757	**75**	291,0375061	**75**	645,7999878

77	0,5	**77**	4,298638	**77**	176,1859283	**77**	645,7999878
78	1	**78**	3,337111	**78**	30,96375656	**78**	814,5999756
79	0	**79**	5,710593	**79**	306,8699036	**79**	814,5999756
83	0,5	**83**	2,064934	**83**	123,6900635	**83**	814,5999756
84	2,5	**84**	4,16385	**84**	105,9453964	**84**	814,5999756
88	2,375	**88**	7,641405	**88**	333,4349365	**88**	987,4000244
89	0,5	**89**	5,781057	**89**	159,7751465	**89**	645,7999878
90	-0,375	**90**	5,87825	**90**	119,0546036	**90**	645,7999878
91	0,375	**91**	9,449305	**91**	32,73522568	**91**	1095,400024
96	-0,5	**96**	7,693656	**96**	357,8789063	**96**	814,5999756
97	0,375	**97**	4,465878	**97**	129,8055725	**97**	645,7999878
100	1	**100**	4,520227	**100**	124,6951523	**100**	814,5999756
104	-0,125	**104**	13,92246	**104**	311,7294922	**104**	645,7999878
107	1,25	**107**	5,174242	**107**	83,6598053	**107**	987,4000244
109	3,125	**109**	4,573921	**109**	90	**109**	645,7999878
112	0,375	**112**	4,609364	**112**	150,255127	**112**	645,7999878
113	2,25	**113**	4,520227	**113**	34,69515228	**113**	645,7999878
114	0,625	**114**	4,520227	**114**	304,6951599	**114**	645,7999878
115	-1,625	**115**	6,147248	**115**	201,8014069	**115**	645,7999878
116	1,125	**116**	4,998613	**116**	149,0362396	**116**	645,7999878
117	0,75	**117**	4,35511	**117**	23,19859314	**117**	645,7999878
118	0,25	**118**	10,21938	**118**	326,3099365	**118**	645,7999878
119	1,25	**119**	4,731286	**119**	64,98310852	**119**	645,7999878

(Memórias Paroquiais de 1758)

Planta Geral de ruínas identificadas no convento de S. Francisco de Real


N
W
E
S
Séc. IV-VI
Séc. VII
Séc. XVI
Séc. XVII
Séc. XVIII
Séc. XIX
Séc. XX
10
0
10
20 m

Lista de ações de convento de S. Francisco/Mausoléu de S. Frutuoso

Convento de S. Francisco de Real (BRACSFR) Lista de Ações			
Ação	**Fase**	**Alçado**	**Descrição**
001	VI	C_Al_001, 002	Construção de paredes de ala norte de convento.
002	VI	C_Al_052	Construção de paredes de cozinha de convento.
003	VI	C_Al_054	Construção de paredes de anexo, junto a cozinha.
004	VII	C_Al_001	Remodelação de cunhal oeste.
005	VII	C_Al_001	Telhado de convento.
006	VII	C_Al_052	Telhado de cozinha.
007	Vb	C_Al_001	Construção de ala norte de século XVIII.
008	IV	Planta geral	Cruzeiro do século XVI.
009	Vb	Planta geral	Sistema hidráulico do século XVIII.
010	VI	C_Al_001	Construção de escadaria do século XIX.
011	Vb	C_AL_002	Construção de ala sul e este de século XVIII.
012	VII	C_Al_002	Telhado de ala sul.
013	VI	C_Al_002	Reformulação de zona este, intermédia, do século XIX.
014	VII	C_Al_003	Reformulação de DGEMN.
015	VI	C_Al_003	Revestimento do século XIX?
016	VII	C_Al_003	Revestimento do século XX?
017	VII	C_Al_003	Escadaria e muro de suporte (DGEMN).
018	VI	C_Al_006	Revestimento de século XIX?
019	VI	C_Al_006	Encerramento de vão?
020	VIII	C_AL_001 a 006	Crescimento de vegetação, atualidade.
021	VIII	C_Al_001 a 007	Muro limítrofe de pátio de sacristia.
022	VI	C_Al_005 a 007	Travejamento de cobertura na zona de claustro.
023	VIII	C_Al_007	Consolidação de coroamentos de muros de ala norte.
024	VI	C_Al_001	Construção de escadaria de ala norte.

025	VIII	C_AI_001_052_054	Murete de limite de terrenos agrícolas.
026	VI	C_AL_002	Murete de limite de patamar contíguo a ala sul do convento.
027	VII	Mausoléu	Reconstrução do mausoléu, DGEMN.
028	VII	Mausoléu	Recolocação de telhado de mausoléu.
029	Ib	Mausoléu	Mausoléu original.
030	Vb	Planta geral	Paredes de igreja de S. Francisco.
031	Vb?	Mausoléu	Picagem dos silhares do mausoléu de S. Frutuoso, para aprumo da parede e aplicação de reboco?
032	VII?	Mausoléu	Negativo de parede (retirada posteriormente a reconstrução de DGEMN?).
033	VII	Mausoléu	Recolocação de epígrafe.
034	VI	C_AL_006	Encerramento de vãos.
035	Va	Planta geral	Convento do século XVII?
036	Vb	Planta geral/alçado sul de mausoléu	Corredor de ligação de convento, com galilé e circundante a mausoléu (incorporação de mausoléu no convento).
037	IV	Sondagem 3 e 8	Igreja do convento do século XVI.
038	VII	Sondagem 3 e 8	Aterro na envolvente de mausoléu.
039	IV	Sondagem 3 e 8	Empedrado/pavimento de convento do século XVI.
040	VII	Alçado sul de mausoléu	Construção de escadaria de acesso a coro alto.
041	II	Alçado norte e sul interior de mausoléu	Remodelação de colunata de quadra central de mausoléu?
042	Ia	Planta geral	Estrutura na plataforma norte.
043	IV	Planta geral	Paredes de convento de século XVI.
044	VII	C_AI_001_002	Encerramento de vão no século XX, adaptação para armazenamento de produtos agrícolas.

Lista de fases de convento de S. Francisco/Mausoléu de S. Frutuoso

Fase	Século	Descrição
Ia	IV-VI	Edifício na plataforma norte.
Ib	VII	Mausoléu original.
II	IX-X?	Remodelação do mausoléu.
III	XI-XV	Ocupação medieval do espaço.
IV	XVI	Convento do século XVI.
Va	XVII (final)	Convento de finais do século XVII?
Vb	XVIII	Convento do século XVIII.
VI	XIX	Remodelações do século XIX.
VII	XX (primeira metade)	Remodelações de Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais.
VIII	XX (segunda metade)	Ocupação pelo proprietário privado e pela câmara municipal.
IX	XXI	Obras de recuperação do século XXI.

Diagrama estratigráfico simplificado do convento de S. Francisco e Mausoléu de S. Frutuoso

DIAGRAMA SIMPLIFICADO DE RELAÇÕES ESTRATIGRÁFICAS

